



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de História

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

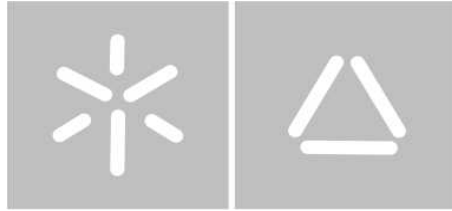
Giovanna de Aquino Fonseca Araújo

Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)

Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo

UMinho | 2011



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Departamento de História

Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História Social

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo

Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)

Tese de Douramento em História

Especialidade em

Idade Contemporânea (UMINHO) e História Social (UFBA)

Regime de Co-tutela

Trabalho efetuado sob orientação das

Professora Doutora Margarida Pereira Varela dos Santos Montenegro Durães (UMINHO)

Professora Doutora Lígia Bellini (UFBA)

e Co-orientação do

Professor Doutor Jean-Martin Rabot (UMINHO)

Setembro – 2011

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 20/09/2011.

Assinatura: Jerónimo de Aquino Fonseca Araújo *JA*

Agradecimentos

Uma das partes mais prazerosas da escrita de um trabalho científico são os agradecimentos. Digo isto porque tenho a convicção de que sozinha não faria absolutamente nada, e também pelo facto de ser o momento que tenho de rememorar tudo aquilo que vivi no decorrer dos últimos quatro anos de minha vida acadêmica, profissional e pessoal. Pois, ao dedicar-me a um trabalho desta magnitude, todas as minhas atenções estiveram voltadas para o mesmo. Assim, vida profissional e pessoal integraram-se a acadêmica.

Neste sentido, começo por justificar que uma, duas ou três pessoas são insuficientes para compor meus agradecimentos. Pois, muitas foram as que estiveram envolvidas direta e indiretamente na realização desta conquista. Procurarei aqui, lembrar de todas as pessoas, homenageando-as neste espaço, uma vez que tenho a certeza que sem as suas contribuições não teria conseguido.

Início por aquele ao qual tenho a gratidão pelo Dom da vida. Refiro-me a quem não me desampara por nem um só segundo, sobretudo nos momentos difíceis: nosso pai celestial. Obrigada, Senhor, por TUDO!

Na sequência ao pai do céu, agradeço àqueles que também são mais do que especiais em minha vida. Sei que, com eles, todo momento que precisar posso contar: meus pais terrenos. Na jornada de uma vida bastante ocupada, lá estão eles sempre a me abençoar, orar, apoiar e orientar. Nilza (Mainha) e António (Painho) meu muito obrigada. Sem vocês tudo teria sido muito mais difícil. Agradeço também pela compreensão que tiveram da minha longa ausência por todo este período em que estive dedicada quase que exclusivamente a este trabalho. No rol da nossa família, agradeço a minha “alma gêmea”, em todos os sentidos, Juliana, única irmã, mas que vale por mil. E ao meu cunhado “irmão” Gleb. Obrigada aos dois pelo apoio que sempre me deram.

De uma maneira muito especial agradeço também a concretização deste trabalho àquele que literalmente esteve ao meu lado me apoiando, me dando toda a força que sempre precisei, fosse nas feiras (nos momentos das entrevistas), fosse nos arquivos (coletando o material que precisava), fosse lendo os textos e assistindo a todas as apresentações de comunicações que participei: Jair, foste um companheiro de verdade. Obrigada.

Se fizer uma viagem no tempo, lembro-me daqueles que no seio de suas famílias e em suas casas receberam a mim e Jair. Nas idas e vindas a Portugal, o casal amigo José e Adélia, agradeço não só a estadia, mas sobretudo o amparo e a preocupação que sempre dispensaram a nós dois; Sr. Arlindo e família, pelos passeios e receptividade em suas casas no Porto e na sua quinta em São Pedro do Sul; ao casal José e Tereza, pelo acolhimento em Lisboa todas as vezes que precisamos ir à

Biblioteca Nacional e aos arquivos. E agora, no momento final, agradeço também ao casal de portugueses Casimiro e Cristina, que, mais do que vizinhos, tornaram-se verdadeiros amigos. Também agradeço à amiga mineira em solo luso, Ana Luiza, que por muitas vezes nos acolheu em sua casa em Braga. E a Francine, pelos momentos de convívio. Obrigada a ambas por todas as dicas. No Brasil, e em Salvador, fui também acolhida na casa de familiares inesquecíveis: Aninha e Didi, obrigada pelo aconchego carinhoso em vosso lar, um agradecimento para lá de especial. No Brasil agradeço também as orações e torcida de dona Lourdes, Rita, Laila, Rejane, Prof. Flávio Romero, Prof. Iranilson Buriti.

Institucionalmente e afetivamente, agradeço àqueles que foram fundamentais na composição deste trabalho: os professores orientadores. Em Portugal a Professora Doutora Margarida Durães, pelo acolhimento e por ter, desde o primeiro momento, demonstrado interesse na investigação que planeava fazer nas feiras. Foi por seu intermédio que conheci o comércio tradicional minhoto que outrora influenciaram na existência das feiras nordestinas brasileiras, além de elucidar as dúvidas que surgiam acerca da historiografia portuguesa. Ao Professor Doutor Jean Rabot, que co-orientou com o contributo sociológico e dos Estudos Culturais e me fez perceber para além da pluralidade identitária e cultural, a sociabilidade inerente as feiras contemporâneas. No Brasil, um especial agradecimento a Professora Doutora Lígia Bellini, pelo direcionamento que deu a pesquisa, e a estrutura das partes que compuseram este todo agora apresentado. Agradeço sua disponibilidade traduzida em debates quase que diários, durante toda a fase da escrita desta tese. Aos três, meu muito obrigada pela paciência dispensada, dedicação a correção minuciosa do texto. Este texto aqui apresentado trata-se de um conjunto de orientações convergentes em torno de objetivos comuns.

Agradeço a todos que compõem o departamento de História, e ICS, na Universidade do Minho; na UFBA, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, docentes e funcionários, além dos discentes da turma 2009.1, em especial aos amigos que fiz em São Lázaro: Cida e Fernando, muito mais que colegas de turma, estes dois compartilharam das minhas dúvidas, angústias e aflições enquanto estive em Salvador, e tenho certeza que serão amigos para vida inteira.

Agradeço aos professores que compõem o júri que estarão a avaliar este trabalho, pela dedicação em ler tão volumoso texto, tenho a certeza de que vossas colocações serão para engrandecimento do trabalho.

Agradeço a Marluce pela diagramação e formatação do texto e a Janaina, pela leitura e revisão do mesmo.

Sem as instituições financiadoras esta pesquisa também não poderia ter sido executada. Neste sentido, agradeço aos vínculos empregatícios que me concederam licença remunerada:

Prefeitura Municipal de Campina Grande e Prefeitura de Poçinhos, como também a Faculdade do Vale do Ipojuca, que mesmo sem vencimento, me dispensou das atividades laborais, aguardando pelo meu retorno. Agradeço de maneira muito especial a FCT- Fundação da Ciência e Tecnologia que me apoio nos últimos anos desta pesquisa.

Não menos importante, mas propositadamente deixados para o final em função do destaque que merecem ter, agradeço aos entrevistados que expuseram suas memórias nos depoimentos proferidos. Em especial os feirantes e fregueses, que depositaram-nos confiança e falaram sobre suas vidas traduzidas nos ofícios e no prazer de ser feirante, de um lado e do outro do Atlântico. Agradeço, portanto, aos mais de 240 entrevistados que dispensaram um pouco do seu precioso tempo para nos responder aos inquéritos.

Por fim, agradeço aos depoentes dos órgãos administrativos, ministérios, câmaras, prefeituras, autarquias, sindicatos, associações, institutos, etc.

Resumo

Na Europa e na América as feiras sempre tiveram uma importância muito grande, ultrapassando o seu papel comercial nas cidades e transformando-se, em muitas sociedades, em entrepostos de trocas culturais e de aprendizado, nos quais os transeuntes de várias localidades se congregam e estabelecem laços de sociabilidade.

No período atual de propagação e consolidação do ideário e práticas da globalização contemporânea, apesar de o capitalismo periférico se instalar a uma velocidade acentuada, com a emergência de novos lugares de consumo — a exemplo dos supermercados e hipermercados, centros comerciais e portais de consumo —, as feiras continuam a existir com características múltiplas, de polissêmicas sociabilidades, um espaço de mobilidades comerciais e sociais que se concretizam através das diversificadas transformações ocorridas, não só na localização geográfica e produtos comercializados, mas também nas formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, fomentados pelos atores sociais que frequentam e transitam pelos seus labirintos.

Neste sentido surgiu o interesse deste estudo, qual seja, o de perceber como estes comércios tradicionais conseguem conviver e resistir aos impactos causados pela globalização na atualidade. Para responder a este questionamento, tivemos que trilhar dois caminhos: primeiro identificar os impactos e posteriormente as estratégias de continuidade e de descontinuidade que os personagens das feiras tiveram que assumir para que estas se mantivessem na atualidade como lugares de consumo. Percebemos inicialmente que, diante da efervescência da globalização, mesmo que as feiras busquem a manutenção, a conservação de algumas tradições, é notoriamente impossível que estes mercados tradicionais se mantenham no decurso do tempo, sem alterações.

Para entendermos melhor tais táticas e estratégias, elegemos como *loci* de investigação as feiras das urbes minhotas portuguesas — nomeadamente Ponte de Lima, Barcelos e Vila do Conde — e as nordestinas brasileiras — de Campina Grande-PB, de Caruaru-PE e a feira de São Joaquim, localizada em Salvador-BA. Com as particularidades que as aproximam e distanciam foi possível percebermos, de modo comparativo, os impactos da globalização nas feiras destes dois universos. Tivemos em conta os valores históricos, sociais, culturais e económicos da cidade que as acolhe.

Para responder às indagações, delimitamos a pesquisa entre os anos de 1986 e 2007, por entendermos ser este o período em que ocorreram transformações importantes na Europa, bem como em Portugal que aderiu à CEE. Na América Latina, o Brasil vivia o fim do período ditatorial e a redemocratização política. Ambos os processos contribuíram para a abertura económica de mercado, a

liberalização do comércio e a implantação da política neoliberal influenciada pela ideologia globalizada do capitalismo de mercados, diante da crise dos Estados, cujas funções estavam em processo de redefinição.

Quanto aos impactos da globalização, percebemos o desemprego, informalidade, migração e imigração, diversidade cultural, hibridação identitária, implantação de novos lugares de consumo, adaptação à nova lógica de mercado frente aos blocos económicos, abertura de mercado aos produtos importados, com destaque para os produtos chineses. Em relação às estratégias e adaptações utilizadas pelos feirantes detetamos as substituições das mercadorias e das formas de pagamento. Em relação ao poder público percebemos que este, sobretudo no Brasil, tem iniciado a busca pelo reconhecimento destes lugares como património imaterial, destacando as políticas de salvaguarda e os projetos de requalificações destes lugares. Entretanto, apesar das ressignificações e readequações às dinâmicas de mercado, as feiras contemporâneas passam por uma elevada crise de sobrevivência, de descontinuidade. Se de fato os interesses para a sua continuidade forem legítimos, é necessário adotar uma política de incentivo e valorização destes espaços emergentes.

A metodologia utilizada privilegiou os relatos da História Oral, mas também foi pesquisado um conjunto diversificado de fontes de outros tipos, incluindo registros de diferentes instituições públicas e notícias de jornal. No trabalho de campo, além das entrevistas com feirantes e fregueses, utilizamos levantamentos fotográficos e cartográficos. Foram entrevistadas cerca de 240 pessoas (120 no Brasil e 120 em Portugal). Optamos por preservar as identificações dos depoentes atribuindo-lhes pseudónimos.

Resumé

En Europe et en Amérique les foires ont toujours eu une grande importance, allant ainsi au-delà de leur simple rôle commercial dans les villes et se transformant dans de nombreuses sociétés en lieux d'échange culturel et d'apprentissage, dans lesquels les passants de différentes localités s'agrègent et construisent des liens de sociabilité.

Dans la période actuelle de consolidation et de diffusion des idéaux et des pratiques de la mondialisation contemporaine, et en dépit du fait que le capitalisme périphérique s'installe à grande allure, avec l'émergence de nouveaux lieux de consommation – à l'instar des supermarchés et des hypermarchés, des magasins et des centres commerciaux –, les foires continuent d'exister, recouvrant des caractéristiques multiples, des formes de sociabilités polysémiques, des espaces de mobilité commerciale et sociale qui se concrétisent avec les divers changements survenus, non seulement dans la localisation géographique et dans les produits commercialisés, mais aussi dans les façons d'aménager la foire : les actes, les gestes, les performances corporelles, les mouvements et les mots produits par les acteurs sociaux qui la fréquentent et circulent à travers ses labyrinthes.

C'est ainsi qu'a surgi l'intérêt pour cette étude, à savoir de comprendre comment ces lieux de commerce traditionnels arrivent à vivre avec et à résister aux impacts causés de nos jours par la mondialisation. Pour répondre à ces questionnements, nous avons dû emprunter deux voies : premièrement identifier les impacts, puis deuxièmement identifier les stratégies de continuité et de discontinuité que les personnages des foires ont eu à assumer pour que celles-ci puissent subsister jusqu'à nos jours en tant que lieux de consommation. Nous avons d'emblée compris que si les foires cherchaient à subsister, à préserver certaines de leurs traditions, face à l'effervescence de la mondialisation, il était notoirement impossible que ces marchés traditionnels puissent survivre dans le temps, sans changements.

Pour mieux comprendre ces tactiques et ces stratégies, nous avons choisi comme lieu d'investigation les foires des villes portugaises du Minho – et plus précisément de Ponte de Lima, Barcelos et Vila do Conde – ainsi que les foires du nord-est brésilien – et plus particulièrement Campina Grande-PB, Caruaru-PE et celle de São Joaquim, située à Salvador de Bahia. Avec les particularités qui les rapprochent et les distancient il a été possible de comprendre, de façon comparative, l'impact de la mondialisation sur ces foires dans ces deux univers. Nous avons pris en compte les valeurs historiques, sociales, culturelles et économiques des villes qui accueillent ces foires.

Pour répondre à ces questionnements, nous avons réalisé notre recherche durant la période 1986/2007, qui dans notre optique est marquée par de profonds changements en Europe, et plus spécifiquement au Portugal, avec l'intégration à la CEE. En Amérique Latine, le Brésil a connu la fin de la période dictatoriale et une nouvelle démocratisation politique. Ces deux processus ont contribué à l'ouverture économique du marché, à la libéralisation des échanges et à la mise en œuvre de politiques néolibérales influencées par l'idéologie du capitalisme mondialisé des marchés, face à la crise des États et à la redéfinition de leurs fonctions.

En ce qui concerne les impacts de la mondialisation, nous avons mis en avant le chômage, l'informalité, la migration et l'immigration, la diversité culturelle, l'hybridation identitaire, la mise en œuvre de nouveaux lieux de consommation, l'adaptation à la nouvelle logique du marché face aux blocs économiques, l'ouverture du marché aux produits importés, en particulier aux produits chinois. En ce qui concerne les stratégies et les adaptations utilisées par les marchands des foires, nous avons détecté des changements au niveau des produits et des formes de paiement. Par rapport aux pouvoirs publics, en particulier au Brésil, nous nous sommes rendus compte que ceux-ci ont initié une lutte pour la reconnaissance des foires comme patrimoine immatériel, en mettant l'accent sur les politiques de sauvegarde et les projets de requalification de ces lieux. Cependant, en dépit des recadrages et des réadaptations au dynamisme des marchés, les foires subissent une grave crise de survie et de discontinuité. Alors, si les intérêts pour leur persistance sont légitimes, il est nécessaire d'adopter une politique d'encouragement et de promotion de ces espaces émergents.

La méthodologie utilisée privilégie les récits de l'histoire orale, mais nous avons également eu recours à un ensemble élargi de sources très diversifiées, incluant les registres de différentes institutions publiques ainsi les informations des journaux. Durant les travaux de terrain, en plus des entrevues avec les commerçants et les clients, nous avons fait appel à des registres photographiques et cartographiques. Nous avons interviewé 240 personnes (120 au Brésil et 120 au Portugal). Nous avons choisi de préserver l'identification des personnes interrogées en leur donnant des pseudonymes.

Sumário

Agradecimentos	3
Resumo	7
Resumé	9
Lista de Figuras	15
Lista de Gráficos	18
Lista de Tabelas	21
Lista de abreviaturas e siglas	25
Apresentação	29
Os sons, os cheiros, as cores e os sabores	29
As feiras escolhidas	35
As feiras do Nordeste brasileiro	36
As feiras do Noroeste português	47
Pelos meandros da metodologia	56
Parte I – Trajetória histórica e concepções das feiras antes dos impactos da globalização	59
Capítulo 1. O papel do comércio na constituição da rede urbana	61
1.1 Da antiguidade ao medievo	61
1.2 A constituição da Colônia	64
1.3 Campo-Cidade, Rural-Urbano	67
Capítulo 2. Feira e suas derivações conceituais	72
2.1- Entre o sagrado e o profano: As feiras francas	72
2.2 A atração do mar: um centro mercantil	77
2.3 Na outra costa do Atlântico	81
2.4 Formas de globalização	85
Capítulo 3. O Cotidiano das feiras: aspectos sociais	88
3.1 Feiras <i>loci</i> de sociabilidade	88
3.2 Episódios de sociabilidade	93
3.3 Personagens das feiras	103
Parte II - O global e o local nas feiras	107
Capítulo 4. A dinâmica do trabalho nas feiras	109
4.1. O trabalho informal nos dois lados do Atlântico: Contexto histórico e geográfico	119
4.2 As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais	126
4.3 O trabalho nas feiras “livres”: a questão do amparo social	148
4.4 Feira: mão-de-obra de nativos desempregados e imigrantes	162
Capítulo 5. Outros hábitos e lugares de consumo	178
5.1 Equipamentos comerciais dos dois lados do atlântico	179
5.2 Supermercados e hipermercados no Brasil	180

5.3 Supermercados e hipermercados em Portugal	187
5.4 Termo feira empregado em situações diversas	196
5.5 Outros espaços de consumo: centros comerciais e shopping center	198
5.6 Comércio (dês) territorializado: o comércio eletrónico da Net	208
5.7 Representações da concorrência por feirantes e fregueses	214
5.8 Ainda sobre a concorrência em Portugal: chineses e ciganos	227
5.9 Ainda sobre a concorrência no Brasil: os shoppings populares	231
Capítulo 6. Práticas culturais e identitárias	237
6.1 Trajetórias históricas de formação de identidades	237
6.2 Interpretações da constituição da identidade brasileira e nordestina	241
6.3 Interpretações da identidade nacional lusa e minhota	249
6.4 Feira lugar “desterritorializado”: origens plurais dos feirantes e fregueses	262
6.5 Papéis sociais por gênero dos sujeitos	276
As mulheres em Portugal	278
As mulheres no Brasil	284
Homens “de saia” e mulheres “de calça” nas feiras: papéis invertidos, ou desconstrução de estereótipos?	289
6.6 Identidades híbridas de feirantes e fregueses	300
Parte III - Estratégias de adaptação e resistência frente ao global	309
Capítulo 7. A substituição de mercadorias e novas formas de pagamento	312
7.1 Consumo nas feiras como reflexo da sociedade contemporânea	312
7.2 Mercadorias nas feiras do Noroeste de Portugal	322
Origem dos artigos vendidos em solo luso	332
Representação das mercadorias em feiras minhotas pelos feirantes e fregueses	341
Análise comparativa das mercadorias vendidas nas feiras e nos estabelecimentos comerciais pelos depoentes	348
Artigos especiais das feiras portuguesas: alimentares e não alimentares	353
» <i>Alimentares: sardinhas e panificação</i>	353
» <i>Não alimentares: Ourivesaria e a arte figurativa, galo de Barcelos (símbolo de Portugal)</i>	358
7.3 Mercadorias nas feiras do Nordeste do Brasil	362
Origem das mercadorias comercializadas nas feiras brasileiras	364
Diversidade dos produtos em território brasileiro	373
Os depoentes justificam a escolha de determinadas mercadorias vendidas nas feiras comparando-as aos outros lugares de consumo	390
Artigos especiais comercializados nas feiras brasileiras e Serviços	395
» <i>Cordel nas feiras- Antes veículo de comunicação popular, hoje souvenirs mercantis</i>	396
» <i>Sincretismo brasileiro: um misto de religiosidade nos artigos comercializados</i>	400
» <i>Serviços diversos: profissionais, alimentares e marketing publicitário</i>	404
7.4 Novas formas de pagamento	409
Origem e evolução do cartão de crédito: nova tendência do mercado global	410
Uso dos cartões de débito tipo multibanco em solo luso	414
Os cartões de crédito invadem o mercado brasileiro	420
As “velhas” e “novas” formas de pagamento nas feiras: estratégias de continuidade e de descontinuidade no comércio tradicional	426

Capítulo 8. As Feiras como patrimônio imaterial e cultural das cidades	445
8.1 A salvaguarda do bem imaterial no Brasil	450
Retrospectiva histórica da Política Patrimonial Imaterial Brasileira	450
Interesses múltiplos: Poder público, Turismo Cultural e Sociedade Civil (feirantes e fregueses) na salvaguarda do bem cultural	458
Feira: Lugar de encontro e de desencontro	481
8.2 O caso da Feira de Caruaru: patrimônio imaterial do Brasil	489
Procedimento para o Registro: Elaboração e conteúdo do dossiê feito pelo INRC	491
Plano de salvaguarda do bem registrado	496
Projeto de requalificação Feira da Sulanca	502
8.3 Em busca do reconhecimento: Feira de São Joaquim e de Campina Grande	511
Procedimento para o registro da Feira de São Joaquim	511
Características da Feira Soteropolitana que caracteriza-a como patrimônio	514
Alguns episódios de conflitos e resistência em São Joaquim: a derrubada do Muro da “Vergonha” (2002) e o caso do Mercado de Peixe (2004)	519
Iniciativa de organizações já realizadas e demandas para reforma	525
Proposta de requalificação na feira soteropolitana	529
Procedimento para o registro da Feira de Campina Grande	538
Características da Feira campinense que a qualificam como patrimônio	540
Proposta de requalificação na feira campinense	546
8.4 Patrimônio Imaterial em Portugal, uma sugestão de salvaguarda para as feiras minhotas.	551
Retrospectiva histórica da Política Patrimonial Imaterial Lusa	552
Interesses múltiplos na política de preservação patrimonial: Poder público, Turismo Cultural e Sociedade Civil (feirantes e fregueses)	560
» <i>Poder público: mais interesse económico e menos político</i>	560
» <i>Interesse turístico</i>	563
» <i>Sociedade Civil (feirantes e fregueses)</i>	573
Tradição, Rituais de Encontro e Espaço de Convívio nas feiras contemporâneas	579
Investimentos: Infraestrutura e busca pelo reconhecimento do título de patrimônio imaterial	588
Conclusão	599
Fontes de pesquisa e referenciais bibliográficos	603
Anexos	661
Glossário	663
Parecer comitê de Ética	671
Roteiro de entrevista feirantes em Portugal	675
Roteiro de entrevista feirantes no Brasil	679
Roteiro de entrevista fregueses em Portugal	683
Roteiro de entrevista fregueses no Brasil	687
Roteiro de entrevista poder público Portugal	691
Roteiro de entrevista poder público Brasil	695

Lista de Figuras

Figura 1 – Feira Medieval (Entra muros) e Feira Contemporânea (1978)	63
Figura 2 – Feira de Ponte de Lima (Pátio da Feira)	74
Figura 3 – Vista da Cidade e da Feira	74
Figura 4 – Terreiro de Sob mosteiro em dia de feira (Vila do Conde)	78
Figura 5 – Aspecto de uma feira na Praça de S. João (local atual da realização da feira semanal)	78
Figura 6 – Antiga Feira de gado, em dia de concurso pecuário	78
Figura 7 – Feira de Caruaru, 1ª década do século XX, anos 1900, década de 20, década de 30, respetivamente.	92
Figura 8 – Feira de Caruaru nas décadas de 1950, 70 e 80 do século XX, prospectivamente.	92
Figura 9 – Feira de Caruaru nos anos 90 do século XX e 1ª década de 2000 - século XXI. Parque 18 de Maio.	92
Figura 10 – Feira de Campina Grande, década de 1970 do século XX.	95
Figura 11 – Campo da Feira em Barcelos.	97
Figura 12 – Feira do Sete, após incêndio de 09 de Abril de 1934	99
Figura 13 – Vista da Feira de Água de Meninos.	99
Figura 14 – Vista da Feira de São Joaquim, em 1996, antes das mudanças	99
Figura 15 – Demonstrativo da localização dos maiores Shopping Center no Brasil. (Ano 2008)	140
Figura 16 – Centros comerciais com data de abertura anterior a 1980 e Centros comerciais em funcionamento em Setembro de 1999	192
Figura 17 – Imagem do Shopping Liberdade, vista a partir do entorno da Feira de São Joaquim	218
Figura 18 – Cartografia das Feiras de Campina Grande-PB (2004)	219
Figura 19 – Supermercados localizados no entorno do Mercado e da Feira Central de Campina Grande-PB (2004)	220
Figura 20 – Feira de Importados	233
Figura 21 – Pátio da Feira da Sulanca	233
Figura 22 – Mapa Campina Grande e as cidades circunvizinhas	266
Figura 23 – Mapa das freguesias pertencentes ao Concelho de Barcelos (89 freguesias)	267
Figura 24 – Figura dos Mapas dos Movimentos dos vendedores da Feira de Barcelos provenientes das freguesias de Barcelos e de outras freguesias respectivamente (1989)	272
Figura 25 – Índices de atividades para homens e mulheres em Portugal (1998-2005)	282
Figura 26 – Demonstrativo por género, com dispensa especial para cuidar de menores em Portugal (1999-2005)	283
Figura 27 – Demonstrativo das mulheres responsáveis pelo domicílio, ocupadas e desocupadas, período 2002-2006.	288
Figura 28 – Imagem da Feira de Ponte de Lima, setor de têxteis diversos, vista da barraca de tapetes	327
Figura 29 – Imagem da Feira de Barcelos, vista barraca de tecidos no primeiro plano e no entorno setor de roupas prontas diversas	328
Figura 30 – Imagem da Feira de Barcelos, vista barraca de roupas prontas diversas	329
Figura 31 – Imagem da Feira de Vila do Conde, setor de roupas prontas	329
Figura 32 – Imagem da Feira de Ponte de Lima, setor dos ciganos, vista da barraca de calçados	331
Figura 33 – Imagem da Feira de Barcelos, vista setor de sapatos nacionais	331

Figura 34 – Barracas de utensílios domésticos Feiras: Vila do Conde (02), Barcelos (02) e Ponte de Lima(01) respetivamente.	347
Figura 35 – Artigos alimentícios que estão a se tornar raros nas feiras minhotas (Imagens na feira de Vila do Conde)	355
Figura 36 – Imagem na Feira de Ponte de Lima, vista banca de sardinhas	356
Figura 37 – Imagem na Feira de Barcelos, vista no segundo plano feirantes a mesa, almoçando.	357
Figura 38 – Imagens na Feira de Barcelos, vistas de duas barracas de artigos panificação	358
Figura 39 – Imagens vista barraca de artigos ourivesaria: Feiras de Barcelos, Ponte de Lima e e Vila do Conde, respetivamente.	359
Figura 40 – Imagens na Feira de Barcelos, vista barracas de arte figurativa, e artigos de decoração, respetivamente. Destaque para o galo de Barcelos (símbolo da cidade e do país)	361
Figura 41 – Primeira Imagem na Feira de Ponte de Lima, barraca de objetos de decoração diversos, destaque para a loiça regional e galo de Barcelos e a segunda da Feira de Vila do Conde com o galo de Barcelos e outros.	362
Figuras 42 – Mostra de imagens das mercadorias comercializadas na Feira de Campina Grande	378
Figura 43 – Mostra de imagens das mercadorias comercializadas na Feira de São Joaquim	379
Figura 44 – Mostra de imagens de mercadorias comercializadas na Feira de Caruaru-PE	387
Figura 45 – Folhetos de cordéis	400
Figura 46 – Levantamento dos terreiros do candomblé em Salvador (2006)	402
Figura 47 – Sincretismo religioso, ilustração dos artigos	404
Figura 48 – Serviços diversos nas feiras nordestinas	406
Figura 49 – Imagem dos aguadeiros nas feiras portuguesas	409
Figura 50 – Demonstrativo da Evolução do uso de caixas automáticos e terminais de pagamento MULTIBANCO respetivamente (2005-2010)	419
Figura 51 – Publicidade de lojas de confeções que vendem a atacado e varejo na feira de Caruaru, com cartões de crédito variados	429
Figura 52 – Lojas e bancas nas feiras com publicidade do aceite de cartões como formas de pagamento	432
Figura 53 – Exposição de mercadorias nas barracas com o aceite Multibanco (Vila do Conde, Barcelos e Ponte de Lima)	433
Figura 54 – Imagens da prática do ato de debulhar o feijão, trabalho coletivo e/ou familiar	437
Figura 55 – Propaganda política (Feira de São Joaquim)	464
Figura 56 – Mapa pontos turísticos da cidade de Salvador (Feira de São Joaquim)	472
Figura 57 – Panfleto divulgação distribuído na Semana Santa de Caruaru (edição 2009)	474
Figura 58 – Posto de Turismo Onildo Almeida no Parque 18 de Maio (Feira de Caruaru)	476
Figura 59 – Lugares de encontro e hábitos de socialização (alimentação nas feiras)	486
Figura 60 – Imagens momento de socialização (pausa para o café)	487
Figura 61 – Imagens momento de socialização preconizado pelos jogos (novos e antigos)	488
Figura 62 – Ilustração documento oficial da concessão do Título de Patrimônio Cultural do Brasil, concedido a Feira de Caruaru	490
Figura 63 – Ilustração mapa localização do Parque 18 de Maio, onde localiza-se a Feira de Caruaru.	503
Figura 64 – Mapa organização interna da Feira de Caruaru, a partir da distribuição das mercadorias.	504

Figura 65 – Panfleto proposta para nova Feira da Sulanca	509
Figura 66 – Derrubada do “muro da vergonha” na Feira de São Joaquim	522
Figura 67 – Representação planta baixa proposta de intervenção na Feira de São Joaquim	534
Figura 68 – Representação planta baixa proposta por setorização na Feira de São Joaquim	534
Figura 69 – Representação pontos de atração na proposta de intervenção na Feira de São Joaquim	535
Figura 70 – Projeto de requalificação Feira de São Joaquim (Imagens situação atual e proposta)	535
Figura 71 – Projeto de requalificação Feira de Campina Grande (Imagens da estrutura física do projeto)	550
Figura 72 – Oficial das finanças da Câmara de Barcelos ao cobrar a taxa de ocupação do espaço na Feira de Barcelos (1963)	562
Figura 73 – Imagens dos Ingredientes utilizados na culinária portuguesa: aves, bacalhau, charcutaria e pastelaria (Feira de Barcelos)	576
Figura 74 – Arte figurativa: lenço dos namorados, produtos diversos em barro e louça, cestaria e galo na Feira de Barcelos	577
Figura 75 – Imagens artesanato, cestaria, olaria e utensílios para o campo (Feira de Barcelos)	578
Figura 76 – Imagens artigos inaturais, provenientes do campo (Flores, Frutas, legumes, hortaliças e mudas)	579
Figura 77 – Imagens de Montagem e desmontagem das barracas (Feira de Barcelos)	581
Figura 78 – Imagem Planta Topográfica Campo da Feira – Feira Semanal de Barcelos (2003)	590
Figura 79 – Mapa da Feira Semanal de Vila do Conde (2007)	591
Figura 80 – Imagem do Zoneamento Tradicional da Feira de Ponte de Lima, feito sobre uma Planta Aerofotogramétrica de 1963	592
Figura 81 – Imagem Ordenamento da Feira de Ponte de Lima por setores (2004)	592

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Posicionamento dos feirantes de Caruaru-PE no local	116
Gráfico 2 – Se os feirantes de Caruaru, além da feira, possuem outras actividades fora da mesma.	117
Gráfico 3 – Quais as actividades que praticam fora da feira de Caruaru-PE	117
Gráfico 4 – Outros membros da família trabalham na feira de Caruaru-PE	118
Gráfico 5 – Percentual do quantitativo de pessoas que trabalham na comercialização do produto, junto com o feirante entrevistado, nas feiras em Portugal	129
Gráfico 6 – Percentual do quantitativo de pessoas que trabalham na comercialização do produto, junto com o feirante entrevistado, nas feiras no Brasil	129
Gráfico 7 – Percentual do quantitativo de pessoas da família do feirante entrevistado, que comercializam mercadorias também em feiras, nas feiras em Portugal	130
Gráfico 8 – Percentual do quantitativo de pessoas da família do feirante entrevistado, que comercializam mercadorias também em feiras, nas feiras no Brasil	130
Gráfico 9 – Se possui outras ocupações fora da feira, e quais são? (para os feirantes em Portugal)	132
Gráfico 10 – Se possui outras ocupações fora da feira, e quais são? (para os feirantes no Brasil)	132
Gráfico 11 – Actuação em outras feiras (para os feirantes entrevistados em Portugal)	133
Gráfico 12 – Actuação em outras feiras (para os feirantes entrevistados no Brasil)	133
Gráfico 13 – Demonstrativo das feiras que os feirantes em Portugal trabalham, para além das investigadas	134
Gráfico 14 – Demonstrativo das feiras que os feirantes no Brasil trabalham, para além das investigadas	134
Gráfico 15 – Demonstração do número de empregados em cada barraca, nas feiras nordestinas brasileiras: São Joaquim, Caruaru e Campina Grande respectivamente.	145
Gráfico 16 – Demonstrativo do posicionamento do feirante no local de trabalho (Brasil)	149
Gráfico 17 – Demonstrativo do posicionamento do feirante no local de trabalho (Portugal)	149
Gráfico 18 – Demonstrativo sobre desejo dos filhos continuarem com o ofício de feirante (Portugal)	150
Gráfico 19 – Demonstrativo sobre desejo dos filhos continuarem com o ofício de feirante (Brasil)	150
Gráfico 20 – Nivel de renda dos feirantes no Brasil	156
Gráfico 21 – Formação dos feirantes (Brasil)	157
Gráfico 22 – Curso de aperfeiçoamento no trabalho no Brasil	158
Gráfico 23 – Formação dos feirantes (Portugal)	158
Gráfico 24 – Curso de aperfeiçoamento no trabalho, em Portugal	159
Gráfico 25 – Participação dos feirantes em Sindicatos e os Associações de classe (Brasil)	161
Gráfico 26 – Participação dos feirantes em Sindicatos e os Associações de classe (Portugal)	161
Gráfico 27 – População brasileira e saldo migratório urbanos nos períodos 1960/1991	172
Gráfico 28 – Naturalidade dos feirantes em Campina Grande-PB	174
Gráfico 29 – Naturalidade dos feirantes na feira de São Joaquim (Salvador-BA)	176
Gráfico 30 – Volume de vendas dos estabelecimentos comerciais por categorias (1990-1997)	189
Gráfico 31 – Variação de vendas de somatizando hiper e super em relação as mercearias (1990-1996)	191
Gráfico 32 – Evolução do Mercado do Brasil: ABL e Vendas do Varejo em SCs	201

Gráfico 33 – Demonstrativo dos usuários do comércio electrónico – Indivíduos entre os 16 e os 74 anos, 2004-2008 (%)	211
Gráfico 34 – Posse de computador, ligação à Internet e ligação através de banda larga nos agregados domésticos, 2003-2007 (%)	212
Gráfico 35 – Evolução (%) da Taxa de Acesso a Computador com Internet	213
Gráfico 36 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os feirantes em Portugal	216
Gráfico 37 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os feirantes no Brasil	216
Gráfico 38 – Tempo de exercício dos feirantes nas feiras em Portugal	217
Gráfico 39 – Tempo de exercício dos feirantes nas feiras no Brasil	217
Gráfico 40 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os fregueses em Portugal	224
Gráfico 41 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os fregueses no Brasil	224
Gráfico 42 – Tempo que frequenta as feiras em Portugal	225
Gráfico 43 – Tempo que frequenta as feiras no Brasil	225
Gráfico 44 – Fregueses frequentadores das grandes superfícies em Portugal	226
Gráfico 45 – Fregueses frequentadores das grandes superfícies no Brasil	226
Gráfico 46 – Naturalidade dos Feirantes que atuam na Feira de Campina Grande	268
Gráfico 47 – Naturalidade dos Fregueses que frequentam a Feira de Campina Grande	269
Gráfico 48 – Cidade de morada dos Feirantes que trabalham na Feira de Campina Grande	269
Gráfico 49 – Cidade de morada dos Fregueses que frequentam a Feira de Campina Grande	270
Gráfico 50 – Naturalidade dos Fregueses que frequentam a Feira de Barcelos	271
Gráfico 51 – Cidade da morada dos Fregueses que frequentam a Feira de Barcelos	271
Gráfico 52 – Naturalidade dos Feirantes que trabalham na Feira de Barcelos	273
Gráfico 53 – Cidade de morada dos Feirantes que trabalham na Feira de Barcelos	274
Gráfico 54 – Demonstrativo dos feirantes entrevistados por género Caruaru (Brasil)	293
Gráfico 55 – Demonstrativo dos feirantes entrevistados por género Vila do Conde (Portugal)	294
Gráfico 56 – Demonstrativo dos artigos comercializados pelos feirantes em Vila do Conde	294
Gráfico 57 – Demonstrativo do Estado Civil dos Feirantes (em Portugal e no Brasil)	297
Gráfico 58 – Demonstrativo dos feirantes quanto ao conhecimento acerca da Legislação das Feiras no Brasil	304
Gráfico 59 – Demonstrativo dos feirantes quanto ao conhecimento acerca da Legislação das Feiras em Portugal	304
Gráfico 60 – Demonstrativo da renda aurífera dos Fregueses entrevistados em Portugal	316
Gráfico 61 – Demonstrativo da renda aurífera dos Fregueses entrevistados no Brasil	316
Gráfico 62 – Demonstrativo do grau de escolaridade dos Fregueses entrevistados em Portugal	318
Gráfico 63 – Demonstrativo do grau de escolaridade dos Fregueses entrevistados no Brasil	318
Gráfico 64 – Importância da Região Norte no setor têxtil, 1989.	327
Gráfico 65 – Importância da Região Norte no setor vestuário, 1989.	330
Gráfico 66 – Importância da Região Norte no setor calçado, 1989.	332
Gráfico 67 – Demonstrativo da origem das mercadorias adquiridas pelos feirantes em Portugal	335
Gráfico 68 – Demonstrativo Comércio sem retalho alimentar (2007)	349
Gráfico 69 – Demonstrativo Comércio a retalho não alimentar (2007)	349
Gráfico 70 – Percentagem de amostras segundo tipo de produtos.	354

Gráfico 71 – Demonstrativo da origem das mercadorias adquiridas pelos feirantes no Brasil	368
Gráfico 72 – Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo no Brasil. Canais de Acesso – ATM – Transações por terminal	413
Gráfico 73 – Utilização de meios de pagamento na Europa (2006)	414
Gráfico 74 – Demonstrativo estatístico da população com cartões, por tipo (%) ano 2000	416
Gráfico 75 – Índices demonstrativos dos meios de pagamento utilizados no comércio a retalho alimentar (2007)	417
Gráfico 76 – Distribuição das operações nos terminais de MULTIBANCO	420
Gráfico 77 – Evolução volume de negócios transações com cartão (2000-2009)	420
Gráfico 78 – Assuntos mais demandados do SINDEC (jan. de 2005 a set. de 2010).	423
Gráfico 79 – Inadimplência no mercado	424
Gráfico 80 - Aceitação de cartões cresce mais nas regiões menos ricas do País	425
Gráfico 81 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Portugal)	427
Gráfico 82 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Brasil)	427
Gráfico 83 – Evolução dos preços dos cereais (trigo, milho e centeio respetivamente) em Ponte de Lima (1625-1931)	435
Gráfico 84 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Portugal)	442
Gráfico 85 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Brasil)	442
Gráfico 86 – Património imaterial para os fregueses (Brasil)	478
Gráfico 87 – Património imaterial para os feirantes (Brasil)	478
Gráfico 88 – Conhecimento sobre requalificação (feirantes Brasil)	479
Gráfico 89 – Conhecimento sobre requalificação (fregueses Brasil)	479
Gráfico 90 – Demonstrativo de laços de amizade entre feirantes e fregueses (Brasil)	484
Gráfico 91 – Demonstrativo de laços de amizade entre fregueses e feirante (Brasil)	484
Gráfico 92 – Adesão dos feirantes aos cursos de capacitação	525
Gráfico 93 – Capacitações realizadas (Feirantes Feira de São Joaquim)	526
Gráfico 94 – Património imaterial para os fregueses (Portugal)	574
Gráfico 95 – Património imaterial para os feirantes (Portugal)	574
Gráfico 96 – Demonstrativo de laços de amizade entre fregueses e feirante (Portugal)	583
Gráfico 97 – Demonstrativo de laços de amizade entre feirantes e fregueses (Portugal)	583
Gráfico 98 – Conhecimento sobre requalificação (feirantes Portugal)	589
Gráfico 99 – Conhecimento sobre requalificação (fregueses Portugal)	589

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Identificação da propriedade do negócio das feiras pesquisadas, 2003 (%)	116
Tabela 2 – Demonstrativo da evolução trabalho informal nos anos 2000	122
Tabela 3 – Número de pessoas dependentes da feira da Sulanca em Caruaru-PE	129
Tabela 4 – Atividades desempenhadas pelos feirantes externas as feiras	135
Tabela 5 – Possui outra fonte de renda	135
Tabela 6 – As dez principais ocupações informais RMS	137
Tabela 7 – Quantitativos de feirantes distribuídos nas ruas que compõem a feira livre de Campina Grande, em períodos diferentes.	139
Tabela 8 – Dados das feiras de frutas e verduras, sulanca e artesanato. Ano de 2004	142
Tabela 9 – Demonstrativo quanto ao número de lugares cadastrados na feira de Vila do Conde	146
Tabela 10 – Demonstrativo quanto ao número de lugares cadastrados na feira de Barcelos	147
Tabela 11 – Quantitativo de Estrangeiros em Portugal	166
Tabela 12 – Nacionalidade dos imigrantes a partir dos respectivos grupos de atuações (2002)	167
Tabela 13 – População estrangeira residente em Portugal nos anos de 1991 e 2001, por nacionalidade	168
Tabela 14 – Distribuição relativa da população urbana (%), de acordo com o tamanho das cidades. Período 1970/2000	172
Tabela 15 – Cidades que são consideradas metrópoles urbanas diante de sua população total, período: 1970/2000	173
Tabela 16 – Número de empresas comerciais de médio e grande porte por classes e gêneros de comércio	183
Tabela 17 – Distribuição dos supermercados e hipermercados nas cidades das feiras referência desse estudo.	186
Tabela 18 – Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares (GSRA)*	189
Tabela 19 – Volume de vendas dos estabelecimentos comerciais por categorias (2000-2005)	190
Tabela 20 – Caracterização de produtividade do Grupo Modelo Continente (faturamento e abertura de novas lojas) período 2005-2007	194
Tabela 21 – Vendas e Prestações de Serviços por Atividade e Mercados Geográficos	195
Tabela 22 – Evolução do n. de Shoppings inaugurados no Brasil (2005-2010)	202
Tabela 23 – Quantitativo de Centros Comerciais e Shopping Center nas cidades nordestinas brasileiras analisadas.	203
Tabela 24 – Centros Comerciais*	204
Tabela 25 – Distribuição das opções dos lugares de consumo a partir da Natureza dos Produtos (1999)	207
Tabela 26 – Volume de Negócios a partir dimensão dos lugares de consumo (2004-2007)	208
Tabela 27 – Utilização de computador e Internet, por regiões (NUTS II), 2003-2007 (%)	210
Tabela 28 – Demonstrativo das Feiras semanais por regiões	210
Tabela 29 – Ranking mundial dos 11 países com maior taxa de penetração da Internet (2008)	212
Tabela 30 – Ranking Mundial dos 10 países com maior número de utilizadores da Internet (2008)	213
Tabela 31 – Demonstrativo do quantitativo de pessoas com acesso a Net e usuários do mercado	214
Tabela 32 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Caruaru (1978-2007)	221

Tabela 33 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Campina Grande (1978-2007)	221
Tabela 34 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Salvador (1978-2007)	222
Tabela 35 – Demonstrativo do quantitativo de Equipamentos Comerciais nos Concelhos em Portugal (2002)	223
Tabela 36 – Demonstrativo da naturalidade dos feirantes nas feiras investigadas (Locais e quantitativo)	264
Tabela 37 – Demonstrativo da naturalidade dos fregueses nas feiras investigadas (Locais e quantitativo)	265
Tabela 38 – Taxas de desemprego em Portugal, por género (1996-2004)	282
Tabela 39 – Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões	288
Tabela 40 – Características dos Feirantes por Género	291
Tabela 41 – Demonstrativo por sexo, segundo situação trabalhista nas Empresas do Agreste Pernambucano 2003 (%)	292
Tabela 42 – Demonstrativo por sexo, segundo a Feira da Sulanca em Caruaru (%)	292
Tabela 43 – Demonstrativo do número de feirantes cadastrados se acordo com o tipo de mercadorias comercializadas.	296
Tabela 44 – Demonstrativo do aprendizado no ofício de ser feirante (Portugal e Brasil)	299
Tabela 45 – Demonstrativo dos feirantes que são fregueses da feira (Portugal e Brasil)	306
Tabela 46 – Demonstrativo das profissões dos fregueses entrevistados (Portugal e Brasil)	317
Tabela 47 – Importância Estrutural dos sectores Têxtil, Vestuário e Calçado na Região Norte	324
Tabela 48 – Demonstrativo dos produtos comercializados pelos feirantes entrevistados	324
Tabela 49 – Estrutura Setorial da Produção e Emprego Industrial (%) 1995, destaque para CAE 321, 322 e 324.	326
Tabela 50 – Demonstrativo do Comércio externo de Portugal e Região Norte, 1995: Estrutura, Taxa de Cobertura e Contributo (%)	332
Tabela 51 – Demonstrativo das importações portuguesas a partir dos índices de local de origem, valores e atividades económicas (2007)	334
Tabela 52 – Demonstrativo dos produtos adquiridos pelos fregueses entrevistados	340
Tabela 53 – Listagem atividades principais da Feira de Vila do Conde, a partir da descrição dos lugares	343
Tabela 54 – Valor estimado do PIB dos países do Mercosul (em dólares)	366
Tabela 55 – Origem dos produtos comercializados na Feira Central de Campina Grande-PB	370
Tabela 56 – Demonstrativo dos produtos comercializados pelos feirantes entrevistados (Brasil)	374
Tabela 57 – Demonstrativo do número de lugares cadastrados de acordo com o tipo de mercadorias comercializadas na Feira de Campina Grande (em ordem decrescente)	377
Tabela 58 – Demonstrativo do número de lugares cadastrados de acordo com o tipo de mercadorias comercializadas na Feira de Caruaru	382
Tabela 59 – Demonstrativo dos produtos comprados pelos feirantes entrevistados (Brasil)	388
Tabela 60 – Demonstrativo dos lugares e mercadorias comercializadas na Feira de São Joaquim (levantamento realizado em 2007)	403
Tabela 61 – Compras através de terminais de pagamento automático por habitante (€), por Localização geográfica (NUTS - 2002)	415
Tabela 62 – Valor médio das operações (2005-2007)	419
Tabela 63 – Resumo de indicador anual- evolução (2000-2007)	422

Tabela 64 – Distribuição do uso dos cartões por tipologia e estrato social	424
Tabela 65 – Método de composição do preço dos produtos nas feiras (Portugal e Brasil)	435
Tabela 66 – Opinião dos fregueses sobre o pronto pagamento ser uma problemática nas feiras (Portugal e Brasil)	440
Tabela 67 – Relação dos Bens registrados pelo IPHAN, como Património Imaterial do Brasil	456
Tabela 68 – Representação da Feira de São Joaquim como Património imaterial	519
Tabela 69 – Conhecimento sobre projeto de requalificação na Feira de São Joaquim	532
Tabela 70 – Representação da Feira de Campina Grande como Património imaterial	544
Tabela 71 – Conhecimento sobre projeto de requalificação na Feira de São Joaquim	547
Tabela 72 – Arrecadação anual da Feira para a Câmara Municipal Vila do Conde (1986-2007)	561
Tabela 73 – Arrecadação anual da Feira para a Câmara Municipal Barcelos (alguns anos do período 1986-2007)	562
Tabela 74 – Demonstrativo de quantitativo e procedência visitantes em Barcelos (2009-2010)	568
Tabela 75 – Entrada de pessoas na Feira semanal de Vila do conde em períodos sazonais	569

Lista de abreviaturas e siglas

AARN – Associação de Artesãos da Região Norte
ABECS- Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços
ACACCI- Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras
ACIME- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
ACM- António Carlos Magalhães
ADAB- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
ADERE - Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho
AFDP- Associação dos Feirantes do distrito do Porto
AMDE- Agência Municipal de Desenvolvimento Económico
ANPUH- Associação Nacional de História
ASAE- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASPFAS- Associação Profissional dos Feirantes e Ambulantes de Salvador
BA- Estado da Bahia (Brasil)
BB- Banco do Brasil
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento
BIRD- Banco mundial
BNB- Banco do Nordeste
CCZ- Centro de Zoonoses
CEACA- Centro de Abastecimento de Caruaru
CEAL - Conselho de Empresários da América Latina
CEE- Comunidade Económica Europeia
CEF- Caixa Económica Federal
CIOFF Mundial- Conselho Internacional das Organizações de Festivais Folclóricos e Artes Tradicionais
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPC- Centro Popular de Cultura
CONDER- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COSAM- Coordenação de Saúde Ambiental
CTE- Centro de Ciências e Tecnologia
CUT- Central Única dos Trabalhadores
DER- Divisão de Estudos e Planeamento
DGAE – Direção Geral das Atividades Económicas
DPI- Departamento do Património Imaterial
EBAL- Empresa Baiana de Alimentos
EMBASA- Empresa Bahia e Saneamento
EFSA- Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos
EFTA / AELC- Associação Europeia de Livre comércio
EMPASA- A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas da Paraíba
EUA - Estados Unidos da América
FACISA – Faculdade de Ciências Aplicadas
FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo
FGV- Fundação Getúlio Vargas
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIEP- Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMLF- Fundação Mário Leal Ferreira

FNC - Fundo Nacional de Cultura
FUNDAJ- Fundação Joaquim Nabuco
GRTU- Gerência de Regularização do Patrimônio da União
GSRA- Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares
G7 - Grupo dos 7 Países Mais Ricos do Mundo
IAB- Instituto de Arquitetos Brasileiros, a AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IE- Inquérito ao Emprego
IIES - Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade
INE- Instituto Nacional de Estatística
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico Cultural
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INRC- Inventário Nacional de Referências
IPSEN- Instituto de Previdência Social
MEI- Ministério da Economia e da Inovação (Portugal)
MEI- Microempreendedor Individual (Brasil)
MINC -Ministério da Cultura
MINTUR- Ministério do Turismo
MPB- Musica Popular Brasileira
MPPE- Ministério Público do Estado de Pernambuco
MST- Movimento dos Sem Terra
NATO / OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte
NPS - Número de Pessoas ao Serviço
NUDECOM- Núcleo de Defesa do Consumidor
OECE/OCDE- Organização da Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT- Organização Internacional do Trabalho
OMC-Organização Mundial do Comércio
OMEN- Obra das Mães para a Educação Nacional
ONGS - Organizações Não Governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PB- Estado da Paraíba (Brasil)
PIB-Produto Interno Bruto
PMC- Prefeitura Municipal de Caruaru
PCP- Partido Comunista Português
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL- Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PPC - Paridade do Poder de Compra
PSOL- Partido Socialismo e Liberdade
PSPS-Plano Simplificado da Previdência Social
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PE- Estado de Pernambuco (Brasil)
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PRODETUR 2- Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PRONAC - Programa de Apoio a Cultura
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RMS- Renda Mensal
SCC- Secretaria de Cidadania Cultural
SINCOV- Sindicato do comércio informal de Campina Grande
SINDIFEIRA- Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador
SEAGRI- Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDUR- Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SESAB- Secretaria de Saúde do estado da Bahia
SESI- Serviço Social da Indústria
SESC- Serviço Social do Comércio
SESP- Secretaria Municipal de Serviços Públicos
SETUR- Secretaria Estadual do Turismo
SMA- Superintendência do Meio Ambiente
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAM- Secretaria de Planejamento Urbano
SETIN- Secretaria de Transporte e Infraestrutura
SNI – Serviço Nacional de Informação
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPN –Secretariado da Propaganda Nacional
STTP- Superintendência de Transportes Públicos
SOSUR- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Campina Grande-PB)
SUCOM- Superintendência de Controle e Ordenamento do uso do Solo do Município.
SUS- Sistema Único de Saúde
TVE-BA Televisão Educativa da Bahia
TPA ' S - Terminais de Pagamento
UE - União Europeia
UFCG- Universidade Federal de Campina Grande
UNAVIDA- Universidade do Vale do Acaraú, Universidade Aberta
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação
UNIFEM- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
VAB - Valor Acrescentado Bruto
VBP - Valor Bruto de Produção
VISA- Vigilância Sanitária
VISANET- Visa Elétron

Apresentação

Os sons, os cheiros, as cores e os sabores

Muitos nos perguntam o porquê de falar sobre feira. Por que não falar sobre nobreza ou arte? Por que não falar sobre moda ou política? Não sabem eles dos passeios que fazíamos quando menina, ao acompanhar nossa avó por todos aqueles lugares da feira onde íamos. Literalmente era uma ‘viagem’. É verdade que não entendíamos as falas e muito menos de carestia, como diziam os feirantes e fregueses. Mas foi a partir daquelas experiências que despertamos, quando estudante de história, para este estudo.

Qualquer outro tema seria igualmente importante, mas nenhum tão saboroso quanto este. Por isso nos realizamos e estimulamos ao ver todas essas pessoas — comuns ou importantes — envoltas por frutas e balaios, com suas artimanhas e astúcias, no microcosmo das feiras pelo mundo. Daí esta temática constituir nosso objeto de pesquisa desde o curso de Especialização¹, quando investigamos os valores simbólicos que feirantes e fregueses têm em relação à feira central de Campina Grande - PB.

No entanto, percebemos, com o referido trabalho, que os discursos dos sujeitos sobre a mencionada feira eram múltiplos e mereciam ser investigados, dada a pluralidade evidenciada. Partimos então para o curso de Mestrado², onde constatamos que os discursos se apresentam de maneira diferenciada devido não só às identidades plurais que os sujeitos possuem na contemporaneidade, mas também ao contexto social, cultural e económico dos mesmos. Uns e outros interferem de forma decisiva em suas opiniões, levando-os a construir concepções diferenciadas sobre a feira. Como os lugares são múltiplos, as produções e os discursos também o são, assim como as concepções acerca de determinadas questões acabam por gerar “crises de identidade”.

Uma outra questão que passou a nos inquietar e que detetamos nas falas dos sujeitos ouvidos era o facto de a feira de Campina Grande - PB continuar existindo, mesmo com o advento da modernidade e todo seu apelo à mudança, consubstanciado com a inserção, na cidade, dos novos equipamentos comerciais — supermercados, hipermercados, *shopping Centers*, *outlets* e portais de

¹ Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que teve como produto final o trabalho monográfico intitulado “Feira Livre Memória ‘Viva’ da Cultura do Povo Campinense ao final do século XX”, publicado em 2004.

² Curso de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que teve como produto final o trabalho dissertativo intitulado “Múltiplos Discursos sobre a Feira Central de Campina Grande-PB”, publicado em 2006.

consumo — e suas novas formas de negócios. Apesar de todas essas transformações, percebemos que a feira ainda se constitui como um depositário de valores, expressões, tradições, transformações, que ressignificam a todo instante as visões e a memória dos que a frequentam como lugar de compra e de venda de mercadorias.

Por essa razão, despertamos para o interesse de continuar a investigar não só a feira de Campina Grande - PB, mas também as feiras enquanto fenómeno inserido no contexto da globalização, pois percebemos nelas todas as estratégias de continuidade e de adaptação que o homem cria frente aos impactos gerados pelo mundo globalizado da contemporaneidade. Para entendermos melhor tais táticas e estratégias, elegemos como *loci* de investigação as feiras das urbes minhotas portuguesas e nordestinas brasileiras, com as particularidades que as aproximam e distanciam, o que nos permite perceber, de modo comparativo, os impactos da globalização nas feiras desses dois universos.

Um facto interessante a ser lembrado é que nos dois países, Brasil e Portugal, a feira é considerada espaço de “pobre e de sujeira”, o qual, desde a sua formação, sempre foi visto como “(...) lugar de marginais, de prostitutas, de jogadores, saltimbancos, ladrões e mendigos”³. Entretanto, contrariando essa concepção preconceituosa, nos dois lados do Atlântico, desde os primórdios, foi montada uma estrutura administrativa no entorno das feiras como forma de controle e lucro por parte do Estado, o que evidencia a importância que tais instituições sempre tiveram. Facto que se repete na atualidade com as reformas urbanísticas dirigidas pelo Estado para a continuidade das feiras, bem como as estratégias de mudança e sobrevivência dos feirantes nos universos das feiras em análise, mesmo diante dos impactos gerados pelas aldeias globais.

É bom que se diga: na atualidade as feiras vêm sendo objeto de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Antropólogos, historiadores, cientistas sociais, linguistas têm se dedicado à análise do fenómeno das feiras como espaços de sociabilidade e, sobretudo, como espaços onde se desenvolvem relações comerciais e económicas⁴.

³ Justino, D. (1989). *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*. Vol. 1. Vega. Lisboa, p. 275.

⁴ Em Portugal, os estudos sobre as feiras ficaram a dever, em grande medida, aos trabalhos que Virginia Rau dedicou a este tema. Ver: Rau, V. (1981). *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para seu estudo*. Editorial Presença. Lisboa. A partir de então, a historiografia portuguesa, mais interessada na expansão e na colonização do Império, focalizou as trocas comerciais transatlânticas, relegando a segundo plano o comércio interno de carácter regional e local. Neste sentido, a pouca produção portuguesa que versa sobre as feiras prosseguiu valorizando os aspetos jurídico-comerciais e económicos, a exemplo das seguintes obras: Borges, J. F. (1835). *Das fontes, especialidade, e excelência da administração comercial segundo o código comercial portuguez*. Typ. Commercial Portuense. Porto; Serrão, J. V. (2000). *História de Portugal*. Vol. XVII. Editorial Verbo. Lisboa; Amzalak, M. B. (1921). *As feiras em Portugal. Notas históricas*. Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa. Lisboa. Também é possível encontrar análises em que as feiras, ainda medievais, são vistas como lugares comerciais dinâmicos, responsáveis pela centralização dos povoados diante do exercício das trocas internas e externas e pela promoção do desenvolvimento demográfico das regiões: Coelho, M. H. da C. (1994). Bragança Medieval em tempos de feira e festa. *Brigantia-Revista de Cultura*, XIV, 3/4: 3-14; Capela, J. V. (1989). Câmaras de senhorio particular,

Já no caso específico do Brasil, os estudos sobre feiras, em grande medida trabalhos de conclusão de cursos de Mestrado e Doutorado na área das Ciências Humanas, versam sobre as temáticas relacionadas com o âmbito económico e de desenvolvimento das cidades. Há também pesquisa sobre os feirantes, os usos e costumes nas feiras⁵.

Como em Portugal, também no Brasil muitas cidades surgiram a partir dos povoados onde se realizavam as feiras. O facto é que nenhum desses estudos investiga os legados deixados pelos portugueses durante o período colonial, nem tampouco evidencia os aspectos de mutações culturais relacionando-os com a contemporaneidade. Por outro lado, muitas das investigações, tanto em Portugal quanto no Brasil, dizem respeito especificamente à relação das feiras com as cidades ou vilas onde elas se realizam, sem fazer uma relação entre as feiras e a região envolvente, ou comparando países e continentes.

Nosso objetivo central foi o de diagnosticar a representatividade económica, social e cultural das feiras nas cidades. Para tanto, se fez necessário investigar as representações⁶ das feiras nos

em que a indigitação e nomeação dos cargos pertence a uma qualquer donatário particular. *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos. A Administração do Município nos fins do Antigo Regime*, separata de *Barcelos Revista*, III, 1: 90. Já em relação às feiras modernas e contemporâneas, poucos estudos foram desenvolvidos. Pedro Lains, por exemplo, cita as feiras portuguesas como parte integrante da economia nacional. Nos estudos de sua autoria, é o comércio externo entre 1851-1913 que merece destaque, no âmbito de uma política desenvolvimentista a partir do investimento na economia externa, sendo as feiras apenas mencionadas como um elemento interno da economia local. Lains, P. (1995). *A economia portuguesa no século XIX. Crescimento econômico e comércio externo 1851-1913*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa. Especificamente sobre feiras contemporâneas encontramos apenas um trabalho monográfico que descreve a feira de Barcelos, apresentando suas características gerais: Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J. (1985). *A Feira de Barcelos*. Universidade de Coimbra. Coimbra (“Os primórdios da feira”).

⁵ Chaves, G. (1999). *Feira de São Cristóvão*. Coleção Cantos do Rio. Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / Rio Arte e Relume Dumará. Rio de Janeiro; Garcia, M. F. (1984). *Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste paraibano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu nacional, Rio de Janeiro; Galvão, P. F. M. (1994). *A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa; Loreto, V. M. (2002). A Feira de São Cristóvão como espaço de resistência cultural para os nordestinos. *25º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador. CD-ROM; Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino*. Editora Universitária. João Pessoa; Quirino, E. G. (2003). A feira central: um espaço em ebulição. *IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. CD-ROM, pp. 1013-1020; Vedana, V. (2004). “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epaturo no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Ferretti, S. F. (org.). (2000). *Reeducando o Olhar: Estudos sobre feiras e mercados*. UFMA-PROIN-CS. São Luís; Pazera Jr., E. (2003). *A feira de Itabaiana - PB: permanência e mudança*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo. Paim, M. R. (2005). *Do sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras sotopolitanas (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador. Barros, E. da S. (2008). *Criança na Feira de São Joaquim: trabalho e exploração*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador; Vieira, S. (1980). *Feira: espaço de liberdade ou de ilusões?* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza; Mott, L. (1975). *A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, Campinas; Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade...* Monografia de Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

⁶ O termo “representação” é aqui utilizado de acordo com a concepção de Roger Chartier: “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler. Chartier, R. (1990). *A História Cultural. Entre práticas e representações*. DIFEL. Lisboa, p. 16. O campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções

lugares e para os sujeitos enquanto espaços de sociabilidade, de sobrevivência, de informalidade, de tradição⁷ e de memória coletiva⁸. Observamos também a representatividade das feiras como patrimônio imaterial cultural de cada lugar investigado. E, por fim, procuramos identificar, nas feiras, os impactos da globalização, a saber, desemprego, informalidade, migração e imigração, diversidade cultural, implantação das grandes superfícies, supermercados e hipermercados, reordenamento do espaço público, adaptação à nova lógica de mercado frente aos blocos económicos.

Convém esclarecer que embora saibamos que nossa tese condiz com a noção de pós-modernidade, preferimos utilizar o termo contemporaneidade, pois o termo pós-modernidade, como sabemos, não é objeto de consenso e remete para significados múltiplos e, às vezes, contraditórios consoante os autores, como nos recorda Rabot:

Aquilo que costumamos chamar de pós-modernidade está caracterizado pela pluralidade. Com efeito, a noção de pós-modernidade desautoriza aquilo que Maffesoli chamou de “perfeição do uno” ou Durand de “monismo totalitário”, ou seja, os próprios símbolos da modernidade e o seu princípio de ação, a racionalidade instrumental, enquanto motor de um progresso ilimitado. Lyotard define a pós-modernidade como o fim dos grandes discursos de referência, as metas narrativas, à semelhança do marxismo clássico. (...) Vattimo associa a pós-modernidade à dissolução da “ideia da história entendida como discurso unitário. Ou seja, a decadência da ideia de progresso e de superação crítica própria da modernidade (...). Maffesoli concebe a pós-modernidade em consonância com o ressurgimento dos aspectos míticos e arcaicos da vida (no sentido em que mitificamos pessoas e situações) e a redescoberta da dimensão imperecível da condição humana que é a estética (...). Jeffrey concebe a pós-modernidade como uma mestiçagem de estilos, uma mistura de materiais e formas, enquanto que Fullat vê nela o estiolamento de toda a forma de absoluto (...). É necessário ainda referir que a noção de pós-modernidade é concebida por alguns como um elixir conceptual que permite abranger a diversidade das manifestações do social em ato num vocábulo nebuloso. Assim, para Jameson, os discursos pós-modernistas, tanto no âmbito da arquitetura como no das ciências sociais, são representativos “deste retorno imprevisível da narração como narração do fim das narrações”. Em suma, tratar-se-ia de um novo discurso ideológico que não se reconhece enquanto tal, para melhor servir os desígnios do capitalismo tardio e da lógica do mercado que lhe é inerente. (...) Os críticos da noção de pós-modernidade utilizaram conceitos que traduzem uma nítida vontade de conservação das aquisições da modernidade num mundo, no entanto, marcado por profundas mudanças. Assim falou-se em modernidade tardia (Giddens), em sobre-modernidade (Augé, Balandier), em hiper-modernidade (Lipovetsky), em ultra-modernidade (F. Lenoir)⁹

mentais de uma realidade exterior percebida”. Le Goff, J. (1994). *O imaginário Medieval*. Estampa. Lisboa, p. 11.

⁷ Hobsbawm, E. (1984). *A Invenção das Tradições*. Paz e Terra. São Paulo, pp. 9-23; 271-316 (“Introdução: a invenção das tradições”; “A produção em massa de tradições: 1870-1914”).

⁸ Ver as ideias de memória coletiva e memória histórica presentes em Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Edições Vértice. São Paulo, pp. 53-54. Sobre memória como função social, ver Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. Cia de Letras. São Paulo, pp. 81-84.

⁹ Rabot, J. M (2009). O que é a pós-modernidade? Em: Coelho, M. Z. (Org.), *Não poupes no semear. Trinta anos de comunicação*, Anibal Alves. Pé de Página Editores. Coimbra, pp. 79-82.

Consequentemente, vemos que a noção de pós-modernidade é filosófica e sociologicamente marcada, e que não serve para dar plenamente conta do contexto das feiras, no sentido em que as analisamos. A noção de pós-modernidade traduz para alguns uma rutura radical com a modernidade, sendo entendida como contestação da noção de progresso e retorno as formas pré-modernas de existência, enquanto que para outros representa uma forma de continuidade ou mesmo de exacerbação da modernidade que se esqueceu dos seus princípios e desígnios constitutivos. Entendemos que a feira atual, além de ter elementos de retorno ao arcaísmo, colabora com a idéia de continuidade. As feiras estão em eterna continuação e por esta razão nunca desapareceram. São as pequenas histórias dos seus depoentes traduzidas em experiências de gerações antepassadas que compõem no cotidiano suas narrativas. Portanto, acreditamos ser a permanência de certo arcaísmo inserido e adaptado na sociedade moderna.

Para responder às indagações referidas anteriormente, delimitamos a pesquisa entre os anos de 1986 e 2007, por entendermos ser este o período em que ocorreu a propagação e consolidação do ideário e práticas da globalização contemporânea. A partir de 1970, um novo processo de reorganização das forças produtivas económicas em dimensão internacional ganhou intensidade. Essa nova organização do capitalismo foi apoiada em práticas políticas e económicas, envolvendo setores públicos, empresas particulares, universidades e organizações não governamentais (ONGs). Este processo, ainda em curso, tem provocado grandes contrastes, marcados pela inclusão e exclusão. De um lado temos a realidade dos consumidores que frequentam *shopping centers* comem em restaurantes, usam grifes, têm computadores. De outro lado, milhões de pessoas sofrem com a miséria e inúmeros problemas. A globalização pode ser observada em diferentes aspectos na economia (crescimento do comércio mundial, produção mundializada, criação de blocos económicos e desemprego), na comunicação (as notícias difundem-se quase instantaneamente e os meios de transporte são mais rápidos), na sociedade (diferenças sociais), e na cultura (intercâmbio de costumes e tradições, “crise” de identidade).

Na década de 1980, observa-se mais plenamente a influência neoliberal na Inglaterra. Nos países do chamado terceiro mundo têm lugar processos de redemocratização, a exemplo do que ocorreu no Brasil. Em 1989 deu-se o chamado Consenso de Washington, onde os países mais ricos, denominados G7, impuseram aos países em desenvolvimento o neoliberalismo e a globalização. Foi nesse momento que teve “fim” o sonho socialista, com a queda do muro de Berlim.

Nesse mesmo período, em 01 de janeiro de 1986, Portugal ingressou na comunidade europeia. De início, isto representou não só uma efetiva abertura económica mas também o aumento

na confiança da população. Conquanto o Estado pouco ou quase nada se reformou e as clientelas do costume continuaram a engordar, avançou-se bastante em termos da concretização de direitos sociais (infra- estrutura, novas estradas, habitação, saúde, educação). Nos finais dos anos oitenta era visível, em Portugal, o crescimento económico, que atingiu valores surpreendentes, impulsionado pelas obras públicas e o aumento de consumo interno. Apesar disto, o país se viu prejudicado diante de sua adesão à CEE, no que concerne ao seu sector exportador. As cotas de mercado de produtos portugueses caíram abruptamente nos seus mercados tradicionais – a Inglaterra, a Alemanha e a França – como resultado da ação da política económica conduzida pelos iberistas, pois as empresas espanholas tiveram uma entrada facilitada em sectores estratégicos de Portugal, o que contribuiu para o colapso das exportações nacionais portuguesas¹⁰.

Esse fator de desequilíbrio económico só apresenta alguma alteração com a criação, em 1992, da UE¹¹, remanescente da CEE. Sob uma nova estratégia de proteção à economia europeia, surge a moeda única, uma política externa comum, e a longo prazo a união política (federação de estados). Portugal acompanha todo o processo, adere ao Euro que, em 2002, substituiu a moeda nacional, o escudo. Este facto por si só implicou a curto prazo uma revolução na economia portuguesa¹².

¹⁰ Conselho Económico e Social. Mesa redonda. (2002). *A Competitividade da Economia Portuguesa*. Lisboa, pp. 20-22. Acedido em 10 de Outubro de 2010, em: www.ces.pt/file/doc/159.

¹¹ Vale ressaltar que a conhecida UE teve sua origem em movimentos de “unidade” política territorial, de políticas económicas de defesa que surgiram no velho continente na década de 1940 – precisamente em 1949, com o NATO, que contava com Portugal entre seus países fundadores. A manutenção das colónias exigia um reforço das alianças militares com as grandes potências mundiais do mundo ocidental. OECE/OCDE. Em 1948, os países europeus que aceitaram a ajuda americana após a guerra criam a OECE, com o objetivo de coordenar a aplicação deste auxílio. Entre os países que participaram da organização, estavam Portugal, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália, Alemanha Federal, Reino Unido, Áustria, Suíça, Dinamarca, Noruega, Suécia, Islândia, Grécia, Turquia, Irlanda e, mais tarde, a Espanha (1959). Ainda na década de 1950, os países que não haviam estado na criação da CEE fundaram a EFTA, que contava com Portugal, Reino Unido, Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Áustria e, mais tarde, Finlândia e Islândia. Oficialmente, em 1957 foi criada a CEE por seis países. Foi o culminar da cooperação económica que haviam desenvolvido após a guerra. O seu sucesso levou à adesão posterior de outros países, como a Grã-Bretanha. Portugal seguiu de perto esta organização, reforçando no princípio dos anos 70 as suas ligações económicas. A adesão de Portugal estava posta de parte, devido ao facto do seu regime político ser uma ditadura. Ver: Castro, A. (1991). *Estudos de História contemporânea portuguesa*. Centro de História da Universidade do Porto. Livros horizonte. Lisboa (“A Historiografia da história Económica portuguesa nos últimos dez a doze anos”); Serrão, J. V. (2000). *História de Portugal*. Vol. XVII. Editorial Verbo. Lisboa; Mattoso, J. (1995). *História de Portugal - Portugal em Transe* - Vol. VIII (1974 - 1985) Editorial Estampa. Lisboa; Oliveira Marques. (2006). *Breve História de Portugal*. Editorial Presença. Lisboa; Oliveira Marques e Serrão, J. (1991). *Portugal da Monarquia para a República. Nova História de Portugal*. Volume XI. Editorial Presença. Lisboa; Oliveira Marques. (1993). *História de Portugal Contemporâneo N° 56 Economia e sociedade*. Editora Universidade aberta. Lisboa; Merêa, P. (2006). *Estudos da História de Portugal*. I.N.- C.M. Lisboa; Tengarrinha, J. (1984). *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Editorial Caminho. Lisboa; Mata, E. e Valério, N. (1994). *História Económica de Portugal uma perspectiva global*. Editorial Presença. Lisboa; Amado, J. M. M. (1993). *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*. F. C. Gulbenkian. Lisboa; Pinto, A. C. (coord.). (2000). *Portugal Contemporâneo*. SEQUITUR. Madrid, pp. 1-38 (“Portugal no século XX”).

¹² O alargamento da União Europeia (UE) fez disparar em Portugal a concorrência interna, agravada com o impacto da globalização. As consequências deste processo, a partir de 2002, tornaram-se visíveis: estagnação económica,

Enquanto Portugal passava pelo processo de adesão ao mercado europeu em 1986, o Brasil, nesse mesmo ano, saía de uma ditadura militar instituída em 1964, marcada por inúmeras arbitrariedades contra os direitos humanos em nome da ‘segurança nacional’. Este acontecimento torna-se importante não só do ponto de vista da opressão que foi promovida, mas também por revelar o modo como o grupo vencedor, elitista e alinhado com o capital externo, entendeu como o país deveria ser administrado, notadamente sob um novo modelo económico que superasse o nacional desenvolvimentismo e as políticas populistas. Buscando atingir esse objetivo, no plano económico, houve uma maior abertura ao capital externo, incentivada por uma série de medidas como controle da inflação por meio do arrocho salarial e diminuição dos gastos do Estado, incentivo às exportações e atração de investimentos externos via empréstimo do FMI e EUA, o que resultou na instalação de várias empresas multinacionais no país. Foi nessas condições que se deu o crescimento económico brasileiro conhecido como “milagre económico”. Tal crescimento propiciaria um momento de euforia, do qual só se beneficiaram a burguesia e as empresas estrangeiras ou associadas ao capital estrangeiro, e uma nova classe média ascendente. Isto era visível na propaganda política militar, que exaltava o crescimento do país através de slogans como “Ninguém segura este país” ou “Pra frente Brasil”¹³.

Se por um lado o “milagre económico” modernizou o país, por outro também levou ao empobrecimento do povo brasileiro, tendo em vista a grande concentração de renda. O resultado foi que, em 1973, o modelo político e económico já estava esgotado pela diminuição dos lucros em alguns sectores, pela retração dos investimentos e por uma inflação que repercutia diretamente no custo de vida. Com o crescimento económico em queda, os empresários passaram a criticar o modelo brasileiro, pois incomodava o tamanho do Estado na área económica¹⁴. Foi diante desse quadro de fracasso que, em 1974, assumiu o governo o general Ernesto Geisel, defendendo o projeto de “distensão lenta, gradual e segura”, para se chegar eventualmente a uma abertura política. Entretanto, sua gestão foi marcada por ambiguidades e chegou ao fim, em 1978, com a sociedade civil organizando greves e protestos generalizados¹⁵.

Assumiu então a presidência do país o último general, João Figueiredo, cujo governo, em 1979, após uma ampla campanha pública, decretou a amnistia. Criaram-se novos partidos: PDS, PMDB, PDT, PTB e o PT. Em 1980, foi aprovada a emenda que restabeleceu as eleições diretas para

encerramento de muitas empresas, aumento do desemprego etc. O desempenho económico de Portugal tornou-se decepcionante, e a crise não tardou a instalar-se. Essas questões serão melhor abordadas no decorrer da leitura da tese.

¹³ Schmidt, M. F. (1997) *Nova História Crítica do Brasil – 500 anos de História mal contada*. Editora Nova Geração. São Paulo.

¹⁴ Alves, H. M. (1984). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª Edição. Vozes. Petrópolis, p. 146.

¹⁵ Oliveira, M. J. de (2007). *A política Geral do Regime Militar para a construção de suas políticas económicas (1964-1985)*. Tese de Doutorado em História Económica. USP, São Paulo, pp. 239-240.

os governadores estaduais, as quais ocorreriam em 1982¹⁶.

Em face do fraco desempenho económico do Brasil, passou-se a identificar o período que compreende os anos 80 e o início dos anos 90 como a “década perdida”. Nesse período, os países de terceiro mundo viviam uma diminuição no seu ritmo de desenvolvimento económico e social que se somava a anos de estagnação e recessão, fruto de ajustes económicos que visavam atender os credores internacionais. No caso brasileiro, enquanto nos períodos que antecederam essa década o crescimento industrial chegou a taxas anuais médias superiores a 9%, no período 1981-1992 o PIB global cresceu apenas 1,3% ao ano, em média, e a população cresceu em torno de 1,93%¹⁷. Segundo Argemiro Brum, “duas razões estão na raiz da crise brasileira dos anos de 1980 e começo dos 90: esgotamento do projeto de desenvolvimento implantado no país a partir da década de 1930 e a falta de um novo projeto nacional”¹⁸.

Em resumo, no marco cronológico inicial da nossa pesquisa, tiveram lugar acontecimentos históricos que mais tarde estiveram associados ao processo de globalização. Na Europa, Portugal aderiu à CEE. Na América Latina, o Brasil vivia o fim do período ditatorial e a redemocratização política. Ambos os processos contribuíram para a abertura económica de mercado, a liberalização do comércio e a implantação da política neoliberal influenciada pela ideologia globalizadora capitalista de mercados, diante da crise dos Estados, cujas funções estavam em processo de redefinição. Na formulação de Marc Nouschi, “esse processo de redemocratização total das economias aprofunda a interdependência entre países e regiões do planeta, abrindo caminho para o que se começa a chamar de sociedade global¹⁹ (...) ou aldeia global”²⁰.

As feiras escolhidas

Elegemos para estudo as feiras nordestinas brasileiras mais significativas no tocante aos valores históricos, sociais, culturais e económicos: as feiras livres de Campina Grande-PB, de Caruaru-

¹⁶ Fausto, B. (1995). *História do Brasil*. 2ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, pp. 510-515.

¹⁷ Como vemos anualmente, o crescimento industrial ficou estagnado, ou seja, foi zero. O que afeta as outras atividades, com reflexos negativos também no nível de emprego e dos salários. Ver conceção de Furtado, C. (1981). *O Brasil “pós-milagre”*. 3ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, p. 152.

¹⁸ Sobre taxas de crescimento anual, ver: Brum, A. (1998). *O desenvolvimento Económico Brasileiro*. 18ª Edição. Vozes. Petrópolis, pp. 439-440 (“Globalização e Regionalização”).

¹⁹ *Ibidem*, p.444.

²⁰ Sobre o termo “aldeia global” ver Nouschi, M. (1997). *Breve atlas histórico o século XX*. Instituto Piaget. Lisboa; Ianni, O. (2007). *Teorias da globalização*. 14ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro; Santos, B. de S. (org.). (2005). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª Edição. Cortez. São Paulo; Costa, E. (2008). *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. Expressão Popular. São Paulo; Hobsbawm, E. (2008). *A Era Dos Extremos, O Breve Século XX*. Companhia das letras. São Paulo; Castells, M. (1999). *A sociedade em Rede*. Paz e Terra. São Paulo; Geertz, C. (2000). *O saber local*. Vozes. Rio de Janeiro; Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. UNESP. São Paulo.

PE e a feira de São Joaquim, localizada na primeira capital brasileira, Salvador-BA. Em Portugal, foram escolhidas as feiras do Noroeste minhotas: Ponte de Lima, de Barcelos e Vila do Conde. Todas, desde sua origem até o momento atual, mantêm forte relação — econômica, social e cultural — com a cidade que as acolhe. De acordo com Braudel “(...) as verdadeiras feiras são aquelas para as quais a cidade inteira abre as portas”²¹.

As feiras do Nordeste brasileiro

A relação entre as feiras do Brasil e de Portugal se dá desde a colonização. As feiras nordestinas brasileiras foram introduzidas pelo colonizador português, uma vez que os indígenas brasileiros não produziam excedentes que justificassem transações comerciais, tendo sido documentada apenas a “troca silenciosa” entre grupos de Tupinambás e Tupiniquins. Desta forma, no Brasil, as feiras e mercados seguiram em parte o modelo lusitano, funcionando a partir dos povoados, posteriormente vilas, e nos centros das cidades, geralmente em torno de uma edificação de mercado.

Segundo Luiz Mott, o desenvolvimento das feiras na região nordeste do Brasil deveu-se a fatores como a estrutura econômica regional; a densidade demográfica; os meios de comunicação (se davam por meio do lombo dos animais que transportavam as mercadorias entre um lugar e outro); e por fim a composição étnica. Foi na região nordeste que se concentrou a população negra, em virtude das atividades agrícolas desenvolvidas pelos portugueses na concretização da colonização. As feiras eram praticadas tanto em Portugal como na costa ocidental africana. Mott observa que “(...) as vendedoras negras da Bahia repetiam o mesmo esquema dos ‘marches noturnos’ das aldeias Yoruba de Daome.”²²

Na sua origem, grande parte das feiras livres existentes no Nordeste brasileiro deveu-se ao intenso comércio de gado durante os séculos XVIII e XIX. Inúmeras atividades contribuíram para a formação da economia nordestina. Porém, aquela que talvez tenha deixado mais marcas no território e que se constitui numa das atividades econômicas que mais colaboraram para a ocupação do território regional é a pecuária. A atividade de criação assumiu um papel importante num país como o Brasil, particularmente no Nordeste, já que, contando com escassos e deficientes meios de transporte, tinha no gado uma mercadoria que se transportava por si mesma²³.

²¹ Ver Braudel, F. (1979). *Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII. O jogo das trocas*. Tomo 2. Tradução de Telma Costa. Editorial Teorema. Lisboa, p. 65.

²² Mott, L. (no prelo). As feiras no Brasil, bibliografia comentada. *Revista de Etnografia*, mimeo: p. 14.

²³ Souza, E. C. (1975). Feira de gado. Em: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Tipos e aspetos do Brasil*. 10ª

Um aspecto que chama a atenção na atividade pecuária no interior do Nordeste diz respeito ao sistema de transporte do gado. Manuel Corrêa de Andrade observa que o gado, para chegar ao mercado consumidor, fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas para a condução desses animais. Costumavam locomover-se com um homem caminhando à frente da boiada, cantando o “aboio sertanejo”, enquanto os demais acompanhavam as reses, tangendo-as e vigiando-as para que não se dispersassem. Percorriam de 4 a 6 léguas por dia, se havia água com facilidade no caminho, mas estendiam a jornada a até 15 ou 20 léguas, emendando dias e noites, nas áreas onde não havia água. Devido aos longos percursos, a atividade pecuária criou inúmeras áreas onde as tropas paravam para descansar e para que o gado pudesse recuperar o peso. Foi nessas áreas que surgiram as primeiras povoações e vilas onde “(...) fixaram-se povoadores que fizeram uma pequena agricultura visando a abastecer os ‘tangerinos’, e implantaram uma atividade comercial primitiva que atendia às necessidades mais elementares”²⁴. As primeiras estradas coincidiram com os “caminhos do gado”. Aglomerações também se estabeleceram ao longo dos cursos fluviais, nos lugares em que estes ofereciam passagem às tropas, e à beira do caminho, nos locais onde as boiadas paravam para descansar.

Um elemento que caracterizava as inúmeras fazendas espalhadas pelo interior era a sua autossuficiência, ou seja, em seu interior era produzido aquilo que era necessário para o funcionamento da propriedade, tais como alimentos (feijão, farinha, milho, carne e peixe salgados, queijos, rapadura e aguardente de cana); tecidos e redes feitos com algodão nativo; louça, tijolos e telhas de barro; ferramentas e algumas armas; objetos de uso diário feitos de couro etc.²⁵. Com essa autossuficiência das fazendas de criação, não havia um comércio estabelecido. A maior parte das transações comerciais consistia na troca de produtos, que valiam como dinheiro, como era o caso da farinha e do algodão. Alguns locais tinham uma posição privilegiada nos caminhos, permitindo o estabelecimento de moradores que acolhiam os condutores das boiadas. Nesses locais, os moradores lhes ofereciam “(...) pousadas, produtos de suas lavouras e criações domésticas e os ofícios necessários ao trato com os animais – como ferrar e selar os cavalos”²⁶.

Surge então, nesse cenário inicialmente agrário, um fluxo gerado pelas tropas de gado no interior nordestino, que dará origem à formação de pequenos aglomerados populacionais para onde convergiam os pequenos agricultores com suas produções, a fim de as trocarem por outros produtos.

Edição, revista e atualizada. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Rio de Janeiro.

²⁴ Andrade, M. C. de (1979). *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. SUDENE. Recife, p. 44.

²⁵ Monteiro, D (2002). *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. UFRN. Natal, p. 104.

²⁶ *Ibidem*, p. 105.

Além dos produtos de origem agrícola, os agricultores também eram prestadores de serviços, o que terminou por estabelecer, em cada um desses locais, uma praça de mercado. É das praças comerciais formadas a partir do comércio do gado que surgem as feiras livres, as quais foram um importante elemento para o desenvolvimento das cidades. Duas entre as cidades brasileiras escolhidas para serem investigadas aqui – Campina Grande e Caruaru – surgiram a partir desse processo, favorecido por sua localização geográfica e sua importância mercantil como feiras de gado e de farinha. Salvador se caracteriza por uma formação diferenciada, dada a sua importância enquanto sede do governo português.

Campina Grande está situada numa região propícia à cultura de mandioca, milho e outros cereais. Localiza-se nas bordas orientais do Planalto da Borborema, constituindo um entreposto comercial para aqueles que atravessavam o rio São Francisco pelo interior, e para aqueles que iam do litoral para o interior e do Sertão para a costa. Tornou-se pouso obrigatório dos boiadeiros e tropeiros. No século XVII edificaram-se as primeiras casas de taipa e em breve surgiu a primeira rua, denominada rua das Barrocas. Em 1826 Campina Grande crescia em direção ao Sertão. A cada dia que se passava afirmava-se como cidade-mercado, com influência em todo o interior nordestino, ao mesmo tempo que se tornava porta oriental do sertão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. No início do século XIX a feira de gado tornou-se a mais importante do interior nordestino²⁷. Já a feira de cereais encontrava concorrência das de Areia (que atraía os tropeiros do Seridó e Curimataú), Icó (no Ceará, que desviava a parte dos tropeiros do Sertão Paraibano), Limoeiro e Timabauba de Mocós (em Pernambuco). Em 1907, com o advento da estrada de ferro, Campina Grande ganha novo impulso e supera as feiras concorrentes, ampliando suas atividades comerciais para todo o interior nordestino. Em 1936, a feira de algodão em Campina Grande era a terceira praça do mundo. Como nota Jair Araújo, “nesse momento o estado da Paraíba atendeu às necessidades do mercado britânico através da cidade de Campina Grande enquanto polarizadora deste comércio, ficando conhecida desde então como a ‘Liverpool do Brasil’, pois se tornou a maior produtora de algodão do Brasil²⁸.

Na década de 1950, a feira passou a representar, no interior nordestino, a feira das feiras, principal fonte de abastecimento das outras²⁹, mas também um lugar de passeio, de encontros e desencontros. Nela tinha lugar um intenso intercâmbio de ideias, e era um ponto de difusão das notícias. Em consequência disto, foram abertas vias para facilitar a comunicação entre a feira de

²⁷ Almeida, E. de (1964). *História de Campina Grande*. Livraria Pedrosa. Campina Grande, p. 89.

²⁸ Araújo, J. B. de (2006). *O Algodão de Campina Grande: uma discussão acerca dos livros didáticos de História*. Agenda. Campina Grande, p. 29.

²⁹ Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular do folclore nordestino*. Editora Universitária. João Pessoa, p. 56.

Campina Grande e as demais da região Nordeste, assim como procedeu-se à urbanização em torno da feira.

Todavia, com a implantação de novos serviços, a feira perdeu espaço frente a outras vocações que a cidade de Campina Grande passou a ter, entre as quais se destacam serviços do sector educacional e industrial. Mesmo assim, até a década de 1960, a cidade campinense era conhecida regionalmente e nacionalmente como uma urbe vocacionada para a atividade comercial³⁰, embora a feira já não fosse mais o principal centro dessa atividade. Resta-lhe, porém, um papel simbólico, que permite celebrar a atividade comercial através dela.

A feira de Campina Grande localiza-se na mesma área há cerca de 70 anos. Ocupa uma área de aproximadamente 75.000 metros quadrados no centro da cidade, distribuída por nove ruas e um espaço edificado. O mercado central conta com 4.400 pontos comerciais³¹ e funciona todos os dias da semana, exceto aos domingos, dia reservado para as atividades de outra feira, no bairro da Prata. Na feira central de Campina Grande é comercializada uma variedade de mercadorias, a saber: frutas, verduras, ervas, hortaliças, cereais, laticínios, carnes, aves (vivas e abatidas), calçados, roupas, acessórios para pecuária, alimentação pronta, dentre outras, além de serviços. Em seu entorno dezenas de supermercados foram instalados, bem como restaurantes, panificadoras, centros comerciais, elementos da modernidade que concorrem com os serviços anteriormente presentes na feira.

A feira de Campina Grande apesar de já ter sido tratada em outros estudos³², sua escolha como um dos focos desta investigação justifica-se por tudo que foi mencionado acima, bem como pelo facto de a mesma, assim como as demais feiras do Nordeste aqui estudadas, estar passando por um projeto de requalificação. Paralelamente, esta feira está sendo avaliada pelo IPHAN- Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional para ser classificada como Património Imaterial do Brasil,

³⁰ Andrade, M. O. de A. (1994). A feira de Campina, tradição e identidade: uma visão antropológica. *Caderno de Ciências Sociais* 34: 26.

³¹ Dados fornecidos pela SEPLAN- Secretaria Municipal de Planeamento a autora em 25 de Janeiro de 2009

³² Alguns desses trabalhos mencionados: Silva, V. P. da (2005). *Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande; Almeida, E. (1978). *História de Campina Grande*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa; Câmara, E. (1998). *Datas Campinenses*. RG Editora e Gráfica. Campina Grande; Câmara, E. (1999). *Os Alicerces de Campina Grande. Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864)*. Edições Caravela. Campina Grande; Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino*. Editora Universitária. João Pessoa; Quirino, E. G. (2003). A feira central: um espaço em ebulição. *IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. CD-ROM, pp. 1013-1020, onde a autora traz uma reflexão acerca das relações primárias e secundárias que se estabelecem no interior da feira de Campina Grande; Costa, A. A. da (2003). *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. A obra iconográfica com imagens da feira na década de 1970 de Coura, R. (2008). *A feira de Campina Grande*. EDUFPB. João Pessoa. Nascimento Sousa, F. G. R. B. de. (2001). *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920- 1945*. Tese de Doutorado em História. Unicamp, Campinas.

como já acontece com a feira de Caruaru-PE. Tais intervenções, iniciativa da gestão pública e sob a chancela da sociedade civil, são vistas no presente trabalho como estratégias de adaptação e de continuidade para que as feiras continuem existindo, mesmo com o surgimento dos novos hábitos de consumo.³³

Assim como a feira de Campina Grande, a de Caruaru-PE constituiu fator central na formação e desenvolvimento da cidade. Localizada no Agreste Pernambucano, no caminho que transportava gado entre o sertão e a zona canavieira do litoral – também chamada de ‘Zona da Mata’ em referência ao espaço dantes preenchido pela então exuberante Mata Atlântica – a cidade de Caruaru tem sua origem no século XVIII, em uma fazenda chamada Caruru que dava pouso aos tangedores, tropeiros, viajantes e mascates, com um rio próximo para dar de beber aos bois, o rio Ipojuca. Tal aglomeração permitiu o surgimento de pequeno comércio de itens e serviços ligados à lida com o gado, com o resultando, com o passar do tempo, na feira. Esta, contudo, só se configurou plenamente quando José Rodrigues da Cruz, proprietário da fazenda, construiu, em 1781, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição³⁴. Foi no seu adro que uma pequena feira se formou para dar sustentação às novas funções que a Fazenda Caruru vinha adquirindo e que, então, com a construção da capela, se ampliavam. De ponto de apoio a boiadeiros e viajantes, a fazenda passou a ser também o lugar para onde os habitantes da região do vale do rio Ipojuca acorriam para realizar suas obrigações religiosas, casar, batizar filhos e entregar a Deus o corpo de seus entes queridos depois da morte³⁵. No século XIX, a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a pequena feira de frutas e verduras, artigos de couro, alimentos e bugigangas diversas, expandiu-se e ocupou a primeira rua do povoado que ajudou a formar. Na medida em que o povoado se dinamizava e crescia, o espaço foi também apropriado pela feira que, por sua vez, e beneficiou de suas dimensões generosas. Nesses dias de comércio ao ar livre, Caruaru não era apenas uma passagem e um ponto de apoio, mas um lugar de convergência das gentes, dos produtos e das artes de um território que, dia a dia, ficava maior.

Ao longo dos séculos XIX e XX, com sua acessibilidade reforçada pela estrada de ferro da Rede Ferroviária do Norte e, mais tarde, pelas rodovias estaduais e federais que a conectaram com várias outras localidades e estados do Nordeste, Caruaru se tornou o polo comercial mais importante da região. No século XXI, esse polo manteve sua importância, atraindo produtos de outras regiões do país e até de outras partes do mundo, de tal maneira que a cidade e a feira ainda se confundem na

³³ Nos referimos aos hipermercados, aos shoppings centers.

³⁴ Ver, a respeito das origens da feira e da cidade de Caruaru: Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade*. Monografia de Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 23.

³⁵ Ver Ferreira, J. E. (2001). *Ocupação Humana do Agreste Pernambucano – uma abordagem antropológica da história de Caruaru*. Ideia. João Pessoa.

contemporaneidade: uma é inconcebível sem a outra.

A feira de Caruaru continua sendo importante oportunidade de trabalho, geração de renda e de inclusão no mercado consumidor para um grande contingente populacional, o que lhe conferiu uma capacidade de elevada atração e ocasionou o seu crescimento desmedido. Com o tempo, cresceram também as pressões para que fosse transferida, já que a área central de Caruaru ficava intransitável nos dias em que ocorria.

Instalada durante mais de dois séculos no centro da cidade, a feira foi transferida, em 17 de Maio de 1992, para o Parque 18 de Maio, área que conta com mais de 40.000m² e agrega mais de 10.000 barracas e bancos oferecendo os mais variados produtos. Hoje continua aí localizada. Atualmente, a feira de Caruaru encontra-se desdobrada em, pelo menos, três outras: a Feira do Gado, há dez anos considerada a maior do Brasil e que está localizada no bairro do Cajá, próximo ao aeroporto; a Feira do Artesanato, primeiro sector a ser separado e instalado no Parque 18 de Maio; e a chamada “Feira Livre”, também localizada no parque e que contém todos os demais sectores, os quais, por sua vez, também são denominados de “feiras”.

Na Feira Livre encontram-se as tradicionais áreas de venda de frutas e verduras; de raízes e ervas medicinais; de calçados e artigos de couro; de ferragens e artigos de flandres; de fumo; de bolos, gomas e doces; e de confeções populares ou “feira de roupas”. A esses sectores de procedência mais antiga juntaram-se as chamadas “feiras” de flores e plantas ornamentais; de artigos de cama, mesa e banho; e, apenas aos sábados, a chamada “feira do Troca-Troca”, onde, por meio de escambo, objetos usados são trocados por outras mercadorias. A Feira do Artesanato e a Feira Livre (com exceção desse último sector) funcionam de segunda a sábado. A Feira do Gado ocorre apenas às terças-feiras, iniciando-se sua instalação na noite anterior.

É relevante destacar que, por ocasião da transferência da feira de Caruaru das ruas centrais para o antigo Campo de Monta, introduziram-se duas novidades importantes: o surgimento da feira de artigos importados – também chamada de “feira do Paraguai” – que se instalou numa área do parque próxima ao estacionamento, e a agregação da feira da Sulanca. Ambas funcionam às terças-feiras. A feira da Sulanca reúne pessoas e micro empresas, de perfil caseiro ou familiar, que produzem, de modo semi-industrial, artigos diversos de vestuário para consumo popular. A atividade, começou com costureiras da região aproveitando sobras de tecidos sintéticos de fábricas paulistas, daí o termo sulanca, competindo com as mercadorias originadas da região sul. Apresentou crescente desenvolvimento a partir dos anos 1980, gerando um polo de confeções que envolve, atualmente, os municípios de Caruaru-PE, Toritama-PE e Santa Cruz do Capibaribe-PE. As produções desse polo, que

fornece material no atacado para São Paulo e outros estados, são vendidas em casas comerciais e shoppings da região e também, de modo informal, nas feiras da Sulanca que ocorrem semanalmente nos municípios citados. Apenas em Caruaru, essa feira movimentou, em 2004, R\$ 22 milhões por semana e conta, aproximadamente, com cerca de 22 mil feirantes, entre cadastrados e “invasores”. Hoje, constitui uma das âncoras de sustentação econômica da feira de Caruaru, na medida em que concorre com os estabelecimentos que vendem produtos industrializados do gênero. Nas terças-feiras, o fluxo de pessoas no Parque 18 de Maio aumenta consideravelmente, com comerciantes e revendedores vindos de várias localidades do estado, do Nordeste e de outras regiões do país para comprar na Sulanca. O movimento é tal que, nesses dias, a área do parque não é suficiente para abarcar esse comércio. Várias ruas no seu entorno são tomadas por feirantes, fazendo retornar os antigos conflitos com a circulação de automóveis no centro da cidade.

A chamada feira do Paraguai, por sua vez, ocorre nos mesmos dias da Sulanca, em local contíguo a esta, aproveitando o seu movimento e a presença de compradores de outras localidades e estados. De modo geral, os produtos, que vão de aparelhos eletrônicos e objetos de decoração a bijuterias e perfumes, vêm do Paraguai e de São Paulo e são revendidos aos feirantes por intermediários. Segundo informações constantes do dossiê de registro da Feira de Caruaru, a maioria dos itens comercializados é falsificada, embora esse traço esteja diminuindo em função da maior fiscalização e até tributação dos produtos.

Atualmente, portanto, a feira de Caruaru faz parte de um conjunto de feiras com graus distintos de permanência no tempo e, conseqüentemente, de enraizamento na cultura local e no imaginário regional e nacional. Ela própria possui sectores ou “feiras” que têm densidades históricas e culturais distintas, bem como níveis de transformação e incorporação de novos produtos igualmente diversos. Mantém inalterados, entretanto, alguns traços essenciais: continua vendendo, como se diz lá, “de tudo o que há no mundo” e sendo um ponto focal de referência da cultura pernambucana e nordestina no conjunto das formas de expressão, saberes, ofícios, modos de fazer, viver, comer, vender e comprar que abriga. Todos esses valores foram reconhecidos no título de Patrimônio Imaterial do Brasil que a feira de Caruaru recebeu, em pedido encaminhado ao Presidente do Iphan, no dia 24 de Fevereiro de 2006³⁶.

As características múltiplas da feira quanto à sua origem e às adaptações que sofreu, os elementos de permanência e mudança no que respeita às mercadorias e formas de pagamento — que

³⁶ O título teve como proponente a Prefeitura Municipal de Caruaru, e foi endossado pela Superintendência da Regional do Iphan em Pernambuco e por várias instituições locais. Descreveremos este processo, mais especificamente, na parte III desta tese, em seu item 8.2: O caso da Feira de Caruaru: patrimônio imaterial do Brasil, pp. 489-511

incluem desde a caderneta do fiado aos cartões de crédito e cheques pré-datados — ilustram nossa tese de que a sobrevivência das feiras na contemporaneidade deve-se a uma relação dialética entre transformação / adaptação e permanência, estratégias de resistência dos sujeitos no contexto da globalização.

Outra feira nordestina brasileira que elegemos para este estudo é a de São Joaquim, localizada em Salvador-BA. As feiras de Salvador surgiram como feiras urbanas seguindo o modelo português, mas atreladas à zona portuária como lugar de abastecimento. Até meados do século XIX, era intenso o comércio em volta do cais e nas pequenas ruas em seu entorno, região do atual porto soteropolitano. A cidade baixa era a zona mais povoada de Salvador, com seus espaços bem definidos. Nos sobrados, os grandes comerciantes habitavam o primeiro andar, no segundo ficavam os escravos, sendo o térreo geralmente o lugar do comércio.

O surgimento das primeiras feiras de Salvador deu-se na ambiência das trocas comerciais que se estabeleciam no porto, local de grande diversidade e concentração de atividades. Diferentemente da feira de Campina Grande, que teve seu crescimento comercial devido à chegada do trem, as feiras livres de Salvador surgem no cais e têm nos saveiros os principais meios de transporte, instrumento facilitador para o comércio alimentício. Os saveiros que aportavam em ancoradouros da capital baiana tinham origem em toda região sul do Recôncavo, como Camamu, Caiuru e Boipeba³⁷. Até finais do século XIX, um elemento social relevante no universo urbano eram os “escravos de ganho”, cujo principal lugar de trabalho eram as feiras. Ali comercializavam frutas, verduras, peixes, artesanato, mingaus e refeições. Quando libertos também encontravam nas feiras o ambiente de acolhida.

A feira de São Joaquim data de 1964, ano do golpe militar no Brasil. Curiosamente, teve sua origem marcada por um episódio que contribuiu para a mudança do destino de muitos que dela viviam — um incêndio ocorrido em 05 de setembro de 1964, que fez com que a feira de Água de Meninos fosse destruída e seus feirantes remanejados para a enseada de São Joaquim, local onde permanece atualmente³⁸. A feira de Água de Meninos já era remanescente de outra, a feira do Sete. Em Água de Meninos já existia uma feira móvel desde o século XVII. Era palco para vários personagens que exerciam suas atividades num contexto socioeconômico, racial e cultural próprio. Homens, mulheres e crianças criavam e recriavam suas histórias quotidianas, resistindo ao progresso, à urbanização e à modernização. A socióloga Eliete da Silva Barros, em sua dissertação de mestrado sobre as crianças

³⁷ Schwartz, S. B. (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Companhia das Letras. São Paulo, p. 89

³⁸ Mais detalhes sobre a origem duvidosa do incêndio de Água de Meninos, que marcou a vida dos sujeitos que viviam e conviviam na feira, serão tratados no capítulo em que discorreremos sobre os interesses conflitantes relativos à permanência e continuidade das feiras, associados aos impactos da modernização nas urbes brasileiras e portuguesas.

na feira de São Joaquim³⁹, examina sua trajetória histórica. A autora relata que a Feira de São Joaquim inicia sua trajetória com a Feira do Sete, nome originado da sua posição geográfica no porto, já que ficava instalada no areal que ia da Jequitaia até o sétimo galpão da Companhia da Docas da Bahia. Esta última, datada dos anos 20 do século passado, era uma feira móvel com produtos que vinham do Recôncavo Baiano em saveiros (frutas, farinha, rapadura, cerâmica e artesanato). Mesmo contrariando os poderes públicos e já como mostra de resistência, os feirantes se fixaram naquele local, originando a feira de Água de Meninos em 1932.

No início dos anos 50 do século XX, a capital Baiana retomava sua vitalidade comercial principalmente devido à exploração de petróleo⁴⁰, aglutinando inúmeros imigrantes que fugiam do chamado “polígono das secas” para se aventurarem em Salvador. Centenas de nordestinos, sergipanos, alagoanos, paraibanos e outros fixaram residência soteropolitana, e tiveram acolhida no mercado informal da feira de Água de Meninos. Após o episódio que destruiu a feira em 1964, os feirantes, como já foi dito, foram relocados na enseada de São Joaquim.

Atualmente, a feira de São Joaquim ocupa uma área de 34.000m², em terreno cedido pela União, entre os bairros do Comércio e da Calçada, tendo seu entorno marcado pela Baía de Todos os Santos, o Terminal de ferryboat, a Escola Pública Oscar Cordeiro, a Instituição Casa dos Órfãos de São Joaquim e diversos supermercados, a exemplo da Cesta do Povo. Funciona de domingo a domingo, das 05 da manhã às 18:00 h.. Aos domingos as atividades são encerradas às 13:00 h.. Do ponto de vista espacial, a feira está dividida em 10 quadras e em torno de 60 ruas⁴¹. Conta com aproximadamente 7.500 feirantes, dos quais cerca de 3.500 estão associados num sindicato. As atividades comerciais são múltiplas. Compreendem desde a venda a varejo realizada pelos barraqueiros e ambulantes, passando pela venda a atacado para revenda (que tem nos armazéns local de distribuição), até sectores de serviço representados por profissionais como sapateiros, costureiras, alfaiates, cabeleireiros, manicura, pédicure, conserto de electro eletrónicos, postos de difusão para jogos de azar (jogos de bicho, loterias, jogos eletrónicos em vídeo games) e restaurantes, entre outros. A gama de mercadorias comercializadas inclui folhagens, frutas e verduras, cereais, aves vivas e abatidas, carne, peixe, refeições prontas, produtos para a culinária baiana como a massa pronta do acarajé, artesanato, artigos religiosos, utensílios domésticos, CDS e DVDs.

³⁹ Barros, E. da S. (2008). Criança na Feira de São Joaquim cit..., p.28. Apud: Mello, Maria A., Moura, Jorge e Lobo, Ana. (1992, Dezembro) Feira livre: um mercado afro-brasileiro. Em: Veracidade. Revista do Centro de Planeamento Municipal, n. 4, p.27. Salvador.

⁴⁰ Ver Paim, M. R. da S. (2009). *Do sete a São Joaquim*, p. 43.

⁴¹ Dados informados entrevista com o Sr. Joel Anunciação, feirante em São Joaquim e Presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador. Em 13 de Junho de 2009.

A feira de São Joaquim tem uma particularidade que deve ser destacada, em relação às demais feiras estudadas, no Brasil ou em Portugal, qual seja, o facto de ser administrada não pelo poder público municipal diretamente, mas sim em gestão compartilhada e administrada em conjunto pelo sindicato, pela associação dos feirantes e pelo administrador municipal. Esta última figura passou a existir em 2004, criada na gestão do prefeito João Henrique Carneiro. Tal configuração de gestão, ao tempo em que se apresenta como uma forma democrática, também origina inúmeros conflitos internos relativos às competências de cada entidade.

Outro aspecto que consideramos importante destacar quanto à feira baiana diz respeito às estratégias de permanência. São elas que permitem que a mesma continue existindo diante da concorrência dos equipamentos comerciais como os supermercados, inclusive no seu entorno. Nos referimos à iniciativa do poder público municipal, com a chancela de órgãos estaduais e federais — a exemplo dos Ministérios da Cultura, Turismo e Planejamento —, no que diz respeito ao projeto de requalificação do sítio, com elementos de adaptação e de permanência, elaborado por esses órgãos com o apoio da sociedade civil.

Visando a requalificação, o Governo do Estado, por intermédio do IPAC - Instituto do Património Artístico Cultural, realizou reuniões periódicas denominadas de “marcos teóricos”, dividindo as discussões em três grupos de temáticas diferenciadas. O primeiro grupo, dedicado à gestão, teve como objetivo discutir as diretrizes administrativas com o modelo de gestão compartilhada através da formação de comité gestor. O segundo grupo tratou de infraestrutura e meio ambiente, temas considerados em conjunto com vistas à elaboração de projeto arquitetónico. O terceiro grupo, denominado sociocultural, cuidou dos elementos correspondentes à manutenção dos valores culturais, valorizando o espaço a partir dos saberes, ofícios, modos de fazer e expressões tradicionais que se encontram na feira, buscando, portanto, mesmo diante da requalificação, as condições de permanência. Esses saberes estão relacionados à medicina popular e ao conhecimento dos usos de ervas e plantas; a ofícios relativos à confeção de utensílios e objetos de folha-de-flandres, de couro, de barro, de pano tecido à mão, de palha, de vime; modos artesanais de fazer farinha, gomas, doces, acarajé, caruru, abará, bolos e outras comidas da culinária baiana; ao beneficiamento de produtos como o fumo de rolo; a criações e expressões artísticas populares como o artesanato figurativo de barro, o cordel, as rodas de capoeira, a poesia, a música. Esses e outros aspectos da feira de São Joaquim foram pesquisados numa série de trabalhos académicos⁴².

⁴² Contamos com a colaboração dos seguintes trabalhos: BARROS, Eliete da Silva. *Criança na Feira de São Joaquim...*, estudo que em muito contribuiu para percebermos as configurações das relações de trabalho que têm em São Joaquim seu cenário; PAIM, Márcia Regina da Silva. *Do sete a São Joaquim* cit..., que, para além de se tratar de um estudo de género,

As Feiras do Noroeste português

Desde os primórdios da nacionalidade que os monarcas portugueses, junto com a concessão das cartas de foral para a criação dos Concelhos, iam concedendo também cartas para funcionamento das feiras, assim promovendo o desenvolvimento demográfico, social e comercial desses lugares.

As feiras no Noroeste de Portugal existem desde o período Medieval. Inicialmente, seu objetivo era alimentar a população local, com a produção comercializada a varejo nos conhecidos mercados. Naquela época, as feiras já constituíam espaços de sociabilidade, visto que era nelas que aconteciam reuniões mensais de mercadores de várias regiões. No período, a navegação pelo mar mediterrâneo era restrita ao domínio de muçulmanos no norte da África e parte da Península Ibérica. O comércio terrestre partia dos portos italianos, levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental. Muitas formas de comércio varejistas foram sendo aperfeiçoadas, a exemplo das quitandas, do tabuleiro na rua, e das técnicas de venda e de convencimento presentes nas falas dos protagonistas desse comércio milenar, os feirantes.

As feiras portuguesas “sobreviveram” na época moderna e na contemporaneidade, continuando a se configurar como espaços onde se estabelecem relações comerciais e sociais. São atualmente *loci* de pluralidade identitária, onde se verifica a presença de etnias diversas, a exemplo dos ciganos e de imigrantes oriundos de países próximos como a Espanha e a Itália. Destaca-se, sobretudo, a presença de chineses e de indivíduos oriundos de outros povos orientais que, diante da abertura de mercado vivenciada em Portugal, transitam livremente comercializando seus produtos nas feiras. Tais identidades plurais são efeito de processos históricos como a globalização, que não provocam necessariamente rupturas radicais nas identidades daqueles que frequentam esses ambientes sociais, uma vez que as identidades são múltiplas e não estáticas, como sugerem certos estereótipos.

Para a escolha das feiras a serem estudadas na região do Minho, Noroeste de Portugal, foram tidos em conta dois critérios: antiguidade e permanência. Ao analisarmos a distribuição das feiras em território português, ao longo dos meses do ano, percebemos uma concentração delas nessa região, o equivalente a quase uma feira diária em diferentes sítios. Lá realizam-se, entre outras, a feira de Ponte de Lima (quinzenalmente às segundas-feiras), a de Mondim de Basto (nas primeiras

apresenta-se como um trabalho que versa sobre o cotidiano de São Joaquim representado pelos seus principais personagens, os feirantes. Além dessa contribuição, a autora faz uma retrospectiva histórica sobre a feira atual, como sendo remanescente da feira do Sete e de Água de Meninos. Um outro trabalho que deu subsídio para entendermos o universo cartográfico de São Joaquim foi Lima, L. B. (2002). *Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção quotidiana*. Monografia de Conclusão de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Nele, o autor nos inquietou com sua proposta de trazer uma reflexão acerca da dimensão territorial dos vetores económicos, políticos e culturais presentes na feira.

segundas-feiras do mês), a feira semanal no parque de Exposições em Braga e no entorno do mercado (às terças-feiras), as de Vila Nova de Famalicão, Fafe e Barroelas (semanalmente às quartas-feiras), a de Barcelos (às quintas-feiras), as de Viana do Castelo, Vila do Conde, Guimarães e Vila Real (às sextas-feiras) e de Caminha em Celorico de Basto, Musão Frio e São Gonçalo de Amarante (aos sábados)⁴³. Já o quinhentista Frei Bartolomeu dos Mártires notava que “(...) não só Viana, mas toda terra de Entre Douro e Minho é uma feira contínua de comprar e de vender e embarcar e mercadejar (...)”⁴⁴. Facto similar é observado em relação à Europa por Braudel, o qual comenta que “ (...) o calendário destas reuniões sucessivas mostra que elas aceitam dependências recíprocas, que os mercadores passam de uma feira para outra com seus carros e mercadorias”⁴⁵.

Nosso estudo versa sobre algumas das feiras desta região que se fazem presentes desde a época feudal, e que se mantêm mesmo diante da concorrência dos centros comerciais instalados nas cidades, trazendo novos hábitos de consumo. Como ocorre no Brasil, as feiras mantêm-se com base em estratégias de adaptação e de mudança, que fazem com que resistam.

A feira de Ponte de Lima, localizada na região norte de Portugal, constituiu ao longo dos séculos um polo dinamizador da atividade económica regional, uma vez que concentrava pessoas de várias localidades do distrito de Viana do Castelo, bem como de toda a província do Minho e da região da Ribeira Lima. É a mais antiga do território português⁴⁶, datada de 1125, mencionada no foral concedido pela primeira rainha de Portugal, D. Teresa⁴⁷ (1080-1130).

As feiras portuguesas, desde a sua origem, foram consideradas como encontros periódicos, realizados uma vez por semana, quinzenalmente, mensalmente ou uma vez por ano. Quando anuais, como as feiras francas, duravam e ainda duram uma semana inteira. Na sua origem, conforme foi dito, serviam como suporte para suprir as necessidades das explorações económicas da zona rural, que tinham como principais produtos trigo, centeio, aveia e cevada, no inverno; e milho, uva para o fabrico de vinho, legumes, feijão, favas, ervilhas, lentilhas, maçãs, peras, ameixas, figos, pêssegos, nozes, avelã, linho e tecidos para o vestuário, no verão. Atualmente, ainda se conservam não só algumas

⁴³ Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho. *Calendário das feiras*. Acedido em 25 de Novembro de 2010, em: http://www.afdp.pt/index_ficheiros/Page1387.html.

⁴⁴ Oliveira, A. (1997). Braga e o Arcebispado no tempo de D. FR. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582). *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*. Série II, vol. 14:283.

⁴⁵ Braudel, F. (1995). *Civilização Material e Capitalismo: séculos XV a XVIII. Os instrumentos da troca*. 1º Vol. Tradução de Telma Costa. Martins Fontes. São Paulo, p. 73 (“Feiras grandes mercadores, evolução das feiras, feiras e circuitos”).

⁴⁶ Afirmação presente em Rau, V. (1981). *Feiras medievais portuguesas...*, p. 63.

⁴⁷ Filha do rei D. Afonso VI de Castela e Leão, tornou-se a primeira rainha de Portugal. Casou-se com Henrique de Borgonha, e, por ocasião da morte do marido, administrou o Condado Portucalense por uma década. Este condado fizera parte de seu dote de casamento, e compreendia os cobiçados territórios ao sul do Minho. A partir de 1096, estende-ria-se entre o Minho e o Tejo. Sobre a biografia da rainha ver: Cassotti, M. (2008). *D. Teresa - A Primeira Rainha de Portugal*. Ed. Esfera dos Livros. Lisboa.

barracas para a comercialização de tecidos e manufaturas de armarinhos, mas também o comércio do gado vivo (no passado com maior relevância)⁴⁸.

A feira de Ponte de Lima constituiu-se e ainda se mantém como um espaço de troca de informações e de sociabilidades. Como nota José Aníbal Gomes, “era nas feiras que se obtinham notícias do que se passava pelo mundo, do resultado das colheitas das regiões circunvizinhas, se trocava ideias, contavam histórias, lendas...”⁴⁹. Assim como as demais feiras, a de Ponte de Lima vai além de um simples local de compra e venda de mercadorias. As feiras são lugares privilegiados onde se desenvolve uma série de relações sociais, são ponto de encontro tradicional de amigos ou de simples conhecidos, lócus escolhido para os mais variados atos da vida social, mantendo assim um sentido de permanência e de identidade. Isto é ilustrado por trecho do depoimento da freguesa entrevistada, Sra. Carmem Santos⁵⁰: “É o local onde há muita coisa para comprar e para conviver, é uma distração, há pessoas que tiram a segunda para se juntar, passear depois do final de semana”. Também o Sr. Américo Macedo⁵¹, feirante há 20 anos do ramo de peixes, quando indagado a respeito do que mais lhe atraía na feira, afirmou: “O trabalho em si, por onde ganhamos a nossa vida, lidar com os clientes, os passatempos com os nossos vizinhos, nossos colegas, fazer amizades e inimizades também”. E a propósito das alegrias e tristezas lá vivenciadas: “Triste: quando sabemos que algum familiar faleceu; alegre: a convivência com os nossos vizinhos de barracas, e quando não se vende não fazemos farra, mas nos divertimos uns com os outros”.

Assim, a feira de Ponte Lima ainda é, no presente, um lugar de sociabilidades e de diversão, sobretudo para aqueles que a frequentaram no passado e rememoram suas experiências, quando a revisitam. É o caso da freguesa há mais de trinta anos Maria do Céu⁵², que diz: “Para mim que desde pequeninha vim e gosto de vir [...] a feira de Ponte de Lima é uma feira popular, as pessoas quando vêm aqui vêm porque gostam da feira, é tradicional e tem de tudo um bocadinho, é uma feira importante para nós da região...”.

Ainda hoje a feira de Ponte de Lima é considerada como uma das mais concorridas no norte de Portugal, tendo oitocentos feirantes cadastrados, com a câmara arrecadando, vinte cinco mil euros

⁴⁸ “As origens de Ponte de Lima”, Limiana, Página Regional de Arqueologia Artística e Etnografia limiana de Ponte de Lima, n.37. Jornal Semanário Cardeal Saraiva. (1980, 11 de Abril). Folhetins publicados entre 1969 e 1991, pp. 10-11.

⁴⁹ Gomes, J. A. M. (2002). D. Teresa e a Vila de Ponte. Alguns subsídios bibliográficos e históricos. Separata da revista “O anunciador das feiras Novas”, XIX: 9.

⁵⁰ Entrevista com Sra. Carmem Santos, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁵¹ Entrevista com Sr. Américo Macedo, feirante, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁵² Entrevista com Sra. Maria do Céu, freguesa, em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

por feira⁵³. É também concorrida dada a diversidade de produtos comercializados, o artesanato, apresentações musicais e danças típicas da região.

Apesar da evolução tecnológica, ainda se mantêm hábitos do passado como “marralhar” ou “regatear” os preços dos produtos, a venda de alguns produtos típicos da região como tamancos em madeira para as lavradeiras que residem nas aldeias, as sardinhas, o bacalhau, adereços para animais, cestarias, a travessa de barro, a caneca, o artesanato em geral. Como nos diz o fiscal Martins: “(...) É muito importante, ainda faz escoamento dos artigos dos lavradores do concelho, ainda se vê milho, centeio, linha, ovos, recebe pessoas de cinquenta freguesias, fora outros concelhos. A feira de Ponte de Lima é a segunda maior do país, Barcelos é a principal”⁵⁴. Na mesma direção, diz a freguesa Maria do Ceú, citada anteriormente: “É mais cómodo, e eu gosto sempre de comprar aqui porque são coisas que as pessoas trazem de casa, são produtos mais naturais (...) tem diversas roupas, não são roupas de marca, mas são mais confortáveis, dá para o nosso dia-a-dia.”

Em relação ao hábito de “marralhar” ou “regatear”, o qual também constitui um importante atrativo, sobretudo se comparado aos supermercados, a mesma freguesa continua: “(...) gosto de vir aqui por causa disso, pela amizade, pelo jeito como as pessoas acolhem diferente dos supermercados, e se quiser fazer desconto, as pessoas dão enquanto nos supermercados é o que está lá mesmo”⁵⁵.

Mesmo representando um espaço de grande importância para a economia local, para a manutenção do tradicional e como lugar de sociabilidade, a Feira de Ponte de Lima tem sofrido ameaças constantes da concorrência. Os hipermercados, lojas e centros comerciais, espalhados por todo o concelho e vizinhança, condicionam as formas tradicionais de comercializar. Em Portugal e nos demais países capitalistas, no século XX, “inúmeras foram às transformações que ocorreram na produção, na distribuição, na troca, no consumo e nas relações sociais”⁵⁶. A dinâmica social e espacial deste período é caracterizada pelo novo formato de vida urbana, no qual transformações no comércio têm papel de destaque. Novas formas de consumo foram implantadas, sobretudo nos novos lugares de comércio — supermercados, *shopping centers*, hipermercados, franquias e as lojas de conveniência. Os supermercados⁵⁷ constituem superfícies comerciais que concentram territorialmente e financeiramente o capital, possibilitando às pessoas encontrarem, num mesmo local, um grande conjunto de

⁵³ Informação adquirida na entrevista com fiscal municipal há mais de 30 anos, Sr. António Martins, em 10 de Dezembro de 2007, na Câmara municipal de Ponte de Lima.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Entrevista com a Sra Maria do Ceú, freguesa, em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

⁵⁶ Silva, C. H. C. (2000). *24 Horas de Comércio na Cidade de São Paulo: Estudo sobre os Supermercados e as Lojas de Conveniência*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, p. 56.

⁵⁷ Pintaudi, S.M. (1981). Os supermercados na grande São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejistas de géneros alimentícios nas grandes metrópoles. Dissertação de Mestrado em Geografia. USP, São Paulo, pp. 37-54.

mercadorias disponíveis para seu abastecimento, não sendo necessário ir a vários pontos da cidade para a compra de produtos.

Para alguns, a feira representa como que uma espécie de shopping. No dizer da freguesa, Sra. Piedade⁵⁸, proporciona “preços, compará-los e mais variedade; nas lojas antigamente tinha mais coisas, são coisas específicas, na feira não; tem de tudo um pouco, é quase um shopping, costume dizer que é o shopping dos pobres.” Contrariando esta opinião, boa parte dos fregueses e feirantes se reporta à diminuição do movimento da feira em consequência da chegada das grandes superfícies. O feirante Sr. Manoel Ferreira⁵⁹, quando indagado sobre as diferenças entre a feira de hoje e a de vinte anos atrás, diz: “As grandes superfícies vieram tirar às feiras, as pessoas se afastaram e a tendência é se acabar. Está difícil. Antes se ganhava dinheiro, hoje gasta-se”. Vão na mesma direção os depoimentos da também feirante Sra. Maria José⁶⁰: “está baixo o negócio, falta de dinheiro e muitos hipermercado, baixa o nosso negócio”; e da freguesa já citada anteriormente, Maria do Céu⁶¹: “hoje há mais supermercados (cita o nome de dois), as pessoas vêm à feira, mas os supermercados tiraram muito as pessoas das feiras, porque antes (elas) vinham mais”. O também já citado fiscal Sr. António Martins faz a mesma observação: “Concorrência, tendência a acabar. O comerciante local está a acabar por causa dos hipermercados e produtos chineses”⁶². Outra diferença apontada, em relação ao passado da feira, diz respeito aos novos atores chineses e ciganos⁶³: “Ir à feira é competir com as grandes superfícies (...) vemos agora um grupo de pessoas que passou a dominar o espaço das feiras: os ciganos (...) temos uma pequena amostra do que é a feira de hoje: vendem-se sapatos, roupas interiores, camisolas e a *t'shirt* da moda”, diz o fiscal António Martins. E continua: “(...) tivemos ouro e prata e hoje não tem mais, hoje temos artigos modernos: chineses e ciganos vendem”⁶⁴. Os pequenos mercados especializados de rua — açougues, confeitarias, etc. — também sofrem e fecham as portas, assim como os pequenos supermercados situados em bairros.

Além da feira de Ponte de Lima, elegemos para estudo a de Barcelos, no distrito de Braga. Como as feiras nordestinas brasileiras, esta localiza-se num ponto privilegiado de circulação na região do Minho. O concelho de Barcelos faz fronteira com mais sete concelhos (Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Verde, Braga, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Esposende) e com dois distritos

⁵⁸ Entrevista com a Sra. Piedade, freguesa em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

⁵⁹ Entrevista com o Sr. Manuel Ferreira, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁶⁰ Entrevista com a Sra. Maria José, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁶¹ Entrevista com a Sra. Maria do Céu, feirante em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

⁶² Informação dada em entrevista concedida à autora pelo fiscal municipal Sr. António Martins, em 10 de Dezembro de 2007, na Câmara municipal de Ponte de Lima.

⁶³ Fato também observado por Campelo, Á. (2006). *Património imaterial de Ponte de Lima*. Câmara Municipal. Ponte de Lima.

⁶⁴ *Ibidem*.

(Viana do Castelo e Porto)⁶⁵. As freguesias mais distantes encontram-se entre 10 e 18 km, o que implica ótimas condições de acessibilidade ao centro do concelho. A cidade apresenta-se como um nó viário, já que nela afluem nove estradas nacionais, possibilitando trocas comerciais entre o mar e as planícies. Feiras semanais ou quinzenais têm lugar em todos os concelhos em volta de Barcelos (feiras de Ponte de Lima, Vila Nova de Famalicão, Braga, Esposende, etc.). Os feirantes são itinerantes, como em toda região norte de Portugal. Muitos foram encontrados por nós, nas pesquisas de campo, em mais de uma feira.

A feira de Barcelos teve sua origem ainda no medievo. Há registros dela do ano de 1412⁶⁶, data em que o rei D. João I, a pedido de D. Afonso, seu filho e conde de Barcelos, concedeu a esta vila uma feira por ano, com duração de 15 dias, a realizar-se na primeira quinzena de agosto no antigo campo de Salvador. A feira coincidia com a festa litúrgica do Salvador, patrono do local, em 06 de agosto.

Atualmente realiza-se todas as semanas, às quintas-feiras, no Campo da República. Ocupa uma área de aproximadamente 25.000m², distribuída em vários sectores, de acordo com as atividades desenvolvidas: panificação, flores, produtos hortícolas, sementes, frutas, ervas, folhagens, artesanato (loiça regional e cerâmicas, utilitárias e para decoração), alumínio, tecidos, malhas calçados, roupas prontas, miudezas, mobílias, ferreiros, ourives, alfaiates.

Produtos artesanais, em barro, figurado, decorativo ou utilitário, são os mais conhecidos e procurados na feira de Barcelos. Um exemplo é o galo de Barcelos, figura associada à cidade, mas sobretudo símbolo do Estado Português, conhecido mundialmente. Mas a feira reúne pouco menos de quinhentos agricultores, originários do concelho e do distrito de Braga como um todo. Entre os produtos hortícolas comercializados, encontram-se hortaliças, frutas da época e aves.

A administração da feira é da responsabilidade do poder público municipal, sendo a Câmara municipal responsável por ela. Oferece aos feirantes lugares determinados, sanitário público e segurança, deles recolhendo taxas anuais que vão de 600 a 1.000 euros, a depender do local e da atividade.

A feira de Barcelos conta com visitantes e comerciantes das 89 freguesias do concelho, que fazem do dia da feira um evento semanal. O ritual inicia-se desde a noite anterior, com a montagem da feira na madrugada. Os caminhões de mercadorias chegam antes das seis da manhã para abastecer os lugares montados pelos feirantes, os chamados arraias, e por volta das oito horas da manhã inicia-se a venda das mercadorias. As atividades encerram-se às 17:00h.

⁶⁵ Ver Simão, cit..., p.32.

⁶⁶ Ver Rau, V. (1981). *Feiras medievais portuguesas cit...*, p. 139.

De acordo com os entrevistados, na feira de Barcelos encontram-se todos os artigos que já se vendiam 20 ou 30 anos atrás. No entanto, diante da modernização, os artigos foram se adaptando às necessidades do mercado. Desta feita, os artigos de carpintaria, por exemplo, evoluíram para as mobílias prontas; em vez de tecidos e retalhos, passou-se a comprar roupas prontas. Estas são, a nosso ver, algumas estratégias que a feira encontra para continuar existindo, adaptando-se às novas demandas do mercado, mas não perdendo os aspectos essenciais peculiares desse universo mercantil e cultural. Nos referimos aos modos de agir, de falar, de conquistar os fregueses, à persuasão, à barganha e à diversidade de produtos ofertados. Nesse sentido, a feira de Barcelos se constitui num grande centro comercial, que absorve os produtores, os vendedores e mesmo os desempregados, que lá tornam-se recém-empregados informais.

Um fator que chama atenção é a rivalidade existente entre os comerciantes locais e os feirantes. Os primeiros argumentam que a concorrência da feira é desleal para o comércio local, que paga impostos e é legalizado, enquanto os feirantes são isentos de qualquer imposto, pagando apenas as taxas que lhes são cobradas pela câmara municipal para utilização do espaço. Por sua vez, os feirantes queixam-se dos comerciantes fixos porque, segundo eles, estes dispõem de toda infraestrutura de que os clientes precisam.

A terceira feira portuguesa investigada é a de Vila do Conde, cidade sede do Concelho com trinta e três freguesias e pertencente ao Distrito do Porto. Faz fronteira com o município de Póvoa de Varzim, cidade litorânea com atividades comerciais marítimas.

Segundo o livro de atas de Vereação, a feira de Vila do Conde também tem sua origem no período medieval, nomeadamente em 1466. Seu local inicial foi a Praça Velha, Paços do concelho, atual Praça Antero de Quental. Já naquela época observa-se a inter-relação entre o desenvolvimento da cidade e a realização da feira semanal, em função das receitas arrecadadas aos cofres públicos. Em finais do século XV, há um aumento significativo dos mercados fixos locais, a expansão de regulamentos régios municipais e da fiscalização dos atos de compra e venda das mercadorias, por parte do poder público, além de aumento nos valores tributários⁶⁷. Em que pese o declínio das atividades comerciais internas em Portugal, a partir do século XVI, em função da ênfase na empresa marítima ultramarina europeia, o Concelho de Vila do Conde ainda institui, em 1704, a Feira Franca de

⁶⁷ Material de divulgação de evento realizado em Vila do Conde, promovido pela Câmara Municipal, que teve como tema “Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea. Ver: Garrido, L. (Coord.). (2005). Actas do 3º Encontro de História. *Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea. Terra e Terra, N. 31*. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde.

Santo Amaro⁶⁸, por autorização do Poder Régio.

Outro elemento que ilustra a importância e representatividade que as feiras de Vila do Conde tinham junto à comunidade é a regularização dos dias de feira. A partir de 10 de Agosto de 1934, as feiras passaram a realizar-se semanalmente, às sextas-feiras. Além disto, diferentemente de muitas sedes de concelhos em Portugal em que não existem feiras francas ou em que estas ocorrem apenas uma vez no ano, em Vila do Conde feiras francas são realizadas semestralmente, a primeira em 20 de janeiro (Feira dos 20, Feira dos Namorados ou Feira de São Sebastião)⁶⁹ e a segunda em 03 de agosto (Feira de Santo Amaro)⁷⁰.

O facto acima, assim como a resistência da feira mesmo face à concorrência de novos lugares de consumo e da presença de comerciantes chineses — naquele sítio se concentra o maior polo fabril e de comércio em varejo de mercadorias chinesas⁷¹ —, são as principais razões pelas quais a feira de Vila do Conde foi escolhida para estudo. A atuação de chineses na região é enfocada por muitos entrevistados e será explorada adiante, neste trabalho. A título de ilustração, mencionamos aqui o depoimento da feirante Maria de Lurdes que, quando indagada sobre as diferenças entre a feira de hoje e as de vinte anos atrás, diz: “ (...) antes tinha menos feirantes, e vendia-se mais um bocadito⁷², (...) vejo a concorrência não só na feira, mas também das lojas, hipermercados, e também esses chineses que hoje tem para todo o lado”.

Apesar da concorrência dos equipamentos comerciais urbanos instalados no Concelho e em seu entorno, sobretudo a partir de 1986, em Vila do Conde a Câmara Municipal tem tido elevado crescimento nos valores arrecadados aos cofres municipais, dado o crescimento no número de feirantes ⁷³. A arrecadação passou de 28.987 euros, em 1986, para 305.014 euros, em 2007⁷⁴. A

⁶⁸ Facto que será melhor abordado no item que se refere às Feiras Francas, desenvolvido no capítulo 1 deste trabalho em tópico intitulado “Feira e suas derivações conceituais, resultado de valores culturais”.

⁶⁹ Ver Feiras Francas e Feira dos Namorados em: Neves, J. P. (1991). *Vila do Conde*. Edição da Secção Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde, pp. 65-70 (“Mercados e Feiras Francas”).

⁷⁰ Feira dos 20 e feira de Santo Amaro. (1984, 19 de Janeiro) *Jornal Informação Vila-condense*, ano VII, n. 286.

⁷¹ Vila do Conde é considerada atualmente como a cidade que detém o maior polo chinês presente em Portugal, não somente na região Norte, mas em toda região continental. Haja vista que nesse sítio se aglomeram cerca de 300 unidades de comércio grossista e varejistas de artigos chineses. Essa temática será melhor explorada no capítulo 2, intitulado “Os hábitos e lugares de consumo e a concorrência com as feiras”, em seu item 2.2, pp 77-80. “Mais concorrência para as feiras em Portugal: Chineses e Ciganos deste”.

⁷² Entrevista com Sra. Maria de Lourdes, feirante na feira de Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007. A entrevistada se refere ao aumento do número de vendedores na feira de Vila do Conde, o que nos faz refletir a respeito. Por um lado, percebemos a importância da Feira para a comunidade. Por outro, um retrato do crescimento de profissionais no mercado informal, tema que receberá tratamento no capítulo 4, intitulado “A dinâmica do trabalho nas feiras”, em seu item 4.2 As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais, pp. 126-147

⁷³ Nos referimos ao período de nosso estudo: 1986-2007.

⁷⁴ Informação concedida por meio do ofício n. 106/11, de 05/01/2011, da Diretoria do Departamento Administrativo e

dependência financeira dos próprios feirantes, e também das Câmaras Municipais em relação à feira, é referida no depoimento da feirante Ana Bela: “Todas as feiras são importantes. Porque se acabar as feiras que é que vai ser de nós? [pergunta]. E de muitas Câmaras, porque muitas Câmaras vivem com as feiras”⁷⁵.

Atualmente, a feira semanal de Vila do Conde conta com 389 feirantes⁷⁶, distribuídos na área central da cidade, praça de São João, no entorno do Mercado Municipal. A gama de mercadorias comercializadas inclui géneros alimentícios (produtos hortícolas, de panificação, chumaçaria, charcutaria, frutaria), floricultura, utensílios domésticos, louças, plásticos, calçados, produtos de vestuário, têxteis, miudezas, ferragens, móveis, tapeçaria, artesanato, cestos, ourivesaria, animais domésticos (aves), produtos importados, artigos musicais (cassetes, DVDs, Cd's), artigos de desporto, entre outros⁷⁷.

Para além das feiras semanal e francas, o Concelho de Vila do Conde sedia outras atividades comerciais e/ou culturais, eventos que também são chamados de feiras⁷⁸: a Feira da Lameira (às quartas-feiras na Freguesia de Mosteiró); a Feira de Velharias e Antiguidades (no terceiro domingo de cada mês, também na Praça São João); a Feira das Atividades Agrícolas, evento conhecido como Portugal Rural, realizado todos os anos no início do mês em setembro, que tem o propósito de proporcionar aproximação entre o mundo rural e o urbano⁷⁹; a Feira da Gastronomia (realizada na terceira semana de agosto); e a Feira Nacional de Artesanato (realizada anualmente na última semana de julho e primeira de agosto, também na sede do Concelho)⁸⁰.

Os elementos sucintamente apresentados ilustram como a feira de Vila do Conde também continua a representar um espaço de convívio e lazer, bem como de sustento económico para muitos atores sociais que convivem em seus cenários. Como já foi afirmado anteriormente, nosso objetivo

Financeiro da Câmara Municipal de Vila do Conde.

⁷⁵ Entrevista com Sra. Ana Bela, feirante em Vila do Conde, mas também é feirante em Barcelos e Ponte de Lima, em 21 de Dezembro de 2007.

⁷⁶ Documento supracitado. Ofício n. 106/1, p. 2.

⁷⁷ Sobre as mercadorias negociadas na Feira de Vila do Conde, destacando sobretudo as mudanças nos tipos de produtos veremos mais detalhes na parte III, intitulada “Estratégias de adaptação e resistência frente ao global”, capítulo 7. A substituição de mercadorias, pp. 309-444

⁷⁸ As feiras na contemporaneidade são utilizadas pelo marketing como recurso de atração para determinados eventos, no tocante às características que lhe são peculiares: exposição e variedade de produtos, e também preços baixos. Nesse sentido, muitas entidades, públicas ou privadas, fazem uso de seu termo. Sobre esse aspeto, faremos breves comentários no capítulo 2, em seu item “Os hábitos e lugares de consumo e a concorrência com as feiras, tópico: Termo feira empregado em situações diversas do presente trabalho”.

⁷⁹ As Feiras tradicionais, em sua origem, tiveram essa característica de promover o intercâmbio entre o mundo Rural e Urbano, o campo e a cidade. Sobre essa relação tratamos no capítulo 1 do presente texto, em seu item 1.1: O papel do comércio na construção da rede urbana.

⁸⁰ Ver informações sobre Feiras no portal da Câmara Municipal de Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde: Acedido em 10 de Dezembro de 2010, em: http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30323

nesta tese é compreender as estratégias utilizadas pelos feirantes e pela instituição em si, para que essa atividade comercial medieval ainda se mantenha na atualidade

Pelos meandros da metodologia

Um conjunto de procedimentos que tem lugar central neste estudo são os relativos à chamada História Oral. Conquanto esta metodologia implique em problemas particulares, explorados em extensa bibliografia⁸¹, vimos nela a possibilidade de, através da observação e da interação entre pesquisador e sujeitos pesquisados, podermos ter acesso a informações e criar as condições necessárias para a compreensão do nosso objeto. Esta forma de investigação, como é bem sabido, implica um trabalho de campo, em que ocorre um contacto direto entre o pesquisador e as pessoas entrevistadas, evocando-se situações, locais, eventos⁸² e episódios⁸³ do presente e do passado. Ela possibilita a criação de fontes para o estudo de indivíduos e grupos pertencentes a setores sobre cuja vida, muitas vezes, a documentação cartorial nada diz. O registro dos depoimentos e diálogos é como que um prolongamento desses contactos.

Num plano mais geral, este é um trabalho de história social da cultura⁸⁴, em que se articulam uma história do cotidiano e uma história local de cada um dos lugares investigados.

No trabalho de campo, além das entrevistas com feirantes e fregueses, utilizamos levantamentos fotográficos e cartográficos. Os roteiros das entrevistas foram elaborados com questões abertas e fechadas, de forma que as respostas permitissem uma interpretação mais detalhada dos modos como foram — e são — vivenciadas, por esses atores, as transformações sociais, culturais e

⁸¹ Hall, M. (1992). *O direito à memória*. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, p. 157-160 (“História Oral: os riscos da inocência”); Meihy, J. C. S. B. (2002). *Manual de História Oral*. 4ª Edição. Edições Loyola. São Paulo; Meihy, J. C. S. B. (org.). (1996). *(Re) introduzindo História Oral no Brasil*. Xamã. São Paulo; Alcazar I G. J.D. (setembro 1992-agosto 1993) As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/6; Thompson, P. (1998). *A voz do passado: história oral*. 2ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro; Ferreira, M. de M. e Amado, J. (1996). *Usos e abusos da História Oral*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro; Montenegro, A. T. (1992). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. Contexto. São Paulo; De Certeau, M. (2008). *A escrita da história*. 2ª edição. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, pp. 211-242 (“Os sistemas de sentido: o escrito e o oral”); Portelli, A. (1990). O que faz a história oral. *Revista Brasileira de História*, v.9 n°19: pp. 219-243.

⁸² Conceção de evento, adotada do historiador francês Paul Marie Veyne, como relacionada aos acontecimentos não apenas econômicos, mas sobretudo políticos e sociais, vislumbrando uma reflexão mais próxima da História como um todo, da História Geral. Os eventos relacionados, portanto, ao contexto no qual estão inseridos. Ver: Veyne, P. M. (1995). *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª edição. Editora da Universidade de Brasília. Brasília.

⁸³ Percebemos os episódios a partir de uma análise de “descrição densa”, influenciados por Clifford Geertz. Vemos a cultura relacionada a uma teia de significados e não de maneira isolada. Assim são também os episódios. Ver: Geertz, C. (1973). *A interpretação das Culturas*. Zahar. Rio de Janeiro, p. 15.

⁸⁴ Barros, J. D (2008). *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 5ª Edição. Vozes. Petrópolis, pp. 55-90 (“História Antropológica e História Cultural”).

económicas no interior das feiras em estudo. Foram entrevistadas cerca de 240 pessoas (120 no Brasil e 120 em Portugal), 40 em cada feira, sendo 20 feirantes e 20 fregueses. Os entrevistados – feirantes e fregueses – que não quiseram se identificar, atribuímo-lhes pseudónimos.

Esta tese compõe-se de três partes, num total de oito capítulos, mais Apresentação e Conclusão.

Os primeiros três, que compõem a Parte I, exploram a trajetória histórica e conceções das feiras antes dos impactos da globalização. No primeiro capítulo, intitulado “O papel do comércio na constituição da rede urbana”, procuramos estabelecer uma genealogia das feiras que passa pela antiguidade e pelo período medieval, pela constituição da colônia brasileira e por questões relativas à interação entre campo e cidade. O capítulo 2 examina o conceito de feira e suas derivações (feira livre, feiras francas...), bem como a relação estabelecida entre as feiras e contextos económicos mais abrangente. O capítulo 3 trata de aspectos sociais gerais das feiras, como seu importante papel como lugar de sociabilidades e os tipos de sujeitos históricos que nelas atuam. Para além dos personagens, aborda-se episódios específicos referidos nos jornais, em outras fontes, e em depoimentos dos feirantes e fregueses, entre eles as atividades culturais que ilustram a relação entre as feiras e os eventos que têm lugar nas cidades, em especial os religiosos.

A Parte II discute diferentes dimensões relativas aos impactos ocasionados pela Globalização enquanto fenómeno da atualidade. No capítulo 4 analisa-se a questão da dinâmica do trabalho nas feiras, incluindo uma breve retrospectiva histórica acerca do trabalho informal, do desemprego e migrações, contextualizando estes fenómenos de acordo com o espaço geográfico e o tempo. Este capítulo focaliza o papel das feiras na absorção de mão-de-obra advinda desses processos.

No capítulo 5, são abordados os lugares de consumo que emergiram na contemporaneidade, fruto da expansão do capitalismo comercial global, que representam concorrência para os mercados tradicionais. Referimo-nos aos novos equipamentos comerciais urbanos implementados no Brasil e em Portugal, a partir da década de 1980, as grandes superfícies comerciais, supermercados e hipermercados, centros comerciais e *shopping centers*, destacando as grandes redes de abastecimento instaladas nas cidades onde estão instaladas as feiras objeto deste estudo. São ainda examinados o comércio eletrónico da Net e outros concorrentes das feiras: em Portugal, os produtos chineses, diante da «via chinesa» ou «modelo chinês»⁸⁵; no Brasil, os centros comerciais populares, os chamados “camelódromos”.

⁸⁵ Desde o fim da Revolução Cultural (1969), a China passou a ter uma economia regular e apresentar elevados índices de crescimento, sobretudo nos sectores industrial e de expansão comercial. Fatores que são visíveis após a participação da República Popular da China na OMC - Organização Mundial do Comércio, no “apagar das luzes” do ano de 2001, iniciativa que trouxe uma forte abertura de mercado dos produtos chineses em todo o mundo. Na Comunidade Europeia, o Acordo de

O capítulo 6 explora outra dimensão do impacto do fenómeno da globalização nas feiras, qual seja, a relativa a práticas culturais e identitárias. Trata das subjetividades descentradas, heterogêneas, múltiplas que constituem a diversidade cultural contemporânea. O capítulo inclui breve retrospectiva da formação de identidades brasileiras e nordestinas, por um lado; e portuguesa e minhota, por outro. Para além da tentativa de interpretação das identidades híbridas e de desconstrução de estereótipos, discutimos a conceção das feiras como lugar “desterritorializado” e os papéis sociais por gênero, nas feiras contemporâneas.

Na terceira e última parte da tese, intitulada “Estratégias de adaptação e resistência frente ao global”, o capítulo 7 examina as mudanças no perfil das mercadorias e as novas formas de pagamento. Como resultado das demandas do novo mercado de consumo global, muitos hábitos e práticas dos consumidores foram alterados. Se de um lado observa-se a continuidade de alguns produtos nas feiras, de outro há descontinuidade, com a substituição de mercadorias e a inserção de outras — como os importados, plásticos, artigos chineses, vestuário, calçado e têxteis. — no mercado tradicional. Entre as novas formas de pagamento, destaca-se o uso dos cartões de débito e crédito, uma tendência adotada pelo mercado financeiro global e que se difundiu também nas feiras. Mas também verifica-se a continuidade de práticas associadas ao pagamento, como a barganha, o fiado, e os cheques pré-datados.

O capítulo 8 discorre sobre outras estratégias no sentido da sobrevivência das feiras, desta vez prioritariamente protagonizadas pela sociedade civil como um todo, o Estado e/ou certas entidades públicas. Referimo-nos ao reconhecimento destes mercados tradicionais contemporâneos como bens de natureza cultural imaterial, nos dois países enfocados. Busca-se construir um quadro da diversidade de interesses envolvidos (do mercado turístico, partidos políticos, feirantes, fregueses...) e, de acordo com eles, a variedade de apropriações do processo. Além disto, é feita breve reflexão sobre as conceções de património — e de património imaterial em particular — nos dois lados do Atlântico.

Para finalizar esta apresentação, esperamos, com o presente trabalho, trazer contribuição para a historiografia luso brasileira, no que diz respeito mais especificamente às feiras, mas também às sociedades que as envolvem. Compreender as trajetórias históricas, as estratégias de resistência e adaptações à contemporaneidade, em relação a este objeto particular, permite, ao menos em parte, entender dinâmicas mais amplas no cenário de um mundo globalizado.

Xangai, de 2005, prevê limites para exportação e importação dos produtos chineses. Ver estabilidade económica, crescimento industrial e o modelo chinês em: Léon, P. (dir.). (1981). *História Económica e Social do Mundo. O segundo século XX de 1947 aos nossos dias*. Volume VI, Tomo II. Sá da Costa Editora. Lisboa, pp.468-472 (“Via Chinesa”).

Parte I
Trajetória histórica e concepções das feiras
antes dos impactos da globalização

Capítulo 1 – O papel do comércio na constituição da rede urbana

Nesta parte preliminar da tese, abordaremos o conceito de feira e suas derivações (sejam elas feiras-livres ou feiras-francas), bem como a relação estabelecida entre as feiras e os mercados e entre o campo e a cidade. Também faremos breve retrospectiva das raízes do comércio na Antiguidade e das feiras na Idade Média. Com isso justificaremos a tese de que a globalização, embora seja um fenómeno contemporâneo, da nova ideologia do grande capital e portadora de características específicas de uma aldeia global responsável pela consolidação de uma hegemonia mundial, enraíza-se nas práticas de comunicação e de interação comercial entre as regiões e lugares desde a Antiguidade⁸⁶ – inclusivamente no que se refere à dicotomia campo/cidade.

1.1 – Da antiguidade ao medievo

Consideramos relevante, inicialmente, abordar a genealogia da feira e a ideia de comércio desde a antiguidade. Apesar de o conceito de feira propriamente ter surgido no século XV, a atividade que envolvia relações de trocas é mais remota, tendo lugar nas aldeias e cidades antigas, em locais específicos em que a troca de produtos era realizada. O templo, por exemplo, não era uma área puramente religiosa. Era um ambiente que servia também como “propriedade de comércio”, onde os bens eram remanufacturados⁸⁷. Basta lembrarmos da passagem bíblica que trata da expulsão dos mercadores do templo:

Estava próxima a Páscoa dos judeus, e Jesus subiu a Jerusalém. Encontrou no templo os vendedores de bois, ovelhas e pombas e os cambistas nos seus postos. Então fazendo um chicote de cordas, expulsou-os a todos do templo, com as ovelhas e os bois; espalhou as moedas dos cambistas pelo chão e derrubou-lhes as mesas; e aos que vendiam pombas, disse-lhes: “Tirai isso daqui. Não façais da Casa de meu Pai uma feira⁸⁸”.

Gordon Childe afirma que, nas cidades teocráticas como as do Egipto e da Suméria, os deuses foram os “primeiros capitalistas”, devido ao uso dos templos para fins comerciais, a exemplo

⁸⁶ Segundo Ianni, apesar de a globalização ser um fenómeno recente como conceito, enquanto características específicas como aldeia global, ele não teve lugar exclusivamente na atualidade. Porém, foi preciso a expansão de mercado, a internacionalização financeira e o intercâmbio cultural contemporâneos para que se realizasse plenamente essa realidade atual considerada enquanto fenómeno global, “fábrica global”, “aldeia global”, metáforas utilizadas pelo autor. Ianni, O. (2007). *Teorias da Globalização*. 14ª Edição, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, pp. 117-142 (“A Aldeia Global”).

⁸⁷ Mumford, L. (1988). *A cidade na história suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução Neil da Silva. 4ª Edição, Martins Fontes. São Paulo, p. 741 (“Rio, Estrada e Mercado”).

⁸⁸ João 2:13-16. Ver Purificação do templo. Em: *Bíblia Sagrada*. Tradução Américo Henriques et al. 5ª edição, Difusora Bíblica. Lisboa.

dos zigurates. Essas civilizações só desenvolveram o conhecimento técnico-científico devido ao impulso proporcionado pelo comércio. Na Mesopotâmia, no Egito e no vale do Indo, como não havia matérias-primas disponíveis para se construir as primeiras cidades, foi necessário buscá-las em outras regiões, facto que estimulou o desenvolvimento do comércio e da troca para garantir o abastecimento dos materiais necessários.

A cultura ocidental sofreu influência do antigo oriente não apenas no que se refere ao imaginário ou simbólico, mas também em todas as questões ligadas ao comércio, o qual ocorria na antiguidade já por volta de 3000 a.C., como um fenómeno ligado à própria organização dos indivíduos para viver em sociedade. Os conceitos de classificação, ordenação, operação, procedimento eficaz e previsão são conceitos das próprias práticas comerciais existentes nas feiras. O facto é que, já nos períodos históricos mais recuados, as comunidades faziam utilização planejada e racional dos recursos materiais, intelectuais ou pessoais como meio de aquisição do lucro. Inicialmente tinha-se a preocupação com a subsistência. Mas posteriormente, por meio de uma economia ainda primitiva baseada em trocas comerciais, buscou-se a lucratividade necessária para a acumulação de bens.

Tal comércio deu origem, muitas vezes, às cidades, sendo também responsável pelo seu desenvolvimento. As primeiras cidades foram, entre outras funções, os locais onde essa atividade concentrava-se⁸⁹, geralmente nas áreas centrais, em volta das igrejas, do mercado e da praça, conforme refere-se Le Goff as imagens⁹⁰:

⁸⁹ Harvey, D (1981). *A justiça social e a cidade*. Prefácio e tradução de Armando Correa da Silva. HUCITEC. São Paulo, p. 207 ("O urbanismo e a cidade: um ensaio interpretativo").

⁹⁰ Le Goff descreve as imagens: "À esquerda - Mercado intra muros instalado perto da porta por onde chega o abastecimento. Vista do Mercado da porta de Ravena, em Bolonha. Iluminura extraída de um manuscrito italiano, século XV. Bolonha Museu Cívico, à direita - O mercado anima regularmente as praças urbanas e permanece o lugar dos bons negócios, como aqui ao pé do Temple Neuf, em Metz. Na cidade moderna, ele muitas vezes conservou sua localização central, perto de uma Igreja. Mercado, Praça da Comédia, em Metz, Moselle. Fotografia, 1978 ". Le Goff, J. (1998). *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, p. 33 ("A cidade inovadora, palco de igualdade e festa da troca").

Figura 1 – Feira Medieval (Extra muros) e Feira Contemporânea (1978)



Fonte: Le Goff, J. (1998). *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, p. 34 (“A cidade inovadora, palco de igualdade e festa da troca”).

Conforme já foi observado, como instituições, as feiras só surgem na Idade Média, com a expansão do comércio em função do crescimento dos excedentes agrícolas de uma economia de caráter feudal. Emergem como suporte aos mercados regionais, com a finalidade de abastecimento local. Antes disso, percebe-se que a economia feudal tinha um caráter essencialmente agrícola e intra-feudo, com pouco desenvolvimento das relações comerciais e pouca utilização de capital. Entretanto, diante da troca de produtos que emergiu no desenvolvimento das forças produtivas⁹¹ com o renascimento comercial, as feiras transformaram-se em locais que favoreciam o desenvolvimento desse comércio nas cidades.

Uma vez que não havia meios de transporte desenvolvidos nem procura muito acentuada e constante por mercadorias em comércios permanentes, a realização de feiras periódicas, uma ou duas vezes por semana, era um instrumento de vida local que estabelecia uma forma de comércio de caráter fixo⁹². Esses mercados periódicos, designados de feiras, foram portanto as primeiras instituições mercantis a se desenvolver no rastro do renascimento comercial. E, conforme observa Spósito, “(...) as primeiras cidades mercantis resultaram da transformação do caráter destas aglomerações medievais, inicialmente sem funções urbanas”⁹³.

Feiras não surgiram exclusivamente no Ocidente Europeu. Elas também se constituíram e até

⁹¹ Pintaudi, S. M. (1984). O lugar do supermercado na cidade capitalista. *Geografia*, 9-17/18: 38-39.

⁹² Huberman, L. (1979). *História da riqueza...*, pp. 23-24.

⁹³ Spósito, M. E. B. (2001). *Capitalismo e urbanização*. Contexto. São Paulo, p. 31.

hoje se fazem presentes no Oriente, no Extremo Oriente, quer devido ao clima que sempre foi propício aos encontros de mercadores e mercadorias, quer em função de aspectos ligados a religiosidade⁹⁴. Este é o caso das feiras do Marrocos e do Magreb, onde elas eram instaladas próximas aos locais santos e destinos de peregrinações. Há também registros de feiras mais ativas em terras islâmicas, como por exemplo as que se localizavam no Egípto, Arábia e Síria. Já em relação a algumas regiões da África e da Indonésia, a questão comercial, baseada em sistemas económicos tradicionais, foi anterior à chegada dos colonizadores europeus⁹⁵, sendo inclusive as comunidades tribais classificadas a partir de três tipos de sistemas económicos: as sociedades sem mercado, as sociedades com mercados periféricos e as sociedades com princípio de mercado⁹⁶.

Na África, as sociedades tinham tradições económicas mais complexas, com uso de moedas, caravanas comerciais, feiras e mercados permanentes ou temporários. Já na América, as feiras e os mercados não se apresentam de igual forma na sua origem. No México, por exemplo, as feiras se fazem presentes desde antes da colonização. Hoje, sabemos que os astecas possuíam mercados, onde reuniam milhares de pessoas.

No caso do Brasil, que não possuía praça de mercado e passa a tê-lo copiando⁹⁷ os modelos das feiras europeias, especificamente as portuguesas da época medieval, foram introduzidas pelos colonos, constituindo um fator das importantes transferências culturais realizadas através da mobilidade populacional entre os dois lados do Atlântico. É sabido que a metrópole portuguesa teve sua primeira feira em 1125⁹⁸, inicialmente como feiras de gado, de lãs e de couros, sendo introduzidos, posteriormente os cereais e demais géneros alimentícios⁹⁹.

1.2 – A constituição da Colônia

As feiras brasileiras tiveram sua origem somente por intermédio do colonizador português porque os nativos estavam acostumados a uma cultura de subsistência, e não de acumulação de excedentes. Não há, portanto, nenhum registro de transações comerciais antes da chegada dos

⁹⁴ Ibidem, p. 40.

⁹⁵ Braudel, F. (1998). *Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*. Vol. 2. Editorial Teorema. Lisboa (“O jogo das trocas”).

⁹⁶ Mott, L. (1975). A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição económica num município sergipano do baixo São Francisco. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, Campinas-SP.

⁹⁷ Ibidem, pp. 10-22.

⁹⁸ Rau, V. (1945). Feiras portuguesas do século XII e exploração de ferro em Rio maior no século XIII. *Revista portuguesa de História*, III: 196.

⁹⁹ Duby, G. (1987). *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*. Vol. I. Edições Setenta. Lisboa, p. 175.

européus. Entretanto, há sim registro de uma “troca silenciosa” efetivada entre as aldeias:

(...) num terreno descampado, inimigos mortais estabeleciam uma rudimentar “paz de mercado” -de um lado ficavam os Tupinambá, e do Tupiniquim. Intercambiavam apenas dois produtos altamente valorizados e especialidades de cada grupo: os primeiros ofereciam quantidades de penas coloridas, enquanto os outros traziam pedras de cores, utilizadas para fazer enfeites faciais. Os Tupinambá colocavam seus produtos no meio do descampado, e se retiravam. Vinham os Tupiniquim, levavam as penas e deixavam as pedras semipreciosas. Em seguida era a vez dos Tupinambá de recolherem os bens deixados pela tribo inimiga. Cada grupo levava o produto trazido pelo outro, sem qualquer comunicação intergrupar, e mal se distanciavam do local, interrompia-se a trégua, reiniciando as hostilidades ¹⁰⁰.

Com a presença dos portugueses, essa “troca silenciosa” de produtos que serviam como adornos pessoais passa a ser substituída pela troca de mercadorias, conhecida como escambo. As primeiras trocas comerciais, como é o caso por exemplo das de pau-brasil, foram feitas por indígenas ainda interessados em adornos especiais para enfeite, mas já cobiçando outros produtos até então desconhecidos para eles, como canivetes, e facas¹⁰¹. Por seu turno, os colonizadores trocavam estes produtos por animais, inicialmente, e depois pelo pau-brasil que a metrópole comercializava pelos países da Europa.

A primeira feira realizada no Brasil é datada de 1548, quando o rei português Dom João III ordenou ao Governador-Geral a realização de uma feira a cada dia da semana – “Ou mais, se vos parecerem necessários (...)”¹⁰². Apesar desse regimento, somente em 1588 é que as feiras foram implantadas nas povoações, para que moradores e gentios pudessem se abastecer. Mesmo com as determinações do rei, não existe nenhum registro de feiras nos documentos oficiais da colônia e tampouco nos relatos de cronistas e viajantes da época, durante os séculos XVI e XVII¹⁰³. Provavelmente, segundo Mott, as feiras surgiram no Brasil, efetivamente, quando um maior desenvolvimento demográfico e uma maior diversidade económica da colônia justificaram a criação de lugares de troca de mercadorias, institucionalizados não só pela sua periodicidade mas também pelo apoio administrativo das autoridades.

Nesse sentido, percebe-se que o comércio no Brasil colonial, em sua primeira fase, até praticamente o século XVIII, deu-se em torno dos engenhos, dos armazéns das cidades e vilas, dos portos, e também por intermédio dos mascates¹⁰⁴ que circulavam com as mercadorias nas regiões

¹⁰⁰ Mott, L. (2000). Feira e mercados: pistas para pesquisa de campo. Em: Sérgio Ferretti (org). *Reeducando o olhar: Estudos Sobre Feiras e Mercados*, Edições UFMA-PROIN-CS. São Luís, p. 21.

¹⁰¹ Prado Jr., C. (1990). *História Económica do Brasil*. 38ª Edição, Brasiliense. São Paulo, p. 25.

¹⁰² *Ibidem*, p. 310.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 311.

¹⁰⁴ Ambulantes da época, que comercializavam seus produtos levando a mercadoria até o comprador.

interiores. Esta precária rede comercial originou nas cidades uma escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento da população, na medida em que toda mão-de-obra disponível via-se presa à produção açucareira, “ (...) cuja exportação deixava grande margem de lucros. Assim ninguém dava a importância aos gêneros alimentares”¹⁰⁵ tão necessários à sobrevivência da população.

Os cronistas registraram e Mott refere em seu trabalho que, no final no século XVI, praticava-se na capital do Brasil colonial diversas formas de comércio, sendo as mais comuns as lojas, vendas, tavernas, estalagens, açougues, quitandas, dentre outros. Por volta de 1587, regista-se possivelmente a primeira referência a uma feira realizada na capital da Colônia. Segundo o relato, tudo era vendido “à praça desta cidade: muitos mantimentos, frutas, hortaliças, do que se remedia [remediava] toda a gente, da cidade”¹⁰⁶.

Portanto, no Brasil colonial houve, sobretudo no século XVIII, duas maneiras de comércio distintas. Uma era a exercida por mercadores e foi responsável pelas vendas dos artigos finos e de luxo trazidos da metrópole. A outra dizia respeito ao comércio ao ar livre, com a venda de produtos provenientes da terra, produzidos pelos agricultores, lavradores, bem como pelos criadores de gado bovino, que era uma forte atração para o comércio. Na feira vendia-se, prioritariamente, o gado bovino e farinha, como era o caso da feira de Ipitanga, da Freguesia da Mata de São João na Vila de Nazareth, da Feira de Santana, da de Goiana e da de Itabaianinha, na capitania de Pernambuco, entre outras que existiam no que hoje conhecemos como região Nordeste.

No Brasil colonial, a atividade da pecuária era vista como grande responsável pela conquista e exploração das regiões do Agreste e Sertão, e a cana-de-açúcar na região do Litoral e Zona da Mata. Conforme afirma Manoel Correia de Andrade, “a criação de gado foi desde os primeiros tempos uma atividade económica subsidiária da cana-de-açúcar”¹⁰⁷.

No entanto, enquanto a cana possui importância como atividade destinada ao abastecimento do mercado externo, autores como Elza Coelho Souza¹⁰⁸ destacam que a criação de animais se constituiu no principal fator de civilização, de expansão geográfica e de posse efetiva das terras. No caso do Nordeste brasileiro, ela deu início à ocupação, fazendo surgir muitas das cidades existentes atualmente, e criou uma das formas de comércio mais tradicional e ainda hoje presente na região: a feira. Este é o caso das feiras de Caruaru-PE e de Campina Grande-PB, que deram origem às

¹⁰⁵ Prado Jr., C. (1990). *História Económica do Brasil*, p. 43.

¹⁰⁶ Mott, L. (1975). *A feira de Brejo Grande...*, p. 312. Apud: ANTT, Manuscritos do Brasil, Livro 50, de 1/3/1587, “Capítulo que trata de como corre a cidade de Salvador da Sé para diante”.

¹⁰⁷ Andrade, M. C. de (2005). *A terra e o homem no Nordeste*. 7ª Edição, Atlas. São Paulo, p. 151.

¹⁰⁸ Souza, E. C. (1975). Feira de gado. Em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tipos e aspetos do Brasil*. 10ª Edição revista e atualizada, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Rio de Janeiro.

idades, como afirmamos na apresentação deste trabalho.

1.3 – Campo-Cidade, Rural-Urbano

Além das cidades citadas acima, muitas outras originaram-se a partir do surgimento das feiras, que constituíram condições de possibilidade da emergência das primeiras aglomerações populacionais e mercantis, aldeias, povoados, vilas. Noutros casos, feiras contribuíram para o desenvolvimento de cidades, como ocorreu no norte de Portugal e da Espanha. É consenso que a relação estabelecida entre campo e cidade favoreceu o desenvolvimento das práticas mercantis a partir do abastecimento e da circulação de mercadorias vindas do campo e distribuídas nas cidades, ou vice-versa, nomeadamente em locais próprios de troca comercial, ou seja, nas feiras.

Desta forma, as feiras tradicionais tiveram uma importância fundamental para o surgimento e desenvolvimento de muitas cidades, sendo os seus principais elos de ligação com o campo. Mais além, a cidade não constitui um aglutinamento urbano isolado, assumindo relação de reciprocidade somente com o campo, mas também com outras cidades. Ao fazê-lo, integra-se numa teia de relações económicas, culturais, sociais e políticas, uma vez que muitos dos modelos governamentais e modelos legislativos existentes são baseados na alteridade estabelecida no convívio entre os sujeitos de realidades semelhantes ou diversas. Noutras palavras, as cidades em si nunca foram únicas, isoladas e independentes, e os mercados e as feiras sempre tiveram a função de promover essa relação entre os lugares e as regiões, seja por meio da circulação de mercadorias diversas, seja pelo trânsito dos sujeitos — e, conseqüentemente, através de todas as características culturais introjectados nestes —, seja pela infraestrutura de comunicação dos lugares — a exemplo das estradas e bem mais tarde dos veículos de imprensa —, seja pelos códigos de postura e conduta utilizados pelos poderes governamentais, que muitas vezes foram utilizados como modelo para outras realidades.

Como nos diz Fernand Braudel, “(...) nunca uma cidade se apresenta sem o acompanhamento de outras cidades. Um senhoras, outras servas ou mesmo escravas, estão ligadas, formam uma hierarquia, na Europa, na China ou em qualquer lado”¹⁰⁹. Braudel afirma ainda que, no século XV, não havia cidade sem mercado. Por outro lado, não havia também mercados regionais ou

¹⁰⁹ Relação entre as cidades concebida em Braudel, F. (1992). *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Vol. 1. Tradução de Telma Costa. Teorema. Lisboa, pp. 439-441 (“Estruturas do Quotidiano. O Possível e o Impossível”).

nacionais sem cidades. Com isso, o historiador da cultura material¹¹⁰ não queria dizer que as cidades são todas iguais, ou nem mesmo parecidas. Guardavam as suas especificidades e diferenças múltiplas. Ele quis ressaltar que, apesar das diferenças, todas falam a mesma língua no sentido do diálogo ininterrupto com o campo, que por sua vez não prescinde da cidade-interlocutora como uma necessidade primordial da vida cotidiana.

Mesmo levando em consideração que, na antiguidade, as primeiras divisões do trabalho diferenciavam cidade e campo e facilitavam a delimitação dos mesmos, e que no período medieval os muros eram característica essencial da demarcação, cercavam a cidade e separavam-na do campo, na modernidade, definir limites entre um e outro é tarefa complexa, pois estes tendem a desaparecer fisicamente¹¹¹. Na pós-modernidade, as ruturas são ainda menos visíveis, já que existem relações de interdependência entre os lugares.

Por que, então, continuar afirmando a relação estabelecida entre campo e cidade, mesmo na contemporaneidade? O “novo rural” é compreendido somente na aparência de rural, o campo é ressignificado na atualidade diante das políticas públicas de urbanização e de modernidade. Entretanto, muitas vezes ainda lhe cabe o papel de fonte de matérias-primas¹¹², e também de mercadoria, como propõe João Rua.¹¹³ Segundo este autor, basta que observemos, por exemplo, o turismo rural nos hotéis-fazenda e os campeonatos de desportos radicais. Consiste nas “urbanidades no rural”. Preservam-se as especificidades do rural, contudo considerando-o como um território híbrido, onde urbano e rural interagem.

Concordamos com as teorias de ressignificação e não de ruturas. Nesse sentido, vemos a relação estabelecida entre o campo e a cidade de maneira dialética, provocando hibridação e não valorização de um em detrimento do outro. “Urbanidades no rural” e “ruralidades no urbano”, como afirma Henri Lefebvre¹¹⁴, que, embora defenda a teoria da sociedade urbana, não nega o rural e não aponta para o fim do campesinato. No contexto de novas relações entre campo e cidade, supera-se a oposição entre eles, já que o campo incorpora as tecnologias da cidade e reorganiza as suas vivências

¹¹⁰ Na condição de historiador da cultura material, Braudel percebeu as desigualdades existentes entre essas sociedades, destacando questões de natureza econômica, privilegiando as características que fomentam a comparação por meio da técnica, dos meios, matéria-prima, máquinas, moedas. Ou seja, os instrumentos de produção, utilizando uma categoria marxista. Nesse sentido, quando se refere à relação estabelecida entre campo e cidade necessariamente percebe os elos de ligação entre esses dois lugares provenientes do material.

¹¹¹ Endlich, Â. M. (2006). Perspetivas sobre o urbano e o rural. Em: M. E. B. Spósito e A. M. Whitacker (orgs.), *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*, Expressão Popular. São Paulo, pp. 11-12.

¹¹² Tal ideia será melhor aprofundada nos capítulos seguintes do presente trabalho, diante do diálogo estabelecido entre o antigo e o “novo”.

¹¹³ Rua, J. (2006). Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 1: 82-106. Acedido em 05 de Maio de 2010. Disponível em www.campoterritorio.ig.ufu.br

¹¹⁴ Lefebvre, H. (1969). *O Direito à cidade*. Documentos. São Paulo.

por conta das novas relações de produção. Cidade e campo continuam existindo, mas não mais sob o viés da dicotomia.

Assim também vemos as feiras nas cidades. Com características genuinamente rurais, num universo urbano como o das cidades elas se ressignificam, ao mesmo tempo em que trazem para a ambiência citadina elementos do universo do campo. E, assim, as feiras se ressignificam a todo instante, em todas as épocas e locais, incorporando características múltiplas “novas” e adaptando-se às demandas do mercado¹¹⁵.

Embora entendamos a concepção teórica literária de Raymond Williams exposta na obra *O campo e a cidade na história e na literatura*¹¹⁶, não concordamos com sua concepção bucólica referente às características do campo tradicional, como fosse algo que tivesse desaparecido ou que fosse estático, congelado no seu tempo, cristalizado. Além disso, a perspectiva veiculada no seu texto define campo e cidade como comunidades de características contrastadas e herméticas, entre as quais não é possível o estabelecimento de qualquer relação. Baseando-se em análise empírica de uma realidade específica, vivenciada após a revolução industrial inglesa, o autor descreve as transformações verificadas nas relações campo e cidade quando o campesinato tradicional foi rapidamente suprimido por uma agricultura moderna e multidões de camponeses foram expulsas das propriedades. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Inversamente constelaram-se também poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação¹¹⁷. As inovações absorvidas amplamente pela cidade aumentaram as lacunas que a separavam do campo. O campo é associado a uma imagem do passado, enquanto a cidade era a visão do futuro: retrocesso *versus* progresso.

Mas, afinal, qual é a relação estabelecida entre as possíveis dicotomias cidade-campo e as feiras, nosso principal tema de investigação? O facto é que sentimos a necessidade de apresentar a relação estabelecida entre campo e cidade, já que muitas cidades no Brasil tiveram suas origens nos mercados que ofereciam produtos vindos do campo. Por outro lado, sabe-se que o campo também em muitos casos foi depositário de mão-de-obra para as cidades, que se deslocou através de processos de migratórios. Nesse sentido, as feiras são lugares de absorção das mercadorias para comercialização e

¹¹⁵ Percebemos que a ressignificação das feiras são estratégias de sobrevivência e continuidade das mesmas, nos tempos e lugares.

¹¹⁶ Williams, R. (1969). *O campo e a cidade na história e na literatura*. Companhia das Letras. São Paulo, p. 13.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 11.

locais de acolhimento para os recém-chegados da zona rural à procura de trabalho¹¹⁸.

Ressaltamos ainda que tanto o campo como a cidade sofreram transformações em suas estruturas, sejam elas na produção, na organização, na aparência, o que se reflete também nas mentalidades daqueles que convivem nesses espaços. O campo já não se apresenta mais como no passado, nem tampouco as cidades. Ambos os locais dialogam, interagem e se adequam às novas realidades com o propósito maior de sobrevivência e de não – desaparecimento. Como argumenta Oliveira, “o campo e o rural não foram extintos com o capitalismo.”¹¹⁹

Tais concepções de transformação e de ressignificação podem ser elucidadas de forma mais veemente com a globalização. No Brasil, por exemplo, na década de 1960 do século XX, atendendo aos preceitos da lógica capitalista de acúmulo de lucro em busca de mercado, assistimos ao processo de modernização da agricultura, que teve repercussões profundas no campo. O país se tornou um dos maiores produtores de grãos¹²⁰. Com o uso de insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas, investimento de novas técnicas no sistema de irrigação, substituição de métodos de preparação da terra, plantio e colheita por formas mecanizadas, e ainda, com o apoio da genética, o campo brasileiro alcançou a modernização e conquistou o mercado externo.

Contudo, não podemos concluir que tal fenômeno de modernização tenha gerado apenas desenvolvimento. Uma grande parcela de pequenos produtores, que não conseguiu se inserir nesse processo de modernização, de caráter excludente, concentrador e contraditório, foi alijada de suas propriedades. Essa expropriação levou muitos produtores a migrar em direção às cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. A demonstração disso encontra-se no mercado, quer nas grandes superfícies como os hipermercados, quer nas feiras.

Assim, o objetivo da abordagem relacional entre campo e cidade é o de mostrar que a contraposição desses dois sítios perpassa a dicotomia existente entre ambos, de diferenciação e cristalização em características estáticas e estereotipadas. A modernização da sociedade engendrou profundas transformações nesses dois espaços, estreitando e intensificando as relações estabelecidas entre eles. Ressaltamos a necessidade de encarar o urbano e o rural, desde suas formações no passado, como interdependentes e complementares. Eles formam um híbrido que complexifica a

¹¹⁸ Os autores que dialogam com essa temática geralmente são os que transitam pelo universo acadêmico das Ciências Humanas, sejam eles da Geografia, da Sociologia, de Economia, além e sobretudo dos historiadores da cultura material, a exemplo dos clássicos Fernand Braudel e Marc Bloch, citados anteriormente, e de historiadores sociais, como os também já citados Jacques Le Goff, E.P. Thompson, entre outros.

¹¹⁹ Oliveira, A. U. (2007). *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. LABUR Edições. São Paulo. O autor faz um retrospecto com o objetivo de compreender o campo e o camponês no século XX, mostrando como o próprio capital cria e recria as condições para suas existências.

¹²⁰ Santos, M. (2007). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record. Rio de Janeiro, p. 46.

formação das sociedades.

Feiras e mercados são ainda, em certos casos, os únicos pontos de ligação entre a economia camponesa e o sistema económico nacional e internacional.

Periodicamente os produtores rurais isolados levam seus excedentes para o local onde se realizam as feiras e os produtos são trocados por outros, (entre produtores), ou são vendidos a comerciantes ou consumidores. Através da rede de mercados, os bens passam do campo às vilas, destas às cidades interioranas, delas às do litoral, que por sua vez as remetem ao outro lado do mar, fazendo com que saiam do mercado local para o regional, nacional e internacional¹²¹

Assim, os mercados periódicos, feiras semanais, quinzenais e até anuais contribuíram para que as cidades evoluíssem. As cidades tornaram-se lugares de comércio para maiores ou menores consumidores. Como observa Weber,

Toda ciudad en el sentido que aquí damos a la palabra es una “localidad de mercado”, es decir, que cuenta como centro económico del asentamiento con un mercado local y en cual, en virtud de una especialización permanente de la producción económica.¹²²

Para além dessa questão pontual e relacional entre o rural e o urbano, pretendemos demonstrar o desenvolvimento do urbano a partir do universo rural, e conseqüentemente o crescimento do comércio das feiras com mercadorias originalmente rurais transportadas e comercializadas no universo urbano. Convém destacar também a evolução das feiras resultante do que se convencionou chamar de sistema de crédito: “ (...) Em todo o caso, um facto é certo: as feiras desenvolveram o crédito”. Não há feira que não encerre com uma sessão de pagamentos (...) a feira é portanto criadora de crédito.”¹²³

¹²¹ Conceção adotada em Wolf, E. (1970). *Sociedades camponesas*. Zahar. Rio de Janeiro. Sabemos, no entanto, que atualmente, em geral, as feiras e mercados não se constituem mais como as únicas formas de ligação entre as unidades dos produtores rurais e o sistema económico nacional. Além disso, os habitantes urbanos já não mais se abastecem exclusivamente nas feiras, mas também nos açougues, padarias, frutarias, bares, cafés, restaurantes, lojas, hipermercados, centros comerciais e shoppings. Entretanto, a feira se constitui – e se constituiu ainda mais no passado – como elo de ligação entre o homem do campo e da cidade, diante da circulação de compra e venda de produtos que se davam nesse *locus*.

¹²² Weber, M. (1964). *Economía y sociedad - esbozo de sociología comprehensiva*. Vol. II. Fondo de Cultura Económica. México D.C. e Buenos Aires, p. 218 (“Concepto e categorías de la ciudad”).

¹²³ Braudel, F. (1998). *Civilização material...*, pp. 71-72.

Capítulo 2 – Feira e suas derivações conceituais

Dissertando sobre feiras é importante que exploremos aspectos conceituais relativos a este tema e suas derivações, em particular, o significado das feiras livres, no Brasil, e das feiras francas, em Portugal.

Como já foi brevemente mencionado no capítulo anterior, é consenso entre os historiadores, sejam eles franceses, a exemplo de Fernand Braudel, sejam portugueses, a exemplo de Virgínia Rau, que as feiras foram instituições de enorme importância na organização económica da Idade Média, e que nasceram a partir da necessidade de promover o ponto de encontro entre o homem do campo e da cidade. Além disto, as feiras corporificam uma forte representação cultural e social das cidades, não só os hábitos e os costumes locais, mas também costumes importados de outros espaços citadinos, com os quais os comerciantes interagem durante as visitas que realizavam para aquisição de suas mercadorias.

2.1 – Entre o sagrado e o profano: As feiras francas

No caso específico de Portugal, para além do exposto anteriormente, as feiras mantêm, desde a sua formação, uma intensa relação com os hábitos religiosos, as romarias, as peregrinações e todas as festividades religiosas que atraíam peregrinos vindos dos mais longínquos lugares. Tais peregrinos, muitas vezes, também exerciam o papel de mercadores, fazendo com que as reuniões religiosas se transformassem em centros de troca.

Virgínia Rau nota que “ (...) quase todas as cartas de feiras portuguesas marcam o prazo da feira em relação a uma festividade da Igreja, quer seja Páscoa, a Natividade da Virgem, O Corpo de Deus, ou o dia de São Pedro, São Miguel, São João, Santa Iria, ou São Bartolomeu”¹²⁴. A relação entre a Igreja e as feiras era tão próxima que, por decreto do Bispo de Lamengo em 1332¹²⁵, nenhuma feira podia realizar-se aos domingos, uma vez que este era o dia que os cristãos deviam guardar para as orações. O decreto do Bispo foi aceito por Dom João I, que transferiu todas as feiras costumeiramente realizadas no domingo para a segunda-feira, a exemplo de Aguiar da Beira em 1408, que teve sua feira dominical interdita pelo Bispo de Viseu. Muitas dessas feiras, que tinham proximidade com as festas religiosas, eram também conhecidas como feiras franqueadas, ou seja, feiras não pagas, gratuitas.

¹²⁴ Rau, V. (1981). Feiras Medievais portuguesas..., p. 33.

¹²⁵ Rau, V. (1981). Op. cit., p. 34.

Entre os séculos XIII e XV, as feiras lusitanas eram autorizadas a funcionar por meio de cartas régias, os forais, que constituíam uma concessão de prerrogativa do poder real com todas as responsabilidades institucionais e jurídicas inerentes a ela. A realização das feiras e a cobrança dos tributos a elas associados eram de responsabilidade dos Concelhos locais. Com o advento da República, as feiras continuaram a ser geridas diretamente pelas Câmaras Municipais, modelo que se manteve até o presente.

As feiras francas foram instituídas em finais do século XIII, por concessão do poder monárquico. Os feirantes gozavam do privilégio de isenção do pagamento de taxas, como as portagens pelos produtos diversos¹²⁶ que adentravam as vilas, a fim de serem comercializados. Além deste privilégio, outros eram concedidos aos feirantes, como o de poderem andar armados em dias de feira¹²⁷. Ou, como acontecia na feira de Mesão Frio, em 1543:

(...) o serem demandados por qualquer dívida não contraída na própria feira, não se obrigarem a prestar qualquer trabalho forçado, nem seus animais serem torturados para carga do serviço do rei, não só durante o tempo de duração da feira, como na ida e regresso (...) Durante o período de segurança da feira, garante-se aos feirantes, o não serem presos, acusados ou demandados por quaisquer delitos, a não ser os que fossem praticados na vila, no seu termos (...) os corregedores e meirinhos, da corte e do reino, só podiam ir a feira para comprar ou vender e nunca para fazer correição.¹²⁸

Por seu lado, para o caso da feira de Ponte de Lima — que, como já dissemos na Apresentação desse trabalho, teve seu foral concedido para funcionamento por D. Teresa em 04 de Março de 1125 — estava estabelecido o pagamento de uma multa de sessenta soldos a quem causasse dano às pessoas que de qualquer lugar concorressem à feira, na chegada ou na partida¹²⁹.

Destacamos que a feira limiana quinzenal também tem uma aproximação com os festejos religiosos anuais realizados até hoje, a exemplo das Feiras Novas. Em 1826¹³⁰, a pedido dos moradores da vila, foram instituídos três dias anuais de feiras francas em honra de Nossa Senhora das Dores, realizadas na terceira semana de Setembro. Em 1935, o Presidente do Município acordou com a Associação Comercial que as festas de Nossa Senhora das Dores ou da Vila passariam a se chamar

¹²⁶ Produtos dos mais diferentes tipos e utilidades: pão cozido, vinho, sal, fruta verde, hortaliça, linhaça, legumes verdes, pescado, vinagre, trigo, centeio, cevada, milho, painço, aveia, cal, gado cavalari e muar, queijadas, biscoitos, farelos, ovos, leite, gado montado, gado miúdo, panos de lã, de linho, o azeite, mel etc.

¹²⁷ Ver “Edição comemorativa aos 850 anos da outorga da Carta Foral de Mesão Frio”. Em: Oliveira, B. V. de. (2002). *Breve Monografia do concelho de Mesão Frio (1152-2002)*. Câmara Municipal de Mesão Frio. Mesão Frio, p. 151.

¹²⁸ Rau, V. (1981). Op. cit, p. 45.

¹²⁹ Na Portugalia Monumenta Historica Leges et Cousuetudines I, p.366, vem a reprodução desse foral, de que passamos a transcrever a disposição citada: “Et homines de cunctis terris venerint ad feiram et ad illos malefecerit tam eundo quam redeundo pariat Lx sòlidos”.

¹³⁰ Documento Real de 05 de Maio de 1826, presente no arquivo municipal (livro de registros 1819 a 37), fixando os dias das feiras novas para 19, 20 e 21 de Setembro.

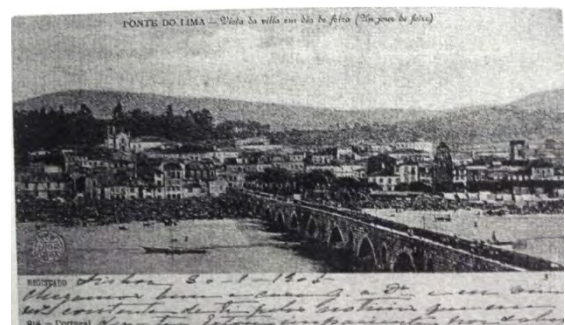
Festas do Concelho e aconteceriam no terceiro final de semana de Setembro¹³¹. Desde então, as Feiras Novas são realizadas nesse período.

A partir dos anos de 2010 a festa foi antecipada para o início de Setembro, entre os dias 10 e 13¹³². Além da feira quinzenal, que passa a acontecer concomitantemente ao evento religioso e faz parte de sua programação, esta inclui várias apresentações culturais com música das bandas e do folclore da região, concursos pecuários, corridas de garranos, cortejos etnográficos e históricos, procissões que atraem muitos visitantes provenientes de toda a região. Para participar da feira em questão, por ser franca em seu início, não era necessário o pagamento de taxas. Entretanto, no momento presente, embora continue com a nomenclatura de feira franca pois coincide com a feira anual da festa designada Feiras Novas, a Câmara Municipal passou a cobrar uma taxa aos feirantes que dela participam. Muitas das feiras que antes eram francas e estavam relacionadas aos festejos religiosos deixaram de ser gratuitas e livres, passando a se adequar a um regime jurídico e económico no qual onde os feirantes pagam taxas às câmaras municipais. Reproduzimos abaixo ilustrações da Feira de Ponte de Lima.

Figura 2 – Feira de Ponte de Lima (Pátio da Feira)



Figura 3 – Vista da Cidade e da Feira



Fonte: D' Aurora Conde. (2005). *A Feira de Ponte*. Município de Ponte de Lima. Ponte de Lima.

Quanto ao Concelho de Barcelos, sua referência nos registros documentais é bastante tardia: data de um foral concedido em 19 de fevereiro de 1412, por D. João I. Inicialmente, realizava-se uma feira anual, de quinze dias, de 01 de agosto até o dia de Santa Maria de Agosto, com todos os privilégios e franquias que tinha a feira de Trancoso. Posteriormente, em 1427, teve sua data alterada para outubro, depois da feira do Ladario, por meio de uma carta também concedida por D. João I, a pedido de seu filho D. Afonso, Conde de Barcelos¹³³. Em 1446, o conde, na altura já Duque de Bragança, D. Afonso I, solicitou ao rei Afonso V que a feira de Barcelos tivesse os mesmos privilégios

¹³¹ Vieira, J. M. F. (1995). *A Feira de Ponte de Lima. Exploração pedagógica/didática de um videograma*. Departamento das Ciências da Educação da Criança, CEFOPE, Universidade do Minho. Braga.

¹³² Câmara Municipal de Ponte de Lima. (2010, 1º de Fevereiro). *Alteração da data das Feiras Novas - Festas do Concelho de Ponte de Lima*. Acedido em 11 de Maio de 2010, em: <http://www.cm-pontedelima.pt/evento.php?id=263>.

¹³³ Chancelaria régia de D. João I, livro, IV, folha 105. Em: RAU, V. (1981). Op. cit, p. 140.

concedidos às feiras de Tomar e de Montemor-o-Velho, dada a sua importância. A solicitação foi atendida em Julho de 1455 por D. Afonso V¹³⁴, que também alterou a data de realização da feira para o período entre maio e junho, nos primeiros dez dias antes e quatro dias depois da festa do Corpo de Deus. Mais tarde, a dieta para a mencionada festa foi novamente alterada¹³⁵.

Não fugindo à similaridade com as demais feiras francas portuguesas, como a feira de Ponte de Lima e as Feiras Novas citadas anteriormente, a de Barcelos também se apresenta no quadro de aproximação com os festejos religiosos. Num primeiro momento, diante dos festejos de Santa Maria de Agosto e localizada no antigo campo de Salvador, perpassando para maio e junho, coincidindo com os festejos religiosos do Corpo de Deus e, posteriormente, com o advento do Milagre das Cruzes¹³⁶. Em 2011, a Festa das Cruzes, em Barcelos, aconteceu no período 25 de abril a 03 de maio. Para além de coincidir no plano religioso com a procissão da Cruz, da qual participam todas as cruzeiras paroquiais do concelho, também teve a sua data antecipada para 25 de abril, em função das comemorações do dia da liberdade, da Revolução dos Cravos, atravessando também o 1º de Maio, dia internacional do trabalho.

Perante estas mudanças, percebe-se que, até o século XIX, a festa tinha um caráter mais religioso, com as romarias clericais. No século XX, embora mantendo objetivos religiosos, ganhou novo formato e repercussões, adicionando aos eventos religiosos as romarias com elementos profanos, e por que não dizer, do turismo de eventos, com uma programação que mescla desde as procissões e romarias até a exibição de grupos folclóricos e de trajes do Minho, fogos-de-artifício, espetáculos de música, mostras de arte e atrações gastronómicas, com destaque para a doçaria regional. Como anunciou o *Diário do Minho* em 24 de abril de 2010, “além da programação musical, religiosa e desportiva, a Festa das Cruzes terá ainda atividades ligadas à arte e ao recreio¹³⁷”.

A nossa tese de que as feiras continuam existindo na atualidade devido às transformações que sofreram, com sua adequação e cumprimento das exigências da demanda do mercado e lógica do capital (como o mercado turístico, por exemplo), será melhor aprofundada no último capítulo do presente estudo. Porém, já podemos anunciá-la nesse momento, ao apresentarmos como exemplo de investigação a Festa das Cruzes, evento minhoto secular, que foi amplamente divulgado em função da

¹³⁴ Chancelaria régia de D. Afonso V livro XV, folha 74 v, Livro IV, de Além Douro, fol.199v. RAU, V. (1981). Op. cit, p. 140.

¹³⁵ Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J. (1985). *A Feira de Barcelos*. Mimeografado. Coimbra, p. 52 (“Os primórdios da feira”).

¹³⁶ O aparecimento miraculoso da Cruz, no chão do espaço da feira, em 1504, com o conseqüente desenvolvimento da festa de 03 de Maio, deu origem a festa das cruzeiras. Almeida, C. A. F. (1990). *Barcelos*. Editorial Presença. Lisboa (“A feira de Barcelos”).

¹³⁷ Festa das Cruzes integrada nas comemorações do 25 de Abril. (2010, 24 de Abril). *Diário do Minho*. Acedido em 04 de Maio de 2010, em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=78610>.

realização da feira franca. A feira acontece durante todos os dias do evento, no mesmo espaço da festa, no qual em 1504 as Cruzes apareceram, atual campo da República. No entanto, a feira já não é mais franca. Como em Ponte de Lima e também em Barcelos, os feirantes pagam taxas à Câmara Municipal. A feira se soma à festa do concelho e se ressignifica dando lugar às transformações por que passa também a festa tradicional. Em 2006, por ocasião da comemoração dos 500 anos do aparecimento do milagre das cruzes, a publicidade no site turístico viajar. Clix publicou:

(...) a Câmara Municipal decidiu reforçar as verbas a fim de atrair ainda mais turistas ao concelho durante os conhecidos festejos. Assim, as comemorações, a decorrer entre 27 de Abril e 3 de Maio, vão custar cerca de 370 mil euros e incluir diversas iniciativas. Para além da tradicional procissão da Invenção da Santa Cruz, que se realiza na tarde de 3 de Maio (feriado municipal) e em que milhões de pétalas de flores atapetam o percurso até à oitocentista Igreja do Senhor da Cruz, haverá um cortejo para comemorar a efeméride com pelo menos 500 figurantes, para recriar o ambiente de há 500 anos em Barcelos. E, a juntar-se ao fogo-de-artifício, exibição de grupos folclóricos e de trajes do Minho e espetáculos de música, haverá também atividades menos tradicionais, como uma mostra de stand-up comedy ou um encontro de motards. A gastronomia também estará presente, com destaque para a doçaria regional¹³⁸.

Percebemos, portanto, que as feiras anuais de Barcelos, Ponte de Lima e Vila do Conde, referidas como feiras francas, apesar de não serem mais francas *stricto sensu*, no sentido da isenção de pagamentos, mantêm a nomenclatura e a sua realização coincide, como no passado, com a festa religiosa das vilas e concelhos. Os exemplos destas feiras anuais corroboram a afirmação de Abreu, de que:

As feiras surgiram da necessidade da troca de produtos entre o homem do campo e da cidade, e entre regiões diferentes. A sua expansão está intimamente associada às festividades religiosas, como as romarias e peregrinações, por serem um momento de aglomeração de pessoas em dias de tréguas. A Páscoa, a Natividade da Virgem, o corpo de Deus os dias de S. João, S. Pedro, S. Miguel e Santa Iria estavam entre as datas em que se realizavam as maiores feiras, a par dos dias das festividades de cada localidade¹³⁹.

Dissemos anteriormente que as feiras lusitanas não foram responsáveis pelo surgimento das cidades. Porém, o desenvolvimento destas últimas se deveu, em grande medida, à presença das feiras e ao diálogo estabelecido entre o homem do campo e da cidade. E, como vimos, as feiras do Noroeste português, sejam elas semanais, ou quinzenais, tiveram suas origens em feiras francas anuais, a partir da relação estabelecida com as festividades religiosas, como romarias e procissões, diante do

¹³⁸ *Festa das Cruzes com maior animação, exibido em Barcelos*. (2004, 19 de Abril). Acedido em 08 de Janeiro de 2008, em: <http://viajar.clix.pt/noticias.php?id=1767&lg=pt>

¹³⁹ Abreu, M. (1997). *Festas, feiras e romarias. Percursos na Costa Azul*. Edição Regional de Turismo de Setúbal. Costa Azul, Setúbal, p. 143 ("Feiras").

aglomerado de devotos e da necessidade de fornecer mantimentos a um grande número de forasteiros.

2.2 – A atração do mar: um centro mercantil

A história do surgimento da feira franca de Vila do Conde, cidade portuguesa que faz parte do Distrito do Porto e atualmente é responsável por trinta freguesias, se deu diferentemente das demais feiras portuguesas e brasileiras. A feira surgiu em função do desenvolvimento da cidade e da necessidade de mantimentos para abastecimento do mercado. Sua localização geográfica é o fator preponderante para que isto ocorresse. O concelho de Vila do Conde é limitado, ao Norte, pelo município da Póvoa de Varzim; a Leste, por Vila Nova de Famalicão e Trofa; ao Sul, pela Maia e por Matosinhos; a Oeste, pelo oceano Atlântico, onde desagua o rio Ave. Se hoje a sua localização, em especial a proximidade com Póvoa de Varzim, faz desse conglomerado urbano um dos grandes centros industriais, pesqueiros e turísticos, no passado sua localização era estratégica para a passagem dos transeuntes, quer viajassem por mar ou por terra. Essa localização fazia de Vila do Conde um local diferenciado, pois enquanto nos outros sítios a comunicação entre os lugares era difícil, isto não se verificava lá, em razão de a cidade estar situada em uma área litorânea. O comércio acontecia mesmo sem a instituição da feira segmentada, seja ela franca ou regularmente mensal. Há registro da presença de um mercado em 1466, em que todas as mercadorias que chegassem “por terra a esta vila, assim em carros, como em bestas, como ao colo, como por qualquer outra maneira que todas”, eram levadas diretamente ao Paço e lá vendidas “por três dias, para todos haverem parte”¹⁴⁰. Em 1548, percebe-se a presença de um mercado funcionando na Praça Nova, uma vez que é oficializada a proibição de que “ (...) nenhuma fruta nem pão, nem qualquer outra coisa”¹⁴¹ [pudesse ser vendida sem autorização Camarária].

Entretanto, tal comércio, diante da ausência das feiras, apresentava na época vários problemas, a começar pelo abastecimento de mercadorias. Assim, os mercadores locais tinham dificuldade em adquirir suas mercadorias para vendagem, pois a vila, ao mesmo tempo que tinha uma excelente localização como entreposto comercial, servia apenas de ponto de passagem para os mercadores viajantes. Estes viajantes, por sua vez, atravessavam suas mercadorias por mar e por terra, sem deixar nada na vila para seu abastecimento. De maneira que a vereança local se sentiu na responsabilidade de regulamentar a atividade comercial com o propósito de diminuir tal problema. As

¹⁴⁰ A.H.M.V.C-16, Livro de sessões da Câmara, 21 de Janeiro de 1446, f. 2v.

¹⁴¹ A.H.M.V.C-18, Livro de sessões da Câmara, 18 de Junho de 1548, Folha 10.

medidas tomadas estão registradas no Boletim Municipal em Efemérides: “ (...) o burgo afirma seu caráter de entreposto comercial, encruzilhada das rotas terrestres e marítimas, evidenciando o protecionismo exercido pela vereação no que concerne à classe mercantil (...) ”¹⁴². A reportagem se refere à regularização da atividade comercial de Vila do Conde, que se deu em 18 de maio de 1672 para toda caravela ou embarcação que entrasse a barra com carga de sal que não viesse consignada a mercador da vila. Nesse caso, o viajante teria de deixar parte do sal, para que os mercadores locais vendessem. Determinação semelhante foi adaptada anteriormente em 28 de março de 1569, em relação a todos os barcos de pescado. A sentença indicava que todos os barcos de pescado que entrassem a barra do Ave deveriam atracar e vender suas mercadorias aos mercadores da vila. A título de ilustração, seguem algumas imagens das feiras realizadas em Vila do Conde.

Figura 4 – Terreiro de Sob mosteiro em dia de feira (Vila do Conde)



Fonte: Neves, J. P. (1991). *Vila do Conde*. Edição da Secção Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde, p. 65.

Figura 5 – Aspecto de uma feira na Praça de S. João (local atual da realização da feira semanal)



Fonte: Ibidem, p. 65

Figura 6 – Antiga Feira de gado, em dia de concurso pecuário



Fonte: Ibidem, p. 67

¹⁴² Câmara Municipal de Vila do Conde (2004, Maio). Feiras e mercados. O combate a especulação. *Boletim municipal*, Vila do Conde, p. 8.

As feiras francas de Vila do Conde, além de fazerem parte do cotidiano da cidade, colaboraram também para o desenvolvimento da vila, já que, como vimos, o comércio encontrava sérios problemas quanto ao abastecimento, fazendo com que os vereadores locais impusessem leis protecionistas. Como as medidas tomadas pela Câmara não fossem significantes para garantir o abastecimento da população, foi solicitada a autorização para realização das feiras francas. Consta em alvará do Cardeal D. Henrique, datado de 22 de junho de 1579, que

(...) uma das coisas com que se remedia as necessidades dos povos são as das feiras francas e Vossa Alteza as tem concedido à cidade de Braga, Vilas de Ponte de Lima, Barcelos Rates e outras muito lugares deste Reino sem embargo (...) E visto seu requerimento e por fazer mercê à dita vila e moradores dela ei por bem e me praz que cada mês se possa fazer na dita vila uma feira franca que dure os primeiros três dias do dito mês e isto enquanto os oficiais da Câmara dela tiverem por encabeçamento as rendas das sisas ou eu não mandar o contrário¹⁴³.

Entretanto, somente em 05 de setembro de 1704 foi concedido, por D. João V, o alvará de autorização para feira mensal de Santo Amaro, que seria realizada no dia vinte de cada mês:

(...) Eu, el-rei, faço saber aos que este Alvará virem que os oficiais da Câmara de Vila do Conde e mais povo, me representaram que a dita vila era muito populosa, e por não haver nela feiras, como havia nas mais vilas e cidade, padecia o povo dela e mais circunvizinhos grande detrimento, porque lhes era necessário irem a outras partes mais distantes e comprarem o lhes era necessário para suas casas, e que havendo feiras na dita vila ficavam todos remediados, a qual podia se fazer junto de uma capela de Santo Amaro que ficava na entrada da dita vila...¹⁴⁴

Após a autorização dessa feira surgiram outras feiras francas na cidade, chegando a acontecer em datas certas. “ (...) Com o crescimento da Vila, o número de feiras autorizadas tornou-se insuficiente e outras foram criadas, passando para datas certas: dias 3, 12, 20 e 27 de cada mês. As feiras francas acompanharam assim o desenvolvimento de Vila do Conde”¹⁴⁵. Entretanto, as feiras francas anuais realizadas em 20 de janeiro e 03 de agosto eram as que reuniam maior quantidade de pessoas e detinham significados simbólicos que, até o momento atual, são mantidos na memória daqueles que a vivenciaram.

Tais feiras francas, além de terem os objetivos da circulação e arrecadação de mercadorias, com a venda e compra de produtos, também movimentavam o cotidiano da cidade através das festas religiosas. Destacamos, como exemplo, a Feira dos Vinte, também conhecida como feira de São Joaquim por se realizar no mesmo dia em que é celebrado o dia do santo, a festa de Santo Amaro,

¹⁴³ Alvará do Cardeal Rei de 22 de Junho de 1579, transcrito em leitura paleográfica por A. Monteiro dos Santos, do Arquivo Histórico Municipal. Em: Neves, J. P. (1991). *Vila do Conde*, p. 73.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 73.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 64.

realizada ao lado da Igreja de Santo Amaro, tendo romaria em homenagem ao santo e todas as arrecadações em numerários concedidos para a sua confraria. Também destacamos a feira realizada junto da festa de Nossa Senhora do Carmo, com procissões e serenata ao lado do Rio Ave, além de exposições de pecuária. É importante que se diga também que a feira franca e festa religiosa não deixam de estar associadas à vertente agrícola, diante da exposição da pecuária.

Por seu lado, a Festa dos Vinte se caracteriza por sua proximidade com os hábitos e costumes do cotidiano, que se ampliam para além das práticas religiosas ao encontro dos namorados, que é a atração principal da feira. Daí a feira também ser conhecida como “feira dos namorados”. Na ocasião das festividades, enquanto os pais iam à feira para adquirirem mantimentos, os filhos, jovens das aldeias pertencentes ao concelho de Vila do Conde, participavam do ritual de procura de pretendentes para namoro e futuro casamento. As raparigas e os rapazes trajavam-se atraentemente e os rapazes aproximavam-se das pretendentes e declamavam versos e poesias. As meninas, por sua vez, aceitavam os galanteios e naquele instante iniciavam um diálogo que posteriormente poderia redundar em namoro e até casamento. As raparigas tinham o hábito de “contabilizar” os pretendentes e “namorados” através de grãos de milho que carregavam em seus bolsos. Iam para a feira com um bolso cheio de grãos, e à medida que iam recebendo os cortejos colocavam os grãos, um de cada vez, no outro bolso, até então vazio. Os rapazes, por sua vez, carregavam consigo colheres de pau, nas quais escreviam versos e poemas, e tocavam na cabeça das “namoradas” em tom de brincadeira e depois ofereciam as colheres às escolhidas¹⁴⁶.

Atualmente, na Feira dos Vinte, em Vila do Conde, as colheres de pau são comercializadas nas bancas de artesanato local. Os estudantes das escolas do concelho também ressignificam essa tradição, transformando colheres de pau em obras de arte que são comercializadas no Centro de Artesanato Comercial, administrado pela Câmara Municipal¹⁴⁷.

Um dos pontos em comum dessas feiras francas, em relação a outras feiras de Barcelos e Ponte de Lima é que as de Vila do Conde acabaram por originar a feira semanal, em dia fixo. A partir de 10 de agosto de 1934, a feira passou a acontecer semanalmente às sextas-feiras. Entretanto, mantiveram-se as duas feiras anuais, de 20 de janeiro e 03 de agosto, que, embora tenham a nomenclatura de francas, também deixaram de o ser auferindo aos cofres municipais rendimentos maiores do que as feiras semanais.

¹⁴⁶ Câmara Municipal de Vila do Conde (1928, 3 de Agosto). Poeta Juvenal (pseudónimo do Dr. Artur da Cunha Araújo). *Revista de Vila do Conde, Vila do Conde*, nº 1.

¹⁴⁷ Câmara Municipal de Vila do Conde (2004, Setembro) Feiras e mercados- a feira franca de Santo Amaro. *Boletim municipal*, Vila do Conde, p.8.

2.3 – Na outra costa do Atlântico

No caso do Brasil, também existiram feiras francas, desde o período colonial até a segunda metade do século XX¹⁴⁸. Essas feiras realizavam-se duas vezes por ano. Assim como em Portugal, as feiras francas atraíam vendedores e compradores oriundos de lugares distantes, mas também comercializavam produtos regionais, como o gado e seus derivados. As feiras francas coloniais brasileiras, contrariamente às feiras portuguesas, não estiveram relacionadas prioritariamente a festejos religiosos nem tampouco foram as responsáveis pelo surgimento das feiras em dias fixos, semanais, quinzenais ou mensais. As feiras coloniais brasileiras dividiam-se em dois grupos distintos: a feira-franca, citada anteriormente, e a feira-mercado, realizada sobretudo aos sábados, em área restrita da cidade que se destinava ao seu abastecimento e o das regiões circunvizinhas.

As referências sobre feiras no Brasil colônia não são muitas, como já foi dito anteriormente. O primeiro registro de que se tem conhecimento data de 1548, quando D. João III, na tentativa de evitar que os colonos se dirigissem às aldeias indígenas, ordenou que se fizesse um dia de feira para que os gentios viessem à cidade comerciar seus produtos e comprar o que necessitassem¹⁴⁹.

Em relação às feiras tradicionais, existem referências sobre a Feira de Capoame, em 1732, realizada em lugar próximo à cidade da Bahia (na atual Dias D'Ávila). Durante o século XVIII, esta feira era considerada o principal centro de abastecimento de carne de gado da cidade de Salvador e do Recôncavo. Outras referências são feitas às feiras de Mata de São João e de Nazaré, na Bahia, e às feiras de Goiana, em Pernambuco, e Laranjeiras, em Sergipe. No século XIX, segundo a tese de Mott¹⁵⁰, a ocorrência das feiras é frequente e algumas eram tão grandes que, para a satisfação dos frequentadores, tinham de ser abatidos em torno de 60 a 70 bois, como acontecia na feira de Itabaianinha e Caruaru, em Pernambuco, e na de Campina Grande, na Paraíba.

No Nordeste do Brasil, na atualidade, existem dois tipos de feiras: a feira de menor porte, que é visivelmente presente por todo o interior, e as feiras urbanas, presentes nos grandes centros. Aquelas, remanescentes das feiras tradicionais, têm muitas vezes uma conotação rural, onde o agricultor, artesão e criador se transformam em comerciantes e simultaneamente fregueses dos seus colegas de profissão, uma vez que adquirem na própria feira os recursos e os mantimentos necessários para sua sobrevivência. Elas ocorrem com mais intensidade nos menores e mais rústicos povoados, quer do

¹⁴⁸ Mott, L. (1976). Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História São Paulo*, 53: 89.

¹⁴⁹ Trevisan, E. (2008). *A Feira livre de Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos; a convivência do formal e do informal*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 46.

¹⁵⁰ Mott, L. (1975). *A Feira de Brejo Grande...*, p. 313. Em: Kidder, D (1972). *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. Ed. Martins. São Paulo.

Litoral quer do Sertão. As que se enquadram no segundo tipo de feira, de maior porte, são também chamadas de feiras livres ou feiras de mercado, por se realizarem em dias fixos e, em muitos casos, localizadas no entorno das edificações dos mercados.

Sendo de menor ou de maior porte, destacamos que a feira, além de sua importância urbana e regional, desenvolve um processo de comercialização e de trocas inter-regionais, dada a relação estabelecida com o comércio das cidades e do mercado regional¹⁵¹. Este quadro torna difícil qualquer tentativa de determinar até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira.

Feiras e Mercados diferenças e similitudes conceituais

Cabe perguntar aqui em que constitui a diferença entre feira e mercado, conceptualmente. De acordo com o *Dicionário de História de Portugal*¹⁵², feiras são instituições que tiveram origem no período medieval, com função económica, devido à localização, em prazos e termos determinados, envolvendo produtores, consumidores e distribuidores, corrigindo a falta de comunicações rápidas. A autora do verbete, Virgínia Raú, destaca três aspectos que caracterizam as feiras, já mencionados: elas eram realizadas em épocas relacionadas com as festividades da Igreja; no local ficava estabelecida a paz especial¹⁵³; as feiras dependiam de estatutos municipais de concessão para a sua realização.

Por outro lado, o mercado consiste, para Rau, numa atividade económica mais ampla que envolve as relações de troca de mercadorias e de capital, tanto entre o campo e a cidade, de acordo com os bens de produção, como também a relação estabelecida de comércio entre regiões e até países. Tal procedimento mercantil ocorre na Europa Ocidental, segundo a autora¹⁵⁴, desde o século XI.

Não é nosso objetivo, neste trabalho, explorar os mercados, embora não se possa negar a relação estabelecida entre estes e as feiras. No entanto, não é a perspectiva acima mencionada de mercado que adotamos, mas a perspectiva de abordagem enquanto local que dialoga diretamente com as feiras. Para além de perceber a feira como lugar de escoamento e de trocas regionais da produção agrícola de bens de subsistência, de compra e venda de varejo de produtos manufaturados e

¹⁵¹ Pazera Jr., E. (2003). *A feira de Itabaiana - PB: permanência e mudança*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. USP, São Paulo, p.27.

¹⁵² Rau, V. (1960). As Feiras. Em: Joel Serrão (dir.). *Dicionário da História de Portugal*. Vol II. Livraria Figueirinhas. Porto, pp. 539-542.

¹⁵³ Ibidem, p, 539. Também conhecida como “paz na feira”. Consistia na proibição para todas as pessoas, de exercerem atos de hostilidade, brigas, disputa ou vingança. Com punições severas para os que a desobedecessem. E ainda destacamos: “A paz nas feiras é uma das páginas mais interessantes da história de direito internacional e das mais belas da História do comércio”. Ver: Amzalak, M. B. (1921). As feiras em Portugal notas históricas. *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, p. 6.

¹⁵⁴ Ibidem, pp. 269-271.

alimentares, além da prestação de serviços, dos eventos semanais, ou bissemanais, também compreendemos os mercados como locais de transação do atacado e de varejo¹⁵⁵, pois certamente a autora, nesse caso, referia-se a feiras tradicionais, rurais, uma vez que seu trabalho trata das feiras da década de 80 do século XX.

Para além da perspectiva já mencionada, deve-se aqui também ressaltar que as feiras são instituições que surgiram na Idade Média e que acontecem em dias alternados, enquanto os mercados ocorrem em dias fixos, são periódicos, diários, semanais, ou mensais¹⁵⁶. Embora as feiras lusitanas desse estudo tenham essa característica medieval itinerante, sazonal¹⁵⁷, as suas periodicidades são diferentes: em Ponte de Lima ela é quinzenal, em Barcelos e Vila do Conde, semanal. Já as feiras contemporâneas brasileiras deste estudo, que estão localizadas no entorno dos mercados, têm periodicidade semelhante aos mercados, funcionando diariamente.

Assim, aproximamo-nos da concepção de Virginia Rau¹⁵⁸. Esta autora analisou as feiras medievais como locais destinados também a pontos de reuniões periódicas de mercadores de profissão, centros de troca por grosso e de todos os objetos negociáveis, pontos de encontro e de mercadorias, com regulamentações próprias que estabelecem circuitos que ultrapassam as fronteiras nacionais¹⁵⁹. Ainda quando menciona as feiras medievais e portuguesas, Rau faz referência à periodicidade dessas, e destaca que as mesmas acontecem de maneira sazonal, ampliando o conceito para as mercadorias negociáveis.

Contudo, ainda consideramos que o conceito de feira no período medieval vislumbrava em grande medida características presentes nas feiras da atualidade, diante do entendimento de que a feira consiste em um fenômeno muitas vezes regulamentado que ultrapassa fronteiras espaciais, constatado no decorrer deste trabalho quando nos referimos ao fenômeno da globalização e seus impactos. Para Raú,

Os mercados locais são destinados a prover à alimentação corrente da população existente no local onde eles têm lugar. (...) As feiras, pelo contrário, constituem o ponto de reunião periódica dos mercadores de profissão. São centros de troca por grosso onde se procura atrair, fora de qualquer consideração local, o maior número de homens e de produtos. Podem comparar-se a uma espécie de exposições universais porque elas não excluem nada nem ninguém; todo indivíduo, qualquer que seja sua nacionalidade, todo o objeto negociável, qualquer que seja a sua

¹⁵⁵ Paim, M. R. (2005). *Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de mulheres de saia e homens em feiras soteropolitanas* (1964-1973). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 20.

¹⁵⁶ Rau, V. (1943). *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para seu estudo*. Editorial Presença. Lisboa, p. 56.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 78.

¹⁵⁸ Garcia, M. F. (1984). *Feira e trabalhadores rurais, as feiras do Brejo e do Agreste Paraibano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional, Rio de Janeiro, p. 57.

¹⁵⁹ Abreu, M. (1997). *Festas, feiras e romarias...*, p. 144.

natureza, têm a certeza de serem bem acolhidos. (...) Cada feira esta aberta a todo o comércio, como cada porto de mar a toda navegação. (...) A feira é o centro do grande comércio que atrai os mercadores de países longínquos, corresponde a uma fase económica mais evoluída e a sua importância depende da prosperidade de um país inteiro. O mercado tem apenas uma influência local ou regional¹⁶⁰.

De qualquer modo, o conceito de feiras e mercados no Brasil e em Portugal são diferentes¹⁶¹. Enquanto o termo feira é utilizado em Portugal para designar uma grande¹⁶² reunião comercial e regional, realizada via de regra com grandes intervalos de tempo, o mercado é o local destinado ao abastecimento local.

No Brasil, o termo feira designa grandes ou pequenas reuniões comerciais, realizadas ao ar livre. Daí muitas vezes o emprego do termo feira-livre. Além delas serem realizadas em intervalos mais curtos, já que as Feiras acontecem diariamente, ou mesmo duas ou três vezes por semana, e o feirante é fixo e o freguês itinerante. Isto não quer dizer que não se encontrem feiras brasileiras que ocorram uma vez por semana em lugares diferenciados e que, assim como em Portugal, também promovam a circularidade dos feirantes. Mas as feiras que exploramos no presente estudo são diárias, com movimentação crescente de fregueses ao longo da semana, especialmente às quintas, sextas e aos sábados.

Apesar dos termos diferenciados que percebemos no nosso estudo, quando tratamos do conceito do tema central “Feira”, sejam elas portuguesas ou brasileiras, deparamo-nos com diversos consensos conceituais. Em ambos os contextos o termo feira designa instituições regulamentadas ou o local destinado a reuniões comerciais em ambientes abertos (ruas, praças, ou sítios); frequentemente realizadas pelo menos duas vezes por mês; onde se comercializa uma variedade de produtos com origens múltiplas, desde as produções regionais, até os artigos importados de outras regiões e países; com comerciantes ambulantes, sejam, empregados, emigrantes, proprietários das bancas, ou até mesmo seus familiares e geralmente foram edificadas em seu entorno, onde servem de abastecimento local; além de possuírem valores significativos para aqueles que convivem nesses espaços de representação económica, política, social, cultural e turística.

¹⁶⁰ Raú, V. Cit..., pp. 56-57.

¹⁶¹ Ferretti, M. (2000). Feiras nordestinas – estudos e problemas. Em: Sérgio Ferretti (org.). *Reeducando o olhar...*, p. 39.

¹⁶² Mott, L. (1970). As feiras no Brasil, bibliografia comentada. *Revista de Etnográfica do Porto*, (no prelo). Em: Mott, L. (1975). *A feira de Brejo Grande...*, p. 313.

2.4 – Formas de globalização

Embora destaquemos o período da globalização como pós-1986, dadas as mudanças económicas e políticas tanto em Portugal como no Brasil, após a abertura política dos regimes ditatoriais, somos conhecedores de que esse fenómeno da globalização, enquanto estreitamento de distâncias e de comunicações internas e externas entre países, se deu muito antes desse período, ainda na antiguidade e início da modernidade, de forma resumida faremos um breve comentário a este respeito: Constituem exemplos a internacionalização do capital na aproximação do Oriente com o Ocidente, as viagens de Marco Pólo, as grandes navegações do século XVI, o capital flamengo, holandês, que financiava a produção do açúcar dos engenhos no Brasil, com mão-de-obra africana, administrado indiretamente pela Coroa Portuguesa e comercializado por toda Europa. Desta forma, a globalização é um fenómeno antigo, que apresenta características não só na Antiguidade mas também na Modernidade, já na fase inicial da expansão ultramarina, com a introdução do capitalismo nas conquistas da Ásia, África, América e Austrália.

Inúmeras são as discussões acerca da origem do conceito de globalização. No entanto, temos que ter cuidado para não cairmos em anacronismos, quando empregamos o termo para o século X. Trata-se de um conceito que sempre esteve associado ao desenvolvimento do capitalismo, garantindo a sua consolidação, além de estar atrelado às revoluções tecnológicas dos sistemas de informação que tiveram lugar nos séculos XX e XXI. Entretanto, se pensarmos a globalização em seu sentido primeiro, como um fenómeno que levou a uma maior integração política, económica e social e a uma “aproximação” de diversos “países” através do aprimoramento dos meios de transporte e comunicação, motivado pelos interesses comerciais e políticos, nesse caso podemos certamente fazer referência ao século XV, à Expansão Marítima e aos descobrimentos¹⁶³.

A globalização quinhentista tinha como objetivo principal a exploração do mundo, a descoberta de novas terras, a luta para conquistá-las e transformá-las em colónias de acordo com o modelo de Pacto Colonial¹⁶⁴, favorecendo o fortalecimento mercantil, português e enriquecendo várias

¹⁶³ Brum, A. (1998). *O desenvolvimento Económico Brasileiro*. 18ª Edição, Vozes. Petrópolis, p. 72 (“Globalização e Regionalização”).

¹⁶⁴ Tratava-se de uma determinação que fazia parte de um conjunto de regras estabelecidas pela Coroa e suas respetivas metrópoles. Esse pacto consistia na garantia que as coroas tinham de que suas colónias manteriam relações económicas de exclusividade com as mesmas. No caso do Brasil e Portugal, este “acordo” durou desde a fase inicial da colonização, no século XVI, até o início do XIX, quando a família Real Portuguesa habitou o Brasil. Na ocasião, foi declarada a abertura dos portos às “Nações” amigas, com medidas de favorecimento a Inglaterra, ou Reino Unido. Sobre o pacto colonial, ver: Novais, F. A. (1985). O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. Em: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em perspectiva*, Difel. São Paulo; Novais, F. (1986). *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. Brasiliense. São Paulo; Prado Jr., C. (1977). *História económica do Brasil*. Brasiliense. São Paulo; Furtado, C. (1989). *Formação económica do*

nações europeias que comercializavam entre si, a exemplo da Inglaterra e França. Assim, o comércio entre os vários continentes foi a primeira forma de integração mundial, por meio do comércio de mercadorias, matérias-primas, produtos manufaturados de mão-de-obra escrava e, posteriormente, de imigrantes.

A Europa conquistou a sua supremacia e começou a desenhar o que se convencionou historicamente a designar “economia-mundo”. A globalização, portanto não é datada da hipermodernidade, mas tem raízes em épocas anteriores e que dialogam também com o desmoronamento da sociedade medieval e com as velas enfunadas das caravelas de Colombo e Vasco da Gama, como afirmou Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein¹⁶⁵.

Convém destacar que as expedições eram projetos ambiciosos para época, além de bastante onerosos. Portugal foi pioneiro¹⁶⁶ nas aventuras expansionistas, pois detinha características que colaboram nas expedições, como por exemplo, a formação precoce do Estado Nacional. Com poder centralizado e condições para financiar as viagens, além de dotação na área de conhecimento técnico científico, oriundo da famosa escola de Sagres.

Posteriormente, outros países também tiveram a mesma iniciativa, o que resultou na expansão de uma nação em relação a outras nações, a exemplo do processo de expansão levado a cabo por Espanha, França e Inglaterra. Entretanto, foram os portugueses os maiores responsáveis pela apresentação de características específicas. Portugal transportou os diamantes para a Holanda, introduziu na Inglaterra o hábito do chá e deu a Bombaim a chave do Império. Ensinou a África a se proteger da malária e levou carregamentos de escravos para a América. Introduziu na Índia o ensino superior, o caril e as chamuças e, no Japão, a têmpera e as armas de fogo¹⁶⁷.

Os povos nativos “brasileiros” puderam experimentar mangas pela primeira vez quando os portugueses as trouxeram da Índia, além da canela e da pimenta, da laranja-doce e do tamarindo, vindos da China e da África. Os Europeus somente conheceram o chocolate e o abacaxi quando aqui chegaram da América¹⁶⁸, e isso só foi possível porque, nesse momento, com o advento da modernidade e o Renascimento cultural, a humanidade compreendeu que habitava num globo. Waters acrescenta que “

Brasil. 23ª Edição, Nacional. São Paulo.

¹⁶⁵ Marques, V. S. (2004). Reinventar a cidadania na Era da globalização. Esboço de um programa de investigação. Em: Rocha, A. da S. E. (org.). *Europa, cidadania e multiculturalismo*, Coleção poliedro 15, Centro de Estudos Humanísticos; Instituto de Letras e Ciências Humanas; Universidade do Minho, Braga, p. 121.

¹⁶⁶ Devezas, T. e Rodrigues, J. N. (2009). “*Portugal - O Pioneiro da Globalização*” *A Herança das Descobertas*. Coleção Desafios. Edições Centro Atlântico. Lisboa.

¹⁶⁷ Page, M. (2008). *1938-2005 A primeira aldeia global: como Portugal mudou o mundo*. Tradução Gustavo A. Palma. Casa das Letras. Cruz Quebrada.

¹⁶⁸ Schmidt, M. F. (1997). *Nova História Crítica do Brasil – 500 anos de História mal contada*. Editora Nova Geração. São Paulo.

(...) até então, os habitantes da Eurásia, de África e da Austrália ignoravam totalmente a existência uns dos outros”¹⁶⁹ . Consiste em um fenómeno da atualidade, tendo Portugal como a Nação pioneira nesse movimento.

¹⁶⁹ Waters, M. (1999). *Globalização*. Celta Editora. Oeiras.

Capítulo 3 – O cotidiano das feiras: aspectos sociais

Para Eça de Queiroz, que viveu no século XIX, as feiras do seu tempo representavam o local de encontro e sobretudo de troca dos mais diversos produtos, levados por lavradores, comerciantes de pequeno e grande trato, que vendiam e se abasteciam na compra de outros produtos. O romancista português descreveu a riqueza e o colorido da feira, as conversas murmuradas, e a animação que transpunha o aspecto puramente económico: “ (...) a feira tem sempre um cortejo ruidoso de divertimentos, de teatros, de bailes, de galanterias, de touros e também um pouco de lucros e de comércio”¹⁷⁰.

Mesmo diante do declínio das feiras ocasionado pelo comércio grossista no século XVIII¹⁷¹, essas instituições de origem medieval ainda representavam, no século XIX, para além do aspecto económico, demasiadas características culturais e sociais¹⁷². O historiador português David Justino afirma a importância que as feiras continuaram a ter no século XX: “ (...) Em pleno século XX feiras e mercados continuam a desempenhar um papel relevante num país de vilas e aldeias”¹⁷³.

Inúmeros são os aspectos sociais das feiras¹⁷⁴. Elegemos aqueles que mais se destacam para melhor aprofundarmos a análise desta temática, uma vez que procuraremos comparar elementos sociais das feiras dos dois lados do Atlântico. Nesse sentido, abordaremos as feiras enquanto *loci* de sociabilidade, daremos destaque aos episódios específicos que marcaram a sua história (como os conflitos), aos personagens que se fazem presentes no universo das feiras, de cada lugar.

Para tanto, utilizaremos como fontes os jornais de cada lugar, a bibliografia que cita tais aspectos, e, principalmente, as fontes orais, através das quais os feirantes e fregueses descreveram suas experiências cotidianas em seus respetivos *loci* de trabalho.

3.1 – Feiras como *loci* de sociabilidade

O universo das feiras não é apenas um ambiente favorável ao comércio, mas também é

¹⁷⁰ Queiroz, E. de. (1980). *Textos do distrito de Évora*. Coleção Obras Completas de Eça de Queiroz. Nº da coleção XI. Editora: Círculo de Leitores. Lisboa, p. 202.

¹⁷¹ Ibidem; Braudel, F. (1998) *Civilização material...* p. 74.

¹⁷² Justino, D. (1989). *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*. Vol. 1. Vega. Lisboa, p. 278.

¹⁷³ Ibidem, p. 277.

¹⁷⁴ Não vimos os aspectos sociais, económicos e culturais de maneira desassociada uns dos outros. Consideramos que existem relações estabelecidas entre os mesmos. Entretanto, apresentaremos tais aspetos em separado objetivando demonstrar a relevância que as feiras tiveram sob cada grupo temático, tanto o cultural, como o social e o económico. Vale lembrar que tanto as discussões sobre globalização e valores económicos, sociais e culturais presentes nas feiras serão temáticas que transitarão em todo o presente trabalho. Estaremos em permanente diálogo com as mesmas.

propício à sociabilidade, diante das relações de solidariedade, apadrinhamento e parentesco, estabelecidas desde a Idade Média até a contemporaneidade. Na formulação de Justino,

Uma feira é, antes de mais, um local de encontro. Ai, vendedores e compradores estabelecem os seus negócios, mas, por outro, integram-se numa trama de papéis sociais que transcendem as funções estritamente económicas¹⁷⁵.

Como já foi dito anteriormente, historicamente as feiras adquiriram uma importância muito grande, que ultrapassa seu papel comercial e as transforma, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades se congregam para estabelecer laços de sociabilidade.

No medievo, as feiras da Europa tinham como objetivo a venda de produtos para abastecer e alimentar a população local. Porém, naquela altura as feiras já se constituíam como espaços de sociabilidade, como lugares de encontros e de reuniões de mercadores de várias regiões. Apesar do importante comércio realizado através do mar Mediterrâneo, a troca de produtos estava condicionada pelo domínio dos muçulmanos no norte da África e em parte da Península Ibérica. Havia, no entanto, um comércio terrestre que partia dos portos italianos levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental. O historiador português Godinho afirma,

A economia baseia-se no comércio de mercadorias, de especiarias e drogas de todos Calecute é o ponto de encontro entre os mercadores de Guzerate, de Meca, da Turquia, Bagdad, Pérsia e outras regiões e cidades. É daqui que partem as “naus de Meca”, carregadas de especiarias e drogas com destino ao Cairo e Alexandria, onde os Venezianos as vêm recolher¹⁷⁶.

Contudo, muitas formas de comércio varejista foram sendo aperfeiçoadas ao longo de todos esses anos, desde os mercados de quitandas aos tabuleiros do meio da rua, e às técnicas de venda e de convencimento presentes nas falas daqueles que são os protagonistas desse comércio milenar.

As feiras portuguesas são instituições oriundas dessa época medieval que “sobreviveram” na época moderna e na contemporaneidade, continuando a se configurar como espaço de sociabilidades e de comércio. Logo, as feiras citadas não se constituem apenas em reproduções sociais, políticas e capitalistas.

O facto é que, desde a era medieval, perpassando pela época moderna e o momento histórico da contemporaneidade, as feiras, sejam elas europeias ou americanas, consistem num verdadeiro

¹⁷⁵ Justino, D (1989). *A Formação do Espaço Económico...*, p. 275.

¹⁷⁶ Sobre as viagens marítimas portuguesas e os “descobrimientos”, ver: Godinho, V. M. (1994). *O Papel de Portugal nos séculos XV-XVI que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*. Tradução de João Fagundes. Grupo de Trabalho Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa, p. 43.

mosaico de espaços de sociabilidade, em que a relação estabelecida entre tempo, agentes sociais e processos concorre para que a vida cidadina carregue grande diversidade e riqueza de possibilidades plurais de rituais, comportamentos, normas e limites de uso e apropriação do território urbano.

Tais espaços vão além de simples pontos de compra e venda de mercadorias. São lugares privilegiados, em que se desenvolve uma série de sociabilidades. São, muitas vezes, pontos de encontro tradicionais de amigos ou de simples conhecidos, *loci* escolhidos para os mais variados atos da vida social e mantem, assim, um sentido de permanência e de identidade.

Tal sociabilidade é dotada de um caráter positivo – construtivo, afirmativo – para as pessoas que dela participam. Sabe-se que, na teoria social, a noção de sociabilidade se refere geralmente a situações lúdicas em que há conagraçamento e confraternização entre as pessoas¹⁷⁷. Assim, nas feiras em estudo, as pessoas têm conhecimento das últimas notícias e boatos, são feitos os anúncios de utilidade pública, as manifestações coletivas se expõem, etc. Enfim, constituem-se espaços de relações sociais e interações cotidianas. Comícios geralmente ocorrem em dia de feira, assim como espetáculos artísticos, ditos folclóricos, desenvolvem-se nas feiras como forma de entretenimento, a exemplo dos folcloristas que divulgam a cultura local, apresentando riqueza e a experiência da memória. Divulgando, portanto, as raízes da cultura popular.

Fazendo uma breve relação entre a cidade e os espaços de sociabilidade, sabemos que desde a Antiguidade, com a experiência da Grécia Clássica, a cidade é o lugar do encontro. Não existe, na História da humanidade, cidade sem espaços de uso comum¹⁷⁸. No transcurso da história, a evolução das técnicas e a divisão social do trabalho se integram nas formas de habitar/existir, que podem ser compartilhadas por indivíduos das mais diferentes origens e culturas. Foi assim nas polis antigas, nos feudos medievais, nas urbes modernas. Assim também o é nas cidades e metrópoles contemporâneas, nas quais os espaços públicos são lugares privilegiados para o embate de diferentes interesses, necessidades sociais, articulações entre grupos sociais¹⁷⁹.

A feira é o local em que as sociabilidades se manifestam em todas as suas dimensões, sendo na rua que elas se expressam com maior intensidade. Inúmeras são as pessoas que se deslocam semanalmente para os núcleos urbanos, oriundos da zona rural ou mesmo de outros centros urbanos, transformando a feira numa efervescência social, caracterizada por uma multiplicidade de sujeitos, com variados eventos, modificando, ainda que por um período curto, a temporalidade da cidade e

¹⁷⁷ Ariès circunscreve neste termo as visitas, encontros e festas que envolvem trocas afetivas e comunicações sociais entre os indivíduos. Ariès, P. (1981) *História social da criança e da família*. 2ª Edição, Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro.

¹⁷⁸ Le Goff, J. (1998). *Por amor às cidades*, pp. 119-129 (“O orgulho da cidade, urbanismo e invenção da beleza”).

¹⁷⁹ *Ibidem*, pp.23-68 (“A cidade inovadora, palco de igualdade e festa da troca”).

imprimindo um dinamismo diferente do rotineiro, do habitual. Como nota Braudel, “ (...) A feira é o ruído, a agitação, a música, a alegria popular, o mundo às avessas, a desordem, por vezes o tumulto”¹⁸⁰.

A modernidade urbana maximiza o duelo entre os sectores hegemónicos e os amplos segmentos marginalizados: os primeiros formatam e normatizam, de acordo com seus interesses, os espaços da vida pública; os demais, quase sempre, se recusam a (ou são impedidos ou incapazes de) participar daquela coreografia e recriam, à sua maneira, a vida cotidiana, apropriando-se¹⁸¹ inconvenientemente dos espaços públicos, ali instaurando, ainda que muitas vezes precária e brevemente, uma territorialidade alheia ao projeto dominante¹⁸².

As cidades de século XX e XXI são inconstantes mosaicos de espaços de sociabilidade. A vida urbana e cotidiana contemporânea confere grande diversidade e riqueza de possibilidades de apropriação do território urbano. Cada um desses momentos de realização da reprodução social dos homens simples da metrópole contém suas formas específicas de sociabilidade.

Neste contexto, vemos as feiras não apenas como formas e lugares de anónima aglomeração periódica, mas espaços de sociabilidade específica, gestados no contexto da modernidade. Este contexto é crucial na nossa análise, pois ali as tradicionais estruturas da vida cotidiana são abaladas e novos modos de sociabilidade engendrados. A modernidade é como uma atmosfera portadora não apenas de todo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de decisivas transformações na espacialidade urbana, destruindo velhas urbanidades e substituindo-as por novos formatos¹⁸³. Para ilustrar tal dinâmica, vejamos algumas imagens da feira de Caruaru durante o século XX e no início do XXI.

¹⁸⁰ Ibidem; Braudel, F. (1998), p. 68.

¹⁸¹ Entendemos o termo “apropriação” no sentido utilizado por Henri Lefebvre, como praxis de reação à gestão da vida quotidiana ditada pela propriedade, como estratégia do usuário frente aos processos hegemónicos de alienação e institucionalização da vida.

¹⁸² Nos referimos às formas de (re) criação da apropriação dos espaços públicos por parte dos grupos que se estabelecem em locais que muitas vezes tem outros fins, na perspetivados poderes hegemónicos. Podemos citar como exemplo as mudanças dos locais das feiras nas cidades. Geralmente, os gestores desse espaço público tem projetos dominantes, que diferem do desejo e também da necessidade daqueles que convivem no local e se apropriam desses lugares como sendo seus. Esses indivíduos muitas vezes reagem a essas mudanças ditadas pelo projeto dominante.

¹⁸³ Lefebvre, H. (1991). *O Direito à Cidade*. Editora Moraes. São Paulo.

Figura 7 – Feira de Caruaru, 1ª década do século XX, anos 1900, década de 20, década de 30, respetivamente.



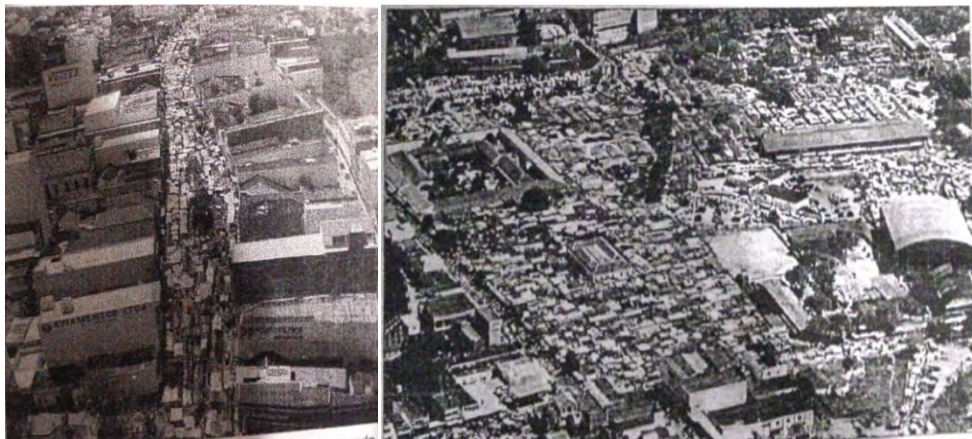
Fonte 1: Acervo Jornal Vanguarda. Em: Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade...* Monografia de Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 36; Dossiê IPHAN-MINC. (2006). *Feira de Caruaru. Inventário Nacional de Referência Cultural*, p.32; (1985, 4 de Novembro). Caruaru, cidade que se tornou grande. *Diário de Pernambuco*, p. C-16

Figura 8 – Feira de Caruaru nas décadas de 1950, 70 e 80 do século XX, prospectivamente.



Fonte 1: Acervo do Jornal Vanguarda. Em: Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade...*, p. 37.
Fonte 2 e 3: Dossiê IPHAN-MINC. (2006). *Feira de Caruaru. Inventário Nacional de Referência Cultural*, p.58 e p.38

Figura 9 – Feira de Caruaru nos anos 90 do século XX e 1ª década de 2000 - século XXI. Parque 18 de Maio.



Fontes: Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade...*, p.52; (2006, 4 de Fevereiro). Feira pode virar património imaterial. *Jornal do Comércio*.

O espaço público é o *locus* privilegiado da disputa entre distintos projetos e interesses, entre propriedade e apropriação. Nas feiras livres, como em diversos outros lugares da metrópole, instala-se o uso impresso pela dinâmica da vida. Mas estes locais têm sua formatação específica, pois foram criados por agentes hegemônicos para atender a determinados interesses relacionados ao lucro e à reprodução social. Há neles, pois, um padrão de sociabilidade não muito claramente definido, que abriga o conflito entre pelo menos duas concepções distintas acerca do que é, como se usa e para que serve uma feira. De um lado, o modelo concebido pela municipalidade, de outro a apropriação pelo popular, apoiado na expansão da informalidade que vem caracterizando as feiras existentes no século XX e XXI.

Estes conflitos, gerados pelos interesses distintos entre os grupos hegemônicos, gestores dos espaços públicos, e todos os outros grupos que fazem parte de tais espaços, são disputas que, aqui, chamamos de episódios sociais.

3.2 – Episódios de sociabilidade

O ano foi o mesmo, 1862. Dois episódios marcaram a história dos levantes populares ocasionados por motivos comuns, dos dois lados do Atlântico. De um lado, o levante de Quebra-quilos, ocorrido no Nordeste do Brasil, em Campina Grande, no ano de 1874, em protesto contra o Decreto Imperial Português através da Lei 1157, aprovado em 26 de Junho de 1862 e assinado pelo imperador D. Pedro II e por João Luís Vieira Cansação, Visconde de Sinimbu, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O seu artigo 1º determinava: “O atual sistema de pesos e medidas será substituído em todo o Império pelo sistema métrico francês, na parte concernente às medidas lineares, de superfície, capacidade e peso.” Do outro lado tivemos, no norte de Portugal, no município de Barcelos, por ocasião da Festa das Cruzes em 03 de Maio de 1862, grandes protestos com graves tumultos contra o aumento de impostos promulgados pela Câmara Municipal.

Junto com outros movimentos populares ocorridos no período do segundo reinado do Império no Brasil, a exemplo da Cabanagem, Sabinada, Balaiada, a revolta de Quebra-quilos, em 1874-1875, representou uma resposta popular de resistência à adoção forçada¹⁸⁴, por parte do governo, do novo sistema métrico. Este, de acordo com o modelo francês, tinha por objetivo substituir a grande variedade de padrões e medidas usadas há muitas gerações no comércio informal das feiras no Brasil.

¹⁸⁴ Monteiro, H. de M. (1997). *Revolta do Quebra-Quilos*. 2ª Edição, Editora Ática paradidáticos. São Paulo; Lima, L. M. de (2006). *Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande*. 1ª Edição, EDUFPG. Campina Grande.

Especificamente em relação à região Nordeste, quatro províncias vivenciaram movimentos de resistência à medida: Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. É relevante destacar que, em setenta e oito localidades, os nordestinos tiveram de associar, às novas medidas do sistema métrico decimal, a cobrança de novos impostos, que segundo os revoltados já era abusiva.

Muitos eram os sistemas de medição da época. O litro, por exemplo, era a medida de capacidade geralmente utilizada para líquidos¹⁸⁵, podendo também ser utilizado para a farinha e outros cereais. Outra forma de medição era o instrumento da “cua”, que podia variar em tamanho. Para pesar animais e produtos agrícolas a unidade mais utilizada era a arroba. Havia ainda outros tipos de pesos e medidas adotadas nas feiras nordestinas brasileiras, os quais tinham origem portuguesa, espanhola e até inglesa. Eram eles o pão, usado para medir o açúcar, a braça, a légua, a arroba, o côvado, o feixe, a libra, o grão, o molo, a onça, o quintal e muitos outros padrões.¹⁸⁶ Ainda hoje, nas feiras do nordeste, em particular nas de Campina Grande e Caruaru, encontramos feirantes fazendo uso das “cuias” para medir sobretudo cereais, e os litros para as frutas.

A população não foi esclarecida¹⁸⁷ sobre o real significado da implantação do sistema métrico decimal. E como a cobrança de impostos vinha crescendo no Império, a população tinha a convicção de que o referido sistema de medidas representava mais uma estratégia, por parte do governo, para cobrar taxas abusivas. Recorda-se que, na mesma altura, acontecia cobrança elevada do chamado “imposto do chão” àqueles que expunham suas mercadorias no chão da feira. Assim sendo, os feirantes se revoltaram, pois tinham receio de, mais uma vez, serem “ludibriados” pelo poder público e pelas câmaras municipais que cobravam preços elevadíssimos pela venda ou locação dos instrumentos de medição – os pesos e as medidas.

Por outro lado, os clientes, que já estavam acostumados com as medidas aleatórias anteriores, utilizadas pelos comerciantes na pesagem das mercadorias, não tinham como conferir as mercadorias ao preço dos produtos, com a chegada do padrão francês. Por sua vez, os preços tiveram valores acrescidos em função dos custos que os comerciantes tiveram com o arrendamento das referidas medidas. Todos se sentiam inseguros em relação aos valores das mercadorias diante da abstração de tal cobrança.

¹⁸⁵ Pazera Jr. (2003). *A feira de Itabaiana...*, p. 29.

¹⁸⁶ Os padrões geralmente eram categorizados da seguinte maneira: para medidas lineares utilizava-se a vara, o côvado e a jarda; para as medidas de volume, as onças, libras e arreteis; para os líquidos, mediam-se às canadas e aos quartilhos; os grãos e a farinha eram medidos em selamins, quartas e alqueires. Com o sistema métrico decimal francês, passou-se a medir pelos padrões de quilograma, metro, litro etc.

¹⁸⁷ Facto também ocorrido na Revolta popular republicana conhecida como Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, no Rio de Janeiro, em que a população também não fora devidamente esclarecida do real significado que tinha aquela campanha de vacinação obrigatória contra a varíola.

A rejeição por parte da população fosse na condição de feirante ou mesmo de freguês, foi violenta. No dia 31 de Outubro de 1872, a feira de Campina Grande foi invadida por centenas de pessoas sob o comando de João Vieira, mais conhecido como João Carga d'Água, que protestavam contra os novos pesos e medidas e contra os impostos municipais. Os insurretos invadiram a cidade num dia de feira, quebraram as "medidas" (caixas de madeira de um e cinco litros de capacidade), fornecidas pelos poderes públicos municipais e usados pelos feirantes, e atiraram os pesos dentro de um Açude Velho¹⁸⁸. “ (...) O povo se rebelou invadindo as Câmaras e destruindo as medidas e os editais.”¹⁸⁹

Os revoltosos invadiram mercados, cartórios, coletorias e a Câmara Municipal, além de documentos dos arquivos contábeis do governo. Contavam com o apoio ideológico dos panfletos anónimos intitulados “Manifesto da Sedição do Quebra-Quilos”. Os textos da referida literatura continham frases do tipo “É preciso um dilúvio de sangue para que desapareçam eternamente desta terra os ladrões”¹⁹⁰. Com o objetivo apenas ilustrativo vejamos imagem da Feira de Campina Grande a que nos referimos:

Figura 10 – Feira de Campina Grande, década de 1970 do século XX.



Fonte: (1985, 27 de Junho). Património Histórico. *Gazeta do Sertão*.

¹⁸⁸ Grande reservatório de água que abasteceu a cidade de Campina Grande, desde sua origem até os anos 1940, e que servia de fornecimento de água para as tropas de burros dos tropeiros que ali pousavam.

¹⁸⁹ *A Revolta de Quebra-quilos*. Acedido em 08 de Junho de 2010, em: <http://www.ceime.com.br/curiosidades.asp>.

¹⁹⁰ Medeiros, P. H. “O Nordeste contra o quilo: a revolta de quebra-quilos”. *Aventuras na História*. s/d. Acedido em 10 de Novembro de 2010, em: <http://historia.abril.com.br/comportamento/nordeste-quilo-revolta-quebra-quilos-433572.shtml>

Nessa altura, do outro lado do Atlântico, em Barcelos, ao norte de Portugal, acontecia outro episódio social que também tinha em seu cerne a revolta popular contra o aumento de impostos. Referimo-nos aos tumultos ocorridos no dia 3 de maio de 1862, um sábado, por ocasião das Festas das Cruzes. O facto de acontecer na Festa das Cruzes tinha o propósito somente de dar maior visibilidade ao movimento, uma vez que, nesse período, a cidade recebia muitos turistas. No entanto, a manifestação não teve nada a ver com a festa propriamente dita, e aconteceu como um protesto contra o aumento de impostos e a adoção do sistema francês de pesos e medidas.

Num primeiro momento, o levante lusitano foi contido pelo administrador do Concelho e pelo Procurador Régio, que se pronunciaram diante dos manifestantes. No dia seguinte, porém, os revoltosos saíram de suas freguesias e se encontraram na freguesia de Gamil rumo a Barcelos, passando por várias outras freguesias durante o trajeto e acumulando insurretos pelo caminho. Quando chegaram a Barcelos, por volta das 15 horas, foram logo até a Repartição da Fazenda (Finanças) e queimaram os documentos dos arquivos. Depois, dirigiram-se até a Câmara Municipal, arrancaram as portas, destruíram os documentos dos arquivos, pegaram os pesos e as medidas e jogaram no rio Cávado¹⁹¹

O levante só foi contido quando o Governador Civil de Braga¹⁹² enviou tropas militares, cerca de noventa baionetas, para Barcelos. No caminho, ao passar pelas freguesias, os oficiais recolheram as armas da população revoltada, sobretudo na freguesia de Santa Eugénia, e quando chegaram a Barcelos muitos dos revoltosos já haviam deixado o Concelho.

Recorde-se que a realização da Festa das Cruzes acontecia também na feira de Barcelos, em paralelo. Por causa do levante supracitado, a paz na feira foi completamente desrespeitada, embora saibamos que os forais que concediam aos feirantes direitos tais como a proteção e segurança concedidos pelo Poder Régio já tivessem sido extintos, em função da Revolução Liberal ocorrida em 1820. Diz o *Pequeno Dicionário da História de Portugal* que “Com o Liberalismo abrem-se um novo ciclo histórico e, de decreto em decreto, vão-se alterando substancialmente os forais, até à sua radical extinção com o decreto de Mouzinho da Silveira, de 13 de Agosto de 1832”¹⁹³. Antes, com os forais,

¹⁹¹ Gomes, J. (2010, 3 de Maio). A Festa das Cruzes e o regedor modelo. *Correio do Minho*. Acedido em 05 de Junho de 2010, em: <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=1594>.

¹⁹² Este cargo era ocupado, à época, por Francisco de Campos de Azevedo Soares. Não encontramos outros registos sobre o perfil dos revoltados, para além dessa matéria no jornal de circulação à época, que faz referência à matéria Autor não identificado (1862, 06 de Maio). Um desagravo as leis e garantia de manutenção ao sossego público. *Jornal O Commercio do Minho*. Barcelos. Percebemos que a notícia evidencia à figura do regedor da freguesia de Sequeade, que, na altura, caminhava com espada desembainhada frente aos revoltosos, em tom de satisfação aos insultos cometidos. Fato qualificado pelo jornal como “um desagravo as leis e garantia de manutenção ao sossego público”.

¹⁹³ Sobre os forais, ver: Serrão, J. (dir.). (1976). *Pequeno Dicionário da História de Portugal*. Iniciativas Editoriais. Lisboa, p. 141.

havia a chamada paz das feiras, isenção de perseguição e penhora, direitos concedidos não só nos dias da realização das feiras francas mas também nos que precediam e sucediam as mesmas¹⁹⁴. “ (...) No local da feira estabelecia-se uma paz, onde era proibida a briga, com penas severas para quem transgredisse (...) também durante este período não podem ser acusados ou presos por qualquer crime desde que não tivesse sido provocado durante o período necessário para realização da feira”¹⁹⁵.

Logo, esse levante ocorrido em 1862 no Concelho de Barcelos não tinha nenhum obstáculo formal para acontecer. Outrossim, esse evento de manifestação popular não foi noticiado pelos jornais da época em separado da notícia principal vinculada sobre a Festa das Cruzes. Ou seja, não fora o evento religioso, o levante não seria registrado. Somente com o objetivo ilustrativo, vejamos imagem da Feira de Barcelos a que estivemos a nos referir.

Figura 11 – Campo da Feira em Barcelos.



Fonte: Almeida, C. A. (1990). *Barcelos*. Editorial Presença. Barcelos, p. 86 (“A Feira de Barcelos”).

Um outro episódio que podemos mencionar como exemplo de sociabilidade e de resistência às determinações de poderes hegemónicos, ocorrido já no século XX e envolto com as especificidades políticas, económicas e sociais desse período, está relacionado com a origem da feira de São Joaquim

¹⁹⁴ “Os forais também conhecidos como foral, ou carta foral eram diplomas concedidos a determinada terra, pelo rei (...) contendo normas que disciplinavam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com a entidade outorgante. Constitui a espécie mais significativa das chamadas cartas de privilégio (...). Um decreto, também de 05 de Junho de 1824, cria uma Junta para as Reformas dos Forais, comissão esta dissolvida por decreto em 01 de Fevereiro de 1825 e substituída pela Junta das Confirmações Gerais. Expressão acabada do espírito renovador, apresenta-se o Decreto de 13 de Agosto de 1832 (Mouzinho da Silveira), em que eliminam os foros (...). A aplicação deste diploma, que acabava radicalmente com os forais, levantou dúvidas e suscitou críticas (...). A marcha legislativa continuaria, pois, merecendo destaque a Carta de Lei de 22 de Junho de 1846, onde foram confirmadas, declaradas, ampliadas ou revogadas as disposições da reforma de Mouzinho da Silveira, no ao imediato, a 11 de Agosto, segue-se a publicação do Regulamento a observar na Conversão e Redução dos Foros, Censos e Pensões”. COSTA, Mário Júlio de Almeida. “Forais”. In Serrão, J. (dir.). (1960). *Dicionário da História de Portugal*. Volume III. Livraria Figueirinhas. Porto, pp. 55-57. Sobre Foro, ver: Oliveira Marques. (1960). Em: Serrão, J. (dir.). *Dicionário da História de Portugal*, pp. 58-59.

¹⁹⁵ Sobre a Paz e os privilégios dos forais nas feiras, ver Serrão, J. (1976). *Pequeno Dicionário da História de Portugal*, pp. 132-133.

– origem essa que se deu a partir da relação de conflito entre diferentes propostas para deslocar a feira anterior de Água de Meninos para a enseada de São Joaquim. De um lado estava o poder público nas esferas municipais e estaduais, e, de outro, aqueles que estavam a trabalhar na feira incendiada¹⁹⁶ e que exigiam um novo sítio para continuarem seu ofício de feirantes. Esse sítio foi a Enseada de São Joaquim, onde se localiza atualmente a feira que teve em sua origem os feirantes remanescentes de Água de Meninos. Entretanto, convém ressaltar que, mesmo antes do surgimento da feira de São Joaquim, se verificaram vários episódios de resistência relacionados com a feira de Água de Meninos. Nesse sentido, pode-se afirmar que as duas feiras tiveram no cerne de sua origem ações populares.

A emergência de Água de Meninos localiza-se no século XVII¹⁹⁷, como feira móvel, uma vez que não detinha legitimação que lhe assegurasse um funcionamento permanente. Entretanto já constava, desde aquela época, como local de trabalho para indivíduos que praticavam um comércio informal, e ganhou tanta representatividade perante a classe política que passou a ser uma alternativa para os feirantes remanescentes da Feira do Sete (1932) e posteriormente do Mercado Modelo, incendiado em 1943. Com a legitimação do poder municipal, que aprovou o funcionamento da feira de Água de Meninos na década de 1930, esta se tornou permanente.

A Feira do Sete, que por sua vez teve seu início na década de 1920, foi remanejada para Água de Meninos em função da ampliação do Porto de Salvador, já que se localizava no areal, na costa, que ia da Jequitaia até o sétimo galpão da Companhia das Docas da Bahia. A Feira dos Sete era uma feira móvel, com produtos que vinham do Recôncavo Baiano em saveiros, como frutas, farinha, rapadura, cerâmica e artesanato. Vejamos algumas imagens das feiras de Salvador, prospectivamente: as Feiras já extintas, Feira do Sete, Feira de Água de Meninos e da atual Feira de São Joaquim, uma das centralmente enfocadas neste estudo.

¹⁹⁶ Referimo-nos a Feira de Água de Meninos incendiada em 1964. Episódio já comentado na apresentação deste trabalho.

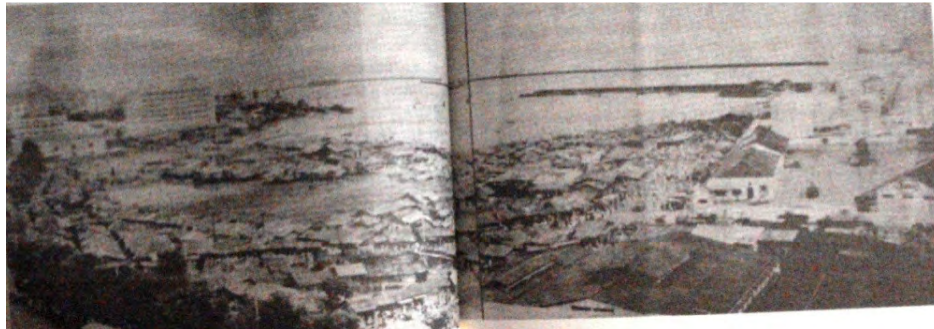
¹⁹⁷ Paim, M. R. (2005). *Do sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 38.

Figura 12 – Feira do Sete, após incêndio de 09 de Abril de 1934



Fonte: *Jornal a Tarde*, utilizada por Paim, M. R. (2005). *Do sete a São Joaquim*, p. 39.

Figura 13 – Vista da Feira de Água de Meninos.



Fonte: Foto da Srta. Orlandil Carvalho de Mattos, utilizada por Santos, M. (2008). *O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana*. 2ª edição, Editora da Universidade de São Paulo; EDUFBA. São Paulo; Salvador, pp. 84-85.

Figura 14 – Vista da Feira de São Joaquim, em 1996, antes das mudanças¹⁹⁸



Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador. (1998). *Retratos da cidade. Salvador antes, Salvador agora 450 anos (1549-1999), capital de um novo mundo*, p. 28.

¹⁹⁸ O autor apresenta as imagens da Feira de São Joaquim antes e depois das mudanças implementadas pela Prefeitura Municipal de Salvador, que envolveram: “Relocação dos ambulantes da área externa para área central da feira; Recuperação do pavimento da Avenida Oscar Pontes, sinalização, iluminação, paradas de ônibus” ver “Feira de São Joaquim”. In *Retratos da cidade. Salvador antes, Salvador agora 450 anos (1549-1999), capital de um novo mundo*. Prefeitura Municipal de Salvador, Salvador, 1998, pp. 28-29.

Não pretendemos, com esta análise, homogeneizar a origem das duas feiras, uma vez que consideramos as diferenças existentes entre elas no que concerne a suas características. Entretanto, deve-se notar que ambas surgiram a partir de determinações impostas pelo poder hegemónico, que visavam atender a uma necessária modernização. Mas, por outro lado, também surgiram da necessidade de existência das feiras da perspectiva de outros grupos sociais. Assim, elas vão sobreviver sob forma de resistência mesmo em sítios diferenciados, inclusivamente com movimentos de descontentamento face às normas estabelecidas de mudança. A feira de Água de Meninos foi ampliada e enquadrada como uma feira permanente apenas em 1932, com a autorização oficial para seu funcionamento. Mas a mesma já existia desde o século XVII com o comércio informal e o carácter de feira móvel, sem que para isso houvesse qualquer autorização.

Diante da necessidade de mudança da Feira do Sete para outro local, aquilo que antes, no século XVII, era apenas costume de um grupo de feirantes que se instalaram na enseada de Água de Meninos, passou, em 1932, a ser legítimo, com a transferência oficial dos feirantes. Verifica-se aqui o que Thompson¹⁹⁹ chamou, em seus estudos sobre o século XVIII, de “retórica de legitimação, a partir do fluxo contínuo de costume”: os costumes que, em certas circunstâncias, foram codificados e passaram a ter força de lei, sob a forma do direito consuetudinário.

A feira de Água de Meninos era palco de vários personagens²⁰⁰ que exerciam suas atividades num contexto socioeconómico, racial e cultural próprio: homens, mulheres e crianças criavam e recriavam suas histórias cotidianas, resistindo ao progresso, à urbanização e à modernização. Somente em 1964, período em que se iniciava no Brasil o regime ditatorial que se prolongou por mais de duas décadas, a feira de Água de Meninos teve o seu fim. Porém, desde a década de 40 a feira sofria uma vigilância constante no que diz respeito às normas do seu funcionamento, além da ameaça de seu término. Tal vigilância²⁰¹ se tornou mais significativa diante da representatividade que passara a ter com o acolhimento, em 1943, dos comerciantes oriundos do Mercado Modelo que fora incendiado. A partir de então, a fiscalização municipal, de acordo com a Diretoria do Comissariado do abastecimento, passou a tabelar os preços dos géneros alimentícios de primeira necessidade no comércio

¹⁹⁹ Thompson, E. P. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras. São Paulo, p. 15 (“Introdução: costume e cultura”).

²⁰⁰ Paim, M. R. (2005). *Do sete a São Joaquim...*, p.54.

²⁰¹ A ideia de poder disciplinar tem a disciplina e organização do espaço como técnicas de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um mesmo espaço individualizado, classificatório, combinatório e acima de tudo hierarquizado, esquadrihado, com funções diferentes segundo objetivos específicos. Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e punir*. Vozes. Petrópolis, p. 137.

soteropolitano e, por conseguinte, na feira²⁰². A necessidade imediata da substituição, por parte dos feirantes, de suas barracas antigas por barracas padronizadas foi mais uma entre outras ações de vigilância. Em 1948, mais precisamente em 07 de dezembro de 1948, foi sancionada a Lei nº 29, que criava as feiras livres distritais na zona urbana, ao mesmo tempo em que seu artigo segundo declarava que, a partir daquela data em diante, nenhuma feira funcionária de forma permanente, estabelecendo um prazo para que Água de Meninos deixasse de funcionar num período máximo de 60 dias²⁰³. Após essa lei, apareceram outros decretos de reordenação do espaço da feira, bem como de determinações sobre a apresentação dos produtos e dos feirantes, com ensinamentos quanto às técnicas de modelos comportamentais utilizadas nas feiras do sul do país. Entretanto, o propósito maior por parte do poder público era o de acabar com a feira de Água de Meninos, em nome de uma necessária modernização.

A população reagia a todas essas determinações impostas, ao mesmo tempo em que parte dos comerciantes, antevendo o fim da Feira Água de Meninos, começava a se instalar na enseada de São Joaquim, assim como acontecera no processo de substituição da Feira do Sete para a de Água de Meninos. A mudança, portanto, foi construída com alguma continuidade. Muitos dos feirantes acompanharam a mudança de sítio para continuarem trabalhando.

Nesse momento, aconteceu o episódio do incêndio de Água de Meninos. O poder público não tratou logo de acabar com a feira, mas de transferir os feirantes para a enseada de São Joaquim, para que os mesmos se juntassem ao pequeno grupo que já se encontrava no local. A Prefeitura sinalizou como provisória²⁰⁴ a ocupação nesse local, prometendo encontrar posteriormente um espaço mais adequado com infraestrutura básica para abrigar a todos. Porém, a feira foi ganhando tamanha proporção que atualmente fala-se na necessidade de uma intervenção por parte do governo na infraestrutura da Feira de São Joaquim, existente há mais de 40 anos.

Nesse sentido, destacamos a resistência e perseverança dos feirantes que, apesar da tragédia decorrente do incêndio, até hoje de origem pouco revelada, fizeram com que a feira continuasse existindo, em local diferenciado e com legislação específica²⁰⁵ para seu funcionamento de caráter permanente. Resultado, em grande parte, da ação articulada desses agentes sociais.

²⁰² Relatório municipal. (1943). Prefeitura Municipal de Salvador. Biblioteca do arquivo histórico de Salvador, p. 44.

²⁰³ Lei nº 29, de 07 de Dezembro de 1948. *Coletânea de Atos, Leis e Decretos Municipais*. Biblioteca do Arquivo Municipal da Cidade de Salvador, Salvador. Este documento a criação de feiras móveis distritais na capital baiana.

²⁰⁴ Barros, E. da S. (2008) *Criança na Feira de São Joaquim: trabalho e exploração*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

²⁰⁵ Regulamentação de ocupação da área que pertence à União, por ser área marítima portuária, assinada em 12 de Outubro de 1964 em comum acordo das partes interessadas: Prefeitura Municipal, Capitania dos Portos e Companhia das Docas da Bahia (CODEBA), e o SINDIFEIRA- Sindicato do Comércio Varejistas Feirantes e Ambulantes de Salvador.

Mudanças de local da feira para atingir as demandas da modernidade, como vimos no caso baiano, também se verificam nos casos das feiras de Campina Grande-PB²⁰⁶ e Caruaru-PE²⁰⁷. Mais além, também observa-se tal mudança na cidade de Barcelos, Portugal, onde por cerca de três vezes a feira mudou de lugar, desde sua origem até o século XIX. Ela era realizada, inicialmente, no intramuros. Posteriormente, dada a sua importância, passou a ser realizada extramuros, na Praça do Apoio, em 1827, edificando-se pelo mercado público. Porém, diante do crescente número de feirantes e fregueses advindos de freguesias múltiplas do concelho, a feira novamente mudou de lugar para o largo da Porta do Valle, praça do Calçado, e em 1863 para a Nova Praça do Mercado. Atualmente realiza-se no Campo da República²⁰⁸, local em que, em 1504, apareceram as cruzes que deram origem à Festa das Cruzes.

Tanto no Brasil quanto em Portugal, essas mudanças, e também a adaptação às regras impostas pelos gestores administrativos de cada sítio e a possibilidade de desaparecimento das feiras fortaleceram ainda mais, ao nosso entender, a capacidade de manutenção destas como espaços públicos que fortalecem a economia, a cultura e as relações de sociabilidade. Como vimos, nos episódios sociais mencionados anteriormente, os feirantes se adaptaram às novas dinâmicas impostas por seus gestores, com táticas de resistência, diante do triunfo maior que foi sempre a manutenção, sobretudo de seus lugares de trabalho, concorrendo com todas as adversidades existentes em cada momento e em cada lugar. Nem que para isso fossem necessárias articulações por meio de

²⁰⁶ É interessante lembrar que a feira principal de Campina Grande nunca foi removida do centro da cidade, embora tenha mudado de lugar desde a sua origem por cerca de três vezes. No início se concentrava próximo ao Açude Velho e tinha como principal atividade comercial a venda de gado e de farinha. Posteriormente foi transferida para a rua da Areia, local onde se concentrava o comércio algodoeiro. Na década de 1940 foi removida para onde se encontra hoje, ainda no centro da cidade, tendo tido sua última reforma em 1991. Sobre as mudanças de local, ver: Sousa, F. G. R. B. (2001). *Cartografias e imagens da cidade de Campina Grande 1920-1945*. Tese de Doutorado em História. Unicamp, Campinas.

²⁰⁷ Também retornaremos a esse aspecto da mudança de lugar da feira de Caruaru no capítulo 8 desse trabalho de investigação. Entretanto, faz-se necessário destacar que, assim como a feira paraibana, a feira pernambucana teve sua origem aliada ao surgimento da cidade de Caruaru, e, diferentemente de Campina Grande, só mudou de local somente uma vez, diante da criação do parque 18 de Maio, em 18 de Maio de 1992. Antes disso, a feira se concentrava na rua principal da cidade, junto à igreja matriz, antes Capela de Nossa Senhora da Conceição, cuja inauguração data de 1782 e onde se localizava originalmente a fazenda Caruru, de propriedade do José Rodrigues de Jesus. Dias, J. de D de O. (1971). *Caruaru: subsídio para sua história*. Prefeitura Municipal. Caruaru. O historiador Josué Euzébio Ferreira afirma, em matéria exibida no jornal Vanguarda de 19 a 25 de Janeiro de 2008 (Caderno Cidades – p.15) que houve, sim, uma tentativa de mudança da feira de local, na segunda metade do século XIX: “ (...) em 1853 o Sr. Caetano Alves da Fonseca, vereador e opositor do Cel. João Vieira de Melo e Silva que era presidente da segunda Câmara Municipal da Vila de Caruaru, fez uma petição ao presidente da Província propondo a mudança da feira do pátio da igreja para outro local e que a Câmara Municipal se posicionou contra, dizendo que ela deveria permanecer no mesmo lugar onde já funcionava há 35 anos e se a mudança acontecesse, enfraqueceria o comércio e a própria feira.” A elevada importância mercantil que a feira do agreste pernambucano teve e pode ser melhor evidenciada em sua obra: Ferreira, J. E. (2001). *Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru*. Ideia; FAFICA. João Pessoa; Caruaru. Também retornaremos a esse aspecto da mudança de lugar da feira de Caruaru no capítulo 8 desse trabalho de investigação [21:57:45] giovannaquino: , item 8.3, pp. 511-551

²⁰⁸ A praça da República teve sua estrutura modificada ainda no século XV diante do novo traçado de estrada que faz a ligação entre Barcelos e Esposende.

realizações de motins pelas categorias envolvidas, como as formações das associações e dos sindicatos. Para Thompson, os motins e a transgressão às normas estabelecidas são muitas vezes táticas de resistência e de sobrevivência do trabalho, “ (...) podendo valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes íntimas e domésticas”²⁰⁹.

Por outro lado, não se pode deixar de ter em conta que as reações que aqui chamamos de “táticas de sobrevivência ao trabalho” são múltiplas, uma vez que os sujeitos são múltiplos e possuem objetivos diversos, com experiências diferenciadas no universo das feiras, seja no Nordeste do Brasil, seja no norte de Portugal. Tais diferenças constituem, ao nosso entender, aquilo que Michel de Certeau chamou de “unidade polivalente de programas conflituais”²¹⁰, diante da diversidade dos espaços e dos sujeitos. Por outro lado, apesar de considerarmos as pluralidades evidenciadas em cada realidade, é lícito afirmar que todos os processos referidos alcançaram o objetivo maior que chamamos anteriormente de triunfo, diante do facto desses sujeitos, em espaços diversos e com identidades múltiplas, reagirem e garantirem a continuidade das feiras em questão.

3.3 – Personagens das feiras

Entre os elementos de ordem social que se fazem presentes nas feiras em estudo antes de 1986²¹¹, é importante considerar brevemente os sujeitos, que aqui chamamos de personagens, verdadeiros protagonistas, já que sem eles não haveria qualquer sentido dessas feiras continuarem existindo. Esses personagens apareceram de maneira indireta quando tratamos dos episódios sociais de que as feiras foram palco. Neste item, trataremos especificamente desses sujeitos sociais, notadamente das duas categorias – feirantes e fregueses.

Fazem-se necessárias, aqui, algumas observações preliminares. Primeiramente, o facto de esses personagens não serem homogêneos, uma vez que são em sua origem distintos e falam também de lugares sociais diferenciados. Mesmo que sejam todos feirantes, características peculiares existem, como os rendimentos, oferta de produtos múltiplos de mercadorias e origens diversas. São ofícios, portanto, que fazem parte da construção identitária de cada sujeito a partir de inúmeros elementos, que vão desde suas experiências individuais e coletivas, formação religiosa, educacional, familiar, memórias individuais de grupo. Em conjunto, essas especificidades fazem com que, mesmo

²⁰⁹ Thompson, E. P. (2001). *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Editora da Unicamp. Campinas, p. 235.

²¹⁰ De Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano I: arte de fazer*. 4ª Edição, Vozes. Petrópolis, p. 202.

²¹¹ Desenvolveremos nos capítulos seguintes, os aspectos que corroboram a nossa tese de que as feiras existem até a presente data em função das resistências que repercutem para suas respectivas continuidades, mesmo diante dos impactos causados pela globalização, que incidem sobre o período aqui estudado (1986-2007).

pertencentes a um mesmo grupo social, os indivíduos possuam interpretações e valores diferenciados²¹².

A troca livre é realizada inicialmente somente com parceiros de fora da comunidade de vizinhos e de todas as associações de caráter pessoal. O mercado é uma relação que atravessa as fronteiras do povoado, do sangue e da tribo (...) uma transação com a intenção de obter ganho na troca, não pode ser realizada originalmente entre membros da mesma comunidade²¹³.

Nesse sentido, a feira se constitui também como um “cruzamento de móveis”, com operações de relações de diferentes segmentos em multiplicidade de práticas. As heterogeneidades dos sujeitos convivem assim em espaço plural e fugidio. Consideremos o seguinte conceito de espaço:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais²¹⁴.

Se observarmos os personagens das feiras quanto a suas proveniências, perceberemos uma variedade de origens. Há aqueles que se constituíram enquanto tal na própria feira, onde aprenderam o ofício com seus pais, irmãos, padrinhos e familiares de uma maneira geral. Por outro lado, também há os que se tornaram feirantes por outras vias, como por exemplo os que se casaram com feirantes, ou estavam em situação de desemprego e, na busca por trabalho informal, tornaram-se feirantes. Há também os que são feirantes e produtores. Nesse grupo se destacam os lavradores (agricultores), os artesãos e os pecuaristas. Entre os que são vendedores mas não produtores, estão os comerciantes de vestuário e calçados, os ambulantes, aqueles que são vendedores e trabalham para outros vendedores, aqueles que não têm lugar determinado e, por último, os vendedores feirantes que também dispõem de comércio fixo nas cidades. Geralmente, nesse grupo estão os vendedores de artigos de atacado como cereais e os comerciantes de móveis. Também é comum ver a figura dos fornecedores de mercadorias, que em muitos casos levam a mercadoria para ser comercializada na própria feira.

Para além dos feirantes, destacamos também os personagens que são considerados protagonistas das feiras. Nos referimos aos fregueses, os compradores, que em muitos casos são os

²¹² Trataremos deste aspecto mais adiante na parte II, capítulo 6, item 6.1 Trajetórias históricas de formação de identidades, pp.237-240

²¹³ Weber, M. (1991). *Economia e Sociedade*. UNB. Brasília, p. 420 (“O mercado”).

²¹⁴ De Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano 1*, p. 202.

próprios feirantes, que se abastecem das mercadorias comercializadas pelos colegas de ofício²¹⁵.
Sujeitos ativos, resultado da cultura e da relação dialética entre o “ser feirante” e o “ser freguês”.

²¹⁵ Aprofundaremos as temáticas vinculadas à relação entre as identidades múltiplas dos feirantes e fregueses e questões de género de forma mais detida no capítulo 6. Práticas Culturais e identitárias, pp. 237-307

Parte II
O global e o local nas feiras

Capítulo 4 – A dinâmica do trabalho nas feiras

(...) A globalização traz inúmeras mudanças na vida do trabalhador. Suas principais consequências resultam na precarização do trabalho, na flexibilização das relações de trabalho, no crescimento do desemprego e desregulamentação dos direitos trabalhistas, gerando assim, situações de exclusão social e privação dos direitos fundamentais da pessoa humana ²¹⁶.

Assistimos a uma nova dinâmica socioeconómica na esfera global, marcada pela financeirização dos capitais e pela liberalização dos mercados, fatores que colaboram para uma nova categoria de trabalho conhecida desde a década de 1970 como trabalho informal, e, a partir da década de 1990, a “nova informalidade”. No entanto, essas categorias são resultado de todo um contexto económico e social vivido durante o período moderno que são os conhecidos, na teoria do trabalho, por processos de reestruturação produtiva, a saber: Taylorismo, Fordismo e Produção Flexível.

É sabido que a categoria de trabalho na sociedade capitalista possui um fundamento que lhe confere um estatuto de centralidade. O trabalho trata da mediação, ou relação entre o homem e a natureza, transformando-a, domando-a, ou seja, é por intermédio do trabalho racionalizado que o homem transforma a natureza e relaciona-se com a sociedade que o cerca. Para Marx,

O trabalho é o trabalho do homem, e o seu resultado vai ser o próprio homem cuja tarefa é instaurar, mediante uma praxis social, uma ordem pela qual é ele o único responsável, e na qual se reencontre com sua própria humanidade²¹⁷.

Para além do facto de transformar e interagir com a sociedade na relação estabelecida entre o homem e a natureza, o trabalho para o sistema capitalista é também responsável, segundo Marx, pela formação desse homem em trabalhador inserido no modo de produção que o reduz a um apêndice da máquina²¹⁸. Um fator de produção, onde de um lado vê-se o capitalista, possuidor da propriedade privada (dono do trabalho alheio, materializado na mercadoria, trabalho acumulado), e, de outro, o trabalhador, sem propriedade privada, cuja única mercadoria e única fonte de sobrevivência é a sua força de trabalho, ou seja, ele mesmo. Segundo Marx,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do

²¹⁶ Sobre conceito de trabalho relacionado a época contemporânea, de efervescência da globalização, consultar Antunes, R. (2001). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Bom Tempo Editorial. São Paulo.

²¹⁷ Astrada, C. (1968). *Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, p. 37.

²¹⁸ Durães, B. J. R. (2004). *Trabalho informal, sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador*. Monografia de conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador.

mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.²¹⁹

Nesse sentido, Marx compreende o trabalho como uma feição de produtor e mecanismo de “coisificação” do mundo. Esse é o caráter misterioso da mercadoria, que passa a constituir um mundo de relações entre coisas e não mais relações entre os homens, criadores dessas coisas. É o que confirma Lukács (1974), quando diz que a reificação²²⁰ se alastrou por toda a vida social, inclusive pelo pensamento, assumindo na mercadoria, em sua forma fetichista, uma acepção universal, modeladora da sociedade e das relações sociais. A mercadoria assume a aparência de ser social total, na forma de “valor” (valor de troca), condensando sua aparência de trabalho abstrato, universal, o que torna cada vez mais difícil romper o trabalho abstrato aparente, e perceber o trabalho concreto, humano, o produto subjetivo, produzido pelo próprio homem.

Para Lukács, com o trabalho industrializado, racionalizado e parcializado, observa-se que as propriedades humanas desse aparecem como simples fontes de erro. O homem/trabalhador surge como parte do processo de trabalho, mecanizado e não como verdadeiro portador deste processo. Ele não tem mais visão/noção do todo, controle dos meios, dos instrumentos de trabalho. Assim, com essa mecanização/racionalização, as atitudes do trabalhador perdem seu caráter de atividade criadora para se tornar atividade contemplativa²²¹.

Nesse sentido, a mercadoria no mundo do trabalho se reveste de um caráter misterioso no modo de produção capitalista e oculta um segredo, o de não mostrar em sua forma aparente, sua “história”, o trabalho concreto incorporado na mercadoria. Não mostra, por exemplo, as marcas de sua produção, o tipo de atividade do trabalhador que a produziu, em que condições produziram, isto é, a mercadoria se resume a sua aparência de valor de troca.

Diante desse tratamento dado ao trabalho e da mercadoria produzida por este, surge o que Marx chamou de trabalho alienado²²². Logo, o conceito de alienação de Marx consiste nas

²¹⁹ Marx, K. (2003) O trabalho alienado, primeiro manuscrito. Em: *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Tradução de Alex Martins. Editora Martin Claret. São Paulo, p. 111.

²²⁰ Durães, B. J. R. (2004) *Trabalho informal...*, p.23. Em: Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe*. Martins Fontes. São Paulo, p.101.

²²¹ Lukács, G. *História e consciência de classe...*, p. 102-104

²²² Sobre trabalho alienado ver MARX, *Manuscritos econômicos e filosóficos* (2003), pp. 110-122, nele o teórico evidencia o processo de alienação em quatro categorizações. Primeiro, a alienação com relação ao produto do trabalho, “alienação da coisa”, ou seja, o estranhamento diante do que se produziu. O objeto do trabalhador encontra-se “...fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele, que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonista.” (p. 114) A segunda relaciona-se à própria atividade produtiva, considerando tal atividade como um elemento de alienação. É o que ele chamou de “autoalienação” que se caracteriza por ser a relação de impotência e sofrimento diante da atividade, dirigida contra o trabalhador e independente deste, que não lhe pertence (p. 115). Na terceira

manifestações do "estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo de um lado e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem de outro" ²²³. Pois o trabalho caracteriza-se, fundamentalmente, por ser a relação entre o homem e o mundo externo sensível, e é a partir desse mundo que o homem produz coisas, as quais, no sistema capitalista, autonomizam-se e se tornam externas e independentes de seu criador. Realizar trabalho é consumir produtivamente a força de trabalho, operando um desgaste das atividades vitais do indivíduo diante de um determinado tempo, no qual está implicada a totalidade da pessoa individual. O trabalho, como atividade do sujeito que age, é objetivação de capacidades do sujeito e subjectivização por ele da realidade sócio-histórica: sua apropriação, através do que se constitui como indivíduo social²²⁴. Em síntese, para Marx, a mão-de-obra é tida como mercadoria, consiste em um trabalho empregado com valor específico, e, por isso, consiste em trabalho alienado, pois se trata fundamentalmente de uma força de trabalho empregada que é exterior ao indivíduo capaz de transformar a natureza, atendendo exclusivamente ao mercado capitalista e aos senhores detentores dos modos de produção.

Objetivamos com a breve reflexão acima acerca da categoria do trabalho na concepção teórica clássica, constituir um referencial para uma análise das suas especificidades na contemporaneidade, considerando as balizas temporais e o contexto espacial. No presente texto enfocaremos o trabalho informal e não apenas o trabalho formal teorizado até o século XIX, tido como trabalho "livre" em relação ao período anterior do trabalho em regime de servidão²²⁵.

Faz-se necessário lembrar que, do século XVII ao XIX, o trabalho informal de vendedores autônomos já se fazia presente e merecia apontamentos que podemos afirmar como fatores provenientes da infância do capitalismo atual. Já se verifica, no século XVII na França, a existência de conflitos entre ambulantes (trabalho informal) e comerciantes (trabalho formal), pois estes últimos queixavam-se dos ambulantes, alegando que estes viviam ilicitamente. Segundo Braudel, "Aumentam

categorização da alienação, Marx relaciona a alienação do trabalho a um processo mais geral, referindo-se a espécie humana, ao homem como um ser genérico, um ser universal e livre. A alienação aqui conduz para um distanciamento do homem com relação ao homem genérico (ser humano), do homem com a natureza. Por um lado o homem como participante da natureza, ao mesmo tempo que a natureza mantém com o homem uma relação de interdependência e de complementaridade. "O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade, o seu ser, em simples meio da sua existência" (p.116). Por fim, na quarta categorização de alienação de Marx, o homem está alienado do homem. O homem alienado da sua vida genérica significa que ele está alienado dos outros homens, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana (p.118).

²²³ Mészáros, I. (1981). *Marx: A Teoria da Alienação*. Editora Zahar. Rio de Janeiro, p. 117.

²²⁴ Iamamoto, M. V. (2001). *Trabalho e indivíduo social*. Cortez. São Paulo.

²²⁵ Nos referimos ao período em que prevaleceu o regime Feudal. Ou seja, sabemos que o regime político econômico do capitalismo é diante do trabalho assalariado também responsável pelo surgimento do trabalho "livre", entretanto nosso objetivo com o presente texto é tratar da concepção de trabalho informal que também tem a concepção de trabalho "livre" mas de acordo com concepções que colaboram para o desenvolvimento do capital financeiro e não somente industrial como fora na época moderna. Se trata portanto dos trabalhadores autônomos, na "nova informalidade" presente a partir da década de 90 do século XX.

as reclamações contra os ambulantes, que são prejudiciais ao comércio, que vendem ilicitamente suas mercadorias, e por isso, são perseguidos pelas autoridades municipais”²²⁶. Tal facto evidencia que as formas de trabalho da época, tal qual ocorre na atualidade, fogem à regulamentação existente.

No caso específico das feiras em estudo, vemos que existem ideias inverosímeis de que os feirantes, devido à informalidade de seu comércio, não pagariam impostos, seriam ilícitos, venderíamos mercadorias mais baratas, não cumpriríamos regulamentos e as entidades fiscais não exigiriam muito deles, o que não ocorreria com o comércio formal. Por essas razões aqueles concorrem diretamente com o comércio formal, legalizado e fixo das cidades.

As feiras funcionam como um grande centro comercial, que abre as portas a todo tipo de produtores, vendedores e à mais variada gama de produtos. Apresenta uma grande competitividade com o comércio local pois a feira é isenta de impostos, de contribuições, etc. que o comércio é obrigado a pagar. Assim a atividade comercial não tem capacidade de resposta à competição, ressentindo-se no volume de venda²²⁷.

Facto confirmado também na fala do freguês entrevistado²²⁸ Carlos Felipe. Quando indagado acerca do maior atrativo para a frequência na feira de Caruaru, ele afirmou que o que mais lhe atrai são os preços das mercadorias, e destacou, “a diversidade e o preço das mercadorias, pois a ‘galera’²²⁹ não paga imposto”.

O facto de estarem inseridos em um mercado informal não exclui os feirantes de responsabilidades tributárias, pois, em cumprimento aos regulamentos, pagam taxas às câmaras municipais (prefeituras) pela ocupação do solo²³⁰ e também taxas de inscrições em sindicatos, associações, cartões de feirantes, e até contribuições sociais. Porém sabemos que as taxas tributárias são menores que as de um comerciante formal. Dos feirantes entrevistados na feira de Caruaru, um deles menciona esse facto quando relata ter saído da feira para o mercado formal, mas retornou para o mercado informal. “ (...) Eu saí da feira, fui para formalidade, montei um mercadozinho e depois voltei para feira, no ‘comércio’ são muitas despesas”²³¹.

Essa “rivalidade” geradora de conflitos entre comerciantes fixos e feirantes também pode ser

²²⁶ Kraychet e Soares, M. A. T. (2008). *Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*. Edições UESB. Vitória da Conquista.

²²⁷ Sobre a feira de Barcelos ver Simão, A. J. S. V (1985) *A feira de Barcelos*. Coimbra, mimeo, p. 66.

²²⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

²²⁹ Gíria utilizada pelo depoente onde na altura da entrevista se referia aos feirantes

²³⁰ Essa taxa de ocupação do solo, também conhecido pelos feirantes como imposto do chão, é arrecadado nas feiras em estudo, pelas Câmaras municipais (em Portugal) e pelas Prefeituras Municipais (no Brasil) exceto na feira de Campina Grande que não arrecada tal taxa desde a década de 1980 no governo do então prefeito Ronaldo da Cunha Lima, que isentou os feirantes de pagar tal taxa. O que não quer dizer necessariamente que os custos dos mesmos para manutenção do espaço sejam menores que os de outras feiras, uma vez muitos deles acabam tendo que pagar segurança particular para vigilância, alvará de funcionamento, entre outras taxas.

²³¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando Alves, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

percebida entre feirantes (ambulantes) e comerciantes fixos. Também não se trata de fenômeno presente somente nas feiras em estudo, mas são realidades observadas em outros espaços sociais de informalidade, a exemplo da feira de Fortaleza-CE. É o que diz Lopes a respeito,

O não pagamento de imposto indica a dimensão econômica da questão, os conflitos com o comércio local enredado por certo ressentimento às “vantagens” desfrutadas pelo comércio dos feirantes, uma vez que, os mesmos não pagavam impostos. A impropriedade do lugar se insinua na medida em que vai escrevendo o factor de concorrência e aí temos o divisor de águas entre os que pagam impostos e os que não pagam impostos. Nesse sentido, é interessante observar em que condições a feira se apresentava como “concorrente do mercado” e em que medida se inseria o potencial de vendas da feira livre no período. Teria a feira livre se tornado uma ameaça ao comércio local?²³²

Interessante notar que, apesar dessa rivalidade entre feirantes e comerciantes fixos, muitos dos comerciantes formais foram um dia comerciantes informais, muitos tiveram origem nas feiras e posteriormente migraram da feira, ou nem isso, continuam fazendo feira, mas também fixaram seu comércio na cidade. É o caso de muitos dos comerciantes dos municípios de Caruaru e Salvador, além de Barcelos. Entretanto, o caso mais emblemático dos que trouxemos para análise nesse estudo, é o da feira de Caruaru, uma vez que o comércio da cidade é proveniente de antigos feirantes. Rodrigues afirma que,

Embora atualmente não ocorra com a mesma frequência, muitos foram os feirantes que no passado saíram da informalidade econômica e entraram no mercado formal, passaram de feirantes, mascates, a categoria de comerciantes estabelecidos, participantes desta elite urbana caruaruense. Muitos comerciantes atuais, empresários caruaruenses são descendentes de antigos feirantes e proprietários rurais, embora haja na atualidade uma certa discriminação por parte do empresariado comercial em relação ao feirante, pois afirmam muitos empresários que enquanto na feira não se pagam impostos e há possibilidade econômica de que o feirante concorra economicamente em melhor situação de vantagem em relação ao comerciante estabelecido. Verifica-se uma preocupação da elite comercial formal em relação a pujança e à informalidade do comércio livre de Caruaru, ou seja, essa preocupação não é apenas com a manutenção do nível de lucratividade do empresariado formal, mas com o crescimento econômico e por extensão sociopolítica da categoria de feirantes, principalmente sulanqueiros, que concorrem com produtos similares com muitos ramos do comércio formal e do empresariado local.²³³

²³² Lopes, V. L. S. (2004) Meios de Vida as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início do 1970. Tese de Mestrado em História - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p.97.

²³³ Rodrigues, K. F. (1995) *A feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sociais, políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Econômica. ADECC. Caruaru, pp. 29-30.

Além dessas tensões, diagnosticadas por Braudel em relação ao século XVII, e por Marx²³⁴ no que tange ao século XIX, outro aspecto associado à infância do capitalismo pode ser percebido na atualidade: o que diz respeito a problemas ocasionados com o trabalho domiciliar. São irregularidades nesse trabalho e na legislação fabril de 1861, a saber: trabalhadores com idade menor que a legislação previa, com carga horária acima da estabelecida por lei, além da precariedade das condições de trabalho em domicílios. No século XXI, diante da produção doméstica, artesanal e domiciliar dos trabalhadores informais “livres” vemos realidades, embora o “cenário” seja diferente, o que convencionou-se chamar de “nova informalidade”. O mecanismo é o seguinte: a empresa contratante desloca parte da produção que seria realizada na fábrica para o domicílio do trabalhador, imprimindo mudanças nas relações de trabalho. O antes empregador se torna agora cliente, já o antes empregado se torna autônomo, sem vínculos empregatícios. Para cumprir o contrato ou trabalha sozinho, ou contrata funcionários (também por prestação de serviços), ou conta com a ajuda da família. Os parentes, por sua vez, se responsabilizam pelo serviço furtando-se a receber qualquer remuneração, pois o objetivo é comum a manutenção do lar²³⁵. Nesse sentido, semelhante ao que Marx se referiu no século XIX, no século XXI, com o trabalho informal doméstico, temos:

1) Prolongamento da jornada de trabalho; 2) o local geralmente é improvisado, apresentando má condição de trabalho; 3) ausência de protecção social; 4) uso flexível do trabalho, como, por exemplo, o mesmo trabalhador pode ter diversas funções, sem horário para iniciar ou parar as atividades; 5) geralmente incorpora o trabalho familiar (das crianças, dos idosos e das mulheres), sem remuneração ou com baixa remuneração. O trabalho dos familiares é inserido quando a exploração esgota os limites físicos do indivíduo subcontratado. Ao fazer isso, são transferidos, para a família, os custos da reprodução da força de trabalho, ou seja, todos passam a ser responsáveis economicamente pela reprodução da força de trabalho da família.²³⁶

Quanto a esse tipo de modalidade trabalhista, dentre tantas atividades comerciais nas feiras contemporâneas, podemos destacar “fábricas de fundo de quintal de confeções” bem como “indústria” doméstica artesanal dos artigos figurativos²³⁷. Para a primeira atividade doméstica citamos a “indústria” caseira das confeções de vestuário na cidade de Caruaru, a qual encontra na feira diária (tradicional) e semanal (da sulanca) palco de comercialização do que foi produzido em domicílio.

²³⁴ Braudel e Kraychet, G. (1999) *Economia dos sectores populares: entre a realidade e a utopia*. UCSal. Texto apresentado no Seminário de Economia dos Sectores Populares. Salvador, p. 85.

²³⁵ Observa-se que toda a família passou a ser explorada pelo capital. Contudo, no discurso liberal, hegemónico, diz-se que é o trabalhador (sub) contratado que a explora, objetivando a valorização do capital. Sobre a subsunção formal do trabalho informal ao capital, ver Soares, M. A. T. (2004). Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção formal ao capital. In: *Actas do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia-MG, p. 105- 127.

²³⁶ Marx, Karl. (1996) *O capital*. Livro I. Nova Cultural, São Paulo (coleção os economistas, vol 1 e 2).

²³⁷ Gomes, V. (2009, Novembro). Os novos horizontes da zona rural de Caruaru, *Jornal A notícia Favip*, Caruaru, p. 4.

Observemos o que diz a matéria jornalística a respeito da substituição do trabalho agrícola familiar, pela atividade de costura, também familiar, na zona rural do agreste pernambucano:

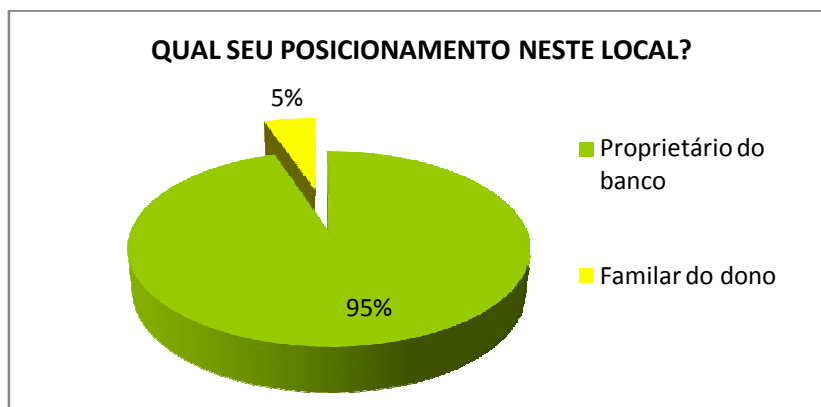
Antes era foice, a enxada, sacos de feijão e milho estocados pelo meio da casa. Atualmente, retalhos de tecidos espalhados ao chão, máquinas de costura e peças de roupas em estoque fazem parte do cenário em muitas comunidades rurais de Caruaru e região. (...) Quem acordava de madrugada para cuidar da lavoura, alimentar os animais e tocar outras atividades, agora precisa acordar cedo para adiantar os pedidos de roupas já encomendadas. Essa é a nova realidade de muitos distritos rurais do Agreste Pernambucano, fruto do crescimento do polo de confecções que enquadra as cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. (...) De acordo com estimativas do Sebrae, são produzidas, mensalmente, 700 milhões de peças na região, movimentando R\$ 2 bilhões por ano.²³⁸

Verificamos que, no complexo das cidades pólos de confecções do agreste pernambucano, existem cerca de 3.000 a 3.500 empresas informais em cada cidade²³⁹. Essas empresas, conhecidas como “fabricos” ou “fações”, são pequenas unidades produtivas familiares que empregam de um a trinta trabalhadores. As vendas podem ser realizadas diretamente na feira, ou para sacoleiros, ou ainda trabalham subcontratados para vendedores e/ou por encomendas (as facções). Partes dos fabricos contratam costureiras domiciliares e crianças participam das atividades de costura dentro de casa. Dessa forma várias gerações de trabalhadoras estão envolvidas na produção, o que configura ainda mais a prática de trabalho informal doméstico. Muitos desses “industriais” são também os donos dos bancos, dos seus lugares nas feiras e comercializam as mercadorias confeccionadas em seu domicílio.

Assim, o(a) proprietário(a) do “fabrico” ou da “fação” e sua família administram a produção, a compra e a venda de mercadorias e trabalham conforme a demanda do mercado (das encomendas). Quanto ao facto de serem proprietários dos lugares (95%), conforme demonstrado no gráfico a seguir:

²³⁸ Podemos citar os exemplos da atividade fabril do artesanato, por exemplo nas feiras como a de Barcelos.

²³⁹ Nos referimos as cidades pernambucanas: Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Sobre mercado informal ver *Trabalho flexível e o novo informal*, de autoria de Jacob Carlos Lima e Maria José Bezerra Soares, artigo publicado na Revista quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo centro de recursos humanos da Ufba, Cadernos CRH (37) 2002. Salvador, pp.163- 178.

Gráfico 1 – Posicionamento dos feirantes de Caruaru-PE no local

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Em estudo realizado pelo SEBRAE-PE sobre a economia informal do agreste pernambucano, constatou-se que os negócios das feiras são de facto geridos pelos donos, uma vez que boa parte deles detêm a propriedade do negócio.

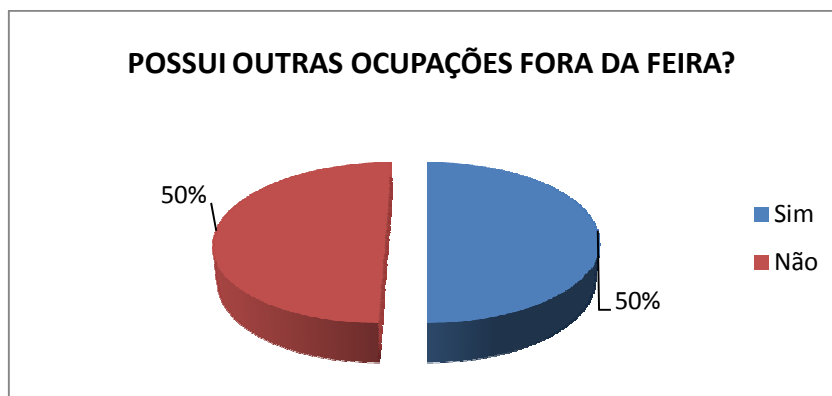
Tabela 1 – Identificação da propriedade do negócio das feiras pesquisadas, 2003 (%)

De quem é o negócio? Na feira de:	Próprio	Da família	Outros	Total
Caruaru	71,1	17,5	11,3	100
Toritama	86,1	7,4	6,5	100
Santa Cruz	84,1	10,3	5,6	100
Total	80,8	11,5	7,7	100

Fonte: FADE / Sebrae-PE, 2003 (Tabela adaptada)

Para além do facto de serem comerciantes, muitos dos entrevistados se declararam possuidores de outras atividades fora da feira de Caruaru, o que corrobora a afirmação anterior de que muitos deles desenvolvem a prática da atividade “fabril”, a exemplo das costureiras mencionadas anteriormente, e também dos artesãos. Os índices demonstrados nos gráficos abaixo constata esta informação, uma vez que inicialmente quando os entrevistados foram indagados acerca de exercerem outras atividades além da feira, 50% declararam que não e 50% responderam que sim:

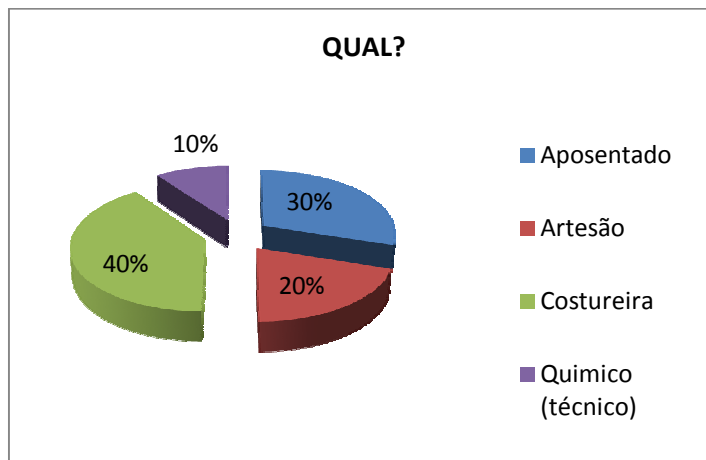
Gráfico 2 – Se os feirantes de Caruaru, além da feira, possuem outras atividades fora da mesma.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Uma vez percebido tal índice, onde em partes iguais de 50% afirmaram e negaram atividades remuneradas exercidas além da feira, posteriormente indagamos aqueles 50% que afirmaram exercer, quais atividades são essas, e em um universo de 100 % de entrevistados, 60% afirmaram desenvolver atividades de fabrico de vestuário e artesanato, 40% e 20% respectivamente. Ambas as atividades se encontram categorizadas em iniciativas informais domésticas.

Gráfico 3 – Quais as atividades que praticam fora da feira de Caruaru-PE



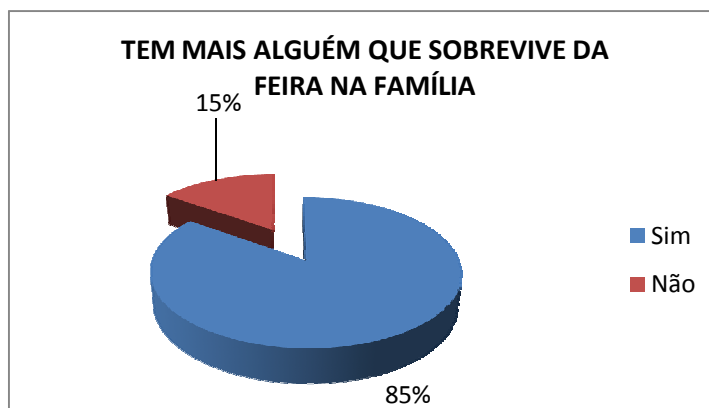
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Grande parte dessas unidades produtivas domiciliares emprega apenas mão-de-obra familiar, o que acaba por gerar aquilo que Marx chamou de trabalho informal doméstico. No estado de Pernambuco verificou-se²⁴⁰ que as unidades produtivas que empregavam apenas mão-de-obra familiar constituíam 62% da amostra, seguida pelas unidades que empregavam de um a quatro trabalhadores (25%), e de quatro a nove trabalhadores (11%). Apenas 30 empresas utilizavam mais de nove pessoas

²⁴⁰ Estudo de caracterização económica do pólo de confeções do Agreste de Pernambucano, realizada pela FADE/UFPE, e apresentado Relatório Final apresentado ao SEBRAE-PE Recife, Maio de 2003.

(2%). Facto também verificado em nossa pesquisa, quando procuramos saber se outras pessoas da família trabalhavam também na feira de Caruaru, como demonstra os índices a seguir,

Gráfico 4 – Outros membros da família trabalham na feira de Caruaru-PE



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Além da questão da mão-de-obra familiar, a precariedade do trabalho informal doméstico relaciona-se às condições de infraestrutura domiciliar, uma vez que muitas dessas “fabriquetas” disputam o espaço doméstico com as mobílias dos domicílios, não dispõem de método e organização de trabalho no que concerne a horário e outras condições estruturais. É o que afirma Azais:

As unidades são instaladas na própria casa que vai sendo expandida conforme as necessidades da produção. Assim, o espaço de muitos “fabricos” mistura cômodos com máquinas de costura, outros com camas para trabalhadoras e outros que constituem-se propriamente na residência. O quintal também é aproveitado para a produção com a extensão de telhados e instalação de mesas de corte, por exemplo. A organização do trabalho e do espaço de produção é caótica com mercadorias no chão e trabalhadores (as) distribuídos (as) aleatoriamente, dormindo e comendo às vezes no mesmo espaço (...) O horário de trabalho é variável dependendo do tipo de unidade: a mistura trabalho de costura e trabalho doméstico da costureira domiciliar, ao trabalho nos fabricos que podem se estender pelo final de semana. Alguns fabricos mantêm camas para as trabalhadoras, que dependendo das encomendas, dormem no trabalho. Para aquelas (es) vinculados também à venda, o trabalho inicia-se à noite quando acontecem as feiras que se estendem pela madrugada ou começam e acabam nas primeiras horas da manhã²⁴¹

Diante do exposto, questionamos: afinal, qual o contexto em que o trabalho informal emerge? Em Portugal e no Brasil se deu de igual maneira? Como isso se relaciona com o processo de globalização e de mercado financeiro? Quais os motivos que contribuíram para o desenvolvimento de

²⁴¹ Como parte resultante da configuração da precariedade do trabalho informal doméstico, diante de características como o prolongamento da jornada de trabalho, a improvisação do local de trabalho a incorporação da mão-de-obra familiar, especificamente sobre as empresas informais nordestinas brasileiras, ver Azais, C. (1996). Estória de um “patchwork” de empresas e de empresários no nordeste brasileiro: o político deslocado. *Revista Latino americana de Estudios del Trabajo*. Año 2 (3).

uma mão-de-obra informal? Movimentos de migrações e aumento nas taxas de desemprego são fatores que evidenciam o desenvolvimento do mercado informal? E as feiras, quais os seus papéis nesse contexto? Elas surgem como espaço social informal, lugar de trabalho para os desempregados? Essas são algumas das questões sobre as quais procuraremos refletir no decorrer do presente texto.

4.1 – O trabalho informal nos dois lados do Atlântico: contexto histórico e geográfico

Sabemos que a crise capitalista dos anos 1970 foi expressão do esgotamento de um regime de acumulação fordista-keynesiano que impulsionou o desenvolvimento de outro regime: a acumulação flexível, resultando nas novas atividades classificadas como “nova informalidade”²⁴². Tal acontecimento gerou um período de desenvolvimento mais intenso nesse novo regime de acumulação, acarretando o fordismo híbrido, com taxas de desemprego elevadas, nos países da comunidade europeia, a exemplo de Portugal, e na América Latina, a exemplo do Brasil.

Nesse contexto, essa “nova informalidade” cede lugar a um “novo” tipo de trabalho baseado na polivalência, criatividade e multifuncionalidade do trabalhador; na produção “flexibilizada”. A ideologia que se apóia no discurso de formação de um “novo perfil do trabalhador” flexível e criativo, lógica traçada à luz do conceito de “empregabilidade”. Cada indivíduo é responsável por se dotar de estratégias de negociação de suas capacidades de trabalho. É a busca do imediato e a valorização do fetiche do sucesso como resultado do esforço individual, num cenário marcado pela falta de emprego. São fundamentos de uma lógica de recomposição capitalista na dinâmica neoliberal²⁴³.

Assistiu-se na década de 80 do século passado, tanto na Europa como na América Latina, campanhas de demissões negociadas diretamente entre empregadores e empregados, o que em Portugal chamou-se de despedimento coletivo, e no Brasil PDV- Programa de demissão voluntária. Tal exoneração, proveniente de uma ideologia neoliberal, vinha acompanhada da retórica da “Empresa de Responsabilidade social” e do mito de que qualquer pessoa podia ser dona do seu próprio negócio. O desemprego se tornou uma rotina crescente no mundo globalizado.

Diante das inovações técnico-organizacionais presentes nas décadas de 80 e 90 do século XX, e do aprofundamento da transnacionalização das relações capitalistas, o trabalho informal no mundo globalizado cresceu acentuadamente, visto que a desregulamentação das relações contratuais

²⁴² Soares, M. A. T. (2008). Crise capitalista dos anos de 1970 e a expansão trabalho informal. In: *Trabalho informal: da funcionalidade à subjunção ao capital*. Edições UESB. Vitória da Conquista p. 105.

²⁴³ Alves, A. E. e Almeida, J. R. M. (2009) Trabalho informal em tempos “Globalizacionistas”. Revista Histedbr on-line, Campinas, n. Especial, p.238-250, ISSN: 1676-2584

no mercado de trabalho contribuiu para o aumento da insegurança no emprego e eliminação de postos de trabalho. Antunes nota que “mais de um bilhão de homens e de mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado”²⁴⁴.

No caso específico do Brasil, ao final dos anos 80 do século passado, a temática da "informalidade" (ou o subemprego) era considerada, pelos especialistas da área, como um problema endêmico. Entretanto, os acontecimentos das décadas anteriores levaram os especialistas e políticos a prever uma expressiva taxa de redução do mercado "informal". Acreditavam, porém, na suposição de que a "informalidade" consistia em uma herança de uma economia semi-industrializada, e que seu fim se daria com o desenvolvimento almejado. O facto é que, em janeiro de 1991, os empregados com carteira de trabalho assinada representavam 55,0% da força de trabalho. Além desses, quase 20,0% eram autônomos registrados e outros 4,5% empregadores. Os empregados "informais" representavam 20%²⁴⁵.

Nesse sentido verificamos que, no Brasil, a década de 1990 foi marcada por um decréscimo no trabalho formal²⁴⁶ e conseqüente crescimento da "informalidade". Tal constatação acabou por contrariar aquilo que os especialistas previam quanto à equalização do mercado de trabalho; podendo ser resultado do mau desempenho macroeconómica da América Latina nos anos de 1990, bem como reflexo da rápida internacionalização da economia, diante do fenómeno da globalização, já que muitos países na América Latina tinham características semelhantes. Para alguns analistas²⁴⁷, trata-se de uma nova safra de contratos atípicos, os quais rompem com os padrões de "sociedade assalariada". Novos processos de trabalho e tecnologias demandariam novas formas de contratos. A nova "informalidade" derivaria dessas mudanças. Sobre a década de 1990, diz Sorio, “(...) A partir de 1994 consolida-se o avanço da flexibilização das relações de trabalho, explosão do trabalho informal, da precarização do trabalho, terceirização do trabalho e aumento do trabalho temporário e autônomo que perdura nos dias de hoje”²⁴⁸. De acordo com dados do IPEA/IBGE, hoje em dia. (...) para cada trabalhador empregado no setor formal existe um no sector informal”²⁴⁹.

²⁴⁴ Antunes, R. (2007) Dimensões da precarização estrutural do trabalho. Em: Druck, G; Franco, T.(org). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. Boitempo. São Paulo, p.13.

²⁴⁵ Noronha, E.G. (2003). “Informal”, ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: vol.18, nº 53, p. 23.

²⁴⁶ Perante a legislação brasileira, o conceito de trabalho formal se dar quando o trabalhador possui registo na carteira de trabalho, podendo inclusive ser o registo de autônomo.

²⁴⁷ Noronha, E.G. (2003). “Informal”, ilegal e injusto, pp. 9-10.

²⁴⁸ Sorio, W. (2005). *Mudanças na CLT*. Revista virtual P@rtes. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://www.partes.com.br/emrhede/sorio/clt.asp>

²⁴⁹ IBGE/IPEA. (2008, novembro). Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. *Boletim 37*. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em http://www.mte.gov.br/observatorio/bmt_37.pdf.

Esse elevado crescimento da informalidade na década de 1990 pode ser observado como uma reação do mercado frente a dois sectores importantes da economia: a indústria de transformação e o sector de serviços.

A indústria de transformação foi o segmento mais afetado pelo processo de abertura e exposição da economia à concorrência internacional, experimentando uma perda de importância relativa, com sua participação do nível de ocupação caindo da faixa de 19,5%, em 1991, para o patamar de 15% no final de 1999, mantendo-se estável daí em diante. Entretanto, observa-se no sector de serviços, diante da estratégia de terceirização utilizada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva, um aumento na sua participação relativa de 36,5% para quase 43% no mesmo período, sendo que essa expansão deu-se com maior intensidade até o início de 1999²⁵⁰. O problema consiste na grande diferença quanto à forma de contratação, uma vez que, ao mesmo tempo em que a indústria contrata a grande maioria dos seus empregados por regime de assalariamento e com carteira assinada, o mesmo não ocorre com o sector de serviços. Este está e sempre esteve relacionado à inserção informal no mercado de trabalho, sem a responsabilidade formal que garante o registro na carteira de trabalho. Assim, “o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria é praticamente igual ao de assalariados com carteira hoje em dia”²⁵¹

Tal cenário se amplia ainda mais nos anos 2000. No contexto em que o Brasil se encontra inserido, a reestruturação do modo capitalista de produção, com base na inserção de tecnologias modernas no processo produtivo, bem como de acordo com as novas formas de gestão das relações de produção, são factores que, articulados com a instauração de um modelo político-económico ideológico²⁵², explora cada vez mais o trabalhador, fazendo uso da sua criatividade como valor de troca, subjugando fortemente a parcela da sociedade que, para garantir a sua sobrevivência, comercializa sua força de trabalho como mercadoria. Entretanto, nesse momento, atendendo a uma lógica de capital ainda mais desumana, sem nenhuma garantia de proteção social, de benefícios, se configuram como “novos” trabalhadores informais.

²⁵⁰ Ramos, L. (1991-2001) *A Informalidade das Relações de Trabalho*. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://www.iets.org.br>.

²⁵¹ Ramos, L. e Britto, M. (Março de 2004) “O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: Tendências, Factores Estilizados e Mudanças Estruturais”. In: *Texto para Discussão/1011*. Ed: IPEA-Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, Governo Federal Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, p. 14. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/doc/ipea/td/1011.pdf>.

²⁵² Nos referimos ao neoliberalismo, sistema que se fundamenta em práticas e relações sociais de produção nos países capitalistas, independente do seu grau de desenvolvimento económico. Se configura em um modelo que regula as crises capitalistas. A esse respeito ver as obras de Antunes, R. (1998) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, e ainda do mesmo autor, (1999) *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo. São Paulo.

Sobre a evolução do mercado de trabalho informal nos anos 2003 e 2004, a pesquisa do economista José Pastore constatou que a taxa de crescimento do sector informal foi quatro vezes maior do que a do mercado de trabalho formal. O primeiro cresceu 9,6%, enquanto o segundo cresceu apenas 2,4%²⁵³. Ainda mais sobre os anos 2000, verifiquemos a tabela que segue:

Tabela 2 – Demonstrativo da evolução trabalho informal nos anos 2000

Ocupação por tipo de inserção no trabalho: com vínculo <i>versus</i> sem vínculo formal – 2000 a 2006				
Com vínculo formal		Sem vínculo formal		
		Sem carteira	Autónomo	Total
	Milhares (%)	Milhares (%)	Milhares (%)	Milhares (%)
2000	30.128 38,2	18.633 23,6	30.211 38,3	78.972 100,0
2001	31.864 40,1	18.478 23,2	29.211 36,7	79.552 100,0
2002	32.931 39,9	19.275 23,3	30.423 36,8	82.629 100,0
2003	34.104 40,6	19.028 22,6	30.904 36,8	84.036 100,0
2004	35.965 40,8	20.402 23,1	31.886 36,1	88.252 100,0
2005	37.436 41,2	20.548 22,6	32.922 36,2	90.906 100,0
2006	39.543 42,4	20.940 22,5	32.764 35,1	93.247 100,0

Fonte: Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

No caso de Portugal, país que também se encontra inserido no mesmo contexto que o Brasil, atendendo à lógica do movimento de reestruturação produtiva do capital global. Fenómeno - capital global- que não tem poupado os países industrializados diante da exploração do trabalho e o fortalecimento político dos Estados nacionais. Entretanto, convém esclarecer que, embora o movimento reestruturante do processo produtivo capitalista gere modificações amplas em todas as esferas das relações sociais e de produção no mundo como um todo seu impactos não acontecem em todos os lugares com o mesmo ritmo ou intensidade, haja vista que, embora atinja todos os países capitalistas, tal processo se realiza diante de características específicas, peculiares de cada organização social, económica, cultural, política e territorial de cada país, região ou cidade, etc.

Embora se verifiquem impactos gerados pelo processo de globalização na economia informal dos países em análise, que se apresentam de maneira distinta, a diferença também consiste no

²⁵³ Trabalho formal e trabalho informal no Brasil (2004, 22 de Dezembro). *O Globo*. Rio de Janeiro.

momento histórico de cada país na década de 1980. Na segunda metade dos anos 1980, o Brasil vivia o fim de um regime ditatorial, que perdurou por duas décadas. Portanto, estava na fase de redemocratização, apresentando diminuição acentuada no ritmo de desenvolvimento económico e social. Somavam-se a este quadro anos de estagnação e recessão, facto que passou a identificar tal período como à “década perdida”, gerando elevado crescimento do trabalho informal e do índice de desemprego, em função exatamente dessa crise económica com ajustes económicos que visavam atender aos credores internacionais

Em Portugal, nesse mesmo período, “observava-se” o contrário: um elevado crescimento económico, social e cultural, em decorrência de sua entrada na Comunidade Económica Europeia, e de todos os legados modernistas e modernizantes da época. Fase que ficou conhecida na História Contemporânea de Portugal como de grande instabilidade, diante do maior período de crescimento, superior inclusive à média Europeia, com um elevado dinamismo revelado pelo investimento e aceleração da abertura global da economia, encurtando as fronteiras e aumentando, portanto, a competição internacional²⁵⁴.

Entretanto, o elevado crescimento lusitano não passara de uma simples “aparência”²⁵⁵, pois a adesão do país à Comunidade Europeia implicou na alteração radical das regras de funcionamento do mercado interno e exportação de mercadorias, fenómeno típico da transnacionalização de capital financeiro promovida pela globalização. Ou seja, no que concerne ao seu setor exportador, as cotas de mercado de produtos portugueses diminuíram crescentemente nos seus mercados externos tradicionais, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, diante da ação da política económica conduzida pelos iberistas, já que muitas empresas espanholas tiveram entrada facilitada em sectores estratégicos de Portugal, facto que acabou contribuindo para o colapso das exportações nacionais portuguesas.

Para além desse facto, é bom lembrar que, em relação ao mercado de trabalho²⁵⁶, Portugal passou a investir mais em sectores terciários de bens e serviços, o que notadamente contribui bem menos para a empregabilidade formal que a indústria, por exemplo, faria. Isto além de ter também

²⁵⁴ Interessante observar que antes e durante o 25 de Abril, Portugal vivia sob estratégias de protecionismo e Nacionalismo exacerbado.

²⁵⁵ Houvera mudanças no que diz respeito as áreas de infraestrutura, com a construção de novas estradas, construção de obras públicas, elevado consumo interno, crescimento na habitação, na saúde, na educação, foram áreas que tiveram avanços. Entretanto a economia interna passou a sofrer concorrência com o mercado externo diante da abertura de capital, desfavorecendo assim o desenvolvimento que se esperava.

²⁵⁶ Cerne da temática aqui a desenvolver, no que diz respeito ao trabalho informal em Portugal, como se deu sua implementação.

diminuído o sector produção agrária, uma vez que teve seu mercado de exportação e mercado interno afetado, passando a importar mais e exportar menos. É o que afirma o relatório da Fundação Europeia,

O setor agrícola diminuiu drasticamente o seu peso. A indústria teve algum crescimento até aos anos 80, quando chegou a ocupar 38,7% da população activa, mas a partir daí tem decrescido o seu contributo na criação de emprego, sendo o sector terciário aquele que ocupa presentemente a maioria da população em Portugal (...) Os dados do Inquérito ao Emprego referentes ao ano de 1997 apontam para um volume de população empregada nos serviços na ordem dos 56%, na indústria na casa dos 32% e na agricultura de pouco mais de 13%²⁵⁷

Podemos afirmar, portanto, que esses factores contribuíram, na década de 1990 e nos anos seguintes, para o crescimento do sector de serviços, que tem no trabalho informal sua garantia de mão-de-obra. Mas que isto, por outro lado, não corresponde necessariamente a engrandecimento de uma Nação, o que representa um paradoxo²⁵⁸.

Assim sendo, verifica-se que, com a mesma rapidez com que Portugal mudou de aparência, diante da modernidade presente, sobretudo na infra-estrutura, apresentou seqüela no momento presente²⁵⁹, diante da crise económica e financeira. Sem recursos naturais suficientes de subsistência, estando localizado em posição periférica²⁶⁰, com baixa produtividade, falta de capital e de organização empresarial, além de escassez de recursos financeiros públicos²⁶¹, Portugal se apresenta, ao final da primeira década do século XXI, com sérios problemas de sustentação e desenvolvimento.

²⁵⁷ Commission Européenne, 1999:161; Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Plano Nacional de Emprego – *Portugal e a Estratégia Europeia para o Emprego*, Lisboa. (1999: 117-119) e Guerreiro, M. CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisbon, *Relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho* (2000), p.3. Acedido em 19 de Dezembro de 2010, em: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/120/pt/1/ef00120pt.pdf>.

²⁵⁸ Considerando as balizas temporais e espaciais, também verificamos esse paradoxo na cidade de Caruaru-PE, uma vez que: por um lado a economia informal é responsável pelo desenvolvimento da cidade, do sustento da cidade, por outro lado tal desenvolvimento se deve ao emprego de uma mão-de-obra informal, “mascarando” portanto a realidade, não resolvendo a problemática de geração de emprego efetivamente formal e de renda para os munícipes. Facto que pode ser verificado em Rodrigues, K. F. (1995). *A Feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sócio-políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Económica. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. Caruaru, p. 31.

²⁵⁹ Nos referimos a crise visivelmente instalada atualmente, em 2010, ao final da primeira década do século XXI. Convém esclarecer que o presente estudo só se apresenta até o ano de 2007, ano em que demos início a essa investigação, incluído a coleta das fontes orais, entretanto para além do facto de esclarecermos tal aprofundamento no universo dessa crise vivida na atualidade, queremos também com essa nota dizer que apesar desse estudo só de deter aos acontecimentos no período de 1986 até 2007, a crise mencionada em Portugal, e em muitos países da comunidade europeia se avoluma em 2010.

²⁶⁰ Ver Barreto, A. (2005). Mudança social em Portugal, 1960-2000. In: *Portugal contemporâneo*. Coord. António Costa Pinto (Anais). Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 161

²⁶¹ Nos referimos as verificadas privatizações ocorridas que tiveram sua origem no período posterior ao 25 de Abril, onde o Estado passou a deter as funções sociais, sem alicerces económicos, gerando uma economia antiquada com dificuldades de se inserir num mundo com avanços tecnológicos, e com novas formas organizacionais. A esse respeito ver, Godinho, V. M. (2009). *Os problemas de Portugal mudar de rumo*. Edições Colibri: Lisboa. A “saída” para tal problemática fora o processo de privatizações, fenómeno incorporado a política neoliberal e que repercutiu em crises estruturais e conjunturais no mundo “global”.

Conclui-se, portanto, que o trabalho informal em Portugal, no período a que corresponde o presente estudo (1986-2007), teve sua implementação com as vagas de emprego reduzidas na economia formal. A redução de atividades agrícolas resultou na diminuição de mão-de-obra no sector primário e também no setor industrial e, como foi observado anteriormente, aumento significativo nos sectores de bens e serviços, os quais que não absorvem uma economia formal e sim informal, aglutinando profissionais autónomos da “nova” informalidade. Para além desse facto, Portugal foi considerado, durante as décadas de 1980 e 1990, o “sítio certo” para imigrar, uma vez que apresentava índices crescentes de modernização, portanto de “desenvolvimento”. Tais divulgações acabaram por “convidar” estrangeiros afixar residência no país, dadas as oportunidades de emprego, sobretudo na indústria de construção civil. Assim Portugal, nesse período, recebeu inúmeros imigrantes que acabaram por “inchar”²⁶² o mercado de trabalho, contribuindo para gerar concorrência entre os nativos e os estrangeiros das mais diversas nacionalidades que se estabeleceram em solo lusitano. Tal acontecimento também foi um forte contributo para elevar o índice de trabalhadores informais diante da escassez do trabalho formal que criou concorrência,²⁶³ inclusive entre os nativos e estrangeiros, pois as leis de imigração,²⁶⁴ nesse período, estimularam o “convite” à ida deles para Portugal.

Já em relação ao Brasil, no mesmo período, cresce o número de trabalhadores informais em função do elevado índice de desemprego provocado pela crise financeira resultante do fechamento dos postos de trabalho nas indústrias e dos despedimentos coletivos, e acentuado crescimento no sector de serviços, em detrimento da indústria, elevando o número de trabalhadores da “nova” informalidade²⁶⁵. O facto é que, guardando-se as devidas proporções de diferenciação no que diz

²⁶² Veremos mais adiante esse aspecto da imigração em Portugal, na segunda parte do presente texto quando nos referirmos ao trabalho nas feiras propriamente, bem como no capítulo 6 quando nos referirmos as práticas identitárias e culturais presentes em Portugal, no que concerne ao intercâmbio cultural diante da relação estabelecida entre os estrangeiros com os nativos.

²⁶³ Tal problemática se acentua ainda mais no período que compreende 2007-2010, período da crise atual verificada na comunidade europeia, pelo facto dos portugueses que emigraram nas décadas passadas, sobretudo nos anos ditatoriais, para outros sítios, a exemplo da Espanha, França, Alemanha, Holanda, Grã-Bretanha, estarem nesse momento retornando para Portugal e concorrendo diretamente por vagas com os estrangeiros, agora residentes. Tal acontecimento faz com que cresça o número de trabalhadores informais e de desempregados também. A esse respeito ver Godinho, V. (2010). *Os problemas de Portugal mudar de rumo* p. 91.

²⁶⁴ Verifica-se a presença de imigrantes de nacionalidades diversas: brasileiros, turcos, africanos, romenos, ucranianos, muitos com a ilusão de enriquecimento. Em 1996 ocorreu a última Regularização Extraordinária de Imigrantes ilegais CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa E PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tal iniciativa consistiu em mais um atrativo no fluxo migratório. A respeito das dinâmicas migratórias em Portugal, ver: Baganha, M. I. (2005). A cada sul o seu norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, pp.133-160

²⁶⁵ Estudiosos da economia informal, como Casimiro (1981), Cavalcanti (1983), Prandi (1978), Machado (1979), apontaram que o crescimento do sector informal na região o nordeste, para além do índice elevado de desemprego nos sectores formais da economia, também tem lugar no crescimento do êxodo rural. O fenómeno desse êxodo rural pode ser verificado na década de 1980, diante das elevadas secas, prospectivamente nos anos 1984, 1985, 1988 e 1989. Ver Galvão, P. F.

respeito aos impactos gerados pela economia informal, no Brasil e em Portugal, um aspecto é comum aos dois países, de um lado e de outro do Atlântico: a globalização e o neoliberalismo.

O facto relevante para o nosso estudo consiste na relação estabelecida entre a crise económica, geradora de desemprego, que implica o aumento do trabalho informal, e a feira como espaço aglutinador para essa mão-de-obra desempregada. A feira como alternativa para o sustento humano, para espaço de trabalho²⁶⁶. A informalidade na contemporaneidade foi mencionada pelo freguês Carlos Felipe, na feira de Caruaru, quando indagado sobre o trabalho nas feiras “(...) É uma realidade brasileira a informalidade para compra e venda de mercadorias”²⁶⁷.

4.2 – As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais

Hoje, segundo dados da (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como “prometeus” modernos, à cata de algo para sobreviver²⁶⁸.

Para além de constituírem lugar social da informalidade, no que concerne à memória cultural das camadas populares – como foram os moinhos e as tabernas europeias no século XVI descritas por Ginsburg, e evocado por Thompson para a necessidade de trabalhos que reconstituíssem as “camadas populares” da sociedade do século XIX²⁶⁹ – as feiras, a par de se integrarem a esses espaços sociais tidos como populares²⁷⁰, que envolvem o cotidiano do homem comum, são, sobretudo, lugares de trabalho. Lugares que recepcionam aqueles que se encontram no desemprego formal, como dizem muitos dos feirantes entrevistados no presente estudo, tanto em Portugal quanto no Brasil. Tal facto é comum nas falas dos depoentes, quando indagados sobre o que mais os atrai às feiras, os motivos pelos quais escolheram o ofício de feirante. Na feira de Campina Grande, afirmam: “Não tem emprego para todo mundo e aqui tem trabalho”²⁷¹; “Do jeito que está o índice de desemprego acho que é capaz de meus filhos serem feirantes, não é o ideal, mas é o que tem (...)”²⁷². Na feira de Vila do

(1994) *A Feira livre em João Pessoa, evolução e mudanças sociais, período 60/90*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Paraíba, p. 146.

²⁶⁶ A esse respeito veremos o texto que segue.

²⁶⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

²⁶⁸ Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, pp 12-13.

²⁶⁹ Barreiro, J. C. (1995). E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projecções. *Projeto História*, 12, pp. 68.

²⁷⁰ Mello, M. A, Moura, J. E Lobo, A. (1992, dezembro) "Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro". Em: *Veracidade: Revista do Centro de Planeamento Municipal*, n. 4, p.25-28.

²⁷¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Cleonice Agra, feirante, em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

²⁷² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo Ricardo, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

Conde: “Estava no desemprego, antes era comerciante e com as grandes superfícies tive de fechar, e vim então fazer as feiras”²⁷³; “Já fui emigrante e regressei ao meu país (Portugal), tinha um familiar no ramo e como não tinha emprego, pousei aqui”²⁷⁴; “Todas as feiras são importantes, porque se acabar as feiras o que é que vai ser de nós se não há empregos? E atenção! De nós e de muitas câmaras, porque muitas câmaras vivem do que arrecadam com feiras (...)”²⁷⁵. Na feira semanal de Barcelos: “Há mais pobreza e as pessoas vêm mais para as feiras, para fazer dinheiro e ganhar algum”²⁷⁶; “Dificuldades de arranjar trabalho”²⁷⁷; “(...) Vim parar aqui porque meus pais não tinha emprego e nós vínhamos para ganhar o pão de cada dia, e assim ficamos (...)”²⁷⁸; “O mercado de trabalho ficou estreito e eu vim para cá carregar as compra, comecei como carregador, (...) era difícil, não tinha dinheiro, não tinha onde trabalhar arrumava uma corda, botava no pescoço e saía vendendo quiabo, correndo do rapa (...)”²⁷⁹.

Assim têm-se as feiras, ainda nos dias atuais, como um modelo de atividade comercial capaz de criar e promover desenvolvimento económico.

O comércio, entendido como uma função urbana na qual as mercadorias são trocadas, tem sua origem ligada à própria história da humanidade. Ele surgiu e se desenvolveu a partir do momento em que passou a existir um excedente de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, que levou ao sistema de trocas²⁸⁰

Muitas pessoas sobrevivem das feiras, seja na relação direta entre feirante e freguês, seja na complexa interação em teias sociais, uma vez que existem personagens que extrapolam os lugares habituais das feiras, entretanto produzem para as mesmas. Há fornecedores de mercadorias que muitas vezes trabalham também informalmente. É o caso das costureiras que confeccionam as peças de vestimentas nas fábricas de “fundo de quintal”, para que sejam vendidas nas feiras. Além disso, também há muitos trabalhadores que vivem do mercado formal e que abastecem as feiras na condição de fornecedores, por exemplo os vendedores de produtos de limpeza e de cereais dos atacados.

São milhares de pessoas que na cidade vivem em função da feira, com seus bancos e barracas, seus artesanatos e sua inventividade e serviço de manutenção de sua

²⁷³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. António Augusto, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

²⁷⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joaquim, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

²⁷⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Bela, feirante em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

²⁷⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo Dias, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

²⁷⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Júlio Gomes, feirante em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

²⁷⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia Pereira, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

²⁷⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. António Conceição Santos (“Pai de santo”), feirante em São Joaquim, Salvador em 10 de Junho de 2009.

²⁸⁰ Cleps, G. D. G. (2003, 26 a 29 de novembro) O comércio informal e a cidade. *Em: II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no Século XXI”* Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Geografia.

sobrevivência e da enorme clientela que representa uma das maiores parcelas de movimentação financeira e económica da região²⁸¹

Nas feiras verificamos relações de dependência direta e indiretamente, diante das teias de aproximação com o trabalho fora delas e nelas próprias. A rede de interações afeta não apenas os feirantes diretamente, mas também os produtores e fornecedores de mercadorias.

Minha família praticamente quase toda depende da feira de São Joaquim. Hoje a feira tem 10 mil feirantes e tem 100 mil que depende da feira de São Joaquim, porque não é só a gente que é comerciante na feira de São Joaquim, que depende dela porque quantas mil pessoas traz o produto de outros estados, de outros lugares para feira de São Joaquim, então essa pessoa que traz um produto de Sergipe, a família dele também depende da feira de São Joaquim, então nós não vamos fazer um cálculo de 10 mil feirantes. Não, muito pelo contrário, a feira tem muito mais pessoas, e tem condições de eleger qualquer um deputado de tudo (...)²⁸²

No caso da feira de Caruaru, veremos mais adiante, a dependência dos moradores dessa cidade para com a feira é muito grande, facto evidenciada no diagnóstico realizado pelo SEBRAE e mencionada pelo consultor desse órgão em entrevista: “(...) Caruaru tem uma característica fantástica, 60% da cidade vive em função da feira, toda cadeia produtiva vive dali, é tanto que Caruaru não tem mais uma produção agrícola, o povo da roça faz é costurar, não planta mais nada (...)”²⁸³.

As feiras, sejam no Brasil ou em Portugal, também são lugares de empregabilidade de pessoas, que muitas vezes não são trabalhadores formais, contratados oficialmente, mas se configuram também como trabalhadores informais²⁸⁴. Palco de trabalho para alguns, para além dos donos dos lugares, formando, portanto, a teia de dependência desse mercado. Os índices deste estudo evidenciam o facto de os feirantes terem ajudantes (“empregados”) em suas bancas, 37% dos entrevistados nas feiras do Noroeste de Portugal declararam terem ajudantes em seus negócios. No Brasil, 41% disseram também contar com o auxílio de duas a quinze pessoas, o que nos leva a entender que as feiras na atualidade, além de ser lugar de trabalho para aqueles que são donos do negócio, também “empregam” outras pessoas que sobrevivem das mesmas.

²⁸¹ Na década de 1970 era essa a representação que a feira de Campina Grande ainda tinha. Ver: Pereira, Jr. F. P. (1977). *Feira de Campina Grande, um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino*. Editora universitária UFPB. Campina Grande, p. 23.

²⁸² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Gomes, feirante em São Joaquim, Salvador em 27 de Maio de 2009.

²⁸³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Muricy, consultor do Sebrae, Salvador, 19 de Junho de 2009.

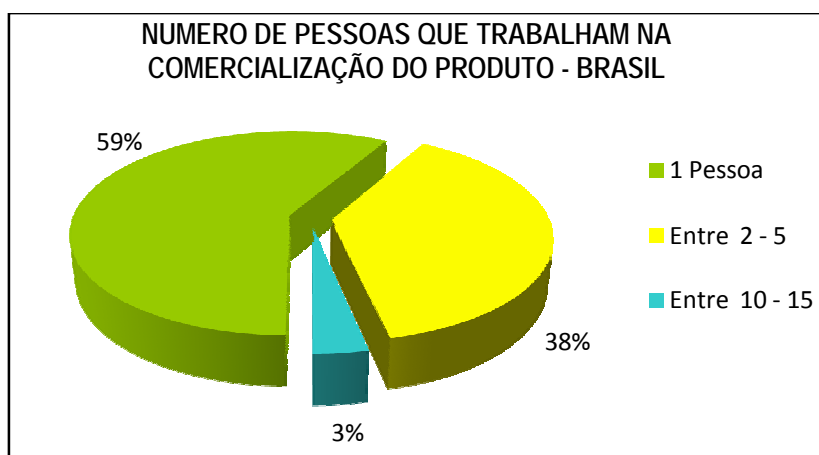
²⁸⁴ Oliveira, O. L. M. (2000) *O setor informal frente à dinâmica capitalista: um estudo em Feira de Santana-BA*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.

Gráfico 5 – Percentual do quantitativo de pessoas que trabalham na comercialização do produto, junto com o feirante entrevistado, nas feiras em Portugal



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 6 – Percentual do quantitativo de pessoas que trabalham na comercialização do produto, junto com o feirante entrevistado, nas feiras no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

No município de Caruaru-PE, de acordo com diagnóstico sobre a feira da Sulanca produzido pelo SEBRAE-PE, verificou-se o número de pessoas que trabalham no *box* e o número de dependentes. A propósito das pessoas que dependem diretamente da feira, chegou-se aos seguintes percentuais:

Tabela 3 – Número de pessoas dependentes da feira da Sulanca em Caruaru-PE

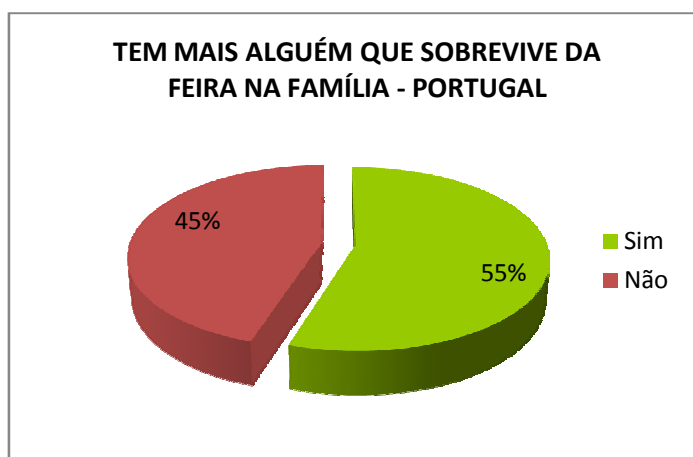
Grau de dependência	Média	Mínimo	Máximo
NÚMERO DE DEPENDENTES	3,88	1,00	36,00
QUANTOS TRABALHAM NO BOX	1,68	1,00	7,00

Fonte: *Relatório da avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Cohab, Caruaru/PE*. SEBRAE, Recife, Janeiro de 2003, p. 2

Muitos desses dependentes ou ajudantes são familiares dos donos das bancas, ou são parentes que também sobrevivem da feira tendo seus lugares próprios. Em relação aos índices dos que

declararam que mais alguém da família, além deles, sobrevive das feiras, seja na condição de ajudante dos entrevistados, ou mesmo de possuidores de outros lugares, em Portugal 55% dos entrevistados responderam que sim, e no Brasil 78%, como demonstram os gráficos seguintes. Tal facto nos leva a crer que as feiras se constituem lugares de trabalho e de sobrevivência para muitos em uma esfera até mesmo familiar.

Gráfico 7 – Percentual do quantitativo de pessoas da família do feirante entrevistado, que comercializam mercadorias também em feiras, nas feiras em Portugal



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 8 – Percentual do quantitativo de pessoas da família do feirante entrevistado, que comercializam mercadorias também em feiras, nas feiras no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Assim vemos que as feiras se constituem como lugares de luta pela sobrevivência²⁸⁵, não somente de maneira individualizada, mas de toda uma família. O interesse pelo trabalho na feira surge muitas vezes

²⁸⁵ Termo utilizado por Lopes, V. L. S. (2004) Meios de Vida as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início do 1970. Dissertação de Mestrado em

pela possibilidade de uma atividade que gere renda²⁸⁶ e também pela forma como essa atividade é realizada, em uma ambiência “livre”, além de constituir um local de trabalho sem correr o risco de ser dispensado, pois as pessoas são donas do seu próprio negócio.

Em relação à possibilidade de adquirir renda e à manutenção da família, é bom lembrar que, em muitos casos, as feiras livres constituem atividades, se não únicas para o trabalho, complementares. Ou seja, os feirantes têm na feira a principal fonte de renda, seja na feira diária no mesmo local, a exemplo das feiras nordestinas brasileiras de Campina Grande e São Joaquim, seja na também diária de Caruaru, ou mesmo semanal, como a feira da Sulanca, ou até nas feiras semanais em Portugal de Vila do Conde e Barcelos, e na quinzenal de Ponte de Lima. Os feirantes que desenvolvem atividades nesses lugares que estão sendo estudados e que não correspondem a feiras diárias, de qualquer modo as exercem diariamente, pois os mesmos também trabalham em feiras em outros lugares na região norte de Portugal, cada dia em um lugar diferente. Contudo as feiras, seja no Brasil ou em Portugal, se constituem em lugares de sobrevivência para esses feirantes, geradoras de rendas, rendas essas que são as principais para a manutenção das suas vidas e daqueles que deles dependem.

Na pesquisa de campo feita para o presente estudo, também constatamos, nas feiras investigadas, a afirmação de que boa parte dos feirantes sobrevive da feira com pouca ou nenhuma renda extra. No caso das feiras no norte de Portugal isto se verifica em relação a 62% dos entrevistados, que afirmaram não possuir outras ocupações fora das feiras, enquanto no Brasil esse índice é de 47%. Para interpretação desses dados devemos levar em consideração principalmente duas variáveis: os feirantes do norte de Portugal, para além das feiras investigadas, fazem outras feiras durante a semana, uma vez que a realização das feiras semanais em Portugal acontece todos os dias, mas em locais diferentes, o que acarreta uma maior visibilidade em relação à atividade primeira como sendo as feiras. Além desse fator, também verificamos as atividades que os feirantes exercem como complemento ao trabalho nas feiras. Os nortistas portugueses entrevistados exercem atividades extras (feiras) em 38% dos casos, enquanto no Brasil esse índice é de 53%. Tais atividades desenvolvidas para além das feiras, no caso do Brasil, são subsidiárias à realização destas, ou seja, são atividades relacionadas indiretamente com as feiras, tendo esses lugares como local de distribuição. Referimo-nos aos agricultores que vendem suas produções nas feiras, os “indústriais” que confeccionam as vestimentas (costureiras), os comerciantes que possuem seu comércio fixo e que também atuam nas

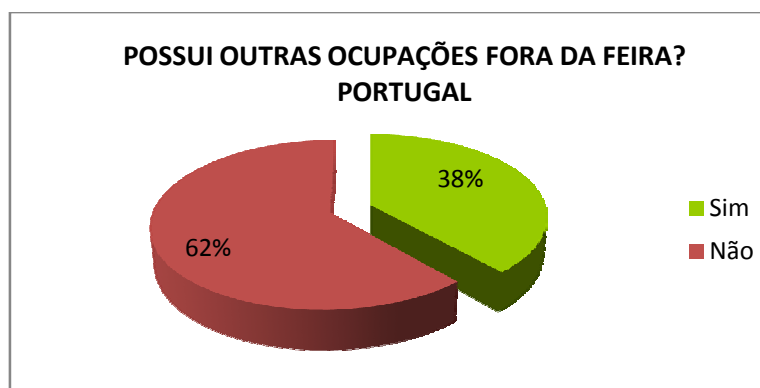
História - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 119, quando se refere a feira de Fortaleza capital cearense como espaço público de sobrevivência, bem como espaço também de relações com expectativas e desafios cotidianos.

²⁸⁶ Ver Souza, P. R (1981). *Emprego e Renda da Pequena Produção Urbana no Brasil*. Estudos Economicos, nº 11.

feiras, e os artesãos que também confeccionam suas mercadorias e vendem nas feiras. Além disso, assim como em Portugal, no Brasil verificamos um elevado número de feirantes que já são aposentados e que encontram nas feiras opção de complemento de renda. Logo, acreditamos que, independente dos valores apresentados e levando em consideração as variáveis apresentadas, tanto em Portugal como no Brasil as feiras representam local de trabalho para os feirantes que delas vivem direta ou indiretamente, onde exercem suas atividades diárias de labuta e manutenção de suas respectivas sobrevivências.

Os gráficos que seguem servem de evidência para as constatações acima. Quanto ao facto de os entrevistados terem outras ocupações para além das feiras:

Gráfico 9 – Se possui outras ocupações fora da feira, e quais são? (para os feirantes em Portugal)



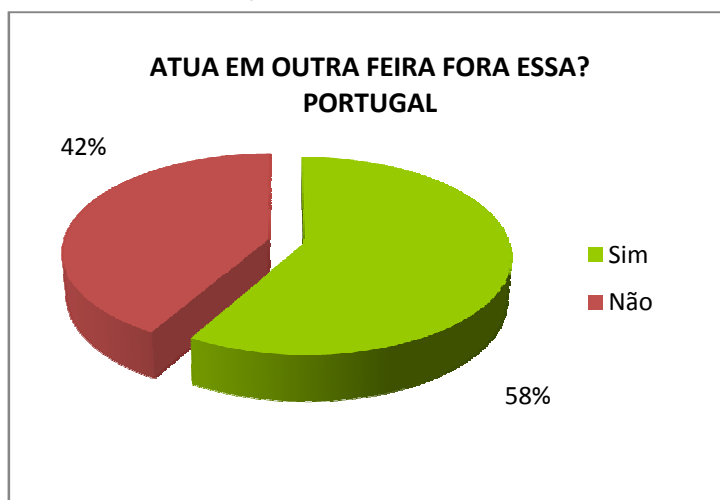
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 10 – Se possui outras ocupações fora da feira, e quais são? (para os feirantes no Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Quanto à atuação em outras feiras, para além das feiras investigadas em Portugal e no Brasil respectivamente.

Gráfico 11 – Atuação em outras feiras (para os feirantes entrevistados em Portugal)

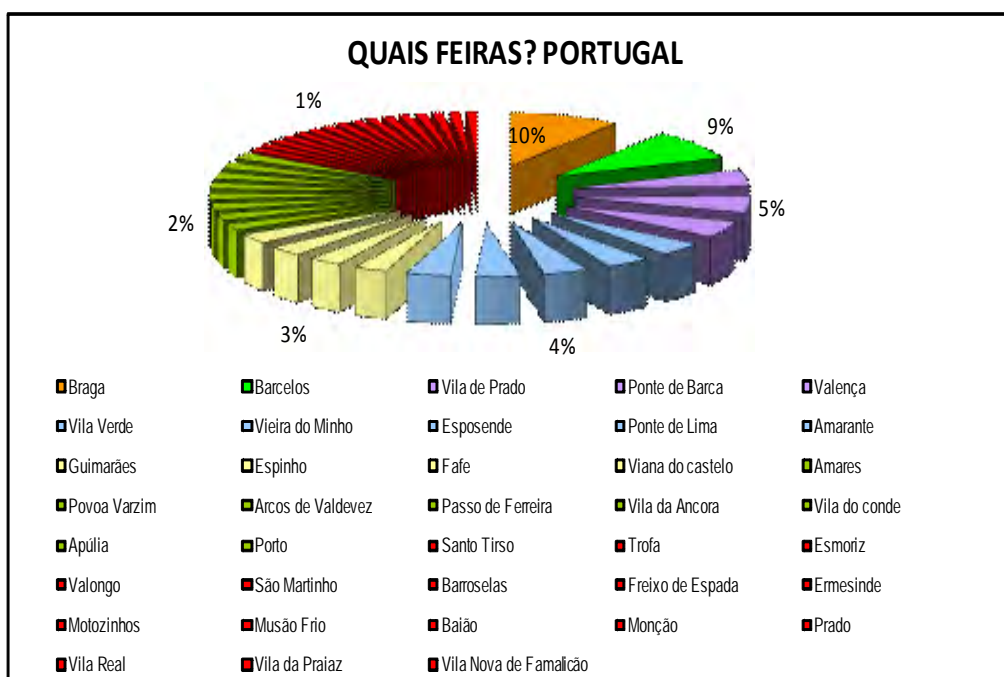
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 12 – Atuação em outras feiras (para os feirantes entrevistados no Brasil)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

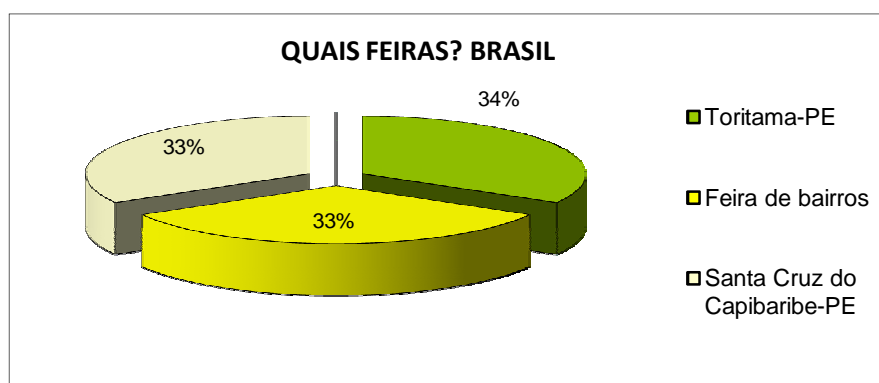
Quanto à menção às feiras que fazem semanalmente, no caso de Portugal, o índice de diversidade é elevado, uma vez que, como dissemos anteriormente, as feiras realizam-se diariamente, mas em sítios diferentes. Logo os feirantes se deslocam muito mais, pois o seu trânsito se dá diariamente, enquanto que nas feiras investigadas no Brasil os feirantes trabalham diariamente na mesma feira. Os gráficos a seguir demonstram além dos índices as demais feiras que os feirantes atuam:

Gráfico 13 – Demonstrativo das feiras que os feirantes em Portugal trabalham, para além das investigadas



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 14 – Demonstrativo das feiras que os feirantes no Brasil trabalham, para além das investigadas



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Quanto ao facto de os feirantes exercerem atividades ligadas direta ou indiretamente nas feiras, pode verificar por meio dos valores dispostos na tabela seguinte, um quantitativo significativo das atividades desempenhadas por aqueles que têm relação indireta com as feiras. As atividades de agricultor representam 13%, comerciante 9% e costureira 9%:

Tabela 4 – Atividades desempenhadas pelos feirantes externos às feiras

QUAL?	PORTUGAL	BRASIL	BR E PT	BR E PT
	SOMA	SOMA	SOMA	PERCENTUAL TOTAL
Aposentado	8	12	20	36%
Agricultor	5	2	7	13%
Comerciante	2	3	5	9%
Costureira	1	4	5	9%
Eletricista	1	2	3	5%
Estudante		3	3	5%
Artesão	1	2	3	5%
Sapateiro	1	1	2	4%
Professor		1	1	2%
Venda Comésticos		1	1	2%
Comerciário	1		1	2%
Padeiro	1		1	2%
Marcineiro	1		1	2%
Industrial	1		1	2%
Químico (técnico)		1	1	2%
Total	23	32	55	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Em relação à feira de Caruaru, por exemplo, foi realizada uma pesquisa pelo SEBRAE que também confirma esses índices de nossa pesquisa, quanto à dependência dos feirantes em relação às feiras como praticamente única fonte de renda e se possuem outras, que muitas vezes tem indireta relação com a primeira (as feiras). Os índices demonstrados pelo estudo do SEBRAE esclarecem que (78%) dos entrevistados não possuem outra fonte de renda para além das feiras, enquanto (22%) dizem possuir outras rendas. Conforme pode ser verificado na tabela:

Tabela 5 – Possui outra fonte de renda

<i>OUTRA FONTE</i>	<i>Percentual</i>
SIM	22,0
NAO	78,0
Total	100,0

Fonte: Relatório da avaliação das feiras livres e público avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Coahab, Caruaru/ PE. SEBRAE, Recife, Janeiro de 2003, p. 3.²⁸⁷

²⁸⁷ De acordo com a pesquisa do Sebrae, se entende por outras rendas, ou rendas complementares as seguintes: renda do esposo, aposentadoria, pensão, vendedora (shopping), feira de importados, renda de imóveis, kitanda, agricultura, prestação de serviços, serviços gerais, marceneiro, carregador de frete, vigilante, cobranças do departamento de energia, confeitaria, faz limpeza nos bancos da sulanca, venda de bolo, pedreiro, funcionário público, taxista, vendedor de gêneros alimentícios na Ceasa, fabricante professor, lavadeira.

As pessoas recorrem às feiras como fonte primária de sobrevivência, como local de trabalho, seja em Portugal ou no Brasil. Percebemos essa recorrência em falas como a do feirante em Vila do Conde António Augusto:

Estava no desemprego, antes era comerciante, e com as grandes superfícies tive de fechar o negócio e vir para as feiras, tenho muitos amigos feirantes²⁸⁸. Na mesma direção, observamos a fala da entrevistada, também feirante em Vila do Conde, Maria de Lourdes: “antes tinha menos feirante e vendia-se mais um “bucadito” a concorrência é grande na feira e fora dela²⁸⁹.”

Outro índice que se destaca na tabela anterior diz respeito ao percentual de aposentados (reformados) que continuam laborando nas feiras, qual seja 36% dos entrevistados. Em relação aos feirantes que também são aposentados no Brasil, é importante destacarmos que tal aposentadoria não se deve ao facto de os feirantes terem contribuído para a previdência, mas sim pelo facto de terem atingido idade permitida pela previdência social para se aposentarem, o que não os impossibilita de continuar trabalhando nas feiras, uma vez que o que recebem pela reforma é um montante muitas vezes de um salário mínimo, o que é insuficiente para a manutenção de suas despesas e de seus dependentes. Isto é ilustrado pelo depoimento do feirante Sr. João Mascarenhas, barbeiro na feira de São Joaquim, em entrevista concedida a TVH BA. Diz ele:

A feira para mim significa minha vida, cheguei aqui jovenzinho e estou nela até hoje, sou aposentado por idade, mas ganho pouco e tenho que continuar trabalhando. Então preciso muito da feira. Enquanto eu tiver vida e puder exercer a profissão eu tenho que trabalhar²⁹⁰.

Esse facto também pode ser observado nas feiras em Portugal. Boa parte dos entrevistados, quando indagados se tinham outras ocupações para além das feiras, responderam que sim, como também aposentados. Entretanto a aposentadoria desses feirantes portugueses não são apenas benefícios concedidos por terem atingido a idade, mas também por tempo de contribuição, uma vez que, como trabalhadores informais são “convidados” a pagarem a previdência, sob pena de não terem direito ao lugar, nem ao cartão de feirante.

Outra questão que também merece destaque quanto a Portugal, se comparado às feiras no Brasil, é o facto de as primeiras acontecerem todos os dias em sítios diferentes. No Brasil, tanto em Campina Grande como em Salvador, os feirantes entrevistados responderam que, além destas feiras em que actuavam, não trabalhavam em nenhuma outra, pois se tratam de feiras diárias. Em relação à

²⁸⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. António Augusto, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

²⁸⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, feirante em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007

²⁹⁰ Silva, J. A. M. (2006) (Diretor do documentário). *São Joaquim, a feira-X* Filmes da Bahia, HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

feira de Campina Grande-PB, o estudo acadêmico de Antônio Costa (2003) deu conta dessa constatação. Segundo o trabalho²⁹¹, boa parte dos feirantes campinenses faz a feira diariamente. 47% dos investigados em sua pesquisa declararam que trabalham na feira durante seis dias da semana, de segunda a sábado, enquanto que somente 6,7% fazem a feira apenas no sábado, dia considerado de maior movimento²⁹².

Com o aumento do desemprego, o papel das feiras como opção de trabalho intensificou-se nas décadas de 1990 e 2000. Os índices relativos à cidade de Salvador ilustram o crescimento do trabalho informal relativo ao ofício de feirante:

Tabela 6 – As dez principais ocupações informais RMS

OCUPAÇÃO	ANOS 1987/1988	1996/2000
Vendedor	26,0%	9,3%
Lavadeira e passadeira	12,9%	4,3%
Pedreiro	5,7%	5,4%
Trabalhador Braçal	5,6%	5,8%
Pescador	5,4%	*
Ocupações mal definidas	5,0%	*
Baleiros, doceiros, feirantes	4,8%	16,3%
Barbeiros, cabelereiros, manicures e esteticistas	4,7%	4,4%
Alfaiates e costureiras	4,7%	4,1%
Pintores	2,3%	*
Copeiros/Garçons	*	5,1%
Motoristas	*	4,2%
Cozinheiros	*	3,5%

Fonte: Silva, P. P. (2003) *A nova informalidade na região metropolitana de Salvador*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Colecta de dados realizados pela autora nos seguintes órgãos: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. A tabela apresentada foi adaptada para o presente estudo, sofrendo alterações no seu formato de apresentação.

*Esses ofícios não foram apresentados nos períodos correspondentes entre as 10 principais ocupações do trabalho informal soteropolitano.

Em Salvador, nos anos 1987/1988, os feirantes ocupavam o 7º lugar no ranque dos trabalhadores informais. Já no período de 1996 a 2000, passam a ocupar a 1ª posição entre os

²⁹¹ Dados obtidos na tabela Perfil dos feirantes segundo os dias da semana trabalhados na feira Em: Costa, A. A. (2003) *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 181.

²⁹² Sobre a importância da feira do sábado, descreve “A importância da feira do sábado sobressai na quantidade de feirantes que trabalham no referido dia, totalizando 100% dos entrevistados, mesmo aqueles que só trabalham na feira central um dia por semana é neste dia que vão ao local” Costa, *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional*, p. 180.

trabalhadores informais. O mesmo ocorreu em Campina Grande, onde muitos trabalhadores informais, na condição de desempregados do setor formal, vêem o comércio ambulante e informal como alternativa. Nilson Barros²⁹³, a respeito dos ambulantes e comércio informal campinense diz: “(...) para os ambulantes do centro da cidade nos anos 1980, 26% eram provenientes de indústria, enquanto apenas 2,86% tinham origem na agricultura”.

Contudo o trabalho informal tem crescido²⁹⁴ e com ele o número de aderentes ao ofício de feirantes²⁹⁵. Esse crescimento é evidenciado por um exame do número de feirantes nas feiras investigadas.

Em relação à feira de Campina Grande, constatamos a partir de pesquisa desenvolvida junto aos feirantes e fregueses e do cadastro dos vendedores junto ao órgão competente da Prefeitura para sua administração (SOSUR- Secretaria de Serviços Urbanos), bem como por meio de reportagens publicadas nos jornais da cidade, trabalhos acadêmicos sobre o tema, que o número de comerciantes vem crescendo ao longo dos anos. Se considerarmos os últimos dez anos, constatamos tal aumento no número total de lugares na feira central, de acordo com o registro dos mesmos junto à SOSUR. Em 2000, foram registrados 3.251 pontos nas feiras: em 2010, 3.281 pontos. Aparentemente pode não parecer muito, porém, entre 2000 e 2003, o PIB municipal de Campina Grande teve um crescimento relevante, comparável a outros municípios do estado da Paraíba. A população também apresentou índice elevado de crescimento, de acordo com o IBGE, de “355.331 habitantes em 2000 para 385.276 em 2010”²⁹⁶. A respeito deste crescimento O IBGE se posiciona,

O ano de 2006, o PIB de Campina Grande foi de 2,718 bilhões de reais (0,12% do PIB nacional). Logo, houve um crescimento de 70,3 % entre os PIB dos anos de 2003 (1,9 bi) e 2006. Em 2006, Campina Grande se mostrou uma das quatro cidades com maior PIB do interior do Nordeste, que foram: Feira de Santana - BA (3,853 bi), Campina Grande - PB (2,718 bi), Mossoró - RN (2,127 bi) e Petrolina - PE.^[1] Neste ano, o sector industrial apresentou um bom desempenho, principalmente em vestuário e calçados. (...) A posição privilegiada de Campina Grande contribui para que seja um centro distribuidor e receptor de matéria-prima e mão-de-obra de vários estados. Campina Grande tem grande proximidade com três

²⁹³ Barros, N. C. C. (1987). O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: um estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, p. 192.

²⁹⁴ Sabadine, M.S. *Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil*. Disponível em acessado em 06 de Dezembro de 2010.

<http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF>

²⁹⁵ Oliveira, S. S. L. (2010). *Mercado Informal: o trabalho das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande Contemporaneidade*. (Monografia) Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.

²⁹⁶ IBGE. Acessado em 02 de Janeiro de 2011, em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

capitais brasileiras: Natal, João Pessoa e Recife. Além disso, dentro do próprio estado, situa-se no cruzamento entre a BR-230 e a BR-104²⁹⁷

Como se não bastasse tal desenvolvimento na cidade, ao mesmo tempo em que se manteve o número de feirantes cadastrados na feira central, também foram implementadas feiras nos bairros, em um total de oito feiras livres. A cidade possui, além da principal, feiras no centro da cidade, a "arca titão" e "arca catedral", e nos bairros, a feira da Prata, Bodocongó, Liberdade, entre outras. Logo, conclui-se que, apesar dessas variáveis, o contexto de número de feirantes oficiais atuando na feira central de Campina Grande se manteve inalterado. Os índices da tabela abaixo e o gráfico seguinte demonstram a crescente presença do número de feirantes atuando no comércio varejista não só na feira central, mas também nos bairros da cidade.

Tabela 7 – Quantitativos de feirantes distribuídos nas ruas que compõem a feira livre de Campina Grande, em períodos diferentes.

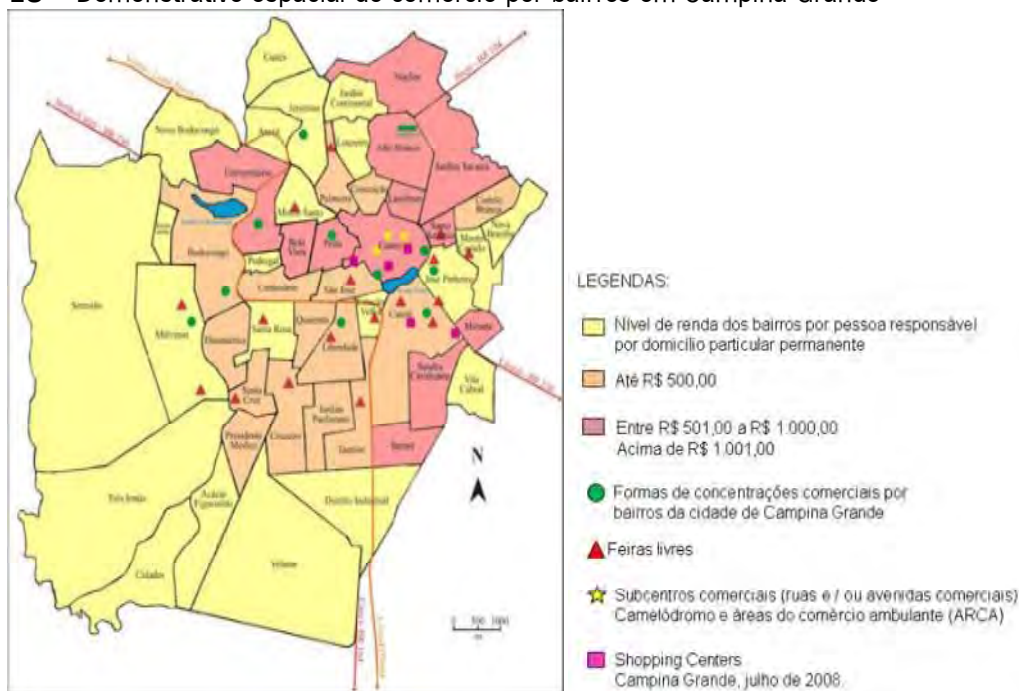
NOME DA RUA	2000	2005	2010
Cristóvão Colombo	377	273	410
Deputado José Tavares	331	289	397
Doutor Antonio de Sá	259	184	324
Doutor Carlos Agra	254	116	152
Manoel Farias Leite	113	055	085
Manoel Farias Leite	113	129	145
Manoel Pereira de Araújo	134	129	145
Marcilio Dias	372	277	429
Mercado Central	1.190	411	931
Pedro Álvares Cabral	211	147	177
Terreno dos Martins	NÃO TINHA OCUPAÇÃO NA ALTURA	NÃO TINHA OCUPAÇÃO NA ALTURA	231
TOTAL GERAL	3.251 pontos	1.881 pontos	3.281 pontos

Fonte: Cadastro dos vendedores e ambulantes localizados na feira central de Campina Grande-PB, elaboração própria a partir de dados colectados junto a Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, bem como quadro 07 do trabalho de COSTA, Antonio (2003) *Levantamento cadastral realizado pela administração da feira central, em caráter emergencial, fornecido para o presente estudo, apresentado em planilha manuscrita e com a ressalva por parte do administrador que não se tratava de dados fidedignos, podendo ter sofrido alguma alteração, uma vez que não se tratava de um levantamento formal como os dados fornecidos pela secretaria de Serviços Urbanos nos anos 2000 e 2010.

²⁹⁷ IBGE. Acedido em 02 de Janeiro de 2011, em :

http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_de_Campina_Grande#Feiras_p.C3.BAAblicas apud <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2006/tab01.pdf>

Figura 15 – Demonstrativo espacial do comércio por bairros em Campina Grande



Fonte: Figura 7. Distribuição espacial do comércio por bairros da cidade de Campina Grande. Desenho: Lincoln da S. Diniz / Lindemberg da S. Diniz. Fonte: SEPLAM – C. Grande, 2002 / IBGE – Censo Demográfico 2000 / Lincoln da S. Diniz – Pesquisa direta, 2008. Em: *Revista de Geografia*. (UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, mai/ago. 2009 Recife.p.18, Faces atuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial, autores Lincoln da Silva Diniz e Cláudio Jorge Moura de Castilho.

Um facto relevante, que merece ser destacado quanto ao comércio informal de Campina Grande e que concorre diretamente com o movimento da feira central campinense, diz respeito à categoria dos ambulantes e os comércios dos bairros, além das grandes superfícies e centros comerciais²⁹⁸.

Nas grandes cidades, nas décadas de 1980 e 1990, tendo Campina Grande não ficado à margem desse processo, o trabalho informal cresce como opção de renda diante dos altos índices de desemprego. Verificou-se a proliferação de inúmeros camelôs posicionados nos passeios, ao lado do comércionas áreas principais do centro da cidade, além de um aumento significativo no número de pequenos empreendimentos familiares existentes nos bairros, como as pequenas lojas, armazéns, mercadinhos, mini-*boxes*, fábricas de confecções e calçados, cabeleireiros, empreendimentos domésticos (casas que fornecem marmitas, confeccionam doces, salgados e comidas típicas regionais, casas de consertos em geral, etc.), o que convencionou-se chamar de micronegócios²⁹⁹. Estes, para se desenvolverem, necessitavam demicrocrédito³⁰⁰.

²⁹⁸ Aprofundaremos melhor este debate acerca dos impactos no capítulo 5. Os hábitos e lugares de consumo e a concorrência com as feiras, pp. 178-236

²⁹⁹ A respeito do crescimento do número de camelos e comércio informal nos bairros ver Diniz, L. (2009) p. 16.

³⁰⁰ O número de empreendimentos informais foi tão significativo que despertou o interesse do governo local para sua elegibilidade através de um programa de microcrédito orientado e desenvolvido pela Agência Municipal de Desenvolvimento

No que respeita às demais feiras investigadas, percebe-se que houve um aumento no número de feirantes no período em estudo, como no caso de Caruaru, que conta atualmente com 15.855 lugares cadastrados junto à Prefeitura Municipal³⁰¹. Conforme foi apontado anteriormente, a feira de Caruaru faz parte do surgimento da cidade, a exemplo também da de Campina Grande. Sua origem se confunde com o surgimento da localidade, inicialmente como povoado, passando para vila e posteriormente ganhando sua emancipação e se tornando cidade. Logo, a feira sempre teve um papel preponderante na economia local e regional, uma vez que congrega boa parte dos municípios do agreste pernambucano, se consolidando como entreposto de importação e exportação de mercadorias. O facto é que o comércio central, desde sua origem, sempre teve lugar na avenida central da cidade. Entretanto, como aconteceu com outras cidades, sobretudo do Nordeste brasileiro, na década de oitenta, Caruaru se tornou “alvo” de pontencialidade no que concerne ao mercado de trabalho informal. Isto resultou em um “inchaço” de comerciantes, feirantes com locais determinados e ambulantes sem lugares fixos na feira central. Tal facto gerou a necessidade de uma iniciativa do poder público para a relocação desses comerciantes, que cresciam em proporções elevadas, para uma área específica onde pudessem se localizar e comercializar seus produtos, atendendo às novas dinâmicas de urbanização da cidade que necessitava também, naquela altura, se expandir, gerando desenvolvimento modernizante. Desta forma foi criado o Parque 18 de Maio³⁰², com o objetivo de alojar tais comerciantes e a feira como um todo. Matéria publicada no Jornal Vanguarda, em 18/05/2005, informa sobre o histórico da feira e a necessidade de criação do Parque 18 de Maio:

Agrestinos e sertanejos imigram para Caruaru em busca de emprego, principalmente no mercado informal, a feira. Nos anos 80, havia uma expressiva concentração destes desempregados, formando bolsões de baixa renda nas periferias da cidade. De acordo com o mesmo diagnóstico: “a ampliação da feira torna-se impossível em seu habitat histórico, face a seu atual congestionamento de fluxos de pessoas e de mercadorias”. A reorganização da feira seria uma das

– AMDE, autarquia ligada a Prefeitura Municipal de Campina Grande, criada em 1999 com o objetivo de regularizar os empreendimentos comerciais ilegais e apoiá-los no seu desenvolvimento orientando e fomentando recursos para esses empreendimentos económicos locais.

³⁰¹ Dados fornecidos pelo sector de arrecadação da PMC em relatório dos rendimentos das feiras datado de 19 de Junho de 2009. Estão atualizando cadastro dos feirantes, sobretudo dos chamados “sulanqueiros”, pois muitos se encontram na ilegibilidade junto a Prefeitura de Caruaru, atendendo pela categoria de “invasores”. *Os jornais da cidade destacam a feira da sulanca como a feira que emprega maior concentração de desempregados, a exemplo da notícia Sulanca garante bons preços. Comércio a tradicional feira já movimentada cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). Jornal do Comércio. Especial Caruaru. Recife, p. 3.* A tradicional feira já movimentada cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). *Jornal do comércio, Recife*; a notícia destaca que a sulanca garante bons preços “ (...) quinze mil feirantes trabalham na Sulanca, 12 mil são cadastrados.” Sobre a feira dos importados destaca “ (...) apesar da alta do dólar cerca de 600 pessoas sobrevive desta feira (...) ”.

³⁰² Sobre a implantação do Parque 18 de Maio em Caruaru, veremos de maneira mais detalhada na parte III, capítulo 8, item 8.3, pp. 511-551

soluções para o descongestionamento de desempregados nas periferias de Caruaru: essas pessoas trabalhariam nas feiras, vendendo o que plantassem.³⁰³

Os entrevistados também fazem referência ao crescimento da feira e à implantação do Parque 18 de Maio. Dentre eles mencionamos os depoimentos da freguesa Rosângela: “a feira cresceu bastante, mudou de local, aconteceu da XV de Novembro para baixo e depois para o Parque 18 de Maio, onde está até hoje, tudo porque cresceu e não tinha mais lugar para tanto feirante”³⁰⁴; e da feirante Marilene: ‘Quando era no centro era melhor a feira, agora veio para cá [se refere ao parque 18 de Maio] e diminuiu bastante o nosso ganho porque a feira tá maior e veio muita gente trabalhar aqui.’³⁰⁵.

As feiras de Caruaru geram³⁰⁶ um elevado índice de trabalho informal para o agreste pernambucano. É o que destaca o trabalho de Valmiré Dimerón:

São 12.100 empreendimentos industriais, 90%, informais; são responsáveis por 76.700 empregos; produzem 57.800 peças por mês; facturamento de 160 milhões de reais; a fabricação de jeans representa 14% da produção nacional deste tipo de vestimentas³⁰⁷.

Facto também percebido nos índices da a seguir,

Tabela 8 – Dados das feiras de frutas e verduras, Sulanca e artesanato. Ano de 2004

TIPO DE FEIRA	Nº DE COMERCIANTES	Nº DE COMPRADORES	VALOR COMERCIALIZADO EM 2004 (R\$/MÉDIA)
FRUTAS E VERDURAS	5.900	20.000/SEMANA	3 MILHÕES/SEMANA
SULANCA	12.000+10.000 INVASORES (SIC)	100.000 ALTA ESTAÇÃO E 35.000 BAIXA ESTAÇÃO	22 MILHÕES/SEMANA
ARTESANATO	400	10.000/SEMANA	20 MILHÕES/BAIXA ESTAÇÃO/SEMANA 40 MILHÕES/ALTA ESTAÇÃO/SEMANA
TOTAL	28.300 comerciantes		

Fonte: Coordenadoria de Comunicação-Prefeitura Municipal de Caruaru, Associação dos Sulanqueiros de Caruaru, Associação dos feirantes de Artesanato de Caruaru.

³⁰³ Caruaru 148 anos (1857- 2005), (2005, 18 de Maio) *Jornal Vanguarda*, Caruaru-PE.

³⁰⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

³⁰⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marilene, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

³⁰⁶ Como já destacamos no início do presente texto quando nos referimos ao trabalho informal no Brasil. Portanto se faz desnecessário nos deter novamente a esse respeito.

³⁰⁷ Trabalho apresentado por Valmiré Dimerón no I Seminário sobre a feira da Sulanca, realizado em 2005, promovido pela Prefeitura Municipal de Caruaru. O mencionado texto se refere a trechos do power point da exposição do autor no referido evento.

Já no que tange à feira de São Joaquim, os dados em relação ao tipo de trabalho exercido têm caráter informal, mas não contradizem as informações sobre as demais feiras, haja vista que, como mencionamos anteriormente³⁰⁸, entre as dez ocupações de trabalhadores informais nos anos 2000, os feirantes ocupam primeiro lugar, ao lado dos baleeiros, doceiros³⁰⁹, considerados estes últimos como vendedores ambulantes, com um índice de 16,3%.

Assim como as feiras anteriormente abordadas, a de São Joaquim tem como mão-de-obra principal, trabalhadores que encontram na informalidade a saída para a manutenção diária, inclusive aqueles que saíram de ocupações oficiais e se tornaram desempregados da economia formal. É o caso, entre muitos outros, do atual presidente do Sindicato, Sr. Joel Anunciação, feirante desde a década de 1980, quando foi vítima de um grande despedimento no pólo petroquímico de Camaçari. Tal experiência foi contada pelo mesmo em documentário exibido pela TVE Bahia. Sobre a importância da feira para os que dela dependem economicamente, o sindicalizado diz:

Ganho meu pão de cada dia, desde que fui demitido há cerca de 18 anos atrás, e é daqui que tiro meu sustento para mim e para meus filhos. (...) De facto muitas pessoas quando se vêem sem trabalho encontram nas feiras livres um local de poder continuar ganhando seu pão de cada dia, como foi o meu caso, quando fui demitido do pólo petroquímico de Camaçari. (...) acredito que só vou sair da feira com os pés para frente no meu caixão, porque essa feira tem uma relação de profundo carinho, respeito e cada vez mais amo e gosto da feira, porque é daqui, dela que tiro o sustento da minha família, e ela tá sempre aberta, de braços abertos para receber pessoas de todo o mundo, todo mundo é muito bem recebido aqui nessa feira³¹⁰

Na mesma direção, considerando a feira de São Joaquim como local de trabalho para os informais, pode ser citada a fala do entrevistado Sr. Macílio³¹¹: “a feira acolhe todo mundo, muitos saíram do presídio, a sociedade exclui [a feira inclui, grifo nosso]. É analfabeto, é desempregado, vem à feira para ser feirante ou camelo no centro da cidade”.

Constata-se que é inegável que a feira de São Joaquim abriga os que se encontram à margem do emprego formal. É o que confirmava, já em 1974, o Jornal *Tribuna da Bahia*:

³⁰⁸ Nos referimos aos índices apresentados na tabela Dez principais ocupações dos demais informais RMS do presente estudo.

³⁰⁹ Vendedores de guloseimas, ambulantes que para além da feira de São Joaquim encontram nas ruas da cidade e até dentro dos autocarros lugares para comercializarem suas mercadorias.

³¹⁰ Silva, J. A. M. da. (2006). *São Joaquim, a feira-X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

³¹¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Macílio dos Santos, feirante, em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

pelo sindicato dos vendedores ambulantes e feirantes da cidade de Salvador pode-se estimar em cerca de 1.600 barraqueiros na feira, se bem que só 1.100 feirantes e 400 ambulantes são sindicalizados. Mas pesquisas já efectuadas na feira determinam em mais de 15 mil as pessoas que tiram o seu sustento directo dela³¹²

Na década de 1980, a exemplo do que aconteceu nas outras cidades que sediam as feiras desse estudo, Caruaru e Campina Grande, o índice de feirantes e trabalhadores informais cresceu ainda mais, resultado de uma política excludente neoliberal e globalizante³¹³. A este respeito, matéria publicada na *Tribuna da Bahia* de 16/07/1987 afirma:

O presidente do sindicato dos vendedores e ambulantes da cidade de Salvador, Roque Ramos, não soube precisar quantos comerciantes trabalham na feira de São Joaquim, informando apenas que vem sendo cada vez maior a quantidade de pessoas que procuram adquirir um ponto no local. Em tom de brincadeira diz, “se todo mundo que tiver desempregado for colocar uma banca aqui na feira, vamos ter mais vendedor que comprador, ao comentar que São Joaquim está cheia, saturada de comerciantes.”³¹⁴

Não diferindo desta realidade, nos anos 2000, o índice de crescimento no número de feirantes na cidade de Salvador foi ainda maior, quase sete vezes mais que três décadas anteriores. De acordo com notícia *Tribuna da Bahia* (2002),“(…) a feira abriga hoje 7.500 trabalhadores, dois mil boxes e mil barracas”³¹⁵.

Por fim, em relação às feiras nordestinas brasileiras, e no caso exposto da feira de São Joaquim, gostaríamos ainda de destacar dois aspectos que também são comuns às demais. O primeiro deles diz respeito à possibilidade que a feira carrega de, para além de ser um lugar de desempregados à procura de trabalho, ser também um lugar de dependentes terceiros da mesma, ou seja, de geradores de emprego e renda. Fomentando empregadores, uma vez que alguns donos de barracas têm seus “empregados”, formando assim uma teia de sociabilidade a partir da dependência estabelecida entre as partes e em relação ao todo— neste último caso de dependência da feira como um todo, dos empregadores e também dos empregados.

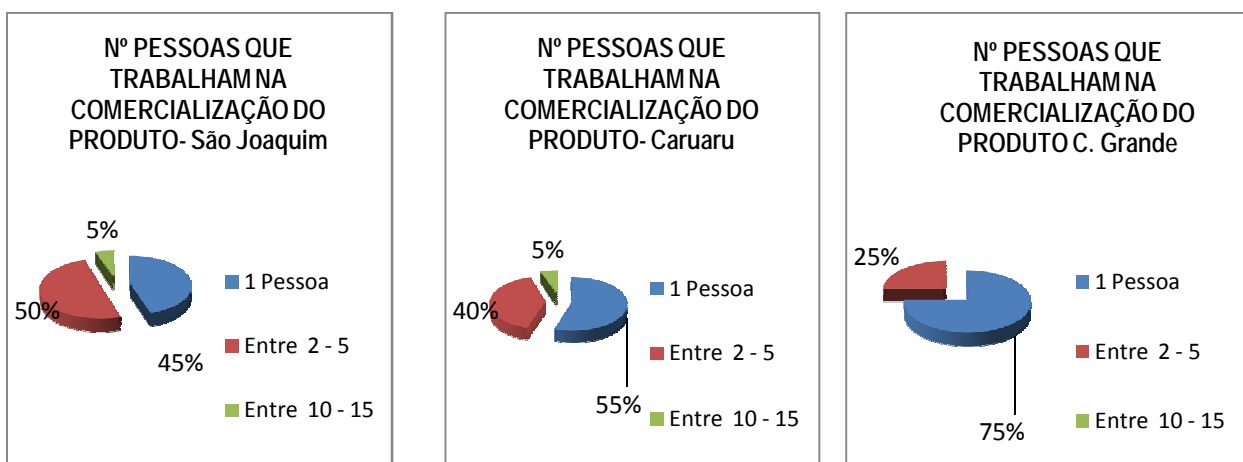
³¹² Feira de São Joaquim um mundo de problemas. (1974, 05 de Agosto). *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.5.

³¹³ Cacciamalia, M. C. (2000, Junho). *Globalização e processo de informalidade*. Acedido em 10 de Novembro de 2010, em <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>.

³¹⁴ Feira de São Joaquim e seus problemas (1987, 17 de Julho). *Tribuna da Bahia*, Salvador.

³¹⁵ Santana, E. (2002, 07 de Junho) Feira de São Joaquim reclama atenção. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.7.

Gráfico 15 – Demonstração do número de empregados em cada barraca, nas feiras nordestinas brasileiras: São Joaquim, Caruaru e Campina Grande respectivamente.



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Os feirantes que trabalham sozinhos representam um total de 59%. Entretanto, 38% “empregam” de duas a cinco pessoas, e 3% contam com a ajuda de dez a quinze pessoas, dados que demonstram a feira como lugar de trabalho gerado pelos próprios feirantes em relação a outros. Tais índices são corroborados pelos depoimentos dos feirantes Sr. Djalma dos Santos³¹⁶: “Tem muita gente que trabalha para mim, depende de mim, de carrinho de mão aos vendedores, carregadores... amanhã mesmo vai chegar um caminhão de mamão, aí tem mais de dez homens, dez pais de família que vão descarregar e que dependem de mim”; e Sr. Manuel António: “Para mim representa tudo que consegui, e emprego também boa parte da minha família, hoje ao invés de ser empregado sou empregador, tenho casa própria, fiz casa para minha irmã, sobrinho (...). Hoje tenho sete funcionários e meu filho que, quando eu me aposentar, vai continuar. Já acertamos isso (...) tenho um sobrinho que trabalha comigo, duas irmãs (...) a feira de São Joaquim emprega muita gente direta e indiretamente.”³¹⁷.

Já o segundo aspecto que queremos destacar aqui concerne ao sentimento de gratidão e de reconhecimento em relação às feiras, perceptível nos depoimentos de todos os entrevistados, mesmo daqueles que queixam-se ao compararem a realidade atual das feiras ao movimento do passado. É unânime a afirmação de que dependem da feira, e por isto não imaginam suas vidas sem a mesma. Neste sentido, mencionamos alguns depoimentos sobre este assunto na feira baiana. Nas palavras da

³¹⁶Entrevista concedida à autora pelo Sr. Danilo Correia da Anunciação, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009

³¹⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel António dos Santos, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009

feirante Sra. Balbina de Jesus, “A feira é uma mãe, uma mãe e um pai junto, construí família, casa, tudo. Tenho tudo graças a Deus e a essa feira”³¹⁸. Na mesma direcção, encontra-se depoimento do também feirante Sr. Sérgio Santos: “Quando comecei aqui era vendedor de água; hoje, graças a Deus, já tenho meu ponto comercial, não pago mais aluguel de casa, trabalho para mim mesmo, graças a Deus. Fui conseguindo aos poucos, não pode ser de uma vez não, porque é difícil”³¹⁹. Diz também o feirante Joelson de Souza: “a feira, para mim, é tudo, tudo que tenho é da feira”³²⁰.

A constatação, com respeito às feiras brasileiras, de que o trabalho informal tem crescido, e com ele o número de aderentes ao ofício de feirantes, se aplica também às feiras portuguesas. Começaremos por tratar do caso específico de Ponte de Lima, o quantitativo de feirantes que solicitaram seus lugares antes de 1996 foi 292, após este período até 2007, foram cadastrados como novos feirantes 180. Não se tem o controle do quantitativo de feirantes que deixaram a atividade, e em relação ao período anterior a 1996, não se sabe ao certo qual o ano que tiveram seus cadastros iniciados³²¹. No entanto, estes números demonstram que houve uma procura por este ramo de atividade de aproximadamente duas centenas de interessados em onze anos (1996-2007).

Facto semelhante aconteceu na Feira de Vila do Conde, tendo a mesma apresentado índice elevado de crescimento do quantitativo de feirantes cadastrados oficialmente na feira semanal, no período em estudo:

Tabela 9 – Demonstrativo quanto ao número de lugares cadastrados na feira de Vila do Conde

ANO*	2006	2007	2008	2009
Nº de lugares	389	389	385	379

Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde, Registo 106/11, da Direcção de Administração e Finanças. * No mesmo ofício e em pesquisa realizada pessoalmente nos arquivos da Câmara Municipal não existe nenhum registo quanto ao número de lugares nos anos anteriores, digo entre 1987-2005.

Em relação a feira semanal de Barcelos, verificamos que o número de feirantes oficiais passou de 660, em 1985, para 857 em 2007, o que comprova o crescimento dos que têm nEm relação à feira semanal de Barcelos, verificamos que a feira o lugar de trabalho. O mesmo já não ocorre com a feira semanal de Vila do Conde, na qual o número de feirantes cadastrados em 2006 era

³¹⁸ Entrevista concedida ao documentário *São Joaquim, a feira!* 2006, pela feirante de São Joaquim Sra. Balbina de Jesus.

³¹⁹ Entrevista concedida ao documentário *São Joaquim, a feira!* 2006, pelo feirante de São Joaquim Sr. Sérgio Santos.

³²⁰ Entrevista concedida ao documentário *São Joaquim, a feira!* 2006, pelo feirante de São Joaquim. Sr. Joelson de Souza.

³²¹ Os dados do período 1986-1996 não foram fornecidos pela Câmara com exclusividade. Pois a entidade informou que a informatização dos cadastros só foi iniciada a partir de 1996. Portanto os números que se apresentam nos cadastros são anteriores ao ano de 1996 mas sem especificar o ano de adesão do feirante ao ramo. Dados fornecidos pela Direcção de Finanças da Câmara Municipal de Ponte de Lima, em 21 de Junho de 2011.

de 389, tendo se reduzido para 379, em 2009. Entretanto, é relevante que consideremos que, para além do facto de a Câmara Municipal ter concedido licença para funcionamento de dois centros comerciais e 25 licenças para mercearias, supermercados e minimercados, o quantitativo de feirantes de atividades diversas teve o índice aumentado, ou seja, enquanto em 2007 o quantitativo geral do número de lugares era de 389, sendo 160 para produtos hortícolas, e 229 para artigos diversos (retrosaria, miudezas, vestuário, calçado, tapeçaria, atalhada, dentre outros), em 2009 o número de artigos diversos aumentou para 237, enquanto o de hortícolas caiu para 142. Os artigos diversos são os mesmos que encontramos nos centros comerciais e supermercados também instalados no mesmo período. Desta forma, apesar de os números absolutos de lugares na feira apresentarem diminuição entre 2007 e 2009, em valores relativos houve aumento. Os feirantes acabaram se adequando à nova dinâmica do mercado, modificando as suas mercadorias, substituindo, por exemplo, os artigos hortícolas por mercadorias diversas. Conforme verificamos na tabela:

Tabela 10 – Demonstrativo quanto ao número de lugares cadastrados na feira de Barcelos

ANO	1985*	1986	1988	1997	1999	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de lugares	660	680	673	659	803	861	854**	850	849	857

Fonte: Câmara Municipal de Barcelos, ofício nº913/08 da chefia da divisão de administração geral e atividades económicas. Planilha reelaborada, tendo a original a descrição de todas as atividades e receita arrecadada no período exposto. *Esses dados do ano de 1985 foram adquiridos no trabalho de Simão, A. e Correia, P. J. (1985)., *Feira de Barcelos*, Coimbra, p.72**Relatório elaborado pela Câmara em Janeiro de 2004 sobre a caracterização da feira de Barcelos em 2004 aponta um quantitativo de lugares superior ao que está exposto, contendo 887 lugares e mais 150 localizados no sector A, destinados exclusivamente a venda de produtos agrícolas residentes no concelho de Barcelos, totalizando portanto 1.037 lugares em 2004.

Assim, os índices apresentados comprovam que, tanto no Brasil quanto em Portugal, o número de feirantes vem crescendo, o que reforça mais uma vez a tese de que, mesmo diante de novas formas de consumo, as feiras continuam a ser opção de trabalho para os desempregados. O aumento do número de feirantes tem gerado uma maior concorrência interna (entre os feirantes) e externa (das novas formas de consumo). Essas instituições medievais, que sobreviveram aos impactos da modernidade, continuam existindo na pós-modernidade, resistindo à globalização. Isto deve-se ao facto de os feirantes continuamente adaptarem-se às normas do mercado, ressignificando suas mercadorias, formas de pagamento, dentre outras estratégias de adaptação e de continuidade, ao mesmo tempo em que mantém as formas de diálogo com os fregueses, com as astúcias e estratégias de marketing próprias daqueles que sabem fazer a feira como seus antepassados³²².

³²² A respeito das estratégias de adaptação e resistência nas feiras frente ao global veremos na parte III desta tese, pp 309-598

4.3 – O trabalho nas feiras “livres”: a questão do amparo social

(...) Fui trabalhar como balconista e depois voltei para feira, eu sou solto, tenho liberdade de ficar livre, e no tempo que eu trabalhava de empregado era muito preso³²³

Quando ouvimos falar de feira logo imaginamos um grande aglomerado de barracas localizadas em uma área aberta, ou mesmo nas ruas, sem portões, sem edificações, onde os feirantes têm total liberdade para o trabalho, diferentemente de se trabalhassem num ambiente mais formal, onde teriam que atender às exigências dos patrões e do mercado. Em parte, esta visão corresponde ao que de facto tem lugar nas feiras, já que os indivíduos inclusive se autodefinem como trabalhadores informais “livres”, e que as feiras apresentam características físicas semelhantes às mencionadas acima. Contudo, por outro lado, sabemos que, com o advento da pós-modernidade e da padronização das instituições, com o objetivo de atender à dinâmica global do mercado consumidor, tais formatos estruturais das feiras têm se adequado a novas regras³²⁴, semelhantes, portanto aos padrões da economia formal³²⁵.

Mas, uma vez que estamos tratando do trabalho nas feiras, de que maneira ele é visto? Inicialmente cabe inquirir se as concepções constituídas sobre as feiras correspondem à ideia de informalidade e de sua qualificação como “livre”. Para os feirantes entrevistados, o trabalho de facto se coaduna com esta caracterização. O feirante Manoel diz, “ (...) gosto das feiras, tenho liberdade”³²⁶ A feirante Maria de Lourdes destaca, além do facto de ser um trabalho livre, também gostar do convívio social, “(...) gosto de fazer isso, escolhi isto pois só queria ganhar mais ao ar livre, não dou muito para estar em lugar fechado, gosto de conviver com toda a gente.”³²⁷ Na mesma direcção, Ana Bela afirma,

³²³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Augusto, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

³²⁴ Tais adequações são chamadas de projetos de requalificação, ou em alguns casos de revitalização, onde o poder público, com o apoio da iniciativa privada, implementa tais reformas com o objetivo de dar uma “nova” roupagem as feiras. Consideramos tais projetos como iniciativas do poder público no sentido da continuidade das feiras. São as intervenções dos poderes públicos no quotidiano das feiras de que trataremos na parte III - Estratégias económicas de adaptação (resistência) nas feiras frente ao global, pp. 309-598. É questionável, entretanto, até que ponto esses projetos são de continuidade, ou se da maneira como se apresentam se tornam elementos de descontinuidade das feiras, uma vez que em muitos casos descaracterizam as feiras originalmente livres, ao passo que se tornam vitrines atendendo à lógica do que por exemplo o turista quer ver. Na ocasião trataremos de cada projeto de acordo com as suas especificidades, discorrendo sobre as expectativas dos feirantes e fregueses a respeito.

³²⁵ Nos referimos a padronização mercantil presente nas grandes superfícies e nos centros comerciais, que atendem a uma lógica de mercado e de consumo, de acordo com os interesses dos grandes capitais. Veremos melhor essa temática no capítulo 5 que se refere as novas formas de consumo. Faremos uma análise teoricamente fundamentados pelos autores especialistas em hipermercados e shopping center, Pintaudi e Baudrillard respectivamente.

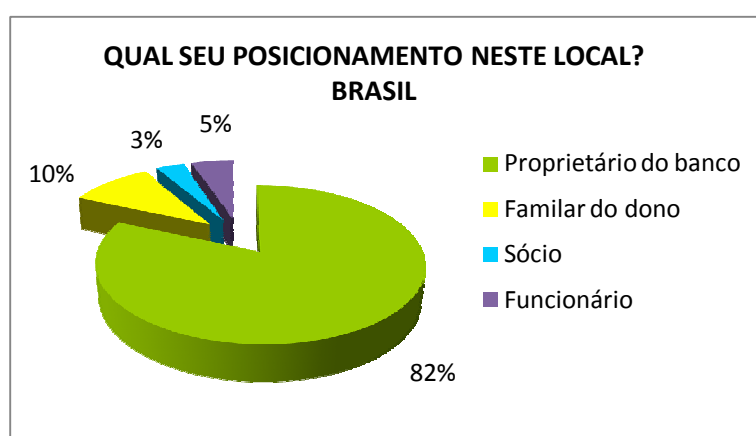
³²⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria de Lourdes, feirante, em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

³²⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria Madalena, feira de Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

(...) gosto do convívio, uma pessoa não está sempre no mesmo sítio”³²⁸. Percebemos que essa liberdade a que se referem está diretamente ligada ao facto de serem “patrões de si próprios”. É o que afirma o cigano Júlio Gomes “(...) Vidalivre, gosto do que faço, eu sou o patrão e decido o que quero”³²⁹.

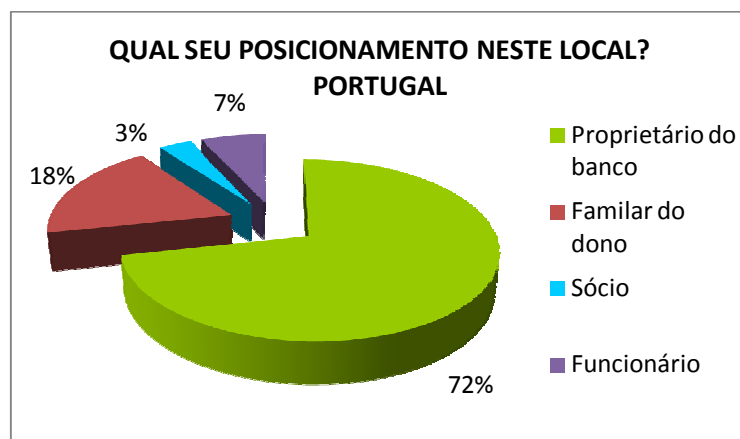
A pesquisa que realizamos confirma tais afirmações, sobretudo em relação ao facto de muitos feirantes serem autónomos por completo, no sentido de serem os proprietários de suas barracas. Tal evidência se verifica tanto nas feiras investigadas no Brasil – com um total de 72% dos feirantes-proprietários –, quanto nas de Portugal – onde a maioria (82%) é também proprietária. É o que demonstra os gráficos:

Gráfico 16 – Demonstrativo do posicionamento do feirante no local de trabalho (Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 17 – Demonstrativo do posicionamento do feirante no local de trabalho (Portugal)



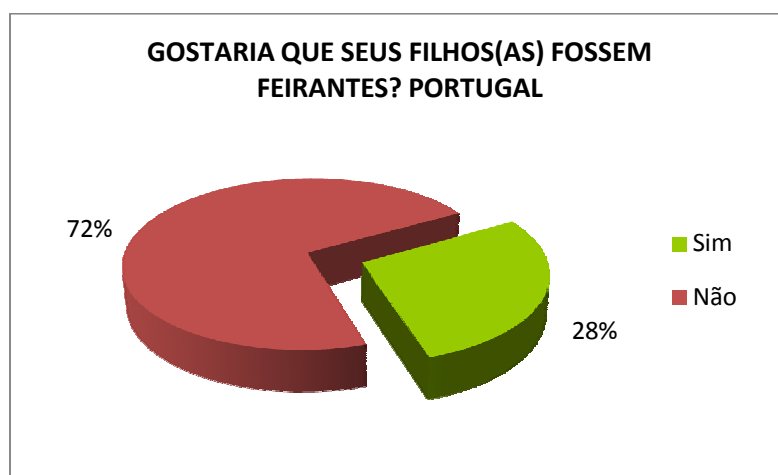
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

³²⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Ana Bela, feirante em Vila do Conde, mas também é feirante em Barcelos e Ponte de Lima, em 21 de Dezembro de 2007.

³²⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Júlio Gomes, feirante em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

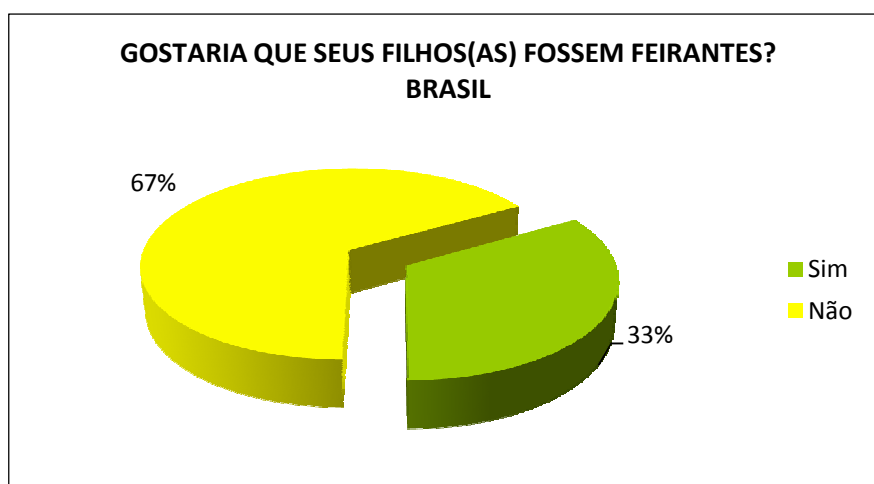
Vale destacar ainda que, quando não são proprietários directos, são familiares dos donos. Muitos são filhos e netos, portanto, herdeiros dos seus pais. Entretanto tal “benefício” diante da possibilidade de herança não se sustenta quando os próprios feirantes dizem que não desejam que seus filhos continuem exercendo o ofício, em função dos problemas evidenciados na contemporaneidade, a exemplo da concorrência do mercado aberto dos artigos importados, das “novas” formas de consumo, bem como do crescimento no quantitativo de feirantes presentes nas feiras, com origem nomeadamente no desemprego. Os gráficos abaixo mostram que 72% dos feirantes em Portugal e 67% no Brasil declararam que não desejam que seus filhos sigam a profissão de feirante.

Gráfico 18 – Demonstrativo sobre desejo dos filhos continuarem com o ofício de feirante (Portugal)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 19 – Demonstrativo sobre desejo dos filhos continuarem com o ofício de feirante (Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Tais índices são consistentes com os depoimentos dos feirantes. A Sra. Marilene diz “(...) para o jovem é melhor estudar para ter uma profissão, fazer faculdade, pois o ganho daqui está pouco com a concorrência”³³⁰.

Em relação ao facto de o trabalho na feira ser considerado livre, levantamos algumas reflexões associadas aos impactos gerados pelo contexto atual, quais sejam os regulamentos e as taxações. No passado, conforme foi dito anteriormente, as feiras livres em Portugal, por exemplo, eram de facto livres, não sendo cobradas taxas por parte do poder público municipal. Hoje, em todas são cobradas taxas para seus respectivos funcionamentos, seja pelas Câmaras (em Portugal), sejam as prefeituras (no Brasil), bem como sindicatos e associações. Tais arrecadações fazem parte do orçamento dos cofres públicos. É o que destaca a feirante Ana Bela, em seu depoimento: “(...) Todas as feiras são importantes porque se acabarem as feiras que é que vai ser de nós? E de muitas câmaras, porque muitas câmaras vivem com as feiras”³³¹. Igualmente, as normas e regulamentos de funcionamento das feiras implicam que, embora “livres”, são, em verdade, permeadas de estratégias de disciplinamento, o equivalente para Foucault³³² ao poder disciplinar. Para além dos impressos quanto à normatização de funcionamento das feiras (regulamentos), basta que observemos a cartografia espacial das mesmas com um tipo de organização do espaço, atendendo ao controle do tempo e da vigilância, daqueles que são os seus verdadeiros gestores, pois aos feirantes é cedida a concessão, mediante pagamento de taxas estipuladas, enquanto o espaço mesmo é do poder estatal.

Essa disciplina e organização do espaço são tecnologias de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um mesmo espaço individualizado, classificatório, combinatório e, acima de tudo, hierarquizado, esquadrinhado, com funções diferentes segundo objetivos específicos. Nas feiras observam-se as estratégias de ordenamento, de disciplina, por meio de um estudo cartográfico³³³ da arrumação do espaço geográfico desse lugar social, na tentativa de “manter” a ordem, delimitando os espaços de cada feirante, os sectores, as regras de conduta quanto a comportamento e quanto aos padrões de higiene. As políticas de organização do trabalho nas feiras também têm por objetivo criar “homens úteis e dóceis” politicamente, o que notadamente é uma tentativa de provocar a diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder; neutralização dos efeitos de contra-poder. O poder disciplinar, como o

³³⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marilene, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

³³¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa Maria, feirante Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

³³² Ver Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Roberto Machado (org.). Edições Graal. Rio de Janeiro, p.XVIII.

Não trataremos desse aspecto nesse estudo, pois tal levantamento não atende ao nosso objetivo, entretanto apontamos tal concepção para ser investigada por outros pesquisadores que por ventura tenham interesse por esta área.

compreende Foucault, não destrói o indivíduo, ao contrário, ele o fabrica. No caso específico dos feirantes com reacções, as técnicas disciplinares, muitas vezes presentes na normatização para o “bom” funcionamento das feiras são técnicas de individualização, com normas que vão desde o adestramento do gesto, a regularização do comportamento, a interpretação dos depoimentos, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar os sujeitos, evitando a sociabilidade e, por assim dizer, as possibilidades de motins, e de revoltas.

Para ilustrarmos tal evidência de poder disciplinar nas feiras e a tentativa de romper com as possibilidades de sociabilidade diretamente e de revoltas indiretamente, podemos destacar a reorganização dos espaços na feira de Barcelos em 2005, que relocou a comunidade cigana distribuindo-a por toda a feira. Entretanto, os feirantes dessa etnia se revoltaram, se organizaram ao ponto de se recusarem a ficarem dispersos pela feira, utilizando como principal argumento o facto de, antes mesmo de pertencerem a feira de Barcelos, assim como os outros feirantes de naturalidade portuguesa ou não, pertencem à comunidade de etnia cigana, socializam entre si, inclusivamente com graus de compadrio, além de que os seus respectivos fregueses os procuram em sítios já conhecidos, e, portanto, teriam de permanecer de maneira agrupada.

Essa reacção dos ciganos se configura, ao nosso entender, como uma tática³³⁴ de resistência aos poderes disciplinares mencionados anteriormente, e que muitas vezes se dá com práticas que envolvem “maneiras de fazer”, de forma criativa e inteligente, no sentido de arte do fazer. Tal reacção também se faz presente na comunidade cigana diante de maneiras legítimas de práticas no ofício de ser feirante, ou seja, os ciganos reagem muitas vezes às normas estabelecidas diferenciando-se dos demais feirantes e, com estratégias particulares, buscam convencer os fregueses a adquirir seus produtos. Herdina nota que “(...) o comerciar permite-nos pôr em jogo todas as nossas qualidades criadoras, e ao mesmo tempo permite-nos ganhar tanto dinheiro como a nossa capacidade de persuasão para efectuar o maior número de vendas”³³⁵.

Não somente os ciganos, mas os feirantes em geral, seja no Brasil ou em Portugal, resistem frente aos instrumentos de ordem e de poder disciplinar, desenvolvendo astúcias silenciosas e sutis com apropriação criativa, inventando de maneira própria e inteligente suas táticas e estratégias, como arte do fazer. Fazer este que envolve elementos do cotidiano, com o propósito maior de conviver e até transformar, materializando, criando, (re)inventando a realidade em que vivem. Por essas razões, apesar de todas as variáveis de descontinuidade, as feiras ainda continuam existindo na pós-modernidade.

³³⁴ Ver Certeau, M. (1994). Táticas e praticantes. Em: A invenção do cotidiano. V.1- Artes de fazer. Vozes. Petrópolis-RJ.

³³⁵ Ver Herdina, J. D. R. (1974) A arte de vender nº 07. Em: Nós os ciganos. Editorial Franciscana. Braga, p.222.

A concessão livre também nos remete a outro problema que ainda encontra-se relacionado diretamente ao trabalho informal. Referimo-nos ao trabalho nas feiras como lugar de desempregados e, portanto, lugar também de desprotegidos do sistema previdenciário. No entanto, tanto em Portugal como no Brasil, as políticas de proteção social têm mudado, e existe uma crescente tendência desta condição ser diminuída, ou mesmo de ter seu fim.

A informalidade, no caso do Brasil, inicialmente atinge taxas de 11 milhões de pessoas, um índice bastante elevado, pois se por um lado faz com que os trabalhadores estejam desprotegidos de todos os benefícios sociais, por outro esses mesmos trabalhadores acabam por serem também um pouco responsáveis pela crise previdenciária, onde a receita é menor que a despesa. Uma vez que não tenham contribuído para a previdência, acabam de certa forma, “usufruindo” mesmo com a ilegalidade de benefícios, na saúde (SUS- Sistema Único de Saúde) e na Previdência Social, entre outros. Assim, quando atingem idade suficiente, 65 anos (homens e mulheres), passam a receber o amparo social para idoso³³⁶, que, como já foi dito, não é um benefício de aposentadoria, uma vez que não houve contribuição previdenciária suficiente, por parte do usuário, na sua respectiva idade activa. Logo se constata que, ao mesmo tempo em que o trabalhador—embora tenha pagado todos os seus impostos diretos e indiretos, exceto a contribuição previdenciária— ao atingir idade suficiente passa a receber dos cofres federais um amparo de um salário mínimo. Tais “benefícios” acabam por gerar dívidas públicas, crises financeiras, pois as pessoas nascem, crescem, adoecem, envelhecem e morrem. E em todas essas etapas do ciclo natural da vida necessitam de assistência. O amparo social não está relacionado com os benefícios concedidos pela previdência social antes e durante a aposentadoria— como auxílio doença, salário maternidade, 13º salário, pensão por morte. Aqueles que possuem algum registo na Previdência Social, como autônomo ou trabalhadores formais empregados, têm direito a férias, gratificação de um terço do salário nas férias, descanso remunerado, décimo terceiro salário, pagamento de hora extra, licenças maternidade e paternidade, e, em caso de demissão, aviso prévio de 30 dias, permissão para sacar o FGTS e multa de 40% sobre o saldo do fundo, além do seguro desemprego.

Em nossa pesquisa nas feiras, percebemos que muitos dos entrevistados, quase todos, ou porque não dizem em sua totalidade, sobretudo no Brasil, queixam-se do trabalho informal que exercem

³³⁶ O amparo, por exemplo, não concede 13º salário ao final dos anos, e não permite que o montante seja repassado para o cônjuge, ou dependente no caso de falecimento do usuário, como pensão. Além disso, só pode ser concedido a idosos com idade mínima de 65 anos e que tenham uma renda mensal da família ser inferior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo vigente na data do requerimento Lei 8.742/93, § 3º do art. 20. *Diário Oficial da União*, de 07 de Dezembro de 1993. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em http://menta2.dataprev.gov.br/prevfacil/prevdoc/benef/pg_internet/iben_visudoc.asp?id_doc=2

também no que concerne a intranquilidade futura. Muitos, quando se referem ao facto de não quererem que seus filhos continuem a exercer o ofício de feirantes, relacionam diretamente com a ideia expressa anteriormente, de que feirantes não têm direitos porque não têm carteira assinada, ou seja, porque vivem na ilegalidade. É o que diz a feirante Maria das Dores: “(...) para meus filhos é melhor outro trabalho, quero que tenham carteira assinada”³³⁷.

Além dessas questões que estão presentes no universo das feiras, quanto à ilegalidade do trabalho, embora não seja objecto do nosso estudo, achamos relevante lembrar que o crescimento no número de trabalhadores informais no Brasil, para além desemprego exposto anteriormente, também deve-se à carga tributária elevada que os micro-empresários pagam pelo contrato de trabalhadores para suas empresas. Logo, muitos “preferem” permanecer na ilegalidade, não precisando arcar com despesas trabalhistas e tributárias, que muitas vezes extrapolam as receitas adquiridas.

No Brasil, ao longo dos anos 2000-2010, houve uma tentativa de “combate” dos índices elevados de desemprego e de informalidade, ou ao menos de diminuição destes. A Constituição de 1988 afirma que o tratamento às empresas de pequeno, médio e grande porte deve ser diferenciado, uma vez que seus facturamentos também são diferenciados:

Artigo 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.³³⁸

Nesse sentido, o Governo Federal³³⁹, em 2006, no primeiro governo do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, criou a primeira lei de um conjunto de três que tratam das microempresas de maneira diferenciada das demais, no que diz respeito aos contributos necessários para garantir a legitimidade de seu funcionamento, o que já pregava a Constituição de 1988, anteriormente citada, em seu artigo 179. Promulgada em 14 de Dezembro de 2006, a Lei Complementar N° 123 regem “a criação, estatuto, microempresa, pequena empresa, âmbito, sistema tributário nacional, fixação, normas gerais, regime especial, arrecadação, fiscalização, cobrança, unificação, impostos e contribuição social”, ou seja, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da

³³⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Dores, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

³³⁸ *Constituição da República Federativa do Brasil* promulgada em 5 de outubro 1988. (2000). 25. Ed. SARAIVA. São Paulo.

³³⁹ Por intermédio dos três ministérios: Previdência Social; Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; e das Comunicações em parceria com as entidades públicas, privadas e/ou de Economia mista, a saber: Receita Federal, Caixa Económica Federal, Sebrae, Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, Banco do Brasil, Confederação Nacional dos Municípios dentre outros órgãos. Ver <http://www.portaldopreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>, Acedido em 5 de janeiro de 2011.

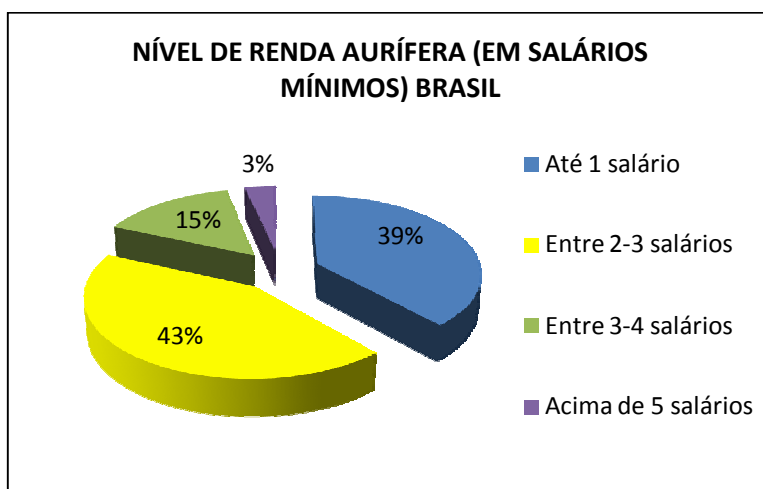
Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. No ano seguinte, houve a promulgação da Lei nº 11.598/2007, que versa sobre os seguintes assuntos: “definição, normas gerais, simplificação, integração, processo, legalidade, empresário, pessoa jurídica, ato, registro, inscrição, alteração, abertura, fechamento, baixa, cancelamento, dissolução, funcionamento, empresa, participação, órgão público, União Federal, Estados, registro público, empresa, operação mercantil”. Ou seja, a referida lei cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios- REDESIM, ao mesmo tempo em que estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas. Por fim, porém não menos importante, foi promulgada a Lei Complementar nº 128/2008, que busca promover o equilíbrio fiscal e financeiro por meio da regularização das microempresas, favorecendo o trabalho informal como micro empreendedor. Essa lei cria a figura do Microempreendedor Individual MEI, ao tempo em que modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006), primeira desse conjunto de leis³⁴⁰.

Em que isto se relaciona com os feirantes? Esses Microempreendedores Individuais a que a lei refere-se são todos os profissionais informais, autônomos que exercem alguma atividade como, por exemplo, a debaleiro, sapateiro, artesão em geral, doceiro, barraqueiro etc.³⁴¹ e que tenha uma receita anual de até 36 mil reais, ou seja, recebam até R\$3 mil reais/mês. A maioria dos feirantes não possui esse rendimento mensal³⁴². Os benefícios concedidos com o registro têm por objetivo, para além de regularizar a situação de arrecadação previdenciária dos cadastrados, viabilizarem a contratação de empréstimos “injetando” capital no negócio, seja ele de que natureza forem juros a preço abaixo do mercado. Na sequência veremos o nível de renda dos feirantes entrevistados no Brasil. Destacamos que a maior parte deles (43%) recebe entre dois e três salários mínimos, com muitos recebendo até um salário (39%).

³⁴⁰ Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos ver <http://legislacao.planalto.gov.br> Acedido em 5 de janeiro de 2011

³⁴¹ São 169 ocupações que constam no Anexo da MEI. *PORTARIA Nº 11, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009*. Estabelece regras de atendimento e inscrição do Microempreendedor Individual. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/portaria11.php>.

³⁴² Dos feirantes entrevistados na presente pesquisa, 43% disseram terem um faturamento individual entre 2-3 salários mínimos, considerando o salário na altura, o equivalente a R\$1.000,00 à R\$:1.500.00, seguido de 39% com um salário mínimo, ou seja, R\$:500,00 aproximadamente.

Gráfico 20 – Nível de renda dos feirantes no Brasil

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Benefício também para previdência social, o decreto presidencial nº 128/2008 prevê a recolha de 11% de taxa para a previdência, ao invés de 20%, como nas demais empresas (de responsabilidade metade para o empregador e outra metade para o empregado). É o que diz a notícia abaixo:

A Previdência Social está incentivando as pessoas, que trabalham por conta própria sem vínculo com empresas, a serem contribuintes individuais, dentro do PSPS-Plano Simplificado da Previdência Social, recolhendo um percentual de contribuição de 11% do salário mínimo ao invés de 20%. A redução da Aliquota foi determinada pelo Decreto Presidencial 6.042, em Fevereiro de 2007.³⁴³

Além do benefício de diminuição da alíquota, os trabalhadores informais passaram a poder registrar mais um trabalhador para os auxiliarem, também com reduções nos tributos trabalhistas, isenção de ICMS estaduais, imposto de circulação sobre mercadorias, além de participar de cursos e palestras, promovidos pelo SEBRAE, e a possibilidade de obterem inscrição como pessoa jurídica (CNPJ) para sua atividade.

Um facto relevante é o de que as associações e sindicatos dos feirantes e ambulantes no Brasil pouco ou quase nada têm divulgado a respeito do MEI, o que implica que muitas vezes a população desconhece os benefícios que poderia ter com a legalização de sua atividade comercial, mantendo-se na informalidade. Facto que pode ser comprovado na pesquisa³⁴⁴ realizada pelo SEBRAE,

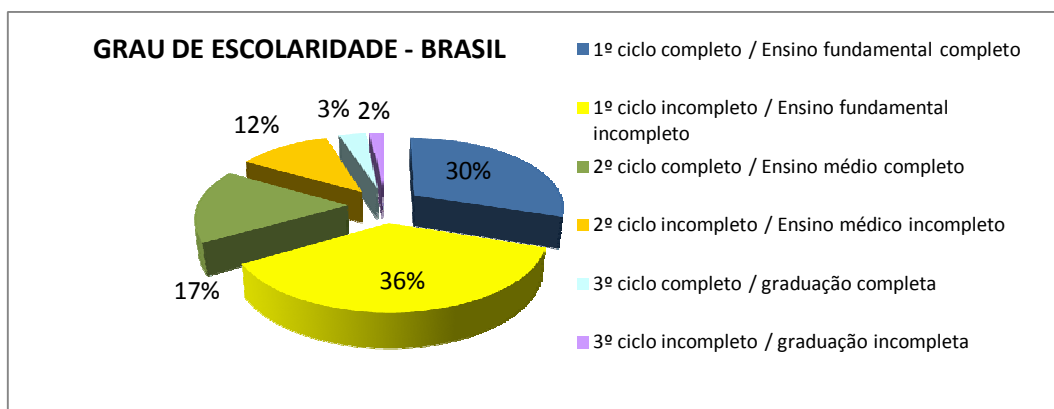
³⁴³ Rocha, N. (2008, 02 de Setembro). Previdência Social incentiva trabalhadores informais. *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB, p.B2.

³⁴⁴ Pesquisa realizada pelo SEBRAE, onde foram realizadas entrevistas no período de 20 de fevereiro a 9 de março com trabalhadores informais e autônomos distribuídos nas cinco regiões brasileiras. Ao todo 534 pessoas foram entrevistadas, 50% homens e 50% mulheres na faixa etária de 20 a 49 anos, a maioria com ensino médio completo, e tendo como

a qual teve como objetivo identificar impressões e subsidiar o projeto Microempreendedor Individual. Foi constatado que, apesar de o MEI estar em vigor desde 01 de Outubro de 2008, quatro meses depois, em Fevereiro e Março de 2009, período da realização da pesquisa, 81% dos entrevistados disseram desconhecer os benefícios do trabalho regularizado que o MEI favorecia.

Na mesma pesquisa foi também consultado se os trabalhadores informais brasileiros costumavam frequentar cursos de aperfeiçoamento, de técnica em vendas. Do total de entrevistados, 53% informaram que já buscaram treinamentos ou cursos para qualificar melhor seu ofício. No caso dos feirantes ouvidos em nossa pesquisa, apesar de 36% terem apenas o Ensino Fundamental incompleto, e de acreditarem que detêm as técnicas do trabalho inerentes a qualquer curso – como afirma o administrador da feira de Campina Grande, Agnaldo Batista, “(...) O facto é que, por mais cursos que se inventem, versando acerca de mercadologias e estratégias de venda, os feirantes mantêm o mesmo método há séculos (...) para mim os feirantes são verdadeiros empreendedores”³⁴⁵ – 25% já participaram de algum curso de aperfeiçoamento na sua profissão junto ao SEBRAE, como demonstram os gráficos seguintes. Conclui-se, então, que apesar de os feirantes em geral terem um grau de instrução abaixo do considerado como letrado, e de não estarem inscritos no MEI, o que favoreceria a formação para suas atividades laborais, os mesmos vem demonstrando, ao longo dos últimos anos, interesse no sentido de participarem dessas atividades de valorização profissional inerentes a iniciativas também do poder público, a exemplo do próprio SEBRAE.

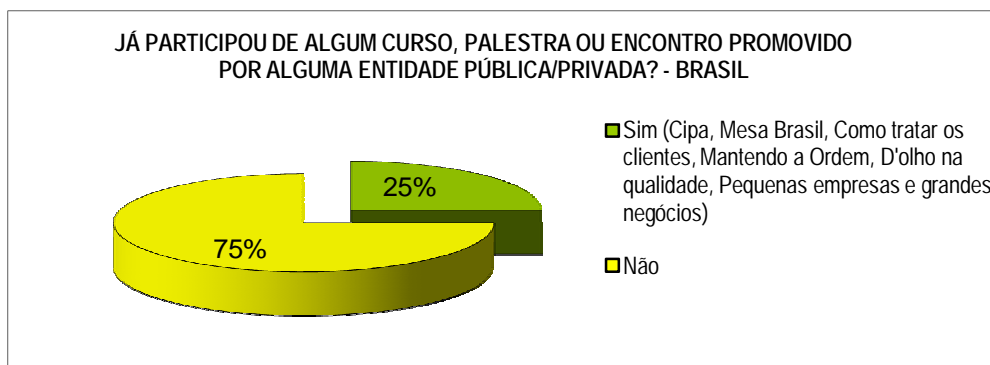
Gráfico 21 – Formação dos feirantes (Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

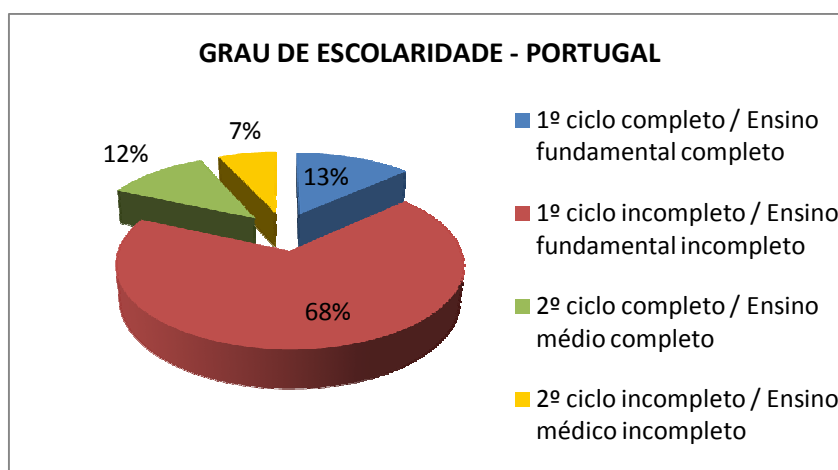
público-alvo são os trabalhadores informais. Ver Agência Sebrae de Notícias, em: <http://www.saopaulo24horas.com>, Fornecido por CMS! Produzido em São Paulo, Acedido em 5 de janeiro de 2011.

³⁴⁵ Inocêncio, O. (2008, 24 de Agosto). Profissão é marca essencial de Campina, feira central é um dos pontos de maior movimento no município recebendo centenas de visitantes. *Diário da Borborema*. Campina Grande-PB, p. B3.

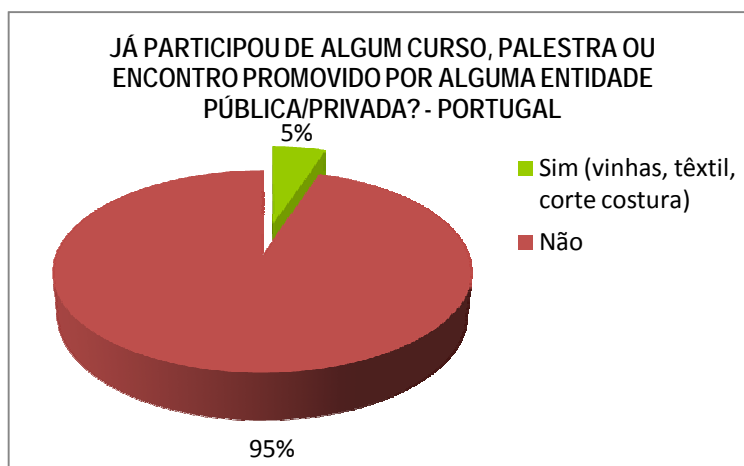
Gráfico 22 – Curso de aperfeiçoamento no trabalho no Brasil

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Já em Portugal percebemos que esta situação laboral, quanto à regularização do trabalho informal individual, se apresenta de maneira diferenciada, a começar pelo menor interesse da classe feirante em participar dos cursos de aperfeiçoamento para a atividade que desenvolvem. Pois, ao se compararem índices com o caso brasileiro quanto ao grau de instrução dos depoentes, aqueles, em sua maioria, também possuem apenas o 1º ciclo incompleto (68%), conforme pode ser verificado nos gráficos seguintes. Entretanto, os índices quanto à participação dos feirantes em cursos de aperfeiçoamento para a atividade laboral são muito menores que no caso do Brasil. Somente 5% declararam terem feito algum curso dessa natureza, se opondo ao índice de 95% que afirmaram nunca ter participado de nenhum curso.

Gráfico 23 – Formação dos feirantes (Portugal)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 24 – Curso de aperfeiçoamento no trabalho, em Portugal

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Em contrapartida a esse facto, embora saibamos que muitos dos feirantes em Portugal não participaram de cursos de aperfeiçoamento, diferentemente do que ocorre no Brasil, todos os feirantes portugueses são considerados como trabalhadores informais oficialmente, na condição de micro empreendedor individuais, desde a criação da DGAE-Direcção Geral das Atividades Económicas, por intermédio do Decreto Regulamentar n. 56/2007³⁴⁶. A iniciativa teve início em 1985, com a regulamentação de atividade de comércio a retalho exercido de forma não sedentária em feiras (destacando a profissão de feirante), por ocasião do Decreto-Lei n.º 252/86 de 25 de Agosto³⁴⁷. Assim sendo, a criação da DGAE, ligada ao MEI- Ministério da Economia e da Inovação trouxe a obrigatoriedade da regulamentação de todas as atividades informais de carácter comercial, a exemplo dos feirantes, com cadastro de profissionais na Direcção a partir do cartão Nacional do Feirante, por intermédio do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março, que altera o anterior Decreto-Lei n.º 252/86 de 25 de Agosto³⁴⁸.

Cabe refletirmos sobre o que representa esse cadastro dos feirantes em Portugal, e qual a sua diferença em relação ao Brasil. O cadastro, para além da legalidade da profissão junto ao sector informal, também consiste na inscrição desses profissionais nos órgãos Federais, uma vez que o cartão é nacional. Deste modo todos os feirantes possuem inscrição junto à Segurança Social e

³⁴⁶ Decreto Regulamentar n. 56/2007, *Diário da República*, 1.a série— N.º 82, 27 de Abril de 2007, p. 2682. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/04/08200/26822684.PDF>

³⁴⁷ Decreto-Lei n.º 252/1986 *Diário da República*, Ministério da Indústria e Comércio, 1.a Série- N.º 194/86- 25-08-1986, pp. 2169 a 2171. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19862294%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

³⁴⁸ Decreto-Lei n.º 42/2008 *Diário da República*, Ministério da Económica e da Inovação, 1.ª série — N.º 49 — 10 de Março de 2008, p.1499. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04900/0149901503.PDF>.

contribuem para sua aposentadoria em caráter obrigatório, uma vez que, para exercerem a atividade nas feiras, necessitam de autorização, a qual só é concedida por intermédio da aquisição do cartão de feirante, que inclusive precisa ser renovado periodicamente pelo profissional. A legalidade da profissão e o acesso formal aos benefícios concedidos pela Previdência Social constituem uma das grandes diferenças entre os feirantes de Portugal e do Brasil. Enquanto em Portugal esse direito é obrigatório até para o exercício das suas atividades laborativas e económicas, no Brasil, conforme exposto, somente no ano de 2008 foi criada a possibilidade, que não é obrigatória, de o feirante ter acesso aos benefícios garantidos pela Previdência Social, por intermédio de adesão ao MEI- projeto Micro empreendedor Individual.

Não queremos aqui negar a real situação de Portugal frente à “economia ilegal, ou subterrânea”. Sabemos que, apesar da DGAE-MEI, articulada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, apoiada por todos os órgãos do Governo responsáveis pelo acompanhamento das atividades das organizações internacionais de caráter económico (nos sectores a Indústria Transformadora; Comércio e Distribuição; e Serviços e Turismo), procurar controlar as atividades da economia portuguesa, combatendo as práticas ilícitas de contrabando, Portugal apresenta, como foi constatado em 2008, um elevado índice de economia paralela. Facto divulgado na imprensa nacional, conforme a matéria abaixo:

A conclusão é a de que a economia paralela oscilou - de 1981 a 2005 - entre 20 e 23,1 por cento do PIB. Estes números corroboram os de outros estudos com a mesma metodologia. Na Europa, Portugal situa-se acima da média (16 por cento) e próximo de Espanha, Itália, Grécia ou Bélgica.³⁴⁹

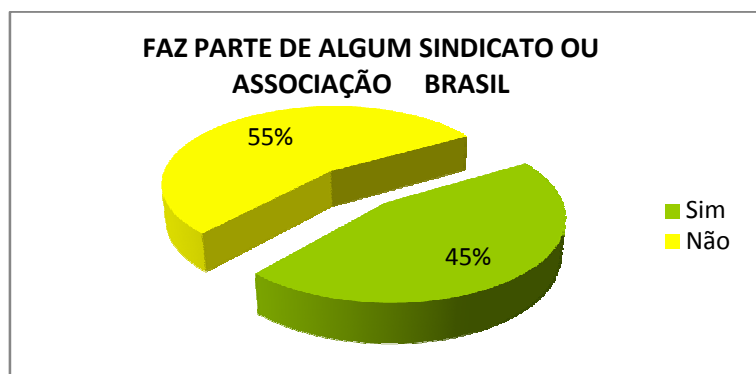
Objetivamos, contudo, destacar como os feirantes, na condição de trabalhadores informais, são tratados dos dois lados do Atlântico, em relação especificamente à legalidade de suas atividades. Até porque não se pode negar a existência de economia paralela no Brasil, também na atualidade, frente à abertura de mercado, proveniente do fenómeno globalizante que se faz presente nos países capitalistas.

Outra grande diferença entre os trabalhadores informais feirantes, no Brasil e em Portugal, consiste no tratamento que os mesmos se dão enquanto categoria de classe social. Talvez pelo facto de os feirantes brasileiros não serem profissionais em formato legal, com o amparo que os portugueses têm, os brasileiros se organizem mais em termos de associação e sindicatos que os representem.

³⁴⁹ Economia paralela sem redução ao longo de quase três décadas. (2008, 24 de Setembro). *Jornal do dia, Público* 20. Acedido em 22 de Agosto de 2011, em http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=332504

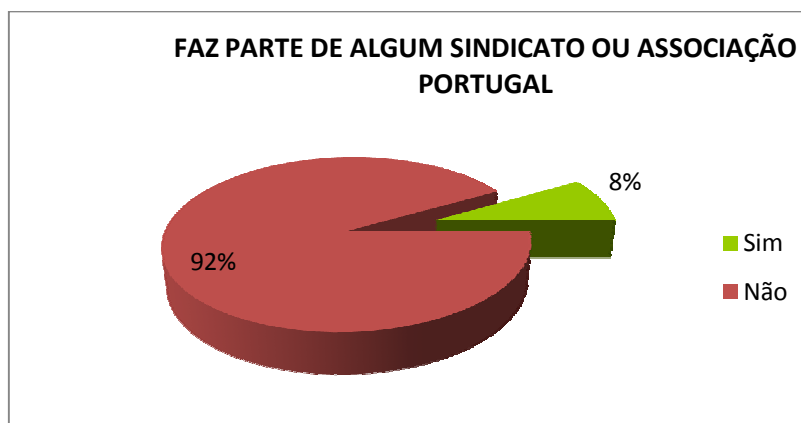
Encontramos associações e sindicatos em todas as feiras brasileiras investigadas³⁵⁰, com os feirantes aderindo a elas. Dentre os entrevistados, 45% disseram fazer parte de alguma entidade organizacional de classe. Em Portugal, essa questão se apresenta de maneira diferente, talvez pelo facto de terem a adesão obrigatória ao Cartão Nacional de feirantes e profissão regulamentada, os índices de sindicalizados e ou associados sejam tão baixos³⁵¹. Dos feirantes ouvidos em solo luso, 8% afirmaram participar de alguma organização sindical. Conforme demonstrado nos índices do gráfico

Gráfico 25 – Participação dos feirantes em Sindicatos e as Associações de classe (Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 26 – Participação dos feirantes em Sindicatos e os Associações de classe (Portugal)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

³⁵⁰ Nos referimos em Campina Grande, a Associação dos feirantes e o Sindicato dos Feirantes; em Salvador, a Associação dos feirantes e Sindicato dos feirantes, e em Caruaru, ao Sindicato dos feirantes e Associações dos Sulaqueiros, dos artesãos, dos colocadores de banco.

³⁵¹ Em Portugal existe a Federação Nacional de Associação dos Feirantes (Lisboa), e a partir dela foram criadas as associações Associação dos Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, (Fundado em 2004), que atende aos interesses das feiras que se concentram no norte do país, recentemente a Associação com o nome de Associação de Feirantes do Distrito de Santarém e Concelhos limítrofes, estão a ser criadas associações que representem as demais regiões, a exemplo de discussões para a criação de uma associação dos feirantes do Algarve, da zona do Ribatejo, Alentejo, e reativação da Associação dos feirantes do Centro do País.

É bom esclarecer ainda que consideramos classe de acordo com a concepção de Thompson³⁵², como categoria histórica, não de forma isolada, mas sim ligada à experiência coletiva dos sujeitos sociais e culturais e à consciência social. Considerando os feirantes portugueses e brasileiros a partir de suas realidades específicas, de acordo com o que foi exposto e com os lugares que ocupam dentro das estruturas de formação e reconhecimento formal, é que percebemos essa diferença. Ou seja, os feirantes brasileiros, por não terem ainda na sua totalidade o amparo oficial dos órgãos públicos de sua profissão, atendendo ao chamamento de trabalhadores informais (ilegais), reconhecem, por meio das experiências de lutas, o papel exercido de liderança pelos sindicatos e associações de classe. Aderem, portanto, a essas organizações coletivas com o propósito de procurarem a garantia de seus amparos³⁵³. Do outro lado, temos em Portugal feirantes já considerados como tal. Exercendo suas atividades comerciais e com experiências específicas, muitas vezes vividas em grupos também, assim como ocorre no Brasil. Entretanto não aderem às associações e sindicatos, por não verem nestes órgãos a busca pelos interesses comuns quanto à regularização de tal categoria, uma vez que esta já foi regularizada. Logo não carecem de uma tomada de posição no sentido de buscar um reconhecimento coletivo de classe em si.

4.4 – Feira: mão-de-obra de nativos desempregados e imigrantes

Detivemo-nos a analisar o trabalho nas feiras como opção para os desempregados, nos itens anteriores do presente texto. Neste, no entanto, destacaremos a crescente mão-de-obra de imigrantes que também tem nas feiras lugar de trabalho. Meleiros e Esteves observam que,

No âmbito da perspectiva neo-liberal, os movimentos migratórios são fruto de todo um conjunto de desigualdades a diversos níveis, designadamente geográfico, derivado da melhor localização de algumas zonas em detrimento de outras; económico, devido à concentração do capital em determinados países; e demográfico, fruto de uma má distribuição da população activa. Neste contexto, o imigrante vai procurar deslocar-se para os locais que lhe ofereçam melhores benefícios a menor custo, de modo que seja garantido o seu bem-estar³⁵⁴

³⁵² Ver a concepção de experiência e consciência social de Thompson em Desan, S. (1995). “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”, em: Lynn Hunt (ed.). *A Nova História Cultural*. Martins Fontes. São Paulo, pp.73

³⁵³ Contudo, não objectivamos demonstrar com essas inúmeras entidades de classe que no Brasil as categorias estão dicotomicamente bem ou más representadas, não é esse nosso objetivo, mas o de registrar a existência dessas entidades com papéis definidos e feirantes associados.

³⁵⁴ Ver: Meleiros, M. B.e Esteves, D. (2004). *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho. Braga, p. 22.

Em Portugal ou no Brasil, os estudos³⁵⁵ que versam sob a temática dos processos migratórios dão conta de que os movimentos de migração que acabam por gerar os novos imigrantes em terras autóctones, têm objetivos distintos, no entanto a maior parte deles diz respeito à busca dos indivíduos por melhores condições da vida da que levavam em seus territórios de origem. São muitas as variáveis que incorrem nesses processos. Neste estudo não temos o objetivo de discorrer de maneira reflexiva sobre elas, mas apenas queremos explorar alguns aspectos doseu contexto histórico, tanto em Portugal quanto no Brasil. As correntes migratórias e o movimento de imigração que se fez presente nos dois lados do Atlântico no período em estudo (1986-2007) inserem-se no contexto de uma economia global que tende a deslocar alguns e “recepcionar” outros. Para além deste aspecto, examinaremos também os lugares de trabalho ocupados por esses imigrantes, nomeadamente o trabalho informal presente nas feiras.

Tomemos inicialmente o caso português. A trajetória histórica de Portugal sempre foi marcada por constantes ondas de emigração, desde o século XV com as viagens de “descobrimento” e povoamentos: para a Madeira no século XV, a Índia no século XVI, o Brasil nos séculos XVII- XIX, e para outros países da América – Estados Unidos no século XIX, Venezuela e Canadá no século XX.

Na segunda metade do século XX, na década de 1960, após a Segunda Guerra Mundial, quando os países precisavam ser reconstruídos como consequência do conflito, e também dada a entrada de Portugal na EFTA- Associação Europeia de Comércio Livre³⁵⁶, o processo de emigração portuguesa transoceânica sofreu alteração. Os destinos dos portugueses passaram a ser os países vizinhos pertencentes à comunidade europeia, inicialmente a França e posteriormente Luxemburgo, Suíça e Alemanha. Neste sentido, os portugueses atuaram no processo de reconstrução desses países no período pós-guerra. Ferreira (1976) afirma “um novo papel na divisão internacional do trabalho: o de reservatório de mão-de-obra para os países industrializados”³⁵⁷. Os migrantes não investiam muito nas viagens, dada a proximidade dos países emigrados.

³⁵⁵ A exemplo de: Ruy, A. (2000), na obra Dimensão económica e demográfica das migrações na Europa multicultural. Editora Celta. Oeiras; Portes, Alejandro, (1999), obra: Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação, Celta Editora. Oeiras; Esteves, M.C. (1991), obra: Portugal: país de imigração, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa; Ferreira, E.S. (1976), obra: Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento: Iniciativas Editoriais. Lisboa; Garcia, J.L. (Coor.), (2000), obras: Migrações e relações multiculturais - uma Bibliografia: Celta Editora. Oeiras. E Portugal migrante: emigrantes e imigrados, dois estudos introdutórios, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas. Celta Editora. Oeiras.; Textos apresentados no I Congresso Imigração em Portugal e publicados em actas, escritos pelos especialistas na temática Imigração: Nuno Morais Sarmiento, António Vitorino, João César das Neves, Marta Lucinda Fonseca e Maria Beatriz Rocha Trindade.

³⁵⁶ Portugal torna-se membro da beneficiando nos primeiros anos de algumas facilidades e benefícios, nomeadamente da permanência de proteção alfandegária, multiplicando, assim, o volume das suas exportações.

³⁵⁷ Ferreira, E. S Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento cit ..., p. 41.

Mas essa emigração teve tempo e lugar para retorno, pois, na década de 1970, dois fenómenos alteram o processo migratório em Portugal, fenómenos estes que se apresentam em uma conjuntura global e que serão responsáveis pelos impactos de desemprego presentes na década de 1980 em solo luso. O primeiro deles é a conjuntura internacional caracterizada, especialmente, pela crise petrolífera de 1973-74 e o conseqüente aumento dos preços do petróleo. Tal crise gerou um clima de recessão económica nos países europeus, principalmente nos países receptores de mão-de-obra estrangeira, a exemplo da França. Os resultados dessa instabilidade generalizada fizeram-se sentir de imediato no movimento dos fluxos emigratórios, incentivando o retorno dos emigrados aos países de origem. Diz Meleiros, “a adopção de medidas de fecho de fronteiras à entrada de novos contingentes de imigrantes, sendo simultaneamente criados “mecanismos legais encorajadores do regresso voluntário dos que já lá estavam e que haviam sustentado o crescimento desses países”.³⁵⁸

O segundo fenómeno diz respeito ao processo de descolonização da África e ao fim do regime ditatorial. Para além do retorno dos portugueses ao seu país de origem, tal fenómeno fora responsável pela vinda de ex-colonos imigrantes para Portugal, além, é claro, de portugueses que também habitavam essas colónias, agora países independentes. Destaca Garcia: “O regresso à pátria, durante a década de setenta, de 400 mil portugueses provenientes das ex-colónias e de 100 mil soldados”³⁵⁹, apresentou tanto o repatriamento de portugueses residentes nos antigos territórios coloniais de África, como também a imigração dos cidadãos da comunidade PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os quais, diante do clima de instabilidade económica e de insegurança gerado pela existência de conflitos armados, decidiram emigrar para Portugal, país que reunia melhores condições de receptividade na época, já que possuía afinidades culturais, a exemplo do idioma, facilitando assim a comunicação entre os povos.³⁶⁰

No início dos anos 80 do século XX, era visível a crise demográfica por que passava Portugal, ocasionada pelo crescimento populacional e o elevado índice de desemprego. Como afirma Garcia, “Um dos efeitos mais imediatos desse acréscimo populacional foi o aumento do número de desempregados, que subiu de 86 mil em 1974, para 222 mil em 1975, atingindo em 1983, 446 mil portugueses”³⁶¹. É interessante observar que, se por um lado, naquela altura Portugal apresentava inchaço populacional e portanto desemprego crescente, por outro lado, se tornava palco propício para

³⁵⁸ Meleiros, M. B.e Esteves, D. (2004). Cit..., p. 46. Apud: Garcia, J. L. & Nunes, D. Brito. *Migrações e Relações Multiculturais, Uma Bibliografia*, Ed: Celta, Oeiras, p.40.

³⁵⁹ Garcia, ibdem (2000), p. 41.

³⁶⁰ Barganha, M. I. (2005). Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal. Em: *Portugal Contemporâneo*. Pinto, A. C. (coord). Publicações Dom Quixote, Lisboa.

³⁶¹ Op cit Garcia, (2000), p. 41.

investimentos estrangeiros, uma vez que concentrava elevado índice de mão-de-obra, o que significava o “barateamento” da mesma. Nesse sentido, Portugal se torna o país certo para a instalação de grandes complexos fabris de origem francesa e alemã. Não somente Portugal, mas Espanha e Grécia tornam-se lugares atractivos aos investidores estrangeiros, diante da possibilidade de redução de produção, ocasionando lucro certo na produtividade.

Somado a transferências desses empreendimentos europeus para Portugal e sua adesão à Comunidade Europeia, em 1986, o país lusitano torna-se destino certo para os imigrantes, e também para emigração novamente dos portugueses com destino aos países mais desenvolvidos da comunidade europeia. Entretanto, é sobre os primeiros que iremos nos deter.

No final dos anos 80, dois outros acontecimentos históricos corroboram para um maior interesse de cidadãos estrangeiros fazerem da Europa, e de Portugal em particular, destino de emigração. O primeiro foi o desmembramento do bloco soviético em 1989, que provocou mutações na história das migrações, daí a presença maciça de cidadãos oriundos do Leste Europeu em território lusitano. O segundo foi a integração de Hong Kong e de Macau à República Popular da China, facto que acabou por gerar um fluxo migratório para Portugal em função do regime especial de que usufruem os residentes em Macau, reconhecidos, mediante determinadas condições, como residentes em Portugal³⁶².

Para além dos participantes da PALOP, imigrantes oriundos do Leste Europeu, os chineses, e, na década de 1990, também os brasileiros que procuravam fugir da crise económica vivida no Brasil e na América Latina como um todo, aderem ao fluxo migratório para Portugal. A este respeito, Barganha e Neves observam que

A escolha de um país do Sul da Europa como caso de estudo é particularmente adequada, uma vez que só nos anos oitenta é que esta região se tornou, pela primeira vez no seu passado recente, pólo de atracção para um número crescente de imigrantes, constituindo por isso mesmo um laboratório privilegiado de análise dos impactos dos processos de globalização na gestão de fluxos migratórios internacionais e no poder dos Estados que os regularem³⁶³ (...) Portugal passou de um país de emigração para países mais ricos para um país de imigração de países mais pobres³⁶⁴.

³⁶² Meleiro, M. B. D. E. *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho, Braga, p. 57.

³⁶³ Baganha, M. I. (2005). A cada Sul e o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. Em: *A Globalização e as Ciências Sociais*. Boaventura S. Santos [org.]. 3 Ed. Cortez. São Paulo, p. 135.

³⁶⁴ Neves, J. C. (2003) *Imigração e Desenvolvimento*. Em: *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Lisboa, p. 83.

Nas últimas décadas do século XX, portanto, os índices mostram um aumento de praticamente 76%, uma vez que, em 1960, Portugal apresentava 29.428 imigrantes, passando para 223.976 em 2001, como demonstram os dados do INE na tabela que segue,

Tabela 11 – Quantitativo de Estrangeiros em Portugal

Nº de Estrangeiros residentes em Portugal	1960	1991	1997	2001
	29.428	113.978	175.263	223.976

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas* 1991-2001

Múltiplas são as nacionalidades que emigraram para Portugal, sobretudo na década de 1980 do século passado, diante de contextualizações históricas diferenciadas vivenciadas em seus países de origem. No entanto, ao desembarcarem em Portugal, os imigrantes se apresentaram em postos de trabalho tendo desempenhado ao longo dessas três décadas atividades funcionais diferenciadas, a partir de suas experiências de vida que os fazem ter habilidades e competências específicas para o trabalho. Veremos a seguir índices dos grupos de actuações desses imigrantes registrados pelo INE³⁶⁵, onde destacamos que o maior quantitativo de imigrantes apresentado em 2002 se deu entre aqueles oriundos de países pertencentes à comunidade europeia dada à facilidade de ingresso em países pertencentes ao mesmo bloco, como é o caso dos países do Leste Europeu, Polónia, Roménia, Lituânia, Letónia, Eslováquia, que somaram 2.052 imigrantes europeus, dos quais 1.748 pertencentes a comunidade europeia.

Quanto aos grupos de atividade desenvolvida pela maioria dos imigrantes podemos observar que 779 profissionais atuaram no grupo dois, chamado pelo INE de Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, exatamente por apresentarem maior grau de instrução. Nesse mesmo grupo se encontram os brasileiros, nacionalidade mais presente em Portugal no período, com 160 profissionais liberais. Em grupos profissionais diferentes encontram-se os asiáticos, predominantemente os chineses, e os africanos, na maioria angolanos e cabo-verdianos. Especificamente quanto aos asiáticos, estes fazem parte, respectivamente, do grupo cinco (pessoas que trabalham nos serviços e na comercialização de produtos), e do nove (trabalhadores não qualificados). No grupo cinco, percebe-se que a habilidade com vendas vai tornar esses profissionais, ao final de uma década, funcionários e donos de lojas de artigos importados, lojas essas que, segundo os feirantes depoentes, concorrem diretamente com as feiras e com os artigos nacionais. São as lojas espalhadas

³⁶⁵ Convém lembrar que por se tratar de dados oficiais, oficiais também são seus registos junto ao SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o que nos remonta a afirmação de que os dados quantitativos de facto extrapolam esses valores expostos, uma vez que muitos estrangeiros se encontram no país na clandestinidade.

por todo Portugal, conhecidas como “loja dos 300 contos” ou loja de 1€ e 2€³⁶⁶. Já no grupo nove, que inclui os profissionais menos qualificados, é o que aglomera também em maior número os africanos, 535 imigrantes que se fizeram presentes em Portugal após o processo de descolonização vivido em seus países.

Tabela 12 – Nacionalidade dos imigrantes a partir dos respectivos grupos de actuações (2002)

Nacionalidade	Grupos de Profissões									
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Europa	2052	281	779	296	99	214	29	134	138	92
União Europeia	1748	264	735	271	90	189	26	90	27	56
África	7496	8	57	57	47	192	41	507	51	535
Angola	446	-	19	14	23	71	3	180	26	131
América	735	38	202	166	43	136	2	75	19	72
Brasil	647	31	160	147	40	121	2	83	13	60
Ásia	379	30	19	10	2	114	6	51	9	118
China	106	24	5	3	2	66	-	-	-	6
Oceânia	5	-	1	-	-	2	1	1	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Em: Meleiro, M. B. D. E. (2004). *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho, Braga, p. 59 (tabela resumida da original*) Grupo 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas; Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; Grupo 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; Grupo 4 – Pessoal Administrativo e Similares; Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; Grupo 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; Grupo 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores e Similares; Grupo 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem; Grupo 9 – Trabalhadores Não Qualificados.

É exactamente sobre esse grupo dos africanos, imigrantes e profissionais que queremos nos debruçar a partir de agora, haja vista que são exactamente estes que, na sua grande maioria, por terem um grau de escolarização menor, não conseguem trabalho em um mercado já tão escasso, como foi exposto anteriormente, e na condição de menos qualificados encontram-se em processo de marginalidade³⁶⁷, fruto do desemprego em que vivem. Nesse sentido, inicialmente registramos que a

³⁶⁶ As lojas dos chineses serão melhor exploradas no capítulo 5, pp. 178-236. Estes novos locais de consumo são provenientes da abertura de mercado acarretada pela globalização. Além destas lojas de artigos importados a migração chinesa tipicamente económica e global também se destaca na culinária onde os restaurantes chineses estão espalhados pelos quatro cantos do mundo, com uma gastronomia exótica e custos baixos, resultado de uma cultura milenar quanto a elaboração dos pratos. A respeito desse destaque para a migração tipicamente económica dos restaurantes chineses, aplicada em realidade diferentes com sucesso em todas as zonas que se estabelece, ver op cit Neves (2003), p. 84.

³⁶⁷ Utilizamos o termo marginalidade, não no sentido pejorativo que essa palavra costuma ter ligada as práticas ilícitas como roubo, furto, mas para se aplicar a condição social vivida pelos africanos em Portugal na condição de se apresentarem a margem da sociedade no que diz respeito as suas condições precárias de vida. A começar pela ilegalidade que muitas vezes convivem em seu quotidiano. A respeito da imigração ilegal em Portugal e destaque para os países da PALOP ver Malheiros, J. e Baganha, M. I. (2000, Novembro). Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI: *Janus 2001*. Edição Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa. Acedido e 8 de janeiro de 2011, em:

maior concentração de imigrantes por população estrangeira é a dos países africanos de língua oficial portuguesa. Em 2001, os índices estatísticos demonstram que quase 50% dos emigrados para Portugal (47,8%) pertenciam aos países de origem africana, nomeadamente de um total geral de 223.602 imigrantes que se fazem presentes em Portugal, segundo o INE, 106.978 são cidadãos africanos, e 101.119 são pertencentes à PALOP, como evidencia a tabela seguinte,

Tabela 13 – População estrangeira residente em Portugal nos anos de 1991 e 2001, por nacionalidade

Distribuição Geográfica	1991	2001
Total Geral	113 978	223 602
Europa	33 011	66 973
- Reino Unido	8 912	14 952
África	47 998	106 978
- Palop	45 795	101 119
América do Norte	9 236	10 229
Canadá	2 026	1 956
Estados Unidos da América	7 210	8 058
América do Centro e do Sul	18 666	28 985
- Brasil	12 678	23 541
Ásia	4 458	9 623
Oceânia	384	537
Apátridas	225	273

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas dos anos 1991 e 2001*. Ver: op cit Meleiro, M. B. e D. Esteves (2004) p.82.

A partir disso, algumas conclusões, que podem parecer simplistas, representam adequadamente³⁶⁸ a realidade até aqui elencada. De um lado vimos que as feiras são lugares que, para

<http://www.casadoBrasil.info/UserFiles/File/pdfs/imigracao-ilegal-pt.pdf>. Por outro lado não queremos dizer que os imigrantes pertencentes a Palop ou a qualquer outra etnia traga prejuízo para Portugal ou para qualquer país recetor, pois mesmo com condições de vida diferente de outros imigrantes a exemplo dos brasileiros, ou mesmo os originados do Leste Europeu, chineses ou pertencentes da comunidade europeia, TODOS, os imigrantes, contribuem positivamente seja economicamente, politicamente, socialmente e culturalmente para os países recetores. Basta que trouxemos o exemplo do contributo dado a Portugal pelos imigrantes no que concerne a Demografia (aumento de nados-vivos) no período de 2000-2005. Sobre a participação dos imigrantes no aumento da taxa de natalidade ver estudo: Carrilho, M. J. e Patrício, L. (2007). A Situação Demográfica Recente em Portugal. Em: *Revista de Estudos Demográficos*, n. 45, Editor Instituto Nacional de Estatística. Acedido em 10 de janeiro de 2011, em: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4ACAW_pt-PT___PT412&q=Maria+Jos%3%a9+Carrilho+e+Lurdes+Patr%3%adcio.+A+Situa%3%a7%3%a3o+Demogr%3%a1f+ica+Recente+em+Por+tugal.+Revista+de+Estudos+Demogr%3%a1ficos%2c+editor++Instituto+Nacional+de+Estat%3%adstica+Ano+de+edi%3%a7%3%a3o+2007.

³⁶⁸ Não somos especialistas no assunto, e aceitamos todas as críticas a esse respeito, tiramos algumas conclusões que objetivam muito mais trazer a problemática para reflexão, provocando o debate do que respondendo a respeito. Não é nosso objetivo nesta pesquisa responder a essa evidência do processo de imigração em Portugal e do trabalho nas feiras executado por imigrantes. Contudo não poderíamos deixar de mencionar esse tipo de mão-de-obra uma vez que para além de ser uma evidência visível a presença destes trabalhadores no cenário da feira, como personagens que atuam em seu quotidiano vivenciando suas experiências, também se constitui uma das características do processo da globalização, os movimentos de migrações, aproximando as distâncias para aqueles que emigram e aqueles que rececionam os imigrantes,

além de tantas outras funções sociais, políticas, culturais e económicas, constituem sítios que tendem a receber mais facilmente aqueles que estão no desemprego formal e que precisam de trabalho. Nesse sentido, trata-se de um dos lugares onde se desenvolve o trabalho informal, trabalho este que não é passível de exigências de conhecimento intelectual como o trabalho formal. Por outro lado, vimos que, a partir da década de 80 do século passado, Portugal passou a receber inúmeros imigrantes³⁶⁹, tendo a maior parte deles vindo da África, com todas as consequências de países que foram, durante séculos, colónia, com índices elevados de analfabetismo e de péssimas condições de vida³⁷⁰. No mesmo período Portugal emerge como membro da União Europeia, e tendo inúmeras afinidades com os Países da PALOP, a começar pelo idioma e pela cultura, uma vez que alguns deles foram suas colónias. Logo, Portugal se torna a opção principal dos africanos³⁷¹ para a emigração, e uma vez não possuindo elevados índices de formação escolar, não ingressando no trabalho formal, muitos desses africanos se encontram no desemprego e localizam nas feiras os suportes de trabalho para desenvolver suas atividades de trabalhadores não qualificados. Passam, portanto, a conviver no ambiente das feiras na região norte do país, com os demais trabalhadores, sejam os portugueses, sejam os ciganos nativos, ou os ciganos de origem espanhola.

O facto preocupante sobre o qual cabe uma reflexão diz respeito a essas políticas migratórias que, se de um lado favorecem o crescimento económico, social e cultural dos países, de outro são

uma vez que ocorre um intercâmbio cultural entre as partes. “A diversidade cultural consiste no elemento principal do fenómeno da imigração” Sobre a diversidade cultural e o seu intercâmbio com as migrações, ver Comissão Europeia (2003) *Migration and Social Integration of Migrations*, Comissão Europeia em Bruxelas.

³⁶⁹ Jorge Macaísta Malheiros, do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, esclarece no comentário que fez sobre a exposição de Maria Beatriz Rocha- Trindade intitulada *A realidade da Imigração em Portugal*, apresentada no I Congresso Imigração em Portugal (2003), que é preciso que estejamos atentos para o uso do termo imigrante e estrangeiro, pois não são sinónimos. Acreditamos que convém fazermos uso do termo imigrantes nesse caso específico em nosso texto, uma vez que estamos nos referindo de facto aos estrangeiros que migraram para Portugal em busca de residência, logo de acordo com a política de migração, estes passado tempo regulamentar, para além de ainda serem estrangeiros, se tornam efetivamente residentes que em muitos casos adquirem posteriormente a cidadania, podendo inclusivamente deixar de ser estrangeiros, se optarem por não manter sua cidadania de origem. Nesse sentido, como afirma Malheiros, “ O ser cidadão estrangeiro em Portugal é, muitas vezes, uma situação temporária (...) por exemplo, no ano de 2001 cessaram o estatuto de residentes 1082 estrangeiros por motivos de aquisição de nacionalidade portuguesa” p. 186.

³⁷⁰ Esclarecemos que não deveremos generalizar, pois os imigrantes africanos, ou de qual nacionalidade se apresente sejam todos iguais e tenham todos os mesmos motivos para terem migrado, e ainda que exerçam as mesmas atividades no país que o acolheu. Nesse sentido sabemos pois que muitos imigrantes não são trabalhadores por opção, muitos já desembarcaram reformados, são idosos, e continuam a querer trabalhar nas feiras ou em qualquer outro lugar como trabalhador informal, outros apresentam algum tipo de enfermidade física ou mental e vieram para Portugal em busca de alguma terapia, e acabaram por não ter apoio suficiente de suas embaixadas para seus reingressos tendo portanto que permanecer em solo luso até que possam resolver tal pendência, outros vieram inicialmente a estudo e ainda permanecem estudando, entretanto sem apoio financeiro estatal ou privado em seu país de origem buscam a atividade informal nas feiras, procurando conciliar trabalho e estudo, mulheres ou maridos viúvos que inicialmente um deles trabalhava e após o óbito do outro este que ficou teve de procurar algum “meio de vida” para seu sustento e dos seus dependentes, em fim são situações múltiplas, diversos perfis que fazem com que esses imigrantes optem pela migração e pelo trabalho nas feiras.

³⁷¹ Não somente de africanos, mas também vemos a presença em menor proporção do que a de africanos, de brasileiros, chineses, romenos, eslavos, etc.

responsáveis por crises de desequilíbrio geoeconómico existentes, ocasionando efeitos como níveis de rendimento desequilibrados, geralmente mais baixos, (dê)estabilidade de emprego, inadequadas condições de trabalho, precariedade, flexibilidade, submersão à economia informal, elevados índices de desemprego. “Tais elementos são resultado dos impactos da globalização económica em curso”³⁷² que tem a tendência de não levar em consideração as especificidades, as diferenças, “homogenizando” o que é diverso, é plural.

Quando tratamos de imigração no Brasil o tema é bastante amplo,³⁷³ tendo em vista sabermos que, desde a formação da colónia brasileira, já se via fluxos migratórios para o país integrado em um “novo mundo”. As capitânias hereditárias foram as primeiras formas de consolidação da imigração portuguesa. No mesmo século tem início a africana, com o tráfico negreiro. Posteriormente ocorreu a imigração italiana nos séculos XIX e XX (entre 1870 a 1920); a imigração alemã em 1824; e, ainda no século XIX, as grandes imigrações de espanhóis, alemães, de japoneses, entre outros³⁷⁴. O século XIX, no Brasil, foi marcado por um crescente índice de imigrações, tendo em vista as situações económicas e políticas em que viviam os países europeus, especialmente Alemanha, Itália, Portugal e Espanha³⁷⁵. A crise nas suas economias provocou crescentes índices de emigrações,³⁷⁶ as quais tinham destinos certos, tendo em vista a expansão económica na agricultura e na implantação da indústria nos países da América, necessitados de mãos-de-obra. Nesse contexto, o Brasil e os países sul-americanos eram endereços certos. Com os dois grandes conflitos mundiais, esses fluxos migratórios foram decrescidos. Na década de 1950, com o advento do fim da Guerra da Coreia, percebemos a chegada no Brasil de coreanos, e após a década de 1980 a presença também de chineses³⁷⁷.

³⁷² Op cit Baganha, (2005), p. 144.

³⁷³ Sabemos pois que a imigração no Brasil inicia desde o século XVI e se estende aos dias atuais. Sendo assim, optamos por demonstrar esse processo de migração de maneira sintética, destacando mais o que interessa para esse estudo no que diz respeito as migrações internas verificadas no século XX e XXI, onde verificaremos a presença desses imigrantes internos trabalhando nas feiras como resultado de uma política global.

³⁷⁴ Esclarecemos que a imigração de cidadãos estrangeiros para o Brasil não acontece na História do Brasil de maneira isolada e por períodos específicos, ou seja, os portugueses iniciaram esse processo e deram continuidade até hoje, os espanhóis, alemães, holandeses, e outros da mesma forma, os portugueses não tiveram seu momento de emigração para o Brasil somente no século XVI e não emigraram mais, muito pelo contrário esses cidadãos lusos sempre emigraram para o Brasil. Queremos justificar portanto, que o texto apresenta a partir dos períodos os fluxos mais significativos de imigrantes a partir das suas nacionalidades e dos acontecimentos históricos que viviam em seus territórios o que não quer dizer em específico que se fizeram presentes no Brasil somente nos períodos citados, tendo em vista que as correntes migratórias são processuais e dinâmicas, e não específicas apenas de um período.

³⁷⁵ Frick, P. (2009, 13 de Junho) *A imigração no Brasil*. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em: <http://www.webartigos.com/articles/19680/1/A-IMIGRACAO-NO-BRASIL/pagina1.html>.

³⁷⁶ Girard, L. L. *A inserção de imigrantes europeus na cidade de Brasília*. Acedido em 10 de janeiro de 2011. Acedido em http://www.urbanidades.unb.br/artigo_1_luana_girard.pdf.

³⁷⁷ Lisboa, K. M. (2008). Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. Em: *Revista Espaço Plural*, Ano IX, N° 19, 2° Semestre, p. 95-104.

Contudo, percebemos que, apesar de o Brasil ser um país originalmente considerado, por tradição³⁷⁸, como o país receptor de imigrantes e um país cuja população também emigra, no final do século XX e início do XXI, diferentemente de Portugal, o Brasil se apresentou com uma dinâmica de migração específica. Com isto não queremos dizer que deixa de ser receptor de imigrantes, muito pelo contrário, o processo de imigração para o Brasil continua se fazendo presente, entretanto de maneira diminuída. Como vimos na primeira parte desse texto, com a criação da Comunidade Europeia anteriormente referida e a crise da década de 80, muitos brasileiros emigraram para países que apresentavam índices de política de desenvolvimento, como é o caso de Portugal e Espanha, diante da facilidade de aproximação das culturas, dentre outros factores já referidos anteriormente.

Assim sendo, os países da Europa, diferentemente do Brasil, se apresentavam em melhores condições de receptividade e se tornavam mais atractivos. Passamos a perceber então no Brasil outro fenómeno já iniciado anteriormente, no início do século XX³⁷⁹, mas evidenciado somente posteriormente, qual seja, o processo de migração interna entre as regiões. No Brasil, diferentemente de Portugal, na atividade informal evidenciada nas feiras, não verificamos a presença de estrangeiros exercendo o papel de feirantes de maneira significativa. Nas feiras nordestinas brasileiras, especificamente as que estamos investigando neste estudo, verificamos a presença de feirantes oriundos de outras localidades brasileiras que migraram para essas cidades, e não de estrangeiros residentes.

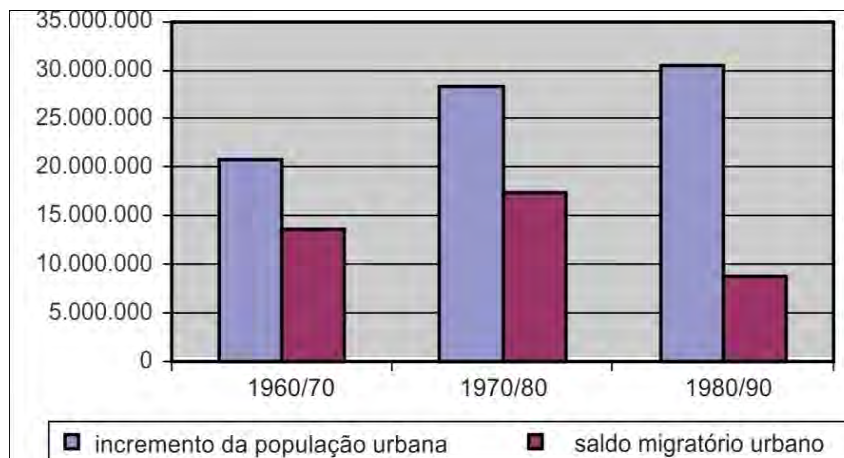
É adequado tecer aqui algumas considerações acerca do movimento de migração interna no Brasil durante o século XX, nomeadamente a partir dos anos 50. Esse movimento se dá, naquele momento, mais do campo para a cidade, o chamado êxodo rural. Alguns dos motivos que levaram a essa migração são: a concentração de terras não mãos de poucos, os grandes latifundiários e a super exploração de mão-de-obra destes sobre os trabalhadores rurais. Por outro lado, a zona rural também apresentava poucas oportunidades de trabalho para os jovens, diante da mecanização de algumas lavouras, além das intempéries climáticas como secas prolongadas ou enchentes. Ao mesmo tempo,

³⁷⁸ Tradição, no sentido utilizado por Hobsbawm, como algo inventado e não tácito, fixo e imutável. Nesse sentido, tradicionalmente o Brasil fora visto como país receptor, entretanto de acordo com o contexto social, económico e cultural essa tradição muda, se adequa se tornado país da emigração externa e interna. Sobre conceito de tradição como inventada, ver Hobsbawm, E. e Ranger, T. (orgs.) (2008). *A invenção das tradições*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, pp.9-23.

³⁷⁹ Até o início do século XX vimos que muitas foram as contribuições ao Brasil, dadas pelos imigrantes, sobretudo os europeus com mão-de-obra qualificada. Entretanto, com o advento do Estado Novo e a política de Vargas nos anos 30, passamos a perceber para além da presença de uma imigração externa, também passamos a ter uma forte migração interna. A esse respeito de migração interna, ver: Balan, J. (1973, jul/set) *Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa e Estudos CEBRAP*, v.5, p. 5-79 e Bassanezi, M. S. B. (1995). *Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico*. Em: PATARRA, N. L (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas, p.1-38.

as cidades se apresentavam com a ilusão de melhores condições de vida diante dos empregos nas indústrias, comércio e serviços, com salários elevados, acesso maior e melhor à assistência médica e a educação. Ocorre, portanto, em paralelo ao êxodo rural, o processo de urbanização dos grandes centros. Os índices que seguem confirmam:

Gráfico 27 – População brasileira e saldo migratório urbanos nos períodos 1960/1991



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 (Carvalho & Garcia, 2003). Ver Brito, F. (2006, maio/agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos Avançados*, vol.20 no.57 São Paulo. Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>.

Na década de 1970, a migração interna continuou apresentando elevados índices, colaborando para o processo de inchamento demográfico das cidades. De acordo com os censos do IBGE, em 1970 a população urbana era de 52.097.271, crescendo para 137.953.959 em 2000. A tabela abaixo é um demonstrativo destes índices:

Tabela 14 – Distribuições relativas da população urbana (%), de acordo com o tamanho das cidades. Período 1970/2000

Tamanho das Cidades	1970	1980	1991	2000
< 20.000 habitantes	26,92	21,35	19,34	18,81
20.000 - 50.000	12,04	11,40	12,44	11,49
50.000 - 100.000	7,80	10,50	10,23	10,57
100.000 - 500.000	19,59	21,92	24,43	26,12
500.000 e mais	33,65	34,83	33,56	33,01
População urbana total	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.953.959

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Brito, (2006, Maio/Agosto) F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos avançados*, vol.20 no.57 São Paulo. Acedido em 12 de janeiro de 2011, <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>

As aglomerações urbanas tornam as cidades conhecidas como metrópoles globais – a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo – e metrópoles nacionais – a exemplo das cidades de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília. Destacamos que a cidade de Salvador teve sua população quase duplicada entre 1970 e 2000, apresentando 1.135.818 e 2.991.822 respectivamente.

Tabela 15 – Cidades que são consideradas metrópoles urbanas diante de sua população total, período: 1970/2000

Aglomerados metropolitanos	População total			
	1970	1980	1991	2000
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.795.536
Fortaleza	1.070.114	1.627.042	2.339.538	2.910.490
Recife	1.755.083	2.347.005	2.874.555	3.278.284
Salvador	1.135.818	1.752.839	2.474.385	2.991.822
Belo Horizonte	1.619.792	2.570.281	3.385.386	4.177.801
Rio de Janeiro	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.869.255
São Paulo	8.113.873	12.552.203	15.395.780	17.813.234
Campinas	644.490	1.221.104	1.778.821	2.219.611
Curitiba	809.305	1.427.782	1.984.349	2.635.436
Porto Alegre	1.590.798	2.307.586	3.029.073	3.498.322
Goiânia	424.588	807.626	1.204.565	1.609.335
Brasília	625.916	1.357.171	1.980.432	2.756.701
Total aglomerado (1)	25.338.728	37.750.545	47.644.838	56.555.827
População Brasil (2)	93.134.846	119.002.706	146.825.475	169.799.170
(1) / (2)	27,21	31,72	32,45	33,31
População urbana (3)	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.953.959
(1) / (3)	48,64	46,93	42,93	41,00

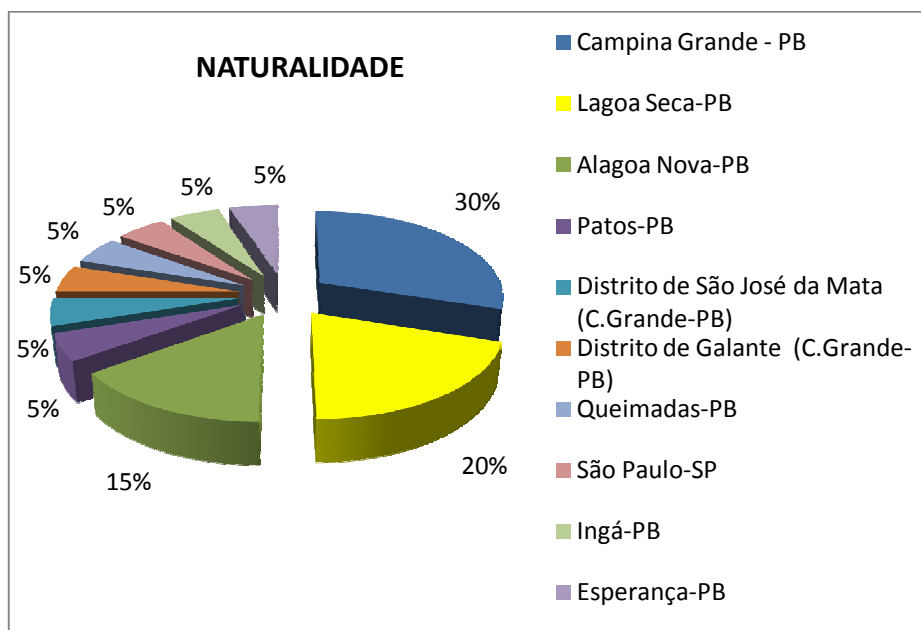
Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Brito, F. (2006, Maio/Agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos avançados*. Vol. 20 ano. 57 São Paulo. Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>

Tal crescimento populacional, nos grandes centros, ao passo que acarretou o desenvolvimento destes, também acabou por gerar crescentes índices de miséria, com sub-emprego e desemprego altos. Tanto é que, entre os anos de 1980 a 2000, esses índices de migração tenderam a diminuir, se comparados aos relativos às décadas de 1950-1970. Queremos, contudo, tratar especificamente desse processo nas feiras em estudo. Sabemos que tais índices de êxodo rural se manifestaram propriamente da zona rural para as cidades de pequeno, médio e grande porte. Tanto Caruaru quanto Campina Grande receberam, nas décadas mencionadas, pessoas com origem no campo, nas cidades interioranas, e que tiveram por muitas vezes a feira como lugar para trabalho, já

que os sectores formais da economia, as indústrias, o comércio e os serviços, não absorviam todos os recém chegados.

No caso de Campina Grande, por exemplo, se vê que a cidade sempre foi considerada como ponto de chegada e de convergência de muitos transeuntes do interior do estado, que antes mesmo de migrarem para os grandes centros urbanos, migravam em um primeiro momento para Campina Grande. É o que podemos constatar nos dois estudos académicos, de Barros — “dados (dos ambulantes de Campina Grande) revelam um alto grau de endogeneidade regional (...) dado se tratar de uma região de emigração...”³⁸⁰; e também de Costa — “Mais uma vez constata-se o papel de Campina Grande como núcleo de recepção migratória de curso curto, já que, dos 48% entrevistados nascidos em outros municípios, 43% apenas 5% eram de outros estados, situação observada para os anos 1980 no comércio informal da cidade”³⁸¹. Em consonância com estas constatações, verificamos que dos feirantes por nós entrevistados, somente 30% são de facto naturais da cidade de Campina Grande. Os demais são naturais de distritos da cidade e também de outras cidades do estado da Paraíba. Somente 5% declararam-se como naturais do estado de São Paulo. Ou seja, 65% dos entrevistados nasceram em cidades do interior do estado e também da zona rural. O gráfico a seguir demonstra esta realidade:

Gráfico 28 —Naturalidade dos feirantes em Campina Grande-PB



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

³⁸⁰ Barros, N. C. C (1987) O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo.

³⁸¹ Costa, A. A (2003). O perfil do feirante. Em: Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico- Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

Já em relação à cidade considerada como aglomerado metropolitano, ilustrado na última tabela, Salvador, verificamos a presença de imigrantes nacionais na feira de São Joaquim, sobretudo após 1950.

Na década de 1950, o lema era a busca pelo desenvolvimento, e os projetos políticos de desenvolvimento vislumbravam um país mais urbano que rural. Foi o caso do Plano de Metas do então presidente da República Juscelino Kubitschek, que trazia a urbanização e modernização como objetivos de seu governo³⁸². O Nordeste sofrera com o conhecido Polígono das Secas³⁸³ e Salvador foi um centro que acabou por acolher boa parte desses nordestinos interioranos que sofreram com esse fenómeno, contando com o advento posteriormente da descoberta do petróleo. Tais factos fizeram com que se fortalecesse o desenvolvimento de Salvador, frente a outros centros na década de 1950:

Vieram sergipanos, alagoanos, paraibanos, dentre centenas de nordestinos, que engrossaram as fileiras dos retirantes que fugiam desesperados do polígono das secas para se aventurarem em Salvador, em busca melhores condições para sobrevivência na capital, que outrora fora o centro económico do Império Português na América e que, no início dos anos 50 do século XX, retornava sua vitalidade, a partir da descoberta de petróleo³⁸⁴; Entre 1940 e 1950, a cidade recebeu um excedente demográfico de 126.792 pessoas, das quais os imigrantes, cerca de 89.671, representavam 70%. Desde 1950, a capital do estado da Bahia aumenta, em média, 15 mil habitantes cada ano, dos quais pelo menos dois terços vêm do interior.³⁸⁵

Dos feirantes entrevistados, destacamos os depoimentos de Babau e Pai de Santo, a respeito de suas respectivas chegadas na feira de São Joaquim:

Eu vim através dos meus irmãos, viemos do interior, um senhor que viu a nossa dificuldade, que tínhamos no interior, e perguntou: você quer ir para Salvador? Quer ir trabalhar na feira? Lá nos temos uma barraquinha... eu disse bom, pela nossas dificuldades eu disse: estou decidido a ir. Larguei pai e tudo e vim, e estou aqui a 49 anos (...) ³⁸⁶; O mercado de trabalho ficou estreito, não tinha onde trabalhar, sai de Nazaré da Farinha-BA, escondido num vagão do trem, correndo de uma lado para o outro para não pagar bilhete³⁸⁷.

Em nosso estudo também comprovamos a existência de imigrantes de outras localidades para além da zona metropolitana de Salvador, como pode ser observado no gráfico a seguir, no qual

³⁸² Teixeira, F.M. P. (1993). Crescimento Industrial e Modernização. Em: *História Concisa do Brasil* São Paulo: Global.

³⁸³ Fazem parte do polígono da seca 1.348 municípios, localizados nos estados nordestinos: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e também em Minas Gerais. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADgono_das_secas#.C3.81rea_de_abrang.C3.AAncia

³⁸⁴ Oliveira, F. (2003). *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, p. 41-53

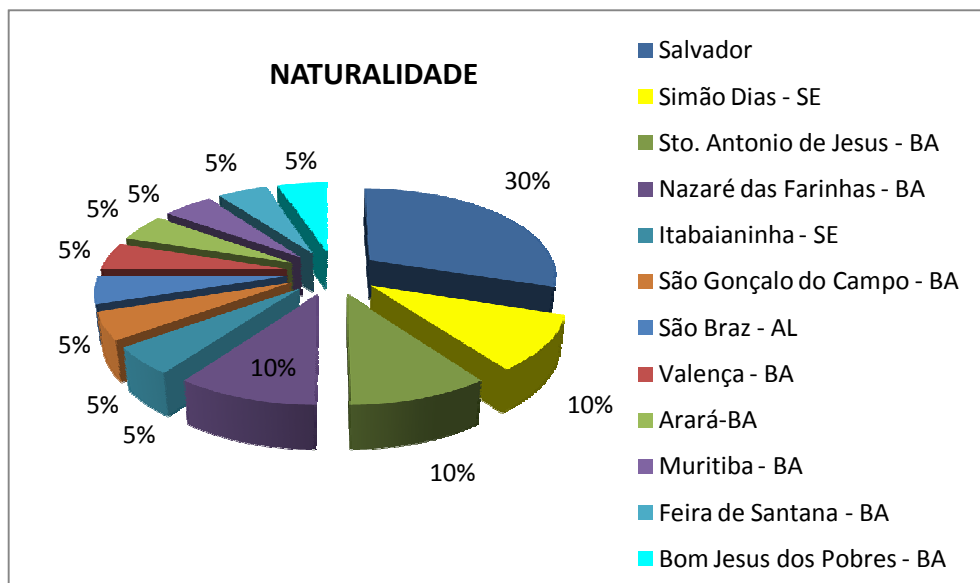
³⁸⁵ Santos, M. (2008). O crescimento recente na cidade. Em: *O centro da cidade de Salvador*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. EDUFBA. Salvador, p.51.

³⁸⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Erivaldo Rodrigues (Babau), feirante em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

³⁸⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. "Pai de santo", feirante em São Joaquim, Salvador em 10 de Junho de 2009.

70% dos entrevistados são naturais de outros municípios do estado da Bahia e também de outros estados vizinhos.

Gráfico 29 – Naturalidade dos feirantes na feira de São Joaquim (Salvador-BA)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

A partir da década de 1980, no Brasil, o processo de migração tem passado por algumas mudanças, haja vista que o movimento nesse instante se dá na direção contrária. Ou seja, se no período de 1950-1970 assistimos ao fenômeno do êxodo rural e de migrações internas, seja do campo ou mesmo de cidades de pequeno porte para cidades de médio e grande porte, a partir da década de 1980, e, sobretudo nos anos 1990, há uma diminuição da migração interna rumo ao Sudeste, como resposta ao aumento das migrações intra-regionais. Além disto, verifica-se uma crescente diminuição da migração interna em direção às duas metrópoles globais brasileiras: as cidades de São Paulo e o Rio de Janeiro. Muitos nordestinos têm regressado aos seus estados de origem e outros têm buscado as capitais mais desenvolvidas da região Nordeste para se sedentarizarem, a exemplo de Fortaleza-CE, Salvador-BA, Recife-PE e até João Pessoa-PB.

A redução da participação relativa dos grandes aglomerados metropolitanos no total da população urbana, resultante do redirecionamento de parte das migrações internas, depois de 1980, para as cidades médias não-metropolitanas, abre perspectivas para novas territorialidades, espaços sociais que se integraram ao novo padrão migratório da sociedade brasileira³⁸⁸

³⁸⁸ Brito, F. (2006, maio/agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos Avançados*, vol.20 no.57 São Paulo. Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>.

Esse movimento de fuga dos grandes centros deve-se à crise urbana que neles se instalou, acarretando desemprego, problemas económicos e sociais, com conflitos inerentes à segregação social e espacial. Os migrantes então partem para o interior ou para os outros estados, saindo das capitais e migrando para periferia metropolitana, ou para outras cidades de menor porte com expectativas de melhores condições de vida.

Diante do exposto acerca do trabalho informal presente tanto em Portugal quanto no Brasil, resultado de uma política globalizante, verificamos que os trabalhadores informais, sejam operários liberais, ambulantes, ou até mesmo os feirantes personagens desse estudo, com suas experiências cotidianas, acabam por contribuir para o desenvolvimento dos seus lugares de trabalho, se adequando muitas vezes às normas pré-estabelecidas de um capital comercial que dita as “regras do jogo”. Mesmo nas feiras encontramos políticas de preservação e valorização desse capital comercial associadas à relação entre produção e distribuição. De um lado há os pequenos produtores tecnificados e do outro o feirante, sem necessariamente ter sua mão-de-obra valorizada por intermédio de um sistema de assalariamento, e a formalização de seu trabalho por intermédio do registo da carteira de trabalho, considerados, portanto, como trabalhadores “autónomos”.

Capítulo 5 – Outros hábitos e lugares de consumo

Os supermercados são superfícies comerciais que concentram territorialmente e financeiramente o capital, possibilitando às pessoas encontrarem num mesmo local, um grande conjunto de mercadorias disponíveis para seu abastecimento, não sendo necessário ir a vários pontos da cidade para a compra de produtos. Antes dos supermercados, os consumidores se abasteciam através de um comércio pequeno, de vizinhança (quitanda, mercearia, padaria, frutaria, peixaria, açougue, empório, bazar e outros)³⁸⁹. Quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios, a cidade contava com lojas importadoras (a produção agrícola brasileira não era suficiente para o abastecimento do mercado interno), mercado municipal e feiras-livres³⁹⁰.

No capítulo anterior tratamos da dinâmica de trabalho nas feiras, destacando aspectos relacionados ao trabalho informal, ao desemprego, aos fluxos migratórios, entre outros. Todos se destacam como elementos resultantes do momento atual vivido no Brasil e em Portugal, fruto de uma economia de mercado globalizante. O presente capítulo também versará sobre os impactos verificados nas feiras diante da globalização, desta vez tendo as novas modalidades de consumo como temática central de análise. O conjunto dessas modalidades não inclui somente as grandes superfícies comerciais como os supermercados, hipermercados, e *shopping centers* em Portugal e no Brasil, mas também os portais de consumo na internet. O texto estrutura-se em duas partes. Na primeira fazemos uma breve retrospectiva histórica acerca da implantação dos referidos equipamentos urbanos, sobretudo os supermercados e centros comerciais nos dois lados do Atlântico, destacando não só a origem desses centros, mas também os elementos atuais de atração para os clientes, a partir de estratégias que se configuram em marketing³⁹¹ comercial. Na segunda parte, procuraremos compreender a relação das feiras com essas modalidades de consumo, dando destaque aos impactos que as mesmas sofreram em função da implementação de tais modalidades. Para tanto, utilizaremos como fonte primária de análise os depoimentos dos feirantes e fregueses, que discorrem a respeito das novas concorrências advindas da década de 1980.

³⁸⁹ Aos outros referidos pela autora, acrescentamos as feiras e os mercados. Ver, Pintaudi, S.M. (1981) *Os supermercados na grande São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP. São Paulo, p. 105.

³⁹⁰ Ver Pintaudi, S.M. (2007) A cidade e as formas do comércio. Em: *Novos caminhos da Geografia*. Ana Fani A. Carlos (org.). 5. Ed. 1ª Reimpressão. Contexto. São Paulo, p. 147.

³⁹¹ A sociedade de consumo atual é atraída por algumas estratégias do marketing comercial nos grandes centros comerciais. Tais estratégias se configuram segundo Baudrillard em características do tipo: “jogo de imagens, signos, símbolos, hábitos pré-moldados, padrões e modos de vida controlados pelo poder do consumo. É a generalização e uniformização dos produtos e pessoas através da preponderância do valor de troca sobre o valor de uso”. A esse respeito ver Baudrillard, J. (1995) *A sociedade de consumo*. Elfos, Edições 70. Lisboa. p. 212.

5.1 – Equipamentos comerciais dos dois lados do Atlântico

Como já vimos anteriormente, sobretudo no primeiro capítulo deste trabalho, o comércio e as cidades se configuram como elementos de complementaridade. Vimos também, no capítulo anterior, que a mão-de-obra utilizada nesses comércios, sectores terciários da economia, é oriunda de produções muitas vezes de carácter doméstico ou familiar, e também de produções vinculadas à indústria, atendendo à dinâmica do capital financeiro na contemporaneidade. Portanto, produção, troca e consumo são elementos que encontram-se interligados, como já dissera Marx em relação à sociedade de seu tempo: "A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. São elementos de uma totalidade"³⁹².

Em relação especificamente ao consumo, estando este ligado à produção, o mercado necessita de estratégias de proliferação de distribuição daquilo que foi produzido. Para tanto, se apropria de signos que contribuem para consolidar essa distribuição vinculada em grande medida às cidades, enquanto centros de distribuição e de abastecimento. A esse respeito, Lefèbvre afirma que a produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais e produtivas ou organizadoras. O signo é comprado e vendido. Sob a aparência de signos e significação em geral, são significações desta sociedade que são entregues ao consumo³⁹³.

A sociedade atual, que tem valores ligados ao consumo, é "vítima", muitas vezes, de um processo produtivo que tem nos signos as estratégias para a distribuição de suas mercadorias e a proliferação do sistema capitalista. Os meios técnicos modernizantes e mediatizados de comunicação de massa³⁹⁴ atuam no sentido de publicitar os símbolos que são comercializados e que se materializam nas mercadorias, produtos esses que em muitos casos não condizem com aquilo que foi dado como significado na publicidade do signo. É nesse contexto que emergem os elementos que vão dar lugar ao objetivo de exacerbação das mercadorias por meio de vendagem dessas mercadorias, ou seja, os lugares que colaboram para a proliferação do processo de aquisição desses "signos". Os equipamentos urbanos pós-modernos, os centros comerciais e as grandes superfícies que emergem na década de 1950 do século XX, inicialmente associando consumo e comércio nas cidades,

³⁹² Marx, K. (1974). *Introdução à crítica da economia política*. Abril, Col. Os pensadores, vol 35, São Paulo, p. 119.

³⁹³ Lefèbvre, H. (1991) *O Direito a Cidade*. Ed. Moraes. São Paulo, p.64.

³⁹⁴ A respeito dos símbolos e signos que são produzidos pela mídia enquanto meios técnicos de comunicação em massa, e as mercadorias que se tornaram esses símbolos e signos, ver as obras de Baudrillard, J, respectivamente: (1991). *Simulacros e Simulações*. Relógio D'Água, Lisboa e (1995). *A sociedade de consumo*. Elfos, Edições 70, Lisboa.

posteriormente (década de 1980) do mesmo século, ampliam para serviços, lazer e entretenimento, características inerentes à dinâmica de sociabilidade presente aos seres humanos na sociedade atual³⁹⁵.

Antes, porém, no início do século XX, da década de 1930 até os anos 50, surgiram, tanto na América do Norte³⁹⁶ como na Europa, as primeiras lojas de varejo de grandes dimensões, que também se tornaram conhecidas como lojas de departamento. Estas, em grande maioria, eram filiais de grupos internacionais, e na altura, portanto, já praticavam importação e exportação, fruto do projeto do liberalismo da época. Essa política liberalista acontecia em resposta à crise de 1929, que trouxe algumas sequelas. Uma delas consistiu exatamente não só na valorização da indústria nacional (sector tradicional), mas também investimentos no sector moderno com capitais de origem nacional e estrangeira, favorecendo a produção e comercialização de bens não duráveis, influenciando, portanto, o consumo.

5.2 – Supermercados e hipermercados no Brasil

No caso específico do Brasil, as mudanças no comércio varejista ocorrem de forma lenta. A primeira loja de departamento foi implantada no início do século XX, em 1912,³⁹⁷ mas somente após praticamente três décadas, em 1953, é que acontece a instalação do primeiro supermercado³⁹⁸, no Rio de Janeiro, denominado O Disco:

O supermercado, o primeiro O Disco, no Rio de Janeiro, do poeta Augusto Frederico Schmidt vai derrotando a venda, o armazém, o açougue, suplantado também pela casa de carnes especiais, a peixaria, mantendo-se apenas para os ricos. Vai derrotando também a quitanda ou a carrocinha e o caminhãozinho: suas gandas exibem alface, tomate, agrião (...) uma variedade de verduras, legumes e frutas, que incorporaram à dieta alimentar do dia-a-dia do brasileiro (...) sobretudo por

³⁹⁵ Pintaudi, S.M. A cidade e as formas do comércio, cit., p. 147.

³⁹⁶ Foi nos Estados Unidos que verificou-se o surgimento do primeiro supermercado da História, tendo em vista ao contexto económico e social da época, pois a época foi a mesma da linha de montagem proposta por Ford. A respeito da transformação do comércio tendo lugar pioneiro os Estados Unidos, ver França Jr., L. B. *O Trabalho na grande rede hipermercada, um estudo sobre o carrefour e a reestruturação na década neoliberal*, p. 5. s/d. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/luzimarbarretofrancajunior.pdf>.

³⁹⁷ Se trata da “loja *Mappin Stores*, implantada na cidade de São Paulo, em 1912 era uma filial da Loja *Mappin & Web* inglesa.” Ver Júnior França, Luzimar. *O Trabalho* cit..., p. 6.

³⁹⁸ A respeito da afirmação que o primeiro supermercado brasileiro teve origem em 1953 na cidade do Rio de Janeiro, ver não só Novais, F. A. e Mello, J. M. C. (1998). *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Em: *História da vida privada no Brasil contrastes da intimidade contemporânea*. Coleção vol. org por Lilia Moritz Schwarcz. Companhia da Letras. São Paulo. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Distribuidora_de_Comest%C3%ADveis_Disco_S.A.

influência do imigrante italiano. A feira, apesar de ir perdendo a importância consegue resistir bravamente³⁹⁹.

Há controvérsias em relação a implantação do primeiro supermercado no Brasil. Entretanto as teorias convergem para o mesmo ano de 1953, mas divergindo quanto à cidade em que foi implantado, se no Rio de Janeiro, como vimos, ou em São Paulo.

O supermercado, que seguia o modelo norte-americano, foi tardiamente implantado no Brasil porque havia a prática de comércios mais baratos, oriundos de feiras livres, de maneira que o consumo em supermercados era algo impensado para a época:

Social e economicamente, as condições ambientais brasileiras para implantação e desenvolvimento do supermercado não foram similares às existentes nos Estados Unidos durante a depressão, máxime em se considerando já existir aqui [o autor se refere ao Brasil] um sistema barato de distribuição (o das feiras), (...). Eis porque só em 1953, surgiu o primeiro supermercado em São Paulo⁴⁰⁰.

Ou no Rio de Janeiro, ou em São Paulo, o facto é que na década de 1950 do último século o Brasil passou a ter, para além das formas de consumo tradicionais, em mercados, feiras, quitandas, vendas e mercearias, também a opção dos supermercados. Opção essa que trazia uma nova performance de consumo moderna, comungando com o contexto histórico em que estava inserido o Brasil. O momento trazia características marcadas pela modernidade, diante da consolidação e expansão da industrialização, sobretudo pela indústria de base, a exemplo da indústria automobilística, de eletroeletrônica e de bens de consumo não duráveis. Factos que consolidaram ainda mais a expansão da urbanização vivida a partir da década de 60, na fase do chamado milagre económico brasileiro, com o fortalecimento da burguesia urbana e formação de um proletariado operário. Esses

³⁹⁹ Embora exista essa afirmação por parte dos autores acima mencionados, existe também indícios que o primeiro supermercado no Brasil foi inaugurado já no século XIX no bairro de Cascadura na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido esse supermercado o responsável pelo impulso do comércio na região, motivando posteriormente a criação do viaduto do bairro durante o governo de Getúlio Vargas. Ver Vieira, L. (2008, 18 de Junho). O primeiro supermercado do Brasil, *Subúrbio Notícias*. Junho de 2008. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://noticiasdosuburbio.blogspot.com/2008/06/o-primeiro-supermercado-do-brasil.html>

⁴⁰⁰ Sobre a diferença entre os supermercados no Brasil e nos Estados Unidos, diante da origem dos mesmos em relação ao mercado ver Knoke, W. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confronto e contrastes. Em: *Revista de Administração de Empresas*, N. 9. Artigo traduzido por Pólia L. Hambúrguer, p. 95. Essa afirmação de que o primeiro supermercado do Brasil teve origem na cidade de São Paulo segundo o autor é uma afirmação de Taylor, D. A. "Retailing in Brazil", *Journal of Marketing*, Julho de 1959, p. 55. <http://www16.fgv.br/rae/artigos/2455.pdf>, acedido em 21 de Janeiro de 2011. A respeito da origem dos supermercados ter lugar na cidade de São Paulo ver também, Motomura, Marina. Quando surgiram os supermercados? Em: Acedido em 21 de Janeiro de 2011: em http://mundoestranho.abril.com.br/historia/pergunta_287130.shtml. Na matéria a autora faz referência ao supermercado paulista que atendia na altura pela denominação de Sirva-se.

fatores acabaram por colaborar com as mudanças na forma do comércio de varejo e a proliferação de supermercados, sobretudo nos grandes centros:⁴⁰¹

Na década de 1950, alguns imaginavam que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização dos trópicos, na qual se combinariam a incorporação das conquistas materiais do capitalismo e a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo (...) De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova crença na modernização, isto é, de acesso iminente ao “primeiro mundo”⁴⁰².

Outro fator relevante que colaborou para a expansão dos supermercados, que se soma ao período do milagre econômico e todos os já mencionados anteriormente, diz respeito ao surgimento de dois instrumentos que são frutos da indústria de bens duráveis e da siderurgia nacional, instalada no Brasil ao final dos anos 50 do século XX: os eletroeletrônicos e a indústria automobilística. Ambos favoreceram a expansão dos supermercados. Como argumenta Pintaudi,

A expansão dos supermercados também se deveu a dois outros factores fundamentais que foram a geladeira e o automóvel. O aperfeiçoamento da refrigeração destinada ao lar, bem como a produção em massa de refrigeradores e sua consequente redução de preço, permitiu que as pessoas pudessem realizar o abastecimento em casa de géneros alimentícios perecíveis por períodos mais longos. Por sua vez, o automóvel, que a partir de meados de 60 passou a ser adquirido pelos estratos de rendimentos médios da população, deu maior autonomia aos proprietários, liberando-os das compras restritas aos limites do bairro⁴⁰³.

A partir da década de 70, viu-se a proliferação dos supermercados para além dos centros da cidade, se expandindo às periferias, mas também a distribuição desses equipamentos comerciais pelas cidades interioranas brasileiras, oferecendo aos consumidores mercadorias em sistemas *self-service*, diante dos seus arranjos físicos modernos, e também de serviços.

Conclui-se que, da segunda metade século XX em diante, verificou-se mudanças significativas no comportamento dos consumidores brasileiros, no seu hábito de compra, e os supermercados, em grande medida, foram responsáveis por essas mudanças. Vargas nota que, “Dentre as alterações ocorridas no sistema varejista brasileiro, no século XX, as que apresentaram maior índice de crescimento foram os supermercados”⁴⁰⁴.

⁴⁰¹ Vargas, H. C. (1992). *Comércio: Localização Estratégica ou Estratégia na Localização*. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

⁴⁰² Novais, F. *Capitalismo tardio*... Cit., p.66.

⁴⁰³ Pintaudi, S. M. (1984). *O lugar do Supermercado na cidade Capitalista*. Geografia, vol.9 n. 17-18, pp.37-54.

⁴⁰⁴ Vargas, H. C. *Comércio*... Cit., p. 245

No Brasil, “o número de supermercados cresceu 7,8 vezes entre 1966 e 1976 (997 lojas e 7.800 lojas, respectivamente). Em 1998 eram 51.500 supermercados, mostrando, em 22 anos, um crescimento de 6,6 vezes. Hoje eles são responsáveis por 85% do abastecimento nacional de produtos de grande consumo”⁴⁰⁵. Facto também comprovado por dados do IBGE:

Tabela 16 – Número de empresas comerciais de médio e grande porte por classes e géneros de comércio

Brasil							
Variável	Número de empresas comerciais de médio e grande porte (Unidades)						
Géneros de comércio	Supermercados e hipermercados						
Classes de comércio varejista	Ano						
	1988	1989	1990	1992	1993	1994	1995
Total	3670	3592	3518	3324	3260	3133	3058

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Comércio

Como pode ser verificado na tabela acima, junto com os supermercados cresce também o quantitativo de hipermercados no Brasil, sobretudo na década de 1980, diante da crise económica vivida no país, ocasionando a falência de supermercados e a aquisição, por grupos estrangeiros, desses supermercados nacionais. Grupos esses que implantam os hipermercados. Se os supermercados no Brasil seguem o modelo norte-americano, os hipermercados são uma invenção francesa, tendo sua origem no Carrefour, cujo capital comercial era garantido a partir de investimentos de seu grupo no mundo todo. Segundo Silva, “No Brasil, o Carrefour está presente desde 1975, mas é somente a partir da metade da década de 1990 que passa a ser a maior empresa varejista do país. Operava apenas com hipermercados até 1998, quando adquire alguns supermercados das lojas Americanas”⁴⁰⁶.

A definição de ambos — supermercados e hipermercados — sugere diferenciações que, por um lado, estão ligados às estruturas e dimensões, tendo o primeiro área construída entre 400 e 2.500 m² e o segundo superfície maior de 2.500 m², podendo alcançar até 15.000 m² de área de venda. Por outro lado, a diferenciação vincula-se à importância comercial e portanto capital quando ao volume dos

⁴⁰⁵ Santos, M. e Silveira, M. L. (2005). Supermercados, feiras. Em *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7ª Ed. Rio de Janeiro Record, p. 150.

⁴⁰⁶ Na verdade o primeiro hipermercado implantado no Brasil não foi efectivamente o Carrefour, mas o nacional da rede Pão-de-Açúcar (Jumbo), em 1971 na cidade de Santo André-SP. Entretanto com todas as características em valores dimensionais estruturais, o Carrefour fora o primeiro em 1975, inclusive na altura já representando investimento financeiro estrangeiro no comércio varejista, a respeito das características do Carrefour, dimensão, representatividade na economia global, ver Silva, C. H. C. da (2003). *As Grandes Superfícies Comerciais: Os Hipermercados Carrefour no Brasil*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 14, p 99.

negócios e de facturamento, uma vez que a diversidade de mercadorias e a implantação de serviços são características inerentes aos hipermercados⁴⁰⁷.

(...) O hipermercado é já, para além da fábrica e das instituições tradicionais do capital, o modelo de toda a forma futura de socialização num espaço-tempo homogéneo de todas as funções dispersas do corpo e da vida social (trabalho, tempos livres, alimentação, higiene, transportes, média, cultura): retransição de todos os fluxos contraditórios em termos de circuitos integrados; espaço-tempo de toda simulação operacional da vida social, de toda uma estrutura de habitat de tráfego⁴⁰⁸

Sabemos, pois, que as empresas detentoras de capital internacionalizam-se, com a implantação e aquisição de equipamentos comerciais nos países em vias de desenvolvimento. Mas vale destacar uma empresa concorrente à rede Carrefour e também à rede Pão-de-Açúcar, empresa essa que teve sua origem no Nordeste do Brasil, inicialmente como supermercado. Nos referimos à Rede Bompreço, fundada em 1966, e que, posteriormente, passa a ser também hipermercado — o Hiperbompreço. Seu facturamento acabou por despertar, em 2002, o interesse da rede de empresa estrangeira holandesa Koninklijke Ahold N.V (Ahold)⁴⁰⁹ em adquirir as bandeiras Bompreço e Hiperbompreço. Posteriormente, em 2004, a também multinacional norte-americana Wal Mart⁴¹⁰ compra da Ahold suas acções e passa a administrar os destinos da empresa originalmente nordestina-brasileira. Na altura esta rede contava com 112 lojas e 3 centros de distribuição. Hoje tem 345 lojas distribuídas por todo o Brasil, e três centros de abastecimento. Entretanto é o Nordeste que acolhe o maior quantitativo delas, 138 lojas. O presidente do grupo, Héctor Núñez, destaca,

A rede registrou faturamento mundial da ordem de US\$ 400 bi. Desde 2004 que investimos mais de R\$ 1,2 bi no Nordeste na construção de novas lojas, reformas das unidades em operação e ampliação das centrais de distribuição, dentre outras

⁴⁰⁷ Silva, C. H. C. da As Grandes ... op cit, pp. 95 e 96, 2003, apud Pellegrinil, L. *Il commercio in Itália*. Bologna, Il mulino, 2000, pp.53 e 54. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp14/Geousp_14_Silva.htm acedido.

⁴⁰⁸ Baudrillard, J. *A sociedade...* cit., p. 13

⁴⁰⁹ Inclusivamente, a empresa Ahold, se trata da multinacional que atualmente em parceria com a holding, gerência as Redes Portuguesas Pingo Doce e Feira Nova, por intermédio do Grupo JMR- Jerónimo Martins SGPS, o qual faz parte com um percentual de 49%. A esse respeito ver, acedido em 21 de Janeiro de 2011.

⁴¹⁰ Fundada pelo empresário norte-americano Sam Walton em 1962, a Walmart teve sua origem em Rogers, Arkansas, nos Estados Unidos, e cresceu com a proposta de oferecer preços baixos todos os dias. A abertura de capital na Bolsa de Valores, em 1972, acelerou a expansão da rede, que no final da mesma década já somava 276 lojas em 11 Estados. Teve seu primeiro hipermercado o Walmart Supercenter, com 36 departamentos, em 1988. Em 1989 já contava com 1.402 lojas Walmart e 123 Sam's Club nos EUA. Em 1990, a empresa assumiu a posição de maior varejista do país, e oito anos depois criou um novo modelo de loja, Neighborhood Markets, atendendo sempre as necessidades dos consumidores. Em 2008, inaugurou o modelo de loja que chamou de Marketside, loja de conveniências, com diversidade de mercadorias. Diante de sua crescente expansão no mundo a empresa já encontra-se sediada em dezoito países, a saber: Estados Unidos, México, Canadá, Brasil, Argentina, Porto Rico, Inglaterra, Alemanha, Chile Porto Rico, Honduras, Nicaragua, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, China, Índia e Japão. Sobre o histórico da empresa e suas principais características mencionadas na nota em epígrafe, ver <http://www.walmartbrasil.com.br/Default.aspx>, acedido em 22 de Janeiro de 2011. A esse respeito da sua expansão pelo mundo ver <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walmart>, acedido em 22 de Janeiro de 2011.

acções (...). O Nordeste é fundamental em nosso plano de expansão e fortalecimento e em nossa pauta de investimentos temos a região como estratégica em nosso desenvolvimento (...) tivemos faturamento no Brasil⁴¹¹ na ordem de R\$ 17 bilhões, empregamos cerca de 80 mil pessoas e ocupamos a terceira posição no ranking da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Em 2010, cerca de 100 novas lojas serão abertas⁴¹².

Destacamos as bandeiras do Bompreço (supermercado) e Hiperbompreço (hipermercado), por serem estas grandes superfícies que foram implantadas no período de estudo (1986-2007) e que foram alvo do investimento do capital internacional global. No caso específico do Nordeste brasileiro, acabam por ser um pouco responsáveis pelo “esvaziamento”⁴¹³ das feiras, uma vez que os clientes deixam, muitas vezes, de consumir produtos da feira, optando pelos Hiperbompreços distribuídos no Nordeste do Brasil. Quando os equipamentos comerciais urbanos atendem ao preceito de acomodar as pessoas em um mesmo local, evitando os deslocamentos, é o que garante a publicidade,

Fazer compras e – por que não? – almoçar ou tomar um café, revelar fotos, passar na farmácia e abastecer o carro. Resolver tudo num lugar só é fácil para quem frequenta o Walmart. Nossas lojas oferecem aos clientes, além de uma enorme variedade de produtos, serviços como farmácias, postos de gasolina, laboratório de revelação fotográfica, restaurantes e cafés. Diferenciais de atendimento que garantem a melhor experiência de compra⁴¹⁴.

Observemos, na tabela seguinte, a distribuição das lojas Bompreço e HiperBompreço dispostas nas cidades em que se localizam também as feiras referências deste estudo. São 32 lojas em Salvador, três em Campina Grande e uma em Caruaru, oferecendo serviços bastante diversificados:

⁴¹¹ Convém lembrar que a implantação da empresa Wal-Mart no Brasil ocorreu na década de 1990, precisamente em 1995, período em que o Brasil após a restauração da Democracia, passava por momento de estabilidade econômica diante sobretudo da criação do plano real em 1994. Atualmente a empresa se faz presente directamente em dezoito dos estados brasileiro, nas quatro regiões do país e possui 450 lojas. O grupo Wal-Mart, actua nos segmentos ligado as necessidades dos clientes, não só alimentares (supermercados), mas também outros serviços. Opera em nove bandeiras, marcas originais que foram adquiridas pelo Grupo, são elas: Walmart; Sam's Club; Bompreço; Hiper Bompreço; TodoDia; Maxxi; Mercadorama; BIG e Nacional. Sobre as principais características mencionadas na nota em epígrafe, ver <http://www.walmartbrasil.com.br/Default.aspx>, cit. acedido em 22 de Janeiro de 2011

⁴¹² Grupo Wal-Mart pretende investir R\$ 450 mil no NE. (2009, Abril) *Tribuna da Bahia*, Abril de 2009. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: <http://www.digita.com.br/tribunadabahia/news.php?idAtual=3237>

⁴¹³ Os feirantes entrevistados, e também os fregueses são enfáticos nessa afirmação. Todos afirmam que os supermercados instalados nas cidades são os responsáveis pelo decréscimo do faturamento das feiras, destacando sempre as marcas supracitadas. Na segunda parte do presente texto veremos tal afirmação nos depoimentos dos entrevistados.

⁴¹⁴ <http://www.walmartbrasil.com.br/institucional/servicos.aspx>, acedido em 22 de Janeiro de 2011.

Tabela 17 – Distribuição dos supermercados e hipermercados nas cidades das feiras referência desse estudo.

Nome das lojas	Nº de lojas e categorias	Localização (cidade e estado)	Serviços oferecidos nas lojas
Hiper Bompreço Campina Grande, Hiper Bompreço Mirante e Bompreço Campina Grande II	Três lojas, sendo duas hipermercado e uma supermercado	Campina Grande-PB	Venda/Habilitação Telefones Celulares, Farmácia Cash 's Bancários 24h, Posto Mix Lanchonete Estacionamento
Hiper Bompreço Caruaru (localizado no interior do shopping Caruaru)	01 Loja sendo hipermercado	Caruaru-PE	Strip Center: Shopping, Venda/Habilitação Telefones Celulares, Posto de Atendimento HiperCard Bomclube, Fraldário, Posto Mix Lanchonete
Hiper Bompreço Cabula Hiper Bompreço Garibaldi, Hiper Bompreço Iguatemi e Hiper Bompreço Bonocô Bompreço Armação Bompreço Barra Jardim Brasil , Bompreço Barra Bompreço Brotas Boa Vista, Bompreço Boca do Rio R.A, Bompreço Brotas, Bompreço Camp. de Brotas Bompreço Canela, Bompreço Chame-chame, Bompreço Fonte Nova, Bompreço Iapi , Bompreço Salvador Shopping , Bompreço Itaigara, Bompreço Itapuã, Bompreço Largo do Papagaio, Bompreço Lauro de Freitas, Bompreço Mares, Bompreço Manoel Dias, Bompreço Nazaré, Bompreço Pau da Lima, Bompreço Pernambués, Bompreço Pituba Bompreço Plataforma, Bompreço Rio Vermelho Bompreço São Caetano, Bompreço São Rafael Bompreço Shopping Piedade, Bompreço Vasco da Gama	Trinta e duas lojas, sendo quatro hipermercados e vinte e oito supermercados	Salvador	Garden, Venda/Habilitação Telefones Celulares Farmácia, Cash's bancários: 24h / Banco do Brasil / Itaú / Caixa Econômica Federal, Estacionamento coberto Fraldário, Estacionamento Coberto, Posto Mix Lanchonete Praça Alimentação, Revelação Foto / Salão de Beleza/ Lavanderia

Fonte: Elaborada para o estudo, ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2010, a partir das informações sobre localização das lojas, presente no site do Hiper Bompreço. Acedido em 22 de Janeiro de 2011, em: <http://www.bompreco.com.br/servlets-notitia2/newstorn.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=74&date=currentDate>.

Para além do que é tradicional nos supermercados, em relação à diversidade de produtos, a grande superfície Hiperbompreço, presente nas principais cidades do Nordeste, oferece serviços aos clientes, se diferenciando em muito das feiras neste aspecto, o que contribui para aumentar a concorrência com o comércio tradicional. Assim, os hipermercados se caracterizam por atuarem desde

na comercialização das mercadorias, com produtos inclusivamente de marca própria⁴¹⁵, até na oferta de serviços em geral: carregamento de telemóveis (celulares), pagamento de facturas de contas domésticas e títulos bancários (companhia de água, luz, telefone, pano de saúde, etc), farmácia, caixas bancários 24h de entidades diversas (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Económica Federal, Itaú-Unibanco, Santander, etc), estacionamento gratuito aberto e coberto para viatura (carros) dos clientes, postos de combustíveis, praça da restauração (alimentação), salão de beleza, lavanderia, dentre outros serviços. Além desses serviços, oferece ainda, aos clientes, um novo formato de pagamento de compras, com as “vantagens” da facilitação do pagamento a prazo (até 40 dias, dependendo do dia da compra), com o cartão de crédito Hipercard, cartão preferencial do grupo Wal-Mart e todas as suas bandeiras, além, também, de ser aceite em outras lojas em todo o Brasil. A publicidade divulga,

Sinta-se orgulhoso, pois Hipercard é um cartão 100% nacional! Contamos com uma rede de mais de 450 mil estabelecimentos comerciais credenciados, como postos de gasolina, farmácias, hotéis, restaurantes, companhias aéreas, e outros. Já são mais de 11 milhões de cartões emitidos em todo o Brasil, e você faz parte do sucesso da família Hipercard⁴¹⁶.

5.3 – Supermercados e hipermercados em Portugal

Esclareceremos a partir de agora, como se deu a inserção desses novos hábitos de consumo por intermédio dos supermercados e hipermercados instalados em Portugal. O contexto histórico do surgimento dos supermercados (década de 1960) em território luso era bem diverso, uma vez que, se

⁴¹⁵ A marca do Hiperbompreço e Bompreço se faz presente em todos os produtos alimentares ou não que compõem as necessidades dos clientes para sua manutenção diária. Todos os artigos se apresentam com marcas próprias (marcas brancas), as respectivas categorias: produtos de higiene doméstica de ambientes, artigos diversos de alimentação, mercearia (cereais), carnes, pães, enlatados, etc (marca bompreço); Produtos da linha de Higiene & Limpeza Pessoal, (Marcas Equate e poupe menos); artigos eletroeletrônicos, produtos nas linhas de Vídeo, Áudio, (marca Durabrand) ; Roupas e acessórios para vários estilos inclusive o desporto, marcas: Athletic Works, para o dia-a-dia Simply Basic, roupas e calçados com a marca 725 Originals e com produtos de cama, mesa e banho (marca Select Edition); Brinquedos e artigos para festas infantis (marca KidConnection); Acedido em 25 de Janeiro de 2011, em: <http://www.bompreco.com.br/servlets-notitia2/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=851&date=currentDate>, .

⁴¹⁶ Convém esclarecer ainda que o cartão Hiper não pertence ao grupo estrangeiro Wal-Mart, tendo sido o único produto que não foi vendido para o grupo estrangeiro. Foi vendido ao grupo financeiro Unibanco e Itaú em 2004, ainda sendo portanto nacional. Inicialmente “A Hipercard começou em 1970 administrando o Cartão Fidelidade, do Grupo Bompreço. Com este cartão, os consumidores e as lojas tinham mais facilidade e segurança nas transações, como pagamentos e trocas de cheques. Em 1982 o cartão passou a se chamar Cartão Hiper, e os clientes passaram a ter crédito rotativo pra realizar suas compras nas lojas da Rede Bompreço. Devido ao grande sucesso dentro da própria rede, o cartão passou a ser aceite em outros estabelecimentos que faziam parte dos HiperCenters (espécie de mini-shoppings). Em 1991 passou a ser chamado de Hipercard e, em 1993, começou a ser utilizado como um cartão de crédito” Além disso é interessante declarar que se trata do único cartão de crédito utilizado no Brasil que não se paga anuidade e que nas lojas do grupo Wal-Mart, como o Hiper e Bompreço, se aceita todos os cartões de crédito, não é somente o hiper, aumentando assim s opções de pagamento a crédito. Sobre características citadas sobre o cartão Hiper ver: http://www.hipercard.com.br/pf/a_hipercard/nossos_diferenciais.asp http://www.hipercard.com.br/pf/a_hipercard/nossa_historia.asp, ambos acedidos em 25 de Janeiro de 2011.

por um lado Portugal apresentava o índice (PIB) de desenvolvimento mais baixo dos países da Europa meridional⁴¹⁷, repercutidos inclusive nos baixos salários, por outro lado via-se investimentos estrangeiros e nacionais que davam conta de uma fase de desenvolvimento do país. Com a inserção da siderurgia nacional implantada em Seixal, indústrias transformadoras apresentavam aumento da produtividade, diante, sobretudo, das alianças estabelecidas entre os sectores financeiro e industrial. Pois foi também nesse período que se inauguraram, em Portugal, muitos bancos⁴¹⁸. Nesse sentido conglomerados nacionais se desenvolveram ainda mais, a exemplo dos grupos CUF, SACOR, BESCL, CHAMPALIMAUD, entre outros. O sector primário da economia portuguesa foi superado pelos outros dois, secundário e terciário. Assim como no Brasil, a classe média apresenta mudanças de comportamento diante da aquisição de aparelhos eletroeletrônicos (geladeiras, televisores) e veículos automotivos montados no país, equipamentos esses que já eram consumidos pela burguesia desde a década de 1950, sob forma de importação. Nesse contexto emergem os primeiros supermercados em Portugal. Anteriormente a eles — assim como vimos em relação ao Brasil — o abastecimento das mercadorias se dava em vendas, mercearias de pequeno porte, feiras e mercados. Na década seguinte, anos 70 do século XX, surge o primeiro supermercado em Lisboa, do grupo Pão-de-Açúcar⁴¹⁹. Surgido como uma forma de comércio que visava responder à procura do abastecimento de grandes centros de consumo, as grandes superfícies caracterizam-se pela concentração da oferta de produtos num só local, tornando possível aos consumidores, numa única visita, satisfazer um conjunto de importantes necessidades⁴²⁰.

Após a inserção de Portugal na comunidade europeia (1986) e todo o desenvolvimento que essa iniciativa gerou para a economia, diante sobretudo da internacionalização de capital na comunidade e fora dela, verifica-se a proliferação do consumo, e, portanto, as grandes superfícies são cada vez mais instaladas, principalmente nos grandes centros urbanos. No início da década de 1990, eram 35 unidades dessa categoria e, praticamente uma década depois, os números se elevaram para 992 estabelecimentos:

⁴¹⁷ Vieira, J. *Portugal século XX, anos 60 crónica em imagem*. Editora Bertrand, Lisboa, pp.89-93

⁴¹⁸ Exemplos de instituições financeiras que foram inauguradas durante a década de 1960 em Portugal: Espírito Santo, Comercial de Lisboa, Banco Pinto e Sotto Mayor, Português do Atlântico, Terceiro Banco Nacional, Banco originário do Porto, entre outros. Vieira, Portugal..., cit, pp. 92-93

⁴¹⁹ Disponível em http://www.grupopaodeacucar.com.br/memoria/default_memo_curiosidade.asp, acesso em 16 de Junho de 2011.

⁴²⁰ A função dos hipermercados é a mesma em todo lado, no Brasil ou em Portugal, surgem com o mesmo propósito, o de atender as necessidades dos consumidores a partir de suas demandas, oferecendo serviços que colaboram com a permanência desses clientes. Sobre o histórico dos hipermercados a exemplo do Feira Nova, ver Miranda, V. C. de (2006). *Gestão de "Stocks". Feira Nova Hipermercados, S.A.* Relatório de estágio, Licenciatura em Gestão, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.

Tabela 18 – Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares (GSRA) *

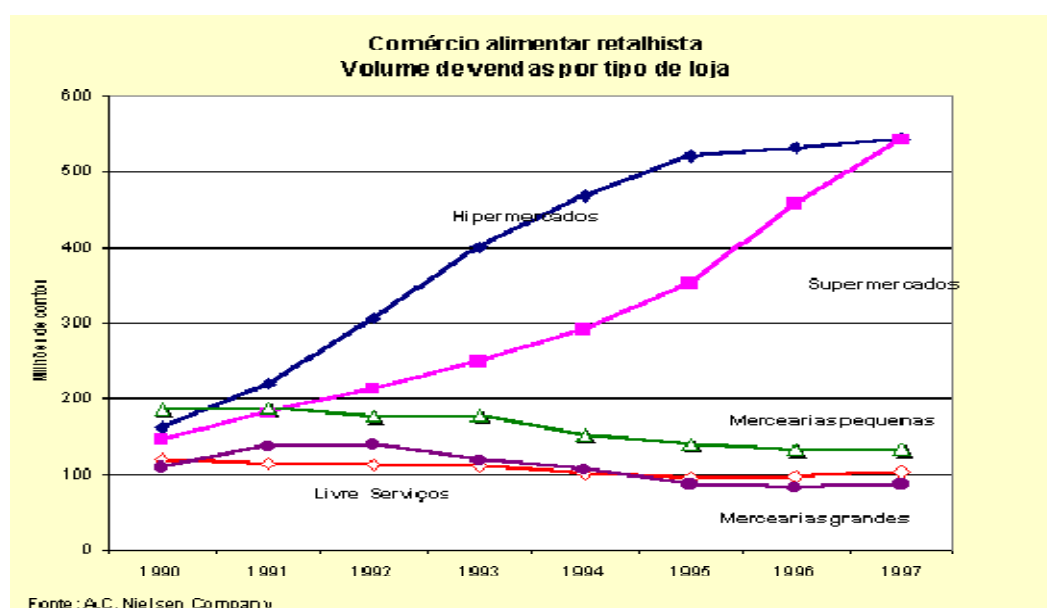
Ano	Quantidade de estabelecimentos	Volume de venda a retalho**
1993	35	
1994	46	
1995	75	2 582,8 Milhões de euros
1999	92	2 864,8 Milhões de euros
2000	959	
2001	992	6 697,3 Milhões de euros

Fonte: Pesquisa O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal, INE/OC Novembro de 2002. Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais referente aos anos de 1999 a 2001 Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/166.htm>

* Comércio a retalho de produtos alimentares diversos, bebidas e tabaco.

** Os valores correspondentes ao volume de venda não foram apresentados em todos os anos, somente os anos 1995, 1999 e 2001.

O mesmo aconteceu em relação aos valores de vendas dos equipamentos comerciais, colaborando para a concorrência direta com outros estabelecimentos fixos, mercearias e lugares que vendiam produtos puramente alimentares (os mercados), que tinham anteriormente somente as feiras como concorrentes. Os números demonstrados no gráfico a seguir compreendem o período de 1990-1997 e tabela de 2000-2005 respectivamente. Destacamos os índices referentes ao volume de vendas dos lugares de consumo dos hipermercados e supermercados:

Gráfico 30 – Volume de vendas dos estabelecimentos comerciais por categorias (1990-1997)

Fonte: Directoria Geral da Empresa (1999, novembro), Em: *Observatório do Comércio, Supers e hipers em duelo na distribuição*. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

Tabela 19 – Volume de vendas dos estabelecimentos comerciais por categorias (2000-2005)

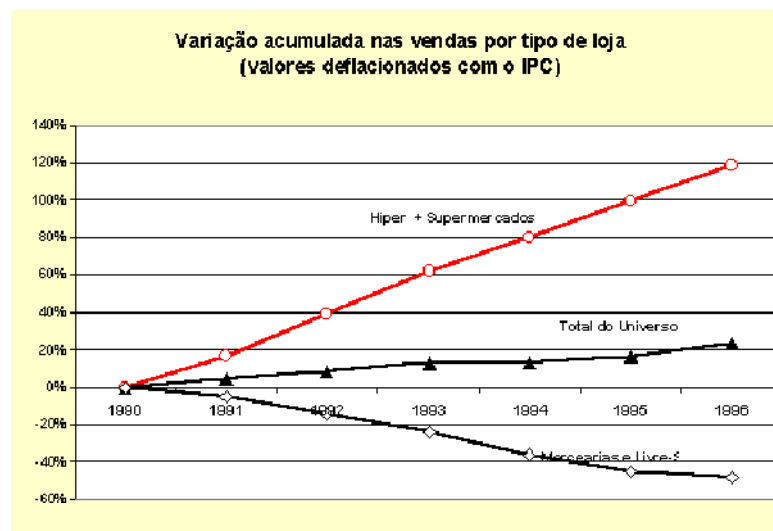
TIPO DE ESTABELECEMENTOS ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Hipermercados	35.8%	35.4%	34.7%	34%	32%	31.8%
Supermercados	45.2%	46.8%	48.6%	49.6%	50.8%	53.0%
Livre-Serviços	6.1%	6.5%	6.6%	7.2%	7.5%	7.5%
Mercearias	11.7%	10.4%	9.3%	8.5%	8.3%	7.2%
Puros Alimentares	1.2%	0.9%	0.8%	0.7%	0.6%	0.5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	8.571	9.060	9.637	10.086	10.398	10.962

Notas: (a) O Volume de vendas inclui a totalidade de produtos e/ou serviços comercializados nas lojas consideradas neste índice e não apenas os alimentares. Fonte: Directoria Geral da Empresa. (1999, novembro) Em: *Observatório do Comércio, Supers e hipers em duelo na distribuição*. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

É relevante destacar que, apesar de os hipermercados terem todos os serviços disponíveis para os clientes, cabendo aos supermercados a comercialização dos produtos necessários ao consumo em seu dia-a-dia, são estes últimos que apresentam os maiores volumes de vendas⁴²¹.

O facto é que os supermercados e hipermercados, tanto no Brasil como em Portugal, juntos se tornam a opção atual de compras de muitas pessoas desde a década de 1990, e tais índices refletem significativamente nos valores de vendas não só das mercearias, mas também dos mercados e feiras, além de todas as outras maneiras de fazer as compras tradicionais utilizadas pelos consumidores.

⁴²¹ Essa é uma constatação que poderá ser investigada por outros trabalhos científicos. Ousamos ter algumas hipóteses para tal fenómeno, como por exemplo o fato de não haver hipermercados instalados em todos os lugares; o facto também de muitos destes serem instalados no interior dos *shopping center*, o que faz com que exista uma concorrência de dentro para fora, pois os hipermercados comercializam os mesmos artigos que os estabelecimentos comerciais dos centros comerciais também comercializam. Entretanto, como não se trata de objecto desse estudo, não iremos aqui investigar. Queremos somente apresentar os valores de vendas dos equipamentos comerciais urbanos (grandes superfícies) que segundo os feirantes e fregueses entrevistados concorrem directamente com as feiras na contemporaneidade e que são frutos de processo de globalização, tendo em vista os oligopólios, as fusões de empresas e a origem dos capitais investidos.

Gráfico 31 – Variação de vendas de somando hiper e super em relação às mercearias (1990-1996)

Fonte: Directoria Geral da Empresa, In: Observatório do Comércio, *Supers e hipers em duelo na distribuição*. Novembro de 1999. Acedido em 15 de Janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

A Rede Modelo⁴²² é uma rede de supermercados e hipermercados em Portugal, que se faz presente nos concelhos de Barcelos, Vila do Conde e Ponte de Lima, e que, assim como acontece no Brasil, concorre directamente, segundo os entrevistados, com o movimento das feiras corriqueiras, sejam semanais (como as de Barcelos e Vila do Conde), ou quinzenais (como a de Ponte de Lima). Na sequência vemos imagem que ilustra o campo de ocupação da marca Modelo na região Norte e Noroeste de Portugal:

⁴²² Citamos a Rede Hiperbompreço no Nordeste do Brasil e a Rede Modelo no Noroeste de Portugal. Entretanto, sabemos que cada uma das cidades investigadas, seja no Brasil como também em Portugal, possuem outras Redes instaladas nas cidades, mas como os entrevistados mencionam estas e também elas são comuns aos sítios investigados, achamos conveniente mencionar essas e não outras que poderia ter numa determinada cidade e não ter em outra a exemplo do grupo Carrefour que das três cidades Campina Grande, Caruaru e Salvador, só se faz presente nessa última. Em relação a Portugal, elegemos a loja Modelo, por esta estar presente nas três cidades, pois para além desta em Barcelos, por exemplo, vemos as lojas Pingo Doce e Lidl. Já em Ponte de Lima temos o Inter Marché e Mini-preço e em Vila do Conde vê-se uma loja da rede Pingo Doce entretanto diferentemente de Barcelos esta se apresenta em um porte menor, que é categorizada com loja de rua, já que em Póvoa do Varzim município fronteiriço também pertencente ao Distrito do Porto, cedia lugar para duas lojas Pingo Doce, uma categorizada como hipermercado (contando com mais de 2.000m²) e outra de menor porte a exemplo da instalada em Vila do Conde, além de também contar com uma loja Modelo de cerca de 2.00m², dada a proximidade que ambas as cidades tem, dizemos Vila do Conde e Póvoa do Varzim, consideramos as mencionadas lojas como sendo pertencentes ao mesmo sítio, assim poderíamos considerar ao invés do supermercado Modelo, presente nas três cidades, considerar o Pingo Doce, entretanto esse hipermercado só se faz presente em Barcelos e em Vila do Conde com uma loja pequena e em Póvoa do Varzim com duas lojas, uma menor e outra maior, mas a mesma marca já não se faz presente em Ponte de Lima. Diante do exposto trazemos como exemplo comum aos três sítios o supermercado/hipermercado Modelo-Continente (presente em nas três cidades Ponte de Lima, Vila do Conde e Barcelos), como fizemos em relação ao Hiperbompreço que também tem lugar nas três cidades nordestinas brasileiras.

Figura 16 – Mapa de ocupação da marca Modelo na região Norte de Portugal. (destaque para a região Noroeste a direita)



Fonte: MC- Ministério da Cultura, IPPAR- Instituto Português do Patrimônio Arquitetónico e Modelo.(2007) Norte. In: *Guia das maravilhas de Portugal 30 Grandes cidades e seus arredores*. Impressão Heska Portuguesa, SA. Lisboa, p. 10.

Mas convém aqui destacar alguns aspectos que não dizem respeito diretamente à concorrência com o movimento das feiras. São os serviços que a Rede Hipermercadista oferece aos seus clientes⁴²³, e também a expansão da mesma para mercados além-mar, a exemplo do Brasil, ou mesmo para países pertencentes à comunidade europeia, a exemplo da Espanha e da Grécia. Diferentemente da rede que administra os destinos do Hiperbompreço no Brasil, a Wal-Mart, de origem norte americana, a rede que administra o Modelo-Continente e que também tem muitos outros empreendimentos, é de origem portuguesa e se expandiu pelo mundo. Nos referimos ao Grupo Sonae.

O primeiro hipermercado Modelo surgiu no ano de 1985⁴²⁴ em Matosinhos, distrito do Porto, momento em que esta cidade já começava a passar por remodelamento urbanístico e que Portugal já vivenciava o desenvolvimento comercial previsto com a adesão à Comunidade Europeia, que ocorreu um ano depois. Os primeiros investimentos já apareciam. Na altura, a credibilidade financeira de Portugal se apresentava em alta, entretanto era carente de elementos da modernidade como por exemplo avanços tecnológicos. Assim, já tendo a Sonae como empresa que detinha objetivos de expansão de mercado (distribuição), surge o Modelo em Portugal, resultante da sociedade entre a Rede Francesa Promodès, maior concorrente da Rede Carrefour, e a Rede Printemps de lojas de departamento, com experiência no comércio a retalho (varejo).

⁴²³ Serviços que assim como no Brasil, também em Portugal se refere para além dos produtos alimentícios, (esses muitas vezes de marca própria), cartão de fidelização, compras on-line, estacionamento para as viaturas (carros particulares), farmácias, seguros de saúde, de viaturas e de motos, telefonia (continente mobile), cafés e praças de restauração nas lojas, dentre outros serviços.

⁴²⁴ A respeito da origem do Hipermercado Modelo ver <http://www.modelo.pt/institucional/historia>, acedido em 26 de Janeiro de 2011.

Na década de 1990, algumas iniciativas do Grupo Sonae e o Hipermercado Modelo colaboraram para que houvesse um fortalecimento no ramo. Em 1991 houve o lançamento dos primeiros produtos da marca própria Continente⁴²⁵; em 1992 o lançamento de outras bandeiras que se agregaram ao grupo — a Modalfa, especializada em vestuário, calçado e acessórios; em 1995 a Worten com artigos eletroeletrónicos; além do lançamento de outras bandeiras de comércio a retalho como a MaxMat, Max Office, Inventory, Sportzone entre outros⁴²⁶.

Na primeira década do século XXI, vemos a expansão do grupo para outras áreas, de forma a fortalecer ainda mais as suas redes e a economia portuguesa, sobretudo quanto aos investimentos segurados. O comércio tradicional terminou enfraquecido, a exemplo das feiras, pois os investimentos destes concorrentes trazem maiores opções de diversidade de mercadoria, de serviços e de formas de pagamento, que as feiras não possuem.

Para este estudo destacamos três dessas áreas de investimentos do grupo Sonae. A primeira delas, relacionada ainda a outras redes hipermercadas instaladas além-mar, é a alienação ao grupo norte-americano que tem sede no Brasil e que detém uma rede de supermercados e hipermercados já mencionada, quando nos referimos ao grupo Wall-Mart. Este, por sua vez, para além de muitos empreendimentos já citados anteriormente, também é responsável pelos supermercados Bompreço e hipermercados Hiperbompreço.

A segunda área em que a Sonae investiu na mesma década é a implantação de grandes superfícies, atuando na gestão dos *shopping centers*, não só em Portugal mas em outros países, caracterizando sua expansão internacional, fruto de uma economia global, já que se tratou de uma parceria em que a “Sonae Portugal tem 50% das acções e o Reino Unido por intermédio da empresa Grosvenor é donatário dos outros 50%.”⁴²⁷. Nos referimos à empresa Sonae Sierra, cujos investimentos de gestão imobiliária incluem o Algarveshopping, em Portugal; o Shopping Parque D. Pedro, no Brasil; o centro comercial Mediterranean Cosmos I, na Grécia; a aquisição do River Plaza Mall, um centro

⁴²⁵ Assim como o Bompreço e Hiperbompreço no Brasil, a marca Modelo-Continente se apresenta em vários produtos alimentícios ou não, barateando os custos e portanto oferecendo menores preços aos consumidores nas suas marcas, enquanto eleva o preço final das outras. São alguns artigos de Mercearia, Bebidas, Frescos, Lacticínios, Congelados, Bebé, Higiene, Limpeza, Casa, Animais, Lazer. Sobre a descrição de cada artigo ver http://www.continente.pt/CampaignSelector.aspx?userarea=010101&CategoryName=&SubCategoryName=C_9061_5523&CategoryPath=_Actuais|C_9061, acedido em 26 de Janeiro de 2011.

⁴²⁶ Atualmente detém o capital das seguintes bandeiras: Modelo, Continente, Modelo Bonjour, MaxMat, Star, Worten, Well's, Modalfa, Seguros Continente, MaxGarden, Worten Mobile, Vobis, Zippy, Loop, SportZone e Zippy.

⁴²⁷ A respeito da constituição jurídica da Sonae Sierra e outras informações. ver http://195.23.88.55/pt/empresas_sierra.asp, acedido em 26 de Janeiro de 2011.

comercial já em operação, na Roménia; o centro comercial Alexa, na Alemanha; o Freccia Rossa e o Gli Orsi, na Itália; o Jardín Plaza, na Colômbia; e outros⁴²⁸.

A terceira área de financiamento em que a empresa Sonae tem atuado desde 2007 é a dos cartões de fidelização do Continente e do Modelo, cartões esses que, a exemplo do cartão Bomclube do Hiperbompreço no Brasil, oferecem descontos especiais aos seus aderentes sem cobrar nenhuma anuidade⁴²⁹. Essa última área se configura em um investimento seguro de retorno de capital, uma vez que se trata de mais um elemento atrativo ao cliente⁴³⁰.

A tabela a seguir trás a apresentação de índices relativos ao crescimento da Rede Modelo Continente em Portugal:

Tabela 20 – Caracterização de produtividade do Grupo Modelo Continente (facturamento e abertura de novas lojas) período 2005-2007

ANO	FATURAMENTO	Nº DE NOVAS LOJAS
2005*	4.506 Milhões de euros (3.115 milhões do mercado português e os restantes 1.391 milhões no Brasil)	60 Lojas
2006**	3.091 Milhões de Euros	40 Lojas (45 mil m ²)
2007***	3.385 Milhões de euros	130 Lojas

Fonte: Relatórios Grupo Modelo Continente Contas consolidados IAS/IFRS Dezembro de 2005/2006 e 2007⁴³¹

⁴²⁸ No Brasil, Boavista Shopping, Franca Shopping, Manaira Shopping, Shopping Pátio Brasil, Shopping Campo Limpo, Shopping Metrópole, Shopping Penha, Shopping Plaza Sul; em Portugal: 8ª Avenida, AlbufeiraShopping, ArrábidaShopping, CascaisShopping, CC Continente de Portimão, Centro Colombo, Centro Vasco da Gama, CoimbraShopping, Estação Viana, GaiaShopping, GuimarãesShopping, LeiriaShopping, LoureShopping, MadeiraShopping, MaiaShopping, NorteShopping, Parque Atlântico, RioSul Shopping, Serra Shopping, ViaCatarina e Tivoli Shopping. Sobre locais de atuação da empresa Sonae Sierra (gestão dos centros comerciais e donatária de alguns desses equipamentos que administra) ver <http://www.sonaesierra.com/en-GB/portfolio.aspx>, acessado em 26 de Janeiro de 2011. Destacamos esse ponto e já nominamos aqui os shoppings tendo em vista se tratar também de lugar de consumo que concorre diretamente com o movimento das feiras e que assim como os supermercados, hipermercados e sites de compras ganharam expansão diante do fenómeno global que atualmente de faz presente. Sobre os centros comerciais (shoppings) e portais de consumo via internet veremos mais adiante informações nesse mesmo texto.

⁴²⁹ No caso do Hiperbompreço, como nos referimos anteriormente, existem dois tipos de cartões — o cartão de desconto Bomclube, no qual o cliente ao fazer as compras acumula pontos que podem ser posteriormente convertidos em valores para serem descontados em compras futuras. O mesmo que acontece com os cartões Continente e do Modelo, e o outro cartão o Hipercard que se trata de um cartão de crédito que é aceito não somente em lojas do Bompreço e Hiperbompreço, mas também em lojas das mais variadas categorias que estejam credenciadas à financeira do cartão de crédito.

⁴³⁰ Atualmente “ Os hipermercados Modelo estão presentes em Portugal continental, Madeira e Açores com uma rede de 120 lojas, num total de 214.000 m² de superfície comercial” ver <http://www.modelo.pt/institucional/introducao>, acessado em 26 de Janeiro de 2011.

⁴³¹ Relatórios emitidos pela Empresa, disponibilizados na internet ver ano a ano, Grupo Modelo Continente Contas consolidadas IAS/IFRS Dezembro de 2005

* “O portfólio de lojas do universo de base não alimentar foi reforçado com 47 novas lojas, incluindo 11 Worten, 6 Modalfa, 11 Sportzone, 4 Maxmat, 8 Vobis e 7 Zippy” http://www.sonae.pt/fotos/editor2/contasconsolidadas_2005_pt.pdf, acessado em 27 de Janeiro de 2011.

** Alargamento do portfólio português actuando em outras bandeiras para além do alimentar, a exemplo nesse ano da parafarmácia, da Zippy, (artigos para criança e bebé), da Worten Mobile (venda especializada na área das

Convém destacar que, no ano de 2006, apesar dos elevados investimentos, o Modelo Continente apresentou índices de endividamento da ordem de 196 milhões de euros. Tal fator deveu-se, segundo os acionistas, à alienação da catividade de retalho no Brasil, com o grupo Wal-Mart, mencionado anteriormente, uma vez que se fazia necessário o grupo Modelo Continente investir ativamente no processo de consolidação do sector de retalho brasileiro, já que o grupo alienado norte-americano, nesse mesmo ano, vendeu para concorrentes cerca de 10 hipermercados na região metropolitana de São Paulo. Como as políticas de incentivo fiscal no Brasil são fortes em relação a vantagens concedidas para operadores independentes locais, não convinha mais o Grupo Modelo Continente continuar investindo nesse mercado. Dessa maneira a alienação do mercado português ao mercado brasileiro findou-se. Por essa razão, na tabela de apresentação de caracterização de produtividade do Grupo Modelo Continente não apresenta mais índices de facturamento no Brasil nos anos 2006 e 2007.

E ainda, se esses lugares de consumo forem somados aos supermercados e hipermercados diante do mercado aglutinador de serviços diversos que formam as grandes redes, os lucros são ainda maiores e os impactos mais violentos no comércio tradicional. É o que dizem os índices de facturamento das vendas do Grupo Sonae em relação às atividades desenvolvidas no mercado de retalho em Portugal e na altura também no Brasil.

Tabela 21 – Vendas e Prestações de Serviços por Atividade e Mercados Geográficos

Por atividade	Euro
Hiper e Supermercados	3.024.442.524
Retalho Especializado	567.699.484
Outros	8.033.784
Por mercado:	
Portugal	2.620.806.332
Brasil	979.369.460
Total	3.600.175.792

Fonte: Modelo Continente: Prospecto de admissão à negociação ao Eurolist by Euronext Lisbon da Euronext Lisboa-Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S:A, Setembro de 2005. Acedido em 26 de janeiro de 2011, em: <http://www.sonae.pt/fotos/editor2/fsd9871.pdf>.

telecomunicações) e da Star (agências de viagens) Grupo Modelo Continente Contas consolidadas IAS/IFRS Dezembro de 2006 http://www.sonae.pt/fotos/editor2/contasconsolidadas_2005_pt.pdf, acedido em 27 de Janeiro de 2011.

*** Ano de implantação dos cartões continente e cartão modelo.

Grupo Modelo Continente Contas consolidadas IAS/IFRS Dezembro de 2007 ver <http://www.sonae.pt/fotos/editor2/20070507modcontsgpssacontasconsolidadasdez2006pt.pdf>, acedido em 27 de Janeiro de 2011.

5.4 – Termo feira empregado em situações diversas

Os índices apresentados anteriormente denotam que ambos, sejam os supermercados ou hipermercados, concorrem para a diminuição da procura dos fregueses às feiras, uma vez que nessas superfícies se encontram todos os produtos que as feiras comercializam e com serviços diversos. Inclusivamente é importante destacar que, talvez por essa razão, a Rede Pingo Doce antes era chamada de Feira Nova, em função da variedade de produtos que a mesma oferece, tendo a feira como exemplo. Em um mesmo sítio se encontra todas as mercadorias; entretanto, com outras configurações, características das grandes superfícies. Sendo por assim denotar uma Nova Feira, ou mesmo Feira Nova.

Assim como o antigo hipermercado Feira Nova - que diante de sua dimensão se configurava também como um centro comercial - outros lugares de consumo modernos também utilizam o termo feira para se definirem como lugar de diversidade de mercadorias com preços acessíveis ao consumo. Certos eventos utilizam a nomenclatura feira para produtos específicos, diante da variedade dos mesmos, como por exemplo a Feira do Livro⁴³² e a Feira de Fumeiros⁴³³. Também eventos que ocorrem sazonalmente, entretanto com artigos diversos, utilizam a denominação, como por exemplo a Feira Outlet Stock. Sobre esse último⁴³⁴,

Este conceito nasceu nos Estados Unidos há mais de duas décadas, e destina-se à venda de produtos excedentários nos sistemas de armazenamento de fabricantes e distribuidores, proporcionando importantes descontos para os potenciais clientes. Os nossos eventos decorrem aos fins-de-semana, onde há oportunidades únicas, tanto para as empresas participantes que aqui vêm escoar os seus stocks, como para o público em geral, que virá ao encontro de uma grande diversidade de marcas e produtos de qualidade, com descontos entre os 50 e os 80% face aos preços de loja. Estão presentes fabricantes, importadores, revendedores, lojas e representantes de marcas de prestígio que colocam à venda calçado, vestuário, acessórios de moda, loiças, artigos de decoração, têxteis lar, tapeçarias, entre outros produtos. (...) O espaço é ainda enriquecido com uma área de cabeleireiro, tratamentos de beleza e café gratuito para todos os visitantes.

Ainda sobre a empresa, destacamos o depoimento do seu representante durante a realização da 1ª Feira de Outlet de Sabugal. Quando indagado sobre a importância desse tipo de feira, diz ele:

⁴³² Feira do livro, evento particular, realizado desde 1991 no Parque de Exposições de Braga durante os meses de abril a cada ano. Sobre caracterização dessa Feira ver <http://www.peb.pt/evento.php?id=183>, acessido em 28 de Janeiro de 2011.

⁴³³ Feira do Fumeiro, evento particular, realizado desde 1991 em Montalegre, região minhota. Ver: Abriu a XX feira do fumeiro e do presunto, 119 produtores mostram as boas iguarias. (2011, 28 de Janeiro). Correio do Minho, p. 14.

⁴³⁴ Se trata de uma empresa portuguesa, a Stcklight, que promove feiras de outlet em todas as regiões de Portugal. Sobre as características dessas feiras e da empresa, ver <http://www.stocklight.pt/index.html> e <http://www.stocklight.pt/sobre.html>, acessido em 28 de Janeiro de 2011.

“Para os consumidores eu penso que é interessante para animação, pelo passatempo, pelas compras, enfim, algo diferente para quem vem cá”⁴³⁵. Observemos os depoimentos seguintes a respeito do mesmo evento, os dois primeiros de comerciantes, depois “feirantes” e o quarto de uma “freguesa” (consumidora):

Vimos até ao Sabugal fazer a feirinha de outlet, temos vários estoques na loja e isto está muito mau, aproveitamos para deduzir nosso estoque para o ano seguinte, ontem foi bastante bom e esperamos que hoje também seja⁴³⁶; (...) Compram, tem aderido [se refere aos consumidores]. A gente tem feito pelo país todo e as pessoas têm aderido por causa dos preços atractivos⁴³⁷; (...) Nós somos do Norte, precisamente de Gondomar. Temos fábricas e armazéns e várias lojas distribuídas pelos pais (...). Esta organização que é a Stocklight normalmente faz feiras em outros locais do país e normalmente fazemos com eles, e essa é mais uma⁴³⁸; Vim por curiosidade. Sim acho importante pronto, se junta aqui muita gente e acho que é importante⁴³⁹.

Pelo que pudemos observar nos depoimentos, esse lugar de consumo se apresenta enquanto feira no sentido de proporcionar aos clientes a variedade de mercadorias e os preços baixos. Entretanto os comerciantes são mesmo “feirantes” porque se apresentam com perfis diferenciados dos feirantes tradicionais. Se trata de comerciantes com comércios estabelecidos que aproveitam a oportunidade dessas feiras sazonais para escoarem as antigas coleções de suas lojas, dando lugar a outras, supostamente novas coleções. Quanto aos fregueses, são aqueles que buscam os preços baixos, vão a essas feiras por curiosidade e também para passar tempo, motivações originalmente das feiras tradicionais. De maneira que esse tipo de evento - Feira Outlet - atrai os consumidores das feiras tradicionais, que muitas vezes, por terem adquirido algum tipo de produto durante o final de semana, nos outlet, se furtam a ir às feiras durante a semana. Para culminar e “celebrar” a concorrência, para além da empresa stocklight, algumas câmaras, como é o caso da de Horta, também têm promovido feiras de outlet em seus municípios⁴⁴⁰.

Para além das feiras de outlet, sejam elas promovidas por entidades privadas (a exemplo da empresa supra citada), sejam elas de origem pública (a exemplo da Câmara de Horta), que ocorrem

⁴³⁵ Depoimento do Sr. Alberto Ferreira, representante da Empresa Stocklight durante a realização da 1ª Feira de Outlet do Sabugal, na Freguesia do Soito, em 22 de Agosto de 2010. Localvisão TV. Ver <http://videos.sapo.pt/vqjNea1SCh9BWoBRWMAH>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

⁴³⁶ Depoimento da Sra. Celeste Pereira, comerciante. Op cit Localvisão TV Agosto de 2010. Ver <http://videos.sapo.pt/vqjNea1SCh9BWoBRWMAH>, acedido em 28 de Janeiro de 2011

⁴³⁷ Depoimento de Joaquim Silva, comerciante, Id Ibidem

⁴³⁸ Depoimento de Benedita Silva, consumidora, Id Ibidem

⁴³⁹ Depoimento de Benedita Silva, consumidora, Id Ibidem

⁴⁴⁰ RTP. (2010, 06 de Setembro). *Câmara do comércio da Horta promove outlet*. Acedido em 28 de Janeiro de 2011, em: <http://videos.sapo.pt/E4oGqLFvllbh8D29jMpc> e ainda e Feira outlet na Horta. (2010, 07 de Setembro). *Jornal Diário*. Acedido em 06 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=29748.

sazonalmente aos finais de semana em lugares diferentes. Vê-se também em concorrência com as feiras semanais as lojas tipo outlet, pertencentes aos hipermercados. São lojas de médias dimensões com artigos variados a preços abaixo dos valores de mercado. É o caso do Outlet Continente que encontra-se aberto todos os dias da semana⁴⁴¹.

Essas exposições de mercadorias⁴⁴² para vendas em formato de outlet ou mesmo de eventos sazonais não somente fazem uso do termo Feira, como também muitas vezes procuram representar a ambiência das feiras, readaptando as novas dinâmicas do mercado, incorporando novos formatos com o propósito de fazer valer aquilo que é peculiar nas feiras: a arte da venda.

Se comprar é um ato de necessidade, vender é uma arte... e não há como a ambiência festiva da feira para que o potencial consumidor sinta a compra como um ato de participação e integração social, descuroando, porventura, e seu sentido pessoal de economia⁴⁴³.

5.5 – Outros espaços de consumo: Centros Comerciais e *Shopping Center*

Além dos supermercados, hipermercados e outlet mencionados anteriormente, o outro lugar central de consumo atualmente, com proliferação resultante do fenómeno contemporâneo da globalização, são os centros comerciais e *shopping centers*. Nas páginas seguintes, faremos breve análise desses equipamentos comerciais, procurando compreender em que medida eles concorrem com o movimento das feiras, no Brasil e em Portugal.

Seguindo um modelo norte-americano, os centros comerciais se configuraram, ao logo do século XX, como um espaço pulverizador que contribui para a própria reorganização urbanística das cidades, na condição de centro aglutinador de opções para compras, acesso aos serviços, segurança, comodidade, e, sobretudo, espaços de entretenimento e de lazer para seus aderentes. O *shopping center* se torna, nesse contexto, espaço que supre todas as necessidades de serviços necessárias do cotidiano, sem necessariamente as pessoas terem que se deslocar para outros sítios com o propósito de comprar aquilo que ainda lhes falta, tendo em vista a multiplicidade de serviços oferecidos.

⁴⁴¹ Sobre outlet Continente ver <http://www.freeport.pt/loja.php?uid=226>, Acedido em 28 de Janeiro de 2011.

⁴⁴² As exposições de mercadorias com o propósito de venda surgiram “após a Primeira Guerra Mundial com as Feiras Industriais (Ex. Feira Industrial do Porto, em 1920). Esse conceito tem sido trabalhado até os dias de hoje, sendo responsáveis pela emergência de um novo tipo de serviços, com empresas e associações a construírem pavilhões para o efeito, criando eventos onde o princípio de interação festiva e recreativa está de novo presente, tendo recuperado e adaptado aos novos tempos”. Ver, Alves, J. Feiras e Mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. Em: Garrido, L. (Coord.). (2005). Actas do III Encontro de História de Vila do Conde. *Vectores de desenvolvimento económico: As Feiras- da Idade Média à Época Moderna*. Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde, p. 165.

⁴⁴³ Idem, p. 165

O contexto histórico de expansão dos centros comerciais nos Estados Unidos corresponde há décadas de 1960, diante da revolução comercial vivida por esse país. Na prática, o que podemos constatar é que a revolução comercial, nos EUA, avançou tão rapidamente que em 1960 já havia 3.700 *shoppings* no país, em 1970 eram 12.000, em 1975 passaram para 17.000 e em 1990 já chegavam a cerca de 36.000. Hoje, os EUA é o primeiro no *ranking* mundial em número de *shopping centers*, com mais de 43.000 construídos, sendo que um em cada cinco se encontra na Califórnia ou na Flórida. Junto com o Texas, estes três estados representam cerca de 28% de todos os *shoppings* do país⁴⁴⁴.

No caso específico do Brasil, de acordo com o modelo norte-americano⁴⁴⁵, os *shopping centers* emergem ao mesmo tempo em que surgiram os supermercados e posteriormente hipermercados, ou seja, na segunda metade do século XX, décadas de 1950-60⁴⁴⁶. Este processo, como já foi dito, foi favorecido pela disseminação do uso dos automóveis – resultante do fabrico próprio, ocasionado pela instalação da siderurgia nacional. Além dos automóveis particulares, ocorreu também a proliferação dos transportes públicos, a exemplo dos metros nas metrópoles⁴⁴⁷.

Logo, diante do encurtamento das distâncias em função dos transportes, os centros das cidades se tornaram cada vez menos indispensáveis, já que qualquer lugar passou a ser um centro, desde que tivesse instalado em seu entorno um centro comercial. Disto resultou o policentrismo das cidades, também associado a processos de reurbanização. Consideramos as cidades como sendo lugares dinâmicos que muitas vezes materializam, nas suas organizações mobiliárias espaciais, as mudanças promovidas por aqueles que se abastecem delas. Na formulação de Brumes, “Um produto das relações humanas, transformando-se quando a sociedade se transforma”⁴⁴⁸. Essas transformações

⁴⁴⁴ Informativo ABRASCE, Artigo traduzido da revista *Shopping Centers Today* (SCT), - Junho 1998, p.16 e 17. Em: Carvalho, M. G. de. (2005). *A difusão e a integração dos “shopping centers” na cidade: as particularidades do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 47.

⁴⁴⁵ Apesar de o modelo ter sido norte-americano, os shopping do Brasil ao contrário dos Estados Unidos que se implantaram inicialmente nas periferias das cidades, no caso do Brasil localizaram-se a parte do centro das cidades. Entretanto em bairros no entorno do centro e não na periferia. Pois ao contrário dos Estados Unidos as pessoas de mais baixo poder aquisitivo, e portanto de consumo, tem moradia nos subúrbios. Enquanto nos Estados Unidos esse processo é inverso.

⁴⁴⁶ Assim como os supermercados há, controvérsias também, quanto a origem desse moderno equipamento comercial no Brasil. Qual foi o primeiro shopping instalado no Brasil? Há quem defende que De acordo com Vicente Del Rio, o primeiro *shopping center* do Brasil não foi o Iguatemi, em São Paulo e sim, o *Shopping Center* do Méier (1964), localizado no subúrbio do Rio de Janeiro, numa das principais avenidas comerciais, a poucas quadras da estação do trem. (...) Já para José Monteiro, “Em 1966, deu-se a inauguração do primeiro shopping brasileiro, o *Shopping Center* Iguatemi, que marcou o surgimento desses empreendimentos no Brasil” Ver Carvalho (2005) op cit... pp. 53-54

⁴⁴⁷ Pitaudi (2007), *Novos caminhos...*, op cit, p. 156

⁴⁴⁸ Brumes, K. R. (2001, Março de). *Cidades (re) definindo seus papéis ao longo da História*. *Caminhos de Geografia*, v.3, n. 1, p. 53.

sempre se encontraram articuladas ao comércio⁴⁴⁹. “O estudo das atividades comerciais possibilita ver a dinâmica da sociedade e o processo de (re) produção da cidade, pois, a localização do comércio sempre semeou situações estratégicas”⁴⁵⁰.

Os supermercados e hipermercados se tornam as primeiras lojas âncoras nos *shopping centers* do Brasil, tendo em vista os objetivos destes equipamentos comerciais estarem articulados entre si, atendendo à demanda do mercado e sobretudo a necessidade dos clientes, como estratégias para atração dos consumidores⁴⁵¹.

Na década de 1970, continuou a expansão dessas novas modalidades de locais de consumo. Entretanto, percebe-se que os *shoppings* no Brasil, para além do que objetivavam em relação à exposição e vendagem dos produtos, se tornaram também empreendimentos com outras funções. Funções essas que muitas vezes se localizavam em centros comerciais de menor tamanho. Nos referimos aos escritórios, consultórios médicos, clínicas especializadas, espaços, portanto, multifuncionais.

Nos anos 80, apesar de tratar-se de um período marcado por crescente instabilidade económica diante das crises da época, os sectores primário e secundário da economia foram quase que suprimidos pelo crescimento do sector terciário⁴⁵². Nesse sentido, o comércio “ganha fôlego” e, para além de todas as disposições anteriores, os *shoppings* também passam a sediar lugares destinados à “socialização”, espaços de “convívio”. Nos referimos às praças de alimentação e às salas de cinema, lugares de lazer, recreação e entretenimento:

Na década de 1990, observou-se uma segunda onda de crescimento – foram inaugurados cerca de duzentos SCs –, influenciada, entre outros, pelos seguintes factores: (i) estabilidade económica propiciada pelo Plano Real, com a queda inflacionária e o aumento da renda real *per capita*; (ii) aumento dos investimentos dos fundos de pensão no sector; (iii) crescimento urbano; e (iv) necessidade de maior segurança, assim como outras facilidades que passaram a atrair o público, tais como a concentração de lojas e serviços diversificados convenientemente em

⁴⁴⁹ Na parte I deste trabalho já mencionamos a relação estabelecida entre campo, comércio e cidade, por essa razão não se faz necessário nos aprofundarmos nessa questão novamente. Entretanto achamos conveniente retomar somente a relação estabelecida entre cidade e comércio, no sentido que aqui aplicamos: o das cidades diante dos processos de reurbanização, da circulação de transportes - públicos ou privados- e da instalação de novos lugares de consumo, estimulando o poli centrismo inerente as características cidadinas na segunda metade do século XX.

⁴⁵⁰ Silva, C. H. C da (2003). As grandes superfícies comerciais: os hipermercados carrefour no Brasil. Geosp. São Paulo, n. 14, p. 90.

⁴⁵¹ Destacamos novamente a multiplicidade de oferta de serviços aos consumidores, articulando-as ao que os supermercados, hipermercados e lojas de departamento também oferecem.

⁴⁵² Ver Vargas, H. C. (1992). *Comércio: Localização Estratégica ou Estratégia na Localização*. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 254.

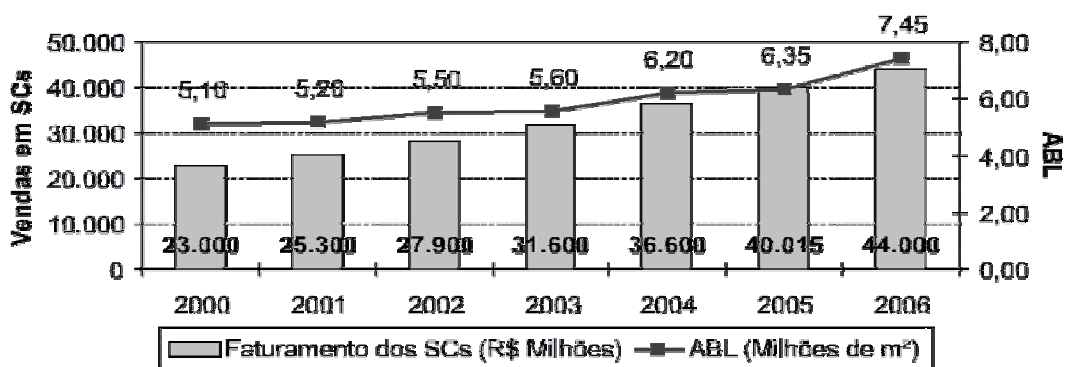
um só local, a disponibilidade de estacionamento, a climatização dos ambientes e a oferta de entretenimento, especialmente cinema⁴⁵³.

Em números,

Em 1975 havia no Brasil sete unidades. Uma década mais tarde, o número havia aumentado para 35 (...). Entre 1985-1999 cresceu cinco vezes mais o número de shopping centers, atingindo outros estados além do Sul e Sudeste, mas também Norte, Nordeste e Centro Oeste⁴⁵⁴.

Desde os anos 90 do século XX, o sector terciário, área de atuação do *shopping center*, tem crescido no Brasil, inclusivamente em função do capital externo que é aplicado no sector pelos grandes grupos estrangeiros. Os índices dispostos no gráfico, figura e tabela seguintes demonstram o crescimento deste setor:

Gráfico 32 – Evolução do Mercado do Brasil: ABL e Vendas do Varejo em SCs

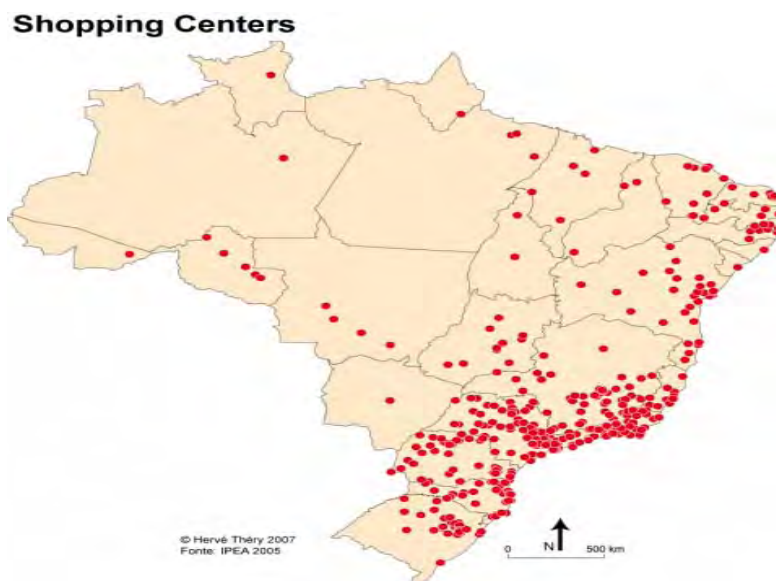


Fonte: Abrasce.Utiliza por PIMENTEL (2007) op cit..., p. 17

⁴⁵³ Pimentel, M. de O. e Branco, C. E. C. et ali "Setor de shopping center no Brasil: Evolução recente e perspectivas" Em: BNDES Sectorial, Rio de Janeiro, n. 26, p. 139-190, set. 2007.

P.16 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2606.pdf, acessado em 29 de Janeiro de 2011.

⁴⁵⁴ Santos, M. (2005). Os actuais círculos de cooperação, consequência dos circuitos espaciais de produção. Em: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7ª Ed.: Record. Rio de Janeiro, pp. 151 e 152.

Figura 15 – Demonstrativo da localização dos maiores shopping centers no Brasil. (Ano 2008)

Fonte: ARCHELLA & THÉRY, 2008. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos, Mapas temáticos, in: Revista Confins, Franco brasileira de Geografia. Número 3, 2008. Acedido em 27 de Janeiro de 2011, em: <http://confins.revues.org/3483?&id=3483>.

Tabela 22 – Evolução do número de shoppings inaugurados no Brasil (2005-2010)

ANO	N. SHOPPINGS	LOJAS	Facturamento (em milhões de reais/ano)
2005	338	42.363	45.5
2006	351	56.487	50.0
2007	363	62.086	58.0
2008	376	65.500	64.6
2009	392	70.500	74.0
2010	408	71.195	87.0

Fonte: Tabela resumida para esse estudo. Original em Shopping Center no Brasil. Evolução. Ver <http://www.portaldoshopping.com.br/sobreosetor.asp?codAreaMae=10&codArea=51&codConteudo=1>, acesso em 22 de Janeiro de 2011.

Quanto aos grupos estrangeiros que atuam nas administrações dos *shopping centers* no país, são cerca de 15 empresas. Destacamos aqui apenas a empresa Sonae Sierra, por estar ligada ao grupo de Portugal⁴⁵⁵. É um empreendimento que, como foi dito, não atua exclusivamente no mercado

⁴⁵⁵ Não vamos nos aprofundar nessa temática por dois motivos: primeiro pelo facto de já termos mencionado essa empresa anteriormente quando tratamos da Rede de Hipermercados Continente. Segundo por não ser objeto desses estudos os centros comerciais e *shopping centers*. Tivemos o propósito de mencioná-los pelo facto deles serem considerados pelos feirantes e fregueses grandes concorrentes no movimento das feiras livres. Nesse sentido achamos pertinente historiar a inserção desses lugares de consumo no Brasil e em Portugal, diante do contexto da Globalização e abertura de mercado, bem como trazer algumas características inerentes a esses equipamentos urbanos que se tornam atrativos para os clientes que se distanciam das feiras m busca desses novos lugares de consumo.

ibérico, mas também em outros mercados. A abertura de comércio e a globalização dos mercados são os maiores responsáveis por essa expansão:

Sonae Sierra é uma importante empresa internacional nas áreas de implantação e administração de SCs, com empreendimentos em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria e Grécia, além do Brasil. A ABL total controlada pela Sonae Sierra atinge 1,6 milhão de m², distribuídos por 44 empreendimentos. No Brasil, são administrados 314 mil m² de ABL, em nove SCs (excluído o Manauara Shopping, em construção), com 1.700 lojas e 7,6 milhões de visitantes/ano. Estão em construção outros 14 projectos (Brasil, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia e Roménia), totalizando 500 mil m² de ABL⁴⁵⁶.

Em 2006, a constituição jurídica da empresa Sonae Sierra Brazil foi alterada, diante da sociedade que fez com a instituição Norte Americana, a Developers Diversified Realty (DDR),

A DDR é a terceira maior operadora de *shoppings* nos Estados Unidos, além de actuar também em Porto Rico. A mesma DDR anunciou recentemente a entrada no mercado russo, através de uma *joint-venture* com o grupo alemão ECE. Após a recente fusão com a Irreti (Inland Retail Real Estate Trust, Inc., braço do grupo The Inland Real Estate Group of Companies, Inc), ocorrida em Fevereiro de 2007, a DDR tornou-se proprietária ou administradora de oitocentos empreendimentos, totalizando 15,05 milhões de m² de ABL⁴⁵⁷.

No caso específico das cidades que sediam as feiras em análise, respectivamente Salvador, Campina Grande e Caruaru, todas possuem centros comerciais e *shopping centers* que surgem com mais opções de lugares para compras, concorrendo com o movimento das feiras. A tabela a seguir apresenta o quantitativo desses equipamentos comerciais, instalados nessas cidades na atualidade.

Tabela 23 – Quantitativo de Centros Comerciais e Shopping Center nas cidades nordestinas brasileiras analisadas.

Salvador	Campina Grande	Caruaru
Salvador Norte Shopping	Shopping Center Boulevard	North Shopping Caruaru
Salvador Shopping	Shopping Centro Edson Diniz (shopping dos Camelôs)	Pólo Comercial de Caruaru
Shopping Bahia Out let Center	Shopping Cirne Center	Shopping Difusora
Shopping Barra		
Shopping Center Lapa		
Shopping Center Paralela		
Shopping Center Piedade		
Shopping Center Iguatemi Salvador		

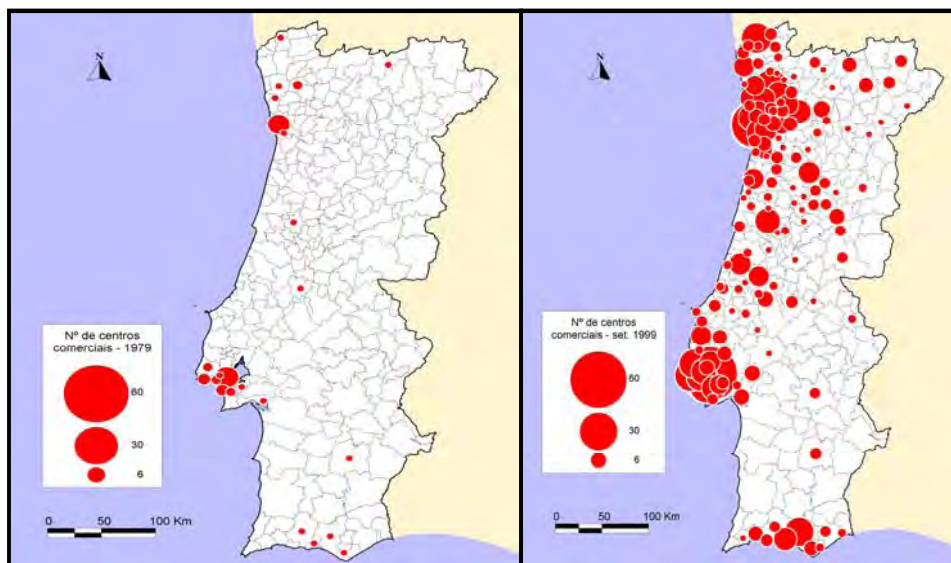
Fonte: Elaborada para o estudo, ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2010

⁴⁵⁶ Pimentel (2007), BNDES op cit..., p. 26

⁴⁵⁷ Ib dem, p. 27.

Já em relação a Portugal, verificamos que, assim como no Brasil, nas últimas duas décadas não só os supermercados e hipermercados ganharam multiplicidade, mas também os centros comerciais e *shopping centers*. A figura e a tabela a seguir, demonstram o quantitativo desses equipamentos comerciais antes de 1980 e em 1999.

Figura 16 – Centros comerciais com data de abertura anterior a 1980 e Centros comerciais em funcionamento em Setembro de 1999



Fonte: Cachinho, H. (coord. do Projecto). *Centros Comerciais em Portugal. Conceitos, tipologias e dinâmicas de evolução*. (2000, março). Relatório de estudo realizado pelo Observatório do Comércio. Lisboa, p. 54 e 56 respectivamente.

Essa evolução crescente no número de centros comerciais instalados em Portugal se apresenta desde a década de 1980 e continua nos anos 2000.

Tabela 24 – Centros Comerciais*

Ano	Quantidade de estabelecimentos	Nº de lojas	Volume de negócios
1999	745**	20.144	5 895,2 milhões euros
2000	748	21.582	5 930,8 milhões euros
2001	759	23.234	6 048,4 milhões de euros

Fonte: Pesquisa *O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal*, INE/OC (2002, novembro). Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais referente aos anos de 1999 a 2001. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/166.htm>

* Comércio a retalho de produtos alimentares diversos, bebidas e tabaco, produtos têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro, produtos para a casa e para o lar, e serviço de restauração

** Esse índice se apresenta com quantitativo diferente no relatório do observatório do comércio op cit... p. 57. Nesse documento para o ano de 1999 consta 789 estabelecimentos e 30 099 lojas.

A partir da década de 1980, Portugal e os países pertencentes à Comunidade Europeia passaram por um processo de urbanismo comercial, e os megacentros⁴⁵⁸ comerciais foram em parte responsáveis por esse fenómeno.

Assim como no Brasil, os centros comerciais e os *shoppings centers* instalados em Portugal, sobretudo na região norte, de acordo com depoimentos dos feirantes, concorrem com o movimento das feiras, tendo em vista que tais equipamentos urbanos se tornam novos lugares de consumo. Nesse sentido, destacamos dois aspectos que, ao nosso entender, favoreceram a dinâmica de expansão dos novos equipamentos comerciais. O primeiro deles diz respeito ao contexto histórico: os centros comerciais surgem em Portugal na década de 1970, mas é somente uma década depois, diante da inserção do país na Comunidade Europeia e, portanto, da abertura de mercado aos capitais internacionais aos grandes grupos de empreendedores que vemos a expansão desse sector. “Segundo os dados apurados, o aparecimento dos primeiros centros comerciais, em Portugal, data dos anos setenta. No entanto, foi a partir de meados da década de oitenta que se assistiu a um verdadeiro «boom» de empreendimentos deste género”⁴⁵⁹. O segundo aspecto que destacamos, como propulsor da expansão dos equipamentos urbanos supra citados, diz respeito às mentalidades e as mudanças de comportamento dos portugueses. O ato de consumo aliado ao prazer, ao conforto e a praticidade, foram variáveis consideradas pelo mercado. Nesse contexto os centros comerciais passaram a ser definidos como “uma cidade no coração da cidade”⁴⁶⁰, que estimula as compras.

Convém lembrar que, no momento atual de efervescência do capitalismo comercial, a sociedade de consumo, seja ela europeia ou não, muitas vezes, no ato de fazer as compras, parece adquirir a própria ideia de felicidade⁴⁶¹. Como se o consumo, além de estar aliado ao signo do “conforto”, também mensurasse a felicidade daqueles que consomem e no local que o fazem:

(...) a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo. Mas, que felicidade é essa que assedia com tanta força a ideologia da civilização moderna? Isso advém do fato de que, sócio historicamente, o mito da felicidade é aquele que encarna o mito da igualdade. Toda a virulência política e sociológica, com que este mito se encontra lastrado, desde a Revolução Industrial e as Revoluções do século XIX, foi transferida para a felicidade. Que felicidade ostenta, à primeira vista, semelhante significado e função, induzindo a consequências importantes quanto ao

⁴⁵⁸ Termo utilizado pelo Observatório do Comércio no estudo *Observatório do Comércio vai ao shopping ver* <http://www.dgae.min-economia.pt/Acedido> em 29 de Janeiro de 2011.

⁴⁵⁹ Op cit, p.1

⁴⁶⁰ Idem p. 1

⁴⁶¹ Para uma análise do conceito de “felicidade” relacionado com a possibilidade de poder de compra, ver Baudrillard, J. (2007), *A sociedade de consumo*, Edições 70. Lisboa, p. 20

respectivo conteúdo. Para ser veículo do mito igualitário, é preciso que a felicidade seja mensurável, por objectos e sinais de conforto⁴⁶².

E em que medida a globalização colabora com esse sentimento dos consumidores? Inicialmente lembramos que a abertura de mercado se fez presente não só nos grupos de empreendedores que instalam os centros comerciais em Portugal, e suas lojas, mas também nas origens das mercadorias das mais diversas nacionalidades. Os consumidores têm acesso à cultura de consumo e muitas vezes se sentem parte integrante daquela cultura que acabaram de consumir⁴⁶³,

Pela sua natureza (pós-) modernista e a qualidade dos espaços criados, estes centros tendem de forma natural a afirmarem-se como autênticas ilhas da globalização, através das quais as grandes cadeias internacionais difundem por todo o mundo as suas mercadorias, e porque estas não são despidas de significado, as ideias que vão afeiçoando a estética da cultura do consumo⁴⁶⁴.

A globalização também se faz presente na demonstração desses novos lugares de consumo, com formatos uniformizados, “padronizados” que atendem a um mercado externo, relacionando-o com o interno, garantindo a proliferação do capital financeiro,

Daí por que as forças dos grandes grupos empresariais, apoiados por acções do Estado, inauguraram um novo cenário mundial, caracterizado por um sistema de espaços da globalização da produção e comercialização, espaços internacionalizados e sem fronteiras. Impulsionado pela busca desenfreada do lucro,

⁴⁶² Ibidem p. 36. Na obra *A sociedade de consumo* Baudrillard faz referência a concepção atual de consumo exercida pela sociedade, fazendo referência também a alguns elementos que colaboram para “alimentar” esse consumo desmedido contemporâneo. Elementos como publicidade ou propaganda, e a própria concepção arquitetónica dos lugares, a exemplo dos *shopping centers* com características peculiares estimulam ao consumo. Destaca as estratégias de *marketing* que favorecem ao se sentimento de estar bem nos lugares acarretando o consumo imediato. Traz portanto, interpretações sobre a concepção dos lugares relacionando-as ao estímulo pela aquisição de bens. (a compra). Nesse sentido os *shopping* para o autor proporcionam: Lazer, diversidade de mercadorias, e na construção do interior do equipamento, elementos do tipo: decoração, cor, luminosidade, reflexos diante dos espelhos, os assentos. Trás para análise o maior centro comercial da Europa o B.H.V, relacionado sempre o seu dinamismo comercial e o sentido da estética.

⁴⁶³ Nos referimos aos objetos adquiridos pelos consumidores que na sua origem são pertencentes a outras culturas diferentes de quem está a consumir. Por exemplo o facto de portugueses, brasileiros, ou espanhóis adquirirem roupas indianas, calçados alemães, ou italianos, se alimentarem de uma culinária japonesa, ou mesmo assistirem a um filme norte-americano e se transportarem mentalmente para o local de gravação como se fossem efetivamente americanos. Esses são alguns exemplos que trouxemos para ilustrar a sociedade de consumo influenciada por uma “realidade urbana” que muitas vezes é estimulada pela ambiência dos lugares – nesse estudo, os centros comerciais e *shopping center* que constroem um cenário diferente do real e as pessoas por estarem consumindo aquilo que supostamente acreditam ser a realidade, se tornam felizes. E é bom que pontuemos que muitas vezes esses cenários da “realidade” acabam por obscurecer as diferenças sociais. Diante da ideologia que todos podem consumir. Facto que tem gerado crescentes índices de endividamento. Sobre a maneira como o consumo invade as vidas dos sujeitos na pós-modernidade ver Baudrillard, J. (1973). *O festival do poder de compra. A Publicidade. Em: O sistema dos objectos*. Editora Perspectiva. São Paulo, p.181 e ainda, sobre os *shopping centers* como lugares de uma manutenção de uma identidade colectiva marcada pelos signos inequívocos do individualismo ver Albuquerque, S. P. da M *A decadência do Espaço Público na metrópole Contemporânea: a urbanização desurbanizada*. Dissertação de Mestrado Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Coordenação dos Programas de Pós - Graduação do IPPUR /UFRJ, Agosto /1996, p. 195.

⁴⁶⁴ Cachinho, H. (coord. do Projecto). *Centros Comerciais em Portugal. Conceitos, tipologias e dinâmicas de evolução*. Relatório de estudo realizado pelo Observatório do Comércio. Lisboa, Março de 2000, p. 50.

os novos agentes hegemónicos – as grandes empresas globais – ampliam-se e investem na modernização tecnológica, aplicando o conhecimento científico no processo produtivo em prol do mercado, passando a conquistar cada vez mais espaços para reproduzir-se e garantir a acumulação necessária à consolidação do capitalismo⁴⁶⁵. Os lugares se mundializam. Os vectores da modernização contemporânea, através da expansão das redes supracitadas, difundem-se larga, rápida e desigualmente nos diferentes lugares do mundo⁴⁶⁶.

Acreditamos, portanto, que a proliferação dos centros comerciais no território luso não só ocorreu pela ideologia do sentimento de satisfação e felicidade do consumir, resultante de mudanças de comportamento no consumo desenfreado, tendo as mercadorias das mais diversas origens ao seu alcance, mas pela abertura de mercado às empresas globais sem territórios definidos, tendo o Estado neoliberal como modelo aglutinador desses novos formatos de comércio.

Esses lugares de consumo, centros comerciais e *shopping centers* em Portugal, concorrem com o movimento das feiras e de estabelecimentos de menor porte. As tabelas seguintes evidenciam essa concorrência. A primeira delas traz as opções de lugares de compras no ano de 1999, para mercadorias alimentares e não alimentares, e a segunda o volume de negócios dos estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, nos anos 2004-2007.

Tabela 25 – Distribuição das opções dos lugares de consumo a partir da natureza dos produtos (1999)

	1ª Opção	2ª Opção
Produtos Alimentares Frescos	Hipermercado; Supermercado; Mercado Municipal; Estabelecimentos Tradicionais	Supermercado; Hipermercado
Outros Produtos Alimentares	Hipermercado; Supermercado	Supermercado; Estabelecimentos Tradicionais; “Discount”
Artigos de Higiene e Limpeza	Hipermercado; Supermercado	“Discount”
Produtos Não Alimentares	Estabelecimentos Tradicionais	Hipermercado (Saúde e Higiene Pessoal); Grandes Superfícies Especializadas (Equipamento do Lar); Centros Comerciais (Artigos de Uso Pessoal, Desporto, Cultura e Lazer)

Fonte: Observatório do Comércio/ I.D.E. (Dezembro de 1999), “Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais – Situação Atual e Prospectiva” Comércio: hábitos de consumo e formatos comerciais. Observatório do Comércio. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.obscom.min-economia.pt>,

⁴⁶⁵ Diniz, L. da e Castilho, C. J. M (2009, mai/ago). Faces actuais do Espaço Comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “Nova” dinâmica sócio-espacial. Em: *Revista de Geografia*: UFPE – DCG/NAPA, Recife, v. 26, no 2, pp. 44-45.

⁴⁶⁶ Santos, M. (1997). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2ª Ed. Hucitec. São Paulo, p. 258.

Tabela 26 – Volume de Negócios a partir dimensão dos lugares de consumo (2004-2007)

Escalação de área de exposição e venda	Volume de negócios (€) das unidades comerciais de dimensão relevante por Localização geográfica (Continente), Sector de actividade económica e Escalação de área de exposição e venda; Anual			
	Período de referência dos dados			
	2007	2006	2005	2004
	Localização geográfica (Continente)			
	Continente			
	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)	€ (milhares)
Total	15343890	14127613	12969224	11561196
Menos de 400 m2	1064386	954969	881949	800859
400 a 1000 m2	2965608	2874856	2595625	2225743
1000 a 1999 m2	4304828	3770915	3439444	2515014
2000 a 2500 m2	715671	645578	469395	477106
2500 a 4000 m2	1099263	1019355	1017070	1024293
4000 a 7999 m2	1677586	1349987	1174046	1288450
8000 M2 e Mais	3516549	3511955	3391694	3229731

Fonte: Em: <http://www.ine.pt>. Volume de negócios (€) das unidades comerciais de dimensão relevante por Localização geográfica (Continente), Sector de actividade económica e Escalação de área de exposição e venda; Anual - INE, Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante. Acedido em 10 de Janeiro de 2011.

5.6 – Comércio (des) territorializado: o comércio eletrónico da net

Para além da expansão do mercado das grandes superfícies e das redes hipermercadistas de comércio a retalho, a globalização também ensejou a expansão do comércio digital, propiciando o desenvolvimento do capitalismo moderno informacional.

Castells⁴⁶⁷ designa este modo de desenvolvimento informacional de “informacionalismo”, instituído pelo aparecimento de um novo paradigma tecnológico baseado nas tecnologias de informação, contrariamente ao modo de desenvolvimento industrial que era voltado para o crescimento da economia, isto é, para a maximização da produção, e atribui ao processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80, a responsabilidade do aparecimento deste novo sistema económico e tecnológico que caracterizou como “capitalismo informacional”⁴⁶⁸.

Essa forma de comércio eletrónico também se configura como outra forma de consumo, que se expande em Portugal e no Brasil, a partir da primeira década do século XXI. Destacamos brevemente os portais de consumo como outra opção de efetivação das transações comerciais

⁴⁶⁷ Termo utilizado por Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra. São Paulo

⁴⁶⁸ Ferreira, V. L. F. (2008). *O Comércio Eletrónico em Portugal Relações Espaciais entre Comércio e Consumidores na Internet*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 43.

contemporâneas, e que, assim como os centros comerciais, *shoppings centers*, supermercados e hipermercados, também concorrem com os movimentos das feiras, tendo em vista, sobretudo, o aspecto da comodidade que é inerente a essa prática de compra e venda. As mercadorias chegam às moradas dos consumidores, sem que para isso tenham que sair de casa.

Consome-se em todo o mundo, em qualquer lado e a qualquer momento: nos hipermercados e nos centros comerciais, (...) nos horários habituais de funcionamento, mas também, e cada vez mais, ao domingo, depois de jantar e pela noite a dentro, sendo-se servido por empregados ou servindo-se a si mesmo, utilizando máquinas automáticas ou encomendando pela internet⁴⁶⁹.

Em que esta outra forma de consumo concorre com o comércio tradicional das feiras? Fazendo uma breve reflexão em torno da maneira como as feiras funcionam, podemos perceber que estas têm como característica levar até o consumidor as mercadorias de origens variadas e produtos diferenciados. Isto ocorreu desde que a feira era itinerante⁴⁷⁰ e funcionava nas principais cidades da região onde os consumidores vinham se abastecer, e ainda nas feiras minhotas e nordestinas brasileiras, em que pese as primeiras funcionarem sazonalmente e as segundas diariamente. Para aqueles que ainda moram na zona rural (nas aldeias), consiste numa possibilidade concreta de terem acesso aos produtos das mais diferentes origens visitando as feiras. Entretanto, o comércio virtual tem não só possibilitado o acesso às mercadorias de origens diversas por parte dos consumidores, como também tem levado esses produtos para dentro da casa dos consumidores. Todo o processo de aquisição das mercadorias é feito virtualmente⁴⁷¹: escolha de mercadoria, pagamento e agendamento para recebimento, garantindo maior comodidade aos clientes. “Hoje a mercadoria vai até a casa, o progresso faz com que tenhamos as feiras como festas e não mais como centro de abastecimento. Antes também era a distração [a feira], hoje tem a TV e rádio”⁴⁷².

Os clientes virtuais procuram adquirir bens os mais diversos: artigos eletrónicos, vestimentas, calçados, higiene pessoal, livros, artigos dos hipermercados, a exemplo de géneros alimentícios, etc. O facto é que alguns desses produtos também são comercializados nas feiras, alterando somente as

⁴⁶⁹ Lipovetsky, G. (2010). Uma cultura de hiperconsumo. Em: *A Cultura-Mundo resposta a uma sociedade desorientada*. Edições Setenta, Lisboa, p. 71.

⁴⁷⁰ Sobre as formas de distribuição de mercadorias por intermédio dos métodos de venda que sempre se fizeram presentes na História do Comércio e técnicas de venda, a saber: venda itinerante, loja tradicional, livre serviço, venda ao domicílio, venda por correspondência, venda por distribuidor automático e venda electrónica à distância. Ver Salgueiro, B. (1996). *Do comércio à distribuição: Roteiro de uma mudança*. Tese Oeiras: Celta.

⁴⁷¹ Fazer compras sem sair de casa não é uma realidade apenas do século XXI, uma vez que no século XX os ambulantes já faziam o comércio domiciliar por meio da apresentação dos catálogos das fábricas; a venda pela televisão e entrega via correio também eram realizadas. Entretanto, é somente a partir da década de 1980 do século XX com a Revolução Comercial e Tecnológica (computadores, telefonia e internet) que vê-se a abertura a inicialização do comércio electrónico (virtual) realizado pela internet.

⁴⁷² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Manoel, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

marcas. Logo, esse tipo de comércio, assim como os novos lugares de consumo, representa uma opção que concorre com o movimento das feiras. Os dados das tabelas abaixo, demonstram que, na região norte, se concentram 34,2% dos internautas portugueses. Lá também se concentra a maior quantidade de feiras realizadas semanalmente, 23,4%, conforme a tabela seguinte. Concluímos, então, que esses internautas poderão ser também consumidores virtuais, o que compromete o movimento das feiras, uma vez que esses consumidores virtuais podem escolher as redes de lojas virtuais e deixar de abastecer-se nas feiras.

Tabela 27 – Utilização de computador e Internet, por regiões (NUTS II), 2003-2007 (%)

	Computador	Internet
Portugal	45,8	39,6
Norte	41,1	34,2
Centro	44,8	38,5
Lisboa	55,5	49,7
Alentejo	40,6	36,7
Algarve	45,4	38,6
R. A. dos Açores	37,4	30,5
R. A. da Madeira	41,7	37,1

Fonte: INE/UMIC, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2003-2007.

Acedido em 04 de Fevereiro de 2011,

em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y,

Tabela 28 – Demonstrativo das Feiras semanais por regiões

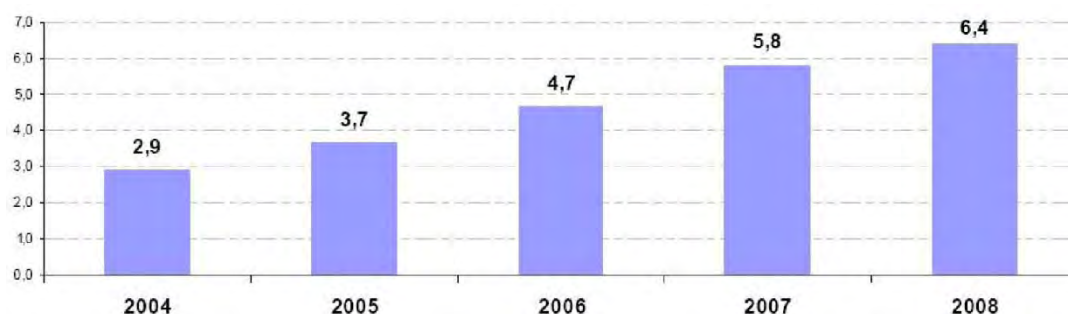
Região	N. de Feiras	Percentual
Norte	61	23,4%
Centro	26	6,4%
Lisboa e Vale do Tejo	43	21,5%
Alentejo	6	2,8%
Algarve	5	5,3%
Total	141	100%

Fonte: Observatório do Comércio (2001) Cadastro Nacional de Feiras e Mercados. P. 278 (Adaptado)

Em Portugal, as compras de mercadorias por intermédio da internet têm sido cada vez mais procuradas. “A taxa de penetração de quem compra na internet, passou de 10%, em 2007, para 16%

atualmente [2010], esse é um número mais relevante dos estudos que já realizamos”⁴⁷³. Somente entre consumidores com faixa etária entre 16 e 74 anos, os índices tiveram evolução de 2,9% em 2004, para 6,4% em 2008. A figura abaixo comprova tal índice.

Gráfico 33 – Demonstrativo dos usuários do comércio eletrónico – Indivíduos entre os 16 e os 74 anos, 2004-2008 (%)



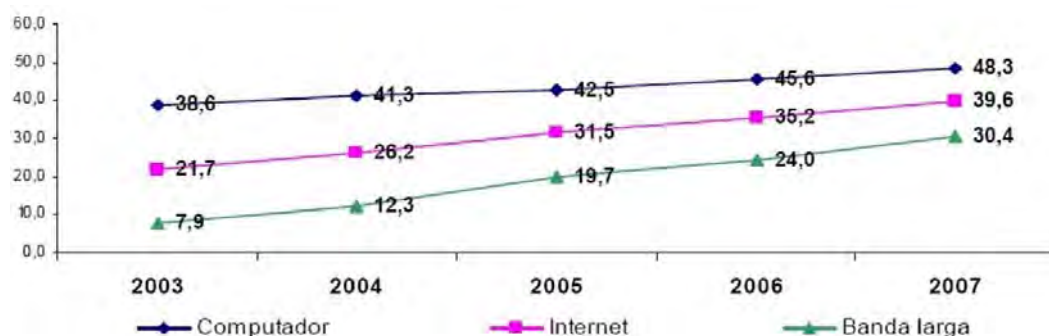
Fonte: INE/UMIC (2008). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas famílias. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em:

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y,

A partir da primeira década do século XXI, Portugal passou pela “Revolução Tecnológica” no que concerne aos serviços de telefonia fixa, móvel e internet banda larga, aderindo posteriormente à fibra óptica. Tais iniciativas tecnológicas favoreceram o acesso à internet e, portanto, ao consumo virtual como consequência para os aderentes. As ilustrações que se seguem, ambas representando o contexto em que Portugal encontra-se inserido na infraestrutura digital e que fortalece o comércio eletrónico. O Gráfico a seguir demonstra a evolução desde aquisição de computadores, perpassando para o acesso a internet e ao serviço banda larga, período de 2003-2007, e a tabela 28 com a demonstração de Portugal localizado na 10^a posição entre os países que detém penetração da internet no ranking mundial.

⁴⁷³ Alexandre Nilo da Fonseca, Presidente da ACEPI- Associação do Comércio electrónico e publicidade interactiva. Os portugueses estão a comprar mais na internet (2010, 13 de Outubro).Jornal português Negócios. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=448089.

Gráfico 34 – Posse de computador, ligação à Internet e ligação através de banda larga nos agregados domésticos, 2003-2007 (%)



Fonte: INE/UMIC (2003-2007). *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias*.
Acedido em 04 de Fevereiro de 2011,
em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y

Tabela 29 – Ranking mundial dos 11 países com maior taxa de penetração da Internet (2008)

#	Países	Taxa de Penetração (%População)	Utilizadores Internet (2008-dados Mais recentes)	População (Estimativas 2008)
1	Holanda	90.1 %	15,000,000	16,645,313
2	Noruega	87.7 %	4,074,100	4,644,457
3	Antigua & Barbuda	85.9 %	60,000	69,842
4	Islândia	84.8 %	258,000	304,367
5	Canada	84.3 %	28,000,000	33,212,696
6	Nova Zelândia	80.5 %	3,360,000	4,173,460
7	Austrália	79.4 %	16,355,388	20,600,856
8	Suécia	77.4 %	7,000,000	9,045,389
9	Japão	73.8 %	94,000,000	127,288,419
10	PORTUGAL	72.9 %	7,782,760	10,676,910
11	Estados Unidos	72.3 %	220,141,969	303,824,646
Total Utilizadores – Mundo		21.9 %	1,463,632,361	6,676,120,288

Fonte: Ferreira, op cit, P, 58.

Apesar desse elevado crescimento em relação ao comércio eletrónico em Portugal, até aqui demonstrado dois fatores ainda concorrem para o “arranque” definitivo dessa prática capitalista virtual. Primeiro o facto de nem todos os portugueses terem acesso a internet, e segundo a iliteracia digital, que tem gerado o descrédito para dos consumidores⁴⁷⁴.

⁴⁷⁴ Muitos portugueses ainda não aderiram ao consumo electrónico por receio de serem vítimas de golpistas. A esse respeito ver *One person in eight in the EU27 avoids e-shopping because of security concerns*, publicado em 18 de Fevereiro de 2008. Acedido em 01 de Fevereiro de 2011, em: http://www.e-global.es/ver_documento_detalle/2396-eurostat-2008.-one-person-in-eight-in-the-eu27-avoids-e-shopping-because-of-security-concerns.html. Ainda sobre esse tema consultar a

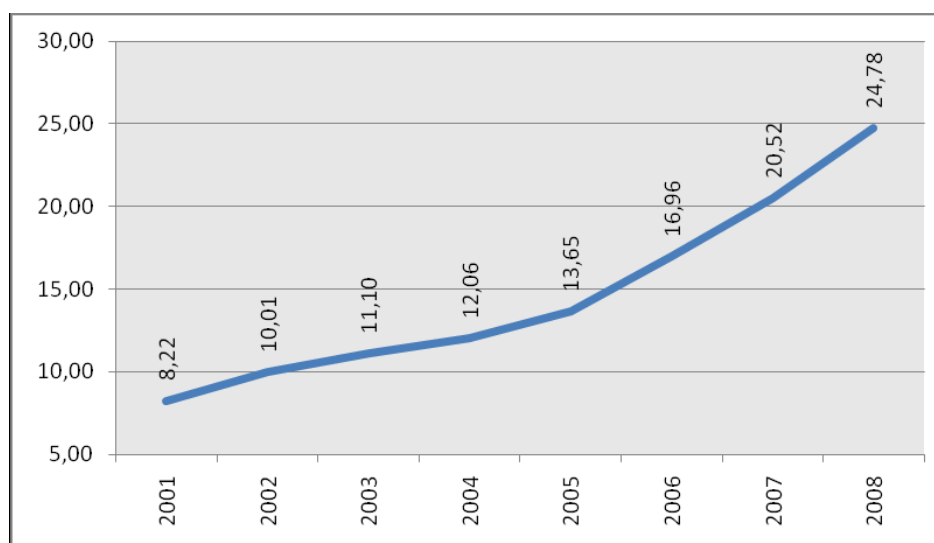
Em relação ao Brasil, o quantitativo de usuários do comércio eletrônico também tem aumentado, haja vista o acesso a internet que se propagou diante do crescimento económico verificado nos últimos anos. Os índices dispostos na tabela seguinte que classifica o Brasil na 6ª posição entre os dez países com maior número de utilizadores da net. Na sequência observemos a evolução dos índices, no gráfico sobre o acesso na net.

Tabela 30 – Ranking Mundial dos 10 países com maior número de utilizadores da Internet (2008)

	Países	Utilizadores Internet (2008-dados mais recentes)	Taxa de Penetração (%População)	População (Estimativas 2008)
1	CHINA	253,000,000	19.0 %	1,330,044,605
2	ESTADOS UNIDOS	220,141,969	72.5 %	303,824,646
3	JAPÃO	94,000,000	73.8 %	127,288,419
4	ÍNDIA	60,000,000	5.2 %	1,147,995,898
5	ALEMANHA	52,533,914	63.8 %	82,369,548
6	BRASIL	50,000,000	26.1 %	191,908,598
7	REINO UNIDO	41,817,847	68.6 %	60,943,912
8	FRANÇA	36,153,327	58.1 %	62,177,676
9	COREIA DO SUL	34,820,000	70.7 %	49,232,844
10	ITÁLIA	34,708,144	59.7 %	58,145,321
Total Utilizadores – Mundo		1,463,632,361	21.9 %	6,676,120,288

Fonte: Ferreira, op cit, p, 58

Gráfico 35 – Evolução (%) da Taxa de Acesso a Computador com Internet



Fonte: CPS/FGV a partir dos micros dados da PNAD/IBGE

iniciativa da Comunidade Europeia para combater a lictaria do comércio electrónico ver Bruxelas lança consulta sobre resolução de litígios entre empresas e consumidores, 27.01.2011. Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em: www.comercioelectronico.pt/comissoes_hp.php?menu=1&idComissao=2.

Essa evolução permanece em 2009, com 33% da população com acesso à internet, sendo 27% de consumidores entre os internautas.

Tabela 31 – Demonstrativo do quantitativo de pessoas com acesso a Net e usuários do mercado

ANO	Nº de internautas	Nº de consumidores
2008	54 Milhões	12, 5 milhões
2009	63 Milhões	17 Milhões

Fonte: Pnad, Internet Retailer, Web Surveyor, Nielsen On-line, e-Marketer, Em: Palestra E-COMMERCE, proferida por Carlos Fernandes, vice-presidente Administrativo do Grupo Walmart Brasil, exibida durante a realização do Fórum de Varejo 2010 Um olhar para o futuro.

Gostaríamos de destacar ainda dois aspectos que acreditamos serem inerentes ao comércio eletrônico e que têm relação com o comércio tradicional realizado nas feiras. O primeiro deles diz respeito aos lojistas que oferecem os serviços de compras via internet e que têm produtos semelhantes aos comercializados nas feiras, ou seja, os hipermercados e os sites de compras. No caso de Portugal, trouxemos como exemplo a Rede Modelo-Continente. Acendendo ao site loja⁴⁷⁵, é possível escolher os produtos, fazendo comparações de marcas e preços, listar os escolhidos, efetivar o pagamento por intermédio de cartão multibanco (débito em conta) e receber posteriormente as compras em casa, indicando a morada no ato do cadastro de usuário. Já em relação ao Brasil, podemos usar como exemplo a Rede de supermercados Mercadorama⁴⁷⁶. Em ambos os casos é possível portanto, fazer a feira sem sair de casa.

O segundo aspecto para o qual chamamos atenção é o uso do termo feira no próprio ambiente virtual. Sites propagam a sua publicidade fazendo o uso da nomenclatura feira, denotando a variedade de suas respectivas mercadorias e preços baixos⁴⁷⁷.

5.7 – Representações da concorrência por feirantes e fregueses

Feita uma breve retrospectiva histórica acerca dos novos lugares de consumo que se fazem presentes em Portugal e no Brasil a partir, sobretudo, da década de 70 do século passado, é importante aqui explorar de modo mais circunstanciado a concorrência que estes representam para o comércio tradicional das feiras e mercados. Para tanto, utilizaremos principalmente os depoimentos

⁴⁷⁵ Cadastro Modelo- Continente ver <https://www.continente.pt//UserRegistrationsFirstStep.aspx>, acedido em 15 de Janeiro de 2011.

⁴⁷⁶ Pertencente ao Grupo Wal-Mart, o mesmo dos Bompreço e Hiperbompreço já mencionado anteriormente ver <http://www.mercadorama.com.br/>, acedido em 05 de Fevereiro de 2011.

⁴⁷⁷ Nesse ambiente virtual é possível fazer anúncio de qualquer produto para compra, troca, venda. Também anuncia-se vagas de emprego por todo o país. Ver <http://www.feiradaladra.net/>, acedido em 05 de Janeiro de 2011.

daqueles que são os protagonistas dessa história — os feirantes e fregueses que frequentam as praças centrais do comércio tradicional das cidades nordestinas brasileiras e minhotas portuguesas⁴⁷⁸.

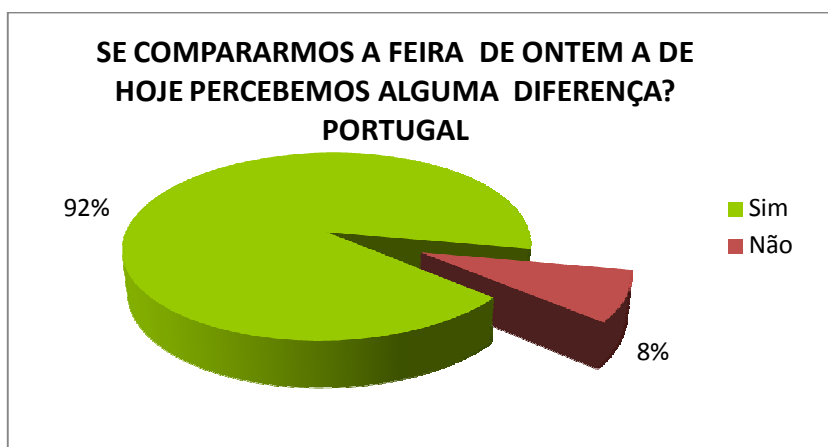
Como já foi observado, até a década de 1970, tanto em Portugal quanto no Brasil, a principal fonte de abastecimento que se tinha nas cidades era de facto o comércio tradicional das feiras e mercados. Na altura, a concessão da feira era a de “ser o espaço que servia a todo mundo”⁴⁷⁹, Local frequentado por todas as camadas da sociedade. Conforme relatório da Prefeitura Municipal de Salvador relativo à feira de São Joaquim, era “Lugar frequentado pela antiga classe média da cidade que, que até a década de 70, sem estar acostumada com a cultura dos supermercados, utilizava-a como ponto principal de abastecimento de suas casas”⁴⁸⁰. Com o desenvolvimento e modernização dos países capitalistas, observa-se a inserção de outras opções de consumo, aos quais feirantes e fregueses atribuem a diminuição do movimento das feiras. Quando indagados sobre a existência de diferenças entre as feiras de hoje — em 2007, período final da nossa coleta de depoimentos — e as feiras de vinte anos atrás, os feirantes mencionam a concorrência das novas modalidades de consumo. Conforme os gráficos seguintes, isto se verifica em relação a 92% dos entrevistados em Portugal e 83% no Brasil. Convém ressaltar que a maioria dos feirantes entrevistados (59% em Portugal e 60% no Brasil) trabalha nas feiras em Portugal há mais de vinte anos. Suas observações sobre as diferenças entre o passado e a atualidade, na maior parte dos casos, se referem ao enfraquecimento do movimento das feiras.

⁴⁷⁸ Convém lembrar que esta realidade não é apenas das feiras de Campina Grande, Caruaru e Salvador, no Nordeste do Brasil, e Barcelos, Ponte de Lima e Vila do Conde, no Noroeste de Portugal, mas sim sobre as feiras no início do século XXI, tendo estas feiras como exemplos.

⁴⁷⁹ Feira como local de abastecimento, fonte de subsistência para os moradores das cidades nordestinas. Ver Lopes, V. L. S. (2004). *Meios de Vida, as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 112.

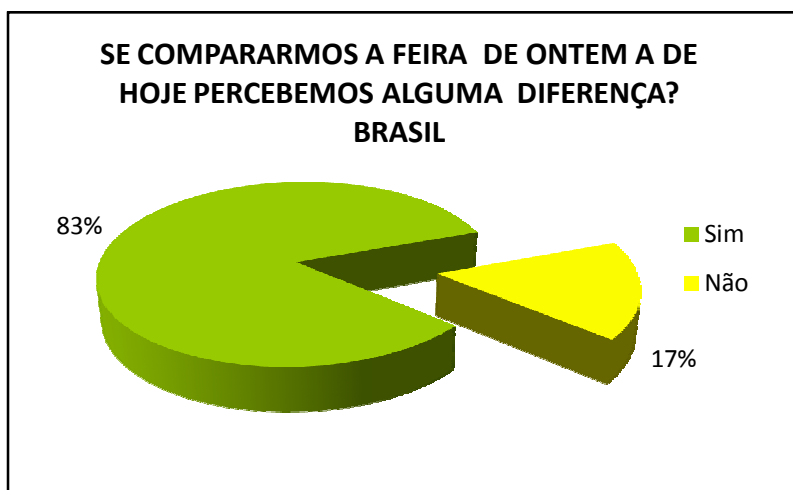
⁴⁸⁰ Prefeitura Municipal de Salvador. (1998). Feira de São Joaquim. Retratos da cidade. Salvador antes, Salvador agora 450 anos (1549-1999), capital de um novo mundo. Salvador, p. 28.

Gráfico 36 – Percepção da existência de diferenças entre a atualidade e o passado segundo os feirantes em Portugal

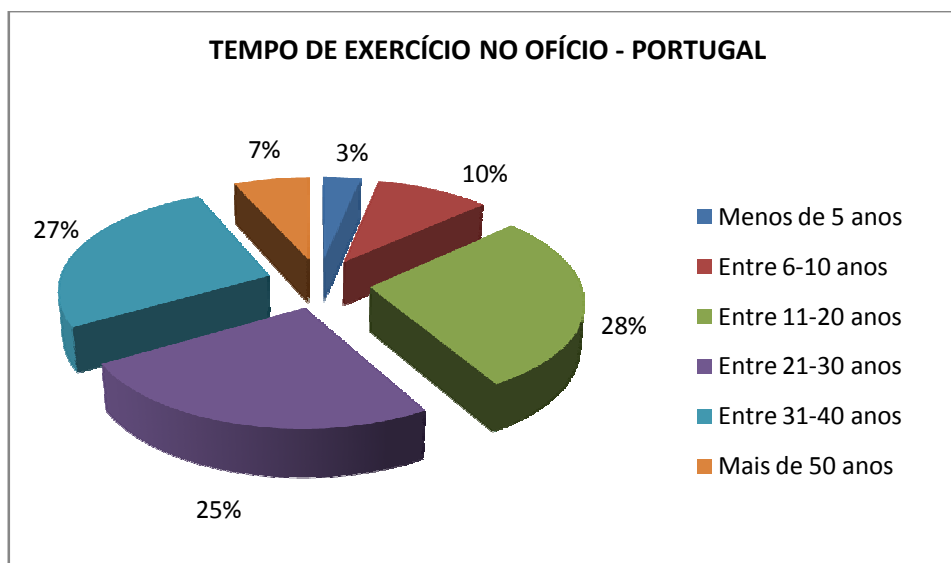


Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

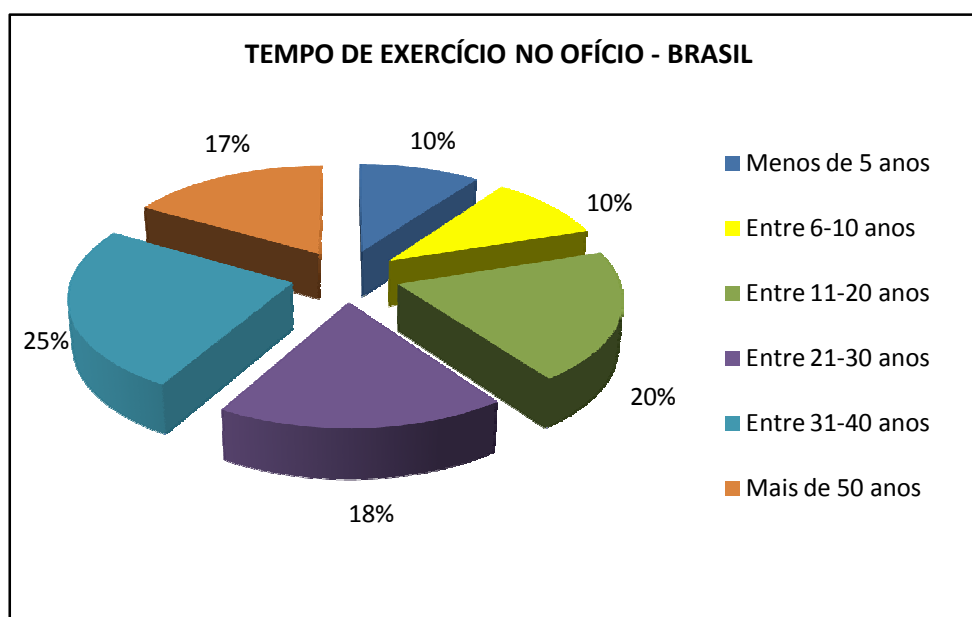
Gráfico 37 – Percepção da existência de diferenças entre a atualidade e o passado segundo os feirantes no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 38 – Tempo de exercício dos feirantes nas feiras em Portugal

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 39 – Tempo de exercício dos feirantes nas feiras no Brasil

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Sobre este assunto os feirantes no Brasil discorrem:

“ (...) os supermercados, *tirou* muitos clientes da feira, por exemplo essa sexta-feira verde, quarta-feira vermelha (...)”⁴⁸¹; “Os mercadinhos acabaram com a feira

⁴⁸¹ O feirante se refere a eventos que os supermercados promovem promocionais de artigos hortifruti e que acontecem em dias de semana. Dar o exemplo de sexta-feira verde se referindo as hortaliças e de quarta-feira vermelha a frutas avermelhadas. Entrevista concedida à autora por “Pai de Santo”, feirante em São Joaquim, Salvador em 10 de Junho de 2009.

central”⁴⁸²; “A diferença da feira de hoje para feira de vinte anos atrás é por causa dos supermercados, antes a feira funcionava todos os dias, agora só vemos movimento a partir da quarta”⁴⁸³; (...) Está mais ameno a frequência dos clientes pelo decorrer da História, é muita concorrência. O governo criou em 1994 o plano real e a ciranda financeira da população mudou. Quem tinha dinheiro no mercado financeiro resolveu investir em comércio, e obviamente isso passou a concorrer conosco. E estamos enfrentando uma certa dificuldade. É como um pai quando tem um filho e faz um bolo, o filho come que chega até a jogar fora, mas quando esse pai tem dez, doze filhos, aquele bolo não vai dar para todos com a mesma facilidade. O estreitamento da venda vem daí, de partir desse bolo com os que tinham e os que chegaram também⁴⁸⁴.

No entorno da feira de São Joaquim, em Salvador, encontramos supermercados, e hipermercados, como também centros comerciais a exemplo do Shopping Liberdade, na imagem seguinte, localizado no entorno da Feira de São Joaquim:

Figura 17 – Imagem do Shopping Liberdade, vista a partir do entorno da Feira de São Joaquim



Foto: Fernando Medeiros. Junho/ 2009

Em Campina Grande, a situação não é diferente, pois a Feira Central, para além de ter a concorrência das demais feiras distribuídas⁴⁸⁵ nos bairros da cidades, também convive com a

⁴⁸² Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Graças, feirante, em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

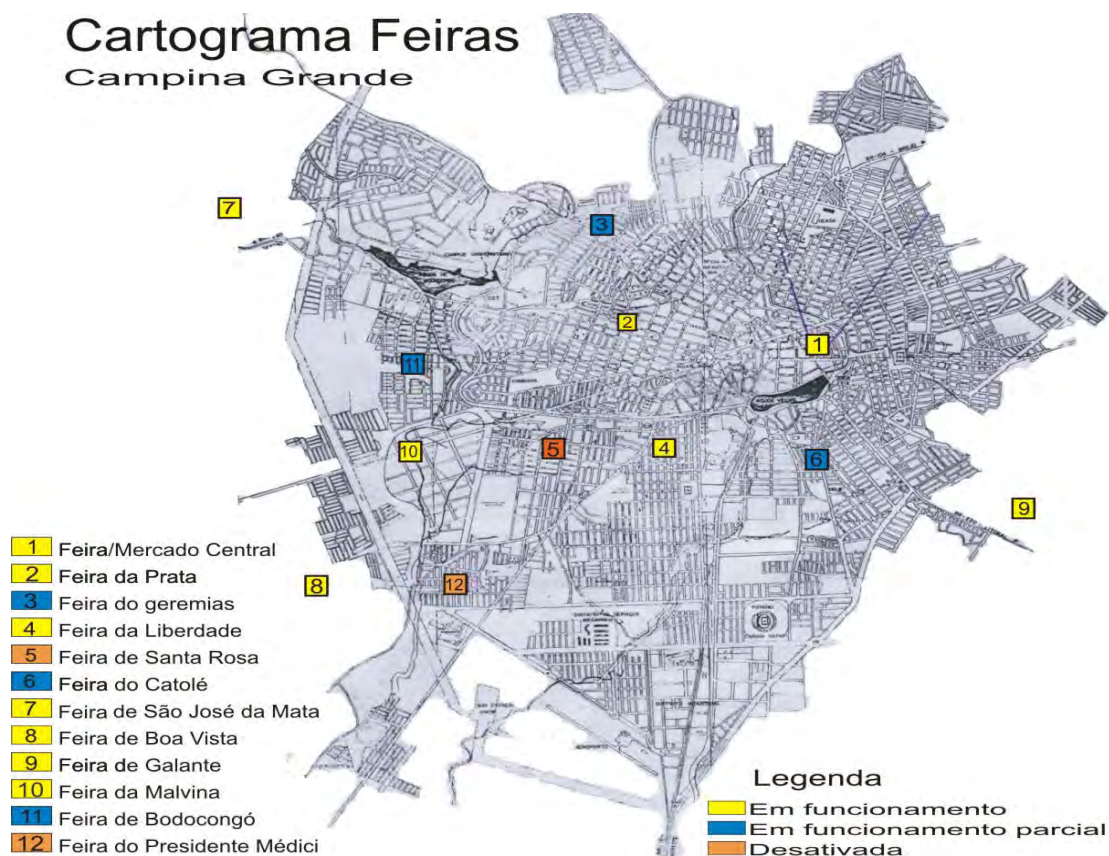
⁴⁸³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joaquim Pereira, feirante em Campina Grande, em 19 de Fevereiro de 2009.

⁴⁸⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Antonio dos Santos, feirante em São Joaquim, Salvador em 12 de Junho de 2009.

⁴⁸⁵ As demais feiras centrais nordestinas analisadas neste estudo também convivem com a concorrência de outras feiras distribuídas nos bairros. No caso das feiras de Caruaru, Para além da central, são oito as distribuídas pelos bairros, são elas: na sexta- Bairro do São Francisco, no domingo- Bairros São João da Escócia, Coabi III (feira das rendeiras), Boa Vista I e II (feira do Salgado), Rosanópolis, Agamenon, Coabi I e II. Já em Salvador, para além da Feira de São Joaquim, outras feiras acontecem nos bairros diariamente: Liberdade (feira do pão), Itapuã, Sete Portas, Cosme Farias, Castelo Branco, Mussurunga e Piripiri e em dias específicos, também chamadas de feiras volantes, a saber:Boa Viagem (sextas), Bonfim (Sábado) e aos finais de semana, as feiras Boca do Rio (em Amarilina) e Cajazeiras. [22:49:09] giovannaquino: Dentre outras. Sobre as feiras volantes realizadas em salvador, ver levantamento de campo realizado pela FUNTRAB- Fundação Baiana para o trabalho, divulgado em Bahia, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (1981). Superintendência baiana para o trabalho. Caracterização dos feirantes das feiras-livres volantes de Salvador. Tab. Graf, Salvador, 74p.

concorrência dos supermercados instalados não só nos bairros⁴⁸⁶, mas também em seu entorno. Na sequência vemos o mapa das doze feiras existentes na cidade e a localização da feira no centro da cidade, com os outros sete lugares de consumo em sua volta.

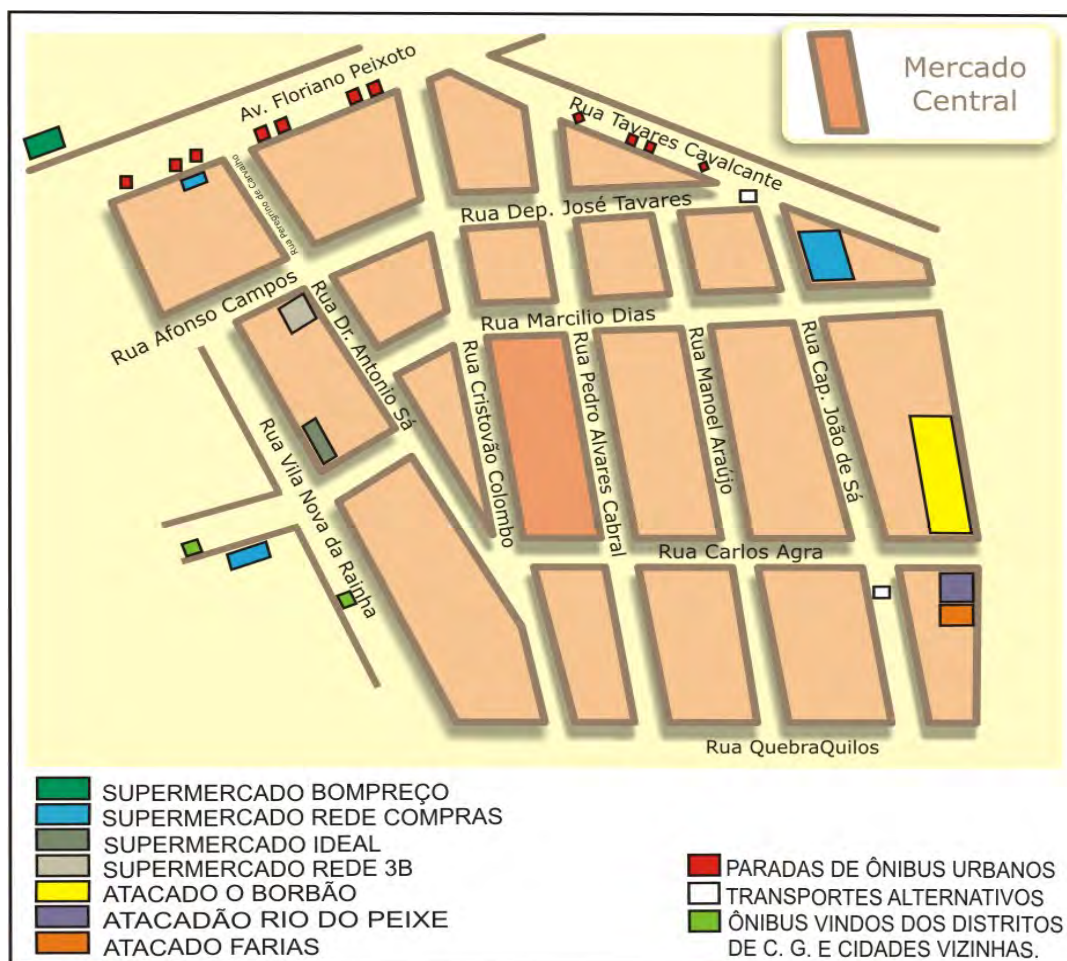
Figura 18 – Cartografia das Feiras de Campina Grande-PB (2004)



Fonte: Figura 3 – Principais Feiras de Campina Grande – Fonte: Seplan/ reconstruído pelo autor. Em: Diniz, L. da S (2004). *As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 76.

⁴⁸⁶ Sobre o comércio alimentar varejista nos bairros ver: Diniz, L. da S. (2009). *Permanências e Transformações do Pequeno Comércio na Cidade: As bodegas e a sua dinâmica sócio- espacial em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCG, e Diniz, L. da S, (2007, jul/dez). Pequeno comércio e crescimento urbano: as bodegas e a formação dos bairros populares Campinenses” Em: *Arius*, Campina Grande, v. 13, n. 2, pp. 218 – 223, Acedido em 20 de Maio de 2011, em: http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n2/13_arius_13_2_pequeno_comercio_e_crescimento_urbano.pdf.

Figura 19 – Supermercados localizados no entorno do Mercado e da Feira Central de Campina Grande-PB (2004)



Fonte: Figura 4 – Principais supermercados, paradas de transportes alternativos e coletivos urbanos e armazéns atacadistas de estivas, Em: Diniz, L. da S.. (2004). *As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 80.

As tabelas seguintes expressam a evolução dos equipamentos comerciais que concorrem direta ou indiretamente com o movimento das feiras nordestinas brasileiras, conforme falas dos depoentes. Destacamos sobretudo, a primeira e última colunas de cada cidade, referentes respectivamente aos períodos de 1978-1987 e de 1998-2007. Observa-se que houve acréscimos significativos no número de empresas constituídas em todos os itens dos equipamentos urbanos. Em Caruaru, de 42 o número passou para 543; em Campina Grande de 67 passou para 494; e, em Salvador, de 100 para 458.

Tabela 32 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Caruaru (1978-2007)

Descrição/ Código CNAE	01/01/78 A 31/12/87		01/01/88 A 31/12/97		01/01/98 A 31/12/07	
	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas
SUPERMERCADOS 4711-3/02	5	8	22	18	46	10
HIPERMERCADOS 4711-3/01	3	7	17	18	18	5
MINI-MERCADOS 4712-1/00	23	19	49	21	265	50
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS 4729-6/99	4	4	4	4	120	18
PRODUTOS DIVERSOS 4120-4/00	7	2	19	8	94	15
TOTAIS	42	40	111	69	543	98

Fonte: JUCEP- Junta Comercial do Estado de Pernambuco. Dados solicitados ao Órgão para este Estudo

Tabela 33 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Campina Grande (1978-2007)

Descrição/ Código CNAE	01/01/78 A 31/12/87		01/01/88 A 31/12/97		01/01/98 A 31/12/07	
	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas
SUPERMERCADOS 4711-3/02	7	7	10	18	17	7
HIPERMERCADOS 4711-3/01	5	7	7	17	9	2
MINI-MERCADOS 4712-1/00	18	16	47	12	272	30
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS 4729-6/99	6	2	24	2	98	13
PRODUTOS DIVERSOS 4120-4/00	31	2	42	8	98	3
TOTAIS	67	34	130	57	494	55

Fonte: JUCEP- Junta Comercial do Estado da Paraíba. Dados solicitados ao Órgão esse estudo

Tabela 34 – Demonstrativo do quantitativo de equipamentos comerciais de Salvador (1978-2007)

Descrição/ Código CNAE	01/01/78 A 31/12/87		01/01/88 A 31/12/97		01/01/98 A 31/12/07	
	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas
SUPERMERCADOS 4711-3/02	17	3	12	15	19	5
HIPERMERCADOS 4711-3/01	15	2	9	14	8	3
MINI-MERCADOS 4712-1/00	25	5	50	10	250	45
COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS 4729-6/99	8	1	27	5	80	10
PRODUTOS DIVERSOS 4120-4/00	35	2	43	9	101	2
TOTAIS	100	13	141	53	458	65

Fonte: JUCEB- Junta Comercial do Estado da Bahia. Dados solicitados ao Órgão esse estudo

Em Portugal, os depoimentos dos feirantes vão na mesma direção. Há aqueles que, além de atribuírem o esvaziamento das feiras à concorrência das grandes superfícies, também o atribuem aos horários mais flexíveis, uma vez que as grandes superfícies abrem todos os dias da semana e nos finais de semana, e as feiras portuguesas são itinerantes e funcionam em um dia específico a cada dia da semana⁴⁸⁷. Também referem-se à carência de infraestrutura das feiras, se comparado a esses outros lugares de compras. É o que dizem a respeito: “Antes não havia tantas lojas, centros comerciais, grandes superfícies”⁴⁸⁸; “As feiras vivem em crise. Os meios grandes que abriram, os *shoppings* são o futuro, e as feiras estão a acabar. Antes não havia casas abertas aos domingos, os *shoppings*. E assim as feiras vão abaixo”⁴⁸⁹; “Hoje os tempos são outros. A transformação. Abriram os grandes centros, fim-de-semanas pegam o carrinho e vão até lá”⁴⁹⁰; “O comércio dos hipermercados está aberto de domingo a domingo até as vinte e três horas da noite”⁴⁹¹.

Os feirantes também percebem essa diferença entre as feiras e os supermercados, no que concerne à carência de infraestrutura nas feiras:

Hoje, pela falta de infraestrutura, de comércio, de um tratamento melhor da sociedade e dos poderes públicos, a feira está *fracando*. Os mercados têm evoluído bastante, têm investido, e nós sozinhos não podemos fazer nosso investimento

⁴⁸⁷ No caso das feiras minhotas apresentadas nesse estudo o funcionamento se dá uma vez por semana para a feira de Barcelos, nas quintas-feiras e Vila do Conde, nas quartas-feiras. Enquanto a feira de Ponte de Lima acontece de quinze em quinze dias, nas segundas-feiras.

⁴⁸⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria de Fátima, feirante em Barcelos, em 29 de Novembro de /2007

⁴⁸⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Maria Madalena, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007

⁴⁹⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando, feirante em Vila do Conde, em 14 de Novembro de 2007.

⁴⁹¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Pinto, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007

numa feira com mais de 34 mil m², e mais de 7 mil feirantes. Eu cuido da minha área, mas nem todos vão ter o mesmo tratamento (...). Os mercados têm evoluído com os investimentos que fazem, enquanto nossa feira também podia evoluir. O potencial de São Joaquim não tira [se refere aos supermercados]. Temos tudo para atrair nosso cliente, o nosso cliente gosta de São Joaquim⁴⁹². Antigamente vendia-se muito e agora a feira está muito fraquinha. As pessoas não têm poder de compra e também compram nas grandes superfícies. Está um dia mau, as pessoas metem-se lá, andam lá quentinhas e fazem as compras, enquanto aqui se está um dia de chuva molham-se. Eu acho assim.⁴⁹³; O negócio foi muito abaixo. Muito hipermercado e baixou o negócio da gente. (...) *Me* recordo de um temporal que vivemos aqui na feira, e tive muito medo de morrer longe da minha família⁴⁹⁴; Quando vem chuva e vento é muito chato para nós. No verão é muito calor também. Lembro que um dia teve um ciclone, foi um horror⁴⁹⁵.

Os registros de novos equipamentos urbanos nos concelhos das feiras investigadas em Portugal, durante o ano de 2002, apresentam demonstrativos da presença desses novos lugares de consumo que, segundo os depoentes, concorrem com o movimento das respectivas feiras. Os quantitativos demonstrados na tabela abaixo indica o número de supermercados, hipermercados, centros comerciais, lojas de calçado e vestuário, independentemente das que estão instaladas nos centros comerciais, bem como as lojas que comercializam artigos de desporto:

Tabela 35 – Demonstrativo do quantitativo de Equipamentos Comerciais nos Concelhos em Portugal (2002)

Concelho	N. Freguesias	Hipermercado	Supermercado	Minimercado, mercearia	Centro Comercial	Loja de vestuário	Loja de calçado	Lojas de artigo de desporto
Barcelos	91	1	2	88	2	63	54	5
Ponte de Lima	53	1	4	32	1	16	18	3
Vila do Conde	33	1	7	33	3	28	21	3

Fonte: INE CD Números por municípios 2002

No Concelho de Vila do Conde, por exemplo, percebemos que,

Entre 1985 a 2010 foram licenciados dois centros comerciais no Concelho de Vila do Conde: O Centro Comercial Alameda, que se situa no centro da cidade (Freguesia de Vila do Conde), possui cerca de 37 estabelecimentos comerciais e o Centro Comercial The Style Outlet, que se localiza na Freguesia de Modivas, e inaugurado em 2004. Foi ampliado mais tarde, em 2009, altura em que os espaços

⁴⁹² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Erivaldo Rodrigues (vulgo Babaú), feirante, em São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

⁴⁹³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Jorge Correia, feirante em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

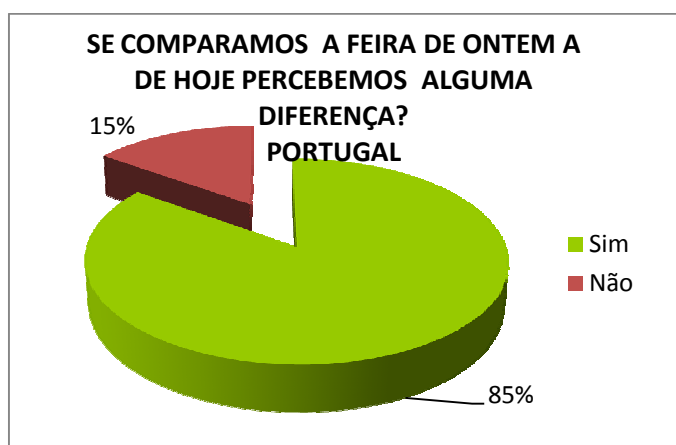
⁴⁹⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Américo, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁴⁹⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição Cruz, feirante em Ponte de Lima, em em 10 de Dezembro de 2007.

comerciais passaram de 72 para 154 e a praça alimentar passou a ter 24 áreas de restauração. Na cidade de Vila do Conde. Foram concedidas 24 licenças para funcionamento de mercadorias, minimercados e supermercados.⁴⁹⁶

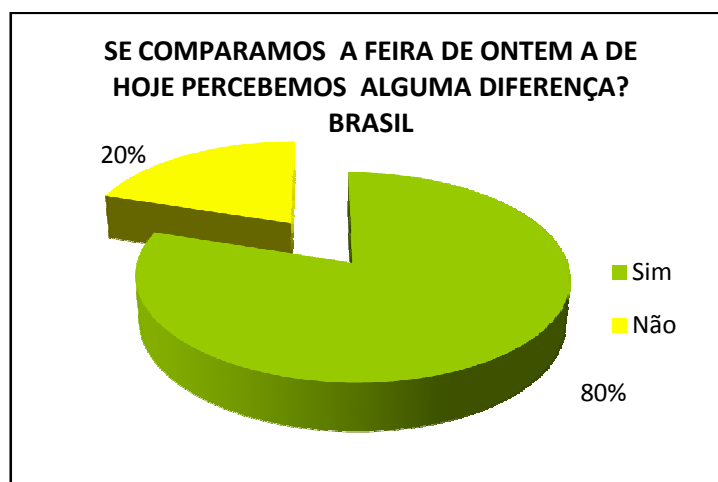
Tivemos a preocupação de ouvir também os fregueses sobre as diferenças entre as feiras de hoje e as feiras de duas décadas atrás. Assim como os feirantes, os fregueses ouvidos declararam, em sua maioria (85% em Portugal e 80% no Brasil), conforme os gráficos seguintes, que percebem existirem diferenças entre as feiras de ontem e de hoje. Ressaltamos também que os entrevistados são frequentadores das feiras há mais de 20 anos (65% em Portugal e 60% no Brasil), o que legitima também a comparação que fazem entre as feiras de ontem e de hoje.

Gráfico 40 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os fregueses em Portugal



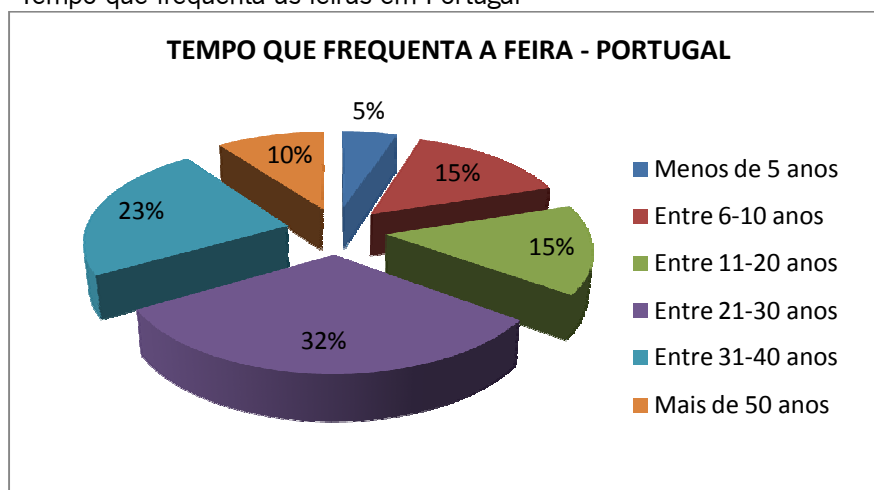
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 41 – Percepção da existência de diferença sobre as feiras segundo os fregueses no Brasil

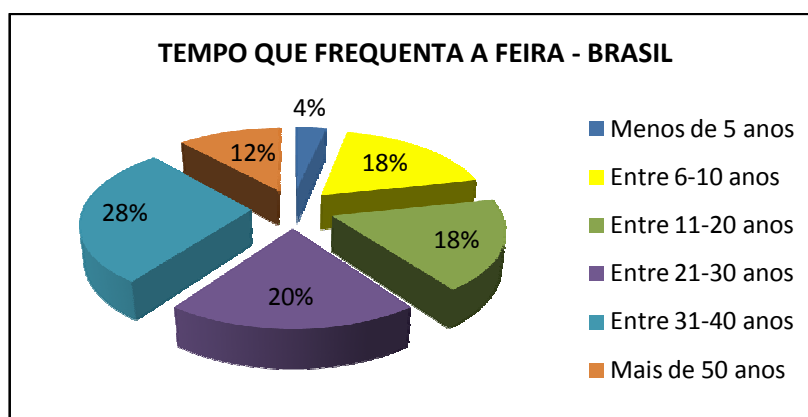


Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

⁴⁹⁶ Informação concedida por meio do ofício n. 106/11, de 05/01/2011 da Directoria do Departamento Administrativo e Financeiro, da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Gráfico 42 – Tempo que frequenta as feiras em Portugal

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 43 – Tempo que frequenta as feiras no Brasil

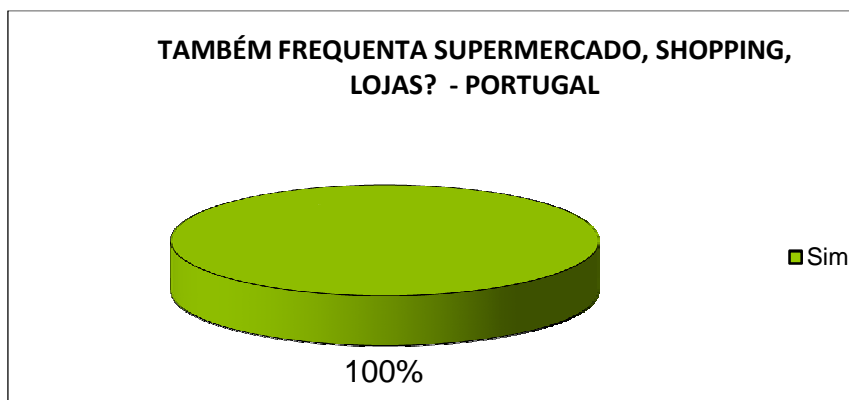
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Os fregueses, assim como os feirantes já citados, também observaram que o movimento das feiras tem diminuído nos últimos anos, não só em função da presença de outros lugares de consumo, mas também da precária organização que o comércio tradicional das feiras apresenta. Observemos o que os fregueses dizem a respeito, uma vez que 100% dos entrevistados em Portugal se declaram como também frequentadores das grandes superfícies e 97% no Brasil dizem o mesmo, conforme os gráficos seguintes: “A feira não morreu, continua firme e forte, mas a abertura de supermercados e atacado *comprometeu* muito o movimento da feira”⁴⁹⁷; “Diferenças há sempre. Porque agora também há mais hipermercados, o Intermarché, o Continente (...) As pessoas também vêm a feira, mas os supermercados tiraram muito a preferência das pessoas virem as feiras, porque acho que antigamente

⁴⁹⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando Aguiar, freguês, em São Joaquim, Salvador, em 13 de Junho de 2009.

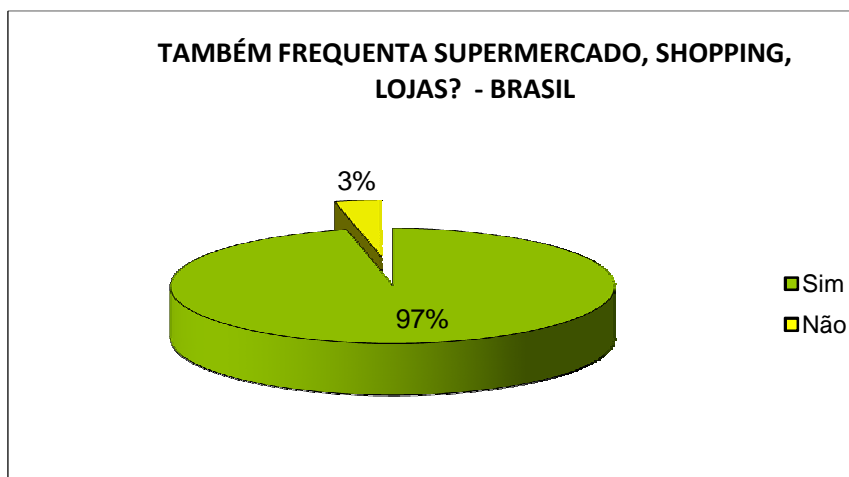
vinham mais, frequentava-se mais, agora nem por isso”⁴⁹⁸. Sobre a conveniência dos centros comerciais terem disponibilidade de horários, enquanto as feiras minhotas só acontecerem em dias específicos, declaram: “Os horários dos *shoppings* e dos supermercados é mais alargado. As mulheres antes eram domésticas e tinham mais tempo e hoje muitas trabalham fora”⁴⁹⁹; “ (...) Os supermercados estão abertos nos finais de semana”⁵⁰⁰.

Gráfico 44 – Fregueses frequentadores das grandes superfícies em Portugal



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 45 – Fregueses frequentadores das grandes superfícies no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Sobre a precariedade de infraestrutura nas feiras, se comparada à dos supermercados, os fregueses observam: “Precisava de mais espaço, mais organização”⁵⁰¹; “Problemas de comodidade,

⁴⁹⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Aparecida Barbosa, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁴⁹⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Alice, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁵⁰⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Goretti, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

⁵⁰¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Flávio, freguês, na feira de Caruaru, em 15 de Dezembro de 2009

organização, estacionamento”⁵⁰²; “Falta infraestrutura”⁵⁰³; “Aqui falta uma cobertura, quando vem os ciclones eles [se refere apontando aos feirantes] sofrem muito”⁵⁰⁴; “A violência na feira é um problema, nos supermercados nos sentimos mais seguros (...) Lembro de uma cena em que um rapaz roubou uma senhora (...)”⁵⁰⁵; “Não há muita organização, essa é a principal diferença para as grandes superfícies”⁵⁰⁶. “Nas feiras não tem onde estacionar, isso é um problema”⁵⁰⁷.

Ainda sobre a concorrência com as feiras do Noroeste de Portugal, a partir da segunda metade da década de 80 do século XX, queremos destacar, nos depoimentos dos feirantes e fregueses, a presença dos chineses e seus produtos, e dos ciganos com os produtos importados.

5.8 – Ainda sobre a concorrência em Portugal: chineses e ciganos⁵⁰⁸

A China, inúmeras vezes mencionada nos depoimentos de feirantes e fregueses acerca das feiras do Noroeste português, constitui caso exemplar de expansão dos interesses do mercado capitalista global⁵⁰⁹, país que “será a maior superpotência económica mundial em 2040, ultrapassando os Estados Unidos.”⁵¹⁰.

O comércio chinês ganhou uma dimensão maior com o ingresso da República Popular da China na OMC-Organização Mundial do Comércio, no “apagar das luzes” do ano de 2001, em 21 de Dezembro. Com a entrada na Organização, a China passou a ter algumas vantagens no mercado mundial, sobretudo em relação à redução de quotas para a exportação, além também de estar apta para participar, enquanto membro integrante da comissão, de decisões económicas mundiais. Isto, a princípio, não representaria favoritismo comercial para os chineses, uma vez que a União Europeia

⁵⁰² Entrevista concedida à autora pela Sr. Joaquim, freguês, na feira de Campina Grande, em 19 de Fevereiro de 2009.

⁵⁰³ Entrevista concedida à autora pela Sr. Bernardo, freguês, na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁵⁰⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Conceição, freguesa em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁵⁰⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Roberto, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁵⁰⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rafaela, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007

⁵⁰⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Goretti, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007

⁵⁰⁸ Os ciganos comercializando além dos artigos nacionais, roupas de marcas por exemplo confeccionadas em fábricas portuguesas que se encontram fora de estação, ou mesmo que apresentam algum tipo de defeito na fabricação. Também comercializam na atualidade produtos importados oriundos da China.

⁵⁰⁹ Não temos o objetivo com esse trabalho de “tomar partido” de Portugal ou do Brasil, acerca da economia capitalista global e sua política expansionista no sentido de discutir aspectos positivos e negativos acerca dessa política. Contudo, trouxemos para análise histórica no presente texto os elementos que foram identificados pelos depoentes que segundo eles, concorrem directamente com o movimento das feiras nos Países investigados. Nesse sentido faremos uma breve análise dessa relação entre o comércio luso-asiático na tentativa de percepção acerca dos impactos verificados nas feiras.

⁵¹⁰ “Trata-se uma conclusão da casa de investimento norte-americana Goldman Sachs e mostra bem o ritmo de crescimento do Império do Meio” Ver em: Portal do Governo. (2007, 28 de Janeiro). Missão China 2007. A MAIOR ECONOMIA DO MUNDO. Acedido em 08 de Fevereiro de 2010. Em, http://www.missaochina.gov.pt/noticias_noticia_21.asp, Apud, Monteiro, Ayala e Rui Boavida. (2007, 28 de Janeiro). A maior Economia do Mundo. Correio da Manhã. Lisboa.

está acobertada, pela OMC, com medidas protecionistas quanto a limites estabelecidos para as importações, como o “Acordo de Xangai, em Junho de 2005, que cobre 10 das 35 categorias de têxteis e prevê a limitação do crescimento das exportações chinesas a valores entre 8% e 12,5%/ ano, de 2005 a 2007, prevendo que durante o ano de 2008 a União poderá restringir estas exportações”⁵¹¹. O facto é que, apesar desse acordo, o que percebe-se na atualidade é que os produtos chineses estão invadindo Portugal e, se por um lado essa expansão é importante para o desenvolvimento económico dos lugares, por outro lado isto tem se refletido de maneira impactante no comércio local. De acordo com matéria no jornal *Correio da Manhã*, de 09 de Abril de 2005,

A liberalização do sector têxtil além de estar a ter um impacto negativo no sector em Portugal fez, nos primeiros dois meses deste ano, agravar o défice da balança comercial portuguesa com os países fora da União Europeia. De acordo com dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), as importações da China cresceram 25,4 por cento, fixando-se nos 76,1 milhões de euros. Este crescimento foi impulsionado pela forte presença das lojas chinesas no nosso País, que facilitaram a invasão de produtos de origem asiática a baixo preço. “Sentimos que há um impacto muito negativo desta liberalização do sector têxtil, principalmente no que respeita às importações da China, mas ainda não temos indicadores que permitam quantificar isto”, declarou ao CM Francisco Negrão, secretário-geral do Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxteis e Industrias Diversas (SINDEQ)⁵¹².

Esse impacto é decorrente do elevado índice de importação dos produtos chineses por parte de Portugal, enquanto as exportações de produtos portugueses para a China não acompanham os mesmos números, gerando um descontrole na balança comercial bilateral: “verifica-se que entre 2001 e 2007, as exportações portuguesas para a China triplicaram, de 60126 para 181136 milhões de euros, tal como quase sucedeu nas importações, que passaram de 350959 para 1063431 milhões de euros.”⁵¹³.

O comércio fixo dos artigos chineses em Portugal está espalhado em todas as regiões. Entretanto, é justamente na mesma região das feiras que estamos investigando nesse estudo — o Noroeste — que se vê o maior polo comercial chinês instalado, com 75ha, 300 unidades de comércio

⁵¹¹ ICEP, CHINA DOSSIER DE MERCADO (2006, agosto). Unidade Conhecimento de Mercado / Delegação em Xangai Lisboa. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.missaochina.gov.pt/ResourcesUser/ACHinaMais/Dossier%20China%20Institucional%20Agosto2006.pdf>, pp. 25-45

⁵¹² Produtos chineses invadem Portugal. (2005, 09 de Abril). *Correio da Manhã*. Acedido em 25 de Janeiro de 2011, em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/economia/produtos-chineses-invadem-portugal>

⁵¹³ Guimarães, S. R.I e Fernandes, J. R.. (2009). *O comércio de origem chinesa e o espaço comercial da Varziela (Vila do Conde)*. Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia, FLUP 1, p.193.

grossista e varejista. Nos referimos à Zona Industrial da Varziela, Concelho de Vila do Conde⁵¹⁴, com armazéns de revenda que contam com os clientes, sobretudo comerciantes de etnia cigana e indiana, além de comerciantes de pequeno porte. Sobre a relação estabelecida entre os artigos chineses e as grandes superfícies, o feirante luso desabafa:

A maior dificuldade é que a feira tradicional vai acabar, daqui a dois, três anos. Não tem hipótese, isso vai acabar. As grandes superfícies são empresas grandes e compram material da China com marca deles. Trazem para as lojas deles e em vez de vender a 15 euros como nós vendemos, vendem a 14,40. Quanto mais compram mais barato fica. Há quinze anos que isto está assim⁵¹⁵.

No caso dos feirantes de etnia cigana, estes sempre estiveram presentes nas feiras, tendo em vista que a prática do nomadismo e do comércio ambulante, sempre⁵¹⁶ foram suas atividades principais. Com a crescente disponibilidade de produtos chineses, os ciganos passaram a adquirir esses produtos importados para comercializar nas feiras. Logo, segundo os entrevistados nas feiras em Portugal, além das grandes superfícies, também concorrem com as feiras os chineses, com seus comércios fixos de pequeno e de grande porte, e os ciganos, que também vendem as mercadorias importadas dos chineses. Mercadorias essas que muitas vezes são identificadas como contrafação e em alguns casos são apreendidas⁵¹⁷. Sobre os ciganos, os fregueses dizem: “Compro a roupa dos ciganos [pois] são mais baratas e também é de marca”⁵¹⁸; “Os produtos asiáticos não são portugueses. Os portugueses são de maior qualidade. (...) Compro nas feiras produtos importados aos ciganos, como perfumes, óculos, roupas, CDS, DVDs, relógios, maquilhagens...”⁵¹⁹; “O que vejo de diferente é a presença dos ciganos nas feiras, que antes era menos”⁵²⁰; “Tínhamos antes mais produtos nacionais nas feiras, há vinte anos atrás. A transformação do país, das cidades (...) hoje vê-se os chineses. O tipo

⁵¹⁴ Local escolhido pelos chineses para pela proximidade com o Porto de Leixões, “local de recepção de mercadorias vindas de barco quer dos portos da China quer de portos marítimos de Espanha, Itália e França; a curta distância ao norte de Espanha (onde se encontram armazéns de revenda de origem chinesa), a proximidade à cidade do Porto e a Guimarães, Braga e Viana do Castelo (territórios de grande densidade populacional e elevado potencial de consumo e à presença de vias de comunicação rápida e fácil (EN13, IC1 e A 28) ” Em: Guimarães, cit..., p.200.

⁵¹⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Albano, português, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

⁵¹⁶ Estudo afirma essa concepção, “Analisando globalmente as respostas à questão da ocupação profissional, verificamos que a maior parte dos sujeitos da amostra dedicam-se a venda ambulante.” Ver: Costa, M. A. A. (2006). *Ciganos histórias de vida*. Edições Minerva. Coimbra, pp. 248-249.

⁵¹⁷ Contrafação Vila do Conde: GNR apreende mercadoria avaliada em 160 mil euros em armazém chinês. (2009, 17 de Outubro). *Portal Informação*. Acedido em 07 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.ionline.pt/conteudo/28379-vila-do-conde-gnr-apreende-mercadoria-avaliada-em-160-mil-euros-em-armazem-chines->, E também nota informativa Apreensões de mercadoria em contrafação do Ministério das Finanças e da Administração Pública DIRECÇÃO-GERAL DAS ALFÂNDEGAS E DOS IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em:<http://www.dgaiec.min-financas.pt/NR/rdonlyres/D1578EFB-2561-47EF-B3DE-92BAF492C40A/0/ApreensoesLeixoes.pdf>,

⁵¹⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Eduarda, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁵¹⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Lemos, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de /2007.

⁵²⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Helena, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

de vida hoje é diferente. Não podemos querer que seja igual”⁵²¹; “Arranjam-se produtos de marca, mais barato (...), o povo de Portugal é muito consumista e ligam muito a imagem”⁵²². Numa sociedade capitalista que relaciona a ‘felicidade’ ao ato de consumo, “a maioria atual foi educada num universo de bem-estar e todos aspiram a fruir o consumo, os lazes e as marcas”⁵²³.

Os feirantes se queixam da concorrência dos chineses e dos ciganos: “A China começou a transportar para cá. Desde então não vendemos muito [afirmação feita duas vezes, no mesmo depoimento] ”⁵²⁴; “Há muitos comerciantes, os chineses (...) (...) Esses chineses estragam muito a feira (...) ”⁵²⁵; “Os ciganos vendem tudo a um euro, dois euros, e nós não vendemos nada. Meu produto é nacional, o deles não sei não. Não vou lá ver, mas o que sei é que por esse preço não pode ser nacional”⁵²⁶; “A feira é o ganha-pão para os ciganos”⁵²⁷. O também feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes do Distrito do Porto diz

O novo mercado chinês, a política global, o mercado global de Portugal e as feiras não são exceção disso, no fundo são concorrentes. Tiveram a necessidade de se alargar pelo mundo [sobre os produtos chineses] (...) [e sobre os ciganos diz] A forma de estar da etnia cigana no fundo sempre foram comerciantes e concorrentes (...) essa mistura de cultura é diferente, é criativo⁵²⁸.

Também sobre a concorrência com as feiras do Nordeste do Brasil, a partir da década de 80 do século XX, destacaremos a seguir as falas dos feirantes e fregueses quanto à presença dos produtos importados nos *shoppings* populares.

⁵²¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Eduarda, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

⁵²² Entrevista concedida à autora pela Sra. Daniela, freguesa em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

⁵²³ Ver Lipoveisky, G. Cit..., p. 75. E sobre a sociedade de consumo e o conceito de “felicidade” ver também Baudrillard, Jean cit..., p. 20.

⁵²⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁵²⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Amélia, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

⁵²⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Fernandes, feirante em Ponte de Lima, 12 de Novembro de 2007.

⁵²⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Fausta, feirante, em Ponte de Lima, 28 de Novembro de 2007.

⁵²⁸ Entrevista concedida à autora pelo Pres. Sind. do Porto, Sr. Joaquim Santos, feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

5.9 – Ainda sobre a concorrência no Brasil: os *shoppings* populares⁵²⁹

De acordo com as fases do desenvolvimento capitalista nas cidades, observa-se quatro tipos de centros comerciais⁵³⁰: o centro comercial tradicional; subcentros comerciais tradicionais; centros comerciais populares de bairros; e novos centros comerciais, representados pelos supermercados, hipermercados, galerias comerciais e os sofisticados *shopping centers*. Todos eles coexistem, formando na atualidade a totalidade do espaço comercial citadino.

O moderno comércio varejista (grandes superfícies) muitas vezes atende a um mercado procurado preferencialmente por pessoas de maior poder aquisitivo, cabendo aos espaços de consumo populares frequentadores de menor poder aquisitivo⁵³¹. Essas pessoas são muitas vezes oriundas da zona rural, conforme podemos verificar na fala de um feirante: “Meus clientes vêm do sítio, o povo do sítio sempre procura a gente, e os da cidade os supermercados”⁵³²; e de um freguês: “Eu acho bom vir a feira, para, está andando, vendo as novidades (...) Os carros [se refere aos ônibus] lá no sítio roda sete dias da semana para cá, compramos tudo na feira”⁵³³.

Convém aqui fazer algumas considerações acerca dessas outras formas de concorrência para as feiras investigadas. Se, em Portugal a presença das lojas de artigos chineses e a venda desses produtos importados pela comunidade cigana refletem diretamente no comércio das feiras como fortes concorrentes, no caso das feiras do Nordeste brasileiro, os *shoppings* populares não se configuram em todos eles como concorrentes diretos. Isto relaciona-se ao facto de que o perfil dos produtos comercializados nessas feiras é diferente do daqueles que são comercializados nos *shoppings* populares.

Os *shoppings* populares comercializam artigos de vestuário, calçados, acessórios e sobretudo artigos importados e eletroeletrônicos. Na realidade, são aglomerados, edificados ou não, de Ex

⁵²⁹ Também conhecido como Camelódromo, ou shopping dos camelos, dos vendedores antes ambulantes e agora sedentários, comercializando prioritariamente artigos importados oriundos da China e do Paraguai.

⁵³⁰ Castilho, C.J.M. de (2001). *O comércio e o turismo: o seu reatamento no processo de produção do espaço em Recife*. Revista de Geografia, v.17, n° 2. Recife: UFPE – DCG / NAPA, jul. /dez, pp. 5-25.

⁵³¹ O que não quer dizer necessariamente que exista uma dualidade pessoas com maior poder aquisitivo procuram os *shoppings* das grandes redes e não as feiras, ou os *shoppings* populares, prova disso é no presente estudo entrevistamos nas feiras tanto do Brasil como em Portugal 50% de pessoas que auferem rendas entre dois e quatro salários mínimos, e no Brasil 64% entre dois e cinco salários. Conforme demonstraremos no item seguinte a esse, nesse mesmo capítulo na ocasião em que discorreremos sobre as práticas identitárias e culturais verificadas nas feiras contemporâneas. Entretanto, trouxemos essa reflexão nesse momento, em função de percebermos também que nas feiras e comércios mais rústicos e tradicionais há a presença de pessoas de menor poder aquisitivo. Nesse sentido abertura dos *shoppings* populares também surgem como opções de lugares de compras que concorrem com o movimento das feiras.

⁵³² Entrevista concedida a autora, pelo Sr. Fernando, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁵³³ Entrevista concedida a autora, pelo Sr. João Paulo, freguês, em Caruaru, em 14 de Dezembro de 2009.

ambulantes que comercializam muitas vezes objetos de pirataria⁵³⁴, falsificações dos produtos originais. Estes “compõem o segmento de rua que consegue maiores lucros, ligados à venda de produtos eletrônicos e de alta tecnologia, incorporando toda uma lógica e estilo”⁵³⁵. Esse tipo de comércio ambulante, com produtos variados e importados, constitui o que Ribeiro denomina de “globalização popular”: “ (...) mercados populares e fluxos de comércios que são compostos, em grande medida, por gente do povo e não por representantes das elites (...), em geral, suas actividades são considerados como ilegais, como ‘contrabando’”⁵³⁶.

O facto é que, nas feiras de São Joaquim e de Caruaru, esses *shoppings* populares não são concorrentes. Somente em Campina Grande verificamos essa concorrência. Isso porque, no caso de Caruaru, apesar de existirem ambulantes espalhados pela cidade, é no interior da própria feira grande que vemos esses artigos populares — especificamente a Feira da Sulanca (artigos para vestimenta) e a feira dos importados ou Feira do Paraguai, como é conhecida essa última, com produtos de telefonia, eletroeletrônicos, relógios, óculos, CDs, DVDs, acessórios, perfumes, máquinas fotográficas digitais, MP3/MP4/MP5, aparelhos de DVD, portáteis, entre outros equipamentos eletrônicos. Nesse sentido, os concorrentes para essa feira são de facto os lojistas, de pequeno, médio e grande porte, a exemplo dos *shoppings*, hipermercados, polo comercial, já mencionados na primeira parte deste capítulo. Na feira dos importados em Caruaru,

Os bens de consumo mais comercializados são: relógios, carteiras, rádios, pilhas, objectos de ornamentação, bijutarias, perfumes, aparelhos microeletrônicos, flores e plantas artificiais e desidratadas, etc. É sempre possível encontrar produtos

⁵³⁴ Durães, B. J. R. (2008, outubro). Camelô de tecnologia ou um novo “negócio” de sucesso na rua. *Revista Espaço Académico*, n. 89, mensal, ano VIII, ISSN: 1589.6186. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89duraes.htm>,

⁵³⁵ Ribeiro, G. L. (2007). El sistema mundial no-hegemônico y la globalización popular. *Série Antropologia*, DF, UNB, vol. 410, p. 7.

⁵³⁶ Sobre a pirataria “Os produtos falsificados também abrangem sapatos, vestuário e telefonia (...) De acordo com o assessor de imprensa da Polícia Civil, Carlos Leite, até o ano de 2009, os policiais subestimavam o poder de comercialização pirata dos ambulantes, em Caruaru. Diz ele: no início de 2010, planejamos a intensificação das acções na cidade do Agreste, tendo em vista que ela é um pólo de comercialização de produtos falsificados”. Ver Alves, T. (2010, 27 de Novembro). Por causa das sucessivas apreensões ao longo do ano, Polícia Civil quer expandir Núcleo de Inteligência para a cidade. Objetivo é agilizar investigações. *Jornal de Caruaru*. Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em: <http://jornaldecaruaru.wordpress.com/2010/11/27/comercio-de-importados-de-caruaru-na-mira-da-policia/> Ainda sobre esse tema da pirataria ver notícia do Ministério Público Federal sobre Feirante em Caruaru que foi condenado pela falsificação de artigos eletrônicos da Feira da Sulanca : “O comerciante, que tem uma banca na feira de importados de Caruaru, conhecida como “feira da sulanca”, foi preso em flagrante em Novembro de 2004, no Sítio Riacho do Mel, localizado na zona rural de Bezerros (PE), quando recebia produtos eletrônicos para comercialização. O material estava desacompanhado das respectivas notas fiscais.” Ministério Público Federal. Procuradoria geral da república. Assessoria de Comunicação Social. *Feirante de Caruaru (PE) não consegue evitar condenação por crime de descaminho*. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/feirante-de-caruaru-pe-nao-consegue-evitar-condenacao-por-crime-de-descaminho. É bom lembrar que dadas essas irregularidades vivenciadas na Feira de Importados na Feira grande de Caruaru, o IPHAN decidiu não registrar essa feira especificamente como Patrimônio Imaterial do Brasil. Ou seja, dentro dos conjuntos de feiras que se fazem presentes nas feiras que foram registradas a Feira de Importados foi excluída do registro, em função da ilegalidade presente na mesma.

eletrodomésticos de última geração, como televisores, DVD, câmaras digitais, celulares... Os comerciantes, portanto, aproveitam o gancho da Feira da Sulanca, que atrai gente de outros Estados do Nordeste e municípios pernambucanos, que compram roupas em atacado para comercialização, e fazem o mesmo com os importados. Muitos produtos comercializados são falsificados e trazidos normalmente por intermediários – ou por comerciantes mesmo que compram o produto no Paraguai e os revendem aos comerciantes da Feira⁵³⁷.

Figura 20 – Feira de Importados



Figura 21 – Pátio da Feira da Sulanca



Fonte: Dossiê Feira Caruaru-PE. Acedido em 11 de fevereiro, em: http://www.pousadapeter.com.br/index_caruarufotos.htm

Essas feiras, Importados e Sulanca, não só não representam concorrência como são consideradas, pelos comerciantes locais, responsáveis pelo aumento de seu facturamento. As terças-feiras (madrugada da segunda para terça e terça o dia todo), data em que funcionam ambas as feiras, são os dias que o comércio oficial de Caruaru recebe também maior quantitativo de pessoas. Conforme estudo realizado pela Faculdade do Vale do Ipojuca,

O faturamento semanal das lojas pesquisadas ficou na média de R\$ 10 mil, que configura uma circulação de quase R\$ 11 milhões por mês. A maior parte desses valores se concentra em dois dias da semana: a segunda e terça-feira. Dias em que o Parque 18 de Maio recebe os compradores da Feira da Sulanca. O faturamento do comércio formal dessa localidade funciona de forma oposta ao comércio de outros pontos da cidade., já que as vendas aumentam a medida que o final de semana se aproxima. Já nos estabelecimentos do Parque 18 de Maio, essa pirâmide é invertida, atingindo o ápice na segunda-feira e decrescendo nos outros dias da semana até atingir o menor percentual de vendas no domingo [dia em que o Parque 18 de Maio encontra-se fechado]. “A gente pode dizer que ficou confirmada a influência da Sulanca sobre as vendas dos lojistas do Parque 18 de Maio”, conclui Valdecy Guimarães⁵³⁸.

⁵³⁷ IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. *Dossiê Feira de Caruaru*, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006, p.45.

⁵³⁸ Estudo realizado pela FAVIP - Faculdade do Vale do Ipojuca, através do Centro de Pesquisas Sociais e Políticas Professor Arnaldo Niskier e Valdecy Guimarães, encomendada por vários sectores de Caruaru: Câmara Sectorial, Associação Comercial e Empresarial; Sindicato dos Lojistas do Comércio; e Câmara dos Directores Lojistas. Segundo a notícia de um total de 329 lojistas, 271 aceitaram participar da pesquisa o que representou 82% amostra significativa da realidade. Favip

Os feirantes e fregueses confirmam a aceitação da feira da Sulanca e dos Importados como feiras que contribuem para o “chamamento” dos fregueses para as demais feiras. Esclarecem:

“A diferença da feira de ontem para a feira de hoje são as mercadorias, hoje vemos maior variedade, com a Sulanca e os Importados, além do artesanato, vem gente de todo local”⁵³⁹; (...) Todo tipo de mercadoria se vende, ilegal, mas vende de tudo que tem nas lojas. Eles dão trinta dias de garantia, mesmo sem notas repõem a mercadoria (...) tem de tudo: CDS, Dvd’s, fitas cassetes, celulares e acessórios, produtos de informática (...)”⁵⁴⁰; “A feira da Sulanca nos ajuda, pois ganhamos movimento, só precisa de organização, sair do meio da rua, isso sim”⁵⁴¹; “A feira da Sulanca não nos atrapalha, pois são artigos diferentes dos nossos”⁵⁴².

Na feira de São Joaquim em Salvador, verificamos que os *shoppings* populares também não representam grande ameaça para o comércio na feira, uma vez que as mercadorias comercializadas nesse sítio diferem das vendidas nos chamados camelódromos⁵⁴³. Na feira soteropolitana são comercializados principalmente artigos religiosos, ervas medicinais, animais para consumo alimentício e de rituais das religiões afro-brasileiras, frutas, verduras, artesanato, guloseimas, cereais. Em pouquíssima quantidade, verifica-se também a oferta de roupas, calçados, CDs, DVDs e artigos importados, de maneira que os *shoppings* populares não concorrem diretamente com o comércio da feira. O que concorre são os supermercados, hipermercados, atacadões, conforme referido no início do presente texto. Já os centros comerciais concorrem com as lojas que comercializam os artigos religiosos e artesanatos.

Em relação à feira de Campina Grande, citamos aqui uma fala contundente, que representa bem o conjunto das falas de feirantes e fregueses sobre o assunto: “Os mercados, as feiras nos bairros atrapalha muito. E até aqui no centro mesmo temos concorrente, é o caso do *shopping* dos Camelós”⁵⁴⁴.

(2009, Novembro). Favip divulga resultado de pesquisa sobre o Parque 18 de Maio. A *Notícia*. Ano III, Edição 24, Caruaru, p. 5.

⁵³⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009

⁵⁴⁰ Entrevista concedida à autora pela Sr. Carlos Felipe, freguês em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009

⁵⁴¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁵⁴² Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁵⁴³ Em Salvador não existe oficialmente ainda nenhum Camelódromo, o que existem são aglomerações de camelos, a exemplo do bairro da Piedade, e próximo do terminal rodoviário de passageiros. Entretanto, já está tramitando na Câmara Municipal um projecto que prever a criação de um shopping popular, enviado pelo prefeito João Henrique (PMDB). “Hoje são doze mil ambulantes cadastrados e mais de cem mil informais por toda a cidade” ver Emerson, José. (2010, 15 de Junho). Os camelódromos de Salvador. O mercado informal está em debate na Câmara. Câmara Municipal de Salvador, Fábio Mota, Téo Senna. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.portalbahia.com.br/falabahia/?p=31962>.

⁵⁴⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo, feirante, em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

Nas décadas de 1980 e 1990, a cidade de Campina Grande viu-se invadida pela ocupação das suas ruas centrais por camelôs⁵⁴⁵, ambulantes, oriundos do desemprego e da informalidade que eram características do cenário político em que o país vivia. Diferentemente da feira de Salvador, a feira central campinense oferece as mesmas mercadorias⁵⁴⁶ comercializadas pelos também ambulantes camelós, os quais, na primeira década do século XXI, tiveram sua catividade organizada, quando da criação do *shopping* popular. Esta iniciativa teve por objetivo alocar os ambulantes, os quais atuavam nas calçadas, em um espaço edificado, destinado somente para eles.

Posteriormente à inauguração do Centro Comercial Edson Diniz, conhecido como “*shopping* dos Camelôs” ou “*Shopping* Popular”, em Campina Grande, verificamos também a execução de um projeto que lhe dava continuidade, consistindo na alocação dos ambulantes de géneros alimentícios (ervas, frutas e verduras) em duas áreas no centro da cidade, as quais foram urbanizadas para receber esses Ex ambulantes. São as chamadas Arcas⁵⁴⁷ – Arca Titão e Arca Catedral – também denominadas de “Feiras das arcas”. Nessas encontram-se todos os produtos de que a feira central também dispõe, representando, desta forma, outro lugar de consumo que concorre diretamente com o comércio da feira central.

Assim “convivem”, no âmbito do espaço comercial central na cidade de Campina Grande, segmentos diferenciados do comércio popular. Por um lado, vê-se uma reprodução clara do comércio capitalista global, com a fixação e concentração dos ex-ambulantes. Por outro, vê-se a permanência das formas comerciais populares tradicionais, como a feira livre central. Além, é claro, de ainda vermos os novos adeptos da informalidade, que encontram-se espalhados pelo centro da cidade⁵⁴⁸.

Diante do exposto, verifica-se que, tanto em Portugal quanto no Brasil, a concorrência desses novos equipamentos urbanos se configura em práticas mercantis que atendem à lógica da dinâmica económica global da contemporaneidade. É relevante lembrar, no entanto, que, embora esta seja uma prática comercial contemporânea, em todas as épocas da história verifica-se evoluções e

⁵⁴⁵ O processo de ocupação por parte dos camelos nas ruas centrais de Campina Grande. Ver Costa, A. A. da C. Sucessões e coexistências do Espaço Campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional..., cit, p.76.

⁵⁴⁶ Nos referimos aos produtos importados, oriundos da China e do Paraguai, além daqueles adquiridos na Feira da Sulanca e do Paraguai de Caruaru, uma vez que muitas mercadorias têm sua origem nessa feira, conforme demonstraremos no item mercadorias no capítulo três dessa tese. 75% dos produtos comercializados na feira de Campina Grande são provenientes da região Nordeste, de estados vizinhos e distantes, de outras regiões, e também do exterior. O shopping dos camelos também tem a mesma fonte de mercadorias.

⁵⁴⁷ Diniz, L. e Castilho Cláudio. J. M. de (2009, mai/ago). Faces actuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “Nova” dinâmica sócio-espacial. Em: *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n° 2, p. 53

⁵⁴⁸Ribeiro, A (2010, 14 de Novembro). Ambulantes. Ilegalidade toma conta de calçada em Campina Grande *Dia-a-dia*. Campina Grande-PB. *Dia-a-dia*. Primeiro Caderno, Edição de domingo, 14 de Novembro de 2010. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornalonorte.com.br/2010/11/14/diaadia8_0.php

adaptações dos mercados. Estes sempre se adaptaram a formas comerciais mais modernas. Como nota Pintaudi,

O Mercado Público é uma forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade e se hoje tem continuidade no espaço, isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas. Todas as culturas adotaram esta forma de troca de produtos e o fato de se realizar esporadicamente, periodicamente ou de maneira perene e com local apropriado para esse fim, dependia das mercadorias que ali se trocavam e da necessidade de se realizar a troca com certa frequência, do deslocamento possível nos diferentes momentos históricos e da importância que o local representava para o abastecimento da cidade e da sua região de abrangência⁵⁴⁹.

⁵⁴⁹ Pintaudi, S. M. (2006). *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana*. Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, V 10. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/58355/68447>.

Capítulo 6 – Práticas culturais e identitárias

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia⁵⁵⁰.

As concepções das identidades plurais inerentes aos sujeitos presentes nas feiras contemporâneas, como um dos impactos gerados pela Globalização, são objeto de análise neste capítulo. Para tanto, organizamos nossas ideias em dois momentos. Inicialmente fazemos uma breve discussão acerca do entendimento dos teóricos a respeito dos conceitos de identidade e, mais especificamente, da formação do Ser brasileiro e 'Ser Nordestino', bem como o Ser português e 'Ser Minhoto'. Enfocamos os aspetos de desterritorialização e de pluralidade inerentes à formação da multiplicidade dos sujeitos, diante das clivagens e fusões do mundo global. Posteriormente analisou-se os depoimentos dos sujeitos. Apresentamos concepções identitárias evidenciadas no território das feiras, destacando os aspectos relacionados ao perfil dicotômico dos feirantes e fregueses, e às relações estabelecidas entre os mesmos. Examinamos também as atividades desenvolvidas relacionadas a questões de género, aspectos de identificação dos depoentes com as feiras e as origens dos protagonistas das feiras - sobretudo em relação a naturalidade e morada, que Certeau qualifica como sendo o espaço (feiras) como cruzamento dos móveis⁵⁵¹.

6.1 – Trajetórias históricas de formação de identidades

A questão da identidade é uma discussão em andamento, por parte dos cientistas sociais na contemporaneidade. Os estudos a respeito dessa temática parecem estar influenciados por reflexões acerca de temas como cultura nacional, raça, etnia, género, modernidade, pós-modernidade, globalização, pós-colonialismo, etc., presentes no dia-a-dia dos estudiosos⁵⁵². Nessa discussão, os indivíduos e suas identidades pessoais estão inseridos no mundo como algo pronto ou acabado, enquadrando os sujeitos nos lugares e na vida social de que fazem parte. Em verdade, percebemos que as velhas identidades estão sofrendo um declínio porque não mais definem o sujeito moderno ou

⁵⁵⁰ Hall, S. (1998). A identidade em questão. Em: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. Ed, DP&A Rio de Janeiro, p. 13.

⁵⁵¹ Certeau, M. de (1994). *A invenção do cotidiano 1: arte de fazer*. 4.ed Vozes. Petrópolis, pp. 201-202.

⁵⁵² Ver Escosteguy, A. C. (2001). Identidades Culturais: uma discussão em andamento. Em: *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Autêntica. Belo Horizonte, p. 139.

pós-moderno. A cada instante, no momento atual, ele se fragmenta e se torna clivado, o que acarreta a crise de identidade inerente aos indivíduos da atualidade. Assim, como tentativa inicial de entendermos a questão da identidade, nos propomos apresentar as três concepções sobre os sujeitos que surgiram ao longo dos tempos. Com elas, refletiremos a trajetória dos deslocamentos acerca do conceito de identidade e da sua mutação a partir das concepções definidas em cada época da História.

Primeiramente é interessante lembrarmos que preocupação com o sujeito só surge na história da humanidade na época moderna. Antes desse período ele encontrava-se preso às instituições como se fosse uma peça integrante das estruturas. Portanto, não existe preocupação alguma com ele próprio no que se refere a seus pensamentos, suas ações, seus anseios, hábitos, etc.⁵⁵³ Assim, o primeiro sujeito na História emergiu com o Iluminismo⁵⁵⁴, relacionado com uma concepção do ser humano. Agora temos o indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação “individualista” e tido como o centro do universo, conforme o antropocentrismo peculiar da época. Portanto, o indivíduo era essencialmente o mesmo, contínuo ou “idêntico” a si. O Eu era a identidade de uma pessoa “imutável” por excelência. A segunda classificação do sujeito está centrada também no mesmo período histórico, a modernidade. Consiste no sujeito sociológico. Não sendo autônomo nem autossuficiente, suas ações estavam interconectadas com a cultura e com a relação com os outros sujeitos em sociedade. Logo, a identidade do sujeito estava dividida entre o “interior” do seu mundo pessoal e o “exterior”, seu mundo público, estando portanto ligado à estrutura social unificada. Quanto ao terceiro e último perfil, refere-se ao qualificado como pós-moderno ou sujeito contemporâneo. O sujeito não possui identidade fixa, mas se pluraliza assumindo identidades diferenciadas a partir do momento e lugar que ocupa. Assumindo identidades contraditórias, unificadas ao redor de um “Eu” coerente e deslocado de acordo com as circunstâncias.

Neste sentido podemos delinear uma discussão relacionada com a globalização, como vimos, um fenômeno político, cultural e econômico observado desde o século passado e que se mantém, no momento atual com grande força. A questão é um paradoxo contemporâneo que atravessa fronteiras e contribui para a crise de identidade. Como homogeneizar as culturas nacionais se as identidades são plurais? Se considerarmos a globalização como prática, encontramos uma resposta plausível e convincente para a questão, já que a globalização não pretende homogeneizar, mas, ao contrário,

⁵⁵³ Ideia desenvolvida a partir dos textos apresentados pela autora em encontros científicos: Araújo, G. de A. F. (2007) *Múltiplas categorias de sujeitos sociais em diálogo com a discussão das suas identidades*. I Encontro de Pesquisa de Pós-Graduação do curso de História. Realizado na UFCG, em 23 a 27 de Abril de 2007. Campina Grande-PB. e ainda Araújo, G. de A. F. (2004) A Identidade em questão: sua importância enquanto temática a ser estudada e suas categorias de sujeitos que a formulam. Em: *XIII Semana de Letras Linguagens, Culturas e Identidades. Programação e Resumos*. 23 a 27 de Agosto de 2004, pp.03-04.

⁵⁵⁴ Ver HALL, cit ..., pp. 7-22.

heterogeneiza e demarca as diferenças. Contribui para o engrandecimento económico de países ricos e o empobrecimento, cada vez mais acentuado, de países pobres ou em “desenvolvimento”. Entenderemos a questão acima com maior nitidez ao fazermos a articulação entre o “global” e o “local” - evidenciando as diferenças, a heterogeneidade, assim mantendo a pluralidade das identidades a partir do contexto diverso em que estejam inseridas, não motivando a destruição das identidades nacionais ao mesmo tempo que estimulam-se e produzem-se novas identificações “globais” e “locais”⁵⁵⁵.

Contudo, a maior importância que podemos conceder à identidade é quanto à sua principal função,

O ato de representação codificado como sistema entendido a partir da cultura e seus significados específicos, ou seja, a representação inclui as práticas de significação e os seus sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito⁵⁵⁶.

Assim, a representação compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que poderia ser? Quem eu quero ser? A que comunidade pertenço? De que eu gosto? Com base nessas indagações os discursos do marketing e da mídia, por exemplo, tendem a construir um “novo homem” a partir das décadas de 1980 e 1990, do século passado, colaborando para o agravamento de crises de identidade⁵⁵⁷. Em função de uma tentativa, em muitos casos obtendo sucesso, de vislumbrar um mundo homogeneizado de tendência a favorecer o engrandecimento de novos *ethos* de consumo num mundo pautado pelo hipercapitalismo vivificados pelo hiperconsumo⁵⁵⁸.

E de que modo estes aspectos estão relacionados com as feiras, objeto deste estudo? Sabemos que as feiras são tanto lugares de sociabilidade, de ambiência política, ou de aspectos inerentes à cultura, quanto local de consumo, de venda/troca de mercadorias. O facto é que, com a tendência da contemporaneidade de favorecimento do hiperconsumo, o consumo segue uma “padronização” global presente nas grandes superfícies. Porém, se por um lado observa-se a

⁵⁵⁵ Ver Kathryn W. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Silva, T. T. da (org.), Stuart Hall Vozes. Petrópolis, RJ, pp. 07-72.

⁵⁵⁶ Ver Gledhill, C. Genre and gender: the case of soap opera. Em: HALL, S. (org.) *representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/ the Open University, 1997.

⁵⁵⁷ Araújo, G. de A. F. (2006) Múltiplos discursos sobre a feira de Campina Grande-PB. Gráfica e Editora Agenda Campina Grande, pp.137-142 e ainda Araújo, G. de A. F. (2009, 12 a 17 de julho). Memórias e Oralidade dos feirantes luso e brasileiros sobre seus respetivos lócus de trabalho diário: aspectos de identificação e valores concebidos por esses sujeitos na contemporaneidade. Em: *XXV Simpósio Nacional de História. Livro de Resumos*. ANPUH, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, p. 489.

⁵⁵⁸ Ver Lipovetsky, Gilles, cit..., 137.

homogeneização nos padrões dos centros comerciais, por outro lado a heterogeneidade está presente nos hábitos e formas de consumo das mercadorias. Estas têm origens variadas, múltiplas. Assim sendo, ora o sujeito, ao consumir uma lasanha à bolonhesa, se identifica com a culinária italiana, ora se identifica com atores norte-americanos e assimila padrões de uma cultura americanizada, quando assiste a um filme produzido em Hollywood, ora recorre às feiras tradicionais com o interesse de encontrar nesses sítios referências de sua história⁵⁵⁹, vislumbradas por meio de uma memória coletiva⁵⁶⁰ associada a momentos vividos por gerações do passado, minimizando, portanto, a crise de identidade que se faz presente na contemporaneidade.

Nas feiras os sujeitos encontram não só mercadorias modernas⁵⁶¹, comercializadas similarmente no comércio fixo e nas grandes superfícies, com preços mais acessíveis, mas também acabam por achar resquícios do seu passado, seja no comportamento dos feirantes e na maneira de comercializar os produtos diante de suas estratégias de barganha, seja nos produtos que estão expostos que muitas vezes possibilitam a rememoração da sua infância, como por exemplo os artigos em couro, celas para cavalos, fogareiros para assar carne, utensílios em cerâmica oferecidos nas feiras do Nordeste do Brasil, ou os artigos em cobre, tamancos utilizados na lavoura, cestos de palha, nas feiras de Portugal. São mercadorias antigas que colaboram com a identificação de momentos da vida destes sujeitos: infância, adolescência e fase adulta. Assim, as feiras contemporâneas, como os demais lugares de consumo, atendem aos apelos do hiperconsumo, por oferecerem multiplicidade de mercadorias, com produtos de origens diversas, devido à abertura de mercado na economia global.

A temática das identidades plurais, embora seja uma discussão atual - relacionada com a realidade contemporânea, vinculada a uma política económica global - tem raízes no passado, nas formas da constituição dos povos e na construção das identidades nacionais brasileiras e portuguesas, sem esquecermos que, em ambos os continentes, existiu um intercâmbio que gerou entrecruzamento de culturas heterogêneas. A seguir, examinamos brevemente a construção das identidades nacionais de um lado e de outro do Atlântico.

⁵⁵⁹ Essas afirmações foram feitas por alguns dos fregueses que entrevistamos, tanto em Portugal como no Brasil. Veremos mais adiante no segundo momento desse texto os depoimentos que fazem esta referência.

⁵⁶⁰ Utilizamos a concepção de memória coletiva e memória histórica presente em Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Edições Vértice. São Paulo, pp. 53-54. E ainda Legoff, J. (1990). *Memória e História*. Ed. Unicamp. Campinas-SP, p. 477, quando diz que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

⁵⁶¹ Entendemos que os feirantes se adequam a nova demanda do mercado, ao comercializarem nas feiras atuais, não só artigos tradicionais, mas também mercadorias modernas, muitas vezes adquiridas nas próprias lojas ou centros de abastecimento.

6.2 – Interpretações da constituição da identidade brasileira e nordestina

As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação⁵⁶².

No Brasil a temática identidade, em especial a identidade nacional, durante o século XX (1930-1960) foi alvo de muita polémica entre os estudiosos. Um exemplo é a obra de Gilberto Freyre,⁵⁶³ na qual verifica-se um deslocamento do conceito de raça para o de cultura. Freyre pensa o Brasil, diferentemente de Varnhagen⁵⁶⁴, não na concepção racial, mas sim cultural. Nessa direção, o que era visto até então como negativo em relação ao negro e ao mestiço se torna positivo, e nacional. Para ele a presença africana tendeu a enriquecer, fertilizar, abrilhantar a obra portuguesa. Entretanto as obras de Freyre são também criticadas por fazerem um elogio à colonização portuguesa, uma “justificação” da conquista e ocupação do Brasil. Embora o Brasil de 1930 fosse uma Nação propensa à modernização e industrialização, Freyre insistia em salvaguardar o bucolismo de um universo das elites patriarcais, “sem” tensões, dificuldades, e contradições, uma “democracia racial” com integração das raças e culturas sob a liderança portuguesa. Esta posição gerou nos críticos a ideia de que ainda não havia uma identidade nacional, uma vez que a mesma estava atrelada à colonização branca e alienante da aristocracia agrária e das oligarquias dominantes.

⁵⁶² HALL, cit..., p. 48

⁵⁶³ Freyre, G. (1987). *Casa Grande & Senzala*. 25 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.

⁵⁶⁴ Também conhecido como o “Heródoto do Brasil”, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, com a obra *História Geral do Brasil* foi quem primeiro abordou a temática de Identidade nacional em 1850. “Embora tal obra tenha sido demasiado significativa para o entendimento da História do Brasil, essa em Varnhagen, a serviço de Dom Pedro II, adepto a permanência do escravismo e da cidadania restrita, ainda encontrava-se fortemente atrelada a todo o imaginário de submissão da ex-colônia a metrópole portuguesa, haja vista a valorização que o historiador dava em suas obras sobretudo ao colonizador civilizado, reduzindo a colônia brasileira a homogeneidade cultural uniformizada em suas características globais. Nesse sentido as obras de Varnhagen na altura, atendiam muito mais a um estilo de crônica, ligadas ao romantismo peculiar dos viajantes. Não se concebia portanto, na historiografia varnhageniana a possibilidade de temáticas ligadas aos conflitos vivenciados no Brasil dado o momento histórico de lutas já republicanas e anti-imperialistas. Nem tão pouco temáticas ligadas ao quotidiano dos brasileiros pobres, pois os principais personagens de sua História eram os sujeitos brancos e o Estado Imperial. Nessa direção a ideia de identidade presente nesse instante era demasiadamente conflituante, uma vez que não se sabia então qual o ideário de brasileiro que se pretendia ser, e a opção que a historiografia brasileira apontava a luz de Varnhagen era a de uma Nação “recém -liberta” que para manter a ideia de “civilizado”, precisava manter as características peculiares de seus colonizadores, a branquidade era alienante, pois naquele instante ainda se via os portugueses como representantes da Europa, das “Luzes”, do “Progresso”, da “Razão”, da “Civilização” e do Cristianismo Eurocêntrico. Nessa direção a elite brasileira, portuguesa representante da antiga coroa, não se identificava com os seus parís, indígenas, negros, republicanos, latino-americano, sul-americano, não – católico, adepto do sincretismo religioso e cultural. O discurso dos aristocratas brasileiros era o de que o Brasil teve sucesso, êxito durante a colonização portuguesa, portanto deveria além de render homenagem aos colonizadores também continuar com o seu projeto de colonização, mesmo que a luz do império inicialmente”. Ver Araújo, J. B. e Araújo, G. de A. F. (2008, 3 a 5 de setembro). Uma (re) leitura da Historiografia Brasileira sobre o conceito de Cultura Popular e Identidade Nacional a Luz do Historiador Antônio Carlos Reis. Em: *Anais da VIII Semana de Estudos Históricos do CERES- História e Cultura e Patrimônio*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó-RN pp. 184-185.

Capistrano de Abreu, outro teórico brasileiro, historicista, trouxe uma mudança na concepção até então de povo brasileiro à luz da metrópole portuguesa. A sua obra⁵⁶⁵ consiste em uma “redescoberta do Brasil”, valorizando o seu povo, as suas lutas, os costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira, considerando o povo como sujeito de sua própria História, valorizando-o a partir de si mesmo e não sob a hegemonia de portugueses ou oligarcas rurais. Para ele o conceito de “cultura” substitui o de “raça”. Valoriza a presença do indígena e pensa um Brasil mais mameluco que mulato, mais sertanejo que litorâneo. Para Capistrano a formação da identidade do brasileiro consistiu na relação estabelecida nos interiores entre os colonizadores, os indígenas e a natureza brasileira. Percebendo o passado brasileiro como português e o futuro como brasileiro, estimulou uma revolução brasileira de pensamento e de construção de identidade a partir de si próprio.

Já o historiador Sérgio Buarque de Holanda explora⁵⁶⁶ um Brasil urbano, diante dos acontecimentos citadinos e modernistas da época, a exemplo da Semana de Arte Moderna e da Revolução de 1930. Percebemos uma aproximação das suas teorias com as de Abreu, com a valorização do estudo do povo brasileiro e de todos aqueles até então marginalizados pelas oligarquias e pelos intelectuais. Buarque de Holanda explora a modernização política e económico-social e mental do país. Considerava que a miscigenação no Brasil não fora uma adversidade. O problema para o autor, consiste no instante em que não rompemos com a ideologia portuguesa utilizando a metáfora do “homem cordial”, sugere então uma revolução nas cidades, na qual a polémica em torno da identidade brasileira seria reelaborada a partir de análises de construções estabelecidas em torno do homem e dos seus sítios de morada e de vivência.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, há uma reconceituação do popular. O povo passa a ser visto ora de forma positiva, como ser autêntico, criativo, trabalhador; ora de maneira negativa, como inconsciente, analfabeto, deseducado, “necessitando”, portanto, do Estado para ajudá-lo e instruí-lo. Há, então, uma tentativa de alienação por parte, sobretudo, do Estado e dos intelectuais que se encontravam ao seu serviço, a fim de legitimar o papel do governo e romper com a possibilidade de emancipação e de liberdade peculiares do sujeito brasileiro, tal como considerado por Holanda⁵⁶⁷.

Na década de 1950, influenciados pela burguesia nacional que estava em expansão graças ao processo de industrialização sob o lema de nacional desenvolvimentismo, alguns intelectuais da época, a exemplo do historiador Nelson Werneck Sodré (marxista que investiga os anos 1950 à luz de

⁵⁶⁵ Abreu, C. (1963). *Capítulos da História colonial (1500-1800) & os caminhos antigos do povoamento do Brasil*. 5 Ed. Brasília, UnB.

⁵⁶⁶ Holanda, S. B de (1984). *Raízes do Brasil*. 17 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.

⁵⁶⁷ Araújo, J. Cit..., p. 187.

um olhar comunista), contribuíram para a construção da História do Brasil à luz da teoria adotada pelo Partido Comunista Brasileiro e do projeto de “Revolução Brasileira”. Porém, tal projeto, segundo os críticos, não foi bem articulado entre as classes interessadas, nem tão pouco apropriado à realidade brasileira. Assim tardou em acontecer e deu origem a um novo momento histórico caracterizado pela retomada da emancipação e da autonomia nacional iniciada por Sodré e continuada, nos anos 1960, pelo também historiador socialista brasileiro, Caio Prado Jr.⁵⁶⁸.

Na década de 1960, Caio Prado propõe um redescobrimto do Brasil. Mais radical que Capistrano e Sérgio Buarque juntos, adepto das teorias marxistas, trabalhando lado-a-lado com Sodré, Prado, em sua obra sobre economia brasileira, não aborda somente a mestiçagem do povo. Ele analisa, sobretudo, as classes sociais oprimidas e excluídas, o materialismo histórico e a luta de classes no Brasil contemporâneo. Para ele, o sentido de colonização dá-se na relação estabelecida entre povoamento, vida material e vida social. Os sujeitos evidenciados em seus estudos são os latifundiários, senhores feudais, camponeses ricos, médios e pobres, burguesia nacional⁵⁶⁹.

No período de 1964 a 1985, o Brasil esteve politicamente submetido a um regime militar ditatorial⁵⁷⁰. É consenso entre os historiadores que esse momento da História do país envolveu muitas contradições, conflitos sociais e também identitários. Na arte, por exemplo, houve uma fase de efervescência, de contestação e também de severa censura, sob o comando do SNI – Serviço Nacional de Informação⁵⁷¹. As manifestações artísticas e culturais constituem elementos significativos para a compreensão do processo de gestação da cultura e do imaginário social brasileiro da época, objetivando, sobretudo, o engajamento do público em relação ao que se via (cinema, teatro e televisão), se lia (imprensa) e se ouvia (música). Havia, na época, uma necessidade de construir a “popularidade” do ser brasileiro. Tal processo acabou por ser potencializado em função do regime ditatorial. Os fenômenos, portanto, davam-se nos campos do cinema⁵⁷², em torno da industrialização

⁵⁶⁸ Op cit ..., p. 188

⁵⁶⁹ Prado Jr, C. (1966). *A revolução brasileira*. Brasiliense. São Paulo.

⁵⁷⁰ Sobre o período que os militares tiveram no governo brasileiro, ver Maciel, D (2004). *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*: Xamã, São Paulo. E ainda: Fernandes, F. (1982). *A Ditadura em questão*. T.A.Querós. São Paulo.

⁵⁷¹ Órgão responsável pela censura durante os anos de chumbo no Brasil, criado pela lei 4.341, em 1964, pelo governo militar que não só tinha a função de fiscalização e censura a imprensa, mas também a todas as manifestações artística literária. Acedido em 23 de Fevereiro de 2011, em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm.

⁵⁷² Os estudiosos deste tema tecem algumas críticas ao estilo da produção cinematográfica, dizendo que seus produtores detinham uma ideologia em volta daquilo que produziam, de maneira que não representava muito bem a realidade brasileira, algumas produções. O cinema novo nacional, por exemplo apesar de ser considerado como Arte, e portanto de uma representação da realidade, e não de demonstrar como de facto ela se dava, mas segundo os críticos se apresentava muito preso às ideologias, com uma linguagem rebuscada. Por outro lado, o cinema parecia se aproximar da literatura na altura, e estava sendo produzido com temáticas que sugeriam a identificação de dois públicos: um segmento mais popular

cinematográfica - cinema nacional popular e cinema novo, que procuravam demonstrar a realidade brasileira nas telas; do teatro⁵⁷³, arte que foi uma das mais perseguidas pelo regime, uma vez que criticava a cultura alienada e com forte tendência ideológica; da televisão, como o novo eletrodoméstico que comunicava através do som e da imagem, e disputava com o rádio espaço nos domicílios. O contexto histórico na época pautava-se pela modernização. A indústria de base já havia sido instalada na década de 1950, a mensagem do dia era consumir o moderno e a televisão⁵⁷⁴ fazia parte dessa lista de compras; e, por último, da música como um fenômeno que tinha por objetivo uma produção

e suburbano, e um outro de intelectuais. Posteriormente os estudiosos falam de uma explosão do cinema novo, que traz uma linguagem autoral vanguardista, com argumentos herméticos, narrativa intimista, personagens mais alegóricos que dramáticos, ligados sobretudo ao cinema europeu (francês e italiano), com a “conscientização da plateia”, através de um projeto de engajamento artístico, reformista e nacional-popular. Nesse sentido, questões políticas passam a ser incorporadas a linguagem e as temáticas. Tais como: Dependência, contrarrevolução, crise, etc. se buscava a determinação de uma “cultura brasileira” nas telas. Para tanto se valorizava as escolas dos cinemas europeus que traziam suas realidades específicas para o público. No caso do Brasil, Glauber Rocha por exemplo procurava conscientizar o público da miséria que assolava o país. Em síntese: o cinema passou a ser um vetor fundamental na construção da consciência lúdica e pessimista sobre o golpe militar. Retratava dilemas existências vividos por intelectuais de esquerda. O cinema novo foi desdobrado no cinema marginal com temáticas anti burguesas em nome de um populismo nacionalista. Sobre essas ideias ver: Ridente, M. (2000). Cinema: em busca do Brasil. Em: *Em Busca do Povo Brasileiro*. Record. Rio de Janeiro, pp. 92-104; E ainda: Napolitano, M (2011). *A arte engajada e seus públicos (1955/1968)*. *Estudos históricos*. N. 28. Rio de Janeiro, pp. 9-14. Em «http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/NAPOLITANO_ArteEngajada60_EH.pdf», acessado em 16 de Março de 2009; Villaça, M. M (2002). América Nuestra- Glauber rocha e o Cinema cubano. *Revista Brasileira de História*. Vol.22. N. 44. São Paulo; Jorge, M S. (2003). Industrialização Cinematográfica e Cinema Nacional-Popular no Brasil. Dos Anos 70 e 80. Em: *História, Questões & Debates*, n. 38, Editora UFPR. Curitiba, p. 161-182.

⁵⁷³ Essa característica revolucionária surgiu com o Teatro de Arena, criado em 1956, CPC e grupo oficina. Com encenações revolucionárias pós 1964, os artistas vão ser severamente perseguidos pelo DIP. Procuraram também inovar no estilo, se aproximando mais da identificação do público no que concerne ao gestual. A encenação parecia ser mais natural, menos literária, erudita e narrativa e mais gestual com performances direcionadas ao drama. Linguagem cênica despojada. Conhecido à época como o Teatro da Agressão. Entretanto, os críticos perceberam que apesar desse novo estilo, ainda detectavam dois problemas: a necessidade textos com autorias mais brasileiras, que fosse, portanto mais consistente, e a consolidação das condições de produção, além de ampliação do público. Destaca-se uma peça chamada Eles não usam black-tie, direção de José Renato, montada pelo CPC que ficou mais de um ano em cartaz ininterruptos, com cerca de 510 encenações e circulou por cerca de 40 cidades brasileiras. O drama se aproximava da identidade do brasileiro, por se passar de um conflito vivido por uma família operária em uma greve. As apresentações buscavam os públicos, encenadas muitas vezes nas ruas, em camp/ universitários, em vilas de operários, nos subúrbios, etc. Adotada, sobretudo as temáticas relacionadas a dramas de entidades classistas e nacionais. A respeito ver Napolitano, M. cit.. pp. 4-9.

⁵⁷⁴ A televisão era não só vista como produto da industrialização, da modernidade e da indústria tecnológica, mas também até o fim dos anos 1970 e início de 1980, era símbolo de uma sociedade dotada de contradições e diferenças sociais. Uma vez que excluía aqueles que não tinham acesso a informação precedida desse veículo comunicador. Contudo, a popularização da TV surge de maneira proposital, como projeto estratégico para difusão dos ideais ditatoriais. Estratégia de integração do território em torno de uma cultura oral, tendo em vista os índices elevados de analfabetismo que “assolavam” a população brasileira. Cabe uma reflexão acerca da identidade do ser brasileiro que é muitas vezes “forjada”, criada, manipulada pela indústria cultural. Na sequência desse texto veremos alguns exemplos dessa manipulação. A saber: movimentos populares que foram midiáticos das “diretas já”, “caras pintadas” e a construção de estereótipos, que buscam atender interesses eleitorais – é o caso do mito do Nordeste atrasado. Sobre essa temática da TV, ver: Sodré, M. (1983). A televisão. Em: *A Comunicação do Grotesco- um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. Vozes. Petrópolis-RJ. E ainda: Hingst, B. (2004). “Uma visão histórica da televisão no Brasil” *Libero*, Ano VII, N° 13/14; Hamburger, E. (2000). Diluindo fronteiras, a televisão e as novelas no cotidiano. Em: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. Companhia das Letras. São Paulo; Pelegrini, S. de C. A. (2000). Televisão, política e história: dimensões da problemática social na teledramaturgia de Vianinha. Em: *A teledramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo.

autêntica e regional, com exceção da Bossa Nova, mais ao estilo da elite. Nesse conjunto emerge a MPB, por intermédio da Jovem Guarda⁵⁷⁵.

Marcelo Ridenti destaca que, por intermédio da arte, tanto os intelectuais universitários militantes, como os artistas revolucionários pertencentes ao Centro Popular de Cultura (CPC), divulgaram manifestações identificadas com o nacional-popular e, principalmente, categorizadas pelo autor como romantismo revolucionário⁵⁷⁶.

Para além da efervescência cultural com objetivos de contestação ao regime, em nome de uma unidade pseudo-identária popular e nacional, o Brasil também viveu alguns movimentos sociais neste período que não eram movimentos de tomada de poder, mas de insatisfação em relação à ordem estabelecida e aos princípios geradores dessa “ordem” – o formato ditatorial. Neste sentido, ocorreram movimentos sociais que, embora tivessem este objetivo em comum, envolviam grupos ou entidades de classe específicas e não manifestações de “unidade” nacional. Facto que fortalece ainda mais o debate de que no Brasil não existe identidade nacional formada de maneira unitária, singular e, sim, plural. É o que se percebe quando:

(...) As organizações de esquerda se encontravam em uma crise de pertencimento devido à fratura dos movimentos em várias tendências, ao se conclamar uma luta de toda a sociedade tentava criar uma nova identidade de esquerda e que, talvez, direcionaria ainda seu discurso para a constituição de uma possível identidade brasileira para o povo⁵⁷⁷.

No campo, movimentos liderados pelos trabalhadores rurais buscam adquirir títulos de posse de terra. Um exemplo é o MST⁵⁷⁸ - Movimento dos Sem Terra - que teve sua origem nas Ligas

⁵⁷⁵ O momento histórico era o de “quebra” de paradigmas. A juventude brasileira, se identificava com os movimentos revolucionários, a exemplo dos movimentos estudantis vividos no ceio das universidades –que trataremos neste texto mais adiante. O estilo que fazia sucesso no momento era a Bossa Nova, estilo musical romântico que havia surgido em 1959, e que tinha como público os jovens de classe média. No mesmo período emergia também o samba tradicional, com influência do Jazz e rock americano. As letras, por sua vez, de carácter nacionalistas criticavam o romantismo da Bossa Nova. É nesse cenário que surge a MPB-Música Popular Brasileira, a Jovem Guarda, com um público de jovens estudantes procedentes de classes populares da sociedade brasileira. Refletiam sobre a estratificação social da época. Ver: Severino, F e Santos, E. (2002, julho a dezembro). “A beira do caminho: a jovem guarda prepara a mudança social” *Revista Psicologia Política* 2 (4), 209-232. E ainda: Napolitano, M. cit..., pp.14-18; Garcia, L. H. A. (2000). O que foi feito devera: indústria cultural e Estado como limites à produção musical nos anos 70. Em: *Coisas que ficaram muito tempo por dizer- O clube da esquina como formação cultural*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

⁵⁷⁶ Ridenti, M. (2000). *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Ed. Record. Rio de Janeiro. Ver resenha Chaia, M. (2001, outubro) “Em busca do povo brasileiro: Artistas da Revolução. Do CPC à era da “TV” de Marcelo Ridenti. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 16, N. 47, pp. 165-168.

⁵⁷⁷ Sá, I. (2009, 10 a 13 de novembro). Discurso, mídia e resistência: a constituição de uma identidade de esquerda durante a ditadura militar. Em: *IV Seminário de Estudos em análise dos discursos, 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 05.

⁵⁷⁸ De inspiração marxista e apoiados pelo cristianismo progressista da Teologia da Libertação, esse movimento objetivava uma reforma agrária urgente, e tentavam ofuscar a mecanização da agricultura, prevista pelos projetos de expansão das

Camponesas⁵⁷⁹. Estas últimas, com o golpe militar, foram perseguidas e encerradas. Nas cidades emergiram os movimentos estudantis universitários⁵⁸⁰ e os movimentos sindicais⁵⁸¹ iniciados pelos operários metalúrgicos paulistas e que, posteriormente se espalharam por todo o país.

Nesta ambiência, chega-se aos últimos anos do governo militar brasileiro, com o país “mergulhado” numa hiperinflação e com índices de recessão bastante elevados, ao mesmo tempo que surgiam novos partidos políticos oriundos do fortalecimento de organizações sindicais. Nesse contexto, vai-se, mais uma vez, buscar uma identidade nacional única e fortalecida, com o movimento das “Diretas Já”. Essa manifestação, com a participação de vários grupos ideológicos distintos, reuniu mais de um milhão e quinhentas mil pessoas no centro da cidade de São Paulo, para reivindicar o fim do regime militar e eleições diretas para a Presidência da República⁵⁸².

fronteiras agrícolas, sob pena do desaparecimento das pequenas unidades agrícolas de produção. Em paralelo ao movimento, acontecia na altura diante do “milagre econômico” brasileiro o êxodo das pessoas para as cidades. Entretanto, a crise econômica nos grandes centros fez com que muitos dos ex-camponeses ficassem desempregados nas cidades, levando-os ao movimento de retorno aos campos. Desta tensão resultaram os movimentos em busca das terras devolutas dos grandes latifundiários. Ver Souza, J. C. L. de. (2008). Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Em: *O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Moderno Príncipe educativo brasileiro na História do tempo presente*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, pp. 61-86. E ainda outros trabalhos acadêmicos sobre esse tema elencados e disponíveis em <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=THESESDI373&ng=p&sc=3&th=45&se=0>, acessado em 25 de Fevereiro de 2011.

⁵⁷⁹ Movimento ocorrido no campo, iniciado na década de 1930 na região nordeste e que posteriormente teve repercussão em mais 13 estados brasileiros. Teve seu “fim” com a prisão do líder advogado Francisco Julião. Tratou-se de manifestação de resistência dos operários camponeses – cortadores de cana e colhedores de laranja- que reivindicavam não só melhores condições de trabalho nos canaviais, mas também e sobretudo clamavam por uma reforma agrária, uma vez que eram foreiros de latifundiários, e muitas vezes pagavam o foro para terras improdutivas. Para saber mais sobre esse assunto ver: Montenegro, A T. (2003) Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. Em: Ferreira, J. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira Rio de Janeiro, p. 256, e ainda <http://faceaevento.wordpress.com/2010/11/08/650/>, acessado em 25 de Fevereiro de 2011.

⁵⁸⁰ Movimento articulado em torno da UNE- União Nacional dos Estudantes universitária. Protestavam em passeatas, por exemplo, contra o Regime Militar que revelava a tendência de privatização do ensino superior. Ver Alves, B. N. (2004). *O visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado em História. PUC/RS. Porto Alegre; Carcian, R. (2010). *Movimento Estudantil e Repressão Política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar). São Carlos-SC; Cruz, J. V. (2003). *Juventude e Identificação Social: Experiências Culturais dos Universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado Sociologia. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju; Britto, A. M. F. (2008). *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar*. Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

⁵⁸¹ Tratou-se de manifestações operárias a exemplo da greve que durou 45 dias, iniciada pelos metalúrgicos do ABC paulista, nas cidades de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, dentre outras quinze, envolvendo mais de 1.600 trabalhadores, estes representavam um contingente de mais de 280 mil operários. Ver: Hirszman, L. (Direção) e Calil, C. A. (Produção). (1990). *ABC da Greve (1976/1990)*, 75 min. Documentário produzido pelo estúdio Taba Filmes. São Paulo. Os trabalhadores reivindicavam melhores salários e condições nas fábricas.

⁵⁸² Silva, F. C. T. da. (2003). Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. Em: *O Brasil Republicano. V. 4*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro p. 243-282. E ainda, São Paulo faz o maior comício (1984, 17 de Abril). *Folha de São Paulo*, Acessado em 25 de Fevereiro de 2011, Em: «http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm».

Na década de 1990, teve lugar outro movimento de contestação, o dos chamados “Caras-pintadas”. Jovens estudantes foram às ruas em sinal de protesto para pedir a deposição do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção⁵⁸³. O movimento pelo *impeachment* do presidente foi iniciado na capital paulista, mas teve desdobramentos em várias cidades brasileiras. As passeatas em favor do *impeachment* ficaram conhecidas como movimentos pela ética na política, ou “Fora Collor”. O facto é que os jovens se identificavam e aderiam ao movimento, pintando seus rostos em tons amarelo e verde. Entretanto, sabemos que as motivações de muitos daqueles jovens eram diversas:

Em outras palavras, pintamos as caras, ao menos em grande maioria, segundo o dito da mídia. Claro que não dá para negar que muita gente pintou a cara conscientemente, que essa gente, de facto, protestou a favor da ética e contra o mar de lama, de falta de caráter, de corrupção que tomava conta do país. Mas (...) teve gente, muita gente mesmo, que também pintou a cara por farra, para matar aula, para se divertir naquele carnaval temporão sem qualquer compromisso com aquele momento histórico⁵⁸⁴.

A partir da análise da formação da identidade nacional brasileira - conceito formulado inicialmente a partir da contribuição da historiografia brasileira ao longo dos séculos XIX e XX⁵⁸⁵ - e dos episódios populares vividos pelos brasileiros, abordaremos a imagem da região Nordeste. Foi ao longo desse mesmo período que se construiu uma imagem do ser nordestino representado nas figuras do cangaço, do messianismo, das lutas oligárquicas, da pobreza, da miséria, do analfabetismo, das injustiças sociais, do atraso económico e de muitos outros estereótipos constituídos e reproduzidos, sobretudo, pela mídia sulista⁵⁸⁶ a partir dos textos literários⁵⁸⁷.

Sabemos que interesses ideológicos e políticos se encontram por trás da obstinação de apresentar ao Brasil e ao mundo um Nordeste fraco, improdutivo e sem potencialidades. Em verdade, o que nos parece claro é que esses discursos regionalizados se configuram em estratégias que buscam

⁵⁸³ Santos, J. A. S. dos. (2010). *Impeachment - Ascensão e queda de um presidente*. Cia dos Livros. São Paulo: A obra se trata da publicação da tese do autor O Papel do Mass Média Brasileiro no Processo de Impeachment do Presidente Collor de Melo, realizada na Universidade Nova de Lisboa em Cultura Portuguesa, defendida em 2008.

⁵⁸⁴ Sobre a consciência política dos jovens ver texto Luís, D. *Onde estão os caras-pintadas?* Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, em: <http://mnavegante.br.tripod.com/arquivo/arq06.htm>.

⁵⁸⁵ Reis, A. C. (2007). Anos 1850: Varnhagen o elogio da colonização portuguesa. Em: *As Identidades do Brasil 1 de Varnhagen a FHC*. 9ª Edição ampliada. Editora FGV. Rio de Janeiro.

⁵⁸⁶ Mídia sulista: veículos de comunicação, sobretudo a TV Globo que tem sua sede no Rio de Janeiro e primeira filial em São Paulo, regiões Sul e Sudeste do Brasil.

⁵⁸⁷ Discurso de Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Ariano Suassuna, dentre outros literários. Ver a crítica que o autor faz a obra de Freire como uma “Brasilidade Nordestina”, ver Filho Zaidan, M. (2001). *O Fim do Nordeste & outros mitos*. Cortez. São Paulo, pp. 11-13. E ainda, Weffort, Francisco. *Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre Cultura Nacional e Cultura Popular*. Em: Valle, E. e José J. (orgs.) (1988). *A cultura do Povo*. 4ed. Cortez: Instituto de Estudos Especiais. São Paulo, 13-23.

legitimar o recorte espacial e o descaso governamental em relação à região, “justificado” a partir do discurso do “atraso civilizatório”. É o caso, por exemplo, da “Indústria da Seca”⁵⁸⁸, através da qual os governantes acabam por “angariar” votantes com o discurso ideológico de que o atraso econômico, presente na região Nordeste, se deve aos fatores climáticos característicos desta região, como a seca.

O Nordeste apresenta-se com realidades diferenciadas, múltiplas histórias de vida e comportamentos humanos, práticas e costumes diversos, que se contrapõem à unidade imagética e ilusória presente em discursos midiáticos, que procuram descrevê-lo sem considerar suas diferenças e pluralidade. Estereotipando e, ao mesmo tempo, rotulando sob a ideia de homogeneidade, o que é nordestino está “carregado” de problemas e de muita miséria. Vale destacar que o regionalismo foi visto, desde os seus primórdios, como elemento de fundamental importância para se conceituar e entender o nacionalismo. Assim, a busca de raízes regionais verdadeiras e originais configura-se na invenção da tradição⁵⁸⁹, estabelecendo uma conexão de sentidos entre territórios antigos e a nova territorialidade social existente, não ameaçando desta forma a desconstrução ou perda de privilégios que a memória individual e coletiva criaram. Deste modo continuam criando a tradição legitimadora da construção deste Nordeste “existente”.

Assim sendo, em nome de uma tradição cultural inventada e estabelecida, se mantêm discursos políticos por parte das oligarquias latifundiárias e sociais e rompe-se a possibilidade de criticidade do processo de continuidade histórica com raízes na linearidade e na manutenção dos estereótipos míticos. Neste sentido, a identidade regional não apresenta contradições nem pluralidades, visto que os preconceitos passam a ser naturalizados em favor desse tradicionalismo.

O cenário acima encontra-se em processo de crise, provocada, sobretudo, pelas influências da globalização que põem em cheque o conceito de “Nordeste tradicional” e de identidade regional. Em seu lugar, discutem-se as identidades múltiplas⁵⁹⁰, plurais, mutáveis e ecléticas, resultado do momento histórico presente. Com a expansão da globalização, as identidades das nações se confundem, dialogam, transitam em meio a uma e a outra. Vive-se, no mundo contemporâneo, um fenómeno de crise de identidade, resultado dessa tentativa de fusão e do não esclarecimento dos limites envolvidos. Sobre a diversidade do povo brasileiro diz Darcy Ribeiro:

⁵⁸⁸ Ver Albuquerque Jr, D. M. (1999). Enredos da Tradição: invenção histórica da região Nordeste no Brasil. Em: *A invenção do Nordeste e outras artes*. FIN, ed.: massagana São Paulo. Cortez, Recife, p.150.

⁵⁸⁹ Conceção de Tradição inventada, apropriada de Hobsbawn, Eric, na Invenção das tradições, citado em capítulos anteriores a esse, conceção de tradição também presente no texto de Oliveira, L. L. (1987, dezembro). “*Repensando a tradição*”. *Ciência Hoje*, v.7, n. 38. E ainda, a Tradição inventada a partir da relação estabelecida com as experiências dos sujeitos. Ver: Giddens, A. (1991). *A Reflexividade da Modernidade*. Em: *As consequências da Modernidade*. Editora da UNESP, São Paulo, p. 44.

⁵⁹⁰ Ver Hall, cit...,p.15

Os brasileiros, se sabem, se sentem, se comportam, como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia. Essa unidade não significa, porém, nenhuma uniformidade. O homem se adaptou ao meio ambiente, e criou modos de vida diferentes. A urbanização contribuiu para uniformizar os brasileiros, sem eliminar suas diferenças. Fala-se em todo o país uma mesma língua, só diferenciada por sotaques regionais. Mais do que uma simples etnia, o Brasil é um povo Nação assentado num território próprio para nele viver seu destino⁵⁹¹.

6.3 – Interpretações da identidade nacional lusa e minhota

As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação⁵⁹².

Se o Brasil contou, desde sua “origem”, perpassando por toda sua formação enquanto Colónia, Império, República e Nova República, com uma multiplicidade de sujeitos de origens diversas⁵⁹³, estabelecendo convívio diário com os imigrantes que desembarcaram nesse continente, do outro lado do Atlântico, em Portugal, a formação do ser português também sofreu muita influência externa. Diante da sua privilegiada posição geográfica, os lusitanos sempre se posicionaram como recetor de gente oriunda de todos os lugares do mundo. Aglutinando características recetoras das rotas de comércio e das migrações. Incorporando aquilo que já era comum na Península Ibérica desde os primórdios das “raças se misturarem” (como foi o caso dos árabes e judeu). O facto é que Portugal foi estimulado pelo contato, pelo convívio com os estrangeiros, o que notadamente acabou por influenciar no hibridismo cultural identitário de sua gente⁵⁹⁴.

⁵⁹¹ Darcy Ribeiro em entrevista concedida a TV Cultura descreve o Brasil a partir da presença dos imigrantes de várias nacionalidades, desde o século XVI. Também trata da imigração interna ocorrida na segunda metade do século XX, os brasileiros da região norte e nordeste que migraram para a região sudeste, em especial para o centro industrial concentrado no estado de São Paulo. Sobre esse tema da imigração interna brasileira, nos referimos na parte II desta tese, capítulo 4. A dinâmica do trabalho nas feiras, tópico 4.4. Feira: mão-de-obra de nativos desempregados e imigrantes, pp. 166-177. Sobre a citação de Darcy Ribeiro Acedido em 15 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/povobrasileiro/povobrasileiro3.htm>.

⁵⁹² Nos referimos a presença dos nativos indígenas, autóctones do Brasil, descendentes de grupos humanos que migraram da Ásia, e os imigrantes de múltiplas nacionalidades ao longo dos séculos da História do Brasil, que acabaram por promover intercâmbio entre os sujeitos, a exemplo dos portugueses, africanos, espanhóis, holandeses, franceses, alemães, italianos, libaneses, árabes, judeus, poloneses, ingleses, coreanos, sírios, japoneses, chineses, indianos, coreanos, estadunidenses, gregos, entre outras nacionalidades. “No nordeste (Norte) e centro-oeste quando do advento da colonização percebeu-se a maciça presença dos portugueses, holandeses e africanos. No sul e sudeste, a partir do século XVIII percebeu-se a presença maciça não só dos imigrantes nordestinos, mas também dos portugueses, italianos, alemães, japoneses, poloneses e russos, gerando um quadro de exuberante variedade cultural”. Ver: Brasil e Portugal-de mãos dadas para o futuro. (1987, janeiro de). *Facho, suplemento de O Comércio de Vila do Conde*. N° 30, p. 3. Trabalho premiado de Fernando Alberto Vidal (2° prémio) no Concurso Jornalístico Comunidade luso-brasileira.

⁵⁹³ Hall, cit..., p.47

⁵⁹⁴ Ver Martins, G. d’O. (2007). Mas afinal quem somos? Em: *Portugal, identidade e diferença*. Coleção Trajectos, Gradiva. Lisboa, p. 31. Sobre a capacidade do português se miscigenar e promover o intercâmbio cultural, o autor descreve “o

Sabemos que a nação Portuguesa, à época dos “Descobrimientos”⁵⁹⁵ e conquistas além-mar⁵⁹⁶, teve contacto com culturas diversas e abastecia-se dessas fusões culturais no território luso:

Os Descobrimientos e o comércio, as conquistas, a colonização e a evangelização representam uma busca dos outros e do outro, e neste sentido uma tomada de contacto com sociedades e civilizações diferentes, colocando frente a frente cristãos, muçulmanos, hindus, budistas, e outras religiões, bem como economias de técnicas desiguais e domínios compartimentados; vetores de interesses frequentemente divergente, mas também frequentemente susceptíveis de operar em conjunto (...) ⁵⁹⁷.

Essa troca de experiências culturais se configura ainda na atualidade. Tanto é assim que quando os brasileiros chegam em Portugal, se sentem “na casa deles”, dadas as semelhanças dos hábitos culturais, que ultrapassam o aspecto linguístico⁵⁹⁸.

O debate teórico acerca da questão da identidade nacional portuguesa, diferentemente do que vimos no caso do Brasil, não é algo tão multifacetado e contraditório entre os historiadores portugueses contemporâneos. É consenso entre os mesmos que a reflexão acerca da identidade nacional não foi objeto de debate na mesma medida que em outras nações europeias, a exemplo da Espanha. As discussões em torno da temática são recentes, e só integram o debate historiográfico na

português assimilou adaptando-se. A miscigenação caracterizou a nossa presença no mundo, graças à adaptabilidade. Como realidade cultural complexa, albergamos na nossa personalidade factores múltiplos e heterogéneos”.

⁵⁹⁵ Para Godinho o facto dos portugueses terem chegado em mares nunca d’antes navegados, não significava descobrir, como se não existissem, uma vez que para ele “descobrir não se aplicaria ao movimento de expansão europeia, visto que as terras “descobertas” eram povoadas e conseqüentemente conhecidas dos povos que habitavam” Sugere então o termo achamento de terras desconhecidas pelos europeus, à época. Ver Godinho, Ver tradução João Fagundes. (1994). *O Papel de Portugal nos séculos VX-XVI que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo.*, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa p. 15. Levamos em consideração a teoria do historiador português e a relacionamos ao tema deste texto, no sentido de fazer com que reflitamos em torno do facto de que se os portugueses ao chegarem por exemplo no Brasil encontrarem culturas já existentes, com os nativos, significa por assim dizer que com a conquista o estreitamento entre os povos promoveu um maior intercâmbio, dado inclusivamente a “abertura” que os portugueses davam a troca de hábitos culturais, que favoreceriam mais tarde uma ressignificação em torno da sua identidade lusa. Contudo, é bom que digamos que essa afirmação não desconsidera todo o eurocentrismo peculiar desses europeus, a exemplo do genocídio que muitos indígenas brasileiros foram vitimados em resistência a imposição dos ensinamentos da cultura europeia. Sobre a História dos índios no Brasil e sobre a origem do homem americano. Ver Cunha, M. C. da (ORG.) (1998). *História dos Índios no Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo.

⁵⁹⁶ Entendemos que a conquista se configurou ainda mais dos portugueses em suas colônias, diante das Capitânicas Hereditárias. Sobre as capitânicas ver: L’ Empire a Trois Dimensions. Em: *Synthèses de la culture portugaise. Histoire du Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991. pp. 82-83. [tradução do título nossa: O Império em três dimensões. Em: *Resumos da cultura Portuguesa, História de Portugal*]

⁵⁹⁷ Godinho, cit..., p. 44.

⁵⁹⁸ Não queremos dizer que o Brasil é igual a Portugal, com a mesma cultura, pois consideramos as diferenças que são inúmeras, como trata a jornalista brasileira Vitorino, B. da S. (2007). A Identidade Cultural no dizer e suas margens, em: *Imigração Brasileira em Portugal identidades e perspectivas*. Editora Universitária Leopoldianum, Santos-SP, pp. 80-85. Para além da língua, outras questões se estabelecem em torno das identificações, como disse Freitas do Amaral, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, em Portugal, por ocasião do 30º aniversário das Independências dos Países de Língua Portuguesa, “a língua por si não cria relações sólidas e substanciais”. Vitorino, op. cit..., p. 91. Entretanto, não podemos negar as semelhanças que existem em ambos os territórios – culinárias, provérbios, festejos religiosos, ditos populares, relações de compadrio, arquitetura, entre outras semelhanças- que fazem com que os brasileiros e os portugueses se sintam na casa ao aportarem em território luso, ou brasileiro.

segunda metade do século XX, após o fim do período ditatorial, em 1974-75⁵⁹⁹. A princípio eram questões que se encontravam inseridas no campo da memória social dos sujeitos, memória essa “escrita, não raro erudita, acessível a uma pequena parcela da comunidade em que se ensejam. Essa memória da nação teve as suas limitações – durante muito tempo permaneceu manuscrita, quando não oral⁶⁰⁰”.

Diferentemente de outras nações europeias e da América, Portugal, até o século XX, era mais emigrante que recebia imigrantes, de maneira que as diversidades culturais não eram tão demasiadas. Conforme o historiador Sérgio Matos, na sociedade portuguesa havia um,

(...) escasso peso das minorias étnicas, religiosas e linguísticas no todo nacional, de um modo geral nele integrado sem problemas; escassez de revoltas e rebeliões regionais e locais. Em tal contexto de relativa homogeneidade, de períodos de relativa estabilidade política e social (1851-1868 ; 1871-1890 ; 1932-1958) e de difusão de ideários nacionalistas, não surpreende que a história tenha sobretudo vincado um sentido da unidade nacional⁶⁰¹.

Entretanto não nos esqueçamos de que essa visão de uma nação “igualitária” e aparentemente “sem conflitos” se constituiu como um ideário utilizado no século XIX através dos contributos da Revolução Liberal, que idealizava um país unido em busca de um só objetivo. Neste sentido, era preciso, portanto, que os portugueses se sentissem antes de tudo com a ideia de pertença⁶⁰² a um território, identificando-se entre si com os mesmos objetivos. É sabido que “o conceito

⁵⁹⁹ Matos, S. C. (2002, janeiro/junho) “A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie*, pp.123-139.

⁶⁰⁰ Facto que era um complicador, uma vez que as diversidades étnicas e culturais muitas vezes não eram consideradas nesses debates, se criando um mito em torno de uma suposta homogeneidade territorial. Ver GODINHO, V. Magalhães 1982, “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”, *Revista de História Económica e Social* (Lisboa), 10, Jul. Dez: 1-13.

⁶⁰¹ Ver Matos, cit..., p.123. Os autores também concordam com a ideia de que Portugal era uma Nação conhecida por não ter grandes problemas étnicos: “Portugal não se defrontava com problemas de minorias étnicas e linguísticas ou com a instabilidade política, situava-se apenas nos centros urbanos e na escassa população politizada que os habitava”. Ver: Pinto, A. C. e Monteiro, N. G. (2000). *Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa*. Em: Pinto, A. C. (org.). *Portugal Contemporâneo*. Sequitur, Madrid, p. 239. E ainda: “ (...) Mas de um modo geral, não tem revelado problemas de identidade nacional” ver Matos, S C. (2002, janeiro/junho). *A formação de Portugal na historiografia contemporânea*, *Lusotopie*, pp.137-138.

⁶⁰² Esta conceção é completamente diferente daquela que sugeriu Ernest Renan, de Nação como sentimento e não apenas como estrutura de Estado. A Nação enquanto “discurso de pertença” proliferando “o desejo de viver em conjunto, a vontade continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos (...) Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda. Ela supõe um passado; ela se resume, portanto, no presente por um facto tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimido de continuar a vida comum”, ver Renan, E. Tradução Glaydson José da Silva. “Documento - Ernest Renan – O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882”. *Revista Aulas*, pp.18-19. Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. No caso citado o sentimento se refere às estratégias de “unidade” que emergem nos combates revolucionários, a exemplo do que aconteceu no Estado francês. Para se vencer um combate é preciso antes de tudo que os sujeitos se sintam ligados uns aos outros, se identifiquem com os mesmos ideais, e minimamente façam parte da “mesma” cultura. “As nações políticas ou cívicas são uma construção racionalista e voluntarista assente numa associação estatal de cidadãos livres, portanto, uma comunidade territorial de direitos civis e valores políticos firmada por um contrato social”, conceções defendidas por Smith e Rousseau. A esse

romântico de ‘espírito do povo’ (Volksgeist) difundiu-se então entre os intelectuais burgueses como uma espécie de dogma⁶⁰³. E ainda, “na verdade, o nacionalismo político moderno, que atravessava o discurso da Revolução Liberal (1820-34) e se prolonga em quase todas as correntes políticas posteriores, não se colocou nunca a questão de afirmar a existência da nação e a sua intrínseca unidade, mas sim a de regenerar da sua presente decadência”⁶⁰⁴.

Nesse sentido, a historiografia portuguesa que se debruça sobre o aspecto identitário, até então - antes da Revolução Liberal de 1820 - elevava uma conceção de espírito mitológico e de heroísmos, oriundos das narrativas literárias. E, posteriormente, a revolução acrescentou ao género o espírito patriótico, adotado numa vertente positivista. Esta última conceção teórica deve-se aos discursos protagonizados nas obras de Alexandre Herculano⁶⁰⁵ e do polígrafo Teófilo Braga.

Na segunda metade do século XIX,

A par de outras temáticas como a Cruzada, os Descobrimentos e a expansão ultramarina, a decadência e o atraso relativamente a outras nações europeias, a definição do herói nacional ou as relações com Castela, o problema da independência de Portugal e a sua permanência histórica constituíram um dos temas-chave da historiografia portuguesa, sobretudo a partir da revolução liberal de meados do século XIX. Tornou-se, de resto, numa das referências fundamentais na legitimação histórica do Estado português. O tema da formação de Portugal foi tratado em múltiplas perspetivas, tendo em conta, não raro, a questão das origens étnicas dos Portugueses, a autonomização do Estado no século XII, o território, a construção da nação e a sua continuidade no tempo⁶⁰⁶.

Na mesma época apareceram os discursos republicanos, protagonizados pelas elites, que vinculavam uma tímida “nacionalização das massas”, com os respectivos modelos de cidadania, cultuando símbolos nacionais, a exemplo do hino e da bandeira, e revisões conceituais acerca do nacionalismo português. Fatores amplamente divulgados nas escolas primárias e secundárias na altura. Tais aspetos, em verdade, eram estratégias que vislumbravam a fusão entre o patriotismo e o republicanismo⁶⁰⁷.

respeito ver Ribeiro, R. (2004) “A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo”. *Cadernos do Noroeste. Série sociologia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 85-96 Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5646>. A autora destaca também a conceção de possibilidade de identidades plurais, diante dos “círculos concêntricos da identidade” defendidos por Smith, quando dizia ser possível um sujeito ter sentimento de pertença múltipla, “ser-se português e europeu; basco, espanhol e europeu; sami, finlandês e europeu”. Ver Smith, A. D (1999). *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Ed. Celta, Oeiras, Lisboa, pp. 212-214.

⁶⁰³ Mattoso, J. (2003). *A identidade nacional*, Gradiva – Fundação Mário Soares, Lisboa, p.13.

⁶⁰⁴ Pinto, cit..., p.233.

⁶⁰⁵ Herculano, Al, (1875). Lopes, D. (dir.). História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III - 1810-1877, 8ª ed. Definitiva, Ed. Aillaud & Bertrand. Lisboa.

⁶⁰⁶ Matos, cit..., p. 124.

⁶⁰⁷ Ver Teixeira, N. (1996) *O Poder e a Guerra*, 1914-1918. Estampa, Lisboa. Apud Pinto, cit..., 239.

A partir dos finais do século XIX, a identidade nacional passa a ser alvo de debate devido, sobretudo, à difusão da imprensa. É importante lembrar, ainda, que essa identidade nacional é algo que, diante dos acontecimentos históricos - transição da Monarquia para República, - passa a ser construída. Não se trata, portanto, de algo natural, como divulgavam alguns autores nacionalistas à época⁶⁰⁸. As nações e as concepções de identidade são construídas a partir de um contexto e de um ideário que se estabelece em seu entorno:

As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido por muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes⁶⁰⁹.

Posteriormente, no Estado Novo e no período ditatorial vivido em território luso e nas colónias de Portugal, a concepção de identidade que passou a ser implantada pelo regime constituía uma fusão entre Nacionalismo e Colonialismo, ou “Novo” colonialismo imperialista. As colónias portuguesas, na altura, passaram a ser conceituadas como “províncias ultramarinas”. Fomentava-se, portanto, por parte do Estado, a concepção de um Estado “uno e indivisível”. “A ‘nação’ transmutava-se em ‘pluricontinental’ e ‘pluri-racial’, e o ser português tornava-se inclusivo, étnica e culturalmente, com o cimento unificador da civilização cristã”⁶¹⁰. Com isto, o Estado Novo lançava as primeiras ideias de uma comunidade portuguesa integrando as colónias num espaço económico comum. Para tanto, fazia uso da imprensa nacional, através das publicações oficiais do SPN – Secretariado da Propaganda Nacional - aparelho de propaganda do Estado Novo⁶¹¹.

Após a década de 1980, com a nova fase de democratização e a inserção do país na Comunidade Europeia, os portugueses se viram diante de questões contextuais que “alteraram” a concepção identitária que tinham até então. Primeiro, com a adesão à CEE inaugura-se uma nova fase nas estruturas do país, um novo ciclo de crescimento e mudança social, no qual Portugal passou por uma significativa expansão urbanizacional embora o país permaneça, nesses aspectos, abaixo da média Europeia. Houve na altura, portanto, uma desagregação da sociedade rural, e os portugueses, ao contrário do que acontecera na década de 1970, passaram a imigrar internamente, e não mais para

⁶⁰⁸ Ver Mattoso, cit..., pp. 21 e 67.

⁶⁰⁹ Ver Hobsbawm, E. (1998). História nacional construída. *Em: Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. Companhia das Letras, São Paulo, p.285.

⁶¹⁰ Pinto, cit..., 241.

⁶¹¹ No Brasil também viu-se essa estratégia ideológica de publicitar as ideias do Regime Ditatorial, por intermédio dos órgãos de Imprensa Nacional, criado pelo regime. Nos referimos ao SNI, já citado anteriormente, quando mencionamos os Departamentos criados pelo Regime Militar, que tinham a função de fiscalizar e censurar as ideologias contrárias ao Regime.

o estrangeiro como aconteceu nas províncias do norte e centro do país. Para além deste facto, assistiu-se também à proliferação do mito de que, diante do processo de descolonização vivido após a Revolução dos Cravos, em 1974, a Nação portuguesa não mais poderia contar com o capital das ex-colónias, devendo os portugueses unir-se em torno dos interesses das forças produtivas nacionais, em prol do desenvolvimento do capitalismo luso. Neste sentido, discursos identitários nacionais levantados, por exemplo, pelo PCP- Partido Comunista Português, consolidaram este tipo de opinião pública⁶¹².

Entre as justificativas para a adesão de Portugal à CEE estava a descolonização. Parecia que o país precisava compensar a perda das colónias. Para isto, a saída seria a adesão ao bloco europeu. Assim, a concordância dos portugueses em relação à iniciativa do governo cresceu significativamente: se entre os anos 1980 a 1982 o percentual era de 24.4%, em 1993 cresceu para 65%. Somado a isto, as mudanças na infraestrutura contribuíram para o sentimento que os lusos passaram a ter de “orgulho nacional”⁶¹³.

Contudo, convém lembrar que muitos dos depoentes entrevistados neste estudo, se no passado aprovaram a adesão de Portugal à CEE, como foi verificado em pesquisa anterior, em 2007, quando os ouvimos, demonstravam agora repúdio e desaprovação em relação à moeda única, o euro. É à esta moeda única que eles atribuem a diminuição dos seus respectivos negócios nas feiras e não só à concorrência. Na sua opinião, a diminuição do poder de compra dos portugueses deve-se à substituição do escudo, moeda portuguesa utilizada anteriormente.

O que parece ficar claro entre os teóricos da historiografia portuguesa é a necessidade de a sociedade experimentar todo o processo de democratização e de descolonização, para que passasse a desconsiderar o tempo passado⁶¹⁴ como uma “idade de ouro”. A partir dos conflitos e de suas “perdas”, a sociedade portuguesa passou a sustentar uma outra concepção de História e de identidade nacional. Como afirma Mattoso,

A História passou, então, a poder narrar um passado real, com ganhos e perdas, com avanços e recuos, fidelidades e traições, sucessos e insucessos, unanimidades e contradições; e, apesar de tudo, como um passado constitutivo da coesão nacional, pelo simples facto de ser um passado comum e de resultar de uma experiência vivida em conjunto ou tornada memória coletiva. É possível que as

⁶¹² Pinto, A. C. e Monteiro, N. (2005). A Identidade Nacional Portuguesa. Em: Portugal Contemporâneo. António Costa Pinto (coord.). Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 63.

⁶¹³ Bacalhau, M. (1994). *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Heptágono, Lisboa, p. 255.

⁶¹⁴ Pelo passado entendemos que, “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que seja para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” ver Hobsbawm, E. (1998). O sentido do passado. Em: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 22.

transformações a que aludimos tenham também alguma incidência sobre o próprio comportamento habitual dos portugueses⁶¹⁵.

Tendo em consideração estas interpretações identitárias, de que maneira pode-se relacionar identidade nacional com um bloco económico capitalista formado por um conjunto de países que fazem parte da Comunidade Europeia? É possível adotarmos, na atualidade, o mesmo conceito de identidade nacional que foi formulado na época moderna, no século XVIII, com a consolidação dos Estados Nacionais? Em que medida todas essas ideias - nacionalismo, identidade nacional, comunidade europeia, identidade europeia - se articulam com o fenómeno presente da globalização? Certamente que este estudo não dará conta das respostas para estas indagações, não só pela complexidade do tema, mas também por não ser o principal objetivo deste trabalho. Entretanto, ousamos fazer algumas reflexões em torno deste debate. De acordo com a historiadora Anne-Marie Thisse, pertencente à escola da “Construção Nacional”, a nação não é um dado inato, mas socialmente construído⁶¹⁶. Isto também já havia dito o historiador Terence Ranger em relação à ideia de nacionalismo adotada pelos imperialistas europeus durante o processo de colonização africana, um nacionalismo “forjado” pelos interesses ideológicos de dominação de um povo em relação a outro: “os colonizadores basearam-se nas tradições europeias tanto para definir quanto para justificar sua posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais foi, às vezes, possível incluir os africanos”⁶¹⁷.

Para Thisse, a globalização, o avanço dos veículos de comunicação com a ferramenta da internet, promovem por um lado o estreitamento das distâncias e os intercâmbios culturais⁶¹⁸, e por outro são também responsáveis pela expansão de uma nova dinâmica de imperialismo económico, que se configura no poder das multinacionais e na mobilidade do capital financeiro não restrito às

⁶¹⁵ Mattoso, cit..., pp. 60-61

⁶¹⁶ Thisse, A. (2000) Identidade Europeia. Em: *A criação das Identidades Nacionais. Europa séculos XVIII-XX*. Tradução Sandra Silva: Temas e debates, Lisboa, pp. 277-280.

⁶¹⁷ Ranger, T. (2002). A Invenção da Tradição na África Colonial. Em: Hobsbawm, Eric. Ranger, T (orgs). *A Invenção das Tradições*. 3ª Ed.: Paz e Terra, Rio de Janeiro p. 219.

⁶¹⁸ Pensamos ser incontestáveis as benfeitorias que a nova tecnologia tem trazido para Portugal e todos os países envolvidos nesse processo global. Entretanto, concordamos com não só com a autora quanto aos impactos causados pela mundialização dessa cultura, como também com o também historiador Vitorino Godinho, quando o mesmo traz uma preocupação atual, em seu texto Sistema de Património Cultural, em que critica a preocupação dos governos em investimentos tecnológicos que atendem aos interesses mercadológicos, enquanto os investimentos numa Educação básica de qualidade, minimizando os índices de analfabetismos, com iniciativas culturais conexas, não são alvo de investimentos. A esse respeito ver: Godinho, V. M. (2010). Sistema de Património Cultural. Em: *Os Problemas de Portugal Mudar de Ruma*. Edições Colibri, Lisboa, p. 73 e ainda reflexões sobre a “Cultura Europeia”, objeto político não identificado, acordos sobre as Comunicações na nova ordem da CEE. Ver Matterlart, A. (2005). O mercado da televisão sem fronteiras. Em: *Diversidade Cultural e Mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo pp. 116-118.

possibilidades de controlo da produção e distribuição da riqueza por parte dos Estados. Assim, sobre a relação estabelecida entre a CEE, a globalização e a ideia de identidade coletiva, a autora argumenta:

A Europa cria uma estrutura destinada a responder aos desafios da economia mundial. A sua conceção deriva dos Estados. A E.U. promulga regras comunitárias, instaura no seu território a livre circulação de pessoas e bens, emite uma moeda, tem um parlamento e um executivo. Falta-lhe, em contrapartida, tudo aquilo que corresponde à Nação: uma identidade coletiva⁶¹⁹, a ligação de um território comum, o ideal partilhado de uma fraternidade solidária. No atual estado das coisas, os Europeus parecem estar tão providos de identidade nacional quanto desprovidos de identidade europeia⁶²⁰.

Sem a intenção de simplificar os factos e tendo em conta tudo o que foi até aqui exposto a respeito da formação da identidade portuguesa, temos que considerar que a História de Portugal, desde a sua origem, passando pela fase de expansão e conquistas, foi marcada pela simbiose entre muitos povos. Presentemente, diante de sua inserção na Comunidade dos Estados Europeus e de outros processos associados à globalização, tem recebido um número cada vez maior de imigrantes, facto que tem promovido a hibridação cultural deste país “pluricontinental”⁶²¹. Logo a identidade portuguesa acaba por ser (re) inventada a todo momento.

Diminuindo a escala de análise e abordando as mesmas questões em relação à região minhota, concordamos com Fernandes que,

(...) Não podemos deixar de associar à identidade portuguesa um processo que foi, antes de mais, territorial: de expansão de soberanias; de alargamento de horizontes; de edificação de uma fronteira cultural que constitui o estado-nação português⁶²².

Tratar da identidade minhota contemporânea em Portugal é considerarmos, sobretudo, a diversidade cultural que o território luso possui e os desequilíbrios regionais presentes ao longo da História, e que ainda são inerentes ao processo de urbanização e modernização, incluindo processos migratórios inter-regionais.

Com a urbanização pós década de 1990, vinculada à inserção de Portugal na CEE, muitos Concelhos e capitais dos distritos passaram a ser opção de morada dos munícipes das aldeias⁶²³. Estas

⁶¹⁹ Entendemos que a Identidade Coletiva é como define Taylor formada a partir dos aspectos sociais, sendo portanto identidade social coletiva. A esse respeito ver: Taylor, C. (1994). Identidade. Em: *Multiculturalismo examinando a política de reconhecimento*. Charles Taylor (org.). Tradução Marta Machado: Instituto Piaget, Lisboa, PP. 166-168.

⁶²⁰ Thisset, cit..., p. 280.

⁶²¹ “Pluricontinental”, termo apropriado de Moreira, F. A. T. (2006), “Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade”, *Revista de Letras (Vila Real), Série II, N. 5, Dez*: 165-172.

⁶²² Fernandes, J. L. (1999); “Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: a integração na Europa e no Mundo”; Em *A Identidade Portuguesa*, Cadernos de Língua e Cultura Portuguesas; Série História e Geografia, nº1; Faculdade de Letras, Coimbra, p.5.

idades, por sua vez, passaram a ter características de sustentabilidade e de desenvolvimento, como é o caso de instalações de equipamentos comerciais de consumo que se estabelecem nesses territórios readequados à nova dinâmica citadina:

Portugal é um país onde, ao mesmo tempo em que o consumo de território ganha exigências de qualidade, a deixar antever uma transição para um ciclo de desenvolvimento mais elaborado e completo, também encontramos territorialidades características de uma população que entrou há pouco na sociedade de consumo: as geografias urbanas portuguesas estão marcadas por este facto são as “lojas de trezentos”, são os hipermercados, é a excessiva utilização do automóvel particular, apenas para citar alguns exemplos⁶²⁴.

Tal “desenvolvimento” nessas cidades, em relação a outros sítios mais distantes, repercute-se em níveis de desenvolvimento heterogêneos, causando diferenças regionais. Sabemos que esse desequilíbrio regional em Portugal, assim como ocorre no Brasil, se acentua em decorrência dos processos de ocupação e de divisões regionais ao longo da própria História.

Assim, convém lembrar que, desde os primórdios, a própria determinação e definição dos lugares e das divisas geográficas que conceberiam as regiões Nordeste⁶²⁵ no Brasil e Minho em Portugal foram conflituosas. Tanto é assim que, até hoje no Brasil, por exemplo, as pessoas que migram do Nordeste para a região sul são chamadas de nordestinos, ou vindos do Nordeste. No caso do território luso verificamos o mesmo fenómeno, uma vez que a definição da região como Minho só foi de facto concretizada pela da reforma administrativa ocorrida em 1936. Antes disso, após o período revolucionário de 1832 é que a Região do Minho passa a ganhar viabilidade enquanto divisão natural. Apesar da reforma administrativa de 1936, os minhotos não sabiam ao certo a que região pertencia, o que acabava por gerar conflitos em relação às suas identidades territoriais. Somente com a Constituição de 1976, após o 25 de Abril, é que, ao menos no vocabulário administrativo, esta região passou a ter respaldo jurídico enquanto região⁶²⁶.

⁶²³ Cardoso, A. e Silva, M C. O Rural-Urbano na Região Minhota. (Des) Continuidades, assimetrias e dependências. Em: *Minho. Traços de Identidade*. Paulo Pereira (Coord.) Braga: Universidade do Minho, 2009. pp. 636-669. Acedido em 21 de Fevereiro de 2011, em: http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_2131/20090327429152283779.pdf.

⁶²⁴ Fernandes, cit..., p. 11

⁶²⁵ Região que sediou a primeira fase do processo de colonização portuguesa. Em 1963, o IBGE passou a considerar a região Nordeste, com uma das cinco regiões pertencentes a Federação Brasileira. A região se apresenta como a maior em população e extensão territorial do país, e conta com nove estados pertencentes a mesma. Dentre elas os três estados onde se localizam as feiras investigadas no presente estudo: estado da Paraíba (cidade de Campina Grande), estado de Pernambuco (cidade de Caruaru) e Bahia (cidade de Salvador, capital do estado). Sobre características gerais da Região Nordeste, acedido em 21 de Fevereiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil,

⁶²⁶ Até 1824 a região ainda não tinha sido formada. Na verdade não era considerada nem como Província, embora já existisse em termos territoriais. Região que atualmente se define como Noroeste Português, sedia 23 concelhos. Dentre eles os três que compõem este estudo. Sobre as características gerais da região acedido em 21 de Fevereiro de 2011, em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Minho_\(prov%C3%ADncia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Minho_(prov%C3%ADncia)).

Enfim, o Minho nomeia atualmente, da forma abreviada, uma região que antes se chamava, com mais propriedade Entre-Douro-e-Minho, tomando, pois como referentes dois cursos de água, como se fosse habitada por povos sem nome ou sem que entre eles houvesse um que fosse dominante. O que dizemos de Entre-Douro-e-Minho pode, afinal ser verdadeiro para todo o território nacional. O poder político ignorou sempre os povos que viviam nos territórios onde acabou por dominar⁶²⁷.

Mesmo com a “criação” oficial da região do Minho e as demais regiões, o desequilíbrio regional em Portugal, como ocorre no Brasil, é visível. “As condições geoclimáticas levam a distinguir o Norte, o Centro e o Sul de onde se destacam os territórios portuenses e lisboeta”⁶²⁸. Assim, Portugal torna-se conhecido pelas suas diferentes áreas: “um Norte populoso, acidentado e conservador, o Atlântico e a sua influência e ‘um sul de habitat aglomerado, plano e progressivo’, o Mediterrâneo e a sua demonstração”⁶²⁹. Logo, as diferenças sociais e econômicas entre as regiões do Algarve, e todo o perímetro de Lisboa são incontestáveis gerando problemas, nesses sítios, quanto ao acúmulo populacional diante das elevadas taxas de emigração interna e externa. Simultaneamente criam-se as dependências de uma região em detrimento de outra, em nome de uma “suposta” unidade e uniformidade cultural. Como afirma Mattoso,

(...) Dito de uma forma simplificada, e não tendo em conta os fenómenos sociais, poder-se-ia dizer que a aparente uniformidade cultural portuguesa esconde a dominação do Sul pelo Norte depois de o Estado português se ter apropriado da cultura do Norte⁶³⁰.

Contudo, acreditamos que seja nas identidades dos brasileiros, nordestinos, ou de outras regiões, como também dos portugueses, minhotos ou não, que as construções identitárias dos sujeitos se dão como processos de invenções, como bem esclareceu Hobsbawm, e ainda no contacto com o outro respeitando as diferenças de quem somos. A alteridade é que nos define. “A busca do outro talvez seja o caminho pelo qual cada um de nós consegue chegar a si próprio. Para aproximarmos-nos àquilo que somos temos de passar pelo outro”⁶³¹. Para além deste facto, é bom lembrar que o contacto com o outro promove também a possibilidade de simbiose, de hibridismo. Foi assim no passado. No

⁶²⁷ Mattoso, cit..., pp.44-45

⁶²⁸ Godinho, cit..., 90.

⁶²⁹ Martins, cit..., p. 68.

⁶³⁰ Mattoso, cit..., p.6

⁶³¹ José Saramago citado por Blockeel, Francesca, *Literatura Juvenil Portuguesa: Identidade e Alteridade*, Lisboa: Caminho, 2001, apud, Moreira, cit..., p. 171. E ainda, sobre a respeito da concepção teórica da identidade atual. Ver: Barbalho, A. Cultura e Diferença: alguns apontamentos teóricos (e políticos). Em: Ramos, Natália e Rubim, A (orgs.). (2008). Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal. Coleção Cult.: EDUFBA, Salvador pp. 303-319. O autor destaca a relação estabelecida entre Identidade, Alteridade e Autenticidade: “ (...) A identidade e a alteridade são interdependentes e produzidas em um mesmo processo. Seus sentidos não são fixos e relativizam as noções de “autoridade” e “autenticidade” culturais.” lb dem, p. 304.

contato entre os povos colonizados e os colonizadores. E hoje, com a Globalização e o encurtamento das distâncias, essa miscigenação tem-se expandido ainda mais. A identidade cultural dos sujeitos na atualidade é fundamentada nos hibridismos⁶³², que resultam da conciliação em torno da diversidade cultural⁶³³ dos povos, evidenciadas na circularidade cultural entre o global/ local⁶³⁴:

A diversidade cultural e a pluralidade de pertencimentos obrigam a recusar as identidades fechadas. As identidades só ganham pleno sentido desde que estejam abertas e disponíveis para dar e receber, e para assegurarem um permanente diálogo entre a tradição e a modernidade⁶³⁵.

Ainda em relação ao aspecto identitário, ressaltamos que estamos diante de realidades múltiplas, que significam posturas múltiplas também em relação ao cotidiano, o que acaba por influenciar as identidades plurais evidenciadas na pós-modernidade. Com efeito, percebemos que a complexidade da vida moderna exige que se assumam identidades diferenciadas que entram em conflito constantemente. Nesse sentido, ao invés de se pensar sobre identidade como um facto já concluído, devemos pensar sobre identidade como uma ‘produção’ que nunca está completa, que está sempre em processo, sempre constituída dentro e não fora da representação, isto é, do discurso. Ou ainda, conforme Parmar, “as identidades nunca são fixas, mas complexas, diferenciadas e constantemente re-posicionadas”⁶³⁶.

Com a pós-modernidade, chega-se ao consenso⁶³⁷ de que as concepções que se tem sobre identidade não são nunca singulares, mas multiplamente construídas em discursos, práticas e

⁶³² Nos apoiamos no conceito de Híbrida Cultural adotado por Canclini, N. G. (1990). *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo, México.

⁶³³ O termo Diversidade Cultural tem sido alvo de modismo, quando se refere a temática da Globalização. Devemos estar atento para o emprego do termo, afim de não utilizarmos inequivocamente. A respeito dessa reflexão ver Cavalcanti, B C. (2008). *Narrativas de Cultura e Movimento dos atores*. Em: *Transversalidade da Cultura*. Linda Rubim & Nadja Miranda (orgs.). Coleção Cult: EDUFBA, Salvador pp. 79-91. Quanto ao conceito de diversidade cultural, o autor se pronuncia: “ A diversidade cultural, portanto, envolve vários níveis de interesse e de participação. Tanto pode ser moeda de apropriação demagógica da diferença quanto um espelho das reivindicações por direitos que se produzem em espaços de discussões e nas manifestações de ruas. Enfim, pode representar uma infinita gama de possibilidades para o advento de micropolíticas quotidianas onde, à sua maneira, cada grupo ou sujeito concebe seu estar no mundo com uma singularidade que se mostra, e se monta, neste mesmo processo, levando à construção e reconstrução de identidades e identificações culturais muitas vezes reivindicadoras de novas ortodoxias culturais” *Ibidem* p. 85.

⁶³⁴ Reflexões sobre a circularidade global/local. Ver Mattelart, A. (2005). *As armadilhas do Relativismo Cultural*. Em: *Diversidade Cultural e Mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo, pp. 105-107.

⁶³⁵ E continua: descrevendo os significados de tradição e modernidade, destacando a relação entre ambas e portanto o hibridismo: “ (...) Tradição deve significar dádiva, entrega, gratuidade. Modernidade significa o que em cada momento acrescentamos à herança recebida (...) A novidade resulta sempre desse rico diálogo entre o que recebemos e o que criamos (...) as casas, os lugares, as regiões, os povos, as nações tem um espírito, sempre feito de diferenças e de complementaridades”. Martins, CIT..., p. 250.

⁶³⁶ Parmar, P. (1990). *E black Feminism: The politics of articulation*. Em: *Identity: Community, Culture, difference*. Rutheford, J. (ed.): Wishart, London, p. 101.

⁶³⁷ Embora seja de facto consenso, sobretudo para os adeptos dos Estudos Culturais. Há, no entanto uma preocupação em torno dessa concepção multifacetada de mundo, diante de tanta desarticulação e dispersão que acabam por multifacetar

posições que podem cruzar-se ou serem antagônicos. As identidades estão, portanto, sujeitas à historicização radical⁶³⁸, em constante processo de transformação e mudança. Por outro lado, “a Globalização Cultural tem causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas”⁶³⁹. No caso específico dos sujeitos investigados, vemos os feirantes como pertencentes a uma classe social, a qual surge no instante em que eles se dão conta da sua representatividade como categoria histórica e analítica. As experiências desses sujeitos, que são rememoradas por meio da memória coletiva, dizem como esses homens e mulheres viveram e vivem, evidenciando as relações sociais⁶⁴⁰ de que são agentes, bem como o contexto cultural em que estão inseridos. Neste sentido, vemos os feirantes portugueses e os brasileiros a partir de suas realidades específicas, de acordo com seus valores culturais e suas experiências coletivas, tendo em consideração que a formação da classe não ocorre de maneira isolada. A classe é uma categoria histórica, que teve sua formação a partir das experiências sociais e culturais, onde ocorre uma relação dialética entre a economia, os valores, elementos culturais e os materiais existentes. Para entendermos os discursos anunciados pelos feirantes e fregueses, é preciso considerarmos a relação dialética existente entre a experiência deles e a consciência social⁶⁴¹. Contudo, consideramos que estas experiências são determinadas pelo ser social, pelo lugar que esses sujeitos ocupam dentro das estruturas, das relações humanas no mundo material.

Relacionado à nossa temática, quanto à realidade das feiras analisadas, perceberemos que essa característica identitária plural da pós-modernidade também está presente, tendo em vista existir uma troca de posicionamentos, de posturas em relação aos lugares que se ocupam. Assim, a concepção que se tem das feiras é diferenciada para o feirante e para o freguês, tomando por base o seu posicionamento no local. No entanto, tal concepção muda quando se altera também o lugar de onde se está falando. Além disso, também percebemos que, diante da abertura política vivenciada em

também as identidades coletivas. A esse respeito ver: Geertz, C. (2001). *O Mundo em Pedacos: Cultura e política no fim do século*. Em: *Nova Luz sobre a Antropologia*. Tradução Vera Ribeiro: Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro pp. 191-228.

⁶³⁸ Ver Hall, S. Quem precisa da identidade? Em: Silva, T. T. da (Org.). (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Vozes, Petrópolis-RJ, p 103-133. Sobre a multiplicidade das identidades Hall destaca: “ (...) não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando em processo de mutação e transformação” Idem, p. 108.

⁶³⁹ Ver Hall, S. (2003). A questão multicultural. Em: Sovick, L. (Org.). *Da Diáspora- Identidades e mediações culturais*. Editora da UFMG, Brasília, p. 59.

⁶⁴⁰ Ver Thompson, E.P. (2001). “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”, em *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Editora da Unicamp, Campinas, p. 277.

⁶⁴¹ Ver a concepção de experiência e consciência social de Thompson em Desnan, S. (1995). “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”, Em: Lynn Hunt (ed.). *A Nova História Cultural*, Martins Fontes, São Paulo, pp.73.

Portugal com a nova inserção do país na CEE⁶⁴², como já observamos anteriormente, pessoas de nacionalidades e de naturalidades diferentes começaram a transitar com maior facilidade em território luso, trazendo consigo não só os seus costumes, mas também produtos de origens diversas para serem comercializados nas feiras minhotas. Esse facto foi intensificado com a globalização⁶⁴³ e o neoliberalismo, influenciando as mudanças de hábitos e de vida desta sociedade, acarretando mudanças de posturas e de perfis identitários. Nos referimos, sobretudo, à presença dos chineses, dos africanos, dos portugueses de regiões diversas que migraram para a região noroeste do país, dos ciganos⁶⁴⁴, que com uma etnia múltipla, diversa, mesmo que possuam a nacionalidade portuguesa, se apresentam de forma diferente nos sítios onde se fazem as feiras.

Mas de que formas esses feirantes e fregueses se apresentam nas feiras contemporâneas? De igual maneira, dos dois lados do Atlântico? E o período 1986-2007, de que modo influenciou a construção dessas identidades? Quem são os protagonistas destas feiras contemporâneas? Quais são suas origens? Estas são impactantes na construção das identidades clivadas? A que sítios pertencem? E as mulheres, como se apresentam na dinâmica das feiras atuais? Sempre desenvolveram os mesmos papéis que atualmente? E os homens, as suas posturas são diferenciados? Quais são as atividades exercidas por elas e eles nas feiras da atualidade? Ainda passam por uma questão de género, como foi no passado? Em que medida os feirantes e fregueses “trocam” de lugares, promovendo a hibridação identitária? As categorias feirantes e fregueses existem de maneira isolada ou se relacionam entre si? Os feirantes se reconhecem como pertencentes a uma determinada categoria social, defendendo os interesses coletivos, ou estão preocupados com interesses particulares? Estas são algumas das questões que levantamos aos nossos entrevistados e que acreditamos estarem relacionadas direta ou indiretamente com as práticas culturais e identitárias evidenciadas em torno das feiras pesquisadas, e com as quais dialogamos, seja na região minhota portuguesa, ou nordestina brasileira.

⁶⁴² Ver Alves, J. (2005). Feiras e mercado interno na História contemporânea: algumas notas avulsas. Em: Actas do 3º Encontro de História. *Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea. Terra e Terra, N. 31*. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, pp. 155-165.

⁶⁴³ Ianni, O. (2007). A Aldeia Global. Em: *Teorias da Globalização*. 14ª Ed.: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, pp. 117-142.

⁶⁴⁴ Esta apresentação divergente se dá no ritual de “fazer” a feira acontecer, nos seus gestos, nas formas de chamar atenção do cliente, nas formas de “regatear” os preços, de convencer os clientes a comprar os seus produtos, na indumentária, vestimenta com que se portam, dentre outros aspectos.

6.4 – Feira lugar “desterritorializado”: origens plurais dos feirantes e fregueses

(...) Nação refere-se tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso - a *natio* - uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento⁶⁴⁵.

As feiras constituem, na atualidade, espaços de imbricação de diversas territorialidades, em virtude de sua composição incluir origens múltiplas, que vão desde as mercadorias expostas, até os sujeitos que nelas transitam. Esta multiplicidade quanto às origens dos produtos e dos sujeitos enseja o que denominamos anteriormente de identidades multifacetadas, ou identidades plurais. Tal dinâmica será tratada neste texto a partir dos protagonistas deste lócus de convivência plural.

A multiplicidade dos agentes está presente em todas as feiras investigadas neste estudo. Em território luso e em solo brasileiro observamos diversidade na origem (naturalidade e morada) dos que as frequentam. A constatação desta variedade verifica-se não só nas estatísticas dos dados coletados, mas principalmente nos aspectos visíveis que giram em torno do ecletismo das aparências dos sujeitos, na multiplicidade das tonalidades de suas peles, nas falas que misturam idiomas e sotaques, ou seja, aparências diversas no vestir, no falar e nas experiências contadas em seus depoimentos, que traduzem a diversidade das relações humanas⁶⁴⁶. A tal constatação também chegou Joel Anunciação, comunicador e feirante brasileiro há 13 anos, em entrevista concedida a um impresso baiano:

Tem mistura de muita gente, de todas as raças, de todas as graças, de todos os credos, de todas as cores. Mistura de gente, pois aqui ninguém é melhor, ninguém é pior. (...) A feira é de todos, foi Deus quem nos deu! (...) Às cores das pessoas, se misturam as cores das frutas frescas, dos legumes e das hortaliças. Cores das carnes, dos cereais, da farinha de mandioca... cores das cerâmicas, dos artesanatos, das flores⁶⁴⁷.

Nesse contexto, as feiras, na contemporaneidade, são territórios que podem, num certo sentido, ser classificados como desterritorializados. Promovem formas de sociabilidade inerentes a espaços formados por multidões populares com objetivos múltiplos — de compra, venda, pesquisa, barganha, passeio, encontro, desencontro, entre outros, fazendo da feira lugar catalisador de agentes sociais plurais. Como nota Mascarenhas,

⁶⁴⁵ Brennan, (1990). T." *The national longing for form*. Em Bhabha, H. (org.). *Narrating the Nation*: Routledge, Londres, p. 45. Apud, Hall, S. (1998). A identidade em questão. Em: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Loura. 2. ed; DP&A, Rio de Janeiro, p. 60.

⁶⁴⁶ As relações humanas presentes da Feira soteropolitana foram citadas pelas autoras no texto, Quirino, F. e Mattedi, M R. (2006). “A Feira de São Joaquim”. *Revista acadêmica da UNIFACS*. Vol.10, N. 1, pp. 1-11. Em: «www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/.../20/15» Acedido em 28 de Fevereiro de 2011.

⁶⁴⁷ Vem que te mostro, freguês (2001, 27 de Janeiro). *Correio da Bahia*. Salvador.

Progressivamente, as feiras se tornaram territorialidades populares. Territórios formatados pelos sectores hegemónicos para a realização da mercadoria, mas que por aglomerar multidões resultaram em expressivos espaços de sociabilidade. Uma sociabilidade alternativa ao projeto dominante, que se desenvolve marginalmente, nos interstícios destes territórios “económicos”, como uma luta criativa contra a norma⁶⁴⁸.

Mas qual a origem desses personagens que transitam no universo das feiras investigadas? De onde são os feirantes e de onde vêm seus fregueses?

Iniciamos lembrando que os formatos quanto ao funcionamento das feiras são diferenciados. Tal característica faz com que múltiplas sejam também as moradas e as naturalidades dos feirantes e fregueses. Se, no Brasil, as feiras nordestinas investigadas funcionam diariamente nos mesmos lugares, em Portugal como um todo, seja no norte, centro ou sul, as feiras acontecem diariamente também, mas em sítios diferentes. Logo, ao contrário do que ocorre no Brasil, seus feirantes são itinerantes e os fregueses são fixos (moradores da sede do Concelho), e também itinerantes (com moradas diversas). Entretanto, convém lembrar que, no caso da feira de produtos importados e da Sulanca em Caruaru, também se verifica fenómeno semelhante das feiras lusitanas, ou seja, quando feirantes e fregueses são itinerantes.

As observações acima não implicam que as identidades plurais estejam vinculadas apenas aos feirantes portugueses e aos brasileiros que exercem sua atividade nas feiras da Sulanca e de importados na feira de Caruaru, enquanto os fregueses que frequentam todas as feiras investigadas, em virtude de serem fixos, possuem identidades unas. O que torna as identidades plurais são os impactos nos sujeitos, decorrentes das dinâmicas de convívio e de sociabilidade, elementos responsáveis pela simbiose cultural peculiar na contemporaneidade. Os resultados apresentados nas tabelas a seguir são um demonstrativo da diversidade existente em relação às naturalidades dos feirantes e dos fregueses entrevistados neste estudo. Nelas podemos observar a multiplicidade dos lugares e, portanto, de suas respetivas origens tanto em Portugal como no Brasil.

⁶⁴⁸ Mascarenhas, G. (2008/Agosto) “Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea”. *Ateliê Geográfico*, v. 2, n. 4. Goiânia, pp.74-75.

Tabela 36 – Demonstrativo da naturalidade dos feirantes nas feiras investigadas (Locais e quantitativo)

NATURALIDADE	PORTUGAL	NATURALIDADE	BRASIL
	PERCENTUAL		PERCENTUAL
Braga	15%	Campina Grande – PB	15%
Barcelos	10%	Caruaru – PE	10%
Ponte de Lima	7%	Salvador – BA	7%
Póvoa do Varzim	5%	Lagoa Seca – PB	5%
Porto	5%	Alagoa Nova – PB	5%
Maia	5%	São Joaquim do Monte – PE	5%
Valença	3%	Simão Dias – SE	3%
Val-de-vez	3%	Santo António de Jesus – BA	3%
Amarante	3%	Nazaré da Farinha – BA	3%
Paradela	3%	Patos – PB	3%
Vila Verde	3%	Queimadas – PB	3%
Vila Nova de Famalicão	2%	São Paulo – SP	2%
Seixal	2%	Ingá – PB	2%
Penafiel	2%	Esperança – PB	2%
Lisboa	2%	Toritama – PE	2%
Gilmonde	2%	Garanhuns – PE	2%
Silveiros	2%	Águas Belas – PE	2%
Remelhe	2%	Recife – PE	2%
Amares	2%	Vitória de Santo Antão – PE	2%
Viana do Castelo	2%	Serra Talhada - PE	2%
Monte Zelos (Vila Real)	2%	Ipojuca – PE	2%
Monção	2%	Bonito – PE	2%
Felgueiras	2%	Canaragibe – PE	2%
Frandeiras	2%	Itabaianinha – SE	2%
Chaves	2%	São Gonçalo do Campo – BA	2%
Melgarço	2%	São Braz – AL	2%
Vila do Conde	2%	Valença – BA	2%
Vila Chã	2%	Arara – BA	2%
Santo Tirso	2%	Muritiba – BA	2%
Gondomar	2%	Feira de Santana – BA	2%
Rio Mau	2%	Bom Jesus dos Pobres – BA	2%
Vila Nova de Gaia	2%		
Mesão Frio	2%		
Total	100%	Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Tabela 37 – Demonstrativo da naturalidade dos fregueses nas feiras investigadas (Locais e quantitativo)

NATURALIDADE	PORTUGAL	NATURALIDADE	BRASIL
	PERCENTUAL		PERCENTUAL
Barcelos	12%	Salvador –BA	22%
Braga	8%	Campina Grande-PB	12%
Ponte de Lima	8%	Caruaru – PE	12%
Guimarães	7%	Aracajú – SE	5%
Porto	7%	Recife-PE	5%
Covilhã	5%	Barra de Guarabira – PE	3%
Vila Nova de Famalicão	5%	João Pessoa-PB	3%
Vila Conde	5%	Lagoa Seca-PB	3%
Aver-o-mar	3%	Pilar-PB	3%
Lisboa	3%	São Paulo-SP	3%
Mirandela	3%	Bonito – PE	2%
Montalegre	3%	Caicó – RN	2%
Póvoa Varzim	3%	Cachoeira -BA	2%
Avelada	2%	Esperança-PB	2%
Angola	2%	Estados Unidos da América	2%
Arco Zelo	2%	Fagundes-PB	2%
Brasil	2%	Fortaleza-CE	2%
Bagunte	2%	Guarabira – PB	2%
Ferreiró	2%	Ipiauí -BA	2%
Funchal	2%	Palmares – PE	2%
Gondomar	2%	Paratinga -BA	2%
Maia	2%	Patos-PB	2%
Melgaço	2%	Petrolina-PE	2%
Moure	2%	Rio de Janeiro-RJ	2%
Penafiel	2%	São Luiz -MA	2%
Romênia	2%	Santa Antonio de Jesus –BA	2%
Viana Castelo	2%	Serra Redonda-PB	2%
Vila Real	2%		
Vila Nova de Gaia	2%		
Total	100%	Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Na vida quotidiana das cidades, sejam elas metrópoles ou não, vê-se uma multiplicidade de sujeitos. Percebemos os diferentes lugares de busca pela sobrevivência dos múltiplos grupos sociais que nelas transitam. As feiras representam um desses lugares de sobrevivência e de encontro de

diferentes estratos sociais, e, neste sentido, expressam a diversidade da sociedade contemporânea. De acordo com Brumes, “As cidades são dinâmicas e representam a expressão material da organização e mudanças das promovidas pela sociedade; elas são um produto das relações humanas, transformando-se quando a sociedade se transforma”⁶⁴⁹. As feiras também representam, como já foi dito, lugares de encontro, de troca e da vivência coletiva⁶⁵⁰.

Para ilustrar a afirmação de que as feiras aglutinam a diversidade identitária e cultural, expressam a sociedade no que tange às diferenças sociais, analisaremos os exemplos das feiras de Campina Grande, no Brasil, e de Barcelos, em Portugal, embora consideremos que as demais feiras investigadas neste estudo também apresentam estas mesmas características. Se começarmos a observação das cidades de Campina Grande e de Barcelos pelo seu contexto geográfico, verificamos que são dois centros polarizadores, que possuem em torno de si um hinterland com um grande quantitativo de municípios e de freguesias. Este facto contribui tanto para o desenvolvimento das respetivas cidades como para a receção de pessoas de diferentes culturas que transitam em seus espaços, gerando a simbiose antes enunciada. Para ilustrar essa aglutinação geográfica, observemos os mapas que se seguem:

Figura 22 – Mapa Campina Grande e as cidades circunvizinhas

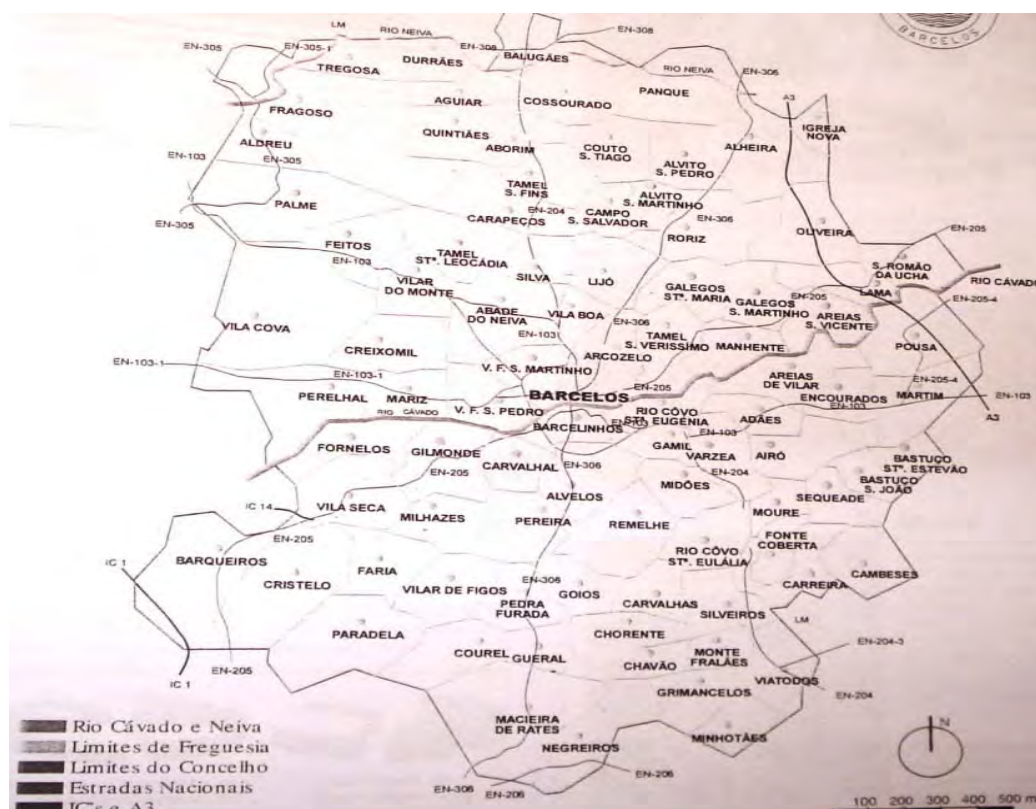


Fonte: COSTA, António Albuquerque da. Mapa 12 Estado da Paraíba- Municípios do Compartimento da Borborema. In: Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 60.

⁶⁴⁹ Brumes, K. R. (2001, março). Cidades (re) definindo seus papéis ao longo da História. Caminhos de Geografia, v.3, n. 1, p. 53.

⁶⁵⁰ Sobre a dinâmica da formação das cidades e sua relação com o comércio já dedicamos, na parte I- Trajetória histórica e concepções das feiras antes dos impactos da globalização, capítulo 1 - O papel do comércio na constituição da rede urbana, pp.61-71 por essa razão não iremos mais nos deter no presente texto. A esse respeito ver: Lefebvre, H. (1991). *O Direito à Cidade.*, Editora Moraes, São Paulo.

Figura 23 – Mapa das freguesias pertencentes ao Concelho de Barcelos (89 freguesias)



Fonte: “Barcelos Freguesias”. *A Nossa Terra- Direnor Lda*. Barcelos, 1999, p.9.

Algumas das falas de quantos convivem na feira de Campina Grande também deixam clara a aglutinação que a feira promove em função da localização da cidade⁶⁵¹. Em Campina Grande, uma feirante da cidade circunvizinha de Esperança declarou: “Trabalhava na feira de Esperança, e o comércio estava fraco, então eu vim para cá, porque aqui tem feira todo dia”⁶⁵². O gerente de feiras e mercados fez uma observação semelhante:

A Feira de Campina Grande é importante porque as pessoas vêm de outras cidades circunvizinhas, muitas vezes não têm condições de sobreviver em suas cidades e vêm para Campina. E é aqui que encontram seu sustento (...)⁶⁵³.

Do mesmo modo, devemos também indicar que a feira de Campina Grande é receptora de “estrangeiros” apresentando diversidade na origem social e, portanto, na representação da sociedade atual e seus segmentos sociais. Um freguês campinense observou que

⁶⁵¹ Sobre a localização de Campina Grande e suas características polarizadoras já mencionamos na apresentação desta tese, pp.39-42 por essa razão não iremos nos aprofundar mais nesse ponto, mas apenas esclarecer que o facto de Campina Grande polarizar uma região, o Planalto da Borborema, da origem a uma maior quantidade de “forasteiros” na cidade adotando os intercâmbios culturais.

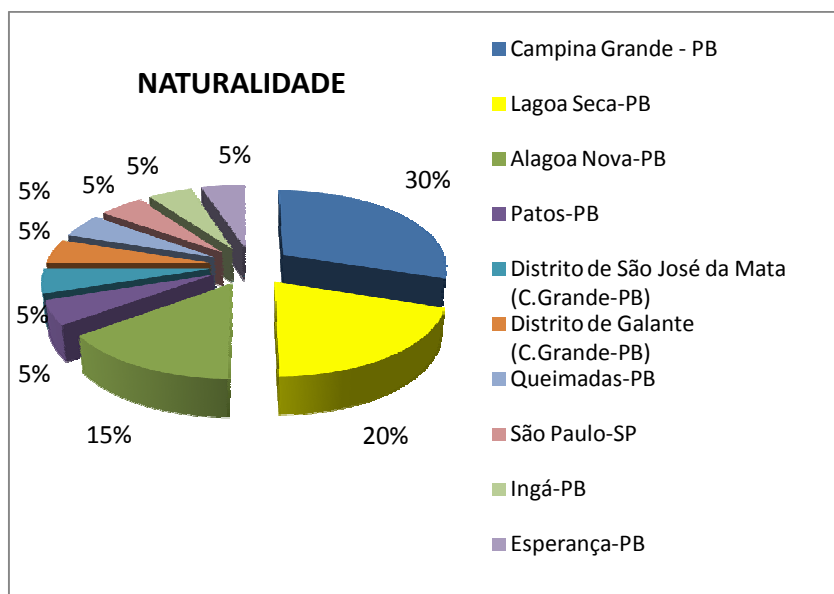
⁶⁵² Entrevista concedida à autora pela Sra. Viviane, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁶⁵³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Agnaldo Batista, gerente de Feiras e Mercados na Feira Central de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

Campina é a cidade polarizadora da Região da Borborema e acaba atraindo as pessoas para cá, e as pessoas vão para a feira, ou para trabalhar, ou para comprar, ou para as duas coisas, tem essa troca também (...). Neste espaço [se refere à Feira Central], se vê as diferenças sociais existindo (...). Então esse é o sentimento que me faz vir à feira central. Vejo a feira como um verdadeiro laboratório e pessoas diferentes. Espaço aberto para a gente ver, e a partir daqui entender como vai a nossa sociedade, os acontecimentos, as relações sociais multifacetadas estão aqui na feira. É aqui na feira que a gente consegue perceber as diferenças sociais *in loco*, desde o rico ao mais pobre, desde o pedinte que está ali no meio da rua, mendigando de forma miserável o seu sustento do dia-a-dia, ao médico, ao professor (...). Então é aqui que a gente consegue ver a vida como vai e sentir as mudanças que a sociedade apresenta. Quando quero ver as transformações pelas quais a sociedade passa é aqui que venho⁶⁵⁴.

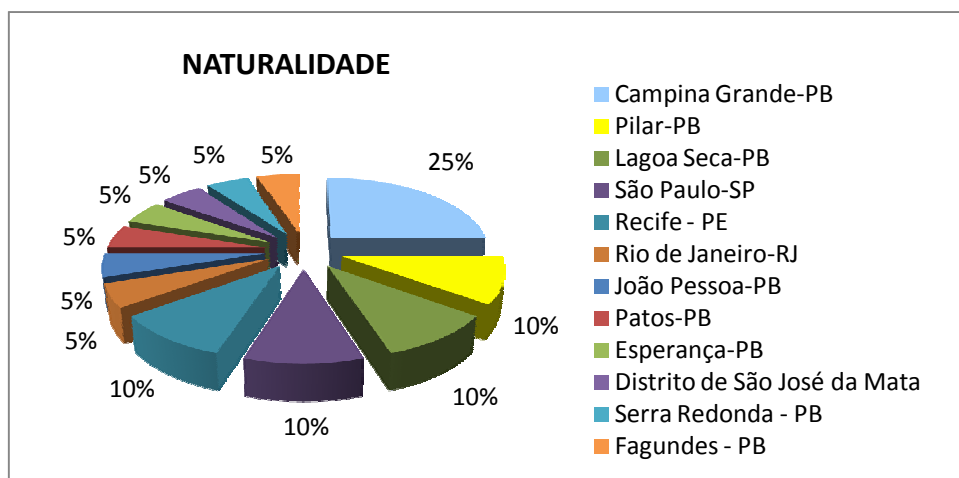
Como pode ser constatado nos gráficos a seguir, dos depoentes entrevistados em Campina Grande, 70% dos feirantes são oriundos de cidades ou localidades diferentes. O mesmo acontece com os fregueses. Destes últimos, 75% são naturais de outros municípios ou localidades, facto que comprova, para além das falas mencionadas acima, a aglutinação peculiar campinense.

Gráfico 46 – Naturalidade dos feirantes que atuam na feira de Campina Grande



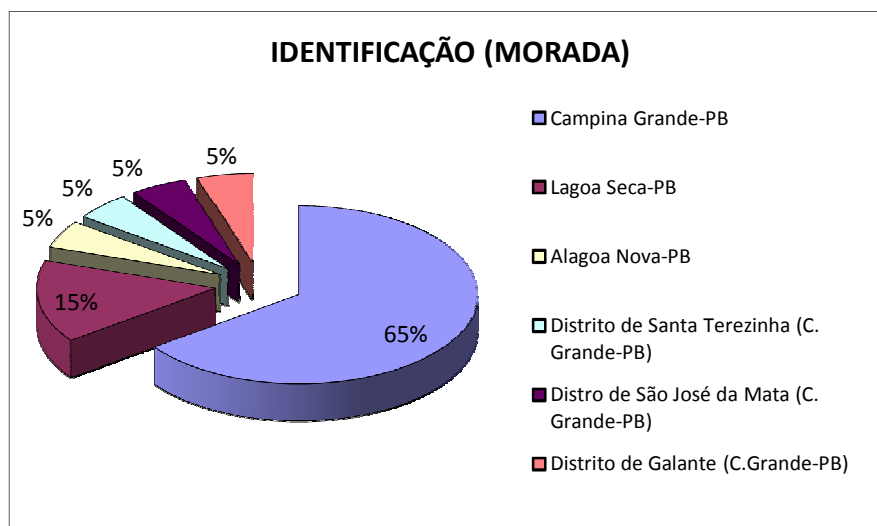
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

⁶⁵⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Bernardo, freguês em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

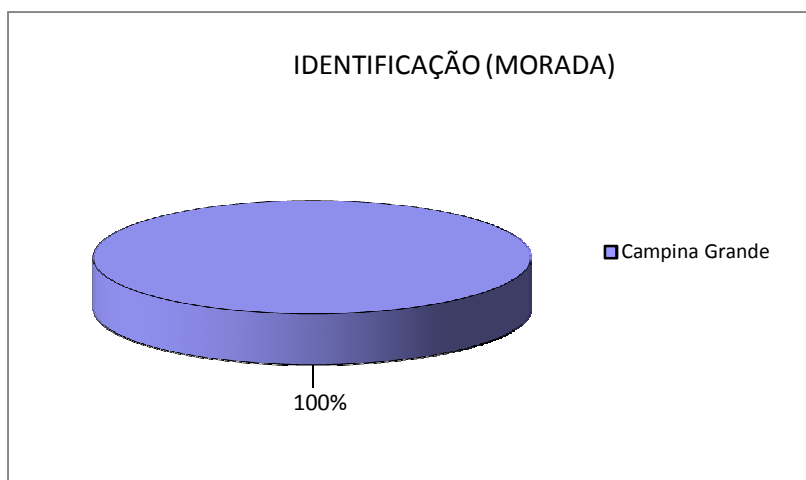
Gráfico 47 – Naturalidade dos fregueses que frequentam a feira de Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Embora a feira de Campina Grande não seja itinerante e sim fixa, funcionando todos os dias no mesmo local – o centro da cidade –, seus frequentadores não são maioritariamente naturais da cidade, como demonstram os gráficos anteriores, mas praticamente todos eles residem na cidade. Esta realidade pode observar-se nos gráficos seguintes que evidenciam 100% dos fregueses moradores na cidade e 90% dos feirantes residentes no município campinense ou em distritos deste.

Gráfico 48 – Cidade de morada dos feirantes que trabalham na feira de Campina Grande

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 49 – Cidade de morada dos fregueses que frequentam a feira de Campina Grande

Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Em relação à feira de Barcelos é de destacar que, assim como a de Campina Grande e das demais cidades investigadas, esta feira congrega uma diversidade de transeuntes seja no grupo dos feirantes, seja no dos fregueses. Tal facto contribui na atualidade para a multiplicidade identitária dos seus personagens.

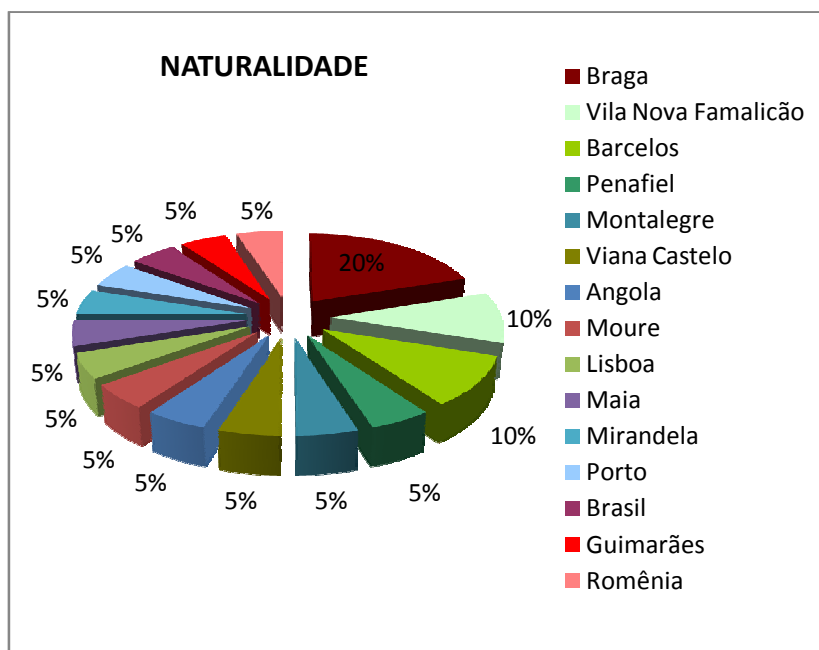
A cidade de Barcelos é a principal polarizadora do Concelho⁶⁵⁵, que aglutina 89 freguesias. Em relação à origem dos seus fregueses, sabemos que se trata de uma clientela fiel, oriunda, maioritariamente, tanto em naturalidade como também em local de morada, de freguesias pertencentes ao Concelho ou a concelhos vizinhos.

A feira de Barcelos tem uma clientela fiel, de base concelhia, mas frequentam-na bastante pessoas das freguesias meridionais do Concelho de Ponte de Lima, outras da área ocidental de Vila Verde outras de Esposende. (...) Os inquéritos que fizemos apontam para uma média de 50 pessoas para as freguesias mais distantes e mais pequenas e de 100 a 250 pessoas para as maiores e mais próximas. Com uma frequência em média de 10.000 pessoas por feira⁶⁵⁶.

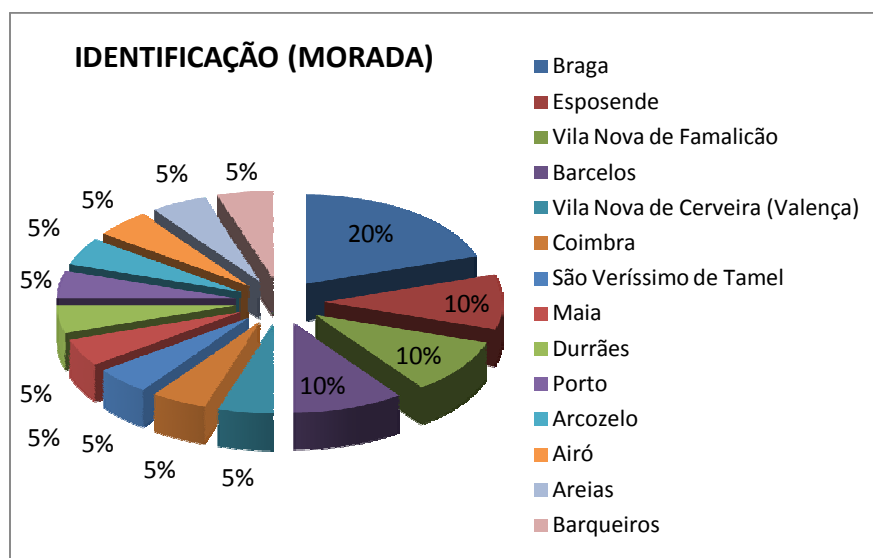
No presente estudo verificamos a dimensão plural dos fregueses quanto à sua naturalidade e aos lugares de morada, como pode-se observar nos gráficos a seguir:

⁶⁵⁵ Sobre a localização do município de Barcelos, Noroeste de Portugal, e suas características polarizadoras já mencionamos na apresentação desta tese, pp.52-53 por essa razão não iremos aqui nos aprofundar mais nesse ponto, mas apenas esclarecer o facto da cidade de Barcelos polarizar todo um Concelho, já que se trata de sua sede. Constata-se nessa cidade a presença de feirantes e fregueses pertencentes ao Concelho e fora dele.

⁶⁵⁶ Almeida. C. F. de. (1990). A Feira de Barcelos. Em: *Barcelos. Cidades e Vilas de Portugal*. Editorial Presença. Lisboa, p.93.

Gráfico 50 – Naturalidade dos fregueses que frequentam a feira de Barcelos

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 51 – Cidade da morada dos fregueses que frequentam a feira de Barcelos

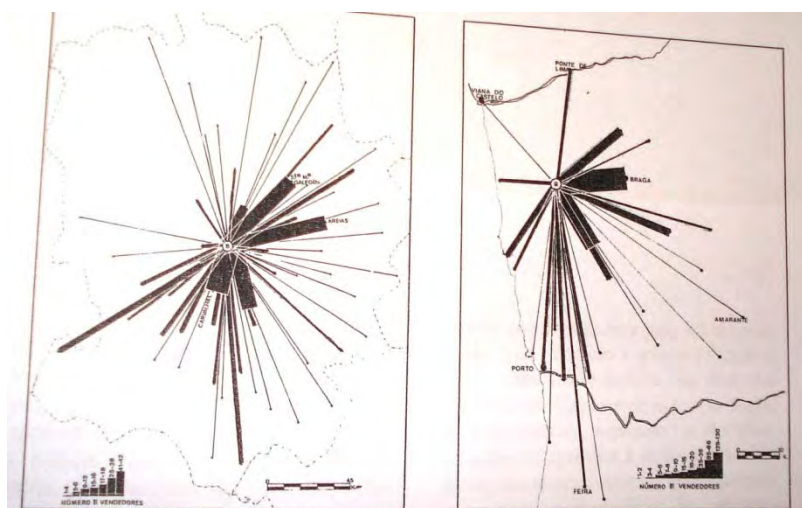
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Em relação aos feirantes, a diversidade também se verifica. Como se trata de uma feira itinerante, isto acaba por contribuir para um maior ecletismo na origem dos seus frequentadores, sejam feirantes e/ou fregueses.

No final da década de 80 do século passado, quando Portugal aderiu à CEE, a feira de Barcelos já tinha um movimento de feirantes alargado, com um número significativo proveniente de

outros concelhos e distritos. Em 1985, antes da adesão do país à CEE, estudo realizado⁶⁵⁷ indicou que, dos 660 feirantes inscritos nos Serviços de Mercados e Feiras, cerca de 50% pertenciam ao Concelho, inclusivamente à cidade de Barcelos, e os outros 50% eram provenientes de fora do Concelho. Em 2004, o relatório⁶⁵⁸ do mesmo departamento de Feiras e Mercados diagnosticou um crescimento do número de feirantes cadastrados, de 660 para 744⁶⁵⁹. Destes, 407 têm a sua origem fora do Concelho, e 337 são provenientes da cidade de Barcelos ou das suas freguesias. A figura que se segue é uma representação ilustrativa desse movimento de feirantes, tendo a cidade de Barcelos como centro aglutinador.

Figura 24 – Figura dos Mapas dos Movimentos dos vendedores da Feira de Barcelos provenientes das freguesias de Barcelos e de outras freguesias respectivamente (1989)



Fonte: ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Cit..., p.88.

Os depoentes entrevistados confirmam a centralidade e importância da cidade de Barcelos e da sua feira para o Concelho e região: “É a feira mais importante do Concelho”⁶⁶⁰; “ (...) Movimenta 89 freguesias, principalmente pessoas da lavoura, que se dedicam à agricultura, é capaz de virem muitos para cá (...) ”⁶⁶¹. Assim como vimos em relação à feira de Campina Grande, na feira barcelense, para além da diversidade quanto à origem dos feirantes e fregueses, verificamos também pluralidade quanto à posição social dos seus frequentadores, como se pode constatar por um dos depoimentos: “As

⁶⁵⁷ Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J.. (1985). Os Feirantes. Em: *A Feira de Barcelos*. Universidade de Coimbra, p.72.

⁶⁵⁸ Ver Relatório elaborado pela Câmara em Janeiro de 2004 sobre a caracterização da feira de Barcelos em 2004, p.5.

⁶⁵⁹ Sobre o aumento no número de feirantes no período já tratamos, no capítulo 4. A dinâmica do trabalho nas feiras, tópico: 4.2. as feiras como espaço social informal e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais, pp. 126-147 apresentando inclusive índices de outros períodos, por essa razão não convém aqui retomar tal discussão.

⁶⁶⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

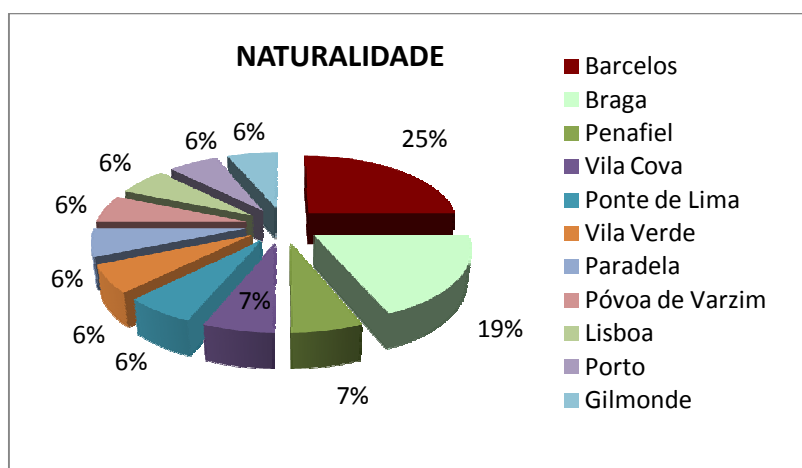
⁶⁶¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Sérgio Azevedo, fiscal na Feira de Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

classes aqui estão bem misturadas”⁶⁶². Do mesmo modo, uma outra freguesa compara a frequência às feiras antes da adesão de Portugal à CEE:

Hoje percebo que tem mais gente nas feiras do que há 20 anos atrás, e também tem outra diferença: vejo pessoas com uma cultura um ‘bocadinho’ maior também vindo para as feiras, antes era mais dona de casa, agora tem professoras... da escola mesmo que eu trabalho, que aproveitam a hora do almoço e vêm à feira comprar roupas de marca, como também compram nas lojas e acabam por fazer uma mistura⁶⁶³.

Os feirantes entrevistados neste estudo, que se encontravam na feira de Barcelos, declararam-se de origens múltiplas, naturais e residentes em diversos locais. Além disto, pelo facto de as feiras serem itinerantes, assumem um roteiro intenso de trabalho em sítios diferentes, o que faz com que convivam com diversas realidades e incorporem culturas que dialogam com suas origens, tornando-os sujeitos multifacetados. Os gráficos seguintes demonstram esta realidade: o primeiro quanto à naturalidade, que demonstra que apenas 25% dos entrevistados são naturais da sede de Barcelos, enquanto os 65% restantes se declarou como naturais de freguesias ou mesmo de outros sítios; o segundo que demonstra as moradas também variadas desses feirantes, com apenas 15% residindo na sede do Concelho – Barcelos – e os demais 75% em freguesias de Barcelos e em outros concelhos:

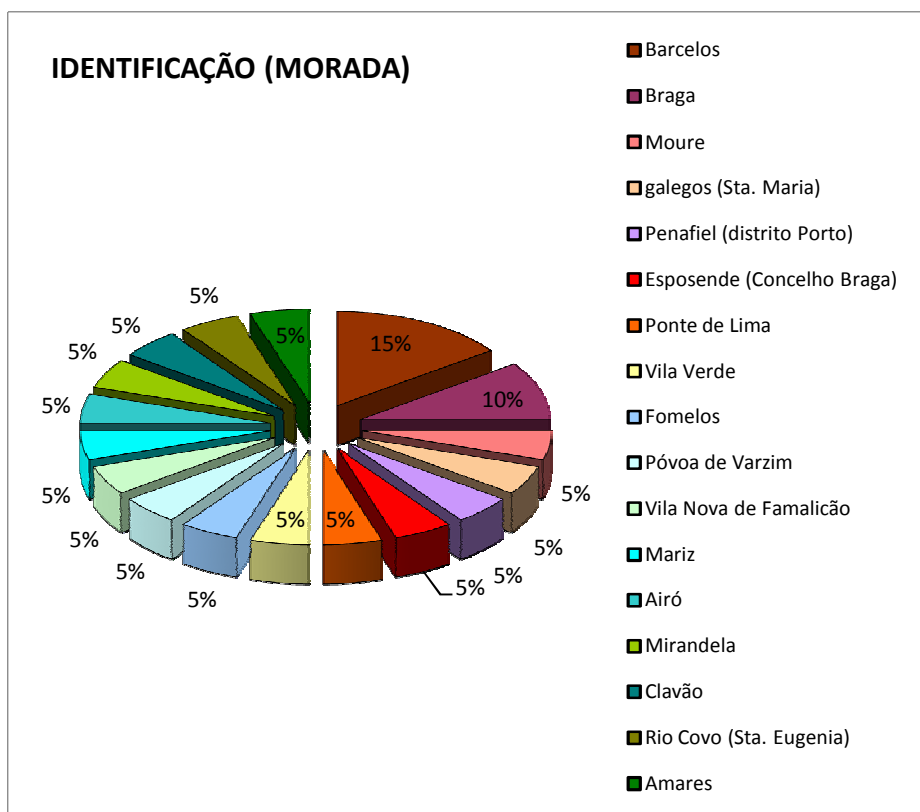
Gráfico 52 – Naturalidade dos feirantes que trabalham na feira de Barcelos



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

⁶⁶² Entrevista concedida à autora pela Sra. Luciene Nogueira, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

⁶⁶³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Aparecida, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

Gráfico 53 – Cidade de morada dos Feirantes que trabalham na Feira de Barcelos

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Além do que já foi exposto no que concerne à pluralidade identitária dos agentes sociais, devemos observar a diversidade na maneira de fazer a feira, na “Arte de Fazer”⁶⁶⁴ dos feirantes, em particular os de etnia cigana. Este gráfico representa atualmente, ainda mais do que no passado, uma crescente comunidade nas feiras do norte de Portugal e que, segundo os feirantes portugueses, são grandes concorrentes no comércio informal das feiras⁶⁶⁵. Hoje em dia, os ciganos vendem mercadorias resultantes da abertura económica promovida pelo mercado global, produtos asiáticos ou mercadorias originais de fábricas portuguesas que confeccionam artigos de marca. Esses artigos, que em perfeito estado são vendidos nas lojas dos centros comerciais⁶⁶⁶, quando possuem defeitos são vendidos aos ciganos que os colocam no mercado a preços muito baixos, concorrendo, assim, com o comércio estabelecido.

⁶⁶⁴ Conceito apropriado de Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano 1: arte de fazer*. 4 Ed: Vozes, Petrópolis-RJ.

⁶⁶⁵ Sobre essa concorrência ver nesta tese capítulo 5- Os hábitos e lugares de consumo e a concorrência com as feiras, tópico 5.8. Mais concorrência para as feiras em Portugal: Chineses e Ciganos, pp. 227-230

⁶⁶⁶ Queremos destacar neste item a prática cultural e identitária dos ciganos, diante de suas experiências, que acabam por gerar um povo que se incorpora as demais culturas, o que os tornam “diferentes” no universo das feiras. A respeito da origem das mercadorias dos ciganos, iremos tratar no capítulo 7- A substituição de mercadorias e as novas formas de pagamento, item 7.2 Mercadorias nas feiras do Noroeste de Portugal, no texto Origem dos artigos vendidos em solo luso pp. 322-362

Porém, não é somente nas feiras de Portugal que encontramos os ciganos. Muitos deles também migraram da Espanha para a América do Sul, tendo a Argentina a maior colônia cigana atualmente⁶⁶⁷. No caso do Brasil, as comunidades ciganas foram estabelecidas desde o período colonial. No século XVI a Câmara da cidade de São Paulo já deliberava acordo, por haver na cidade e uma mulher, a Sra. Francisca Rodrigues, de etnia cigana, que não se sabia ao certo qual a atividade comercial que realizava⁶⁶⁸. As perseguições aos ciganos também não são recentes. No século XVIII, encontram-se notícias de expulsões deste povo da capitania de Pernambuco para o Ceará e para Angola, assim como reinos ciganos degredados para as praças da Bahia ou informações aos governadores do Rio de Janeiro, Pernambuco, Angola, Cabo Verde e S. Tomé da Paraíba. Aos homens cabia o trabalho com os metais como caldeireiros, latoeiros, ferreiros ou ourives, enquanto às mulheres cabia o papel de lerem a sina (lerem a mão). Com o trabalho nas minas, as ocorrências contra a etnia foram ainda mais visíveis. No final do século XVIII, já se encontra a rivalidade dos ciganos com os comerciantes locais, pois, na condição de ambulantes, vendiam cestos, tabuleiros, caixas de fazendas, miudezas e géneros de contravenção⁶⁶⁹.

Estes registros sobre a presença dos ciganos no Brasil permitem afirmar que os ciganos atuais são descendentes de gerações passadas que sempre transitaram por países diversos, contribuindo a sua deambulação para os processos de hibridismo em suas culturas de origem, tornando-os sujeitos multifacetados da contemporaneidade. Contudo, apesar das identidades plurais, os ciganos nas feiras portuguesas continuam a ser rotulados pela sociedade como tendo características próprias, sendo a etnia considerada como homogênea e genuína:

Eles fazem a diferença, os ciganos, não tornam aquela coisa mais séria. Se não fossem os ciganos eu não viria à feira. É o que faz com que a gente se sinta melhor aqui, eles são muito animados: é um euro, um euro⁶⁷⁰; O que mais me atrai nas feiras são os ciganos com as coisas baratíssimas, compro muitas roupas para mim e para meus filhos (...) os portugueses atendem bem, e mesmo os ciganos agora também têm atendido melhor, são mais cultos do que antes.⁶⁷¹

Convém esclarecer também que, ao propormos a ideia das identidades clivadas e multifacetadas, não estamos negando uma certa continuidade na “técnica” de venda, o poder de convencimento que os ciganos têm neste ofício. A familiaridade com atividades do género sempre foi

⁶⁶⁷ Hereia, J. de D. R. (1974). *A Arte de vender*. Em: *Nós os ciganos*. Editorial Franciscana, Braga, pp. 222.

⁶⁶⁸ Acordo com as Atas 1596-1622 ver Costa, E M L. (1997). *Brasil: o espaço territorial; as gentes; as atividades*. Em: *O povo cigano entre Portugal e a terras além-mar (séculos XVI-XIX)*. Ed. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa, p. 46.

⁶⁶⁹ Sobre a presença dos ciganos no Brasil, trabalho e perseguições ver *ibidem*, pp. 44-74.

⁶⁷⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁶⁷¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa Vieira, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

muito comum nesta etnia, após a leitura da sina, já citada anteriormente. As artes de vender, comprar, trocar e voltar a vender sempre foram lides constantes para os ciganos. Como observa uma depoente,

O comerciar permite-nos pôr em jogo todas as nossas qualidades criadoras, e ao mesmo tempo permite-nos ganhar tanto dinheiro como a nossa capacidade de persuasão para efetuar o maior número de vendas. Existem milhares de ciganos vendedores em todos os pontos da terra⁶⁷².

Eles vendem os produtos mais baratos, como garante uma freguesa na feira de Ponte de Lima: “Gosto de comprar coisas mais baratas aos ciganos; eles vendem muitas coisas: roupas feitas, vestidos, roupas de cama, perfume, relógios, CDS, maquilhagem (...) tudo que tem nas lojas, mas bem mais barato”⁶⁷³; com essa “técnica” atraem o viajante: “Parei a observar, embevecido, o modo atraente, desembaraçado e persuasivo como atendiam a clientela, a qual dificilmente se retirava sem mercar qualquer artigo exposto nas bancas”⁶⁷⁴; e acabam por concorrer com os feirantes portugueses, como se não fizessem parte do mesmo grupo de atividade. A discriminação continua a fazer-se sentir porque são tratados de maneira diferenciada sendo, inclusivamente, localizados em áreas específicas no espaço das feiras.

De facto, o espaço das feiras, seja no Brasil ou em Portugal, é um espaço heterogéneo, plural, diverso, “cruzamento de móveis”⁶⁷⁵, com objetivos diferentes, ou seja, “unidades polivalentes de programas conflituais”⁶⁷⁶, na formulação de Michel de Certeau.

6.5 – Papéis sociais por gênero dos sujeitos

Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social (...) Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construída por meio de um processo de individuação⁶⁷⁷.

A composição de identidades plurais também passa na atualidade por uma definição de papéis, ou melhor, uma redefinição de papéis. Neste sentido, homens e mulheres que outrora tinham

⁶⁷² Hereia, cit..., pp. 222.

⁶⁷³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem, freguesa em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁶⁷⁴ Maçal, H (1982, 18 de Fevereiro). Recordação de uma visita a Vila do Conde em dia de feira semanal. *Jornal de Vila do Conde*. Vila do Conde.

⁶⁷⁵ Certeau, cit...pp.201-202.

⁶⁷⁶ Ibidem p. 202.

⁶⁷⁷ Castells, M. (2001). A construção da Identidade. Em: *O Poder da Identidade*, Volume II, 3ª Edição. Tradução Klaus Brandini G: Ed. Paz e Terra, São Paulo, pp. 22-23.

na sociedade papéis bem definidos acabam por atualmente viver um processo de crise, no qual se constata, sobretudo, a crise contemporânea da masculinidade⁶⁷⁸.

Não iremos, no presente texto, explorar concepções teóricas acerca de género, principalmente pelo facto de não ser uma categoria que objetivamos investigar, aqui, de modo mais circunstanciado. No entanto, não seria adequado abordar a temática das identidades plurais na contemporaneidade sem mencionar as distinções de género. Assim, refletiremos brevemente acerca da questão identitária no que concerne aos papéis sociais que homens e mulheres passaram a desempenhar no período 1986-2007, em Portugal e no Brasil, observando o reflexo dessas mutações no universo das feiras contemporâneas. Outrossim, convém desde já destacar que muitas das análises feitas a respeito da questão de género foram pautadas em discussões estereotipadas, com generalizações e cristalizações em torno de discursos que, longe de refletirem sobre as tensões sociais em dados momentos históricos, acabaram por legitimar as diferenças sociais, a partir dos papéis exercidos por homens e mulheres⁶⁷⁹. Este tratamento dado às diferenças de género, por parte de certos estudiosos, é explicado pela historiadora norte-americana Joan Scott⁶⁸⁰:

A questão era simples, escrevia a respeito das mulheres trabalhadoras, dava visibilidade a elas no processo de industrialização, falava de seu cotidiano, de sua inserção ao mundo do trabalho etc., porém, não se tratava de questões que esclareciam porque aqueles que escreveram sobre a história do trabalho ignoraram evidências a respeito das mulheres, ou seja, não explicava a ausência de atenção às mulheres no passado e assim esse tipo de abordagem não alterava as definições estabelecidas dessas categorias⁶⁸¹.

⁶⁷⁸ Silva, S. G. da. (2000). Masculinidade na História. *A Construção cultural da Diferença entre os sexos*. Psicologia, Ciência e Profissão. (20) 3, pp. 8-15.

⁶⁷⁹ Não iremos nos aprofundar nesta temática, pois não se trata do objeto deste estudo. Entretanto, indicamos uma obra que discute a questão identitária como um assunto de género a partir da observação do masculino. Conceção esta que contraria os discursos estereotipados fazendo uma análise muito bem fundamentada acerca da construção do “ser macho”. O autor desconstrói estereótipos na medida em que diz estes terem sido gestados [pelos discursos dominantes, como o da Literatura, da mídia, por exemplo que sempre tiveram a serviço das oligarquias] como tipos regionais, ou tipos sociais com apanágios masculinos. Também é interessante perceber a relação que estabelece em torno da construção identitária estereotipada do nordestino brasileiro nessa figura do “cabra macho”. Ver: Albuquerque Jr, D. M. de (2003). *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940)*: Edições Catavento, Maceió. P. 256. E/ou resenha a obra citada por, Vojniak, F. (2003, dezembro). Desconstruindo falas do falo. *Revista Estudos Feministas*, vol.11, no.2, p.664-667. Florianópolis. Em: « http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200026», Acedido em 03 de Março de 2011.

⁶⁸⁰ A maneira como a História das mulheres, ou melhor do género seja ele feminino ou masculino deveria ser tratada na concepção da autora, e com a qual dialogamos, se trata de dar visibilidade as suas experiências articuladas entre si e com o contexto histórico. Os géneros enquanto categoria histórica de análise referenda práticas históricas antigas, mas também atuais. A esse respeito ver: SCOTT, J., 1990. Género: Uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade* 16 (2): pp. 1-27..

⁶⁸¹ Siqueira, T. L. (2008, Junho). Joan Scott e o papel da história na construção das relações de género. Em: *Revista Értémis*, Vol.8, pp. 113. Em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf, Acedido em 04 de Março de 2011.

O contexto histórico no qual os géneros estão inseridos é que, em última instância, determina os papéis sociais dos sujeitos. Desta forma, é necessário observar os géneros não apenas com respeito à conceção física/sexo, mas também à construção simbólica do exercício dos papéis de agentes sociais, relacionados com a interação social contextualizada. Seguindo, portanto, uma abordagem histórico-antropológica, através da qual se observam as desigualdades da conceção de género como algo que extrapola a diferenciação a partir “naturalização⁶⁸² dos sexos”, nos propomos, neste texto, a brevemente analisar os papéis exercidos pelos homens e mulheres nas feiras contemporâneas. Para tanto, faremos inicialmente uma breve reflexão acerca da situação das mulheres em solo luso a partir da inserção de Portugal na Comunidade Europeia e, no caso do Brasil, analisaremos o modo como as mulheres têm atuado diante do período de redemocratização. Assim, procuraremos cruzar dados estatísticos que versarão em torno da atuação das mulheres no mercado de trabalho contemporâneo, e como chefes de famílias monoparentais.

Objetivamos, com isto, compreender qual o cenário estabelecido atualmente no universo das feiras quanto à definição dos papéis exercidos por homens e mulheres. Esses universos, no presente, ainda se encontram delimitados a partir do género, como acontecia no passado recente? Ou a pluralidade identitária dos sujeitos, percebida até o momento, também tem implicações quanto às diferenças de género? Estas são as questões que conduzirão a análise nas próximas páginas.

As mulheres em Portugal

O INE publicou, em 2006, resultado de pesquisa acerca da situação no mercado de trabalho de homens e mulheres, com a seguinte conclusão:

A taxa de atividade evidencia um crescimento mais forte nas mulheres do que nos homens. (...) As taxas de emprego das mulheres crescem em todas as idades⁶⁸³.

⁶⁸² Stolcke, V. (1991). Sexo está para género assim como raça está para etnicidade? Em: *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, jun, p.110. Considerando as desigualdades e não as naturalizando ideologicamente, é possível manter-se essa homologia, desde que percebamos as diferenças conceituais entre elas bem como a relação entre as mesmas como categorias de análise, sustentadas pelos aspectos simbólicos, mas também e sobretudo pelos culturais, económicos, sociais e ideológicos. Fazendo uso do género como categoria útil de análise, ver os estudos em História Social: Pereira, C. (2006). *Que tenhas teu corpo. Uma história Social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; Stefan, N. L. (1994) Raça e género: o papel da analogia na ciência, em Hollanda, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rocco, Rio de Janeiro, pp. 72-96; Caufield, S. (2000). Uniões honradas: a importância da cor no sexo e no casamento, em *Em defesa da honra*, Ed. Unicamp, Campinas, pp. 269-328; Farias, J; Soares, C. E. L. e Gomes, F. dos S. (2005). A nação da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900, em *No labirinto das Nações*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro pp. 209-263. E ainda: Thompson, E. P. (2002). “A venda de esposas” em *Costumes em Comum*, Cia das Letras, São Paulo, pp. 305-352.

⁶⁸³ INE (2006). *Homens & Mulheres em Portugal*, pp. 26-27. Em, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=109304543&PUBLICACOES_modo=2&xlang=pt, Acedido em 05 de Março de 2011.

Sabemos que, por detrás desses índices, muitos aspectos estão escamoteados: por um lado as condições de trabalho dos sujeitos analisados, como salários, jornada de trabalho, registo funcional, cargo e/ou função que ocupam, entre outras questões; por outro, o aspecto que gostaríamos de ressaltar, concernente ao facto de não só apresentar homens e mulheres sendo analisados em condição de igualdade, mas sobretudo o destaque concedido ao crescimento das mulheres no mercado, independentemente da idade. Até aproximadamente 1950, esse tipo de situação era algo inimaginável.

Entretanto, não podemos afirmar a existência de um número excessivo de mulheres no mercado de trabalho, ou que sua maior participação deve-se exclusivamente à meta da igualdade de trabalho proposta por iniciativa da ONU, ao promover o Gender Mainstreaming⁶⁸⁴, ou o Tratado de Amesterdão, discutidos adiante. No nosso entender, essas iniciativas foram importantes. Contudo é necessário reconhecermos o papel desempenhado por um conjunto de acontecimentos ocorridos na contemporaneidade, desde o século XIX, e que foram imensamente importantes para este cenário atual das mulheres no mercado de trabalho⁶⁸⁵, a saber: o Movimento Sufragista em Portugal na primeira metade do século XX (1896-1947), tido como o despertar da consciência feminista; as organizações femininas e feministas da Primeira República; a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas; o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; Associações Democráticas; as reivindicações feministas durante a Primeira República; Congressos Feministas e Abolicionistas Internacionais⁶⁸⁶; Religião e Educação (1935); Constituição da República Portuguesa (1911 e 1933); a Reforma educativa de Carneiro Pacheco e a criação das Organizações Femininas (1936-1938); a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) e a Mocidade Portuguesa Feminina (1938-1974)⁶⁸⁷, entre outras.

Com a adesão de Portugal à CEE, esse debate em torno das igualdades de trabalho para homens e mulheres foi alargado e muitos foram os acontecimentos que marcaram a trajetória desse

⁶⁸⁴ Discutiui-se a conceção de género no *Extrato do Relatório do Conselho Económico e Social para 1997*. (1997, 18 de Setembro) em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/GMS.PDF>, (A/52/3), acedido em 05 de Março de 2011.

⁶⁸⁵ Convém destacar que diante de nossa afirmação -crescimento das mulheres no mercado de trabalho - não estamos por simplificar as discussões acerca das condições desses trabalhos, as conquistas em torno das igualdades ainda a serem conquistadas. Não ignoramos as problemáticas ainda pertinentes nesse tema, entretanto destacamos o índice apresentado pelo INE como de facto se constituindo em um facto da realidade e que esse dado não pode ser observado fora de um contexto temporal de iniciativas de vários segmentos em favor dessa conquista.

⁶⁸⁶ Ver descrição e análise dos acontecimentos em Esteves, J. (2001). *O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XIX (1896-1947)*. A Mulher na Idade Contemporânea. Em: Santos, M. C. C. (Org.). A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000). Câmara Municipal da Moita Tip. Belgráfica, Lda, pp. 239-260. Em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/355CBD20-CCB9-48BC-964C-E33B6C28C898/5287/mulher.pdf>, Acedido em 05 de Março de 2011.

⁶⁸⁷ Ver descrição e análise dos acontecimentos em Pereira, S. M. Maria Guardiola e as Organizações Femininas do Estado Novo (1895-1987). Em: *Ibidem*, pp. 261-286.

período 1986-2007. Um ano antes da adesão, em 1985, a Universidade de Lisboa, por intermédio do Instituto de Ciências Sociais, e a de Coimbra, através do Instituto de História Económica e Social, promoveram eventos científicos⁶⁸⁸ com o propósito de discutir a situação das mulheres em Portugal, sobretudo, em relação ao mercado de trabalho. Além deste debate em nível interno, verificou-se, no cenário internacional, a realização da III Conferência das Nações Unidas para a Década da Mulher, onde foram levadas à discussão as estratégias em prol do progresso das Mulheres até o Ano 2000⁶⁸⁹.

Já nos anos posteriores à adesão, 1986, os debates e os avanços continuaram, em nível nacional⁶⁹⁰ e internacional⁶⁹¹. Muitos foram os acordos e tratados sobre este aspecto da igualdade entre homens e mulheres⁶⁹². Para tecer alguns breves comentários acerca de uma iniciativa globalizante que contribuiu para a valorização do trabalho feminino, na Comunidade Europeia, destacamos o Tratado de

⁶⁸⁸ Referimo-nos aos eventos: Colóquio interdisciplinar sobre a Mulher em Portugal, promovido pelo ICS da Universidade de Lisboa e o Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa - visão histórica e perspectivas atuais, organizado pelo IHES da Universidade de Coimbra.

⁶⁸⁹ Evento realizado na cidade de Nairóbi, capital do Quênia, em 1985. Ver relatório, acedido em 05 de Março de 2011. em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Nairobi/Nairobi%20Full%20Optimized.pdf>,

⁶⁹⁰ Destacamos: Decreto-Lei n.º 426/88, igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego; Entra em execução o III Programa de Ação Comunitário sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1991-1995); Portaria n.º 777/91, permite às mulheres candidatarem-se voluntariamente, em condições de igualdade com os homens, à prestação de serviço militar efetivo na Força Aérea; Portaria n.º 1 156/91, permite às mulheres candidatarem-se voluntariamente, em condições de igualdade com os homens, à prestação de serviço militar efetivo no Exército; Portaria n.º 163/92, permite às mulheres candidatarem-se voluntariamente, em condições de igualdade com os homens, à prestação de serviço militar efetivo na Marinha. Foi denunciada a Convenção n.º 89 da OIT sobre o Trabalho Noturno das Mulheres (1948), por força de uma Diretiva Comunitária. Em consequência, o trabalho noturno deixou de ser interdito às mulheres, excerto no período de gravidez e maternidade; Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, que determina a uniformização da idade de reforma para as mulheres aos 65 anos; Lei n.º 17/95, proteção da maternidade e da paternidade, destacando-se, entre as modificações introduzidas, o prolongamento da licença de maternidade de 90 para 98 dias; Decreto-Lei n.º 3-B/96, de 26 de Janeiro, que cria o Alto-comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família; É aprovado o IV Programa Comunitário sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1996-2000) (Decisão do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995); Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, que cria o Rendimento Mínimo Garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da Segurança Social e um programa de inserção social, com a finalidade de assegurar aos titulares recursos que contribuam para a satisfação das necessidades mínimas. Entre outros, consideram-se como titulares do direito a essa prestação as grávidas com idade igual ou superior a 18 anos, ou com idade inferior desde que estejam em situação de autonomia económica; Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de Março, que aprova o I Plano Global para a Igualdade; Decreto Regulamentar Regional n.º 16/97 que aprova a orgânica da Direção Regional do Trabalho, prevendo um Serviço para as Questões da Igualdade, Assuntos Comunitários Laborais e Documentação; Lei Constitucional n.º 1/97, como tarefa fundamental do Estado a promoção da igualdade entre homens e mulheres, e estabelece, no artigo 109.º, o princípio de não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos; Lei n.º 105/97, que prevê um regime, aplicável a entidades públicas ou privadas, que visa garantir a efetivação do direito dos indivíduos de ambos os sexos à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego, entre outros. Ver: As mulheres em Portugal, datas e factos significativos. Mapificação das datas e factos mais relevantes dos séculos XIX e XX. Acedido em 04 de março de 2011, em: http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/Hist_mulheres_em_portugal.htm.

⁶⁹¹ A nível Internacional: Realiza-se a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim. Realiza-se em Coimbra o Congresso Internacional Os Estudos sobre as Mulheres na Europa - Avaliação, cooperação e novas perspectivas, organizado pela Comissão Europeia (DG XXII); Realiza-se em Coimbra a 3.ª Conferência Europeia de Investigação Feminista Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility, and Citizenship in Europe, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre outros. Ver Ibid.

⁶⁹² http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/equality_between_men_and_women/index_pt.htm, Acedido em 05 de Março de 2011.

Amesterdão⁶⁹³. Este documento fez alterações a outros já existentes, como o Ato Único Europeu de 1986 e o Tratado de Maastricht de 1992, os quais, segundo a Comissão Europeia, eram acordos incompletos. Todos esses tratados têm como objetivo principal imprimir “uma cidadania europeia, ou seja, um quadro de direitos e deveres suplementares dos cidadãos dos Estados-Membros”⁶⁹⁴ reforçando a ideologia da identidade “una” europeia, enquanto os objetivos específicos vinculam as relações entre os seres humanos e a sociedade de uma maneira geral.

O Tratado de Amesterdão concentrou-se nos direitos humanos já garantidos pelo regime constitucional, acrescentando à União “o direito de tomar medidas para combater qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual”⁶⁹⁵. Nesse sentido obrigava os países pertencentes à Comunidade a

Promover em todas as suas políticas a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, para além das regras já inscritas nos tratados europeus sobre o respeito e a promoção da igualdade em matéria social e laboral. Neste último domínio, o Tratado abre a porta a «discriminações positivas», nos casos em que um dos dois sexos esteja manifestamente desfavorecido⁶⁹⁶.

Tal iniciativa foi ampliada com outros tratados, fruto de cimeiras promovidas pela Comissão da Comunidade Europeia em torno do combate à desigualdade entre homens e mulheres, desde a relação estabelecida com a família, até aos aspectos concernentes ao labor. No início do primeiro trimestre de 2006 - mesmo ano em que o INE publicou a pesquisa citada no início deste texto - a Comissão das CEE em Bruxelas alertava, em comunicado oficial, ao Parlamento Europeu e aos outros órgãos competentes⁶⁹⁷, a situação do mercado de trabalho lisboeta. O relatório traz um diagnóstico preocupante sobre o tema e impõe metas para os anos seguintes, estabelecendo um roteiro para a igualdade entre homens e mulheres (2006-2010):

Consecução das metas de emprego de Lisboa: segundo as metas de emprego definidas em Lisboa, a taxa de emprego das mulheres deve atingir 60% até 2010. Atualmente cifra-se nos 55,7% e é muito inferior (31,7%) no caso das mulheres mais velhas (55-64 anos). As mulheres têm também níveis de desemprego mais elevados do que os homens (9,7% contra 7,8%). Há que reforçar a dimensão de género da estratégia de Lisboa em prol do emprego e do crescimento⁶⁹⁸.

⁶⁹³ Tratado de Amesterdão: o que mudou na Europa. Em: http://ec.europa.eu/publications/archives/booklets/move/25/txt_pt.pdf, Acedido em 05 de Março de 2011.

⁶⁹⁴ Ibidem, p. 4.

⁶⁹⁵ Idem, Ibidem, p. 9.

⁶⁹⁶ Idem Op cit Ibidem, p. 10.

⁶⁹⁷ Documento: Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. *Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010*. (2006, 01 de Março), em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0092:FIN:PT:PDF>, pp. 1-92, Acedido em 06 de Março de 2011.

⁶⁹⁸ Concretizar a igualdade em matéria de independência económica por género. Em: Ibidem p. 4.

Sabemos que, apesar de todas estas iniciativas, a situação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal ainda apresenta vários problemas, como por exemplo o índice de desemprego com elevado predomínio feminino. Isto é indicado na tabela a seguir, relativa ao período 1996-2006:

Tabela 38 – Taxas de desemprego em Portugal, por género (1996-2004)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	7,3	6,8	5,1	4,5	4,1	4,0	5,0	6,3	6,7
Homens.	6,5	6,1	4,1	3,9	3,3	3,2	4,1	5,4	5,9
Mulheres	8,2	7,7	6,4	5,3	5,0	5,0	6,0	7,2	7,6

Fonte: quadro n. 6, CAETANO, José, Aurora Galego e Sofia Costa. "Portugal e o alargamento da União Europeia: alguns impactos sócio económicos". In: *Revista Análise Social*, Volume XI (175), 2005, p.260.

Porém, também objetivamos, com a explanação feita, demonstrar o crescimento que as mulheres tiveram no mercado lusitano. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego (IE) em Portugal, na década de 1990,

(...) a população ativa e as taxas de atividade registaram sempre valores superiores para os homens, independentemente do grupo etário e do ano considerado. Para as mulheres, as taxas indicam uma tendência de crescimento, no período considerado, registando o valor mínimo de 40,9% em 1992, e o valor máximo em 1999 de 44,2%⁶⁹⁹.

Para ilustrar esse crescimento, basta observarmos os índices da tabela abaixo. Nela verifica-se que, no período 1998-2005, as taxas de atividade das mulheres apresentaram um crescimento anual, enquanto as taxas de atividade dos homens, apesar de apresentarem maiores índices no decorrer do mesmo período, mantiveram-se praticamente estáveis ou com tendência à diminuição.

Figura 25 – Índices de atividades para homens e mulheres em Portugal (1998-2005)

Taxa de atividade, por sexo (%), Portugal, 1998-2005									
Total		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Total	50,3	50,5	51,1	51,7	52,2	52,3	52,2	52,5
Total	Homens	57,4	57,5	57,9	58,4	58,7	58,4	58,1	57,9
	Mulheres	43,7	44,0	44,8	45,5	46,1	46,6	46,7	47,4

Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

Fonte: Homens e Mulheres (2006) ... cit, p. 24. [Tabela adaptada para este estudo].

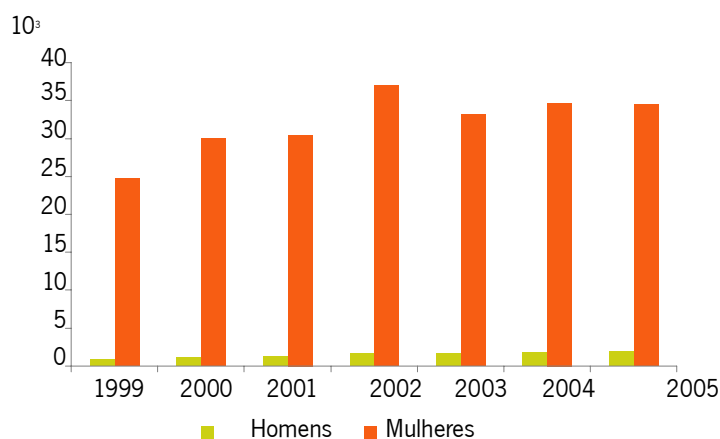
Uma outra questão para a qual gostaríamos de chamar atenção está relacionada com a mudança de cenário na sociedade portuguesa, onde as estruturas familiares monoparentais passaram

⁶⁹⁹ Instituto Nacional de Estatística, (2002). Atividade Económica: emprego e desemprego. Em: *Mulheres e Homens em Portugal nos anos 1990*. Instituto Nacional de Estatística: I.N.E, Lisboa, p. 53.

a apresentar uma predominância da liderança feminina. “Na assistência a menores predominam as mulheres”⁷⁰⁰. Logo, muitas vezes, para além de estarem no mercado de trabalho, também são as responsáveis pelos filhos⁷⁰¹. Analisemos a figura seguinte, do estudo do INE, que demonstra que, de 1999 a 2005, foram as mulheres, em grande maioria, as principais beneficiárias da dispensa especial para cuidar dos menores.

Figura 26 – Demonstrativo por género, da dispensa especial para cuidar de menores em Portugal (1999-2005)

Beneficiário de dispensa especial para assistência a menores (número), Portugal, 1999-2005



Fonte: IIES - Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade
 Fonte: Homens e Mulheres (2006) ... cit, p. 32

Por um lado, a existência de famílias monoparentais com liderança feminina concorre para a conformação plural dos papéis sociais desempenhados. Por outro lado, este fenómeno acaba por gerar uma crise de identidade, sobretudo masculina, uma vez que os homens atualmente já não são mais os provedores dos lares. Em muitos casos, os homens compartilham com as suas companheiras as responsabilidades financeiras, ou pode mesmo acontecer uma inversão dos papéis originais, nos quais era comum o domínio masculino.

Quisemos demonstrar essa diversidade e mutação no cenário das famílias portuguesas atuais, pelo facto de observarmos elevados índices da presença feminina no universo das feiras investigadas. Seja na condição de chefes de unidades monoparentais, colegas de trabalho de seus companheiros, viúvas que outrora trabalhavam com os esposos, jovens solteiras filhas de feirantes,

⁷⁰⁰ Homens e Mulheres (2006) ... cit, p. 32.

⁷⁰¹ A dispensa às mulheres não necessariamente implica dizer que elas constituem famílias monoparentais. É somente um indício, que poderá ser investigado em estudos futuros.

ajudantes de suas respectivas mães, entre outras⁷⁰² situações, as mulheres são uma presença efetiva nas feiras.

As mulheres no Brasil

O IBGE publicou, em Janeiro de 2008⁷⁰³, resultado de pesquisa acerca da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Os índices que destacamos têm a seguinte configuração:

Segundo a pesquisa Mensal de Emprego, em Janeiro de 2008 havia aproximadamente 9,4 milhões de mulheres trabalhando nas seis regiões metropolitanas de abrangência da pesquisa. Este número significava 43,1% das mulheres com 10 anos ou mais de idade. Em 2003 esta proporção era de 40,1%⁷⁰⁴.

Assim como vimos com relação aos dados do INE em Portugal, os divulgados pelo IBGE no Brasil expressam uma realidade atual. Entretanto, essa realidade não deve ser tratada de maneira isolada de um contexto histórico. Ou seja, assim como em território luso, o facto de as mulheres se encontrarem no mercado de trabalho, mesmo com os problemas evidenciados, traduz toda uma trajetória histórica de lutas e conquistas. E é sobre essa trajetória que iremos nos deter brevemente aqui, sobretudo no que concerne ao período posterior à fase de redemocratização brasileira. Tal realidade – as mulheres no mercado de trabalho – é evidenciada nas feiras investigadas, inclusivamente chefes de famílias monoparentais. Uma realidade discutida também pelo trabalho doméstico.

Sabemos que todo o século XX foi marcado pela luta das mulheres em favor de espaços no mercado de trabalho produtivo⁷⁰⁵, para além do trabalho doméstico. Após a Segunda Guerra e sobretudo na década de 1970⁷⁰⁶, no Brasil, as mulheres passaram a atuar no mercado de trabalho, em

⁷⁰² Na sequência veremos esses aspectos, depois de tratarmos da situação das mulheres no mercado de trabalho do Brasil.

⁷⁰³ Dados de uma pesquisa comparativa que o IBGE realizou, entre os anos 2003-2008. Esses dados de 2008, por serem no início do ano refletem uma realidade ainda do ano anterior (2007), ano de referência do término deste estudo (1986-2007), por essa razão achamos relevante trazê-lo para nossa análise.

⁷⁰⁴ Sobre pesquisa ver: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho*, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008. Pesquisa Mensal de Emprego, 2008. Rio de Janeiro, 2008.

⁷⁰⁵ Passos, E. (2004). Situação da Mulher no Mundo do Trabalho Produtivo. Em: *Ética nas Organizações*. Atlas, São Paulo, pp.141-153.

⁷⁰⁶ A trajetória histórica das mulheres no Brasil desde o Brasil colônia, contando a vinda de famílias judias, as mulheres brancas que vieram povoar a América, questões tidas como “morais” como a perda da virgindade, considerada caso de polícia, as mulheres na política e no mercado de trabalho na contemporaneidade e o percurso que fizeram nessa trajetória, podem ser investigados na obra clássica brasileira: Priore, M. Del (Org.). (1997). *História das mulheres no Brasil*. Contexto, São Paulo. Ver também: Charf, C (Org.). (2006). *Brasileiras Guerreiras da Paz*. Ed. Contexto. São Paulo. Se trata de um trabalho que reúne o nome de 1.000 mulheres no mundo, que atuaram na luta em prol das igualdades. Destas mil mulheres, a autora destaca por meio de um mapeamento nos estados brasileiros, 53 brasileiras que se integram a esse

lugares que caracterizavam-se pela ação do cuidar do outro — como as enfermeiras, professoras, educadoras e executoras de serviços domésticos —, e também na condição de comerciárias e operárias fabris. Muito desse avanço é fruto dos primeiros movimentos e sindicatos feministas. Na década de 1980, quando surge a CUT- Central Única dos Trabalhadores, surge também a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1985, em nível nacional, foi implantada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres. E, em nível internacional, foi criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), em lugar do antigo Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher⁷⁰⁷.

Com a redemocratização no Brasil, foi promulgada a Constituição de 1988 e, neste documento de repercussão federal, contemplava-se ações voltadas para a igualdade de direitos e deveres. As mulheres passaram a ter igualdade jurídica, sendo consideradas tão capazes quanto os homens de chefiarem as suas casas. Na constituição de 1988,

(...) foram aprovados o Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação referente aos deficientes físicos, aos idosos, cota eleitoral para incentivar a inclusão de mulheres como candidatas a cargos legislativos, políticas públicas específicas para tratar de questões de gênero, da população indígena, para a proteção e a promoção da igualdade racial, para o meio ambiente, entre outros⁷⁰⁸.

A Constituição da República Federativa do Brasil, portanto, estabeleceu a igualdade entre os sexos, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Também é contemplada a proibição de se estabelecer salários diferenciados em função de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX, Constituição da República). Toda a legislação trabalhista, no que tange à regulamentação do trabalho feminino, foi revogada, estabelecendo-se a igualdade prevista. No art. 7º, inciso XX, o documento estabelece a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”.

Ou seja, nosso legislador reconhece a posição “hipossuficiente” da mulher no mercado de trabalho e determina que o Estado deva não apenas proteger este mercado, mas implementar políticas aptas a estimulá-lo. Apesar da existência de

projeto. Quanto a organizadora da obra, convém destacar que a mesma participou de protestos contra a Guerra Fria. Tendo sido exilada por 10 anos durante a Ditadura Militar brasileira. Esta obra foi indicada inclusive para receber o Prêmio Nobel da Paz. Ver ainda: Matos, M. I. S. (2000). *Por uma História da mulher*, Ed: EDUSC, Bauru-SP e Venâncio, G. M. (2001). Lugar de mulher é na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). Em: *História: Questões & Debates*. Martins, A. P. V. (org.). (2001): Ed. Da UFPR; Curitiba, pp. 175-200.

⁷⁰⁷ Cronologia Direitos Femininos no século XX. Em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Cronologia do direito feminino](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Cronologia_do_direito_feminino), Acedido em 04 de Março de 2011.

⁷⁰⁸ Pronunciamento do Deputado na Tribuna da Câmara Federal, por ocasião de comemoração aniversário de 20 anos da Constituição Federal. Ver: Chinaglia, A (2008, 09 de Outubro de). *A Constituição Cidadã*. Em <http://crfb20anos.net84.net/index.php?news&nid=4>, Acedido em 05 de Março de 2011.

legislação que ampara a trabalhadora brasileira e a protege contra as discriminações decorrentes do seu sexo, ainda sim a igualdade resume-se apenas ao plano formal⁷⁰⁹.

Na década de 1990, ocorreram no Brasil acontecimentos favorecendo a ampliação da participação social das mulheres, como a eleição das primeiras delas para altos cargos públicos⁷¹⁰, e a aprovação, pelo Congresso Nacional, do sistema de cotas na Legislação Federal⁷¹¹. Ainda no campo da política, em 2006 assistiu-se no Brasil às eleições para Presidência da República, que teve a primeira candidata ao cargo, a Sra. Heloísa Helena, pelo PSol- Partido Socialismo e Liberdade. E em 2010⁷¹², a eleição histórica que deu lugar à primeira presidente do Brasil, Dilma Roussef, do PT- Partido dos Trabalhadores.

Em suma, com a redemocratização, os avanços da legislação brasileira no âmbito do trabalho e dos direitos das mulheres, foram bastante significativos.

As leis na área de Trabalho representam uma parcela significativa dos dispositivos legais existentes afetando, direta ou indiretamente, de forma mais ou menos substantiva, a vida das mulheres. Algumas apresentam interfaces, principalmente com as áreas da Previdência Social, Saúde, Violência e Direitos Humanos. As últimas quatro décadas consolidaram o processo de mudanças no âmbito do trabalho social, repercutindo especialmente na divisão sexual do trabalho.⁷¹³

Apesar das conquistas, muitas questões ainda precisam ser repensadas acerca dos direitos das mulheres. Sabemos não existirem mais, teoricamente, as diferenças sexuais quanto à

⁷⁰⁹ É bom lembrarmos também que a Constituição de 1988 contou com a participação de 26 Deputadas Federais. Sobre o legislador reconhecer a posição “hipossuficiente” da mulher ver: Alves, B. e Guimarães, M. (2009, agosto). A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. *Revista Augustus*. Vol. 14, N. 28, Rio de Janeiro, p. 41.

⁷¹⁰ Ministra, na pasta de Economia do Governo Collor de Mello, a Sra. Zélia Cardoso de Mello, no cargo de senadora pelo PDT/MG a Sra. Júnia Marise e para o cargo de governadora pelo PMDB/MA, a Sra. Roseana Sarney, reeleita posteriormente. No final da década de 1990, a primeira mulher senadora e negra a presidir Sessão do Congresso Nacional, a Sra. Benedita da Silva

⁷¹¹ Com essa política de cotas, os partidos passaram a ser obrigados a inscreverem no mínimo 20% de candidatas em suas chapas, para as eleições. Essa iniciativa foi responsável para que ao final da década de 1990, 7% dos lugares na Câmara dos Deputados fossem ocupadas por mulheres, 7,4% no Senado Federal 6% nas Prefeituras Municipais e 12% nas Câmaras Municipais para os cargos de vereadoras. Em: <http://www.ufrrj.br/portal/modulo/home/noticia.php?noticia=2088>, Acedido em 04 de Março de 2011.

⁷¹² Mesmo sabendo que nosso período de estudo não contempla o ano de 2010, pois tem seu término em 2007 achamos relevante trazer essa informação da eleição presidencial que deu lugar a primeira presidente do Brasil. Por se tratar de um feito histórico em consequência de todas as iniciativas ocorridas no Brasil após o processo de redemocratização. Inclusive pelo facto da Excelentíssima Sra. Dilma Roussef ter sido presa política no período ditatorial do Brasil e ter sido sucessora do primeiro presidente ex-operário da siderurgia fabril, o Excelentíssimo Sr. Lula da Silva. Com mandato de 2002 à 2006, reeleito de 2006-2010.

⁷¹³ Após a Constituição de 1988-2010, foram aprovadas 42 leis e leis complementares que consolidaram as mudanças no âmbito do trabalho social e a divisão sexual do trabalho. Sobre esse assunto e como referência da citação mencionada, ver Rodrigues, A. e Cortes, I. R. (2010). Legislação sobre Trabalho e Gênero: Período 1988-2010 Em: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, p.36-44.

estratificação na esfera do trabalho. No entanto, na prática, ainda vê-se no Brasil discriminações as mais diversas, como por exemplo a questão salarial, pois as mulheres continuam recebendo um menor salário, mesmo exercendo funções iguais às dos homens. Dados do IBGE comprovam:

O rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual de rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era de 70,8%⁷¹⁴.

Outra forma de discriminação diz respeito ao número de mulheres que têm registro na carteira profissional:

Em 2009, aproximadamente 35,5% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondiam a 30,9%. Entre os homens, este percentual era de 40%⁷¹⁵.

Esses problemas não são evidenciados somente no Brasil, mas fazem parte da estrutura global do mercado de trabalho. De acordo com a globalização comercial, os países desenvolvidos ou em desenvolvimento têm criado empregos vulneráveis, diante das privatizações e da diminuição da proteção social. As sequelas desse fenômeno têm acentuado a diferenciação sexual do trabalho, e as desigualdades sociais, de classes e de etnia⁷¹⁶.

Em relação ao Brasil especificamente, para além do que foi exposto⁷¹⁷, vê-se na atualidade um elevado crescimento das mulheres na liderança de unidades familiares monoparentais⁷¹⁸, ou seja, como

⁷¹⁴ IBGE (2009). *Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho*, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2009. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro. Em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1567&id_pagina=1, Acedido em 06 de Março de 2011.

⁷¹⁵ Ibidem.

⁷¹⁶ Hirata, H. (2010, Dezembro de) Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. Em: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pp. 45-49.

⁷¹⁷ Após análise a autora destaca algumas preocupações urgentes: a necessidade de promoções e mudanças na divisão sexual do trabalho na vida familiar, o reconhecimento da importância do trabalho doméstico não remunerado e a necessidade de que uma legislação global e articulada – Reformas Trabalhista, Sindical e Previdenciária - que amplie direitos, seja contemplada com desdobramentos normativos (legislação complementar, instruções e normas técnicas), e que seja referência efetiva para a formulação e implementação de políticas públicas, com dotações orçamentárias pertinentes e adequada fiscalização por parte do Estado para o seu cumprimento. Ver: Rodrigues, cit., pp. 43-44.

⁷¹⁸ Sobre esse tema ver: Ávila, M. B. (2010). Divisões e Tensões em Torno do Tempo do Trabalho Doméstico no Cotidiano. Em: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília pp. 67-76. E ainda: Porto, C. M. (2010) Os Afazeres Domésticos, Trabalho Doméstico Remunerado e a Proteção do Estado Democrático de Direito. Em: Brasil. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, pp.77-88.

principal responsável no domicílio⁷¹⁹. Estudo sobre o assunto, realizado pelo IBGE em 2006, conclui sobre o perfil destas mulheres:

2,7 Milhões, ou 29,6% das mulheres ocupadas; 62,9% com 40 anos ou mais de idade; 38,4% com menos de 8 anos de estudo; 50,6% não tinham cônjuge e moravam com seus filhos. Entre as mulheres sem cônjuge e com filhos, 47,1% tinham pelo menos 1 filho com idade inferior 15 anos e 28,5% tinham todos os filhos com menos de 15 anos; 29,8% estavam ocupadas em postos de trabalho caracterizados como informais; 21,9% eram trabalhadoras domésticas; 78,6% tinham rendimentos inferiores a 3 salários mínimos; rendimento médio equivalente a R\$ 927,10; rendimento médio domiciliar igual a R\$ 1.503,99⁷²⁰.

Verifiquemos os índices da tabela seguinte, os quais evidenciam, de acordo com o censo de 2000, os principais responsáveis pelo provimento dos domicílios. Percebemos que, na altura, as mulheres já aparecem em números elevados (11.160 635), se comparados aos homens (33.634 466).

Tabela 39 – Pessoas responsáveis pelos domicílios, por sexo, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Pessoas responsáveis pelos domicílios		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	44 795 101	33 634 466	11 160 635
Norte	2 809 912	2 167 075	642 837
Nordeste	11 401 385	8 449 390	2 951 995
Sudeste	20 224 269	15 049 401	5 174 868
Sul	7 205 057	5 576 952	1 628 105
Centro-Oeste	3 154 478	2 391 648	762 830

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000. Tabela 1, Acedido em 08 de Março de 2011, em: «<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/tabela012000.shtm>»

Observemos a evolução das mulheres na condição de responsáveis pelo provimento dos domicílios. Na sequência comparativa do período 2002-2006.

Figura 27 – Demonstrativo das mulheres responsáveis pelo domicílio, ocupadas e desocupadas, período 2002-2006.

	2002	2003	2004	2005	2006
Ocupadas	90,9	90,3	91,3	92,8	92,0
Desocupadas	9,1	9,7	8,7	7,2	8,0

Fonte: Figura 6 - Evolução da distribuição de mulheres ocupadas e desocupadas no total de mulheres economicamente ativas principais responsáveis, para o total das seis regiões metropolitanas - meses de Agosto de 2002 a 2006 (em %). In: IBGE. Principal responsável cit., 2006, p.8.

⁷¹⁹ Segundo o IBGE, o principal responsável no domicílio é aquela pessoa que é responsável na unidade domiciliar ou que assim for considerada pelos demais moradores. É o que equivale em Portugal ao agregado familiar.

⁷²⁰ IBGE (2006) Principal responsável no domicílio é aquela pessoa que é responsável na unidade domiciliar ou que assim for considerada pelos demais moradores. Pesquisa Mensal de Emprego, Rio de Janeiro.

É relevante considerar que a mudança de hábitos tem feito com que muitas mulheres assumam várias jornadas de trabalho, no emprego e em casa, nos afazeres domésticos e no cuidar dos filhos e dos mais idosos. Já muitos dos homens, estando ocupados com trabalho remunerado ou não, não mudaram o tradicional hábito de não realizarem trabalho doméstico. Os índices de 2007 dão conta de que,

Somente metade dos homens realiza afazeres domésticos (51,4%), enquanto 9 em cada 10 mulheres tinha essa atribuição. Ou seja, para as mulheres, a saída para o mercado do trabalho não significa deixar de fazer tais atividades, pelo contrário, a participação delas é ainda maior (92%). A elevada distância que existe entre homens e mulheres com relação a este aspecto não permite afirmar que há uma divisão de tarefas domésticas nos lares brasileiros⁷²¹.

Este acúmulo de papéis sociais exercidos pelas mulheres no mundo global é fator gerador do pluralismo identitário evidenciado na contemporaneidade, diante da mudança de postura dos agentes da sociedade.

Consideramos a feira como espaço social aglutinador de representação da sociedade vigente, pois nelas também encontramos essa realidade dos papéis plurais desempenhados pelas feirantes nos dois lados do Atlântico, fruto de um cenário que foi construído ao longo dos séculos, sobretudo no século XX. E é a essa mudança de cenário que dedicamos as próximas páginas deste capítulo.

Homens “de saia” e mulheres “de calça” nas feiras: papéis invertidos, ou desconstrução de estereótipos?

Nas feiras contemporâneas, tanto no Brasil quanto em Portugal, percebemos um crescimento significativo não só de feirantes - trabalhadores informais⁷²², fruto do desemprego e dos

⁷²¹ IBGE. (2006). *Síntese de indicadores sociais 2007*. Rio de Janeiro, p. 206, em: <www.ibge.gov.br/noticias>, Acedido 03 de Março de 2011.

⁷²² Convém esclarecer que o crescimento no número de feirantes nas feiras investigadas, já foi tratado no capítulo 4, item 4.2- As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais, pp, 126-147. Por essa razão não iremos aqui retomar. Destacamos somente a seguinte afirmação que constata os elevados índices de trabalhadores informais no Brasil, sobretudo após a década de 1990: “Podemos observar que, ao longo da década de 80, a informalidade atingiu o percentual máximo, em 1984, de cerca de 40% do total dos ocupados, mas em nenhum momento ela alcançou ou ultrapassou o total dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal. Por outro lado, durante a década de 90, há uma significativa tendência de queda no número de postos de trabalho formal. A participação dos ocupados formais sai de cerca de 53%, em 1991, para 45% em 2001. Já o emprego informal passa de 40%, em 1991, para 50% em 2001. O ano de 1996 passa a ser o de inflexão na evolução das taxas dos empregos formal e informal. A partir daí, acontece, em carácter inédito, a maior participação dos informais no total dos ocupados no país, segundo os dados da PME/IBGE” Mais considerações a esse respeito ver: Sabadini, M. de S *Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil*. Acedido em 06 de Dezembro de 2010 em: «<http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF>», p. 8.

fenômenos migratórios⁷²³ - mas também da presença feminina. Este fenómeno está associado ao momento histórico vigente. Muitas mulheres passam a ocupar lugares de negócios em diversas situações: ou em forma conjunta, auxiliando seus maridos; ou por conta própria, sem vinculação com uma figura masculina; ou na condição de filha, ajudando aos pais, e às vezes somente a mãe que já se tornara viúva, ou mesmo divorciada; dentre outras formas. Um estudo brasileiro sobre as feiras da região do Paraíba, realizado nos anos 1982-1989, revela:

(...) Um crescimento de 49% no número de vendedores durante este período (o que significa uma taxa de crescimento de 5,9% por ano), enquanto o número de mulheres cresceu 60% (taxa de crescimento: 7%); em 1989, elas ocupavam 26% dos pontos de venda⁷²⁴.

Embora saibamos que a presença das mulheres nas feiras não é algo que tem lugar somente no momento presente, fruto dos avanços da “igualdade de sexos” resultante dos processos de redemocratização do Brasil e de inserção de Portugal na CEE, acreditamos que tais acontecimentos acabaram por trazer mudanças de mentalidade e de comportamentos que fortaleceram a presença destas nestes espaços públicos⁷²⁵. Não podemos dizer que as mulheres, nas feiras minhotas lusitanas e nordestinas brasileiras, se fizeram presentes a partir da segunda metade da década de 1980, pois elas já se faziam presentes antes. No entanto, podemos afirmar que vê-se um número maior delas após este período, proveniente de um novo cenário no mercado de trabalho dos países capitalistas.

As mudanças⁷²⁶ se verificam em três dimensões: a primeira delas diz respeito a uma maior quantidade em geral de feirantes, e assim também de mulheres; a segunda relaciona-se à

⁷²³ O fenómeno migratório interno no Brasil e externo presente em Portugal, também já foi mencionado no item 2.1, tópico Feira: mão-de-obra de nativos desempregados e imigrantes, pp. 72-77 por essa razão não se faz necessário retomá-lo.

⁷²⁴ Garcia, M. F (1992, junho). O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.19, ano 7, pp.84-85.

⁷²⁵ O espaço público sempre foi inerente ao género masculino, espaço também da “vida” e do “trabalho” cabendo as mulheres o domínio privado “ (...) Ao mundo difícil da “vida”, da “rua” e do trabalho em geral, esses universos que são profundamente masculinos e, por conseguinte, estão longe das cozinhas, dos temperos e das boas mesas e camas, onde se pode exercer uma comensalidade enriquecedora (...) ”. A respeito dos espaços sociais definidos como de domínio masculino ou feminino, ver Damatta, R. (2001). *O que faz o Brasil, Brasil* Rocco, Rio de Janeiro, p.52; a história das instituições como mosteiros, guildas, confrarias em finais da idade média e início da moderna lugares públicos, portanto de vinculação masculina já que as mulheres eram excluídas da esfera pública, cabendo somente o privado das casas, a esse respeito, ver Burke, P (2003) *Uma História Social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien: Jorge Zahar, Rio de Janeiro p.78. E ainda: Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner: Bertrand Brasil Rio de Janeiro.

⁷²⁶ Convém esclarecer que essas mudanças não são percebidas de igual maneira em todas as feiras investigadas. Ou seja, se antes aos homens cabia a venda de cereais, no momento vigente eles não deixaram (todos) de vender cereais e passaram a vender ervas medicinais. Entretanto já se percebe uma maior fusão nesse aspecto, em função sobretudo da maior entrada de mulheres no espaço das feiras. Nesse sentido muitas mulheres passam a atuar nos cereais auxiliando seus maridos, ou mesmo muitos maridos auxiliando suas esposas nas vendas com ervas. E há também aqueles que de facto se dedicam ao comércio com ervas, independentemente da presença feminina, é o caso de muitos vendedores deste artigo presentes na feira de São Joaquim em Salvador. Como também muitos portugueses e ciganos nas feiras minhotas portuguesas que hoje vendem artigos de vestuário, calçado, perfumes, relógios, artigos têxteis, bolsas para homens e

comercialização de mercadorias, pois antes via-se mercadorias específicas para os homens e outras para as mulheres; a terceira mudança é quanto à presença das mulheres no comércio sem a figura masculina ao seu lado em alguns casos chefes de famílias monoparentais, encontrando as feiras como lugares de trabalho e de sobrevivência para os seus dependentes.

A presença de mulheres nas feiras deste estudo é significativa. Nas feiras minhotas portuguesas elas correspondem a 65% dos depoentes, e, nas feiras nordestinas brasileiras, a 50%, conforme a tabela seguinte⁷²⁷.

Tabela 40 – Características dos Feirantes por Gênero

CARACTERÍSTICAS DOS FEIRANTES GÊNERO (%)	PORTUGAL	BRASIL
	SOMA	SOMA
Masculino	35%	50%
Feminino	65%	50%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Tomemos para análise as feiras de Caruaru, no Brasil, e de Vila do Conde, em Portugal. Constatamos, nas visitas à primeira, a elevada presença de feirantes do gênero feminino. Tal facto, pelo que pudemos observar, também deve-se às atividades desenvolvidas na região, relacionadas ao mercado informal, advindo da época atual em que o desemprego formal se constitui numa evidência. Esta situação trabalhista de acordo com estudo realizado pelo SEBRAE nas empresas do Agreste Pernambucano contempla prioritariamente às mulheres, 56,3% estão no mercado formal, e 52,6% no informal. A tabela a seguir demonstra estes dados:

mulheres. Artigos que antes tinham uma maior tendência de serem oferecidos pelas feirantes. Cabendo aos homens a venda de gado e de cereais, como veremos a seguir.

⁷²⁷ Mesmo que para este estudo estes valores não sejam evidência de superioridade numérica das mulheres, pois quando fomos fazer a pesquisa o critério de escolha dos depoentes não tivesse sido uma preocupação, o facto é que elas se apresentam em números relevantes. Para além disto, outros estudos evidenciam a presença das mulheres nos espaços das feiras brasileiras. Ver: Silva, V. P. da (2005). *Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB; Paim, M. R. (2005). *Do sete a São Joaquim: o cotidiano de "mulheres de saia" e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador e Oliveira, S. S (2009). *As Identidades das Mulheres Feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade*. Monografia de Graduação em História, Universidade Estadual da Paraíba Campina Grande-PB.

Tabela 41 – Demonstrativo por sexo, segundo situação trabalhista nas empresas do Agreste Pernambucano 2003 (%)

Sexo	Municípios								
	Caruaru		Toritama			Sta. Cruz		Total	
	Formal	Informal	Formal	Informal		Formal	Informal	Formal	Informal
Masculino	56,9	35,4	65,7	56,8		58,7	40,6	58,9	43,8
Feminino	43,1	64,6	34,3	43,2	41,3	59,4	41,1	56,3	52,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Núm. Obs.	109	209	35	213	92	330	236	752	988

Fonte: Quadro 5.2, Sexo do entrevistado. FADE / SEBRAE-PE. (2003, Maio de). Relatório Final apresentado ao SEBRAE-PE. In: Estudo de caracterização econômica do polo de confecções do Agreste de Pernambucano, Recife, p.31.

Na feira de Caruaru, sobretudo na feira da Sulanca, esta realidade se faz maior, tendo em vista a grande presença de mulheres, sejam as costureiras na confecção dos produtos, sejam as vendedoras que comercializam as roupas, ou mesmo as freguesas que adquirem os produtos para os revenderem em suas cidades. Uma pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2003, especificamente na feira da Sulanca em Caruaru, apresentou o índice de 49% para feirantes do sexo feminino, enquanto os homens representavam 51%. Ou seja, além de percebermos a presença elevada do gênero feminino na feira, percebemos também uma certa igualdade nos feirantes por sexo. Constatamos também que os homens, na atualidade, passaram a comercializar também mercadorias anteriormente de domínio feminino como roupas, lingerie e artigos têxteis para casa. É o que demonstra os índices de pesquisa do SEBRAE dispostos na tabela:

Tabela 42 – Demonstrativo por sexo, segundo a Feira da Sulanca em Caruaru (%)

SEXO	Percentual
MASCULINO	51,0
FEMININO	49,0
Total	100,0

Fonte: SEBRAE (2003, Janeiro de) *Relatório da avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Cohab, Caruaru/PE.*, Recife, p. 1.

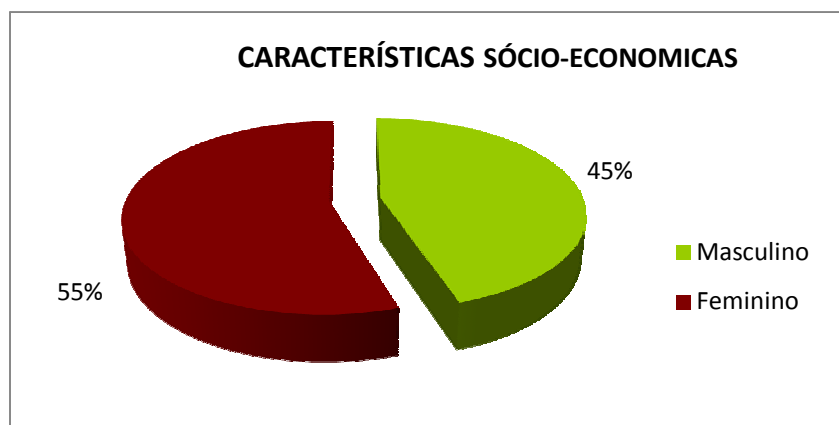
Em nossa pesquisa, verificamos um número de feirantes do gênero feminino mais elevado que os feirantes do gênero masculino, 60% e 40% respectivamente. Convém lembrar que não entrevistamos somente feirantes da Feira da Sulanca, mas também das demais⁷²⁸, que estão incorporados ao todo o universo da feira grande de Caruaru. Logo, embora essa realidade quanto a presença feminina seja mais visível na Feira da Sulanca, ela se apresenta nas feiras como um todo.

⁷²⁸ Nos referimos as feiras de artesanato, de frutas, de verduras, de laticínios, do Paraguai (importados), calçados, flores, doces, cereais, ervas, e demais produtos.

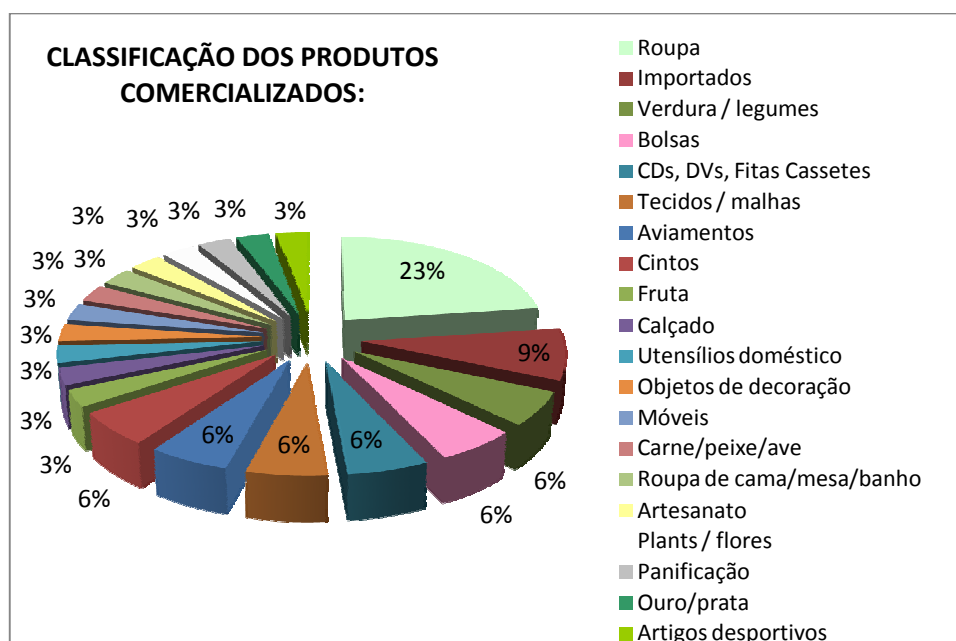
Gráfico 54 – Demonstrativo dos feirantes entrevistados por gênero Caruaru (Brasil)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Já em relação à feira de Vila do Conde, o número de feirante mulheres também pôde ser constatado aparentemente e estatisticamente, nas entrevistas que realizamos. De acordo com um levantamento que fizemos pessoalmente em 2007, junto à Câmara do Municipal de Vila do Conde, somado ao ofício recebido pela mesma entidade, de número de registro 106/11, expedido pela Diretoria de Administração e Financeira, constatamos que, dos 389 feirantes cadastrados em 2007, 259 são mulheres e 130 são homens. Facto bastante significativo quanto ao que temos dito até o presente. E mais relevante ainda diante da afirmação de que a feira vila-condense, em 2007, se apresentava de maneira eclética nos gêneros comercializados, diferentemente do ano de 2006, que tinha os artigos hortícolas como maior oferta. Em 2007, portanto, o número de artigos hortícolas é de 160 lugares, e o dos demais artigos 229. Mesmo considerando que os artigos hortícolas fossem comercializados exclusivamente por mulheres, pois era assim no passado, ainda assim sobrariam cerca de 40% das mulheres para comercializar os demais produtos. Estes dados corroboram nossa afirmação de que na atualidade homens e mulheres comercializam os mesmos produtos. Na sequência, apresentamos os dois gráficos relativos à análise em Vila do Conde. O primeiro deles corresponde ao demonstrativo dos feirantes entrevistados por gênero, apresentando 55% para o público feminino e 45% para o masculino, e o segundo às mercadorias que estes declaram comercializar.

Gráfico 55 – Demonstrativo dos feirantes entrevistados por género Vila do Conde (Portugal)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 56 – Demonstrativo dos artigos comercializados pelos feirantes em Vila do Conde

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Em se tratando das mercadorias comercializadas pelos géneros específicos, trouxemos como exemplo também o caso de Campina Grande. No seu estudo sobre as feiras do Agreste Paraibano, nos anos 1980, Garcia constatou que, para as mulheres da época, não era comum o ato de negociar, sobretudo se as feiras fossem realizadas fora do seu lugar de moradia. Cabia portanto à mulher ajudar seu cônjuge na arrumação, em casa, dos produtos que ele levaria para as feiras e, no máximo, ir até o local de trabalho deste em horário de almoço, levando a refeição para ele. Enquanto o marido almoçava, a mulher atendia ligeiramente os clientes. Segundo a autora, os entrevistados de sua pesquisa, quando interrogados sobre o hábito de as mulheres não negociarem, declararam não “ficar

bem” mulher “andando pelo meio do mundo”⁷²⁹. Naquele momento as mulheres só passavam a negociar integralmente por ocasião de assumirem o papel de chefes das famílias em estado de viuvez, e se não tivessem filhos homens que pudessem assumir o lugar do pai no comércio das feiras. Garcia destaca ainda que as poucas mulheres presentes na feira para negociar,

Ocupavam sectores de bancos de café de uma maneira exclusiva. São dominantes em certos sectores secundários da feira (como verdura e pão) e chegam a penetrar ocasionalmente em outros sectores de venda a varejo. No entanto, nunca vendem no atacado⁷³⁰ [este lugar era prioritariamente masculino].

A autora acrescenta ainda, em outro estudo dos anos 1980, no estado de Pernambuco, que raramente encontravam-se mulheres em sectores de produtos alimentares considerados mais nobres como farinha de mandioca, cereais e carne. Estas eram atividades definidas socialmente como “muito pesadas”⁷³¹. Destaca também que, nas feiras pernambucanas “os bancos de café que contam com maior número de mulheres (16, em 1982, e 17, em 1989); ali a presença feminina é quase exclusiva, em especial quando se trata de cozinhar no local”⁷³².

Retomando a realidade atual e diferenciando-se dos estudos de Garcia sobre a década de 1980, a feira campinense apresentava 348 feirantes cadastrados, sendo 223 homens e 125 mulheres. Para além de haver um elevado número de mulheres⁷³³, apresenta também, na descrição das mercadorias e género dos comerciantes cadastrados, aspectos interessantes se comparados à realidade da década de 1980. Observemos, por exemplo, na descrição dos produtos alimentares comercializados (lanche e comida pronta), uma maior quantidade de homens cadastrados (19) que de mulheres (16), produtos que anteriormente eram de venda exclusiva do género feminino. Destacamos também os utensílios domésticos, dos quais só aparecem quatro cadastrados, todos comercializados por homens. E ainda outros produtos antes de domínio feminino: flores, bijutaria e confeções. Notamos

⁷²⁹ Garcia, M. F. (1984). *Feira e Trabalhadores Rurais, as feiras do brejo e do Agreste Paraibano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social: Museu Nacional, Rio de Janeiro, pp. 106-109.

⁷³⁰ *Ibidem*, p. 110.

⁷³¹ Garcia, Segundo sexo do comércio cit..., p. 6. Sobre tarefas “pesadas” e tarefas “maneiras” desvinculando-as da ideia de esforço físico, e sim a uma concepção social hierarquizada das esferas de atividades masculinas e femininas. Segundo a autora, tal concepção poderá ser encontrada na obra Heredia, B. A. & Garcia Jr, A.R. (1971). Trabalho familiar e campesinato. *América Latina*, 14, nº 1 e 2. CLAPCS, Rio de Janeiro.

⁷³² *Ibidem*, p. 8.

⁷³³ Deve-se levar em consideração que o registro pode não corresponder a realidade de facto. Pois muitos feirantes se cadastram por conveniência, ou seja, muitos estão cadastrados mas quem trabalha de facto é um outro; As vezes se cadastra em um nome masculino, ou feminino, mas com vários lugares que podem ser lugares de trabalho exercidos por homens ou por mulheres, ex. na atividade venda de peixes encontramos uma mulher cadastrada que tem na verdade 7 bancas de vendas de peixes, outra com 5 bancas do mesmo produto, ou em calçados há uma outra com 11 lugares em seu nome. De todo modo é conhecedor que todas estas variáveis que devem ser levadas em consideração, no entanto não negamos que a partir dos dados apresentados pelo levantamento realizado pela Secretaria de Serviços Urbanos (mesmo que “informal”) que o número de registro de feirantes mulheres na feira de Campina Grande, atualmente corresponde a quase 51% do total dos homens.

também que os homens passam a dividir, atualmente, espaço com as mulheres no ramo em que antes eles tinham o predomínio – a venda de cereais, de carne, peixes e aves.

Tabela 43 – Demonstrativo do número de feirantes cadastrados se acordo com o tipo de mercadorias comercializadas.

Descrição produto	Feirantes cadastrados (Homens)	Feirantes cadastrados (Mulheres)	Total
Fruta e verdura	16	37	53
Lanche e alimentação pronta	19	16	35
Confeções	13	12	25
Bijutaria	6	2	8
Utensílios domésticos	4	0	4
Variedades	8	12	20
Cereais	28	12	40
Lactínio (queijos)	12	4	16
Peixe	10	1	11
Carne	41	19	60
Fruta	28	12	40
Calçado	9	15	24
Tempero	2	2	4
Ave	3	1	4
Flores	1	1	2
Fumo	2	0	2
Totais	202	146	348

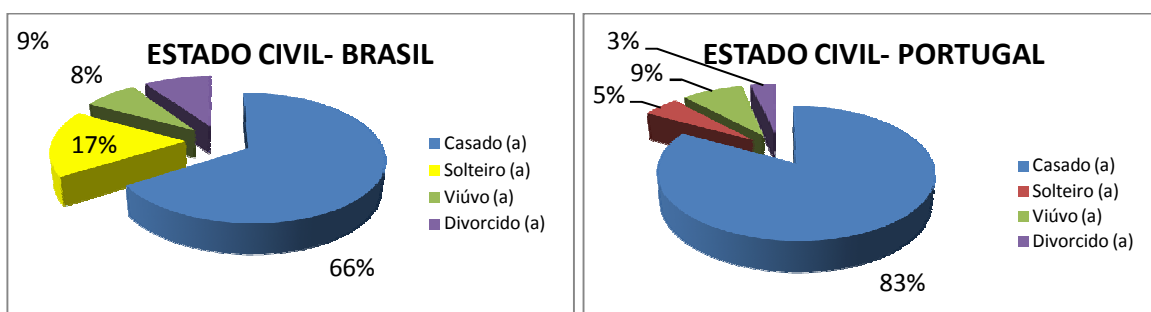
Fonte: Levantamento cadastral realizado pela administração da feira central, em caráter emergencial, fornecido para o presente estudo, apresentado em planilha manuscrita e com a ressalva por parte do administrador que não se tratava de dados fidedignos, podendo ter sofrido alguma alteração, uma vez que não se tratava de um levantamento formal como os dados fornecidos pela secretaria de Serviços Urbanos nos anos 2000 e 2010.

Estas diferenças identitárias em relação aos gêneros dos vendedores e artigos comercializados, que outrora eram estabelecidas a partir do sexo, atualmente encontram-se em processo de troca de lugares, ou mesmo de partição destes. Ou seja, já não vemos homens e mulheres vendendo artigos específicos, vinculados aos seus gêneros e, portanto, papéis sociais preestabelecidos. Pelo contrário, vemos, nas feiras, homens e mulheres comercializando mercadorias comuns, independentemente do gênero a que pertençam.

Estas diferenças quanto aos papéis de gênero dos feirantes não são percebidas somente nas mercadorias que comercializam, mas também nos posicionamentos que ocupam frente às suas respectivas famílias e à sociedade como um todo. Nos referimos às mulheres que hoje atuam nas feiras como colaboradoras no labor de seus cônjuges, compartilhando, portanto, com os compromissos financeiros da família, sendo muitas vezes responsáveis pela manutenção das suas famílias, administrando as estruturas familiares monoparentais. A este respeito, percebemos que, nas feiras investigadas, de um lado e do outro do Atlântico, os feirantes, sejam homens ou mulheres, possuem

estado civil bem definido, sendo a maioria deles casados, e tendo suas esposas (os) atuando na labuta diária do trabalho nas feiras, 83% em Portugal e 66% no Brasil. Aqueles que não se declararam casados, nem vivendo com companheiras (os), são viúvos (as), divorciados (as), e responsáveis pelas unidades familiares monoparentais. É o que comprovam os gráficos a seguir:

Gráfico 57 – Demonstrativo do Estado Civil dos Feirantes (em Portugal e no Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Convém lembrar que os poucos solteiros, 5% nas feiras minhotas e 17% nas nordestinas brasileiras, não são pelo facto de não compartilharem a vida conjugal com alguém, momentaneamente, que são efetivamente “livres”, pois alguns têm filhos e são responsáveis por eles. A esse respeito o depoimento da feirante portuguesa, Cristina Martins, em Vila do Conde: “Sou solteira, mas aprendi a trabalhar nisso com minha mãe. Desde miúda que trabalho em feiras. Gostava mesmo era de tirar um curso. (...) Sim tenho uma filha”⁷³⁴. E também da feirante brasileira Maria da Glória, na feira de São Joaquim,

Toda minha família vive daqui. Sou solteira no papel, mas tive três companheiros, agora estou sozinha. Minha vida é essa feira de São Joaquim, pois daqui tiro o sustento meu e de meus filhos. Essa feira, para mim, é “mãe” e “pai”, comprei casinha onde vivo com meus meninos, tudo daqui⁷³⁵.

As mulheres separadas, divorciadas, ou viúvas, que são responsáveis pelos núcleos familiares monoparentais, relatam⁷³⁶: “Tenho marido não moça, já tive. Agora, sou só por mim, e pelos meus. Tenho é cinco filhos para criar, se eu não correr atrás [se refere a trabalhar] eles não comem”⁷³⁷. Na mesma direção identificamos o depoimento de mais duas feirantes. A brasileira relata que “Tinha

⁷³⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Cristina Martins, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁷³⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Glória Anunciação, feirante em São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

⁷³⁶ Convém esclarecer que trouxemos para demonstração apenas alguns depoimentos. O que não significa dizer que existam outras realidades semelhantes, que podem ser analisadas em outro estudo, pela autora, ou mesmo por outro investigador que se interessar pelo tema.

⁷³⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Conceição, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

um companheiro, trabalhava numa loja, depois fiquei no desemprego e vim ajudar ele aqui na feira. Tivemos 3 filhos, depois nos separamos, ele arrumou outra e eu fiquei com os filhos e com a banca. Ele se danou no mundo”⁷³⁸. Diz a portuguesa:

Sou viúva, mãe de duas filhas e um neto. As filhas estão tirando curso e eu continuo trabalhando. Pago renda de casa e o curso delas, tudo daqui. Mas isso vai mal [se refere a diminuição das vendas] não sei no Brasil, mas cá em Portugal essas feiras não param de se acabar”⁷³⁹.

Embora seja relevante destacarmos, neste estudo, os papéis sociais de muitas mulheres na contemporaneidade como chefes dos lares, são muitas as senhoras que encontramos nas feiras compartilhando experiências e responsabilidades com seus cônjuges, sejam estes maridos formais ou companheiros. É o que diz o feirante brasileiro: “Eu vivo aqui, minha esposa também, é o nosso trabalho”⁷⁴⁰. Por outro lado, observamos também que, nesse convívio conjugal, muitas mulheres aprenderam inclusivamente o ofício de ser feirante. Os dados da tabela seguinte informam sobre as vias de aprendizado no ofício de feirante, de ambos os sexos. Sabemos que as respostas do género feminino se vinculam majoritariamente à segunda opção — por acaso, e com seus cônjuges e companheiros —, enquanto a opção “com os pais e familiares” é mais associada aos feirantes do género masculino, uma vez que, em gerações passadas, muitas das meninas ficavam em casa, enquanto os meninos iam para as feiras com os pais⁷⁴¹. Nas feiras minhotas portuguesas o índice de aprendizado no ofício de feirante com os parceiros é de 47%, e nas nordestinas brasileiras de 27%⁷⁴². A tabela seguinte apresenta os índices citados:

⁷³⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Dione Martins, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁷³⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Helena Matias, feirante em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

⁷⁴⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Augusto, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁷⁴¹ Sobre o aprendizado no ofício por sexo, Garcia faz a seguinte ressalva: “Para as moças, o facto de ter um pai na feira não quer dizer que elas estejam integradas nessas atividades. Às vezes são levadas a ajudá-lo, quando se trata de um sector onde sua presença é admitida, ou quando não há, no grupo doméstico, meninos em idade de fazê-lo. As meninas não são encorajadas a entrar no negócio. Menos ainda quando pertencem a uma família mais abastada. Até as viúvas que negociavam na feira, quando indagadas a esse respeito, insistiam sobre o facto de que levavam suas filhas à feira nos sábados e domingos, mas que elas deviam estudar durante a semana, porque, *“para uma mulher, a feira não tem futuro.”* Ver Garcia, Segundo sexo do comércio cit..., p. 10.

⁷⁴² Vale lembrar também que nessa categoria aglutinamos os entrevistados que disseram ter aprendido o ofício de ser feirante, pelas condições sociais a que estavam passando na altura, podendo inclusivamente serem casados e desempregados, ambos foram trabalhar na feira, ou senão um ou outro. Ou seja, na categoria de desempregados também se situam esses índices.

Tabela 44 – Demonstrativo do aprendizado no ofício de ser feirante (Portugal e Brasil)

APRENDIZADO NESSE OFÍCIO (%)	PORTUGAL	BRASIL
	SOMA	SOMA
Com os pais ou familiares	51%	58%
Por casualidade (com cônjuges, companheiros)	47%	27%
Outro	5%	15%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

A respeito do facto de terem sido estimuladas a trabalharem nas feiras pelos seus companheiros, os relatos: “Vim trabalhar com meu marido, ele que me botou nisso, mas depois morreu e eu acabei tendo que assumir tudo. Vida sacrificada, mas não posso reclamar, pelo menos ganho o meu pão e dos meus filhos”⁷⁴³. Uma feirante portuguesa, para além de mencionar que trabalhava com o marido, ainda destacou a presença de mais feirantes do género feminino na feira de Vila do Conde, parentes de seu esposo: “Meu marido também. Do meu lado [se refere a família] não tem feirantes, todos seguiram outros ramos, do lado de meu marido sim. As irmãs dele, a mãe, uma tia.”⁷⁴⁴. Disse a feirante em Campina Grande: “Por causa do meu marido, vim parar aqui. Ele adoeceu, foi operado, aí eu vim ajudar e/e, vim trabalhar aqui”⁷⁴⁵. A feirante portuguesa refere-se ao marido e ainda acrescenta que mudou de atividade: “Aprendi a negociar com meu marido. Na altura ele vendia fumeiros, vim ajudar e/e e depois mudei para tecidos e agora vendo roupas feitas. Mas é artigo nacional!”⁷⁴⁶. Outra feirante portuguesa também refere-se ao trabalho compartilhado com o marido:

Tenho cinco filhos. Minha sogra já vendia louça, depois que ela faleceu falamos com a Câmara e ficamos com esse lugar. Meu marido é que vinha e eu ficava em casa com os filhos. Não tínhamos carro, então ele se motorizava ou então metia a louça no táxi e vinha. Depois compramos uma carrinha e passei a vir também ajudar ele⁷⁴⁷.

Outras feirantes, embora sejam casadas, atuam independentemente de seus cônjuges e contribuem com a manutenção dos seus lares. Isto pode ser percebido nos depoimentos seguintes, da feirante

⁷⁴³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo Tavares, feirante, em São Joaquim, Salvador, 27 de Maio de 2009.

⁷⁴⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, feirante em Vila do Conde, em 27 de Maio de 2009.

⁷⁴⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Cleonice Agra, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁷⁴⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Fernandes, feirante em Ponte de Lima, em 12 de Novembro de 2007.

⁷⁴⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição Salgueiro, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

brasileira: “Meu esposo trabalha aqui, em outro banco”⁷⁴⁸; e da portuguesa: “Ajudo o marido, mas ele não trabalha aqui, é picheleiro”⁷⁴⁹.

Conclui-se, portanto, que homens e mulheres outrora tinham papéis sociais bem definidos, delimitados a partir do sexo; eles estereotipados nas figuras dos “machões”, dos “valentões”, em oposição ao sexo “frágil”. Tais estereótipos definiam os espaços que os sujeitos “podiam” ocupar, escamoteando um poder estabelecido e “naturalizado” como o “tradicional”, o que é de “costume”, as formas de se portar em público e no privado, além de serem definidos os papéis da “chefia” da casa na figura do provedor. Nos finais do século XX e início do XXI, diante de um novo contexto, esses papéis passam a ser questionados e alterados. As mulheres ocupam mais o mundo público e os homens dividem com elas os espaços do mercado de trabalho e as responsabilidades no provimento do lar.

Esta é a realidade dos feirantes contemporâneos, seja em território brasileiro ou luso. As identidades se tornam plurais na medida em que os sujeitos assumem papéis diferenciados, que em grande medida entram em conflito, promovendo crises de identidade de natureza sexual, social e cultural. Como nota Hall,

(...) Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (...). [A identidade una segundo Hall] é uma fantasia⁷⁵⁰.

6.6 – Identidades híbridas de feirantes e fregueses

Para fins de análise, categorizamos nossos depoentes em dois grupos: feirantes e fregueses. No entanto, quando fomos a campo percebemos em seus depoimentos que os mesmos não fazem parte de grupos desassociados um dos outro. Nos deparamos com realidades híbridas. Muitas vezes estávamos entrevistando um freguês e observamos que a relação estabelecida com os feirantes é extremamente próxima, ao ponto de suas falas se configurarem em retóricas próprias daqueles que eram feirantes. Alguns fregueses já tinham sido feirantes no passado; tinham cônjuges ou parentes nessa condição; ou até mesmo se constituíam feirantes dos seus feirantes, agora fregueses, por serem ao mesmo tempo fornecedores e fregueses de feirantes. Constatamos, portanto, a existência de uma teia de reciprocidade⁷⁵¹ nas feiras contemporâneas, de sociabilidade, de mobilidade social, o que faz

⁷⁴⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Graças, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁷⁴⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, feirante em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁷⁵⁰ Hall, A identidade... cit., p.13.

⁷⁵¹ Esse debate acerca da sociabilidade e reciprocidade será retomado posteriormente, no capítulo 8, 8.1 texto: Feira, lugar de encontro e de desencontro, pp. 450-488 por essa razão não iremos nos aprofundar nesse item.

com que haja um deslocamento dos sujeitos em torno de papéis anteriormente definidos. É esse hibridismo que exploramos nesta parte do presente capítulo.

Se observarmos atentamente os sujeitos que fazem parte das feiras, perceberemos que se configuram em volta de uma multiplicidade de personagens, figuras que dialogam entre si e formam um todo bastante heterogêneo e complexo. Esta heterogeneidade ocorre para além do que já foi exposto até o presente, no tocante às identidades plurais, pelo facto de se tratar de seres ecléticos a partir das suas experiências, seus valores e principalmente seus interesses.

O contexto global⁷⁵² permite que vários personagens convivam em um mesmo lócus de trabalho, no caso específico as feiras. São sujeitos que, embora aparentemente pareçam pertencentes a grupos específicos, fixos, em verdade, diante de toda a complexidade de relações entre si, se tornam personagens com papéis sociais entrelaçados. Tomemos como exemplo a feira de São Joaquim, em Salvador, para compreendermos esses personagens e as teias de relações que convergem para as identidades plurais, seus conflitos e tensões sociais. Identificamos, na feira soteropolitana contemporânea, os seguintes personagens:

Os comerciantes atacadistas que compram mercadorias de várias partes do país e alguns até fazem um beneficiamento do produto (como a moagem do milho) [ou o preparo da massa do acarajé e do caruru], armazenam e acondicionam. São o elo de ligação da feira ao universo exterior e o principal sustentáculo para o seu abastecimento. Fornecem aos varejistas, aos ambulantes, a consumidores diretos que desejam e podem comprar no atacado. Têm, no seu circuito de compradores, grande parte dos donos de mercearias e feirantes de bairros populares. [Esses são os atacadistas de cereais]⁷⁵³.

Os atacadistas de hortifruti, em condições diferentes dos atacadistas de cereais quanto a logística (equipamentos e instalações), negociam principalmente com os ambulantes⁷⁵⁴. Há também os atacadistas de varejistas, que diversificam suas mercadorias, acrescentando os produtos semi-industrializados. Seu local de trabalho na feira se apresenta de modo semelhante às mercearias. São, portanto, atacadistas dos varejistas, ao mesmo tempo que não deixam de ser varejistas diretos dos fregueses que adquirem seus produtos não para revenda, mas sim para consumo direto. Em vista disto, percebemos uma tendência de hibridismo identitário quanto aos papéis sociais que cada grupo

⁷⁵² Nos referimos ao contexto histórico atual 1986-2007, pois no capítulo 1, item 1.3 O cotidiano nas feiras..., tópico Personagens das feiras, pp. 67-71. Na ocasião, fez-se referência aos personagens observados nas feiras, antes deste período atual que chamamos de global.

⁷⁵³ Mello, M. A, Mouro, J e Lobo, A. (1992). Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro. Em: *Veracidade: Revista do Centro de Planeamento Municipal*, n. 4, Dez, p. 26.

⁷⁵⁴ Os ambulantes são aqueles que ou vendem as mercadorias que adquirem dos atacadistas, conhecidos como ambulantes permanentes ou senão aqueles que confeccionam por conta própria e levam para vender nas feiras, os ambulantes provisórios. Sobre os ambulantes provisórios ver Viera, S. (1980). *Feira: espaço de liberdade ou de ilusões*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 78.

desse tem na feira. Há uma certa associação nos papéis, que se torna visível para os seus agentes, no exercício de todas as práticas de comércio. Esse hibridismo identitário converge para os conflitos e as tensões no tocante aos interesses múltiplos inerentes aos feirantes, a partir dos lugares que ocupam na ambiência da feira. Isto é evidenciado em seus discursos⁷⁵⁵. Conforme observa Woodward,

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra⁷⁵⁶.

Destacamos dois aspectos em relação ao tema do hibridismo identitário presente na multiplicidade de personagens e, portanto, de papéis que desenvolvem na feira. O primeiro deles diz respeito ao hibridismo em si, materializado na teia de relações sociais estabelecidas nas feiras, onde vê-se os atacadistas varejistas de cereais que vendem para os varejistas e estes por sua vez vendem ou para os consumidores diretos ou, como semi-industrializados, comercializam para os donos de mercearias que, por sua vez, vendem a consumidores diretos. Sem esquecermos dos atacadistas e varejistas de pescados, de carnes, de flores, das frutas, verduras, de roupas - como no caso da feira da Sulanca em Caruaru -, todos estes com suas respectivas teias. O segundo relaciona-se à formação de identidades sociais de classe. Mesmo valorizando as experiências⁷⁵⁷ inerentes à participação em cada grupo desta teia de relações, os feirantes envolvidos não constroem elementos de identificação e de engajamento diante da sua condição de classe, não reivindicam seus direitos, nem são conhecedores de seus deveres. Simplesmente, dependendo do lugar que ocupam momentaneamente, lutam em prol de interesses individuais e não coletivos⁷⁵⁸, uma vez que não estabelecem nenhuma conexão uns com os outros. Faltam-lhes⁷⁵⁹ portanto, a concepção de classe preconizada pelo historiador social Thompson

⁷⁵⁵ A produção dos discursos na sociedade contemporânea, segundo Araújo (2006), é variada, devido às identidades plurais que os sujeitos manifestam como o lugar social que ocupam na sociedade. O discurso produzido tem alterações por causa do meio em que o sujeito está inserido. Dessa maneira, o sujeito que se pronuncia, fala de algum lugar que influencia seus pensamentos, ações e discursos". Ver Oliveira, cit..., p. 35, Apud Araújo (2006), *Múltiplos discursos* cit..., p.131.

⁷⁵⁶ A respeito da concepção de identidade evidenciada nos conflitos e nas tensões da contemporaneidade. Ver Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu (org.): Vozes, Petrópolis, RJ, p.33.

⁷⁵⁷ As experiências devem ser valorizadas a partir dos conflitos, das atitudes e tensões inerentes aos agentes que as propiciam. A respeito da experiência de agência dos sujeitos ver Thompson, E. P. (2002). "Patrícios e Plebeus", Em: *Costumes em Comum*, Cia das Letras São Paulo, pp. 25-85.

⁷⁵⁸ Estes interesses individuais que se impõem ao coletivo são percebidos por exemplo nas entrevistas e reuniões promovidas pelo poder público, ou mesmo pelos sindicatos com pautas que envolvem os projetos de requalificações que as feiras nordestinas brasileiras estão passando. Os feirantes com identidades clivadas inerentes do contexto atual, se posicionam a favor de buscar reivindicações pessoais, momentâneas acerca das mudanças, ou seja, se posicionam a favor de determinada sugestão no projeto quando atende aos seus interesses individuais particulares, e se posicionam contra quando a sugestão lhe causará impacto direto. Não se percebe as ações envoltas do coletivo.

⁷⁵⁹ Não intencionamos generalizar, pois não são todos os feirantes que não tem essa consciência de classe necessária para defender os interesses legítimos do coletivo. Entretanto, objetivamos com esse apontamento no presente texto

como: “uma categoria histórica que descreve as pessoas em termos de seu relacionamento ao longo do tempo, num cativo processo de criação. Não podemos entender o que é classe a menos que a como uma formação social e cultural”⁷⁶⁰.

Para fundamentar melhor o argumento no que se refere ao impacto percebido nos sujeitos das feiras como não identificados e conscientes da classe a que pertencem, preocupados mais com interesses particulares que coletivos, basta que observemos os dados estatísticos dos entrevistados para este estudo, no que se refere, em primeiro lugar, à afiliação a entidades de classe, sindicatos ou associações. Como já vimos anteriormente, as respostas a essa pergunta variaram nas feiras do Brasil e de Portugal. No entanto, percebemos que a maioria dos depoentes declarou não fazer parte de nenhuma dessas entidades que os representasse. Nas feiras minhotas⁷⁶¹, 92% declararam não serem sindicalizados, ou sócios. No Brasil esta realidade, embora seja um pouco diferente, tendo em vista que 45% dos depoentes declararam que fazem parte de entidades de classe, a principal preocupação dos mesmos em se vincularem a tais instituições consiste na busca do amparo social que a mesma possa conceder aos seus afiliados, uma vez que, diferentemente de Portugal, não são “obrigados” a se inscrever na segurança social, ao mesmo tempo que a sua profissão de feirante ainda não foi regulamentada. Facto que nos leva a acreditar que, ao se inscreverem nas instituições que os representam, buscam muito mais fortalecer os seus interesses individuais que efetivamente os coletivos como pertencentes a uma classe específica.

O segundo aspecto vinculado à questão do hibridismo identitário é que, quando indagados se têm conhecimento da legislação da feira, a maioria deles, tanto nas feiras nordestinas brasileiras (80%)

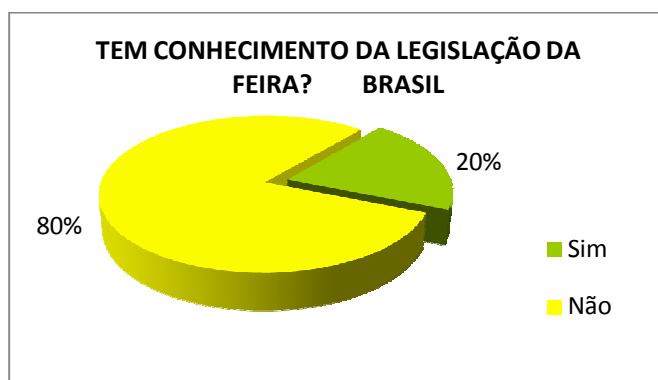
problematizar está percepção identificada nos comportamentos de alguns sujeitos. E acreditamos que esse impacto se constata como reflexo das identidades plurais e do hibridismo presente na contemporaneidade.

⁷⁶⁰ Se distanciando da conceção de classe de Marx que considerava classe, como sendo a posição do sujeito dentro de uma estrutura económica ou da relação com os meios de produção, e comungando com Thompson que considera classe como sendo uma categoria histórica, num processo de criação, levando em consideração sua experiência na formação social e cultural, como diz na citação supra citada. Promovendo interação dialética entre: economia e valores, entre estrutura e operação, entre elementos culturais e materiais da existência. A esse respeito ver Desan, S. (1992), *Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*, Em: Lynn, H (ed.). *A Nova História Cultural*. Martins Fontes, São Paulo, p. 68. E sobre classe como uma categoria histórica ver ainda: Thompson, E. P. (2002). Introdução: costume e cultura Em: *Costumes em Comum*. Em: *Costumes em Comum*, Cia das Letras, São Paulo, pp. 13-24 e Patrícios e Plebeus, pp. 25-85; Thompson, E.P. (2001). Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. Em: *Peculiaridades do Ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Marcos Silva: Editora da Unicamp, Campinas; Silva, F T, Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos, em Batalha, C; Silva, F. T e Fortes, A. (org.), (2004) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, Ed. da Unicamp, Campinas, pp. 205- 245; Hobsbawm, E. (2000). Notas sobre consciência de classe. Em: *Mundos do Trabalho*. 3ª. Ed: Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 33-53 e também Hill, C, (1984, março). Uma revolução burguesa? Em *Revista Brasileira de História*, N.7, pp. 7-32.

⁷⁶¹ Dado bastante significativo, tendo em vista que esses feirantes são itinerantes e muitos deles percorrem de facto todas as feiras da região. O facto de não participarem de nenhuma entidade, sindicato ou associação em nenhuma das feiras. Como também não serem vinculados a Associação dos Feirantes do Distrito do Porto, única entidade representante da categoria a nível regional.

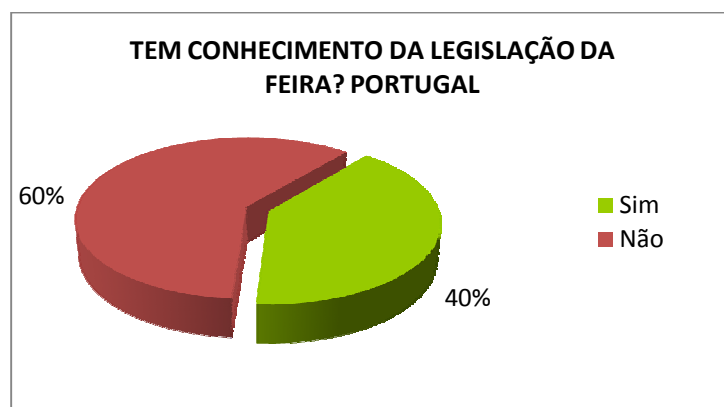
como nas minhotas portuguesas (60%), afirma que não. O que nos faz perceber que os sujeitos, a partir das suas clivagens identitárias, se encontram fragilizados diante de interesses comuns, seja nas suas obrigações como os deveres a cumprir nas feiras, seja nos direitos que possuem e que muitas vezes não são sequer reclamados por não serem conhecidos. A seguir os gráficos que ilustram quantitativamente este desconhecimento quanto à legislação:

Gráfico 58 – Demonstrativo dos feirantes quanto ao conhecimento acerca da legislação das feiras no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 59 – Demonstrativo dos feirantes quanto ao conhecimento acerca da legislação das feiras em Portugal



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Este hibridismo também pôde ser percebido nos feirantes que se deslocam para a condição de fregueses nas feiras contemporâneas, se abastecendo nestas. Convém lembrar que, em relação à condição de centro de abastecimento, as feiras, desde o período medieval, já se constituíam como as principais formas de fornecimento de mercadorias locais. Na cidade do Porto, capital da Região Norte em Portugal, as feiras se mantiveram nesta conjuntura até o início do século XX, quando passaram a dividir espaço com o comércio fixo. Conforme destacou Fernandes,

As feiras centralizavam uma parte importante do comércio que a cidade medieval fazia, adquirindo notável importância relativamente ao abastecimento regional, sobretudo em produtos perecíveis (...) [cita outros tipos de comércio extra muros, como por exemplo o ambulante] Mas a feira é ainda o grande propiciador das trocas com a região envolvente (...) Desde o princípio do século XVIII, multiplicam-se e dispersam-se pela cidade, um vasto conjunto de feiras que propiciam o incremento das trocas, provendo ao abastecimento dos bairros emergentes e contribuindo para estabelecer uma relação mais estreita entre a cidade e o vasto território rural periférico (...) [prossegue fazendo referência ao crescimento do comércio na cidade do Porto] As feiras por seu turno, aumentam em número e dimensão ao longo do século XIX, embora a emergência e afirmação do comércio fixo e a modernização económica e urbanística que ocorrem impulsionem decisivamente o seu declínio e afastamento para periferia (...) [prossegue na análise das feiras que foram sendo mudadas de locais]. Sabe-se do considerável número de feiras que tiveram lugar no Porto de meados do século passado [se refere ao século XIX], no que parece poder ter sido uma resposta a uma procura crescente, resultante do considerável acréscimo populacional que caracterizou a cidade até o início do século XX, a que o comércio sedentarizado não conseguia ainda possivelmente dar cabal resposta (...) ⁷⁶².

Nesse sentido percebemos que, até hoje, muitos feirantes têm as feiras como locais de abastecimento onde, ao mesmo tempo em que vendem suas mercadorias, se abastecem com outras de que necessitam. Facto que foi destacado pela freguesa portuguesa a respeito dos feirantes:

É muito importante sobretudo para os meios rurais. As pessoas que trabalham na lavoura, no fundo ainda precisam muito da feira, porque o pouco que fazem é na feira. Há pessoas que vêm vender feijão, vender milho, vender essas coisas que produzem. E essas pessoas vêm vender e com o dinheiro que fazem vão comprar outras coisas que não produzem, coisas para casa, roupas, calçados (...) ⁷⁶³.

Este fenómeno também ocorre nas feiras do Brasil, como foi lembrado pelo administrador da feira central de Campina Grande, ao destacar a importância que a feira tem para a sociedade campinense, “ (...) é importante também para aquelas pessoas que já residem em Campina que comercializam para esses que vem de fora, e assim mesmo compram suas mercadorias. Tem essa troca, eu vendo, eu compro tudo nesse centro tão grande que é a feira central” ⁷⁶⁴. Ou seja, os feirantes, em território luso ou brasileiro, fazem das feiras lugares de labuta diária, e de compra de mercadorias, sendo, portanto, fregueses entre seu pares. A tabela abaixo traz uma demonstração quantitativa dos

⁷⁶² Ver do Fernandes, J A. (2003). A expansão urbana e as grandes alterações de finais do século XIX. Antecedentes: o Porto e o comércio até meados século XIX. Em: *O comércio na Cidade do Porto (uma abordagem geográfica)*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade do Porto, Porto, pp.44-55.

⁷⁶³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Piedade, freguesa em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

⁷⁶⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Agnaldo Batista, gerente e Feiras e Mercados na Feira Central de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

feirantes que declararam serem consumidores nas feiras, em um total de 83% em Portugal e 88% no Brasil⁷⁶⁵.

Tabela 45 – Demonstrativo dos feirantes que são fregueses da feira (Portugal e Brasil)

FAZ SUAS COMPRAS NA FEIRA? (%)	PORTUGAL	BRASIL
	SOMA	SOMA
Sim	83%	88%
Não	17%	12%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Promovem, portanto, mais uma forma de hibridismo identitário, uma vez que ora se posicionam como feirantes e ora como fregueses dos seus parceiros também feirantes. Alguns depoimentos que retratam essas experiências nas feiras minhotas. Os feirantes relatam: “Meu marido e eu trabalhamos juntos na feira. Compro calçado, roupa...”⁷⁶⁶; “Organizaram pelos produtos. Antes as frutas eram só as da época, agora isto está mais variado. Costumo comprar loiças e todos os utensílios para minha cozinha”⁷⁶⁷; “Em um mesmo sítio encontramos tudo e com o preço mais barato”⁷⁶⁸; “Eu venho vendo minhas frutinha, e levo minha ferinha para casa”⁷⁶⁹; “A fruta é melhor, a carne é melhor. Compro tudo aqui, só não cereal, esse eu compro no mercadinho”⁷⁷⁰; “A gente é a cara da feira e a feira é a cara da gente. Ela movimenta a gente e a gente movimenta ela, se a gente não vem vender e comprar ela não fica movimentada”⁷⁷¹; “Compro frutas, verduras, bombons, cereais, carne, todos os alimentos compro nesta feira”⁷⁷².

Essa relação de identificação híbrida e de deslocamento não é somente vivenciada pelo feirante que se apresenta na condição de freguês. Alguns fregueses se deslocam para o universo do feirante, quando rememoram⁷⁷³, em suas lembranças, épocas passadas em que foram feirantes

⁷⁶⁵ Tal demonstrativo não impede de os feirantes serem também consumidores dos supermercados e das grandes superfícies, pois praticamente todos os fregueses entrevistados dos dois lados do atlântico declararam serem clientes destes equipamentos comerciais, para além das feiras. Conforme foi analisado no capítulo 5. Outros hábitos e lugares de consumo, tópico 5.7 Representações da concorrência por feirantes e fregueses, pp. 214-227

⁷⁶⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Guria, feirante na feira em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁷⁶⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Anunciada, feirante na feira de Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

⁷⁶⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Fátima, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁷⁶⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Cleonice Agra, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁷⁷⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Graças, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁷⁷¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José António de Oliveira (Zé do licor), feirante em São Joaquim, Salvador, em 12 de Junho de 2009.

⁷⁷² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio, feirante em São Joaquim, Salvador, em 14 de Junho de 2009.

⁷⁷³ Ver a ideia de memória coletiva e memória histórica presente em Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*, Edições Vértice, São Paulo, pp. 53-54 e Memória como função social, ver Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. Cia de Letras, São Paulo-SP, pp. 81-84.

também, se ainda não o são quando comercializam seus produtos na condição de fornecedores. Citamos alguns exemplos de hibridismo do freguês nas feiras contemporâneas do noroeste português: “minha falecida mãe era lavradora, mandava coisas para vender aqui”⁷⁷⁴; “Quando era miúda, nas férias, costumava vir com meus pais fazer as feiras. Na altura fazíamos três feiras por semana e também as feiras anuais. Aquilo era só diversão. Mas depois terminei o segundo ciclo e fui então trabalhar como empregada numa loja de grande superfície”⁷⁷⁵. Na mesma direção verificamos alguns depoimentos nas feiras nordestinas brasileiras investigadas: “Meus irmãos e eu aqui já carregamos feijão, farinha, açúcar nos pinhaço de burro: olhe Zé Raimundo, Neto Raimundo, nós levava para os Lopes, já faleceram [se refere aos irmãos], só tem vivo três: o mais velho Gabriel, com 83 anos, Abdias, com 97, e eu estou com 71 anos. Nós tudinho fomos feirante aqui, moça”⁷⁷⁶; “Amizade [se refere ao que a atrai na feira] venho, converso com um com outro, batemos papo, e num instante o tempo passa. Faço as compras e junto o útil ao agradável. Com certeza tenho amigos e clientes também porque eu vendo roupa, e venho atender meus clientes aqui também. Existe essa troca”⁷⁷⁷; “Sim, ajudava meu marido, toda tarde eu vinha para cá, ele vendia banana, farinha, raízes, frutas. Aí quando ele morreu eu deixei de vir. Por quê? Porque eu não sabia negociar não. Tenho medo de ladrão.... E agora é só o que tem, não presta!”⁷⁷⁸

O freguês soteropolitano chama atenção para a importância da feira de São Joaquim para os feirantes, destacando o facto de serem consumidores, para além de feirantes: “É importante para a cultura da cidade, do estado. E é um meio de sobrevivência para todos, principalmente para as pessoas do interior que vendem suas mercadorias e se abastecem também”⁷⁷⁹.

Contudo, devemos esclarecer que mesmo sabendo que as identidades contemporâneas se apresentam sob o prisma da pluralidade, materializadas em formatos híbridos, optamos por continuar categorizando os sujeitos nos dois grupos, feirantes e fregueses. Mesmo tendo o conhecimento de que essas categorias não são unas em suas essências, e sim múltiplas e desterritorializadas, convém aglutiná-las em torno destes grupos “definidos”, para fins de tratamento metodológico dos dados analisados.

⁷⁷⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João, freguesa em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁷⁷⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Joana Nunes, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁷⁷⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Ricardo Pedrosa, freguês em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁷⁷⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marina Moraes, freguesa em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁷⁷⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Fátima, freguesa em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁷⁷⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Aguinaldo Campos, freguês em São Joaquim, Salvador, em 12 de Junho de 2009.

Parte III
Estratégias de adaptação e resistência
frente ao global

Objetivamos, com os textos que compõem esta parte III, justificar nossa tese de que, apesar dos impactos da globalização discutidos na parte II, as feiras ainda continuam resistindo com continuidades e descontinuidades. Nos capítulos a seguir, exporemos as formas de adaptação e de resistência que os feirantes e os poderes públicos têm adotado como estratégias para que as feiras sobrevivam, entre eles: a) a substituição, pelos feirantes, dos artigos outrora comercializados, em função da dinâmica de mercado e daquilo que os fregueses procuram; b) as mudanças quanto às formas de pagamento, quando alguns feirantes se adequam ao mercado oferecendo aos seus fregueses outras opções de pagamento, como os cartões de crédito e/ou de débito; c) as iniciativas da comunidade civil organizada, muitas vezes com a chancela do poder público local, de modo a buscar o reconhecimento de patrimônio cultural imaterial nacional tendo as feiras como objeto. Esta titulação passa a responsabilizar todas as entidades envolvidas, na salvaguarda deste respetivo bem cultural.

É a estas estratégias económicas – substituição de mercadorias, formas de pagamento, estratégias sociais / culturais, e título de património cultural - que dedicaremos as próximas páginas. Em verdade, os impactos gerados pelo fenómeno da globalização, diante da economia de mercado, tornaram a sociedade mais flexível e adaptável.

Capítulo 7 – A substituição de mercadorias e as novas formas de pagamento

(...) as feiras estão cada vez mais diversas das feiras velhas. A par dos retalhos desenrolam-se peças inteiras de bons tecidos. Em vez de tamancos, há largos estendais de bom calçado. A loiça de barro é eclipsada por pilhas de baldes, de alguidares, de todo o tipo de “plásticos” em copiosa e encandeante policromia (...) ⁷⁸⁰.

Antes de adentrarmos na temática da mudança das mercadorias enquanto estratégia utilizada pelos feirantes para manter os clientes e conquistar outros para o universo das feiras, convém refletirmos um pouco em torno dos consumidores atuais, já que eles refletem o “sucesso” obtido pelo mercado capitalista. Estes consumidores, diante dos novos formatos de padrões de consumo, são os responsáveis pelas ressignificações que as feiras tradicionais apresentam na contemporaneidade. Mas então, quem são esses consumidores? Quais as ideologias que o mercado global tem reservado para eles?

7.1 – Consumo nas feiras como reflexo da sociedade contemporânea

Começemos por desconstruir estereótipos em torno da afirmação errônea de que todos os clientes que recorrem às feiras são oriundos de classes menos favorecidas. Constantemente ouvimos: “feira, lugar de pobres” ou “ambiente do povão”. No final da década de 1960, por exemplo, leu-se a reportagem do jornal baiano *A Tarde* com a seguinte manchete: “São Joaquim é o mercado do pobre” ⁷⁸¹. Para desconstruir tal estereótipo basta que reflitamos acerca da importância que as feiras tiveram no passado. Elas eram, praticamente, o único local de abastecimento que “servia a todo mundo” ⁷⁸² indistintamente. A grande diferença dizia respeito ao horário utilizado pelos consumidores que frequentavam a feira e aos produtos que consumiam. Sobre o primeiro aspecto, o horário, sabemos que as feiras eram visitadas pelos fregueses, na década de 1960 ⁷⁸³, em três momentos: pela

⁷⁸⁰ Vasconcelos, M. E. S. de. (1985). Nas Feiras Novas- A saudade das Velhas Feiras. *O anunciador das Feiras Novas*, Ponte de Lima, p. 4.

⁷⁸¹ Ver: Paim, M. R (2005) *Do sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado em História Social, Salvador Universidade Federal da Bahia, pp. 79-80. Apud: São Joaquim é o mercado do pobre. (1969, 13 de Outubro). *A Tarde*. Salvador, p.2.

⁷⁸² Sobre a importância econômica, social e cultural que as feiras tiveram no passado dedicamos a primeira parte desta tese, intitulada: Trajetória histórica e concepções das feiras antes dos impactos da globalização. Ver também a expressão “à feira como espaço que servia a todo mundo” em Lopes, V. L. S. (2004). *Meios de Vida, as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 112.

⁷⁸³ Na atualidade ainda constatamos essa prática, nas feiras dos dois lados do Atlântico, sobretudo para aquisição de produtos perecíveis, esse hábito é mantido. Ver: Ferreira, J. R. (2002). Os compradores e os ciclos de funcionamento da

manhã, antes do almoço e no início da tarde pelas famílias abastadas - era horário reservado para a classe média - e os pobres frequentavam o horário da “tardinha” ou final da feira. Os preços também obedeciam à esta hierarquia de horários: pela manhã os artigos eram mais caros, uma vez que os produtos eram mais frescos e, após este horário, ia-se declinando o preço da mercadoria acompanhada pela sua qualidade⁷⁸⁴. Uma freguesa na feira de Campina Grande, Joana, descreve esta situação de diferenciação social. Em seu depoimento, quando indagada sobre a divergência da feira de vinte anos atrás para a de hoje (1987-2007), diz:

(...) Lógico, percebo menos gente, embora ainda seja muito bem frequentada a feira de Campina, não é como antigamente, as pessoas comiam na feira, jantavam, almoçava (...) eu acho que por conta da violência a pessoa fica mais temerosa. Depois tem também os supermercados, *shopping center*, que até no *shopping* mesmo tem supermercado, aí o pessoal melhorzinho vai para lá. Só que na feira, para a pessoa de poder aquisitivo baixo, é muito bom, porque eles compram de tudo, chega em casa com a mesa farta e gastou bem pouquinho, os bichinhos. Isso porque eles compram bom e barato, então tem aquela feira que o povo chama antigamente como feira do bacurau, é a feira mais tarde lá para o fim, digamos se de manhã é um preço, de tarde já é outro, o preço já cai, porque também eles [os feirantes] já estão doidos para ir embora coitados, já tão cansados de passar o dia todo ali⁷⁸⁵.

Na mesma direção, sobre a feira mais barata, a “feira do bacurau”, em 1989, o *Jornal do Povo* anunciou:

(...) mesmo se tratando de uma feira popular, a inflação atua com insistência, o que obriga a muita gente a comprar mais tarde, há a chamada ‘feira do bacurau’, onde os fregueses predominantes são de bairros longínquos, como Bodocongó, Pedregal, Jeremias, Monte Castelo, e outros⁷⁸⁶.

Em relação ao segundo aspecto, as mercadorias, sabemos que as feiras foram, sobretudo até a década de 1960, quando não existiam ainda os supermercados⁷⁸⁷ e só havia comércios de bairros como quitandas e mercearias, os principais lugares de abastecimento, principalmente para os produtos alimentícios. Atendendo, portanto, os fregueses provenientes não só das cidades onde se localizam as

Feira Livre de Itabaiana-SE, Em: *A Feira Livre de Itabaiana (1987-2002): como lugar de Memória e Metamorfoses Identitárias*. Monografia de Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana-SE, p. 33.

⁷⁸⁴ Ver Galvão, P. F. M. (1994) *A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 68.

⁷⁸⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Joana Pires, freguesa em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁷⁸⁶ Os bairros citados, se localizam em locais periféricos da cidade de Campina Grande-PB. Ver matéria: (1989, outubro) “Feira de Campina, um manancial de tradições”. Em: *Campina Grande, 125 anos de História. Suplemento especial do Jornal do Povo atual*, Ano I- N° 01, Campina Grande-PB. Feira do “Bacurau”, no Brasil, é um nome dado em analogia a um pássaro que só visualizamos somente à noite. E essa feira dos artigos mais baratos funciona a “tardinha”, comparada a ave.

⁷⁸⁷ Sobre a origem dos supermercados ver no capítulo 5, item 5.2- Supermercados e hipermercados no Brasil e 5.3 Supermercados e hipermercados em Portugal, pp.180-195

feiras, mas também da zona rural e das cidades circunvizinhas. Isto ocorria no Brasil e em Portugal. Com a chegada destes novos lugares de consumo (os supermercados), as feiras perderam muitos de seus fregueses economicamente melhor favorecidos para esses novos sítios⁷⁸⁸.

Entretanto, os menos favorecidos continuaram tendo a feira como “única” opção em função dos preços dos produtos e da impossibilidade financeira de frequentarem os supermercados. Todavia, nas feiras - além de adquirirem os produtos na quantidade que necessitam, sem excessos -, ainda encontram outro atrativo: mesmo com os preços mais baixos, conseguem barganhar, pechinchar ou marralhar as mercadorias. Esta estratégia de aquisição de produtos não alcança sucesso nos equipamentos comerciais. Nestes locais, os preços são fixos e muitas vezes tabelados. Talvez, por essa razão, foi construído este estereótipo de que a feira é lugar de pobres. O facto é que, independente da estratificação social, as pessoas sempre frequentaram as feiras, quer em horários diferenciados quer adquirindo mercadorias específicas.

Contudo, percebemos que, apesar dos fregueses melhor favorecidos economicamente terem as feiras como segunda opção de lugar de aquisição de mercadorias, isso tem mudado em relação aos artigos que procuram nas feiras, sobretudo não alimentares. Tal mudança de comportamento na atualidade deve-se a uma nova política de homogeneidade global em torno do mercado consumidor. Os fregueses buscam as feiras, na atualidade, para adquirirem mercadorias não só mais baratas mas, também, para estarem de acordo com o que a moda “exige”, ou com o mercado consumidor. Este comportamento encontra-se sobretudo na classe média, que transitou de um circuito inferior e articulando-se em torno do que o circuito superior consome⁷⁸⁹. Mesmo que, para imitar os padrões de consumo deste último (o circuito superior), adquiram cópias dos produtos de luxo, dos artigos importados ou de contrafação. Neste sentido, e vislumbrando este mercado, os feirantes acabaram por se adequar à dinâmica global, adotando estratégias para que as feiras continuem existindo, promovendo as resiliências⁷⁹⁰, ressignificando os lugares e implementando em seu dia-a-dia a “troca” de mercadorias.

⁷⁸⁸ Facto que não aconteceu como rutura, e sim como processo. Além disto, convém lembrar que também não fora um fenómeno universal, ou seja, não queremos dizer com esta afirmação, que todos os fregueses de maior poder aquisitivo substituíram todas as mercadorias que compravam nas feiras, por produtos oriundos dos supermercados. Pois muitos frequentam supermercados, mas não deixam de comprar mercadorias nas feiras. Entretanto, boa parte deles, em função da existência destes equipamentos comerciais e de terem maior condições económicas, passaram a adquirir determinados produtos nas feiras e outros nos supermercados, coisas que antes eram adquiridas nas feiras. Como é o caso, por exemplo dos cereais.

⁷⁸⁹ Lima, L. B. (2002). As expressões dos dois circuitos da economia em São Joaquim. Em: *Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção quotidiana*. Monografia de Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, pp. 40-42.

⁷⁹⁰ “A resiliência pode ser pensada como capacidade de adaptação ou faculdade de recuperação. Uma atitude resiliente significa ter uma conduta positiva apesar das adversidades, ou seja, soma-se à resiliência a capacidade de construção

Este mercado consumidor que busca homogeneizar os padrões de hábitos, gostos e comportamentos, se faz presente em todo lado, embora os fregueses, assim como os feirantes, vivifiquem as heterogeneidades permeadas pelas identidades plurais da contemporaneidade. Os fregueses, portanto, os consumidores são “alvos” da lógica de padronização imposta pelo mercado capitalista, que promove a ideologia da homogeneização social global⁷⁹¹. De que maneira isto é materializado em possibilidades? “Na medida em que as mercadorias e os capitais circulam cada vez mais livremente, independentes de algum tipo de centralidade física ou política”⁷⁹². É o reflexo do momento vigente, diante da expansão da globalização. O que é percebido quando nos deparamos com os produtos que os consumidores adquirem nas feiras em Portugal que, com tendências semelhantes, também encontramos no Brasil. Esta homogeneidade do consumo se reflete na apresentação das mercadorias dos dois lados do Atlântico, como constata a freguesa Maria de Lourdes, na feira de Vila do Conde: “ (...) hoje os mercados são todos iguais, vemos portugueses, marroquinos, africanos (...)”⁷⁹³.

Diante do exposto - a respeito da desconstrução do estereótipo de que a feira é lugar somente de pobres e da afirmação, que fizemos anteriormente, de que as feiras na atualidade estão sendo mais procuradas por pessoas de classe média (reflexo da ideologia de homogeneidade do consumo). Os dois gráficos a seguir ilustram a condição económica e social dos fregueses entrevistados nas feiras. Tanto em Portugal como no Brasil, estes apresentam características variadas. Em Portugal, por exemplo, 50% declararam ter rendimentos financeiros ao nível de um salário mínimo; os 50% restantes variam entre dois e quatro salários. No Brasil, observa-se uma situação semelhante, na medida em que 36% declararam auferirem rendimentos até um salário mínimo, enquanto os 64% restantes encontram-se distribuídos entre dois e cinco salários mínimos. Isto significa que as feiras, tanto em território luso quanto no território brasileiro, aglomeram realidades múltiplas, o que consiste naquilo que Marcel Mauss chamou de “fenômeno social total”⁷⁹⁴.

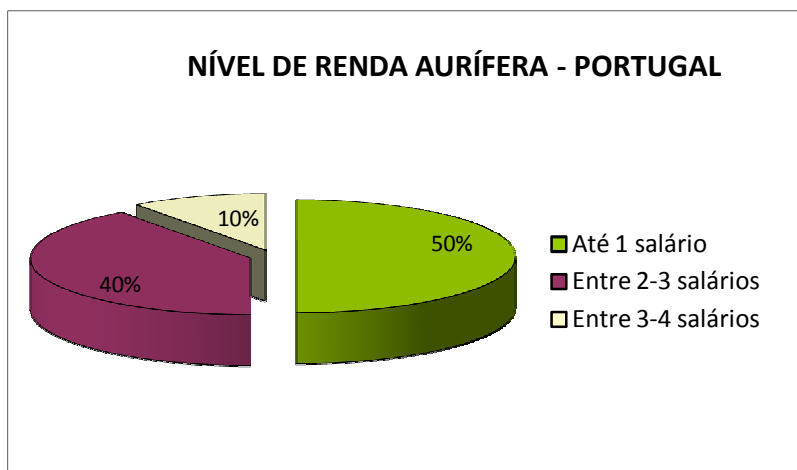
positiva, superação, re-significação dos problemas, flexibilidade cognitiva. A teoria da resiliência foi criada inicialmente pela Física e posteriormente adaptada pela Psicologia, Pedagogia e outras ciências. Sobre a teoria da resiliência ver: Vergara, S. C. (2008). Revisitando a teoria da resiliência. Em: *A resiliência de profissionais angolanos*. Rap Revista de Administração Pública –42(4):701-18, jul/ago., Rio de Janeiro pp.706-709.

⁷⁹¹ Ver: Baudrillard, J. (2004). *Á sombra das maiorias silenciosas, o fim do Socialismo e o surgimento das massas*. Ed: Brasiliense, São Paulo e Morin, E. Morin, E. (1977). *Cultura de massas no século XX*. Forense Universitária. Rio de Janeiro.

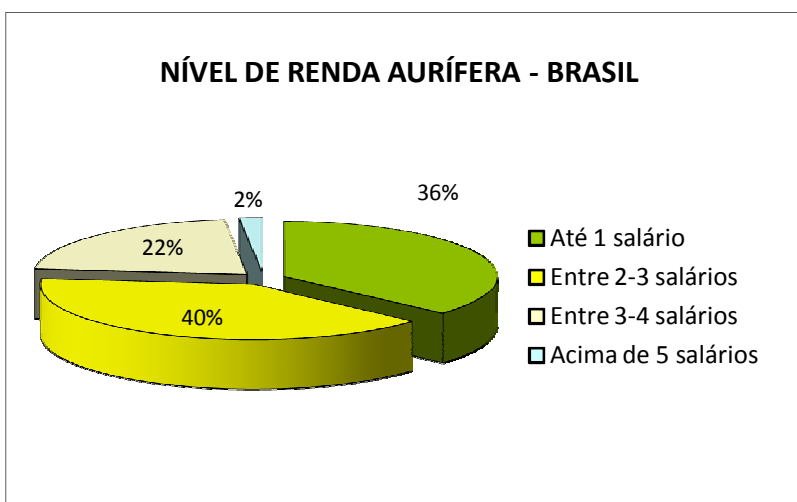
⁷⁹² Retondar, A. M. (2007). Indivíduo, identidade e consumo. Em: *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. Annablume; Campina Grande: EDUFCEG, São Paulo, p. 88.

⁷⁹³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, freguesa em Vila do Conde, em 27 de Maio de 2009.

⁷⁹⁴ Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*, Cosac & Naify, São Paulo, p. 187.

Gráfico 60 – Demonstrativo da renda aurífera dos Fregueses entrevistados em Portugal

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 61 – Demonstrativo da renda aurífera dos Fregueses entrevistados no Brasil

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

São fregueses, portanto, heterogêneos provenientes de profissões diversas, conforme tabela seguinte:

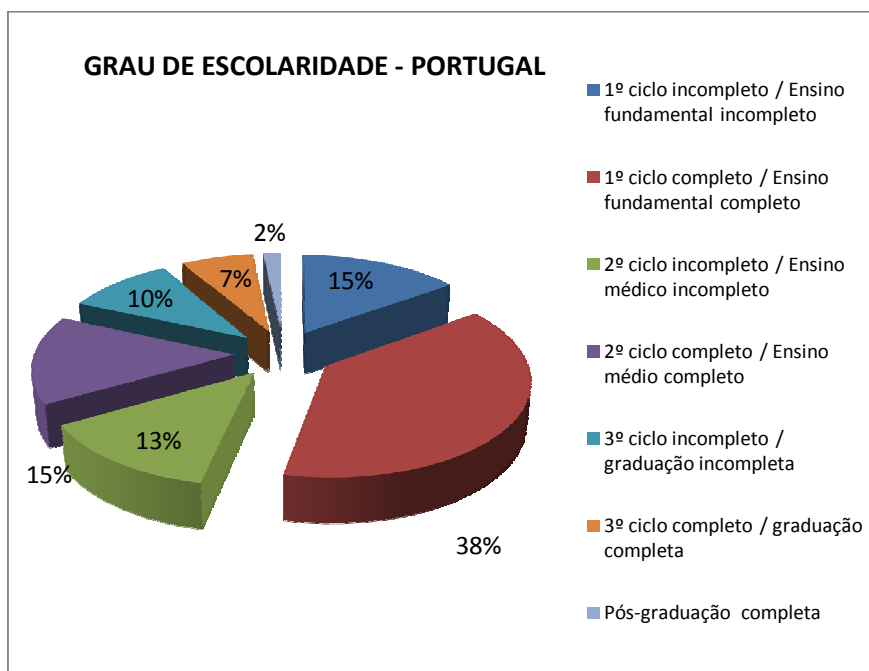
Tabela 46 – Demonstrativo das profissões dos fregueses entrevistados (Portugal e Brasil)

PROFISSÃO	PORTUGAL	PROFISSÃO	BRASIL
	PERCENTUAL		PERCENTUAL
Dona de casa	20%	Comerciante	18%
Reformado	17%	Aposentado	12%
Funcionário público	12%	Autônomo	10%
Professor	8%	Comerciário	8%
Estudante universitário	5%	Professor	8%
Comerciário	5%	Assistente administrativo	5%
Autônomo	3%	Doméstica	3%
Costureira	3%	Estudante	3%
Agricultor	3%	Agricultor	3%
Modista	3%	Operador de máquina	2%
Comerciante	3%	Auditor fiscal	2%
Auxiliar de restauração	2%	Pensionista	2%
Funcionário escritório	2%	Artista plástico	2%
Operário têxtil	2%	Funcionário público	2%
Auxiliar Médico	2%	Dona de casa	2%
Assistente de consultório	2%	Guia turístico/Corretor de Imóveis	2%
Auxiliar de serviços gerais	2%	Orientador espiritual (pai de Santo)	2%
Cabeleireiro	2%	Costureira	2%
Farmacêutico	2%	Padeiro/Estudante	2%
Padeiro	2%	Técnico em patologia clínica	2%
Médico	2%	Empresário	2%
		Técnico de nutrição	2%
		Analista de sistema	2%
		Técnico Contábil	2%
		Enfermeira	2%
		Técnico em informática	2%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

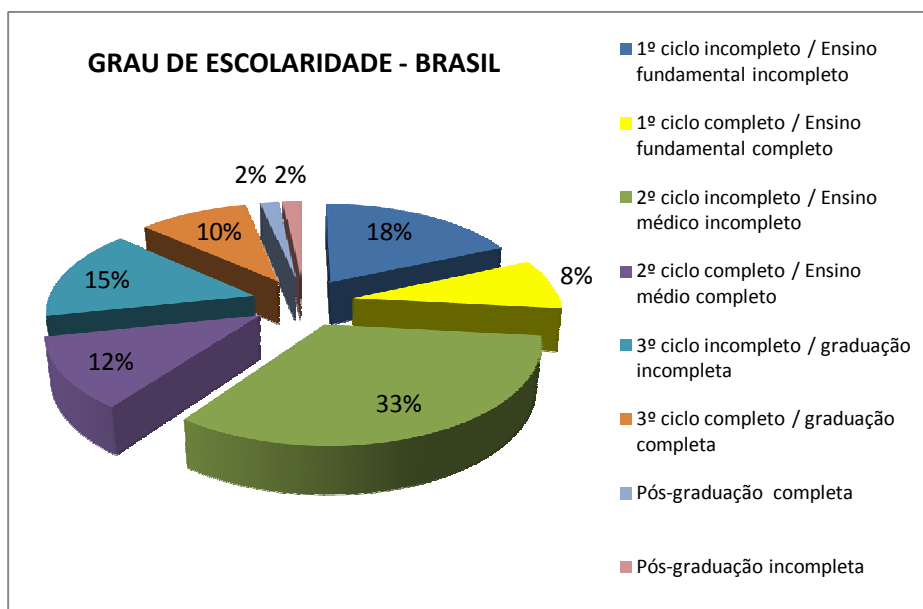
Observemos também o grau de escolaridade destes depoentes:

Gráfico 62 – Demonstrativo do grau de escolaridade dos Fregueses entrevistados em Portugal



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 63 – Demonstrativo do grau de escolaridade dos Fregueses entrevistados no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Para além destas questões, relativas à estratificação social, observamos também que, na contemporaneidade, em consequência dos processos migratórios, as feiras são frequentadas por muitos fregueses de origens diversas. Este facto acaba por contribuir não só para o hibridismo

identitário e cultural⁷⁹⁵, mas também para alterar a dinâmica das feiras no que concerne à demanda de mercadorias dos fregueses “estrangeiros”⁷⁹⁶. Este aspecto verifica-se, no caso das feiras do Minho, que, além de receberem os portugueses provenientes de todas as regiões de Portugal, também recebem os espanhóis⁷⁹⁷ - durante a realização das feiras semanalmente ou quinzenalmente - os brasileiros, os africanos, os romenos e os chineses, entre outras nacionalidades. O que também pode ser observado na Feira de Mirandela⁷⁹⁸. Para atender à demanda dos imigrantes, houve a inserção de produtos frescos, como peixe e marisco. Isto proporcionou uma alteração do nível de vida da população rural, traduzido, imediatamente, numa transformação dos hábitos de consumo da população.

Estas são as principais considerações acerca do perfil dos consumidores nas feiras contemporâneas, mediante a homogeneidade do mercado de consumo que “dita” o que eles desejam adquirir nas feiras, determinando quais as mercadorias que devem ser adotadas pelo mercado.

Quanto à discussão sobre a “troca” de mercadorias verificada nas feiras como estratégia dos feirantes para a continuidade das mesmas, há quem concorde com Sousa, quando, ao comentar a afirmação de Virgínia Rau de que “as feiras, em Portugal, entraram em decadência a partir do século XVI”⁷⁹⁹, ele afirma: “Certamente que numerosas feiras medievais, nos séculos XV e XVI, se extinguíram ou transformaram, perdendo neste caso, as suas características originais”⁸⁰⁰. Na verdade, acreditamos que, quando a historiadora das feiras medievais, Rau, se referiu ao declínio que muitas feiras portuguesas tiveram na modernidade, se reportava de facto à decadência que muitas tiveram em torno da representatividade económica que perderam, uma vez que, no final do século XV, muitos destes

⁷⁹⁵ Sobre o hibridismo cultural ver capítulo 6, item 6.6 Identidades híbridas de feirantes e fregueses, pp. 300-307.

⁷⁹⁶ Com o termo estrangeiros, nos referimos não apenas aos fregueses de nacionalidade diferente dos nativos, mas também a todos os que de facto não são pertencentes a estas comunidades que cediam as feiras. Por exemplo, no caso das feiras do Brasil, temos a Feira de São Cristóvão, localizada no Rio de Janeiro. Esta feira é conhecida como a feira dos nordestinos, uma vez que apresenta características das feiras nordestinas, sobretudo, em relação às mercadorias comercializadas, embora realizada no estado que fica no sudeste do Brasil. Ver: Araújo, G. de A. F. (2009, outubro) *Aspectos de Identificação e valores concebidos pelos feirantes na feira de São Cristóvão, Rio de Janeiro, enquanto locus de memórias, oralidades e trabalho diário*. Trabalho apresentado no evento: *VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral*, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte

⁷⁹⁷ Ver: Loureiro, J.é C. de M. (1995).A Feira é um labirinto. Em: *As feiras de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX, O anunciador das “Feiras Novas”*, p. 15.

⁷⁹⁸ Distrito de Bragança, região de Trás dos Montes, também Norte de Portugal, assim como a Região do Minho. Ver: Pinto, J. C. M. (1972). *Aspectos e consequências da imigração para França em Casteleiro e Vale de Espinho*. Tese de Licenciatura em Geografia, Universidade de Lisboa, Lisboa.

⁷⁹⁹ Ibidem, p. 112, apud Ráu, V. (1981). *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para seu estudo*: Editorial Presença, Lisboa, p. 169. Ver também afirmação da autora em: Serrão, J. (dirig.). (1976). Redactores: Celestino Mendes Soares, Manuela Wengorovins, Maria Ângela Campos, Maria Antonieta urta Marcos, Maria do Carmo Wengorovins, Maria Tereza Mendes. *Pequeno dicionário da História de Portugal*. Iniciativas Editoriais. Lisboa, p. 130.

⁸⁰⁰ Sousa, F. de e Golçalves, S. (1987). Feiras e mercados. Em: *Memórias de Vila Real*, 1º volume, Arquivo distrital de Vila Real, Câmara Municipal, Vila Real, p. 112.

mercados de abastecimento deixaram de ser os únicos, ou os mais importantes, centros de tráfico comercial nas cidades e vilas. Esta transformação, segundo a autora, deveu-se ao brilhantismo que Portugal passou a ter como potência marítima e colonial de primeira grandeza, tendo o comércio se concentrado em demasia nas cidades-cais do litoral⁸⁰¹. Entretanto, contrariando o que Sousa afirma, tal decadência não significa que as mesmas feiras deixaram de existir em suas essências, ou seja, por terem se transformado não significa que perderam a sua importância e originalidade. A própria Rau, apesar de perceber a decadência de algumas feiras na época moderna, reconhece a permanência de tal atividade em outros sítios, destacando a sua presença e importância mesmo na contemporaneidade [época da publicação da obra, 1981], ao afirmar:

Todavia, ainda hoje subsiste em Portugal o comércio errante, as feiras, os bufarinheiros e os feirantes. Ainda hoje as feiras representam o seu papel na economia da nação e vários produtos encontram nelas a melhor forma de colocação. Em Portugal ainda é possível a existência por todo o território nacional desses mercados periódicos onde o lavrador compra ou vende o seu gado, a dona de casa frutas secas e queijos, o trabalhador rural uma manta ou um par de botas cardadas, alguns móveis para o lar ou uma navalha de barba, uma albarda ou uma bilha⁸⁰².

O facto é que as feiras, para se manterem vivas e para continuarem a existir, sempre se adequaram à dinâmica do mercado. Apesar de se transformarem, resinificando sua “roupagem”, as feiras não perderam sua originalidade, no que diz respeito às suas características essenciais, como a diversidade de mercadorias expostas, o valor monetário atribuído, a qualidade dos produtos, o convívio social⁸⁰³ entre seus personagens, e principalmente as artes⁸⁰⁴ e os ofícios do saber fazer⁶⁹⁰ de seus feirantes, diante da comercialização e valorização que dão aos seus artigos no ato da venda por um lado e por outro os consumidores com argumentos próprios que buscam os preços mais baratos,

⁸⁰¹ Rau, cit...., p.168.

⁸⁰² Ibidem p.169.

⁸⁰³ Ribeiro, M. (1964). *Notas e comentários sobre feiras e mercados*. Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia da Sociedade, Geografia de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Lisboa, p. 11. Na obra a autora diz perceber características arcaicas ainda hoje presentes nas feiras, a saber: “formas comerciais realizadas por contrato, compra imediata e troca, proporcionando o exercício de algumas artes e ofícios, e o convívio, quer no aspeto puramente económico, quer no aspeto lúdico”.

⁸⁰⁴ São inúmeras as artes da venda, materializadas em táticas e astúcias para conquistar seus fregueses, utilizadas pelos feirantes, a exemplo da disposição na apresentação das mercadorias nas bancas das feiras. ver: Lima, S. S. (2009). O cotidiano das mulheres feirantes, As táticas e astúcias para conquistar um freguês. Em: *As Identidades das Mulheres Feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade*. Monografia de Graduação em História., Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, pp. 46-50. E ainda como tática quanto a disposição de mercadorias que os feirantes fazem em torno dos seus produtos, arrumando aqueles que tem cores mais chamativas na frente entre os de cores mais neutras, além de oferecerem aos clientes a degustação dos produtos expostos, estimulando os seus paladares. Ver estudo de marketing, realizado na feira brasileira: Kinjo, T. e Ikeda A. (2004). Ambiente físico. Em: *Comportamento do Consumidor em Feiras Livres*, p. 11.

(...) saber-fazer proposto por Certeau, daqueles que vivenciam o cotidiano deste espaço social, produzindo arte, seja ela na venda, no poder de convencimento do feirante e na barganha, na “pechincharem”, arte desencadeada pelo freguês. De maneira criativa e inteligente, no sentido de arte do fazer, diante da anti disciplina, os protagonistas estão inseridos, conhecem o espaço geográfico pesquisado, enquanto espaço social de convivência e sobrevivência, onde cada qual, de grupos sociais distintos utilizando táticas, estratégias criativas e astúcias, indo em busca de seus objetivos, descrevem argumentos diferenciados, que procuram atender os seus interesses específicos⁸⁰⁵.

Consideramos, portanto, que as características essenciais continuam existindo nas feiras, mesmo diante das resiliências verificadas. Características que chamamos de tradição, não no sentido de algo engessado no passado, mas de algo inventado⁸⁰⁶ em torno do contexto em que se encontra inserido, ou seja, do presente. Neste sentido, as feiras contemporâneas, assim como as feiras de todas as épocas, não se podem apresentar com o mesmo formato da época medieval, porque a composição destas instituições comerciais adequa-se ao respetivo contexto histórico e às influências do seu meio. Caso as feiras não se reconfigurassem⁸⁰⁷, adaptando –se , certamente elas já não mais existiriam.

Assim sendo, as características que se mantêm nas feiras, os elementos de continuidade em relação às mercadorias são, principalmente, três: a diversidade dos produtos, o preço mais acessível no mercado e a qualidade de alguns dos produtos. Já em relação aos personagens, a continuidade verifica-se na arte de saber fazer dos feirantes e fregueses em busca dos seus objetivos, conforme mencionado anteriormente, e “as práticas costumeiras de iniciação às artes de ofício”⁸⁰⁸, onde muitos feirantes acabam por ensinar, sobretudo aos seus sucessores (filhos, netos, esposas), os seus respetivos ofícios.

Entretanto, para que estes elementos de continuidade se mantenham, é necessário o estabelecimento de uma relação com as características que são provenientes do mercado e que são chamadas de elementos diferenciadores, ou de “descontinuidade”. Referimo-nos, por exemplo, às

⁸⁰⁵ Araújo, G. de A. F. (2006). Difusão cultural: um enfoque teórico. A cultura como arte do fazer, Em: *Múltiplos discursos sobre a feira central de Campina Grande*: Agenda, Campina Grande pp.37-38. E ainda: Silva, V. P. da.(2005). *Praticando a feira: as artes do fazer. A feira na perspectiva das práticas de negociação*. Em: *Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, pp. 41-43.

⁸⁰⁶ Ver: Hobsbawm, E. e Ranger T. (orgs.) (1984). *A invenção das tradições*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 9-23.

⁸⁰⁷ O facto das feiras se reconfigurar, se adequando as dinâmicas do mercado, não tiram sua originalidade, quanto aos seus objetivos principais em torno do comércio e de mercado de abastecimento.

⁸⁰⁸ “(...) havia práticas agrárias costumeiras, formas costumeiras de iniciação às artes de ofício (aprendizagem), expectativas costumeiras quanto a certos papéis (domésticos ou sociais), modos de trabalho costumeiros e expectativas consuetudinárias, bem como ‘desejos’ ou ‘necessidades’.” Ver: E.P. Thompson (1977). *Folclore, antropologia e história social* , Em: Negro, S. e Silva, A. L. (orgs). (2001). *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*, Editora Unicamp, Campinas, p. 230.

novas características presentes nas feiras – se comparadas ao passado – como as novas mercadorias, as novas formas de pagamento, as reformas urbanísticas e os instrumentos tecnológicos⁸⁰⁹, entre outros. Para os ortodoxos, saudosistas e bucólicos, estes são elementos de descontinuidade. Para aqueles que acreditam no projeto de resistência, são vistos como ressignificações, ou estratégias de continuidade.

Mas afinal, quais são, em linhas gerais, as mercadorias que se vendiam antes (até à primeira metade da década de 1980) e que continuam a ser comercializadas no período que nos concerne (1986-2007)? No Brasil e em Portugal, as mercadorias são semelhantes, em relação à sua tipologia? E quanto às suas origens, de onde elas vêm? O que motivou os feirantes que mudaram de ramo? Os fregueses, o que costumam comprar? Comparam as mercadorias com aquelas que são vendidas nos equipamentos comerciais? Como costumam adquirir os produtos nas feiras? Há pronto pagamento ou continuam comprando na caderneta (fiado)? Alguns já compram em cheques e/ou cartões de crédito? O facto de as lojas oferecerem aos clientes a modalidade de pagamento no crédito, consiste num problema para os feirantes ou não? Os fregueses sabem que a forma secular de pagamento nas feiras é a pronto pagamento? No Brasil e em Portugal, o uso de cartões de crédito na atualidade já faz parte do cotidiano dos consumidores nas feiras? Qual a origem dessa modalidade de pagamento nas compras? Estas são algumas questões que procuraremos elucidar nas próximas páginas do presente texto.

7.2 – Mercadorias nas feiras do Noroeste de Portugal

Sabemos que, no decorrer do século XIX, as feiras do Noroeste português detinham ainda o papel de promoção de encontros entre produtores e consumidores de ambiência rural e artesanal, uma vez que os produtos comercializados nas cidades se caracterizavam como produtos genuinamente regionais. Nas primeiras décadas do século XX as feiras começaram a revelar-se como um local de

⁸⁰⁹ Vê-se que diante da evolução tecnológica, algumas bancas de feiras apresentam a substituição de ferramentas de trabalho, a exemplo das máquinas calculadoras, que trazem uma nova forma de contabilizar as compras dos fregueses. Pois sem estas os feirantes faziam os contas de forma manual, e ou mental. Outros exemplos que podemos dar são as balanças eletrônicas, que surgem como opção as balanças de peso, e os computadores, utilizados em algumas barracas, sobretudo nas feiras do Nordeste do Brasil, por terem alguns espaços edificadas com instalações elétricas. É interessante esclarecermos que tais equipamentos não surgem em todas as feiras e são utilizados por todos os feirantes, muitos continuam utilizando as ferramentas e as técnicas anteriores. Mas aqueles que se adequam a estas transformações, por modificarem seus hábitos, ao nosso ver, não deixam de ter os ofícios de “ser feirantes”, ou alteram as formas do seu saber fazer, apenas as ressignificam. Sobre outras mudanças como as embalagens, os balaios sendo substituídos pelos carrinhos de mão, ver: Galvão, P. Francisco M. (1994). Mudanças nos serviços da feira livre. As condições de vida dos feirantes. Em: *A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, pp. 187-188.

comércio apropriado para a comercialização dos artigos industrializados, utilizado por alguns empresários do ramo como foi o caso de Narciso Ferreira de Riba d'Ave. Durante muito tempo, alguns industriais tiveram nas feiras minhotas lugares de vendagem dos tecidos fabricados em suas fábricas⁸¹⁰. A partir deste momento⁸¹¹, as feiras passaram a deter mercadorias não só regionais, mas também industrializadas, embora estas últimas em menor proporção. Neste sentido, "(...) as feiras são como um nicho de mercado para pequenos produtores e pequenos comerciantes apresentarem seus produtos(...)"⁸¹².

Apesar de se verificar a presença de artigos diversos (a saber: mercearia a varejo e atacado; toalhas de mesa, guardanapos e aventais; ferragens diversas, artigos para agricultura e pecuária; vidros e utensílios domésticos em cerâmica; artigos de alimentação pronta como fumeiros, queijo e panificação; bacalhau, peixe, animais domésticos e de pequeno porte como coelhos, galos e galinhas; pássaros, animais de maior porte como gado e cavalos; objetos de figuração como o artesanato, calçado para as lavadeiras, a exemplo dos tamancos e botas; cestos em palha, móveis, ouro e prata; flores; frutas, verduras e raízes), são os têxteis, a exemplo dos tecidos e das fazendas, os produtos considerados da maior importância nas feiras, contribuindo para o desenvolvimento das indústrias nascentes, como foi o caso citado anteriormente. Quanto aos produtos importados, conhece-se a existência de alguns poucos artigos nomeadamente oriundos de países vizinhos como Espanha, França e Inglaterra.

Na década de 1980, a região Norte apresentou elevados índices de crescimento em relação não só ao produto têxtil, mas também aos artigos de vestuário e calçado. Tal resultado deu-se em consequência de dois fatores que se encontram interligados: a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e a abertura de muitas indústrias nesta região que vão ocasionar as atividades de exportação para países pertencentes ou não ao bloco⁸¹³. Como fica evidenciado na tabela seguinte:

⁸¹⁰ Alves, J. (2005). Feiras e mercado interno na História contemporânea: algumas notas avulsas. Em: Garrido, L. (Coord.). Actas do 3º Encontro de História. *Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea. Terra e Terra, N. 31*. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, pp. 155-165.

⁸¹¹ Esta exposição dos artigos industrializados também só teve maior visibilidade após a primeira guerra mundial, tempo em que iniciaram as primeiras exposições dos artigos produzidos nas fábricas nas feiras industriais, a exemplo da Feira Industrial do Porto que aconteceu em 1920.

⁸¹² Ibidem, p. 157.

⁸¹³ Africano, A. P. As indústrias, têxtil, vestuário e calçado da região Norte nos anos 80, p.1-9. Acedido em 18 de Março de 2010, em: « www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106961... ».

Tabela 47 – Importância Estrutural dos setores Têxtil, Vestuário e Calçado na Região Norte

	NPS			VBP			VAB		
	Têxtil	Vestuário	Calçado	Têxtil	Vestuário	Calçado	Têxtil	Vestuário	Calçado
1980	26,0%	8,2%	5,4%	29,5%	4,8%	3,4%	33,7%	4,8%	3,7%
1985	26,0%	9,1%	7,1%	27,4%	5,4%	4,4%	33,2%	6,7%	5,0%
1989	34,6%	10,7%	8,9%	24,8%	6,1%	6,0%	29,8%	6,9%	6,3%

NPS-número de pessoas ao serviço; VBP-valor bruto de produção; VAB-valor acrescentado bruto.

Fonte: Quadro 1 - Importância Estrutural dos setores Têxtil, Vestuário e Calçado na RN, em: Africano, A. P. As indústrias, têxtil, vestuário e calçado da região Norte nos anos 80, p.5. Disponível « www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106961... » acesso em 18 de Março de 2011.

Conforme afirma Africano: “ (...) Durante a década de 80, a formação bruta de capital fixo nestes três setores cresceu, na RN, acima do valor observado para a indústria transformadora (IT) nacional e regional”⁸¹⁴, tendo o comércio fixo e as feiras da região⁸¹⁵ como o local de escoamento destas mercadorias. Como reflexo deste momento histórico, conforme pode ser verificado na tabela seguinte, ainda hoje há uma adesão maior dos feirantes entrevistados na comercialização destes artigos. Este aspecto permite-nos compreender que a principal razão que conduziu muitos dos feirantes a aderir a estes segmentos foi a demanda de um mercado fabril crescente.

Tabela 48 – Demonstrativo dos produtos comercializados pelos feirantes entrevistados

CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS:	PORTUGAL
	PERCENTUAL
Roupa	18%
Importados	13%
Calçados	7%
Bolsa	5%
Roupa de cama / mesa / banho	5%
Cosméticos (perfume e maquiagem)	5%
Fruta	4%
Verdura / legumes	4%
Artesanato	4%
Carne / peixe / ave	4%
Plantas e flores	4%
Cd / DVD / Fitas cassetes	4%
Utensílios domésticos	3%
Objetos de decoração	3%
Panificação	3%
Lacticínios	2%

⁸¹⁴ Ibidem, p. 1.

⁸¹⁵ Nos referimos as feiras da Região do Noroeste de Portugal, que cedia o ir e vir de muitos transeuntes da região Norte.

Aviamento	2%
Móveis	2%
Ervas / sementes / tempero	2%
Artigos desportivos	2%
Tecidos e malhas	2%
Alimentação pronta	1%
Brinquedos	1%
Cereais	1%
Ouro / prata	1%
Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Consequentemente, indústrias transformadoras dos setores têxtil, de vestuário e de calçados, refletem tal crescimento nos empregos oferecidos. Entre todos os demais setores da indústria portuguesa, estes três segmentos são os que agregam maior quantitativo de operários e a região Norte, comparada com as demais, é a região que mais aglutina trabalhadores. Ao analisarmos os números da tabela seguinte, que demonstram o VAB - Valor Acrescentado Bruto - e os empregos oferecidos na região Norte e demais regiões e continente - verificamos que os índices do VAB são de 20.88%, 14,09% e 9,04% para os setores têxteis, vestuário e calçado respetivamente, enquanto para o restante do país se verificam percentuais de 9,82%, 7,50% e 3,85%. “Conjuntamente, no final da década de 80, os três setores em análise garantiam cerca de 35% do emprego industrial em Portugal”⁸¹⁶. Na região Norte, para além destes aspectos, o crescimento destes segmentos em relação às demais indústrias é evidenciado pela maior concentração das fábricas. As mercadorias produzidas são distribuídas, por um lado, no comércio fixo, nas lojas e estabelecimentos comerciais diversos, e, por outro lado, as peças que apresentam algum defeito na produção em série são colocadas com os comerciantes que as vendem nas feiras⁸¹⁷.

⁸¹⁶ Africano, A. P. As indústrias, têxtil, vestuário e calçado cit..., p.2.

⁸¹⁷ Convém esclarecer que as peças encontradas nas feiras não são todas as que apresentam defeitos de fabrico. Muitas vezes os feirantes, sobretudo os portugueses, vendem as peças de fábricas nacionais sem defeitos, assim como muitos ciganos também. Entretanto muitas vezes são peças que correspondem a coleções passadas, ou que estão por se vencer. Enquanto que as peças com defeito, vendidas sobretudo pelos ciganos são peças que estão na moda vigente, ou seja, estão sendo comercializadas nas lojas, mas que por apresentarem algum defeito, por mínimo que seja os fabricantes vendem mais barato para os feirantes, (geralmente em lotes fechados). Estes, por sua vez, levantam tais peças e levam para as feiras a fim de comercializá-las.

Tabela 49 – Estrutura Setorial da Produção e Emprego Industrial (%) 1995, destaque para CAE 321, 322 e 324.

CAE		Região Norte		Nacional	
		VAB	Emprego	VAB	Emprego
311/312	Alimentação	5.85	5.93	8.69	10.12
313	Bebidas	3.72	1.39	3.03	1.75
314	Tabaco	-	-	4.87	-
321	Têxteis	20.88	19.81	9.82	12.90
322	Vestuário	14.09	21.46	7.50	14.88
323	Couro	0.72	0.84	0.66	0.86
324	Calçado	9.04	11.80	3.85	6.60
331	Madeiras e Cortiça	5.05	5.13	4.03	5.34
332	Mobiliário	2.88	5.42	1.99	4.33
341	Papel	2.16	1.01	5.70	1.52
342	Gráficas e Edições	3.13	2.04	5.01	3.64
351	Química Industrial	0.40	0.20	2.27	0.76
352	Outros químicos	1.98	1.04	3.86	2.22
353	Refinarias	-	-	-	0.36
354	Derivados Petróleo, carvão	0.04	0.02	0.06	0.04
355	Borracha	1.43	0.88	0.72	0.62
356	Matérias Plásticas	2.01	1.35	1.98	1.73
361	Porcelana/Faiança Grés/Olaria	0.92	0.83	2.51	2.81
362	Vidro	0.79	0.47	1.52	0.99
369	Minerais n/metálicos	1.43	1.38	5.89	3.58
371	Ind. Básica Ferro e Aço	0.81	0.54	1.19	0.99
372	Ind. Metais não ferrosos	0.60	0.50	0.57	0.49
381	Produtos Metálicos	7.63	7.03	7.05	8.31
382	Máquinas não elétricas	4.15	3.22	3.85	4.06
383	Máquinas e aparelhos elétricos	5.65	3.52	6.15	4.92
384	Material de Transporte	2.17	1.93	5.45	4.20
385	Instrumentos prof. e científicos	0.64	0.45	0.63	0.58
390	Outras indústrias	1.82	1.79	1.17	1.39
TOTAL		100	100	100	100

Fonte: Estatísticas das Empresas - Indústria, 1995. Em: Africano, A.a P. Quadro V: Estrutura Setorial da Produção e Emprego Industrial (%). "Monografia da Indústria da Região Norte". *Estatísticas e Estudos Regionais*. Acedido em 18 de março de 2011.

Em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106052&ESTUDOSstema=55448&ESTUDOSmodo=2»

Especificamente em relação ao segmento têxtil, observamos, nas feiras em análise, tratar-se de mercadorias industrializadas e utilizadas como roupa de cama, mesa e banho. No passado, estes mesmos tipos de produtos já apareciam nas feiras, porém eram confeccionados pelas mulheres nos seus domicílios, utilizando, sobretudo, tecidos de algodão de brim e até em malha. Neste momento, após a década de 1980, vemos tapetes em microfibra, em lã, de veludo e imitações de tapetes persas, indianos e chineses, além de toalhas de mesa e de banho, com materiais semelhantes. Na sequência, uma imagem atual da barraca de toalhas e tapetes coloridos, na feira secular de Ponte de Lima.

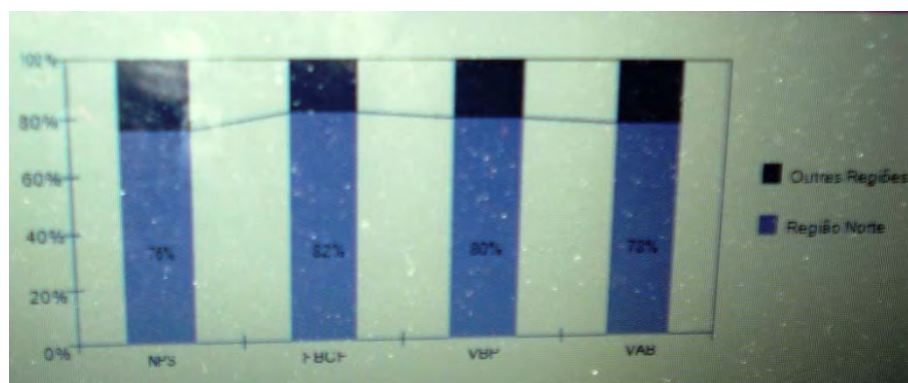
Figura 28 – Imagem da Feira de Ponte de Lima, setor de têxteis diversos, vista da barraca de tapetes



Foto: Jair Araújo. Dezembro de 2007

No final da década de 1980, a importância do setor têxtil na economia nortista portuguesa era visível, conforme o gráfico seguinte. O mesmo apresenta 76% para o NPS - número de pessoas ao serviço, para os empregados no setor; 82% na FBCF - formação bruta de capital fixo; 80% para o VBP - valor bruto de produção; e 78% para o VAB - valor acrescentado bruto. Cabendo ao restante do país os demais índices: 24% NPS, 18% FBCF, 20% VBP e 22% VAB. Estes números comprovam que, pelo menos estatisticamente, a região Norte realmente concentrava maior quantitativo de fábricas no setor têxtil, conforme declaramos anteriormente.

Gráfico 64 – Importância da Região Norte no setor têxtil, 1989.



Fonte: Gráfico5- Importância da RN no setor de têxtil, 1989, em: Africano, A. P. *As indústrias, têxtil, vestuário e calçado da região Norte nos anos 80*, p.4. Acedido em 18 de março de 2011, em: « www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106961... ».

Em relação ao setor do vestuário, deve-se observar que nas feiras, antes da década de 1980, não se via confeção pronta em demasia. O que se verificava era uma abundante existência de

barracas de tecidos e aviamentos que modistas tinham o hábito de frequentar para ver as últimas novidades dos panos e posteriormente desenharem os vestidos. Muitas delas não só desenhavam como também costuravam as suas criações. Ali, nas feiras, encontravam tudo que precisavam para a confecção das roupas. Entretanto, diante do elevado crescimento de fábricas verificado no Norte de Portugal, as roupas já não mais precisam ser confeccionadas como dantes. Agora os fregueses podem adquirir as confeções já prontas⁸¹⁸. Neste sentido, percebemos que alguns dos antigos feirantes, que comercializavam os artigos que compunham a matéria-prima para confecção das roupas, acabaram por substituir tais artigos pelas roupas prontas. Na sequência, apresentamos três imagens que representam estas mudanças. A primeira delas, com a iconografia do que era vendido ontem, e que ainda permanece na atualidade: os tecidos. No entorno da barraca de tecidos, percebemos roupas feitas e artigos têxteis como toalhas e roupas de cama. Observe a imagem na Feira de Barcelos,

Figura 29 – Imagem da Feira de Barcelos, vista barraca de tecidos no primeiro plano e no entorno setor de roupas prontas diversas



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

As imagens a seguir representam as barracas de roupas prontas nas feiras de Barcelos e de Vila do Conde respetivamente. A primeira com vestuário diverso, roupas para homens e mulheres, expostas com etiquetas em ombreiras, a exemplo da maneira de exposição que também se encontra nas lojas. Na segunda, verificamos todo um setor de roupas prontas também expostas, de um lado e

⁸¹⁸ Conforme já demonstramos nos índices dos depoentes ouvidos para este estudo, apresentado na tabela anterior N. 48. Nela os feirantes que continuam a comercializar com tecidos e aviamentos somam em 4%, enquanto os que comercializam com roupas feitas representam 18% e o de têxteis (Roupa de cama / mesa / banho), aparecem em 5%.

do outro da rua. Nestas imagens pode comprovar-se a representatividade que o setor do vestuário teve e ainda tem⁸¹⁹ em Portugal a partir da década de 1980 e especificamente na região Norte.

Figura 30 – Imagem da Feira de Barcelos, vista barraca de roupas prontas diversas



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

Figura 31 – Imagem da Feira de Vila do Conde, setor de roupas prontas

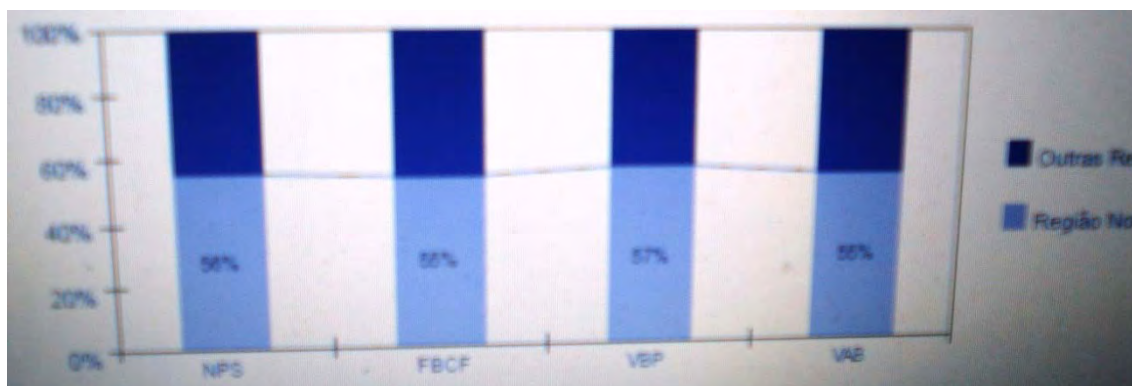


Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

O mesmo aspecto pode ser verificado através da análise do gráfico que se segue, o qual traz 56% para o NPS - número de pessoas ao serviço, para os empregados no setor; 55% na FBCF - formação bruta de capital fixo; 57% para o VBP - valor bruto de produção; e 55% para o VAB - valor acrescentado bruto. Cabendo ao restante do país os demais índices: 44% NPS, 45% FBCF, 43% VBP e 45% VAB. Prova de que, pelo menos estatisticamente, a região Norte concentrava maior quantitativo de fábricas no setor de vestuário, conforme mencionamos anteriormente.

⁸¹⁹ Nos referimos o ano limite deste estudo, ou seja, ano de 2007.

Gráfico 65 – Importância da Região Norte no setor vestuário, 1989.



Fonte: Gráfico 6- Importância da RN no setor de vestuário, 1989, Em: Africano, A. P. . *As indústrias, têxtil, vestuário e calçado da região Norte nos anos 80*, p.4. Acedido em 18 de março de 2011, em: « www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106961... ».

No setor do calçado verificou-se o mesmo fenómeno, a partir dos anos 1980, devido ao crescimento quantitativo de indústrias deste segmento⁸²⁰. E, a exemplo do que acontecera em relação aos outros dois segmentos tratados anteriormente (têxtil e vestuário), não só o comércio fixo deu lugar à distribuição destas mercadorias, mas também as feiras urbanas minhotas colaboraram no escoamento dos produtos. Muitos dos feirantes que antes vendiam calçados produzidos pelos artesãos, a exemplo dos tamancos utilizados pelas lavradeiras, ou que comercializavam outras mercadorias que na atualidade não têm tanta venda como no passado, trocaram suas mercadorias por diversos tipos de calçados, em modelos múltiplos, seguindo as tendências das coleções também vendidas nas lojas (réplicas).

Estas são mercadorias que se apresentam com matérias-primas das mais variadas: pele, plástico, vime, pelica, napa, entre outras. Na sequência, apresentamos duas imagens dos calçados dispostos em bancas: a primeira delas na feira de Ponte de Lima, setor dos ciganos, e a segunda na feira de Barcelos. Uma e outra demonstram qual é o tipo de calçado comercializado pelos feirantes portugueses.

⁸²⁰Não discutimos neste texto as condições de trabalho dos operários nas indústrias de transformação de nenhum dos segmentos, como por exemplo remuneração salarial, jornada de trabalho, etc. Uma vez que não se trata do objetivo deste trabalho. Nos preocupamos em somente apresentar aquilo que nos parece relevante em relação as feiras contemporâneas, ou seja: o mercado crescente destes artigos nos anos 1980, diante das fábricas instaladas sobretudo no norte de Portugal, e as feiras como lugares de distribuição destes produtos, em substituição a artigos anteriormente comercializados. Tais trocas de mercadorias representam neste estudo estratégias económicas dos feirantes para que as feiras continuem existindo na atualidade, mesmo tendo os equipamentos comerciais concorrendo com as mesmas, e estas também a concorrer com eles (os lugares de comércio).

Figura 32 – Imagem da Feira de Ponte de Lima, setor dos ciganos, vista da barraca de calçados



Foto: Jair Araújo. Dezembro de 2007

Figura 33 – Imagem da Feira de Barcelos, vista setor de sapatos nacionais



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

Assim como para os demais setores já aqui tratados, também para o setor de calçados, a região do Norte de Portugal⁸²¹ aglutina um maior quantitativo de fábricas com índices elevados de 92% para o NPS - número de pessoas ao serviço, para os empregados no setor; 90% na FBCF - formação bruta de capital fixo; 92% para o VBP - valor bruto de produção; e 92% para o VAB - valor acrescentado bruto. Ficando o restante do país com índices mínimos: 8% NPS, 10% FBCF, 8% VBP e 8 % VAB. Mais

⁸²¹ Número ainda mais elevado, se compararmos os índices dos segmentos têxtil e vestuário no território nortista português, observamos maior as taxas para o segmento de calçados, conforme os gráficos 64 e 65, apresentados anteriormente.

uma vez estes números provam que, pelo menos estatisticamente, a região Norte de facto concentra maior quantitativo de fábricas no setor de calçado, como comprova o gráfico:

Gráfico 66 – Importância da Região Norte no setor calçado, 1989.



Fonte: Gráfico4 - Importância da RN no setor de calçado, 1989, em: Africano, A. P. . *As indústrias, têxtil, vestuário e calçado da região Norte nos anos 80*, p.4. Acedido em 18 de março de 2011, em: « www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106961... ».

Ainda em relação à importância que estes setores apresentam em território luso, destacamos um demonstrativo do comércio interno e externo, onde a região Norte mais uma vez sobressai em relação aos índices nacionais, apresentando os seguintes contributos para as importações e exportações respetivamente: para o CAE 321- têxtil 58,6% e 74,5%; para o CAE 322 - vestuário 36,6% e 66,1%; e para o 324 – calçado 36,7% e 79,5%, conforme demonstra tabela a seguir:

Tabela 50 – Demonstrativo do Comércio externo de Portugal e Região Norte, 1995: Estrutura, Taxa de Cobertura e Contributo (%)

CAE	PORTUGAL		REGIÃO NORTE		CONTRIBUTO DA REG. NORTE	
	IMPORT.	EXPORT.	IMPORT.	EXPORT.	IMPORT.	EXPORT.
321	7,8	13,0	18,3	23,2	58,6	74,5
322	2,2	11,1	3,2	17,5	36,6	66,1
324	0,9	8,1	3,6	15,4	36,7	79,5

Fonte: Quadro comércio externo de Portugal e Região Norte, 1995, Estrutura, Taxa de Cobertura e Contributo. Em: Africano, A. Pa. Quadro V: Estrutura Setorial da Produção e Emprego Industrial (%). "Monografia da Indústria da Região Norte". *Estatísticas e Estudos Regionais*, p.34. (Adaptado para este estudo). Acedido em 18 de março de 2011, em: « www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106742... ».

Origem dos artigos vendidos em solo luso

Diante da abertura de mercados vivificada com a inserção de Portugal na Comunidade Europeia, os acordos comerciais realizados por um lado promovem a exportação de artigos de origem

portuguesa, a exemplo dos calçados, têxteis e vestuário, tratados anteriormente, e, por outro lado, “forçam” Portugal a adquirir produtos de outros territórios, vislumbrando assim tramas comerciais. “Minimizand”, neste sentido, as políticas de protecionismo inerentes ao mercado capitalista, pelo menos entre os países pertencentes à comunidade. Entretanto, se observarmos atentamente, perceberemos que estas estratégias de protecionismo ainda se fazem presentes na atualidade. De acordo com Harvey,

Ao longo do tempo, o espaço económico de competição mudou tanto de forma como de escala. Também subsistem outras barreiras à movimentação espacial. As tarifas protecionistas, protegem os privilégios monopolistas dentro do espaço do Estado-Nação⁸²².

Tanto é assim que a renda monopolista e as formas globais de empreendedorismo⁷¹⁰ urbano têm promovido conflitos de busca por mercados. No caso específico de Portugal, por exemplo, se observarmos os artigos que são exportados, perceberemos que estes tipos de produtos também são importados de países pertencentes ou não à Comunidade Europeia. Assim, “a competição pura de mercado, a troca livre de mercadorias e a racionalidade perfeita de mercado são, mecanismos raros e cronicamente instáveis para a produção coordenadas e para as decisões de consumo”⁸²³.

Observemos a tabela seguinte das importações realizadas por Portugal. Nela ilustramos os dados de 2007 referentes às importações. Destacamos o índice elevado de comercialização com países não pertencentes à Comunidade Europeia, correspondente a 14.039.756.494 euros, o que nos leva a perceber que a política de protecionismo da comunidade, no que se refere as transações comerciais, é algo flexível. Para além deste fator observamos também que as importações dos produtos chineses correspondem a cerca de 10% do número total de importações de todos os países externos a UE aqui verificados nesta tabela, ou seja, 1.047.334.335 euros, enquanto que todos os países somam 14.039.756.494 euros. Os produtos chineses importados em maioria demasiada são dos setores de vestuário, têxtil e indústria e produtos do couro. Estes últimos aglutinam os calçados, segundo a descrição de nomenclatura combinada do INE. A tabela a seguir demonstra esses dados

⁸²² Harvey, D.(2005). A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities. Em: *A produção capitalista do espaço*. Ed. Annablume, São Paulo, p. 226.

⁸²³ Ibidem, p. 225.

Tabela 51 – Demonstrativo das importações portuguesas a partir dos índices de local de origem, valores e atividades económicas (2007)

Local de origem	Importações (€) de bens por Local de origem e Atividade económica (CAE Rev. 3); Anual (1)							
	Período de referência dos dados							
	2007							
	Atividade económica (CAE Rev. 3)							
	Total	Fabricação de têxteis	Indústria do vestuário	Indústria do couro e dos produtos do couro	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excetuo mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excetuo produtos farmacêuticos	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	Fabrico de mobiliário e de colchões
€	€	€	€	€	€	€	€	
Intra União Europeia	45886786346	1103709972	1570330983	831814605	432266308	3996206450	1506677220	588646667
Extra União Europeia	14039756494	381681408	107188457	164802312	183120017	513344622	123276089	38661078
Angola	369373744	16961	1720	208	101562	22877	4110	9821
Bélgica	1734192896	60633283	46092625	57800996	11088709	232381895	56272618	8012032
Brasil	1364103563	3189521	8111950	33952420	61381692	71764544	3760487	3786972
China	1047334335	45262071	45146762	55238888	20636722	69387950	34327021	17643937
Cabo Verde	7148434	1424	2491254	2459077	0	2740	195	392
Espanha	18611231810	359200575	945914129	319483398	264157550	1625435199	736020581	233130794
França	5188114317	113902243	207224361	60452110	37805721	440129750	139245983	136014376
Reino Unido	2206152992	61161027	14682635	19944620	2576728	160664284	44910430	4176251
Itália	3293145832	260624311	213501541	194895739	19253579	214069263	147047989	76223742
Moçambique	25620059	10	1848	0	228911	0	20810	22320

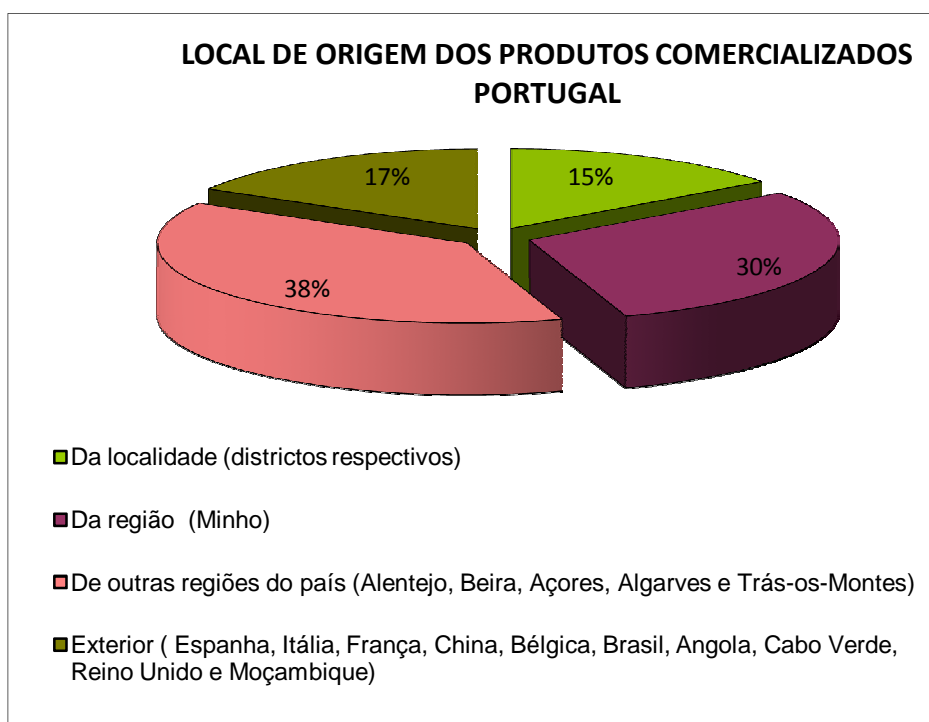
Fonte: Acedido em 24 de Março de 2011, em: <http://www.ine.pt>

Outro aspecto que destacamos diz respeito aos artigos selecionados para demonstração na tabela, que são as mesmas tipologias⁸²⁴ que encontramos nas feiras. Nestas praças comerciais minhotas, os artigos importados concorrem com os nacionais. Muitos dos feirantes substituíram os artigos comercializados nacionais pelos importados e há aqueles, também, que não optaram por esta substituição, preferindo continuar vendendo os nacionais. Entretanto, estes últimos percebem que os produtos importados presentes não só nas feiras, mas também nos comércios fixos nas cidades portuguesas, se traduzem em concorrência para a indústria e o comércio nacional.

⁸²⁴ Nos itens definidos pelo INE demonstrados na tabela que atendem pela nomenclatura combinada Indústrias de madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria, nas descrições das classificações correspondem a itens por exemplo de cestarias, tapetes de madeira em bambu, etc; No item Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos, a classificação corresponde a itens como cosméticos, perfumes, etc; Já no item Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, encontramos os brinquedos e utensílios domésticos em plástico, entre outros. E por último a classificação Fabrico de mobiliário e de colchões, o INE agrupa as mobílias diversas. Todos estes itens importados, além de calçados, vestuário e têxteis são encontrados não só nos estabelecimentos comerciais, mas também nas feiras. E os artigos correspondentes a estas tipologias que são produzidos em Portugal, comercializados também nestes sítios (lojas e feiras), “sofrem” concorrência direta.

Contudo, percebemos que um quantitativo grande de feirantes tem apresentado estas estratégias, que por um lado promovem a troca do tipo de mercadorias, mudando de ramo para aquilo que vêem como maior demanda, e por outro mantêm o mesmo tipo de produto, mas substituem os artigos nacionais por artigos importados. Há também aqueles que adotam as duas estratégias combinadas. O gráfico na sequência especifica a origem das mercadorias comercializadas nas feiras minhotas. Dos feirantes entrevistados, 83% declararam que suas mercadorias são de origem nacional, entretanto oriundas de sítios diversos, partilhadas em 30% da região do Minho, 15% correspondentes às somas dos distritos que sediam as feiras – Viana do Castelo (Feira de Ponte de Lima), Braga (Feira de Barcelos) e Porto (Feira de Vila do Conde); e 38% das outras regiões de Portugal, diferentemente do Minho. Ao mesmo tempo, 17% declararam que as origens dos produtos que comercializam são provenientes de outras nações, sendo estas pertencentes ou não à CE. Na sequência o gráfico que ilustra estas situações quanto à origem das mercadorias:

Gráfico 67 – Demonstrativo da origem das mercadorias adquiridas pelos feirantes em Portugal



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Internamente, os produtos também transitam a partir dos lugares de cultivo e das características geográficas. Godinho, em sua obra⁸²⁵, dividiu o país, do ponto de vista histórico, em três conjuntos geográfico-económicos. O primeiro é o do litoral, onde localizam-se as cidades marítimas:

⁸²⁵ Godinho, V. M. (2000). *Introdução à história económica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1970. Apud Reis, A. M. Ponte de Lima no tempo e no espaço. Ed. Da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, pp. 233-234.

Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Faro. Nestas, o comércio se dá pelo tráfego marítimo e em alguns casos também fluvial, tendo a pesca como atividade comercial importante. No segundo grupo, na definição do historiador, estariam classificadas os dois conjuntos de povoações: as cidades e vilas do interior com características industriais. Cita Guimarães, com o linho e cutelarias; Covilhã, com os lanifícios; Coimbra, com a cerâmica; Évora, com o mercado de trigo; Santarém, com a feira de Ribatejo e Viseu. Estas três últimas se destacam como centros de trocas. E, no último grupo, as localidades mais isoladas, que apresentaram, sobretudo no passado, maiores dificuldades de comunicação terrestre e fluvial para o comércio: Bragança, Guarda e até Braga.

Especificamente em relação à região do Minho, podemos citar Ponte de Lima como localizada numa posição intermediária, entre o interior e o litoral, situada não só no centro do Minho português, mas também na fronteira com a cidade espanhola da Galiza. As comunicações a ligavam ao exterior, mesmo antes das rodovias, fosse por via fluvial, por intermédio do Rio Lima, ou mesmo marítimo pelo porto de Viana do Castelo, cidade vizinha, sede do distrito. Neste sentido, diante da sua localização geográfica, Ponte de Lima sempre teve local privilegiado, ocupando lugar de destaque na hegemonia económica do Alto-Minho. A sua feira quinzenal secular é prova disto⁸²⁶.

Os produtos, portanto, são reflexos desta dimensão geográfica e transitam nas feiras vindos das várias regiões de Portugal, como vimos na disposição do gráfico anterior. Por exemplo, no caso dos cereais, é sabido que há uma maior tendência⁸²⁷ de os mesmos terem origem a partir dos lugares de cultivo: “Na metade Sul, seca e quente, domina o trigo; no Nordeste, montanhoso e continental, predomina o centeio; na faixa restante, vizinha do Atlântico e abundante de água, cultiva-se o milho”.

Quanto às importações verificadas em demasia no território luso, para além de serem reflexos da economia global, representam a crescente “desaceleração” fabril das indústrias portuguesas. “Os produtos asiáticos estão acabando com o mercado em Portugal. Nossas fábricas estão a fechar”⁸²⁸.

Tais importações acabam por gerar o desequilíbrio na produção de mercado nacional, não oferecendo, na maioria das vezes, qualidade nas mercadorias importadas. É o caso, sobretudo, dos produtos chineses, que já foram “alvo” de inúmeras críticas pelos consumidores lusitanos. Tal

⁸²⁶ Ibidem, p. 234.

⁸²⁷ A Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joaquim, nascido em Angola, naturalizado português, feirante, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸²⁸ Dizemos tendência, pois sabemos que com o avanço das tecnologias e das comunicações, os produtos estão cada vez mais próximos. Por exemplo, não é somente na região mais seca e quente, o Alentejo em Portugal que vemos o trigo, embora a predominância da produção seja verificada neste sítio (228.718 toneladas). Fazemos esta referência por ser possível na atualidade encontrarem trigo produzido na região norte, embora mais fria e úmida (8.914 toneladas), representando a segunda região que mais produz esta cultura em solo luso. Ver: INE, (2008). Estatísticas Agrícolas 2007. Instituto Nacional de Estatística, pp. 42-50.

problemática, quanto à qualidade, se deve, segundo Vitorino M. Godinho, aos baixos salários dos trabalhadores e à ausência dos encargos sociais a eles atribuídos. Ao mesmo tempo em que percebemos a proliferação de muitas lojas de produtos chineses, muitos dos produtos comercializados em Portugal já tiveram a vendagem proibida ou foram rejeitados pela população consumidora diante de sua baixas qualidade, sendo considerados tóxicos ou até mesmo impróprios ao consumo, a exemplo dos calçados que provocam alergias e graves lesões, assim como os sofás e mapas de coiro. Nesse sentido, critica a falta de planejamento das produções chinesas, diante das produções em massa, e destaca a importância das fabricações com maiores investimentos fazendo uso dos recursos tecnológicos: “Uma contabilidade rigorosa permite concluir que sai mais barato o trabalho altamente qualificado (número reduzido de trabalhadores) do que a produção por trabalhadores sem qualificações (mão-de-obra numerosa)”⁸²⁹.

Interessante é que, ao mesmo tempo em que verificamos diversos problemas nas produções chinesas, estas nos parecem “irrelevantes” dado o elevado crescimento do mercado global. Constatamos o crescimento do mercado asiático, diante de sua expansão, mesmo que apresentando a qualidade dos produtos comprometida e às custas de uma mão-de-obra explorada em demasia, com seus direitos trabalhistas negados. Enquanto percebemos países, a exemplo de Portugal, apresentando qualidade nos produtos que fabrica, com preocupação em garantir os direitos⁸³⁰ dos operários fabris, mas sem nenhuma visibilidade comercial quanto à expansão de mercado, a não ser por produtos tradicionalmente exportados, como é o caso do azeite, vinho, cortiça e cerâmica⁸³¹. Talvez este facto se dê em decorrência da tecnologia pouco utilizada⁸³² em território luso e ao insuficiente processo de planejamento no setor de industrialização⁸³³.

⁸²⁹ Godinho, V. M. (2009). A economia. Em: *Os problemas de Portugal: mudar de rumo*. Edições Colibri, Lisboa, p. 27.

⁸³⁰ Não ignoramos os problemas vivificados pelos operários sejam eles imigrantes ou nativos nas fábricas portuguesas, consideramos por exemplo não só o elevado número de desempregados, onde muitas indústrias não comportam a mão-de-obra disponível no mercado, como também os baixos salários e a instabilidade trabalhista, diante sobretudo da possibilidade constante de falência das fábricas. Entretanto, se compararmos as condições dos trabalhadores portugueses aos chineses, seja na China, ou mesmo em Portugal, verificamos demasiadas diferenças.

⁸³¹ Não queremos dizer com esta afirmação que Portugal só exporta estes produtos tradicionalmente conhecidos no mercado, haja vista já termos inclusivamente mencionado a exportação dos artigos provenientes dos setores têxtil, vestuário e calçado conforme mencionamos no início do presente texto, e demonstramos através de estudos realizados, a exemplo dos trabalhos de Africano, A. P., cit.... Entretanto, ao mesmo tempo que exporta estes produtos, importa também as mesmas tipologias destas mercadorias, o que nos faz perceber que sua indústria ainda é pouco reconhecida a nível internacional.

⁸³² Não objetivamos investigar tal curiosidade levantada neste estudo, em decorrência de não ser nossa preocupação. Consideramos também que não podemos afirmar que o desenvolvimento de uma indústria passa somente pelo emprego de recursos tecnológicos ou pela valorização da mão-de-obra utilizada. Fazer isso é simplificar demais os aspectos administrativos de planejamento necessários em conjunto. Entretanto o que nos interessa de facto é observarmos como os feirantes reagem aos impactos gerados pela globalização, a exemplo dos artigos importados -que estão presentes em demasia no comércio português- e suas estratégias inclusivamente de adaptação e esta nova demanda de mercado. Onde

Ainda em relação às importações verificadas no mercado português, nas lojas e nas feiras, trouxemos para ilustração o depoimento de um feirante minhoto, que referiu tudo aquilo que até agora refletimos acerca da importação dos artigos sobretudo chineses: a) desequilibram a indústria nacional; b) adentram nas grandes superfícies, refletindo nas feiras uma dupla concorrência — por um lado os estabelecimentos comerciais, por outro os artigos chineses mais baratos; c) muitos dos artigos não são originais e sim contrabando. O depoente destaca ainda, em tom de denúncia, que muitos estabelecimentos oficiais comercializam o contrabando. Diz ele:

O artigo nacional tá a se acabar, até nos shoppings os artigos são chineses, não existem mais fábricas em Portugal (...) a maior parte dos produtos de contrafação não estão nas feiras e sim nas lojas. Nas feiras o mercado é aberto, as pessoas compram sabendo que não são artigos originais. Nas lojas colocam por exemplo quatro calças na montra, em números pequenos, n. 38-40 e depois quando o cliente pede um número maior, vão buscar lá dentro contrafações. E as pessoas compram na mesma. Qualquer indivíduo hoje tem uma loja de informática, CD's, DVD's também estão a piratear. (...) Os ciganos vendem artigos dos chineses, nacionais e vendem contrafação também, produtos que não são de marcas originais, mas toda gente sabe, compram barato. Nas lojas compram caro e muitas vezes não são peças originais. Então a contrafação tá nisso, e as lojas ganham mais. Aqui compram a 2,50 para vender a 3,00, nas lojas compram por 2,50 ou até menos pois compram em quantidade e depois vendem por 11,00, 12,00 e é pirata na mesma. (...) Eles têm que apanhar a contrafação é logo na entrada, não é vir atrás dos feirantes ou das lojas. Vem tudo da China, todos esses produtos vêm de lá. Tem que se apanhar logo nos contentores. Agora deixam entrar as mercadorias em Portugal, as mercadorias vêm para as feiras e depois tomam dos feirantes, ou colocam em tribunal. Toda gente tem processo em tribunal. As fiscalizações vêm atrás dos feirantes, mas não atrás de onde vêm as mercadorias. (...) O nosso grande problema foi essa abertura de mercado aos produtos chineses, porque arreventou com as feiras e com as fábricas. Eu tive uma altura que trabalhei numa fábrica em Santo Tirso que teve de fechar. O meu patrão dizia que aquele blusão que era 25 euros, hoje vendem por 10 euros não tem hipótese! O meu patrão dizia, não tem como ser menos, a mercadoria me sai por 6,50 o mínimo, não posso vender mais barato. A contrafação vem toda da China (...) As grandes superfícies compram também produtos chineses mais baratos e são falsificações⁸³⁴.

Este conflito pode ser verificado por uma freguesa quando relata sobre os ciganos serem fiscalizados na Feira de Barcelos. Quando indagada sobre algum episódio que tenha registrado em sua memória diz: “Lembro-me de uma grande confusão com os ciganos. Tinha muita polícia. Eles estavam

muitos feirantes acabaram por incorporar boa parte destes produtos importados aos nacionais que comercializam também em suas tendas e/ou barracas.

⁸³³ Ibidem Godinho, p. 29.

⁸³⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Albano, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

a investigar os ciganos, os artigos que vendem. Fiquei tão apavorada ao ver aquilo, que regresssei à casa”⁸³⁵.

Retomando a questão das estratégias propriamente ditas, observemos os feirantes minhotos investigados no que concerne às trocas das mercadorias. Estes, para comercializar, inclusivamente em alguns casos, incorporam os artigos importados. Concluimos que estes “empreendedores”, ao estabelecerem tais estratégias, a fazem em função de observarem atentamente a demanda do mercado. Contudo, estão também resignificando os padrões de consumo esboçados pelos comportamentos dos seus clientes. Ou seja, estão se adequando, portanto, à dinâmica do mercado capitalista contemporâneo.

Analisemos a tabela seguinte, em que constam os percentuais de maior e menor procura dos artigos adquiridos pelos fregueses nas feiras do Noroeste de Portugal. Atentamos para os artigos da indústria transformadora, a exemplo de roupas feitas, calçado, têxteis, objetos de decoração, utensílios domésticos e móveis. Tais produtos têm sua origem nacional, e/ou estrangeira, como já nos referimos anteriormente. Os produtos genuinamente importados, assim como os CD's, DVDs, fitas cassetes e artigos desportivos também são citados. Estes produtos são provenientes das mudanças, ou melhor, da substituição de mercadorias mencionada no presente texto. Já as frutas, verduras e legumes apresentam-se como mercadorias que desde sempre foram encontradas nas feiras, advindas da relação estabelecida entre cidade e campo, e que continuam sendo adquiridas nestes sítios, segundo os depoimentos dos fregueses em função da tradição e da qualidade que apresentam. Chamamos atenção também para o artesanato, como sendo a arte figurativa que muitas vezes representa a localidade, objeto também de apreço por parte dos consumidores. Já os artigos de alimentação, a exemplo de panificação, lacticínios, fumeiros, charcutaria, cereais, ervas, sementes, tempero, carne, peixe e ave, doce caseiro e bolo não são muito procurados em razão de serem também distribuídos nos equipamentos comerciais que concorrem diretamente entre si e com as feiras. Estes últimos artigos, juntamente com os demais artigos alimentares –tidos como tradicionais – antes da instalação das grandes superfícies, eram os mais procurados nas feiras.

Nesta mesma direção, verificamos os artigos não alimentares como tecidos/malhas em peça, aviamentos, ouro e prata. Atualmente são poucos os feirantes que se dedicam a comercializar estes produtos⁸³⁶, uma vez que muitos optaram pela mudança de ramo, ao promoverem a troca de mercadoria. Facto que vem demonstrar a estratégia de adaptação ao mercado. Os artigos que

⁸³⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸³⁶ Facto que pode ser observado na tabela N. 48 em que apresentamos os percentuais dos entrevistados feirantes, a partir das mercadorias comercializadas.

pontuaram 0% são mercadorias que pouco são comercializadas nas feiras minhotas. Entretanto, se fazem presentes nas feiras do Nordeste brasileiro. Por esta razão foram incluídos na tabela.

Tabela 52 – Demonstrativo dos produtos adquiridos pelos fregueses entrevistados

QUAIS OS PRODUTOS QUE COMPRA NA FEIRA? PORTUGAL	PERCENTUAL
Roupa	13%
Fruta	10%
Verdura / legumes	10%
Roupa de cama/mesa/banho (têxteis)	8%
Plantas / flores	7%
Calçado	7%
Utensílios domésticos	7%
Objetos de decoração	5%
Carne/peixe/ave	5%
Importados (maquiagem, cosméticos, flores artificiais, etc.)	4%
Cd's, DVDs, Fitas Cassetes	4%
Artigos desportivos	4%
Artesanato	4%
Móveis	3%
Lacticínios, fumeiros e charcutaria	2%
Cereais	2%
Panificação	2%
Ervas/ Semente/ Tempero	1%
Produtos de limpeza	1%
Brinquedos	1%
Tecidos / malhas	1%
Aviamentos	1%
Ouro e prata	1%
Doce caseiro / bolo	1%
Alimentação pronta	0%
Guloseimas (bomboneira)	0%
Material escolar	0%
Celular e acessórios	0%
Artigos religiosos	0%
Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Atendendo a esta estratégia de mudança das mercadorias vendidas nas feiras, observamos que, assim como os feirantes portugueses, os feirantes de etnia cigana, naturais de Portugal ou não,

na contemporaneidade, vão “abandonando” a leitura da sina, substituindo-a pela comercialização dos artigos nacionais e/ou importados nas feiras minhotas. Sobre as dificuldades contemporâneas na arte de vender e a leitura da sina, vejamos o que disse o cigano, no estudo de Heredia:

Difícil arte esta, não só para os ciganos, como também para qualquer que o não seja. Porém a venda constitui para nós o melhor sistema de vida, ainda que em certas ocasiões, seja muito penosa. É que o comércio tem sido sempre o nosso fraco. Comprar, vender, trocar, para voltar a vender depois, tem sido tarefas permanentes do *rom* como *romí* e foi noutro tempo a leitura da sina⁸³⁷.

Sabe-se que o comércio sempre foi a principal atividade dos ciganos, e que a presença dos mesmos nas feiras não é facto recente. Um estudo realizado sobre a etnia cigana comprovou, a partir da amostra da pesquisa, que, em 100% das famílias, pais e avós tiveram raízes nas vendas ambulantes. No passado, além da arte da leitura da sina, muitos vendiam cestos em palha, cavalos e gado. Atualmente, atendendo à demanda do mercado, os ciganos, assim como vimos com os demais feirantes, passaram a substituir suas mercadorias pelas que o mercadejar induz. A cigana entrevistada para o estudo de Costa diz:

Hoje em dia, com as alterações económicas do mercado e com as leis em vigor é praticamente impossível que qualquer pessoa possa vender onde quiser e o que quiser (...) o que levou ao desaparecimento de algumas profissões tradicionais e ao aparecimento de novas formas de ganhar a vida. Antigamente o cigano negociava muito em gado, agora vendem-se roupas e loiças. É o que calha⁸³⁸.

Verificamos as mercadorias dispostas em Portugal como um todo, e as estratégias dos feirantes de adaptação ao mercado. Mas quais são os reais tipos de mercadorias comercializadas? O que dizem os feirantes a respeito dos motivos que fizeram com que mudassem de ramo efetivamente? E os fregueses, o que dizem sobre as mercadorias dispostas nas feiras? De que maneira percebem as resiliências presentes nas feiras minhotas contemporâneas? Comparam as mercadorias presentes nas feiras às dos equipamentos comerciais? Trataremos destas questões nas três feiras portuguesas, levando em consideração suas especificidades.

Representação das mercadorias em feiras minhotas pelos feirantes e fregueses

Após a década de 1960 e precisamente depois do 25 de Abril de 1974, Portugal já não era mais o mesmo em vários sentidos, conforme ressaltou Reis:

⁸³⁷ Ver Herdina, J. D. R. (1974) A arte de vender n° 07. Em: Nós os ciganos. Editorial Franciscana. Braga, p.221.

⁸³⁸ Ver Costa, M. A. A. (2006). *Ciganos histórias de vida*. Edições Minerva, Coimbra, pp. 248-249.

Se notou por exemplo a expansão de serviços como a eletrificação, entra o fogão a gás e o frigorífico, surge o plástico, o cimento armado vence a pedra, multiplica-se a motorizada, torna-se acessível o automóvel, aparece a televisão. Introduce-se o hábito de consumo, do pronto-a-vestir, do refrigerante e do café. O centro urbano acelera o desenvolvimento do comércio e dos serviços, e as freguesias dos Concelhos seguem-lhes no encalço⁸³⁹.

A partir de 1986, diante da adesão do país à Comunidade Europeia, observamos melhorias na infraestrutura, transformando o cenário luso. Já no que concerne à questão comercial, vimos também que os hábitos de consumo dos portugueses se modificaram ainda mais⁸⁴⁰. Em comparação ao que já acontecera após 1974, ter-se-á um alargamento maior no conjunto comercial do mundo e a liberalização das trocas comerciais entre países pertencentes ao bloco ou não. Neste sentido, verificamos que as feiras, mesmo que consideradas como comércio tradicional, também aglutinam as mercadorias presentes nestes mercados, favorecidas pelo processo de importação.

Especificamente quanto às mercadorias dispostas nas feiras minhotas sabemos que estas apresentam similaridades no que diz respeito aos artigos comercializados, não só outrora, mas também na atualidade. Geralmente os feirantes percorrem as feiras durante toda a semana, e em particular nas três feiras em análise (se não fizerem estas três feiras em seu conjunto, fazem outras na região do Minho e/ou regiões vizinhas), e as mercadorias com que trabalham são sempre as mesmas para todas as feiras em que transitam. Assim sendo, se vendem roupa na feira de Ponte de Lima, provavelmente também vendem os mesmos artigos nas demais feiras. Por esta razão, embora tenhamos trazido uma amostra dos depoimentos dos feirantes e fregueses sobre a temática das mercadorias presentes em todas as feiras analisadas, elegemos a feira semanal de Vila do Conde como amostra para analisar os produtos lá comercializados e que também se fazem presentes nas demais feiras minhotas. Observemos os artigos comercializados nesta feira, ilustrados na tabela seguinte:

⁸³⁹ Reis, A. do C. (2000). O século XX. Em: História de Vila do Conde. Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, p.218.

⁸⁴⁰ Sobre os novos hábitos de consumo em Portugal, ver o capítulo 5. Outros hábitos e lugares de consumo. Item 5.1, pp. 179-180 No qual já historiamos a implementação de todos os hábitos e lugares do mercado de consumo global, por esta razão não convém aqui retomá-los.

Tabela 53 – Listagem atividades principais da Feira de Vila do Conde, a partir da descrição dos lugares

Quantitativo de feirantes cadastrados (lugares)	Descrição das atividade alimentares	Descrição das atividade não alimentares
69	Hortícolas/frutaria	
61		Vestuário
35	Hortícolas	
30		Floricultura
29		Malhas/miudezas
22		Calçado
10	Frutaria	
9		Malhas ; Confeções
8		Miudezas; Tecidos
7		Têxteis/vestuário
6		Vestuário para criança; Bijuteria e quinquilharias; Floricultura e produtos agrícolas; Retrosaria; Loiças
5		Tecidos/malhas
5	Padaria	
4	Aves e produtos alimentares; aves.	
4		Têxteis e toalhas
3		Plantas/flores
3		Cutelaria e inox; Alfaiate; Malas
3	Azeitona e diversos	
3		Artigos musicais e cassetes
2		Lingerie /Miudezas; Chapéus/Guarda-chuvas; Carteira/bijuteria; Têxteis e do lar; Ourivesaria; Tapeçaria
2	Produtos alimentares	
1		Camisaria; Têxteis; Cesteiro; Móveis/estofos; Loiças / plástico; Ferragens; Confeções /malhas; Couros/ cordas; Carteiras; Loiças e plástico; Tapeçaria; Flores secas e cera; Brinquedos; Carteiras; Vestuário e calçado; Marroquinaria; Alfaiate
1	Charcutaria; Laticínios e derivados; Coelhos e produtos agrícolas; Peixe congelado	

Fonte: Listagem do cadastro dos feirantes, município de Vila do Conde, impresso em 21/12/2007.

Na tabela apresentada observamos que, contrariamente ao que se via nas feiras minhotas dos séculos XIX e primeira metade do XX, quando este comércio tradicional era considerado como “núcleos quase exclusivos de abastecimento, com cereais, gados, panos de linho, fazendas de lã, quinquilharias, ferragens, loiça grossa de barro e alguma de faiança, e também obras de ourives”⁸⁴¹, as feiras da segunda metade do século XX e sobretudo do período em estudo (1986-2007) apresentam artigos provenientes das indústrias de transformação, sejam nacionais ou estrangeiras: vestuário,

⁸⁴¹ Loureiro, J. C. de M. (1996). As feiras e o comércio limiano (1875- 1915). Em: *O anunciador das Feiras Novas*. Ponte de Lima, p. 23.

calçado, têxteis e miudezas. Entretanto, convém destacar que os produtos alimentares hortícolas e frutaria, e os não alimentares plantas e flores, assim como no passado, ainda continuam a se apresentar em demasia, uma vez que, além de serem produtos genuinamente tradicionais nas feiras, são muito procurados pelos fregueses por terem a característica que os diferenciam dos estabelecimentos comerciais, a exemplo dos supermercados e hipermercados. Os clientes destacam a qualidade dos gêneros cultivados no campo e comercializados nas feiras.

Embora percebamos uma certa caracterização maior de determinados artigos em relação a outros, é importante ressaltarmos que, na totalidade dos produtos apresentados, a variedade do que hoje é oferecido aos consumidores é bastante significativa. Facto que também é observado pelos fregueses que frequentam as feiras minhotas.

Observamos os depoimentos dos feirantes e fregueses acerca das falas que reportam às feiras minhotas e suas transformações, e percebemos que os mesmos destacam três grandes aspectos: as feiras atualmente apresentam artigos variados e de origem diversas; as mudanças propriamente visíveis dos artigos antes comercializados e que foram substituídos por outros; e o atrativo que as feiras tem em relação aos preços baixos das mercadorias⁸⁴².

Neste sentido, elegemos alguns depoimentos que categorizamos em dois⁸⁴³ grupos: os que destacam a variedade de artigos que as feiras apresentam e os que chamaram atenção para as mudanças dos produtos comercializados no presente, em relação ao passado.

Sobre a multiplicidade de produtos expostos nas feiras, os depoentes relatam: “Hoje vendem mais coisas: roupas, calçados. Está melhor”⁸⁴⁴; “Hoje há mais o que se escolher, está bem melhor. Não se vinha muito a feira, e agora se vem mais”⁸⁴⁵; “Está mais evoluída. Nos tecidos, nos modelos. Está mais atualizada”⁸⁴⁶; “Feira de legumes, frutas, roupas, calçado, é composta de tudo”⁸⁴⁷; “Venho para comprar roupa, calçados e qualquer outro objeto. As feiras tem de tudo que uma pessoa precisa”⁸⁴⁸;

⁸⁴² O preço baixo das mercadorias comercializadas nas feiras é observado pelos depoentes em outras duas ocasiões: quando os mesmos as comparam com os estabelecimentos comerciais fixos, e quando tratam da forma de pagamento utilizada nas feiras. Se referem a possibilidade de barganha. Ou seja, segundo eles as feiras apresentam não só preços mais baixos em seus artigos, mas também a possibilidade de regateá-los. Enquanto no comércio fixo este comportamento por parte do consumidor não trás resultado satisfatório, uma vez que os preços são tabelados e inflexíveis. Vemos este tipo de abertura concedida pelos feirantes nas feiras como estratégia de atração do público consumidor. Este assunto será melhor abordado no item posterior a este, quando tratarmos das Formas de Pagamento presentes nas feiras, pp. 409-444

⁸⁴³ Categorizamos em dois grupos para facilitar a demonstração dos depoimentos. Não classificamos de maneira dual, mas sim dialética, pois percebemos que muitas falas estão relacionadas entre si.

⁸⁴⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Fátima, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁸⁴⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Helena, freguesa em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

⁸⁴⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Daniela, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁴⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo, feirante em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

⁸⁴⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Priscila, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

“Eu acho a feira de Vila o Conde uma as melhores aqui esta zona. É muito grande e tem e tudo”⁸⁴⁹;
Para além da variedade dos produtos, alguns depoimentos articulam a com a origem destes produtos na contemporaneidade: “Os produtos da terra, da região. Mas também tem de outros sítios não é? O que é bom, assim não escusa de andar em todo lado. Aqui já está tudo a nossa beira. Acho que devemos frequentar e ajudar a dar a vida aqueles que estão a vender”⁸⁵⁰; e ainda:

Acho que as coisas devem evoluir para melhor. Hoje os produtos são mais variados, mas também se mantem os produtos tradicionais. Hoje vê-se mais artigos como sapato e roupas, damos mais valor. Atende a economia de mercado que é mais concorrencial, abertura económica e a feira acompanha... Nos anos 1970 por exemplo, não se via produtos chineses⁸⁵¹.

Outros relacionam a variedade e os preços baixos: “Todo tipo e produtos, desde malas a roupas. Tem bom preço”⁸⁵²; “Muito mais variedade com as coisas de hoje (...) A feira é o sítio onde se consegue comprar de tudo: têxteis, calçados, utensílios. As pessoas conseguem comprar mais barato que em outros sítios e com muito contato humano”⁸⁵³. Sobre a qualidade: “Os artigos antes eram mais fracos, agora são melhorzinhos”⁸⁵⁴. Ainda o depoimento de uma freguesa relaciona variedade, preço e qualidade dos produtos:

Variedade e preço. Basicamente o preço. Basicamente vendem as mesmas coisas das lojas, mas as pessoas vem para cá porque é um bocadito mais barato. Em relação ao mercado os produtos são mais naturais que nos supermercados. Aqui tem mais qualidade. As pessoas têm garantia que é mais natural⁸⁵⁵.

Sobre as mudanças das mercadorias, os depoentes destacam: “Comprava botinhas para as crianças, e hoje compro também sapatos e sapatilhas”⁸⁵⁶; “Antes víamos mais artigos para lavoura, agora eles não são mais vendidos, agora as máquinas substituíram, é como o arado, veio o trator e substituiu”⁸⁵⁷; “Antes comprava mais tecidos, agora tem mais a ver com a época atual, mais moderna. [compra roupas baratas prontas e estiliza]”⁸⁵⁸; “Naquele tempo por exemplo não se comprava alho francês. Meus pais mandavam e nós vínhamos mas não comprávamos nada disso que compramos agora”⁸⁵⁹. Rememorando o tempo em que era criança e ia à feira com os pais, o freguês diz:

⁸⁴⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Eduarda, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁸⁵⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Arminda, freguesa em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

⁸⁵¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rafaela, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁸⁵² Entrevista concedida à autora pela Sra. Aurora, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁵³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Otilia, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁸⁵⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Lucinda, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁵⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João Gaspar, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁸⁵⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Laurentina, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁵⁷ ⁷⁴⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. João Vilas Boas, feirante, em Barcelos, em 27 de Dezembro de 2007.

⁸⁵⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Aparecida, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁵⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Anunciada, freguesa em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

Antes nós vínhamos da aldeia com meus pais fazer a feira aqui, não tinha mais em lugar nenhum. Hoje há muito pouco do passado. Eu acho que antigamente até não havia tanta coisa assim. Tanta fruta era só fruta da época naquela altura. Agora não, é diferente: a gente tem tudo na feira durante todo ano. Os legumes também. Por exemplo, antes ninguém falava em brócolos, couve-flor. Era só umas covitas, batata, cenoura e cebola e agora não, sempre tem outros legumes que a gente compra e dá mais prazer. Naquele tempo, por exemplo, não se comprava alho francês. Meus pais mandavam e nós vínhamos mas não comprávamos nada disso que compramos agora⁸⁶⁰.

Ainda sobre as mudanças das mercadorias como reflexo da economia global e do contexto histórico atual, observemos os depoimentos de alguns feirantes que mudaram de ramo nas feiras investigadas, como estratégia para se manterem no mercado e conviverem com a concorrência: “Antes vendia artigos para a lavoura e agora vendo vestuário, tem melhor saída”⁸⁶¹. Outros continuam a justificar a troca de mercadoria:

Meus pais sim, ainda vendem a mesma coisa [se refere a calçados], meu sogro não, já mudou, antes ele vendia junto com meu marido, quando solteiro, artigos para lavoura. Mas isto ficou fraco então eles mudaram para calçados para o campo e para cidade. Já minha sogra vende roupa para bebê⁸⁶²; Já mudei três vezes: primeiro meus pais vendiam artesanato e eu ajudava. Depois eu fui vender calçado e agora vendo camisola e T-Shirt. Os produtos mudaram muito e toda gente tem que vencer a crise. A crise é mundial. Não é só e Portugal que vemos crise, mas em todo lado. Em todos os países nos comércios faltam clientes⁸⁶³; Antes vendia brinquedos e agora CD's. Os brinquedos tava em decadência por conta dos produtos chineses. Hoje os tempos são outros: transformação, abriram os grandes centros. Fim- de-semana os clientes pegam a carrinha e vão até lá. (...) Antes procuravam capotes, agasalhos, roupas de inverno, mantas. Hoje procuram edredons, amarras já não se usam (...)⁸⁶⁴.

E um último depoimento, no tocante às mercadorias nas feiras contemporâneas, que aglutina um pouco de todas as perspectivas aqui demonstradas em relação aos depoimentos anteriores, a saber, variedade, mudança de artigos, preços favoráveis, similaridade com os demais estabelecimentos comerciais, origens dos artigos. Acrescentando ainda o poder de compra dos fregueses, que diz ser maior na atualidade, a freguesa refere:

Antes vínhamos comprar sardinha e tamancos, hoje as pessoas tem poder de compra maior, e compram de tudo: artigo para as suas casas e para si. Antes tinha mais produtos tradicionais, não havia mais dinheiro. Hoje os mercados são todos iguais, nas feiras e nas grandes superfícies, o que vemos num sítio vemos nos

⁸⁶⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Arminda, freguesa em Vila do Conde, 28 de Dezembro de 2007.

⁸⁶¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. António Rodrigues, feirante, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁶² Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Bela, feirante, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

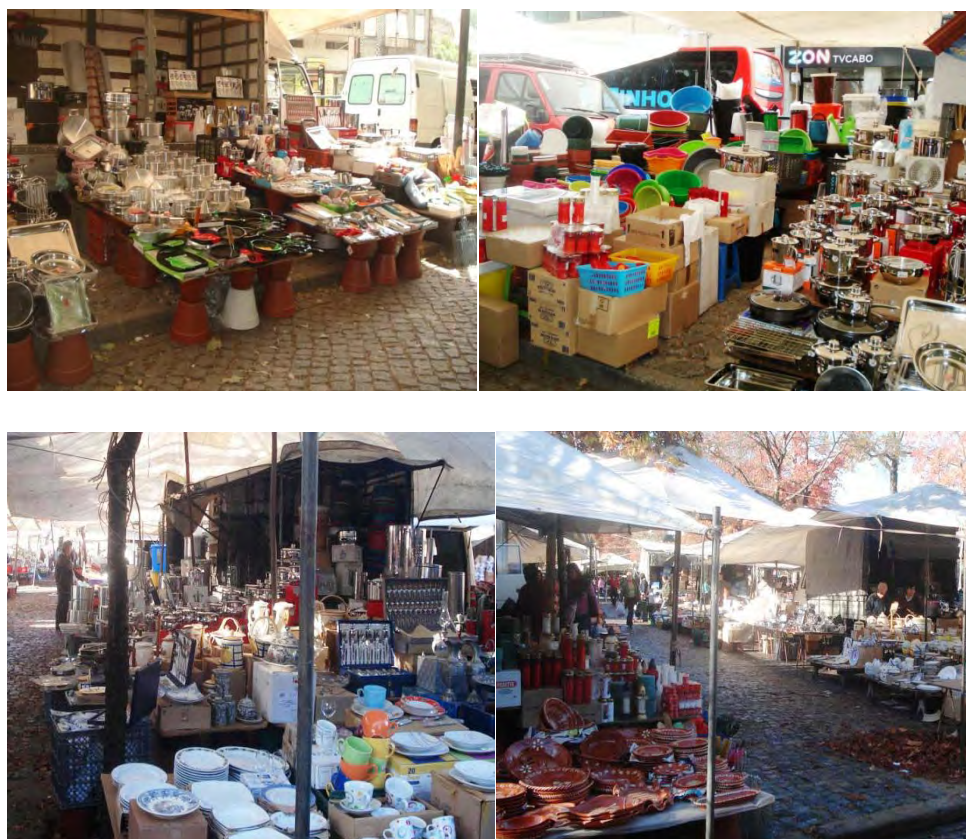
⁸⁶³ Entrevista concedida à autora pela Sr. Manoel Ferreira, feirante na feira de Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁸⁶⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joaquim, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

outros. Mas aqui [se refere às feiras] os preços são mais baratos. Hoje nas feiras vemos também muito mais marroquinos, pretos⁸⁶⁵.

Para atender ao mercado consumidor, percebemos nas feiras a substituição de determinados materiais que compõem os artigos. Citemos, por exemplo, o caso dos utensílios domésticos. Antes tinham como principal matéria-prima para sua confecção a argila, o barro, a cerâmica, ágata, a madeira, etc. Na contemporaneidade vemos a substituição dos materiais por inox, vidro e plástico. O que não significa dizer que não continuem ainda a existir as mercadorias com material de outrora. Entretanto, estas são tidas como tradicionais e os materiais modernos são os habitualmente utilizados. Nas feiras contemporâneas, não só minhotas, mas também nordestinas brasileiras, estes utensílios convivem atendendo ao mercado consumidor e aos fregueses que os procuram⁸⁶⁶. Na sequência, imagens ilustrativas a este respeito.

Figura 34 – Barracas de utensílios domésticos Feiras: Vila do Conde (02), Barcelos (02) e Ponte de Lima(01) respetivamente.



⁸⁶⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Lourdes, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁸⁶⁶ Esta variedade de mercadorias entre o novo e o velho é o que sugere a multiplicidade de elementos que convivem nas feiras. Manter aspectos do “velho”, permitem em um mesmo sítio o encontro de produtos especiais. Sobre artigos especiais dedicaremos um tópico neste mesmo capítulo, pp. 353-362.



Fonte: Jair Araújo, Novembro de 2007.

Análise comparativa das mercadorias vendidas nas feiras e nos estabelecimentos comerciais pelos depoentes

Os equipamentos comerciais urbanos concorrem com o movimento comercial das feiras⁸⁶⁷. Entretanto, como já observamos, elas continuam a se configurar na atualidade como opção de lugar de consumo. Isto é resultado das estratégias dos feirantes para continuarem a concorrer. O conjunto dessas estratégias inclui desde a mudança nas mercadorias, que contribui para a variedade dos produtos, até sua qualidade, passando por preços mais acessíveis e outras características inerentes aos produtos.

Os equipamentos comerciais do gênero a retalho, em Portugal, apresentam, a cada ano que passa, expansão e crescimento. No Norte do país os índices apontam os seguintes indicadores de rentabilidade, segundo dados do INE:

Em 2001 os estabelecimentos do Comércio a retalho alimentar e misto realizaram 2 050 milhões de euros, mais 3,9% do que no ano anterior. O maior volume de vendas verificou-se nos estabelecimentos com 8 000 m² ou mais de área, com 40,6% em 2000 e 37,3% em 2001. Os estabelecimentos com volume de vendas mais baixo, eram os que dispunham de uma área de 2 500 a 3 999 m²⁸⁶⁸.

Os índices demonstram elevado crescimento no comércio a retalho alimentar e misto. Entretanto, um aspecto que nos chama atenção e que se relaciona diretamente com as feiras diz

⁸⁶⁷ Capítulo 5- Outros hábitos e lugares de consumo, pp. 178-236

⁸⁶⁸ INE e Observatório do Comércio. Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares (GSRA), Região Norte. Em: *O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal*. 2000, p.97. Acedido em 29 de Março de 2011, em: «<http://www.dgcc.pt/166.htm>» .

respeito à evolução destes comércio na região Norte do país, com predominância para o comércio a retalho não alimentar. Pesquisa realizada pelo Observatório do Comércio a este respeito publicou:

O Norte mantém-se como a região onde se concentra o maior número de unidades comerciais não alimentares (310, 34,6% do total), e ainda assim verificou um crescimento de 12,3% em 2007. Lisboa foi a segunda região com mais UCDR desta tipologia (261 - 29,1% do total), tendo mantido estável o seu número de unidades. O Centro, com 210 estabelecimentos (23,4% do total), registou um assinalável aumento de 20,7%. O Alentejo e o Algarve juntos totalizaram 115 UCDR (12,8%)⁸⁶⁹. Dados ilustrados nos gráficos a seguir:

Gráfico 68 – Demonstrativo Comércio sem retalho alimentar (2007)



Figura 21 In: Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa: INE, 2009

Gráfico 69 – Demonstrativo Comércio a retalho não alimentar (2007)

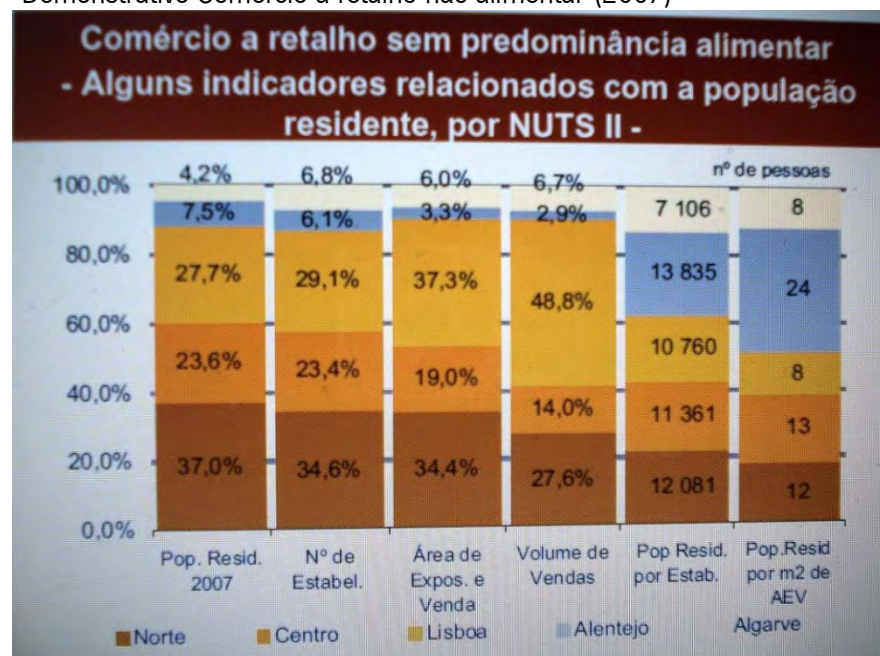


Figura 23 INE. (2009). *Estabelecimentos Comerciais 2007*- Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa, p. 21.

⁸⁶⁹ NE, Análise dos resultados. Em: *Estabelecimentos Comerciais 2007*- Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa: INE, 2009, p. 21. Acedido em 29 de março de 2011, em: «http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aql=&oq=».

Ao verificarmos estes valores, chegamos às seguintes constatações: por um lado os números apontam um crescimento demasiado do comércio a retalho não alimentar, o que nos leva a crer que a concorrência com as feiras nestes segmentos tem evoluído⁸⁷⁰; por outro lado, nos faz entender o porquê das feiras ainda continuarem apresentando números constantes de feirantes cadastrados em setores alimentares, nomeadamente hortícolas e frutaria. Especificamente na feira de Vila do Conde, para o setor hortícola, conforme demonstramos anteriormente na tabela n.53 ⁸⁷¹, verificamos que foram atribuídos 35 lugares para frutaria, e 69 para os dois tipos de produtos (hortícolas e frutaria). Na feira de Barcelos⁸⁷², constatou-se que o setor de frutas apresentou, em 1986, 39 e, em 2007, somente 9 não participam mais desta atividade, já que aparecem cadastrados 30. Para os produtos agrícolas, o número aparece acrescido: 28 cadastrados em 1986 e 198 em 2007. Em relação aos lugares de venda de sementes na mesma feira, o documento apresentou 6 em 1984, e praticamente manteve-se em 2007, com 4 cadastrados neste segmento em Barcelos. É o caso também da feira limiana que, apesar de ter um número elevado de lugares não alimentares (vestuário, tecido, calçado, malas e similares), de 220 lugares antes de 1996, e 115 no período 1996-2007, o número de lugares destinado ao comércio de produtos alimentares e bebidas passou de 13 para 19 no mesmo período⁸⁷³.

Constatamos portanto que, se o comércio não alimentar apresentou crescimento no Norte de Portugal, isto não quer dizer que o alimentar apresentou uma tendência a ter índices diminuídos. Se nas feiras o comércio com predominância alimentar, no que se refere especificamente aos setores tidos como tradicionais - hortícolas e frutaria -, não tem apresentado decadência e sim estagnação ou crescimento, este facto nos leva a concluir que as feiras continuam a exercer uma certa predominância nestes ramos. Surge uma questão a refletirmos: o que leva os feirantes do segmento alimentar a permanecerem sem muitas alterações, de maneira continuada? Consideramos que trata-se de mais uma estratégia de sobrevivência, sobretudo em relação à preservação na qualidade dos artigos que comercializam, ao venderem artigos alimentares novos e frescos, sem aditivos como agrotóxicos ou conservantes. Se apresentam em embalagens simples, que possibilitam aos clientes o entendimento visível da qualidade daquilo que estão a comprar. Não são artigos congelados e nem enlatados.

⁸⁷⁰ Embora os fregueses consumam mercadorias destes segmentos não só no comércio fixo, mas também, nas feiras, com predominância para o vestuário, calçado, utensílios domésticos e têxteis, como vimos nos índices apresentados nos gráficos N. 68-69 e em tabelas N.53 no texto anterior a este.

⁸⁷¹ Listagem do cadastro dos feirantes, município de Vila do Conde, impresso em 21 de Dezembro de 2007.

⁸⁷² Quadro com indicação do número de lugares por atividade e receita arrecadada. Em: Ofício n. 913 “Envio de documentação relativa à Feira Semanal de Barcelos” de 29 de Janeiro de 2008.

⁸⁷³ Dados informatizados, do cadastro dos feirantes, fornecidos pela Diretoria de Finanças da Câmara Municipal de Ponte de Lima, em 21 de Junho de 2011.

Outros fregueses destacaram, como atrativo, a possibilidade de ver os produtos face a face, o poder da escolha, diferentemente dos supermercados que muitas vezes estão mascarados em embalagens que falseiam a qualidade dos mesmos. Ao passo que nas feiras de maneira natural são expostos aos olhos dos consumidores para sua avaliação específica ⁸⁷⁴.

Além dos preços acessíveis e da qualidade dos produtos — que consideramos serem estratégias⁸⁷⁵ de manutenção dos clientes nas feiras — outros dois aspectos fazem a diferença entre feiras e estabelecimentos comerciais fixos, destacados como fundamentais para os fregueses. O primeiro diz respeito à relação estabelecida entre os feirantes e fregueses. “As pessoas recebem melhor que nos supermercados, são mais afetivas”⁸⁷⁶. Ou seja, a relação é de aproximação, muitas vezes até de afetividade e compadrio, uma vez que as feiras são lugares de encontro. A segunda é a possibilidade que as feiras têm, e que os outros sítios não têm, de favorecerem processos de recordação de épocas passadas, vivificadas pelos seus frequentadores⁸⁷⁷, pois, como lugar de convívio, muitos são os episódios que deixaram marcas de memória. Trataremos destes dois últimos aspectos posteriormente⁸⁷⁸ e nos dedicaremos a esclarecer melhor os dois primeiros neste texto.

A fim de ilustrarmos o que consideramos como estratégias utilizadas pelos feirantes para agradar os seus fregueses, trouxemos as falas dos depoentes. Quanto à qualidade dos produtos vendidos nas feiras, nomeadamente os hortícolas, frutaria e peixes (sardinha e bacalhau), os entrevistados os qualificam como de melhor qualidade (mais frescos) do que dos supermercados. Elegemos alguns depoimentos que destacam este diferencial:

Eu gosto de comprar nas feiras porque compro diretamente dos lavradores e nos supermercados vem de muitos países e longe e às vezes é lavado com outros produtos e aqui é da região, daqui da beira⁸⁷⁹; Compro diretamente dos lavradores da região, e nos supermercados os produtos às vezes é do exterior, desconhecemos a qualidade, a forma de armazenamento para viagem, por exemplo⁸⁸⁰; Gosto da feira de Barcelos porque é um sítio onde encontramos tudo fresquinho, as lavradoras

⁸⁷⁴ Já havíamos percebido em pesquisa realizada no Brasil, esta constatação, de que os fregueses acreditam que os artigos expostos nas feiras têm sua qualidade mais legítima, em comparação aos dos supermercados. Ver: Araújo, G. de A. F. (2006). A polissemia histórica discursiva presente nas falas os feirantes e fregueses. Em: *Múltiplos Discursos sobre a Feira de Campina Grande-PB*. Agenda, Campina Grande, p.136.

⁸⁷⁵ Nos referimos desta maneira ao procedimento dos feirantes em relação aos clientes. Entretanto, talvez estes nem tenham este entendimento que ações desta natureza sejam estratégias de vendas, pois podem agir desta maneira de forma involuntária. Mas em tempos de dinâmicas de mercado competitivo, consideramos estas atitudes como estratégias necessárias para que as feiras continuem nos mercados.

⁸⁷⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Paula, freguesa, em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

⁸⁷⁷ Feirantes, fregueses, fornecedores e todos os outros personagens que convivem nas feiras. Sujeitos estes já tratados no capítulo 6. Práticas culturais e identitárias, pp.237-307.

⁸⁷⁸ No capítulo 8, pp. 445-598.

⁸⁷⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Elsa, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁸⁸⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Eduarda, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

trazem tudo das aldeias da região. Isto é bom⁸⁸¹; “Uma pessoa que conhece esta feira não deixa de comprar cá estas sardinhas frescas para comprar as de lata dos hipermercados. Estas [se refere às sardinhas] são mercadorias de categoria⁸⁸²; Compro frutas, legumes e hortaliças nesta feira toda semana, acho melhor. As outras coisas de comida, meu marido compra no supermercado no sábado, com a carrinha dele. Sim! Algumas vezes compro bacalhau aqui também⁸⁸³; Vinha com minha mãe e avó quando miúda, gostava de ver os artigos do campo. Continuo vindo por causa deles, são mais frescos e por acaso me apetece mais. Nas grandes superfícies é tudo com gelo e depois não sabemos como lavam aquilo lá⁸⁸⁴.

Em relação aos preços das mercadorias como sendo mais acessíveis⁸⁸⁵, se comparados às lojas e demais estabelecimentos comerciais, os depoentes afirmam: “O que me atrai nas feiras? A variedade dos produtos e os preços. São um bocadinho mais baixos que nos mercados. [se refere aos supermercados]”⁸⁸⁶; “Vejo a diferença, que hoje tem muito mais movimento, mais pessoas a vender. Nas lojas é caro”⁸⁸⁷; “(...) Além do que os preços são mais baratos que os das lojas”⁸⁸⁸; “Mais barato que nas lojas”⁸⁸⁹.

Variedade, preço e qualidade nas mercadorias são atrativos significativos que os fregueses encontram para continuar se abastecendo nas feiras, embora também frequentem os demais tipos de estabelecimentos comerciais. Ilustramos esta constatação em conjunto, na transcrição do depoimento da freguesa em praça limiana:

Variedade e preço. Basicamente o preço. Basicamente vendem as mesmas coisas das lojas, mas as pessoas vêm para cá porque é um bocadito mais barato. Em relação ao mercado os produtos são mais naturais que nos supermercados. Aqui tem mais qualidade. As pessoas têm garantia que é mais natural⁸⁹⁰.

⁸⁸¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Luísa, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁸² Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João Gaspar, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁸⁸³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Evelina, freguesa, em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

⁸⁸⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João, freguesa, em Ponte de Lima, em 12 de Novembro de 2007.

⁸⁸⁵ Sobre esta acessibilidade, para além dos preços mais baixos, muitos feirantes e fregueses destacam a possibilidade de barganha que na feira verifica-se, diferentemente dos estabelecimentos comerciais, que já têm os preços fixos. Depoimentos a este respeito veremos a seguir, no item 7.4 formas de pagamento, pp. 409-444.

⁸⁸⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Alice, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

⁸⁸⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria de Fátima Pires, freguesa em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

⁸⁸⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Sandra, freguesa, em Barcelos, em 05 de Dezembro de 2007.

⁸⁸⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Fernanda, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

⁸⁹⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Conceição, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

Artigos especiais das feiras portuguesas: alimentares e não alimentares

Gostaríamos de chamar atenção para os artigos que são oriundos das antigas feiras portuguesas⁸⁹¹ e que ainda continuam existindo na contemporaneidade, mesmo contrariando as adversidades do mundo contemporâneo. São os artigos alimentares: sardinhas e panificação, e os não alimentares: ourivesaria e a arte figurativa que se configura como o símbolo de Portugal, o galo de Barcelos. Estes artigos, apesar de encontrarem concorrentes nos estabelecimentos de consumo, ainda são muito procurados pelos fregueses. Resistindo as suas tradições e originalidades.

Os feirantes que comercializam estes produtos percebem as concorrências que encontram dos estabelecimentos comerciais diversos - as grandes superfícies, os comércio fixos, e os de produtos importados chineses - mas continuam vendendo estas mercadorias. O que os tornam feirantes mais tradicionais que os outros para os fregueses, uma vez que resistem ao tempo e as adversidades, comercializando mercadorias que tiveram origem no passado. Muitos destes feirantes, inclusive, são procedentes nestes ramos dos ofícios já desempenhados pelos seus pais.

Alimentares: sardinhas e panificação

Antes de tratarmos das sardinhas e dos artigos de panificação, como artigos especiais nas feiras minhotas, gostaríamos de atentar para a “ausência” de artigos de alimentação pronta para serem consumidos nas próprias feiras. O fato observado foi o de que, diferentemente das feiras no Brasil, nas minhotas não encontra-se muitos artigos de alimentação pronta para consumo. Isto deve-se a dois fatores: em primeiro lugar porque não se constitui hábito dos europeus ocidentais se alimentarem nas ruas, em espaços abertos. E em segundo lugar porque, desde que Portugal passou a fazer parte da Comunidade Europeia, muitas exigências passaram a atuar no seu cotidiano. Nomeadamente quanto à apresentação e higienização dos produtos (cereais, leguminosas, óleos, carne, peixe, derivados). A seguir, apresentamos estudo⁸⁹² realizado sobre os produtos alimentícios que

⁸⁹¹São mercadorias, que não identificamos nas feiras nordestinas brasileiras investigadas para este estudo, por esta razão adjetivamos como sendo especiais das feiras portuguesas. Entretanto temos conhecimento que as sardinhas por exemplo em seu estado natural são comercializadas em algumas feiras a exemplo das feiras-livres do sudeste brasileiro. Inclusivamente foi feito um estudo a respeito da sardinha e seu controle de qualidade. Ver: Pereira, Á. A. F. (2004). *Avaliação de condições de consumo da sardinha fresca, descongelada e processada, através de substâncias que reagem com o ácido tio barbitúrico e do nitrogênio de bases voláteis totais*. Dissertação de Mestrado Ciências Farmacêuticas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁸⁹² Rodrigues, S. E. de V. (2009). *Verificação do cumprimento dos requisitos legais de segurança dos géneros alimentícios disponíveis nas superfícies comerciais em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Tecnologia e Segurança Alimentar. Faculdade de Ciências e Tecnologias. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, p. 36.

são mais fiscalizados, não só nas feiras, mas também em todos os outros estabelecimentos comerciais.

Gráfico 70 – Percentagem de amostras segundo tipo de produtos.



Fonte: Figura 1.6 - Percentagem de amostras conformes *versus* **percentagem** de amostras com resultados não conformes detetadas no âmbito do PNCA de 2007. Em: *Relatório ASAE*. Acedido em 7 de março de 2011, <<http://www.asae.pt>>.

Dois órgãos atuam na fiscalização da segurança alimentar, a nível internacional vê-se a EFSA- Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, e a nível nacional a ASAE- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. Diante de toda esta fiscalização, muitos feirantes preferiram não atuar mais com alimentação. O responsável pela feira e mercado vila-condense relata:

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia trouxe algumas exigências: A ASAE passou a intensificar muito a fiscalização nas feiras e o produto avulso que nunca foi muito comum nas feiras portuguesas, tem sido ainda menos visto. Muitos feirantes que trabalhavam com alimentos mudaram de ramo, pois as exigências foram grandes⁸⁹³.

Neste sentido, nas feiras minhotas contemporâneas, bancas com produtos alimentares são cada vez mais raras de se ver. Abaixo, imagens de artigos alimentícios, a exemplo de fumeiros, animais domésticos, alimentação pronta (lanche) e cereais na feira de Vila do Conde.

⁸⁹³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

Figura 35 – Artigos alimentícios que estão a se tornar raros nas feiras minhotas (Imagens na feira de Vila do Conde)



Fonte: Jair Araújo, Novembro de 2007.

Entretanto, retomemos para os artigos alimentícios que ainda são encontrados nas feiras minhotas, e que chamamos de artigos especiais pelo fato de serem antigos presentes na atualidade, nos quais pesam os órgãos de fiscalização descritos anteriormente (ASAE e EFSA). Referimo-nos as sardinhas e os artigos de panificação. Sobre o primeiro, embora percebamos que nas feiras são artigos que estão cada vez menos presentes - uma vez que há sardinha em conserva, enlatadas e comercializadas nos supermercados e hipermercados – ela tem ganho cada vez mais espaço nas mesas dos consumidores. Mas, ainda assim, encontramos alguns feirantes deste ramo nas feiras minhotas, e também fregueses à consumir estas mercadorias, assim como o bacalhau seco. As sardinhas são um pouco mais procuradas nas festividades do meio do ano, por ocasião das festas juninas. Faz parte da culinária regional, elas são consumidas na forma assadas pelas famílias portuguesas. “Costumo comprar as sardinhas para as festas de São João, e o bacalhau para o final de

ano”⁸⁹⁴. Ouvimos também o depoimento de uma feirante de setenta e dois anos que trabalha na feira de Ponte de Lima há mais de seis décadas. Para além da insatisfação sobre o movimento das feiras, outra feirante destaca a variedade dos produtos e a importância deste tipo de mercadoria na cidade limiana,

Hoje há mais coisas (...) Venho vender as sardinhas e comprar o que me falta. Aqui não tem nada disto na semana. Só de 15 em 15 dias é que se ver destas coisas [aponta para as sardinhas frescas]⁸⁹⁵.

Na sequência veremos uma imagem da barraca de sardinha na praça limiana. Entretanto, convém lembrar que embora os depoimentos narrados anteriormente e a ilustração da imagem a seguir sejam da feira de Ponte de Lima, encontramos em todas as três feiras investigadas bancas com este produto do pescado.

Na imagem referida, na qual avultamos, para além da maneira como são apresentadas as mercadorias (sardinha), em bancas improvisadas, como produto tradicional, são expostas ainda da mesma maneira que se via no passado (caixotes de madeira e de papelão). Percebemos três características que diferenciam de outrora, o que nos leva a crer que, apesar de ser a mesma mercadoria de outrora, estas sofrem resiliências, se adequando ao presente. Hoje há o uso da balança eletrônica, o saco plástico para embalar as sardinhas, e a vestimenta da feirante, uma espécie de “fardamento”. Mudanças que se fazem presentes em estabelecimentos comerciais fixos, como na imagem:

Figura 36 – Imagem na Feira de Ponte de Lima, vista banca de sardinhas



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

⁸⁹⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Raquel Amares, freguesa em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

⁸⁹⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição, feirante Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

Sobre o segundo produto alimentar que verificamos nas feiras portuguesas e que não são observadas nas brasileiras (identificadas em nosso estudo), diz respeito aos artigos de panificação. Nas feiras brasileiras vemos muitos restaurantes-barracas⁸⁹⁶ que vendem refeições para o almoço. Ou ainda barracas com produtos alimentares: laticínios, doces, entre outros. Mas barracas com artigos exclusivos de panificação não encontram-se. Ao mesmo tempo nas feiras lusitanas são raros os sítios que encontramos restaurantes-barracas. Os feirantes trazem consigo de suas moradas a alimentação pronta e se alimentam em baixo das suas tendas, montam suas mesinhas. Nas feiras do Nordeste brasileiro, os feirantes ou trazem também sua refeição de casa, ou tem a opção de se alimentar nestes restaurante que mencionamos anteriormente (barracas).

Figura 37 – Imagem na Feira de Barcelos, vista no segundo plano feirantes à mesa, almoçando.



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

Portanto, diferentemente das feiras nordestinas, as feiras minhotas, ao mesmo tempo que não dispõem da venda de alimentação pronta, oferecem aos seus clientes a comercialização de artigos de panificação. No passado, estes pães tinham origem exclusivamente doméstica. Atualmente isto tem apresentado alteração e vemos os estabelecimentos comerciais adentrando nos espaços das feiras minhotas: as representações de pastelarias, ou seja, das pastelarias citadinas. Assim, colocam uma extensão de suas lojas nas feiras. Estas, por sua vez, diferentemente dos padeiros domésticos, como já tem sua freguesia garantida na loja, não se queixam do movimento das feiras, pois fazem destas para além de local de venda, sítios onde publicitam os produtos também encontrados na loja. É o caso da feirante e comerciante Rosa, que, em relação à feira de Vila do Conde, diz ser uma feira boa, cada vez melhor, com muitos clientes. E acrescenta ainda que não faz outras feiras porque sua freguesia é da

⁸⁹⁶ Das feiras investigadas no noroeste português, somente na feira de Ponte de Lima verificamos um restaurante desta natureza.

cidade, ou seja, os mesmos clientes que frequentam a loja: “A feira está melhor, cada vez mais clientes. Somos conhecidos cá [se refere à pastelaria que tem na cidade], e não em outro sítio. Cá estão nossos clientes”⁸⁹⁷ [justifica o fato de não vender em outras feiras].

Em quantidade menor encontramos nas feiras este tipo de feirante com perfil de comerciante, a grande maioria, verificamos a presença de feirantes, muitas vezes filhos também de padeiros, que estão a comercializar nas feiras há décadas. Estes, por sua vez, ao mesmo tempo que se queixam da concorrência das pastelarias, sejam no interior da feira – como o caso que demonstramos anteriormente - ou em seu entorno, dizem trabalhar naquilo de que gostam, o que os faz muitas vezes resistir à tanta concorrência. É o que diz uma das feirantes em Barcelos:

É uma coisa de que eu gosto muito, quando meu pai era vivo eu andava [se refere em fazer as feiras, os pais também vendiam pão] sempre com ele, e eu sempre gostei do meu ofício. Quanto mais trabalho nisto, mais eu gosto. (...) As feiras de antes [20 anos atrás] eram melhores. Agora há mais concorrência, antes havia uma ou duas padarias, agora há porta sim porta não. Concorrência também conta muito. A feira é uma coisa antiga, é uma tradição, e tradição antiga é melhor⁸⁹⁸.

As imagens seguintes ilustram duas barracas de artigos de panificação, na feira de Barcelos.

Figura 38 – Imagens na Feira de Barcelos, vistas de duas barracas de artigos panificação



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

Não alimentares: ourivesaria e a arte figurativa, galo de Barcelos (símbolo de Portugal)

Quanto aos artigos não alimentares que verificamos exclusivamente nas feiras portuguesas contemporâneas, originalmente comercializados em feiras de épocas passadas, é interessante verificá-los por tratar-se de artigos que atualmente são encontrados em vários sítios diferentes, nos

⁸⁹⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa Maria, portuguesa, comerciante e feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007. A entrevistada juntamente com a família possui uma casa de panificação. A entrevistada diz ter colocado barraca na feira de Vila do Conde, há de cinco anos (2002-2007).

⁸⁹⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Deolinda, feirante em Barcelos em 27 de Dezembro de 2007.

estabelecimentos comerciais diversos, em lojas de pequeno, médio ou grande porte, e também das feiras. Nos referimos as barracas de ourivesaria e de arte figurativa, em especial as que vendem o artesanato regional no que se refere não só a loiça regional, mas sobretudo a figura do galo português.

Iniciemos por tratar daquilo que neste estudo, no tocante as mercadorias especiais portuguesas, nos chamou mais atenção: as joias em ouro e prata comercializadas nas barracas das feiras minhotas.

Em um tempo (1986-2007) em que as joalharias são vítimas de assaltos rotineiramente, é muitíssimo interessante a presença de ourivesarias nas feiras. Denota, ao nosso entender, uma forte resistência destes – feirantes - que defrontam-se, não só com concorrência do comércio fixo, mas também com as adversidades da violência urbana diante dos assaltos apreendidos. Não ignoramos o fato de muitos já terem sido vítimas de assaltos não só nas feiras mas também no percurso das viagens. Entretanto, não podemos deixar de registrar a presença destes feirantes que levam mais uma opção de lugar de compra destas mercadorias aos fregueses, para além das lojas. São nas feiras que muitos se encontram. E diferentemente dos comerciantes que vimos dos artigos de panificação que atuam também nas feiras, estes ourives não possuem lojas comerciais nas cidades. Pelo contrário, muitos percorrem as feiras com suas barracas, feira a feira, comercializando seus produtos. Na figura a seguir, a primeira imagem traz um caso destes, trata-se de uma ourivesaria e relojoaria que percorre várias feiras da região Norte durante a semana: na segunda em Espinhos, na quarta em Vila Nova de Famalicão, na quinta em Barcelos, e na sexta em Vila do Conde. Observemos a faixa publicitária posicionada abaixo do balcão de atendimento. As demais imagens foram de barracas do mesmo ramo, a primeira na Feira de Ponte de Lima e a segunda na Feira de Vila do Conde, uma ourivesaria de Gondomar.

Figura 39 – Imagens vista barraca de artigos ourivesaria: Feiras de Barcelos, Ponte de Lima e Vila do Conde, respetivamente.





Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

Não são muitas as barracas de ourivesaria, mas as poucas que têm parecem se manter, denotando esta resistência mencionada anteriormente. Na feira de Barcelos, por exemplo, no período deste estudo, de acordo com o cadastro da Câmara Municipal⁸⁹⁹, tinha-se 4 ourives cadastrados em 1986, diminuindo para 3 em 1997, número que se manteve até 2007. Já em relação à feira de Vila do Conde são duas⁹⁰⁰ as barracas cadastradas e a feirante profere a seguinte afirmação:

Temos alguns fregueses certos, mas isto aqui está muito ruim [se refere ao pouco movimento]. Vendemos artigos em ouro e prata legítimos. Antes se via mais ourives nas feiras, agora isto está a chumbar⁹⁰¹.

Em todo caso achamos pertinente destacar esta atividade nas feiras, porque mesmo que esteja a se acabar - como profetizou a depoente citada anteriormente - ficará o registo para a história das feiras contemporâneas que, pelo menos até o ano de 2007 (data limite de nossa pesquisa), ainda se fazia presente nas praças das feiras minhotas este tipo de mercadoria para venda, resistindo à concorrência e as adversidades.

Em relação à arte figurativa do galo de Barcelos, que tornou-se o símbolo de Portugal, categorizamos também como uma mercadoria especial e os feirantes que comercializam esta mercadoria como resistentes⁹⁰². Tendo em vista o fato de sabermos que muitas são as lojas de importados, nomeadamente chinesas, que vendem réplicas dos galos, fabricados em série, e não artesanalmente, mas que acabam ficando mais baratos aos compradores. Para além destas lojas, os

⁸⁹⁹ Ibidem "Envio de documentação relativa à Feira Semanal de Barcelos "cit..., p. 1.

⁹⁰⁰ Documento expedido pela Câmara Municipal de Vila do Conde: Listagem do cadastro dos feirantes, município de Vila do Conde, impresso em 21 de Dezembro de 2007.

⁹⁰¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Daniela Moraes, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

⁹⁰² Sobre o galo de Barcelos como símbolo de Portugal, e portanto como característica que podem ser salvaguardadas como património imaterial trataremos no capítulo 8 desta tese no item 8.4 - Património Imaterial em Portugal, uma sugestão de salvaguarda para as feiras minhotas, pp. 552-598.

galinhos também podem ser encontrados nas lojas de conveniência e lojas de souvenirs para os turistas. A feirante em praça Barcelense⁹⁰³ diz,

Se vendia melhor há vinte anos atrás. Qualquer coisa se vendia. Agora só se vende uns galinhos. Nesta época o presépio também. Antigamente a gente não trazia muita produção do artesão. Mas qualquer coisa que se trazia se vendia. Agora com muitas lojas a abrir, e no meu caso que vem muita coisa da China (...) ⁹⁰⁴.

Na sequência duas imagens nas quais destacamos os galos.

Figura 40 – Imagens na Feira de Barcelos, vista barracas de arte figurativa, e artigos de decoração, respetivamente. Destaque para o galo de Barcelos (símbolo da cidade e do país)



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

Para os fregueses a arte figurativa, sobretudo os galos,- além se constituírem como símbolo de Portugal-são utilizados como presentes e como objetos de decoração. O depoimento a seguir da freguesa na feira de Barcelos se refere ao artesanato português, destacando a qualidade a originalidade da mercadoria lusitana.

O que me atrai são os produtos que ela tem a venda [se refere ao artesanato da região, estava comprando galos para dar de prenda de natal a amigos brasileiros que vieram morar em Portugal, e também comprava as figuras em cerâmica do presépio] são a qualidade. Estamos a ver cada vez menos em Portugal, até nas lojas mesmo de marca os produtos não são feitos na Europa, são feitos na Ásia, e a qualidade já não é o que é. E aqui na feira se encontra coisas também portuguesas⁹⁰⁵.

⁹⁰³ Convém lembrar que embora o galo seja genuinamente de origem barcelense, nas demais feiras minhotas também encontramos esta mercadoria, nas barracas que vendem artesanato.

⁹⁰⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição, feirante, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

⁹⁰⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Sofia, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007

Assim como os galos, a loiça regional também é utilizado como objeto de decoração das casas. Diferentemente das loiças brancas, que podem ser encontradas atualmente nos estabelecimentos comerciais diversos distribuídos por Portugal, vê-se a loiça regional muito presente também nas feiras. No caso, por exemplo, da feira de Barcelos, de acordo com os dados fornecidos pela Câmara Municipal, verificamos que, enquanto à loiça branca teve um decréscimo de 43 lugares em 1986 para 07 lugares em 2007, a loiça regional apresentou uma constante de 40 lugares no mesmo período. O que nos sugere que é de outro produto que se mantém resistente nas feiras minhotas.

A figura a seguir ilustra os artigos de decoração. Na primeira imagem, apresentação na Feira de Ponte de Lima, uma barraca com artigos diversos. Destacamos os produtos que foram incorporados da demanda de mercado: artigos importados e de decoração com tendência oriental, e os de predominância regional, é o caso do galo de Barcelos à direita e da loiça regional à esquerda prospectivamente. Na segunda imagem, na Feira de Vila do Conde, a mesma tendência fora verificada, produtos diversos para decoração, como o galo de Barcelos.

Figura 41 – Primeira Imagem na Feira de Ponte de Lima, barraca de objetos de decoração diversos, destaque para a loiça regional e galo de Barcelos e a segunda da Feira de Vila do Conde com o galo de Barcelos e outros.



Foto: Jair Araújo. Novembro de 2007

7.3 – Mercadorias nas feiras do Nordeste do Brasil

Assim como vimos nas feiras minhotas portuguesas contemporâneas, as feiras nordestinas brasileiras também apresentam algumas particulares que as fazem permanecer no mercado de consumo, apesar da concorrência dos outros lugares. São, portanto, estratégias de continuidade.

Mesmo que para permanecerem seja necessário as ressignificações e resiliências presentes, como é o caso das mudanças nas mercadorias e das formas de pagamento.

As feiras nordestinas brasileiras sempre foram circuitos comerciais de abastecimento cidadão, ao mesmo tempo que se constituíam como locais de escoamento das produções realizadas no campo. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, diante da presença dos estabelecimentos comerciais instalados nos bairros como mercearias e supermercados, as feiras continuaram consideradas como locais de abastecimento, entretanto com menor procura. A partir da década de 1970 e 1980, com a explosão de instalações das grandes superfícies, as feiras e mercados passaram mais uma vez a sofrer concorrência⁹⁰⁶. Estes impactos somados aos novos hábitos de consumo refletiram significativamente no movimento das feiras. Tanto é assim que a maior parte dos entrevistados se queixam da diminuição de negócio que fazem nestes comércios tradicionais na contemporaneidade. Assim, igualmente ao que vimos em território luso, os feirantes acabam por criar algumas estratégias e mantêm outras para que as feiras continuem existindo, convivendo com a concorrência, ao mesmo tempo que se mantêm como opção de lugar de compra.

Neste sentido, o presente texto se propõe a destacar alguns aspectos sobre as mercadorias comercializadas nas feiras nordestinas brasileiras contemporâneas. Iniciaremos pela origem das mercadorias comercializadas nestas. Posteriormente apontaremos considerações dos feirantes e fregueses acerca das diversidades dos produtos. Neste tópico será necessário fazermos algumas reflexões sobre as particularidades das características gerais acerca das mercadorias de cada feira, pois em Campina Grande e em São Joaquim as feiras apresentam perfis um pouco diferentes da de Caruaru⁹⁰⁷. Na sequência destacaremos os produtos e serviços que se fazem presentes nestas feiras nordestinas, e que as diferenciam das feiras minhotas⁹⁰⁸. E por fim, traremos os discursos proferidos pelos depoentes onde os mesmos fazem a distinção entre as mercadorias vendidas nas feiras e as dos outros lugares de consumo.

⁹⁰⁶ Ver capítulo 5. Outros hábitos e lugares de consumo, pp. 178-236

⁹⁰⁷ As duas primeiras possuem mais géneros alimentares e a segunda, o vestuário e calçados são mais encontrados. Embora cada uma delas possua géneros dos mais variados, ou seja, ao mesmo tempo que encontramos nas feiras de Campina Grande e de São Joaquim vestuário e calçado, encontramos alimentos na feira de Caruaru, dentre outras mercadorias em todas elas.

⁹⁰⁸ Não objetivamos traçar um estudo comparativo sobre as mercadorias comercializadas em Portugal e no Brasil, não é este o nosso propósito. Apontaremos tais produtos e serviços, com a mesma intenção que tivemos em relação às feiras minhotas, no texto Artigos especiais das feiras portuguesas: alimentares e não alimentares, apresentar aos leitores as particularidades das feiras com algumas características que são incorporadas na contemporaneidade, ou mantidas de outrora como estratégias de continuidade e de atração para os fregueses. Fatores que estimulam a permanência das feiras nos dois sítios investigados.

Origem das mercadorias comercializadas nas feiras brasileiras

A exemplo das feiras lusitanas, as brasileiras têm a origem de suas mercadorias no âmbito nacional e internacional. Porém, antes é importante refletirmos um pouco acerca do mercado de importação e exportação brasileiro nas últimas décadas, pois as diretrizes destes movimentos terão repercussão no comércio interno brasileiro, já que vivenciamos uma política monetária globalizante.

Se quando tratamos das importações e exportações portuguesas nos reportamos ao bloco económico o qual Portugal faz parte, a Comunidade Europeia, no caso do Brasil nos reportamos ao grupo dos países pertencentes ao Mercosul, já que precisamente após abertura política se concretizou efetivamente os direcionamentos a cerca da formação deste bloco, conhecido também como Cone Sul latinamericano⁹⁰⁹, aliada à política neoliberal e à Globalização multidimensional vigente⁹¹⁰.

A origem do Mercosul significava, por assim dizer, não só a aglutinação de um grupo de países pertencentes a um mesmo território definido por fronteiras, mas sobretudo a transposição destas fronteiras diante do projeto de desenvolvimento capitalista global. Este projeto se iniciava com um mercado comum diante do tráfico comercial numa área una, de livre taxas alfandegárias, ou mesmo com a redução destas. E se ampliaria, posteriormente, diante da economia de mercado interno fortalecido e em fase de desenvolvimento, dos chamados países emergentes latino-americanos.

Entretanto, na década de 1990 - apesar da abertura económica vivificada no período pelos países capitalistas resultante da globalização, de acordo com o CEAL (Conselho de Empresários da América Latina) - o Brasil foi considerado como o país de economia mais fechada da América Latina ao

⁹⁰⁹ Embora oficialmente o Mercosul tenha surgido na década de 1990, a sua origem enquanto ideia remonta ao início do século: "A primeira tentativa de um projeto de integração no Cone Sul remonta a 1909. Um grupo de políticos e empresários da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai propuseram a criação da União Aduaneira do Sul, o que não vingou, mas acabou refletindo na iniciativa alemã, de 1929, de criar a União Aduaneira da Europa". Ver: O Mercado Comum do Sul tem raízes antigas, mas nasceu formalmente em 1991. Em: *A História do Mercosul*. Acedido em 3 de março de 2011, em: «<http://www.ufpel.tche.br/mercosul/historia.htm>».

⁹¹⁰ Em 29 de Novembro de 1988 celebraram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, os então presidentes da República do Brasil, Sarney e da Argentina Alfonsín. Este documento significava uma intenção de ambos os países em constituírem em dez anos, um espaço económico comum, por meio da liberalização integral de intercâmbio recíproco, proporcionando à convergência entre as políticas macroeconómicas. Entretanto, antes mesmo de decorrer o prazo estabelecido no tratado (10 anos), em 06 de Julho de 1990, Brasil e Argentina assinaram um outro Tratado na cidade de Buenos Aires, que reafirmava o compromisso de intenções do mercado comum, reduzindo o prazo para 31 de Dezembro de 1994. Mas em 26 de Março de 1991, por meio das assinaturas do Tratado de Assunção se deu de direito a constituição do Mercosul, tendo não só Brasil e Argentina como países membros, mas também Uruguai e Paraguai. A inserção da Venezuela foi amplamente discutida, tendo acontecido somente em 2006. Sobre o Mercosul, desde a sua constituição histórica, as problemáticas identificadas, sobretudo na relação política económica entre Brasil e Argentina, ver: Oliveira, M. F. (2003). *Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros*. Editora UNESP, São Paulo. E ainda: Berni, D. A. (2001). *A marcha do Mercosul e a marcha da globalização*. Em: Reis, C. N. (Org). *América Latina: crescimento no comércio mundial e exclusão social*. Editoras DACASA e PALMARICA, Porto Alegre.

mercado externo. “O Brasil alcançou 2,8 pontos, numa escala até dez, contra 6,2 pontos do Chile, da Argentina e do Uruguai”⁹¹¹. Um estudo de pesquisa europeu revelou ainda:

Em 1996, Entre os 46 países com maior participação no comércio mundial, segundo o grau de abertura comercial, levando em consideração as tarifas e as barreiras não tarifárias impostas às importações. O Brasil situa-se abaixo da média, na 34^a posição, com 5,40⁹¹².

Os bens de exportação eram os artigos manufaturados. Enquanto os de importação eram: o petróleo, as máquinas e equipamentos sobretudo de informática. Durante o governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso), após a implantação do plano real, as taxas de importação foram acrescidas de 20% para 70%. Não só para os automóveis, mas também para brinquedos, calçados, têxteis, autopeças e matérias-primas correlatas. O objetivo do governo consistia em conceder mais tempo para as indústrias nacionais destes setores modernizarem-se e capacitar-se, para competir em um mercado mais aberto⁹¹³. Mas o controle da balança comercial favorável só se dará efetivamente entre os anos 2003-2005, após as medidas de restrição às importações. Especificamente em relação aos países pertencentes ao Mercosul, na década de 2000, o Brasil revelou índices de exportação maior que os de importação. Equilíbrio portanto sua balança comercial com *superavit* positivo. Seguem os índices:

Com relação ao Uruguai, em 2007, o Brasil exportou US\$ 1,5 bilhão para o Uruguai - 86% foram produtos manufaturados como óleo diesel, automóveis, autopeças e celulares. As importações, porém, ficaram em apenas US\$ 818,22 milhões – um superavit brasileiro de US\$ 787,87 milhões. Os principais produtos comprados do Uruguai foram malte não torrado, garrafas plásticas, arroz, trigo, carnes desossadas e leite em pó. Lideram a pauta de exportações óleo diesel, fertilizantes, pneus e automóveis de carga. Milho em grão lidera a lista dos produtos comprados do Paraguai (23,93% do total das importações). Em segundo lugar vem o trigo, com 15,07% das importações, seguido de farinhas, do óleo de soja, algodão apenas debulhado, grãos de soja, carne bovina desossada e couros. Quando o parceiro é a Argentina, o cenário é outro. Em 2007, as exportações brasileiras para o país vizinho atingiram a cifra de 14,7 bilhões de dólares – também prioritariamente produtos manufaturados, como automóveis, celulares e autopeças. As importações totalizaram 9,55 bilhões de dólares, tendo como principais produtos trigo, nafta para petroquímica e automóveis. No caso da Venezuela a corrente de comércio com o Brasil chegou a 4,96 bilhões de dólares em 2007 contra 3,47 bilhões de dólares no ano anterior, com superavit brasileiro de 3 bilhões de dólares. Mais uma vez, produtos manufaturados lideram a lista de produtos exportados pelo Brasil. Automóveis, carne de frango e açúcar também lideram a pauta. Com relação às importações brasileiras, 27,73% foram querosenes de aviação, 23,13% foram naftas

⁹¹¹ Brum, A. (1998). Os desafios das décadas de 1990/2000: Neoliberalismo, Neo- Socialismo ou Social-Democracia. Em: *O desenvolvimento Económico Brasileiro*. 18 Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, p. 508.

⁹¹² Ibidem p. 509. No mesmo estudo Portugal apresentou a 12^a posição com 7,51 no grau de abertura comercial, variação de zero a dez.

⁹¹³ Idem Ibidem, p. 513.

para petroquímica. Óleo diesel vem em terceiro no ranking, com 10,95% das compras brasileiras⁹¹⁴.

Assim, levando em consideração o PIB (Produto Interno Bruto), no ano de 2007, o Brasil se apresentou em primeiro lugar entre os membros do Mercosul, diante, sobretudo, do critério de PPC (Paridade do Poder de Compra). É o que demonstra a tabela seguinte com dados fornecidos pelo banco mundial. Segundo esta fonte, o Brasil aparece com um PIB de 2.013.893 milhões de dólares, na frente dos demais países pertencentes ao Mercosul.

Tabela 54 – Valor estimado do PIB dos países do Mercosul (em dólares)

País	PIB (PPC) em milhões	PIB (PPC) per capita	População (2007)	IDH
Brasil	2.013.893	11.037	189.011.861	0,813
Argentina	391.054	14.559	40.403.943	0,866
Venezuela	223.430	8.125	26.085.281	0,844
Uruguai	41.334	13.917	3.447.920	0,865
Paraguai	34.014	5.638	6.667.884	0,761
Total Mercosul	3.003.725	10.975	266.616.849	0,821

Fonte: Dados do Banco Mundial sobre PIB e população. Acedido em 4 de abril de 2011, em: [«http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado Comum do Sul#Assimetrias de mercado»](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul#Assimetrias_de_mercado)

No que se refere ao mercado internacional, vimos que nas últimas a relação comercial estabelecida pelo Brasil não foi somente com os países do Cone Sul latino-americano, norte-americano e europeus, mas também com os países asiáticos, a exemplo de Japão, China e recentemente a Rússia.

Destacamos o comércio entre Brasil e China, desenvolvido principalmente a partir de 2002, devido à entrada do país asiático na OMC. No que se refere, por exemplo, as mercadorias comercializadas, verificou-se a seguinte transação: de um lado, o Brasil exportando artigos como minério de ferro, produtos siderúrgicos e óleo de soja para a China, compreendendo em 67,53% das exportações brasileiras. Do outro lado o Brasil importando material eletroeletrônico e carvão mineral da China. Os valores quanto às importações foram em demasiado avolumados na última década. Se observarmos os eletroeletrônicos de origem chinesa presentes no Brasil em 1998, tivemos US\$ 8.071 mil FOB⁹¹⁵, já em 2002 este valor passou para US\$ 56.276 mil FOB⁹¹⁶.

No âmbito internacional, portanto, as importações brasileiras consistiram, e ainda consistem, basicamente nas seguintes mercadorias: nafta para petroquímica, automóveis, malte, garrafas

⁹¹⁴ Acedido em 4 de abril de 2011, em: [«http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado Comum do Sul#Assimetrias de mercado»](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul#Assimetrias_de_mercado).

⁹¹⁵ FOB- Sigla que refere-se a exportação, por intermédio de transporte marítimo.

⁹¹⁶ O comércio Brasil-China de mercadorias: principais características, pp. 1-7. Acedido em 4 de abril de 2011, em: [«http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm»](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm).

plásticas, óleo de soja, algodão debulhado, cereais como grãos de soja, arroz, trigo, milho em grão, farinha, leite em pó; além de carne bovina desossada e couros; querosenes de aviação e óleo diesel, fertilizantes, carvão mineral e material eletroeletrônico.

Neste sentido, para entendermos o impacto destas transações nas feiras, basta que observemos a crise nas mercadorias que estes comércios tradicionais passaram⁹¹⁷. Sobretudo os cereais “afastaram-se” das feiras, tornando-se ainda mais escassos. Este facto deve-se as importações que acabaram por encarecer estes produtos no Brasil e a implantação das grandes superfícies - que em grande medida são resultantes da materialização do capital financeiro comercial. Estes lugares de consumo contemplam todas estas mercadorias importadas muitas vezes com preços mais acessíveis ao consumidor.

Assim sendo, muitas feiras “perderam” mercadorias que tinham antes da abertura comercial, originalmente de produção nacional, passando a substituí-las por outras mercadorias. Daí vemos, por exemplo, os artigos eletrônicos importados no comércio cidadão diverso, inclusivamente nas feiras, sendo estes não só originais, mas também pirateados. Além disso, há também os produtos de contrabandos, oriundos da China e dos países do Mercosul, sobretudo, o Paraguai.

Faz necessário destacar que as feiras contemporâneas (1986-2007) não possuem apenas artigos de origem internacional. Vê-se também artigos das mais diversas produções nacionais. Estas mercadorias, estando na era da comunicação, atravessam os estados de toda a federação brasileira, seja via internet, telefone ou mesmo pelas rodovias. Como afirmam os feirantes em São Joaquim e em Caruaru, sobre as estradas, “Hoje com as estradas tudo facilitou. As mercadorias vêm de caminhão. Antes vinha de saveiro do Recôncavo”⁹¹⁸ e sobre o fornecimento de mercadorias facilitado pelos meios de comunicação modernos: “Hoje, com a internet, telefone celular e fixo, ficou mais fácil das pessoas chegarem as mercadorias. Desse segmento [artigos religiosos] mesmo era difícil termos acesso as mercadorias”⁹¹⁹; “Antes era mais difícil, tínhamos que correr atrás das mercadorias, agora pessoalmente ou por telefone fazemos o pedido”⁹²⁰.

A ilustração do gráfico a seguir demonstra as origens das mercadorias das feiras nordestinas investigadas nesta pesquisa. Vão desde produtos oriundos da localidade, ou seja, dos respectivos estados da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia (25%); da região Nordeste (30%) de outros estados: Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Alagoas, Piauí e Maranhão; das demais regiões brasileiras, Sul,

⁹¹⁷ Crises estas que por sua vez favoreceram a troca de mercadorias, atendendo também a demanda comercial.

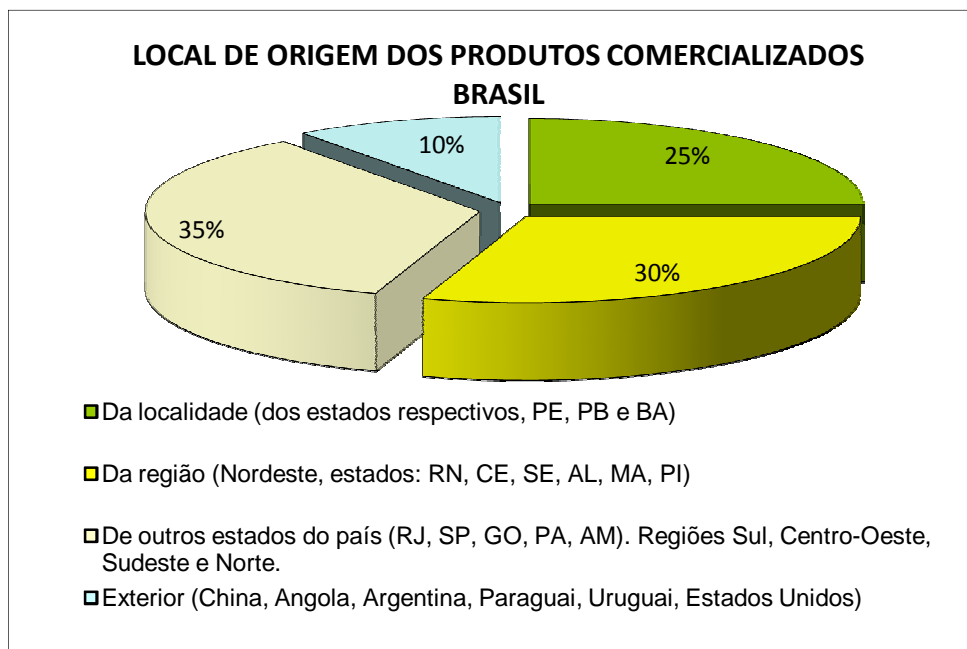
⁹¹⁸ Entrevista concedida pelo feirante José António Oliveira, ao documentário Silva, J. A. M. Da. (2006). *São Joaquim, A feira-X*. Filmes da Bahia, HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

⁹¹⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

⁹²⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia, feirante na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Sudeste, Centro- Oeste e Norte (35%), a exemplo dos estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Sergipe, Bahia, Alagoas, Santa Catarina, Amazonas e Maranhão; atravessando as fronteiras do país da Angola, China, Argentina, Uruguai, Paraguai e Estados Unidos, (10%).

Gráfico 71 – Demonstrativo da origem das mercadorias adquiridas pelos feirantes no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

O comércio interno entre os estados e regiões brasileiras, é responsável por mais de 60% das mercadorias comercializadas nas feiras deste estudo. Facto que representa um mercado nacional fortalecido ao mesmo tempo que interdependente dos canais e fluxos de distribuição. Já no final da década de 1980, um outro estudo sobre a feira livre de João Pessoa, capital paraibana, já revelava o dinâmico comércio interno do território brasileiro,

Os frigoríficos de João Pessoa são abastecidos com carne de Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia; Pescado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Pará. Os animais para abate procedem de todo o país, com destaque para Bahia, Goiás e Minas Gerais. Este estado, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro são os maiores fornecedores de laticínios. Arroz procede do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Feijão do paraná, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Milho, do paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Batatinha de São Paulo e Minas Gerais. Sergipe é o maior fornecedor de laranja. Goiás e Ceará, de banana. Pernambuco, de hortigranjeiros mais perecíveis⁹²¹.

Entretanto, “no caso dos produtos ditos de subsistência, (farinha, sobretudo feijão e milho), o escoamento também é feito através de uma rede de armazéns, concorrencial ou complementar às

⁹²¹ Ver: Galvão, P. F. M. (1994). A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, pp. 150-151.

feiras”⁹²². A origem de muitas mercadorias comercializadas nas feiras nordestinas na contemporaneidade é, de forma demasiada, dos armazéns. Para além de ainda se contarem com as produções advindas do campo. É caso dos artigos de cereais e os centros de abastecimento das CEASAS instaladas nas cidades, com os produtos hortícolas e granjeiros. Estes centros de abastecimento⁹²³ vendem em atacado aos feirantes, que por sua vez retalham a mercadoria e vendem a varejo aos fregueses nas feiras. Muitos feirantes se queixam com esta nova modalidade de comércio. Entendem que as CEASAS são atravessadoras das mercadorias oriundas do campo. É o que diz a feirante da feira de Campina Grande: “A CEASA é um problema. Antes vinha do sítio. Agora temos que comprar na CEASA, os agricultores vende a eles. Antes a gente comprava em grosso e agora é só imposto”⁹²⁴. Para além da EMPASA- A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas da Paraíba, antiga CEASA em Campina Grande, verificamos também a CEACA- Centro de Abastecimento de Caruaru e EBAL- Empresa Baiana de Alimentos.

A feira de Campina Grande, tendo em vista sua diversidade de mercadorias e a multiplicidade das origens das mercadorias comercializadas, também é muito diversa: muitos feirantes se abastecem no entorno da própria feira, ou seja, nos armazéns grossitas que ali se fazem presentes. Também da produção fabril campinense, vê-se o setor calçadista com seu fornecimento das fabriquetas do polo localizado no bairro de José Pinheiro⁹²⁵, e o setor de bolos e doces, oriundos das fabriquetas localizadas sobretudo no bairro da Liberdade. Em relação às confeções, dependendo de sua tipologia, são adquiridas nas fabriquetas da cidade ou são adquiridas nas urbes pernambucanas: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. As flores são provenientes do Brejo Paraibano e da cidade do Recife⁹²⁶,

⁹²² Ver: Garcia, M. F. (1984). *Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste Paraibano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, p. 91.

⁹²³ As CEASAS, centro de abastecimento foram criadas no Brasil na década de 1970, com o objetivo de abastecer as cidades de gêneros hortigranjeiros, hortícolas e frutíferos. Sua constituição jurídica geralmente corresponde a empresas municipais, mas com administrações indiretas, autarquias e com orçamentos próprios. Estes centros de abastecimento ao mesmo tempo que facilitaram o abastecimento das cidades, se tornaram também lugares de consumo concorrentes do mercado das feiras livres. Pois em muitos casos, a exemplo de Campina Grande, não eliminaram os atravessadores e ainda atraíram os clientes das feiras, como mostra o estudo: Costa, A. A. da. (2003). *Produção/reprodução da Feira de Campina Grande. A luminosidade refletida pelo espaço da opacidade*. Em: *Sucessão e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 184-187. E ainda: Nascimento, H. O. do. (1999). *As integrações Comerciais na EMPASA-CG: Produção de espaços, redes e consolidação dos territórios*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju.

⁹²⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Cleonice Agra, feirante na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁹²⁵ Gurjão, E. de Q. (Org.) (1999). *O Bairro de José Pinheiro: ontem e hoje*. 1a ed.: Ed. Governo da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, João Pessoa.

⁹²⁶ IBIDEM, Costa, cit..., pp. 186 e 187.

entre outras origens. A tabela seguinte demonstra estas origens plurais das mercadorias comercializadas na feira campinense.

Tabela 55 – Origem dos produtos comercializados na Feira Central de Campina Grande-PB

Local	Percentagem
Atacadista	30,50%
Atravessador/fornecedor	15,40%
Direto do agricultor e/ou criador	13%
EMPASA-CG, antiga CEASA	4,30%
O próprio agricultor ou criador	6,60%
Do Fabricante	6,50%
Forma Mista (fabricante, feiras, representantes, atacadistas, agricultores/criadores, etc.)	8,70%
Matadouro	2,20%
Na própria feira	4,20%
Em outras feiras (Santa Cruz-PE, Caruaru-PE, Toritama-PE)	4,30%
Representantes/fornecedor	4,30%
Total	100,00%

Fonte Tabela 3.17- Perfil dos feirantes quanto à aquisição dos produtos que comercializam. Em: Costa, A. A. da. (2003). *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 187.

Em relação há este comércio das mercadorias oriundas de Caruaru, citado anteriormente, presente na feira de Campina Grande, é relevante ressaltarmos que este se dá não só com a feira campinense, mas também para os demais municípios dos estados do Norte e Nordeste, em seus comércios fixos, e também nas feiras municipais. É o caso da freguesa que compra na Feira de Caruaru e vende na Feira de Palmares-PE, citada pelo seu filho em entrevista: “Minha mãe compra aqui na feira e vende lá na feira [se refere à Feira de Palmares-PE]. Compra no atacado com qualidade aceitável”⁹²⁷. Este fato - em relação à distribuição das mercadorias - também pode ser verificado no dossiê realizado pelo IPHAN. Especificamente em relação à distribuição das mercadorias oriundas da Feira da Sulanca em Caruaru, o documento afirma, em termos de percentuais:

36,03% para Pernambuco; 12,63% para a Bahia; 40,63% para outros estados do Norte e Nordeste; 10,70% para as demais regiões do país (...). Há uma pluralidade de produtos, constituída por: malharias, jeans, camisaria, roupa íntima, sport wear e banho. Há produção dos 12.100 empreendimentos industriais, são responsáveis por 76.700 empregos, 90% informais e produzem 57.800.000 peças por mês gerando um facturamento de 160 milhões de reais⁹²⁸.

⁹²⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹²⁸ IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006, pp.50-51.

Ainda sobre a origem das mercadorias comercializadas nas feiras, destacamos facto interessante no que diz respeito à feira de Caruaru: enquanto à feira da Sulanca exporta mercadorias pelo Brasil, confeções locais, outra feira também promove a exportação interna de mercadorias, mas sem ter seus produtos de origem em Pernambuco: a feira de Importados, com produtos originárias do Paraguai e da China. Estas mercadorias muitas vezes chegam na Feira de Caruaru de maneira ilegal⁹²⁹ e são vendidas para dois tipos de clientes, aqueles que compram a varejo, para consumo próprio, e outros que são comerciantes fixos em cidades de menor porte, ou ambulantes informais. Logo a feira de Importados, ao mesmo tempo que sugere uma importação de países estrangeiros, exporta suas mercadorias para outras cidades do Brasil.

Os produtos ilegais não são comercializados apenas nas feiras de Campina Grande e Caruaru, resultante da abertura comercial vivificada nas últimas décadas. Na feira de São Joaquim encontramos outros produtos importados tidos como ilegais pelas entidades governamentais. Nos referimos aos fogo-de-artifícios e defensivos agrícolas, como é o caso do Temik-1500, conhecido como chumbinho. Sobre o primeiro, o *Correio da Bahia* declarou: “Artefactos são comercializados sem qualquer fiscalização nas barracas de frutas e verduras”, declarando ser a feira de São Joaquim o maior ponto de venda clandestina de fogo-de-artifício em Salvador⁹³⁰. Sobre o segundo o mesmo jornal publicou que segundo a ADAB- Agência de Defesa Agropecuária da Bahia:

É muito fácil adquirir a substância que custa R\$3,00 o frasco com 20 gramas. Logo na entrada da feira de São Joaquim, três ambulantes exibiam os recipientes com chumbinho⁹³¹.

Já em relação os produtos de arte figurativa, assim como ocorre com o galo de Barcelos, em Portugal, tais produtos apresentam suas origens não só na localidade e região, mas também de outras cidades e feiras. Neste sentido, verificamos, por exemplo, a presença de artesanato confeccionado por artesãos de Caruaru, nas feiras de Campina Grande e de São Joaquim, assim como destas feiras na feira de Caruaru também. Ou seja, em relação há este tipo de mercadoria há um circuito interno de distribuição. No caso da feira de São Joaquim verificamos também a distribuição das mercadorias religiosas relacionadas aos rituais do Candomblé, ou mesmo do Catolicismo, para as demais feiras

⁹²⁹ De 1986 até 2004 as mercadorias advindas do Paraguai se faziam mais presentes na Feira de importados de Caruaru, pois a fiscalização nas fronteiras Brasil/Paraguai não era tão acirrada. Após 2004 houve uma ampliação da fiscalização nas fronteiras, fato que acabou por gerar maior tributação para os artigos que não apresentavam notas fiscais, ocasionando preços mais elevados nas mercadorias comercializadas nas feiras. Sobre a ilegalidade dos produtos ver IBIDEM, p. 45. Outra observação que convém fazermos é a deque algumas destas mercadorias importadas não chegam diretamente do Paraguai para a Feira de Caruaru, mas vem do estado de São Paulo.

⁹³⁰ Vieira, C. (2006, 21 de Junho). Feira de São Joaquim é o maior ponto-de-venda ilegal de fogos. *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

⁹³¹ Vieira, C. (2006, 23 de Junho). Chumbinho continua sendo vendido livremente na feira. *Correio da Bahia*. Salvador, p. 5.

deste estudo. É o que diz o feirante soteropolitano de produtos religiosos Sr. Marcílio: “Clientes de outros estados. Já consegui importar e exportar também (...)”⁹³². E é confirmado pela feirante do mesmo segmento em Caruaru que importa os produtos que comercializa não só da feira de São Joaquim, mas também da África: “Compro de todo lado. Meus produtos vêm de Salvador [se refere à feira de São Joaquim], e até da África”⁹³³.

Contudo, verificamos que a origem das mercadorias nas feiras investigadas, são diversas, assim como também são diversos os seus destinos. Tal facto gera o movimento cíclico dos produtos comprados, vendidos, comprados... Este movimento, embora tenha sempre existido na História das feiras, sobretudo na relação estabelecida entre campo e cidade, continua na contemporaneidade, principalmente, a partir de todas as aberturas comerciais vivificadas pelo momento atual, diante não só de tarifas cambiais mais flexíveis, mas também das infraestrutura das estradas e do avanço da comunicação. O comércio interno e externo foi, portanto, facilitado.

Neste sentido elegemos uma sequência de depoimentos que declaram a multiplicidade de origens dos artigos comercializados nas feiras contemporâneas.

É uma feira boa. A verdura vem de todo lugar. Tamarino vem do Piauí, seriguilha vem do Ceará. Entra caminhões e caminhões de mercadorias todo dia nesta feira⁹³⁴; (...) As feiras conseguiam antigamente daqui mesmo do interior de Santo Antônio de Jesus, Mata de São João, de Sergipe e de Alagoas. Mas hoje vem até de São Paulo⁹³⁵; (...) o mamão vem de várias regiões: Juazeiro, Barreiras e atualmente vem também de Natal-RN⁹³⁶; Minhas mercadorias vêm de vários lugares: Valença, Juazeiro, Sergipe, Vitória da Conquista. Hoje o meio de transporte evoluiu muito e facilitou a vinda destas mercadorias⁹³⁷; Recebo mercadorias do Recôncavo. Porque desde sua origem, a cidade de Salvador foi construída não para moradia, mas para abastecimentos. As mercadorias vinham nas embarcações e chegavam e despartavam aqui na feira de São Joaquim. Desde a feira do Sete e depois em Água de Meninos. A relação com o Recôncavo, com o mar é antiga. E hoje com outros estados do Brasil e até do exterior, principalmente com o Mercosul⁹³⁸; As flores vêm de Pontal, Marpele, Areia Branca. Os frangos vêm de Maragogipe, junto com o artesanato. O artesanato vem também de várias regiões, de Sergipe, da Ilha de Maré, Balaio. A gente aqui na feira contribui com a produção de várias regiões. [comercializa artigos para o Candomblé]⁹³⁹; “Em São Joaquim, quem procura colar

⁹³² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Antônio, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

⁹³³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia, feirante na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹³⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Augusto, feirante em São Joaquim, Salvador 27 de Maio de 2009.

⁹³⁵ Entrevista concedida ao documentário de Silva, J. A. M. da. (2006). *São Joaquim, a feira-X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH, pela feirante de São Joaquim Sra. Balbina de Jesus.

⁹³⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Antônio, feirante em São Joaquim, Salvador 27 de Maio de 2009.

⁹³⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Erivaldo Rodrigues (Babau), feirante em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

⁹³⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joel Anunciação, feirante em São Joaquim e Presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador. Em 13 de Junho de 2009.

⁹³⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Sérgio Ávila, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

acha um diferente do outro. São pedras africanas mesmo (...) ⁹⁴⁰; Tem muita coisa de fora, a parte de importados, artigos eletroeletrônica. Vem da China e também do Paraguai⁹⁴¹; Minhas flores vêm do Brejo paraibano, de Areia, Solânea e Esperança, e outras vem de São Paulo⁹⁴²; Compro tudo na Feira da Sulanca em Caruaru, viajo na segunda e volto na terça à noite⁹⁴³; É tudo daqui mesmo da região, umbu, acerola, caju, laranja. Agora a uva vem de Petrolina-PE e o mamão da Bahia. Muita coisa dessas [se refere as frutas] são da CEASA [se refere à atual EMPASA]⁹⁴⁴; Essa minha mercadoria [se refere as carnes que comercializa] a maioria vem de fora. De São Paulo, de Goiás, de Minas⁹⁴⁵.

Diversidade dos produtos em território brasileiro

O mercado global não tem só trazido a diversidade de origens das mercadorias comercializadas nas feiras, diante do encurtamento de distâncias entre os territórios, mas também tem sido responsável pela multiplicidade dos artigos comercializados, tendo em vista os feirantes e fregueses estarem atualizados com as exigências do mercado consumidor. Neste sentido, acompanhando os ditames deste mercado e da concorrência empreendida pelos demais lugares de consumo, os feirantes acabam por adequar suas mercadorias àquilo que lhes parece trazer um rendimento um pouco mais elevado, pois a maioria dos depoentes confirmam o enfraquecimento do movimento das feiras contemporâneas.

Assim sendo, a diversidade das mercadorias presentes nas feiras investigadas consiste em um atrativo para que os clientes continuem se abastecendo nelas. Muitos feirantes utilizam a estratégia da mudança de ramo, ocasionando a diversidade de produtos referidos. A seguir veremos a tabela com o demonstrativo somatório dos produtos comercializados pelos feirantes, nas três feiras contemporâneas investigadas. Na demonstração, apesar de constataremos a diversidade dos artigos comercializados, percebemos uma maior tendência aos produtos não alimentares, sobretudo os importados (18%), roupa (16%), bolsa (8%) e calçados (10%). Estes, somados entre si, apresentam 52% do total. Facto que demonstra, para além da diversidade das mercadorias inerente as feiras, uma maior tendência as suas trocas, uma vez que as feiras há trinta anos atrás como fora evidenciado pelos

⁹⁴⁰ Entrevista da Sra. Ariadne Rios, da Casa da Dona das Águas, concedida para matéria “A descoberta da Feira de São Joaquim. No comércio, além da variedade de mantimentos, pode-se comprar peças de adorno e utilidades”, do Correio da Bahia, 24 de Novembro de 2002, p. 3.

⁹⁴¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Ricardo Pedrosa Jr., freguês, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁴² Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁹⁴³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Lindolfo Agra, feirante na feira de Campina Grande, em 19 de Fevereiro de 2009.

⁹⁴⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Monteiro, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁹⁴⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joaquim Pereira, feirante em Campina Grande, em 19 de Fevereiro de 2009.

entrevistados em seus depoimentos, caracterizavam-se como lugares de abastecimento sobretudo de gêneros alimentícios. A seguir, a tabela comentada:

Tabela 56 – Demonstrativo dos produtos comercializados pelos feirantes entrevistados (Brasil)

CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS:	BRASIL
	PERCENTUAL
Importados	18%
Roupa	16%
Calçados	10%
Bolsa	8%
Fruta	6%
Verdura / legumes	6%
Lactínicos	6%
Cereais	6%
Utensílios domésticos	5%
Material escolar	5%
Ervas / sementes / tempero	5%
Brinquedos	4%
Artesanato	4%
Artigos religiosos	4%
Objetos de decoração	4%
Cd / DVD / Fitas cassetes	4%
Alimentação pronta	3%
Bijuteria	3%
Carne / peixe / ave	3%
Produtos de limpeza	2%
Roupa de cama/mesa/banho	2%
Guloseimas (bomboneira)	2%
Descartáveis	2%
Cosméticos (perfume e maquiagem)	2%
Celular e acessórios	2%
Aviamento	1%
Doce caseiro / bolo	1%
Enlatados	1%
Cordéis	1%
Ouro / prata	0%
Plantas e flores	0%
Panificação	0%
Tecidos e malhas	0%
Total	132%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Convém lembrar que as feiras, sejam no Brasil ou mesmo em Portugal, não só apresentem características semelhantes, como também diferenças, com algumas particularidades. Neste sentido se faz necessário esclarecer que, especificamente em relação às feiras do Nordeste do Brasil investigadas, no que se refere às mercadorias, apresentam a seguinte especificidade: enquanto às feiras de Campina Grande e de São Joaquim detêm um maior quantitativo de gêneros alimentícios - sendo a primeira com forte tendência a venda a varejo e a segunda a atacado - a Feira de Caruaru, para além dos gêneros alimentícios, apresenta um maior quantitativo de artigos não alimentares, como os setores de vestuário, calçado e importados, distribuindo suas mercadorias não só a varejo, mas também a atacado⁹⁴⁶.

As feiras no Nordeste do Brasil sempre estiveram arrumadas⁹⁴⁷ a partir das mercadorias. Estas por sua vez são distribuídas e organizadas em categorias:

Carnes em geral (bovina, suína, galinhas, caprino, fritos e vísceras), derivados de carne, de leite laticínios) e pescado em geral; Cereais e estiva: feijão (de diversos tipos), milho, farinha de mandioca, goma para tapioca, arroz, açúcar, entre outros; Crustáceos e moluscos; Frutas: abacate, abacaxi, banana, cajá, caju, cana, carambola, coco, jaca, jenipapo, entre outras; Legumes e verduras: alface, alho, batata-inglesa, batata-doce, cebola, inhame, macaxeira, entre outras; Mantimentos e alimentos em geral: guloseimas, latarias e conservas, produtos industrializados (maisena, fermento, bolacha, biscoito, etc.), sorvete, temperos, entre outros; Miudezas: armarinho (botões, agulhas, linhas, fita), brinquedos, material escolar, objetos de plástico (decorativos e utilitários), entre outros; Objetos de uso pessoal: chapéu, joias, perfumaria (perfume, sabonete, talco, desodorante, creme dental, etc.), roupas feitas, calçados; Utilidades domésticas: abanos, alumínio, cerâmicas, espelho, esteira, objetos de vidro, louça, peneira, rede, vassoura, entre outros; Várias: animais vivos (aves, pássaros e porcos), carvão, ervas medicinais, fumo, querosene, ração para porcos, ferramentas, instrumentos de trabalho, movelaria, artesanato, carpintaria, produtos importados, entre outros⁹⁴⁸. [acrescentamos ainda o setor de serviços, artigos religiosos e feira de troca].

⁹⁴⁶ O fato destas feiras terem características que as diferenciam entre si, não as descaracterizam enquanto feira. Muito pelo contrário. Pois entendemos que feira se constitui em um universo plural, dinâmico e flexível. Assim por exemplo, atualmente a feira de Caruaru apresenta em seu conjunto uma maior tendência a ter gêneros não alimentícios em função da demanda do mercado na qual encontra-se inserida. Se outrora se caracterizava em demasia como local abastecimento alimentício, atualmente se constitui em local de abastecimento de artigos de vestuário, calçados e importados. Entretanto, assim como as demais feiras investigadas tenham elementos de ambas as categorias em seu conjunto (alimentício e não alimentício), com tendência maior a uma ou outra (categoria). A mesma observação vale para a informação quanto à venda a varejo e atacado. Acharmos somente pertinente fazer esta observação pelo fato de que iremos tratar das diversidades das mercadorias, logo fazer referência por exemplo ao grande mercado de artigos religiosos, de frutas e verduras na Feira de São Joaquim e dizer que quase não encontramos artigos de vestuário, calçado e importados, faz toda diferença quando já esclarecemos ser esta Feira considerada como local de abastecimento dos gêneros alimentícios diversos.

⁹⁴⁷ Iremos ilustrar melhor estas arrumações quando tratarmos das reformas urbanísticas pelas quais as três feiras nordestinas passam.

⁹⁴⁸ Ferreira, J. R. (2002). As mercadorias vendidas na feira, e seus fornecedores. Em: *A Feira de Itabaiana (1987-2002): como lugar de memória e metamorfoses identitárias*. Monografia de Licenciatura em História. Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, pp. 28-29.

Não fugindo a estas categorias, e a diversidade de produtos, a feira de Campina Grande aglutinava não só na sua origem, mas também ao final na década de 1980, uma grande diversidade de mercadorias,

(...) Onde tudo existe, na parte de artesanato, estão ali as peças como cestas de vime e de palha, peneiras, esteiras, colher de pau, rapa coco, ratoeiras, candeeiros, bonecos de barro; o couro também tem o seu destaque, ali se encontram selas, arreios, selas, cintos, calçados, sacolas, etc. Tudo é bem repartido, a fruta é encontrada em determinado setor, as carnes em outro, e até nisso tem divisão, lugar de peixe é na feira de peixe, de bode, nas tarimbas que tradicionalmente vendem a carne do bovino (...) ⁹⁴⁹

No decorrer do período deste estudo, verificamos que esta característica se manteve acrescentando ainda mais opções nos produtos, na tentativa de atender a dinâmica do mercado de consumo e a concorrência com outros estabelecimentos comerciais. É o que dizem os fregueses: “É uma feira que todo mundo devia vir ver. Pois tem de tudo nela” ⁹⁵⁰; “Até fora de época encontramos as frutas aqui (...)” ⁹⁵¹.

Neste sentido, percebemos que, embora a multiplicidade de mercadorias se mantenha, o que tem diminuído são os números de lugares de determinados produtos em função estratégica de troca de mercadorias que os feirantes promovem. Na sequência, tabela com demonstrativo da descrição de tipologias das mercadorias comercializadas na feira campinense, e o número dos lugares em ordem decrescente. Alertamos para a diversidade das mercadorias, e especificidade no perfil da feira, como ressaltamos anteriormente, no que concerne para a predominância dos gêneros alimentícios, já que a feira de Campina Grande conta com 2.544 lugares, distribuídos entre frutas, verduras, alimentação pronta, lanches, queijos, carne, peixes, aves, temperos, ervas, ou seja, quase 78% do total dos lugares cadastrados, que são 3.252. Os 22% dos produtos restantes, são os categorizados como não alimentícios. Estes continuam por apresentar variedade, uma vez que vão desde os utensílios domésticos a produtos pessoais.

⁹⁴⁹ Editorial (1989, outubro). Feira de Campina um manancial de tradições, Em: Campina Grande, 125 anos de História. *Suplemento especial do Jornal do Povo Atual*, Ano I, N° 01, Campina Grande, p. 20. Ver também descrição da Feira de Campina Grande em Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino*. Editora Universitária, João Pessoa, pp. 13-16.

⁹⁵⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Jorge, freguês em Campina Grande em 21 de Fevereiro de 2009.

⁹⁵¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo, feirante na feira de Campina Grande, em 21 de Fevereiro de 2009.

Tabela 57 – Demonstrativo do número de lugares cadastrados de acordo com o tipo de mercadorias comercializadas na Feira de Campina Grande (em ordem decrescente)

MERCADORIA	QUANTIDADE DE LUGARES
Frutas e Verduras	1.162
Carne	393
Alimentação	291
Cereais	288
Diversos	268
Confeções	220
Queijo	132
Calçados	113
Temperos	104
Peixes	96
Aves	60
Bijuteria	43
Utensílios Domésticos	38
Fumo	19
Lanches	18
Flores	16
Miudezas diversas	01
Total	3.252

Fonte: Levantamento cadastral realizado pela administração da feira central, em caráter emergencial, fornecido para o presente estudo, apresentado em planilha manuscrita e com a ressalva por parte do administrador que não se tratava de dados fidedignos, podendo ter sofrido alguma alteração, uma vez que não se tratava de um levantamento formal como os dados fornecidos pela secretaria de Serviços Urbanos nos anos 2000 e 2010.

A ilustração iconográfica de algumas das mercadorias comercializadas citadas na tabela anterior podem ser visualizadas nas imagens a seguir aglutinadas em torno de uma só figura, sejam produtos alimentícios, ou não. As imagens⁹⁵² a seguir destacam os seguintes produtos: flores, cerâmica (artesanato e utensílios domésticos), bacalhau, produtos industrializados, cereais, verduras, frutas, material escolar, laticínios (queijos e manteiga de garrafa), frutas, roupas e calçados, respetivamente.

⁹⁵²As imagens da Feira central de Campina Grande já foram cenários para muitos trabalhos a exemplo da publicação iconográfica do fotógrafo Coura, R. (2008). *A Feira de Campina Grande*. Campina Grande: Governo do Estado da Paraíba e EDUFPG. A obra trata-se de uma coletânea de fotografias tiradas na Feira de Campina Grande, no ano de 1978 em preto e branco pelo fotógrafo e que foram amplamente divulgadas não só pelo livro, mas também em exposições premiadas pelo Brasil, a exemplo do projeto Marc Ferrez de fotografia. Ver Feira de Campina Grande, ontem e hoje. (2007, 17 de Junho). *Vida & Arte, Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB. Ver ainda outras imagens Acedidas em 11 de abril de 2011, em: http://www.google.pt/search?q=fotos+feira+central+de+Campina+Grande&hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt_PT_PT412&prmd=ivnsfd&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=SiujTZiaEJO5hAfw9t2HBQ&ved=0CEYQsAQ&biw=1345&bih=369.

Figuras 42 – Mostra de imagens das mercadorias comercializadas na Feira de Campina Grande



Foto: Jair Araújo. Maio de 2005

Como se pode verificar, nas feiras minhotas portuguesas, os feirantes que fazem parte das feiras nordestinas, a exemplo de Campina Grande, nas últimas três décadas têm mudado de ramo, procurando adequar-se à dinâmica do mercado. Na medida em que os clientes também frequentam os outros lugares de consumo - supermercados, lojas, hipermercados, etc. – escolhendo os artigos que querem comprar na feira e em cada um dos outros lugares, os feirantes buscam apresentar os produtos que os fregueses procuram. Na sequência, alguns depoimentos de feirantes que trocaram de mercadorias, fazendo uso, portanto, desta estratégia, a fim de permanecerem no mercado competitivo:

Era funcionário em outra banca e depois decidi colocar um negócio para mim. Escolhi estes utensílios porque tem mais saída que as frutas, que a carne que vendia quando era empregado. Os fregueses têm procurado muito os mercado para comprar carne e tudo que é congelado⁹⁵³; Antes era verdura e agora vendo esses

⁹⁵³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Monteiro, feirante em Campina Grande, em 19 de Fevereiro de 2009.

produtos de cereais. Compro aqui mesmo nos armazéns⁹⁵⁴; Antes vendia verdura, agora vendo ervas. Não tem muito feirante aqui com este tipo de mercadoria. A concorrência é menor. Os meus clientes compram nos supermercados cereais e não ervas⁹⁵⁵.

Em relação à outra feira nordestina, que também tem predominância de gêneros alimentícios⁹⁵⁶, a de São Joaquim, na contemporaneidade assim como as demais feiras investigadas, possui uma multiplicidade de mercadorias. Como lembrou Lima em seu estudo:

As atividades comerciais na feira promovem a ocupação de cerca de sete mil pessoas, entre feirantes fixos e ambulantes, que se distribuem no comércio de grãos, de frutas e verduras, de folhas medicinais e do culto do candomblé, de cerâmica e artesanato, de animais vivos, de peixes e mariscos, de CD'S e DV'S copiados, de alimentos a base de milho e de tapioca, como pamonha e beiju (...)⁹⁵⁷

Abaixo, a ilustração de algumas das mercadorias comercializadas na feira soteropolitana. Destacamos que trata-se de mercadorias vendidas a varejo e a atacado. Já que esta feira também detém esta característica como vimos em depoimentos já citados na primeira parte do presente texto – atacado. As imagens⁹⁵⁸ se apresentam de maneira aglutinada em uma só figura. São: relógios, cestaria, animais vivos para criação e rituais religiosos, utensílios domésticos, cerâmica, milho, produtos industrializados, cereais, roupa, ervas, legumes, verduras, flores, frutas, carnes, camarão seco, azeite de dendê, legumes para atacado, material escolar, brinquedos, diversos, respetivamente.

Figura 43 – Mostra de imagens das mercadorias comercializadas na Feira de São Joaquim



⁹⁵⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Dores, feirante em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁹⁵⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Viviane, feirante na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

⁹⁵⁶ O que não significa dizer que a feira também não possui a venda de outros artigos não alimentícios.

⁹⁵⁷ Lima, L. B. (2006). *Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção quotidiana*. Monografia de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.43. Sobre a diversidade de mercadorias presentes na Feira de São Joaquim, ver: Prefeitura Municipal de Educação e Cultura. (2006), Guia Turístico. Feira de São Joaquim. Em: *Salvador a cidade e o tempo*. Salvador, p. 46. E ainda: Mello, M. A; Moura, J e Lobo, A. (1992). "Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro. Em: *Veracidade: Revista do Centro de Planejamento Municipal*, n. 4, p.26, dez.

⁹⁵⁸ Outras Imagens das mercadorias disponível em «http://www.google.pt/images?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=feira+de+s%C3%A3o+joaquim&um=1&ie=UTF-8&source=univ&sa=X&ei=6XaWTbmuPmbJhAfr15HICA&ved=0CDIQsAQ&biw=1345&bih=369»



Foto: Arquivo do Sindicato dos feirantes e ambulantes da cidade de Salvador, Junho de 2009.

Além das imagens, esta diversidade de mercadorias pode ser verificada também nas falas proferidas pelos fregueses: “Aqui encontra praticamente tudo que se precisa”⁹⁵⁹; “É o coração da cidade, porque tem de tudo (...)”⁹⁶⁰, E pelos feirantes que também confessam que, ou continuaram no ramo diversificando as mercadorias, “Sempre esta mercadoria [produtos religiosos]. Cresceu a clientela porque coloquei mais produtos (...)”⁹⁶¹, outros mudaram de ramo por completo, atendendo a dinâmica do mercado consumidor e relatam:

(...) Hoje trabalho com flores. Mas já descarreguei até caminhão nessa feira para sobreviver. Já vendi tomates e frutas também⁹⁶²; O comércio de cereais praticamente

⁹⁵⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando Aguiar, freguês, em São Joaquim, Salvador, em 13 de Junho de 2009.

⁹⁶⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Rosas, feirante em São Joaquim. Salvador, em 10 de Junho de 2009.

⁹⁶¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem Lúcia, freguesa na feira de São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

⁹⁶² Entrevista concedida ao documentário Silva, J. A. M. da. (2006). *São Joaquim, a feira-X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH, pela feirante de São Joaquim Sra. Balbina de Jesus.

morreu. Principalmente depois da Cesta do Povo e os mercadinhos de bairro⁹⁶³; Mudei de produtos sim: de folha para verdura, e agora cigarros.... E ainda desejo mudar outra vez de ramo, colocar um comércio de material de construção para atender aos feirantes, pois muitos feirantes passam o dia aqui na feira e as vezes estão fazendo alguma reforminha em casa e não tem tempo para sair daqui e comprar o material, atrasando, então, o serviço. A feira de São Joaquim é tradicional e tem tudo que é de mercadoria⁹⁶⁴; Meu pai vendia outras frutas. Eu disse a ele que era bom colocar somente mamão, porque se via pouco aqui na feira. Então um dia que ele ficou doente, eu e meus irmãos resolvemos mudar, colocamos somente mamão. Hoje vendemos para os hotéis, lanchonetes, escolas (...) ⁹⁶⁵; Vendia fruta, verdura e agora vendo artigos religiosos⁹⁶⁶.

Já em relação à feira de Caruaru, a diversidade nas mercadorias também se faz presente, embora com maior tendência aos gêneros não alimentícios⁹⁶⁷, uma vez que semanalmente, na madrugada da segunda para a terça-feira e durante todo esse dia, a feira do Agreste Pernambucano cedia, para além das feiras tradicionais, outras feiras em seu entorno: a de Importados e a da Sulanca. Esta última com confeções em artigos de vestuário, têxtil e calçados, para venda no varejo e a atacado. No decorrer nos demais dias da semana, a feira de Caruaru continua a aglutinar em seu interior as demais feiras: artesanato; frutas e verduras; raízes e ervas medicinais; feira de troca-troca (objetos usados); couro (calçados, chapéus, bolsas, e todos os artigos que tem o couro como principal matéria prima); bolos, gomas e doces; artigos de cama, mesa e banho; fumo; ferragens e confeções populares. A tabela a seguir mostra a descrição dos lugares e quantitativo dos mesmos. Alertamos para o quantitativo dos sete primeiros destacados em negrito. Estes se referem as mercadorias comercializadas nas terças- feiras, nas feiras da Sulanca e Importados. Juntos, somatizam 10.914 lugares. Se subtrairmos os lugares destinados ao lanche da Sulanca, resulta em 10.349 lugares não alimentícios, enquanto os demais lugares, nos outros dias da semana, com variados gêneros, somam 4.566 lugares. Logo, a feira de Caruaru, indiscutivelmente, além de contar com uma grande multiplicidade de mercadorias, estas em sua grande maioria, dizem respeito a artigos não alimentícios. O que a difere das outras feiras mencionadas anteriormente.

⁹⁶³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcilio, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

⁹⁶⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Erivaldo Rodrigues (Babau), feirante em São Joaquim, Salvador 10/06/2009.

⁹⁶⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Genaro, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

⁹⁶⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Gomes, feirante em São Joaquim, Salvador 27 de Maio de 2009.

⁹⁶⁷ O que não quer dizer que também não apresente gêneros alimentícios como nas outras feiras nordestinas investigadas.

Tabela 58 – Demonstrativo do número de lugares cadastrados de acordo com o tipo de mercadorias comercializadas na Feira de Caruaru

MERCADORIA	QUANTIDADE DE LUGARES
Sulanca	6.821
Confeções	1.483
Feira de importados	1.005
Lanche-sulanca	565
Casa dos pobres- Feira de Jeans	550
Calçados- sulanca	407
Casa da Cultura- Feira da sulanca	83
Frutas e verduras	1.876
Carne	316
Artesanato	284
Confeções	268
Miudezas	250
Cereais	248
Calçados 18 de maio	202
Ferragens	197
Massas	163
Lanches	150
Barraca de comida	146
Mercado de artesanato	132
Alumínio-sulanca	100
Muro do SESC (importados)	100
Tabagismo raiz/óleo	74
Flores	56
Alumínio e plástico	3
Lanche do Paraguai	1

Fonte: Demonstrativo de arrecadação financeira fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças, da Prefeitura Municipal de Caruaru, emitido em 19 de Junho de 2009.

Não foi por acaso que a feira da Sulanca e a feira dos Importados se incorporaram as demais feiras em Caruaru. A primeira, embora tenha surgido no início da década de 1980, em 1984, foi partir de 1986, juntamente com a implantação da segunda, que ganhou visibilidade no mercado diante da sua expansão. Vale lembrar⁹⁶⁸ também que, especialmente estas duas feiras contemporâneas, agregam um grande contingente populacional de trabalhadores informais. Fruto não só do desempregado da formalidade, que passam a ter a feira de Caruaru como opção de trabalho, como é o caso do comerciante Luiz de França Filho, na feira da Sulanca: “ Há 16 anos ele comprou um banco com o dinheiro de uma indenização que trabalhava antes de ir para feira”⁹⁶⁹ mas também da mudança de hábito dos trabalhadores outrora dedicados ao campo. Estes últimos atualmente se dedicam à

⁹⁶⁸ Fato já mencionado nesta tese, no capítulo 2, item 2.1- A dinâmica do trabalho nas feiras, pp.72-77.

⁹⁶⁹ Mais de 20 mil vivem da Feira da Sulanca muitos estava em busca de um negócio e continuam na feira até hoje. (2006, 18 de Maio). *Especial Vanguarda*, Caruaru-PE.

produção têxtil, e têm nas feiras do Polo de confeções do Agreste⁹⁷⁰ Pernambucano, local de distribuição de suas produções “fabris”, realizadas numa ambiência doméstica.

Antes era a foice, a inchada, sacos de feijão e milho estocados pelo meio da casa. Atualmente, retalhos de tecidos, espalhados ao chão, máquinas de costura e peças de roupas em estoque fazem parte do cenário em muitas comunidades rurais de Caruaru e região⁹⁷¹

Neste sentido, sabe-se que a feira da Sulanca em Caruaru, junto com as demais feiras do Agreste Pernambucano (de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe) formam o segundo maior polo de confeções do Brasil, perdendo apenas para São Paulo. Considerada, portanto, como a principal fonte de renda informal da região e por boa parte do facturamento do comércio formal, uma vez que em dia de feira a economia da cidade é movimentada⁹⁷².

Já a feira de Importados, também conhecida como feira do “Paraguai”, acontece concomitantemente com a feira da Sulanca, nas terças-feiras⁹⁷³, e oferece aos consumidores bens de consumo dos mais variados:

Relógios, rádios, pilhas, objetos de ornamentação, bijuterias, perfumes, aparelhos microeletrônicas, flores, plantas artificias e desidratadas, etc. É sempre possível encontrar produtos eletrodomésticos de última geração, como televisores, DVDs, Câmaras digitais, celulares⁹⁷⁴.

Assim como a feira da Sulanca, a feira dos Importados em Caruaru, é contemporânea e representa a economia de mercado globalizante. Uma vez tem grande parte de seus produtos de origem no exterior, sobretudo dos países pertencentes ao Mercosul⁹⁷⁵, além de ter um grande contingente de feirantes diretamente (cerca de 1.105, de acordo com demonstrativo apresentado na tabela anterior) e indiretamente, já que muitos dos compradores adquirem produtos em atacado e revendem para ambulantes. Vale ressaltar que, em 1999, o número de feirantes diretamente de

⁹⁷⁰ Nos referimos para além de Caruaru, as cidades de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe e sua respetivas feiras.

⁹⁷¹ Os novos horizontes da Zona Rural de Caruaru. (2009, Novembro). *A Notícia, Ano III, Edição 24, Cidade*, Caruaru, p. 4. Sobre a Feira da Sulanca ver ainda Rodrigues, K. F. (1995). Questões económicas, sócio-políticas e culturais. Em: *A feira de Caruaru: origem histórica, questões económicas, sociais, políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Económica. ADECC, Caruaru, p.23.

⁹⁷² Garante bons preços. Comércio a tradicional feira já movimenta cerca de R\$ 1 milhão por mês (1999, 18 de Maio). Sulanca. *Jornal do Comércio Especial Caruaru*. Recife, p. 3.

⁹⁷³ Convém esclarecer que não só nas ter-feiras, mas durante todos os dias na Feira de Caruaru encontra-se artigos importados e confeções prontas. Entretanto em menor proporção como pode ser verificado na tabela demonstrada anteriormente.

⁹⁷⁴ IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. *Dossiê Feira de Caruaru*, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006, pp.44-45.

⁹⁷⁵ As mercadorias inicialmente vistas na feira de importados tinham sua origem em países pertencentes ao Mercosul, sobretudo Paraguai. Entretanto, atualmente este mercado tem se ampliado e muitas destes produtos para além do Paraguai, tem sua origem na China, África. A nível nacional, muitos destes produtos tem tido sua origem no estado de São Paulo.

importados era de 600 pessoas⁹⁷⁶ e em 2009 este número cresceu para 1.105. Sobre a diversidade das mercadorias, destacando a feira de Sulanca e a dos Importados, verificamos os seguintes depoimentos:

Todo tipo de mercadoria se vende. Ilegal mas se vende. Tudo que tem na loja tem aqui. Me refiro principalmente aos eletroeletrônicos. Pois nesta feira se ver desde equipamentos em geral, a peças e acessórios para celulares⁹⁷⁷; “Os importados cresceu bastante de vinte anos para cá, e roupas também. Acho que essas são as maiores diferenças que vejo. Porque antes a sulanca era mais o que era daqui mesmo e hoje não, tem muita mercadoria de fora, tem muita gente que vem comprar mas também tem muita gente que vem vender⁹⁷⁸.”

Convém fazermos uma breve consideração acerca do tema importado⁹⁷⁹, e do que o depoente chamou de ilegal, muitas vezes também chamado de artigos de pirataria. Isso porque a importação presente nas feiras tanto aparece de maneira legal, como também ilegal.

Assim como o tema globalização, a pirataria, embora seja uma temática muito evidenciada na contemporaneidade, consiste de uma estratégia comercial utilizada desde a antiguidade, anteriores ao Egito Antigo, em torno dos mares navegados. Inicialmente a pirataria acontecia, ainda na antiguidade, pelo Mar Mediterrâneo. Posteriormente, na Idade Moderna (1690-1730) pelo Atlântico, e em seguida em torno da África Ocidental e Oceano Índico⁹⁸⁰. Nomeadamente, a prática da pirataria na contemporaneidade, diferentemente de outrora que buscava a transformação de centros regionais, ou até mesmo a promoção de articulação entre o mundo rural e os sítios econômicos urbanos⁹⁸¹, atualmente surge como uma alternativa, um meio de vida, de subsistência, de trabalho. A este respeito Konstam menciona:

⁹⁷⁶ Importados. Em: Sulanca garante bons preços..., cit..., p. 3. No ano de 1999 a Feira de Importados passou por uma crise econômica em função da desvalorização do real, onde a taxa cambial sofreu oscilação. “De acordo com os feirantes, atualmente a maioria das mercadorias encontradas na feira corresponde à sobra de estoque das compras para o final de ano. Diante do aumento do dólar, a categoria considera inviável buscar produtos no Paraguai, diante do alto custo de viagem e a pequena margem de lucro que teria em relação aos produtos similares da indústria nacional”. Ver: Crise cambial. Feira do Paraguai com os dias contados (2009, 07 de Fevereiro), *Jornal do Comercio*. Recife.

⁹⁷⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁷⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁷⁹ Já que são mercadorias presentes não só na feira de Caruaru – presente em demasia- mas também verificamos sua presença em menor proporção nas demais feiras nordestinas deste estudo, além das feiras minhotas. Nestas últimas, os artigos importados geralmente comercializados pelos feirantes de etnia cigana.

⁹⁸⁰ Ver Ribeiro, G. L. (2010). A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. [online], vol.25, n.74, p. 14. Acedido em 12 de abril de 2011, em: «<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a02v2574.pdf>». Apud, Konstam, Angus. *The history of pirates*. Guilford, Connecticut, The Globe Pequot Press, 2002, p. 9

⁹⁸¹ Ver IBDEM, p. 27. Apud, Galla, Thomas W. (1999) “Brigandage, piracy, capitalism, and state-formation: transnational crime from a historical world-system perspective”. Em: Josiah McC. Heyman (org.), *States and illegal practices*. Oxford/Nova York, Berg, , p 37.

Apesar do grande risco da pessoa ser capturada e executada pelos seus feitos, a pirataria foi [e ainda é] uma alternativa atraente a morrer de fome, tornar-se um mendigo ou ladrão, ou servir, em condições extenuantes, em um barco sem nenhuma chance de recompensa financeira substancial⁹⁸².

A pirataria, diante de sua prática, reproduz e vende cópias não-autorizadas dos artigos valorizados no mercado consumidor contemporâneo, especialmente as superlogomarcas⁹⁸³. Para além de serem uma ameaça, a reprodução do capitalismo, diante da detenção de direitos de propriedade, sobre determinadas mercadorias⁹⁸⁴, promove também um estreitamento entre os estratos sociais diante da possibilidade de adquirir tais produtos (mesmo que falseados). Neste sentido, as categorias menos favorecida, ao consumir tal mercadoria, adquire também o status simbólico que o mesmo representa, diante de sua marca.

Todas as feiras do Nordeste do Brasil investigadas neste estudo possuem artigos importados e de pirataria. Entretanto, a feira de Caruaru é reconhecida no Nordeste, e até no Brasil, como a feira que detém maior variedade de artigos desta natureza. Facto que, ao mesmo tempo que oferece aos consumidores a possibilidade de adquirirem artigos falseados aos das grandes marcas a baixos custos, contraria a ética do mercado consumidor. Neste sentido, a feira do Agreste Pernambucano, a partir da década de noventa, tornou-se palco de expedições de combate a prática de contrafação por parte dos órgãos fiscalizadores e de investigações policiais. Tais expedições fazem parte do cotidiano da referida feira, diariamente. Entretanto, se intensifica mais nas terças-feiras, diante da realização da feira da Sulanca e dos Importados. A imprensa noticiou:

A Delegacia de Combate a Pirataria do Recife realizou nesta quinta-feira (7) uma operação em Caruaru, no Agreste. Os policiais estiveram em busca de calçados falsificados. Só na manhã de hoje já foram apreendidos cerca de 4 mil pares do produto. As investigações começaram depois que uma marca de calçados percebeu que os lucros na região haviam diminuído. Os policiais continuam a operação no Parque Dezoito de Maio (...) Durante este ano, a polícia conseguiu tirar do comércio um grande número de produtos piratas que são vendidos, principalmente, no Parque 18 de Maio, onde está a famosa Feira de Caruaru⁹⁸⁵.

⁹⁸² Ver idem ibidem p. 27. Apud: Konstam, cit..., p.9.

⁹⁸³ Louis Vuitton, Fendi, Victor Hugo, Armani, Dior, Gucci, Nike, Adidas, Rolex, Ray-Ban, Sony, etc.

⁹⁸⁴ Ver idem ibidem p. 14. Apud: Chang, Hsiao-hung. "Fake logos, fake theory, fake globalization". *Inter-Asia Cultural Studies*, 5 (2), 2004, pp. 222-236.

⁹⁸⁵ A notícia continua a destacar: "Durante este ano, a polícia conseguiu tirar do comércio um grande número de produtos piratas que são vendidos, principalmente, no Parque 18 de Maio, onde está a famosa Feira de Caruaru. Veja abaixo, as ocorrências registradas em 2010: Janeiro- Operação de combate à pirataria apreende 10 mil itens em Caruaru- (...) apreendidos na madrugada da terça-feira (12). Entre o material recolhido estavam Cd's, DVDs, impressoras e gravadoras. Os produtos foram apreendidos na Feira da Sulanca. Março-Polícia apreende 15 mil mídias pirateadas em Caruaru- A Delegacia de Combate à Pirataria realizou uma operação na manhã da terça-feira (16), que resultou na apreensão de 15 mil Dvd's e Cd's pirateados. Todo o material foi encontrado na Feira da Sulanca. As mídias estavam guardadas em caixas, prontas para comercialização. Abril- Operação de combate à pirataria apreende 10 mil itens em Caruaru- A Polícia Federal

Retomando a questão da variedade de produtos na feira de Caruaru, os depoentes destacam,

Muita variedade, principalmente o artesanato⁹⁸⁶; Compramos de tudo na feira: da farinha ao calçado⁹⁸⁷. (...) Compro tudo que preciso para minha pousada⁹⁸⁸. Compro roupa e calçado. Coisa de comida compro no supermercado⁹⁸⁹. Diversidade de mercadoria é o que mais me atrai nesta feira. Tem de tudo, não precisa ir em canto nenhum. Tudo que se procura aqui se acha: artigo religioso do catolicismo, até para macumbeira; Raízes, por exemplo, o que você imaginar tem lá; Artigos eletroeletrônicos, produtos importados; comida, artesanato, roupa⁹⁹⁰.

Na sequência apresentamos ilustrações⁹⁹¹ desta diversidade de algumas mercadorias declarada pelos depoentes. São imagens múltiplas, aglutinadas em uma só figura, das feiras que compõem a de Caruaru. Nos referimos as iconografias da feira do Paraguai, com artigos diversos; da feira de ferragens; do artesanato, com artigos de couro, de estopa, de crochê, como chapéus, calçados, objetos de decoração; feira da Sulanca, que realiza-se uma vez por semana, e a imagem seguinte representando as confeções que diariamente são comercializadas no Parque 18 de Maio; feira de frutas; de raízes e plantas medicinais; feira de flores naturais e ornamentais; feira de carnes; feira de troca (objetos variados); feira de couro, sandálias, chapéus, cintos, bolsas, entre outras; feira de goma, doces e bolos; feira de farinha e de cereais em geral. Abaixo, as imagens citadas:

deu início, na manhã do dia 1, a uma operação de apreensão de Cd's e Dvd's piratas. Até o momento, 100 caixas e sacos grandes do material (...) Maio- Três pessoas são presas em Caruaru por pirataria-(...) Foram presos na manhã do último sábado na cidade de Cumaru, no Agreste do Estado, durante uma operação policial contra a pirataria. Foram apreendidas com eles 1,831 itens entre Cd's e Dvd's, além de dois aparelhos de Dvd's. Junho- Polícia apreende 20 mil peças pirateadas nas feiras de Caruaru e Santa Cruz- Na madrugada desta terça-feira (01), apreendeu-se 20 mil peças falsificadas entre tênis, camisas e bonés, a maioria fazendo referência à Copa do Mundo (...). Julho- 2 mil pares de sapatos piratas apreendidos em Caruaru- Na madrugada desta terça-feira (6), 2 mil pares de sapatos falsificados, em Caruaru, nas imediações do Parque 18 de Maio, onde fica a famosa Feira da Sulanca. Os produtos foram encontrados em uma loja fixa. O dono do estabelecimento, Emerson Omena, está foragido e é procurado pela polícia. Homem é preso com mais de mil DVD's piratas em Caruaru- Homem é preso por pirataria em Caruaru, no Agreste, na noite desta quarta-feira (08). De acordo com a polícia, ele vendia Dvd's pirateados no Parque Dezoito de Maio, quando foi abordado. Ver: A capital da pirataria - Polícia apreendeu mais 4 mil pares de sapatos hoje no Parque 18 de Maio e na conhecida 'Rua dos Sapateiros', em Caruaru. (2010, 07 de Outubro). *Notícia / Polícia*. Acedido em 10 de abril de 2011, em: <http://www.maisab.com.br/noticias/nv/14561/A+CAPITAL+DA+PIRATARIA.html>»

⁹⁸⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Roberto Araújo, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁸⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. João, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁸⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Flávio, freguês, na feira de Caruaru, em 15 de Dezembro de 2009.

⁹⁸⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Helena, freguesa da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁹⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁹¹ Outras imagens da Feira de Caruaru estão disponíveis nos seguintes sites: «http://www.google.pt/images?um=1&hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-T__PT412&biw=1345&bih=369&tbm=isch&sa=1&q=imagens+feira+de+Caruaru&aq=f&aqi=&aql=&oq= »; «<http://paraalemdanoticia.blogspot.com/2009/07/feira-de-caruaru.html>»; «<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/fotos-feira-de-caruaru>»; «<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/feira-de-caruaru-patrimonio-imaterial-do-brasil/>»; http://www.google.pt/images?um=1&hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&biw=1345&bih=369&tbm=isch&sa=1&q=imagens+feira+de+Caruaru&aq=f&aqi=&aql=&oq= acesso em 12 de Abril de 2011.

Figura 44 – Mostra de imagens de mercadorias comercializadas na Feira de Caruaru-PE



Fonte: IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. *Dossiê Feira de Caruaru*, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006, pp.35, 36, 40, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 55, 56, 64, 71, 72.

Dada a diversidade de mercadorias presentes, e atendendo à dinâmica do mercado consumidor, Barbosa considera em seu estudo:

(...) atualmente a feira de Caruaru é considerada um 'grande magazine', um 'shopping center', 'loja de variedade' e de 'conveniência', de formato popular, aberto, livre, que se consolidou nas últimas décadas e concorre com a sofisticação, o marketing e com os produtos do mercado formalizado⁹⁹²

Assim como nas demais feiras, sejam em Portugal ou mesmo no Brasil, a manutenção no mercado consumidor se dá em torno da troca de mercadorias. Portanto, em Caruaru a dinâmica é a mesma em torno desta estratégia. Na sequência, o que dizem os três depoentes a este respeito:

Meus pais e eu vendíamos verduras, mas a concorrência aumentou, então resolvemos mudar de ramo. Agora vendemos importados do Paraguai⁹⁹³; Morava no sítio, trabalhava na enxada e vim para cá trabalhar. Comecei vendendo feijão de corda no chão. Depois passei para fruta e agora é lanchonete. [tem duas barracas de lanchonete e outra de rapadura]⁹⁹⁴; Vendia ervas e depois mudei para artigos religiosos. Aumentou o número de vendedores de ervas. Os supermercados não atrapalham e a feira da Sulanca também não, pois eles têm artigos diferentes desse [se refere aos artigos religiosos]⁹⁹⁵.

Estas estratégias de adaptações envoltas das dinâmicas do mercado consumidor são percebidas de maneira orquestradas entre os produtos comercializados pelos feirantes - com suas mudanças de ramo - e os interesses dos fregueses em torno das mercadorias que consomem nas feiras. A tabela a seguir demonstra as mercadorias procuradas pelos clientes que entrevistamos, em ordenamento decrescente.

Tabela 59 – Demonstrativo dos produtos comprados pelos feirantes entrevistados (Brasil)

QUAIS OS PRODUTOS QUE COMPRA NA FEIRA? BRASIL	
	PERCENTUAL
Fruta	17%
Verdura / legumes	12%
Roupa	9%
Artesanato	6%
Calçado	6%
Importados	5%
Cereais	4%
Cd's, DVDs, Fitas Cassetes	4%
Laticínios	4%
Ervas/ Semente/ Tempero	4%

⁹⁹² Barbosa, A. B. A. e Duarte, E. C. (2005). A Feira livre da capital do Agreste. Em: *A Feira de Caruaru sua importância cultural, turística e econômica*. Monografia de Graduação em Turismo. Faculdade do Vale do Ipojuca Caruaru, p. 13.

⁹⁹³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Neta, feirante da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁹⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Rufina, feirante da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

⁹⁹⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia, feirante na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Artigos religiosos	3%
Carne/peixe/ave	3%
Roupa de cama/mesa/banho	3%
Objetos de decoração	3%
Utensílios domésticos	3%
Alimentação pronta	3%
Plantas / flores	2%
Produtos de limpeza	2%
Brinquedos	2%
Panificação	2%
Doce caseiro / bolo	2%
Guloseimas (bomboneira)	2%
Material escolar	1%
Celular e acessórios	1%
Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Ao interpretar os dados da tabela apresentada, destacamos dois factos interessantes:

Primeiramente, os fregueses procuram mercadorias não alimentícias que podem ser encontradas nos equipamentos comerciais, lojas e shoppings (mercadorias modernas); neste aspecto, as roupas (9% de preferência) correspondem não só as confeções locais e regionais, como também as peças importadas de outras regiões do Brasil e também do estrangeiro. É importante que lembremos que, embora estes dados se refiram ao ano de 2007, em 1995 ouviu-se falar numa crise no polo comercial do Agreste Pernambucano (Santa Cruz, Toritama e Caruaru), em função da entrada dos produtos chineses mais baratos no comércio fixo. Soares e Lima ponderam:

A informalidade garantia de preços baixos pela sonegação fiscal e de obrigações trabalhistas. Isto porque a abertura das importações colocou em cheque diversas produções regionais, antes, protegidas da concorrência. (...) A qualidade da produção também passou a se constituir num problema. Sulanca tornou-se sinónimo de roupa barata, de qualidade duvidosa, para consumo de pobre⁹⁹⁶.

Entretanto, as grandes redes de lojas capitalistas locais, na tentativa de driblar a concorrência com o mercado externo - que adentrava no Agreste Pernambucano - passaram a se preocupar com o estigma da produção local, atribuindo-lhe, portanto, melhor qualidade aos artigos produzidos e comercializados. Neste sentido, a distribuição das produções locais e regionais que se davam também nos espaços das feiras, passaram a ter uma preocupação com a qualidade do que era confeccionado.

⁹⁹⁶ Lima, J. C. e Soares, M. J. B. (2002). *Trabalho flexível e o novo informal*. Caderno do CRH (37). Salvador, pp. 73-74.

Artigos de melhor atributo passam a ser produzidos e comercializados. Este fato vem justificar a adesão dos fregueses em busca destas mercadorias na feira de Caruaru.

O segundo facto interessante que gostaríamos de destacar diz respeito aos elevados percentuais em torno dos gêneros alimentícios, mesmo sendo produtos que também podem ser encontrados nos supermercados e hipermercados contemporâneos. Nos referimos especialmente as frutas (17%), carne/peixe/ ave (3%), cereais (4%), laticínios (4%) verduras e legumes (12%). Esses produtos somatizam 40% do total.

A preferência pela aquisição dos gêneros alimentícios tradicionais nas feiras se dá em decorrência dos consumidores atribuírem a estes lugares de consumo a possibilidade de escolher os produtos a partir do contato direto com os mesmos. Nas feiras todos os sentidos são explorados em relação às mercadorias: a visão, o tato, o paladar e o olfato, já que as embalagens são dispensadas. “Tem mais opção de compra. No mercado a gente pega as coisas já embaladas, não podemos tocar, cheirar, e as vezes nem ver, devido as embalagens fechadas que muitos têm”⁹⁹⁷. Neste sentido, os consumidores justificam a escolha destes produtos atribuindo-os à qualidade e comparando-os aos supermercados. Sobre este aspecto e outros dedicaremos brevemente as próximas páginas do presente texto.

Os depoentes justificam a escolha de determinadas mercadorias vendidas nas feiras comparando-as aos outros lugares de consumo

De um lado e do outro do atlântico, as estratégias utilizadas pelos feirantes para se manter como opção de lugar de consumo no mercado atual, ultrapassam a questão da diversidade das mercadorias. Para além desta, se faz necessário a conciliação em torno não só da qualidade e preço dos produtos oferecidos, mas também as estratégias de divulgação e apresentação dos artigos a serem comercializados. Outro aspecto que é levado em consideração pelos feirantes contemporâneos trata da salutar relação estabelecida entre eles e os seus clientes. Relação esta que, segundo os mesmos, deve estar pautada na confiança, respeito, solidariedade e compromisso em satisfazer as suas expectativas. Tais cuidados objetivam a garantia do retorno destes fregueses as suas barracas em dias de feiras subsequentes.

Neste sentido, de acordo com as experiências vivenciadas pelos feirantes e pela preferência dos fregueses - que embora frequentem outros lugares de consumo - em continuar a adquirirem

⁹⁹⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição, freguesa em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

determinados produtos nas feiras, elegemos alguns depoimentos que traduzem estas preferências (fregueses) e estratégias (feirantes). Percebemos, contudo, que as comparações acerca das feiras aos supermercados, por exemplo, ocorrem em torno de dois aspectos principais: preço e/ou qualidade dos gêneros comercializados, e na relação estabelecida entre feirantes e fregueses.

Sobre o preço e/ou qualidade, um estudo económico de pesquisa de satisfação, realizado em favor da análise comportamental dos consumidores em Feiras Livres contemporâneas, revelou que os elementos principais que estimulam a preferências dos consumidores por feiras livres se dão prioritariamente nestas duas características,

56% dos consumidores acreditam que o fator mais importante para efetuar a compra na feira livre é a qualidade dos produtos, 28% têm como o fator preço o elemento mais importante para a compra em feiras livres, 8% consideram o ambiente o fator mais importante para efetuar a compra em feiras livres, 6% vão à feira por causa dos serviços e 2% consideram outros fatores como o item mais importante para efetuar a compra em feiras livres⁹⁹⁸.

O estudo revela ainda que,

A feira tem uma vantagem em relação aos hipermercados e outros estabelecimentos, o fato de que podem oferecer uma variedade imensa de frutas, verduras, legumes, peixes e outros produtos de boa qualidade toda semana. Ou seja, mesmo os hipermercados oferecendo inúmeras promoções, ainda é na feira que as pessoas procuram qualidade e variedade⁹⁹⁹.

Os depoentes ouvidos nesta pesquisa destacaram, para além da variedade dos produtos, a qualidade e preço como fatores preponderantes na escolha da feira para compra de produtos mais frescos, a exemplo de frutas, verdura/legumes, carne, ave e peixe. Eles dizem a esse respeito:

O que me atrai a comprar aqui, são os preços mais baratos e a qualidade dos produtos¹⁰⁰⁰; (...) A qualidade e os preços da feira é melhor. Exemplo: o bode é novo, do supermercado é congelado¹⁰⁰¹; Compro: carne, verdura porque não tem agrotóxico nenhum. É tudo fresquinho. É diferente do supermercado, sem sombra de dúvida. Quando você vai comprar fruta no supermercado tem problemas. A banana, por exemplo, você olha e é cheia de carbureto e perde muito a sua essência maior que é ser natural. E na feira não é tudo natural¹⁰⁰²; “Na feira se encontra produto mais saudável, peixe novo, fruta do sítio, verdura fresca”¹⁰⁰³; Gosto

⁹⁹⁸ O estudo tomou como objeto de análise os frequentadores de feiras de bairros na cidade de São Paulo, ver: Kinjo, T. e Ikeda A. (2005). *Comportamento do Consumidor em Feiras Livres*, p.14. Acedido em 2 de abril de 2011, em: «<http://www.sober.org.br/palestra/2/420.pdf>».

⁹⁹⁹ Ibidem, p.15.

¹⁰⁰⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Gilson Gomes, freguês em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

¹⁰⁰¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. António Inácio, freguês em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰⁰² Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹⁰⁰³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel, freguês em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

porque tem muita variedade e preço¹⁰⁰⁴; Diversidade de mercadoria e preço¹⁰⁰⁵; O que mais me atrai é o preço. (...) ¹⁰⁰⁶; Por conta dos preços é mais em conta e pela facilidade que você tem de locomoção. É diferente do mercado porque você pode chegar diretamente no banco, gostou daquilo compra, já passa para o outro também compra tem muita variedade de produtos” ¹⁰⁰⁷; Quando a fatura de tomate é grande cai o preço. Compro carne e laticínios no mercado e o restante das coisas aqui na feira¹⁰⁰⁸; A feira é importante. É melhor que os supermercados. Aqui se compra qualquer coisa e na quantidade que se quer¹⁰⁰⁹; Quando à fatura de tomate é grande cai o preço. Compro carne e laticínios no mercado e o restante das coisas aqui na feira¹⁰¹⁰; A feira é importante. É melhor que os supermercados. Aqui se compra qualquer coisa e na quantidade que se quer¹⁰¹¹; Preço das mercadorias. Dá até para revender. É mais em conta. Tem quantidade e variedade (...) Produtos frescos, em quantidade para escolher. Nos supermercados tem qualidade e higiene também. Mas no mercado eu não encontro, por exemplo, amendoim, coco ralado fresco, raízes. E também aqui o preço é melhor¹⁰¹²; É melhor que comprar na venda [se refere ao fato de comprar na feira]. Acho melhor comprar aqui, é mais barato. Lá [se refere à venda, mercearia] eles vendem mais caro¹⁰¹³; Ele é explorador, entendeu? [se refere aos supermercados]. Porque aqui [na feira] o povo vem com dez reais leva o que comer. Compra fruta, verdura. Um monte de coisa para comer, e no supermercado, com esse valor, ele não traz nada. Aqui ele compra um real de fruta. Leva a farinha com o preço mais adequado¹⁰¹⁴.

Como podemos verificar por meio dos depoimentos proferidos, muitos dos entrevistados acreditam que as mercadorias das feiras possuem maior qualidade em função de existir uma maior rotatividade no fluxo dos produtos, enquanto nos supermercados os produtos são mascarados em embalagens e em temperaturas altas. [Se referem aos produtos congelados]. Os feirantes, muito pelo contrário, não dispõem nem de locais para estocarem suas mercadorias, nem tão pouco de capital de giro para comprarem mercadorias em excedente. Vende, portanto, tudo aquilo que compra¹⁰¹⁵. Assim, os produtos são sempre frescos, e não congelados, o que garante maior qualidade. No estudo mencionado anteriormente, quando comparado a qualidade dos produtos das feiras e outros

¹⁰⁰⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marina Moraes, freguesa em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰⁰⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Roberto Felipe, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹⁰⁰⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Flávio, freguês, na feira de Caruaru, em 15 de Dezembro de 2009.

¹⁰⁰⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Ricardo Pedrosa Jr., freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹⁰⁰⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Jorge Fernando, freguês em Campina Grande em 21 de Fevereiro de 2009.

¹⁰⁰⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Viviane, brasileira, feirante na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰¹⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo Ricardo, freguês em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰¹¹ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Viviane, brasileira, feirante na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰¹² Entrevista concedida à autora pela Sra. Sandra Costa, freguesa em São Joaquim, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹⁰¹³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Severina, freguesa da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹⁰¹⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem Lúcia, freguesa na feira de São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

¹⁰¹⁵ Nos referimos aos géneros alimentares que são perecíveis.

estabelecimentos de consumo, verificou-se que “68% consideram os produtos vendidos em feiras livres de qualidade superior, 18% consideram semelhantes, 12% consideram inferior e 2% não souberam responder”¹⁰¹⁶.

Fornecer a variedade das mercadorias – adequando-as as demandas do mercado - manter as suas respectivas qualidades e os preços acessíveis, são estratégias utilizadas pelos vendedores que favorecem a permanência das feiras como lugares de consumo, mesmo com a concorrência dos demais lugares de consumo contemporâneos. “ A loja de calçados de António Moutinho Neto é uma referência em São Joaquim, porque vende produtos comuns em *shopping centers*. (...) O preço dos tênis e sapatos saem bem mais em conta, comparando-se com os *shoppings*”¹⁰¹⁷. O depoimento da freguesa soteropolitana fortalece o entendimento de que a feira contemporânea se adequa ao mercado, na medida em que possui produtos semelhantes aos dos outros lugares de consumo, entretanto com qualidade e preço diferenciado, como relata a freguesa soteropolitana

Não precisa ficar andando de *shopping* em *shopping*, porque muita coisa que tem aqui ele não vai lhe oferecer. Não porque não queira, mas porque não tem mesmo [se refere aos produtos da religião afro, o candomblé]. Aqui tem disponibilidade de tudo. Aqui se acha de tudo, e mais barato e com melhor qualidade. Num canto só se encontra de tudo. Você pode escolher o que quer levar e no mercado você não tem opção. É aquilo ali e pronto. Já vem embalado no saco e pronto. Hoje, por exemplo, vim comprar carne, a peça do jeito que eu quero, sem gordura. E no mercado, quando tiramos a embalagem, só tem gordura¹⁰¹⁸.

Além do aspecto preço e/ou qualidade, os depoentes destacam, por meio de suas experiências no cotidiano das feiras, e que também é considerado como diferencial em relação aos demais equipamentos comerciais, a relação estabelecida entre os sujeitos (feirantes e fregueses).

Consideramos as feiras contemporâneas como resultantes de modelos passados. Elas carregam consigo legados que são mantidos com o objetivo que, ao mesmo tempo em que garantem a continuidade, entram em conflito com as mudanças da dinâmica do mercado. As relações dialógicas empreendidas entre os personagens instrumentalizam-se nas práticas, gestos, comportamentos de aproximação entre si, diante da confiança, afinidade e reciprocidade. Mas às adversidades do mundo contemporâneo, como a concorrência, acabam por estimular em alguns a desconfiança, gerando conflitos e tensões, sobretudo entre os feirantes.

Entretanto, contrariando as adversidades de inconfiabilidade inerente aos mercados na contemporaneidade, muitos dos fregueses ouvidos nesta pesquisa, declararam que os feirantes

¹⁰¹⁶ Kinjo, T. cit..., p.15.

¹⁰¹⁷ Souza, M. (2001, 24 de Junho). Fruta de boa qualidade a um preço mais barato. *A tarde*, Salvador, p. 4.

¹⁰¹⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem Lúcia, freguesa na feira de São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

transmitem segurança e confiabilidade. Tais características, segundo os depoentes, são peculiares dos comerciantes tradicionais e demonstram maneiras e artes vinculadas àquilo que comercializam. É o caso, por exemplo, dos feirantes que vendem ervas e plantas medicinais. Estes demonstram afinidade e conhecimento com os respectivos produtos, gerando confiança aos que desejam adquiri-los. A relação extrapola o objetivo da venda quando percebemos preocupação dos feirantes em ensinar como deve-se utilizar e manipular o produto adquirido na confeção de um tipo de chá, por exemplo. A arte de fazer e de saber fazer se torna inerente a experiência do sujeito. Conforme Certeau:

Uma arte é um sistema de maneiras de fazer que são ajustadas a fins especiais e que são o produto ou de uma experiência tradicional comunicada pela educação, ou da experiência pessoal do indivíduo¹⁰¹⁹.

A confiabilidade empreendida na figura do feirante pode ser demonstrada nos seguintes depoimentos: “Gosto porque o matuto [refere-se ao feirante] é mais honesto que o povo do mercado [refere-se aos supermercados] ”¹⁰²⁰; “Não engano meus clientes. Digo quando a mercadoria está boa”¹⁰²¹; “Trabalho atendendo bem. Para que venha outra vez e traga mais freguês. Não falo mau de freguês nenhum”¹⁰²².

Contudo, a interatividade dialógica entre feirantes e fregueses, promotora de relações face a face, consiste num forte atrativo na preferência das feiras como local de consumo, gerando, inclusive, relações de amizade¹⁰²³ entre os personagens. Garantem os feirantes: “Aqui a psicologia rola para darmos conselho entre nós e os fregueses”¹⁰²⁴; “Gosto de conversar com as pessoas, principalmente os da Zona Rural, que são mais carinhosos. Faço laços de amizade sim”¹⁰²⁵.

E por último, ainda sobre a comparação entre as mercadorias vendidas nas feiras e os supermercados, gostaríamos de apontar um fato interessante em relação ao setor atacadista das feiras. A feira de São Joaquim atende ao comércio varejista e alguns feirantes que vendem a atacado. Como pode ser verificado nos seguintes depoimentos:

¹⁰¹⁹ Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano I: arte de fazer*. 4 Ed.: Vozes, Petrópolis-RJ, p. 139.

¹⁰²⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Antônio Inácio, freguês em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰²¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Olival Ferreira, feirante em São Joaquim e vice presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador, em 10 de Junho de 2009.

¹⁰²² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Augusto, brasileiro, feirante na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰²³ Demonstraremos dados a este respeito no capítulo 9 desta tese As Feiras como Patrimônio Imaterial e Cultural das cidades.

¹⁰²⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sra. Viviane, brasileira, feirante na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁰²⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marilene, feirante da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Aqui o povo compra também para revenda, para os seus mercadinhos de bairro”¹⁰²⁶; “Vendo em grosso mamão. Trinta mil quilos por semana, para lanchonetes e outras feiras nos bairros. São cerca de três caminhões por semana que distribuo para as feiras do Jardim Cruzeiro, da Boa Viagem, do pau-miúdo do Bonfim. Tudo pega mercadoria aqui na minha mão, hotel pequeno e grande”¹⁰²⁷; “Vendo para restaurante, hotel, pizzaria. Os comerciantes fazem o pedido e nós manda a mercadoria. O maior concorrente da feira é o mercado [se refere aos supermercados e hipermercados]. O mercadinho ajuda, compra na minha mão. Os grandes não! A Cesta do Povo [supermercado localizado no entorno da feira] hoje tá vazia, não vende fiado e os preço são mais caro”¹⁰²⁸.

Nesses casos, percebermos a seguinte convergência: por um lado estes feirantes vendem suas mercadorias com todas as características peculiares a mesma – diversidade, qualidade, e preço – para mercados de menor porte que os supermercados e hipermercados; por outro lado os fregueses, ao adquirirem estes produtos nos mercados e nas feiras de bairros, estão consumindo os mesmos produtos comercializados na feira de São Joaquim, uma vez que as origens são as mesmas. Assim sendo, os fregueses acabam por consumir de igual maneira tais gêneros, se deslocando ou não para a feira soteropolitana.

Artigos especiais comercializados nas feiras brasileiras e Serviços

Como vimos nas feiras minhotas, alguns artigos também são considerados especiais nas feiras nordestinas, os diferenciando dos demais¹⁰²⁹, por apresentarem as mesmas características desde suas origens e permanecem na atualidade, apesar das adversidades da concorrência contemporânea.

As atividades comerciais que resistem são múltiplas. Entretanto, destacamos para o presente estudo aqueles que consideramos mais significativos e, portanto, relevantes no cenário das feiras. Referimo-nos aos seguintes produtos: Literatura Popular (nominado de Folheto de Cordel), artigos religiosos e os setores de serviços, não só representados pelos sapateiros, costureiras, cabeleireiros, alfaiates, manicuras e pédicures, mas também os serviços de alimentação pronta, diante das lanchonetes e restaurantes-barracas que estão espalhados pelas feiras nordestinas. E ainda as rádios

¹⁰²⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Antônio dos Santos, brasileiro, feirante na feira de São Joaquim, Salvador, em 27 de Maio de 2009.

¹⁰²⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Danilo, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

¹⁰²⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Olival Ferreira, feirante em São Joaquim e vice presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador, em 10 de Junho de 2009.

¹⁰²⁹ Referimo-nos não as feiras brasileiras, mas sim as feiras portuguesas.

difusoras que tanto prestam serviço aos feirantes, ao fazerem publicidade dos seus artigos, como também aos fregueses, com os serviços de utilidade pública (por exemplo: achados e perdidos).

Cordel nas feiras- Antes veículo de comunicação popular, hoje souvenirs mercantis

Embora a Literatura de Cordel tenha tido sua origem na Europa medieval, (presentes nas aldeias em França, Espanha, Holanda, Inglaterra e Portugal), foi nas feiras nordestinas brasileiras que encontramos o comércio deste tipo de literatura popular, importada do país luso em épocas de colonização. Ou seja, nas feiras contemporâneas de Campina Grande, Caruaru e São Joaquim, estes produtos ainda¹⁰³⁰ são comercializados. Como já foi amplamente divulgado¹⁰³¹, a História da Literatura de Cordel retratava conteúdos diversos. Em Portugal fora tema até de peças do Gil Vicente. No Brasil, cenas quotidianas, descrevendo episódios vinculados há temáticas locais e nacionais: históricas, políticas, lendárias e religiosas. Nomeados de Cordel por causa da maneira como eram expostos os folhetos, já que após confeção eram pendurados em cordas ou cordões para secagem, posteriormente passam a ser desta mesma maneira expostos nas bancas das feiras e mercados nordestinos¹⁰³².

No Brasil, atualmente os cordéis, para além de representarem uma cultura literária de épocas passadas (utilizadas até o século XIX), materializadas em souvenirs mercantis, também tem tido amplamente discutida a possibilidade de utilizá-las como ferramenta pedagógica¹⁰³³. Auxiliando os professores em sala-de-aula, os cordéis, sejam no Nordeste brasileiro ou em qualquer outra região, fazem parte de instrumentos didático-pedagógicos¹⁰³⁴.

¹⁰³⁰ No passado este tipo de Literatura servia de registro de comunicação entre as pessoas. Os poetas escreviam suas obras poéticas (cordéis) e eles próprios vendiam nas feiras nordestinas. Ver: Vila Nova, S. (1976) *Literatura de cordel*. IJNPS. Instituto de Pesquisas Sociais. (Folclore 19). Recife. Atualmente esta prática tem sido em grande medida diminuída, uma vez que os cordelistas produzem o material e outros feirantes as comercializam. Entretanto, é demasiado pequeno o número de feirantes que possuem este artigo em suas bancas.

¹⁰³¹ A exemplo das obras de literatura de cordel Portuguesa em Nogueira, C. (2003). *História, teoria e interpretação. Apenas Livros*, col. À mão de Respigar Lisboa. Ou mesmo brasileira por Mendes, S. (Org.). (2010). *Cordel nas Gerais: oralidade, mídia e produção de sentido*. Expressão Gráfica, Fortaleza.

¹⁰³² Sobre a relação estabelecida entre os cordéis em Portugal e no Brasil, ver: Santos, I. M. F. dos. (2006). *Memória das vozes: cantoria, romanceiro e cordel*. Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia Salvador. E sobre a relação entre cordel e feira, ver: Ribeiro, J. A. (2010). A importância do folheto de feira no contexto simbólico da cultura popular. Em: *Manoel Monteiro: Visibilidade de uma poética*. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. UEPB, Campina Grande, pp.17-43.

¹⁰³³ Ver por exemplo: Silva, A. B. da. (2007). O trabalho com cordéis em sala de aula: pendurando preconceitos e colhendo frutos. Em: *Congresso de Leitura do Brasil*. Anais do 16º COLE, Campinas.

¹⁰³⁴ Mostras e concursos são realizados atualmente nas regiões do Brasil que tem estimulado a produção de cordéis. Salvaguardando portanto, esta prática literária popular. A exemplo do 2º Concurso de Literatura de Cordel: " A Feira de Caruaru, patrimônio de todos nós". Acedido em 14 de abril de 2011 em: «<http://jornaldecuaru.wordpress.com/2010/05/04/2%C2%BA-concurso-de-literatura-de-cordel-%E2%80%9Ca-feira-de-caruaru-patrimonio-de-todos-nos%E2%80%9D/>».

Já em relação à comercialização, percebemos que atualmente as feiras – que antes detinham a exclusividade dos cordéis para vendagem – vêm perdendo espaço para as livrarias, lojas de souvenirs e feiras culturais.

Embora esta constatação tenha sido evidenciada no decorrer da realização desta pesquisa, quando indagávamos aos feirantes e fregueses sobre a presença de cordéis nas feiras, é conveniente destacar que este tipo de produto – que embora em menor proporção, se comparada as feiras passadas – ainda se fazer presente no comércio tradicional. Objetivamos com este registro a afirmação para a prosperidade de que, ainda no século XXI, ano de 2007, este tipo de mercadoria é vendida nas feiras nordestinas, o que traduz a continuidade e resistência dos poetas populares em épocas em que os recursos tecnológicos¹⁰³⁵ globais são amplamente utilizados e divulgados.

Nomeadamente sobre as feiras investigadas neste estudo viu-se produções de cordéis que descrevem-nas tanto na iconografia, a partir das imagens presentes nas Xilogravuras¹⁰³⁶, como também as suas características. Os conteúdos dos cordéis apresentam temáticas comuns em relação à variedade das mercadorias encontradas nas feiras, as performances dos vendedores, a relação estabelecida entre o mercado tradicional e os novos lugares de consumo, as formas de pagamento e os eventos e episódios vivenciados pelos personagens nos seus dia-a-dia.

Sobre a Feira de Campina Grande destacamos duas produções de cordéis. A primeira de autoria do poeta popular Manoel Monteiro,

Na nossa feira central
tem de tudo que se queira,
se você quiser comprar
coisa importante, ou besteira,
não procure em outro canto,
se não encontrar na feira.
Lá tem pegador de brasa,
arreio, ferragem, sela,
pote panela de barro,
penico, alguidar, tigela,
chapéu de couro e de palha,
pilão esteira, gamela (...)¹⁰³⁷

¹⁰³⁵ Referimo-nos não só os tradicionais livros, e jornais, mas sobretudo as bibliotecas virtuais mantidas pela internet com todos os sítios de informações. Além dos recursos tecnológicos para arquivo digital das obras como de ipad, MP3, pen-drives.

¹⁰³⁶ Assim como o cordel, as xilogravuras também se faziam presentes na cultura medieval portuguesa. No Brasil representam o imaginário popular dos conteúdos presentes nos cordéis.

¹⁰³⁷ Cordel: Campina dos meus amores de Manoel Monteiro.

E a segunda é de uma produção realizada pelos alunos de um educandário campinense, o CERC. Um trecho do cordel a seguir:

(...) na feira o negócio é feito
sem o uso do cartão,
por isso o preço é barato
e bom para o cidadão
que lá não ficava devendo
sem juro nem prestação.
Lembre que a feira só tem
mercadoria de primeira
sem agrotóxico que mata,
sem veneno , ou porqueira,
Produto novo e sadio
só tem comprado na feira (...) ¹⁰³⁸

Sobre a Feira de São Joaquim vimos o cordel que descreve a feira soteropolitana, relacionando-a a Patrimônio Cultural da Bahia:

Hoje nós vamos falar
De uma Feira com Galhardia,
Temos melhor atendimento
Com presteza e alegria,
Gente fina, super legal
Patrimônio Cultural do Estado da Bahia (...)
Uma banca muito amiga
Só cordialidade revela,
Tem Xangô, água de flor
A iguaria é nobre e singela (...) ¹⁰³⁹

Já na feira de Caruaru, para além da venda de cordéis, também encontramos uma literatura popular que descreve-a,

Nossa Feira da Sulanca
Um motivo de alegria
Gerando cem mil empregos
Diretos durante o dia
E muitos milhões de reais
Que por semana ela trás
Para nossa economia (...)
Com a Feira da Sulanca
O Brasil todo se veste
A população e atrai
A cidade nela se investe (...) ¹⁰⁴⁰

¹⁰³⁸ Cordel: A Feira como ela é. Alunos da 1ª série/manhã do CERC- Complexo Educacional Regina Coeli. Professora: Roseane Guimarães, orientador: Manoel Monteiro.

¹⁰³⁹ Cordel A Feira de São Joaquim Patrimônio Cultural da Bahia, de Luiz de Maré.

¹⁰⁴⁰ Cordel: A Feira da Sulanca, de Rogério Menezes.

Por fim, ainda sobre os cordéis, convém fazer um breve esclarecimento sobre as feiras minhotas: embora não tenhamos encontrado nenhum registro da comercialização de cordéis neste mercado tradicional, e nem tão pouco a descrição das feiras investigadas em formato de cordel, encontramos duas literaturas populares que versam sobre as feiras portuguesas na contemporaneidade. Uma sobre a feira da Ladra, em Lisboa, e a outra sobre a feira realizada no município de Santa Maria da Feira. Seguem alguns trechos das duas referências:

A Feira da Ladra
 Rica em tradições
 Já nos tempos das quadras
 Passaram reis, príncipes e barões (...)
 Brandalhões, piratas, aldabrões,
 Assassinos, malvados e ladrões
 Esta feira que no mundo é falada,
 O que foi e é tão mal falada,
 Com tantos pergaminhos e padrões¹⁰⁴¹.
 E a outra referência:
 Na feira, feira se faz,
 Em 20, todos os meses,
 A feira só satisfaz,
 Se nela mostrares interesse (...)
 As flores estão presentes
 Em vasos e em buquês
 Vendem-se também guarda-chuvas
 Há casacos e bonés¹⁰⁴²

Na sequência apresentamos figuras com imagens dos folhetos de cordéis que são comercializados nas feiras nordestinas brasileiras. Na primeira vê-se os cordéis espalhados numa banca na feira de São Joaquim. Na segunda imagem, vê-se os repentistas populares se apresentando para o freguês. E na terceira vê-se uma barraca na feira de Campina Grande, com os cordéis pendurados na corda, como era na sua origem.

¹⁰⁴¹ Manuscrito dote da Sra. Dra. Maria Machado de Almeida para casar com o Sr. João de Sousa A. L. Coforado.

¹⁰⁴² Ramalho, A. M. (2002). Feiras, festas e romarias. Em: *Os idosos revisitam a infância*. Câmara Municipal, Santa Maria da Feira, p. 30.

Figura 45 - Folhetos de cordéis



Fonte: Primeira imagem. Acedido em 10 de abril de 2011, em: http://www.google.pt/images?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT_PT412&q=feira+de+s%C3%A3o+joaquim&um=1&ie=UTF-8&source=univ&sa=X&ei=6XaWTbmuPMbJhAfr15HICA&ved=OCDIQsAQ&biw=1345&bih=369; segunda imagem "O meu melhor canto", acedido em 15 de abril de 2011, em: <http://www.olimpiooliveira.com/blog/?p=50>, e terceira imagem de Aurelian Fabian, na feira de Caruaru.

Sincretismo brasileiro: um misto de religiosidade nos artigos comercializados

Em meio a toda a diversidade inerente dos artigos comercializados nas feiras nordestinas brasileiras, gostaríamos de destacar, também, os artigos religiosos que representam o misticismo da fé dos brasileiros. Com identidades múltiplas e crenças variadas, o povo brasileiro se abastece nestas feiras, tanto para satisfazer-se dos anseios biológicos, fisiológicos do corpo, como também o espiritual.

Sabemos que, do ponto de vista monástico, o Brasil é um país que sofreu muitas influências religiosas diversas. Dentro deste sincretismo religioso¹⁰⁴³, que envolve crenças cristãs ou não, as feiras são sítios que oferecem aos seguidores os produtos necessários para que os mesmos possam celebrar seus rituais.

¹⁰⁴³ Sobre conceito e histórico do sincretismo no Brasil ver: Ferreti, S. (1995) Parte I. Repensando o Sincretismo. Em: *Repensando o Sincretismo. Estudo sobre a casa de Minas*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, pp. 25-114. E ainda: Bastide, R. (1989). *As Religiões Africanas No Brasil. Contribuição A Uma Sociologia Das Interpenetrações De Civilizações*. 3ª Edição. Livraria Pioneira Editora. São Paulo.

Notamos que as três feiras investigadas na contemporaneidade apresentam pontos de venda em barracas, como na feira de Caruaru, ou mesmo pontos comerciais com lojas edificadas, como nas feiras de Campina Grande e de São Joaquim.

Embora verifiquemos a presença de setores exclusivos para os artigos religiosos em todas as feiras, a exemplo de Campina Grande, em barracas e lojas específicas, “existem casas vendendo [ervas] para “limpar a casa”, “chama dinheiro”, “mau-olhado”, “melhora tudo”¹⁰⁴⁴. O mesmo vimos em Caruaru – os agrupamentos dos produtos religiosos. Na feira baiana encontramos uma maior presença destes artigos, sejam: imagens dos santos católicos e entidades do Xangô/Candomblé, até as ervas para serem utilizadas nos chás e as folhas para os banhos (rituais de descarrego)¹⁰⁴⁵. Diferentemente das demais feiras nas quais os produtos não estão localizados apenas em um setor específico, nesta encontram-se distribuídos por toda a feira. A presença dos descendentes de africanos em Salvador esclarece esta dimensão. “São barraquinhas e lojas que oferecem itens, principalmente das religiões afro-brasileiras. Filtros, patuás, guias, imagens, tanto de santos [do Catolicismo] quanto de Orixá [do Candomblé] e muitos outros produtos que fazem do local um verdadeiro ‘shopping’ misto”¹⁰⁴⁶. O Correio da manhã noticiou que o comércio destas mercadorias atende a objetivos diversos:

(...) muitas barracas que vendem os produtos ligados a estas [se refere ao Xangô/Candomblé e a Macumba/Jurema¹⁰⁴⁷] seitas. Folhas para abrir caminhos, para afastar olho grosso, para conseguir namorado, “prender” homem ou mulher, conseguir emprego. Patuás e dezenas de imagens de Orixá e santos católicos fazem parte do patrimônio comercial dos experientes vendedores que descobrem o “problema” do cliente em um simples olhar¹⁰⁴⁸.

Na sequência uma imagem por satélite de um mapa de Salvador com destaque para os terreiros de candomblé distribuídos pela cidade, e uma grande concentração deles no entorno da feira de São Joaquim. Fato que esclarece o elevado centro de abastecimento deste mercado tradicional neste tipo de mercadoria. Referimo-nos aos artigos religiosos para o culto do Candomblé. Segue a ilustração, com destaque para os pontos em vermelho:

¹⁰⁴⁴ “Feira de Campina, um manancial de tradições”. (1989, Outubro). Em: *Campina Grande, 125 anos de História. Suplemento especial do Jornal do Povo atual*, Ano I- N° 01, Campina Grande-PB.

¹⁰⁴⁵ IPHAN (2006), cit..., p. 55.

¹⁰⁴⁶ Ramos, C. (2006, 10 de Junho). A fé também se alimenta nos boxes de São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p.3.

¹⁰⁴⁷ A Jurema trata-se do que há cerca de três décadas era conhecido como catimbó. Esta Tradição religiosa sincrética de origem múltipla, afro-ameríndia-católica, foi tema tratado pelos escritores brasileiros Mário de Andrade e Câmara Cascudo. Ver: Cascudo, L da C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª Ed.; Ediouro, Rio de Janeiro s/d, e do mesmo autor: (1974). *Religião no povo*. João Pessoa: Imprensa da Universidade Federal da Paraíba. E ainda: Assunção, L. (2006) *O reino dos mestres. A tradição da jurema na umbanda nordestina*. PALLAS Rio de Janeiro: 2006.

¹⁰⁴⁸ Silva, J. (2006, 08 de Fevereiro). Arquétipos da Bahia ancestral e atual- Feira de São Joaquim têm de tudo, de frutas e verduras, a objetos religiosos e artesanato. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 5.

Figura 46 – Levantamento dos terreiros do candomblé em Salvador (2006)



“Estações de ônibus em azul e terreiros de candomblé em vermelho”. Fonte: Dados da AGERBA- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia Transportes e Comunicações da Bahia.

Vale ressaltar que, diferentemente das demais mercadorias, os artigos religiosos não são encontrados com facilidade em outros lugares de consumo além dos mercados tradicionais. “A maioria dos meus produtos não vendem em supermercados e *shopping*, por isso esses não são ainda meus concorrentes. São mais os feirantes daqui mesmo [os concorrentes]”¹⁰⁴⁹. A tarde escreve que os artigos são diversos e representam,

(...) os signos da nossa cultura, tanto para um local quanto para um turista, do candomblé ao nordestino brabo, está tudo lá. Lista feita com os olhos: imagens da santo e Orixá, carne-de-charque, feijão-de-corda, farinha de mandioca, azeite de dendê, acerola, umbu, jambo, siriguela, verduras, sandálias havaianas “legítimas”, cachaças temperadas com cobras e lagartos, incenso, folhas para banho e chá, aves, coelho, bode, galinha d’Angola, artesanato, peixe, camarão-seco, cigarro do Paraguai, rede, esteira, roupa para *playboy* e surfista, chapéu de samba, praia ou pagode, panelas de barro e ferro, charutos e hortaliças¹⁰⁵⁰.

Neste sentido, este setor tem crescido significativamente. Pois, como já dissemos anteriormente, muitos feirantes encontra-o como estratégia para continuarem comercializando nas

¹⁰⁴⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Rosas, feirante em São Joaquim. Salvador, em 10 de Junho de 2009.

¹⁰⁵⁰ A Feira de todos os sentidos. (2003, 06 de Fevereiro). *A Tarde*, Salvador, p. 4.

feiras a troca de mercadorias. Neste sentido, alguns elegem os artigos religiosos como objeto de suas mudanças de ramo. É o caso do depoente soteropolitano: “Quando comecei era vendedor de água, hoje graças a Deus já tenho meu ponto comercial, não pago mais aluguel, trabalho para mim mesmo. [Atualmente vende artigos religiosos]”¹⁰⁵¹. O crescimento de alguns feirantes neste ramo tem sido notícias de jornal, como foi o caso do jovem Rodrigo Menezes, de 28 anos, proprietário do Palácio de Oxosse, “criado há dez anos e que evoluiu de uma barraquinha para um boxe amplo, de três compartimentos, e que virou referência na feira”¹⁰⁵². Na tabela a seguir o quantitativo elevado de boxes e bancas para os artigos utilizados não só no dia-a-dia como mantimento, mas também no Candomblé: animais vivos (26), artesanato (58) e artigos religiosos (33). A seguir, a tabela:

Tabela 60 – Demonstrativo dos lugares e mercadorias comercializadas na Feira de São Joaquim (levantamento realizado em 2007)

ATIVIDADES PREDOMINANTES	BOXES	BANCAS	TOTAL
Animais vivos	21	5	26
Artesanato	33	25	58
Artigos religiosos	31	02	33
Bebidas	33	1	34
Calçados	2	10	12
Carnes	40	10	50
Cerâmica	11	4	15
Cereais	124	17	141
Cigarro/fumo	3	27	30
Condimentos	22	29	51
Doces/bomboneiras	58	4	62
Ferramentas	1	3	4
Folhas/ervas	9	2	11
Frutas	160	112	272
Hortaliças	17	32	49
Materiais de limpeza	5	3	8
Mercearia em geral	21	4	25
Produtos baianos	66	32	98
Secos e molhados	16	22	38
Utensílios domésticos	13	12	25
Verduras	65	183	248
Vestuário	3	15	18
Visceras	9	38	47
Bar/Restaurante	183		183
Peixe	4		4
Mariscos	27		27
Outros	210	92	302

Fonte: IPAC, Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC). *Memorial descritivo projeto de requalificação Feira de São Joaquim*. Especialidade: Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 27 de Abril de 2009.

¹⁰⁵¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Sérgio Ávila, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

¹⁰⁵² “A fé, cit..., 10 de Junho de 2006, p. 3.

Na sequência apresentamos uma figura que aglutina algumas imagens que ilustram os artigos religiosos presente nas feiras. Destacamos as imagens cultuadas nas crenças afro-ameríndia-católicas, os colares e adornos de origem africana utilizados também em rituais do Candomblé, para enfeitar e presentear os Orixás. Trata-se de imagens coletadas nas três feiras brasileiras que compõem este estudo. Seguem as ilustrações:

Figura 47 – Sincretismo religioso, ilustração dos artigos



Fonte: Acedido em 12 de Abril de 2011. Em: http://fuleiragem.typepad.com/photos/feira_livre_de_campina_gr/index.html; http://www.google.pt/images?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT_PT412&q=feira+de+s%C3%A3o+joaquim&um=1&ie=UTF-8&source=univ&sa=X&ei=6XaWTbmuPMBJhAfr15HICA&ved=0CDIQsAQ&biw=1345&bih=369; http://docafundo.blogspot.com/2007_06_01_archive.html

Serviços diversos: profissionais, alimentares e marketing publicitário

Para além das mercadorias variadas, as feiras nordestinas também oferecem aos seus frequentadores diversos serviços. Serviços estes que fazem parte de seu cotidiano e cenário.

Em meio as barracas de frutas, verduras, roupas, artesanato, calçado, folhas, fumo, doces, queijos, carnes, aves, peixes, cereais, e outras mercadorias, encontramos nas feiras contemporâneas, como práticas de outrora, os serviços que envolvem profissionais dos mais variados ramos. A saber: alfaiates, costureiras, sapateiros, barbeiros, cabeleiros, manicure, pedicures e relojoeiros.

Não podemos considerar estes serviços como mercadorias. Entretanto, os profissionais materializam seus ofícios prestando assistência aos fregueses naquilo que lhes faz falta. Assim como os demais feirantes do comércio tradicional, seus fregueses não são apenas aqueles que vão as feiras adquirir seus mantimentos, mas também os seus colegas de trabalho. Muitos dos feirantes aproveitam a oportunidade no seu ambiente de trabalho (a feira), usufruindo da prestação de serviço destes profissionais, não havendo, portanto, necessidade de se deslocarem para outros sítios.

Já em relação ao serviço de alimentação, verificamos que semelhante acontece com os feirantes portugueses, alguns mantêm o hábito de trazerem de suas casas a alimentação pronta diariamente. Entretanto, a maior parte dos vendedores preferem se nutrir nas lanchonetes e restaurantes-barracas que as feiras dispõem. Atualmente os serviços de alimentação pronta, nas três feiras nordestinas investigadas, encontram-se localizados de maneira aglutinada, como uma espécie de “praça de alimentação”. Nas feiras de Caruaru e São Joaquim este sítio é melhor definido. Diferentemente de Campina Grande que, embora apresente este local comum à alimentação, “Alguns bares e pequenos restaurantes servem no interior do mercado àqueles frequentadores, na maior parte assíduos comensais”¹⁰⁵³. Em outras áreas da feira campinense também encontramos este tipo de serviço, porém não aglutinado.

Na feira de São Joaquim, por exemplo, este espaço alimentar é conhecido como Praça do Quiabo¹⁰⁵⁴. Neste, para além de se concentrar os serviços de alimentação pronta, também se constitui em um sítio de encontro, de sociabilidade¹⁰⁵⁵, onde realizam-se reuniões e festividades.

Música, aliás, também faz parte da ala boemia de São Joaquim. Ali na rua 07, [Praça do Quiabo], estão os bares onde a galera que varou a *ninght* torna a saideira e dança o arrocha. Aproveitam, também, para comer um rango ‘*roots total*’, já pela manhã: ensopado de boi, feijoada e afins. Esse é o menú do bar da Bid, um dos

¹⁰⁵³ Pereira Jr. F. (1997) Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino. Editora Universitária, João Pessoa, p. 14.

¹⁰⁵⁴ “Festa na Feira de São Joaquim”. (2009, 02 de Setembro). Acedido em 15 de abril de 2011, em: «http://sambrasilitapoanfm.blogspot.com/2009/09/festa-na-feira-de-sao-joaquim-parte-i_02.html». E ainda reunião “Trabalhadores da Feira de São Joaquim podem se cadastrar no Empreendedor Individual, SEBRAE, (2010, 31 de Maio). Acedido em 15 de abril de 2011, em: «<http://www.ba.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=114&cod=10102183&indice=90>».

¹⁰⁵⁵ Estes sítios que estimulam a socialização nas feiras serão tratados diante das experiências dos feirantes e fregueses que serão evidenciadas no capítulo 7- As Feiras como Patrimônio Imaterial e Cultural das cidades.

mais frequentados ali. Uma feijoada para duas pessoas, por exemplo, sai por R\$ 4¹⁰⁵⁶.

Na seqüência apresentamos uma figura formada por nove imagens que representam estes serviços que são prestados nas feiras. A saber: barbeiro, relojoeiro, cabeleireira, sapateiro, manicure, radialista, bar e restaurante-barraca respectivamente.

Figura 48 – Serviços diversos nas feiras nordestinas



Fonte: Acedido em 12 de Abril de 2011 Sapateiro: <http://www.flickr.com/photos/juliananakatani/4651525606/>
 Manicure: <http://www.flickr.com/photos/sararegis/4933207494/in/photostream>
 Restaurante: <http://www.feiradecaruaru.com/site/restaurantes.html#>
http://fuleiragem.typepad.com/photos/feira_livre_de_campina_gr/index.html; http://www.google.pt/images?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT_PT412&q=feira+de+s%C3%A3o+joaquim&um=1&ie=UTF-8&source=univ&sa=X&ei=6XaWTbmuPMBJhAfr15HICA&ved=0CDIQsAQ&biw=1345&bih=369;
http://docafundo.blogspot.com/2007_06_01_archive.html

¹⁰⁵⁶ Feira com status de patrimônio. Comerciantes de São Joaquim iniciam hoje discussão para transformar área em monumento cultural tombado pelo IPHAN. (2004, 07 de Junho). *A Tarde*, p. 3.

A maior parte dos profissionais que executam estes serviços nas feiras têm este ofício há muitos anos e a feira como local de trabalho. Entretanto, em função das adversidades da crise laboral e do crescente número de trabalhadores informais e desempregados, alguns dos profissionais que prestam serviço nas feiras são fruto deste momento histórico. Outros comercializavam determinada mercadoria e substituíram esta por não ter mais demanda no mercado, e atualmente prestam serviços. “Sou músico, toco bateria. Enjoei, e não tava dando futuro, então me entrosei aqui, aprendi a cortar cabelo e estou aqui até hoje [Há 30 anos] ” ¹⁰⁵⁷. Ainda sobre os serviços gostaríamos de destacar o marketing publicitário que encontramos nas feiras de São Joaquim e de Caruaru. Referimo-nos as rádios¹⁰⁵⁸ comunitárias e difusoras instaladas nestes sítios. A presença destas nas feiras por um lado divulgam a publicidade utilizada pelos feirantes por meio deste veículo de comunicação, e por outro revelam a prestação de serviço da rádio em si, como um outro tipo de serviço prestado à comunidade, sejam aos feirantes ou mesmo aos fregueses.

A feira de Caruaru dispõe, atualmente, de duas rádios difusoras, uma instalada no próprio Parque 18 de maio, e a outra localizada em um centro comercial que fica no entorno do parque. Ambas atendem aos feirantes, publicitando as mercadorias comercializadas por eles. Além disto, detêm outros serviços: entretêm os ouvintes com variada programação musical; divulgam as notícias locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais; prestam outros serviços à comunidade (como, por exemplo, serviços de utilidade pública, ao divulgarem objetos achados e perdidos) e marcam encontro de pessoas que se desencontram na grande feira.

Na feira de São Joaquim, a exemplo dos serviços prestados pelas difusoras na feira pernambucana, têm-se a Rádio Pinguim publicidade. Difusora que faz parte da origem desta feira, uma vez que foi fundada em 1954, sendo, portanto, assim como muitos feirantes, remanescente de Água de Meninos. A Rádio Pinguim tem uma programação diária que agrada não só o público consumidor da feira, mas também os feirantes. Uma vez que diverte-os no dia-a-dia do trabalho.

Entre carros, os gritos de “marketing popular” dos vendedores, crianças, e cores por todos os lados, o som ambiente é o que vem da rádio comunitária Pinguim Publicidade, localizada no coração da feira. De Sérgio Ávila faz a seleção musical, (...) ‘pagode, seresta, forró são a grande pedida. Ninguém reclama’, diz. São 16 alto-falantes espalhados. A Rádio sobrevive de anúncios dos feirantes: R\$100 por mês, 16 inserções diárias¹⁰⁵⁹.

¹⁰⁵⁷ Entrevista concedida pelo feirante Edmundo Cunha, ao documentário Silva, J. A. M. Da. (2006). *São Joaquim, A feira-X*. Filmes da Bahia, HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

¹⁰⁵⁸ As características históricas destas rádios serão referidas posteriormente quando tratarmos do aspecto cultural da feira como patrimônio. Por esta razão não iremos detalhar neste texto.

¹⁰⁵⁹ “Feira como status de..., cit, p. 3.

Todas estas rádios difusoras citadas, embora sejam antigas nas suas origens, aparentemente se apresentam de maneira resinificada, diante tanto da polifonia escolhida, com músicas de sucesso da época atual, como também com equipamentos modernos. Demonstrando portanto, adequação à dinâmica do mercado ao se atualizarem.

Além das rádios difusoras, convém ressaltar que muitos feirantes difundem suas mercadorias e serviços também na internet, em sites próprios¹⁰⁶⁰ ou de publicidade¹⁰⁶¹. Consideramos que, ao terem iniciativas desta magnitude, estes vendedores acabam por se adequar as dinâmicas do mercado consumidor também desta natureza. Ou seja, para além de divulgarem seus produtos na rádio, no “boca-a-boca”, ou mesmo distribuindo panfletos, estes feirantes se apropriam de uma nova forma de publicidade contemporânea: o uso da internet. Isso os faz se manterem como opção de lugares de consumo, assim como os demais concorrentes. Em seguida dois depoimentos de feirantes de artigos religiosos: “ O *site* ajuda muito”¹⁰⁶² e “O nosso *site* já está em construção. É meu objetivo oferecer mais esse serviço”¹⁰⁶³. A divulgação, para os feirantes, é uma estratégia de resistência e de adaptação frente ao global.

Concluimos esta primeira parte deste capítulo onde vimos as estratégias utilizadas pelos feirantes lusitanos e brasileiros, no que concerne as substituições de determinadas mercadorias por outras. Como também destacou o fiscal municipal em Ponte de Lima:

Hoje há a presença dos artigos chineses, vendido pelos ciganos, produtos modernos. Há 30 anos atrás vendia-se mais ouro, o ferreiro também vendia o que ele mesmo confeccionava. A feira de gado era muito maior... Tem feira de animais domésticos ainda, mas é muito menor. A ASAE acabou com tudo. Ainda hoje vê-se o escoamento de produtos da região, mas tudo em menor quantidade: feijão, milho e animais domésticos. A feira de hoje é mais industrial que rural ¹⁰⁶⁴.

Fato que nos chamou atenção porque ao mesmo tempo que sugere a adequação destes vendedores ao mercado consumidor, permite que os mesmos acabem por continuar sendo opção de lugar de consumo, concorrendo com os demais equipamentos comerciais espalhados de um lado e do outro do Atlântico.

¹⁰⁶⁰ Exemplos de pontos comerciais de artigos religiosos. Acedido em 15 de abril de 2011, em: «<http://www.palaciodeoxosserodrigo.hpg.ig.com.br/produtos.html>» e «<http://eguias.net/empresas/BA/salvador/332305-casa-abre-caminho-da-sorte.html>».

¹⁰⁶¹ Artigos variados. Acedido em 16 de abril de 2011 em:<http://www.feiradecaruaru.com/site/index.html>».

¹⁰⁶² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

¹⁰⁶³ “A fé se alimenta nos boxes...”, p. 3.

¹⁰⁶⁴ Entrevista concedida à autora pelo fiscal municipal há mais de 30 anos, Sr. António Martins, em 10 de Dezembro de 2007, na Câmara municipal de Ponte de Lima.

Interessante perceber que algumas mercadorias deixam de ser comercializadas em função das novas demandas do mercado, caracterizando as estratégias de mudanças. A exemplo dos vendedores de água, haja vista que tanto nos comércios tradicionais, seja no Brasil ou em Portugal, este tipo de mercadoria era comercializada, como lembrou Ferreira em seu estudo:

(...) Uma coisa que eu me lembro com bastante ternura e um certo saudosismo, apesar de saber que é uma questão de tecnologia, portanto jamais voltará aqueles meninos d' água. Os vendedores de água eu me recordo muito bem quando eles com sua moringas nas cabeças saiam cantando: - olha a água fria, quem vai querer?¹⁰⁶⁵

A figura a seguir mostra duas imagens dos aguadeiros (vendedores de água) nas feiras portuguesas de Estremoz e de Barcelos respetivamente:

Figura 49 – Imagem dos aguadeiros nas feiras portuguesas



Fonte: Ribeiro, M. (1964). *Notas e comentários sobre feiras e mercados*. Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia da Sociedade, Geografia de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Lisboa, p. 13.

Já outras mercadorias são mantidas, consideradas neste estudo como artigos especiais, a exemplo do galo de Barcelos nas feiras do noroeste em Portugal e dos artigos religiosos nas feiras nordestinas brasileiras, caracterizando também estratégias de continuidade.

7.4 – Novas formas de pagamento

Nas feiras, desde sua origem, o pagamento por produtos e serviços é feito por meio do pronto pagamento. Entretanto, a liquidação em numerário, em muitos casos, podia ser feita não só a vista, no momento da compra, mas também posteriormente, o que convencionou-se chamar de fiado.

¹⁰⁶⁵ Ferreira, J. R. (2002) *A Feira de Itabaiana (1987-2002): como lugar e memória e metamorfoses identitárias*. Monografia de Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, p.38.

Na altura, tanto nas feiras do Brasil ou em Portugal, os vendedores anotavam os valores a receber numa caderneta e na feira seguinte, ou no dia combinado com o cliente, cobravam aos fregueses pela compra já feita anteriormente. Não existia regra, tudo dependia do acerto comercial entre os envolvidos.

Entretanto, nas feiras contemporâneas analisadas no período atual (1986-2007), assim como vimos no caso das trocas das mercadorias, verificamos uma tendência de novas formas de pagamento se adequando dinâmicas do mercado. Os outros lugares de consumo que concorrem com as feiras alteraram suas formas de pagamento, uma vez que inseriram como opção de quitação, para além do numerário e dos cheques convencionais, também: tickets alimentação, créditos acumulados (bónus) em cartão cliente/fidelidade, os cartões de débito, de crédito.

Neste sentido, buscamos analisar o posicionamento dos feirantes nesta nova dinâmica de formas de pagamento vivificada diante do mercado consumidor global. De que maneira os feirantes se adequam a esta nova realidade? Quais são as estratégias que utilizam no que se refere as formas de pagamento nas feiras? Continuam a vender somente a vista e fiado, ou já passam a aderir ao uso dos cartões de débito e de crédito? E em relação ao ato de marralhar, continuam a ter esta prática de negociação com os fregueses? A permanência deste tipo de comportamento não trata-se também de uma estratégia de permanência e de continuidade destas feiras? Qual a preferência dos fregueses, o que mencionam a respeito? São estas as questões que trataremos no presente texto. Antes, porém, convém fazermos uma breve exposição sobre a evolução do uso dos cartões de débito e de crédito em Portugal e no Brasil, com o propósito de entenderemos melhor os depoimentos dos feirantes quando mencionam esta nova maneira dos consumidores pagarem suas contas.

Origem e evolução do cartão de crédito: nova tendência do mercado global

A opção de compra por meio do cartão de crédito não é algo nova na História dos consumidores. O primeiro cartão de crédito surgiu na década de 1920 nos Estados Unidos, “quando empresas privadas (sobretudo redes de hotéis e empresas petroleiras) começaram a emitir cartões para permitir a seus clientes comprarem a crédito nos próprios estabelecimentos”¹⁰⁶⁶. Aceito em outros lugares para além de um estabelecimento, foi nos anos cinquenta que se tem o primeiro registro. A história financeira mostra que,

¹⁰⁶⁶ Cartões de crédito no mundo. Acedido em 18 de abril de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cart%C3%A3o_de_cr%C3%A9dito.

Em 1950, um grupo de executivos financeiros de Nova York saiu para jantar e esqueceu de levar dinheiro e talão de cheque. Frank MacNamara e seus convidados entraram num restaurante. Entre uma conversa e outra, terminaram o jantar e a conta foi apresentada. Só então o grupo percebeu que estava sem dinheiro ou talão de cheques. Depois de alguma discussão dono do restaurante concordou em deixar MacNamara pagar a conta outro dia, mediante a assinatura na nota de despesas. A partir desse episódio, MacNamara concebeu a ideia do cartão de crédito. Em 28 de fevereiro de 1950, o primeiro cartão multiuso foi emitido, o Diners Club Card, aceito em lugar de dinheiro ou cheque em 27 restaurantes. Duzentas pessoas, a maioria amigos de MacNamara, tiveram um naquele primeiro ano¹⁰⁶⁷.

Entretanto, foi a partir dos anos 1990 que este mercado passou a ter maiores ganhos, uma vez que se universaliza esta forma de pagamento diante da abertura dos mercados e expansão capitalista. No Brasil, por exemplo, “O dia 2 de maio de 1991 ficará marcado: o governo autoriza e os brasileiros passaram a usar cartões de crédito também no exterior. A Credicard é a primeira emissora a lançar cartões com validade internacional”¹⁰⁶⁸.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as compras com cartão de crédito saltaram de US\$ 750 bilhões para US\$ 1,5 trilhão entre 1997 e 2004. Na Austrália, as transações com cartões de crédito aumentaram oito vezes entre 1995 e 2005, atingindo 80 bilhões de dólares naquele ano. E, no Reino Unido, o crescimento no valor das transações foi de quase 50% entre 1999 e 2003¹⁰⁶⁹.

O mercado de cartões atende à política financeira contemporânea global. O sistema financeiro para a utilização dos cartões apresenta características comuns nos países aderentes. Para seu funcionamento – política financeira global – vê-se a articulação de dois sistemas: as associações e marcas proprietárias; e a concentração das bandeiras.

As associações funcionam como uma espécie de condomínio, em que, sob uma bandeira, diferentes bancos realizam as diversas atividades inerentes da indústria, como a emissão de cartões e o credenciamento de lojistas. As associações mais conhecidas são Visa e Mastercard. Já as chamadas marcas proprietárias, como a American Express e Hipercard [no caso do Brasil], são empresas que realizam todas as atividades da indústria, da emissão ao credenciamento, sem participação direta de bancos ou outras empresas no processo. Quanto à concentração de bandeiras, a estrutura de mercado no Brasil replica aquela observada em outros países. De acordo com Hayashi e Werner (2005), a participação das três maiores [se refere à Visa, Mastercard e American Express] bandeiras na emissão de cartões de crédito e

¹⁰⁶⁷ Origem do cartão de crédito. Acedido em 18 de abril de 2011, em: http://www.endividado.com.br/faq_det.php?id=22»

¹⁰⁶⁸ Chegada e expansão no Brasil. ABSC- Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito. E Serviços. Acedido em 17 de abril de 2011, em: «http://www.abecs.org.br/novo_site/expansao.html» .

¹⁰⁶⁹ Freitas, P. S. de. (2007, dezembro). Mercado de Cartões de Crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação. Em: *Consultoria Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos*. Textos para discussão. N° 37. Brasília, p. 4. Acedido em 18 de abril de 2011, em: «http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/textoParaDiscussao37paulospringer.pdf»

no volume de transações era superior a 90% nos Estados Unidos, Inglaterra e Holanda, e acima de 80% na Austrália¹⁰⁷⁰.

Para além da articulação no funcionamento da política financeira do mercado global dos cartões. Gostaríamos de destacar os participantes que estão envolvidos nos ganhos e proveitos adquiridos com a expansão do uso dos cartões. Referimo-nos aos participantes diretos da indústria. A teia de cooperadores, formada geralmente pelos bancos que exercem o papel de emissores dos cartões e credenciadores dos lojistas¹⁰⁷¹, as bandeiras (franqueadoras da marca do cartão) e os usuários finais representados pelos consumidores e lojistas. Todos articulados, garantem seus lucros de capital, empreendido a partir da adesão de um maior quantitativo de usuários ao sistema¹⁰⁷².

Embora a lucratividade no mercado seja muito grande com o sistema dos cartões, no Brasil e em Portugal este processamento acontece de maneira diferente. No caso do Brasil, por exemplo, há indícios de ineficiência quanto à escala de provimento de serviços no processo de captura de dados na indústria de cartões. Esta ineficiência decorre de dois grandes motivos: primeiro porque, apesar do crescimento incontestável em torno da indústria de cartões, não existe ainda no país, um órgão regulador que gerencie e fiscalize as ações empreendidas por esta indústria; segundo é a ausência de interoperabilidade dos terminais de pós-pagamento, ou seja, se faz necessário o uso de terminais independentes para cada bandeira. Esta interoperabilidade, por um lado, traz elevados custos para o lojista na medida em que o mesmo, para ter uma ou mais bandeiras em seu estabelecimento, tem que alugar dois ou três equipamentos. Por outro lado, o lojista¹⁰⁷³, diante dos elevados custos, acaba por ter de optar por apenas uma bandeira. Fato que acarreta uma diminuição no número de bandeiras no mercado.

¹⁰⁷⁰ IBIDEM, p. 5, APUD Hayashi, F. e Stuart E. (2005, 5 de março) ...: "Competition and Credit and Debit Card Interchange Fees: A Cross-Country Analysis". Em: *Federal Reserve Bank of Kansas City, Working Paper*. Sobre movimentação financeira com a temática cartões de crédito, o autor cita ainda: Chakravoti, S.(2003, junho) "Theory of Credit Cards Networks: A Survey of the Literature". Em: *Review of Network Economics*. Vol. 2, no. 2. Evans, D. S. e Schmalensee, R. (2005). "The Economics of Interchange Fees and Their Regulation: An Overview". Em: *MIT Sloan Working Paper no. 4548-05*. e Rochet, J. -C. e Tirole J. (2000) "Cooperation among Competitors: The Economics of Payment Card Associations". Em: *Working Paper, IDEI e Gremaq, Toulouse, França*.

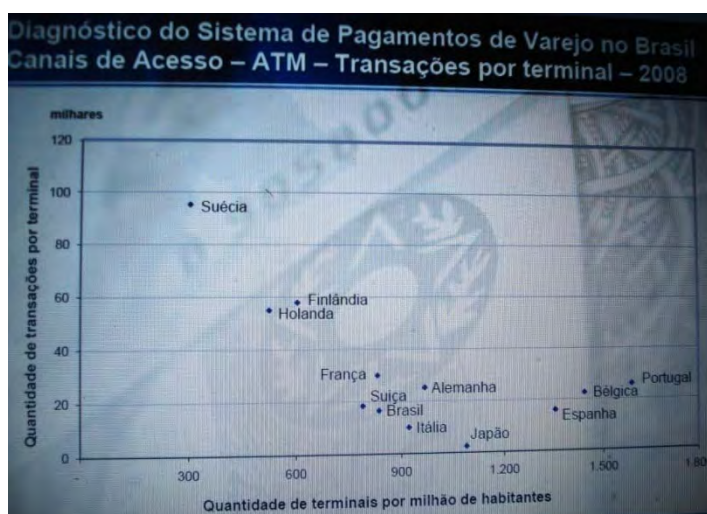
¹⁰⁷¹ Geralmente quem exerce o papel de emissor são os bancos. Estes analisam a proposta de adesão, determinam o limite de crédito e as taxas cobradas do consumidor final, faz o lançamento e o envio da fatura. Entretanto há alguns casos que as agências financeiras desempenham esta função. Ver IDEM IBIDEM, p.8.

¹⁰⁷² Sobre a função e desempenho de cada participante mencionado, ver IDEM, IBIDEM, pp. 8-10.

¹⁰⁷³ Se para o lojista estes custos são elevados, para os feirantes se tornam ainda maiores. Pois para aderirem a opção de utilizar cartões de créditos, além de terem de arcar com os custos previstos, se faz necessária ainda uma infraestrutura tecnológica mínima em seus estabelecimentos (barracas). Com linha telefônica e em alguns casos computadores.

No caso de Portugal¹⁰⁷⁴ verificamos que estes dois problemas são inexistentes, uma vez que a operacionalidade do uso dos cartões se dá por meio de uma só empresa, que acumula dois papéis: de credenciador e processador para todas as bandeiras. Referimo-nos ao Multibanco. Entretanto, convém lembrar o facto de que a transação mais utilizada pelo sistema de cartão bancário é o levantamento de numerário (saque). O cartão, portanto, é mais utilizado como débito e não a habilitação de crédito, como corresponde a maior utilização no Brasil¹⁰⁷⁵. Esta diferenciação ocorre sobretudo por uma questão cultural/econômica. Enquanto no Brasil as pessoas fazem o uso do cartão de crédito, em Portugal é demasiado o uso cartão de débito¹⁰⁷⁶. Na sequência uma ilustração demonstrando o que estamos a nos referir. Consiste em um diagnóstico do uso de transações (pagamentos) de pessoas, por terminal, no Brasil e em Portugal. Estes pagamentos referem-se ao uso do cartão de débito. Observemos que o Brasil aparece com menos de 20 milhares de transações por terminal, para aproximadamente 900 milhões de pessoas, enquanto Portugal aparece na margem superior a este valor e com cerca de 1.800 milhões de habitantes. Na sequência, o gráfico:

Gráfico 72 – Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo no Brasil. Canais de Acesso – ATM – Transações por terminal



Fonte: QUEIROZ, Mardilson Fernandes. *5º Congresso Brasileiro de Meios eletrônicos de Pagamento 2008*, p.15. Acedido em 18 de abril de 2011, em: l «http://www.abecs.org.br/novo_site/CMEP/Mardilson_Queiroz.pdf».

¹⁰⁷⁴ Assim como Suíça, Bélgica, Reino Unido, Finlândia, França, Espanha, Itália, Holanda, Estados Unidos e Alemanha. IBIDEM; p. 36.

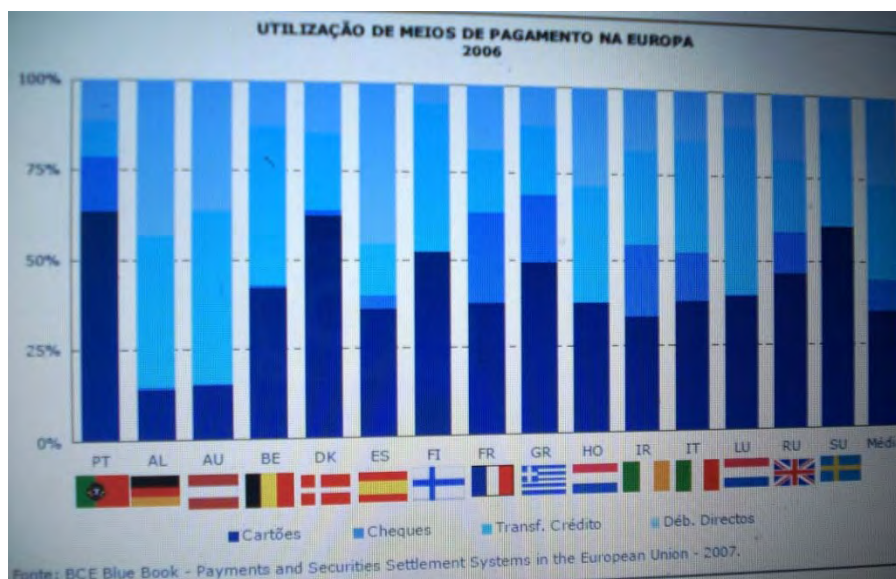
¹⁰⁷⁵ O que não quer dizer que exista habilitação para crédito. Ou seja, tanto no Brasil como em Portugal existem cartões de crédito e de débito. Entretanto o uso de débito é maior em Portugal, enquanto no Brasil se utiliza mais o sistema crédito.

¹⁰⁷⁶ Quando tratarmos do uso de cartões nas feiras perceberemos esta diferenciação. Pois quando nos referirmos ao cartão nas feiras em Portugal estaremos nos reportando ao cartão de débito que é o que habitualmente é utilizado nos demais lugares de consumo. E quando nos referirmos no Brasil, estaremos tratando dos cartões de crédito. Pois estes é que são utilizados nos supermercados, hipermercados, shopping center e lojas em geral.

Uso dos cartões de débito tipo multibanco em solo luso

A partir dos anos 2000, seja em Portugal ou na maioria dos outros países europeus, verificamos que o uso de cartões como opção de pagamento tem sido crescentemente utilizado pelos consumidores contemporâneos. Para demonstrar tal predominância, o gráfico a seguir ilustra com clareza esta nova realidade: cerca de 65% dos consumidores utilizam os cartões, restando para as demais formas de pagamento 35%.

Gráfico 73 – Utilização de meios de pagamento na Europa (2006)



Fonte: Gráfico 2. Em: Relatório e contas 2007- SBIS, aprovado em Assembleia Geral de 17 de Março de 2008, p. 14.

Acedido em 12 de abril de 2011, em:

«http://www.sibs.pt/export/sites/sibs_publico/pt/documentos/relatorioecontas/RC2007_sibssa.pdf».

Na sequência verifica-se uma tabela publicada pelo INE, com uma média, em euro, do valor gasto pelos portugueses em compras através de terminais automáticos anualmente. Percebemos, portanto, uma evolução nos valores gastos por cada português em todo país. Em média para o ano de 2004, gastaram 1.790€, evoluindo em 2007 para 2.268€. O que demonstra um elevado crescimento nesta nova modalidade de forma de pagamento, uma vez que fazendo uso do cartão, pagam nos terminais as compras realizadas. Fazendo parte desta tendência, destacamos os utentes pertencentes a nosso estudo. Na região do Minho-Lima, onde o Concelho de Ponte de Lima faz parte, os gastos anuais por pessoa elevaram-se de 816€ em 2004 para 1.209€ em 2007. As demais regiões mantêm o mesmo ritmo de crescimento. A seguir, tabela que demonstram os dados citados:

Tabela 61 – Compras através de terminais de pagamento automático por habitante (€), por Localização geográfica (NUTS - 2002)

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Compras através de terminais de pagamento automático por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual			
	Período de referência dos dados			
	2007	2006	2005	2004
	€	€	€	€
Portugal	2268	2135	1966	1790
Minho-Lima	1209	1075	941	816
Cávado	1634	1528	1385	1250
Grande Porto	2735	2623	2446	2248

Fonte: Minho Lima, onde localiza-se o concelho de Ponte de Lima; Cávado, onde está a cidade de Barcelos e o Grande Porto onde localiza-se Vila do Conde. Dados fornecidos pelo INE. Quadro acedido em 11 de Janeiro de 2011, em <http://www.ine.pt>

O pagamento popularmente nominado por “dinheiro de plástico”, têm os cartões de pagamento caracterizado por funções específicas nomeadamente: pagamento a crédito (pós-pago), cartões pré-pagos, pagamento a débito (on-line) e levantamento de numerários (saques). Alguns destes cartões assumem funções específicas com exclusividade para cada transação, são os chamados cartões “puros”, enquanto outros aglomeram funções variadas em um mesmo cartão. Elegemos para o presente estudo demonstrar o pagamento por meio dos cartões de débito utilizado pelos portugueses no mercado nacional, com preponderância para a opção do multibanco. Considerando que, apesar dos portugueses fazerem uso dos demais tipos de cartões para efetivar seus pagamentos, existe uma maior predominância na escolha deste tipo de cartão. E é exatamente sobre este que alguns feirantes optam por colocarem como opção de pagamento em suas barracas, se adequando à demanda do mercado. Procurando atender as solicitações de alguns fregueses que dizem fazer falta este tipo de forma de pagamento – cartões de débito multibanco – na maioria das barracas expostas nas feiras minhotas investigadas¹⁰⁷⁷.

Já sobre a superioridade do uso do cartão de débito em relação ao crédito, no mercado português poderemos observar no gráfico a seguir que 86,30% dos entrevistados dizem não fazer uso

¹⁰⁷⁷ Embora ao mesmo tempo que já encontramos feirantes que oferecem aos clientes este tipo de pagamento, também existem aqueles (fregueses) que dizem preferir pagar em numerário suas compras. Por ser uma maneira visível de perceber se estão a comprar muitas mercadorias ou não, pois o dinheiro é retirado do bolso na hora. Quanto há estas preferências nas formas de pagamento nas feiras, dedicaremos um próximo texto ainda neste capítulo, pp. 409-444 Para já, objetivamos com este tratar da opção fornecida e utilizada pelo mercado aos compradores e que em grande medida se tornam concorrentes das feiras. Tendo portanto o feirante que se adequar as demandas deste mercado consumidor.

do cartão de crédito, ao mesmo tempo que declaram em 56,30% fazerem uso do cartão de débito. Em seguida, o gráfico demonstrativo dessa estatística.

Gráfico 74 – Demonstrativo estatístico da população com cartões, por tipo (%) ano 2000



Fonte: Gráfico 2.1 Em: “Estudo sobre taxas e outros encargos com cartões de crédito em Portugal”. *Observatório do Comércio*. Setembro de 2000, p.14. Acedido em 11 de abril de 2011, em: « <http://www.dgcc.pt/166.htm>».

Mas não foi o tempo que fez com que os consumidores em Portugal mudassem este tipo de hábito na forma de pagamento. “Em crescimento está o cartão de débito, tendo evoluído de 33,3% em 2006 para 36,8% em 2007”¹⁰⁷⁸. Ao observarmos este outro gráfico a seguir, do ano de 2007, que trata das formas de pagamento no comércio com predominância alimentar, destaca-se, mais uma vez, a predominância do pagamento a vista (82,1%), em todos os tipos de lojas, de 399m² a mais de 8.000m². Envolvendo desta vez não só a opção do cartão de crédito, como verificada no gráfico anterior do ano 2000, mas também outras formas de pagamento, que rivalizam com o cartão de débito (36,8%) e numerário (45,3%), a exemplo do cheque e outros (cartões do distribuidor ou cartões de acumulação de valores de descontos ou ofertas). O gráfico a seguir ilustra essas percentagens.

¹⁰⁷⁸ Ver: Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa: INE, 2009, p. 20. Acedido em 29 de março de 2011, em: «http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aql=&oq=» .

Gráfico 75 – Índices demonstrativos dos meios de pagamento utilizados no comércio a retalho alimentar (2007)



Fonte: Figura 20. Em: Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante. Lisboa: INE, 2009, p. 20. Acedido em 29 de março de 2011, em: «[Para verificarmos a grande teia de relações económicas empreendidas pelo grande capital financeiro no mercado global dos cartões, basta que observemos, por exemplo, o caso português. Para atender a este “pequeno” país de dimensão territorial, existem dois sistemas de pagamento que emitem os tipos dos cartões, vinculados a cada bandeira: o sistema Redunicre e Amex, que trabalha com os cartões do tipo crédito, e o Sistema SIBS, com o Multibanco, que exerce preponderância nos pagamentos dos cartões a débito. Sobre o primeiro \(Unicre\) é importante que saibamos:](http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aql=&aql=&aq=».</p>
</div>
<div data-bbox=)

(...) a UNICRE detém uma posição dominante como *acquirer*, tendo vindo a perder quota de mercado como emissor de cartões. Foi constituída em 1974 por 6 instituições de crédito nacionais, contando hoje com cerca de 30 instituições acionistas. Deteve a exclusividade relativamente à emissão de cartões até 1988 e o monopólio de gestão de rede de comerciantes (*acquirer*) até 1991. A UNICRE é hoje *acquirer* para Portugal das marcas VISA, Mastercard, Diner’s Club e JCB e é emissor dos cartões UNIBANCO/VISA¹⁰⁷⁹.

Já em relação ao segundo, nomeadamente o SIBS sabe-se que este sistema concentra o processamento informático dos processos de pagamento em Portugal, sendo uma sociedade anónima

¹⁰⁷⁹ “Estudo sobre taxas e outros encargos com cartões de crédito em Portugal”. *Observatório do Comércio*. Setembro de 2000, pp.20-21. Acedido em 11 de abril de 2011, em: « <http://www.dgcc.pt/166.htm>». Ver ainda sítio da empresa, disponível na internet em «<https://www.redunicre.pt/>»

composta por 27 entidades bancárias e financeiras¹⁰⁸⁰. O SIBS tem como um de seus produtos os cartões Multibanco¹⁰⁸¹, “impondo-se como *Clearing House* do sistema financeiro nacional. Foi constituída em 1983 por 12 instituições de crédito nacionais e é ainda hoje gestora de toda a rede Multibanco”¹⁰⁸².

O sistema Multibanco em Portugal, “é um dos mais populares e tem a adesão mais expressiva, com resposta positiva em mais de 90% dos estabelecimentos contactados”¹⁰⁸³. Engloba não só os cartões MB, utilizados inclusivamente no estrangeiro, mas também o Visa Elétron (VISANET) e todos os cartões de débito utilizados nos bancos que são acionistas do sistema. Ou seja, em um mesmo terminal eletrónico (caixa automática) de acesso é possível que os correntistas destes bancos executem as operações bancárias que desejam: consulta, saque, transferência e pagamentos por meio de débito automático. E o que é mais relevante para este estudo: o pagamento on-line realizado por meio das TPA’S (Terminais de pagamento), maquina portátil que é distribuída por todos os estabelecimentos comerciais em território luso, conforme contrato estabelecido entre o Multibanco e os lojistas.

A seguir veremos os dados estatísticos que comprovam as afirmações pronunciadas, inicialmente apresentam dois gráficos que estão integrados a uma mesma figura. O primeiro demonstra a evolução do número de caixas automáticos instalados em Portugal, e o segundo de terminais de pagamento Multibanco. Em ambos os casos percebe-se, uma crescente evolução no número de caixas e terminais de Multibanco, o que vem demonstrar uma demanda do mercado nesta nova modalidade de forma de pagamento, no período de 2005-2010. A figura a seguir compõe os gráficos comentados.

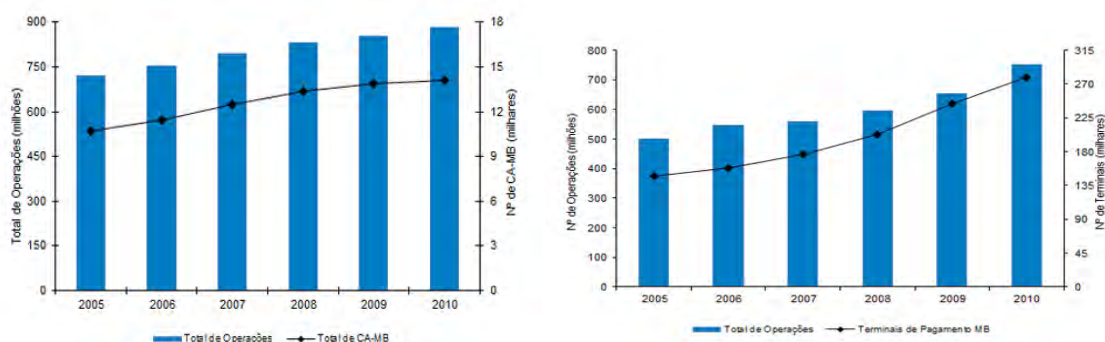
¹⁰⁸⁰ A constituição jurídica da SIBS é exercida como uma sociedade anónima, “com um capital social de 24.642.300 euros, representado por 4.928.460 ações, com um valor nominal de 5 euros cada. Em 31 de Dezembro de 2008, a estrutura acionista da SIBS era constituída por 27 entidades. A saber: Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Banco Santander Totta, Banco BPI, Banco Espírito Santo, Banco Bilbao Vizcaya (Portugal), Banco Português de Investimento, Banco Comercial dos Açores, Caixa Económica Montepio Geral, Banco Internacional do Funchal, Banco do Brasil, Barclays Bank, Banco Activobank (Portugal), Banco Popular Portugal, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, BNP – Paribas, Finibanco, Banco Português de Negócios, Deutsche Bank (Portugal), Banco BEST, BES Açores, CCAM Leiria, CCAM Chamusca, CCAM Torres Vedras, CCAM Mafra, Caixa Económica da Miseric. Angra do Heroísmo e CCAM Açores”. Ver: os accionistas disponível em «<http://www.sibs.pt/pt/sibs/institucional/accionistas/>» acesso em 10 de Abril de 2011.

¹⁰⁸¹ Para este sistema nos detivéramos de maneira um pouco mais aprofundada em relação ao anterior -redeunice- em função deste ser citado pelos depoentes por deter o pagamento em cartão por débito on-line.

¹⁰⁸² “Estudo sobre taxa e outros encargos cit..., pp.21-22. Ver ainda sitio da empresa, disponível na internet em «<http://www.multibanco.pt/pt/>»

¹⁰⁸³ IDEM IBDEM, p.47.

Figura 50 – Demonstrativo da Evolução do uso de caixas automáticos e terminais de pagamento Multibanco respetivamente (2005-2010)



Fonte: Acedido em 10 de abril de 2011, em:«

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.sibs.pt/pt/mb/institucional/estatisticas/>» .

Em relação ao que dissemos sobre as transações realizadas, destacamos o que nos chama mais atenção para nossa pesquisa, os levantamentos e compras. Os utentes fazem uso das caixas para sacarem os numerários, e também efetuam pagamento de compras realizadas nas maquinas (TPA'S). Tomando por base os anos de 2005 a 2007, verificamos, segundo os índices, que as compras e os levantamentos no mercado português não sofreram quase nenhuma alteração, sobretudo se comparado ao uso dos cheques que apresentou variações alteradas, o que demonstra, mais uma vez, não só a crescente opção pelo pagamento a vista, seja por meio de levantamento, ou mesmo de compra on-line, como também a opção de compras e levantamentos como as maiores transações realizadas com o Multibanco. A tabela a seguir demonstra tais os índices.

Tabela 62 – Valor médio das operações (2005-2007)

Valores médios	2005	Var.	2006	Var.	2007
Levantamentos	61,7	2%	63,1	2%	64,2
Compras	42,3	2%	43,3	1%	43,9
Cheques	1.076	7%	1.153	8%	1.245
TEI	1.354	0%	1.354	3%	1.393
Efeitos	6.715	8%	7.225	9%	7.888
Débitos Directos	121	14%	138	2%	140

Em euros

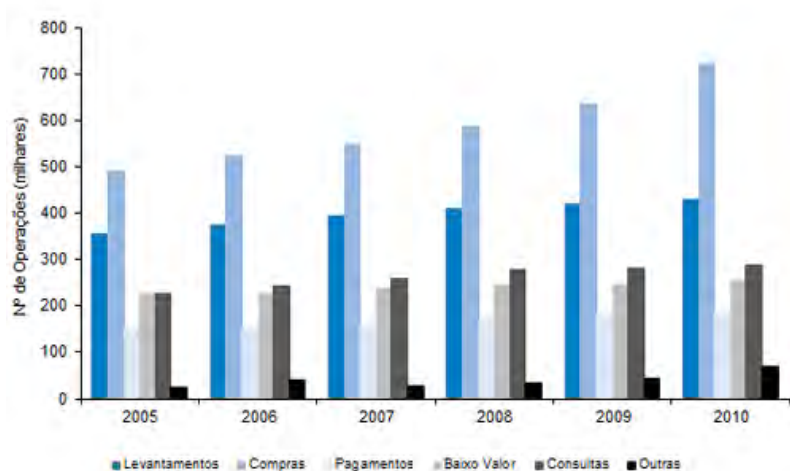
Tabela 3 – Valor médio das operações de 2005 a 2007

Fonte: Tabela 3. Em: Relatório e contas 2007- SBIS, aprovado em Assembleia Geral de 17 de março de 2008, p. 33.

Acedido em 12 de abril de 2011,

em:http://www.sibs.pt/export/sites/sibs_publico/pt/documentos/relatorioecontas/RC2007_sibssa.pdf»

De maneira mais ilustrativa poderemos observar, em outro estudo, os crescentes índices para levantamentos e compras realizada no Multibanco, incluindo também os anos de 2009 e 2010.

Gráfico 76 – Distribuição das operações nos terminais de MULTIBANCO

Fonte: Acedido em 10 de abril de 2011, em:«

[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.sibs.pt/pt/mb/institucional/estatisticas/»](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.sibs.pt/pt/mb/institucional/estatisticas/)

Como observamos, a efetivação de compras por terminais de Multibanco é comum em todo o solo luso. Nas compras que mais o utilizam são o comércio a retalho, ou seja, na aquisição de mercadorias a varejo em lojas diversas. As maquinetas de TPA-MB são, portanto, habituais em todo tipo de negócio. Inclusive em supermercados. Assim, esta nova modalidade de pagamento faz emergir, sobretudo a partir de 1985¹⁰⁸⁴, como um novo hábito dos utentes pagarem suas compras, para além das opções de pagamento antes existiam. No entanto cria-se um novo hábito de forma de consumo, o que faz com que a concorrência aumente para os lojistas que ainda não aderiram a esta modalidade de pagamento. No caso deste estudo nos referimos aos feirantes. Além disso, percebe-se uma concorrência interna, no interior das feiras em meio aos próprios feirantes. Os conflitos são gerados em função de existirem duas realidades: aqueles feirantes que já aceitam Multibanco e os que ainda não aceitam disputam entre si, a preferência na forma de pagamento junto aos fregueses.

Os cartões de crédito invadem o mercado brasileiro

Igualmente ao mercado português, no caso brasileiro, a partir da década de 1990, se ampliaram as formas de pagamento com os cartões, sejam eles de crédito, débito, ou mesmo aqueles vinculados a lojas específicas. Ao mesmo tempo, outra forma de pagamento mais convencional esteve

¹⁰⁸⁴ Pois foi neste ano lançado “a rede de Caixas Automáticos MULTIBANCO, o primeiro projeto da SIBS”. Sobre a evolução do MULTIBANCO ver “Uso do multibanco em solo luso”. (Dossiê 25 anos do Multibanco). Setembro de 2010, pp. 3-5. Acedido em 10 de abril de 2011, em:«http://www.sibs.pt/export/sites/sibs_publico/pt/documentos/AniversarioMB/2010_DOSSIER_25_ANOS_MULTIBANCO.pdf».

a diminuir: o pagamento com cheque. Fato que pode ser verificado no estudo realizado por uma consultoria a respeito das formas de pagamento. Os dados são referentes ao período de 1999 a 2004 e afirmam:

O mercado de cartões de pagamento vem crescendo exponencialmente no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), o número de transações saltou de 0,9 para 3,6 bilhões entre 2000 e 2006. No mesmo período, o valor transacionado passou de R\$ 59 bilhões para R\$ 221 bilhões. Esses valores significam crescimento anual médio da ordem de 25%, tanto para a quantidade de transações, quanto para o seu valor. Considerando-se o volume de transações, a participação dos cartões de pagamento no total de meio de pagamentos, excluindo papel-moeda, passou de 16,0% para 36,3% entre 1999 e 2004 (Banco Central do Brasil, 2005). Ao mesmo tempo, a participação do cheque – outrora principal meio de pagamento – caiu de 63,4%, em 1999, para 35,4%, em 2004¹⁰⁸⁵.

Na primeira década do século XXI, portanto, estas formas de pagamento continuam a crescer, por exemplo, “Em 2006, os cartões de débito e crédito responderam por mais de 80% do número e do valor das transações efetuadas com cartões de pagamento”¹⁰⁸⁶. A seguir, um gráfico que traduz este crescimento no volume de compras realizadas com cartão. Um crescimento de 23% anual. Ao longo de um período de nove anos, constata-se uma evolução de 65 bilhões de reais gastos em compras no ano 2000, elevando-se para 444 bilhões em 2009.

Gráfico 77 – Evolução volume de negócios transações com cartão (2000-2009)



Fonte: Relatório Comissão de Finanças e tributação. Subcomissão especial dos cartões de crédito. Deputado Leonardo Quintão- Relator, p. 9. Apud ABECS (2009). Acedido em 20 de abril de 2011, em: «
http://www.abecs.org.br/novo_site/Relat%C3%B3rio%20Final.pdf»

¹⁰⁸⁵ Freitas, P. S. de. Cit..., (2007, dezembro) Mercado de Cartões de Crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação. Em: *Consultoria Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos. Textos para discussão. N° 37*. Brasília, p. 4. Acedido em 18 de abril de 2011, em:«
http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/textoParaDiscussao37paulospringer.pdf»

¹⁰⁸⁶ IBDEM, p.4.

Se por um lado esta semelhança em relação ao mercado português é percebida -quanto à ampliação no uso dos cartões de pagamento - por outro lado verificamos que a tipologia no uso do cartão é muito diferente. Ou seja, enquanto em Portugal a predominância se dá em torno do uso de cartões de débito, uma vez que a cultura do pagamento a vista é mais comum, em função da própria estabilidade do mercado (1986-2007). No Brasil o tipo de cartão mais utilizado pelos consumidores é o de crédito. Talvez esta predominância deva-se ao fato da emissão de cartões de crédito ser desvinculada da necessidade de se ter uma conta corrente ativa em um banco. Fato que já difere para os cartões de débito, que para além de ser necessário à conta corrente vinculada ao cartão, ainda se faz necessário a existência de saldo, para que a transação seja efetuada com sucesso (já que o débito é on-line)¹⁰⁸⁷. Sobre esta predominância nas transações de cartões de crédito, podemos verificar os índices da tabela a seguir. Atentamos para o fato de que ao mesmo tempo em que observa-se um elevado crescimento na modalidade de pagamento com cartão em ambas as tipologias. Consta-se que durante todo o período de 2000 a 2007, houve uma maior predominância nas transações e facturamento dos cartões de crédito. No ano 2007, por exemplo, foram realizadas 1.860.255 transações com um facturamento na ordem de R\$ 173.831 de milhões para cartão de crédito. No mesmo período, para os cartões de débito, verifica-se 1.708.695 transações com facturamento de R\$: 82.623 milhões.

Tabela 63 – Resumo de indicador anual- evolução (2000-2007)

Tipo de cartão	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cartão de crédito (milhares)	28.466	37.290	41.392	45.117	52.787	67.902	82.399	104.466
Transações – milhares	571.146	673.952	775.045	883.552	1.086.768	1.336.474	1.566.376	1.860.255
Facturamento (milhões R\$)	45.739	59.918	68.905	82.686	95.089	115.417	141.851	173.831
Cartão de débito (milhares)	48.045	63.899	82.430	105.510	138.219	170.781	187.099	201.382
Transações – milhares	206.540	344.922	479.442	637.658	943.734	1.245.731	1.451.678	1.708.695
Facturamento (milhões R\$)	10.082	15.929	20.868	27.545	42.144	55.573	66.508	82.623

Fonte: ABECS tabela intitulada: resumo de indicador anual – evolução (2000-2010) resumida ainda mais para

Este estudo. Ver original acessado em 21 de abril de 2011, em:

http://www.abecs.org.br/novo_site/arquivos%20excel/Evolucao.pdf»

¹⁰⁸⁷ Somente um estudo mais aprofundado para responder a esta “preferência” por fazer transações com cartão de crédito. Não é objetivo deste. Por esta razão não nos aprofundamos nesta temática, levantamos apenas estas suposições a este respeito.

Como vimos, no Brasil o uso de cartão de crédito tem estado em constante crescimento. As facilidades para que o utente adquira cartão de crédito são visíveis, para além de não haver a necessidade de o usuário ser correntista de nenhum banco, uma vez que a cobrança da fatura é realizada por meio de boleto, em muitos casos os cartões chegam as moradas dos indivíduos sem sequer serem solicitados/autorizados. Soma-se a isto o fato de muitos publicitarem que não cobram anuidade, no entanto cobram taxa de manutenção e outras tarifas não anunciadas a princípio. Constata-se também que apesar do volume de negócios ter crescido neste ramo no Brasil, cresceram também as queixas dos clientes nas defensorias públicas. Como pode ser verificado no gráfico a seguir. Em cinco anos consecutivos, as reclamações em relação aos cartões de crédito foram as mais evidenciadas (10,38%)

Gráfico 78 – Assuntos mais demandados do SINDEC (jan. de 2005 a set. de 2010).

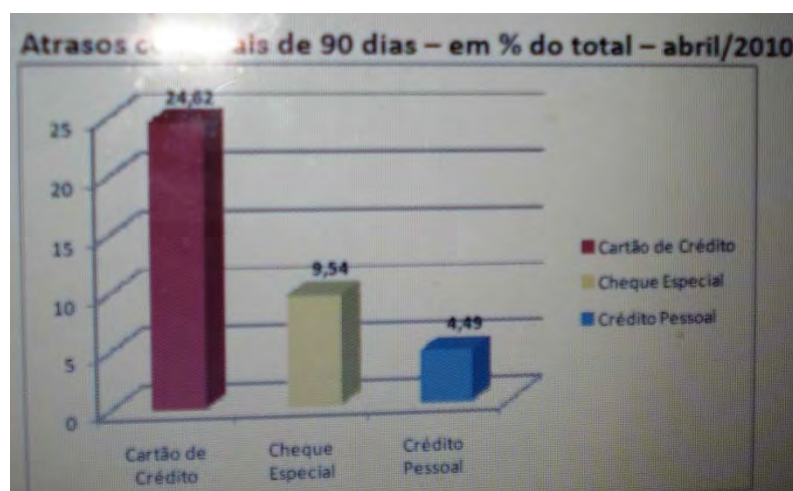


Fonte: Assuntos mais demandados do SINDEC In: A Revolução do Mercado em Benefício do Consumidor. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e NUDECOM- Núcleo de Defesa do Consumidor, 2010, p. 7. Acedido em 24 de Abril de 2011, em: http://www.abecs.org.br/novo_site/CMEP/Marcela_Oliboni.pdf

Além das reclamações nas defensorias públicas¹⁰⁸⁸, também tem crescido os endividamentos dos utentes¹⁰⁸⁹, ocasionando a inadimplência no mercado. Como pode ser constatado no gráfico a seguir, destacado maior número de inadimplência em relação ao atraso de pagamento com mais de 90 dias, para forma de pagamento nos cartões de crédito (24,62%).

¹⁰⁸⁸ Defesa do consumidor. Cartões de crédito: atraentes, mas perigosos. (2010, 17 de Outubro). *O Globo*. Acedido em 23 de abril de 2011, em: «http://www.abecs.org.br/novo_site/associadas.html».

¹⁰⁸⁹ Fugindo a esta problemática muitos fregueses, declararam nas suas falas que preferem comprar na feira porque é a dinheiro, para não ficarem endividados. No entanto outros disseram desejar que todas as barracas das feiras tivessem oferecessem os cartões de crédito como forma de pagamento, pois muitas vezes não dispõem do dinheiro a vista. Veremos estas preferências ainda neste texto, mais adiante

Gráfico 79 – Inadimplência no mercado

Fonte: Costa, R. (Diretor ABECS) et alli. (2010, junho) “O Novo Mercado Brasileiro de Cartões de Pagamento”. *Seminário Internacional sobre cartões de pagamento*. Banco Central do Brasil: Rio de Janeiro, p. 7. Acedido em 21 de abril de 2011, em: «http://www.bcb.gov.br/pom/spb/seminarios/2010_SemInternCartoesPagamento/Arquivos/Abecs.pdf»

Duas outras questões que gostaríamos de chamar atenção a respeito deste crescimento no uso de cartões no Brasil, e que tem relação com nossa pesquisa: A primeira deve-se ao fato da economia no Brasil passar por uma fase de estabilidade e crescimento. Sobretudo a partir dos anos 1994, 1998 e 2002, diante dos episódios da implantação do plano real e posteriormente controle da inflação, oferecendo aos estratos sociais menos favorecidas economicamente chamados de C/D/E acesso, por exemplo, ao uso de cartões como meios de pagamento. Estas categorias sociais são as mesmas que no Brasil frequentam as feiras. Neste sentido, muitas destas pessoas, ao mesmo tempo que são fregueses do mercado tradicional, são também frequentadores de outros lugares de consumo fazendo uso dos cartões.

Sobre a posse de cartão em todas as classes sociais, destacando a presença das classes menos favorecidas C/D/E, além das habituais A/B (81%) mais favorecidas, a tabela na sequência, divulgada pela ABECS, demonstra esses índices.

Tabela 64 – Distribuição do uso dos cartões por tipologia e estrato social

	Total	AB	C	DE
Posse de cartões (% da população)				
Cartão	67%	81%	64%	36%
Crédito	45%	61%	38%	20%
Débito	53%	70%	49%	19%
Conta bancária (% da população)	67%	82%	64%	33%

Fonte: Costa, R. (Diretor ABECS) et alli. (2010, junho) “O Novo Mercado Brasileiro de Cartões de Pagamento”. *Seminário Internacional sobre cartões de pagamento*. Banco Central do Brasil: Rio de Janeiro., p. 5. Acedido em 21 de abril de 2011, em: «http://www.bcb.gov.br/pom/spb/seminarios/2010_SemInternCartoesPagamento/Arquivos/Abecs.pdf»

A segunda questão diz respeito a região do Brasil que tem apresentado elevado crescimento no uso dos cartões: a região Nordeste. A mesma região onde estamos investigando as feiras. O que se demonstra elevado impacto no movimento do mercado tradicional, uma vez que os demais lugares de consumo oferecem esta forma de pagamento (uso de cartão), mas percebe-se maior preocupação dos feirantes em se adequar a esta nova forma de pagamento. Em todo o Brasil, no decorrer do período 2005-2008, houve um crescimento em torno de 120% no número de terminais eletrônicos de pagamento com cartão. A região Nordeste contribuiu com este índice de forma significativa. A figura a seguir, composta de dois gráficos, representa bem esta situação. Diante do número de terminais instalados no país, com predominância na região Nordeste comparada as demais. Em uma escala de 0 a 7, alcançando 7 pontos, enquanto, a região norte apresenta 3 pontos.

Gráfico 80 – Aceitação de cartões cresce mais nas regiões menos ricas do País



Fonte: Osta, R. (Diretor ABECS) et alli.(2010, junho) “O Novo Mercado Brasileiro de Cartões de Pagamento”. *Seminário Internacional sobre cartões de pagamento*. Banco Central do Brasil: Rio de Janeiro, p. 7. Acedido em 21 de abril de 2011, em:«http://www.bcb.gov.br/pom/spb/seminarios/2010_SemInternCartoesPagamento/Arquivos/Abecs.pdf»

No controle do mercado de cartões no Brasil, destacamos a existência de uma entidade que estabelece relação direta entre os cinco “personagens” principais da indústria de cartões: emissores, instituições financeiras, administradores, credenciadores e processadores. Entre seus 45 sócios (95% do mercado)¹⁰⁹⁰, encontram-se representantes de cada entidade desta. Nos referimos à já mencionada ABECS.

¹⁰⁹⁰ A constituição jurídica da ABECS é exercida como uma sociedade com 46 associados. A saber: American Express Brasil Assessoria Empresarial Ltda, Banco Bankpar S.A, Banco Banrisul S.A, Banco BMG S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Carrefour S.A, Banco Citibank S.A, Banco Citicard S.A, Banco do Brasil S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A, Banco Fibra Banco IBI S.A. – Banco Múltiplo, Banco Itaucard S.A, Banco Panamericano S.A, Banco Safra S.A, Banco Santander S.A, Banco Triângulo S.A, BV Financeira S.A. Créd., Finan e Investimento, Caixa Econômica Federal, Cartão BRB S.A, Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Cielo Companhia Brasileira de Sol. e Serv. - Visa Vale, Cred-System Adm. de Cartões de Crédito Ltda, CSU Cardsystem S.A, EDS do Brasil Ltda, FAI – Financeira Americanas Itaú S.A, FIC – Financeira Itaú CBD S.A, Freeddom Tecnologia e Serviços S.A, Getnet – Tec. em Cap. e Proc. de Trans. H.U.A Ltda, Hipercard Banco Múltiplo S.A, HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo Leader Administradora de Cartões de Crédito S.A, Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. Oboé Tecnologia e Serviços Ltda, Orbital Serviços e Processamento de Informações, Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pag. Ltda, Pernambucanas Financiadora S/A, Paypal do Brasil Serv de

(...) é a entidade que representa o setor de meios eletrônicos de pagamento, reunindo os principais emissores, bandeiras, credenciadoras e processadoras de cartões de crédito, débito, de loja e de benefícios. (...) A ABECS apoia e atua para um desenvolvimento sustentável do setor, e tem como objetivo contribuir para sua expansão e fortalecimento, representando seus participantes junto ao mercado, poder público em suas diversas instâncias, órgãos de defesa do consumidor e a sociedade em geral¹⁰⁹¹.

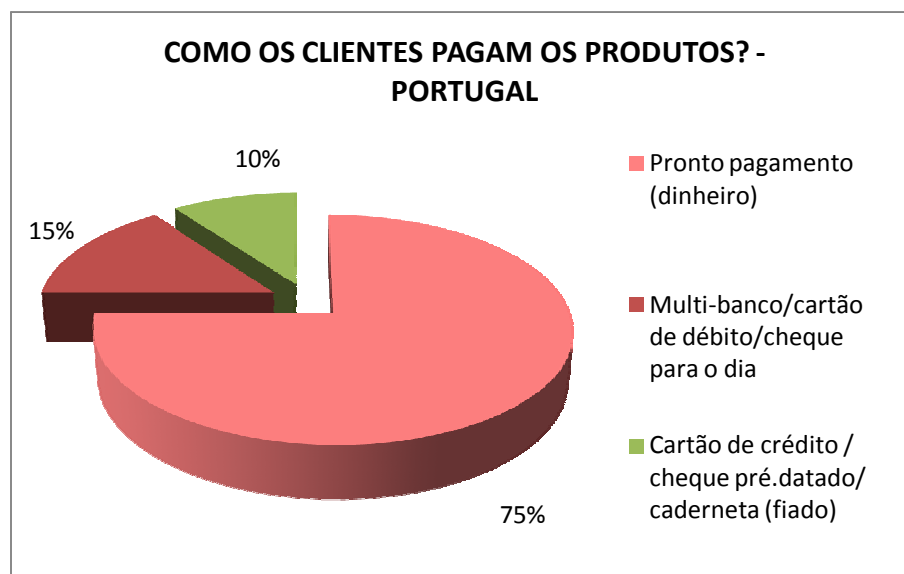
As “velhas” e “novas” formas de pagamento nas feiras: estratégias de continuidade e de descontinuidade no comércio tradicional

Diante deste estudo percebemos que, na tentativa de se manter no mercado, as feiras, dos dois lados do Atlântico, acabam mantendo algumas características (nas formas de pagamento tradicionais, como na barganha, no fiado e na manutenção dos preços mais baratos), porém se adaptam as novas dinâmica dos mercados, ao introduzir os cartões de pagamento, seja os de débito, como é o caso do Multibanco em Portugal, ou de crédito, nas feiras do Brasil. É sobre estas estratégias que dedicamos as páginas a seguir.

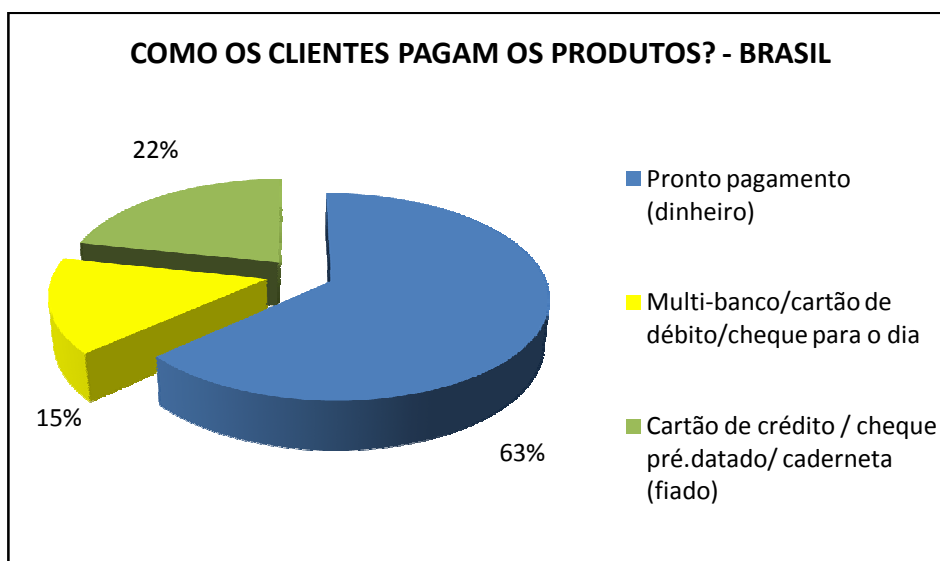
Iniciamos por demonstrar, nos gráficos abaixo, os dados estatísticos desta pesquisa, quanto à utilização das diferentes formas de pagamento oferecidas nas feiras pelos feirantes aos seus clientes. Representando a maioria em ambos os países, o pronto pagamento ainda é a opção mais utilizada, em Portugal (75%) e no Brasil (63%). Entretanto, vimos também outras opções que, ao nosso entender, surgem como estratégias destes feirantes para manter o cliente. Seja por intermédio de uma nova performance de pagamento a vista, como é o caso dos cartões de débito, ou mesmo dos antigos cheques para o dia, (15%) em ambos os países. Ou mesmo de pagamentos a prazo, não só nos antigos formatos, fiado e cheques programados, mas também por meio de cartões de crédito. No Brasil (22%) e Portugal (10%).

Consultoria Ltda, Portoseg. S.A, Redecard S.A, Resomaq Resolução de Soft. Máq. e Comércio Ltda, Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo, Sorocred Administradora de Cartões de Crédito Ltda, Skytef Soluções em Captura de Transações Ltda, Verifone do Brasil Ltda, Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. Acedido em 23 de abril de 2011, em: «http://www.abecs.org.br/novo_site/associadas.html».

¹⁰⁹¹ Acedido em 22 de abril de 2011, em: «http://www.abecs.org.br/novo_site/quem_somos.html».

Gráfico 81 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Portugal)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 82 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Brasil)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

É interessante percebermos que estas estratégias de pagamento a prazo não ocorrem de igual maneira para todos os feirantes. Tendo em vista que não é somente por desejo de oferecer ou não a opção de pagamento com cartões aos fregueses que os feirantes incorporam esta nova modalidade. Se faz necessário para além da vontade, condições de manutenção deste tipo de forma de pagamento. Referimo-nos ao pagamento de taxas pelo serviço. Muitos feirantes se queixam por não ter condições de utilizar o sistema de cartões em suas barracas: "(...) A falta de cartão faz a diferença sim, eu fico com uma tristeza porque não ter condição de colocar um ponto e colocar cartão (...) os nossos

governos não ajudam nisso. Somos pequenos e temos que comprar e vender a dinheiro”¹⁰⁹². Estes são categorizados pela economia global contemporânea como pertencentes ao circuito inferior. Não oferecem aos clientes a opção a crédito por não terem capital de giro em seu negócio suficiente para tal transação. Na condição de pequenos comerciantes não possuem crédito junto aos seus fornecedores. “No qual o crédito pode representar para o pequeno comerciante um risco de desaparecer, já que quanto mais se desce na escala dos intermediários, mais diminui o tamanho das operações e os prazos, e mais aumenta os riscos e as taxas de juros”¹⁰⁹³.

Neste mesmo universo encontramos outros feirantes que, diante da estrutura (económica social e cultural) que apresentam, acabam por adotar a nova modalidade de pagamento com cartão, seja a débito ou a crédito. Estes são pertencentes ao circuito superior da economia, também presente no universo das feiras. Referimo-nos não só aos lojistas/pequenos e industriais que encontram no comércio tradicional uma possibilidade de expor suas mercadorias, mas também os autônomos que possuem algum tipo de reserva de capital para adquirirem as mercadorias a crédito. “O progresso do negócio já fez Rodrigo [feirante soteropolitano] montar um sistema que aceita todos os cartões de crédito (...)”¹⁰⁹⁴.

Contudo, nas feiras contemporâneas, além de verificarmos as diferenças estabelecidas naqueles que pertencem aos circuitos inferiores e superiores da economia, percebe-se também a fluidez com que estes dois circuitos convivem. “ É pela presença dos cartões de crédito, capazes de produzir uma fluidez do espaço, ou como prefere David Harvey denominar de compressão do tempo-espaço”¹⁰⁹⁵. Este nexos dos circuitos verificado no espaço da feira também pode ser percebido na relação dos armazéns que representam o circuito superior, ao abastecer os pequenos varejistas e ambulantes (circuito inferior). Permitindo, portanto, a circulação de mercadorias, que por sua vez são refletidas no preço que os consumidores finais adquirem.

Essa associação implica para seus agentes, no exercício de todas as formas de comércio. Como atacadistas eles negociam com os varejistas e ambulantes [circuitos superiores com os inferiores- grifo nosso] de dentro e fora da feira; como varejistas vendem aos consumidores diretos. As formas de contrato comercial são as mais diversas: vão desde as tradicionais notas promissórias ou documentação equivalente [cheques programados- grifo nosso], cartões de crédito até a cessão da mercadoria fiado com prestação de contas diárias, passando pela venda comissionada (...). É evidente que estas formas de contrato mais flexibilizadas se

¹⁰⁹²Entrevista concedida à autora pelo Sr. Erivaldo Rodrigues (Babau), feirante em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

¹⁰⁹³ Costa, A. A. da. O perfil do feirante. Em: Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense cit...p. 188.

¹⁰⁹⁴ Ramos, C. (2006, 10 de Junho). A fé também se alimenta cit..., p.3.

¹⁰⁹⁵ Lima, L. B. *Feira de São Joaquim* cit..., p.45. APUD Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*: Edições Loyola, São Paulo p. 219.

dão mais na ponta da cadeia de intermediação, ou seja, com os ambulantes em situação mais precária¹⁰⁹⁶.

Na sequência veremos imagens que exemplificam o que estamos a tratar - relação entre os circuitos económicos. Estabelecimentos comerciais que estão localizados na feira de Caruaru e que vendem não só a varejo, mas também a atacado. As imagens mostram a divulgação das formas de pagamento com cartões Hiper, Master e Visa.

Figura 51 – Publicidade de lojas de confeções que vendem a atacado e varejo na feira de Caruaru, com cartões de crédito variados



Fonte: Acedido em 25 de abril de 2011, em: «<http://www.feiradecaruaru.com/site/lojas.html>»

Convém lembrar que estas diferenças entre feirantes que oferecem a opção de cartões de pagamento aos clientes e aqueles que não possuem condições de oferecer, tendenciam a ser diminuídas nas feiras de Portugal e do Brasil. Em função de algumas iniciativas implantadas a partir de 2007, tanto pelo poder público a nível federal, como também de entidades sociais, como é o caso dos sindicatos dos feirantes e ambulantes das cidades em análise neste estudo.

Em relação ao primeiro, no Brasil, lembramos a implantação do já citado ¹⁰⁹⁷MEI (2008), que consiste de um cadastro de autônomos como pequenos empreendedores junto ao Ministério do

¹⁰⁹⁶ Mello, M. A. Moura, J e Lobo, A. (1992, dezembro). Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro. Em: *Veracidade: Revista do Centro de Planeamento Municipal*, n. 4, p.26.

Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior em favor de adquirirem o registro de pessoa jurídica CNPJ, sem que para isto haja a necessidade de terem formalmente empresas abertas com todos os custos tributários auferidos a estas. Entretanto, tal iniciativa - registro do feirante no MEI - possibilita a contratação de serviços bancários que trazem consigo os serviços de cartões de pagamento, tipo débito e crédito. No caso de Portugal, esta situação encontra-se ainda mais facilitada em função de todos os feirantes terem a obrigatoriedade de se cadastrarem junto à DGAE (2007), por meio do cartão nacional do feirante¹⁰⁹⁸. Tal cadastro habilita o feirante a ter acesso as entidades financeiras e órgãos emissores de cartões, a exemplo da Unicre e Multibanco.

Quanto ao segundo vemos que os sindicatos, sobretudo a partir de 2005, têm preocupado-se com as concorrências que as feiras tem tido em relação às novas formas de pagamento. Neste sentido, constata-se iniciativas destas organizações de classe que têm contribuído para minimizar estas concorrências. Referimo-nos à intermediação dos sindicatos junto as entidades financeiras resultando na efetivação de protocolos e, por conseguinte, incentivo ao fomento e ao crédito, além dos convênios diretamente estabelecidos entre os sindicalizados e as emissoras de cartões de pagamento. Diante de iniciativas como esta, a desburocratização, no Brasil, do CNPJ (pessoa jurídica), antes indispensável para que os feirantes tivessem seus cadastros efetuados e acesso as maquinetas, vem sendo substituído pela exigência do cadastro sindical por meio do comprovativo de rendimento expedido pelo Sindicato. Ou seja, diante dos protocolos, o cadastro nos sindicatos viabilizam “Aquisição de maquineta, com ou sem CNPJ (...) abertura de conta corrente, com cheque especial e cartão de crédito, (...) empréstimos com juros abaixo do mercado para capitalizar o seu negócio (...)”¹⁰⁹⁹; “Direito a comprovativo de renda para bancos, etc.”¹¹⁰⁰; Em Portugal o cadastro na associação dos feirantes também facilita o acesso dos mesmos junto à entidades financeiras como o banco popular por exemplo.

No âmbito do protocolo assinado com a A.F.D.P., e apenas por ser sócio desta Associação, O Banco Popular dá-lhe acesso imediato ao Aluguer de equipamento TPA GSM. Por apenas 15€/Mês poderá ter acesso, não só ao TPA com uma reduzida comissão bancária de 0.9% do valor de cada transação realizada, com um valor mínimo de €0.07, mas também à isenção de comissão de requisição de

¹⁰⁹⁷ “Comunicam aos trabalhadores formais e informais dos seus direitos”. Panfleto informativo do SINCOV- Sindicato do comércio informal de Campina Grande. s/d.

¹⁰⁹⁸ “Feirantes e ambulantes 10 razões para sindicalizar-se”. Panfleto informativo do SINDIFEIRA- Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador. Salvador. s/d.

¹⁰⁹⁹ Na segunda parte desta tese, citamos o MEI quando nos referimos ao trabalho informal no Brasil e os que podem ser autônomos formais. Fazendo o cadastro no portal do empreendedor. Ver maiores informações a este respeito na PORTARIA No 11, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009. Estabelece regras de atendimento e inscrição do Microempreendedor Individual - MEI. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em: «<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/portaria11.php>».

¹¹⁰⁰ Publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 49 — 10 de Março de 2008, p.1499. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04900/0149901503.PDF>.

cheques, transferências eletrônicas interbancárias e na Zona Euro gratuitas, entre outras¹¹⁰¹.

Na sequência o depoimento do Presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes do Distrito do Porto fala a este respeito.

Hoje existe muito pouco fiado. Como a evolução é muito grande o uso do cartão multi- banco que vem cada dia mais crescendo. Hoje é quase obrigatório. O cheque é secundário. As pessoas não trazem mais dinheiro, somente o cartão e da no mesmo. Em todo lado há caixas de Multibanco para levantar o dinheiro. Nós, enquanto sindicato, fazemos protocolos entre bancos e feirantes, com juros menores que os comerciantes de estabelecimentos. Os feirantes recebem, então, as TPA móvel, o equipamento para passar o cartão¹¹⁰².

Neste sentido, ainda que de maneira discreta, já aparecem nas feiras contemporâneas bancas com o sistema Multibanco em Portugal e de cartões de crédito/débito no Brasil. Aliado a outras maneiras de pagamento. A seguir, o que dizem alguns feirantes a este respeito:

“Trabalho sim com Multibanco, primeiro porque tem nos *shoppings* como opção para os clientes, e depois porque hoje as feiras tem muitos assaltos”¹¹⁰³; “Nós, comerciantes, temos que ter essa opção também para os clientes”¹¹⁰⁴; “Vendo também no cartão. No cheque não, pois já recebi muito sem fundo”¹¹⁰⁵. “Coloquei cartão porque é uma forma segura para o nosso negócio. Hoje quase todas as lojas têm. Cobramos sim taxa ao cliente”¹¹⁰⁶. “Já fiei, mas deixei-me isto porque deu mau resultado. Então agora só no dinheiro e também trabalho com Multibanco. Tem muita gente que anda com medo de andar com dinheiro sabe? Porque assaltam muito, então preferem andar com multi-banco”¹¹⁰⁷.

Na sequência veremos algumas imagens, representadas nas figuras a seguir, a demonstração desta realidade. Observemos que, independentemente do tipo de mercadoria comercializada existem as indicações de vendas a cartão Mastercard, Visa e Hiper. Seja nas paredes dos estabelecimentos, nos balcões ou em faixa na rua.

¹¹⁰¹ Protocolo entre a AFDP e Banco popular. Acedido em 28 de abril de 2011, em: <http://www.afdp.pt/index_ficheiros/Page998.html>.

¹¹⁰² Entrevista concedida à autora pelo Presidente da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, Sr. Joaquim Santos, Feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

¹¹⁰³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Bela, feirante, em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

¹¹⁰⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Paula, freguesa, em Barcelos, em 29 de Novembro de 2007.

¹¹⁰⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

¹¹⁰⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Octávio, feirante em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹¹⁰⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Américo, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

Figura 52 – Lojas e bancas nas feiras com publicidade do aceite de cartões como formas de pagamento



Foto: Sindicato dos feirantes e ambulantes da cidade de Salvador, Junho de 2009.

Também nas feiras portuguesas, o uso do catão (Multibanco) como forma de pagamento.

Figura 53 – Exposição de mercadorias nas barracas com o aceite Multibanco (Vila do Conde, Barcelos e Ponte de Lima)



Fonte: Jair Araújo, Novembro de 2007.

Nota-se, também, que apesar destas iniciativas atuais, (pelo poder público ou entidade de classe que buscam minimizar as diferenças entre os feirantes, viabilizando o acesso de todos ao sistema ativo no serviço das formas de pagamento por intermédio de cartões) ainda há aqueles que não tem este sistema ativado, por razões diversas como falta de interesse, receio de se declararem junto as entidades civis (sindicatos e associações) e públicas (Ministérios), ou mesmo desconhecimento. No entanto, apesar de não se adequarem as novas formas de pagamento, acabam por manter alternativas que procuram atrair o cliente na mesma¹¹⁰⁸. Referimo-nos as estratégias

¹¹⁰⁸ Não deixando de considerar suas dificuldades que encontra com a concorrência interna (a partir dos colegas feirantes) e externas com os demais lugares de consumo.

tradicional nas formas de pagamento: a manutenção dos preços mais baratos¹¹⁰⁹, a possibilidade de barganha (pechincha, regateio) e, em alguns casos, a venda a fiado.

Logo, procurar manter os preços mais baratos das mercadorias é algo visto como atrativo para os fregueses. Portanto, dar continuidade a esta característica é, por assim dizer, uma estratégia também utilizada pelos feirantes. Entretanto, os preços das mercadorias nas feiras muitas vezes sofrem oscilações em função de motivos diversos: demanda do mercado, intemperes climáticas e escolha de mercadorias. Na sequência, alguns exemplos destas oscilações de preços, nas feiras brasileiras, que tanto se apresentam em valores mais elevados como também diminuídos:

Na feira de São Joaquim os vendedores de peixes estão desesperados e acusam uma queda de praticamente 90% nas vendas desde que foi anunciada a contaminação. “ (...) Eu comprei um quilo de camarão seco por R\$ 7,50 há 15 dias. Hoje ele custa R\$ 10,00 e não é a mesma qualidade” revelou a funcionária pública Fernanda Guerra¹¹¹⁰; A feirante Sandra Ceci, comercializa verduras e destacou que o ano de 1998 não trouxe lucros como no ano passado. “No início do ano comprávamos a caixa de tomate por cerca de R\$ 10,00 ou R\$ 12,00. Agora, a caixa está custando entre R\$ 38,00 e R\$ 40,00. Esse preço é um absurdo, porque temos que repassar para o consumidor mais caro, e mesmo assim o nosso lucro quase inexistente¹¹¹¹; (...) a banca de frutas de José de Assis conquistou a clientela, pelo bom atendimento, embora tenha sido necessário subir os preços, já que as frutas são oriundas do estado de Pernambuco, “Vamos rezar para que o ano de 1999 seja de muita fatura e lucro para todos. Queremos chuva¹¹¹²; Os preços do milho verde estão variando na feira central. A mão (50 espigas) custa entre R\$ 7,00 e R\$ 8,00 (sem escolha) e de R\$ 8,00 a R\$ 10,00 (selecionado). Seis unidades podem ser vendidas por R\$ 1,00 e a unidade (selecionada) entre R\$ 0,15 e R\$ 0,20¹¹¹³; A mão de milho está custando R\$ 10,00, em média, mas pode ser encontrada por R\$ 7,00 e até R\$ 5,00, de menor qualidade¹¹¹⁴.

Esta oscilação de preço nas mercadorias não é uma característica da contemporaneidade nas feiras, como também não é algo aleatório. Fundamenta-se sobretudo nos índices do mercado. O gráfico a seguir demonstra a oscilação no preço dos cereais comercializados na feira de Ponte de Lima, da Época Moderna a Contemporânea. Verificamos oscilações provenientes da dinâmica do mercado.

¹¹⁰⁹ Uma vez que não é repassado para o cliente nenhuma taxa adicional, como é realizado muitas vezes quando os feirantes precisam pagar as taxas das emissoras dos cartões.

¹¹¹⁰ Torres, J. (2007, 03 de abril). Crise: população evita comprar peixes para semana santa. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 2.

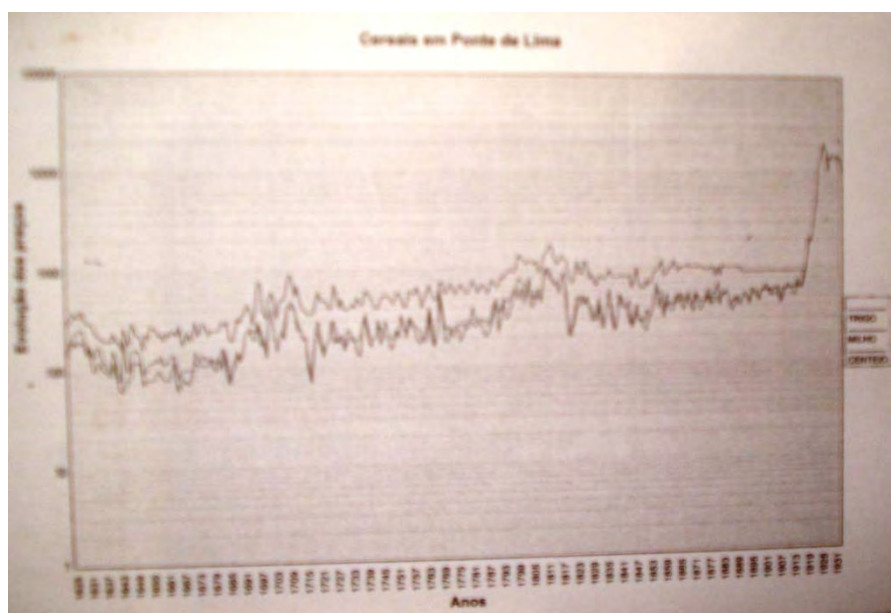
¹¹¹¹ Fim de ano. Feirantes e consumidores reclamam da elevação de preços no Mercado Central. (1999, 01 de Janeiro). *Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB, p. 7.

¹¹¹² IBDEM.

¹¹¹³ Milho verde- feirantes adquirem produto do Ceará [estado nordestino brasileiro] para que não falte nos dias juninos (1999, junho), *Jornal da Paraíba*. Campina Grande, p.6.

¹¹¹⁴ São João 2006. Feirantes comemoram aumento na venda de milho verde em campina Grande.(2006, 23 de Junho). *Diário da Borborema*. Campina Grande-PB, p. B2.

Gráfico 83 – Evolução dos preços dos cereais (trigo, milho e centeio respetivamente) em Ponte de Lima (1625-1931)



Fonte: Reis, A. M. (2000). *Ponte de Lima no tempo e no espaço*. Ed. Da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, pp. 241.

No caso das feiras contemporâneas estes preços são pautados, sobretudo, na composição do custo do produto. De acordo com nossa pesquisa, 92% dos depoentes feirantes disseram, em Portugal, que estabelecem o valor de suas mercadorias seguindo este critério. No Brasil o mesmo método se apresenta como maioria, representando 88%. Por esta razão o mercado consumidor capitalista financeiro estabelece as regras da composição dos preços das mercadorias. A tabela seguinte ilustra esses dados.

Tabela 65 – Método de composição do preço dos produtos nas feiras (Portugal e Brasil)

SOMA BRASIL X PORTUGAL – FEIRANTES		
MÉTODO PREÇO DE VENDA DOS PRODUTOS	PORTUGAL	BRASIL
	SOMA	SOMA
Acrescida ao custo	92%	88%
Baseia-se nos preços do concorrente	8%	12%
De acordo com a procura pelo produto		
Outros métodos		
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Contudo, mesmo que estejam relacionados aos valores do mercado, a partir dos custos empreendidos, os preços mais baratos e a possibilidade de escolha das mercadorias ainda são

características que se fazem presentes nas feiras contemporâneas. Representam em grande medida atrativos para estes lugares de consumo, e mantê-las representa também estratégias dos feirantes. O que dizem alguns fregueses entrevistados a este respeito a seguir:

Aqui temos mais o que escolher. É muito importante as feiras, as lojas são muito caras (...) É um lugar que tem de tudo. Podemos escolher e andar de barraca a barraca perguntando os preços, porque as vezes existe uma diferença muito grande de preço, em uns lugares é mais caro, outros mais barato¹¹¹⁵; Tudo é importante numa feira, sempre se compra mais barato do que nas lojas, e é muito melhor vir às feiras, tem-se muito mais onde escolher os artigos¹¹¹⁶; As pessoas procuram as feiras porque têm muitas coisas e muito mais baratas¹¹¹⁷; Variedade e preço. Basicamente o preço (...) ¹¹¹⁸.

A oscilação nos preços das mercadorias agrada os fregueses, pois, segundo eles, diferentemente dos demais lugares de consumo que já apresentam os valores fixos, no mercado tradicional há flexibilidade. Referimo-nos à antiga prática de negociação entre feirantes e fregueses que convencionou-se a chamar de regatear, "marralhar" em Portugal, e "barganhar", "pechinchar" no Brasil. Esta flexibilização, possibilitada pela negociação do preço, também verificamos como estratégia dos feirantes para atrair os fregueses ao comércio nas feiras. Na sequência, verifiquemos alguns depoimentos de feirantes e fregueses dos dois lados do Atlântico que declaram estas características nas feiras contemporâneas:

No mercado o preço já está lá. E na feira você vai em um canto, faz um menos, e depois vai em outro pode ser menos ainda¹¹¹⁹; Principalmente o pobre gosta de comprar na feira para pechinchar. Vou dar dez, vou dar doze e no mercado não tem pechinchar, o preço é aquele. E com toda dificuldade ainda se vê cliente dentro desta feira. Você vem aqui dia de quinta, sexta-feira, sábado. São João aqui é cheio (...) ¹¹²⁰; A gente vende mais barato. No supermercado o preço é seguro. A gente não, procura agradar o cliente, faz um menos. Eles vem de fora, até de Feira de Santana para comprar aqui na minha mão¹¹²¹; As pessoas gostam de vir aqui para marralhar o preço, as casas tem o preço fixo¹¹²²; O melhor da feira é poder marralhar diferente dos supermercados (...) ¹¹²³; Gosto de pechinchar. Sinto prazer em me sentir a vontade. É o costume, desde pequeno que venho à feira e gosto do contato direto com os feirantes (...). Mas aqui se você tiver até pouco dinheiro leva, e no supermercado se faltar cinquenta centavos a mercadoria é capaz de ficar, aqui

¹¹¹⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Anunciada, freguesa em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

¹¹¹⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Eduarda, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

¹¹¹⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosa, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

¹¹¹⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria João Gaspar, freguesa, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹¹¹⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marina Moraes, freguesa em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹¹²⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Olival Ferreira, feirante em São Joaquim e vice presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador, em 10 de Junho de 2009.

¹¹²¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo, feirante em São Joaquim, Salvador 27 de Maio de 2009.

¹¹²² Entrevista concedida à autora pela Sra. Joana Ribeiro, feirante, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro.

¹¹²³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Sandra, freguesa, em Barcelos, em 05 de Dezembro de 2007.

não, é diferente, a gente pechincha¹¹²⁴;As pessoas sempre regateiam e nós negociamos com eles¹¹²⁵.

Mesmo com o lucro diminuído, a atração dos fregueses para o universo das feiras, faz com que os feirantes se apropriem deste tipo da estratégia, tanto do regateio, como também da manutenção dos preços em mercadorias que apresentam em formato especial. Nas feiras nordestinas, por exemplo, encontramos feirantes que retiram o feijão-verde da vagem, conhecido como o ato de debulha-lo. Neste sentido ou vendem pelo mesmo preço do feijão na vagem, não “cobrando” nada pela força de trabalho apreendida –no debulho- para “agradar” os clientes, ou cobram valores diferentes entre as duas apresentações do feijão. Esta é uma outra estratégia de atração dos clientes às feiras. Sobre a preferência dos clientes a feirante relata:

(...) Por sua vez, Neuza Silva Alves explicou que a preferência do consumidor é pelo feijão já debulhado, devido a praticidade na hora de levar para o fogo, por isso, ela chega cedo à feira para instalar a banca e debulhar as vagens “o povo quer facilidade e a gente tem que seguir essa linha. Estou vendendo o quilo, com os grãos já debulhados, pelo mesmo preço, R\$ 2,00¹¹²⁶.

Figura 54 – Imagens da prática do ato de debulhar o feijão, trabalho coletivo e/ou familiar:



¹¹²⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria das Dores, freguesa na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹¹²⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Albano, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

¹¹²⁶ Mercado campinense abastecido com feijão-verde de qualidade”. Em: Jornal da Paraíba. 21 de Janeiro de 1999.



Fonte: Foto 1 em cor, acervo do Sindicato feira de São Joaquim, demais fotos ver: Silva, V. P. da. (2005). *Praticando a feira: as artes do fazer. A feira na perspectiva das práticas de negociação*. Em: *Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, pp. 67, 83 e 86.

Ainda sobre o lucro diminuído em função do regateio, a feirante portuguesa declara:

Acho sim importante, as feiras. Porque as pessoas sempre vêm comprar produtos que em outros sítios não se tem, além de que os preços são mais acessíveis. Vai se mantendo também a tradição, mas é também porque aqui é um sítio que eles marralha [se refere aos clientes]. Olha, dá por quatro, dá por três e nós fazemos os cálculos. Se dá para ganhar algum lucro já vendemos, e nas casas [se refere aos estabelecimentos comerciais] não se faz isso, os preços são fixos, as pessoas lá têm que comprar sem marralhar. Nós não! Vemos, e as vezes dá para tirar mais um bocadito, se ganha um pouco menos e as vezes um pouco mais. É a vantagem da feira, as vezes um pouco mais lucro, as vezes um pouco menos. O que não podemos é deixar de vender, ainda mais com esta crise¹¹²⁷.

Uma outra forma de pagamento adotada pelos feirantes - embora tenha sua origem no passado, mas ainda se mantém na atualidade - é o pagamento a fiado. Ou seja, alguns dos feirantes que não oferecem o pós-pagamento por meio dos cartões de pagamento, continuam a adotar o sistema de caderneta. Entretanto, convém lembrar que, em função de muitos fregueses não liquidarem suas dívidas neste formato de pagamento, e “serem considerados fiados, sem garantia”¹¹²⁸, os feirantes acabam por, na atualidade, selecionar os fregueses que tem credibilidade, geralmente os conhecidos. Nas feiras do noroeste português, como não são feiras diárias, o pagamento é programado para próxima feira. Já nas feiras do Nordeste brasileiro investigadas, que são feiras diárias, exceto a da Sulanca em Caruaru, que é semanal, o pagamento é programado para o outro dia, ou dia mais conveniente para ambos, no ato da negociação. Em grande parte dos casos, por exemplo, este

¹¹²⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Madalena, feirante em Vila do Conde, 28 de Dezembro de 2007.

¹¹²⁸ Lopes, V. L. S. (2004). *Meios de Vida, as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e Feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 135.

“acordo” é realizado para oito dias, em função de alguns “fregueses serem trabalhadores de rua que recebem semanalmente o pagamento”¹¹²⁹. Alguns depoimentos, na sequência, refletem esta “velha” forma de pagamento, ainda adotada nas feiras contemporâneas, quando os clientes não dispõem de numerário no momento da compra:

Vendo principalmente a dinheiro, as pessoas sabem que nas feiras é assim não é? Mas quando conheço os clientes ainda estou a fiar para eles. A vida está difícil para toda a gente, não é?¹¹³⁰; Sim, normalmente se paga a dinheiro, mas as vezes, se é uma pessoa muito conhecida, deixamos para pagar depois. Temos que ter confiança, mas não é em toda gente. Depende da pessoa¹¹³¹; Alguns pagam aos pouquinhos, outros pagam a pronto-pagamento mesmo¹¹³²; Não deixo de comprar porque não tem cartão. Também nunca pedi fiado, porque nunca precisei, mas se pedisse acho que eles fariam¹¹³³; Vendo fiado sim, para as pessoas conhecidas, meus fregueses eu confio¹¹³⁴; Sim, vendo fiado porque nem sempre as pessoas estão com o dinheiro completo¹¹³⁵; A minha cara é da feira. Se eu tiver dinheiro faço a feira, senão faço também. No supermercado não. Com os meus conhecidos não passo fome¹¹³⁶.

Como forma de pagamento semelhante ao fiado, vimos nas feiras contemporâneas nordestinas os cheques programados, e os cheques para o dia. Embora esta prática esteja em decadência na atualidade, primeiramente porque os valores cobrados nas mercadorias não são elevados o suficiente para que justifiquem o uso de cheques, e também porque o índice de inadimplência é sempre muito elevado neste tipo de forma de pagamento. Entretanto, com o advento do cartão de crédito, os feirantes que não tem esta opção, acabam por oferecer os cheques para atrair os fregueses e assim continuarem no mercado. Elegemos dois depoimentos que representam esta realidade:

(...) Alguns pedem o cartão, mas eu vendo em cheque programado (...) ¹¹³⁷; O surgimento de cartões de crédito, de prazos. A concorrência em si está fazendo dos grandes iteres [se refere aos demais lugares de consumo], criar cartões, criar condições. E os feirantes não têm condições de competir com eles lá fora. Não tem condições de colocar um cartão, porque para colocar um cartão custa muito caro. E

¹¹²⁹ Garcia, M. F.(1984). *Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste paraibano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social., Museu Nacional, Rio de Janeiro, P. 69.

¹¹³⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Olga Martins, feirante, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

¹¹³¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Antonina, feirante em Vila do Conde, em 14 de Novembro de 2007.

¹¹³² Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição Cruz, feirante em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹¹³³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem Lúcia, freguesa em São Joaquim, Salvador, em 10 de Junho de 2009.

¹¹³⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo, feirante na feira de Campina Grande, em 21 de Fevereiro de 2009.

¹¹³⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Guia, feirante na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹¹³⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Aparecida, feirante na feira São Joaquim, Salvador, 10 de Junho de 2009.

¹¹³⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Martins, feirante na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

é muito difícil para quem vive do comércio minúsculo, essa concorrência. Aceito cheque do dia só, para não ficar fora do mercado¹¹³⁸.

Nas feiras em Portugal este tipo de pagamento é menos usual ainda, pois preferem o pronto-pagamento, mesmo que por meio do Multibanco, como afirma o feirante: “as pessoas antes pagavam mensalmente, e agora pagam ou no ato da compra, quando encomendam, e damos desconto. Eles acham melhor. Ou senão pagam em cheque¹¹³⁹.”

Sabemos, pois, que a forma de pagamento consiste em uma demanda de mercado de consumo. Na contemporaneidade este (mercado) passa a exigir modalidades diversas nas formas das compras. Neste sentido, as feiras, que até a década de 1980 tinham nas formas de pagamento o fiado, o preço baixo facilitado pela barganha, em alguns casos o uso dos cheques, e, principalmente o dinheiro, passam a dividir cenário com outras possibilidades de pagamento. Especificamente neste estudo, quando indagados se o pronto pagamento nas feiras se constitui um problema, os fregueses responderam que sim em 42% no Brasil e 35% em Portugal. Índices que refletem as novas tendências do mercado quanto ao hábito de pagamento. Vê-se contudo que no Brasil, um elevado índice de depoentes respondendo sim, em função do uso de cartões de crédito ser em excessivo utilizado, como já expusemos na primeira parte deste texto. Já em Portugal, quando a maior parte dos entrevistados dizem não, quanto ao hábito de pagamento a dinheiro nas feiras isto não se constitui um problema, pois reflete o hábito de pagamento a vista que praticam. Mas os que responderam que sim, na verdade se referem a sentir falta das maquinetas de Multibanco, nas quais, por meio de débito automático, pagam suas compras. A tabela a seguir demonstra estes índices:

Tabela 66 – Opinião dos fregueses sobre o pronto pagamento ser um problema nas feiras (Portugal e Brasil)

SOMA BRASIL X PORTUGAL - FREGUES		
O PRONTO PAGAMENTO É UMA PROBLEMA NAS FEIRAS?	BRASIL	PORTUGAL
	SOMA	SOMA
Sim	42%	35%
Não	58%	65%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

¹¹³⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Augusto, brasileiro, feirante em São Joaquim, Salvador, em 27 de Maio de 2009.

¹¹³⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando, feirante, em Vila do Conde, em 14 de Novembro de 2007.

Apresentamos na sequência alguns depoimentos acerca desta nova tendência, a partir da demanda de mercado:

Não ter Multibanco é sim um problema¹¹⁴⁰; Devia ter Multibanco, e aqui só conheço uma senhora que vende por Multibanco, ela vende malas¹¹⁴¹; No supermercado também hoje tem muitos produtos que antes não tinha e também tem cartão¹¹⁴²; Os mais idosos são apaixonados pela feira e eles não usam cartão. Mas era bom que tivessem, porque é mais seguro, inclusive para os feirantes¹¹⁴³; Compro a vista, mas se tivesse cartão facilitaria bastante porque ia diminuir bastante o roubo. Ladrão não rouba cartão¹¹⁴⁴; Na feira é a vista, a única desvantagem que tem é esta. Muita gente hoje só trabalha com cartão, com tickt alimentação. Se bem que agora já têm alguns feirantes que também estão aceitando o cartão, mas ainda são poucos¹¹⁴⁵.

Entretanto convém lembrar que se esta tendência de mercado é favorável à utilização de maneiras novas de pagamento, para além das usuais utilizadas no mercado tradicional, elas também refletem a realidade de endividamento dos usuários de cartões descritas anteriormente no tocante à inadimplência do mercado. Neste sentido, sugerem a preferência de muitos fregueses para o pagamento em espécie. Evitando assim o endividamento. Os depoimentos a seguir demonstram esta preocupação:

Compramos mais em conta que nas lojas. (...) É melhor a vista porque sabemos o que estamos gastando¹¹⁴⁶; É bom comprar em dinheiro porque assim não ficamos endividados¹¹⁴⁷; Acho que o cartão de crédito, para mim, não tem vantagem. Uma pessoa fica endividada, e nem sabe quanto está a dever¹¹⁴⁸; (...) O cartão de crédito é uma ilusão. Pensamos que estamos levando vantagem e não estamos¹¹⁴⁹; O mercado tem o cartão e muita gente vai para lá por causa disso. Eu mesma não faço isto, melhor comprar no dinheiro¹¹⁵⁰; Aqui não existe vínculo, e o cartão deixa vínculo. Eles [se refere aos feirantes] têm trinta dias de garantia, e repõem a mercadoria mesmo sem nota¹¹⁵¹.

Em que pese as divergências para aqueles fregueses que são adeptos ou não as novas formas de pagamento nas feiras, observemos os gráficos a seguir, que demonstram as diversas formas de pagamento utilizada – pelos fregueses- nas feiras investigadas. Em Portugal 78% pagam suas

¹¹⁴⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Daniela, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

¹¹⁴¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Danila, freguesa, em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

¹¹⁴² Entrevista concedida à autora pela Sra. Sandra Costa, freguesa em São Joaquim, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹¹⁴³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Roberto Felipe, freguês, na feira de Caruaru, em 15 de Dezembro de 2009.

¹¹⁴⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Paulo Ricardo, freguês, em Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

¹¹⁴⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa da feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹¹⁴⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Fátima, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

¹¹⁴⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Bela, freguesa, em Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

¹¹⁴⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. João Alcântara, freguês, em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

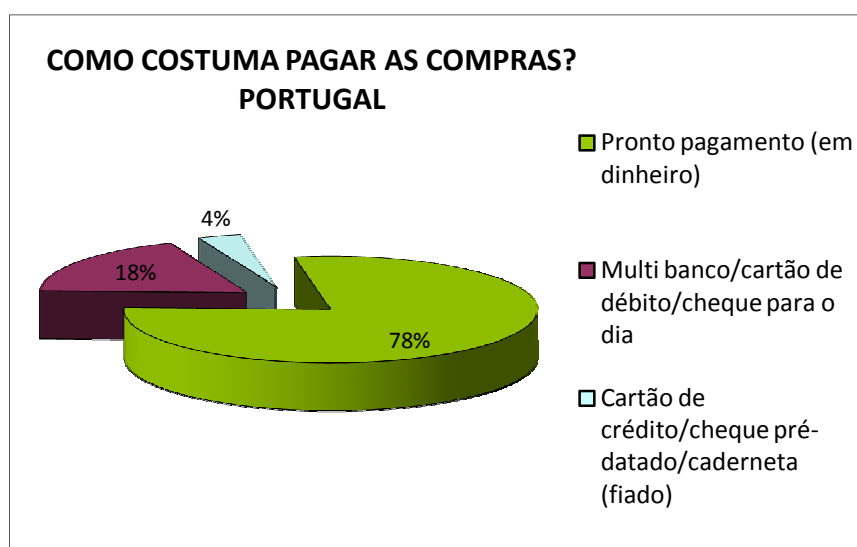
¹¹⁴⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Aguinaldo Campos, freguês em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

¹¹⁵⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Joana, freguesa na feira de Campina Grande, em 20 de Fevereiro de 2009.

¹¹⁵¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

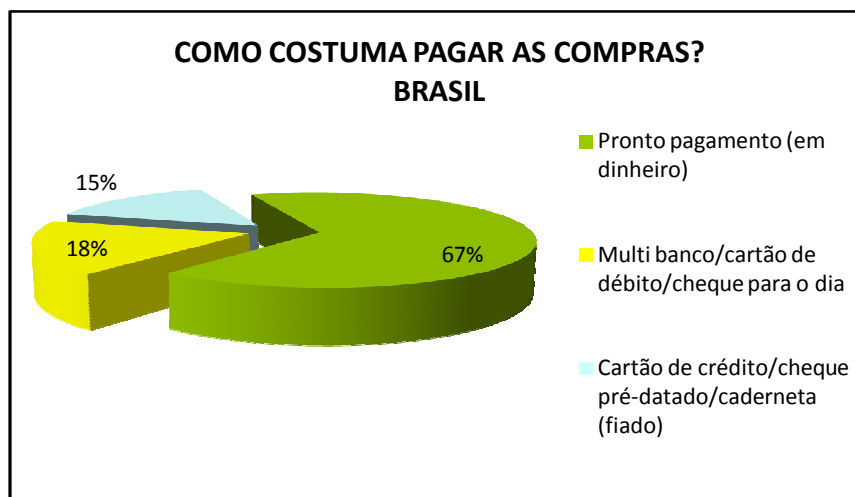
compras no pronto pagamento, 18% através de cartão de débito, e 4% em cartões de crédito. São 96%, portanto, que preferem o pagamento a vista, seja por Multibanco ou em numerário. Enquanto no Brasil este índice para pagamento no cartão de crédito representa 15% dos entrevistados, e para pagamento a vista 85%. Nos gráficos a seguir verificamos estes índices:

Gráfico 84 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Portugal)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 85 – Demonstrativo da forma de pagamento dos fregueses nas feiras (Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Como vimos, nas feiras contemporâneas os feirantes adotam variadas formas de pagamento, em função da dinâmica do mercado. Neste sentido, “novas” e “velhas” maneiras de pagamento convivem neste universo. Nas feiras, embora adotem o dinheiro como principal forma de pagamento,

outras maneiras também se fazem presentes. Ao adotarem estas opções de pagamento que transitam entre o antigo e o moderno, os feirantes se tornam responsáveis pela continuidade das feiras como lugares de consumo na contemporaneidade.

Outrossim, o mesmo verifica-se para as mercadorias que se adequam à nova dinâmica do mercado consumidor e têm nas feiras as resiliências necessárias para esta adequação. Ao se misturarem elementos do velho e do novo, seja nas mercadorias ou mesmo nas formas de pagamento, estas são estratégias de resistência e continuidade destes mercados tradicionais de consumo. Na sequência dois depoimentos retratam muito bem aquilo que aqui defendemos, no sentido de percebermos as estratégias utilizadas pelos feirantes para que as feiras continuem a existir na contemporaneidade, mesmo diante das adversidades dos demais lugares de consumo. Ambos os depoimentos tratam-se de feirantes e também representantes esta categoria em Portugal e no Brasil. O primeiro deles: “ As feiras do século XXI vão sim evoluindo, e por isso venceram o medievo. Vemos isso nas adequações das mercadorias, nas formas de pagamento, com o uso do cartão, a exemplo das grandes superfícies, mas também na forma de tratar o cliente. As pessoas, hoje, estão mais civilizadas e tratam os clientes melhor. Isso faz com que eles regressem”¹¹⁵². O segundo nesta mesma direção afirma:

Como a feira tem permanecido presente com determinada pujança marcante em todo o comércio da cidade? A feira como espaço de resistência se da quando percebemos como a feira tem mudado ao longo dos anos. E esta lógica foi com que fez com que a feira permanecesse viva até hoje. Então, ruas que antigamente eram ruas de calçados e roupas foram mudando para ruas das bomboneiras, que inclusive hoje é um comércio muito forte, não só na feira, mas na cidade de Salvador. Especialmente depois do plano real as bomboneiras ganharam um espaço muito grande, houve o desemprego e as pessoas foram vender balas, baleiros¹¹⁵³, além de todos os outros comércios que também precisam destes produtos de bomboneira, como cigarro também. Ruas que era de farinha foram transformadas em restaurantes e bares. Houve muita mudança dentro da feira e os feirantes vão vivendo, conquistando e reconquistando os espaços. Há diversas feiras dentro de um mesmo espaço. Então a feira vem se adaptando a cidade e a lógica comercial da cidade. O principal elemento da feira é o elemento comercial. Porque que a feira existe? A feira existe por causa do comércio e para atingir as necessidades da cidade. Então se hoje a necessidade da cidade é farinha, então vai ser farinha. Se amanhã é bomboneira vai ser bomboneira. Antes era calçado, hoje é bomboneira. A feira tem essa capacidade de se mover, adaptar, até porque os feirantes são pequenos, micro e até empresários. São poucos os grandes, mas têm. A rapidez

¹¹⁵² Entrevista concedida à autora pelo Presidente da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, na Feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

¹¹⁵³ Se refere aos ambulantes espalhados na cidade que comercializam seus produtos até no interior dos autocarros urbanos, e como o sindicato é também uma representação dos ambulantes, o depoente tem conhecimento sobre a evolução deste ramo. Além do que atua na feira vendendo produtos de mercearia, entre eles os artigos de bomboneira (chamados de bomboneiras em Portugal).

com que a feira se adapta as novas realidades: se adaptou à inflação, mas também se adaptou à estabilidade económica. A feira se adapta muito¹⁵⁴

¹⁵⁴ Entrevista concedida à autora pelo Presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador, em 08 de Junho de 2009.

Capítulo 8 – As Feiras como património imaterial e cultural das cidades

Património cultural e imaterial são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural¹¹⁵⁵

Quando falamos em património, duas ideias diferentes surgem: património individual e património coletivo. O primeiro refere-se aos bens individuais, que são transmitidos aos herdeiros. Estes podem ser materiais, de alto valor comercial (imóvel, empreendimento, automóvel, etc.), ou de pouco valor comercial, mas de elevado valor emocional, como as fotos, livros, discos autografados, diários, imagens religiosas (entendido como património espiritual), etc. Quanto ao segundo – património coletivo – os bens que o integram pertencem à memória coletiva, dos diversos grupos da comunidade. Convém lembrar, entretanto, que este último conjunto de bens, referente à coletividade, é passível de constantes mutações, com interesses distintos, conflitantes¹¹⁵⁶ que, de certa maneira, contribuem para a valorização de determinado bem como sendo coletivo ou não, dependendo da geração e dos conflitos definidos.

Sabemos que o conceito de património tem origem latina, *patrimonium*, referindo-se, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familiae*, pai de família. Neste contexto, na antiguidade clássica, a família, filhos, esposa, escravos, animais, bens móveis e imóveis eram propriedades do senhor. Tudo isto podia ser deixado em testamento. No medievo, com a difusão do Cristianismo e o predomínio da Igreja e da ideologia teocêntrica, o património passou a agregar também o valor simbólico e coletivo, o religioso, dotado de formas materiais e espirituais. Assim, passou-se a cultivar a valorização dos lugares e objetos, bem como os rituais coletivos. Neste sentido, a catedral era um património coletivo, embora pertencente à Igreja. Com o advento da modernidade e do Renascimento, ao significado de património somou-se o sentido humanístico. Com o retorno e a valorização dos vestígios da antiguidade clássica passou-se a colecionar obras antigas, a coletar e catalogar os objetos pertencentes àquelas civilizações: moedas, inscrições em pedras, vasos de

¹¹⁵⁵ Definição atribuída pela Unesco. Acedido em 04 de Maio de 2011, em: «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=085C03528B7E4B9F921B7BCCC7A44EC2?id=10852&retorno=paginalphan>»,

¹¹⁵⁶ Boa parte deste texto foi produzido para o encontro científico ver Araújo, G. de A. F. (2010). Uma discussão acerca do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e em Portugal, tendo as feiras de Caruaru-PE (Brasil) e Barcelos (Portugal) como objeto de análise. Em: *I Encontro CITCEM - Família, Espaço e Património*. (Guimarães, 26 e 27 de Novembro de 2010). Acedido em 01 de Maio de 2011, em: «[http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20\(14h30-16h00\)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino_TEXTO.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20(14h30-16h00)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino_TEXTO.pdf)».

cerâmica, etc. (daí o termo antiquário). É sabido, também, que a partir desta época, o património assumiu um sentido nacional sob a tutela do Estado. Com o advento dos nacionalismos e da formação dos estados nacionais, a ideia de Nação é inserida na sociedade, mas com o seu significado primeiro, do latim do verbo nascer, referindo-se apenas ao local de nascimento. Assim, os Estados eram religiosos e monárquicos. Todos eram súbditos do Rei, poder este legitimado pela Igreja Católica. Os súbditos tinham origens diversas, eram povos heterogêneos, com tradições e costumes variados. No século XVIII, após a revolução francesa, o regime republicano introduziu o moderno conceito de património, que se refletia na cidadania dos homens e precisava o conceito de património nacional partilhado pelos cidadãos a partir de uma língua de uma cultura e de um território comum. A ideia de pertencimento a uma Nação estava difundida, junto das comunidades¹¹⁵⁷, alicerçada em valores emergentes, como a identidade nacional e o património nacional recém-inventado. Como afirmou Camargo,

A Revolução Francesa é o divisor de águas no processo em curso. Pela primeira vez, o termo património, noção emanada do direito, através da qual a sucessão é normalizada em relação ao conjunto das posses, metaforicamente passa a designar as propriedades que doravante pertencem à nação. As razões são já conhecidas: a expropriação dos bens do clero, dos imigrados e da monarquia¹¹⁵⁸.

A Revolução do final do século XVIII representou, portanto, para a França inicialmente e para os demais países da Europa Ocidental posteriormente, uma nova maneira de pensar o conceito de património. Definiram-se as diretrizes legais e necessárias para a conservação e salvaguarda dos monumentos. A instrumentalização técnica e jurídica de reconhecimento, quanto à legitimidade de um determinado bem, passou a ser considerada diante do seu valor histórico agregado. Valores reconhecidos como memoráveis. Para além disto, o reconhecimento legal de bens patrimoniais naquele momento, denotavam poder e grandeza entre as nações¹¹⁵⁹.

No século XIX, em 1837, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos passa a investir neste legado da instrumentalização técnica e jurídica de reconhecimento, implantada após a Revolução

¹¹⁵⁷ IBIDEM, Araújo, G (2006) “Uma discussão acerca do Património cit..., p.2. Apud FUNARI, Pedro Paulo A e Sandra C. A. Pelegrini. Trajetória do Património no contexto mundial. Em: *Património Histórico-cultural*. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, pp. 10-28.

¹¹⁵⁸ Camargo, Haroldo L. (200, Julho) “Resenha crítica: Françoise Choay, *A Alegoria do Património*”. Tradução: Teresa Castro. Edições 70,.. Lisboa Em: *Revista Eletrônica Património: Lazer & Turismo*. Mestrado em Administração, da UNISANTOS- Universidade Católica de Santos. Acedido em 10 de Julho de 2011. Em <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=27>,

¹¹⁵⁹ Choay, Françoise. (2001). *A alegoria do património*. Ed. Unesp, São Paulo.

Francesa. Os primeiros monumentos históricos a serem preservados foram os remanescentes da antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos¹¹⁶⁰.

No início do século XX, em 1903, Alois Riegl avança na discussão conceitual de património cultural. O autor traz a colação da noção dos valores patrimoniais ultrapassando as categorias fixas e imutáveis dos monumentos, “permitindo distingui-los e relacioná-los historicamente com as dimensões de tempo e espaço, ao invés da postura radical (e ingénuo) das definições apriorísticas que impedem a compreensão do sentido dos artefatos, resultando em destruições ou restaurações desastrosas”¹¹⁶¹. O princípio da preservação dos monumentos históricos e artísticos foi ainda mais fortalecido com o advento dos dois maiores conflitos mundiais, que geraram um reforço do espírito de nacionalismo. No final da Primeira Guerra Mundial, diante da carência de recuperação das construções assoladas pelas batalhas, profissionais sensíveis a esta causa, integrantes do Conselho Internacional dos Museus, promoveram a Primeira Conferência Internacional em Atenas, que teve no seu final a criação de um documento conhecido como Carta de Atenas, em 1931. Esta carta determinava que os monumentos deveriam ser preservados, conservando as características históricas e artísticas da edificação, dos estilos, independentemente da época. O interesse da coletividade deveria sobrepor-se ao interesse privado, uma vez que “a conservação do património artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização”¹¹⁶². Segundo Bastos,

A Carta de Atenas, se constituiu um marco na definição de diretrizes para a questão da reconstrução de edificações deterioradas. Seguiram-se outras reuniões internacionais das quais se destacam as decisões de se considerar as obras monumentais de cada povo como um património comum da humanidade, bem como a necessidade de se delegar a responsabilidade pela preservação do património histórico aos poderes locais¹¹⁶³.

No final da Segunda Guerra Mundial, o espírito nacionalista associado ao imperialismo seria superado com a criação, em 1945, da ONU, Organização das Nações Unidas, e da UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1946. “As prerrogativas da Unesco ganharam especial sentido após a emissão da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Dezembro de 1948, que estabeleceu o direito à educação e à cultura como prerrogativas

¹¹⁶⁰ Idem, p. 12.

¹¹⁶¹ Camargo, Haroldo L. “Resenha crítica: Françoise Choay, cit....”, p.3.

¹¹⁶² Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. *Carta de Atenas*, outubro de 1931, p.3. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=232>,

¹¹⁶³ Bastos, Sênia. (2004). “Nosso património cultural: uma metodologia de pesquisa”. PASOS, *Revista de Turismo Y Património Cultural*. Vol. 2, N° 2, p. 258. Acedido em 10 de Julho de 2011, <http://www.pasosonline.org/Publicados/2204/PS080204.pdf>,

mundiais”¹¹⁶⁴. Neste sentido, a UNESCO preocupou-se não apenas com os patrimónios de valor nacional, mas também com a conservação deste património para que o mesmo passasse a ter um reconhecimento de dimensão internacional¹¹⁶⁵. As comunidades minoritárias como, por exemplo, o património das comunidades indígenas, das mulheres, dos grupos religiosos, desportivos, como o meio ambiente, passaram a ser valorizadas na medida em que iam sendo salvaguardadas. Para além deste aspecto, a valorização destes bens patrimoniais proporcionaria um melhor entendimento dos conflitos sociais, e suas diversidades¹¹⁶⁶.

Recentemente, o professor francês, e na altura assessor técnico internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Hugues de Varine-Boham, conceituou a noção de património cultural de acordo com três categorias de elementos: a primeira com os elementos advindos da natureza, pertencentes ao meio ambiente; a segunda correspondente aos bens culturais relativos ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer, compreendendo toda a capacidade de sobrevivência do homem em seu meio ambiente, ou seja, a própria transformação da natureza e todo o seu processo constitutivo; a terceira e última, considerada a mais importante de todas, pelo fato de reunir os bens culturais propriamente ditos, engloba todas as coisas, objetos, artefatos, obras e construções obtidas a partir do meio ambiente e da transformação humana¹¹⁶⁷. Todas estas diretrizes foram redefinidas nos foros internacionais promovidos pela UNESCO, como a Convenção realizada em Haia em 1954¹¹⁶⁸, Conferência Nova Delhi em 1956¹¹⁶⁹ e do Congresso de Veneza de 1964¹¹⁷⁰.

O património cultural passou a ser compreendido a partir dos monumentos arquitetónicos, os sítios arqueológicos, e os objetos e estruturas herdados do passado, dotados de valores históricos, culturais e artísticos, passando a integrar, ainda, todos os bens que representavam as fontes culturais

¹¹⁶⁴ Zanirato, Sílvia H. e Ribeiro, Wagner C. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. I; Em: *Revista Brasileira de História*, v. 26, nº 51, São Paulo, p. 255. Apud: Gonzales-Varas, Ignacio. (2003). *Conservación de bienes culturales*. Cátedra, Madrid, p. 458. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext#back6,

¹¹⁶⁵ UNESCO. (2005). Centro del Patrimonio Mundial de la. Carpeta de información sobre el patrimonio mundial. Paris, p.2.

¹¹⁶⁶ Araújo, Giovanna. “Uma discussão acerca do Patrimônio cit...”, p.2

¹¹⁶⁷ Ver Godoy, Maria do C. (1985). Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política. Em: *Encontro Estadual de História*. ANPUH/MG, *Belo Horizonte-MG*

¹¹⁶⁸ Ramos, Cátia S. V. (2004). “Convenção de Haia” Em: *Salv guarda e Defesa do Patrimônio Concelhio- Concelho de Nelas*, p. 17. Ver “Organismos, Cartas, Convenções sobre Patrimônio Arquitetónico”. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://pt.scribd.com/doc/20155610/2-cartas-convencoes-organismos>

¹¹⁶⁹ Conferência Geral da UNESCO, 9ª Sessão, Dezembro de 1956. Recomendações de Nova Delhi sobre preservação do Patrimônio Arqueológico, para bens móveis e imóveis. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=234>,

¹¹⁷⁰ Il Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, Maio de 1964. ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios*, conhecida por Carta de Veneza. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=236>,

de uma sociedade ou de um grupo social. Esses bens podiam ser abrigados em três categorias: os bens móveis ou imóveis que apresentassem uma grande importância para o património cultural dos povos; os edifícios cujo destino principal e efetivo fosse o de conservar ou expor os bens culturais móveis, e os centros monumentais que compreendessem um número considerável de bens culturais¹¹⁷¹.

Com a ampliação do conceito, todas as demais convenções e documentos internacionais passaram a tratar do tema património, adotando esta nova interpretação do conceito nas abordagens às questões culturais. Destacamos os seguintes documentos resultado de encontros e convenções: a) Convenção para a Proteção Mundial Cultural e Natural Heritage de 1972, que discutiu os impactos de longo alcance das atividades da UNESCO na elaboração de instrumentos normativos para a proteção do património cultural¹¹⁷²; b) Convenção do Património Cultural e Natural, destacando o conceito de património cultural para os monumentos, os conjuntos e os sítios¹¹⁷³; c) Congresso do Património Arquitetónico Europeu com a Declaração de Amesterdão ou Carta Europeia do Património Arquitetónico, reconhecendo que o Património Arquitetónico Europeu é formado por monumentos isolados ou não, mas também pelos conjuntos, bairros e cidades e aldeias que apresentam um interesse histórico ou cultural, além do ambiente natural e construído¹¹⁷⁴; d) Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001, e a Declaração de Istambul de 2002, quanto à valorização da cultura tradicional e popular, cuja discussão já tinha sido iniciada em 1989; e) a Conferência Geral da ONU/ UNESCO, realizada em Paris no ano de 2003, que trata, na sua 32ª secção, especificamente das diretrizes voltadas para o património Imaterial e para a Salvaguarda do património cultural imaterial¹¹⁷⁵.

Entendendo que as feiras aglutinam conflitos e diversidades, consistindo depositários de valores, expressões, tradições, transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que as frequentam, representando as suas identidades, mesmo que de carácter múltiplo, variado, enquanto identidade social, consideramos as feiras tradicionais, aqui estudadas, como um património cultural,

¹¹⁷¹ Zanirato, Sílvia H. e Ribeiro, Wagner C. Património cultural cit..., pp. 254-255. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext#back6,

¹¹⁷² "A Convenção do património Mundial". Acedido em 10 de Julho de 2011 em <http://whc.unesco.org/en/convention/>.

¹¹⁷³ Por ocasião da Conferência Geral da UNESCO, na 17ª Sessão, realizada em Paris, Novembro de 1972. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=244>,

¹¹⁷⁴ Conselho Arquitetónico do Património Europeu, por ocasião de comemoração do Ano do Património Europeu. Também conhecida como Carta Europeia do património Arquitetónico. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=246>,

¹¹⁷⁵ "Texto da Convenção para Salvaguarda do património Cultural Imaterial" Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00006> e, Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=271>.

de um lado e do outro do Atlântico. Políticas de incentivo quanto às suas respectivas preservações culturais, lideradas ou não pelos poderes públicos, mas, sobretudo, com a chancela da sociedade civil, vêm sendo implementadas, como é o caso da busca pelo reconhecimento ao património imaterial nacional das feiras nordestinas brasileiras. Com base neste último documento, os Ministérios da Cultura em Portugal e no Brasil, se regem quando da elaboração de seus decretos, estatutos, e formulações de leis sobre o tema¹¹⁷⁶.

As entrevistas dos frequentadores das feiras mostram que todos foram da opinião que estes espaços devem ser mantidos, conservados, preservados. Segundo seus testemunhos, as feiras, para além de representarem um passado de gerações que sobreviveram no sentido económico, político e social, continuam, ainda hoje, a promover a aproximação com a cultura popular através da criatividade e da transformação de elementos do cotidiano - ressignificando seus ofícios diante da arte do fazer e saber fazer dos feirantes - transmitidos de geração em geração.

Contudo, observamos nestes espaços sociais um conjunto de costumes e práticas que dão continuidade ao mercado tradicional, ao mesmo tempo que presenciamos um conjunto de alterações e adaptações às novas realidades económicas, tendo todos estes comportamentos, como intuito principal, agradar os fregueses¹¹⁷⁷. As formas de pagamento e as técnicas de venda, como a barganha, por exemplo, são peculiares destes universos comerciais e culturais contemporâneos. Já em relação aos fregueses, estes veem as feiras como lugares de abastecimento, mas também os procuram com intuito de rememorar momentos significativos de suas vidas, contextualizando-os em suas memórias. É sobre estes aspectos que dedicaremos as próximas páginas do presente texto.

8.1 – A salvaguarda do bem imaterial no Brasil

Retrospectiva histórica da Política Patrimonial Imaterial Brasileira

No Brasil, o debate em torno da conceção de património e das políticas publicas de reconhecimento teve início nos anos 20 e tratava-se de iniciativas locais. Porém, na década de 1930, o debate foi ampliado em uma esfera nacional, com a criação do Instituto Nacional de Proteção Patrimonial. Em 1936, atendendo ao pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade elaborou o projeto que justificaria a implantação do Instituto. Este projeto traz "a

¹¹⁷⁶ Em relação à feira de Caruaru este título já fora concedido pelo IPHAN, quanto as outras duas os pedidos já foram encaminhados a mesma entidade, e estão em fase de avaliação. Sobre estes processos dedicaremos os tópicos 8.2 e 8.3 deste texto, pp. 489-551.

¹¹⁷⁷ Como vimos no capítulo 7 A "troca" de mercadorias e novas formas de pagamento, desta tese, pp. 312-444.

concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza, de 1964¹¹⁷⁸. Neste sentido, o conceito de artístico significaria a “ (...) habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”¹¹⁷⁹. Patrimônio artístico arrolaria, portanto, a estética como o artesanato, a arqueologia, as artes aplicadas e a história. Esta concepção se contrapõe à primeira legislação patrimonial do país, o decreto-lei nº 25/37, ainda em vigor, de acordo com o qual o conceito de “patrimônio histórico e artístico” está relacionado com a ideia restrita de que devemos considerar patrimônio apenas os monumentos e edifícios antigos. Segundo o teor desta legislação o patrimônio histórico e artístico nacional seria o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico¹¹⁸⁰. Este foi o conceito de patrimônio que norteou a política de preservação do patrimônio histórico durante a implementação do Estado Novo (1937-1945). Neste contexto, apenas foi valorizado o patrimônio edificado e arquitetônico, a chamada “pedra e cal”, em detrimento de outros bens significativos, que, naquela época, foram relegados ao esquecimento porque não se justificava a sua preservação.

O aspecto mais preocupante deste período, em relação à política preservacionista levada a cabo pelo SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - é que tal órgão, desde sua criação em 1937, deixou um saldo de bens imóveis tombados, referentes a setores dominantes da sociedade brasileira como, por exemplo, fortes militares, igrejas barrocas, casas-grandes, sobrados coloniais, enquanto senzalas, quilombos, vilas operárias e cortiços foram “esquecidos”¹¹⁸¹. Toda esta política tinha por objetivo “disfarçar” a realidade, demonstrando que a concepção predominante era forjar uma identidade nacional única, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico cultural de nossa formação histórica, como se tivéssemos um passado homogêneo e uma História sem conflitos e contradições sociais.

No final dos anos setenta, quando o Brasil procurava retomar o caminho para a democracia, reacendeu-se com intensidade o debate sobre as raízes de nossa identidade cultural. Foi neste novo

¹¹⁷⁸ Fonseca, Maria C. L. (1997). *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. UFRJ/IPHAN. Rio de Janeiro, p. 108.

¹¹⁷⁹ Araújo, Giovanna de A. F. (2006). *Múltiplos discursos sobre a feira de Campina Grande-PB*. Gráfica e Editora Agenda, Campina Grande, p. 94. APUD: Lemos, Carlos (1982) *O que é Patrimônio Histórico*, Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos), São Paulo, p. 40.

¹¹⁸⁰ IBDEM, Araújo, Múltiplos cit..., p. 94, APUD: Saliba, Elias T. (1998). Experiências e representações sociais: reflexos sobre o uso e o consumo de imagens. Em: *O saber histórico na sala de aula*. 2 ed.: Contexto, São Paulo, pp. 131-132.

¹¹⁸¹ Andrade, Rodrigo M. F de, e o SPHAN (1987). *Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*: Ministério da Cultura/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro.

contexto político que os órgãos responsáveis pelo património cultural buscaram ampliar e aprofundar as políticas públicas de preservação. Desde então, realizaram-se debates, pesquisas, projetos e ações que tratam das múltiplas expressões materiais e imateriais da dinâmica cultural brasileira. Com o passar dos anos, na década de 1990, assiste-se a uma ampliação do conceito de património, sendo agora considerado como o conjunto de bens, culturais e naturais, de determinado território e sociedade. Este conjunto de bens categoriza-se em tangíveis (bens naturais, imóveis, fixos, etc.) e intangíveis (bens culturais, manifestações de tradições artísticas, legado cultural, memória, identidade cultural, etc.) Assim sendo, no conceito de património passa a caber um conjunto de utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas da vida quotidiana de todos os segmentos sociais.

Perante a valorização e a extensão da noção de património, este passa a incluir a preservação de sítios históricos e naturais, levada a cabo através da multiplicação de museus e de exposições de natureza histórica, que nada mais são que manifestações da gestão pública do passado. Os “lugares de memória” também se multiplicaram: “Museus, arquivos, cemitérios, festas, coleções, aniversários, tratados, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade”¹¹⁸².

Estas questões, neste momento, têm norteado distintas instituições da sociedade civil, que se configuram como autoridades de tutela, diferentemente dos anos 30 e de todo o período do regime militar, quando a seleção de bens com valor patrimonial cabia aos órgãos oficiais, que decidiam quais os critérios de preservação e quais os patrimónios que deveriam ser tombados. Atualmente, com a ampliação do conceito de património cultural, a sociedade civil está organizada e responsabiliza-se por essa tutela e preservação, “cobrando” postura da administração pública no que diz respeito ao património cultural brasileiro, através de várias entidades tais como: o IAB- Instituto de Arquitetos Brasileiros, a AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros e a ANPUH- Associação Nacional de História. Assim, a terminologia “património cultural” abrange várias unidades designadas como “bens culturais”, que por sua vez se definem como sendo toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual e formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia¹¹⁸³. Todavia, estas definições têm sido a todo instante aprimoradas, dando-se, constantemente, um maior carácter de abrangência ao termo “património cultural”.

¹¹⁸² IDEM IBIDEM, p. 95. APUD: Barreto, Margarita. (2000). *Turismo e Legado cultural*. PAPIRUS, Campinas-SP, pp.10-11.

¹¹⁸³ Ver Nora, Pierre. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História, n. 10*. PUC-SP, São Paulo, p. 13. Sobre preservação patrimonial ver ainda: Pinheiro, Maria L. B. (2006/2). Origem da noção de preservação do património cultural no Brasil. Em: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, EESC-USP.

Portanto, podemos afirmar, diante da concepção da UNESCO incorporada pelo IPHAN e todos os órgãos ligados ao tema, citados anteriormente, que património cultural engloba elementos históricos, ecológicos, artísticos e científicos, sendo por si só interdisciplinar, atendendo a um tripé relacionado com as dimensões naturais ou ecológicas, histórico-artísticas e documentais. Com isto, concluímos que o meio ambiente, os conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, as obras, os objetos, documentos, as edificações, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver são bens culturais de uma sociedade, e por isso devem ser preservados. Esta nova abrangência do conceito “património cultural” contrapõe-se ao restrito conceito de “património edificado”, com dimensão apenas na “pedra e cal”, já que agora não se engloba somente a dimensão arquitetónica, mas sobretudo a representação social, cultural e artística bem como os valores documentais, arquivísticos, bibliográficos, ideográficos, iconográficos, orais, visuais e museológicos. Enfim, o conceito “património” passou, na atualidade, a englobar a representatividade total de uma sociedade, de como ela viveu e vive.

A Constituição Brasileira de 1988 segue essa terminologia moderna descrita anteriormente, adotando pela primeira vez a denominação “património cultural” e, no seu artigo 216, Capítulo III (da Educação, da Cultura e do Desporto), Seção II- da CULTURA, conceitua o que se entende por essa expressão:

Constituem património cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão;
- II- os modos de criar, fazer e viver;
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico, paleontológico e científico¹¹⁸⁴.

Todos os bens naturais e culturais, materiais e imateriais, manifestações populares ou eruditas, monumentos individualizados ou em conjunto, são considerados património cultural do país, desde que sejam portadores de uma referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes elementos étnico-culturais, formadores da nação brasileira¹¹⁸⁵.

¹¹⁸⁴ Ministério da Educação, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília-DF, pp. 142-143.

¹¹⁸⁵ Araújo, cit..., p.98. APUD: Lemos, Carlos. (2008). *O que é Patrimônio Histórico*. 5. Ed. Brasiliense, São Paulo. Sobre a formação da identidade dos sujeitos, estando relacionada ao patrimônio ver ainda: Vianna, Leticia C. R. e Teixeira, João G. L. C. (2008, Julho) Patrimônio imaterial, performance e identidade. Em: *Concinnitas*, ano 9, volume1, número 12. Rio de Janeiro.

Esta ampliação do conceito de património conduziu a um reforço da noção de bens a serem preservados, pelas políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura. A Lei nº 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, constituiu-se como um impulso no âmbito da proteção do património. Propiciou um assustador desenvolvimento do marketing cultural, que se consolidou nos anos 90. Como exemplo desta nova política temos o Decreto nº 8.313/1991, conhecido como Lei Rouanet, instituindo o PRONAC (Programa de Apoio a Cultura), cujo propósito é desenvolver projetos com recursos oriundos do FNC (Fundo Nacional de Cultura), vinculado ao MINC (Ministério da Cultura), como acontece com o Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Neste sentido, desde o ano 2000, o IPHAN tem lançado políticas de incentivo e salvaguarda aos bens culturais de natureza material e imaterial do Brasil, a exemplo do PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial¹¹⁸⁶ entre outros¹¹⁸⁷. Especificamente em relação ao PNPI sabemos que se trata de uma política de salvaguarda de bens imateriais, implantada no Brasil, resultante de iniciativas anteriores¹¹⁸⁸ que já fomentavam a necessidade de políticas públicas de preservação patrimonial. Foi a partir do ano 2000 que o PNPI começou a ser executado, com o propósito de uma maior valorização dos bens intangíveis das comunidades:

Pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores e os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio é também o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade da nossa gente. O intangível, o imaterial.¹¹⁸⁹

¹¹⁸⁶ IPHAN, decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Acedido em 05 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>» e «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>»

¹¹⁸⁷ Para além do PNPI, o Ministério da Cultura também tem outros programas que atendem ao objetivo da salvaguarda dos bens culturais. A saber: Monumenta; o Cultura Viva com seus Pontos de cultura; o Programa de Museus; o Projeto Pixinguinha; O Programa Brasileiro de Capoeira; As indústrias Criativas; o Diálogo entre as Civilizações; os editais de cinema e audiovisual; a recuperação dos quilombos; e a criação do sistema Nacional de Cultura. Ver: Gil, Gilberto. (2000) "Cartografia cultural". Em: Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. IPHAN, Ministério da Cultura. Brasília, p. 1. Sobre política patrimonial no Brasil, ver ainda: Oliveira, Almir F. B. de. (2002). *Memória, História e Patrimônio Histórico. Políticas Públicas e a preservação do Patrimônio Histórico*. PPGH-UFPE, Recife.

¹¹⁸⁸ Se formos historizar a criação do PNPI, se faz necessário que retomemos no tempo, e identifiquemos como principais ações que nortearam a criação desta política pública de valorização patrimonial (PNPI): a ampliação do conceito património utilizada na Constituição de 1988, e a valorização do "bem cultural de natureza Imaterial"; Posteriormente, em 1997, foi realizado o I Seminário Internacional "Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção" (por ocasião do aniversário de 60 anos do Iphan). Este evento propiciou discussões acerca da temática e gerou um documento final chamado Carta de Fortaleza, neste documento recomendava ao IPHAN não só a realização do inventário dos bens em âmbito nacional, a integração das informações então produzidas ao Sistema Nacional de Informações Culturais, mas também a criação, pelo Ministério da Cultura, de um grupo de trabalho para desenvolver os estudos necessários para propor a edição de um instrumento legal dispendo sobre a criação do instituto jurídico denominado registro. Assim, em 2000, cria-se o Decreto nº Decreto nº 3551/2000 *Diário da Oficial da Presidência da República, Ministério da Cultura*, 07 de Agosto de 2000, p. 2. Acedido em 05 de Maio de 2011, em: «<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conInformacaoPatrimonialPoliticaE.jsf>»

¹¹⁸⁹ GIL, Gilberto, cit..., p. 1.

Dando prosseguimento ao decreto, foi instituída pelo IPHAN, no período de quatro anos (2000-2004), a metodologia necessária para o INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais e também para registros posteriores. Em 2004, contudo, foi criado o DPI- Departamento do Patrimônio Imaterial - responsável por todas as diretrizes e análises do patrimônio imaterial brasileiro. Entretanto, diante da dimensão territorial e diversidade étnica e cultural que o Brasil apresenta, foram sistematizadas ações que vislumbram o sucesso do PNPI, a saber:

- I) O reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país;
- II) a descentralização das ações institucionais para regiões historicamente pouco atendidas pela ação estatal;
- III) a ampliação do uso social dos bens culturais e a democratização do acesso aos benefícios gerados pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural;
- IV) a sustentabilidade das ações de preservação por meio da promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades portadoras e mantenedoras do patrimônio; e
- V) a defesa de bens culturais em situação de risco e dos direitos relacionados às expressões reconhecidas como patrimônio cultural¹¹⁹⁰.

No diário oficial de 23 de Março de 2007 foi publicada a Resolução nº 001, de 03 de Agosto de 2006, para “Determinar os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial”¹¹⁹¹. Este documento tem o objetivo de orientar “ passo-a-passo”, a elaboração do requerimento para a instauração do processo administrativo de registro.

Um ano depois foi publicado um outro documento que vem esclarecer a instrução do processo de registro e alteração dos procedimentos. Referimo-nos à instrução normativa Nº 001/2009, publicada de 02 de Março de 2009¹¹⁹². Tal instrução tem a seguinte composição: dispõe sobre as condições de autorização de uso do INRC, determinando que a metodologia deve ser acompanhada pela Gerência de Identificação do DPI e autorizada pelo mesmo órgão; deferido pela Gerência de Identificação, o licenciamento para o uso da metodologia do INRC, o proponente, por sua vez, deverá firmar o Termo de Responsabilidade, se comprometendo a custear, ou buscar recursos para aplicar a pesquisa exigida pelo INRC, não cabendo mais ao IPHAN a responsabilidade total de buscar estes recursos. No entanto, continua a cargo do IPHAN a competência para o treinamento da equipe

¹¹⁹⁰ “Informação patrimonial” cit..., p.1.

¹¹⁹¹ Acedido em 18 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=690>».

¹¹⁹² Acedido em 18 de Maio de 2011, em: «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14318&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>» .

contratada, concedendo o acompanhamento técnico para cada etapa do inventário, além de viabilizar as políticas de salvaguarda do bem cultural registrado.

Na seqüência demonstramos os bens de natureza imaterial que já foram registrados no Brasil¹¹⁹³. Através da sua análise aproveitamos para destacar a feira de Caruaru e chamarmos atenção para os bens que foram registrados posteriormente como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Referimo-nos aos bens Ofício das Paneleiras de Goiabeiras e Arte Kusiwa dos índios Wajãpi do Amapá, esta última também declarada patrimônio oral e imaterial da humanidade em 2003¹¹⁹⁴.

Tabela 67 – Relação dos Bens registrados pelo IPHAN, como Patrimônio Imaterial do Brasil

NOME DO BEM	CATEGORIA	DATA DE REGISTRO
1-Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	Saberes	20/12/2002
2-Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi	Forma de Expressão	20/12/2002
3- Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebrações	05/10/2004
4- Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Formas de Expressão	05/10/2004
5- Modo de Fazer Viola-de-Cocho	Saberes	14/01/2005
6- Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005
7- Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugares	10/08/2006
8- Feira de Caruaru	Lugares	20/12/2006
9- Frevo	Formas de Expressão	28/02/2007
10- Tambor de Crioula	Formas de Expressão	20/11/2007
11- Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	Formas de Expressão	20/11/2007
12- Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre	Saberes	13/06/2008
13- Roda de Capoeira	Formas de Expressão	21/10/2008
14- Ofício dos mestres de capoeira	Saberes	21/10/2008
15- O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE)	Saberes	28/01/2009
16- O toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.	Formas de Expressão	03/12/2009
17- Ofício de Sineiros	Saberes	03/12/2009
18- Festa de Sant' Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010
19-Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010
20- Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	15/12/2005
21- Ritual Yaokwa do povo indígena Enawene Nawe	Celebrações	05/11/2010
22- Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	Saberes	05/11/2010

Fonte: Bens registrados pelo IPHAN. Acedido em 18 de Maio de 2011, em: «
<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conOrdemE.jsf?ordem=2>»

¹¹⁹³ Além destes bens já registrados pelo IPHAN no Brasil (22), existem atualmente 20 processos em análise, dentre eles as Feiras de Campina Grande-PB e a Feira de São Joaquim, Salvador-BA.

¹¹⁹⁴ Interessante lembrar que primeiramente estes dois bens foram registrados no Brasil (nacional) e a partir daí foi reconhecido pela Unesco (internacional). Chamamos atenção para este fato, em função de diferentemente de Portugal que primeiramente terá o Fado reconhecido pela UNESCO, para posteriormente ser reconhecido como Patrimônio Imaterial de Portugal. Sobre este processo mencionaremos no item 8.4 desse texto, pp. 552-559

Os bens culturais de natureza imaterial, que constituem o património imaterial brasileiro, foram inicialmente categorizados a partir de suas características principais, e posteriormente registados em livros distintos:

- 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. (crendices, superstições, lendas, ofícios como vaqueiro, farinheiro, da culinária, artesanato...); 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. (festas de padroeiros, da colheita, festa de rua, festejos juninos, de natal, de ano novo); 4) Lugares de sociabilidade: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas¹¹⁹⁵.

Entretanto, quando analisamos estes livros de registo, percebemos que as feiras contemporâneas, diante de suas múltiplas características, enquadram-se direta ou indiretamente em todas estas categorias que se configuram como património imaterial. No livro de saberes, por exemplo, enquadram-se os modos de fazer, o ofício dos feirantes, mas também a transmissão do conhecimento da “técnica” de venda, os ensinamentos para os seus descendentes. Já no livro das formas de expressão verificamos as manifestações literárias (como os cordéis) e musicais (como as emboladas de coco). No livro de celebrações, podem-se incluir as mercadorias e os ingredientes da culinária utilizada nos festejos como, por exemplo, o milho, o amendoim, os fogo-de-artifícios utilizados nas festas de São João, ou mesmo os ingredientes utilizados nos rituais religiosos dos afrodescendentes. Se por um lado estes aspectos representam a vivência coletiva do trabalho, por outro eles contribuem para que os rituais e as festas aconteçam nas práticas da vida social daqueles que nelas participam. Por fim, as feiras integram-se naquele que é o mais evidente, ou seja, o livro dos lugares das relações de sociabilidade e práticas culturais coletivas vivificadas nestes espaços.

¹¹⁹⁵ Araújo, G. de A. F. (2010). Categorias que constituem os distintos Livros do Registro; Apresentação aula aberta, “Projeto em Turismo Cultural: a feira de Campina Grande-PB”. Em: Mestrado em Património e Turismo Cultural, Unidade Curricular de Projeto em Turismo Cultural. Universidade do Minho, ICS, Sala de Atos, em 24 de Maio de 2010, Braga. pp. 7-8. APUD: IPHAN, Decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Acedido em 05 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>»

Interesses múltiplos: Poder público, Turismo Cultural e Sociedade Civil (feirantes e fregueses) na salvaguarda do bem cultural

Temos conhecimento que a solicitação de registo deve ser feita a partir de um sentimento coletivo da comunidade. Segundo o IPHAN¹¹⁹⁶, antes do bem ser registado como património nacional, é necessário que a comunidade local o identifique e o reconheça como um bem local. Para tanto, encontros, reuniões e abaixo assinados são realizados antes do encaminhamento do pedido ao IPHAN. Tomemos como exemplo a iniciativa realizada na Câmara Municipal de Salvador, em 12 de Julho de 2006, para a discussão do registo de Património Imaterial e Cultural da feira de São Joaquim. Foi registado que a discussão contou com a participação de diversos segmentos envolvidos, a saber: o prefeito João Henrique, o Ministro da Cultura interino Juca Ferreira, líderes dos feirantes, feirantes, pesquisadores, representantes de diversos segmentos da sociedade.¹¹⁹⁷

Todavia, registrar um bem cultural, seja ele de natureza imaterial ou mesmo material, para além do objetivo maior de atender à sua salvaguarda garantindo sua existência e continuidade para uma coletividade, também tem de corresponder aos interesses dos grupos e poderes que se encontram envolvidos direta e indiretamente com os bens a ser registrados.¹¹⁹⁸ Ou seja, em ambos os casos – busca pelo registo e projetos de requalificação das áreas das feiras – são questões de “interesse comum”¹¹⁹⁹ da sociedade e também de interesses particulares de cada grupo envolvido, como refere a citação a seguir:

¹¹⁹⁶ De acordo com a Resolução do IPHAN, exige-se para a instrução do pedido de registo “declaração formal de representante de comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro”. Para tanto convém portanto que a sociedade civil ateste, reconheça, manifeste o interesse de salvaguardá-lo (bem cultural). Ver: Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006. Art. 4º, VIII. Publicada no Diário Oficial de 23 de março de 2007.

¹¹⁹⁷ Torres, Jony. (2006, 12 de Julho). Tombamento da Feira de São Joaquim volta a ser debatido. *Correio da Bahia*, Salvador. Ver: “apoio total- uma audiência pública foi realizada semana passada, na própria feira, quando se discutiu o processo para a concretização do pleito, que deverá ser inicialmente debatido na Câmara- Há um consenso geral (...)”. Em Mendonça, J. (2003, 07 de Dezembro). Câmara quer tomar a Feira de São Joaquim. *A tarde*. Salvador, p. 5.

¹¹⁹⁸ No caso da Feira de Campina Grande por exemplo, podemos citar todas as entidades que participaram diretamente na recolha de assinaturas junto com a comunidade. PMCG- Prefeitura Municipal de Campina Grande, secretarias (Educação, Esporte, Cultura, Ação Social, Saúde, Serviços Urbanos, Desenvolvimento Económico, Planeamento, Finanças, Administração), e autarquias (AMDE – Agência Municipal de Desenvolvimento, Superintendência de Transportes Públicos, IPSEN- Instituto de Previdência Social), Clube de Mães, SABS, Teatros municipais, Centro Cultural, Casa Brasil, Memorial de Cultura Marinês, Museus, Câmara de Vereadores, Orçamento participativos, ONGS- Organizações Não Governamentais, Clubes e Complexo Esportivo, CTE- Centro de Ciências e Tecnologia, Associação e Sindicato dos feirantes e ambulantes, Mercado Central, Conselho Municipal de Património Cultural, Escolas Públicas e Privadas, UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, UNAVIDA- Universidade do Vale do Acaraú, Universidade Aberta, FACISA – Faculdade de Ciências Aplicadas, Centros Comerciais (Shopping Center Iguatemi e Luiza Mota) FIEP- Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, SESI, SENAI, SESC, Sindicato dos hotéis e restaurantes. Em todos estes locais foram instalados stands objetivando a recolha das assinaturas para o abaixo-assinado encaminhado ao IPHAN).

¹¹⁹⁹ Lima, Leonardo B. (2006). O político e o simbólico: em busca dos significados da paisagem em São Joaquim. Em: Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção cotidiana. Monografia de graduação em Geografia, apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 49.

É óbvio que propostas específicas e experiências concretas de planejamento e gestão urbanos jamais são “neutras”. A sociedade não é uma massa homogênea e indiferenciada, e sociedades capitalistas, mais especificamente, se apresentam divididas em classes (que se diferenciam em função do lugar que ocupam na esfera da produção), cujas relações são, em parte, contraditórias e de antagonismo estrutural. Além do mais, grupos sociais diversos, que se formam e entram ou não em atrito entre si devido a questões muito variadas, como modo de vida, etnia, etc., complementam o panorama complexo e cheio de linhas de tensão e conflitos latentes e manifestos que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas. Diante disso, intervenções de planejamento e mecanismos de gestão, sejam protagonizados pelo Estado ou por agentes da sociedade civil, precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente¹²⁰⁰.

Neste sentido, tomando como exemplo as feiras nordestinas brasileiras, verificamos que indivíduos e grupos específicos se interessam pelo reconhecimento, por meio do registro deste bem imaterial. Categorizamos estes grupos em a) poder público, b) operadores do turismo e c) sociedade civil. Evidenciamos a seguir os interesses de cada um dos grupos que acabamos de enunciar:

Poder público:

Tanto no Brasil como em Portugal, as feiras são da responsabilidade das prefeituras e câmaras, no que diz respeito aos serviços de manutenção do espaço coletivo e dos lugares utilizados pelos feirantes, a toda infraestrutura, higienização e segurança. Assim sendo, compete aos poderes executivos municipais, de um lado e do outro do Atlântico, a gestão e o investimento de recursos do orçamento público para gerir a quitação dos débitos necessários à manutenção das mesmas.

Neste sentido, as feiras, quando se assumem como patrimônio imaterial, pressupõem, para além do aspecto cultural e social a ser preservado, também a garantia de divisão de responsabilidades na gerência do respetivo bem. Ou seja, quando um bem passa a ser reconhecido como patrimônio imaterial do país, o executivo municipal, todas as pessoas pertencentes àquela nação, bem como os órgãos financiadores, passam a ser corresponsáveis na preservação desse bem. Logo, as prefeituras municipais passam a dividir a responsabilidade com outros setores para a manutenção e preservação, uma vez que o bem reconhecido pertence à esfera municipal, mas passa a ser de domínio público na esfera nacional. “Agora, todo esse patrimônio, material e imaterial, vai ser inventariado e ganhar uma outra dimensão nacional. A feira passa a ser, não só de Caruaru, ou de Pernambuco, ou do Nordeste,

¹²⁰⁰ Souza, M. L. (2002). Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 83.

mas um patrimônio de todos os brasileiros”¹²⁰¹. A busca de recursos para a preservação deste bem passa, então, a ser vislumbrada:

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou o processo de reconhecimento da Feira Central de Campina Grande como Patrimônio Cultural Brasileiro (...). Ainda de acordo com Vitalzinho¹²⁰², o reconhecimento da Feira Central como Patrimônio Histórico Cultural significa, além de uma questão de justiça histórica e cultural com Campina, a possibilidade real de se conseguir mais verbas para investimentos na feira e aprimoramento deste verdadeiro patrimônio de nossa gente¹²⁰³.

Na feira soteropolitana a expectativa – registro de bem imaterial associado a recursos financeiros - não foi diferente: “ (...) Uma coisa toda concorda: o tombamento¹²⁰⁴ deverá evidentemente gerar recursos para que sejam feitos investimentos na melhoria da feira, especialmente em infraestrutura.”¹²⁰⁵

Apesar do registro estar vinculado ao bem imaterial, “não interferindo na dinâmica da feira (...), mas na garantia de que os bens culturais continuem existindo, diante da elaboração de planos de salvaguarda”¹²⁰⁶, é pouco provável existir uma desassociação entre o bem imaterial e o bem material. Para os dirigentes públicos e também para a sociedade civil, uma característica está vinculada à outra. Ou seja, para se manter o imaterial é necessário dar respaldo ao material. Para as feiras continuarem a existir no quesito cultural, a infraestrutura, por exemplo, dos espaços deve ter amparo, suporte. Não é possível um aspecto existir sem a presença do outro em sintonia.

Para exemplificar esta proposição, trouxemos o caso das duas feiras nordestinas brasileiras de São Joaquim e de Campina Grande. Ao mesmo tempo em que estão buscando o registro de Patrimônio Imaterial do Brasil, passam também por um projeto de requalificação na área, e já contam com financiamento de parte dos recursos federais em cofres públicos para iniciarem as suas obras. É interessante notar que, mal foi divulgado o encaminhamento dos pedidos de registro do imaterial para o IPHAN, bem como a confirmação de recebido por parte do órgão, a imprensa passou a noticiar como

¹²⁰¹ Feira, patrimônio nacional. (2004, 31 de Agosto). *Jornal Cultural O Fuá- Cidades*. Caruaru-PE.

¹²⁰² Vital do Rego Filho, na altura deputado Federal pelo PMDB e atualmente (eleições 2010) eleito senador da República, pelo mesmo partido.

¹²⁰³ Farias, W (2007, 15 de Novembro). Feira de Campina Grande pode virar patrimônio cultural do Brasil. *Portal Correio da Paraíba*. Entrevista concedida ao jornal pelo superintendente regional do Iphan, Frederico Almeida.

¹²⁰⁴ Convém fazer aqui um esclarecimento conceitual acerca do termo tombamento. Este deve ser utilizado para as políticas de preservação dos bens materiais. Entretanto, muitas vezes é utilizado erroneamente pelo senso comum para o imaterial. Para bens de natureza imaterial o correto segundo o IPHAN, é a utilização do termo registro, uma vez que não se tomba bem imaterial.

¹²⁰⁵ Entrevista concedida por Joel Anunciação, na ocasião secretário do Sindicato dos Feirantes em Salvador. Ver “apoio total- uma audiência cit...”, p. 6.

¹²⁰⁶ Paz, J. (2004, 01 de Agosto). Antropólogos, historiadores e cientistas sociais farão a visita à cidade no próximo sábado para iniciar inventário do que existe na feira. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3.

se o registro já tivesse sido concedido, e os órgãos financiadores privados ou públicos federais aprovaram¹²⁰⁷ os projetos de requalificações para a preservação do bem. Neste sentido, entidades públicas e privadas promoveram parcerias para as reformas. Foi o que destacou o então ministro interino da cultura Juca Ferreira sobre o caso da feira de Salvador:

Antes mesmo de ser oficializado como patrimônio cultural, representantes das três esferas do governo se reuniram ontem [14/07/2007], no Espaço Conexão do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), para discutir o projeto de requalificação da Feira de São Joaquim. A ideia é recuperar a feira, sem alterar nenhuma característica peculiar do local (...). O projeto de requalificação será articulado entre o Ministério da Cultura, das Cidades, do Desenvolvimento Social, a Secretaria Estadual da Cultura, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e da Secretaria Municipal de Planejamento. 'Reconhecer somente a importância cultural é pouco. É preciso associar o processo a dotação de infraestrutura e de requalificação da feira'¹²⁰⁸. O projeto contará com o apoio de cinco bancos: Banco mundial (Bird), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Nordeste (BNB). As intervenções incluíram estrutura de drenagem e saneamento, despoluição da Baía de Todos os Santos, revestimento do solo, cobertura e adequações na infraestrutura arquitetônica¹²⁰⁹.

Posteriormente, a imprensa local noticiou, também, a disponibilidade de R\$30 milhões oriundos do Governo Federal para serem investidos na melhoria da infraestrutura da Feira de São Joaquim, conseguidos,

Segundo o candidato petista à Prefeitura de Salvador, deputado Walter Pinheiro: (...) graças ao empenho da candidata a vice-prefeita Lídice da Mata, durante sua atuação à frente da Comissão de turismo da Câmara dos Deputados, e do próprio Pinheiro, que é o coordenador da bancada federal da Bahia naquela Casa legislativa.¹²¹⁰

No início do ano seguinte, o mesmo jornal noticiava a aprovação da verba de R\$27 milhões para a requalificação, provenientes também dos recursos federais captados pela Secretaria Estadual do Turismo (SETUR), do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR 2) e do Ministério do Turismo (MINTUR). Entretanto, nesta mesma reportagem, nada foi referido em relação à atuação de qualquer político nesta benfeitoria. Somente o Secretário Estadual de Cultura, Sr. Márcio Meireles, destacou que o projeto fora concebido com a participação da Associação dos feirantes, do

¹²⁰⁷ Contudo não queremos dizer com esta afirmação que foi somente o ato da busca pelo registro de patrimônio imaterial que garantiu a concessão dos investimentos. No entanto na fundamentação do projeto este aspecto foi inserido como argumento, e indiscutivelmente contribuiu para sua aprovação.

¹²⁰⁸ Entrevista concedida pelo Ministro interino da Cultura Juca Ferreira. Ver: Ribeiro, P (2007, 15 de Julho). São Joaquim: Projeto visa recuperar feira sem alterar as características. *Jornal Correio da Bahia*. Salvador, p. 9.

¹²⁰⁹ IBDEM, p. 9.

¹²¹⁰ Parada, C (2008, 16 de Julho). Feira de São Joaquim terá R\$:30 milhões. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 3.

Sindicato dos feirantes, da SETUR e da Secretaria de Cultura¹²¹¹. Assim, segundo as reportagens apresentadas, as entidades públicas consideram o registro de património cultural uma estratégia das feiras contemporâneas para a sua salvaguarda. Através deste processo elas conciliam os interesses coletivos, apesar de continuarem a configurar-se como palcos de conflitos, rivalidades e de disputas de poder¹²¹².

O caso de Campina Grande também ilustra a busca de parcerias e financiamentos entre as prefeituras e outros órgãos de fomento, utilizando, entre outros, o argumento da necessidade de investimentos para preservar o bem cultural. Quando foi encaminhado o pedido de registro ao IPHAN, o gestor municipal já declarava a necessidade de reformas em busca de melhorias, anunciando os valores do projeto ao mesmo tempo que buscava parcerias, como lembrou o prefeito campinense Veneziano Vital:

(...) existe um projeto já elaborado e já apresentado ao Ministério das Cidades, como também ao Ministério do Turismo, porque a Feira Central atrai milhares de visitantes (...). Nós temos um projeto que foi elaborado para que reformulemos por completo não apenas nos investimentos de infraestrutura, mas também nas outras melhorias com outros programas e outras ações que serão desenvolvidas pelas secretarias da saúde, pela secretaria de ação social. É um projeto de tamanho vulto que nós orçamos em algo em torno de 29 milhões de reais. É claro que precisamos de uma participação do Governo Federal em razão deste montante. Não teríamos condições de individualmente Prefeitura Municipal de tocar a execução desta grande obra. Mas esperamos que até o final de nossa gestão possamos viabilizar em parceria com o Governo Federal [cita novamente os ministérios], através de emendas de bancada que haverão de ser apresentadas em nome do interesse de Campina Grande, pelos nossos representantes parlamentares, para que enfim tenhamos a viabilização desta mudança que cobre e encarece a Feira Central.¹²¹³

Sobre as emendas parlamentares, foram votadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados Federais¹²¹⁴. “ (...) O deputado federal Vital do Rego Filho (PMDB-PB) conseguiu empenhar os quase R\$ 19 milhões da Emenda ao Orçamento Geral da União 2008 para a concretização do projeto de revitalização, ampliação, modernização e reestruturação da Feira Central de Campina Grande”¹²¹⁵.

Entretanto, convém esclarecer que tais iniciativas não excluem as responsabilidades que os

¹²¹¹ São Joaquim recebe R\$ 27 milhões para requalificação. (2009, 15 de Janeiro). *Tribuna da Bahia*. Salvador, p.11.

¹²¹² Retomaremos esta discussão a seguir.

¹²¹³ Depoimento do Prefeito Municipal de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego Segundo Neto no documentário encaminhado ao IPHAN sobre a Feira Central de Campina Grande. ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca (Direção e criação). Campina Grande-PB. Feira Central. Produção: Ativa vídeo Profissional CRIARE comunicação Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande-PB, 2007.

¹²¹⁴ O que equivale a Assembleia da República em Portugal.

¹²¹⁵ Confirmado: Vitalzinho consegue empenhar R\$ 19 milhões para projeto da Feira Central de CG. (2008, 31 de Dezembro). *IParaíba*. Acedido em 08 de Maio de 2011, em: <http://iparaiba.com.br/noticias,145127,7,confirmado+vitalzinho+consegue+empenhar+rs+19+milhoes+para+projeto+da+feira+central+de+cg.html>

poderes municipais têm na conservação dos bens. Muito pelo contrário. Já vimos que estas estratégias se somam – tomadas pelo poder executivo local - ao fortalecer a rede de responsabilidades com o bem registrado. Esta é uma estratégia que objetiva a garantia de sustentabilidade na salvaguarda do patrimônio. Na feitura dos projetos de requalificação, por exemplo, os recursos muitas vezes são casados entre os cofres públicos (municipais e federais) e outras entidades privadas, como se pode ler no seguinte extrato de uma entrevista:

Na ocasião, o gestor especulou que a obra seria iniciada em aproximadamente 60 dias, com orçamento de R\$ 26 milhões, a serem investidos em pavimentação, serviços hidráulicos, elétricos e obras de esgotamento sanitário. Os recursos seriam oriundos dos Ministérios do Turismo e das Cidades, com a contrapartida da PMCG¹²¹⁶.

Feitas estas considerações sobre o interesse do Poder Público no registo do patrimônio cultural das feiras, destacamos, brevemente, um outro aspecto que nos chamou a atenção e que também está relacionado com o papel desempenhado pelos poderes públicos, embora consideremos que este (aspecto) está relacionado muito mais com os interesses políticos de promoção individual que coletivos. Referimo-nos ao fato das feiras, para além dos aspectos sociais, econômicos e culturais, serem palcos também de disputas políticas partidárias, permitindo a emergência de novas lideranças políticas¹²¹⁷. Enquanto uns defendem os interesses coletivos dos feirantes, outros apropriam-se desta caracterização para se promoverem politicamente e socialmente. Neste sentido, os conflitos e as disputas de territórios para fins eleitorais constituem-se como alvos de negociações e de apadrinhamentos¹²¹⁸. Trouxemos alguns exemplos de lideranças políticas que, ou se originaram na feira ,ou estabeleceram alguma relação de defesa dos interesses da comunidade na permanência dos mercados tradicionais. Contudo, não nos compete fazer aqui nem apologias, nem críticas a políticos “A” ou “B”. Nosso objetivo nesta breve explanação consiste em apontar a relação estabelecida entre

¹²¹⁶ Entrevista concedida ao jornal pelo prefeito municipal de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego Segundo Neto. Ver: “Comerciantes do Mercado Central cobram melhorias da Prefeitura”. Em: *Paraibaonline notícias*. Campina Grande, 25 de Fevereiro de 2011. Acedido em 08 de Maio de 2011, em «<http://campinagrandeonline.com.br/noticia.php?id=789782>».

¹²¹⁷ Referimo-nos as lideranças que emergem para cargos no legislativo, para vereadores que já ocupam os cargos nos sindicatos, é o caso por exemplo dos presidentes dos sindicatos: Sr. Joel Anunciação, presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Salvador, que teve 1.780 votos para vereador nas eleições municipais de 2004 pelo PT e em 2008 2.300 votos e Sr. José Carlos, presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Caruaru, que teve 144 votos para vereador nas eleições de 2008.

¹²¹⁸ Referimo-nos a concessão de lugares e privilégios nas feiras para pessoas que apresentam algum parentesco com o político, ou até mesmo manteve alguma relação (de negociação de votos, por exemplo) com o mesmo durante a campanha eleitoral.

feiras contemporâneas e interesses políticos, tendo, como ponto de suporte, a ambiência da discussão em torno da busca pelo reconhecimento do bem, a partir da titulação concedida pelo IPHAN¹²¹⁹.

A imagem que se segue, da feira de São Joaquim, possibilita a visualização da ocupação dos espaços da feira para as propagandas de candidatos aos pleitos democráticos.

Figura 55 – Propaganda política (Feira de São Joaquim)



Foto: Fernando Medeiros. Junho/ 2009

Nesta mesma feira, os conflitos são visíveis e registrados nos sítios de relacionamento (blogue):

No entanto, mesmo com o benefício de tantos projetos, a feira ainda tem muito que melhorar, ao menos na opinião de Dico Maradona, 40 anos, que trabalha em São Joaquim desde 1978 e é um possível candidato a vereador da cidade nas próximas eleições. 'A Feira já mudou em algumas coisas. Não mudou mais por causa de Antônio Lima [ex-vereador pelo PFL]. A gente ajudou muito com o dinheiro e votos na campanha dele, mas ele não fez nada. Mas na próxima eleição eu vou e vou ganhar', assegura. "Não quero esse dinheiro todo, se eu tirar uns 8.000, fico com 4.000 e pego o resto pra ajudar as pessoas aqui. Eu já ajudo, compro remédio, mas posso ajudar mais"¹²²⁰.

Em oposição ao executivo, e à presidência do sindicato, uma outra liderança anuncia:

A equipe do Consulado Social esteve durante toda a manhã de hoje (05), em uma visita a Feira de São Joaquim. Acompanhados do ex-presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes e ambulantes de Salvador (SINDIFEIRA) e ex-vereador, Antônio Lima, pudemos ver a situação complicada que vivem os feirantes da maior e mais tradicional feira livre de Salvador¹²²¹.

¹²¹⁹ Outros estudos podem surgir a partir deste sobre este aspecto. Pontuamos aqui sugestão: As Feiras como "palco" de disputas políticas e eleitoreiras.

¹²²⁰ "FAZENDO A FEIRA: Turismo Alternativo na Feira de São Joaquim" Acedido em 09 de Maio de 2011, em: «<http://www.freewebs.com/camilladiego/>».

¹²²¹ São Joaquim à espera de melhorias. (2011, 05 de Janeiro). *Consulado social. O tabuleiro de notícias da Bahia*. Em. Acedido em 09 de maio de 2011, em: «<http://www.consuladosocial.com.br/?p=59693>».

Já na feira de Caruaru, as lideranças políticas tiveram a feira como “palco” inicial de trabalho, como é o caso, por exemplo, do edil José Ailton do Nascimento¹²²², mas também comissões de políticos são formadas com o intuito de diligenciar as benesses para a feira.

Segundo Rogério Menezes, atualmente muitos comerciantes nem param mais em Caruaru para fazer compras, seguindo direto para Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, municípios que, disse ele, oferecem mais conforto e segurança para compradores e vendedores. (...) A comissão de vereadores foi constituída para estudar a questão da mudança da Feira – que nenhum prefeito ainda teve coragem de fazer - composta pelo próprio Rogério, Demóstenes Veras Filho (PDT), Edmilson do Salgado e Val (DEM)¹²²³.

Assim como nas demais feiras em análise, na feira de Campina Grande também detectamos uma outra liderança política, oriunda deste mercado, que destaca em seus discursos o comprometimento que tem com este mercado tradicional, fazendo referência à política de salvaguarda patrimonial, por meio do projeto de requalificação empreendido pelo executivo municipal: “O vereador Olímpio Oliveira defende a requalificação da Feira Central, não só do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, mas, fundamentalmente, que sejam observados os aspectos históricos, sociais e culturais do nosso maior patrimônio imaterial. Este desafio deve ser enfrentado pelo Governo e compartilhado com os feirantes e com toda a sociedade”¹²²⁴. O mesmo político declara também sua afinidade com a referida feira quando diz:

Eu costumo dizer que a feira foi meu palco de diversão. Eu ia para feira de Campina Grande muito criança, acompanhava meu pai que era e é feirante, permanece como feirante. E lá presenciava os emboladores de coco¹²²⁵, os cantadores de repente, os vendedores de ervas, aquelas pessoas que brincavam com os bonecos mamulengos. Para uma criança que se ia a feira e se encantava com tudo isto¹²²⁶. [O

¹²²² “José Ailton do Nascimento (PDT) Caruaruense, nascido no Murici em 31 de dezembro de 1953. De origem humilde, Zé Ailton trabalhou como agricultor para ajudar a família e, ao lado seu pai, negociou durante quatro décadas na Feira de Caruaru. O vereador eleito iniciou sua trajetória política em 1976, ao lado de João Lyra Filho e Fernando Lyra, quando José Queiroz disputou sua primeira eleição para prefeito. Em 1988, ao lado de João Lyra Neto, disputou uma vaga na Câmara Municipal, ficando na primeira suplência. Em 1992, foi eleito vereador de Caruaru pela primeira vez, sendo reeleito em 1996. Em 2000, apoiando Jorge Gomes, renova o seu mandato por mais quatro anos. Em 2004, não conseguiu se eleger e, em 2008, foi eleito vereador pela quarta vez, com mais de 3 mil votos”. Ver biografia disponível em « http://www.vereadorzeailton.com.br/2011_04_01_archive.html» Acedido em 09 de Maio de 2011.

¹²²³ “Vereador Rogério Menezes diz que Caruaru precisa continuar sendo a Capital da Sulanca” Em: *Bodega nordestina*. Em 05 de Fevereiro de 2011. Acedido em 09 de Maio de 2011, em « <http://www.budeganordestina.com/2011/02/vereador-rogerio-menezes-diz-que.html>» .

¹²²⁴ Mercado Central: 70 anos, o presente á preservar o passado. (2001, Janeiro). Em: *Informativo realizações vereador Olímpio Oliveira*. N° 2, ano 2. Acedido em 08 de Maio de 2011, em: http://www.olimpiooliveira.com.br/geral/jornal_marco_2011.pdf

¹²²⁵ Arte nordestina, praticada por uma dupla de cantadores que com o auxílio do instrumento musical pandeiro, montam versos rápidos, métricos e improvisados. Nada tem a ver com cantoria popular, pois esta apesar de ser também popular tem melodia lenta. Acedido em 10 de Maio de 2011, em: «<http://pt.wikipedia.org/wiki/Embolada>».

¹²²⁶ Depoimento do Vereador Olímpio Oliveira, vereador campinense (PMDB), no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

vereador propõe também uma homenagem] A Câmara Municipal de Campina Grande, atendendo uma solicitação do vereador e ex-feirante e fundador da Associação Beneficente dos Feirantes da Feira Central, Olímpio Oliveira (PMDB), realizará brevemente Sessão Especial alusiva aos 70 anos do Mercado Central, que será comemorado no próximo dia 30 de agosto. Para o vereador Olímpio Oliveira, que cresceu e trabalhou com sua família durante muitos anos dentro da Feira Central, este momento será um marco, pois representa o respeito de todos que fazem a Casa de Félix Araújo aos milhares de campinenses e paraibanos que trabalham diuturnamente naquele “museu vivo” de nossa cultura para trazer para a mesa do campinense inúmeros artigos hortifrutigranjeiros¹²²⁷.

Turismo Cultural

As feiras contemporâneas também são lugares que fazem parte do roteiro turístico das cidades. Neste sentido mantê-las, preservá-las, também constitui um dos objetivos dos operadores do turismo. É sobre as feiras como património cultural e turístico que dedicaremos as próximas páginas do presente texto.

Para a OMT (Organização Mundial do Turismo) “o turismo denominado cultural é originado pelo desejo de visitar e conhecer as diversas manifestações dos patrimónios natural, histórico-monumental e cultural propriamente dito das diferentes regiões e países que integram o planeta”. Este desejo, ou motivação do turista, além de favorecer a visitação ao lugar, implica também em participar do cotidiano dos lugares conhecidos, trocando experiências¹²²⁸. Assim sendo, é nesta prática do vivenciar cotidiano que muitos turistas conhecem a cultura local, considerando o fato de que o Turismo Cultural difere dos demais¹²²⁹ em função da valorização das ações culturais dos nativos. “Entende-se por turismo cultural todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana como o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”¹²³⁰.

¹²²⁷ Câmara realizará Sessão Especial alusiva aos 70 anos do Mercado Central. (2011, 23 de Março). *Jornal da Paraíba*, Campina Grande-PB.

¹²²⁸ A definição do Turismo Cultural está relacionada a motivação do turista em viver a experiência nos lugares visitados. “Especificamente a de vivenciar o património histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a experienciá-los e preservar a sua integridade. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao *conhecimento*, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visitação; a segunda corresponde a *experiências participativas, contemplativas e de entretenimento*, que ocorrem em função do objeto de visitação. Ver MINTUR- Ministério do Turismo Cultural, orientações Básicas, p. 10. Acedido em 10 de Maio de 2011. Em: «<http://pt.scribd.com/doc/55113208/3/Conceituacao-e-caracteristicas-do-Turismo-Cultural>».

¹²²⁹ Referimo-nos as seguintes tipologias do Turismo: lazer (aventura), eventos, esportes, ecológico ou ecoturismo e negócios. Sobre tipologias do turismo ver: Turatti, Alexandre de R. (2002). *Turismo, planeamento e marketing*. MANOLE, São Paulo e Corrêa, Vinícius M, et ali. (2000). *Turismo: conceitos, definições e siglas*. VALER, Manaus.

¹²³⁰ [00:13:57] giovannaquino: Barretto, M. (2000). Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planeamento. 2ªEd. PAPIRUS, São Paulo.

Segundo esta definição, e no contexto das feiras contemporâneas, como é que elas se encontram relacionadas com o turismo cultural? Sabemos que, além de todos os aspectos que caracterizam as feiras, os fatores aprendizado e cultura fazem parte do dia-a-dia daqueles que transitam nelas. A interação com características do cotidiano favorece a percepção da cultura local referendada no intercâmbio das culturas interligadas a esta manifestação econômico-social. Tal aprendizado, por exemplo, pode ser percebido a partir de questões em torno do próprio ofício do feirante diante do seu fazer, e do seu saber fazer, que transmitem de geração em geração, promovendo a preservação desta cultura. Assim, os turistas acabam por aprender e apreender um pouco desta cultura por meio da vivência peculiar promovida pelo turismo cultural. “A riqueza de detalhes, a riqueza de falas”¹²³¹, “as manifestações culturais”¹²³², “a constituição corpórea do gestual”¹²³³ são elementos que favorecem este aprendizado. Neste sentido, as feiras constituem não somente “ (...) espaços de comercialização de produtos alimentares, mas também de convívio e trocas simbólicas entre a população local, [e seus visitantes- grifo nosso] (...) os fazeres, como legítimas expressões culturais”¹²³⁴.

A feira é um espaço social privilegiado. No qual se exerce as relações, a transmissão da cultura se dá de forma direta e tem a força inclusive para transpor as classes sociais. Não há quem não participe da feira, seja como freguês ou como feirante, que não aprenda algo. Todos que vão a feira por alguma razão, não há como não se acostumar ou aprender com aquilo. Como o tipo de fala, a relação que se estabelece em um processo de venda dos produtos. É o que tem de mais evidente na transmissão da cultura que se estabelece a partir de lá [se refere a feira central de Campina Grande] para toda a região¹²³⁵.

O turismo cultural, portanto, vem demonstrando interesse e preocupação com as feiras por perceber que elas aglutinam, em torno de seus espaços e nas práticas dos personagens que as mantêm vivas, características peculiares do fazer humano. Por isso, as feiras devem ser mantidas e

¹²³¹ Depoimento do Prof. Doutor Flávio Romero Guimarães, secretário municipal de Educação, Esporte e Cultura, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007

¹²³² Depoimento do Prof. Doutor José Camilo, historiador e representante do IPHAEP- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, no Conselho de Patrimônio Cultural de Campina Grande, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007

¹²³³ Depoimento da Sra. Myrna Agra Maracajá, Bailarina e coreógrafa, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007

¹²³⁴ Pesquisa exploratória sobre o estudo Mercado Público Central de Porto Alegre, que “mesmo sem mudar a sua função, este Mercado tornou-se um dos principais pontos turísticos da cidade”. Ver: Gleiss, Leticia e Gastal, Susana. (2007) “Turismo Cultural Sob o Olhar Pós-Moderno: Os Mercados Públicos em Questão”. Em: *VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Passo Fundo – RS, p. 2. Acedido em 10 de Maio de 2011, em: « <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0474-1.pdf> » .

¹²³⁵ Depoimento do Sr. Lamarck Bezerra de Melo, Presidente do Conselho de Patrimônio Cultural de Campina Grande, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

preservadas na medida em que estão associadas com tudo aquilo que o conceito de património cultural expressa:

(...) Patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares. A solenidade atribuída ao termo património sugere que dele façam parte não apenas os grandes edifícios ou as grandes obras de arte, mas o património cultural abrange tudo que constitui parte do engenho humano, e por isso, pode estar no cerne mesmo do turismo¹²³⁶.

Na contemporaneidade, quando as pessoas viajam e conhecem as feiras, por mais que identifiquem elementos da cultura global, dada a multiplicidade de características que se encontram imbricados diante da pluralidade e do intercâmbio favorecido pela dinâmica da globalização, acabam por encontrar também determinadas particularidades¹²³⁷ inerentes a cada lugar. São estas particularidades que fazem parte do património imaterial em cada sítio. E, na medida em que passam a ser conhecidas diante de suas dissidências e aproximações, tornam-se património de todos, já que se expandem e se universalizam no aprendizado. Tal atitude – universalizar as práticas culturais por meio do aprendizado - não desvirtua, ao nosso entender, o património cultural do lugar. Pelo contrário! Pela difusão prestigia-o, enaltece-o, valoriza-o. Entretanto, é preciso que estejamos atentos aos valores envolvidos nesta difusão, sob pena de se tornarem um produto turístico com fins exclusivamente mercantis, inerentes à indústria cultural, perdendo de vista os valores dos bens culturais, da memória social e da história. Referimo-nos aos fatores negativos do turismo¹²³⁸ como, por exemplo, o turista propor ao artesão a modificação das formas de sua arte (alterar formatos e materiais) para atender aos seus desejos.

¹²³⁶ Funari, P. P. A. e Pinsky, J. (2003). (orgs) . Turismo e Patrimônio Cultural. Editora Contexto. São Paulo.

¹²³⁷ Sobre particularidades de cada lugar, desdobradas em modos de fazer e saber fazer (patrimônio cultural), tomemos como exemplo para ilustrar melhor, o caso do sanduiche do MacDonal d ´ s e o pescado: “Poderíamos mesmo dizer que patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares. Enquanto um sanduiche do MacDonal d ´ s, típico produto global e globalizado, busca ser rigorosamente igual em todo o mundo, dos ingredientes básicos ao tempero, da forma de servir aos acompanhamentos, um mesmo peixe pode ser preparado, à sua maneira, por cada cozinheiro: embrulhado em folhas de banana, no litoral paulista; com leite de coco e azeite de dendê no litoral baiano; cozido lentamente em panelas de barro nas moquecas capixabas; como filé, na manteiga, acompanhado de molho de alcaparras em restaurantes elegantes e simplesmente frito a doré, na beira da praia. Tanto o hambúrguer do MacDonal d ´ s quanto o peixe, pode ser visto como bens culturais. Porém, enquanto o sanduiche do MacDonal d ´ s representa um bem cultural global, padronizado, que passa a ideia de que as pessoas viajam, mas não saem do lugar, o pescado é uma iguaria local, e é esta particularidade que muitos de nós buscamos quando vão viajar”. Funari, Pedro P. “Lazer, Patrimônio e Turismo: algumas considerações”. *Revista Eletrônica: Patrimônio lazer & Turismo*. UNISANTOS-Universidade Católica de Santos. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: «<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=26>» .

¹²³⁸ Estudo realizado na Feira de Caruaru, sobre os impactos positivos e negativos gerados pelo turismo. Chaves, Samuel M.(2008). Identificação dos impactos socioculturais decorrentes da ação turística na Feira de Caruaru. (Monografia) Bacharelado em Turismo. FAVIP- Faculdade do Vale do Ipojuca: Caruaru-PE. Ver também os impactos sócio culturais que o turismo provoca na comunidade acolhedora, em Dias, R. (2003).Sociologia do Turismo. Ed. Atlas. São Paulo.

Deste modo, constatamos que é possível estabelecer uma relação entre o turismo e o patrimônio cultural, favorecendo a preservação deste bem, diante das políticas de sustentabilidade empreendidas pelo mercado turístico. Ou seja, na medida em que o bem cultural e imaterial das feiras é divulgado, tendo um mercado de turismo cultural com políticas de incentivo à preservação e à sustentabilidade, a tendência deste bem é ser salvaguardado. Somado a este aspecto, é fundamental a tomada de consciência e de responsabilidade dos moradores em manterem e preservarem o seu “tesouro” local.

Um caso emblemático que reúne as características que dão lugar ao Turismo Cultural, ao Turismo de Eventos e ao Patrimônio Cultural no Brasil, é o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, conhecido como Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro. Embora este centro esteja localizado na região sudeste, ele reúne as características das feiras nordestinas, seja no som, com shows de artistas nordestinos nos sete palcos que possui, seja no paladar e olfato, dos restaurantes e barracas que comercializam a gastronomia típica nordestina, além do visual do que é típico nas feiras: colorido das frutas, verduras, e de todos os artigos lá expostos. Convém destacar que o bairro carioca de São Cristóvão é o sítio de morada da maioria dos nordestinos que emigraram do Nordeste nos séculos XIX e XX. Sobre as características da feira, o seu veículo de informação oficial afirma:

A vida cultural na Feira de São Cristóvão é bastante intensa, pois entre 10 horas de sexta-feira e 22 horas do domingo a feira lateja sem interrupção. Os sete núcleos culturais, incluindo os palcos João Vale e Jackson do Pandeiro, além de seus artistas nativos, apresentam atrações especiais pelo menos uma vez por mês. As Praças Padre Cícero, Frei Damião, Mestre Vitalino e Câmara Cascudo têm na sua essência o forró tradicional; a Praça Catolé do Rocha mostra a arte ímpar dos repentistas e a literatura única dos cordéis. Cada um desses núcleos aviva e expressa a multiplicidade das Artes do Nordeste, e seus artistas cuidam de representá-las com as ações mais características do povo do Sertão. A Feira é, sem dúvida, a opção carioca para comprar, comer e se divertir desde a década de 1940, oferecendo comida típica, artesanato, folclore e muito som. (...) Atrai mais de 300 mil pessoas todo mês. É predestinada a representar e oferecer ao visitante tudo o que a região Nordeste dispõe, expondo nas suas quase 700 barracas as riquezas mais tradicionais, proporcionando ainda a animação da terrinha: música nordestina brasileira/MNB (forró, xote, baião, xaxado, brega, repente, martelo agalopado, coco, embolada, arrasta-pé, ciranda, maracatu e outros)¹²³⁹.

Para além das características referidas, que envolvem interesses turísticos, destacamos também o interesse por sua salvaguarda diante do projeto de requalificação já anunciado, e sobretudo através dos projetos culturais que são nela desenvolvidos. Citemos, como exemplo, o caso recente do

¹²³⁹ Um recorde de atividade cultural num só lugar! (2010, Julho). *Jornal da Feira de tradições nordestinas do Campo de São Cristóvão. Informativo oficial da Feira da São Cristóvão*. Ano 07-edição 073, Rio de Janeiro, p.4. Informações sobre a feira Acedido em 11 de Junho de 2011, em: <http://www.feiradesaocristovao.org.br>

edital lançado pela Secretaria do Estado do Rio de Janeiro para aplicação de recursos federais vinculados ao Programa Mais Cultura - do Ministério da Cultura, com recursos no valor de R\$180.000,00, em capital e custeio, que serão distribuídos em três parcelas durante sua realização (2011-2013). O objetivo do documento foi o de promover a seleção de uma instituição que procedesse à execução do Ponto de Cultura “De repente na Praça”. Alguns requisitos foram exigidos, nomeadamente: primeiramente que fosse uma ONG - Organização não-governamental e sem fins lucrativos de caráter cultural com experiência comprovada na produção artística e cultural; em segundo lugar, que fosse de inclusão social, na construção da cidadania, quer através de emprego e renda ou por meio de ações de fortalecimento da identidade cultural¹²⁴⁰. A Instituição selecionada apresentou um plano de trabalho que prevê o desenvolvimento de “oficinas de xilogravura, violão básico, iniciação ao repente e escultura de barro. Tendo como público-alvo, os filhos dos feirantes, a comunidade e as escolas da região, transformando o ‘De repente na praça’, num polo de difusão da cultura do Nordeste”¹²⁴¹. Consideramos, portanto, que esta iniciativa manifesta o interesse da salvaguarda do património cultural de uma região, e também cumpre a política de sustentabilidade inerente aos planos de salvaguarda.

Retomando as feiras deste estudo, pelo que pudemos perceber, pela maneira como os depoentes se referem a estes mercados tradicionais, as feiras são lugares de trocas comerciais e sítios turísticos. Tomemos como exemplo a Feira de São Joaquim: “É o cartão postal de Salvador. Quem vem a Salvador vem ver 1º o elevador Lacerda, 2º o Pelourinho, 3º o Mercado Modelo, 4º a Feira de São Joaquim e 5º a Igreja do Bonfim”¹²⁴²

(...) polo turístico, artístico, cultural. Referência nacional e até internacional, pois está nas empresas de turismo do mundo todo. Vínculo religioso para manter viva a religião africana, o candomblé, a umbanda. Vem à feira se alimentar destes elementos religiosos. Rodaram filme e lembro disso [se refere ao filme A grande feira]¹²⁴³.

Convém esclarecermos que os aspectos referidos pelos depoentes indicavam as atrações turísticas da capital baiana, primeiro em relação aos pontos turísticos, depois ao exotismo das religiões afro, e por fim o reconhecimento, a nível nacional e internacional, que resulta de um modelo de

¹²⁴⁰ Edital de seleção, nº 01, de 28 de Outubro de 2008. Governo do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura, seleção para pontos de cultura do Estado do rio de Janeiro. Acedido em 15 de Junho de 2011, em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/edital.pdf>,

¹²⁴¹ Instituição selecionada: ABRACNE- Associação Brasileira de Arte e Cultura do Nordeste. “Ponto de cultura: ideia que financia as bases da tradição no Brasil”. *Informativo oficial da Feira da São Cristóvão*. Ano 07- edição 083, Maio de 2011, Rio de Janeiro, p.6. Informações sobre a feira Acedido em 12 de Junho de 2011, em: <http://www.feiradesaocristovao.org.br/>

¹²⁴² Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Antônio dos Santos, feirante em São Joaquim, Salvador 27 de Maio de 2009.

¹²⁴³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel Augusto, feirante em São Joaquim, Salvador 27 de Maio de 2009.

diversidade e de desenvolvimento turístico pelo qual a cidade passou entre os anos 1950-1980. A “economia baiana mudou de cara” diante da implantação do parque industrial no entorno de Salvador, deixando a cidade centrada na economia do lazer. Políticas públicas de incentivo a esta área da economia favoreceram a sustentabilidade do mesmo.

Em 1968, o Governo Estadual criou a Bahiatursa, empresa que cuidava de animar, via vantagens fiscais o setor hoteleiro. No ano seguinte elaborou-se o I Plano de Turismo do Recôncavo. Na década de 1970, com a formação da rede hoteleira, a implantação do sistema ferry-boat, a construção do Centro de Convenções, etc. Entre 1971 e 1975, foi de 300% o aumento do número de aposentos em hotéis ditos “estrelados”. E em, 1975, a Cidade da Bahia recebia uma safra de 640 mil turistas. (...). Nos termos de anedotas baianas, deixávamos de ser a cidade de 365 igrejas para ser a cidade dos 365 hotéis. (...) Na década de 1980, os brasileiros queriam viajar para praias e cidades históricas. Quando nada, para lugares que tivessem comidas típicas, folclore, festas tradicionais. Ora, Salvador era, ao mesmo tempo, praiana e histórica, possuindo ainda uma culinária, uma cultura popular carregada de “exotismos”, e festas, muitas festas¹²⁴⁴.

E é em relação a estas festas que gostaríamos de relacionar a relevância das feiras. Entendemos que o Turismo Cultural, bem como o Turismo de Eventos, têm uma relação próxima com as feiras e, portanto, interessam-se pela sua salvaguarda a partir do momento em que se projeta a possibilidade de aquisição do título de património imaterial nacional, haja vista que nestes períodos sazonais – de realização dos eventos - os mercados tradicionais aparecem nos roteiros como mais uma opção de entretenimento.

É uma referência em Salvador todo nas festas populares, natal, ano novo, semana santa quando tem a quaresma para comprar o camarão, o azeite, o peixe no São João, o licor, o milho, o amendoim, o aipim. A feira enche. Fica abarrotada de gente (...). A religião afro com seus rituais e festas atrai muito o povo aqui para dentro também [não para a prática do ritual em si, mas refere-se a aquisição dos mantimentos para realização das mesmas]¹²⁴⁵.

O guia turístico publicado pela Prefeitura de Salvador anuncia:

Quem vem à Bahia tem que ver o que é bom. Você já conhece a Feira de São Joaquim? Ainda não? Pois não deixe de conhecer! (...) Lá você vai encontrar: artesanato, artigos religiosos, confeções, utilidades para o lar, folhas, colares, matéria-prima para artesãos, temperos, hortifrutis, animais e alimentos. Ou seja, “de tudo”! Uma dica: levante cedinho, bote um chinelo no pé, pegue uma sacola, leve somente o necessário (...) Tenha disposição para uma boa barganha e uma boa caminhada em ruelas apinhadas de gente, penduricalhos e barulhos (...)¹²⁴⁶.

¹²⁴⁴ Risério, António. (2004). A Economia do Lazer. Em: *Uma História da cidade da Bahia*. 2. Ed. VERSAL, Rio de Janeiro pp. 580-581.

¹²⁴⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Sérgio Crispim, feirante em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

¹²⁴⁶ Prefeitura Municipal de Salvador, “Feira de São Joaquim” Em: *Salvador a cidade e o tempo*. Salvador, 2006, p. 46. O jornal local anuncia aos turistas: “Disposição e um par de rasteiras é tudo que você precisa para desvendar o labirinto da Feira de São Joaquim. Vai ser necessário também levar dinheiro – não muito- para adquirir itens que farão toda diferença

A feira de São Joaquim tem feito parte do roteiro turístico da cidade baixa. Não apenas os anônimos têm visitado este mercado tradicional, como também,

As personalidades vindas de fora (...) a exemplo do idealizador do São Paulo Fashion Week, Paulo Borges, do estilista Faúse Hatem, do jornalista José Simão e da diretora de marketing da Daslu, Mônica Mendes (...) É simplesmente chique ir a Feira de São Joaquim. Sempre levo pessoas de conceito que chegam a cidade. Elas se encantam com a diversidade de produtos, desde comidas até decoração, sem falar no preço acessível¹²⁴⁷.

Na sequência, mostramos a ilustração do mapa turístico da capital baiana. Nele podemos identificar a referência à feira de São Joaquim, margeada pela Baía de Todos os Santos, localizada próximo ao Ferryboat (COMAB), outro atrativo turístico da cidade. No primeiro plano, pode-se ver a imagem do mapa com todos os atrativos, e no segundo plano a imagem que faz referência à feira.

Figura 56 – Mapa pontos turísticos da cidade de Salvador (Feira de São Joaquim)



Fonte: Mapa dinâmico da EMTURSA - SALTUR - Empresa Salvador Turismo. Acedido em 10 de Maio de 2011, em: «[Http://www.turismo.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=26](http://www.turismo.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=26)».

na sua decoração: louças, objetos artesanais, imagens de santos e orixás que vão levar um pouco da Bahia para dentro de casa”. Ver: Magalhães, P (2008, 09 de Março). São Joaquim é um barato! *Correio da Bahia*, Salvador, p.5.

¹²⁴⁷ Magalhães, P (2008, 09 de Março). A feira é chique. Achados para decorar a casa por preços módicos fazem a feira um endereço-chave. *Correio da Bahia*. Salvador, p.5.

Quanto às restantes feiras nordestinas investigadas, os depoentes também estabelecem uma relação com os eventos municipais. Em relação a Caruaru, por exemplo: “A feira e o São João são os pontos marcantes. A feira é cantada nos festejos [joaninos] em muitas músicas. Estes dois aspectos são as coisas mais importantes que representam Caruaru”¹²⁴⁸. A imprensa local também estimula a relação feira/ São João: “O maior São João do Mundo é festejado em Pernambuco. Na cidade de Caruaru, para ser mais exato. A capital do Agreste, como é chamada também, tem uma feira tradicional, onde se acha ‘de tudo que há no mundo’, e a preços acessíveis (...)”¹²⁴⁹.

O mesmo acontece em relação a Campina Grande: “No Maior São João do Mundo, a feira recebe muita gente, as pessoas da cidade e dos arredores, e também os turistas. Porque esta feira é conhecida nacionalmente. Nessa época, por exemplo, o programa Arrastapé.net é transmitido daqui da feira central”¹²⁵⁰. A vinculação entre o evento joanino e a feira é notória, pois ambos representam elementos inerentes à cultura nordestina. Na edição de 2007, por exemplo, o evento contou com uma representação (réplica) da feira de Campina Grande no palco das festividades. Neste sentido, ao mesmo tempo em que na feira moradores e turistas vivificavam o São João com o programa “Arrastapé.net”, exibido no interior da feira central, no cenário oficial do evento, os visitantes podiam conhecer um pouco da feira em seus moldes tradicionais, através de uma sugestiva réplica.

O Maior São João do Mundo 2007 reservará muitas surpresas para os campinenses e turistas que visitarem o Parque do Povo neste ano, dentro da proposta da administração do prefeito Veneziano Vital do Rego em inovar em eventos populares. (...) As homenagens a Sivuca seguem com a construção da Feira de Mangaio e Praça de Sivuca, que farão parte da cenografia do Parque do Povo neste ano. “Feira de Mangaio” é o nome de uma das composições de Sivuca, considerada uma dos clássicos do forró. No Parque do Povo a Feira de Mangaio será construída na parte inferior do Parque do Povo, onde fica o Centro de Artesanato, e em frente ficará a Praça de Sivuca. (...) No local 80 pessoas já estão trabalhando na montagem do Centro de Arte e Cultura do Nordeste, onde turistas e campinenses poderão conhecer toda riqueza da cultura nordestina¹²⁵¹.

Não é somente na época da realização das festas de São João que as feiras são divulgadas nos roteiros turísticos. Elas encontram-se referidas em todos os eventos adjudicados pelas cidades bem como outros eventos festivos ou comemorativos, quer de raiz religiosa, quer de raiz política e histórica.

¹²⁴⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Rosângela, freguesa na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹²⁴⁹ Caruaru Metrópole do Agreste Caderno: Turismo expressão. (2003, 17 de Fevereiro). *Diário de Pernambuco*, Recife, p. D-17.

¹²⁵⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Joana Pires, freguesa em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009. Ver abertura do Programa Arrastapé.net, exibido da Feira central de Campina Grande, em 03 de Junho de 2007. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: « <http://www.youtube.com/watch?v=xHGMrq99Rgw> ».

¹²⁵¹ [00:22:18] giovannaquino: Prefeitura Municipal de Campina Grande. (2007, 05 de Maio). Parque do Povo terá Casa de Sivuca e Feira de Mangaio. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: « <http://www.paraibabrasil.com/noticias/mostra.php?id=63> ».

Trouxemos como exemplo a publicidade que divulga a Semana Santa em Caruaru. No roteiro, entre os pontos turísticos que são divulgados como “parada obrigatória”, encontramos o Polo Feira de Artesanato (1ª imagem) e a Feira Livre de Caruaru (2ª imagem), com localização e horário de funcionamento.

Figura 57 – Panfleto divulgação distribuído na Semana Santa de Caruaru (edição 2009)



Fonte: Figura 9 e 10. Ver: Cavalcanti, Carolina e Rego Wanessa T. T. (2009). *Feira de artesanato de Caruaru-PE: problemáticas e perspectiva de desenvolvimento identificadas no início do século XXI*. Trabalho de conclusão do curso em Turismo. FAVIP- Faculdade do Vale do Ipojuca, Caruaru p. 58.

O mesmo tipo de divulgação pode ser encontrado em eventos realizados no estrangeiro, demonstrando uma articulação entre os interesses do poder público e do turismo, tendo a feira como objeto de divulgação:

A Prefeitura de Caruaru vai promover, de 2 a 10 de junho, o I Voo do forró, com destino a Bruxelas, Nancy, Luxemburgo e Paris. A ideia é mostrar aos europeus um pouco da cultura pernambucana, através do forró, um ritmo contagiante e tipicamente nordestino. O Brasil, este ano [1994], será o país homenageado na feira e Pernambuco foi escolhido para representá-lo. No estande, que tem uma área de 1.500 m², será montado uma réplica da Feira de Caruaru, com suas barracas e seu artesanato em palha, couro, madeira e barro. Cerca de 15 mil peças artesanais foram embarcadas esta semana em navio (...) ¹²⁵².

As feiras, como pontos turísticos, nos roteiros de divulgação das características das cidades ¹²⁵³, não são só lembradas pelo turismo durante a realização de eventos, mas também em seu dia-a-dia. Esta constatação é percebida através do exotismo que a feira apresenta, atraindo os turistas diariamente,

¹²⁵² Feira de Caruaru na França. (1994, 20 de Abril). *Diário de Pernambuco*. Recife, p. E-2.

Ver ainda a publicidade sobre a Feira de Caruaru, divulgada pelo Ministério do Turismo Acedido em 30 de Abril de 2011, em: « http://www.embratur.gov.br/site/br/cidades/materia.php?id_cidade=7486®ioes=4&estados=16 ».

¹²⁵³ *Principais pontos turísticos de Campina Grande: A feira central*. Acedido em 11 de maio de 2011, em: « <http://www.ferias.tur.br/informacoes/4904/campina-grande-pb.html> »

A Feira de Caruaru tem muitos aspectos que, embora sejam muito comuns para os que moram na cidade, surgem como um bonito exotismo para os visitantes. É um ponto de atração para artistas, poetas, boêmios e turistas de todos os cantos do Brasil e do exterior, que se juntam ao povo da terra, superlotando as barracas, e constituindo-se também numa substancial fonte de renda para o município¹²⁵⁴; Amanhã é tempo de férias, é tempo de festa em Caruaru. Milhares de pessoas vêm do Recife e de outras capitais e cidades do interior do Nordeste, para conhecer a sua famosa e decantada feira. Desde o começo deste mês [Julho], Caruaru se enche de visitantes. São turistas que vêm de toda parte. Ônibus com placas do Rio de Janeiro, de Fortaleza, de Brasília, de Belém, de Maceió, de Aracajú, de João Pessoa, de Olinda, de Igarassu e tantas outras cidades do Norte, do Nordeste, do Centro Sul (...) ¹²⁵⁵ .

Continuando a análise das feiras como pontos de forte atração turística, não podemos deixar de citar a feira de São Joaquim, centro de abastecimento da cidade com uma enorme variedade de especiarias, artesanato do Recôncavo e comidas de feira. “Nesta feira pode ser observado o folclórico jeito de ser do baiano”¹²⁵⁶; No próprio mapa dos pontos turísticos da cidade de Salvador, pode-se visualizar a feira de São Joaquim¹²⁵⁷. Na capital do agreste Pernambucano também identificamos esta feira como sendo parte do roteiro turístico: “Atualmente Caruaru destaca-se como o mais importante pólo econômico, médico-hospitalar, acadêmico, cultural e turístico do Agreste, sendo também famosa por sua tradicional feira livre, enaltecida nos versos do compositor Onildo Almeida e na voz do eterno Rei do Baião, Luiz Gonzaga”¹²⁵⁸. No parque 18 de Maio, por exemplo, vê-se a instalação de uma edificação de apoio ao turista, como demonstra a imagem a seguir:

¹²⁵⁴ Feira, patrimônio nacional. (2004, 31 de Agosto). *Jornal Cultural O Fuá- Cidades*. Caruaru-PE.

¹²⁵⁵ Feira de Caruaru é atração para turistas. (1983, 15 de Julho). *Diário de Pernambuco*. Recife, p. A-10.

¹²⁵⁶ *Roteiro turístico de empresa*. Acedido em 11 de Maio de 2011, em «http://www.adventureclub.com.br/roteiro_pacote.asp?pac_id=2407&dde_id=34»

¹²⁵⁷ Feira de São Joaquim. Mapa pontos turísticos. Acedido em 11 de Maio de 2011, em «http://www.turismo.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=26» .

¹²⁵⁸ Acedido em 11 de Maio de 2011, em «<http://173.192.111.38/~caruarup/caruaru/>».

Figura 58 – Posto de Turismo Onildo Almeida no Parque 18 de Maio (Feira de Caruaru)



Fonte: Figura 5 e 6 foto Wanessa Trajano, 2009. Ver: Cavalcanti, Carolina e Rego Wanessa T. T. (2004). *Feira de artesanato de Caruaru-PE: problemáticas e perspectiva de desenvolvimento identificadas no início do século XXI*. Trabalho de conclusão do curso em Turismo. FAVIP- Faculdade do Vale do Ipojuca, Caruaru, p. 41.

Concluimos que a classificação das feiras como produtos do turismo é representativa no caso brasileiro. Neste sentido, seja o turismo de eventos, ou mesmo o turismo cultural brasileiro, ambos têm apoiado¹²⁵⁹ a salvaguarda deste bem cultural e o registro das feiras como Patrimônio Cultural material (diante das reformas urbanísticas dos mercados e feiras) e imaterial do Brasil, haja vista ser no imaterial que se deve dar a valorização dos saberes populares transmitidos pelos sujeitos, favorecendo o já mencionado exercício do aprendizado.

¹²⁵⁹ No caso dos projetos de requalificações aqui tratados das feiras de Caruaru e Campina Grande, o Ministério do Turismo tem financiado boa parte dos recursos necessários para elaboração e execução dos projetos. Nomeadamente para feira campinense cerca de R\$ 26 milhões (juntamente com o Ministério das Cidades) e R\$ 30 milhões soteropolitana, conforme anunciamos no decorrer deste texto.

Sociedade Civil (feirantes e fregueses)

Os protagonistas das feiras, seja no medievo, na modernidade ou mesmo na contemporaneidade, são indubitavelmente os feirantes e fregueses¹²⁶⁰. É a estes que interessa principalmente que as feiras continuem a existir. Baseando-se nos seus interesses, os protagonistas adotam estratégias¹²⁶¹ de resistência, mas também apoiam todas as iniciativas de salvaguarda do mercado tradicional, sejam elas de constituição pública ou privada.

Para os feirantes das feiras nordestinas brasileiras, as temáticas ligadas à valorização do património imaterial e aos projetos de requalificação dos espaços estão vinculadas à possibilidade de retorno financeiro. Ou seja, ao melhorar o fluxo de movimento das feiras, estas ações tendem a resultar na atração de mais fregueses. Neste sentido, os feirantes estão sempre a apoiá-las. O que não significa que estes apoios não impliquem receios, geradores muitas vezes de conflitos internos. Referimo-nos sobretudo às preocupações dos feirantes quanto ao fato de as reformas desencadearem mudanças nos lugares que ocupam, já que a modificação de local representa, para os mesmos, uma “perda”¹²⁶² de clientes.

No entanto, apesar das preocupações e adversidades, percebemos que os feirantes reconhecem as feiras como património¹²⁶³ da cidade e da região, como se pode comprovar através de algumas das suas declarações: “É um patrimônio que nós temos. Vamos ficar mais reconhecidos nacionalmente. Vamos atrair mais turistas e eu acho que o caminho é por aí. Eu apoio e muito esta iniciativa”¹²⁶⁴. Todavia, as suas palavras também asseguram a necessidade de melhoramentos nas infraestruturas das mesmas desde que proliferem aquilo que os fregueses reivindicam: segurança, higienização, estacionamento, ou seja, organização. É o que dizem, por exemplo, os feirantes campinenses sobre as tentativas de registro de património imaterial: “Falta organização. Mas todos os turistas conhecem, por isso acho bom, assim sempre vai ter pessoas aqui”¹²⁶⁵.

A associação entre estes dois temas — feiras como património imaterial e necessidade de organização dos espaços (reivindicações por parte dos fregueses) — também foi encontrada nas outras

¹²⁶⁰ Considerando-os como os personagens já descritos na parte I, capítulo 3, tópico 3.3 Personagens das feiras, pp. 103-105 e ainda na parte II, o capítulo 6, tópico 6.6 Identidades híbridas de feirantes e fregueses, pp.300-307

¹²⁶¹ Como a substituição de mercadorias e a manutenção de outras, já tratado no capítulo 7 desta tese, pp. 312-444

¹²⁶² Uma vez que os fregueses terão dificuldade de encontrar os feirantes em lugares novos. Daí o apoio é estabelecido para as iniciativas, desde que com a garantia que não “perderão” seus lugares originais. Fato que acaba por gerar grandes conflitos, pois as mudanças provocam exatamente o contrário.

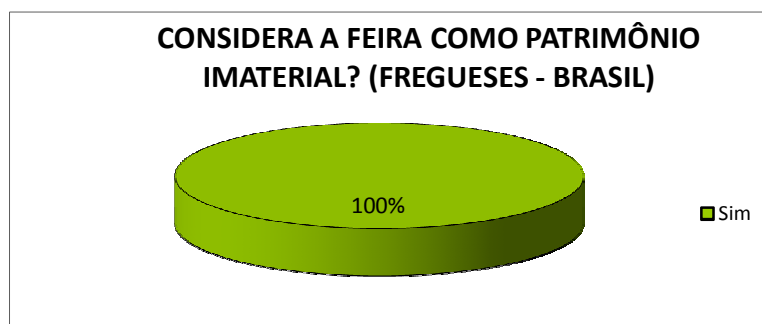
¹²⁶³ Sobre o reconhecimento das feiras como património imaterial cultural brasileiro dedicaremos sub capítulos específicos. Nomeadamente: 8.2 O caso da Feira de Caruaru: património imaterial do Brasil, pp.489-511 e 8.3 Em busca do reconhecimento: Feira de Campina Grande e Feira de São Joaquim, pp. 511-551

¹²⁶⁴ Depoimento do feirante Ednaldo Mendonça, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007

¹²⁶⁵ Depoimento do feirante Josebias Pereira de Souza, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

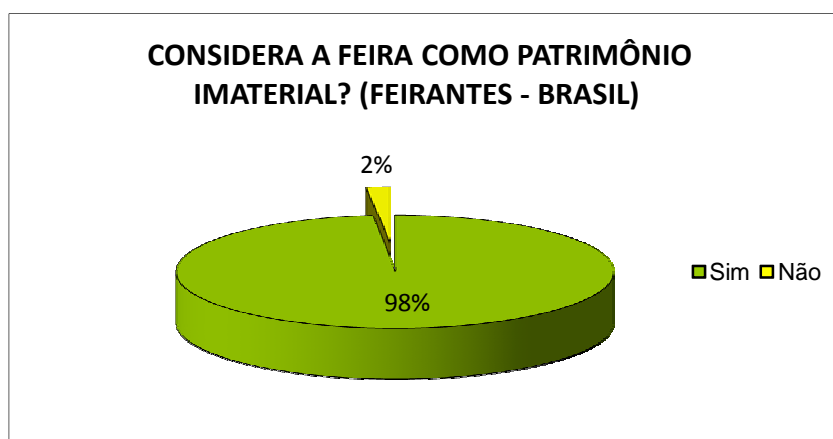
duas feiras investigadas. Na feira de Caruaru, por exemplo, os fregueses relatam: “Local maior e mais organizado, o projeto vai trazer mais gente para cá, já que essa feira é tradição, considerada patrimônio do Brasil”¹²⁶⁶; e ainda: “Os turistas comentam bem da feira de Caruaru, porque tem muita variedade, principalmente artesanato”¹²⁶⁷. Já na feira soteropolitana o cliente exprime: “Patrimônio da Bahia já é, só precisa ser melhor cuidada. Falam de um projeto para melhorar o aspecto da feira, vamos torcer para ver se ‘sai’ do papel”¹²⁶⁸. Na sequência destas declarações apresentamos os gráficos dos dados coletados junto aos protagonistas. Percebamos que, em todos os casos ilustrados, a maioria dos entrevistados reconhece os mercados tradicionais como patrimônio (cerca de 100%) e, também, já tiveram algum conhecimento sobre as intervenções que estão a ser planeadas (mais de 70%). Observemos os índices mencionados:

Gráfico 86 – Patrimônio imaterial para os fregueses (Brasil)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 87 – Patrimônio imaterial para os feirantes (Brasil)

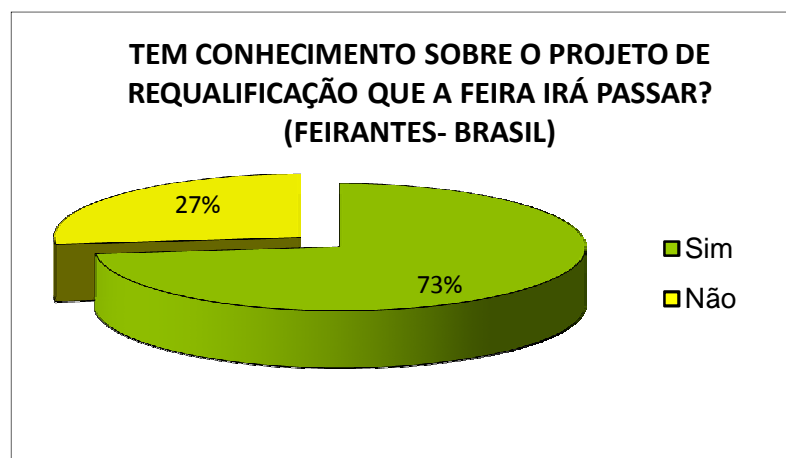


Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

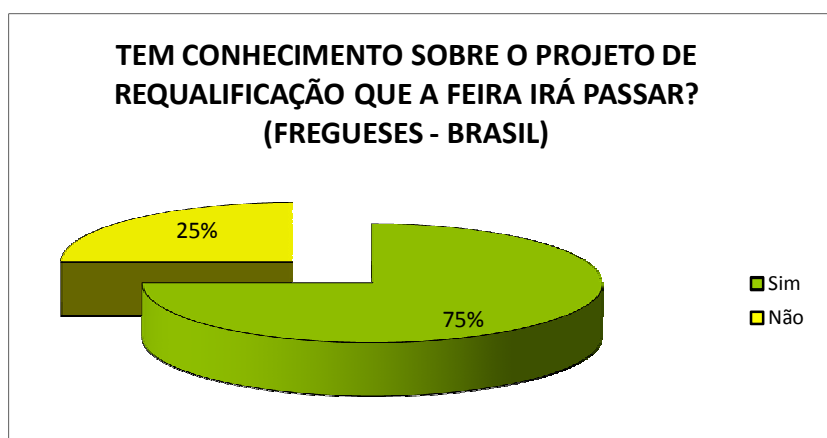
¹²⁶⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Carlos Felipe, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009

¹²⁶⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Roberto Araújo, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009

¹²⁶⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Aguinaldo Campos, freguês, na feira de São Joaquim, em 12 de Junho de 2009.

Gráfico 88 – Conhecimento sobre requalificação (feirantes Brasil)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 89 – Conhecimento sobre requalificação (fregueses Brasil)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Como se pode comprovar, faz todo o sentido que o património imaterial deva ser salvaguardado, mantido, mesmo que para isto haja ações de melhoramento nas estruturas das feiras. Por essa razão, chamamos atenção para os tipos de projetos, sobretudo arquitetónicos, que estão a ser planeados. “É importante que seja garantida a permanência dos feirantes e que não sejam alteradas as características que já foram construídas por eles”¹²⁶⁹. Apesar da necessidade de melhoramentos nas infraestruturas, é necessário que exista uma sensibilidade para serem mantidas as características físicas peculiares das feiras. Ou seja, é preciso que haja um equilíbrio entre as

¹²⁶⁹ Moreira, V. D (2007, 04 de Maio). Uma das caras de Salvador está aqui. *Jornal A Tarde*, Salvador, p.5. Na entrevista o professor destaca a participação de algumas entidades como: a Fundação Cultural Palmares, de Brasília, o IPHAN federal e estadual e a FAPES- Fundação de Administração de Pesquisa Económica e Social, no processo de busca do registro de Património Cultural do Brasil.

intervenções físicas e os aspectos sociais e culturais¹²⁷⁰, sob pena de, com esses projetos de requalificação, as feiras passarem a ser vitrinas folclóricas para turistas ver, descaracterizando a essência das mesmas. Não se deve tolher, por exemplo, a possibilidade de os fregueses, sejam turistas ou moradores, extraírem das mesmas o estímulo aos seus sentidos sensoriais: os sons, os cheiros, as cores e os sabores. Os melhoramentos são bem-vindos, até para desconstruir o estereótipo de que a feira é sinônimo de “bagunça” e de “sujeira”. No entanto, o equilíbrio – características físicas, sociais e culturais - deve ser perseguido.

Neste sentido, o fato de as feiras serem registradas como património cultural, não significa tornar o espaço das feiras imutável em suas estruturas, uma vez que o bem imaterial não será tombado, mas registrado. Este procedimento significa, portanto, a salvaguarda de aspectos como as formas de expressão, de comportamentos, dos modos de criar, fazer e viver dos personagens, materializadas nas “técnicas” originais de convencimento da venda, nos rituais, nas manifestações artístico-culturais, na arte figurativa (artesanato), nas simbologias, na diversidade, nas relações de convívio e, por fim, no conjunto urbano de valor histórico que dá lugar à realização das feiras.

Para além de a estrutura não estar relacionada diretamente com o património intangível ou imaterial, as mercadorias também não estão. Ou seja, consideramos que não seja pelo fato dos feirantes terem substituído alguns produtos nas feiras, em prol da dinâmica de mercado, ou até mesmo a substituição de matéria-prima para a confeção dos produtos a ser comercializados, que as feiras não devam ser reconhecidas como património. Nas feiras em estudo, além de alguns produtos do passado ainda serem mantidos¹²⁷¹, verificamos dois outros aspectos que consideramos de maior relevância para a significância do conceito de património cultural: primeiramente as prerrogativas descritas no parágrafo anterior como pertencentes ao universo das feiras e, em segundo lugar, as substituições de mercadorias, e formas de pagamento, como as resiliências que traduzem com elevada significância a resistência destes feirantes. Ao se adequar à demanda do mercado, os feirantes mantêm as feiras, na contemporaneidade, como instituições vivas, superando os impactos do mundo global¹²⁷². Reconhecê-las como património, portanto, é mais uma estratégia de continuidade que todas as entidades envolvidas neste processo estão a buscar.

¹²⁷⁰ O processo de elaboração do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, demonstrou esta preocupação, já que embora gerido pela Prefeitura, mas tendo alguns órgãos como o IPAC e o SEBRAE (entre outros) na assessoria, demonstraram esta preocupação na busca pelo equilíbrio. Trataremos deste tema mais adiante, quando nos referirmos a São Joaquim.

¹²⁷¹ Tratados neste estudo no capítulo 7 como: Artigos especiais das feiras portuguesas (alimentares e não alimentares) pp. 353-362 e Artigos especiais comercializados nas feiras brasileiras e Serviços, pp. 395-409

¹²⁷² Todos os impactos que foram tratados na parte II - O global e o local nas feiras desta tese, pp. 107-307

Convém destacar ainda que, embora haja muita divergência acerca da concepção do que significa património cultural e imaterial, sobretudo quando comparado ao tangível, edificado, de pedra e cal, o entendimento que se aproxima das características inerentes às feiras, adotado pelos brasileiros, tem demonstrado um maior esclarecimento sobre a relação estabelecida entre o mercado tradicional e o tema património. Na sequência apresentaremos dois depoimentos que servem de evidência neste sentido: no primeiro estabelece-se a relação entre a feira e o património e, no segundo, para além de destacar os dois aspectos citados, faz-se referência, também, à amplitude que a noção de património terá, uma vez reconhecido, diante do sentimento de pertença à nação brasileira.

(...) a feira é uma feira que tem de tudo. As pessoas vêm aqui para Campina Grande e realmente encontram de tudo. O que você precisar aqui na feira central encontra. O que nós queremos aqui para nossa feira central é que ela seja um património histórico, tem muitos anos que sempre foi nesse mesmo canto e isto aqui não se pode mudar, tem que continuar, é um património de nós, do povo brasileiro e do povo de Campina Grande, é a feira maior que tem: se chama a feira central de Campina Grande¹²⁷³; É importante não só para Campina e para Paraíba. A importância maior agora é que vai pertencer ao Brasil. Este património [refere-se a concessão do título] vai trazer muita riqueza porque a feira central é grande na sua diversidade, na sua história. E Campina precisa ser lembrada nacionalmente através deste resgate. Através de todos aqueles artistas que passaram por ali; Do lado comercial, dos trabalhos informais que existem naquela feira. E vai valorizar num todo. Isto é um momento de orgulho para nós campinenses. Não só para quem está a serviço, para quem está trabalhando, mas também como admirador, frequentador da feira central. Porque a feira é onde nasceu Campina Grande, e isto vai ser levado para todo o território nacional. Eu vejo através da mídia e da própria história que ela é este património brasileiro. Agora falta ser reconhecida. [refere-se ao registro]. Quem vai ganhar com isto? É a cidade, são os paraibanos, e principalmente os comerciantes que admiram a nossa querida feira central¹²⁷⁴.

Feira: Lugar de encontro e de desencontro

Uma feira é, antes de mais, um local de encontro. Aí, vendedores e compradores estabelecem os seus negócios, mas, por outro, integram-se numa trama de papéis sociais que transcendem as funções estritamente económicas¹²⁷⁵.

Na contemporaneidade é relevante lembrar que, se por um lado as cidades são palco de instalação e funcionamento das feiras, com territórios definidos, uma vez que estas acontecem em tempo e espaço decretado, por outro, a ideia de desterritorialização é pertinente, uma vez que estas feiras, mesmo que aconteçam em territórios definidos, se constituem em lugares de encontro de mercadorias com origens diversas. Este fenómeno concretiza-se não apenas entre o meio rural e

¹²⁷³ Entrevista concedida à autora pela Sr. Paulo, feirante em Campina Grande em 21 de Fevereiro de 2009.

¹²⁷⁴ Depoimento do Sr. Aguinaldo Batista Administrador do Mercado Central, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

¹²⁷⁵ Citação Justino, David. (1989). *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*. Vol. 1, Vega, Lisboa, p. 275, já anunciada no Capítulo 3, item 3.1 Feiras loci de sociabilidade desta tese, pp. 88-93.

urbano¹²⁷⁶, mas também com uma multiplicidade de territórios em consequência do fenômeno global e a quebra de fronteiras. Deste modo, estes espaços estão cada vez mais a desterritorializar-se¹²⁷⁷. Como anuncia a epígrafe deste texto, as feiras aglutinam elementos comerciais, evidenciadas na “troca” de mercadorias em desterritorialização, e, além disso, também se constituem em locais de convívio, de encontro e desencontro. Esta característica, apesar de ter sido, outrora, muito evidenciada (medieval e modernidade), mantém-se na contemporaneidade.

A Feira central não é apenas um lugar de comércio muitíssimo variado, um espaço onde muito se trabalha, pois também é lugar de ócio, lazer¹²⁷⁸ e prazer. (...) Assim sendo, a feira torna-se além de um espaço onde se realizam compras, vendas e trocas, um lugar de passeio, um ponto de encontro entre parentes, amigos e namorados. (...) Na Feira, em meio ao colorido das frutas e verduras, em meio aos gritos diversos e estridentes dos vendedores, os flertes e os namoricos acontecem. Aqui e ali uma piada ou estória engraçada contada entre amigos seguidos de muitos risos. São conversas por todos os lados sobre a família, sobre pabulagens, sobre um amigo comum que faleceu, sobre uma alegria que teve durante a semana, sobre desabafos, desgostos e lamúrias¹²⁷⁹.

Estas relações de aproximação são constâncias evidenciadas pelos protagonistas na grande rede¹²⁸⁰ de sociabilidades¹²⁸¹ peculiar das feiras. Referimo-nos às relações primárias¹²⁸² estabelecidas, face a face, entre feirantes e fregueses, feirantes e feirantes e até mesmo fregueses e fregueses.

¹²⁷⁶ Feiras como ponto de encontro entre o meio rural e o urbano. Ver Ferreira, Jeane R. (2002). *A Feira Livre de Itabaina (1987-2002): Como Lugar de Memória e Metamorfoses Identitárias*. Monografia de História, Itabaiana- SE, p. 21. Além das mercadorias de origens diversas tratadas no texto Costa, Antônio A. da. *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo cit...*, p. 176. E ainda o capítulo 1, item 1.3- Campo-Cidade, rural-urbano, pp. 67-71.

¹²⁷⁷ As feiras contemporâneas como lugares de encontro de origens múltiplas, tanto nas mercadorias como nos personagens (feirantes e fregueses). Ideia já desenvolvida no capítulo 6, item 6.4 Feira lugar “desterritorializado”: origens plurais dos feirantes e fregueses desta tese.

¹²⁷⁸ “Thompson (1967/1998) mostra como a disciplina do trabalho encontra como contraponto o ambiente das feiras, espaço de ócio e de lazer”. Sato, Leny. (2007). “Processos cotidianos de organização do trabalho na Feira Livre”. Em: *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 97. APUD: Thompson, E. P. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. Em E. P. Thompson. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional* (pp. 267-304).: Companhia das Letras, São Paulo, SP. (Original publicado em 1967).

¹²⁷⁹ Quirino, E. G. (2003). A feira central: um espaço em ebulição. IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. CD-ROM, pp. 1013-102

¹²⁸⁰ Sabemos que a sociedade em rede tem sido um tema em debate no contexto contemporâneo de desenvolvimento tecnológico informacional estimulado pelos relacionamentos virtuais inerentes do mundo global. Sobre isto ver Castells, M. (2002). *A sociedade em rede – A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ. No entanto, nossa expectativa vislumbra as relações primárias, face a face, estabelecidas nas feiras. Não negamos portanto as relações virtuais que sabemos ter neste universo na contemporaneidade, não só entre feirantes e fornecedores, mas também entre feirantes (lojistas) e fregueses, por meio dos portais de consumo. Para aqueles que utilizam deste recurso nas vendas. Sobre este recurso tratamos no texto Serviços diversos: profissionais, alimentares e marketing publicitário, *presente no* capítulo 7, pp. 404-409

¹²⁸¹ A feira como espaço de sociabilidade. Ver Vedana, V. (2004). “Fazer a feira”: Estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E ainda os textos sobre as feiras como mosaico de sociabilidades ver: Mascarenhas, G. (2008/Agosto) “Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea”. *Ateliê Geográfico*, v. 2, n. 4. Goiânia, pp.72-87 e Mascarenhas, G. (2005). Feiras Livres: informalidade e

Neste contexto, os labirintos das feiras são ocupados por uma multiplicidade de olhares, gestos, performances, polissemia discursiva, usos, costumes, conversas, conflitos, divergências que traduzem, para além da diversidade, elementos inerentes às relações de sociabilidade, vivificadas a partir das trocas de experiências, ocasionadas pelos encontros e desencontros. A feira é “ (...) um centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam de ameaças às vias de fato; é nela também que nascem alguns incidentes (...) ¹²⁸³”.

Neste sentido, percebemos que as feiras contemporâneas se constituem em espaços autônomos, que contradizem a “rotina consagrada da sociedade burocrática do consumo organizada que, como dizia Lefebvre, empobrece a sociabilidade e o cotidiano”¹²⁸⁴. Diferenciando-se, portanto, dos outros lugares modernos de consumo (grandes superfícies), onde as relações secundárias se sobressaem. Nas feiras, os encontros se mesclam nas relações primárias, não só de parentesco, mas também de amizade, de compadrio e de afetividade entre os protagonistas, estabelecendo-se regras de convívio¹²⁸⁵ espontâneas de cada lugar, sem “protocolos” regulados.

Na sequência, são apresentados gráficos demonstrativos que ilustram as relações primárias estabelecidas nas feiras investigadas. A maioria dos entrevistados (80% os feirantes e 68% os fregueses), quando indagados sobre os laços de amizade criados nestes espaços, respondeu afirmativamente.

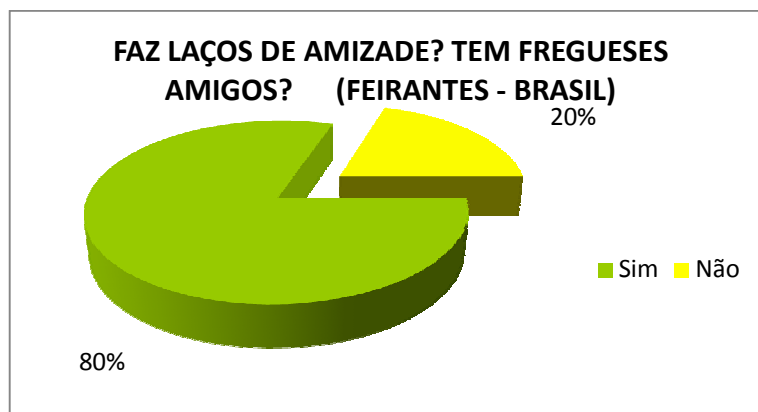
espaços de sociabilidade. Em: Colóquio Internacional de Comércio, Cultura e Políticas Públicas em tempos de Globalização. *Anais do Colóquio Internacional de Comercio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização*. Porto Alegre.

¹²⁸² Ver “Diálogo estabelecido entre relações primárias e secundárias empreendidas na feira central”. Em: Araújo, Giovanna. *Múltiplos discursos* cit..., pp. 104-123.

¹²⁸³ Moraes, Ione e Araújo, Marcos. (2006/Fevereiro) Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN). Em: Revista on-line Caminhos de Geografia n° 23 (17) 244 - 249, p. 247. Acedido em 15 de Maio de 2011, em «<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>». APUD: Braudel, Fernand. (1998). *Os jogos das trocas*. – Vol. 2 – Martins Fontes, São Paulo, p. 16.

¹²⁸⁴ Mascarenhas, G. (2008/Agosto) “Feira Livre: Territorialidade cit... p 83. APUD: Lefebvre, H. (1969). *O Direito à cidade*. Documentos. São Paulo.

¹²⁸⁵ Sobre as regras de convivência familiar no ambiente do trabalho. Ver: Damatta, R. (1985). *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, SP.

Gráfico 90 – Demonstrativo de laços de amizade entre feirantes e fregueses (Brasil)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 91 – Demonstrativo de laços de amizade entre fregueses e feirante (Brasil)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Portanto, as relações autônomas de sociabilidade que estão presentes nas feiras contemporâneas têm como “cenário maior” a característica central destes mercados tradicionais: as feiras são pontos de encontro, como indica o seguinte depoimento: “Me atrai muito. Os colegas, que de vez em quando nos encontramos. Virou família”¹²⁸⁶. As pessoas fazem da ida à feira um hábito, até como local de passeio e de distração: “Moro no sítio [zona rural] e acho bom vir à feira para tá andando. (...) o carro lá no sítio roda 7 dias da semana para cá”¹²⁸⁷. A mesma situação é também destacada por outros entrevistados:

A feira é patrimônio e nunca pode ser destruído. Mesmo com as dificuldades é muito importante para a família, o hábito. Minha mãe, por exemplo, se não vir a feira dia de sábado não tem semana para ela. Vai passar a semana triste. Ela vem, conversa com as minhas irmãs e com os meus clientes que também foram clientes

¹²⁸⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando Aguiar, freguês em São Joaquim, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹²⁸⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. João, freguês, na feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

dela. [no passado]¹²⁸⁸; O que me atrai? É o costume de vir à feira. Até no domingo não consigo ficar em casa. Muitos dos clientes são meus amigos. Até fregueses do meu pai que eu nem conhecia. Outros da minha idade são meus amigos, eu frequento a casa deles e eles a minha. Sou muito convidado para as festas do candomblé. Aqui se cria uma relação de cliente e de amigo. Vou para as festas deles e eles vão para os aniversários em minha casa. Por tudo isso a feira é um ponto de encontro entre amigos. Adotei até uma criança daqui¹²⁸⁹.

Como lugar de encontro, as feiras promovem a socialização por meio do diálogo, gerando as preferências: “Gosto de conversar com as pessoas. Principalmente o povo da zona rural que é muito carinhoso, com laços de amizade diferente do povo da cidade”¹²⁹⁰. E as informações dos acontecimentos do cotidiano, os encontros com parentes e a rememoração dos acontecimentos de outrora: “A gente aproveita para comentar as notícias do dia-a-dia. E é um local onde sabemos os últimos acontecimentos. Principalmente da política local. Algumas pessoas eu encontro. Hoje mesmo encontrei com minha madrinha e prima. A feira de Campina remonta muito a lembranças de convívio (...)”¹²⁹¹.

Convém destacar, ainda, dois outros aspectos que, além de se constituírem como hábitos de socialização, se configuram em hábitos de convívio e de entretenimento. As feiras, como dissemos anteriormente, não são apenas lugares de comércio, mas também de diversões, de lazer, de ócio. Estas características são visíveis durante a realização das festas, dos eventos, e também no dia-a-dia. Referimo-nos aos momentos de lazer promovidos pelo hábito de se alimentarem nas feiras - todos os protagonistas envolvidos - bem como a prática dos jogos.

Funcionando de segunda ao sábado, as barracas do setor de alimentação recebem cotidianamente sujeitos oriundos das camadas populares, mas é possível se encontrar em seus percursos, sujeitos pertencentes a outras categorias sociais, como políticos locais, cantadores repentistas e até pequenos empresários que procuram este local da Feira, para se alimentarem, beberem algum aperitivo enquanto conversam com seus parentes, amigos ou companheiros de trabalho, ou até mesmo se dançar um forró com alguma das mulheres que por ali buscam atrair clientes. Prostitutas em busca de agradar os que por ali transitam, num misto de trabalho e diversão. As refeições servidas compõem um cardápio básico da culinária nordestina, com feijão, arroz, farinha de mandioca ou cuscuz, diversos tipos e preparos de carnes (de bode, porco, boi e galinha ou “galeto”), que antes de serem servidas, são acompanhadas por uma “lapada” (dose) de aguardente ou outro aperitivo, tudo ao gosto do consumidor que em sua maioria é formada por trabalhadores da própria Feira¹²⁹².

¹²⁸⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Fernando, feirante, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹²⁸⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio dos Santos, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

¹²⁹⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marilene, feirante, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹²⁹¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Bernardo, freguês em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹²⁹² Silva, Valmir P. da Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB, cit..., p.76.

Os depoentes acrescentam: “A feira é boa para fazer farra: de se comer feijão dia de domingo, no sábado o mocotó. É o coração da cidade de Salvador. Faço farra com pai de santo [se refere ao feirante de artigos religiosos] todo sábado (...)”¹²⁹³; “Se chegar num lugar com uma cervejinha é melhor, o mocotó é muito bom também”¹²⁹⁴; como lugar de convívio o feirante diz: “Moacir, petroleiro aposentado, é meu freguês há mais de 40 anos. Ele vem com a lista pronta de casa. Aí chega meu pirão de casa, ele come comigo. Ele diz que o dia de vir à feira é um dia maravilhoso para ele”¹²⁹⁵. Na seqüência veremos algumas imagens que caracterizam estes lugares de encontro que estimulam a uma ambiência de socialização. Seja em lugares edificados – os restaurantes-barracas ilustrados na primeira figura –, seja o momento de socialização diante da pausa do trabalho mediada pelo ambulante vendedor de chás e cafés. As imagens a seguir são ilustrações que demonstram os espaços de convívio e de sociabilidade inerentes às feiras referidas pelos entrevistados:

Figura 59 – Lugares de encontro e hábitos de socialização (alimentação nas feiras)



¹²⁹³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem Lúcia, freguesa em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

¹²⁹⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. João Borges, freguês em São Joaquim, Salvador 12 de Junho de 2009.

¹²⁹⁵ Entrevista concedida pelo feirante José Antônio, ao documentário Silva, José A. M. da (2006). *São Joaquim, a feira-X*. Filmes da Bahia, HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.



Foto 1 e 2: Sindicato dos feirantes e ambulantes da cidade de Salvador, Junho de 2009.

Fonte foto 3: Foto 16 – Um dos diversos estabelecimentos de lazer e refeição. Silva, Valmir P. da. *Artes de fazer a feira*, cit..., p. 76.

Figura 60 – Imagens momento de socialização (pausa para o café)



Foto 1 e 2: Sindicato dos feirantes e ambulantes da cidade de Salvador, Junho de 2009.

Também em relação ao outro hábito de socialização presente nas três feiras investigadas, os jogos, o jornal, a notícia, obtivemos vários depoimentos: “Apesar de ser terminantemente proibido por lei o jogo de azar com cartas de baralho, costumeiramente viciadas, é grande o número de desocupados que bancam o jogo no Mercado da Feira Central, sem serem de modo algum molestados por qualquer autoridade comercial (...)”¹²⁹⁶. Apostados ou não, os jogos, em tipologias diversas, fazem parte da rotina diária dos protagonistas das feiras. Os videogames são praticados pelos mais jovens, enquanto os mais velhos preferem os jogos de cartas, de baralho, dominós, xadrez, entre outros, como demonstram as imagens a seguir:

¹²⁹⁶ Crianças participam de jogos de azar em plena Feira Central. (1984, 28 de Janeiro). *Gazeta do Sertão*. Campina Grande-PB.

Figura 61 – Imagens momento de socialização preconizado pelos jogos (novos e antigos)



Foto: Sindicato dos feirantes e ambulantes da cidade de Salvador, Junho de 2009.

Não obstante, não nos devemos esquecer de que muitos destes momentos de socialização são ocasião de embates e conflitos. Neste sentido, notamos que as feiras são palco, também, de desencontros em virtude das pendências entre os seus protagonistas, como se pode constatar pela seguinte notícia: “Aqui na feira já fui presa, já apanhei e bati em rapa (...) Por todos estes aspectos, ela aprendeu a lidar com todo tipo de gente: policiais, ladrões, políticos, bêbados, prostitutas, pivetes, artistas (...)”¹²⁹⁷. Entretanto, ao contrário do que se possa acreditar, essas lutas não acontecem exclusivamente em torno de disputas pelos espaços físicos, entre feirantes e poder público, ou entre feirantes e feirantes, mas também são provocadas por diferenças externas às feiras, que são “escolhidas” para estes embates. Por exemplo, o episódio relatado no *Jornal da Paraíba*, de 29 de dezembro de 1998: “ (...) na tarde do último sábado, por volta das 15h22 min., na Feira Central, o elemento conhecido como “Pampilha” desferiu um golpe de faca-peixeira em Cícero Costa, 32 anos (...)”¹²⁹⁸.

Embora saibamos que estas e outras diferenças existam nas feiras contemporâneas, as relações sociais que nelas se estabelecem são alicerçadas em sentimentos de afetividade, amizade e cumplicidade, como depõe uma feirante: “o tempo é professor carrasco. Tem dia que os problemas me deixam triste e todo mundo percebe. Mas sempre passa alguém soltando uma graça, me dando beijos, abraços e logo volto ao normal”¹²⁹⁹.

¹²⁹⁷ Oliveira, M (2007, 26 de Março). É denço e manha que Vanda tem. (Série iniciada em 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, em homenagem a personagens femininas). *Jornal A Tarde*. Salvador, p. 7.

¹²⁹⁸ Marceneiro é ferido à bala na Feira Central. (1998, 29 de Dezembro). *Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB, p.5.

¹²⁹⁹ Oliveira, M (2007, 26 de Março). É denço e manha que Vanda tem..., p. 7.

8.2 – O caso da Feira de Caruaru: patrimônio imaterial do Brasil

A Feira de Caruaru,
Faz gosto a gente vê.
De tudo que há no mundo,
Nela tem pra vender,
Na feira de Caruaru.
Tem massa de mandioca,
Batata assada, tem ovo cru,
Banana, laranja, manga,
Batata, doce, queijo e caju (...)¹³⁰⁰.

A feira secular de Caruaru, que se confunde com a própria origem da cidade¹³⁰¹, foi imortalizada em cerca de 302 músicas¹³⁰², a exemplo da mencionada em epígrafe. Todas abordam temáticas relacionadas à cidade, e, por conseguinte, algumas fazem menção à história da Feira Central Agrestina. Quanto à música de autoria do compositor pernambucano Onildo Almeida, sabemos que foi divulgada em cerca de 34 países. Ele conta, em entrevista, que “Uma vez a Orquestra Sinfônica se Berlim incluiu em seu repertório a peça interpretando ‘A Feira de Caruaru’”¹³⁰³.

Entretanto, imortalizar apenas na música não foi suficiente. Foi necessário o reconhecimento no registro e título de Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil. Salvar o bem como cultural tornou-se um anseio da população local, que reconheceu a feira como Patrimônio Primeiro. Tanto foi assim que a história da feira, embora tenha raízes no passado (século XVIII), se mantém ainda na atualidade. Na formulação de Rodrigues,

A Feira Livre é uma gigantesca escola onde se aprende, se sente e se vive a História do povo, é um termômetro das relações socioculturais, é uma mostra indispensável na construção do imaginário de um povo, seus gostos, fantasias, anseios, características e condicionantes sociais, exemplo vivo de organização de uma sociedade e da relação dialógica, além de ser dialética do povo com ele próprio. (...) O fenômeno da Feira não é apenas econômico; é antes de tudo, humano em sua profundidade. É indivisível a capacidade de imaginação, criatividade, versatilidade construída pelo feirante que, embora tendo inúmeros problemas conjunturais, mantém o nível de persistência em lutar pela vida tanto no campo econômico, quanto no campo social e cultural. Incumba-se a sociedade na preservação e compreensão das feiras em uma outra dimensão, não na dimensão estritamente

¹³⁰⁰ Trecho da letra da música: Almeida, O. *Feira de Caruaru*. (Letra), Interpretada por Luiz Gonzaga, popularmente como “O rei do Baião”. Acedido em 01 de Junho de 2011, em <http://letras.terra.com.br/luiz-gonzaga/204732/>.

¹³⁰¹ Aspecto já tratado na apresentação do presente texto, quando referimo-nos as origens da feira e da cidade de Caruaru, pp. 41-44

¹³⁰² As 302 músicas que falam de Caruaru. Documentação já se encontra no Guinness livro dos records. Informação cedida ao IPHAN durante o processo de recolha de documentos para levantamento de dossiê. Pesquisa realizada por Dr. Leite, em 20 de Junho de 1987.

¹³⁰³ Entrevista de Onildo Almeida para IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006, p. 33.

economicista, mas compreende-la como um importante espaço de construção do imaginário popular, de residência cultural e de alternativa econômica quanto social¹³⁰⁴.

Neste sentido, tendo como proponente¹³⁰⁵ a Prefeitura Municipal de Caruaru, por intermédio do Dr. Antônio Geraldo Rodrigues da Silva, na ocasião prefeito, e acompanhado das informações básicas requeridas para a abertura do competente processo administrativo, assim como de depoimentos e manifestações de apoio de várias instituições locais¹³⁰⁶, em 17 de Março de 2006 foi aberto o Processo nº 01450.002945/2006-24, referente ao Registro da Feira de Caruaru¹³⁰⁷.

Em 09 de Fevereiro de 2007, em decorrência do registro no livro de Lugares, o presidente do IPHAN, Fernando Almeida, escreveu “confiro o título de Patrimônio Cultural do Brasil à ‘Feira de Caruaru’”¹³⁰⁸. Conforme documento representado na figura:

Figura 62 – Ilustração documento oficial da concessão do Título de Patrimônio Cultural do Brasil, concedido a Feira de Caruaru



Fonte: Documento Ref: Processo nº 01450.002945/2006-24- Registro da Feira de Caruaru/PE. Folha 177.

¹³⁰⁴ Rodrigues, Kleber F. (1995). *A Feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sócio-políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Econômica. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. Caruaru, p. 15.

¹³⁰⁵ Tal solicitação foi endossada pelo Superintendente Regional do IPHAN, Frederico Faria Neves Almeida.

¹³⁰⁶ Entre elas destacamos: a Diocese de Caruaru, Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras, o Centro de Cultura Popular Luísa Maciel, a sessão brasileira do Conselho Internacional das Organizações de Festivals de Folclore e d' Arts Traditionnels e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru.

¹³⁰⁷ Pedido divulgado no Diário Oficial da União, Seção 3, N. 212, Segunda-feira, 06 de Novembro de 2006, p.8.

¹³⁰⁸ IBIDEM Titulação...

Mas como se deu efetivamente este processo? Qual a composição do dossiê elaborado pelo INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais? Quais as documentações que foram incorporadas? Qual o conteúdo dos ofícios e quem (quais entidades) os assinaram? E quanto aos pareceres técnicos? Quais as ações de salvaguarda que estão a ser desenvolvidas, uma vez que a renovação do título acontecerá em 2016, dez anos após o registro? Estas são algumas das questões que serão desenvolvidas neste texto. Por fim, discutiremos brevemente o projeto de transferência da feira da Sulanca para uma área externa ao Parque 18 de Maio.

Procedimento para o Registro: Elaboração e conteúdo do dossiê feito pelo INRC

A busca pelo reconhecimento da feira como patrimônio imaterial teve uma trajetória singular¹³⁰⁹, uma vez que contou com a participação de várias entidades, como referimo-nos anteriormente. O registro contou com a avaliação dos órgãos responsáveis pelo registro formal da feira¹³¹⁰ por meio do Decreto nº 3.551/2000. Sabemos que, embora o pedido formal tenha acontecido em 2006, desde 2004 os contatos já se manifestavam favoráveis ao reconhecimento da Feira de Caruaru no Livro dos Lugares. O Conselho Constitutivo do órgão, após a publicação do decreto,

Recomendou ao IPHAN que empreendesse esforços para instrução de, pelo menos, um processo de Registro relacionado com cada uma das categorias de bens culturais estabelecidas no referido decreto, com vistas à consolidação de procedimentos técnicos e administrativos, assim como à construção de entendimentos sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Um dos bens selecionados pelo IPHAN para testar esses procedimentos com relação à categoria “Lugar” foi a feira de Caruaru. (...) ¹³¹¹.

Após os dois primeiros registros, efetivados em 2002, do ofício das paneleiras do bairro de Goiabeira, em Vitória -ES, registrado no Livro dos saberes/modos de fazer, e o registro da Arte gráfica Kusiwa dos índios Wajãpi, no Amapá, especificado no Livro das formas de expressão, em 2004, foi iniciada portanto a elaboração do inventário de Referências Culturais sob a coordenação da 5ª

¹³⁰⁹ Dissemos que esta candidatura se deu de maneira singular, pelo fato de ter sido uma seleção orquestrada entre todas as entidades: O IPHAN nacional, o IPHAN regional, a prefeitura e demais entidades públicas e privadas. Como demonstrou o relator do Conselho Consultivo citado a seguir.

¹³¹⁰ Prefeitura na condição de proponente, e a superintendência do IPHAN regional com todo o suporte técnico. Ambos os órgãos públicos fundamentaram o pedido no sentido de atender todas as exigências que o IPHAN nacional.

¹³¹¹ Da instrução do processo (2006). Em: Parecer N° 005/06, DPI, Brasília, 30 de Outubro de 2006. Referente a solicitação de registro da Feira de Caruaru como Patrimônio Imaterial. Processo nº 01450.002945/2006-24. Conselho Consultivo, pp, 1-2. Acedido em 17 de Maio de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=0CE4765E7621E6D2629832DD01FBEE83?id=947>

Superintendência Regional. A imprensa pernambucana ratificou o que o Conselho Consultivo já determinara, e divulgou o interesse do IPHAN em registrar a feira de Caruaru no Livro dos Lugares:

(...) a feira de Caruaru será o primeiro lugar – lugar entendido como ponto onde há inúmeros bens culturais- do País a ser registrado como patrimônio imaterial da cultura brasileira. “Sempre que pensamos em um lugar a ser registrado, a feira surgia como referencial”, destacou Ana Gita de Oliveira, gerente nacional de Identificação do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN¹³¹².

O registro da feira pernambucana no Livro dos Lugares associa-se à noção contemporânea de lugar. Estando este relacionado não à concepção clássica moderna de “sagrado” e “profano”, concebida pelos sociólogos Émile Durkheim e Mircea Eliade quando distinguem espaço, ritual, local religioso e não-religioso, mas, sobretudo, à noção de sítio de Michel de Certeau e Marc Augé, relacionada à vida cotidiana, ao trabalho, às lutas pela sobrevivência. Ou seja, local - e neste caso a feira de Caruaru - como espaço que se constrói culturalmente a partir dos significados da sociedade, dos valores simbólicos cultivados pela memória e experiência para aqueles que o habitam, cultuando um sentimento de pertença¹³¹³.

Entretanto, antes que o registro de fato acontecesse foi necessário conhecê-lo. Não se preserva algo que não se conhece. Neste sentido, para documentar o bem cultural e melhor conhecê-lo, aplicou-se a metodologia¹³¹⁴ que busca em essência conhecer o bem, para posteriormente identificar os problemas e soluções a fim de salvuardá-lo.

INRC é uma metodologia desenvolvida pelo Iphan para documentar aspectos da vida social que podem ser considerados referências de identidade para um grupo ou uma comunidade. O inventário reúne uma série de materiais multimídia que catalogam as práticas da cultura estudada. O conceito de referência cultural, como objeto de preservação do Estado, diz respeito a representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes¹³¹⁵.

¹³¹² Feira de Caruaru será tombada pelo IPHAN – Processo começou na semana passada e local será registrado como Patrimônio Imaterial da Cultura. (2004, 01 de Agosto). *Diário de Pernambuco*, nº 214, Recife, C-7.

¹³¹³ IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006,p.67.

¹³¹⁴ Levando em consideração todas as exigências e a metodologia dos órgãos responsáveis para elaboração do dossiê, os demais parceiros, arremeteram técnicos para composição de duas equipes que tinham a missão de realizar o projeto “Referenciamento da Feira de Caruaru com vistas ao Registro de Lugar” sob a coordenação de Mabel Leite M. N. Baptista e a outra externa que teve a coordenação de Bartolomeu Figueiroa de Medeiros (Frei Tito). Esta última equipe teve a responsabilidade de realizar não só a pesquisa de campo, mas também a histórico-documental e o registro audiovisual. Nesta última incumbência contaram com o apoio de algumas instituições envolvidas que colaboraram no sentido da recolha dos materiais textuais e audiovisuais já produzidos sob a Feira, que haviam sido arquivados Referimo-nos, por exemplo, as Redes televisivas Globo Nordeste, e Rede TV; as Prefeituras pernambucanas de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama; as Fundações e Fundos: FUNDAJ- Fundação Joaquim Nabuco, Roberto Marinho e FUNTEP (órgão vinculado a Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária); e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia /UFPE.

¹³¹⁵ “Feirantes e comunidade recebem título da Feira de Caruaru como patrimônio imaterial do Brasil” ASCOM- Assessoria de Comunicação. Acedido em 17 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=F228409D4CFE6551550E1A6DFB6A3682?id=13>

Várias ações passaram a ser desenvolvidas em paralelo ¹³¹⁶ para a composição do INRC¹³¹⁷. Destacamos algumas: a) Descrição do espaço físico da feira, levando em consideração tanto a sua localização no município, como também a paisagem natural e os marcos edificadores posicionados em seu entorno; b) Recolha das informações históricas e bibliográficas, destacando os dados do plano diretor do município, onde a feira aparece com participação no perfil económico (PIB); c) Pesquisa e descrição da feira e das “feiras” atuais, estas últimas advindas a partir da segunda metade da década de 1980, após a criação do parque 18 de Maio (feiras da Sulanca¹³¹⁸ e dos artigos importados (do “Paraguai”)¹³¹⁹. Em relação às demais feiras o INRC investigou as feiras tradicionais que ainda continuam a existir.

Na composição do inventário, a pesquisa acerca da história da feira, da sua importância enquanto lugar para o desenvolvimento da cidade, no passado e no presente, levou em consideração algumas características imateriais das várias feiras existentes, que mereceram atenção na busca pelo seu registro e posterior salvaguarda: relações socioculturais com o objeto de análise (a feira); as múltiplas identidades; a comercialização dos produtos artesanais e manufaturados da região; o legado do ofício dos artesãos aos seus descendentes; a transformação e criatividade na confecção das vestimentas, diante do reaproveitamento dos retalhos e tecidos presentes na feira da Sulanca, tendo em conta os estilos e a moda do mercado de vestuário; a utilização e transformação dos materiais,

518&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia» ou ainda Acedido em 19 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=62FAFC2D90C05205BD3E6840028531F4?id=13493&retorno=paginalphan>».

¹³¹⁶ 1ª Etapa- Levantamento Preliminar, 2ª etapa- Identificação e 3ª etapa- Documentação. Acedido em 18 de Maio de 2011, em <http://www3.iphan.gov.br:8080/interfacePublicalNrc/paginas/principal/principal.seam>».

¹³¹⁷ “Ao se inventariar um bem cultural, trata-se de descrever e documentar uma manifestação cultural por meio da realização de entrevistas, produção de textos, fotografias, desenhos, gravações sonoras, filmagens, entre outros recursos de documentação. Trata-se também de levantar todas as fontes de informação possíveis já produzidas sobre aquele bem. Produz-se assim um conhecimento atual de como é aquele bem cultural e também uma memória das coisas que foram vistas e estudadas durante a realização do inventário”. Brayner, Natália G. (2007). *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. IPHAN, Brasília, DF, p. 19.

¹³¹⁸ A Feira da Sulanca teve sua origem em 1984, acontece uma vez por semana, na madrugada da segunda para terça-feira, até o final a tarde deste mesmo dia. São cerca de 10 mil barracas de confecções locais e regionais, exportadas para todo o Brasil. Os dados oficiais divulgam que cerca de 80 mil empregos informais são gerados nesta feira, com um faturamento anual de 160 milhões de reais. Sobre a repercussão de trabalho informal desta feira tratamos na segunda parte desta tese, capítulo 4, A dinâmica do trabalho nas feiras, texto 4.2 As feiras como espaço social e lugar de trabalho para os desempregados que passam a ser trabalhadores informais, pp. 126-147. Sobre estes índices numéricos apresentados nesta nota ver a narração apresentada no vídeo Feira de Gado, Feira do Paraguai, Feira da Sulanca, Feira de Frutas e Verduras. Acedido em 19 de Maio de 2011, em «<http://www3.iphan.gov.br:8080/interfacePublicalNrc/paginas/referenciaCultural/pesquisaReferenciaCultural.seam>»

¹³¹⁹ Em relação a Feira dos importados, feira que também acontece uma vez por semana, no mesmo dia da Feira da Sulanca. Trata-se de uma feira que promove a “convivência entre o rural e o urbano, a tradição e a modernidade”, com objetos diversos desde relógios, perfumes, e equipamentos electro eletrônicos de última geração, que são comercializados a preços abaixo do mercado. Sobre a abertura de mercados e a origem destes produtos tratamos no capítulo 7, texto 7.3 Mercadorias nas feiras do Nordeste do Brasil.

como por exemplo a feira do couro, com inúmeros artigos confeccionados a partir do couro do gado: chapéus, bolsas, calçado, selas para cavalos, etc.;

Especificamente nas feiras destacaram: a própria feira de gado, valorizando a origem da feira, e da cidade; a transmissão de conhecimentos tradicionais perpetuados na feira de ervas e raízes medicinais (locus de medicina popular); a feira de fumo com a manutenção dos modos de fazer tradicionais (a maneira de preparar o tabaco, enrolar o fumo) e lugar de sociabilidade específica, sobretudo masculina; feira de flores e plantas ornamentais, com a reprodução familiar dos saberes; a feira de ferragens diante da criatividade popular na produção de bens utilitários, fabricados com o reaproveitamento de materiais e peças usadas de produtos industrializados, valorizando a criatividade e o fabrico (materiais como flandres, zinco, cobre e alumínio); a feira do troca-troca, uma espécie de escambo na atualidade, onde indivíduos com menor poder aquisitivo encontram a possibilidade de adquirir artigos industrializados (aparelhos de rádio, TV, de telefone portátil, bicicletas, e outros) com preços mais baixos do que no mercado, uma vez que os artigos comercializados são de “segunda mão”, ou seja, usados; feira de culinária com iguarias centenárias, modos de fazer em reproduções da culinária que provêm da antiga casa grande, da senzala, das quitandas, como docerias (bolos, doces) provenientes do ciclo do açúcar, as alimentações prontas provenientes do ciclo do gado (carne seca, carne de sol, feijão verde, farinha, beijus, tapiocas, etc.); feira de frutas e verduras, diante da transmissão geracional de saberes e estratégias de sobrevivência, ancorados nas relações de parentesco, de proximidade e de vizinhança (nesta feira observou-se as formas de sobrevivência provenientes da prática socioeconômica daqueles que recorrem a esta feira em diferentes horários, tendo qualidade e preços diferentes)¹³²⁰; os mercados de carnes, vinculados à feira de gado e da farinha de mandioca, iguaria originada na América, utilizada inicialmente pelos indígenas e posteriormente pelos conquistadores nas cozinhas coloniais, imperiais e republicanas¹³²¹.

Posteriormente à realização da pesquisa histórica e antropológica pela equipe técnica do projeto, além de entrevistas com os protagonistas, foi produzido um vídeo documentário e coletada toda documentação necessária como bibliografias diversas sobre a cidade de Caruaru, e por conseguinte da sua feira (livros, publicações seriadas e não seriadas), impressos (folders, cartazes, publicações acadêmicas), textos inéditos, relatórios técnicos e manuscritos.

¹³²⁰ Referimo-nos aos diferentes preços e qualidades das mercadorias a partir dos horários da feira, especificamente tratamos sobre este assunto no capítulo 7, quando nos referimos a feira.

¹³²¹ IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, cit..., pp.68-76.

Ainda em relação à recolha da documentação anexada ao inquérito, destacamos as manifestações de apoio ao projeto, que tiveram origens das mais diversas¹³²², desde políticos de todas as esferas e ocupantes de cargos administrativos; associações e fundações de cultura; lideranças comunitárias e religiosas; representantes de estabelecimentos privados e profissionais liberais como artistas, historiadores, jornalistas e escritores. Destacamos trechos de quatro destes depoimentos:

A feira de Caruaru, se forte na vertente econômica, é única como espetáculo multicolorido da cultura diversificada do Estado de Pernambuco... Sobretudo porque naquele espaço a riqueza cultural de nosso Estado encontra bem fincadas as raízes da pernambucanidade¹³²³;

(...) Vários motivos fazem da feira este patrimônio da cultura popular. Primeiro, a feira não é um evento. É um processo histórico mais que centenário. (...) Segundo, não é projeto nem política econômica. Ao contrário, é prática econômica espontânea, de sucesso, indispensável para a economia da região. Terceiro, e sobretudo, é uma convergência que estimula, aglutina e massifica os saberes e fazeres individuais. É uma caixa-de-ressonância da cultura popular local. A criação ali converge e se expande (...)¹³²⁴; A feira de Caruaru é múltipla (...) A oferta de produtos na feira segue os calendários dos ciclos naturais e culturais: na semana santa, breo e cambinda salgada; no São João, milho verde; em Finados, flores; no Natal, coxão de porco e peru. Ao longo do ano, a feira é sempre a mesma e, no entanto, a cada semana é uma feira nova¹³²⁵; A feira de Caruaru, além de situada, é encruzilhada de caminhos, de classes sociais, do urbano e do rural, do moderno e

¹³²² Alguns destes apoios foram resultantes de uma mobilização por escrita liderada pela Dra. Cremilda Martins de Albuquerque, superintendente da 5ª SR/IPHAN/MINC, ao expedir ofícios as entidades, divulgando o projeto e solicitando manifestação de apoio, caso as pessoas físicas e representantes das entidades entendessem que a Feira de Caruaru deveria ser registrada como Patrimônio Imaterial e Cultural do Brasil. Outras manifestações voluntárias foram dirigidas à 5ª SR/IPHAN/MINC, de maneira independente. Agrupamos por categorias, os políticos e ocupantes de cargos administrativos: Marco Maciel (Senador e Ex-Presidente da República), Jarbas de Andrade Vasconcelos (Governador do Estado de Pernambuco), André de Paula (Deputado Federal), Luiz Siqueira (Assessor Extraordinário do Gabinete do Prefeito), Oscar Capistrano (Secretário de Saúde), Roberto de Oliveira Liberato (Deputado Estadual), Wamberto Aurélio Z. Barbosa (Secretário de Desenvolvimento Econômico), José Mário Austregésilo (Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco), Leonardo Chaves (Presidente do Poder Legislativo de Caruaru), Marcos Vinícios Vilaça (Ministro de Tribunal de Contas da União); Associações e fundações de cultura: Arary Marrocos Bezerra Pascoal (Presidente da ACACCI-Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras), Waldenio Porto (Presidente da Academia Pernambucana de Letras), Fernando Soares Lyra (Presidente da FUNDAJ), Joaquim Arruda Falcão (Fundação Getúlio Vargas), Luisa Cavalcanti Maciel (Delegada Oficial CIOFF Mundial- Conselho Internacional das Organizações de Festivais Folclóricos e Artes Tradicionais), Maria do Socorro Maciel (Presidente da Seção Nacional do Brasil CIOFF); lideranças entidades, comunitárias e religiosas: Mons. Olivaldo Pereira Silva (Vigário Geral da Diocese de Caruaru), Carlos Eduardo Braga Farias (Presidente / Loja Maçônica Cavaleiros das Sete Virtudes Nº 17); representantes de estabelecimentos privados: Djalma Farias Cintra Júnior (Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru), Erich Veloso de Araújo (Shopping Center Caruaru), Everaldo Fernandes da Silva (Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru), Severino Ribeiro da Silva (Rede de Colégio Dimensão), Jorge Espíndola Rodrigues (Diretor da TV Asa Branca), profissionais liberais: Onildo Almeida (Compositor), Frederico Pernambucano (Antropólogo, historiador, pesquisador e escritor), Leonardo Dantas Silva (Historiador e Jornalista) e Roberto Benjamin (Escritor e Folclorista). Apoio pareceres, Acedido em 19 de Maio de 2011, em « <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folProcessoRegistroE.jsf?sessionId=605664AB7B1CD5E9A902DFDA8E139F49> » .

¹³²³ IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, Inventário Nacional de Referência Cultural cit..., depoimento Marco Maciel (Senador e Ex-Presidente da República), p. 76.

¹³²⁴ IBDEM (1992, 27 de Dezembro) "Testemunho do Joaquim Falcão, publicado no jornal "O Globo", comentando o decreto que proclamou a Feira Patrimônio Cultural do Município, naquele ano", p. 77.

¹³²⁵ IDEM IBIDEM, Testemunho escrito do Professor Roberto Benjamin, ex-presidente da Comissão Nacional de Folclore e atual presidente da Comissão Pernambucana, p. 78.

do arcaico, do litorâneo e do sertanejo, da mesa e da festa, do religioso e do profano, do seráfico com cheiro de incenso e do fescenino mais sem-vergonha. Preenche inteiramente o conceito de feira, na renitência de sua proteção ao espaço gerador de cultura nas vertentes material, expressiva e formal. Sem as muletas da musealização, cumpre que seja preservada pelo Poder Público¹³²⁶.

Posteriormente, quando da avaliação e análise do instrumento inventariado, foram incorporados ao processo pareceres técnicos¹³²⁷ das entidades já mencionadas. Todos os pareceres produzidos foram decisivos para o deferimento do pedido. Elegemos alguns trechos do parecer técnico do DPI, no qual a Diretora do Departamento, Dra. Márcia Sant'Anna, após fazer uma exposição de motivos sobre a importância de a feira de Caruaru ser registrada, invoca para reflexão a adaptação deste mercado tradicional às diretrizes do mercado consumidor, diante da multiplicidade das origens das mercadorias e a variedade delas. Estratégia que não tira da feira o mérito de ser considerada patrimônio e de se buscar sua salvaguarda.

(...) mas forças movidas pela cultura, pela tradição, pelos hábitos e costumes, além das ditadas pela mundialização da economia, também explicam porque certas feiras e mercados, como a feira de Caruaru, não só permaneceram como cresceram (...) Embora todo o tempo tenha incorporado novos produtos – muitos dos quais vindos de outras partes de Pernambuco ou do Nordeste e, atualmente, de outras regiões e países- a feira continuou sendo (...) um espaço onde saberes, ofícios, modos de fazer, e expressões tradicionais encontram mercado e, conseqüentemente condições de permanência. (...) A estas formas de fazer, criar, comercializar e consumir, ao colorido das frutas e legumes; à beleza plástica dos sacos de farinha se juntam outros produtos industrializados, eletrônicos e importados, que atestam que a feira está no mundo e que também se alimenta da globalização e das contradições do capitalismo avançado – o que é especialmente visível quando as feiras do Paraguai e da Sulanca se mesclam à Feira de Caruaru todas as semanas (...)¹³²⁸.

Plano de salvaguarda do bem registrado

A UNESCO, por ocasião da Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris, em 17 de Outubro de 2003, não só discutiu a respeito do patrimônio imaterial e a necessidade de sua salvaguarda, que as comunidades e seus gestores deveriam ter, mas debateu “a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial

¹³²⁶ IDEM IBDEM CIT... Depoimento Frederico Pernambucano (Antropólogo, historiador, pesquisador e escritor), p. 79.

¹³²⁷ Pareceres técnicos do conselho consultivo, do jurídico e do técnico do DPI.

¹³²⁸ Parecer N° 005/06- DPI. Ref.: Processo n° 01450.002945/2006-24- Registro da Feira de Caruaru/PE. Elaborado pela Dra. Márcia Sant'Anna, diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN. Brasília, 30 de Outubro de 2006, folhas 148 e 149.

e de seu reconhecimento recíproco”¹³²⁹. Além desses, discutiu também as políticas de cooperação e assistência internacionais dos bens registrados que carecem de recursos para conservação. Neste aspecto foram verificados “as solicitações de assistência internacional, o papel dos Estados, partes beneficiários, a natureza e recursos do Fundo e as Contribuições dos Estados Partes ao Fundo”¹³³⁰.

Somada a estas demandas, a reunião teve o propósito, também, de arremeter a formação do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial entre os países membros da UNESCO, definindo suas funções, a saber: acompanhar inventários; criar medidas de salvaguarda; educação, conscientização e fortalecer as capacidades; selecionar planejar e definir programas, projetos e atividades de salvaguarda do patrimônio cultural Imaterial, etc.¹³³¹

No caso específico do Brasil, o decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, já tinha estabelecido¹³³² que o critério da sustentabilidade do bem registrado era imprescindível. De acordo com o referido documento, esta manutenção deverá decorrer de um conjunto de iniciativas promovidas entre aqueles (protagonistas, entidades governamentais e não governamentais) que se interessam pela sua salvaguarda, ou seja, por todos os brasileiros, já que o patrimônio, uma vez registrado, passa a ter dimensão nacional. Sabemos que, embora ainda não tenha sido publicada nenhuma instrução normativa específica sobre o plano de salvaguarda, a entidade competente tem orientado as instituições sobre a salvaguarda, promovendo encontros principalmente com os proponentes dos bens registrados e as superintendências estaduais, com o propósito de discutir as ações já desenvolvidas e que estão a se desenvolver para as políticas de salvaguarda.

Na primeira reunião, foi apresentado o termo de referência para planos de salvaguarda e posteriormente foi produzido um documento síntese do encontro. A partir de então, ambos os documentos, somados ao Decreto n.º 3.551, e a metodologia “para o monitoramento e a avaliação da política de salvaguarda a ser desenvolvida com a participação dos técnicos do IPHAN e gestores locais”¹³³³ se tornaram instrumentos de orientação para as políticas de conservação instituídas pelos responsáveis diretos dos bens, até que fosse produzido um instrumento comum, institucionalizado

¹³²⁹ Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006, p. 4. Acedido em 21 de Maio de 2011, em «<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>».

¹³³⁰ IDEM pp. 10-14.

¹³³¹ IBIDEM, pp.6-10.

¹³³² Pelo IPHAN que para além do registro proveniente do INRC.

¹³³³ Documento interno “Relatório da I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil”, realizada entre os dias 18 e 20 de maio, em São Luís, Maranhão, promovida pela Coordenação Geral de Salvaguarda do Departamento do Patrimônio Imaterial (CGS/DPI) e pela Superintendência Estadual do Iphan no Maranhão (SE-MA).

como normativa¹³³⁴. Observa-se, por exemplo, as demandas e estratégias recorrentes, de acordo com as experiências acumuladas pelos agentes locais. Entretanto, a gestão partilhada, a troca de experiências e vivências nas ações de salvaguarda dos bens, alerta para a necessidade de uma interlocução continuada entre Estado e sociedade no sentido da sustentabilidade do registro. Orientação que, diante das políticas partidárias e dos interesses políticos eleitoreiros, percebemos ter apresentado dificuldade de ser aplicada. Referimo-nos aos conflitos gerados, por exemplo, a partir de dotações orçamentárias determinadas para políticas de salvaguarda em um governo, que muitas vezes não são seguidas por um governo de oposição que assuma a administração do Estado no ano seguinte. O mesmo acontece com projetos culturais implantados em um governo que não são implantados em outros, por tratar-se de governos opositores. Ou ainda, recursos disponibilizados para salvaguarda de um bem são “desviados” para outros investimentos no mesmo governo que teve este orçamento aprovado, entre outros conflitos. Sugerimos que este ponto de análise seja investigado em outros estudos científicos, pois são problemas percebidos e denunciados pela imprensa, e muitas vezes discutidos em fóruns culturais.

De acordo com o decreto n.º 3.551, a concessão do título de patrimônio imaterial tem validade por dez anos. O que significa dizer que, passado este período, o bem registrado passará novamente por uma análise e será concedida a renovação ou não do título. Para tanto, faz-se necessário desenvolver políticas de salvaguarda, que vislumbrem a preservação do bem, por meio da titularidade continuada¹³³⁵. Em relação à renovação do registro a técnica do DPI esclarece que se trata de uma política recente e que o IPHAN tem trabalhado no sentido de definir os critérios e procedimentos¹³³⁶. Essa, portanto é uma discussão ainda em andamento. Enfatiza, no entanto a necessidade das ações de salvaguarda. Natalia Brayner afirma que a partir de 2005, o instituto tem se preocupado com a salvaguarda dos bens após os registros, promovendo, por exemplo, a mobilização social das pessoas que denomina como detentores destes bens. Sobre estes personagens esclarece:

Na realidade são todos aqueles indivíduos que se relacionam com o bem cultural de alguma maneira. No caso da feira a gente tem os feirantes, os freqüentadores, os

¹³³⁴ Para elaboração desta normativa segundo a CGS- DPI- IPHAN estão sendo observadas e discutidas todas as realidades conducentes os problemas percebidos pela comunidade para salvaguarda do bem.

¹³³⁵ Neste sentido, o IPHAN embora ainda não tenha normatizado um plano de salvaguarda, discussões acerca dos instrumentos de análise para renovação do bem registrado, estão a ser desenvolvidas. Uma vez que no ano vindouro já serão avaliados os dois primeiros bens a serem renovados.

¹³³⁶ Esclarece: “Sobre a renovação do registro a gente, eu digo o IPHAN, ainda esta definindo os procedimentos. Conceitualmente quanto à revalidação ainda está em discussão. O que vai ser considerado como critério. Existe um debate acerca disto aqui dentro da casa [se refere ao IPHAN] Porque inclusive uma das coisas que se coloca e se questiona é - retirar o título de algum bem cultural independente do que for, com que critérios? Enfim porque está previsto isto na resolução: a cada dez anos o IPHAN vai reavaliar (...) então esta discussão ainda está em andamento”. In: Entrevista concedida à autora pela Sra. Natalia Brayner, técnica DPI/IPHAN. Brasília, 19 de Maio de 2011.

turistas, as pessoas que moram na cidade (...) pela sua expansão e recolhimento, ela tem um impacto ali no modo de ser da cidade que é muito forte. Então é assim: essa mobilização no caso da feira após o registro nós procuramos construir uma parceria com a prefeitura. O registro neste caso funcionou como um potencializador de ações que já se sabia que são necessárias, mas, que por razões diversas conta muitas vezes de política local, nunca tinha acontecido. (...) O IPHAN trabalha participativa mobilização dos detentores e de construção de um planejamento de atuação de forma participativa que estas pessoas estejam ativamente junto com a gente, pensando, propondo e depois gerindo essa salvaguarda. Que é o que a gente chama de plano de salvaguarda (...) ¹³³⁷.

Diante do exposto, fica evidente que as políticas de salvaguarda devem ser realizadas em parcerias, já que inclusivamente o bem imaterial tem dimensão nacional e, portanto, responsabilidade para conservação de igual amplitude. Neste sentido, embora as dificuldades sejam muitas, algumas estratégias acabam por ser evidenciadas, como tentativa para que a salvaguarda seja afiançada. De acordo com o IPHAN, ainda que se intuem as concretas dificuldades neste tema, como, por exemplo, a definição da Normativa para o Plano de Salvaguarda, alguns avanços já são percebidos, e apontam para uma futura política de conservação consolidada. Já são identificados como avanços:

Gestão realizada pelos próprios grupos; Reconhecimento, valorização e promoção de outros bens culturais associados ao bem registrado; Gestão Participativa dos Planos de Salvaguarda; Implantação de Pontões e Pontos de Cultura de Bens Registrados; Promoção da articulação com instituições estaduais e municipais; Estímulo à formação de pesquisadores jovens dentro dos próprios grupos; Promoção de inclusão social; Diversos projetos contemplados em editais (aumento da capacidade de captação de recursos); Formação de filhos de mestres com relação à elaboração e gerenciamento de projetos; Maior visibilidade dos bens culturais após o registro; Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) (DPI); Aumento da organização dos grupos; Realização da I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Registrados; Estreitamento das relações com a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) do Ministério da Cultura ¹³³⁸.

Entretanto, de acordo com a entidade, embora estes avanços sejam notados, carece-se ainda de maiores resultados. Para tanto destacaram algumas potencialidades percebidas pelas esferas públicas municipais, estaduais, federais e entidades parcerias que podem ser efetivadas com as iniciativas privadas, as quais poderão ser mais bem exploradas objetivando a busca de recursos:

Programa Cultura Viva se tornar política de Estado; Geração de renda por meio das produções dos Pontões de Cultura; Aumento da capacidade de gestão dos detentores; Novas parcerias, estabelecimento de instâncias de diálogo permanente

¹³³⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Natalia Brayner, técnica DPI/IPHAN. Brasília, 19 de Maio de 2011.

¹³³⁸ Documento Final I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados 18 a 20 de maio de 2010 São Luís – MA Situações-Problemas-Soluções. Acedido em 20 de Maio de 2011, em «<http://www.asseba.com.br/noticias/exibir/55>».

com outras instituições; Formação administrativa para gestão de recursos e gestão da salvaguarda; Fortalecimento da rede de bens culturais registrados (reuniões de articulação e troca de experiências com entre os grupos detentores de bens registrados); "Fazer com, ao invés de fazer para"; Articulação com outras expressões culturais; Ampliação de ações de difusão do PNPI e da política de salvaguarda de bens registrados em todo território nacional; Formação de comitês gestores; Realização de encontros temáticos entre os grupos de bens culturais registrados¹³³⁹.

Em relação ao caso específico das ações identificadas para salvaguarda da feira da Caruaru, constatamos¹³⁴⁰ algumas que têm sido efetuadas sobretudo a partir do seu registro como patrimônio imaterial do Brasil. Ações estas que, embora tenham a prefeitura como responsável pelas iniciativas, contam também com instituições privadas como entidades parceiras. Elencamos algumas destas ações que foram implantadas e estão sendo implementadas no município¹³⁴¹: a) O memorial de Caruaru¹³⁴², inaugurado em dezembro de 1992, localizado no antigo mercado de farinha¹³⁴³, que na sua origem tinha a temática da feira incorporada ao seu acervo, juntamente com o Museu Celso Galvão, com acervo que contava a história da origem da cidade, e mostra de arte popular com artefatos produzidos em Caruaru. Atualmente este Memorial de Caruaru foi transformado em Memorial da Feira de Caruaru¹³⁴⁴, com acervo ampliado; as demais temáticas acabaram por se agregar a temática central da feira. Ou seja, se antes – Memorial de Caruaru – tinha-se um espaço para exposição da temática da origem da cidade – Museu Celso Galvão– agora esta origem da cidade é contada partir da presença da feira, pois de fato esta relação é muito próxima; b) Realização do 1º Concurso de Literatura de Cordel, tendo como tema a feira de Caruaru, enquanto Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro¹³⁴⁵; c) Implantação do Programa de Incentivo à Produção de Guloseimas Artesanais da feira de Caruaru¹³⁴⁶,

¹³³⁹ IDEM.

¹³⁴⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Djair Vasconcelos, diretor de Ações Culturais da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, autarquia vinculada a PMC- Prefeitura de Caruaru, Caruaru em 24 de Agosto de 2009.

¹³⁴¹ Apresentação das Ações do plano de Salvaguarda executadas pela Prefeitura de Caruaru, por intermédio da Fundação de Cultura, divulgadas durante a realização do I Reunião de avaliações de Planos e Ações de Salvaguarda cit..., slides 1-15.

¹³⁴² Disponível em Acedido em 27 de Maio de 2011, em, <http://www.feiradecaruaru.com/site/noticias%2005.html>,

¹³⁴³ Trata-se de uma edificação do início do século XX, 1924, de estilo Neoclássico, que teve sua função original desativada diante da transferência da feira para o Parque 18 de Maio.

¹³⁴⁴ Reinaugurado em 18 de Maio de 2009, por ocasião de comemoração do aniversário da cidade. Acedido em 28 de Maio de 2011, em [Http://www.maisab.com.br/noticias/nv/542/MEMORIAL+DA+FEIRA+ESTA+PRONTO+E+VAI+SER+ENTREGUE+DIA+18.html](http://www.maisab.com.br/noticias/nv/542/MEMORIAL+DA+FEIRA+ESTA+PRONTO+E+VAI+SER+ENTREGUE+DIA+18.html).

¹³⁴⁵ Seleção de trabalho artístico/literário, de literatura de Cordel, promovida pela Fundação de Cultura de Caruaru. Como produto desta atividade, para além de ter acontecido uma exposição com os trinta cordéis selecionados, e três foram premiados não só com o numerário de R\$1.000,00 para os autores, mas também a publicação destes, com uma tiragem de 500 exemplares cada.

¹³⁴⁶ Como um plano de sustentabilidade e por conseguinte de salvaguarda, as entidades públicas e privadas, em parceria: Produtores, SEBRAE Caruaru, Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, Superintendência do IPHAN em PE, SENAC

com ações como: facilitar o acesso às linhas de crédito, abrir oportunidades de comercialização, capacitar mão-de-obra envolvida na produção, divulgar as guloseimas artesanais da feira de Caruaru, realizar feiras mensais itinerantes, buscando tanto o aumento da produtividade como a valorização, manutenção e perpetuação da comercialização dos doces singulares da região, fortalecendo, o patrimônio gastronômico regional; d) Formação de Guias Mirins de Turismo¹³⁴⁷, jovens capacitados para monitoramento e orientação de turistas na feira, divulgando, sobretudo, a importância deste mercado tradicional para a história local e o desenvolvimento da região, além de fazerem referência à feira como patrimônio imaterial do Brasil; e) Educação patrimonial para feirantes¹³⁴⁸, com a realização de oficinas de capacitações em educação patrimonial, objetivando sensibilizar os feirantes do valor patrimonial que a feira de Caruaru tem, e da responsabilidade destes protagonistas na salvaguarda deste bem; f) Pesquisa de identificação das dificuldades para sustentabilidade da Feira de Caruaru¹³⁴⁹, com o propósito de, além de detectar as dificuldades, propor soluções na tentativa de manter a sustentabilidade para salvaguarda; g) Implantação do Pontão de Cultura da feira de Caruaru, sediado na Casa de Cultura José Condé (Parque 18 de Maio). Consiste em um projeto que está em andamento¹³⁵⁰, tendo sido iniciado em 2009, e que tem como objeto múltiplas ações de promoção ao associativismo:

Criar o Pontão de Cultura da Feira de Caruaru para desenvolver ações de salvaguarda do Patrimônio Imaterial; Registrar em audiovisual as personalidades e personagens do universo da Feira de Caruaru, inclusive da Feira de Gado e de artesãos e moradores do Alto do Moura; Registrar em CDS a musicalidade da Feira de Caruaru, com ênfase na cultura popular; Qualificar o Feirante na gestão do seu micro- negócio, inclusive na manipulação de alimentos prevenção de acidentes; Promover ações de Cidadania, com ênfase na Educação para o Trânsito; Estimular ações de responsabilidade ambiental; Intensificar atividades culturais perpassando

Caruaru, Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caruaru, se reuniram, com o propósito de valorizar a produção de guloseimas presente na Feira, concedendo o suporte logístico de sustentabilidade.

¹³⁴⁷ Iniciativa das entidades: Superintendência do IPHAN em PE, Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru e Secretaria de Educação de Caruaru.

¹³⁴⁸ Iniciativa da Prefeitura de Caruaru, por meio da Fundação de Cultura local e a superintendência do IPHAN regional.

¹³⁴⁹ Realização da 5ª IPHAN-PE. Projeto coordenado pelo historiador e Prof. MSC. Josué Euzébio, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Caruaru (FAFICA), com a participação de pesquisadores graduandos da IES citada. Para realização desta pesquisa foram entrevistados não só os feirantes que estavam instalados no Parque 18 de Maio, mas também os comerciantes fixados no entorno do parque; representantes da indústria (principalmente, de confeitarias); de Hotelaria, de Turismo e setores de alimentos (restaurante e padaria do centro da cidade e as barracas existentes dentro da feira). Além dos artesãos instalados no Alto do Moura (como o principal centro produtivo do trabalho em argila do Município). Ver Ferreira, Josué. (2007) (Coordenação e análise final) *Plano de Salvaguarda da Feira de Caruaru, formando parcerias*. Relatório final. 5ª Superintendência Regional do IPHAN, Recife, pp. 1-16.

¹³⁵⁰ Projeto financiado por recursos federais, provenientes do Ministério da Cultura, por intermédio de concessão do IPHAN e contrapartida da Prefeitura de Caruaru, na condição de proponente. Tendo a intervenção para sua realização a Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru e apoio da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

por linguagens variadas; Promover a Feira de Guloseimas de Caruaru; Promover a do Concurso de Literatura de Cordel¹³⁵¹.

Projeto de requalificação Feira da Sulanca

Antes de tratamos especificamente da transferência da feira da Sulanca do entorno do Parque 18 de Maio para um outro espaço que ainda está sendo planeado, convém fazermos breve referência à primeira grande mudança de localização pela qual a feira de Caruaru passou. Nos referimos à transferência para o local atual da feira, o Parque 18 de Maio, antigo Campo de Monta. Tal mudança, ocorrida em 1992, já apresentava características de modernidade¹³⁵², tendo em conta os padrões urbanísticos do local. Segundo o jornal *Diário de Pernambuco*, a arquiteta que assinou o projeto, Rosa Ludermir, afirmou em entrevista que “viajou para vários países e cidades, como Amsterdão, Inglaterra, Paris, Londres, Alemanha, entre outros lugares que possuíam uma “estrutura medieval, mas moderna”, para o melhor entendimento e elaboração do projeto¹³⁵³.

A remoção das antigas estruturas (barracas) para um espaço específico, trouxe não só a desobstrução das vias públicas do centro da cidade, mas também a minimização dos conflitos gerados pelos feirantes e os comerciantes fixos. Pois todos dividiam o mesmo espaço, “disputando” os clientes em dias de feira. Neste sentido, o Parque foi previamente planejado para atender o fluxo do centro da cidade, como descreveu Miranda em seu estudo:

A regeneração urbana do centro foi uma das intenções do governo municipal de Caruaru em retirar a feira, para que ele [centro] pudesse ‘respirar’ e ter todo seu vigor de área central retomado, como ponto de comércio para a cidade, já que com a ocupação das vias isso não estava acontecendo¹³⁵⁴.

O Parque 18 de Maio, dotado de ampla infraestrutura (canalização de água e esgoto, banheiros, calçamento) e com espaço seis vezes maior que a feira anterior (de 22.760 m² para 154.440m²), passou a aglutinar maior número de lugares e de feirantes¹³⁵⁵. Observemos, na imagem N.63 com a

¹³⁵¹ Portal dos convênios SINCONV- Sistema de Gestão de Convênios, extrato da proposta n° 029845 e ano 2008, p.1. Ministério da Cultura.

¹³⁵² As cidades metrópoles: Rio de Janeiro e São Paulo nesta mesma época tiveram suas feiras transferidas para sítios específicos. Posteriormente a criação do Parque 18 de Maio -assim chamado por ser comemorado neste dia o aniversário da cidade- outras cidades também seguiram o modelo de transferência do comércio tradicional, foram elas: Arapiraca – AL, Feira de Santana-BA e Picos-RN.

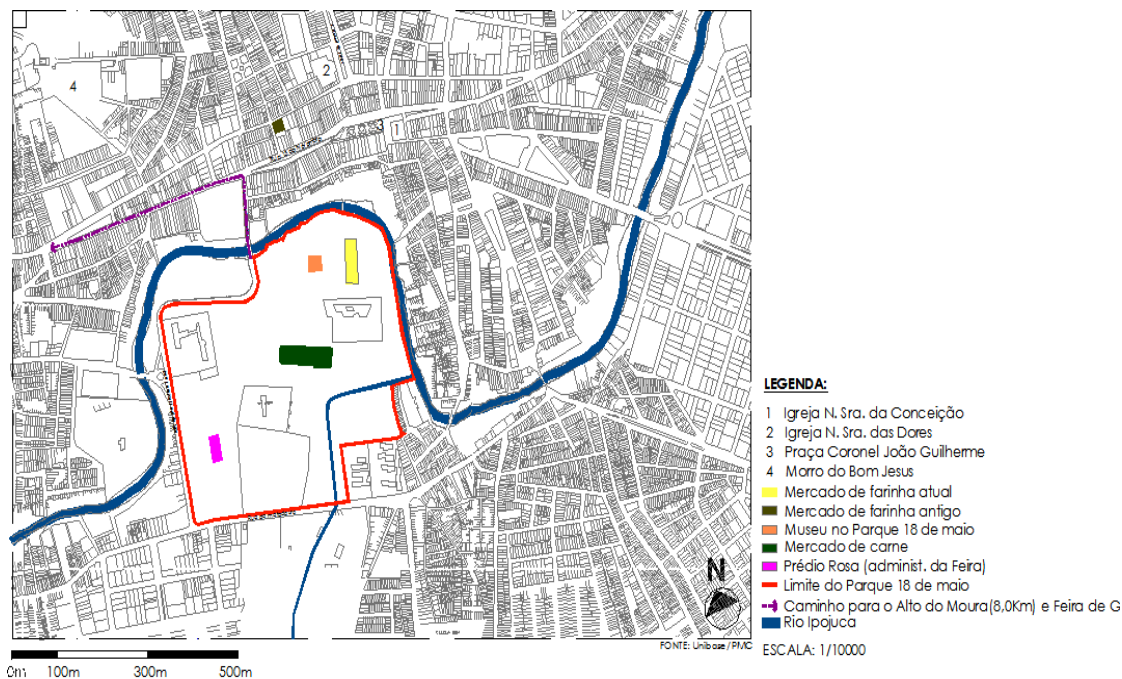
¹³⁵³ IPHAN, MIINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, cit..., p. 39. Apud: Jornal Diário de Pernambuco, 15/05/1988; 25/12/1992.

¹³⁵⁴ Miranda, Gustavo M. (2005). Caruaru, O parque 18 de Maio: uma nova morfologia para a Feira de Caruaru. Em: *A feira que se fez cidade...- Investigando limites e potenciais de uma relação espacial*. Monografia de Arquitetura, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 53.

¹³⁵⁵ Parque 18 de Maio oferecerá toda estrutura. (1992, 15 a 21 de Maio) *Jornal Vanguarda*, Caruaru-PE, p. 5.

representação da localização do Parque 18 de Maio na cidade de Caruaru. Como referência à localização da feira anterior, gostávamos de destacar a edificação 1, que refere-se à Igreja Matriz, e o antigo Mercado de Farinha, atual memorial da feira, mencionado anteriormente. Observemos, portanto, que a transferência do local da feira não representou a descentralização da mesma, uma vez que o Parque 18 de Maio também localiza-se próximo ao centro da cidade, próximo ao local anterior.

Figura 63 – Ilustração mapa localização do Parque 18 de Maio, onde localiza-se a Feira de Caruaru.



Fonte: Mapa F11.1 Identificação da Localidade-Parque 18 de Maio. (2004). IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006. Mapas.

Talvez em função da composição desta estrutura, não tenham acontecido conflitos entre a sociedade civil e o poder público, por ocasião da mudança. Como observa Ferreira,

Caruaru jamais esquecerá o dia 16 de Maio de 1992 (...) Ninguém poderia imaginar que o clima de tranquilidade iria ser tão grande naquela mudança. O prefeito João Lyra Neto fez questão de visitar os feirantes e teve uma quase unânime aprovação. Em nenhum momento a polícia foi acionada ou existiram conflitos¹³⁵⁶.

O quadro acima difere do que ocorrera em anos anteriores, na primeira tentativa de transferência, no começo dos anos 70, quando a feira foi transferida para a Rua Almirante Barroso [local mais afastado do centro]. De acordo com Ferreira, “naquela ocasião, feirantes e consumidores

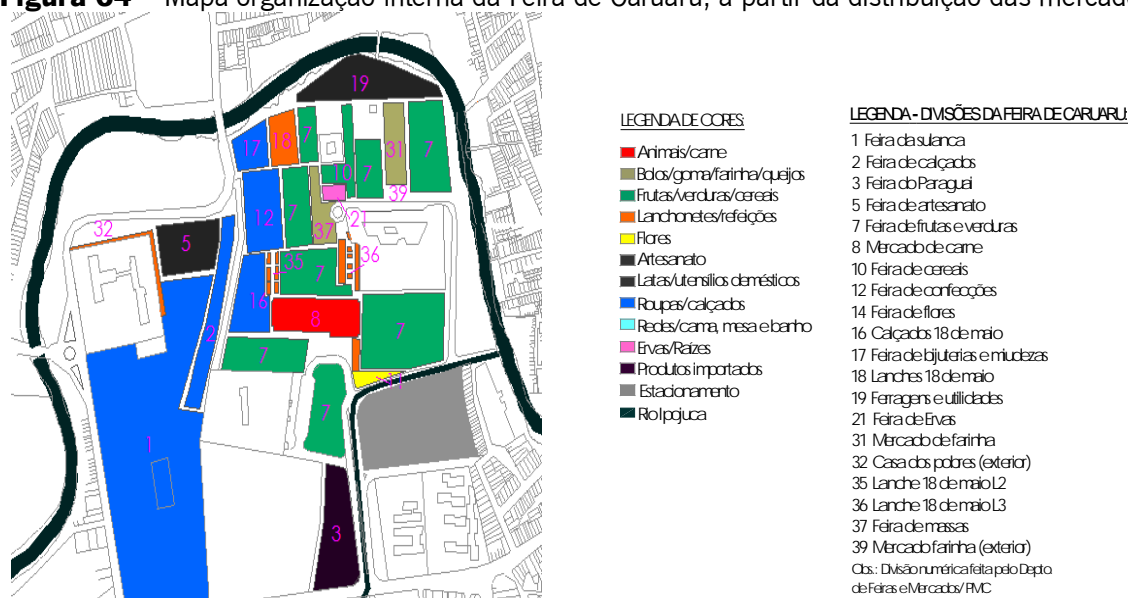
¹³⁵⁶ Ferreira. J. (2002, 18 de Maio) Caruaru jamais esquecerá aquele dia. *Vanguarda Caruaru 145 anos, 1857-2002*. Caruaru-PE, p. 2.

não aceitaram a transferência devido aos padrões urbanísticos utilizados, considerados inaceitáveis pela falta de critérios na divisão. Resultado dias após, a feira teve de voltar ao local de origem”¹³⁵⁷.

Para a criação do Parque 18 de Maio, foi realizado um estudo de viabilidade econômica e urbanístico na área social. Outra estratégia de adaptação utilizada foi a transferência, dias antes da mudança da feira em sua totalidade (8 de Maio de 1992), apenas da feira de artesanato, como um projeto piloto.

Para além destas características modernas, mas sobretudo viáveis aos feirantes – infraestrutura e localização – percebeu-se que, no novo local, a feira passaria a ser organizada a partir das mercadorias comercializadas. Um elemento positivo a mais para os feirantes e fregueses, pois estariam localizados em feiras menores que, aglutinadas, formaram a feira maior.

Figura 64 – Mapa organização interna da Feira de Caruaru, a partir da distribuição das mercadorias.



Escala: 1/1000

Fonte: Divisões Interna da Feira de Caruaru (2004), IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. Dossiê Feira de Caruaru, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006. Mapas.

A partir do ano 2000, apesar de o Parque 18 de Maio ter sido construído com uma perspectiva de ocupação de área total com espaço suficiente, conforme observamos anteriormente, na atualidade, em decorrência dos impactos gerados pelo mundo do trabalho, a feira da Sulanca tem-se expandido crescentemente, “invadindo” as vias do entorno do parque, como um fenômeno de ocupação irregular, obstruindo os corredores de circulação no interior do parque, além de algumas ruas do centro da cidade. Estes feirantes são chamados de “invasores”. E foram desta maneira

cadastrados na Prefeitura. Conforme o Vice-Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru,

Nestes últimos oito anos a feira da Sulanca cresceu muito e forma deixando invadir as ruas e cadastrando o pessoal na Prefeitura. Porque a prefeitura recebe as taxas¹³⁵⁸ e quanto mais recebe melhor para ela. Só que não tiveram preocupação de que no futuro como é agora, hoje iria ter este problema. Causando riscos a vida das pessoas que vendem e dependem também de comprar (...) ¹³⁵⁹; No início da Feira da Sulanca apenas 3.000 vendedores existiam no local e atual temos 20 mil feirantes, em estudos recentes há um aumento de 500 pessoas todos os meses que tentam empreender na Feira da Sulanca¹³⁶⁰.

Tal fenômeno é benéfico em função de corresponder a um mercado de trabalho para aqueles que encontravam-se desempregados¹³⁶¹, mas acarreta muitos inconvenientes, como por exemplo o transtorno causado no trânsito local. Críticas são apontadas nesta direção: “Em uma cidade que é desprovida de avenidas largas, uma vez por semana retira-se dela algumas de suas principais ruas de ligação, e neste mesmo dia coloca-se mais uma quantidade exacerbada de carros, toyotas, bicicletas, carroças e pedestres, o trânsito não pode funcionar nunca!” ¹³⁶².

Estas críticas não foram apontadas somente pelos cidadãos que transitam pelo centro da cidade às terças-feiras, mas a dificuldade de acesso também foi motivo de preocupação por parte do Ministério Público Estadual. Referimo-nos aos muitos “chamamentos” desta entidade jurídica à Prefeitura Municipal, exigindo que providências fossem tomadas para solucionar este problema de acesso, dentre outros. A imprensa divulgou:

A Prefeitura terá um prazo de 60 dias para apresentar a lista de todos os sulanqueiros que serão contemplados com as mudanças e seis meses para revitalização do centro da cidade, beneficiando as feiras livres, de artesanato, calçados e todas as que fazem parte da Feira de Caruaru, devendo o referido projeto ser completamente implantado em três anos.

¹³⁵⁸ A receita da Feira da Sulanca e importados, ambas realizadas na terça-feira, geram atualmente para os cofres públicos do município, um montante de fato mensal R\$: 405.299,00, embora a expectativa fosse de R\$: 579.736,33., uma vez que nem todos os feirantes cadastrados pagam as suas rendas. A taxa de inadimplência é elevada, entretanto a receita ainda é maior, como pode ser comprovado se observarmos os números citados. Informação extraída do documento interno concedido a autora intitulado Arrecadação TX. Uso solo. Arrecadação período 01/10/2009 a 31/10/2009. Emissão em 03 de Dezembro de 2009.

¹³⁵⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Carlos, feirante e Presidente do sindicato dos Feirantes e Ambulantes na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹³⁶⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Pedro Moura, feirante e Vice-Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹³⁶¹ A Feira como local de trabalho informal para os desempregados formais. Assunto já tratado no capítulo 4, pp. 109-177

¹³⁶² Guimarães, Aluizio. (2008, 15 de Abril) “A Feira dos problemas”. Artigos FAVIP. Caruaru. Acedido em 15 de Maio de 2010, em <http://www.favip.edu.br/v5/artigos.php?id=759>,

Vale lembrar que o Ministério Público tem atuado não só na busca pela garantia da preservação do patrimônio cultural, mas também tem gerido fiscalização quanto ao reordenamento do local. No que se refere à infra-estrutura. Neste sentido, melhorias urgentes são determinadas por este órgão diante dos inúmeros problemas identificados no Parque 18 de Maio e entorno. Sobre estas demandas a notícia referida anteriormente continua a destacar:

(...) a Feira de Caruaru possui mais de 10 mil barracas que atendem em média 40 mil pessoas e acontece sempre às terças-feiras, e mediante as vistorias feitas no local, ficou constatada a desorganização no ambiente. Apesar de a feira acontecer apenas um dia da semana, foram construídas diversas barracas fixas, e que durante os dias em que a feira não acontece, serve de uso para atividades ilícitas (...). Outro ponto que chamou atenção foi à questão do estacionamento indisciplinado de carros, ônibus e carroças, provocando congestionamentos que repercutem por várias vias da cidade. Problemas como poluição sonora, riscos de incêndio, circulação indevida de veículos dentro da feira, ausência de higiene, assalto, tráfico de drogas, entre outros que prejudicam o funcionamento de outras feiras¹³⁶³.

Este problema apresentado na feira de Caruaru também foi evidenciado neste estudo e em outros já realizados pelo próprio IPHAN regional. No presente estudo, destacamos o pronunciamento do presidente do sindicato:

A curto prazo a prefeitura recebeu uma notificação do Ministério Público porque é inviável (...) porque se acontecer algum acidente as pessoas podem até chegar a óbito porque não tem como socorrer. Já aconteceu há alguns anos atrás: uma jovem estava deitada em baixo do banco e os assaltantes foram fazer um assalto e ela recebeu um tiro, uma bala perdida e chegou a falecer. Ela foi socorrida um carro de mão, por que? Porque não tem como carro chegar perto, nenhuma viatura de socorro¹³⁶⁴.

Do estudo realizado pelo IPHAN regional, destacamos o parecer:

Queremos lembrar também que captamos muitas reclamações dos feirantes deste setor: A falta de segurança é o ponto com maior grau de preocupação, além da desorganização dos bancos, do amontoado entre as barracas, de mercadorias e material de papel, papelão, plástico e madeira, tudo muito feio e o que é pior: misturados, juntos com fios elétricos, que são interligados em forma de gambiarras improvisadas que se torna um perigo e uma ameaça constante: – “Ah, minha filha! Se um dia acontecer um incêndio, que Deus que nos livre, não fica nada e nem ninguém”- ¹³⁶⁵

¹³⁶³ “MPPE recomenda reordenação da Feira de Caruaru. A Prefeitura terá um prazo de 60 dias para apresentar a lista dos sulanqueiros.” *PINZON*, publicado em 07 de Dezembro de 2009, a partir de informações concedidas pelo MPPE- Ministério Público do Estado de Pernambuco. Acedido em 30 de maio de 2011, em <http://www.pinzon.com.br/index.php?i=5&c=4&n=1709>

¹³⁶⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Carlos, feirante e Presidente do sindicato dos Feirantes e Ambulantes na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹³⁶⁵ Ferreira, Josué. “Plano de Salvaguarda cit, p. 10.

Neste sentido, faz-se necessária – segundo os depoentes, o ministério público, sindicatos e associações – a relocação da feira da Sulanca para um outro espaço, deixando, portanto, o Parque 18 de Maio com as feiras que já faziam parte deste complexo as quais foram registradas como patrimônio imaterial do Brasil. A remoção da feira da Sulanca e Importados não implica que o patrimônio esteja sendo descaracterizado. Além de existirem artigos da Sulanca e dos Importados no interior do parque, aqueles que estão em seu exterior – nas ruas, os invasores - uma vez melhor acomodados com infraestrutura que favoreça a sua sustentabilidade, terão garantias de permanência destas atividades, portanto, de salvaguarda. É necessário, no entanto, que o local da transferência e a estrutura edificada não tenham características que interfiram no que concerne ao bem imaterial, resultado do registro.

Embora a mudança já tenha sido chancelada pela maioria da população local, percebemos que muitos “sulanqueiros” resistem à transferência, com receio, por exemplo, de perderem seus lugares. Percebe-se um conflito interno entre estes e aqueles feirantes que são favoráveis à mudança, evitando-se até “tocar” no assunto.

Foi feita umas pesquisas e a última dizia que eles temem de sair de onde estão. Agora é preciso que também levem em consideração [se refere aos fomentadores da pesquisa] porque a maioria das pessoas que trabalham numa área que a gente chama de invasão são pessoas que não são de Caruaru então não tem aquela preocupação. Nós que somos de Caruaru temos a preocupação de preservar e também melhorar o movimento da própria cidade porque se a gente não tiver cuidado na feira e com a própria cidade, a gente vai deixar alguma coisa no esquecimento¹³⁶⁶.

Convém lembrar que este fenômeno de mudança de local da feira já ocorreu na cidade vizinha a Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, também conhecida como Pólo da Sulanca. A feira de Santa Cruz, antes da transferência, ocupava vinte e duas ruas da cidade, ocasionando problemas semelhantes aos evidenciados em Caruaru: “o trânsito não fluía, os clientes reclamavam do aperto e dos carroceiros que circulavam entre os transeuntes”¹³⁶⁷. Os feirantes – sulanqueiros - tinham receio da mudança, alegavam que teriam prejuízo. Atualmente a Feira funciona diariamente em um “espaço coberto, com 80 mil m², mais de 6 mil boxes, 572 lojas, quatro praças de alimentação, 174 baterias sanitárias, estacionamento para três mil vagas e seis dormitórios com dois mil leitos”¹³⁶⁸.

No caso de Caruaru, tanto o projeto de transferência da feira da Sulanca como também a requalificação do parque 18 de Maio ainda se encontram em fase inicial. Sobre ambos os assuntos, o

¹³⁶⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Carlos, feirante e Presidente do sindicato dos Feirantes e Ambulantes na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹³⁶⁷ Depoimento do idealizador da mudança e atual presidente do Santa Cruz Moda Center, José Augusto. Ver Feira de Santa Cruz modelo no Agreste. (2009, 17 de Junho). *Folha de Pernambuco*. Recife.

¹³⁶⁸ IDEM

poder público municipal diz ainda não ter nada concreto para ser divulgado. Entretanto, em paralelo, foi formada uma comissão com cerca de quarenta integrantes oriundos das associações e sindicatos, com membros pertencentes às diversas feiras que integram a feira de Caruaru, para discutir o projeto da transferência. Como resultado dos encontros foi produzida uma proposta de edificação para abrigar a feira da Sulanca. Posteriormente esta proposta foi levada também à apreciação do poder público municipal, como relata o Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru:

Este projeto foi mostrado aos feirantes, distribuiu-se panfletos por toda a feira e a gente divulgou no rádio, também foi divulgado na televisão e na internet que estavam trabalhando em cima disso uma comissão e chegamos a mostrar também ao prefeito. Pedindo a ele uma área para que seja construído este projeto porque aqui perto não tem área mais próxima. A área mais próxima que encontramos foi perto da rodoviária. Todos concordaram, 90% da comissão concordou que era um lugar melhor. Então estamos aguardando uma determinação do prefeito se vai conseguir esta área para puder a gente confirmar este projeto (...) Levar 8.000 bancos para este local e as demais feiras, a feira livre permanece aqui no Parque¹³⁶⁹.

O projeto elaborado pela Comissão de Sulanqueiros de Caruaru prevê a instalação da nova feira¹³⁷⁰ num terreno de 630.450,00 m². com oito módulos de área coberta e capacidade para 18.432 bancos, praça de alimentação com 96 restaurantes, 224 lanchonetes, 432 lojas externas, 32 baterias de banheiros (masculino e feminino), além de 02 edificações para dormitórios, abrigando os fregueses que visitam a cidade e que não moram em Caruaru. Na sequência vemos ilustração do referido projeto:

¹³⁶⁹Entrevista concedida à autora pelo Sr. Reginaldo Souza, feirante e Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹³⁷⁰ Dados do projeto divulgado na internet. Acedido em 30 de Maio de 2011, em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=969856>,

Figura 65 – Panfleto proposta para nova Feira da Sulanca



Fonte: Acervo Associação dos Sulanqueiros de Caruaru.

Enquanto este projeto está sendo avaliado e, em cumprimento a determinação do Ministério Público Estadual, a Prefeitura de Caruaru solicitou ao Sindicato dos Feirantes e Ambulantes que, em parceria com a Secretaria de Finanças, fizesse o cadastramento dos feirantes. Sobretudo os sulanqueiros, com o propósito de saber o número correto dos que estão localizados na área externa do Parque 18 de Maio, na “invasão”. Ao mesmo tempo em que este estudo tem sido realizado, a busca por um local que abrigue todos estes feirantes esta sendo efetivada. Uma das opções que se apresenta – segundo os depoentes, sejam de entidades públicas ou mesmo os sulanqueiros – consiste em uma área localizada próximo ao Parque, um terreno com 84.158,64m², que abrigará cerca de 8.526 bancos, medindo 1,50X1,10.

Entretanto, percebe-se que, mesmo com a remoção dos sulanqueiros, inicialmente para o terreno e posteriormente para a área edificada, o Parque 18 de Maio carece de uma requalificação na sua área interna, “a feira e os feirantes precisam de melhores condições de higiene, com a ampliação de banheiros públicos, com água, com esgotos limpos e protegidos, com pessoal melhor qualificado

para esse tipo de trabalho, com horários pré-fixados e verdadeiramente cumpridos”¹³⁷¹; requalificar a infraestrutura trazendo “ (...) mais ventilação, segurança, estacionamento organizado”¹³⁷². Em relação às barracas, de acordo com os depoentes, se faz necessário que se mantenha as estruturas de alvenaria implantadas no projeto original, evitando acidentes como os incêndios, pois os feirantes utilizam materiais como zinco e madeira. De acordo com o Presidente do sindicato dos Feirantes e Ambulantes na Feira de Caruaru, “Precisamos trabalhar, por exemplo, com um material que não seja inflamável e que não venha a causar prejuízo como a alvenaria, por exemplo. Algumas discussões já iniciaram também neste sentido. Uma padronização”¹³⁷³.

Ainda no que se refere aos projetos de requalificação, outra questão que destacamos diz respeito aos parceiros das entidades públicas neste processo: a contratação, por parte das prefeituras, das ações empreendidas pelo SEBRAE. A consultoria desta entidade tem a função de ir além do diagnóstico das situações atuais das feiras¹³⁷⁴, pois identifica as características físicas, culturais e sociais, destacando os pontos fortes nos quais devem ser realizados investimentos, e os pontos fracos que devem ser reformulados, readaptando-os à dinâmica moderna do mercado, a partir, sobretudo, da demanda dos clientes. Sobre sua metodologia do programa de modernização das feiras, diz o consultor do SEBRAE em Salvador:

Tem seu início no levantamento do pré-diagnóstico, conhecendo a feira, levantamos os pontos fracos e fortes, de cada feira, analisamos o modelo de gestão implantado, a legalização existente (leis, regimentos, estatutos), solicitamos a atualização do cadastro, verificamos o tipo de feira se é feira fixa, móvel ou mista, e também realizamos pesquisa junto com os fregueses, fato inclusive que mais chama a atenção dos feirantes na hora que vamos fazer a sensibilização¹³⁷⁵.

Este primeiro passo do diagnóstico é essencial, pois, através dele, os problemas burocráticos são superados. E para isto o suporte jurídico, por exemplo, na elaboração da legislação das feiras, leis, regimentos, estatutos, etc., possibilita o melhor funcionamento destas. Igualmente importante é a promoção de treinamento com os feirantes, realizando oficinas e palestras. Todo este conjunto possibilita a legalidade da feira e ajuda a desmistificar a visão preconceituosa que pesa sobre a mesma: ambiente desorganizado, sujo e espaço de contrafação e prostituição. Seria, por último, como

¹³⁷¹ Ferreira, Josué. “Plano de Salvaguarda cit....”, p. 13.

¹³⁷² Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Advani dos Santos, freguesa, em Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹³⁷³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Carlos, feirante e Presidente do sindicato dos Feirantes e Ambulantes na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

¹³⁷⁴ As três feiras investigadas neste estudo são acompanhadas pelo Programa de modernização das feiras adotado pelo SEBRAE.

¹³⁷⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. José Alberto Costa Muricy, consultor do SEBRAE, em Salvador, 20 de junho de 2009.

anunciar a sua existência para o Estado e a sociedade que, ironicamente, sabe que ela existe, mas não a reconhece – um filho ilegítimo.

Todas estas ações, desenvolvidas pelas entidades públicas, privadas e a comunidade local, têm por objetivo a valorização e salvaguarda do bem imaterial. Convém, entretanto, que sejam articuladas em conjunto, com o intuito de serem fortalecidas como plano de ação ou salvaguarda. Como indicamos no início deste texto, é preciso que toda a comunidade reconheça o bem cultural de natureza imaterial para que tenha o interesse e a dedicação de protegê-lo, mantendo-o e conservando-o.

8.3 – Em busca do reconhecimento: Feira de São Joaquim e de Campina Grande

Como vimos anteriormente, a Feira de Caruaru foi a única, até o momento, registrada como bem cultural e imaterial do Brasil, no Livro de lugares. No entanto, as outras duas feiras analisadas neste estudo também já manifestaram interesse em buscar este reconhecimento. Cada uma delas atende às diretrizes do Decreto nº 3.551/2000, porém o encaminhamento do registro se deu de maneira diferenciada. A Feira de São Joaquim teve o pedido de registro realizado pela própria comunidade dos feirantes, por intermédio do sindicato e associação locais, enquanto o processo de Campina Grande foi encaminhado pela Prefeitura Municipal. Em ambos os casos houve a participação de outras entidades parceiras, envolvidas de maneira direta ou indireta.

Procedimento para o registro da Feira de São Joaquim

Normativamente um dos objetivos do reconhecimento de um bem cultural associa-se ao seu lugar de funcionamento. Registrar um bem é favorecer sua continuidade com ações de sustentabilidade e de salvaguarda; é garantir a permanência desse espaço. Neste sentido, as feiras, quando têm seu registro proposto, se inscrevem na categoria do Livro de lugares de sociabilidade, embora, como já foi dito, não deixem de apresentar características dos demais livros de registro. Com a feira soteropolitana não foi diferente; seu registro também foi encaminhado para o Livro dos lugares. Esta decisão vincula-se em parte a uma estratégia utilizada pelos feirantes, protagonistas da história da feira e proponentes do projeto, de buscar garantir sua permanência no mesmo sítio, haja vista estarem, na época do início do processo, ameaçados de sair do local, pois a feira ocupa uma área pertencente à Marinha, com licença provisória para seu funcionamento¹³⁷⁶. Além disso, o governo

¹³⁷⁶ Após o incêndio da Feira de Água de Meninos, como já foi relatado, os feirantes foram fixados na Enseada de São Joaquim, originando a feira atual. No entanto, o terreno em que os feirantes estão localizados é uma área pertencente à Capitania dos Portos (Marinha), cedida por um período de 31 anos. Desde 1995 os feirantes reivindicam a posse da área

parecia ter alguns projetos sendo formulados que previam a “Ampliação do Porto e Via Náutica”¹³⁷⁷, na área onde encontrava-se a feira. De acordo com a coordenadora de Registro DPI/IPHAN, o interesse inicial para pedido de registro constituía “uma manifestação da comunidade, porque eles tinham uma demanda muito específica, eles estavam sendo transferidos. Era uma feira antiga, já vinha de Água de Meninos [acrescentamos também ser remanescente da feira do Sete], tinha toda uma história”¹³⁷⁸. A respeito do encaminhamento e objetivo do registro, o presidente do sindicato esclarece:

A gente entendia que a partir do elemento cultural é que a gente conseguia preservar a feira aqui, porque tanto os elementos sociais como económicos que eram fortes, mas não eram elementos suficientemente fortes que sustentassem como justificativa para que a feira não fosse transferida daqui. Porque ela poderia ser transferida para outro lugar e continuar tendo todos os elementos sociais e económicos pelo menos a princípio. Estas discussões nunca houveram de forma aberta, a Feira de São Joaquim, por exemplo, não nasceu de uma discussão da necessidade da feira de Água de Meninos sair daquele local porque representava um “estorvo” que atrapalhava a cidade. Esta via, que hoje passa na frente da Feira de São Joaquim, corta a antiga feira de Água de Meninos e é uma via importante para a cidade, de tal maneira que eles acharam que uma forma de tirarem aquele pessoal dali foi incendiar a feira e esta feira então nasceu aqui. E é essa discussão que a gente coloca¹³⁷⁹.

Convém destacar que esta questão da transferência da feira para atender a interesses de modernização urbana vinha gerando conflitos havia bastante tempo, como ressaltado na citação acima. De um lado encontravam-se os trabalhadores da feira, sejam as duas mais antigas, Feira do Sete e Feira de Água de Meninos¹³⁸⁰, ou a mais atual, São Joaquim; de outro os interesses privados ligados ao

junto à SPU - Secretaria do Património da União. Uma vez sendo um bem material pertencente a União, localizado num sítio que margeia o mar, não pode ser doado em definitivo aos feirantes. Estes podem ter a cessão para uso da área, mas não sua posse. Em março de 2005, esta questão fundiária foi minimizada, ou pelo menos regularizada, diante da articulação verificada entre Governo Federal (SPU), Estadual (CODEBA) e Municipal (Prefeitura de Salvador). Referimo-nos ao termo de cooperação técnica entre estes três órgãos e as entidades representativas dos feirantes: SINDIFEIRA- Sindicato do Comércio Varejistas de Feirantes e Ambulantes de Salvador, Associação dos feirantes e o Comitê de Defesa da Feira. Sobre os problemas em São Joaquim com destaque para a questão fundiária, ver: Machado, L (2006, 02 de Maio). “A regularização é uma luta antiga. Em: Chuvas agravam problemas em São Joaquim”, *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.10.

¹³⁷⁷ Bochicchio, R. (2004, 07 de Junho). Feira com status de património. Comerciantes de São Joaquim iniciam hoje discussão para transformar área em monumento cultural tombado pelo IPHAN *A Tarde*. Salvador, p. 3.

¹³⁷⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Cláudia Vasques, Coordenadora de Registro DPI/IPHAN. Brasília, 19 de Maio de 2011.

¹³⁷⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joel Anunciação, feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹³⁸⁰ Sobre essa história de tensão e conflitos entre os interesses modernistas, o compositor José Carlos Capinam retratou na letra da música “Água de Meninos” (1966), interpretada pelo cantor baiano Gilberto Gil no disco *Louvação*. Ver: Capinam, J.C; Gil, G. (1967). Água de meninos. Interprete: Gilberto Gil. Em: GILBERTO GIL. *Louvação*. Philips. 1 Disco sonoro, 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol. Lado B, faixa 11.

governo. “A Feira de São Joaquim nasceu deste conflito e, como filha de uma dialética sócio espacial, traz consigo continuidades e ruturas”¹³⁸¹.

Além deste problema de uma possível transferência, os feirantes de São Joaquim aproveitaram para discutir a necessidade de melhorias na infraestrutura da feira. Uma requalificação¹³⁸² se faz necessária. O projeto de requalificação surgia como um pré-requisito para que a feira fosse reconhecida como património. Requalificação e registro caminhavam lado a lado neste processo. Conforme anunciado em periódico da época, “Essa preservação começa com o tombamento cultural e continua através de melhoras na infraestrutura e segurança no local”¹³⁸³. Como afirma o Sr. Joel Anunciação, presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Salvador,

O projeto de requalificação foi pensado a partir das discussões do tombamento da feira como Patrimônio Cultural e Imaterial. Se pensava em tombar para que? Para deixar nas mesmas condições que se encontravam? Não seria conveniente. Porque se nós queremos preservar, é tudo aquilo que tem importância da feira como elemento representativo da cultura da cidade e do retrato que a feira é do nosso povo e a identidade que a feira possui como cultura, como elemento cultural da nossa cidade. Não queremos preservar aquilo que a feira tem de negativo, a falta de infraestrutura, desde o esgoto sanitário e a rede de drenagem fluvial feita há vinte anos (...) Não possui um piso adequado, uma cobertura (...) a feira precisa de um reordenamento interno e é importante a discussão da feira como patrimônio cultural, porque essa discussão é que norteou a intervenção e aí percebeu-se a feira como elemento cultural para depois se propor que intervenção fazer dentro da feira. E daí essa discussão está pautada nisso aí. Com participação efetiva do sindicato e do próprio feirante¹³⁸⁴.

Como vimos anteriormente, para se fazer o registro de património imaterial, de acordo com o Decreto nº 3.551/2000, a par da manifestação de interesse por parte da comunidade em registrar o bem cultural faz-se necessário, também, a realização de um inventário. Para tanto, uma pesquisa mais minuciosa teve que ser elaborada, a cargo dos órgãos estaduais¹³⁸⁵ e federais já mencionados. No caso da feira de São Joaquim, mesmo que as entidades envolvidas tivessem interesse no registro e no cumprimento de todos os procedimentos do inventário, diferentemente de Caruaru, a responsabilidade maior da pesquisa coube ao proponente – o sindicato e associação dos feirantes. Entretanto, em função da grande articulação e dos interesses múltiplos no registro, as entidades parceiras se uniram

¹³⁸¹ Lima, L. B. (2006). *Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção quotidiana*. Monografia de Conclusão de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 52.

¹³⁸² Sobre a requalificação trataremos mais adiante.

¹³⁸³ Rocha, Thais. (2003, 07 de Dezembro). Feira de São Joaquim pode virar um bem cultural. *Tribuna do Povo*. Salvador, p. 12.

¹³⁸⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joel Anunciação, feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹³⁸⁵ IPAC- Instituto do histórico do estado da Bahia a superintendência do IPHAN estadual, além da 7ª Superintendência Regional, com jurisdição no estado da Bahia e a FCP- Fundação Cultural Palmares.

com o intuito de buscar a viabilidade da pesquisa. Três entidades se comprometeram a efetivamente dar prosseguimento ao inventário¹³⁸⁶ e posteriormente assinatura do convênio¹³⁸⁷. Em paralelo, muitas ações foram elaboradas e discutidas desde o início, com o objetivo de buscar recursos para concretização das obras de requalificação da área,. Todos os esforços, em nossa percepção, foram feitos no sentido de que a aprovação pelo conselho consistisse em “um catalisador para melhorias e uma maior valorização local”¹³⁸⁸.

Características da Feira Soteropolitana que a qualificam como Patrimônio

Hoje nós vamos falar
De uma Feira com gargalhardia;
Temos o melhor atendimento
Com presteza e alegria;
Gente fina, super legal
Patrimônio Cultural
Do Estado da Bahia (...)¹³⁸⁹.

Vários são os aspectos que podem ser destacados como características que justificam que a feira soteropolitana se torne patrimônio cultural imaterial, segundo os seus depoentes e a análise deste estudo¹³⁹⁰. Iniciamos por relacionar como bem cultural os artigos diversos comercializados na feira soteropolitana¹³⁹¹. Entretanto há aqueles que são considerados típicos da identidade híbrida dos personagens que transitam pela feira. Referimo-nos aos artigos religiosos posicionados em todo o trajeto deste mercado tradicional. Estes artigos caracterizam esta feira como um bem cultural reconhecido em todo o mundo: “A casa de artigos religiosos é uma atração cultural. Tem coisas aqui dentro que são antigas e que só se encontra nessa feira: o camarão, o dendê, essas coisas. Para todas

¹³⁸⁶ O Ministério da Cultura, com a liberação dos recursos necessários, a 7ª- IPHAN com a orientação da parte técnica da pesquisa e dos encaminhamentos do registro e a FCP na gestão e articulação política e execução.

¹³⁸⁷ Até o ano de 2007, esta era a situação apresentada, as entidades supra citadas, estavam articuladas no sentido da formulação do convênio para elaboração da pesquisa.

¹³⁸⁸ Depoimento proferido por Márcia Santana, diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN. Na sessão especial da Câmara Municipal de Salvador. Solenidade que teve por objetivo “ratificar o desejo de feirantes, pesquisadores e representantes diversos segmentos da sociedade, no registro da Feira de São Joaquim como bem cultural de natureza imaterial (...)”. Além de representantes da comunidade de feirantes, e da comunidade política, este evento teve a participação do ministro da cultura interino Juca Ferreira e o prefeito João Henrique. Ver: Torres, Jony. (2006, 12 de Julho). Tombamento da Feira de São Joaquim volta a ser debatido. *Correio da Bahia*, Salvador.

¹³⁸⁹ Santos, Luiz P. dos (2008). “A Feira de São Joaquim”. Literatura de cordel: Confraria Luiz de Maré, Salvador, p, 3.

¹³⁹⁰ Elegemos alguns pelo fato de não ser nosso objetivo neste estudo fazer um dossiê ou inventário de nenhuma das feiras como patrimônio. Objetivamos, no entanto, trazer a discussão de que a busca pelo registro, ou o reconhecimento do patrimônio se configura em uma estratégia contemporânea de continuidade das mesmas como lugar de sociabilidade, e de comércio tradicional. Apesar dos impactos percebidos com a globalização.

¹³⁹¹ Já mencionados no capítulo 7, item mercadorias nas feiras do Nordeste do Brasil, pp. 362-409 por esta razão não iremos retomar, mencionamos somente os artigos religiosos pelo bem cultural que representam nesta feira e sua dimensão internacional.

as baianas de acarajé o foco de compras é aqui. Os grandes terreiros compram aqui dentro de São Joaquim”¹³⁹². Sobre o reconhecimento internacional, o responsável pela coordenação do grupo sócio cultural na elaboração do projeto de requalificação da feira nota:

A gente não pode deixar de citar que a feira tem uma importância internacional, haja vista que existem terreiros em outros países, e existe dentro do candomblé uma legitimidade para os produtos da cultura afro, oriundos da Bahia. Então quer dizer que todos os terreiros precisam, por uma questão absolutamente litúrgica, virem para Bahia para comprar os utensílios e os gêneros alimentícios. O próprio azeite de dendê, que é chamado de ouro do Recôncavo, quiabo, frutas e as verduras necessárias para fazer as comidas dos santos, como eles chamam. Então existem terreiros de candomblé no Brasil e de fora do Brasil que vem buscar. Fora as referências na Literatura de Jorge Amado que já explorou as barreiras nacionais, os filmes que usam a feira de São Joaquim como temas de abordagens.¹³⁹³

Sobre as produções culturais que têm a feira como objeto temático, ao representar cenas do seu cotidiano, consideramos que, por meio de produções e exposições fotográficas, cinematográficas e literárias, os autores e artistas acabam por evidenciar a importância desta feira, reconhecendo-a também como Patrimônio. Diz editorial do jornal *A Tarde*, de 6/05/2007, que “São Joaquim tem inspirado artistas de diferentes linguagens”¹³⁹⁴.

O filme “A Grande Feira”, de Roberto Pires, clássico do cinema novo, embora retrate a feira de Água de Meninos e não São Joaquim, traz performances nas práticas de venda até hoje encontradas entre os feirantes remanescentes desta feira anterior. O longa-metragem “Cidade Baixa”, de Sérgio Rezende, com cenas realizadas neste mercado tradicional, evidencia aspectos do seu cotidiano. Na música duas produções, — a já citada “Água de meninos” e “Morador do meu Sertão” de composição de Laura Franco, interpretada pela banda A Odisseia das Torradeiras Voadoras¹³⁹⁵ — exploram em suas letras características da feira de São Joaquim, juntamente com a feira de Caruaru. A gravação do DVD “Naturalmente acústico”, da cantora baiana Margarete Menezes, teve a feira soteropolitana como um dos cenários escolhidos pela artista: “A feira de São Joaquim é porque é um lugar que eu acho que tem a cara da Bahia, cheio de cores e aromas, e que faz parte do cotidiano das pessoas”¹³⁹⁶. Já na pintura, a feira é retratada nas obras *Água de Meninos*, do artista DI Cavalcanti, e

¹³⁹² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio, feirante em São Joaquim, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹³⁹³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Valdemar Lima, coordenador do grupo socio cultural do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, Salvador 29 de Maio de 2009.

¹³⁹⁴ Editorial (2007, 06 de Maio). Feira carismática *A Tarde*, Salvador, p. 3.

¹³⁹⁵ Franco, L. *Morador do meu Sertão* - A Odisseia Das Torradeiras Voadoras. Acedido em 02 de Junho de 2011, em <http://letras.terra.com.br/a-odisseia-das-torradeiras-voadoras/1184783/>

¹³⁹⁶ Santana, M. N. (2010, 19 de Outubro). Margareth Menezes lança seu novo DVD 'Naturalmente Acústico' na Concha Acústica. *Correio 24 horas*, Salvador. Acedido em 02 de Junho de 2011, em:

Feira de Utensílios de Barro em Água de Meninos, de Diógenes Rebouças Filho, assim como na pintura performativa do artista plástico baiano Leonardo Mattos.¹³⁹⁷ E na Fotografia, São Joaquim foi “explorada” na comparação com a feira São Paulo, em Luanda, na Angola.

Uma exposição foi realizada pelo fotógrafo Sérgio Guerra, intitulada de “Lá e Cá”¹³⁹⁸, na qual capturou imagens dos personagens da feira em seu dia-a-dia: “A sociedade precisa olhar para isso com outros olhos, pois é nossa identidade. Salvador é uma cidade negra e isso não pode ser assumido quando é conveniente. Acho que devemos colocar e praticar os conceitos de resistir, resgatar e reparar, frisa o artista”¹³⁹⁹. São cerca de 438 painéis, de variados tamanhos, com imagens da feira baiana e angolana, distribuídos pelos corredores da feira de São Joaquim. Divulgando, portanto, as semelhanças de um lado e do outro do Atlântico. O Ministro da Cultura de Angola, Boaventura Cardoso, diz que a mostra serve como mais uma ponte entre Brasil e Angola. “Há de fato muita identidade cultural. Tive dificuldade de identificar em certas fotos quem era angolano e quem era baiano”, destacou.¹⁴⁰⁰

A proposta do artista com a exposição e o Manifesto Negroamor¹⁴⁰¹ visava transformar a cidade de Salvador “num ponto de convergência para as populações africanas e afrodescendentes espalhadas pelo mundo”, mas também reforçar a necessidade urgente de reconhecer a feira baiana como Patrimônio Cultural de Salvador”¹⁴⁰². À transformação da feira em patrimônio cultural, o artista acrescenta ainda “dar a posse da terra e das barracas aos feirantes que vivem numa situação irregular e de grande instabilidade”¹⁴⁰³. Interessante perceber que as semelhanças das duas feiras não se dá apenas no fato de ambas terem nomes de santos – São Paulo e São Joaquim - ou na aparência física, uma vez que em ambas são comercializados, por exemplo, artigos religiosos voltados para rituais afro,

<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-2/artigo/margareth-menezes-lanca-seu-novo-dvd-naturalmente-acustico-na-concha-acustica/>

¹³⁹⁷ Acedido em 02 de Junho de 2011, em: <http://ibahia.com/impressao/noticia/sao-joaquim-e-uma-cidade-de-artistas/>,

¹³⁹⁸ A exposição além de apresentar como produto os 438 painéis, também resultou na publicação da obra, Guerra, Sérgio. (2006). *Lá e Cá: um encontro de São Paulo e São Joaquim*. Luanda: Edições MAIANGA, Salvador.

¹³⁹⁹ Luz, M (2006, 18 de Janeiro). No caminho da Feira. Fotos de Sérgio Guerra retratam semelhanças entre os grandes mercados populares de Salvador e Luanda. *A Tarde*, Salvador, p.7. Outras notícias também divulgaram a exposição: Autor não identificado (2006, 14 e 15 de Janeiro). De São Paulo a São Joaquim, *Tribuna da Bahia*, Salvador; Carolina, A (2006, 04 de Março). Gil visita exposição de fotos em São Joaquim. Ministro da Cultura prestigiou a mostra que revela em imagens a semelhança entre Bahia e Luanda. *Correio da Bahia*, Salvador, p.3; Castro, D (2006, 16 de Janeiro) Exposição ‘Lá e cá’, do fotógrafo Sérgio Guerra, estampa as semelhanças entre Bahia e Angola Em: *Imagens com dupla face*. Folha da Bahia, Correio da Bahia. Salvador.

¹⁴⁰⁰ Esta fala reforça a nossa tese, apresentada no capítulo 6, quando tratamos das identidades plurais e do hibridismo identitário evidenciado nas feiras contemporâneas, pp. 300-307 (2006, 19 de Janeiro) “São Joaquim angolano. Exposição do fotógrafo Sérgio Guerra mostra em 438 imagens as relações entre o país africano e a feira mais popular da Bahia”. *Correio da Bahia*.

¹⁴⁰¹ Acedido em 03 de Junho de 2011, em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1309372-EI6581,00.html>,

¹⁴⁰² Ribeiro, C (2006, 19 de Janeiro). Um novo olhar sobre São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p. 7.

¹⁴⁰³ Idem.

mas também o fato de terem sido originadas de tragédias, incêndios de que foram vítimas. No caso da feira brasileira, seu surgimento foi ocasionado pelo “desaparecimento” da feira de Água de Meninos, em 1964. Já em relação à feira africana, São Paulo, esta surgiu em função do incêndio em 1948, ocorrido no antigo Mercado Xamaco.

Consideramos relevante destacar mais dois eventos artístico culturais, que consistiram em iniciativas realizadas com vistas ao processo de registro. “A Feira que Queremos”¹⁴⁰⁴ foi um projeto que tinha como objetivo,

[Por intermédio da] linguagem artística iniciar um debate mais amplo sobre o tema e revelar a feira como um local onde a cultura da cidade acontece de forma genuína (...) A ideia [era] chamar atenção para este local de comércio como espaço único de expressão da cultura popular e, a partir daí fortalecer e injetar ânimo na luta para o registro da Feira de São Joaquim como bem cultural de natureza imaterial (...) ¹⁴⁰⁵.

Outro evento, não tanto artístico mas sim de ação social, foi o “Dia de Viver a Feira, Feira Viva, Feira Nova”¹⁴⁰⁶. Nele foram oferecidos, aos feirantes e familiares, serviços de atendimento de odontologia, ergonomia, vacinação, teste de glicemia, pressão arterial e assistência jurídica. Foi “um projeto de revitalização da Feira de São Joaquim. (...) A ideia, desenvolvida pelo curso de Turismo é desenvolver proposta de reestruturação da feira, aliando à parte estrutural a qualificação dos feirantes”¹⁴⁰⁷.

Para além destas manifestações artístico culturais, a feira também foi retratada, como bem cultural, na literatura tradicional, a exemplo do romance *Capitães de Areia* do escritor baiano Jorge Amado, no qual o autor traz a narrativa dos meninos de rua que lutavam pela vida, na enseada da antiga feira de Água de Meninos; e da obra *As Sete Portas da Bahia*, de Carybé. Nela o autor afirma que “É aí que se abastecem os vendedores ambulantes, os hotéis, restaurantes e as famílias pobres”¹⁴⁰⁸. Já na literatura popular, a exemplo do já citado cordel da epígrafe deste texto, de Luiz Paulo dos Santos, há outros cordelistas que encontraram na feira de São Joaquim fonte de inspiração. Alguns deles: Sérgio Bahialista, Antônio Barreto e Jotacê.

Muitos documentários foram produzidos sobre a feira soteropolitana, com depoimentos que vêm fortalecer a busca pelo registro. Mencionamos alguns destes trabalhos¹⁴⁰⁹, e depoimentos:

¹⁴⁰⁴ Promovida pelo CRIA- Centro de Referência Integral de Adolescentes.

¹⁴⁰⁵ Freitas, T (2006, 05 de Agosto). Sábado é dia de poesia e cordel em São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p. 3.

¹⁴⁰⁶ Promovido pela Faculdade São Salvador em parceria com o Programa Mesa Brasil- SESC.

¹⁴⁰⁷ Júnior, Leônidas (2010, 17 de Outubro). Evento oferece serviços para feirantes e familiares. *A Tarde*. Salvador, p.8.

¹⁴⁰⁸ Carybé. (1967). *As Sete Portas da Bahia*. Rio de Janeiro, p 37.

¹⁴⁰⁹ Documentários: Barreto, Petinha (2006, 21 de Abril). *Nos trilhos da Feira- Ação emergencial da Feira de São Joaquim*. Fundação Gregório de Matos. Salvador; (2009, 09 de Março). *Água de Maninos acabou, quem ficou foi a saudade*. TVE-IRDEB. Produção Daniela Penha. Salvador; Pereira, Gustavo *Feira de São Joaquim, que lugar é esse?*SINDIFEIRA; Cândido,

É importante para a cultura da cidade, do estado e meio de sobrevivência para todos. (...) Patrimônio da humanidade considera (...) a feira é pura cultura¹⁴¹⁰; É importante, não só para mim, mas para meus clientes e para gerações futuras¹⁴¹¹; Falar dessa feira é falar sobre patrimônio imaterial, com toda a cultura religiosa, por exemplo¹⁴¹²; A feira de São Joaquim é patrimônio não só da cidade, mas digo até da humanidade. Tudo converge aqui; Quando acontece uma festa na Bahia corre tudo para comprar aqui. Rica em produtos que vêm de toda região¹⁴¹³; A luta da feira como patrimônio é um reconhecimento do que já é de direito, porque a Feira de São Joaquim já é um patrimônio histórico da cidade de Salvador. Porque nela abastece toda a cultura da cidade, desde a culinária até a religiosidade, o artesanato. Tudo passa pela feira de São Joaquim e aqui funciona como um centro de cultura dessa tradição, desse jeito de ser baiano. Costumo dizer que é conhecida a nível nacional. É que na capital não se come um acarajé na Bahia sem ter passado por aqui¹⁴¹⁴; É divertida. Acordo as 4 da manhã, e chego aqui as 6. Tem uma turma que toma café da manhã aqui. Cada um trás uma coisa. A feira de São Joaquim alimenta o corpo e a alma. Se eu não gostasse já tinha fugido. Amo a feira de segunda a segunda. Daqui a gente se arruma e vai para praia, Canta Galo ou Ribeira. Amo a feira, desço a pé e volto de táxi. Desço com a sacola vazia e volto com ela cheia¹⁴¹⁵.

Todas estas representações artístico literárias sobre a feira baiana emergem para a demonstração dos valores que são mais significativos nela, e que reforçam a justificativa da busca pelo título de patrimônio imaterial. Referimo-nos às relações de compadrio, trocas simbólicas, códigos de linguagem no tratar os fregueses, que carregam traços de respeito, de consideração, de afetividade. A feira de São Joaquim se constitui em um repositório da cultura popular: da capoeira, da literatura de cordel, do samba de roda. É um espaço onde as receitas da culinária típica baiana acham lugar para sua preservação, porque os clientes tanto buscam os ingredientes das receitas que querem fazer, como aprendem com os feirantes a forma de fazê-las. São elementos culturais que se mantêm, que se preserva, que estão em mutações, nas discussões, nas trocas simbólicas. Vê-se não apenas feirantes e fregueses, mas acima de tudo amigos. São gerações e gerações que se conhecem, e vão criando entre si laços de afinidade, de confiabilidade, de fidelização. Tudo isto por si só já se configura como um sustentáculo de bem cultural preservado por eles próprios, além do imaginário de representação

João e Queiroz, Mércia *Livre Feira de São Joaquim*. Curta-metragem TV Educativa da Bahia. Silva, José A. M. da (2006) *São Joaquim, a feira- X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH; Roriz, Jorge e Vanessa, Uine (2006, 30 de Novembro). *O incêndio na feira. Imagem viva do povo brasileiro*. Curso de Jornalismo FACOM-UFBA, Prof. Tenaflae Lordelo, Salvador.

¹⁴¹⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Aguinaldo Campos, freguês em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

¹⁴¹¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Eivaldo (Babaú), feirante em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

¹⁴¹² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcilio, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

¹⁴¹³ Entrevista concedida pelo feirante João Prazeres, na ocasião presidente do sindicato dos feirantes e ambulantes da cidade de Salvador, ao documentário Silva, José A. M. da (2006) *São Joaquim, a feira- X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min IRDEB-TVE BH.

¹⁴¹⁴ Entrevista concedida pelo feirante Joel Anunciação, ao documentário Silva, José A. M. da (2006). *São Joaquim, a feira- X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

¹⁴¹⁵ Entrevista concedida pelo feirante Eivaldo Rodrigues, ao documentário Silva, José A. M. da (2006). *São Joaquim, a feira- X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

cultural, que a feira sempre teve. 100% dos entrevistados consideram a feira de São Joaquim como patrimônio Imaterial, como demonstra a tabela:

Tabela 68 – Representação da Feira de São Joaquim como Patrimônio imaterial

CONSIDERA A FEIRA DE SÃO JOAQUIM COMO PATRIMÓNIO IMATERIAL?	FREGUÊS	FEIRANTE
Sim	100%	100%
Não	0%	0%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA2007

Alguns episódios de conflitos e resistência em São Joaquim: a derrubada do Muro da “Vergonha” (2002) e o caso do Mercado de Peixe (2003)

Com a justificativa modernizadora de otimizar o espaço da feira, durante a gestão do prefeito Antônio Imbassahy (1996-2002)¹⁴¹⁶, vários sítios da capital baiana foram submetidos a reformas em suas estruturas. No caso da feira de São Joaquim, inicialmente houve uma tentativa, por parte do poder público municipal, de acabar com a feira, atendendo ao problema da estrutura fundiária, mencionada no início deste texto. Desde 1995, os feirantes estavam a ocupar o terreno da União com a licença vencida. Entretanto, observou-se algumas estratégias utilizadas pela prefeitura para “otimizar” o espaço.

A primeira delas foi a construção de um grande muro em torno da feira, sob o argumento de que o cercamento traria maior segurança para os feirantes. Embora este fosse o principal argumento, os feirantes acreditavam que o então prefeito Imbassahy tinha mesmo o objetivo de “esconder a feira”, uma vez que a infraestrutura se apresentava com elevada deficiência. Os feirantes denominaram o muro de “muro da vergonha”, associando-o ao divida as duas Alemanhas. Os feirantes não aceitaram o isolamento de maneira pacífica, se revoltaram contra a edificação e, orientados pelo segmento representativo do sindicato e do vereador Emiliano José¹⁴¹⁷, se manifestaram promovendo o episódio da sua derrubada. Na sequência apresentaremos quatro depoimentos sobre este episódio. Os dois primeiros foram proferidos pelos representantes do sindicato, presidente e vice-presidente. Eles destacam sua percepção, posicionamento da entidade a respeito, e as estratégias de resistência empreendidas. Inicialmente o Sr. Joel Anunciação define o episódio declarando que,

¹⁴¹⁶ Atualmente pertencente ao Partido Social Democrático do Brasil (PSDB) e ex. partidário do Partido da Frente Liberal (PFL), Salvador, Bahia, Brasil.

¹⁴¹⁷ Membro do Partido dos Trabalhadores (PT) de Salvador, Bahia, Brasil.

O prefeito chegou a construir um muro fechando toda a feira, chamado de muro da vergonha, que tinha uma clara intenção de esconder a feira como se fosse algo que devesse ser escondido (...) No final do ano de 2001 nós fizemos uma manifestação literalmente. Os feirantes com os parlamentares quebramos o muro, metemos a marreta, feirantes e parlamentares (...)¹⁴¹⁸.

Posteriormente explica quais as estratégias utilizadas pelos feirantes que denota a capacidade de articulação entre o grupo de feirantes e a comunidade, em torno de um objectivo em comum: a derrubada do muro:

E nós [feirantes] conduzimos esta luta em três frentes: mediática, na relação com a imprensa. Munindo a imprensa de todas as informações (...) e ganhamos a opinião pública, a comunidade soteropolitana. Já não era mais a luta de um prefeito poderoso do PFL [refere-se ao Sr. António Imbassahy], ligado ao governo a ACM-António Carlos Magalhães, o todo-poderoso aqui na Bahia, contra o grupo de feirantes, toda a cidade desta forma. Conseguimos mobilizar. A outra frente foi a área jurídica, ganhamos mais de quinze liminares contra a prefeitura inclusive a última obrigando o gestor a derrubar totalmente o muro, o que ocorreu quando a juíza decretou a derrubada. E a terceira, junto ao próprio feirante, colocando a par tudo que estava acontecendo. Muitos feirantes queriam isso, uns eram contra o muro, prejudicavam, tomava a frente do comércio deles¹⁴¹⁹.

Para além dos problemas evidenciados em torno da visibilidade comprometida para o comércio, a edificação do muro também gerava, segundo o mesmo entrevistado, outros inconvenientes que comprometiam a higiene e segurança, destaca: “servia de mictório público, especialmente a noite quando fechava, e também servia para os marginais praticarem delito contra as pessoas que estavam escondidos ali atrás do muro, as pessoas passavam e não viam o que estava acontecendo”¹⁴²⁰;

O outro entrevistado já anunciado anteriormente como um dos representantes do sindicato atual, Sr. Olival Ferreira, rememora o episódio da derrubada do muro com entusiasmo. Desabafa a insatisfação com o governo da época diante da iniciativa da construção do muro e relembra as estratégias legais que os feirantes fizeram uso para que a edificação fosse destruída, referindo-se as liminares,

(...) Nós entramos com várias liminares contra Imbassahy, ele fez de tudo para acabar com isso aqui. Era um muro que ia passar do lado de fora e nós botamos o nome de muro da vergonha porque, se você tem um comércio, você quer mostrar o comércio. Esse muro foi derrubado várias vezes, eles faziam nós ia derrubando. Nós colocamos 17 liminar contra ele¹⁴²¹.

¹⁴¹⁸ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joel Anunciação, feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹⁴¹⁹ Idem.

¹⁴²⁰ IBIDEM idem.

¹⁴²¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Olival Ferreira, feirante e vice- presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 10 de Junho de 2009.

Interessante perceber que esta manifestação não ficou apenas no passado, pois houve de certa maneira um prolongamento de queixas na medida em que a maior parte dos feirantes não apoiou o gestor municipal na sua candidatura a reeleição¹⁴²², como continua a lembrar o mesmo entrevistado:

É tanto que ele quis sair agora para prefeito, veio pedir meu apoio, eu disse não! Se ele vier para aqui o povo vai jogar tomate nele, tomate maduro, porque aqui ninguém gosta dele. Tudo fazia para acabar com a feira. O finado ACM¹⁴²³ disse que essa feira ia se acabar por si mesma, ele morreu e a feira tá aí. A feira não vai acabar¹⁴²⁴

Convém esclarecer que apesar dos dois atuais representantes do sindicato, citados anteriormente, também fazerem parte da diretoria do sindicato na época (2002), ambos não concordavam com a presidência e vice-presidência do mesmo, que apoiavam as ações do poder público municipal. Estas lideranças faziam parte do mesmo partido do prefeito e também atuavam na administração pública. O referido episódio – derrubada do muro- colaborou para o rompimento e dissolução da diretoria do sindicato. O presidente atual desabafa:

Eu e Olival Ferreira rachamos relações com o antigo presidente, João Prazeres, e como parte da diretoria, com o secretário especialmente, o vice-presidente e ex-vereador António Lima, que tinha uma ligação partidária com o administrador municipal Imbassahy, tinha essa ligação “umbilical” e apoiou as diversas iniciativas desse prefeito contra a feira de São Joaquim. Foi o que fez com que rachássemos aqui e de certa forma uníssemos forças com essa associação para combater as ações do Imbassahy¹⁴²⁵.

Quanto aos outros dois depoimentos, o primeiro é de um feirante, correligionário e apoiante da ação municipal e da administração do sindicato de João Prazeres e António Lima, já que nas duas gestões posteriores este feirante participou da diretoria destes dois líderes na feira. Sobre o episódio, diz:

Aquele muro houve várias negociações com o próprio barraqueiro. A falta de entendimento do próprio barraqueiro (...) depois que fez o muro eles entenderam que houve um empecilho porque ficou mais alto que as barracas. Mas me lembro que teve uma ocasião, nessas reuniões que eu participei muito, que o muro, a prefeitura determinou que construísse o muro até certo metro e de um metro acima botasse uma tela para evitar que pessoas jogassem lixo. O problema é que a maioria dos feirantes não aceitaram e então ela disse eu vou fazer, e construiu o muro, agora construíram da maneira que eles determinaram (...). Simplesmente não foram só os feirantes que destruíram o muro, existiu uma classe de políticos que fez intervenção, e o feirante aproveitou aquela força e, claro, se uniu (...) Eu tenho conhecimento, mas olho com um pouquinho de dificuldade porque eu já vi vários

¹⁴²² Embora o prefeito mbassahy tenha tido êxito na eleição.

¹⁴²³ Se refere ao político António Carlos Magalhães, na ocasião governador do Estado da Bahia, que também exerceu o cargo de senador da república.

¹⁴²⁴ Idem, Sr. Olival.

¹⁴²⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joel Anunciação, feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 13 de Junho de 2009.

muitos projetos tentaram realizar aqui, mas nenhum foi aceito. Então eu não vou lhe dizer definitivamente que está no momento de dizer parabéns para esse trabalho, parabéns para esse projeto. Eu não participei das reuniões, mas eles sempre me chamaram, passaram aqui, me passavam porque eles tinham muito antigo [40 anos] nessa feira, e eu dizia, “Eu vou”, mas não ia não, porque talvez eles não fossem me escutar, porque se me escutassem tinha muita melhora (...) ¹⁴²⁶.

Um último depoimento, de um feirante que vivenciou o episódio:

Uma área que tinha ali na frente, pegaram os barraqueiros e locomoveram para outro local. Só que tinha um muro em frente da feira e eles [prefeitura] colocaram esse pessoal de frente para a rua. Só que depois a prefeitura achou que deveria passar um muro para fechar essas barracas, não ficar expostas, e a gente, o pessoal que foi para esse local, achou que ia ficar prejudicado e seria uma maneira também deles de afastar os clientes, porque ia ter o muro. Só ia ter duas entradas, pelas laterais, aí ia prejudicar em tudo. Ai houve a resistência, ação judicial e tudo. E nós conseguimos vencer e quebrar o muro. Através do sindicato, constituímos advogado, como no caso do mercado de peixe ¹⁴²⁷.

Na sequência segue ilustração do muro sendo derrubado pelos feirantes:

Figura 66 – Derrubada do “muro da vergonha” na Feira de São Joaquim



Fonte: “41 anos da Feira de São Joaquim”. Boletim nº 103 – agosto/2005 – Acedido em 04 de Junho de 2011, em:

http://acervohistorico.emilianojose.com.br/galeria/feira_saojoaquim/paginas/foto4.htm O esclarecimento da imagem Disponível em http://acervohistorico.emilianojose.com.br/boletins/boletim_deputado_103.htm, acesso em 04 de Junho de 2011.

¹⁴²⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Erivaldo Rodrigues (Babau), feirante em São Joaquim, Salvador 10 de Junho de 2009.

¹⁴²⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcilio, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

Outro episódio associado aos conflitos internos e resistência dos feirantes às determinações do poder público municipal foi a construção do mercado de peixe, num espaço externo à feira de São Joaquim. Uma edificação em estilo moderno, construída e inaugurada em 2003, na segunda gestão do prefeito Antônio Imbassahy, que tinha o objetivo de aglutinar todo o comércio de pescado da capital baiana. Para os feirantes de São Joaquim, esta era mais uma estratégia encontrada pelo poder público municipal para dizimar a feira, assim como fora o episódio da construção do muro¹⁴²⁸. A intenção do gestor municipal, segundo os feirantes em construir esse novo mercado de frutos do mar era a de concentrar neste sítio toda a venda de pescado de Salvador. O que acarretaria no fim da venda de pescado em todos os outros lugares, inclusive em São Joaquim. Gerando o enfraquecimento em seu comércio. Pois com menos um segmento muitos compradores passariam a não ir mais a feira.

Entretanto, a resistência não era somente pelo fato de ter que se deslocar da feira, mas também a disponibilidade financeira para este novo investimento. Uma vez que apesar da prefeitura na época conceder os boxes de forma gratuita para os feirantes, lhes eram cobradas taxas de manutenção que muitos feirantes não tinham condições de pagar. Como destaca dois depoentes sobre o episódio:

Praticamente todos foram para lá, muitos ganharam boxes. Um conjunto de mais ou menos trinta ou quarenta boxes que comercializavam principalmente o pescado, frutos do mar (...) O “convite” foi bastante compulsório mesmo (...) ¹⁴²⁹. A prefeitura disse vocês vão para lá [se refere ao novo mercado de peixe]. Existe uma taxa lá que não é barata e aqui o pessoal só paga mesmo ao sindicato, e são pessoas que não tem estrutura nenhuma. Poucos são os que tinham alguma condição, e isso vinha realmente a prejudicar esse pessoal. Eles diziam: “Como é que eu vou para lá, se as vezes não consigo nem dinheiro para comprar mercadoria?” Um lugar todo bonito, com agência bancária, com restaurante. Na verdade eles estavam acostumados com a feira. Como é que iam se adaptar lá também?¹⁴³⁰

Convém lembrarmos que esta reação de repúdio ao pagamento de taxas para além da posse acontece para alguns, somente posteriormente, uma vez que no início, pelo fato do novo mercado de peixe se apresentar com nova aparência, em detrimento da feira e tendo o acesso inicial concedido pela prefeitura sem nenhum ônus, migraram para o mercado, deixando portanto a feira. Segundo o sindicato um grupo de mulheres que comercializam o marisco e pescado oriundas de uma ilha próxima a Salvador, chamada Incarnação, resistiram a mudança, e ajudaram a convencer estes

¹⁴²⁸ Não objetivamos com este trabalho “tomar partido” de um lado ou de outro da questão: feirantes ou prefeitura. Objetivamos, contudo, demonstrar a iniciativa do poder público na construção seja do muro ou do mercado, como episódio que gerou resistência por parte dos feirantes. Uma vez que tratava-se de ações que alteravam a dinâmica do trabalho, e do cotidiano na feira. Por esta razão achamos conveniente destacar no presente estudo.

¹⁴²⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joel Anunciação, feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹⁴³⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcilio, feirante em São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

feirantes a retornarem a São Joaquim. O sindicato diz ter utilizado junto a estes feirantes a estratégia de convencimento que resultou no retorno dos feirantes a São Joaquim:

Nós tivemos toda uma luta de convencimento de alguns para empreender essa resistência (...) dizíamos: “Olha, você ganha o box de lá mas não deixe de estar aberto aqui também, vai que lá não dar certo! Vocês têm esse daqui”. E aí o que aconteceu foi que os que foram para lá acabaram retornando para cá, os boxes lá muitos fecharam. Os nossos aqui, sem infra- estrutura, quase nenhuma, se comparados com os outros. Aqui o movimento, a pujança é melhor. O outro se mantém até hoje mas sem movimento quase nenhum¹⁴³¹.

Para além do convencimento por parte do sindicato, a este pequeno número de feirantes, outras estratégias de resistência foram utilizadas e que contaram com o apoio da maior parte dos comerciantes de São Joaquim, fossem eles pertencentes ao sector de mariscos, crustáceos e pescado, ou de qualquer outro.

Referimo-nos a demonstração de força física e de domínio jurídico. Os feirantes resistiram ao fechamento do mercado de peixe em São Joaquim fazendo uso de força física, ao romperem os lacres nos boxes interditados, ao mesmo tempo em que deram entrada em liminares contra a Secretaria. O jornal *A Tarde* noticiou a resistência empreendida pela força física: “A SESP (...) lacrou cinco boxes no Mercado de peixe de São Joaquim. Na terça-feira (3/01/2004), os feirantes arrancaram os lacres à força. Na madrugada desta quinta-feira, novo lacre foi posto (...). Ontem, mais uma vez, os feirantes arrancaram-no com as próprias mãos”¹⁴³². E mais tarde, a ação jurídica na qual os feirantes, por intermédio do Sindicato, e dos serviços do mesmo advogado da ação contra o episódio anterior – derrubada do muro- recorreram à Justiça e lhes foi “deferida pela juíza Dra. Lisbete Almeida César Santos, da 7ª Vara da Fazenda Pública, uma ação cautelar¹⁴³³ (com pedido de liminar) e um mandato de intimação¹⁴³⁴ suspendendo o fechamento do mercado de peixe (na Feira de São Joaquim) e a demolição dos boxes existentes”¹⁴³⁵.

Os motivos alegados pelos feirantes eram, por um lado, de que a clientela ainda era fraca e o preço para manter uma banca no mercado de frutos do mar chegava a ser trinta vezes maior¹⁴³⁶. Por outro lado, via-se os demais feirantes temendo o enfraquecimento do movimento da feira, em função

¹⁴³¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Joel Anunciação, feirante e presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 13 de Junho de 2009.

¹⁴³² Já está parecendo enredo de novela. (2004, 05 de Janeiro) *A Tarde*, Salvador.

¹⁴³³ Processo N° 988.386-7 de 03 de Junho de 2003.

¹⁴³⁴ Processo N° 7945/03 14003988386-7.

¹⁴³⁵ Castro, J. (2004, 08 de Janeiro). Barra de ferro, marreta e força. Tudo isso para vender peixe em São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p. 3. Ver também Castro, J. (2004, 24 de Janeiro). Feira de São Joaquim. Liminar garante abertura dos boxes e a SESP terá que devolver bens apreendidos. *A Tarde*, Salvador, p. 6.

¹⁴³⁶ Castro, J. (2004, 08 de Janeiro). Barra de ferro, marreta e força. Tudo isso para vender peixe em São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p. 3.

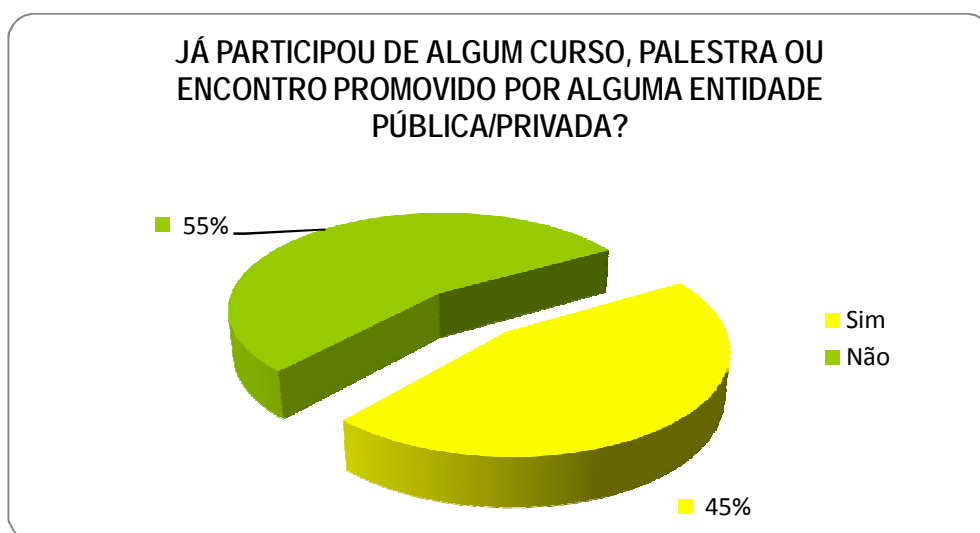
da ausência do segmento da comercialização de peixes na feira de São Joaquim. Entretanto, mesmo com interesses particularizados, os episódios demonstram as relações de sociabilidade empreendidas pelos protagonistas deste espaço de labuta diário. Os problemas por que passaram os protagonistas na feira denotam “o mosaico de territórios culturais, tendo como contraponto a resistência”¹⁴³⁷.

Iniciativas já realizadas e demandas para reforma

Para a manutenção do bem cultural, não basta somente a valorização do património imaterial; se fazem necessários também elementos materiais que, aliados aos imateriais, colaboram para a conservação do património. A seguir, examinaremos brevemente algumas das atuações empreendidas por aqueles que detém o interesse na salvaguarda deste bem – o poder público e privado, e sobretudo os próprios feirantes.

Em relação às iniciativas vinculadas ao aspecto da imaterialidade, destacamos as capacitações de que os feirantes têm participado¹⁴³⁸. Dos entrevistados para este estudo, 45%, ao serem indagados se já participaram de algum curso e/ou treinamento, responderam positivamente, conforme os gráficos abaixo:

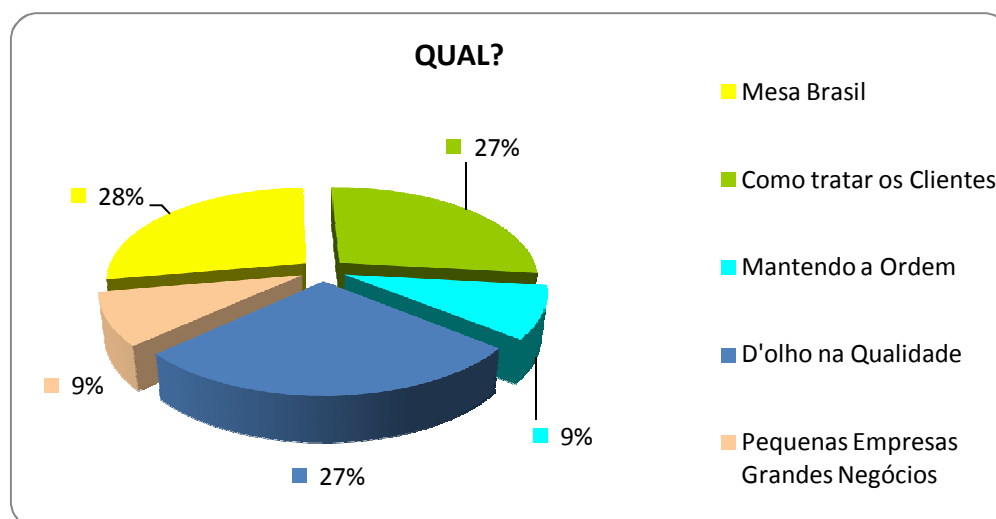
Gráfico 92 – Adesão dos feirantes aos cursos de capacitação



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

¹⁴³⁷ Lima, L. B. (2002). Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção cotidiana. Monografia de Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, pp.55-56.

¹⁴³⁸ No Capítulo 4, item 4.3 – O trabalho nas feiras “livre”: a questão do amparo social apresenta os índices relativos a adesão dos feirantes das feiras do Nordeste do Brasil em cursos e treinamentos, pp. 148-162

Gráfico 93 – Capacitações realizadas (Feirantes Feira de São Joaquim)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Uma adesão bastante significativa denota a preocupação destes “empreendedores” em aproveitar as oportunidades e qualificar-se. Além disto, demonstra o reconhecimento que as entidades, sejam públicas ou privadas, atribuem à Feira de São Joaquim como espaço que merece este tipo de investimento, ao promoverem iniciativas desta natureza.

Matéria do jornal *Correio da Bahia*, de 24/09/1997, noticia que

Cento de oitenta feirantes da rua principal vão participar de cursos sobre descarte, organização, ordem mantida, limpeza e higiene. Como agentes multiplicadores, eles devem orientar os demais colegas. A expectativa é que os sete mil comerciantes recuperem seus clientes, afastados do local principalmente pelo desconforto e a sujeira. (...) Com esta visão do projeto de olho na qualidade, adaptado do 5S por técnicos do SEBRAE e de outros órgãos, a prefeitura pretende diminuir a incidência de doenças acometidas pela higiene deficitária¹⁴³⁹.

Como vimos, o Programa de Modernização de Feiras Livres e Mercados, anteriormente referido¹⁴⁴⁰, já foi aplicado nas feiras e mercados de vários estados brasileiros. Na região Nordeste, até 2007, foi implantado em sete dos nove estados, em diversas cidades¹⁴⁴¹. Concebido em 1998, tem por objetivo:

¹⁴³⁹ Projeto piloto leva qualidade total à Feira de São Joaquim. Cento e oitenta feirantes vão participar de cursos sobre descarte, ordem e limpeza. (1997, 24 de Setembro). *Correio da Bahia*, Salvador, p. 2.

¹⁴⁴⁰ Empreendido pelo SEBRAE que tem atuado como consultor das entidades públicas nestes processos.

¹⁴⁴¹ Para além das três feiras investigadas neste estudo, outros quatro estados da região Nordeste tiveram a atuação deste programa do SEBRAE: “Alagoas – Feira de Arapiraca, Pênedo e Palmeira dos Índios; Bahia - São Joaquim / Ouriçangas / Irecê / Ibicarai / Santo Antônio de Jesus/ Feira de Santana / Palmeira / Brumado / Senhor do Bonfim / Juazeiro / Paulo Afonso / Camaçari / Simões Filho / Japão / Cachoeira / Irará / Itororó; Pernambuco - Caruaru Parque 18 de Maio e feiras dos bairros/Cabo / Petrolina / Gravatá / Garanhuns; Rio Grande do Norte – Mossoró/ CEARÁ MIRIM / Assú; Paraíba-Campina Grande e João Pessoa; Sergipe - Feira de Itabaianinha / São Cristóvão / Mercado Geral”. Ver: Muricy, José A. C.

Organizar e melhor aproveitar o potencial de comercialização de feiras e mercados, com o objetivo de eliminar os problemas de saúde pública que geralmente estes negócios trazem para os municípios onde estão localizados. Visa também das ao feirante noções básicas a respeito da administração de seu empreendimento e como deve se posicionar no mercado em que atua. Com a modernização da economia, as feiras livres, na maioria das capitais e cidades de médio porte (...) sobrevive e demonstra sua importância socioeconômica, enquanto geradora de emprego e renda¹⁴⁴².

Percebemos que as diretrizes sugeridas por este programa buscam contribuir para instrumentalizar as feiras para concorrerem com outros lugares de consumo, sobretudo em relação às questões técnicas e legais. Para tanto alguns resultados intermediários¹⁴⁴³ e finais¹⁴⁴⁴ são previstos.

Elucidamos, no entanto, no que refere-se às diferentes formas de capacitação dos profissionais, que estas não devem alterar, na essência, a dinâmica empreendida na maneira de tratar o cliente, uma vez que algumas das suas características (relações de reciprocidade, de afinidade, afetividade, respeito, fidedignidade, fidelidade) é que legitimam a feira como patrimônio imaterial. Pelo contrário, devem contribuir para a qualidade deste atendimento e do tratamento – higienização, manipulação das mercadorias comercializadas. É preciso, portanto, que os gestores e formadores estejam atentos a este fato, tendo esta sensibilidade¹⁴⁴⁵.

Já em relação ao aspecto material, antes mesmo da elaboração do projeto de requalificação, constatamos algumas ações emergenciais que foram empreendidas no que tange a limpeza, horário de funcionamento e iluminação. As ações de limpeza foram efetuadas e registradas na imprensa:

(2009). Apresentação Feiras e mercados que aplicam o programa no Nordeste, Em: *Programa Modernização de Feiras Livres e Mercados – BA*: SEBRAE Bahia. slide. dois. Salvador

¹⁴⁴² Muricy, J. A. C. (2009). D`Olho na Feira / José Alberto Costa Muricy. SEBRAE. Bahia, Salvador, p. 29.

¹⁴⁴³ “Pessoas Treinadas; Bancos Padronizados; Satisfação do Cliente; Associações Criadas; Número de Associados; Número de Legalizados; Sanitários Construídos; Diminuição risco de contaminação; Manutenção da Atividade Econômica; Número de ocupações geradas; Infra Estrutura; Melhoria na Gestão; Auxílio com consultoria a Gestão Pública; Parcerias envolvidas; Influência na cadeia e arranjo produtivo; Leis elaboradas e implantadas; Regimento Interno Elaborado; Número Gestores Capacitados; Investimentos Alocados; Estrutura Construída; Linhas de Crédito Concedidas; Pontos Fracos eliminados ou diminuídos; Diminuição número de acidentes; Número de queixas policiais; Comunicação facilitada; Divulgação (Mídia gerada); Entidades Envolvidas; Número de novos clientes; Inclusão dos excluídos; Número de crianças que retornam a escola; Cumprimento da Portaria 304; Número de ratos eliminados; Saneamento Básico; Higiene”. Ver: Muricy, José A. C. Apresentação.... slide, 10.

¹⁴⁴⁴ “Aumento da Renda; Legalização/ Estatuto; Estruturação; Geração Ocupação, Emprego e Renda; Inclusão Social; Manutenção Postos de Trabalho; Eliminar Problemas de Saúde Pública; Capacitar o Feirante”. Ver: Muricy, José A. C. Apresentação.... slide, nove.

¹⁴⁴⁵ Convém esclarecer que com esta observação não estamos a afirmar que os cursos de capacitação que os feirantes são submetidos tenham a intenção de padronizar o estilo de atendimento, na tentativa de homogeneizar e padronizar as suas atitudes. Pois, para isto seria necessário analisar os planos e conteúdos dos cursos, e este não é o objetivo deste estudo. No entanto, intencionamos com a observação supracitada chamar atenção para a sensibilidade dos capacitadores de valorização do tratamento inerente aos feirantes e pouco presente por exemplo em outros lugares de consumo, diante da relação estabelecida com os fregueses. Ao mesmo tempo reconhecemos a necessidade de iniciativas desta natureza – capacitação - desde que tenham objetivos apenas de salvaguardar a qualidade das mercadorias.

Os feirantes que trabalham na rua principal da Feira de São Joaquim se reuniram (...), para discutir as ações emergenciais que serão executadas em conjunto pelas entidades representativas da feira e SESP¹⁴⁴⁶. (...) O trabalho de reordenamento da feira feito pela SESP contou com a participação de 220 feirantes e comerciantes que atuam na rua principal da feira. Junto com 20 funcionários da SESP, e outros 25 da LIMPUB- Empresa de Limpeza Urbana de Salvador¹⁴⁴⁷; (...) O centro de controle de zoonoses começou a desratização de São Joaquim e no dia 21 de agosto a feira estará fechada para um mutirão de limpeza (...) ¹⁴⁴⁸.

Em relação ao novo horário de funcionamento, vimos a mudança no horário de carga e descarga, que passou a acontecer em horários de menor movimento das (13 às 17 horas) e sem movimento algum (das 2 às 6 horas da manhã); além do horário de funcionamento dos bares que passou a ser regulado até as 21 horas e não mais em um período de 24 horas¹⁴⁴⁹. E por fim, quanto a iluminação, foi feito um investimento de R\$: 30 mil reais, divulgado como “banho de luz”. Segundo a iniciativa pública tal iniciativa, vinha a contribuir para aumentar a sensação de segurança no local¹⁴⁵⁰.

Ainda no que refere-se as ações de infraestrutura, constatamos que outros melhoramentos foram realizados em 2007, no que refere-se a limpeza, iluminação e recapeamento asfáltico, investimento de R\$:500 mil ¹⁴⁵¹. Outras iniciativas de melhoramento ainda estão por ser solucionadas. Neste contexto, as demandas para requalificação continuam a existir. De acordo com os depoimentos são benfeitorias das mais diversas, vão desde ações simples de manutenção, como limpeza, iluminação, recapeamento a problemas mais complexos de infra-estrutura. A imprensa local divulga a insatisfação pronunciada pelos feirantes e também os fregueses:

Vendedores da feira de São Joaquim se queixam da falta de higiene, segurança, sanitários químicos, esgotamento, luz elétrica e do trânsito de veículos e carros de

¹⁴⁴⁶ Ações emergenciais. (2005, 14 de Julho). *A Tarde*, Salvador, p.7.

¹⁴⁴⁷ Feirantes colaboram na ordenação de São Joaquim. (2005, 19 de Julho). *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.11.

¹⁴⁴⁸ Brigham, C. (2005, 09 de Agosto). Feira livre. Técnicos da SESP apresentam para os feirantes mudanças em São Joaquim, *Correio da Bahia*, Salvador, p.3. Sobre o fechamento da feira para limpeza ver Vivas, F. (2005, 19 de Agosto) Dia de limpar a feira, *A Tarde*. Salvador, p.6.

Ferreira, C (2005, 20 de Agosto). Amanhã é dia de faxina na feira. *A Tarde*, Salvador E ainda: Aquery, I (2005, 22 de Agosto). Mutirão tira lixo da Feira de São Joaquim. Comerciantes participaram da limpeza do tradicional centro de vendas. *A Tarde*, Salvador, p. 8.

Nos três anos seguintes mais iniciativas de limpeza foram realizadas na Feira de São Joaquim e registrada pela imprensa local. Em 2006: Ver: Autor não identificado (2006, 25 de Maio). Limpeza em São Joaquim. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.12. E ainda: Machado, L (2006, 29 de Maio) Chuva e desacordo sobre o fechamento da feira adiam a limpeza de São Joaquim. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.11. No ano de 2007: Torres J (2007, 27 de Abril). SESP vai realizar faxina na Feira de São Joaquim, *Correio da Bahia*, Salvador, p. 3. Em 2008: Editorial (2008, 04 de Junho). Limpeza em São Joaquim muda cenário. *Tribuna da Bahia*. Salvador, p.9.

¹⁴⁴⁹ Nascimento, A (2005, 25 de Julho). Feira de São Joaquim passa por um grande reordenamento. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.30.

¹⁴⁵⁰ Pronunciamento concedido pelo coordenador de iluminação da SESP, Raimundo Dias. Ver: Torres, J (2007, 03 de Maio). Mudança. Começa a revitalização da Feira de São Joaquim. *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

¹⁴⁵¹ Editorial (2008, 04 de Junho). Limpeza em São Joaquim muda cenário. *Tribuna da Bahia*. Salvador, p.9. Ver ainda: (2008, 14 de Junho). São Joaquim. Ações melhoram condições da feira, *Tribuna da Bahia*. Salvador.

mão entre os feirantes, o que dificulta a circulação das pessoas e provoca acidentes no local¹⁴⁵²; (...) Os problemas estruturais e de higiene persistem no local, motivando reclamações ainda maiores por conta das anunciadas - e não realizadas - mudanças. A falta de esgotamento sanitário e de segurança, além da sujeira crônica, são as queixas mais comuns¹⁴⁵³; a sujeira continua em alguns pontos, [apesar da limpeza diária efetuada pela LIMPURB, nos dois turnos] mas são os próprios feirantes que colaboram para o grande acúmulo de grande parte dela¹⁴⁵⁴; os comerciantes e pescadores reclamam também da ausência de banheiros na parte da fora da feira. (...) Os vendedores de peixe que ficam próximos ao cais reclamam que o odor afasta os clientes¹⁴⁵⁵; Fios emaranhados e retorcidos, ligações antigas e improvisadas, compõem as instalações elétricas, que também estão expostas à chuva, representando perigo para os feirantes e frequentadores do local¹⁴⁵⁶; Obras de pavimentação para cobrir os inúmeros buracos que se acumularam nas vielas da feira, instalação de cobertura metálica das barracas dos feirantes e aumento do efetivo dos trabalhadores da limpeza são algumas das reivindicações¹⁴⁵⁷; Os problemas de drenagem, segundo os comerciantes do lugar, são antigos. A falta de limpeza das caneletas e as manilhas quebradas deixam algumas ruas intransitáveis na feira quando há maior volume¹⁴⁵⁸; (...) calçamento quebrado, construções irregulares, (...), além da sempre citada falta de policiamento¹⁴⁵⁹;

Entretanto, de acordo com os depoimentos dos feirantes e fregueses, a resolução destes problemas deverá ser efetivada quando o projeto de requalificação estiver sendo executado.

Proposta de requalificação na feira soteropolitana

É sabido que, diante dos problemas evidenciados na infraestrutura da feira de São Joaquim, sua continuidade se torna inviável. Além das ações emergenciais empreendidas, torna-se necessária uma intervenção na área mais expressiva. Neste sentido, o poder público estadual, com a chancela dos órgãos e/ou entidades municipais e federais, elaborou o projeto de requalificação para esse comércio tradicional, que vem atender aos interesses de todos os personagens relacionados com a feira de

¹⁴⁵² Vieira, C. (2005, 06 de Janeiro). Feirantes pedem solução para os problemas de São Joaquim. As principais queixas se referem à sujeira e à falta de segurança local. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 2.

¹⁴⁵³ Brigham, C. (2005, 04 de Março). Feirantes cobram a organização de São Joaquim. Promessas feitas pelo prefeito João Henrique não foram concretizadas e problemas estruturais e de higiene persistem, *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

¹⁴⁵⁴ Freitas, D (2005, 07 de Julho). Sujeira ainda é problema em São Joaquim e os feirantes são apontados como os principais culpados. Problemas persistem a anos, *Correio da Bahia*, Salvador.

¹⁴⁵⁵ Machado, L (2006, 02 de Maio). Chuvas agravam problemas em São Joaquim, *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.10.

¹⁴⁵⁶ Vieira, C (2006, 22 de Maio). Instalações elétricas representam perigo. Em: Sujeira afasta consumidores da Feira de São Joaquim, *Correio da Bahia*, Salvador, p.4. Sobre esta mesma demanda ver: Autor não identificado (2007, 30 de Março). Feira. Cabos de alta tensão expostos causam medo em São Joaquim, *Correio da Bahia*, Salvador.

¹⁴⁵⁷ Costa, F (2007, 21 de Abril). Feirantes denunciam a degradação de São Joaquim. Categoria cobra do prefeito as promessas e melhoria da feira, a exemplo de nova pavimentação e cobertura metálica, *Correio da Bahia*, Salvador, p. 3.

¹⁴⁵⁸ Novaes, F (2007, 07 de Março). São Joaquim. Esgoto a céu aberto ainda preocupa feirantes, *Correio da Bahia*, Salvador.

¹⁴⁵⁹ Amorim, F (2007, 04 de Maio). Feira tem vários problemas. Infraestrutura. A falta de investimentos fez com que, durante os anos, dificuldades fossem se agigantando em São Joaquim, *A Tarde*, Salvador, p. 5.

maneira direta ou indireta. Entende-se que esta iniciativa de elaboração do projeto e busca dos recursos para a viabilidade econômica e sustentabilidade do mesmo, teve que partir do poder público, tendo em vista que a legitimidade desse espaço e dessa atividade é regulada pelo poder estatal. Sobre a relação estabelecida entre a feira e o Estado, destacando a definição de papéis e os interesses, o entrevistado responsável pelo gerenciamento e implementação da gestão na feira, Sr. Hélder Mendes, esclarece:

No processo de relação da feira com o poder público, existem entes que conferem o poder da feira existir, o poder à feira ser regular. A esfera federal, com duas dimensões, tem interesse de regularizar esse patrimônio GRTU-Gerência de Regularização do Patrimônio da União, vinculada ao Ministério do Planejamento. Ela tem por função gerenciar essas terras de marinha, diretamente dentro dos territórios estaduais. Do outro lado, o IPHAN tem anunciado um processo para o registro de patrimônio imaterial para feira. Então a esfera federal tem esses dois elementos de poder associados. Esfera estadual: vai passar a ter interesse porque está interessada, já que vai fazer intervenções e, em certa medida, em capturar a questão da feira como um valor do Estado. A requalificação da feira para o Estado entende como uma perspectiva de interesse de política pública, e daí o Estado passa intervenções na área; Esfera municipal: refere-se ao atributo das atividades, porque a atividade feira é uma atividade de alvará do bem sítio, regulada do município, para se ter uma barraca na feira depende de um alvará, uma licença, de um direito adquirido junto à municipalidade¹⁴⁶⁰.

Entretanto, embora a legitimidade da feira esteja sob a tutela do poder público, sua existência no sentido prático se dá em função da presença e atuação dos seus maiores protagonistas: feirantes e fregueses. Sem eles a feira não existiria. A este respeito o coordenador técnico responsável pela valorização dos aspectos sociais e culturais do projeto de requalificação, Sr. Valdemar Lima, reconhece:

Independente do tipo de intervenção que exista na feira, a feira sempre existirá, porque os feirantes e fregueses já criaram mecanismos para que se mantivesse a feira. A gente sabe disso porque historicamente a feira já passou por uma série de processos de ameaças de destruição propriamente dita, mas ela criou mecanismos de solucionar esse problema e se mantém com toda a essência que ela sempre teve. A requalificação foi pensada para que se preserve essa essência, e justamente com ela questões como saneamento básico, de higiene possa servir a feira, quer dizer requalificando a feira, dando à feira condições de higiene, saneamento básico, acessibilidade, aí vai ampliar o leque de público. Dizer que o nosso trabalho sozinho irá preservar a feira é uma pretensão absurda, pois sozinha ela consegue se virar a prova disso são os acontecimentos históricos e a configuração dos valores que ela tem até hoje (...)¹⁴⁶¹.

¹⁴⁶⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Hélder Mendes, coordenador do grupo de gestão do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, Salvador 15 de Junho de 2009.

¹⁴⁶¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Valdemar Lima, coordenador do grupo socio cultural do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, Salvador 03 de Junho de 2009, em continuação a entrevista iniciada em 29 de Maio de 2009.

Desta forma, a elaboração do referido projeto, embora liderada pelo órgão público estadual¹⁴⁶², contou com a participação de outras entidades públicas e privadas¹⁴⁶³, e da sociedade civil organizada, além dos representantes dos feirantes nas reuniões que aconteceram durante os anos de 2008 e 2009. Os encontros periódicos tinham como objetivo central: “construir elementos norteadores para o desenvolvimento do anteprojeto de requalificação da Feira de São Joaquim de forma compartilhada (...)”¹⁴⁶⁴. Suas discussões foram distribuídas em quatro grupos, encarregados de temáticas diferenciadas: a) Gestão¹⁴⁶⁵, que teve como objetivo discutir as diretrizes administrativas com o modelo de gerência compartilhada através da formação de comitê gestor; b) Físico¹⁴⁶⁶, responsável pela infraestrutura física da edificação do equipamento comercial que a feira terá lugar; c) Sustentabilidade ambiental¹⁴⁶⁷, com o papel de valorizar as ações no entorno, sobretudo da enseada da Baía de Todos os Santos, onde a feira encontra-se localizada; d) Sociocultural¹⁴⁶⁸ que ficou responsável pelos elementos correspondentes à manutenção dos valores culturais, valorizando o espaço a partir dos saberes, ofícios, modos de fazer e expressões tradicionais que são inerentes a este lugar, buscando, portanto, mesmo diante da execução da requalificação, as condições de permanência desses valores imateriais.

Destacamos uma vez mais esses saberes, relacionados à medicina popular e ao conhecimento do uso de ervas e plantas; ofícios relativos à confecção de utensílios e objetos de flandres, de couro, de barro, de pano tecido à mão, de palha, de vime; modos artesanais de fazer farinha, gomas, doces, acarajé, caruru, abará, bolos e outras comidas da culinária baiana; produtos como o fumo de rolo; criações e expressões artísticas populares como o artesanato figurativo de barro, o

¹⁴⁶² IPAC.

¹⁴⁶³ Com relação aos envolvidos no processo tivemos o IPAC representando o governo estadual e o SEBRAE, entidade privada, contratada para atuar na feira de São Joaquim com o Programa de Modernização de Feiras e Mercados, ao realizar um pré-diagnóstico de como se encontra a precariedade para o funcionamento da feira na atualidade, identificando as demandas junto aos feirantes nas oficinas que tem desenvolvido para discutir o projeto da “nova” feira baiana.

¹⁴⁶⁴ “Oficina marco zero. Projeto de requalificação da Feira de São Joaquim” em : Panfleto de divulgação do evento a ser realizado em 28 de Agosto de 2008, na Fundação Luís Eduardo Magalhães, Salvador, sob a coordenação do IPAC.

¹⁴⁶⁵ Entidades participantes deste grupo: GRPU, SECULT, IPAC, e ASPFAS- Associação Profissional dos Feirantes e Ambulantes de Salvador.

¹⁴⁶⁶ Entidades participantes deste grupo: IPHAN, IPAC, EMBASA- Empresa Bahia e Saneamento, SESP, CONDER- Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia, SEDUR- Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, SETIN- Secretaria de Transporte e Infraestrutura, SEPLAM- Secretaria de Planejamento Urbano, FMLF- Fundação Mário Leal Ferreira e SUCOM- Superintendência de Controle e Ordenamento do uso do solo do Município.

¹⁴⁶⁷ Entidades participantes deste grupo: SESAB- Secretaria de Saúde do estado da Bahia, SEAGRI- Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, ADAB- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, LIPURB, SMA- Superintendência do Meio Ambiente, BAHIA PESCA- Agricultura e Pesca para o Desenvolvimento da Bahia, COSAM- Coordenação de Saúde Ambiental, VISA- Vigilância Sanitária, CCZ- Centro de Zoonoses. Convém esclarecer ainda que dada a similaridade dos objetivos, no que concerne a elaboração do projeto arquitetônico, considerando os valores naturais do espaço, os grupos infraestrutura e meio ambiente acabaram por se fundir no decorrer das reuniões.

¹⁴⁶⁸ Entidades participantes deste grupo: SETUR, SECULT, IPAC, IPHAN, FGM- Fundação Gregório de Mattos, UNEGRO, Fundação Palmares.

cordel, as rodas de capoeira, a poesia e a música, pois a feira é um espaço importante para elas continuarem existindo e se reproduzindo.

Constatamos que a sociedade civil, sobretudo os feirantes (70%) e fregueses (85%), tomaram conhecimento da requalificação que a que feira está a ser submetida. Como afirmou o vice-presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes em junho de 2009, “A feira vai ter uma reforma aí, a partir de outubro, trinta e dois milhões já tem aí. O governo esteve aqui, o Secretário de Turismo já tem esse dinheiro na mão dele, então está para iniciar”¹⁴⁶⁹. A tabela abaixo apresenta os índices que identificam este conhecimento:

Tabela 69 – Conhecimento sobre projeto de requalificação na Feira de São Joaquim

TEM CONHECIMENTO SOBRE O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO PELO QUAL A FEIRA IRÁ PASSAR?	FREGUÊS	FEIRANTE
Sim	85%	70%
Não	15%	30%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA2007

Com base em alguns depoimentos, pudemos constatar que os marcos de facto aconteceram de maneira democrática, uma vez que os participantes, sobretudo os representantes, foram ouvidos e esclareceram as dúvidas da categoria, ao mesmo tempo em que reivindicaram seus interesses:

Os marcos foram reuniões abertas ao público, mas concentradas em esclarecer para os feirantes o que era a feira; o que era o projeto de requalificação; que pretensão tinha esse processo. Todos os grupos trabalhavam articulados, colaborando uns com os outros. Não eram quatro projetos, e sim um só com a busca para valorizar o feirante e a feira por intermédio dessa requalificação¹⁴⁷⁰.

Por outro lado, esses encontros se configuraram em oportunidades relevantes para que os projetistas esclarecessem as dúvidas dos participantes e incorporassem ao projeto suas sugestões. Destacamos alguns depoimentos que evidenciam este entendimento:

Toda a intervenção que vai ser feita na feira obedeceu a um critério de escuta dos feirantes e tem a participação deles, tem o aval deles, nem todos participaram, alguns mesmo por resistência ideológica, não quiseram ir, outros por falta de crença, mas a maioria dos feirantes e aí refeito ao fato de estarmos associados sempre ao sindicato¹⁴⁷¹; (...) Hoje existe uma base de feirantes, um grupo discutindo

¹⁴⁶⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Olival Ferreira, feirante e vice-presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes, Salvador 10 de Junho de 2009.

¹⁴⁷⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Valdemar Lima, coordenador do grupo socio cultural do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, Salvador 03 de Junho de 2009, em continuação a entrevista iniciada em 29 de Maio de 2009.

¹⁴⁷¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Valdemar Lima, coordenador do grupo socio cultural do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, Salvador 03 de Junho de 2009, em continuação a entrevista iniciada em 29 de Maio de 2009.

o projeto. É diferente [Faz a comparação com o projeto do já citado Mercado de Peixe, no qual a população não foi ouvida para a elaboração do projeto, e resistiu a mudança], onde a gente houve, fala e passa para o pessoal daquela localidade, a gente, quando sai das reuniões, a gente reúne o pessoal por setores, mostra tudo e diz – é isso, isso, isso... é bom para vocês? - A coisa está sendo feita dessa maneira por setorização. Reúne as pessoas discute e leva para as reuniões as reivindicações deles, faz sempre uma assembleia com o pessoal e discute¹⁴⁷².

Em relação à proposta de intervenção, inúmeras questões foram debatidas, em especial todas aquelas discutidas em assembleia. Foram questões pautadas nas demandas: a) apresentação: fachada, cobertura, piso, fluxos internos e externos (acessibilidade de pessoas, carga e descarga das mercadorias); b) apoio: sanitários, deposição dos dejetos, segurança; c) infraestrutura: pavimentação esgoto, abastecimento de água, drenagem, elétrica, equipamentos e sinalização; d) distribuição, localização e dimensão dos boxes; e) pontos de atração: espaços de socialização (nomeadamente praça dos encontros e praça da baiana).

A feira de São Joaquim ocupa atualmente uma área total de 37.147m². O projeto de requalificação da área não propõe acréscimo neste aspecto dimensional. Entretanto, apresenta significativas intervenções estruturais, inclusive propondo a edificação de um primeiro pavimento, além do térreo. Atualmente as categorias de atividades apresentam os seguintes índices: Atacadistas - 56 boxes (16%); Varejistas/retalho - 1.151 boxes (56%); Grossistas - 62 boxes (3%); Depósito - 322 boxes (16%); Serviço -240 boxes (12%); N/R - 205 boxes (10%). O total de feirantes é 3.065, 2.159 em boxes e 906 em bancas¹⁴⁷³. A proposta de intervenção, de acordo com o projeto, apresenta-se com: Área total: 36.595,00M²; área construída: 29.535,00M²; 1º pavimento: 9.713,20 M²; Térreo: 19.822 M²; estabelecimentos: 2.036 unidades; N° de boxes: 1.309 unidades, N° de bancas: 727 unidades¹⁴⁷⁴.

Quanto à descrição do projeto, constatamos as seguintes características: área coberta com área de acessibilidade destinada à carga e descarga de mercadorias, embarque e desembarque de veículos para ferry-boat, estação de terminal de ônibus urbano, estacionamento para táxi e ônibus de turismo, passeio conexão Baía de Todos os Santos, áreas verdes e equipamentos turísticos, fluxos internos para carga via terrestre e marítima, pontos de atração de convívio, bateria de sanitários masculinos e femininos; setores para os produtos diversos: artesanato, carnes, carrinhos de mão, cereais, condimentos, bombonieres, frutas, verduras, ervas, hortaliças, produtos baianos, pescados e

¹⁴⁷² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcílio, feirante na Feira de São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

¹⁴⁷³ IPAC, Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC). (2009, 27 de Abril). *Memorial descritivo projeto de requalificação Feira de São Joaquim*. Especialidade: Arquitetura e Urbanismo. Salvador.

¹⁴⁷⁴ IDEM.

mariscos, flores, bares e restaurantes, ilhas de higienização, bancas fixas e móveis. Na sequência, há imagens que ilustram a proposta de intervenção do espaço que aglutina a feira de São Joaquim.

Figura 67 – Representação planta baixa proposta de intervenção na Feira de São Joaquim



Fonte: IPAC. Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC) (2008). *Apresentação projeto de requalificação Feira de São Joaquim*, p. 10.

Figura 68 – Representação planta baixa proposta por setorização na Feira de São Joaquim



Fonte: IPAC. Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC) (2008). *Apresentação projeto de requalificação Feira de São Joaquim*, p. 9.

Figura 69 – Representação pontos de atração na proposta de intervenção na Feira de São Joaquim



Fonte: IPAC. Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC) (2008). *Apresentação projeto de requalificação Feira de São Joaquim*, p. 6.

De acordo com o convênio de cooperação N° 008/2008- MINC/FNC, e contrato IPAC N° 212/2008, o “convênio de cooperação que entre si celebram a União, por intermédio do MINC e o IPAC, com interveniência do Estado da Bahia”¹⁴⁷⁵, após realização dos marcos e como resultado das discussões, foi elaborado o projeto de requalificação, descrito anteriormente. Na sequência trazemos imagens que ilustram a situação atual da feira e o esboço ilustrativo da proposta de intervenção.

Figura 70 – Projeto de requalificação Feira de São Joaquim (Imagens situação atual e proposta)



¹⁴⁷⁵ IPAC, Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC). (2009, 27 de Abril). *Memorial descritivo projeto de requalificação Feira de São Joaquim*. Especialidade: Arquitetura e Urbanismo. Salvador, p.1.



Fonte: IPAC. Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC) (2008). *Apresentação projeto de requalificação Feira de São Joaquim*, pp. 01,11,14 e 12.

Observa-se que o projeto de requalificação apresenta uma dimensão arquitetônica moderna e funcional. Em vista disto, coube ao grupo sociocultural a função de, na proposta de intervenção, procurar salvaguardar a essência imaterial que a feira de São Joaquim tem, de maneira que as ações físicas e estruturais não viessem causar impacto e comprometimento no que se constitui o patrimônio imaterial. O feirante expõe sua preocupação nesta direção:

Se a reforma deixasse a feira do jeito que ela é hoje, procurasse melhorar a segurança, e organização. Determinados tipos de segmentos deveriam ser mais fiscalizados, como por exemplo carnes e vísceras. Tem que mexer muito pouco na feira de São Joaquim para não tirar a cara da feira, não fazer daqui um shopping. Porque se fizer um *shopping* aí o cliente da feira realmente vai olhar com outros “olhos”: Ah, eu não vou mais na feira de São Joaquim porque não é mais feira é *shopping* [se refere ao freguês]. Então se mexer muito fazer uma obra muito grande de estrutura vai prejudicar a feira de São Joaquim¹⁴⁷⁶.

Neste sentido, se de um lado, como vimos no início deste texto, foi dado o encaminhamento junto ao IPHAN para o registro de patrimônio imaterial da feira soteropolitana com o objetivo da salvaguarda do bem cultural, por outro, vimos o projeto de requalificação do espaço da feira, com o intuito também de manter a feira como lugar de consumo em concorrência com os outros lugares comerciais. Assim sendo, o IPAC procurou manter as duas propostas articuladas, buscando a valorização dos elementos socioculturais:

Ao longo dos últimos dois anos, a Feira de São Joaquim tem enfrentado um processo de registro como patrimônio imaterial brasileiro, através do IPHAN. Enquanto isso, o MINC e a SECULT- Secretaria Estadual da Cultura lutam pela captação de recursos para revitalização do local. Depois de assinado o primeiro convênio, que prevê a liberação de uma quantia inicial de R\$:1,5 milhão cabe agora ao IPAC orientar os estudos para a reforma generalizada da feira. ‘Trabalharemos com três frentes. A requalificação física, o caráter gerencial e os aspectos

¹⁴⁷⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Marcilio, feirante na Feira de São Joaquim, Salvador 14 de Junho de 2009.

socioeconómico. (...) Um dos fundamentos do projeto é exatamente evitar a descaracterização de São Joaquim. A intenção é promover a reestruturação o ordenamento do local sem modificar suas características culturais. Não queremos uma coisa homogênea como um *shopping center*, a riqueza daquilo ali é a diversidade¹⁴⁷⁷; “ (...) por isso não cabe uma padronização das barracas¹⁴⁷⁸

A estratégia utilizada pelo grupo sociocultural para identificar os elementos culturais a serem preservados partiu da estrutura de museu de rua. Um grupo multidisciplinar de profissionais, composto por um historiador, dois museólogos, um antropólogo e um coordenador técnico, elaborou um plano de ação e executou-o. Fazendo uso do recurso da História oral, o grupo fez entrevistas na feira, coletou depoimentos com o intuito de descobrir aquilo que os feirantes reconheciam como valor cultural:

Além das questões de identificação, perguntávamos sobre a ancestralidade dos feirantes, quais suas relações de familiaridade com a feira, se eram descendentes de outros feirantes; o que sabiam a respeito da requalificação; o que esperavam do projeto, quais suas demandas; Os aspectos culturais da feira, sobre as festas¹⁴⁷⁹, a religiosidade (...). Percebemos, por exemplo, que conseguem se manter, exatamente em função das trocas simbólicas que existem dentro da feira, as relações de amizade, de compadrio, de fraternidade, de afetividade; as reações de dar permissão para que os clientes experimentem seus produtos, um punhado de farinha por exemplo, mesmo que não leve a mercadoria. Fazem questão de oferecer um pedaço de jaca, dura ou mole, da melancia (...) Vendem rimando, como o feirante Sr. Alcides, que também atua como comunicólogo com um megafone anunciando o que está acontecendo na feira¹⁴⁸⁰.

Valorizar a feira como um bem cultural imaterial, mesmo que para isto seja necessária uma intervenção na área, configura-se sobretudo como estratégia de continuidade, seja pelo poder público, iniciativa privada e, principalmente, pelos protagonistas que a reconhecem como bem que deve ser preservado. Conforme argumentou um dos feirantes entrevistados, “São Joaquim ainda pode melhorar e muito. São Joaquim ainda é um património histórico. É a maior feira do Brasil e da América latina. A feira é cultura, a feira é tudo”¹⁴⁸¹.

¹⁴⁷⁷ Lyrio, A. (2008, 19 de Março). IPAC orientará revitalização. Em Caias em ruínas, *Correio da Bahia*, Salvador, p.6.

¹⁴⁷⁸ Afirmação do diretor-geral do IPAC, Frederico Mendonça. Reforça a ênfase nos aspectos sociais, antropológicos e económicos da feira. Ver em: Amorim, F (2007, 04 de Maio). Feira tem vários problemas. Infraestrutura. A falta de investimentos fez com que, durante os anos, dificuldades fossem se agigantando em São Joaquim, *A Tarde*, Salvador, p. 5.

¹⁴⁷⁹ Festas na cidade que repercutem na feira: carnaval, Senhor do Bonfim, São João, semana santa, festa de conceição da praia. Festas que acontecem na própria feira: feijoada de Ogum e festa do marujo.

¹⁴⁸⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Valdemar Lima, coordenador técnico do grupo socio cultural do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, Salvador, 03 de Junho de 2009, continuação da entrevista iniciada em 29 de Maio de 2009.

¹⁴⁸¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Genaro Costa, feirante, Salvador, 12 de Junho de 2009.

Procedimento para o registro da Feira de Campina Grande

O processo de registro para a feira de Campina Grande como Patrimônio Imaterial no Livro dos lugares, embora tenha atendido aos preceitos do Decreto nº 3.551/2000, apresentou certas particularidades, se comparado ao das outras feiras nordestinas investigadas. A primeira delas diz respeito à entidade proponente, uma vez que, diferentemente da Feira de São Joaquim, que teve como proponente a representação dos feirantes, a campinense apresentou o pedido por intermédio da Prefeitura Municipal, semelhante ao que ocorrera com a feira de Caruaru. A segunda refere-se ao trâmite do processo junto à instância competente, uma vez que a manifestação de interesse por parte do poder público municipal campinense é recente, data do final do segundo semestre de 2007, enquanto a Feira de São Joaquim, neste mesmo ano, esteve a decorrer o início do convênio para elaboração do INRC, embora ainda não concluído. Em relação à Feira de Caruaru, esta já teve seu registro consolidado no ano de 2006.

A par das diferenças em relação ao encaminhamento do processo para pedido do registro¹⁴⁸², constatamos características semelhantes. A primeira diz respeito ao facto de todas as feiras estarem passando pelo processo de requalificação, sobretudo no caso da feira soteropolitana, que assim como a campinense possui já projeto definido para execução. Além disto, nos casos de Campina Grande e São Joaquim, mesmo ainda sem o registro de Patrimônio Imaterial concedido, contam com recursos federais para execução do projeto. A segunda similitude consiste no reconhecimento já consolidado pelos campinenses, da representatividade que a feira tem como Patrimônio Imaterial da cidade e da região.

Considerando a feira de Campina Grande com todas as características de seus valores culturais reconhecidas, a prefeitura desta cidade resolveu formalizar sua intenção de buscar o registro. No entanto, embora tenha sido esta a entidade que tomou a iniciativa, ela contou com o apoio de outras entidades¹⁴⁸³ públicas e privadas que, do mesmo modo que a prefeitura, reconhecem a feira central campinense como patrimônio imaterial desta cidade. Reza o requerimento encaminhado ao IPHAN:

¹⁴⁸² Junto ao IPHAN.

¹⁴⁸³ A Saber: Prefeitura (secretarias e autarquias), clube de mães, Equipamentos urbanos: teatros, centros culturais, museus, complexos desportivos, centro de ciências e tecnologia, associação dos feirantes, sindicato dos feirantes e ambulantes, poder legislativo local por intermédio da Câmara dos vereadores, Orçamento participativo, ONGS- organização não-governamental, escolas públicas e privadas, universidades, conselho municipal de patrimônio, universidades públicas (UFCEG e UEPB) e privadas (UNAVIDA – UVA, FACISA), centros comerciais (shopping center Iguatemi e Luiza Motta), FIEP- Federação da indústria do estado da Paraíba), SESI, SENAI, SESC, Sindicato dos hotéis e restaurantes. Requerimento encaminhado ao IPHAN (presidente do instituto Luiz Fernando de Almeida), pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (prefeito Veneziano Vital do Rego Segundo Neto), por meio do Ofício N° 241/GP/2007, de 31 de Agosto de 2007.

(...) A Prefeitura Municipal de Campina Grande vem, por meio deste, apresentar documentação em anexo para apreciação deste reconhecido órgão quanto ao reconhecimento das Manifestações Sócio-Artístico-Culturais da Feira de Campina Grande como Patrimônio Imaterial e Histórico do Brasil. Reconhecer as manifestações sócio-artístico-culturais da Feira de Campina Grande representa para a sociedade a valorização da diversidade étnica e cultural do seu povo. Implica na dotação de sentidos das raízes identitárias: hábitos, costumes e crenças. Além de possibilitar o usufruto dos bens de natureza imaterial na formação das futuras gerações, a saber: expressões de natureza verbal e corporal, diversidade e autenticidade dos produtos comercializados, manifestações artístico-culturais no âmbito da literatura, música, dança e artesanato, bem como, políticas de captação de recursos e de promoção de parcerias para a sustentabilidade do Patrimônio Cultural Campinense¹⁴⁸⁴.

Para além do requerimento, o processo encaminhado ao Instituto contém um breve dossiê de toda a produção artística, cultural e literária existente na feira central, assim como assinaturas coletadas junto à população residente, um abaixo-assinado que foi constituído com o apoio de todas as entidades parceiras da prefeitura neste processo. “Estamos fazendo essa campanha, mas inicialmente a prefeitura diz é preciso que Campina Grande ateste essa ideia, comungue com isto, para que depois o IPHAN/MINC ateste isso e reconheça a feira central de Campina Grande como patrimônio intangível e cultural do Brasil”¹⁴⁸⁵. Todos os interessados assinaram o seguinte texto:

Na feira se encontra o fator humano, principalmente quando se atenta para a sua função de comunicação e de intercâmbio cultural, dentro dos sistemas ecológico e social. Nessa perspectiva, Campina Grande situada no meio de regiões fisiográficas diferentes e ponto de cruzamento de cidades interioranas da Paraíba tem conquistado uma referência cultural em relação ao seu sistema de trocas, de produtos e de ideias. Essa caracterização tem tornado a feira de Campina Grande uma Manifestação Viva da Cultura Campinense e isso demonstra a necessidade do seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial e Cultural do Brasil¹⁴⁸⁶.

O encaminhamento do pedido foi realizado em 2007 e, logo que concluiu-se a análise preliminar do processo, foi emitido um documento com o parecer favorável a esta fase inicial¹⁴⁸⁷. No

¹⁴⁸⁴ IDEM

¹⁴⁸⁵ Divulgação dos locais de coleta de assinaturas, entrevista concedida por Giovanna Araújo no Programa Arrastapé.net, uma realização Chapéu vídeo, exibido em 23 de Junho de 2007, pelo canal 19, emissora TV Itararé aos domingos durante o mês de Junho.

¹⁴⁸⁶ IDEM

¹⁴⁸⁷ "A solicitação da Prefeitura de Campina Grande preenche todos os requisitos necessários e a avaliação inicial do IPHAN foi pela pertinência da matéria. Farias, W. (2007, 15 de Novembro). Feira de Campina Grande pode virar patrimônio cultural do Brasil. Acedido em 11 de Junho de 2011, em <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=17166>.

mesmo documento a Gerente de Registro acrescenta ainda que em breve irá comunicar o resultado dos procedimentos preliminares para a avaliação do pedido¹⁴⁸⁸.

Dando continuidade, em março de 2009, foi publicada a instrução normativa N° 001/2009¹⁴⁸⁹, que, como vimos, autoriza aos municípios proponentes a aplicabilidade do instrumento metodológico de pesquisa do inventário¹⁴⁹⁰ para que posteriormente possa ser apreciado pelo Conselho Consultivo do IPHAN, em busca da concessão do título. Partindo destas novas exigências, representantes do IPHAN nacional, acompanhado do IPHAEP-Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba visitaram, em 19 de Março de 2009, a feira de Campina Grande, com o intuito de dar prosseguimento ao processo, esclarecendo a necessidade de a prefeitura, na condição de proponente, dar os encaminhamentos necessários para a continuidade do pleito. Na ocasião o prefeito assinou o termo de responsabilidade, se comprometendo a desenvolver a pesquisa requerida para elaboração do registro. A imprensa local divulgou a visita: “Os secretários de obras, planejamento e desenvolvimento do município receberam membros do Instituto no município, que vieram de Brasília para conferir de perto os aspectos culturais da feira”¹⁴⁹¹. Por ocasião da visita e sobre a disponibilidade do órgão local de acompanhar e orientar o processo, vimos o seguinte pronunciamento: “A gente vê aqui cultura viva mesmo. A própria história da cidade, da fundação da cidade, que originou Campina Grande, e o nosso esforço aqui nossa missão é ver as potencialidades, o desejo real da prefeitura e da comunidade em reconhecer este patrimônio e trabalhar junto, dando toda a orientação neste sentido”¹⁴⁹².

Características da Feira campinense que a qualificam como patrimônio

Do mesmo modo que as demais feiras nordestinas, a de Campina Grande tem características que lhe qualificam para o título de Patrimônio Imaterial já reconhecido pelos campinenses, e por todos aqueles que a conhecem e reconhecem o valor histórico-culturais peculiares deste lugar. O facto de a formação da cidade estar associada à feira, de continuar a existir, resistindo a todos os impactos da modernidade e, por conseguinte, do momento atual resultante do fenômeno da globalização,

¹⁴⁸⁸ Farias, W. (2007, 15 de Novembro). Feira de Campina Grande pode virar patrimônio cultural do Brasil. Acedido em 11 de Junho de 2011, em <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=17166>.

¹⁴⁸⁹ Acedido em 18 de Maio de 2011, em

«<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14318&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>» .

¹⁴⁹⁰ Todo processo pode ser acompanhado pelo DPI, ou mesmo pela superintendência do órgão local.

¹⁴⁹¹ TV Correio. (2009, 19 de Março). *A Prefeitura de Campina Grande quer transformar a feira central em patrimônio cultural*. Acedido: em 10 de Junho de 2011, em <http://correio.gt.com.br/correiodebate/matLer.asp?newsId=73826>

¹⁴⁹² Entrevista Eliane de Castro – IPHAEP, na reportagem citada anteriormente.

“driblando” a concorrência, aglutinar em um mesmo espaço variedades de mercadorias que foram e são utilizadas pela comunidade que lhe recorre, mostra que:

A Feira Central de Campina Grande ganhou a notoriedade do mercado consumidor nordestino se configurando como uma das maiores e mais importantes da região. Funcionando diariamente a feira movimentava o comércio de alimentos, produtos agropecuários, utensílios domésticos, vestuários, calçados e ferramentas remontando à época em que o local ainda era chamado de Vila Nova da Rainha¹⁴⁹³;

Sedia gerações e gerações de trabalhadores, filhos, netos, bisnetos, tataranetos de também feirantes. O facto de em sua ambiência promover encontros e desencontros, relações de compadrio, reciprocidade, fidelização, são alguns destes inúmeros valores. Isto porque

em estudo anterior por nós realizado indica:

(...) a feira como patrimônio cultural recheado de relações face a face, de ação e reação dos homens, implementando a cada instante na venda e na compra produções de significados em suas falas que não atendem apenas pela observação de ordem linguística, mas, sobretudo aspectos introjectados de história, sociais e econômicos, expressando, portanto, a própria realidade dos depoentes (...). A feira, para nós, consiste em um espaço físico, onde encontramos o comércio, a troca de mercadorias e sua diversidade, mas acima de tudo relações interpessoais que envolvem pensamentos e ações de indivíduos diferentes, dentro de um mesmo espaço físico, abrigando assim uma vasta subjetividade de valores simultâneos com temáticas ecléticas, que em conjunto “formam” a memória coletiva, sendo essencialmente um documento da História viva presente¹⁴⁹⁴; Queremos destacar os fatores que a nosso ver fazem parte da feira campinense e que condizem com a definição de “patrimônio cultural”, aspectos estes de ordem sobretudo, cultural, diretamente ligado à tradição popular como também sentimento de lealdade, honestidade, honra e amizade, presentes nas relações e práticas sociais estabelecidas entre os feirantes e fregueses (...) na Feira de Campina Grande-PB¹⁴⁹⁵.

A feira campinense já foi objeto de análise, de estudo e de representação cultural nos diversos segmentos, como obra literária¹⁴⁹⁶ e objeto de estudo acadêmico¹⁴⁹⁷, como podemos constatar no depoimento:

¹⁴⁹³ Merchezan, E. (2006, 11 de Outubro). Feira Central é a maior da região. Na feira encontra-se de tudo: de roupa a utensílios domésticos, além dos gêneros alimentícios. Local atrai compradores de bairros campinenses e de todo o interior paraibano, atraídos pelos preços mais em conta. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB, p.3.

¹⁴⁹⁴ Araújo, G. de A. F. (2004). Feira Livre: memória “viva” da cultura do povo campinense, ao final do século XX? Agenda, Campina Grande, p. 42.

¹⁴⁹⁵ Araújo, G. de A. F. (2006). *Múltiplos Discursos Sobre a Feira Central de Campina Grande*: Agenda, Campina Grande, p. 101.

¹⁴⁹⁶ Referimo-nos aos estudos anteriores por nós realizado e publicados: Araújo, G. cit..., 2004, Araújo, G. cit..., 2006, e outras obras literárias: Almeida, E. (1978). *História de Campina Grande*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa; Câmara, E. (1998). *Datas Campinenses*. RG Editora e Gráfica. Campina Grande; Câmara, E. (1999). *Os Alicerces de Campina Grande. Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864)*. Edições Caravela. Campina Grande; Pereira Jr., F. (1997). *Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino*. Editora Universitária. João Pessoa, *Campina Grande livro CD. Prefeitura Municipal de Campina Grande*: Dezembro, 1999, *LIVRO DO MUNICÍPIO*

Ela já é um patrimônio para cada campinense. Além disto já se tornou objeto de estudo e base de pesquisa para vários pesquisadores: monografias de final de curso, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Então isto mostra o quanto está feira é importante para a população, para a cidade para o município de Campina Grande, e torná-la patrimônio é reconhecer a importância dela em termos de Brasil¹⁴⁹⁸.

Também como representação literária apresentada em formato de cordel, como expressaram cordelistas em suas obras¹⁴⁹⁹ e em depoimento: “(...) A feira é um patrimônio cultural, econômica e é justíssimo que seja um patrimônio imaterial do Brasil, para que permaneça com a grandeza, importância e alegria que proporciona a nossa região”¹⁵⁰⁰.

Uma representação da feira campinense, cristalizados seus valores culturais, que estiveram e ainda estão vinculados à origem da cidade, e por conseguinte das feiras nordestinas, encontra-se no texto de Lourdes Ramalho “A Feira”. Este foi inclusivamente premiado em Portugal, por expressar esta relação de aproximação e de distanciamento, pois se de um lado o texto apresenta características de similitude com as feiras europeias, sobretudo no que tange à relação estabelecida entre o meio rural

DE CAMPINA GRANDE. FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. João Pessoa, UNIGRAF – União Artes Gráficas LTDA, 1984.

¹⁴⁹⁷ Monografias de conclusão de curso: Oliveira, S. S (2009). *As Identidades das Mulheres Feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade*. Monografia de conclusão de curso Graduação em História. Universidade Estadual da Paraíba Campina Grande, Campina Grande., Oliveira, S. S (2010). *Mercado Informal: o trabalho das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande Contemporaneidade*. Monografia de conclusão de curso Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande; Dissertações de mestrado: Silva, V. P. da. (2005). *Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande; Costa, A. A. da. (2003). *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife; Nascimento, R. C. (1997). *Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife; Silva, V. P. (2005). *Artes de Fazer a Feira: práticas e representações de negociação na Feira Central de Campina Grande (PB)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia: Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB; Ribeiro, J., Alves. (2010). A importância do folheto de feira no contexto simbólico da cultura popular. Em: *Manoel Monteiro: Visibilidade de uma poética*. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. UEPB, Campina Grande, pp.17-43; Teses de doutoramento: Nascimento, Sousa F. G. R. B. de. (2001). *Imagens da cidade: letrados, políticas e memórias (...a feira) em: Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920- 1945*. Tese de Doutorado em História. Unicamp, Campinas/SP.

¹⁴⁹⁸ Depoimento do Prof. Doutor Iranilson Buriti de Oliveira, historiador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História UFCG, no documentário encaminhado ao IPHAN sobre a Feira Central de Campina Grande. Araújo, G. de A. F. (Direção e criação). (2007). Campina Grande-PB. Feira Central. Produção: Ativa video Profissional CRIARE comunicação. Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande-PB.

¹⁴⁹⁹ Alunos da 1ª série/manhã do CERC- Complexo Educacional. (2005). Guimarães, R. (professora orientadora) e Monteiro, M. (poeta popular). A Feira como ela é. (cordel). Gráfica Martins. Campina Grande-PB.

Monteiro, M. (2000, Outubro). *Campina dos Meus Amores (fragmentos da feira de Campina Grande)*. Cordel, Gráfica Martins: Campina Grande; (2006) *Peleja de Manoel Camilo com Manoel Monteiro* (cordel). Gráfica Martins: Campina Grande; (2006, Setembro). *Exaltação à Cachaça & todo homem tem na vida um passado ao recordar* (cordel). CAMPGRAF: Campina Grande; (2006) *Mulher Gosta de Ouvir... Impróprio para menores de 90 anos*. Gráfica Martins: Campina Grande; (2003). *Cassino El Dourado*. In, As Flôr de Puxinanã. Zé da Luz. Cordelaria Poeta Manoel Monteiro. Campina Grande.

¹⁵⁰⁰ Depoimento do Sr. Manoel Monteiro, cordelistas, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007

e urbano, por outro lado retrata a realidade nordestina brasileira, contendo elementos sociais, políticos, económicos e principalmente culturais. Sobre a Feira paraibana a autora diz:

A feira de Campina Grande é uma referência nacional, desde muito que esta feira existe, e ela é conhecida não só no Nordeste, mas também no sul, no Rio de Janeiro mesmo que há uma réplica dessa feira [se refere a Feira de São Cristóvão] de Campina Grande, com tudo que acontece e que é vendido aqui vende-se lá. Eu diria até um patrimônio nacional porque é o que mais representa o Nordeste e quem aqui chegou a Ibéria. É até na França naquelas cidades pequenas, naquelas aldeias, eu vi em Portugal, vi na Espanha, e vi até em Paris essas feiras pequenas. Então quer dizer: é a mesma feira de lá que foi trazida para cá e nós aqui conservamos¹⁵⁰¹.

Convém destacar que “A Feira”, foi também encenada na dança, com a coreografia montada a partir da observação do gestual, da performance dos feirantes em meio a sua labuta diária. O fazer e a forma de fazer, como vimos no início deste capítulo, são elementos valorizados como patrimônio imaterial. Sobre o texto e a experiência, a bailarina e coreografa Myrna Maracajá depõe:

A obra de dona Lourdes Ramalho eu considero a grande obra-prima da dramaturgia campinense, porque ela retrata de maneira muito fiel, muito crítica, e ao mesmo tempo muito suave e leve as riquezas da feira central de Campina Grande. Então eu pensei em montar além do texto que já havia sido montado tantas vezes no teatro. E eu comecei a pensar como seria fazer uma pesquisa do gestual, do corporal desse texto de dona Lourdes. (...) O texto traz uma abordagem cultural porque mostra nossas riquezas, mostra muito da cultura popular, a gente também pode falar do económico, do político e do social (...)¹⁵⁰².

Além destas representações literárias e artísticas, vimos que a feira campinense foi captada em imagens, por meio de fotografias em preto e branco demonstrando o cotidiano dos trabalhadores, além da publicação “Feira de Campina Grande” e a exposição iconográfica “Nas cores da Feira”, com imagens da feira na década de 1970¹⁵⁰³. A feira central campinense também é representada na pintura pelas artistas plásticas Irene Medeiros e Nilza Aquino, dentre outras.

¹⁵⁰¹ Depoimento do Sra. Lourdes Ramalho, teatrológica, autora do texto A Feira, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007. Ver ainda: Ramalho, Maria de L. N (1980). A feira. Em: *Cinco textos para montar ou simplesmente ler*. Teatro Nordestino, Grupo do Centro Cultural Paschoal Carlos Magno. Campina Grande. Referências a autora e ao texto Acedido em 11 de Junho de 2011, em: <http://www.lourdesramalho.com.br/obra/dra/feira.htm>,

¹⁵⁰² Depoimento do Sra. Myrna Agra maracajá, bailarina e coreografa, montou o texto A Feira. Depoimento para o documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007. Ver ainda: Maracajá, Myrna A. (2001) (Direção e coordenação geral). Terceiro momento: A Feira. Em: *Companhia de dança do Teatro Municipal Severino Cabral*, DVD de encerramento do ano 2001.

¹⁵⁰³ Coura, R. (2008). *A feira de Campina Grande*. EDUFPA. João Pessoa. São 1.800 fotografias em preto e branco da Feira em 1978. Atualmente o fotógrafo tem capturado novas imagens da feira a partir de 2005, com o implemento das “novas” mercadorias. “Essa feira dos DVDs e do forró eletrônico tem sido captada por Coura desde o ano passado, em equipamentos digitais”. Ver: Cananéa, A. (2007, 17 de Junho). A Feira de Campina, ontem e hoje. Fotos da Feira central feitas por Roberto Coura em 1978 e que resultou em mostra premiada estão de volta na forma de um livro. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande-PB. Nascimento Sousa, F. G. R. B. de. (2001). *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920- 1945*. Tese de Doutorado em História. Unicamp, Campinas/SP.

Já na arte cinematográfica vimos produções dirigidas e coordenadas por profissionais¹⁵⁰⁴ que tiveram a feira central como cenário para seus enredos, bem como documentários produzidos por acadêmicos para disciplinas de cursos de Ensino Superior¹⁵⁰⁵.

A para das representações nas artes e em todas as publicações referidas, a feira campinense é reconhecida como bem cultural por 100% dos ouvidos neste estudo. Uma representação majoritária, unânime.

Tabela 70 – Representação da Feira de Campina Grande como Património imaterial

CONSIDERA A FEIRA DE CAMPINA GRANDE COMO PATRIMÓNIO IMATERIAL?	FREGUÊS	FEIRANTE
Sim	100%	100%
Não	0%	0%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA2007

Representação das lembranças que referendam memórias atuais e de infância: “Lembro-me na época que meu pai vinha à feira e levava a cestinha na mão. Eu vinha junto... então ele [refere-se ao pai] mostrava a cultura que vemos nela¹⁵⁰⁶; Tudo que tem nessa feira eu me lembro de mim. Da minha infância, da minha juventude. Depois que fiquei mais velha. Todas as etapas da minha vida foram frequentando a feira. Eu amo a feira de Campina¹⁵⁰⁷; Como lugar de encontro, espaço de sociabilidade: “A feira de Campina Grande, como o nome de Campina, é tudo que de maior que há. Lá nós temos o convívio das pessoas amigas a nos convidar. Quem vem a Campina e não vai a feira nunca passou por lá. [refere-se a passar pela cidade, pois, para o freguês, a feira consiste em parada obrigatória”¹⁵⁰⁸; E por fim, a representação da feira como cultura, com destaque para a diversidade:

É um ponto de convergência de uma cultura de um povo, é onde a gente encontra as mais diversas manifestações culturais. Encontramos repentistas, cordelistas, conquistas. É um ponto muito importante porque praticamente se confunde com a história de Campina Grande. É nessa feira que ainda se encontra elementos

¹⁵⁰⁴ Os filmes: Bitencort, Machado e Barroso, Luiz “A Feira no ano de 1967”; Visconti, Elyseu (1979); “Feira de Campina Grande”. Curta metragem, e Valério, Taciano (2004) “O bolo”. Campina Grande-PB, ficção: FIC, 14 min, 2007.

¹⁵⁰⁵ “É dia de feira” Oralidade e escrita (Curso Publicidade e Propaganda- CESREI, disciplina Comunicação em Língua Portuguesa II, semestre 2005.1), Produção: Ivna Roberta, Pollyane Fabricia, Carlos Alberto e Moab Martins, alunos do II período, orientação Profa. Msc Adriana Rodrigues. Estúdio no ar e câmera 21; “Feira de Campina” (Curso Técnico em Turismo- ETER, Junho de 2008) Equipe: Antoniana Maria, Gisleide Maria, Mirian Andrade, Samy Araújo e Rosileide Ferreira).

¹⁵⁰⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra Marina Moraes, freguesa em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁵⁰⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Joana Pires, freguesa em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

¹⁵⁰⁸ Entrevista concedida à autora pela Sr. Bernardo, freguês em Campina Grande em 20 de Fevereiro de 2009.

autênticos como por aqueles que vendem cordéis... é um ponto de encontro e de desencontro de um povo com os seus problemas, com as suas alegrias com tudo. É um ponto de comércio, mas não é somente comércio, é cultura viva¹⁵⁰⁹;

(...) a feira faz parte do arcabouço cultural da cidade junto com o maior são João do mundo, e com outras expressões artístico cultural de nossa cidade. É de extrema importância este projeto do governo municipal no sentido de tornar a feira enquanto patrimônio histórico imaterial. É a partir deste projeto e desta iniciativa que nós teremos a certeza de que todos os valores culturais, as expressões as relações, a gastronomia, a comida, a literatura de cordel. Tudo que representa a cultura da feira será garantida, será mantida, será preservada¹⁵¹⁰;

É o espaço, o palco maior que temos, pela sua diversidade, pela sua gastronomia, pelo seu colorido pelo seu povo que frequenta. Então lá [se refere a feira], você encontra o coco, o violeiro, o repentista, a fruta da terra. Você encontra a alegria do povo. Então realmente a feira da Campina Grande é o maior ponto de cultura que nós temos. A feira não pertence mais ao campinense. A feira pertence a todo mundo, porque todo o mundo que chega em Campina Grande com certeza tem que visitar esta feira. Para ver ao nosso lado cultural, o nosso lado artístico e conhecer mais um pouco do que é Campina Grande a feira grande de Campina Grande¹⁵¹¹; (...) mesmo com a chegada dos supermercados, a feira se mantém. Porque ela é uma constante. Tanto no plano da economia popular, no plano das relações sociais e no plano da cultura. Porque representa um o que fazer, como fazer, como observa as novas abordagens da antropologia cultural. Esta relação dos feirantes, dos fregueses, dos visitantes, vendedores e todo mundo. Todo este universo que é uma marca de brasilidade. Ela tem que ser mantida do jeito que está, [mesmo com as mudanças do século XXI]. Mas também tem que ser reconhecida como patrimônio nacional para o seu registro como um bem imaterial, porque ela já está como patrimônio alicerçado há seis décadas¹⁵¹².

Sobre a importância do registro, tem-se a consciência da dimensão nacional: “É importante não só para Campina e para a Paraíba. A importância maior agora é que vai pertencer ao Brasil. Este patrimônio [refere-se à concessão do título] vai trazer muita riqueza porque a feira central é grande na sua diversidade”¹⁵¹³.

É diante de todas essas falas que a feira central se constitui, para aqueles que a frequentam, como patrimônio cultural intangível, uma vez que é o fazer e o saber fazer, transformar, dar novas

¹⁵⁰⁹ Depoimento do Sr. Álvaro Fernandes de Oliveira, coordenador de Cultura do SESC e dramaturgo no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

¹⁵¹⁰ Depoimento do MSC. Valmir Pereira da Silva, sociólogo e ativista cultural no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

¹⁵¹¹ Depoimento de Alexandre Tan de Amorim Pereira Barros, coordenador municipal de Cultura no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

¹⁵¹² Depoimento do Prof. Doutor José Camilo, historiador e representante do IPHAEP- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, no Conselho de Patrimônio Cultural de Campina Grande, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

¹⁵¹³ Depoimento do Sr. Aguinaldo Batista Administrador do Mercado Central, no documentário encaminhado ao IPHAN Feira Central, cit..., 2007.

formas, dentro de um contexto espacial e temporal, que faz da feira livre e central de Campina Grande “bem cultural”, inserido no espaço destinado a “Património Cultural”.

Proposta de requalificação na feira campinense

A peleja de Luiz Descrente com Chico Progresso na Feira Central

Eu fui a Feira central
 Comprar farinha e feijão
 E lá vi dois feirantes
 Numa leve discussão
 Se a feira é necessário
 Uma modernização (...)
 C.P Seu Luiz, tenho a esperança
 Que aqui no balcão
 Vai melhorar cem por cento
 Com essa modernização
 Sem banca de pau quebrado
 Sem buraco pelo chão

L.D Seu Chico, preste atenção
 Não vamos mexer na feira
 Deixa a minha banca velha
 Deixe de falar besteira
 Quanto mais mexe no lixo
 Mais espalha a sujeira
 C.P Não tô falando besteira
 Eu falo de evolução
 Meu amigo, eu compreendo A sua preocupação
 Mas modernizar a feira
 É bom para a população¹⁵¹⁴.

A feira de Campina Grande, assim como as outras duas na região Nordeste, tem desenvolvido um projeto de reforma para requalificação. Entretanto, diferencia-se da feira pernambucana, que teve primeiro seu pré-projecto elaborado pelos próprios feirantes e posteriormente será apreciado pela entidade pública (inclusivamente quanto a disponibilidade de local para construção da feira da Sulanca), ou mesmo da feira soteropolitana, sobre a qual, no instante em que o projeto estava a ser desenvolvido houve discussões com as diversas categorias envolvidas direta ou indiretamente com a feira. A feira campinense, que atualmente conta com 75.000 metros² distribuídos por nove ruas e um espaço edificado, o mercado central, que possui 4.400 pontos comerciais, não teve no momento da elaboração do projeto de requalificação a participação dos feirantes e demais

¹⁵¹⁴ Monteiro, M. (2008). *A peleja de Luiz Descrente com Chico Progresso na Feira Central* (cordel). Gráfica Martins: Campina Grande.

entidades envolvidas com este segmento. Talvez por esta razão existam aqueles que são favoráveis à modernização e aqueles que não são, como ilustrado nesta epígrafe deste texto.

Entretanto, apesar de não ter havido este diálogo em sua fase inicial, os representantes do IPHAN, na ocasião da visita à feira para observar se o pedido de registro era pertinente, tiveram conhecimento sobre o projeto de requalificação que estava sendo elaborado pela Prefeitura, ainda na fase inicial, e deram a opinião¹⁵¹⁵: “Eles ficaram surpresos positivamente porque todo o projeto que nós pensamos em implementar aqui na feira em nada vai mudar o caráter turístico, o caráter cultural que a feira sempre teve, de representante cultural e turístico”¹⁵¹⁶.

Para além desta informação, constatamos também que feirantes (60%) e fregueses (45%) que compõem o universo deste estudo são conhecedores do processo de requalificação pelo qual a feira campinense está a passar.

Tabela 71 – Conhecimento sobre projeto de requalificação na Feira de São Joaquim

TEM CONHECIMENTO SOBRE O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO PELO QUAL A FEIRA IRÁ PASSAR?	FREGUÊS	FEIRANTE
Sim	45%	60%
Não	55%	40%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA2007

Convém esclarecer que, mesmo que o poder público municipal, por intermédio sobretudo de suas secretarias¹⁵¹⁷, tenha elaborado o projeto arquitetônico, atualmente existe uma preocupação por parte desta entidade de formar um comitê gestor da feira, com representantes de todos os segmentos do comércio tradicional (calçados, confeções, frutas, verduras, doces, entre outros)¹⁵¹⁸. O Programa de Modernização de Feiras e Mercados, que já fora implantado em Campina Grande, por ocasião da reforma de outra feira na cidade, a Feira da Prata¹⁵¹⁹, percebeu, para a feira Central, a necessidade

¹⁵¹⁵ Este fato é interessante de ser mencionado, entretanto não isenta a prefeitura de ouvi-los novamente já que agora dispõe do projeto final. Ao mesmo tempo em que o processo para o registro ainda encontra-se em andamento.

¹⁵¹⁶ Entrevista do Sr. Alex Azevedo- Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município. Ver: A Prefeitura de Campina Grande quer transformar a feira central em patrimônio cultural” Matéria exibida pela TV Correio em 19 de Março de 2009 Acedido em 10 de Junho de 2011, em: <http://correio.gt.com.br/correiodebate/matLer.asp?newsId=73826>

¹⁵¹⁷ Responsáveis pela elaboração do projeto: de Planeamento, Obras, Serviços Urbanos e Desenvolvimento Econômico. Secretarias participantes: Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e a Autarquia AMDE- Agência Municipal de Desenvolvimento, para discutir o projeto elaborado a partir das demandas identificadas.

¹⁵¹⁸ Neste sentido o SEBRAE fora contratado para aplicar o Programa de Modernização de Feiras e Mercados,

¹⁵¹⁹ “Este é o primeiro projeto implantado, que servirá de modelo a ser replicado nas demais áreas de comércio livre da cidade, a exemplo da Feira Central, que já conta com a garantia de aproximadamente R\$20 milhões em recursos para sua revitalização” Ver trecho do texto de abertura da revista em quadrinhos ALMEIDA, Alexandre Costa de (Secretário de Planeamento). Em: Muricy, José A. C (2008). *D-olho na Feira*. Muricy Consultoria e Treinamentos LTDA, [local]. Durante a

também de aplicar o mesmo programa. A primeira oficina foi realizada em Novembro de 2009, intitulada Discutindo a Nova Feira Central. Para esta primeira reunião, além de representantes de todas as secretarias mencionadas anteriormente, os feirantes, representantes dos segmentos, participaram também. A Oficina contou com a presença de representantes da administração da Feira Central, do Conselho Tutelar, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, e da Câmara de vereadores¹⁵²⁰. Nesse primeiro encontro, foram discutidas as demandas de melhoramentos urgentes: “Entre algumas das melhorias estão as questões de mobilidade, segurança e higiene na feira, a capacitação e cadastramento dos comerciantes, a elaboração de um regimento interno, com leis, normas e portarias que garantirão o perfeito funcionamento do Mercado, entre outras”¹⁵²¹.

Os objetivos desses encontros são discutir, com todos os atores envolvidos, questões pertinentes à caracterização da nova feira central, após a implantação do projeto, que inclui questões relativas à segurança; a atividades econômicas seguindo as normas estipuladas por leis, decretos e normas técnicas de acomodar cada atividade comercial sem discriminar a posição ou condição de investimento e comercialização de cada empreendedor; à capacitação dos agentes envolvidos (empreendedores, feirantes, voluntários); à criação de um espaço destinado à divulgação com registro documental e fotográfico do histórico da feira, desde seu surgimento até a atualidade; à administração, tendo a Prefeitura Municipal como o principal responsável pela gestão da feira; ao serviço sanitário, com implantação específica de área destinada a instalação permanente de controlo de limpeza; à discussão acerca da representatividade cultural da feira para se tornar Património Imaterial do Brasil; ao cadastramento, identificação de todos os personagens que transitam pelo cenário da feira fixa diária, com todas as suas atividades (frentistas, caminhoneiros, taxistas, moto-taxistas, transportes alternativos, feirantes de todas as categorias de mercadoria). Por fim, mas não menos importante, o objetivo é discutir o projeto arquitetónico, levantando questões que envolvem toda a estrutura física como conforto, segurança, comodidade, qualidade, lazer, evidenciando a condição de espaço económico, cultural e turístico.

A consultoria diagnosticou ainda os pontos fortes, que estimulam a modernização, e pontos fracos sobre a feira, que deverão ser melhorados com a qualificação, com o propósito maior de manter

realização das oficinas com os feirantes da Feira da Prata. Esta revista fez parte do material distribuído e trabalhado pedagogicamente com os participantes.

¹⁵²⁰ “Feira Central de Campina será revitalizada com a participação da sociedade”. divulgada no sítio *Clickpb*, 09 de Novembro de 2009 .Acedido em 12 de Junho de 2011, em: <http://www.clickpb.com.br/noticias/cotidiano/feira-central-de-campina-sera-revitalizada-com-a-participacao-da-sociedade-civil/>

¹⁵²¹ “Feira Central de Campina Grande será revitalizada”, divulgada no sítio *paraiba.com.br*. 09 de Novembro de 2009. Acedido em 12 de Junho de 2011, em <http://www.paraiba.com.br/112929/cidades/feira-central-de-campina-grande-sera-revitalizada.htm>

este comércio tradicional centenário. São pontos fortes: “Oferta, diversidade, espaço, localização, cultura, geração de emprego e renda, integração (regional), e potencial turístico”. Quanto aos fracos, destaca:

Falta de higiene, estacionamento ineficaz, falta de segurança, falta de serviços centrais (bancos, correios, vigilância sanitária, SUNAB, IMETRO), posto médico, falta de espaço (alimentação, cultura, artesanato), falta de disciplina das carroças, falta de espaço para os feirantes, centralização das paradas de ônibus na Avenida Floriano Peixoto, falta campanhas publicitárias, falta de hidrantes (para combater supostos incêndios), fiscalização, legislação, sinalização, gerenciamento, organização espacial, apresentação visual, credibilidade (procedências dos produtos e pesos e medidas), organização, acesso, iluminação, planejamento integrado, ação social, credenciamento desordenado (...) ¹⁵²².

A Prefeitura Municipal de Campina Grande já havia detectado estes mesmos problemas, no diagnóstico que realizou para elaboração do projeto:

O congestionamento de pessoas, veículos e mercadorias, gerado pelo caráter permanente que o comércio ambulante assumiu; a saturação dos logradouros públicos; a insegurança e o desconforto causados pela falta de estrutura física adequada para os feirantes e visitantes; insalubridades causadas pela falta de equipamentos adequados que possibilite a correta higiene dos produtos; baixa qualidade no atendimento dos feirantes devido à falta de estrutura dos atuais ambientes (...) ¹⁵²³.

Com o intuito de minimizar estas precárias condições em relação, sobretudo, à infraestrutura, foi elaborado o projeto arquitetônico, com caráter intersectorial, uma vez que envolvia aspectos urbanísticos, físicos, econômicos, culturais, sociais e ambientais¹⁵²⁴. O projeto foi orçado em aproximadamente 38 milhões de reais, dos quais 19 milhões foram arrecadados junto ao Governo Federal, por intermédio de emenda parlamentar (do Deputado Federal Vital do Rego Filho), junto ao Ministério do Turismo¹⁵²⁵. O projeto físico possui uma área total de 58.000m², área descoberta de 44.050m² e coberta de 13.950m², com 815 boxes cobertos (localizados na cobertura principal), 800 boxes descobertos (localizados nos passeios/calçadões), e uma área de estacionamento que terá

¹⁵²² Muricy, José A. C. (2009). Oficina/visita/contato com os feirantes. Em: *Programa de Modernização de Feiras e Mercados em Campina Grande-PB*, Campina Grande-PB, p.3.

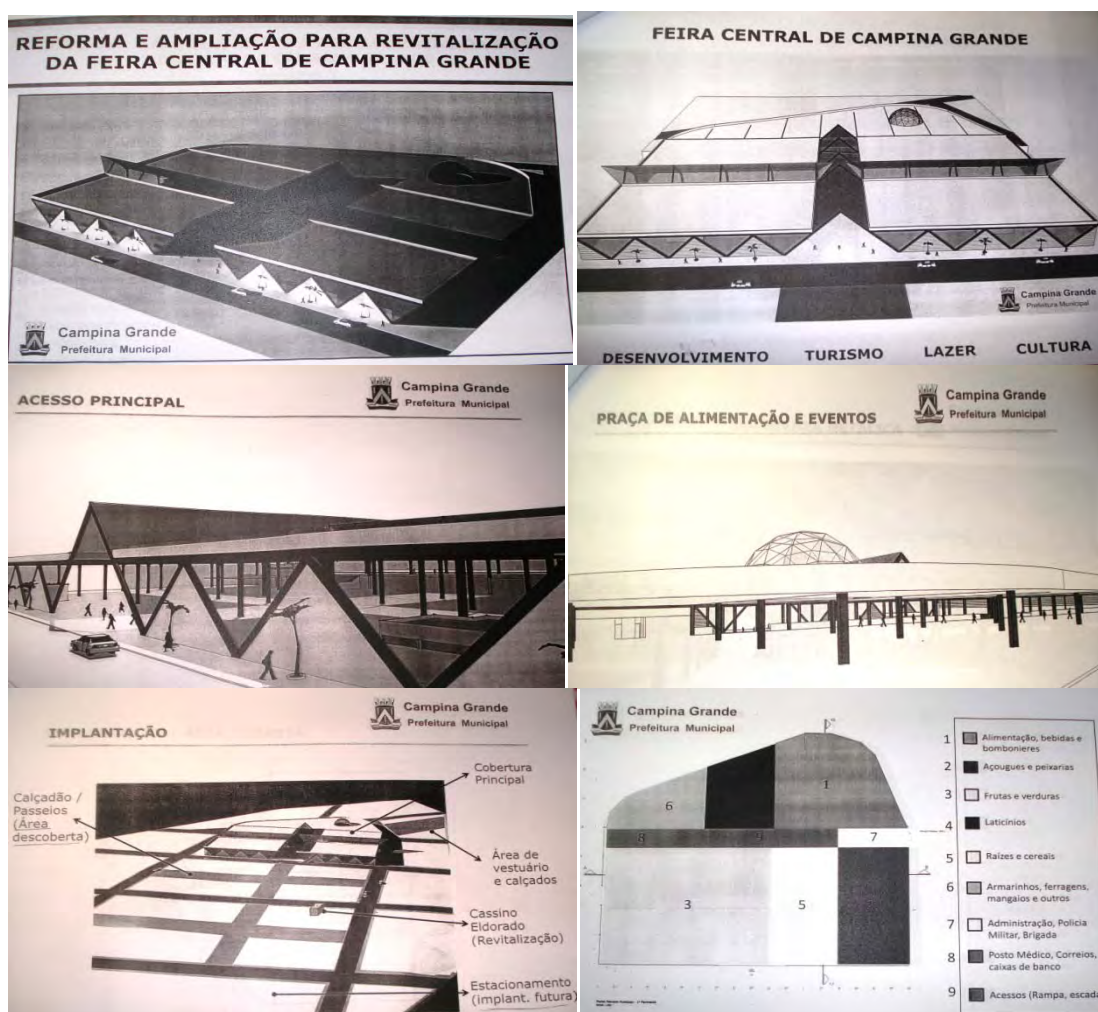
¹⁵²³ Projeto de requalificação Feira de Campina Grande-PB. Prefeitura Municipal 2009, pp. 4-5.

¹⁵²⁴ Convém esclarecer que ao demonstrar o interesse da prefeitura, a maneira como o projeto foi elaborado, as demandas e necessidades que buscou contemplar, não estamos a fazer uma apologia as iniciativas do Poder público. Ao trazer estas informações queremos principalmente situar ao leitor naquilo que foi divulgado como intencional, pois para sabermos se de fato as iniciativas irão funcionar teremos de aguardar a execução do projeto. E nesta ocasião se faz necessário um outro estudo acadêmico, se for o caso, uma vez que já temos conhecimento que a execução da obra está a ser inicializada.

¹⁵²⁵ “Feira Central de Campina será revitalizada com a participação da sociedade civil” CODECOM/PMCG, em 09 de novembro de 2009. *Acedido* em 22 de dezembro de 2009, em: http://portal.pmcg.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2472&Itemid=3 Ver ainda: José, F. (2010, 04 de Março). Prefeitura tem R\$:38 milhões para revitalizar Mercado Central *Correio da Paraíba*, Campina Grande-PB, p. B6.

implantação futura com 12.900m². A área coberta terá os artigos distribuídos por setores: alimentação, bebida, *bomboniere*; açougue e peixarias; frutas e verduras; raízes e cereais; laticínios; armarinho; ferragens; mangaios; cordel; produtos de limpeza; administração; polícia militar e brigada; correios; posto médico; caixas eletrônicos. A área descoberta com os setores de vestuário, calçados e bijuterias; feira livre de eletrônicos, presentes e outros e feira livre de aves e outros animais vivos¹⁵²⁶. Na seqüência veremos imagens ilustrativas e auto-explicativas do projeto.

Figura 71 – Projeto de requalificação Feira de Campina Grande (Imagens da estrutura física do projeto)



¹⁵²⁶ Idem, p. 14.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande. (2009). *Apresentação projeto de requalificação Feira de Campina Grande-PB.*, pp. 01, 26, 24, 21, 10, 14, 20 e18.

A requalificação da feira segundo os objetivos descritos no projeto arquitetônico¹⁵²⁷ portanto, se compromete a repaginar a aparência da feira, dotando a área de benfeitorias que virão qualificar a área para todos que a frequentam. Destacamos a reorganização dos espaços planeada por setores, de acordo com a distribuição das mercadorias; a área coberta que abrigará a praça de alimentação, como uma área de convivência destinada a realização dos eventos culturais e a recuperação do prédio onde funcionou o Cassino Eldorado, que também segundo descrição do projeto, sediará eventos culturais.

8.4 – Património Imaterial em Portugal, uma sugestão de salvaguarda para as feiras minhotas.

Neste trabalho já foram identificadas muitas semelhanças nas feiras contemporâneas. Elas referem-se aos impactos decorrentes do fenómeno da globalização, bem como às estratégias empreendidas pelos protagonistas para que o mercado tradicional continue a existir em concorrência com os demais lugares de consumo. Porém, apesar destas semelhanças, no que concerne à valorização das feiras como património imaterial, necessitando de estratégias e iniciativas para a sua salvaguarda, verificamos algumas diferenças. Estas verificam-se, fundamentalmente, no tipo de política patrimonial lusa. Enquanto no Brasil já existem 22 (vinte e dois) registros concedidos e 20 (vinte) em análise, Portugal ainda não tem nenhum registro oficialmente concedido. Somente o Fado¹⁵²⁸ tem sido

¹⁵²⁷ Projeto de requalificação Feira de Campina Grande-PB. Prefeitura Municipal, 2009, p.7.

¹⁵²⁸ Referimo-nos ao Fado pelo facto de ser o único bem cultural que está em fase de análise pelo DPI/MINC, uma vez que será apreciado na Convenção da Unesco a se realizar em Novembro de 2011. Neste sentido existe este trabalho a nível de inventário sendo realizado – candidatura do Fado à Lista Representativa do património Cultural Imaterial da Humanidade para que Portugal tenha seu primeiro bem imaterial reconhecido. Informação adquirida nas comunicações de Sara Pereira (Diretora do Museu do Fado, EGEAC-CML) e Fernando Andresen Guimarães, (Presidente da Comissão Nacional da Unesco), no Colóquio Património Imaterial em Portugal dos enquadramentos globais às atuações no terreno. Organizado pelo IMC, realizado no Museu Nacional de Etnologia em 31 de Janeiro de 2011. No entanto, convém lembrar ainda que iniciativas isoladas realizadas por alguns estudiosos, organizações não-governamentais ou mesmo Câmaras Municipais têm sido elaboradas para que sejam posteriormente inscrito e apreciado pelo órgão competente. Podemos citar como exemplo “O lenço dos namorados” de Vila Verde, sugerido como património imaterial no texto: Costa, Paulo F. da (2009, Maio) *Os*

trabalhado na perspectiva de se tornar património imaterial lusitano pela UNESCO. O órgão responsável pela avaliação e concessão do registo em território português é o Departamento de Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação, vinculado ao Ministério da Cultura, que parece demonstrar uma certa apatia, inabilidade e falta de vontade política na valorização de certos tipos de património cultural.

Neste sentido, objetivamos com o presente texto levar a cabo uma breve discussão sobre o modo como o património, sobretudo o imaterial, tem sido tratado em Portugal, para, posteriormente, apresentarmos as feiras, como possíveis patrimónios imateriais nacionais a serem salvaguardados perante a importante representatividade social, política, económica e, sobretudo, cultural que as mesmas apresentam.

As feiras são instituições originárias do medievo que resistiram aos impactos modernizantes, ao mesmo tempo que se adequaram a estes, como forma de se manterem, de sobreviverem, de continuarem a existir com os seus papéis e características fundamentais. Para tanto, apontaremos os interesses e as iniciativas que os segmentos públicos e privados têm demonstrado nas feiras minhotas, e apresentaremos os elementos que justificariam um pedido de inventariação das feiras em análise, os quais se destacam, sobretudo, os aspectos do ritual da feira, o espaço de convívio que corrobora as relações sociais neste lócus de sociabilidade e as características gerais, a partir, especificamente, das mercadorias, diante da multiplicidade de produtos regionais que são responsáveis pelo cenário genuíno, eclético e colorido que as feiras apresentam.

Retrospectiva histórica da Política Patrimonial Imaterial Lusa

Se recuarmos um pouco no tempo, perceberemos que o interesse pelo Património Imaterial, em Portugal, data de um período anterior ao fim do século XX e início do XXI. Na realidade, os primeiros indícios do desenvolvimento dos estudos etnográficos e dos estudos fenomenológicos ocorreram no século XIX. A partir de 1875, não só em Portugal, mas em toda a Europa, e provavelmente em todo o mundo ocidental, surgiu o interesse pelo estudo das culturas das classes populares em função, sobretudo, do interesse acadêmico e científico, quer das universidades, quer dos

“lenços de namorados”: frentes e versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação. Etnográfica, vol.13, no.1, p.231-232. Acedido em 12 de Junho de 2011, em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65612009000100016&script=sci_arttext. Tivemos conhecimento que a plataforma on-line do inventário foi utilizada por um candidato a registo, o processo de inventário da Capeia Arraiana, evento realizado em Sabugal, registo oficializado no dia 27 de Maio de 2011, mas ainda em estágio de avaliação. Acedido em 15 de Junho de 2011, em: <https://capeiaarraiana.wordpress.com/2011/06/04/inventariacao-da-capeia-arraiana-esta-on-line/>.

centros de investigação ou dos museus. Neste sentido, não mais interessava aos estudiosos investigar e conhecer apenas a cultura clássica greco-romana, ou a oriental egípcia e mesopotâmica. Os exotismos que estimularam os investigadores a conhecer o outro “exterior a si mesmo” deixaram de motivar os intelectuais e estudiosos europeus. Assim, a academia europeia passava a investigar temáticas ligadas, sobretudo, às suas próprias raízes históricas, a exemplo dos estudos levados a cabo nos territórios ultramarinos conquistados pelas potências coloniais. Entretanto, se por um lado esta iniciativa era interessante por ser pioneira na investigação do mundo ocidental, por outro lado identificamos duas questões que nos conduzem a uma análise e revisão cuidadosa dos resultados obtidos: a primeira diz respeito aos estudiosos que investigaram estas culturas (oriundos do meio académico que estudavam a cultura das classes populares com o seu “olhar” erudito sobre elas); a segunda questão trata-se do ato de conhecer o outro, “exterior a si mesmo, uma conceção relativamente contraditória, já que os estudos europeus eruditos, fortaleciam o conhecimento sobre as metrópoles e as suas relações com as colónias, tratavam as mesmas como um exercício eurocêntrico e não etnocêntrico. Na ocasião, tratava-se de promover um debate sobre o crescimento intelectual da cultura do outro, tomando por base a sua – europeia- como modelo correto e ideal¹⁵²⁹.

Na passagem do século XIX para o XX, Portugal começou a despertar o interesse dos estudiosos internacionais, que vinham à terra lusa fazer estudos sobre as classes populares, quer fossem do mundo rural ou do mundo piscatório, sendo estes dois vistos como universos opostos. Este ciclo gerou alguns frutos, quando apoiados pelo Estado¹⁵³⁰. Alguns projetos desenvolveram-se através da conceção e implantação de museus, através da introdução no mundo académico de disciplinas contendo esta temática - cultura das classes populares. Contudo, alguns dos que receberam apoio do Poder Público nacional, o interesse consistia mais em consolidar a presença do Estado, propagando as suas ações, consolidando a sua hegemonia e controlando a Nação, do que em dar a conhecer aos portugueses com estes acervos e equipamentos as culturas das diferentes regiões. Durante o Estado Novo as políticas voltadas para o património imaterial consistiram na criação de imagens e símbolos

¹⁵²⁹ Leal, J. (2009). O Património Imaterial e a Antropologia Portugal: uma perspetiva histórica. Em: *Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*. Costa, P. F. da (coord.) Instituto dos Museus e da Conservação. SOFTLIMITS. Lisboa, pp. 289-295.

¹⁵³⁰ Como exemplo deste movimento apontamos dois estrangeiros, discípulos de Le Play, que vieram para Portugal investigar as classes populares: Léon Poincard e Paul Descamps. O primeiro chegou a Portugal, em 1909, a convite do rei D. Manuel II, para percorrer o país e elaborar um relatório. A intenção do rei era implantar uma reforma política através do combate aos clientelismos promovidos pelo sistema político rotativo, organizando o trabalho e as administrações locais. O segundo, Paul Descamps, foi contratado por Salazar para lecionar, em Coimbra a disciplina de Sociologia Social. Aí, criou uma equipe que procedeu a um inquérito a nível nacional e deu a conhecer os usos e costumes da população portuguesa, considerada, na época, uma das sociedades que menos tinha sofrido as alterações provocadas pela industrialização. Ver as obras: Poincard, L. (1912). *Portugal ignorado*. Tradução portuguesa de Le Portugal Inconnu. Paysanes, Marins et Mineurs. Ed. Magalhães & Moniz. Porto. E Descamps, P. (1935). *Le Portugal : la vie sociale actuelle*. Ed. Librairie de Paris. Paris.

que viessem a fortalecer o domínio político por intermédio, muitas vezes, da apropriação da cultura popular. Mas este tipo de expediente, utilizado pelas ditaduras, não teve em Portugal exclusividade, uma vez que aconteceu também em Espanha, Alemanha, França, Itália, e em muitos países da Europa ocidental.

Em 1948 abre o Museu de Arte Popular¹⁵³¹, aqui em Belém. O primeiro museu etnográfico feito pelo Estado para dar a presença pública as classes populares e no seu projeto inicial que não se concretizou era muito interessante¹⁵³² porque o museu previa que para além de representar as artes populares do país, consistia num centro de documentação fílmica, fotográfica e sonora. Isto no início dos anos 1940 (...). Este projeto nunca se concretizou do museu popular com aquilo que estava no programa. Este era um projeto do Estado, da ditadura e portanto muito de controle das artes populares. Era mais uma forma de propaganda do estado junto das bases nas classes populares e sobretudo criar imagens de que o povo devia agir de acordo com aqueles modelos¹⁵³³.

Interessante lembrar que, um ano antes, em 1947, foi implantado em Portugal um projeto muito diferente, levado a cabo pelo etnólogo português nascido no Porto, António Jorge Dias¹⁵³⁴. Este profissional, juntamente com uma equipa de mais quatro estudiosos e principalmente curiosos, “aventureiros”, a exemplo do último sobrevivente Benjamim Pereira¹⁵³⁵, criaram o Centro de Estudos de Etnografia Peninsular do Porto, tendo uma secção dedicada à etnografia, sob a direção de Dias. Este dedicara-se aos estudos com um caráter investigativo, principalmente científico, com metodologia sistemática, cartográfica, pragmática. Foi dentro desta conceção que emergiu o museu nacional de etnografia¹⁵³⁶.

Em suma, a criação, em 1962, do Centro de Estudos de Antropologia Cultural, e posteriormente do Museu de Etnologia do Ultramar, que deu lugar, em 1965, ao atual Museu de Etnologia de Lisboa, foi uma das etapas fundamentais na valorização de vários exemplares patrimoniais que fugiam à tipologia clássica do património de “pedra e cal”, ou do património artístico erudito. Em que pese o contexto político, ideológico e histórico, bem como os valores e as conceções teórico-

¹⁵³¹ Informações sobre o Museu de Arte Popular: Acedido em 13 de Junho de 2011 em:

<http://www.map.imc-ip.pt/pt/index.php?s=white&pid=278>,

¹⁵³² Acreditamos que o depoente refere-se ao Museu do Povo Português, que surgiu a partir da inauguração em 1940 das Exposições do Mundo Português, promovida pelo Centro Regional: “Pavilhões da Secção da Vida Popular” e “Aldeias Portuguesas”.

¹⁵³³ Entrevista concedida a autora pelo Dr. Paulo Ferreira da Costa, diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial/IMC, realizada no DIP/IMC, Lisboa 02 de Fevereiro de 2011.

¹⁵³⁴ Autor das obras: Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens (1948), Rio de Onor, Comunitarismo Agro-pastoril (1953) e Os Macondes de Moçambique (1964-70). Resumo de suas atuações: Acedido em 14 de Junho de 2011 em http://www.folclore-online.com/pessoas/aj_dias.html e acedido em 14 de Junho de 2011 em:

[http://www.infopedia.pt/\\$jorge-dias](http://www.infopedia.pt/$jorge-dias)

¹⁵³⁵ Sobre vida e obras de Benjamim Pereira: Acedido em 13 de Junho de 2011 em: http://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2010/04/benjamim-pereira.html.

¹⁵³⁶ Sobre o Museu de Etnografia: Acedido em 14 de Junho de 2011, em: <http://www.mnetnologia-ipmuseus.pt/Museu.html>.

metodológicas da época, que realçaram a essência da Etnologia na valorização das culturas populares, colocando-as ao serviço dos ditames políticos do regime salazarista. Entretanto, a conceção de imaterialidade começa por ser implantada pois,

(...) a partir de 1975 o projeto desta equipa [etnólogos citados anteriormente] vai deixar de estar centrado unicamente na cultura do país, em Portugal e vai ter uma dimensão entre os continentes. Passa a se fazer um museu da etnografia internacionalista em que estivessem documentadas as culturas de todo o mundo e nem sequer apenas das colónias de Portugal. É um museu conhecido em toda a Europa, mas que difere de todos os outros museus de etnologia, porque tem uma visão completamente diferente. (...) Aqui é o único local que se tem representado a cultura de todo o mundo e vê-se logo na década de 1970 expostas culturas que não tinham nada a ver com as colónias de Portugal¹⁵³⁷.

Convém esclarecer que, embora reconheçamos que haja divergência quanto à etnologia e a conceção de património existente como fruto deste passado não pode negar a contribuição que esta equipa de etnólogos e antropólogos deram a história e a memória da(s) cultura(s) portuguesa(s), diante, sobretudo da precariedade com que se depararam em termos de infra-estrutura para percorrer os conselhos e aldeias portuguesas, a fim de promover a recolha de dados e suas respetivas descrições, fosse por intermédio de fotografias, desenhos e objetos. Na verdade são responsáveis pela nova Antropologia portuguesa moderna, que se opunha a Antropologia liderada pelo Estado mencionada anteriormente. E foi a partir dos anos 1950, 1960 e 1970, que projetos de investigação passaram a dialogar com o Património Imaterial. Projetos que foram produzidos em Portugal¹⁵³⁸, pelas universidades, por centros de investigação científica, ou mesmo por investigadores¹⁵³⁹.

Com o movimento cultural iniciado na década de 1980 possibilitou-se a criação do IPPC- Instituto Português de Património Cultural - por intermédio do Decreto Regulamentar N° 34/80, de 02 de Agosto. Em 1985 foi publicada a Lei de Bases do Património Cultural. Entretanto, embora se tratasse de uma lei que tinha base para ser regulamentada, nunca a foi. A ausência de sua regulamentação contribuiu para a falta de estruturas orgânicas do Estado que tivessem a trabalhar

¹⁵³⁷ Idem. O entrevistado afirma o Museu Etnografia portuguesa ser diferente dos outros do mundo, pois diz que “normalmente os museus de etnologia dos países estão divididos em museus da etnologia do próprio país e museu com etnologia de outros países, que tenham relação com os primeiros. [Acrescenta ainda] Geralmente nas grandes cidades se tem o museu das classes populares do país, o museu das classes populares das colónias deste país e o museu regional”.

¹⁵³⁸ A exemplo das obras contemporâneas: Leal, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional.*, Publicações Dom Quixote, Lisboa; Ramos, Manuel J. (Coord.). (2003). *A matéria do património: memórias e identidades.*, Edições Colibri/Dep ANT-ISCTE, Lisboa; Castelo-Branco, Saalwa E., Branco, Jorge F. (Coords.) (2003). *Vozes do povo: a folclorização em Portugal*, Celta Editora, Oeiras e Costa, Paulo F. da (2008). “Discretos Tesouros: Limites à Proteção e outros Contextos para o Inventário do Património Imaterial”, *Revista Museologia. PT*, n° 2, Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, pp. 16-35.

¹⁵³⁹ A exemplo de Cabral, C. M. F. B. (2009). *Património Cultural Imaterial Proposta de uma Metodologia de Inventariação – Documento provisório* -. Dissertação Mestrado em Ciências Antropológicas. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

nesta perspectiva da aplicabilidade prática no domínio do Património Imaterial. Somado a esta vacuidade na legislação patrimonial¹⁵⁴⁰, em 1989 foi extinto o departamento que supostamente seria responsável por esta temática – património imaterial - de acordo com o IPPC. Referimo-nos ao Departamento Etnologia, que no instante da sua extinção, trabalhava com património ecológico e etnográfico.

Percebe-se, portanto, que em Portugal a discussão em torno das diretrizes que deveriam estar presentes nos exemplares para classificar como Património Imaterial, é bastante recente. Em 2001 foi publicada uma segunda Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Lei 107/2001 de 08 de Setembro), que vem ampliar e elucidar as questões relacionadas ao património imaterial, que não ficaram bem explicadas na Lei anterior (13/1985). A lei de 2001 tem dois artigos que definem a questão patrimonial e o termo “tradições populares”, relacionando as “minorias étnicas”, por exemplo. Em relação a referida lei, o Diretor do Departamento de Património Imaterial esclarece,

Contém em si um “embrião” de todos os diplomas que foram publicados [posteriormente] em 2009 e 2010 do regime jurídico. Estes artigos são muito importantes porque trazem um novo paradigma relativamente aos bens móveis e imóveis, e basicamente o património imaterial que a lei diz é algo que está em constante mutação e não pode ser protegido por decreto (...). A única forma de proteger o património que hoje é uma coisa e amanhã é outra, ou pode nem existir, a única forma de proteção é documentarmos. Portanto, é fazermos campanhas fotográficas, de filme, de vídeo, recolhas sonoras de produção de documentação, bem que fiquem (...). Património imaterial é uma coisa tão dinâmica que não podemos dizer que existe um proprietário do bem, como se é um edifício ou um objeto, há estas limitações para atuar sobre este objeto ou sobre este imóvel não podemos fazer isto com uma festa por exemplo, por uma técnica tradicional. Portanto temos que admitir que património imaterial é igual a património etnológico, etnográfico. Não estamos a começar nada de novo¹⁵⁴¹.

No entanto, somente após quase uma década é que foi oficialmente reconhecida a importância do património cultural imaterial pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, que tomou como base a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural, realizada em outubro de 2003, e posteriormente retificada pelo Decreto n.º. 28/2008, de 26 de Março. No decreto de 2009 tem-se em vista a importância do registro do bem cultural como instrumento jurídico, e instituiu-se a criação da comissão de análise desses bens a partir das classificações. Porém, apenas em 2010 foi instituída a metodologia necessária para a apresentação dos inventários através da Portaria n.º

¹⁵⁴⁰ Sobre a legislação do património imaterial ver: Claro, João M.. Aspectos Jurídicos do Património Imaterial. Em: *Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades* cit..., pp. 141-151.

¹⁵⁴¹ Entrevista concedida a autora pelo Dr. Paulo Ferreira da Costa, diretor do Departamento de Património Imaterial/IMC, realizada no DIP/IMC, Lisboa 02 de Fevereiro de 2011.

196/2010 de 09 de Abril. Todavia ao fazermos esta breve retrospectiva histórica à política patrimonial lusa, percebemos que, apesar de se tratar de um debate atual, este foi consolidado em “bases firmes”.

Contudo, foram os documentos regulamentados posteriores a Lei n.º 13/1985 e a Lei n.º 107/2001 de 08 de Setembro que definiram melhor a conceção conceitual, e também os critérios, e concederam a instrumentalização necessária para a efetivação do pedido de registro. Referimo-nos aos diplomas de 2009 e 2010. Em relação ao primeiro documento, o decreto de lei n.º 139/2009, que ao mesmo tempo em que da continuidade ao disposto da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, estabelece esclarecimentos acerca do regime de proteção e valorização do património cultural, em conformidade ao direito Internacional, nomeadamente as determinações originadas da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adaptada na 32.ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 17 de Outubro de 2003. Tal documento ratifica o Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de Março.

Reconhece-se a importância do património cultural imaterial na articulação com outras políticas sectoriais, e na própria internacionalização da cultura portuguesa, e estabelece-se, de forma pioneira, um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem. Valoriza-se, assim, o papel que a vivência e reconhecimento do património cultural imaterial desempenham na sedimentação das identidades coletivas, a nível local e nacional, ao mesmo tempo que se propicia um espaço privilegiado de diálogo, conhecimento e compreensão mútuos entre diferentes tradições. É precisamente o reconhecimento da importância e diversidade do património cultural imaterial enquanto fator essencial para a preservação da identidade e memória coletivas das comunidades e grupos, bem como da relevância do papel desempenhado por estes nos processos de representação e transmissão do conhecimento, que norteia o regime jurídico de salvaguarda desenvolvido pelo presente decreto-lei. [refere-se ao decreto como instrumento que possibilita respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos]¹⁵⁴².

Para além destas questões mencionadas, o Decreto ainda esclarece os procedimentos, como os critérios que devem estar em conformidade com requisitos fundamentais impostos pela Convenção da UNESCO de 2003, para possíveis candidaturas à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e à Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente, para a composição do processo de inventariação a ser desenvolvida pelo Estado, por

¹⁵⁴² Cabral, C. B. (2009, Novembro). A Convenção da Unesco: inventários e salvaguarda. Em: *Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*: publicação das Actas do Ciclo de Colóquios. pp. 125-139. Acedido em 14 de Junho de 2011, em: http://bdjur.almedina.net/sinopse.php?field=node_id&value=1471356.

intermédio das direções regionais de cultura, bem como institui a Composição da Comissão para o Património Cultural Imaterial e suas competências¹⁵⁴³.

O segundo documento é a Portaria n.º 196/2010 de 09 de abril¹⁵⁴⁴, que dar prosseguimento as determinações acerca do processo do inventário, dotando o candidato da instrumentalização necessária para o encaminhamento do processo. Nomeadamente todas as instruções necessárias tanto para o preenchimento do formulário eletrónico, como também os procedimentos no processo de arquivamento caso o pedido não esteja em conformidade com o que está determinado pelos critérios expostos nos documentos supracitados.

Contudo, é com base no decreto-lei aludido que percebemos as feiras contemporâneas minhotas investigadas como prováveis detentoras do registro de património imaterial. Isso porque consideramo-las como lugares que desenvolvem a prática comercial financeira¹⁵⁴⁵ e também aglutinam características que correspondem aos domínios de abrangência do registro. Referimo-nos aos cinco componentes do item 2, do artigo 1.º, capítulo 1 do decreto-lei:

O presente decreto -lei abrange os seguintes domínios: *a)* Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; *b)* Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; *c)* Práticas sociais, rituais e eventos festivos; *d)* Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; *e)* Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais¹⁵⁴⁶.

Já em relação ao preenchimento dos campos da ficha do inventário, presentes na Portaria mencionada anteriormente, consideramos que, de acordo com os elementos presentes nas feiras investigadas, estas não se adequam apenas em uma categoria de identificação, mas em doze das vinte e nove apresentadas como lugar de domínio para o registro. Nomeadamente “Cozinha, alimentação e estimulantes; Corpo, vestuário e adornos; Medicina e saúde; Criação e utensílios de animais; Festividades cíclicas; Atividades transformadoras; Rituais coletivos; Espetáculo e divertimento;

¹⁵⁴³ Ver documento completo, Decreto-Lei n.º 139/2009, *Diário da República*, 1.a série- N.º 113, 15 de Junho de 2009, p. 3647. Acedido em 14 de Junho de 2011, em

http://www.portaldacultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/MinisterioCultura/Legislacao%20Cultural/DL139_2009%20Regime%20Juridico%20de%20Salvaguarda%20do%20Património%20Cultural%20Imaterial.pdf

¹⁵⁴⁴ Ministério da Cultura; Portaria n.º 196/2010 de 9 de Abril, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 69 — 9 de Abril de 2010 p. 1163-67, Acedido em 14 de Junho de 2011, em: <http://www.drclvt.pt/multimedia/Portaria%20196-2010.pdf>,

¹⁵⁴⁵ Pois se tivesse apenas esta contribuição comercial, diante do reflexo financeiro que lhe é peculiar não poderia ser classificada como património imaterial de acordo com as determinações que regem a Convenção da Unesco de 2003. No entanto, as feiras extrapolam esta característica.

¹⁵⁴⁶ Decreto-Lei n.º 139/2009, *Diário da República*, 1.a série- N.º 113, 15 de Junho de 2009, p. 3647. Acedido em 14 de Junho de 2011, em

http://www.portaldacultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/MinisterioCultura/Legislacao%20Cultural/DL139_2009%20Regime%20Juridico%20de%20Salvaguarda%20do%20Património%20Cultural%20Imaterial.pdf

Manifestações artísticas correlacionadas”¹⁵⁴⁷, de acordo com as características emblemáticas culturais e imateriais¹⁵⁴⁸ que são peculiares em seus respetivos universos.

Assim como ocorre em relação ao Brasil, é prerrogativa para que um bem seja reconhecido como imaterial nacionalmente, a ratificação de primeira da comunidade acolhedora deste bem. Tendo em vista, se faz necessário sua salvaguarda, além de representar a comunidade. Esclarecemos ainda que, apesar de observado neste estudo, a possibilidade de estas feiras minhotas investigadas tornarem-se património imaterial, faz-se necessário um estudo mais aprofundado no tema proposto. Sugerimos que se faça por qualquer um dos, ou por todos os grupos interessados na salvaguarda destes comércios tradicionais, que citaremos mais adiante. Ratificamos a afirmação de que em Portugal não existe nenhum estudo sobre este tema, diferentemente do Brasil, daí a importância de o fazê-lo o quanto antes, sob pena delas – as feiras – desaparecerem, assim como aconteceu há muitos mercados, a exemplo do Mercado do Anjo, no Porto, na segunda metade do século XX, deixando apenas saudades como referiu o anúncio da reportagem:

O assunto de hoje é muito capaz de provocar uma lagrimazinha de saudade em algum leitor mais antigo. Proponho-me a falar do desaparecido Mercado do Anjo e é minha convicção de que há por aí muita gente, ainda rija e fera, que se lembra desse popular mercado citadino que até o tenha frequentado (...)¹⁵⁴⁹.

Neste sentido, relacionando a temática da feira como bem cultural, a partir da análise das fontes investigadas, sobretudo as orais, admitimos que a comunidade diretamente envolvida (feirantes e fregueses) gostaria que as feiras fossem mantidas, carecendo portanto sua preservação. O mesmo ocorre com outras pessoas, grupos e entidades que mantem relação indireta com as feiras minhotas¹⁵⁵⁰, sobretudo, órgãos públicos (Câmaras) e privados (Turismo).

¹⁵⁴⁷ Ministério da Cultura; Portaria n.º 196/2010 de 9 de Abril, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 69 — 9 de Abril de 2010 p. 1165, Acedido em 14 de Junho de 2011, em: <http://www.drclvt.pt/multimedia/Portaria%20196-2010.pdf>

¹⁵⁴⁸ No decorrer deste texto discorreremos sobre estas características que justificam a relação que fazemos entre as feiras minhotas e património imaterial.

¹⁵⁴⁹ Silva, G. (2010, 25 de Abril). O Mercado do Anjo foi um dos lugares mais movimentados e mais típicos da cidade. *Jornas de Notícias*. Lisboa.

¹⁵⁵⁰ Podendo se estender a feiras de outras regiões de Portugal. Entretanto para que esta afirmação seja concedida nestas outras áreas faz-se necessário um estudo mais aprofundado. No caso deste, como é sabido foram investigadas as feiras minhotas portuguesas.

Interesses múltiplos na política de preservação patrimonial: Poder Público, Turismo Cultural e Sociedade Civil (feirantes e fregueses)

Poder Público: mais interesse económico e menos político

Sabemos que as Câmaras municipais competem a responsabilidade para com a infraestrutura das feiras, uma vez sendo reconhecida como Património Imaterial Nacional existe a possibilidade desta entidade Pública municipal receber verbas do orçamento, seja da União, ou de entidades privadas [Turismo, por exemplo] para que a sustentabilidade seja garantida. Além disso, percebemos que diferentemente das feiras nordestinas brasileiras, sobretudo a campinense e a soteropolitana, todas as feiras minhotas, semelhante a caruaruenses, pagam taxas de ocupação aos cofres municipais. Facto que gera receita semanal. A continuidade deste bem representa a segurança desta entrada de capital: “Todas as feiras são importantes. Porque se acabar as feiras o que vai ser de nós? E de muitas Câmaras. Porque muitas Câmaras vivem com as feiras”¹⁵⁵¹; “ (...) com oitocentos feirantes cadastrados, arrecadando a Câmara, vinte cinco mil euros por feira”¹⁵⁵².

Façamos uma breve demonstração destes rendimentos tomando como exemplo os valores arrecadados pela Câmara por ocasião da feira semanal de Vila do Conde, tendo em vista que esta entidade nos concedeu os valores correspondentes a todo o período deste estudo. Observemos na tabela a seguir que as importâncias se apresentam de maneira crescente a cada ano, iniciando em 1986, por exemplo, com o valor de 28.987,96 \$ e terminando (2007) com o valor de 305.014,61€.

¹⁵⁵¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Bela, feirante em Vila do Conde, em 21 de Dezembro de 2007.

¹⁵⁵² Entrevista concedida à autora pelo fiscal municipal há mais de 30 anos, Sr. António Martins, em 10 de Dezembro de 2007, na Câmara municipal de Ponte de Lima.

Tabela 72 – Arrecadação anual da Feira para a Câmara Municipal Vila do Conde (1986-2007)

ANO	VALOR
1986	28.987,96\$
1987	31.416,36\$
1988	31.616,36\$
1989	31.856,72\$
1990	31.889,87\$
1991	105.039,56\$
1992	131.879,52\$
1993	139.671,14\$
1994	173.710,95\$
1995	179.682,02\$
1996	199.790,56\$
1997	140.621,09\$
1998	154.196,05\$
1999	191.416,12\$
2000	236.778,18\$
2001	262.956,23€
2002	258.365,53€
2003	263.657,29€
2004	272.772,24€
2005	259.207,40€
2006	279.697,69€
2007	305.014,61€

Fonte: Informação concedida por meio do ofício n. 106/11, de 05/01/2011 da Diretoria do Departamento Administrativo e Financeiro, da Câmara Municipal de Vila do Conde

No caso da Feira semanal de Barcelos, o aumento contínuo do valor arrecadado repete-se. A tabela abaixo apresenta os valores no mesmo período da Feira de Vila do Conde, mas em anos alternados. Com o propósito ilustrativo segue imagem de um fiscal camarário recebendo a taxa por ocupação do solo de uma feirante na década de 1960 na Feira de Barcelos. Isto para mostrar que a realização das feiras sempre tiveram este elemento agregado – receita – para as Câmaras.

Tabela 73 – Arrecadação anual da Feira para a Câmara Municipal Barcelos (alguns anos do período 1986-2007)

ANO	VALOR
1986	22.257,486\$
1988	45.879.908\$
1997	78.299.222\$
1999	86.354.242\$
2003	454.568€
2004	461.059€
2005	465.108€
2006	473.458€
2007	479.462€

Fonte: Informação concedida por meio do ofício n. 903/08, de 29/01/2008 da Chefia de Divisão de Administração Geral e Atividades Económicas, da Câmara Municipal de Barcelos

Figura 72 – Oficial das finanças da Câmara de Barcelos ao cobrar a taxa de ocupação do espaço na Feira de Barcelos (1963)



Fonte: Ribeiro, Margarida. (1964). *Notas e comentários sobre feiras e mercados*. Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia da Sociedade, Geografia de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Lisboa, p. 16.

Embora tenhamos constatado ser de interesse do Poder Público municipal a salvaguarda das feiras, pelo aspecto económico que representa para os cofres públicos municipais, o facto de elas acontecerem de maneira itinerante, se não vem comprometer a arrecadação financeira, contribui para

que, do ponto de vista político, o governo não tenha interesse¹⁵⁵³ em proporcionar-lhe melhorias em infraestrutura, por exemplo, pois esta ação não recorre em visibilidade política, com retorno no número de votantes, uma vez que a maior parte dos feirantes, por não serem moradores da cidade não representam eleitores. Sabemos, que este tipo de entendimento valorativo consiste em um grande equívoco. Pois fazer investimentos nas feiras representa um melhoramento no cenário e traz, também, o engrandecimento económico, social e cultural da cidade, no caso destas três que compõem o presente estudo da sede dos respetivos Concelhos. Esta problemática fora evidenciada pelo Presidente da Associação dos feirantes do Distrito do Porto, Associação que representa as feiras da região norte: “Tem Câmaras que tem feito um bom trabalho, e outras acham nossa atividade como secundária. Aqui em Portugal se tem o hábito de não dar valor ao nosso trabalho, porque os feirantes não são votantes. Mas têm muitas pessoas que são do próprio Concelho, e depois, eles [Câmara] tem que ver a feira como um todo”¹⁵⁵⁴.

Entretanto, de acordo com o discurso empreendido pela gestão municipal da Feira de Vila do Conde, que tem uma representação de “Os feirantes de Vila do Conde são 18% do total”¹⁵⁵⁵, percebe-se que a arrecadação financeira mostra a dimensão da importância deste comércio tradicional para a cidade e para o Concelho, no instante em que a descreve como sendo:

A Câmara arrecada hoje 25 mil euros por mês. Não é muito significativo assim. Entretanto para o comércio local é importante. Porque Vila do Conde não tem tanto comércio assim, diferente das demais cidades, como Póvoa [refere-se ao município vizinho Póvoa do Varzim] por exemplo que tem cassino etc. Além disso vemos que existe a dimensão social¹⁵⁵⁶.

Interesse turístico

As feiras portuguesas são uma constante nas aldeias, freguesias, cidades. Semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente se realizam. Em dias de feira os lugares que as cediam se transformam. Esta mutação se faz presente não apenas pela presença dos feirantes e compradores locais, mas também diante do comparecimento dos fregueses oriundos das aldeias pertencentes ao

¹⁵⁵³ Se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre este aspecto para se perceber se este facto é procedente ou trata-se apenas de uma hipótese. Pois no caso do Brasil é evidente, como foi mencionado no item 8.1 deste texto, que as feiras são espaços de disputa e de interesse político, “colégio” eleitoral. Facto que propicia o interesse dos agentes políticos e demonstram isto por meio das ações não só de investimento pela situação, mas também de “cobrança” pelos opositores.

¹⁵⁵⁴ Entrevista concedida à autora pelo Presidente da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, Sr. Joaquim Santos, Feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

¹⁵⁵⁵ Pesquisa dos visitantes a feira semanal de Vila do Conde nos períodos sazonais (Novembro de 2009 a Fevereiro de 2010 e Março a Outubro de 2010) pela Câmara Municipal.

¹⁵⁵⁶ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

Concelho, sendo ou não do Distrito, da região e muitas vezes originários de outros países. O dia de feira pode até ser considerado como um dia efémero, no entanto é um dia aplausível no sentido de possibilitar o diálogo intercultural entre pessoas de proveniências diferentes. As maneiras de apresentação visual (no vestir) e sonora (no falar) já foram esclarecidas anteriormente quando destacamos a pluralidade, “desterritorialização” e o hibridismo identitário e cultural que, as feiras fomentam¹⁵⁵⁷. No entanto, chamamos atenção para o facto de que esta multiplicidade de sujeitos nos mercados tradicionais na atualidade é possível em função dos interesses múltiplos destes visitantes em se fazerem presentes nas feiras, e, portanto, do interesse comum em sua continuidade exequível com a preservação. Haja vista que, se para os feirantes as feiras representam lugar de trabalho e portanto vê-se a “provável” obrigatoriedade de se fazerem presentes, para os fregueses turistas, ao contrário, estar nas feiras é algo voluntário. Poderiam estar em outro lugar, eleger outro roteiro, no entanto decidem por elas. Muitas vezes em repetidos momentos, a cada férias, por exemplo. Um visitante à Feira de Vila do Conde por ocasião das suas férias descreve com entusiasmo a visita e observa a importância da feira a partir dos também visitantes pertencentes ao Concelho de Vila do Conde que vão a feira se abastecer de mantimentos:

Corria o mês de Outubro do ano de 1975, época das vindimas (...) que estando a passar férias habituais na povoação rural de Moreiró (Labruge), fui de longada até Vila do Conde. Dia maravilhoso de sol e em demasia aquecido para a estação outonal. Andava com desejos de dar uma volta pelo recinto da feira semanal, como é de costume nas férias. (...) A Feira de Vila do Conde, sem favor, pelo que foi me dado a observar, deve ser uma das principais, senão mesmo a principal, aqui do Norte, razão evidente da influência de povo que, vindo de muitas léguas em redor, ali ocorre, pressuroso, às sextas-feiras. (...) Quando o grande veículo ali chegou [refere-se a paragem da camioneta], já de baixo vinha com lotação completa. Portanto todo aquele povo (sobraçando pacotes, sacas, cestas, e diversos utensílios domésticos e agrícolas) teve de acomodar-se de pé, sobremaneira comprimido, na coxia e no espaço livre da retaguarda¹⁵⁵⁸.

Este escolher e visitar os lugares é uma característica do Turismo. Entendendo que “ O turismo é, nos dias de hoje, o grande veículo de contato de culturas, o instrumento privilegiado das relações interpessoais entre ‘ nós ’ e os ‘ outros, o elo potencial de ligação com estranhos, forasteiros, hóspedes e estrangeiros”¹⁵⁵⁹. Percebe-se que no caso das feiras os visitantes não o fazem de maneira

¹⁵⁵⁷ Referimo-nos ao capítulo 6 desta tese, nos itens: Feira lugar “desterritorializado”: origens plurais dos feirantes e fregueses e Identidades híbridas de feirantes e fregueses, pp. 237-308.

¹⁵⁵⁸ Maçal, H (1982, 18 de Fevereiro). Recordação de uma visita a Vila do Conde em dia de feira semanal. *Jornal de Vila do Conde*. Vila do Conde.

¹⁵⁵⁹ Costa, H. V. (1998). Artes e ofícios tradicionais: um fator fundamental do desenvolvimento local; uma componente genuína do turismo cultural. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo*; Org. Escola Superior de Educação de Portalegre. Pintassilgo, J. e Teixeira, M. A. (1998). (atas &colóquios; 14). Edições Colibri, Lisboa, p. 113, apud:

distanciada dos feirantes e das características das feiras em si. Ou seja, existe uma relação de aproximação entre os sujeitos em função, sobretudo, de dois aspectos: primeiro pela performance dos feirantes propiciar este diálogo – aproximação – no instante em que interagem com os fregueses ao oferecer, por exemplo, as suas mercadorias; e em segundo lugar pela tendência do turismo na contemporaneidade que não mais percebe o património como algo “intocável”, sobretudo tratando-se do turismo cultural. Este busca promover a relação entre o conhecido e o desconhecido, até para valorizá-lo e possibilitar a preservação do património. A convivialidade é a característica primordial neste processo:

Ora a Fruição cultural é, um produto turístico como qualquer outro e que, como tal, obriga a que seja oferecido ao visitante de forma a poder ser diretamente consumido. Por outras palavras, cada conjunto arquitetónico, cada monumento, cada tradição, necessitam de ser transformados em algo que possa ser apreendido e assimilado/fruído. (...) Enquanto para o comum dos produtos do mundo moderno estes se deslocam até o consumidor, neste tipo específico de fruição do património cultural e ambiental é o consumidor que se desloca até ao produto (...), baseada na convivialidade, bem como na partilha das tradições que caracterizam cada região pode ser mais adequada. Aproxima-se o anfitrião do visitante e entendem-se de forma a fazer com benefício para ambas as partes¹⁵⁶⁰.

Partindo do entendimento conceitual do turismo, como fruição e sua relação com o Património Cultural, vemos as feiras nesta conjuntura como um bem patrimonial. Tendo em vista que o património passa a ser considerado na atualidade, em Portugal, no Brasil e em todo o mundo, não apenas as edificações ou espaços ambientais e paisagísticos, mas sobretudo uma representação das tradições que corroboram para as representações culturais e identitárias dos povos.

Que não se fique porém com a ideia de que património cultural se refere apenas ao conjunto de monumentos arquitetónicos. Também constituem património cultural os antigos costumes ligados às fainas produtivas que determinaram as artes e ofícios tradicionais, os instrumentos de trabalho, as formas e objetos de culto religioso, de instrução ou de recreio, as múltiplas atividades, antigas e tradicionais ou mais recentes, que designamos por `manifestações culturais ou artísticas` (teatros, cantos, danças, feiras, romarias, etc.), tudo isto faz parte do acervo que constitui o património cultural, no qual se inclui o património artístico. (...) A cultura e o património cultural marcam a identidade de um povo. Para evitar que esta identidade se perca, considerando a vulnerabilidade e mutabilidade a que está sujeita, é necessário promover a defesa e preservação do património cultural¹⁵⁶¹.

Ramos, Francisco M.(1992). O turismo, a economia e a felicidade: Marvão e a arqueologia do desejo, Em: IBN MARUAN-*Revista Cultural do conselho de Marvão*, nº 2, pp. 195.

¹⁵⁶⁰ Runa, L. e Rodrigues, M. J. Turismo e fruição cultural. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo* cit..., p. 73.

¹⁵⁶¹ Costa, H. V. (1998). Artes e ofícios tradicionais: um fator fundamental do desenvolvimento local; uma componente genuína do turismo cultural. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo*; Org. Escola Superior de Educação de Portalegre.

Percebe-se, no entanto, que na contemporaneidade, em Portugal, o turismo cultural não é algo novo. O próprio Alexandre Herculano, no século XIX, já preconizava em relação aos romeiros da arte da capital dos monumentos. Mas fora sobretudo na década de 1970 do século passado, que este entendimento sobre o conceito de turismo cultural e sua relação com a preservação patrimonial ganhou maior visibilidade, por meio da Carta do Turismo Cultural, estabelecida em Bruxelas, “definindo-o como: (...) aquela forma de turismo que tem por objeto, entre outras a descoberta dos monumentos e locais de interesse. Exerce nestes um efeito positivo, na medida em que contribui - para satisfazer os seus próprios fins- para a sua preservação e proteção”¹⁵⁶². Assim sendo, a relação entre turismo cultural e património cultural é recíproca, há existência de uma influência diretamente na continuação do outro. É biunívoca na medida em que de um lado tem-se “o património como ponto fundamental da oferta turística de qualquer país ou região; a emergência de novos interesse e de um turista mais exigente e informado”; do outro lado “Viajar significa frequentemente um enriquecimento que se obtém no contacto e na fruição dos bens patrimoniais que identificam um local e uma cultura” Assim sendo, “De alguma forma o património ‘alimenta’ o turismo e a relação entre ambos é estreita e definitiva”¹⁵⁶³. Desta maneira, faz-se necessário o reconhecimento do bem cultural como de valor turístico para que a preservação aconteça e assim ambos possam se manter.

O turismo ao dar a conhecer o património salvaguarda-o e traz-lhe benefícios económicos que ajudam à sua conservação; O valor do património transcende os usos turísticos que dele se possam fazer, pelo que importa acautelar os riscos de adulteração e de degradação; Como legado e pertença de todos o património é componente indissociável da identidade e da memória coletiva; Há que estabelecer a relação entre o turismo e o património na base do denominado desenvolvimento sustentável¹⁵⁶⁴.

As feiras, neste sentido, representam, ao nosso entender, a “Recuperação e preservação do património histórico, cultural e ambiental, como elementos fundamentais da oferta básica, em termos de integração na composição de novos produtos emergentes”¹⁵⁶⁵. Nesta perspectiva, refletimos sobre a questão: Qual tem sido a relação entre o turismo cultural e as feiras minhotas?

¹⁵⁶² Bucho, D. A. (1986) Turismo e Património: Que relação? Em: Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo. pp. 80-81. Apud: “Carta do Turismo Cultural”. Em: Textos internacionais sobre a Preservação e valorização do Património. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, Açores, V. XLIV, p. 34 ss.

¹⁵⁶³ Silva, José S. (2010) Recuperação e revitalização dos fortes costeiros. Que viabilidade? Em: *Apresentação no 2º Encontro do Litoral – Litoral Norte-Galiza*, Polis Litoral Norte (org). 24 e 25 de Novembro de 2010, Viana do Castelo, slides 2. Acedido em 17 de Junho de 2011, em: www.polislitoralnorte.pt/doc.php?co=135

¹⁵⁶⁴ IBIDEM, slide 3.

¹⁵⁶⁵ Silva, J. S. (2010) Recuperação e revitalização dos fortes costeiros. Que viabilidade? Em: *Apresentação no 2º Encontro do Litoral – Litoral Norte-Galiza*, Polis Litoral Norte (org). 24 e 25 de Novembro de 2010, Viana do Castelo, slides 2. Acedido em 17 de Junho de 2011, em: www.polislitoralnorte.pt/doc.php?co=135.

Sabemos que as feiras minhotas portuguesas estão presentes nos roteiros turísticos das cidades, divulgados pelas Câmaras. Se a disponibilidade em visitar Barcelos, por exemplo, for a quinta-feira, o roteiro apresenta como dica a feira semanal, é o que sugere o roteiro Barcelos Património e Lazer - dicas para visita - Turismo do Porto e Norte de Portugal: “DICAS, MANHÃ -MORNING aconselhável à 5ª feira advisable on Thursday SEN TIR O MINHO FEEL THE MINHO -Feira Semanal de Barcelos (Weekly Market) ”¹⁵⁶⁶. Sobre a feira de Barcelos, outro roteiro produzido também pelo Poder Municipal esclarece sua importância história e cultural: “Uma das mais mediáticas feiras do País é a Feira de Barcelos. Realizada semanalmente, às quintas-feiras, constitui uma tradição já antiga. Rica em cor, artesanato e diversidade de produtos regionais, esta feira é um evento importante e determinante para a vida da cidade e do Concelho (...) ”¹⁵⁶⁷; A vereança do Turismo e Artesanato atual na mesma direção diz: “A feira já é por virtude um dos pontos turísticos para o Concelho de Barcelos, temos o artesanato, o galo de Barcelos é reconhecido mundialmente (...) ”¹⁵⁶⁸. Não se sabe ao certo o número de turistas que visitam a feira barcelense, mas considerando todos os atrativos que a cidade oferece, para além da feira semanal, as festas populares e a rota de caminho para Santiago de Compostela, tem reunido um número elevado de turistas nas últimas duas décadas: “em 1998 – 45.802 visitantes; 1999 – 48.484 Visitantes; 2000 – 61.154 visitantes”¹⁵⁶⁹. Estes turistas são provenientes de vários sítios, seja a nível ibérico, como europeu, extra europeu e nacional. Na sequência verifica-se levantamento do número de visitantes em 2009 (49.281) e 2010 (41.553), com a demonstração de valor total de suas procedências em todos os meses do ano:

¹⁵⁶⁶ Acedido em 16 de Junho de 2011, em <http://www.cm-barcelos.pt/visitar-barcelos/barcelos/TipsforyourvisitDicasdevisita2.PDF/view>,

¹⁵⁶⁷ Câmara Municipal de Barcelos (2007). Festas, Feiras e Romarias. Em: *Barcelos Roteiro turístico*, Coordenação e Produção Mediana, SA, Porto, p. 86. Apud: Almeida, Carlos A. F. de (1990) Barcelos: Cidades e Vilas de Portugal. Editorial Presença, Lisboa pág. 85. Acedido em 16 de Junho de 2011, em: http://www.cm-barcelos.pt/visitar-barcelos/barcelos/Guia_pt.pdf. E ainda: IPPAR- Instituto Português do Património Arquitetónico e Modelo. MC- Ministério da Cultura Norte (2007). Festas e Feiras, Feira de Barcelos. Em: *Guia das maravilhas de Portugal 30 Grandes cidades e seus arredores*. Impressão Heska Portuguesa, SA. Lisboa, p. 17.

¹⁵⁶⁸ Entrevista concedida à autora pelo Dr. Sérgio Pires, vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

¹⁵⁶⁹ Idem.

Tabela 74 – Demonstrativo de quantitativo e procedência visitantes em Barcelos (2009-2010)

	ANEIRO	EVEREIRO	ARÇO	BRIL	AIO	UNHO	ULHO	GOSTO	ETEMBRO	UTUBRO	OVEMBRO	EZEMBRO	total 2009
total fora da Europa	19	9	4	51	36	48	75	23	68	89	14	6	072
total Europa	07	51	72	23	055	390	709	247	668	27	31	6	9556
total Espanha	0	6	34	48	711	78	79	865	74	33	4	27	929
total Portugal	81	84	70	859	961	920	167	773	096	04	33	76	9724
total visitantes nacionais e internacionais	57	40	260	781	0063	036	330	0308	706	053	172	175	9281
	ANEIRO	EVEREIRO	ARÇO	BRIL	AIO	UNHO	ULHO	GOSTO	ETEMBRO	UTUBRO	OVEMBRO	EZEMBRO	total 2010
total fora da Europa	02	31	63	69	82	64	96	55	51	52	7	4	436
total Europa	1	8	63	201	308	190	958	522	092	256	41	36	8756
total Espanha	1	1	59	01	30	15	34	633	37	62	15	15	543
total Portugal	06	27	11	077	890	550	710	927	368	160	60	32	3818
total visitantes nacionais e internacionais	70	027	896	048	410	219	998	437	548	330	213	57	1553

FONTE: Rodrigues, Nuno (Coord.). (2010, 11 de Fevereiro). *Breve consideração estatística sobre o ano turístico*. Câmara Municipal de Barcelos, p. 33. (Adaptado para este estudo)

Não diferente em Ponte de Lima. O Turismo da Câmara Municipal divulga a feira quinzenal anexada ao texto fotografias e o calendário anual onde as pessoas podem programar suas viagens a partir da periodização da feira. Sobre o texto destaca,

O tempo não acabou com esta tradição e quinzenalmente, às segundas-feiras (o povo chama às outras solteiras), na margem esquerda do rio, a feira mais antiga de Portugal, obrigatoriamente, continua a cumprir-se. Vir mercar nas ruas artificiais criadas entre as tendas do areal é uma experiência única para quem quiser viver um pouco do que resta dos velhos hábitos medievais, pelo que não pode nem deve deixar de o fazer¹⁵⁷⁰.

A feira semanal de Vila do Conde, assim como as outras citadas, também encontra-se disponibilizada da página da Câmara Municipal no sítio do turismo¹⁵⁷¹, juntamente com as demais feiras realizadas neste município. Inclusive feiras vinculadas aos eventos e festas, como a Feira dos Vinte ou Feira dos Namorados, a realizar-se no início de cada ano, por exemplo. O Poder Público municipal fez um estudo da visitação à feira semanal em períodos sazonais, nomeadamente nas férias. “A feira de

¹⁵⁷⁰ Acedido em 16 de Junho de 2011, em: [http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=OLOD&palavra=Feira Quinzenal](http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=OLOD&palavra=Feira%20Quinzenal). E ainda: Material impresso pela Câmara Municipal, distribuído no Posto de Turismo local, com os atrativos do concelho, entre eles a Feira quinzenal. Ver: Ponte de Lima Terra Rica da Humanidade.

¹⁵⁷¹ Acedido em 16 de Junho de 2011, em: http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=30323.

Vila do Conde na época do verão acolhe muita gente. Realizamos no ano passado uma pesquisa e para verificar este fluxo¹⁵⁷². Os números dispostos na tabela a seguir evidenciam a pesquisa:

Tabela 75 – Entrada de pessoas na Feira semanal de Vila do conde em períodos sazonais

ENTRADA	DAS 08 ÀS 10 HRS.	DAS 10 ÀS 12 HRS.	DAS 13 ÀS 15 HRS.	DAS 15 ÀS 17 HRS.	SUB-TOTAL
Praça de S. João	1234	1129	1046	387	3796
Rua 5 de Outubro - lado Sul	141	154	181	167	643
Rua Conde D. Mendo	777	858	732	320	2687
Rua N ^a . Sr ^a . de Fátima	181	113	158	87	539
Rua 5 de Outubro - lado Norte	134	106	105	94	439
Total	2467	2360	2222	1055	8104
MÉDIA DE ENTRADA POR HORA					1013
MÉDIA DE ENTRADA POR HORA DA MANHÃ					1207
MÉDIA DE ENTRADA POR HORA DA TARDE					819

Fonte: Pesquisa dos visitantes a feira semanal de Vila do Conde nos períodos sazonais (Novembro de 2009 a Fevereiro de 2010 e Março a Outubro de 2010) pela Câmara Municipal.

As feiras realizadas durante períodos sazonais, como festejos religiosos ou profanos, têm ganhado uma maior visibilidade. Referimo-nos as feiras “francas”, que geralmente são anuais e se realizam por ocasião de eventos tradicionais, a saber: a mencionada anteriormente, Feira dos Vinte em Vila do Conde (realizada desde 1939, no dia 20 de janeiro) também conhecida como Feira dos Namorados, feira de São Sebastião, ou feira de Santo Amaro, pois este evento tende a fechar o ciclo das festas realizadas em Vila do Conde e nas freguesias pertencentes a este concelho, realizadas durante o mês de janeiro, as romarias de Santo Amaro em Labruge e Vila do Conde, a festa de São Gonçalo em Mosteiró e a festa de São Vicente em Tougues¹⁵⁷³.

Em Barcelos a festa das Cruzes realiza-se desde 1500, durante uma semana do mês de Maio, e junto com ela a Feira anual: “Não há quem venha à Festa das Cruzes e não passe pelo Campo da Feira, ponto nevrálgico da festa, onde todos os anos se instala um enorme parque de diversões onde afluem milhares de pessoas, seja para uma volta nos ‘carrinhos’ ou para comer uma bifana nas ‘barraquinhas’ ”¹⁵⁷⁴.

¹⁵⁷² Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

¹⁵⁷³ Câmara Municipal de Vila do Conde (2001, Junho) Vila do Conde. Festas, Feiras e Romarias. *Boletim municipal*, Vila do Conde, pp. 4-5. E ainda: Neves, J. P. (1991). Mercados e feiras francas. Em: *Vila do Conde*, p. 64-70 e (2001, Janeiro) A “Feira dos Vinte”, *Boletim municipal*, Vila do Conde, p. 8.

¹⁵⁷⁴ Faria, R. (coord.) Especial Festa das Cruzes (2010, 22 de Abril). 500 Anos de tradição. Lenda das cruzes de Barcelos. Apud: Infopédia Porto: Porto Editora, 2003-2010. *Barcelos popular*, Porto, p. 13.

E em Ponte de Lima, entre todas as festas e feiras¹⁵⁷⁵, destacamos as Feiras Novas realizada há 185 anos, durante três dias no mês de Setembro. Sobre sua origem verificamos “O ano de 1826 é particularmente importante para Ponte de Lima, por ser o primeiro das Feiras Novas; (...) É nesse ano que são autorizadas as Feiras Novas, naturalmente assim designadas pelo povo no seu início, por serem novidade e para as diferenciar das velhas feiras quinzenais”¹⁵⁷⁶. Relevante perceber que se a sua origem fora para diferenciar das feiras quinzenais, na atualidade a realização desta feira se dá na continuidade na quinzenal. “As Feiras Novas são também [refere-se a atualidade] consideradas de grande interesse turístico, tendo sido já objeto de tratamento televisivo”¹⁵⁷⁷. A partida com os mesmos feirantes, se estendendo para aqueles que se interessem em participar da festa e adiram com pagamento de taxas a Câmara.

Aproveitando a grande aceitação e vocação que Portugal tem para o turismo, pois “em termos de Europa Comunitária é o país onde o setor tem crescido rapidamente (...). Em termos nacionais o turismo possui uma contribuição de cerca de 8% para o PIB e é responsável por empregar, de uma forma direta, cerca de 300 mil trabalhadores”¹⁵⁷⁸; sabendo da procura nas emergentes formas de Turismo Urbano que tem-se expandido, em Portugal e na região minhota, sugerimos uma atenção especial por parte do Poder Público e privado em relação as feiras periódicas na região minhota. Para além das feiras tradicionais relacionadas, nas festas faz-se necessário um maior investimento nas feiras periódicas, pois estas podem também ser consideradas como produto a ser “explorado” pelo turismo cultural. Esta iniciativa, ao nosso entender, repercutirá não só em sustentabilidade, mas também na continuidade destas, mediante a preservação estabelecida na relação biunívoca evidenciada anteriormente. Os frequentadores reconhecem a dimensão valorativa que as feiras periódicas do Noroeste possuem como vocação turística,

A gente vê exposta muitas coisas da região. Aqui tem muita coisa do Minho. Quando vem pessoas de fora levam coisas para oferecer¹⁵⁷⁹; Muito turística [se refere a Feira

¹⁵⁷⁵ Para além das feiras quinzenais divulgadas nos calendários em todas as estações do ano. No verão de 2011 por exemplo a agenda cultural editada pela Câmara Municipal, divulga a realização dos eventos, festas e feiras. Sobre as feiras: do Livro, do Cavalo, a realizar-se no mês de Junho; do Artesanato, de Caça, Pesca, Lazer em julho, dos Petiscos, dos Saldos em agosto e as Feiras Novas em setembro. Ver: Teatro Diogo Bernardes (coord.) (2001, Julho). Município de Ponte de Lima. *Agenda cultural...* Impressão: Tipografia Tadinense. Calendários de bolso anuais também são impressos pela Câmara municipal e distribuídos pelo Posto de Turismo aos visitantes com a programação dos eventos, festas e feiras quinzenais, além dos feriados e dias dos anos em curso.

¹⁵⁷⁶ Vieira, Amândio de S. (2006). *D. Pedro IV e as Feiras Novas-1826*. Ed. Foto LETHES, Ponte de Lima, p. 11.

¹⁵⁷⁷ "Nomeadamente no programa produzido por Reinaldo Varela (1983) para RTP, na série documental 'Feiras de Portugal' e no programa 'Festas e Romarias' (1985) " Em: Vieira, J. M. F. (1995). *A Feira de Ponte de Lima. Exploração pedagógica/didática de um videograma*. Departamento das Ciências da Educação da Criança, CEFOPE, Universidade do Minho. Braga, p. 6.

¹⁵⁷⁸ Costa, C. M.M. O Turismo e os Municípios porquê e que relação?. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo cit...*, p.191.

¹⁵⁷⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Cristina Costa, freguesa, em Ponte de Lima em 10 de Dezembro de 2007.

de Vila do Conde]. Visitada por muitos estrangeiros. É uma feira moderna tem de tudo¹⁵⁸⁰; Feira turística. Visitada por muitos estrangeiros. Tem produtos famosos, como o galo que é muito conhecido¹⁵⁸¹.

ao mesmo tempo que percebem a ausência de iniciativas do poder público¹⁵⁸² nos investimentos culturais nas feiras: “A atração cultural em Ponte de Lima é nas Feiras Novas, é uma semana de cultura. Há cortejos, mas é uma vez por ano. Na feira quinzenal não tem nada. Antigamente era mais alegre tinham cantorias, canções populares, tinha teatros e bonecos”¹⁵⁸³. Na década de 1990, ainda se via as cantorias, conforme descrição:

A Feira de Ponte de Lima é considerada como uma das mais concorridas de povo e feirantes do Norte de Portugal pela variedade de géneros comercializados. É também muito conhecida e apreciada devido ao artesanato e pelo convívio musical proporcionado pelas tradicionais danças e cantares ao desafio¹⁵⁸⁴.

Convém pontuar que, apesar das feiras tradicionais não fazerem parte das rotas sugeridas pelo Ministério do Turismo, pelo que pode ser percebido neste estudo das três Câmaras investigadas, uma delas tem-se mostrado atenta quanto a possibilidade de fazer da sua feira semanal efetivamente produto turístico. Referimo-nos a Barcelos. Dada as iniciativas de visibilidade que tem empreendido com a temática da feira, demonstrando preocupação com sua salvaguarda e por conseguinte com a dinamização que o turismo provoca na cidade, estimulando a economia local.

Melhorar e inovar constantemente e apostar em 4 ou 5 elementos de diferenciação de Barcelos no contexto turístico regional, tais como a Feira semanal e o Artesanato local, intimamente associado ao “galo”; a gastronomia e vinhos e o património natural e edificado do concelho, como pontos-chave para renovarem a capacidade de atração dos mais variados públicos¹⁵⁸⁵.

Pelo que podemos perceber o entendimento que a gestão municipal tem tido quanto aos elementos de diferenciação e de vocação para o turismo, notadamente são aqueles que consideram os

¹⁵⁸⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Madalena Freitas, feirante em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

¹⁵⁸¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Marta, feirante, em Barcelos em 27 de Dezembro de 2007.

¹⁵⁸² Em relação a Câmara de Vila do Conde como pode-se perceber, a pelo menos um indicio de perceber a feira como produto turístico, quando a entidade promoveu a pesquisa para saber o quantitativo de visitantes que a feira recebe. Em relação a salvaguarda também tivemos conhecimento de eventos pedagógicos que são promovidos pelos educandários com a temática feira e que o poder público municipal tem apoiado. Já a Câmara de Ponte de Lima, apesar de ter reconhecido a Feira como Património Imaterial, por meio da publicação já referida, nenhuma ação de salvaguarda foi iniciada para a Feira quinzenal, conforme resposta da entidade pública a ser verificada no final deste texto. Em relação as ações implantadas pela Câmara de Barcelos voltadas para o turismo na feira mencionamos a seguir.

¹⁵⁸³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Fausta, feirante Ponte de Lima, em 28 de Novembro de 2007.

¹⁵⁸⁴ Vieira, J. M. F. (1995). *A Feira de Ponte de Lima. Exploração pedagógica/didática de um videograma*. Departamento das Ciências da Educação da Criança, CEFOPE, Universidade do Minho. Braga, p. 7.

¹⁵⁸⁵ Rodrigues, N. (Coord.). (2010, 11 de Fevereiro). *Breve consideração estatística sobre o ano turístico*. Câmara Municipal de Barcelos, p. 31.

valores de “inovação” estimulados pelo tradicional, pelo genuíno. Características do passado, ainda dispostas nas feiras, que convivem com os elementos da modernidade na atualidade. Entretanto, marcam a diferença por representarem características regionais. O vereador esclarece:

Aquilo que vai marcar a diferença no futuro não vai ser propriamente a inovação no artesanato e nos produtos. O que vai marcar a diferença é a capacidade que cada município terá de preservar aquilo que de melhor tem e que se reporta a tempos imemoriais, isto é o principal. No domínio do artesanato aquilo que temos que fazer é criar condições para a fruição turística (...), relativamente em relação a feira, penso que tem a ver com a história. A história diz-nos que estes mercados [feiras] são pontos de contato e de socialização entre as pessoas (...) A sua característica rural assim o é. Começou também por ser um ponto de atratividade turística. Nós temos por natureza promovido os produtos da terra (...) a agricultura está patente na feira, nos produtos hortícolas, primeiro ponto, segundo ponto os vinhos enquanto dinamizador de um conjunto de produtores locais, também tem que ser encorpado novamente a feira¹⁵⁸⁶.

O depoente continua a citar em sua fala, iniciativas que o poder público barcelense tem realizado e projetos futuros que apontam este mesmo entendimento. Nomeadamente destacam brevemente duas iniciativas, a primeira delas já implantada, e a segunda ainda se configura em projeto. Em relação a implantada trata-se de um evento realizado no mês de junho e nominado de mercado medieval. Nas ruas do centro da cidade, do campo da república - sítio onde ocorre a feira semanal - ao Paço dos Condes, são distribuídas barracas que tendenciam a imitar o mercado, onde os comerciantes vendem produtos épicos com o objetivo de fazer os visitantes rememorar o que se passava nos burgos medievais. “É uma forma indireta de ligar a atual feira àquilo que foi no passado. Acima de tudo, é voltar a orientar toda a estratégia de formação do concelho e é necessária também para se manter a tradição no campo da feira”¹⁵⁸⁷. Em relação a segunda iniciativa, ainda em projeto com execução prevista para 2012, consiste em integrar Barcelos, como representante da região norte de Portugal, a um projeto maior que envolve outros dois sítios espanhóis, projeto designado de Mercado da Euro Região do Noroeste Peninsular. Esta iniciativa de três grandes feiras decorrerá inicialmente em Barcelos, com a exposição de mercadores tradicionais galegos e minhotos portugueses, e posteriormente com mercado de velharias e de produtos regionais nos municípios. Os comerciantes barcelenses e minhotos que estiverem de acordo com os critérios de excelência e tradição exporão seus produtos também nestes sítios, além da fronteira lusitana. O propósito maior deste evento consiste tanto na valorização dos produtos regionais como também na promoção dinâmica da economia local, como dissemos anteriormente. Diante do entendimento de que a feira

¹⁵⁸⁶ Entrevista concedida à autora pelo Dr. Sérgio Pires, vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

¹⁵⁸⁷ Idem.

consiste um potencial catalisador enquanto agente diferenciador para o turismo urbano e cultural, já percebido em Barcelos:

Vemos a feira como destino turístico, tem sido uma possibilidade para Barcelos. A Feira por si só já marca lá fora a imagem concebida. Consideramos que Barcelos tem uma feira local típico a nível das cidades [Praça pública principal], mais característico, mais emblemático e é a feira que mais atrai turistas, nomeadamente daqui da vizinha Espanha para ser usufruída. A aposta no próximo ano vai neste sentido porque se nós não considerássemos que as feiras por si só seria uma possibilidade para Barcelos se promover não estaríamos associados a este projeto, em que sou sincero a dizer Barcelos como dinamizador dos comércios tradicionais maior em Portugal¹⁵⁸⁸.

E aqui constata-se uma relevância nesta última iniciativa: um elemento da globalização, como o encurtamento de distâncias e a “quebra” de fronteira promovida pelo turismo, contribuindo para a continuidade das feiras tradicionais e seus produtos, diante da visibilidade e valorização do que é “genuíno”. Paradoxo contemporâneo salutar, no nosso entender, para a salvaguarda destas feiras. Em que pese o entendimento de que embora se apresentem com algumas características do passado, é no presente que estão inseridas, portanto deve ser considerado suas resiliências¹⁵⁸⁹ como estratégias favoráveis de continuidade.

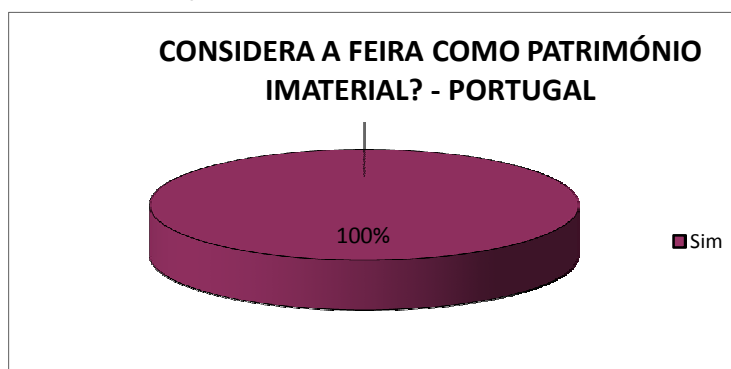
Sociedade Civil (feirantes e fregueses)

Iniciamos por verificar, junto a sociedade civil, se as feiras minhotas representam para eles um património cultural imaterial. E em seguida verificaremos, a partir dos depoimentos empreendidos pelos entrevistados, quais os aspectos que consideram de valoração cultural nas feiras.

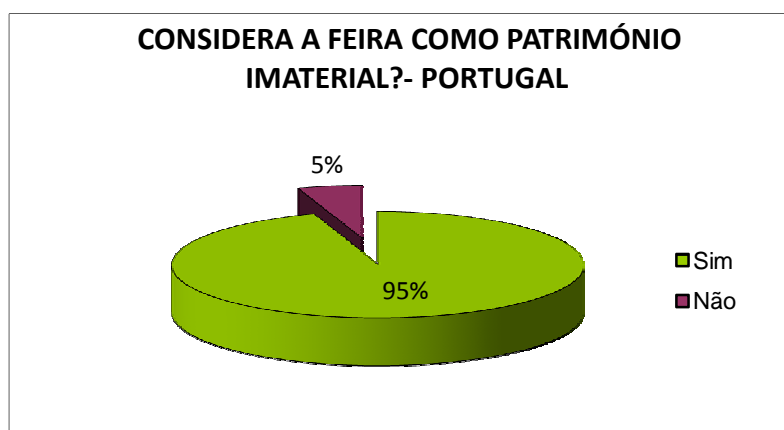
Quando indagados se as feiras minhotas representam património imaterial das cidades, da região e por conseguinte do país, observamos que tanto os fregueses como os feirantes reconhece-as como tal. Quase por unanimidade, ambas as categorias responderam que sim, senão fosse 5% dos depoentes feirantes que disseram não reconhecer, como pode ser verificado nos gráficos a seguir:

¹⁵⁸⁸ Idem Ibid. Maiores informações sobre o Projeto de “relançamento da feira semanal de Barcelos no contexto nacional e euro-regional, dando-lhe uma nova dimensão, dinamizando-a e tornando-a mais atrativa”, ver “Câmara Municipal relança feira de Barcelos”, Barcelos Câmara Municipal, 03 de Fevereiro de 2001. Acedido em 03 de Junho de 2011, em <http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2011/fevereiro/cmara-municipal-relana-feira-de-barcelos>.

¹⁵⁸⁹ “A resiliência pode ser pensada como capacidade de adaptação ou faculdade de recuperação. Uma atitude resiliente significa ter uma conduta positiva apesar das adversidades, ou seja, soma-se à resiliência a capacidade de construção positiva, superação, ressignificação dos problemas, flexibilidade cognitiva. A teoria da resiliência foi criada inicialmente pela Física e posteriormente adaptada pela Psicologia, Pedagogia e outras ciências. Sobre a teoria da resiliência ver: Vergara, Sylvia C. (2008, Julho/Agosto). Revisitando a teoria da resiliência. Em: A resiliência de profissionais angolanos. *Rap - Revista de Administração Pública* – Rio de Janeiro 42 (4): 701-18, pp.706-709.

Gráfico 94 – Património imaterial para os fregueses (Portugal)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 96 – Património imaterial para os feirantes (Portugal)

Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Mas quais são as características que as feiras possuem, que fazem com que seus frequentadores identifique-as desta maneira? E quais destas se equivalem aos critérios recomendados pelo DPI como património? Ou seja, quais dos elementos presentes nas feiras contemporâneas investigadas declarados pelos entrevistados que estão de acordo com o possível reconhecimento, uma vez realizado em cumprimento às exigências da Portaria nº 196/2010 que darão suporte para a provável¹⁵⁹⁰ inventariação?

Primeiramente destacamos o item cozinha, alimentação e estimulantes com os seus produtos, que embora também encontrados nos outros lugares de consumo, segundo os depoentes é nas feiras que se apresentam melhores qualidades, além de variedade¹⁵⁹¹.

¹⁵⁹⁰ Objetivamos com o levantamentos destes dados despertar o interesse de qualquer das entidades interessadas na salvaguarda do património, aprofundando a pesquisa, pois neste estudo apenas os identificamos.

¹⁵⁹¹ Sobre este aspecto de variedade e qualidade dos produtos encontrado nas feiras já desenvolvemos capítulo 7. Item 7.2 Mercadorias nas feiras do Noroeste de Portugal, pp. 322-362.

Vimos que nesta categoria as feiras minhotas estão muito bem representadas e prestigiadas pelos fregueses. Senão apresentam as comidas prontas [exceção ao prato do dia que trazem de casa seus almoços], verifica-se a comercialização dos ingredientes típicos da cozinha regional. Referimo-nos não só aos produtos de charcutaria, a exemplo dos fumeiros, que são os defumados, sobretudo feitos com a carne do porco, chouriços, toucinhos, linguiças, enchidos que estimulam o paladar de muitas comidas tradicionais, a exemplo do cabrito assado, cozido minhoto, rojões a moda do Minho, tripas e feijoada a moda do porto, cabidela de miúdos, papas de sarrabulho; mas também o bacalhau, as sardinhas frescas que fazem parte da mesa dos minhotos diariamente, e tendo lugar de destaque nas festas típicas do mês de junho, o São João; bem como os artigos de panificação a exemplo das típicas broas de milho, cavacas, pão-de-ló, pastéis variados e todos os tipos de pães que acompanham as entradas, sopas e pratos principais nos cardápios (pão de centeio, pão de quilo, pães baixos, fogaça, carolhatas, pão com chouriço, folares, bolas, etc.); não podemos nos esquecer dos animais domésticos como coelho, galinha e galos que, embora se apresentem atualmente nas feiras em menor quantidade em função das normas de higienização já mencionadas neste estudo, ainda se fazem presente nas feiras e fazem parte da cozinha dos portugueses. O odor exalado pelos cheiros destes produtos é uma constante que caracterizam as feiras, somados às alimentações prontas – almoços trazidos de casa:

Na maioria das barracas viam-se os respetivos donos, sentados, à volta das panelas, de pratos, na mão, a saborearem a refeição do almoço, na qual predominam as batatas cozidas com hortaliça, ovos e peixe ou bacalhau, devidamente e substancialmente azeitado. Era, digamos, o prato do dia por excelência, vi numa delas, sobre um fogareiro, um enorme tacho onde fervilhava um apetitoso arroz com traços de carne, rodelas de salpicão e bocados de toucinho alto. Esta succulenta mistura, rescendendo pelo espaço um delicioso aroma culinário, fazia despertar o apetite, não só dos glutões, como até mesmo dos indivíduos de boca mais débil¹⁵⁹².

Para além destes produtos alimentares citados, as ervas e os mexidos também são encontradas nos comércios tradicionais contemporâneos e atuam como ingredientes nos pratos confeccionados pelos fregueses em suas casas, além de atuarem como estimulantes no tratamento de doenças, materializados nos chás caseiros. Interessante lembrar que além da comercialização deste tipo de produto, soma-se as receitas orientadas pelos feirantes aos fregueses para a utilização das ervas. A este último item enquadramo-los ao item medicina e saúde, identificado na portaria mencionada anteriormente.

A seguir algumas imagens na Feira de Barcelos e dos produtos alimentares referidos:

¹⁵⁹² “Recordação de uma visita a Vila do Conde cit..., p.2.

Figura 73 – Imagens dos Ingredientes utilizados na culinária portuguesa: aves, bacalhau, charcutaria e pastelaria (Feira de Barcelos)



Fonte: Jair Araújo, Junho de 2011

No tocante ao item corpo, vestuário e adornos, as feiras minhotas, embora contenham roupas e acessórios modernos, na atualidade ainda conservam a venda de roupas, calçados e acessórios com origem no passado. Referimo-nos as roupas de couro e lã utilizadas no inverno lusitano e os tamancos em madeira usados pelas lavradeiras na lavoura. Na mesma direção encontramos o item criação de utensílios de animais, empregados nas Quintas, como as celas, arreios, ferraduras, e ferrarias diversas. Nas atividades transformadoras identificamos todos os artigos provenientes do artesanato, a exemplo dos artigos em cestaria, palha, barro, louça regional e os famosos galos de Barcelos, já mencionado anteriormente, e lenços dos namorados. Sobre o primeiro refere-se aos “bonecos a louça da feira de Barcelos fazem parte da arte portuguesa do século XX”¹⁵⁹³, e ainda “Foi a feira o quadro que requereu a esplêndida criação que é o galo de Barcelos em cerâmica, e é ela que esta figura sempre evoca onde quer que a encontremos”¹⁵⁹⁴, representando atualmente um dos

¹⁵⁹³ “ A louça, os bonecos de barro, a Feira de Barcelos, influenciaram e inspiraram pintores modernistas como amadeo de Souza Cardoso, Eduardo Viana, ou o casal Sônia e Robert Delaunay”. Notícias sobre documentários de Alberto Serra sobre a Arte Portuguesa, exibido pela RTP em 21 e 22 de Janeiro de 2002. (2002, 16 DE Janeiro). “O barro e a feira de Barcelos na arte do século XX”. *Jornal Barcelos*.

¹⁵⁹⁴ Almeida, C. A. F. (1990). *Barcelos*. Editorial Presença. Lisboa, p. 85.

símbolos clássicos da cultura portuguesa, diante da simbologia que reúne a metáfora de fé e de justiça, elaborada no séc. XVIII¹⁵⁹⁵, bem como se configurando como emblema do país. Em relação ao segundo, é de uma expressão da cultura popular, o “lenço dos namorados”, que embora não tenha sido originada nas feiras, teve sua origem na região do Minho. E a partir do século XX teve nas feiras lugar de divulgação sobre uma prática cultural dos séculos XVII e XVIII, diante da comercialização de réplicas dos lenços originais e também na confeção destas réplicas produzidas em tecido de linho ou algodão, onde são bordados versos poéticos que têm, em seus conteúdos e no estilo de escrita, o que em outrora era abordado: declaração de amor das raparigas em idade de casar para seus respetivos pretendentes.

O lenço era bordado então, nas longas noites de serão, nos momentos livres do dia ou aquando do pastoreio do gado, pela rapariga apaixonada que ia transpondo para o lenço os sentimentos que lhe iam na alma. A rapariga usá-lo-ia ao Domingo na trincha da saia ou no bolso do avental; mais tarde oferecê-lo-ia somente ao rapaz que amava como compromisso de amor, este passaria a usá-lo ao pescoço, com o nó para a frente, no bolso do casaco do fato domingueiro, no chapéu ou no cajado com o qual normalmente andava¹⁵⁹⁶.

A seguir imagens da arte figurativa minhota disposta em suas feiras.

Figura 74 – Arte figurativa: lenço dos namorados, produtos diversos em barro e louça, cestaria e galo na Feira de Barcelos



Fonte: Acedido em 18 de Junho de 2011, em: http://www.folclore-online.com/ usos/ txt/ lencos_ namorados.html e Almeida, C. A. F. (1990). *Barcelos*. Editorial Presença. Lisboa, pp.90, 91 e 93.

¹⁵⁹⁵ “Conheça a história do galo de Barcelos”, reportagem de Susana Pinto, com imagem de Ricardo Silva, edição de Pedro Cordeiro e grafismo de David Pinto. Por: tvi24 / FC | 14- 6- 2011 Acedido em 18 de Junho de 2011, em <http://www.tvi24.iol.pt/aa-videos-sociedade/galo-de-barcelos-tradicao-tvi24/1260150-5795.html>.

¹⁵⁹⁶ Acedido em 20 de Junho de 2011, em: http://www.folclore-online.com/ usos/ txt/ lencos_ namorados.html, .Ver ainda: Durard, Jean-Yves (org.). (2008). *Os “Lenços dos Namorados: frentes e versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação.*, PROVIVER EM, 2ª ed. (revista e aumentada). Vila Verde

Figura 75 – Imagens artesanato, cestaria, olaria e utensílios para o campo (Feira de Barcelos)



Foto: Jair Araújo, Junho de 2011

As feiras minhotas também se relacionam com as Festividades cíclicas. Uma vez que no decorrer do ano, na transição das estações, percebemos nestes mercados tradicionais a presença de cada estação definida a partir das cores e dos cheiros caracterizados na mudança dos produtos. Os feirantes se adequam a demanda de mercado, substituindo as mercadorias, “driblando” a concorrência, bem como substituem-nas se adequando as mudanças climáticas. As safras de outono deixam as feiras suculentas com as frutas da época: uva, quivi, dióspiro, pera roxa, marmelo, maçã; no inverno, amêndoa, noz, pera, pinhão, enquanto as castanhas aquecem as mãos dos que as adquirem; na primavera: nêspira, cereja, pêssego, e no verão: meloa, ameixa, pêssego, melancia, figo, etc. O mesmo ocorre com as flores, exalam seus cheiros característicos e colorem os ambientes: os girassóis, as rosas vermelhas, as papoilas, setati no verão; begônia, azália, sálvia, quaresmeira no outono; a tulipa, a flor de laranjeira, antirrinos, camélias, cravos, cravinas no inverno; e na primavera vê-se o colorido em demasia com os diversos tipos: margarida, cravos, limónio, aires, lílio, gerberas, esterlida, jarros, astromélia, etc. Nas feiras minhotas vê-se também a comercialização de mudas das plantas e hortaliças. Na sequência seguem imagens que demonstram a diversidade destes produtos inatural que encontram-se dispostos nas feiras minhotas e que contribuem para o estreitamento entre o rural e o urbano, a exemplo da Feira de Barcelos.

Figura 76 – Imagens artigos inaturais, provenientes do campo (Flores, Frutas, legumes, hortaliças e mudas)



Foto: Jair Araújo, Junho de 2011

Manifestações artísticas; espetáculo e divertimento; são dois itens também encontrados nas feiras cotidianamente,

São particularmente dignas as alusões à feira (...), elucidam variedade de artigos expostos, sua venda ou transação por troca, informando-nos, simultaneamente, serem as feiras os grandes centros de difusão cultural e de divertimento popular (...) apresentam o exercício de artes e ofícios, convívio social, quer no aspecto puramente económico, quer no aspecto lúdico ¹⁵⁹⁷.

e quando da realização de eventos, como já comentados anteriormente, (relacionadas as festas religiosas, profanas e as feiras francas).

Tradição, Rituais de Encontro e Espaço de Convívio nas feiras contemporâneas

Ir às feiras de maneira periódica, seja a barcelense, a limiana ou vila-condense, representa para a sociedade civil uma tradição, originada muitas vezes na infância, mantida e lembrada a cada visita. Esta tradição - de ir e vir as feiras- correspondem a práticas de ritual coletivo, seja por familiares, amigos ou simples conhecidos, conforme observado nos depoimentos a respeito da representação que as feiras tem para os sujeitos que delas participam,

¹⁵⁹⁷ Ribeiro, M. (1964). *Notas e comentários sobre feiras e mercados*. Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia da Sociedade, Geografia de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Lisboa.

É uma tradição. É muito bom. Os nossos avós também vinham a feira, nossos pais e eu acho bom isto. Acho importante manter a tradição¹⁵⁹⁸; Lembro-me de quando era miúda da rotunda para lá [aponta localização] e eu queria vir, meus pais não deixavam, não é? E eu queria vir, então vinha. Desde nova gostava de ser um bocadito mais livre e eu fugia e vinha para aqui [refere-se a feira de Ponte de Lima]. Um dia encontrei a minha tia que me viu e me disse: vou dizer a tua mãe que estás aqui neste estado. Pronto, mas eu queria ver e vinha. Eu gostava era disso, da feira de gado. Queria liberdade. A feira de gado não acabou, mas agora é lá em cima¹⁵⁹⁹; Sim, da minha infância é totalmente diferente. As mercadorias são diferentes. Mas a forma de nos tratar é igual. Gosto disto¹⁶⁰⁰; É uma feira tradicional, é muito falada. Meus pais me traziam e eu trago meus filhos nas férias, quando são as feiras novas. Uma pessoa tem que habituar para eles aprenderem, veem as coisinhas. Gostava muito de ver com os meus avós, meu avô vinha ver a feira de gado, que acho que agora já não há mais, os animais¹⁶⁰¹; É uma feira popular. É tradicional tem de tudo um bocadito. É importante para nós da região, é uma feira muito antiga e as pessoas gostam de ver a feira. Eu venho desde miúda com minha avó e sou assídua, venho sempre¹⁶⁰².

O ritual também toma conta dos feirantes no momento de montagem e desmontagem das barracas “acopladas” as suas carrinhas. O trabalho geralmente começa ao raiar do sol, ou ao amanhecer, pois em dias de inverno o sol muitas vezes hesita em surgir, e dependendo ainda do tempo, as feiras se estendem até ao final do dia, ou findam após o almoço, em dias mais “fracos”. As exposições das mercadorias demonstram a criatividade dos feirantes e decorrem em ritmos próprios: “Quando se acaba de montar a ‘feira dos panos’ já a dos produtos agrícolas está em declínio”¹⁶⁰³. Existe toda uma lógica – estratégias – particular nos espaços das feiras, que corroboram para que os fregueses transitem por todo os espaços, durante o dia todo, se tiverem disponibilidade. A seguir ilustrações que compõem este ritual na feira de Barcelos:

¹⁵⁹⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Priscila, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

¹⁵⁹⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Anunciada, freguesa em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

¹⁶⁰⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Helena, freguesa, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

¹⁶⁰¹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Ceú, feirante Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

¹⁶⁰² Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Amélia, feirante Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹⁶⁰³ Almeida, C. A. F. (1990). *Barcelos*. Editorial Presença. Lisboa, p.89.

Figura 77 – Imagens de Montagem e desmontagem das barracas (Feira de Barcelos)



Foto: Jair Araújo, Junho de 2011

Atendendo aos preceitos da cultura popular, aqui entendida como “ (...) universos de sentido, padrões de conduta, práticas e obras propriamente culturais, intrinsecamente associados à condição e à ação da multiplicidade de atores, individuais e grupais, presentes num certo espaço-tempo social”¹⁶⁰⁴; vemos estas características elencadas anteriormente como uma representação das,

Artes e os ofícios tradicionais [que] estão fortemente ligados às identidades locais, regionais e nacionais, representando o gesto criativo e a técnica melhor conseguida [nas feiras investigadas], correspondendo à uma síntese da História conjunta da sensibilidade e do saber-fazer, constituindo ao mesmo tempo um fator imprescindível de desenvolvimento sustentado, que tem o homem como centro e a arte tradicional como força catalisadora de traços culturais¹⁶⁰⁵.

De maneira consensual a sociedade civil reconhece esta História conjunta mencionada, e com a qual relacionamos as feiras, como espaços com práticas que corroboram para as características que compõem o património cultural imaterial lusitano. São elas: tradições; expressões orais; artísticas; práticas sociais empreendidas no cotidiano, nas festas e nos rituais de convívio. Daí a necessidade da salvaguarda. Os depoimentos a seguir corroboram para este entendimento:

Não! Não pode acabar! É um símbolo de Barcelos e toda gente sabe. A feira de Barcelos é o símbolo de Barcelos. E não só! É o símbolo de Portugal¹⁶⁰⁶;
 (...) A feira de Ponte de Lima é a segunda maior do país, Barcelos é a principal. Mas essa aqui [refere-se a limiana], ainda representa o nosso país¹⁶⁰⁷; Acho que é uma coisa que já faz parte de Ponte de Lima há 800 anos¹⁶⁰⁸; Essa feira é típica no norte. As pessoas trazem os produtos agrícolas¹⁶⁰⁹; As feiras não podem se acabar, querida,

¹⁶⁰⁴ Silva, A. S. (1994). *Tempos Cruzados, um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Edições Afrontamento, Porto, p. 119.

¹⁶⁰⁵ Costa, H. V. (1998). Artes e ofícios tradicionais: um fator fundamental do desenvolvimento local; uma componente genuína do turismo cultural. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo*; Org. Escola Superior de Educação de Portalegre.

¹⁶⁰⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Paula, freguesa, em Barcelos em 29 de Novembro de 2007.

¹⁶⁰⁷ Entrevista concedida à autora pelo fiscal municipal há mais de 30 anos, Sr. António Martins, em 10 de Dezembro de 2007, na Câmara municipal de Ponte de Lima.

¹⁶⁰⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Elsa, freguesa em Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹⁶⁰⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria da Conceição, feirante Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

é um ponto de diversão para toda gente e a possibilidade de comprarem coisas que em outros lugares não tem”¹⁶¹⁰; Toda gente compra nos supermercados, mas não deixam de vir a feira, é tradicional este hábito”¹⁶¹¹.

Neste contexto, convém recuperarmos imagem da Feira não apenas como tradição, mas também como lugar de encontro e de sociabilidade para seus transeuntes. As falas a seguir atribuem igualmente esta característica – sociabilidade - na continuidade das feiras minhotas:

(...) Barcelos é um município que reúne oitenta e nove freguesias e que a vinda a quinta-feira à cidade começou por ser uma forma também das pessoas se socializarem, de encontrarem outras pessoas de outras freguesias de perto e de distante e por isto ser um dos motivos que a feira continua viva em Barcelos (...) As feiras são também mercados de conversação, em que em se compartilha experiência¹⁶¹²; A feira semanal de Vila do Conde, para além da questão económica, também se percebe a valorização pelo social. As pessoas do Concelho que moram em outras freguesias vêm a Vila do Conde dia de sexta-feira para encontrar com pessoas. Marcam com as pessoas neste dia¹⁶¹³.

Uma das derivações da conceção atual de património imaterial ocorre do entendimento de que o bem cultural deve representar, para a comunidade diretamente ligada a ela, experiência de sociabilidade transmitida na partilha. Contudo “A transmissão da experiência humana de que este património é testemunho é uma das obrigações dentro do processo de partilha numa sociedade globalizada, acreditando que nessa partilha poder-se-á realizar uma experiência única”¹⁶¹⁴. Para tanto faz-se necessário um estreitamento nas relações sociais evidenciadas no espaço a ser reconhecido como bem patrimonial. No caso das feiras minhotas, apesar dos feirantes serem itinerantes, também percebe-se relações de amizade entre os personagens. O facto de as feiras não serem diárias, como no Brasil, poderia contribuir para a escassez deste tipo de sentimento – amizade – no entanto, ao contrário, percebe-se elevada solidez nas relações. Os dados quantitativos ilustrados no gráfico demonstram, um percentual de 53% nas respostas afirmativas dos fregueses em relação a ter feirantes amigos,

¹⁶¹⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Fátima Gonçalves, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

¹⁶¹¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

¹⁶¹² Entrevista concedida à autora pelo Dr. Sérgio Pires, vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

¹⁶¹³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

¹⁶¹⁴ Campelo, Á. (2008). Património: Espaço e vida. Da herança à Construção da identidade. Em: *Ponte de Lima Terra rica da humanidade*. (Painel 3 Património Imaterial). Gabinete Ponte de Lima. Terra Rica da Humanidade (coord. geral). Ed. Município Ponte de Lima Rainha & Neves Lda, p. 134.

Gráfico 96 – Demonstrativo de laços de amizade entre fregueses e feirante (Portugal)



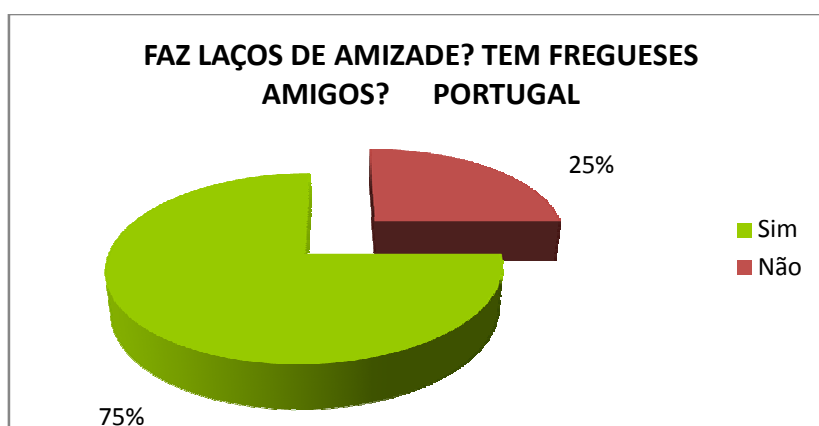
Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Quanto a solidez, pode ser verificada na fala da freguesa entrevistada em Ponte de Lima, a confirmação de que os laços de amizade são, em alguns casos, laços também de solidariedade:

São de longe, e é mais difícil manter a amizade. Mas quando vemos a feira nos encontramos. Por exemplo, temos [refere-se a ela e a mãe] amizade com essa senhora e eu consegui, com amizade, com uma pessoa, que ela viesse fazer a feira de Ponte Lima [um lugar]. Falei - olha vou tentar, tenho pessoas na Câmara, conhecidos. Depois conseguimos e cá está¹⁶¹⁵.

E em relação aos feirantes minhotos afirmaram em 75% ter fregueses amigos, conhecidos e em estabelecer relações de amizade e de sociabilidade nas feiras.

Gráfico 97 – Demonstrativo de laços de amizade entre feirantes e fregueses (Portugal)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

¹⁶¹⁵ Entrevista concedida à autora pela Sra. Piedade, freguesa, em Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

Esta sociabilidade muitas vezes se torna o maior atrativo que lhes fazem permanecer neste ofício, vencendo as adversidades da contemporaneidade. Ou seja, as feiras minhotas ainda são consideradas, pelos feirantes, como ponto de encontro, local de convívio, de distração e de socialização. Observemos alguns depoimentos que demonstram o que estamos a referir:

Gosto de conviver com as pessoas. Gosto imenso disto. Encontro com eles e considero como amigos mesmo. Há, numa altura [em um momento] encontrei um cliente em restaurante fora daqui. Outro dia foi em um casamento. Não sabia de que feira era, mas depois lembrei-me¹⁶¹⁶; Gosto do convívio. Uma pessoa não estar no mesmo sitio. Conhecer sempre pessoas novas¹⁶¹⁷; Vida de feirante é muito difícil, mas o bom é que convive-se com os clientes. Meus melhores amigos são meus clientes¹⁶¹⁸; O que mais gosto aqui é a convivência com as pessoas¹⁶¹⁹; Encontro-me com as pessoas. Normalmente encontro-me com ela [se refere a mãe], porque não moro com ela¹⁶²⁰; Ver o movimento e distrair. Às vezes também encontro os amigos¹⁶²¹; Comprar e passear, encontrar com as pessoas. É bom para os filhos não irem somente para os *shoppings*, conhecem um pouco da cultura da região¹⁶²²; Considero como família praticamente [se refere aos fregueses]. Tenho muita consideração por eles. E eles também. Fui a um casamento de uma delas¹⁶²³; É o local que muita gente se encontra. Há pessoas que tiram a segunda- feira para se juntar¹⁶²⁴; Convive-se com as pessoas. Temos fregueses antigos e nos encontramos em dias de festa nas aldeias¹⁶²⁵; O convívio com as pessoas é o que mais me atrai (...) ¹⁶²⁶; O convívio com as pessoas, além de vender. Encontro várias pessoas. Tenho imenso gosto de encontra-los é muito bom a gente encontra-los. As vezes encontro [quando perguntada se encontra fora da feira], estou em Lisboa, em Fátima, no Porto... eles dizem: -estão por aqui a passear? [risos]. E eu digo: tem que ser e toco a andar. Toda a gente que vive fora do país e por exemplo na altura do natal e outros festejos encontram-se. As pessoas se encontram e é uma festa. Bebem alguns copos juntos, em determinadas aldeias. Dia de feira é sempre um dia de festa¹⁶²⁷; Nem é a compra somente, mas a amizade que construímos. No verão nos encontramos¹⁶²⁸.

E por fim, para além da representação das feiras contemporâneas como tradição, ritual de encontro e espaço de convívio, uma última questão consideramos relevante ser mencionada, pois corrobora para o reconhecimento destes espaços como bem patrimonial: são as formas de fazer e de

¹⁶¹⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Madalena, feirante, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

¹⁶¹⁷ Entrevista concedida à autora pela Sra. Ana Bela, feirante, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

¹⁶¹⁸ Entrevista concedida à autora pela Sra. Beatriz, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

¹⁶¹⁹ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria dos Anjos, feirante Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹⁶²⁰ Entrevista concedida à autora pela Sra. Elsa, freguesa na Feira de Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹⁶²¹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manoel, freguês angolano, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

¹⁶²² Entrevista concedida à autora pela Sra. Fernanda, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de Novembro de 2007.

¹⁶²³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Madalena, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

¹⁶²⁴ Entrevista concedida à autora pela Sra. Carmem, freguesa, Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹⁶²⁵ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Jorge Correia, feirante Ponte de Lima, em 26 de Novembro de 2007.

¹⁶²⁶ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria Amélia, feirante Ponte de Lima, em 10 de Dezembro de 2007.

¹⁶²⁷ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Manuel Ferreira, feirante, em Barcelos em 22 de Novembro de 2007.

¹⁶²⁸ Entrevista concedida à autora pela Sr. José Manuel, feirante em Vila do Conde, em 28 de Dezembro de 2007.

saber fazer dos personagens que, ao mesmo tempo que são feirantes, são também os responsáveis por suas respetivas produções. Referimo-nos aos agricultores, lavradores e artesãos. Estes valores são excepcionais ao património. E atualmente nos parece que em Portugal começa a ser retomada¹⁶²⁹. e duas hipóteses são levantadas para explicar este facto: a crise económica e a qualidade dos produtos nacionais e inatural. Sobre a crise a Câmara de Vila do Conde já aposta na valorização dos produtos locais: “Com a crise temos percebido que a tendência é dos portugueses voltarem a valorizar as coisas da terra. Olhar para si. Então o que temos feito neste sentido? [se refere a ações planeadas pela Câmara Municipal] Temos um projeto para realizar uma feira mensal com artigos [exclusivos] de origem do Concelho: hortícolas, animais domésticos (coelho, galinha...) e frutas”¹⁶³⁰; Sobre a qualidade dos produtos a Câmara de Barcelos refere-se:

Como é que se consegue manter estas feiras ativas apesar da globalização, apesar dos *shoppings*, hipermercados? Há algo que as pessoas ainda procuram que é uma época em que todos nós falamos de um conjunto de produtos que sofrem alterações genéticas, outros produtos que sofrem alterações de produção. Quando falamos nestas feiras falamos para além do que é tradicional [refere-se aos produtos importados, dos retalhistas, vendedores de produtos diversos, aos ambulantes, etc], mas também falamos em olaria, nos figurados, nos hortícolas; o contato pessoal, o regateio, que para algumas pessoas trás “gozo”, e penso que a diferença muitas vezes se faz nestas coisas¹⁶³¹.

As freguesas em Vila do Conde apresentam opiniões que vão na mesma direção de valorização a produção local, e portanto patrimonial: “Têm pessoas que esperam pela feira para comprar determinados produtos. Principalmente o mais velhos. Em época medieval e hoje, em 2007. É uma experiência muito válida”¹⁶³²; “Tenho o hábito de vir ver as coisas, como as lavradeiras que vendem o quem produz”¹⁶³³.

Especificamente ao facto de reconhecer e valorizar os produtores locais, pudemos perceber o tratamento concedido aos artesãos na Feira de Barcelos que conta, por exemplo, com aproximadamente vinte e cinco artesãos moradores do Concelho que comercializam na feira semanal, com a seguinte distribuição: três no artesanato em Madeira (essencialmente Jugos, materiais agrícolas

¹⁶²⁹ Ainda de maneira embrionária. Mas percebe-se nos depoimentos uma valorização aos produtos locais, diante dos preços e da qualidade atribuída aos mesmos.

¹⁶³⁰ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

¹⁶³¹ Entrevista concedida à autora pelo Dr. Sérgio Pires, vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

¹⁶³² Entrevista concedida à autora pela Sra. Felipa, freguesa em Vila do Conde, em 14 de Dezembro de 2007.

¹⁶³³ Entrevista concedida à autora pela Sra. Maria do Carmo, freguesa em Vila do Conde, em 25 de Novembro de 2007.

e miniaturas), um na funilaria (candeias e afins), dezesseis em olaria (Louça tradicional, figurado e cerâmica decorativa), e cinco - artesãos e feirantes- que se dedicam a pintura de galos¹⁶³⁴.

Verificamos a iniciativa da Câmara municipal, por intermédio da ADERE - Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho, de buscar o reconhecimento por meio da certificação de seus produtos com o objetivo de proteger o artesanato original das falsificações: “Lembre-se que os produtos artesanais de Barcelos têm sido alvo de cópias, nomeadamente por produtores orientais”¹⁶³⁵. Após a certificação, esta proteção se deve em função de cada peça receber um selo próprio, comprovando a autenticidade de cada peça. Adereço que diferencia as peças originais das imitações¹⁶³⁶. Embora o protocolo entre a Câmara e a ADERE tenha sido assinado no primeiro trimestre de 2008, este projeto foi iniciado em 2004¹⁶³⁷, pela Câmara e pelo Museu da Olaria de Barcelos.

Certificar, qualificar o artesanato e os produtos regionais do Minho são alguns dos objetivos da ADERE, e com ele emerge a capacidade de promover o empreendedorismo aos artesãos, aumentando os níveis de qualificação das populações mais desprotegidas do interior, promovendo o potencial humano da Região e, por conseguinte, valorizar e divulgar o património cultural e natural¹⁶³⁸. Nesse sentido, o artesanato que passa pelo processo de reconhecimento em Barcelos, corresponde aos de olaria e os de figurados. Sobre o primeiro, sabe-se que são todos os tipos de forma e decoração: olaria de Barro Fosco (chacotado) e olaria vidrada, que correspondem, sobretudo, a utensílios domésticos, com as técnicas do torno de oleiro e utensílios; os moldes; o enforamento e a cozedura.¹⁶³⁹ Sobre o segundo - figurado - são temáticas da região, inerentes a representação do imaginário local, traduzida nas festas, na religiosidade, no bestiário, na vida quotidiana e nas figuras em miniatura. Já as técnicas desenvolvidas foram criadas pelos próprios artesãos e correspondem a modelação, a moldagem e o torneamento¹⁶⁴⁰.

¹⁶³⁴ Informação concedida pelo Sr. Nuno Rodrigues funcionário do Departamento de Turismo na Câmara Municipal de Barcelos, em 01 de Julho de 2011.

¹⁶³⁵ Certificação de artesanato. (2010, 06 de Agosto). *Jornal de Notícias*. Braga. Acedido em 01 de Julho de 2011, em: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Braga&Concelho=Vila+Verde&Option=Interior&content_id=1635015&utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+JN-PAIS+%28JN+-+Pais%29

¹⁶³⁶ Artesanato de Barcelos certificado em 2008. (2007, 01 de Dezembro). *ComUM - Jornal dos alunos de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho*, Braga. Acedido em 01 de Julho de 2011, em http://www.comuonline.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=419

¹⁶³⁷ Iniciativa noticiada em Barcelos debate certificação do artesanato. (2004, 29 de Abril). *Correio do Minho*. Braga. Acedido em 02 de Julho de 2011, em: <http://www.diariodominho.pt/conteudo/9698/Barcelos%20debate%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20artesanato>.

¹⁶³⁸ Acedido em 01 de Julho de 2011, em http://www.adereminho.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=113:principios-orientadores&catid=1:areas-de-intervencao&Itemid=71.

¹⁶³⁹ Caderno de especificações olaria, Acedido em 01 de Julho de 2011. Em: http://www.adereminho.pt/site/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2:olaria-de-barcelos&Itemid=57.

¹⁶⁴⁰ Caderno de especificações figurado: Acedido em 01 de Julho de 2011 em:

Convém lembrar que outra entidade igualmente tem-se preocupado com a preservação desta cultura do artesanato na região Norte de Portugal, tendo inclusivamente sido a representante da Região Norte na Comissão Nacional do PPART, para a criação do "Estatuto de Artesão", decretos-lei 41/2001 e 110/2002. Referimo-nos a AARN – Associação de Artesãos da Região Norte, que surgiu na década de 1990, formada por um grupo de artesãos que carecia de uma representação para defender seus interesses, enquanto profissionais, com ofícios instruídos pela arte.¹⁶⁴¹

Ainda em relação a certificação, o Poder Público municipal esclarece: “cada vez mais num mercado globalizado eu vou procurar o produto que eu sei que é genuíno, e eu só sei que é genuíno se estiver certificado. E quanto mais surgir peças no mercado certificadas vai começar a optar por estas peças em detrimento de outras não certificadas”¹⁶⁴². Na mesma direção o cronista reforça: “A certificação é a afirmação de que se evoluiu já para um novo patamar de organização e de respeito pelas suas normas. Os consumidores informados e exigentes sabem diferenciar os produtos certificados dos outros”¹⁶⁴³.

Consideramos que esta iniciativa – certificação – a possibilidade de garantia que este bem cultural e material não irá desaparecer, nem tão pouco será modificada em sua essência, por mais que se modifiquem os materiais (caso as intemperes da natureza levem a esta mudança, por exemplo). Representa também agregação de valor ao produto produzido e comercializado, o atestado de qualidade e originalidade. Facto relevante de ser percebido para o nosso estudo é que estes produtos foram, e ainda são, comercializados na feira, senão pelos artesãos diretamente, pois muitos deles na atualidade preferem dedicar-se a feiras específicas na sua profissão, por outros colegas, artesãos também ou apenas feirantes. Esses elementos, ao nosso entender, contribuem para o seu enriquecimento, agregando valor também a ela, já que trata-se do palco de distribuição do bem certificado. Em que pese os demais estabelecimentos comerciais também oferecerem os produtos, é na feira que se encontra o artesão ou seu colega ensinando a arte do fazer. Quando não são demonstrados mesmo fisicamente, como é o caso do evento realizado em Barcelos denominado de Feira de Artesanato ao Vivo, a decorrer no mês de Agosto, no Parque da Cidade, na qual ao mesmo tempo que o artesão cria e confeciona as peças, comercializa-a.

http://www.adereminho.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=112:figurado-de-barcelos&catid=36&Itemid=65.

¹⁶⁴¹ Outras informações sobre a AARN. Acedido em 02 de Junho de 2011, em: <http://www.aarn.pt/gca/index.php?id=81>

¹⁶⁴² Entrevista concedida à autora pelo Dr. Sérgio Pires, vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

¹⁶⁴³ Vilaça, A. (2010,09 de Fevereiro). Certificação do artesanato, para que te quero *Correio do Minho - crônica*. Braga. Acedido em 02 de Julho de 2011, em <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=1286>,

Acrescentamos ainda neste assunto, quanto a formas de valorização do ofício do artesão e por conseguinte da feira semanal, o caso do artesão Júlio Alonso, octogenário, oriundo do Concelho de Vila Verde, também conhecido como o mestre da louça preta, que teve a Feira de Barcelos como palco de exposição e venda de suas peças, e, recentemente, foi protagonista de uma exposição ocorrida em Barcelos, que lhe rendeu a publicação de um livro, pela Câmara Municipal. Este artesão tem sido amplamente conhecido e reconhecido, homenageado e condecorado no Concelho e em toda região do Minho, por desenvolver técnicas de cozer a “preto”¹⁶⁴⁴.

Investimentos: infraestrutura e busca pelo reconhecimento do título de património imaterial

Embora existam algumas feiras em Portugal que estejam passando por reformas em suas estruturas físicas, conforme informação concedida pelo presidente da AFDP: “Algumas Câmaras têm requalificado e trazido as feiras para o século XXI. Muitas Câmaras têm feito do espaço da feira no outro dia multifuncional. A requalificação é de setor a setor, como foi o caso aqui em Espinho, em Vizela, se tem uma nova feira de raiz e mercado, em Guimarães um novo espaço está a ser construído”¹⁶⁴⁵, diferentemente das feiras nordestinas investigadas, que apresentam propostas de requalificações em seus espaços, as minhotas não apresentaram e nem apresentam nenhuma proposta de requalificação concreta na atualidade. Exceto a feira de Barcelos que na gestão pública anterior, 2006-2010, tinha uma proposta de reforma na feira. Atualmente, nas quintas-feiras, a feira acontece numa área e que nos demais dias da semana este mesmo espaço abriga carros, como parque de estacionamento. A proposta mantinha a multifuncionalidade do Campo da República atual, no entanto, com uma edificação da área, que descaracterizava a aparência da feira atual. A este respeito, quando indagado sobre proposta atual de requalificação, o pelouro municipal disse:

Não. Havia uma proposta quando nós cá chegamos de alteração do Campo da República concedendo um Parque de estacionamento subterrâneo. Entretanto, nós achamos que não era o momento ainda para avançar para este projeto e suspendemos aquilo que seria alteração da fisionomia. Porque nós não estávamos de acordo com a fisionomia do Campo da República que tem características que devem ser mantidas. Se avançássemos com este projeto entendemos que destruiríamos aquilo que é genuíno em Barcelos [a Feira de Barcelos] (...). E se caso venha a ser construído o Parque do estacionamento tem que se manter estas características (...) estavam orientados nesta direção. Manter aquilo do jeito que está, se manter também aquilo que é o espaço verde da cidade com as árvores. As

¹⁶⁴⁴ Câmara Municipal de Barcelos. (2010) *Exposição Júlio Alonso, o Mestre da Louça Preta*. Ed. Município de Barcelos, pp. 03-04.

¹⁶⁴⁵ Entrevista concedida à autora pelo Presidente da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, Sr. Joaquim Santos, Feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

árvores fazem parte da imagem do campo de Barcelos e é necessária também para se manter a tradição no campo da feira¹⁶⁴⁶.

Por esta razão, justifica-se os elevados índices de desconhecimento sobre projetos nesta área, respondidos pelos feirantes (100%) e fregueses (98%) entrevistados, conforme pode ser percebido nos gráficos a seguir:

Gráfico 98 – Conhecimento sobre requalificação (feirantes Portugal)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Gráfico 99 – Conhecimento sobre requalificação (fregueses Portugal)



Fonte: Pesquisa de campo ICS/UMINHO/PPGH/FFCH/UFBA 2007

Percebemos que as reformas nas feiras passam somente por reordenamentos dos espaços que abrigam as mercadorias (setorização), alargamento de corredores e reformulações em preços das taxas cobradas pelas Câmaras municipais.

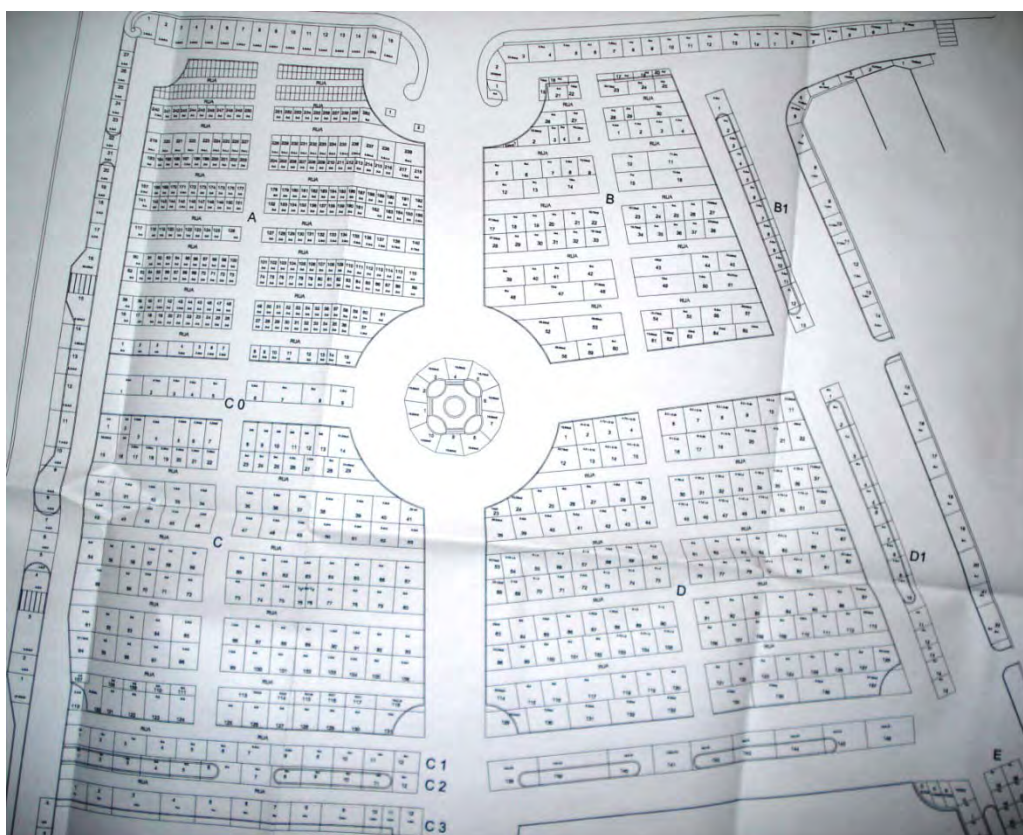
Em Barcelos, por exemplo, as estruturas permanecem as mesmas. Na década de 1990,

¹⁶⁴⁶ Entrevista concedida à autora pelo Dr. Sérgio Pires, vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

A feira de gado fica a Ocidente; a Norte, a feira grossista e, ao centro, no verdadeiro coração da feira, a tradicional. Ai existe de tudo: a Noroeste, produtos da terra, cereais e flores; a Nordeste, frutas, louças brancas, plásticos e alumínio e a Sul, o vestuário e o melhor do artesanato barcelense, com as suas tradicionais louças, cestaria ou mobílias. A sul, mas mais longe, estão calçado e as confeções da alegre gente cigana (...) ¹⁶⁴⁷.

Observemos a ilustração a seguir da feira barcelense, “amplo recinto, dividido em quatro grandes quarteirões a que se juntam a, a sul, mais duas alas” ¹⁶⁴⁸:

Figura 78 – Imagem Planta Topográfica Campo da Feira – Feira Semanal de Barcelos (2003)



Fonte: Planta Topográfica, Campo da Feira Semanal de Barcelos, GCH- Gabinete do Centro Histórico de Barcelos. DPGU- Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, Câmara Municipal de Barcelos. Março de 2003.

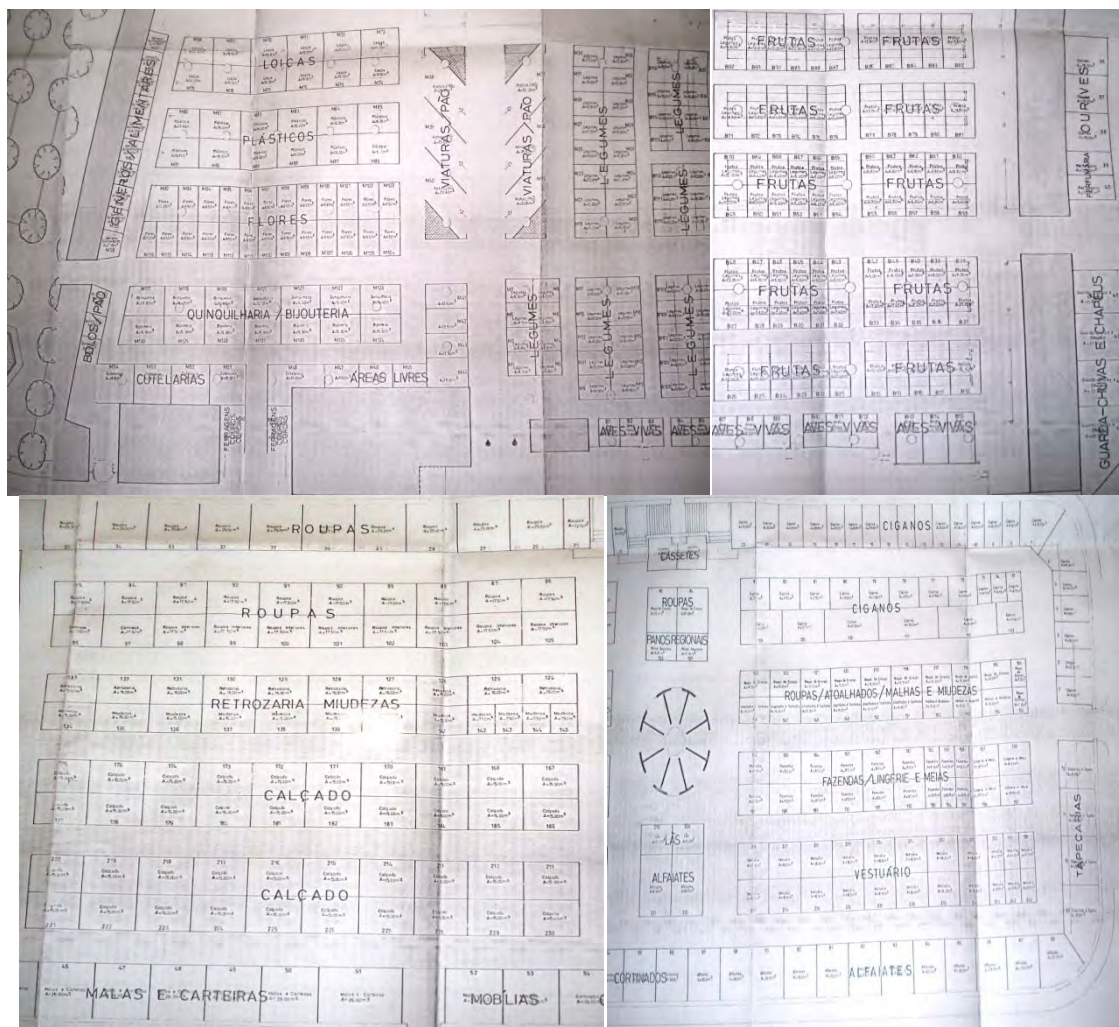
Não diferente, a feira semanal de Vila do Conde, também apresenta as mesmas características físicas no período em análise. Em área aberta no entorno do mercado municipal, as únicas mudanças que ocorreram foram no reordenamento dos lugares. O último ocorrido nos anos 2000: “Em 2005 e 2006, reorganizou-se o espaço, alargando as ruas e assim controlando acesso de

¹⁶⁴⁷ Câmara Municipal de Barcelos (1999). Destaque Feira Semanal. Em: *Barcelos/Freguesias*. Ed. A Nossa Terra- Direnor Lda. Barcelos, p.43.

¹⁶⁴⁸ Esta disposição de mercadorias na Feira de Barcelos também pode ser vista na obra: Almeida, Carlos A. F. De. (1990) *Barcelos: Cidades e Vilas de Portugal*, cit..., p. 89.

veículos”¹⁶⁴⁹. Assim como na feira de Barcelos, as barracas são posicionadas de acordo com os tipos de mercadorias (setorização). A seguir ilustração da distribuição dos lugares seguindo esta ordenação.

Figura 79 – Mapa da Feira Semanal de Vila do Conde (2007)



Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde (2007)

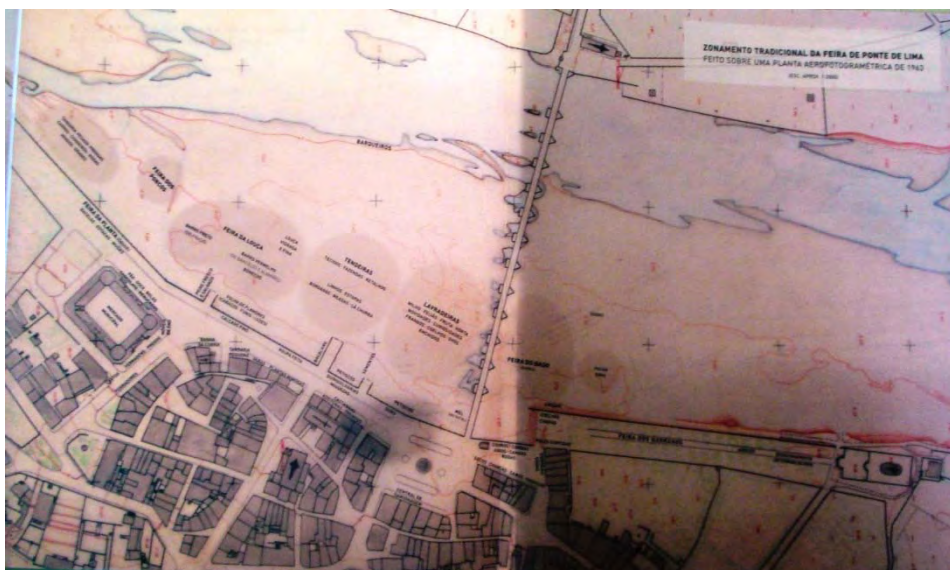
Quanto a feira de Ponte de Lima, localizada em campo aberto, no areal desde o século o século XII, não há nenhuma perspectiva de mudança de local, até porque seu posicionamento é reconhecido e respeitado por todos, identificado em todas as bibliografias que referem a feira limiana e sua importância na localização geográfica, e também identificado pelos próprios feirantes que têm o entendimento do valor histórico daquele sítio, como afirma o Presidente da AFDP: “eu penso que no areal é interessante que a Feira continue lá, porque temos que preservar o que é História”¹⁶⁵⁰. A

¹⁶⁴⁹ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

¹⁶⁵⁰ Entrevista concedida à autora pelo Presidente da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, Sr. Joaquim Santos, Feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

imagem a seguir é datada da década de 1960, chamamos atenção para a área destinada as lavradeiras. Atualmente ocupada pelos ciganos, com os produtos importados.

Figura 80 – Imagem do Zoneamento Tradicional da Feira de Ponte de Lima, feito sobre uma Planta Aerofotogramétrica de 1963



Fonte: D`AURORA, Conde. *A Feira de Ponte de Lima*. Ed. Município Ponte de Lima Rainha & Neves Lda.2005.

As lavradeiras hoje encontram-se espalhadas por toda a feira, como aliás todas as demais mercadorias, pois, diferentemente das outras duas feiras, esta não tem os sus setores organizados por mercadorias. A preocupação da Câmara nesta disposição, apresentada na imagem a seguir, consiste sobretudo em alargar as ruas, para que os transeuntes tenham possibilidade de acesso.

Figura 81 – Imagem Ordenamento da Feira de Ponte de Lima por setores (2004)



Fonte: Ordenamento da Feira, Areal- Ponte de Lima, Por menor dos lugares por setores, DER- Divisão de Estudos e Planeamento. Município de Ponte de Lima, Abril de 2004.

Nesta estrutura em que as feiras minhotas se apresentam atualmente, faz-se necessário estudo mais aprofundado quanto as reformas destes mercados tradicionais, com propostas de intervenção no espaço de maneira mais impactante, sem perder a atenção para as questões de estrutura que venham a descaracterizar os espaços. Por termos percebido, nos depoimentos alguns feirantes e fregueses, a queixa¹⁶⁵¹ pela falta de infra- estrutura que as feiras dispõem, sobretudo em momentos de outono e inverno diante das intemperes climáticas vivificadas em território minhoto, observemos entrevista de uma feirante que escreveu ao Jornal O Feirante, diz:

Para que possam exercer a sua atividade os feirantes tem de pagar pelo espaço que utilizam, e não sendo esse valor relativamente baixo os feirantes têm direito de usufruir de uma boa organização e de um clima não conflituoso. (...) Com uma melhor organização das feiras estas podem tornar-se uma fonte de progresso para as autarquias locais, já é tempo de os políticos dar valor às feiras e apoiarem o trabalho dos feirantes. (...) Não se compreende porque em dias de mau tempo os feirantes não consigam expor os seus produtos, será culpa dos próprios feirantes? Os será culpa dos autarcas que não criam condições para que os feirantes consigam desenvolver a sua atividade em qualquer situação climatérica? Será que só a verbas para se construir as grandes superfícies comerciais? Se as feiras fossem realizadas em recintos fechados arrastariam muito mais consumidores, e os feirantes não teriam de se preocupar com o mau estado do tempo. Em dia de mau tempo a tendência é para ficar em casa ou para passear em sítios fechados, é o caso dos Centros comerciais. As pessoas não se sujeitam a ir em locais onde tem de deixar o carro longe (muitas feiras não tem lugares de estacionamento perto, e o pavimento muitas vezes nem alcatroado é) e seguir a pé até chegar a feira, então se estiver a chover ainda se torna mais improvável que se desloquem à mesma. Ao serem realizadas em recintos fechados, as feiras atraem mais pessoas o que seria uma benesse para os produtores pois conseguiam vender e, quem sabe, escoar os seus produtos¹⁶⁵².

Quanto a buscar o reconhecimento das feiras investigadas a nível nacional, as Câmaras responsáveis pela gestão delas não tem nenhum projeto ainda definido a este respeito. O responsável pelas feiras e mercados na Câmara de Vila do Conde, quando indagado a esta questão, quanto a pensarem a feira como património imaterial, buscar este reconhecimento, disse:

Não. Porque provavelmente é como disse a componente económica. Se calhar é mais visível. E do ponto de vista social do hábito das pessoas virem. Como disse anteriormente, do ponto de vista cultural, se calhar é um aspecto interessante este

¹⁶⁵¹ Os frequentadores das feiras fazem comparações com a infraestruturas delas e a dos demais lugares de consumo. Alguns, em suas memórias, trazem lembranças de acidentes causados por tempestades e ciclones vivenciados nas feiras. A respeito destas comparações na infraestruturas evidenciadas pelos feirantes e fregueses ver capítulo 5, item Representações da concorrência por feirantes e fregueses, pp. 214-227.

¹⁶⁵² Não acreditamos que esta seja uma opinião isolada, pois ao mesmo tempo que verificamos em nosso estudo depoimentos nesta direção, este texto trata-se de uma publicação do Jornal da Categoria dos feirantes, o que pode representar a opinião coletiva. No entanto, outros estudos podem ser realizados caso as autarquias se sensibilizam com estas queixas. Sobre este texto ver: Ramilo, Patrícia I. J. (2010, Março/Abril) “Respondendo à questão: Ser feirante ainda nos orgulha?”. Em: *O Feirante*. José Manuel Abranja (diretor). AFDL- Associação dos Feirantes do distrito de Lisboa. Ano XVI- N° 78, p.7.

[património imaterial], mas nunca foi pensado. Nós temos as pessoas da cultura ligados a esta área, a mim nunca me colocaram esta questão. Mas se calhar seja uma situação para avaliar no futuro, eu não digo que não. Até porque nós temos uma atividade cultural que eu considero significativa, temos espaços culturais muito interessantes e trabalhos desenvolvidos nesta área. Se calhar as feiras também eram uma área [interessante]¹⁶⁵³.

Já em Barcelos a preocupação primeira tem sido inicialmente a da consolidação da adesão dos artesãos ao processo de certificação do artesanato, para posteriormente se trabalhar a perspectiva do imaterial:

Não. Neste momento não temos nada em curso. Aquilo que temos em curso, o que tivemos em curso, foi também junto ao INPI- Instituto Nacional de Propriedade Industrial, registrar como denominação de origem o artesanato barcelense¹⁶⁵⁴. Neste domínio do imaterial nós ainda não avançamos, achamos um pouco incongruente se nós não conseguimos certificar parte do material da feira, para depois avançarmos na parte imaterial. Eu tenho que ter um processo com evolução capaz de orientar a certificação do material, o imaterial será um processo subsequente¹⁶⁵⁵.

Quanto a Ponte de Lima, após a Câmara municipal ter tido a iniciativa de desenvolver projeto para a classificação a nível local dos bens imateriais, nomeada Ponte de Lima Terra Rica da Humanidade, não se teve nenhuma outra iniciativa posterior além da publicação referida. Outrossim, não existe projeto para buscar o reconhecimento a nível nacional, desenvolvendo o inventário, conforme explicitado pela Câmara Municipal e pelo vereador da Cultura “ De facto não há classificação, nem pré-inscrição da Feira na lista de património imaterial do IMC (...).Sobre o que se tem feito para a sua salvaguarda, em termos patrimoniais apenas as publicações”¹⁶⁵⁶.

Por outra, é importante ressaltar que, embora esta investigação de indícios da possibilidade de se ver estas feiras contemporâneas como património imaterial das cidades, nomeadamente em

¹⁶⁵³ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

¹⁶⁵⁴ Refere-se ao pedido da Câmara Municipal de Barcelos ao INPI, do Registo da Indicação Geográfica “Figurado de Barcelos”, realizado em 14 de Julho de 2005, e publicado em Boletim da Propriedade Industrial em Setembro do mesmo ano. Ver Caderno de especificações, Acedido em 02 de Julho de 2011, em: http://www.adereminho.pt/site/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=3:figurado-de-barcelos&Itemid=57 “Trata-se de uma Marca composta por símbolo e denominação e cujo manual de identidade gráfica foi igualmente remetido ao INPI”. Ver: Câmara Municipal de Barcelos (2008). Nome ou denominação de venda do produto. Em: *Caderno de Especificações para a Certificação do Figurado de Barcelos*, p. 5. Apud: (2006) *Caderno de especificações para a Certificação da Olaria de Barcelos*. CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais.

¹⁶⁵⁵ Entrevista concedida à autora pelo Dr. Sérgio Pires, vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

¹⁶⁵⁶ Esclarecimento concedido pelo Dr. Franclim Castro Sousa - Vereador da Cultura de Câmara Municipal de Ponte de Lima, por intermédio da informação concedida pela Dr.ª Susana Zamith, responsável pelo Gabinete Terra (órgão vinculado a Câmara Municipal, que trata de ações do âmbito da Cultura e foi também a entidade responsável pelo desenvolvimento do projeto Ponte de Lima Terra Rica da Humanidade; e transmitida pela Sra. Sandra Rodrigues do Gabinete de Apoio à Presidência, em 04 de Julho de 2011.

função da origem destas no medievo e que ainda se matem, pelos vários elementos elencados acima (sociabilidade, encontro, ritual coletivo, tradição, divertimento, atividades transformadoras, comida, alimentação...) vinculados a questão conceitual do património imaterial em Portugal, determinada pelo Decreto-lei n.º 139/2009 justifica esta conceção, nos parece que o entendimento atual que o DPI dá a este tipo de bem imaterial não segue este direcionamento:

Não existe qualquer projeto de considerar a feira como património imaterial, não há. Lendo os manuais da Unesco, francamente não vejo como entram ali as feiras. Porque uma feira é algo muito complexa, sobretudo uma feira na atualidade, é algo muito complexo e é algo que muitas vezes no momento, em Portugal, praticamente não tem nada a ver com o Património Imaterial a feira é um lugar de comércio, de compra e venda de mercadoria. Ora, o que se vende hoje nas feiras de uma forma muito residual acabam por ser bens que resultam em processos de sinais, eu destacaria por exemplo alguns doces e alguns bens alimentares que são próprios as vezes de uma região, de outra. Estou a pensar na Feira das Caldas, no mercado das Caldas, onde se vende aqueles pinhões etc. ou determinadas guloseimas, determinadas iguarias que muitas vezes são ali daquela região, ou as cavacas, etc. e em que se vende algum artesanato, alguns cestos. Mas as pessoas basicamente já não compram cestos de vime, compra é recipientes de plástico, produção industrial, porque são mais duráveis. Portanto, eu olho para hoje para as feiras e para os mercados e isto acontece desde os anos oitenta em que de repente as feiras e os mercados em Portugal foram invadidos por gêneros que nem são gêneros que exemplificativos daquela região e são lugares de troca, e de venda de mercadorias que vem de outras regiões: são produtos industriais, os discos, o chinês. Antigamente eram os cassetes com circulação da música pirata de edição pirata. De repente é por ali, antes de haver lojas, supermercados, hipermercados em cada sede de concelhos, que hoje é isto que existe. Hoje existem grandes superfícies comerciais onde se vende de tudo. O que se compra em Lisboa, pode se comprar numa sede de concelho, as vezes há uma, duas, três grandes superfícies comerciais em uma sede de concelho pequenina (...) Tudo é produção industrial e nas feiras e mercados e as coisas mais apreciáveis que vinham de fora e aparecem nas feiras e mercados, eram os produtos electro eletrónicos que vinham da China, da Índia, era o relógio digital é o que ainda hoje domina. É a própria roupa de produção industrial, não é de produção artesanal é sobretudo isto que circula. Portanto, quanto a mim o que se distingue hoje uma feira de um espaço comercial fixo seja o Pingo Doce, ou a Feira Nova ou o Modelo, ou o Lidl sobretudo o Lidl na zona do interior, não é grande coisa. É o facto de elas serem as feiras e os mercados em locais que não são fixos, locais em que os produtores locais e regionais aproveitam para escoar diretamente as suas produções agrícolas, estão a vender as cebolas e as laranjas mas hoje não correm muito as feiras. E hoje, uma das coisas que mais saem, por exemplo, são vendas de espécies de viveiras. Hoje vai-se a estas feiras, primeiro porque vai lá o produtor local que vai lá o viveiro e a pessoa vai lá comprar uma vide para plantar, para substituir uma videira que está velha ou quer renovar a qualidade do vinho, ou quer plantar uma nova área de fruto; ou quando vai comprar nas couveezinhas já preparadas as couves, ou as alfaces para plantar na horta, escusa de aproveitar as sementes da produção anterior, etc., ou vai comprar a batata de sementes para semear. São coisas que facilmente de encontra nas zonas comerciais (...) eu diria que as feiras hoje o que se tem de mais simbólico são os próprios encontros: semanal, mensal, anual, seja como for, de pessoas daquele mesmo concelho, ou daquela região etc. e há ali um momento

especial. Não tem nada a ver com as feiras de vinte anos, que circulavam produtos da região a vender as toalhas e produtos que eram difíceis de encontrar. O que era mais barato nas feiras, mas isto desapareceu. Em todas as sedes dos concelhos, por mais fraquinhas que sejam estes comércios, estão lá. Acho muito interessante este objeto de estudo, mas eu não vejo como é que se possa entrar aí pelo património imaterial, porque elas são efémeras. Mas isto não é património imaterial¹⁶⁵⁷.

A partir do depoimento proferido anteriormente fazemos algumas considerações: Inicialmente lembrar que, apesar de respeitarmos a opinião do depoente e agradecermos por sua expressão, concordamos e discordamos de suas colocações. Concordamos quando o mesmo traz a narrativa de que as feiras contemporâneas não são as mesmas da década de 1980, diante da presença dos múltiplos artigos provenientes da abertura de mercado. Destas duas questões inclusive partiu nosso interesse pela pesquisa, no que refere-se a demarcação do tempo e da problemática. No entanto discordamos do depoente quando continua a discorrer sobre a impossibilidade das feiras serem vistas como património imaterial pelo aspecto dito anteriormente. As feiras estão muito modificadas Sabemos que o património imaterial é muito dinâmico, e as feiras também são. Não poderiam ter as mesmas características do passado, pois se assim fosse não teria sobrevivido aos impactos decorrentes de todos os períodos históricos, e da atualidade, ao mercado global. As alterações visíveis e apresentadas neste estudo quanto as mercadorias dispostas e as formas de pagamento são estratégias de mudanças, ao mesmo tempo que também garantem a continuidade delas. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração as suas características essências e os produtos tidos como genuínos que ainda estão a ser comercializados nas feiras, que o depoente demonstrou ter conhecimento em sua fala, e que foram comentados na parte III do presente trabalho. Concordamos quando o depoente discorre sobre a presença crescente dos equipamentos comerciais resultantes da economia global em Portugal. É tanto que sobre estas evidências, as quais chamamos de impactos gerados pela globalização, dedicamos a parte II deste estudo. Todavia, o que nos parece claro é que, diante desta constatação, caberia a preocupação de buscar a salvaguarda deste comércio tradicional, uma vez que a tendência é o seu desaparecimento.

Na condição de instituições com origem no medievo que resistem as adversidades e se apresentam ainda no início do século XXI, as feiras têm como principal característica não serem efémera. Não se trata de um acontecimento particular, pontual, que desaparece e é de propriedade particular, individual. Muito pelo contrário. Mesmo que tenha dia, hora e lugar para acontecer com

¹⁶⁵⁷ Entrevista concedida a autora pelo Dr. Paulo Ferreira da Costa, diretor do Departamento de Património Imaterial/IMC, realizada no DIP/IMC, Lisboa 02 de Fevereiro de 2011.

genuinidades de cada região, representam práticas coletivas de continuidade e de comprometimento com as suas essências. Referimo-nos as características inerentes das feiras como instituição maior. No mundo globalizado, nos parece que a difusão e proliferação destas “particularidades” tendenciam a ser ainda mais trocadas, expandidas. Portanto, não podemos vê-las como efémeras, nem tão pouco tratá-las apenas como eventos, ou lugares de comércio. Se fizermos isto estaremos simplificando-as, reduzindo sua importância e negando sua história. Pois a história das feiras são resultantes das dinâmicas de adaptações, resistências e embates.

Neste sentido, ao nosso entender, emerge portanto, a necessidade de reconhecimento com políticas públicas de salvaguarda, ações de preservação, pois as características das feiras contemporâneas minhotas, observadas neste estudo, convergem com o entendimento daquilo que consiste o conceito de património imaterial, adotado pela UNESCO e igualmente adotado pelo Ministério da Cultura Português, parte dele evidenciando de maneira intencional, pelo depoente citado anteriormente, as feiras como sendo espaço simbólico de socialização e lugar de encontro.

Assim sendo, acreditamos que este estudo venha a contribuir para reflexões a este respeito, em Portugal, nomeadamente de se vislumbrar as feiras como património imaterial das cidades, como já ocorrem no Brasil. Logicamente, após a realização de estudos aprofundados, inventários realizados e avaliados, com vistas para classificação objetivando, contudo, a salvaguarda destes bens, uma vez que a sociedade civil e todos os envolvidos com interesses na sua continuidade reconhece-as. Acreditamos que a necessidade do “estudo e investigação de um património são as condições fundamentais para o seu conhecimento, seja pela comunidade acadêmica, seja pelos seus herdeiros mais diretos, seja ainda pela comunidade nacional e internacional. Ninguém ama o que não conhece! Dai a importância do reconhecimento, principalmente para sua salvaguarda (...) São as sociedades locais, nas diferentes culturas, a identificar o valor cultural e a importância do seu património a preservar num mundo globalizado”¹⁶⁵⁸.

Se as ações não se derem em conjunto – todos os interessados descritos anteriormente – para a preservação destas práticas culturais e sociais que estão envolta das feiras, a tendência, de facto, é que elas deixem de existir. E por tudo que foi visto neste estudo, as estratégias empreendidas pelos feirantes para a continuidade das feiras, que ao nosso entender são elementos de extrema relevância, e a escolha e frequência, ainda que escassa, dos fregueses, refletem a importância deste

¹⁶⁵⁸ Campelo, Á. (2008). Patrimônio: Espaço e vid. Da herança à Construção da identidade. Em: *Ponte de Lima Terra rica da humanidade*, cit..., pp.134-135.

comércio tradicional continuar a existir. Mesmo que para isto signifique a incorporação como resiliências e ressignificações em suas aparências, atendendo a lógica do mercado capitalista global.

Conclusão

Consideramos as feiras uma das instituições mais interessantes que permaneceram ao longo dos séculos, desde o período medieval até os nossos dias. Locais de concentração económica, as feiras sempre representaram um papel primordial no que concerne à distribuição de mercadorias vendáveis a partir da produção, muitas vezes realizada nos campos que ficam nos seus arredores. Neste sentido, as feiras foram responsáveis pelo desenvolvimento das cidades. Em paralelo a esta importância económica e comercial, sabemos que também se constituíram, no passado e no presente, como *loci* de relações sociais e culturais, dando suporte à convivência daqueles que transitam pelos seus espaços. Na Europa e na América as feiras surgiram dando lugar às primeiras aglomerações, inicialmente tidas como povoados e vilas, e posteriormente cidades¹⁶⁵⁹.

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande, ultrapassando o seu papel comercial e transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades se congregavam e estabeleciam laços de sociabilidade¹⁶⁶⁰.

Na contemporaneidade, apesar de o capitalismo periférico se instalar a uma velocidade acentuada, com os supermercados luxuosos e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mantendo a ideia de local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, prazer, entretenimento, diálogo, amizades, furtos, vícios, enfim, polissémicas sociabilidades. As feiras continuam a ser lugares de múltiplas territorialidades, sejam económicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem e se transformam no dia-a-dia. A feira se constitui, em suma, num espaço de mobilidades comerciais e sociais que se concretizam através das diversas transformações ocorridas não só na localização geográfica e produtos comercializados, mas também nas formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais e dizeres, fomentados pelos atores sociais que frequentam e transitam pelos seus labirintos. Estas dinâmicas tecem-se numa rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

Nas feiras contemporâneas, tanto em Portugal quanto no Brasil, diante da efervescência da globalização, o presente estudo comprovou que, mesmo buscando a conservação de algumas

¹⁶⁵⁹ Como discurremos na parte I, Trajetória histórica e concepções das feiras antes dos impactos da globalização, textos referente aos capítulos 1 O papel do comércio na constituição da rede urbana, pp. 61-71 e capítulo 2 - Feira e suas derivações conceituais respetivamente, pp. 72-87.

¹⁶⁶⁰ Conforme elucidamos também na Parte I, capítulo 3, intitulado: O quotidiano das feiras: aspectos sociais, pp. 88-105.

tradições, é notoriamente impossível que estes mercados tradicionais se mantenham no decurso do tempo, sem alterações.

Os impactos causados pelo fenómeno do capital global foram explorados neste estudo¹⁶⁶¹. No entanto, apesar das adversidades e das normas do mercado consumidor, as estratégias de continuidade e de adaptação, criadas e recriadas pelos seus principais protagonistas — feirantes e fregueses —, impedem que as feiras deixem de existir. Somados a esses atores existem outros, que também se interessam pela continuidade das feiras, nomeadamente, os poderes públicos e o turismo. Em que pese cada um destes possuir interesses distintos e o facto de as feiras serem também lugares de conflito, os embates acabam por provocar, mesmo que indiretamente, o entendimento “consensual” da importância da feira na atualidade.

Entretanto, mau grado as estratégias de continuidade associadas a ressignificações e readaptações às dinâmicas de mercado¹⁶⁶², as feiras contemporâneas passam por uma crise de sobrevivência. Se os interesses para a sua continuidade forem legítimos, é necessário adotar uma política de incentivo e valorização desses espaços.

Alguns passos já foram iniciados neste sentido, sobretudo no Brasil, com a busca pelo reconhecimento do título de Património Imaterial¹⁶⁶³. No entanto, estes estão a ser somente iniciados, e, ao nosso entender, precisam ser acelerados, caso haja interesse por parte dos vários atores envolvidos na salvaguarda deste património, já que o capital financeiro global também se tem instalado de maneira avassaladora. E, se fazemos referência a este fenómeno, não é para negar as benesses que o sistema traz consigo, mas é, tão-somente, para alertar os interessados sobre aquilo que todos sabem, mas que em alguns momentos fica subscrito: o mercado é dinâmico e as feiras também o são. Logo, as políticas de salvaguarda das feiras podem e devem estar vinculadas ao processo de modernização. Para tanto, é necessário que os envolvidos, direta e indiretamente, possam discutir o assunto e apresentar as possibilidades de entendimento.

No entanto, não se deve perder de vista a capacidade de resistência dos atores que compõem o universo das feiras, demonstrada em astúcias e experiências rememoradas por meio da memória coletiva. Homens e mulheres que viveram e vivem nas feiras demonstram a sua resiliência e

¹⁶⁶¹ Como discutiremos na segunda parte desta tese, no capítulo 4. A dinâmica do trabalho nas feiras, pp. 109-177 Capítulo 5. Outros hábitos e lugares de consumo, pp. 178-236 e capítulo 6 - Práticas culturais e identitárias pp. 237-308.

¹⁶⁶² As estratégias encontradas pelos feirantes para continuidade das feiras foram apresentadas na parte III. Estratégias de adaptação e resistência frente ao global, capítulo 7. A substituição de mercadorias e novas formas de pagamento, pp.312-444.

¹⁶⁶³ Sobre este aspecto tratamos no Capítulo 8. As Feiras como património imaterial e cultural das cidades, item 8.1 A salvaguarda do bem imaterial no Brasil, pp. 445-598.

também as importantes relações sociais de que são agentes, bem como a sua permanente adequação a todo o contexto cultural de que fazem parte.

Convém lembrar, ainda, que, para entendermos as falas dos feirantes e fregueses, foi preciso considerarmos a relação dialética existente entre a sua experiência e a consciência social dos sujeitos, expressa por meio da relação estabelecida entre oralidade e memória. Uma e outra foram consideradas de maneira associada, já que a memória foi abordada como uma representação das lembranças vividas e travestidas em experiência, enquanto a oralidade foi interpretada como a possibilidade de denúncia ou mesmo de anunciação de factos até então silenciados.

Os diversos tipos de documentos analisados permitiram perceber as diferenças entre os intervenientes, não só quanto aos géneros, mas também quanto aos objetivos e interesses. É o caso, por exemplo, das elocuções proferidas pelos depoentes que ocupam lugares de fala diferentes, como os representantes dos poderes públicos e os feirantes. Em cada um destes grupos sociais as similitudes igualmente são percebidas, uma vez que existem interesses comuns.

As análises que fizemos das fontes investigadas seguiram o referencial teórico proposto por E. P. Thompson. O estudo das feiras que nos propusemos levar a cabo insere-se numa linha de investigação que, para além da História Económica e Social, interessa-se e aproxima-se da História Antropológica. Deste modo, concretizou-se a possibilidade de um diálogo entre a História Social e a Antropologia Social no que tange à identificação de velhos e novos problemas, dando ênfase à experiência humana dos sujeitos ouvidos, envolta em manifestações culturais e sociais engendradas nas suas práticas quotidianas, sobretudo em relação às estratégias e artimanhas para se adaptarem às novas regras do mercado, e assim resistir à concorrência, modelando e remodelando as suas condições de existência.

Esperamos, também, que este trabalho venha a contribuir para o enriquecimento da historiografia portuguesa, não apenas no sentido de preencher a lacuna que existe em relação a este tema na época contemporânea¹⁶⁶⁴, mas também no que se refere à redescoberta de temáticas envolvidas com o fortalecimento do Património Cultural e imaterial português ainda pouco investigado¹⁶⁶⁵, apesar da riqueza de seu acervo.

Em relação à Historiografia Brasileira, apesar da existência de vários estudos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais com o aporte temático relacionado às feiras, sejam elas modernas ou contemporâneas, entendemos que nenhum estudo percebeu as feiras em seu conjunto, nem

¹⁶⁶⁴ Sobre a ausência de estudos nas feiras contemporâneas, anunciada por historiadores, ver texto de apresentação, p. 29-58.

¹⁶⁶⁵ Sobre este aspecto tratamos no Capítulo 8, item 8.4 Património Imaterial em Portugal, uma sugestão de salvaguarda para as feiras minhotas, texto *Retrospectiva histórica da Política Patrimonial Imaterial Lusa*, p. 551-598.

tampouco estabeleceu uma análise comparativa com as feiras de além-mar. Neste sentido, esperamos que este estudo venha a contribuir, também, através do conhecimento da eclética bibliografia brasileira, para o avanço dos estudos relativos às distintas temáticas e olhares com que as feiras podem ser observadas.

Algumas questões foram respondidas, enquanto outras precisam ser aprofundadas e muitas outras emergiram no decorrer da pesquisa, necessitando, por esta razão, serem esclarecidas em estudos futuros. Neste caso, há necessidade de desenvolver estudos em torno do real interesse nas feiras, bem como de empreender uma investigação em relação às possibilidades das políticas públicas, culturais e sociais para a salvaguarda destes lugares, com, por exemplo, projetos de requalificação para as áreas das feiras lusitanas; levantamentos e inventários dos valores patrimoniais imateriais das feiras, entre outros.

Fontes de pesquisa e referenciais bibliográficos

Fontes orais***Entrevistas nas Feiras Brasileiras (feirantes e fregueses)******Feira de Campina Grande***

Alba, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Antônio Inácio, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Antônio Raimundo Alves, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Augustina, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.

Bernardo de Sousa Filho, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Carla, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Cleonice Agra, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Cleonice Ferreira, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Damiana, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Francisca, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Glória, feirante, em 21 de Fevereiro de 2009.

Ivone, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.

Jeane, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.

Joana Pires, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.

Joaquim Pereira, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.

Joilma, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Jorge Fernando, freguês, em 21 de Fevereiro de 2009.

José Inácio Brito, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Josefa, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Lindacir, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.

Lindolfo Agra, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.

Manoel Augusto, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Manoel, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.

Maria da Conceição, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Maria das Dores, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Maria de Fátima, freguesa em 21 de Fevereiro de 2009.

Maria das Graças, feirante em 20 de Fevereiro de 2009.

Maria Helena, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.

Marina Moraes, freguesa em 20 de Fevereiro de 2009.

Marta, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.

Miriam, feirante, em 19 de Fevereiro de 2009.
Paulo, feirante, em 21 de Fevereiro de 2009.
Paulo Ricardo, freguês, em 20 de Fevereiro de 2009.
Rita, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.
Ruth, freguesa, em 19 de Fevereiro de 2009.
Sandra, freguesa, em 21 de Fevereiro de 2009.
Severina, freguesa, em 19 de Fevereiro de 2009.
Simone, freguesa, em 20 de Fevereiro de 2009.
Socorro, freguesa, em 19 de Fevereiro de 2009.
Viviane, feirante, em 20 de Fevereiro de 2009.

Feira de Caruaru

Andreza, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Biana, feirante, em 22 de Dezembro de 2009.
Carlos Felipe, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.
Celso, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Clara, feirante, em 22 de Dezembro de 2009.
Dione Martins, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Elizete, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.
Fátima Rodrigues de Aguiar, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Fernando, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Flávio, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.
Gertrudes, freguesa, em 22 de Dezembro de 2009.
Hamilton, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Janaina, freguesa, em 15 de Dezembro de 2009.
João, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.
João Neto da Silva, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.
João Paulo, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.
João Trigueiro, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.
Joseane Carla da Silva, freguesa, em 15 de Dezembro de 2009.
Justino, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Manoel Martins, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Maria Advani dos Santos, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.
Maria das Dores, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.

Maria de Fátima, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009
Maria das Graças, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Maria da Guia, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Maria Helena, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.
Maria José dos Santos, freguesa, em 15 de Dezembro de 2009.
Maria Rufina, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Marilene, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Nadja, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Neta, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Pedro Octávio, feirante, em 08 de Dezembro de 2009.
Ricardo Pedrosa Jr., freguês, em 08 de Dezembro de 2009.
Roberto Araújo, freguês, em 08 de Dezembro de 2009.
Roberto Felipe, freguês, em 15 de Dezembro de 2009.
Rosângela, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.
Rosi, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Rosimiro, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Serafim, feirante, em 15 de Dezembro de 2009.
Severina, freguesa, em 08 de Dezembro de 2009.

Feira de São Joaquim

Aguinaldo Campos, freguês, em 12 de Junho de 2009.
Antonio Carlos Oliveira, feirante, 08 de Junho de 2009.
Antonio Conceição Santos (pai de santo), feirante, em 10 de Junho de 2009
Antonio Rock dos Santos, feirante, em 12 de Junho de 2009.
Carla Coutinho, freguesa, em 13 de Junho de 2009.
Carmem Lúcia, freguesa, 10 de Junho de 2009.
Cibele Alencar, freguesa, em 13 de Junho de 2009.
Conceição Dias, freguês, em 27 de Maio de 2009.
Danilo Correia da Anunciação, feirante, em 12 de Junho de 2009.
Edvaldo Leite, freguês, em 10 de Junho de 2009.
Eliseu Andrade (Zeu), feirante, em 12 de Junho de 2009.
Erivaldo (Babaú), feirante, em 10 de Junho de 2009.
Fernando Aguiar, freguês, em 13 de Junho de 2009.
Fernando Santos, freguês, em 10 de Junho de 2009.

Genaro Costa, feirante, em 12 de Junho de 2009.
Gilson Gomes, freguês, em 10 de Junho de 2009.
João Borges, freguês, em 12 de Junho de 2009. No texto tá Jorge Borges
John Smith, freguês, em 27 de Maio de 2009.
Jorge Maia, freguês, em 27 de Maio de 2009.
José Antonio de Oliveira (Zé do licor), feirante, em 12 de Junho de 2009.
José Antônio dos Santos, feirante, em 27 de Maio de 2009.
José Carlos Almeida, fregues, em 12 de Junho de 2009.
José Pereira, freguês, em 12 de Junho de 2009.
Marcílio dos Santos, feirante, em 14 de Junho de 2009.
Manuel Antonio dos Santos, feirante, em 12 de Junho de 2009.
Manuel Augusto Lima, feirante, em 27 de Maio de 2009.
Maria Aparecida, feirante, 10 de Junho de 2009.
Maria da Conceição, freguesa, em 10 de Junho de 2009
Maria Fátima Araújo, freguês, em 27 de Maio de 2009.
Maria das Graças Alencar, freguesa, em 13 de Junho de 2009.
Maria da Glória Anunciação, feirante, em 10 de Junho de 2009.
Maria do Carmo Tavares, feirante, em 27 de Maio de 2009.
Maria de Lourdes, freguês, em 27 de Maio de 2009.
Oltevam Oliveira, feirante, em 12 de Junho de 2009.
Pedro Gomes, feirante, em 27 de Maio de 2009.
Pedro Ramos, feirante, em 13 de Junho de 2009.
Pedro Rosas, feirante, em 10 de Junho de 2009.
Railda dos Santos, freguesa, em 13 de Junho de 2009.
Sandra Costa, freguesa, em 13 de Junho de 2009.
Sandro Alves, feirante, em 10 de Junho de 2009.
Sérgio Crispim, feirante, em 12 de Junho de 2009.

Entrevistas nas Feiras Portuguesas (feirantes e fregueses)

Feira de Barcelos

Alice, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Ana Bela, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Ana Paula, freguesa, em 29 de Novembro de 2007
António Rodrigues, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Aurora, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Carlos Alberto Ferreira, feirante em 27 de Dezembro de 2007.
Daniela, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Deolinda Barbosa Fernandes, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Eduarda, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.
Evelina, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.
Fátima Figueiredo, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Florinda Silva, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Goreti, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.
Guria, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
João Vilas Boas Cerqueira, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Joaquim, nascido em Angola, naturalizado português, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Júlio Gomes Real, feirante, em 29 de Novembro de 2007.
Luciene Nogueira, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Lucinda, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Luísa, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Manoel, freguês angolano, em 22 de Novembro de 2007.
Manuel Ferreira, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Maria Aparecida, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Maria da Conceição Salgueiro, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Maria de Fátima, feirante, em 29 de Novembro de 2007.
Maria de Lourdes, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Maria do céu Barbosa, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Maria do Carmo Dias, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Maria Helena, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Maria João, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Maria José Santos, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Maria Laurentina, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.
Maria Lemos, freguesa, em 29 de Novembro de 2007.
Maria Madalena, feirante, em 22 de Novembro de 2007.
Marta, feirante, em 27 de Dezembro de 2007.
Olga Martins, feirante, em 22 de Novembro de 2007.

Priscila, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Rosa Vieira, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Sandra, freguesa, em 05 de Dezembro de 2007.

Sofia, freguesa, em 22 de Novembro de 2007.

Feira de Ponte de Lima:

Albano Cunha, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Américo, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Carmem, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Celso Fernandes, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Conceição, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Cristina Alves, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Cristina Costa, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Daniela Flora, freguesa, em 07 de Dezembro de 2007.

Eduarda Azevedo, em 10 de Dezembro de 2007.

Elsa, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Fausta, feirante, em 28 de Novembro de 2007.

Helena Matias, feirante, em 26 de Novembro de 2007.

Joana Ribeiro, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

João Alcântara, freguês, em 10 de Dezembro de 2007.

João Moraes, freguês, em 10 de Dezembro de 2007.

Jorge Correia, feirante, em 26 de Novembro de 2007.

Lucinda Gomes, freguesa, em 07 de Dezembro de 2007.

Luciene Nogueira, freguesa, em 07 de Dezembro de 2007.

Manoel Ferreira, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Alberto, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Amélia Pereira, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Aparecida Barbosa, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria Conceição Martins, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria da Conceição Cruz, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Murilo, feirante, em 07 de dezembro de 2007.

Maria de Fátima, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria do Ceú, feirante, em 26 de Novembro de 2007.

Maria de Lourdes Aleixo, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.

Maria dos Anjos, feirante, 10 de Dezembro de 2007.
Maria Fernandes, feirante, em 12 de Novembro de 2007.
Maria João Gaspar, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Maria João Cordeiro, freguesa, em 12 de Novembro de 2007.
Maria José, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.
Maria Luiza Dantas, freguesa em 10 de Dezembro de 2007.
Maria Otilia, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Maria, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.
Noaldo, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.
Piedade Lima, freguesa, em 26 de Novembro de 2007.
Raquel Amares, freguesa, em 10 de Dezembro de 2007.
Verônica, feirante, em 10 de Dezembro de 2007.

Feira de Vila do Conde

Albano, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Ana Bela, feirante, em 21 de Dezembro de 2007.
António Augusto, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Beatriz, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Cristina Martins, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
Daniela Moraes, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Danila, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.
David Maia, feirante em 21 de Dezembro de 2007.
Eduarda, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Elsa, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Emilia, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.
Fátima Gonçalves, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Felipa, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Fernanda, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Fernando, feirante, em 14 de Novembro de 2007.
Joana Nunes, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Joaquim, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
José Manuel, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Maria Madalena, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Madalena Freitas, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.

Manuel Pinto, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
Manuela Sá, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.
Maria Amélia, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Maria Antonina, feirante, em 14 de Novembro de 2007.
Maria Anunciada, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.
Maria Arminda, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.
Maria de Fátima, freguesa, em 25 de Novembro de 2007.
Maria de Fátima Pires Silva, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.
Maria de Lourdes, feirante, em 21 de Dezembro de 2007.
Maria de Lourdes Teixeira, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Maria do Carmo, feirante, em 21 de Dezembro de 2007.
Maria do Carmo, freguesa, em 25 de Novembro de 2007.
Maria Helena, freguesa, em 28 de Dezembro de 2007.
Marcos, feirante, em 14 de Dezembro de 2007.
Pedro Correia Gomes, em 21 de Dezembro de 2007.
Pedro Manoel, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.
Priscila, freguesa, em 21 de Dezembro de 2007.
Rafaela, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Rosalina Araújo, freguesa, em 14 de Dezembro de 2007.
Rosa Maria, feirante, em 28 de Dezembro de 2007.

Obs: Para todos os entrevistados foram utilizados pseudónimos, quando os mesmos não quiseram se identificar.

Outras Entrevistas

Portugal

Alberto Laranjeira, responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de Vila do Conde, em 06 de Maio de 2011.

António Martins, fiscal da Câmara Municipal de Ponte de Lima há mais de 30 anos, em 10 de Dezembro de 2007.

Joaquim Santos Presidente da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, Feira Espinho, 15 de Junho de 2010.

Nuno Rodrigues, funcionário do Departamento de Turismo na Câmara Municipal de Barcelos, em 01 de Julho de 2011.

Paulo Ferreira da Costa, diretor do Departamento de Património Imaterial/IMC, realizada no DIP/IMC, Lisboa 02 de Fevereiro de 2011.

Pedro Mota (in memorian), responsável pelo setor de feiras e mercados na Câmara Municipal de

Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

Sérgio Azevedo, fiscal na Feira de Barcelos, em 22 de Novembro de 2007.

Sérgio Pires, Dr. vereador do Turismo e Artesanato da Câmara Municipal de Barcelos, em 30 de Junho de 2011.

Brasil

André Alexei Lyra Câmara, Secretário da Fazenda da Prefeitura Municipal de Caruaru, em 24 de Agosto de 2010.

Agnaldo Batista, gerente de “Feiras e Mercados na Feira Central de Campina Grande”, em 20 de Fevereiro de 2009.

Célio José da Costa Silva, coordenador de habitação, sobre o projeto de requalificação da Feira de Campina Grande, em 25 de Novembro de 2009.

Cláudia Vasques, Coordenadora de Registro DPI/IPHAN. Brasília, 19 de Maio de 2011.

Djair Vasconcelos, Diretor de Ações Culturais da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, autarquia vinculada a PMC- Prefeitura de Caruaru, em 24 de Agosto de 2010.

Hélder Mendes, coordenador do grupo de gestão do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, 15 de Junho de 2009.

Joel Anunciação, feirante e Presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador. Em 13 de Junho de 2009.

José Alberto Costa Muricy, consultor do SEBRAE, em Salvador, 20 de junho de 2009.

José Carlos Menezes, Secretário de Gestão e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

José Carlos da Silva, feirante e Presidente do sindicato dos Feirantes e Ambulantes na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Josué Euzébio Ferreira, historiador, sobre a História da Feira de Caruaru e o processo de registro de patrimônio Imaterial, FAFICA, Caruaru, em 09 de Dezembro de 2009.

Juca Fernandes, em nome da rádio feira da Sulanca, Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Luiz Henrique, Responsável pelo setor de arrecadação da Prefeitura Municipal de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Natalia Brayner, técnica DPI/IPHAN. Brasília, 19 de Maio de 2011.

Olival Ferreira, feirante e vice-presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da cidade de Salvador. Em 10 de Junho de 2009.

Pedro Moura, feirante e Vice-Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Reginaldo Souza, feirante e Presidente da Associação dos Sulanqueiros na Feira de Caruaru, em 08 de Dezembro de 2009.

Sérgio Ávila, em nome da rádio comunitária da Feira de São Joaquim, rádio pinguim, Salvador, em 12 de Junho de 2009.

Silvino Bezerra Costa, Presidente do SINCOV- Sindicato do Comércio Informal (feirantes e ambulantes), Campina Grande, em 27 de Agosto de 2010.

Valdemar Lima, coordenador do grupo socio cultural do projeto de requalificação da Feira de São Joaquim, em 03 de Junho de 2009, em continuação a entrevista iniciada em 29 de Maio de 2009.

Fontes impressas

A.H.M.V.C-16, Livro de sessões da Câmara, 21 de Janeiro de 1446, f. 2v.

A.H.M.V.C-18, Livro de sessões da Câmara, 18 de Junho de 1548, Folha 10.

Alvará do Cardeal Rei de 22 de Junho de 1579, transcrito em leitura paleográfica por A. Monteiro dos Santos, do Arquivo Histórico Municipal. Em: Neves, J. P. (1991). Vila do Conde, p. 73.

Chancelaria régia de D. Afonso V livro XV, folha 74 v, Livro IV, de Além Douro, fol.199v. RAU, V. (1981).

Diário Oficial da União, Seção 3, N. 212, Segunda-feira, 06 de Novembro de 2006, p.8.

Documento Real de 05 de Maio de 1826, presente no arquivo municipal (livro de registros 1819 a 37), fixando os dias das feiras novas para 19, 20 e 21 de Setembro.

Lei nº 29, de 07 de Dezembro de 1948. Coletânea de Atos, Leis e Decretos Municipais. Biblioteca do Arquivo Municipal da Cidade de Salvador, Salvador.

Câmara Municipal de Barcelos. Ofício n. 913. Envio de documentação relativa à Feira Semanal de Barcelos expedido em 29 de Janeiro de 2008.

Câmara Municipal de Vila do Conde. Ofício em resposta ao pedido de Informação sobre a Feira Semana de Vila do Conde, expedido em 05 de Janeiro de 2011.

Câmara Municipal de Ponte de Lima. Ofício em ao pedido de Informação sobre a Feira Quinzenal de Ponte de Lima, expedido em 24 de Fevereiro de 2011.

Parecer Nº 005/06- DPI. Ref: Processo nº 01450.002945/2006-24- Registro da Feira de Caruaru/PE. Elaborado pela Dra. Márcia Sant´Ana, diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN. Brasília, 30 de Outubro de 2006, folhas 148 e 149.

Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006. Art. 4º, VIII. Publicada no Diário Oficial de 23 de março de 2007.

Periódicos

Amorim, F (2007, 04 de Maio). Feira tem vários problemas. Infraestrutura. A falta de investimentos fez com que, durante os anos, dificuldades fossem se agigantando em São Joaquim, *A Tarde*, Salvador, p. 5.

Aquery, I (2005, 22 de Agosto). Mutirão tira lixo da Feira de São Joaquim. Comerciantes participaram da limpeza do tradicional centro de vendas. *A Tarde*, Salvador, p. 8.

Azevêdo, C. (2006, 19 de Janeiro). São Joaquim angolana. Exposição do fotógrafo Sérgio Guerra mostra em 438 imagens as relações entre o país africano e a feira mais popular da Bahia. *Correio da Bahia*. Salvador, p.6.

Bochicchio, R. (2004, 07 de Junho). Feira com status de património. Comerciantes de São Joaquim iniciam hoje discussão para transformar área em monumento cultural tombado pelo IPHAN *A Tarde*. Salvador, p. 3.

Brigham, C. (2005, 04 de Março). Feirantes cobram a organização de São Joaquim. Promessas feitas pelo prefeito João Henrique não foram concretizadas e problemas estruturais e de higiene persistem, *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

Brigham, C. (2005, 09 de Agosto). Feira livre. Técnicos da SESP apresentam para os feirantes mudanças em São Joaquim, *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

Câmara Municipal de Barcelos (2008). Nome ou denominação de venda do produto. Em: *Caderno de Especificações para a Certificação do Figurado de Barcelos*, p. 5. Apud: (2006) *Caderno de especificações para a Certificação da Olaria de Barcelos*. CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais.

_____. (2010) *Exposição Júlio Alonso, o Mestre da Louça Preta*. Ed. Município de Barcelos, pp. 03-04.

Câmara Municipal de Vila do Conde (1928, 3 de Agosto). Poeta Juvenal (pseudónimo do Dr. Artur da Cunha Araújo). *Revista de Vila do Conde, Vila do Conde*, nº 1.

_____. (2001, Junho) Vila do Conde. Festas, Feiras e Romarias. *Boletim municipal*, Vila do Conde, p.p. 4-5, (2001, Julho). *Boletim Municipal*, Vila do Conde.

_____. (2004, Maio). Feiras e mercados. O combate a especulação. *Boletim municipal*, Vila do Conde, p. 8.

_____. (2004, Setembro) Feiras e mercados- a feira franca de Santo Amaro. *Boletim municipal*, Vila do Conde, p.8.

Cananéa, A. (2007, 17 de Junho). A Feira de Campina, ontem e hoje. Fotos da Feira central feitas por Roberto Coura em 1978 e que resultou em mostra premiada estão de volta na forma de um livro. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande-PB.

Carolina, A (2006, 04 de Março). Gil visita exposição de fotos em São Joaquim. Ministro da Cultura prestigiou a mostra que revela em imagens a semelhança entre Bahia e Luanda. *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

Castro, D (2006, 16 de Janeiro) Exposição 'Lá e cá', do fotógrafo Sérgio Guerra, estampa as semelhanças entre Bahia e Angola Em: *Imagens com dupla face*. Folha da Bahia, Correio da Bahia. Salvador.

Castro, J. (2004, 08 de Janeiro). Barra de ferro, marreta e força. Tudo isso para vender peixe em São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p. 3.

_____. (2004, 24 de Janeiro). Feira de São Joaquim. Liminar garante abertura dos boxes e a SESP terá que devolver bens apreendidos. *A Tarde*, Salvador, p. 6.

Costa, F (2007, 21 de Abril). Feirantes denunciam a degradação de São Joaquim. Categoria cobra do perfeito as promessas e melhoria da feira, a exemplo de nova pavimentação e cobertura metálica, *Correio da Bahia*, Salvador, p. 3.

Editorial. (2007, 06 de Maio). Feira carismática *A Tarde*, Salvador, p. 3.

- Editorial. (2008, 04 de Junho). Limpeza em São Joaquim muda cenário. *Tribuna da Bahia*. Salvador, p.9.
- Editorial. (1989, outubro). Feira de Campina um manancial de tradições, Em: Campina Grande, 125 anos de História. *Suplemento especial do Jornal do Povo Atual*, Ano I, N° 01, Campina Grande, p. 20.
- Faria, R. (coord.) Especial Festa das Cruzes (2010, 22 de Abril). 500 Anos de tradição. Lenda das cruzes de Barcelos. Apud: Infopédia Porto: Porto Editora, 2003-2010. *Barcelos popular*, Barcelos, p. 13.
- Favip (2009, Novembro). Favip divulga resultado de pesquisa sobre o Parque 18 de Maio. *A Notícia*. Ano III, Edição 24, Caruaru, p. 5.
- Ferreira, C (2005, 20 de Agosto). Amanhã é dia de faxina na feira. *A Tarde*, Salvador.
- Ferreira, J. (2002, 18 de Maio) Caruaru jamais esquecerá aquele dia. *Vanguarda Caruaru 145 anos, 1857-2002*. Caruaru-PE, p. 2.
- Freitas, D (2005, 07 de Julho). Sujeira ainda é problema em São Joaquim e os feirantes são apontados como os principais culpados. Problemas persistem a anos, *Correio da Bahia*, Salvador.
- Freitas, T (2006, 05 de Agosto). Sábado é dia de poesia e cordel em São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p. 3.
- Gomes, J. A. M. (2002). D. Teresa e a Vila de Ponte. *Alguns subsídios bibliográficos e históricos. Separata da revista "O anunciador das feiras Novas"*, XIX: 9.
- Gomes, V. (2009, Novembro). Os novos horizontes da zona rural de Caruaru, *Jornal A notícia Favip*, Caruaru, p. 4.
- Inocêncio, O. (2008, 24 de Agosto). Profissão é marca essencial de Campina, feira central é um dos pontos de maior movimento no município recebendo centenas de visitantes. *Diário da Borborema*. Campina Grande-PB, p. B3.
- José, F. (2010, 04 de Março). Prefeitura tem R\$:38 milhões para revitalizar Mercado Central *Correio da Paraíba*, Campina Grande-PB, p. B6.
- Júnior, Leônidas (2010, 17 de Outubro). Evento oferece serviços para feirantes e familiares. *A Tarde*. Salvador, p.8.
- Loureiro, J. C. de M. (1995). A Feira é um labirinto. Em: *As feiras de Ponte de Lima na segunda metade do século IX, O anunciador das "Feiras Novas"*, Ponte de Lima, p. 15.
- _____. (1996). As feiras e o comércio limiano (1875- 1915). Em: *O anunciador das Feiras Novas*. Ponte de Lima, p. 23.
- Luz, M (2006, 18 de Janeiro). No caminho da Feira. Fotos de Sérgio Guerra retratam semelhanças entre os grandes mercados populares de Salvador e Luanda. *A Tarde*, Salvador.
- Lyrío, A. (2008, 19 de Março). IPAC orientará revitalização. Em Caias em ruínas, *Correio da Bahia*, Salvador, p.6.
- Maçal, H (1982, 18 de Fevereiro). Recordação de uma visita a Vila do Conde em dia de feira semanal. *Jornal de Vila do Conde*. Vila do Conde.
- Machado, L (2006, 02 de Maio). A Regularização é uma luta antiga. Em: Chuvas agravam problemas em São Joaquim, *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.10.
- _____. (2006, 29 de Maio) Chuva e desacordo sobre o fechamento da feira adiam a limpeza de São Joaquim. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.11.

Magalhães, P (2008, 09 de Março). A feira é chique. Achados para decorar a casa por preços módicos fazem a feira um endereço-chave. *Correio da Bahia*. Salvador, p.5.

_____. (2008, 09 de Março). São Joaquim é um barato! *Correio da Bahia*, Salvador, p.5.

Mendonça, J. (2003, 07 de Dezembro). Câmara quer tombar a Feira de São Joaquim. *A tarde*. Salvador, p. 5.

Merchezan, E. (2006, 11 de Outubro). Feira Central é a maior da região. Na feira encontra-se de tudo: de roupa a utensílios domésticos, além dos gêneros alimentícios. Local atrai compradores de bairros campinenses e de todo o interior paraibano, atraídos pelos preços mais em conta. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB, p.3.

Moreira, V. D. (2007, 04 de Maio). Uma das caras de Salvador está aqui. *Jornal A Tarde*, Salvador, p.5.

Nascimento, A. (2005, 25 de Julho). Feira de São Joaquim passa por um grande reordenamento. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.30.

Novaes, F. (2007, 07 de Março). São Joaquim. Esgoto a céu aberto ainda preocupa feirantes, *Correio da Bahia*, Salvador.

Oliveira, M. (2007, 26 de Março). É dengo e manha que Vanda tem. (Série iniciada em 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, em homenagem a personagens femininas). *Jornal A Tarde*. Salvador, p. 7.

Parada, C. (2008, 16 de Julho). Feira de São Joaquim terá R\$:30 milhões. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 3.

Paz, J. (2004, 01 de Agosto). Antropólogos, historiadores e cientistas sociais farão a visita à cidade no próximo sábado para iniciar inventário do que existe na feira. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3.

Ramos, C. (2006, 10 de Junho). A fé também se alimenta nos boxes de São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p.3.

Ribeiro, C. (2006, 19 de Janeiro). Um novo olhar sobre São Joaquim. *A Tarde*, Salvador, p. 7.

Ribeiro, P. (2007, 15 de Julho). São Joaquim: Projeto visa recuperar feira sem alterar as características. *Jornal Correio da Bahia*. Salvador, p. 9.

Rocha, N. (2008, 02 de Setembro). Previdência Social incentiva trabalhadores informais. *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB, p.B2.

Rocha, Thais. (2003, 07 de Dezembro). Feira de São Joaquim pode virar um cultural. *Tribuna do Povo*. Salvador, p. 12.

Santana, E. (2002, 07 de Junho) Feira de São Joaquim reclama atenção. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.7.

Silva, G. (2010, 25 de Abril).O Mercado do Anjo foi um dos lugares mais movimentados e mais típicos da cidade. *Jornas de Notícias*. Lisboa.

Silva, J. (2006, 08 de Fevereiro). Arquétipos da Bahia ancestral e atual- Feira de São Joaquim têm de tudo, de frutas e verduras, a objetos religiosos e artesanato. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 5.

Souza, M. (2001, 24 de Junho). Fruta de boa qualidade a um preço mais barato. *A tarde*, Salvador, p. 4.

Torres J. (2007, 27 de Abril). SESP vai realizar faxina na Feira de São Joaquim, *Correio da Bahia*, Salvador, p. 3.

_____. (2006, 12 de Julho). Tombamento da Feira de São Joaquim volta a ser debatido. *Correio da Bahia*, Salvador.

_____. (2007, 03 de abril). Crise: população evita comprar peixes para semana santa. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 2.

_____. (2007, 03 de Maio). Mudança. Começa a revitalização da Feira de São Joaquim. *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

Vasconcelos, M. E. S. de. (1985). Nas Feiras Novas- A saudade das Velhas Feiras. O *anunciador das Feiras Novas*, Ponte de Lima, p. 4.

Vieira, C. (2005, 06 de Janeiro). Feirantes pedem solução para os problemas de São Joaquim. As principais queixas se referem à sujeira e à falta de segurança local. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 2.

_____. (2006, 21 de Junho). Feira de São Joaquim é o maior ponto-de-venda ilegal de fogos. *Correio da Bahia*, Salvador, p.3.

_____. (2006, 22 de Maio). Instalações elétricas representam perigo. Em: Sujeira afasta consumidores da Feira de São Joaquim, *Correio da Bahia*, Salvador, p.4.

_____. (2006, 23 de Junho). Chumbinho continua sendo vendido livremente na feira. *Correio da Bahia*. Salvador, p. 5.

Vivas, F. (2005, 19 de Agosto) Dia de limpar a feira, *A Tarde*. Salvador, p.6.

Outros Periódicos

As origens de Ponte de Lima, Limiana, Página Regional de Arqueologia Artística e Etnografia limiana de Ponte de Lima, n.37. Jornal Semanário Cardeal Saraiva. (1980, 11 de Abril). Folhetins publicados entre 1969 e 1991, pp. 10-11.

Mais de 20 mil vivem da Feira da Sulanca muitos estavam em busca de um negócio e continuam na feira até hoje. (2006, 18 de Maio). *Especial Vanguarda*, Caruaru-PE.

A Tarde

São Joaquim é o mercado do pobre. (1969, 13 de Outubro). *A Tarde*. Salvador, p.2.

A Feira de todos os sentidos. (2003, 06 de Fevereiro). *A Tarde*, Salvador, p. 4.

Já está parecendo enredo de novela. (2004, 05 de Janeiro) *A Tarde*, Salvador.

Correio da Bahia

Cabos de alta tensão expostos causam medo em São Joaquim. (2007, 30 de Março). *Correio da Bahia*, Salvador.

Vem que te mostro, freguês (2001, 27 de Janeiro). *Correio da Bahia*. Salvador.

Projeto piloto leva qualidade total à Feira de São Joaquim. Cento e oitenta feirantes vão participar de cursos sobre descarte, ordem e limpeza. (1997, 24 de Setembro). *Correio da Bahia*, Salvador, p. 2.

Correio do Minho

Abriu a XX feira do fumeiro e do presunto, 119 produtores mostram as boas iguarias. (2011, 28 de Janeiro). *Correio do Minho*, p. 14.

Diário da Borborema

São João 2006. Feirantes comemoram aumento na venda de milho verde em campina Grande. (2006, 23 de Junho). *Diário da Borborema*. Campina Grande-PB, p. B2.

Diário de Pernambuco

Caruaru Metrópole do Agreste Caderno: Turismo expressão. (2003, 17 de Fevereiro). *Diário de Pernambuco*, Recife, p. D-17.

Feira de Caruaru será tombada pelo IPHAN – Processo começou na semana passada e local será registrado como Patrimônio Imaterial da Cultura. (2004, 01 de Agosto). *Diário de Pernambuco*, nº 214, Recife, C-7.

Feira de Caruaru é atração para turistas. (1983, 15 de Julho). *Diário de Pernambuco*. Recife, p. A-10.

Feira de Caruaru na França. (1994, 20 de Abril). *Diário de Pernambuco*. Recife, p. E-2.

Facho

Brasil e Portugal-de mãos dadas para o futuro. (1987, Janeiro). *Facho, suplemento de O Comércio de Vila do Conde*. Nº 30, p. 3.

Folha de Pernambuco

Feira de Santa Cruz, modelo no Agreste. (2009, 17 de Junho). *Folha de Pernambuco*. Recife.

Jornal Cultural O Fuá

Feira, patrimônio nacional. (2004, 31 de Agosto). *Jornal Cultural O Fuá- Cidades*. Caruaru-PE.

Jornal da Paraíba

Crianças participam de jogos de azar em plena Feira Central. (1984, 28 de Janeiro). *Gazeta do Sertão*. Campina Grande-PB.

Marceneiro é ferido à bala na Feira Central. (1998, 29 de Dezembro). *Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB, p.5.

Milho verde- feirantes adquirem produto do Ceará [estado nordestino brasileiro] para que não falte nos dias juninos. (1999, junho). *Jornal da Paraíba*. Campina Grande, p.6

Fim de ano. Feirantes e consumidores reclamam da elevação de preços no Mercado Central. (1999, 1º de Janeiro). *Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB, p. 7.

Feira de Campina Grande, ontem e hoje. (2007, 17 de Junho). *Vida & Arte, Jornal da Paraíba*. Campina Grande-PB

Câmara realizará Sessão Especial alusiva aos 70 anos do Mercado Central. (2011, 23 de Março). *Jornal da Paraíba*, Campina Grande-PB.

Jornal do Comércio

Sulanca garante bons preços. Comércio a tradicional feira já movimentada cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). *Jornal do Comércio. Especial Caruaru*. Recife, p. 3.

A tradicional feira já movimentada cerca de R\$ 1 milhão por mês. (1999, 18 de Maio). *Jornal do comércio*, Recife.

Crise cambial. Feira do Paraguai com os dias contados. (2009, 07 de Fevereiro). *Jornal do Comercio*. Recife.

Jornal O Comercio do Minho

Um desagravo as leis e garantia de manutenção ao sossego público. (1862, 06 de Maio). *Jornal O Comercio do Minho*. Barcelos.

Jornal Vanguarda

Parque 18 de Maio oferecerá toda estrutura. (1992, 15 a 21 de Maio) *Jornal Vanguarda*, Caruaru-PE, p. 5.

Caruaru 148 anos (1857- 2005), (2005, 18 de Maio) Jornal Vanguarda, Caruaru-PE.

Jornal Informação Vila-condense

Feira dos 20 e feira de Santo Amaro. (1984, 19 de Janeiro) *Jornal Informação Vila-condense*, ano VII, n. 286.

O Globo

Trabalho formal e trabalho informal no Brasil (2004, 22 de Dezembro). *O Globo*. Rio de Janeiro.

Tribuna da Bahia

Feira de São Joaquim um mundo de problemas. (1974, 05 de Agosto). *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.5.

Feira de São Joaquim resiste ao tempo. (1987, 16 de Julho). *Tribuna da Bahia*. Salvador, p. 10.

Feira de São Joaquim e seus problemas (1987, 17 de Julho). *Tribuna da Bahia*, Salvador.

- Ações emergenciais. (2005, 14 de Julho). *A Tarde*, Salvador, p.7.
- Feirantes colaboram na ordenação de São Joaquim. (2005, 19 de Julho). *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.11.
- De São Paulo a São Joaquim. (2006, 14 e 15 de Janeiro). *Tribuna da Bahia*, Salvador.
- Limpeza em São Joaquim. (2006, 25 de Maio). *Tribuna da Bahia*, Salvador, p.12.
- São Joaquim. Ações melhoram condições da feira. (2008, 14 de Junho). *Tribuna da Bahia*. Salvador.
- São Joaquim recebe R\$ 27 milhões para requalificação. (2009, 15 de Janeiro). *Tribuna da Bahia*. Salvador, p.11.

Estudos: Monografias; Dissertações e Teses

- Albuquerque, S. P. da M. (1996, Agosto). *A decadência do Espaço Público na metrópole Contemporânea: a urbanização desurbanizada*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Coordenação dos Programas de Pós - Graduação do IPPUR /UFRJ, Rio de Janeiro.
- Alves, B. N. (2004). *O visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado em História. PUC/RS. Porto Alegre.
- Barbosa, A. B. A. e Duarte, E. C. (2005). *A Feira de Caruaru sua importância cultural, turística e econômica*. Monografia de Graduação em Turismo. Faculdade do Vale do Ipojuca Caruaru-PE.
- Barros, E. da S. (2008). *Criança na Feira de São Joaquim: trabalho e exploração*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Britto, A. M. F. (2008). *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar*. Tese de doutoramento em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Cabral, C. M. F. B. (2009). *Patrimônio Cultural Imaterial: Proposta de uma Metodologia de Inventariação – Documento provisório*. Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Carvalho, M. G. de. (2005). *A difusão e a integração dos “shopping centers” na cidade: as particularidades do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Chaves, S. M. (2008). *Identificação dos impactos socioculturais decorrentes da ação turística na Feira de Caruaru*. Monografia de Graduação em Turismo. FAVIP-Faculdade do Vale do Ipojuca. Caruaru-PE,
- Costa, A. A. da. (2003). *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Cruz, J. V. (2003). *Juventude e Identificação Social: Experiências Culturais dos Universitários em Aracaju/SE (1960-1964)*. Dissertação de Mestrado Sociologia. Universidade Federal de Sergipe. Aracajú.
- Diniz, L. da S (2004). *As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

- Durães, B. J. R. (2004). *Trabalho Informal, Sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador*. Monografia Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador.
- Fernandes, J. A. (2003). A expansão urbana e as grandes alterações de finais do século XIX. Antecedentes: o Porto e o comércio até meados século XIX. Em: *O comércio na Cidade do Porto (uma abordagem geográfica)*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade do Porto, Porto, pp.44-55.
- Ferreira, J. R. (2002) *A Feira de Itabaiana (1987-2002): como lugar e memória e metamorfoses identitárias*. Monografia de Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana-SE.
- Ferreira, V. L. F. (2008). *O Comércio Electrónico em Portugal Relações Espaciais entre Comércio e Consumidores na Internet*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Lisboa.
- Galvão, P. F. M. (1994). *A feira livre em João Pessoa: Evolução e mudanças sociais (período 60/90)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- Garcia, M. F. (1984). *Feira e trabalhadores rurais, as feiras do brejo e do agreste paraibano*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Museu nacional. Rio de Janeiro.
- Garcia, L. H. A. (2000). *Coisas que ficaram muito tempo por dizer- O clube da esquina como formação cultural*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Lima, L. B. (2002). *Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção quotidiana*. Monografia de Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Lopes, V. L. S. (2004) *Meios de Vida as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início do 1970*. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- Meleiros, M. B. (2004). *Imigrantes: Uma Nova Face da Sociedade Portuguesa Um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Universidade do Minho. Braga.
- Miranda, G. M. (2005). *Caruaru, a feira que se fez cidade*. Monografia de Graduação em Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- Mott, L. (1975). *A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição económica num município sergipano do baixo São Francisco*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Unicamp. Campinas.
- Nascimento, H. O. do. (1999). *As integrações Comerciais na EMPASA-CG: Produção de espaços, redes e consolidação dos territórios*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. Aracajú.
- Nascimento, R. C. G. (1997). *Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- Oliveira, M. J. de. (2007). *A política Geral do Regime Militar para a construção de suas políticas económicas (1964-1985)*. Tese de Doutoramento em História Económica. USP. São Paulo.
- Oliveira, O. L. M. (2000) *O setor informal frente à dinâmica capitalista: um estudo em Feira de Santana-BA*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB.
- Oliveira, S. S (2009). *As Identidades das Mulheres Feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade*. Monografia de Graduação em História, Universidade Estadual da Paraíba Campina Grande-PB.

- _____. (2010). *Mercado Informal: o trabalho das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande Contemporaneidade*. Monografia de Graduação em Ciências Económicas. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB.
- Paim, M. R. (2005). *Do sete a São Joaquim: o cotidiano de "mulheres de saia" e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Pelegrini, S. de C. A. (2000). *A teledramaturgia de Oduvaldo Vianna Filho*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo.
- Pereira, Á. A. F. (2004). *Avaliação de condições de consumo da sardinha fresca, descongelada e processada, através de substâncias que reagem com o ácido tiobarbitúrico e do nitrogênio de bases voláteis totais*. Dissertação de Mestrado Ciências Farmacêuticas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pintaudi, S.M. (1981) *Os supermercados na grande. São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP. São Paulo.
- Pinto, J. C. M. (1972). *Aspetos e conseqüências da imigração para França em Casteleiro e Vale de Espinho*. Dissertação de Graduação em Geografia. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Ribeiro, J. A. (2010). *Manoel Monteiro: Visibilidade de uma poética*. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. UEPB. Campina Grande-PB.
- Rodrigues, K. F. (1995). *A Feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sócio-políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Económica. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. Caruaru.
- Rodrigues, S. E. de V. (2009). *Verificação do cumprimento dos requisitos legais de segurança dos gêneros alimentícios disponíveis nas superfícies comerciais em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Tecnologia e Segurança Alimentar. Faculdade de Ciências e Tecnologias. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Rodrigues, K. F. (1995) *A feira de Caruaru: origem histórica, questões econômicas, sociais, políticas e culturais*. Monografia de Especialização em História Económica. ADECC. Caruaru-PE.
- Santos, J. A. S. dos. (2010). *Impeachment - Ascensão e queda de um presidente*. Cia dos Livros. São Paulo: A obra se trata da publicação da tese do autor O Papel do Mass Média Brasileiro no Processo de Impeachment do Presidente Collor de Melo, realizada na Universidade Nova de Lisboa em Cultura Portuguesa, defendida em 2008.
- Silva, C. H. C. (2000). *24 Horas de Comércio na Cidade de São Paulo: Estudo sobre os Supermercados e as Lojas de Conveniência*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro-SP.
- Silva, V. P. da. (2005). *Artes de fazer a feira, práticas e representações de negociação na feira central de Campina Grande-PB*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB.
- Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J. (1985). *A Feira de Barcelos*. Universidade de Coimbra.
- Sousa, F. G. R. B. (2001). *Cartografias e imagens da cidade de Campina Grande 1920-1945*. Tese de Doutorado em História. Unicamp. Campinas-SP.

Souza, J. C. L. de. (2008). Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Em: *O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Moderno Príncipe educativo brasileiro na História do tempo presente*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, pp. 61-86.

Trevisan, E. (2008). *A Feira livre de Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos; a convivência do formal e do informal*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Vargas, H. C. (1992). *Comércio: Localização Estratégica ou Estratégia na Localização*. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Vedana, V. (2004). "*Fazer a feira*": estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre

Vieira, S. (1980). *Feira: espaço de liberdade ou de ilusões?* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

Bibliografia

- Abreu, C. (1963). *Capítulos da História colonial (1500-1800) & os caminhos antigos do povoamento do Brasil*. 5 Ed. Brasília, UnB.
- Albuquerque Jr, D. M. de (2003). *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940)*: Edições Catavento, Maceió.
- Alcazar I G. J.D. (setembro 1992-agosto 1993) As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/6.
- Almeida, C. A. F. (1990). *Barcelos*. Editorial Presença. Lisboa ("A feira de Barcelos").
- Almeida, E. (1978). *História de Campina Grande*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa.
- Almeida, E. de. (1964). *História de Campina Grande*. Livraria Pedrosa. Campina Grande-PB.
- Alunos da 1ª série/manhã do CERC- Complexo Educacional. (2005). Guimarães, R. (professora orientadora) e Monteiro, M. (poeta popular). *A Feira como ela é*. (cordel). Gráfica Martins. Campina Grande-PB.
- Alves, B. e Guimarães, M. (2009, agosto). A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. *Revista Augustus*. Vol. 14, N. 28, Rio de Janeiro, p. 41.
- Alves, A. E. e Almeida, J. R. M. (2009) *Trabalho informal em tempos "Globalizacionistas"*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.238-250, ISSN: 1676-2584
- Alves, H. M. (1984). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Alves, J. (2005). Feiras e mercado interno na História contemporânea: algumas notas avulsas. Em: Garrido, L. (Coord.). Actas do 3º Encontro de História. *Os Vetores de Desenvolvimento Económico as Feiras Da Idade Média à época Contemporânea*. Terra e Terra, N. 31. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, pp. 155-165.
- Amado, J. M. M. (1993). *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*. F. C. Gulbenkian. Lisboa.
- Amzalak, M. B. (1921). *As feiras em Portugal. Notas históricas*. Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa. Lisboa.
- Andrade, M. C. de. (1979). *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. SUDENE. Recife.
- _____. (2005). *A terra e o homem no Nordeste*. 7ª Edição, Atlas. São Paulo.
- Andrade, M. O. de A. (1994). A feira de Campina, tradição e identidade: uma visão antropológica. *Caderno de Ciências Sociais*. João Pessoa-PB, pp. 26-34.
- Andrade, R. M. F de. e o SPHAN (1987). *Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*.: Ministério da Cultura/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro.
- Antunes, R. (1998) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez. Campinas-SP.
- _____. (1999) *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo. São Paulo.
- _____. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Boitempo. São Paulo, pp 12-13.

_____. (2007) Dimensões da precarização estrutural do trabalho. Em: Druck, G; Franco, T.(org). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. Boitempo. São Paulo.

Araújo, G. de A. F. (2004) A Identidade em questão: sua importância enquanto temática a ser estudada e suas categorias de sujeitos que a formulam. Em: *XII Semana de Letras Linguagens, Culturas e Identidades. Programação e Resumos*. 23 a 27 de Agosto de 2004, pp.03-04.

_____. *Feira Livre: memória “viva” da cultura do povo campinense, ao final do século XX?* Agenda, Campina Grande, p. 42.

_____. (2006) “Uma discussão acerca do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e em Portugal, tendo as feiras de Caruaru-PE (Brasil) e Barcelos (Portugal) como objeto de análise”. Apud Funari, P. P. A. e Pelegrini, S. C. A. *Trajetória do Patrimônio no contexto mundial*. Em: *Patrimônio Histórico Cultural*. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, pp. 10-28.

_____. (2006). *Múltiplos discursos sobre a feira central de Campina Grande*. Agenda, Campina Grande-PB.

_____. (2007, Abril) *Múltiplas categorias de sujeitos sociais em diálogo com a discussão das suas identidades*. I Encontro de Pesquisa de Pós-Graduação do curso de História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.

_____. (2009, 12 a 17 de julho). Memórias e Oralidade dos feirantes luso e brasileiros sobre seus respectivos lócus de trabalho diário: aspectos de identificação e valores concebidos por esses sujeitos na contemporaneidade. Em: *XXV Simpósio Nacional de História. Livro de Resumos*. ANPUH, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza- CE, p. 489.

_____. (2009, outubro) *Aspectos de Identificação e valores concebidos pelos feirantes na feira de São Cristóvão, Rio de Janeiro, enquanto lócus de memórias, oralidades e trabalho diário*. Trabalho apresentado no evento: *VIII Encontro Regional Sudeste de História Ora*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte.

Araújo, J. B. de. (2006). *O Algodão de Campina Grande: uma discussão acerca dos livros didáticos de História*. Agenda. Campina Grande-PB.

_____. e G. de A. F. (2008, 3 a 5 de setembro). Uma (re) leitura da Historiografia Brasileira sobre o conceito de Cultura Popular e Identidade Nacional a Luz do Historiador António Carlos Reis. Em: *Anais da VIII Semana de Estudos Históricos do CERES- História e Cultura e Patrimônio*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó-RN pp. 184-185.

Ariès, P. (1981) *História social da criança e da família*. 2ª edição, Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro.

Assunção, L. (2006) *O reino dos mestres. A tradição da jurema na umbanda nordestina*. PALLAS. Rio de Janeiro.

Astrada, C. (1968). *Trabalho e alienação: na fenomenologia e nos manuscritos*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, p. 37.

Ávila, M. B. (2010). Divisões e Tensões em Torno do Tempo do Trabalho Doméstico no Cotidiano. Em: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília pp. 67-76.

Azais, C. (1996). Estória de um “patchwork” de empresas e de empresários no nordeste brasileiro: o político deslocado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Año 2 (3).

- Bacalhau, M. (1994). *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Heptágono, Lisboa.
- Baganha, M. I. (2005). A cada Sul e o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. Em: Boaventura S. S. [org.]. *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3 ed. Cortez. São Paulo.
- Bahia, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (1981). Superintendência baiana para o trabalho. *Caracterização dos feirantes das feiras-livres volantes de Salvador*. Tab. Graf, Salvador, 74p.
- Balan, J.(1973, jul/set) *Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa e Estudos*. CEBRAP, v.5, São Paulo, p. 5-79.
- Barreiro. J. C. (1995). *E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções*. Projeto História, 12. São Paulo, pp. 68.
- Barreto, A. (2005). Mudança social em Portugal, 1960-2000. Em: *Portugal contemporâneo*. Coord. Antonio Costa Pinto (Anais). Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 161.
- Barretto, M. (2000). *Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planeamento*. 2ªEd. PAPIRUS, São Paulo.
- Bassanezi, M. S. B. (1995). Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. Em: Patarra, N. L (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas, p.1-38.
- Bastide, R. (1989). *As Religiões Africanas No Brasil. Contribuição A Uma Sociologia Das Interpenetrações De Civilizações*. 3ª edição. Livraria Pioneira Editora. São Paulo.
- Baudrillard, J. (1973). *O sistema dos objetos*. Editora Perspetiva. São Paulo.
- _____. (2004). *À sombra das maiorias silenciosas, o fim do Socialismo e o surgimento das massas*. Ed: Brasiliense, São Paulo.
- _____. (1991). *Simulacros e Simulações*. Relógio D'Água, Lisboa.
- _____. (1995) *A sociedade de consumo*. Elfos, Edições 70, Lisboa.
- Bernardes, T. B. (coord.), (2001, Julho). Município de Ponte de Lima. *Agenda cultural*. Impressão Tipografia Tadinense. Tadinense.
- Berni, D. A. (2001). A marcha do Mercosul e a marcha da globalização. Em: *Reis, C. N. (Org.): América Latina: crescimento no comércio mundial e exclusão social*. Editoras DACASA e PALMARICA. Porto Alegre.
- Bíblia Sagrada*. Tradução Américo Henriques et al. 5ª edição, Difusora Bíblica. Lisboa.
- Borges, J. F. (1835). *Das fontes, especialidade, e excelência da administração comercial segundo o código comercial portuguez*. Typ. Commercial Portuense. Porto
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. Cia de Letras. São Paulo.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner: Bertrand Brasil Rio de Janeiro.
- Braudel e Kraychet, G. (1999) *Economia dos sectores populares: entre a realidade e a utopia*. UCSAL. Texto apresentado no Seminário de Economia dos Sectores Populares. Salvador.
- Braudel, F. (1979). *Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII. O jogo das trocas*. Tomo 2. Tradução de Telma Costa. Editorial Teorema. Lisboa.

- _____. (1992). *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Vol. 1. Tradução de Telma Costa. Teorema. Lisboa.
- _____. (1995). *Civilização Material e Capitalismo: séculos XV a XVIII. Os instrumentos da troca*. 1º vol. Tradução de Telma Costa. Martins Fontes. São Paulo.
- _____. (1998). *Civilização material, economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*. Vol. 2. Editorial Teorema. Lisboa.
- Brayner, N. G. (2007). *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. IPHAN, Brasília-DF, p. 19.
- Brum, A. (1998). *O desenvolvimento Económico Brasileiro*. 18ª Edição. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Brumes, K. R. (2001, Março). *Cidades (re) definindo seus papéis ao longo da História*. Caminhos de Geografia, v.3, n. 1, p. 47-56.
- Bucho, D. A. (1986) Turismo e Patrimônio: Que relação? Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo*. pp. 80-81. Apud: "Carta do Turismo Cultural". Em: *Textos internacionais sobre a Preservação e valorização do Patrimônio*. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, Açores, V. XLIV, p. 34 ss.
- Burke, P (2003) *Uma História Social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien: Jorge Zahar, Rio de Janeiro p.78.
- Cachinho, H. (coord. do Projeto). (2000, Março). *Centros Comerciais em Portugal. Conceitos, tipologias e dinâmicas de evolução*. Relatório de estudo realizado pelo Observatório do Comércio. Lisboa.
- Caufield, S. (2000). União honrada: a importância da cor no sexo e no casamento, em *Em defesa da honra*, Ed. Unicamp, Campinas, pp. 269-328.
- Câmara, E. (1998). *Datas Campinenses*. RG Editora e Gráfica. Campina Grande.
- _____. (1999). *Os Alicerces de Campina Grande. Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864)*. Edições Caravela. Campina Grande.
- Câmara Municipal de Barcelos (1999). Destaque Feira Semanal. Em: *Barcelos/Freguesias*. Ed. A Nossa Terra- Direnor Lda. Barcelos, p.43.
- Campelo, Á. (2006). *Patrimônio imaterial de Ponte de Lima*. Câmara Municipal. Ponte de Lima.
- _____. (2008). Patrimônio: Espaço e vida. Da herança à Construção da identidade. Em: *Ponte de Lima Terra rica da humanidade*. (Painel 3 Patrimônio Imaterial). Gabinete Ponte de Lima. Terra Rica da Humanidade (coord. geral). Ed. Município Ponte de Lima Rainha & Neves Lda, p. 134.
- Canclini, N. G. (1990). *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo, México.
- Capela, J. V. (1989). Câmaras de senhorio particular, em que a indigitação e nomeação dos cargos pertence a um qualquer donatário particular. *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos. A Administração do Município nos fins do Antigo Regime*, separata de *Barcelos Revista*, III, 1: 90.
- Carcian, R. (2010). *Movimento Estudantil e Repressão Política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar). São Carlos-RS.
- Carybé. (1967). *As Sete Portas da Bahia*. [editora]. Rio de Janeiro.
- Cascudo, L. da C. (1974). *Religião no povo*. Imprensa da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- _____. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª ed,; Ediouro, Rio de Janeiro s/d.

- Cassotti, M. (2008). *D. Teresa - A Primeira Rainha de Portugal*. Ed. Esfera dos Livros. Lisboa.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra. São Paulo.
- _____. (2001). A construção da Identidade. Em: *O Poder da Identidade*, Volume II, 3ª Edição. Tradução Klaus Brandini G: Ed. Paz e Terra, São Paulo, pp. 22-23.
- Castelo-Branco, S. E. e Branco, J. F. (Coords.) (2003). *Vozes do povo: a Folclorização em Portugal*, Celta Editora, Oeiras.
- Castilho, C.J.M. de. (2001). *O comércio e o turismo: o seu reatamento no processo de produção do espaço em Recife*. Revista de Geografia, v.17, nº 2. Recife: UFPE – DCG / NAPA, jul. /dez. pp. 5-25.
- Castro, A. (1991). *Estudos de História contemporânea portuguesa*. Centro de História da Universidade do Porto. Livros horizonte. Lisboa.
- Cavalcanti, B C. (2008). Narrativas de Cultura e Movimento dos atores. Em: *Transversalidade da Cultura*. Linda Rubim & Nadja Miranda (orgs.). Coleção Cult.: EDUFBA, Salvador pp. 79-91.
- Certau, M. (1994). Táticas e praticantes. Em: *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. v.1. Vozes. Petrópolis- RJ.
- Chakravoti, S. (2003, Junho) Theory of Credit Cards Networks: A Survey of the Literature. *Em: Review of Network Economics*. Vol. 2, n. 2.
- Chaia, M. (2001, outubro) "Em busca do povo brasileiro: Artistas da Revolução. Do CPC à era da "TV" de Marcelo Ridenti. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 16, N. 47, pp. 165-168.
- Charf, C (Org.). (2006). *Brasileiras Guerreiras da Paz*. Ed.Contexto. São Paulo.
- Chartier, R. (1990). *A História Cultural. Entre práticas e representações*. DIFEL. Lisboa.
- Chaves, G. (1999). *Feira de São Cristóvão*. Coleção Cantos do Rio. Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura / Rio Arte e Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. Ed. Unesp, São Paulo.
- Claro, J. M. Aspectos Jurídicos do Patrimônio Imaterial. Em: *Museus e Patrimônio Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades* cit..., pp. 141-151.
- Cleps, G. D. G. (2003, 26 a 29 de novembro) O comércio informal e a cidade. *Em: II Simpósio Regional de Geografia "Perspectivas para o cerrado no Século XXI"* Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Geografia.
- Coelho, M. H. da C. (1994). Bragança Medieval em tempos de feira e festa. *Brigantia-Revista de Cultura*; XIV, 3/4: 3-14.
- Comission Européenne (1999). Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Plano Nacional de Emprego – *Portugal e a Estratégia Europeia para o Emprego*. Lisboa.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (2000). Promulgada em 5 de outubro 1988. 25. Ed. SARAIVA. São Paulo.
- Corrêa, V. M. (2000). *Turismo: conceitos, definições e siglas*. VALER, Manaus.
- Costa, C. M.M. O Turismo e os Municípios porquê e que relação?. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo cit...*, p.191.
- Costa, E M L. (1997). Brasil: o espaço territorial; as gentes; as atividades. Em: *O povo cigano entre*

Portugal e a terras além-mar (séculos XVI-XIX). Ed. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa.

Costa, E. (2008). *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. Expressão Popular. São Paulo.

Costa, H. V. (1998). Artes e ofícios tradicionais: um fator fundamental do desenvolvimento local; uma componente genuína do turismo cultural. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo*; Org. Escola Superior de Educação de Portalegre.

Costa, M. A. A. (2006). *Ciganos histórias de vida*. Edições Minerva. Coimbra.

Costa, M. J. de A. "Forais". Em: Serrão, J. (dir.). (1960). *Dicionário da História de Portugal*. Volume III. Livraria Figueirinhas. Porto, pp. 55-57.

Costa, P. F. da (2008). "Discretos Tesouros: Limites à Proteção e outros Contextos para o Inventário do Patrimônio Imaterial", *Revista Museologia. PT*, nº 2, Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, pp. 16-35.

Coura, R. (2008). *A Feira de Campina Grande*. Campina Grande: Governo do Estado da Paraíba e EDUFPG.

Cunha, M. C. da (ORG.) (1998). *História dos Índios no Brasil*: Companhia das Letras, São Paulo.

Damatta, R. (1985). *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, SP.

_____. (2001). *O que faz o Brasil, Brasil?* Rocco, Rio de Janeiro, p.52.

Descamps, P. (1935). *Le Portugal : la vie sociale actuelle*. Ed. Librairie de Paris. Paris.

Desan, S. (1992), Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis, Em: Lynn, H (ed.). *A Nova História Cultural*. Martins Fontes, São Paulo.

Devezas, T. e Rodrigues, J. N. (2009). "*Portugal - O Pioneiro da Globalização*" *A Herança das Descobertas*. Coleção Desafios. Edições Centro Atlântico. Lisboa.

Dias, J. de D. de O. (1971). *Caruaru: subsídio para sua história*. Prefeitura Municipal. Caruaru.

Dias, R. (2003). *Sociologia do Turismo*. Ed. Atlas. São Paulo.

Diniz, L. da e Castilho, C. J. M. (2009, mai/ago). Faces actuais do Espaço Comercial em Campina Grande/PB: Algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na "Nova" dinâmica sócio espacial. Em: *Revista de Geografia*.: UFPE – DCG/NAPA, Recife. v. 26, no 2,. Pp. 44-53.

Diniz, L. da S. (2009). *Permanências e Transformações do Pequeno Comércio na Cidade: As bodegas e a sua dinâmica sócio- espacial em Campina Grande*. EDUFPG. Campina Grande

Duby, G. (1987). *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*. Vol. I. Edições Setenta. Lisboa.

Durard, Jean-Yves (org.). (2008). *Os "Lenços dos Namorados: frentes e versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação*., PROVIVER EM, 2ª ed. (revista e aumentada). Vila Verde.

Escosteguy, A. C. (2001). *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Autêntica. Belo Horizonte.

Esteves, J. (2001). O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XIX (1896-1947). A Mulher na Idade Contemporânea. Em: *A Mulher na História Atas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000)*.

- Esteves, M.C. (1991), obra: *Portugal: país de imigração, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento*, Lisboa.
- Evans, D. S. e Schmalensee, R. (2005). "The Economics of Interchange Fees and Their Regulation: An Overview". Em: *MIT Sloan Working Paper no. 4548-05*.
- FADE / SEBRAE-PE. (2003, Maio de). Relatório Final apresentado ao SEBRAE-PE. In: *Estudo de caracterização económica do polo de confeções do Agreste de Pernambucano*, Recife, p.31.
- Farias, J; Soares, C. E. L. e Gomes, F. dos S. (2005). A nação da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900, em *No labirinto das Nações*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro pp. 209-263.
- Fausto, B. (1995). *História do Brasil*. 2ª edição. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Fernandes, J. L. (1999); "Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: a integração na Europa e no Mundo"; Em *A Identidade Portuguesa*, Cadernos de Língua e Cultura Portuguesas; Série História e Geografia, nº1; Faculdade de Letras; Coimbra.
- Fernandes, F. (1982). *A Ditadura em questão*. T.A. Querós. São Paulo.
- Ferreira, E.S. (1976), *Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento*: Iniciativas Editoriais. Lisboa.
- Ferreira, J. (2007) (Coordenação e análise final) *Plano de Salvaguarda da Feira de Caruaru, formando parcerias*. Relatório final. 5ª Superintendência Regional do IPHAN, Recife, pp. 1-16.
- Ferreira, J. E. (2001). *Ocupação Humana do Agreste Pernambucano – uma abordagem antropológica da história de Caruaru*. Ideia. João Pessoa.
- Ferreti, S. (1995). *Repensando o Sincretismo. Estudo sobre a casa de Minas*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Ferretti, S. F. (org.). (2000). *Reeducando o Olhar: Estudos sobre feiras e mercados*. UFMA-PROIN-CS. São Luís.
- Filho Zaidan, M. (2001). *O Fim do Nordeste & outros mitos*. Cortez. São Paulo.
- Fonseca, M. C. L. (1997). *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. UFRJ/IPHAN. Rio de Janeiro, p. 108.
- Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Roberto Machado (org.). Edições Graal. Rio de Janeiro.
- _____. (1987). *Vigiar e punir*. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Funari, P. P. A. e Pinsky, J. (2003). (orgs) . *Turismo e Patrimônio Cultural*., Editora Contexto. São Paulo.
- Freyre, G. (1987). *Casa Grande & Senzala*. 25 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.
- Furtado, C. (1981). *O Brasil "pós-milagre"*. 3ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- _____. (1989). *Formação econômica do Brasil*. 23ª edição, Nacional. São Paulo.
- Garcia, J. L. (Coord.), (2000), obras: *Migrações e relações multiculturais - uma Bibliografia*. Celta Editora. Oeiras.
- Garcia, M. F (1992, junho). O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.19, ano 7, pp.84-85.
- Garrido, L. (Coord.). (Outubro de 2005). Atas do III Encontro de História de Vila do Conde. *Vetores de*

desenvolvimento económico: As Feiras- da Idade Média à Época Moderna. Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde, p. 155-165.

Geertz, C. (1978) *A Interpretação das Culturas.* Zahar. Rio de Janeiro.

_____. (2000). *O saber local.* Vozes. Rio de Janeiro.

_____. (2001). O Mundo em Pedacos: Cultura e política no fim do século. Em: *Nova Luz sobre a Antropologia.* Tradução Vera Ribeiro.: Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro pp. 191-228.

Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade.* UNESP. São Paulo.

Gil, G. (2000) "Cartografia cultural". Em: Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. IPHAN, Ministério da Cultura. p. 1.

Ginsburg, C. (1987) *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.* Companhia das Letras. São Paulo.

Gledhill, C. Genre and gender: the case of soap opera. Em: HALL, S. (org.) *representation: cultural representations and signifying practices.* Londres: Sage/ the Open University, 1997.

GODINHO, V. Magalhães 1982, "Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História", *Revista de História Económica e Social* (Lisboa), 10, Jul.-Dez: 1-13.

_____. (1994). *O Papel de Portugal nos séculos XV-XVI que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo.* Tradução de João Fagundes. Grupo de Trabalho Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, p. 43.

_____. (2000). *Introdução à história económica.* Livros Horizonte, 1970. Lisboa

_____. (2009). A economia. Em: *Os problemas de Portugal: mudar de rumo.* Edições Colibri, Lisboa.

Godoy, M. do C. (1985). Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política. Em: *Encontro Estadual de História, ANPUH/MG, Belo Horizonte-MG*

Goff, J. (1994). *O imaginário Medieval.* Estampa. Lisboa.

Guerra, Sérgio. (2006). *Lá e Cá: um encontro de São Paulo e São Joaquim.* Luanda: Edições MAIANGA, Salvador.

Guimarães, S. R.I e Fernandes, J. R. (2009). *O comércio de origem chinesa e o espaço comercial da Varziela (Vila do Conde).* Cadernos Curso de Doutorado em Geografia, FLUP 1, p.193.

Gurjão, E. de Q. (Org.) (1999). *O Bairro de José Pinheiro: ontem e hoje.* 1a ed.: Ed. Governo da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, João Pessoa.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva.* Edições Vértice. São Paulo.

Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Loura. 2. Ed, DP&A, Rio de Janeiro.

_____. (2003). A questão multicultural. Em: Sovick, L. (Org.). *Da Diáspora- Identidades e mediações culturais.* Editora da UFMG, Brasília.

Hamburger, E. (2000). Diluindo fronteiras, a televisão e as novelas no cotidiano. Em: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4: Companhia das Letras. São Paulo.

Harvey, D. (1981). *A justiça social e a cidade.* Prefácio e tradução de Armando Correa da Silva. HUCITEC. São Paulo.

- _____. (2005). *A produção capitalista do espaço*. Ed. Annablume, São Paulo.
- Herculano, Al, (1875). Lopes, D. (dir.). *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III- 1810-1877*, 8ª ed. Definitiva, Ed. Aillaud & Bertrand. Lisboa.
- Herdina, J. D. R. (1974) A arte de vender nº 07. Em: Nós os ciganos. Editorial Franciscana. Braga.
- Heredia, B. A. & Garcia Jr, A.R. (1971). Trabalho familiar e campesinato. *América 'Latina*, 14, nº 1 e 2. CLAPCS, Rio de Janeiro.
- Hereia, J. de D. R. (1974). A Arte de vender. Em: *Nós os ciganos*. Editorial Franciscana, Braga.
- Hirata, H. (2010, Dezembro de) Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. Em: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pp. 45-49.
- Hingst, B. (2004). *Uma visão histórica da televisão no Brasil*. Líbero, Ano VII, Nº 13/14.
- Hobsbawm, E. e Ranger T. (orgs.). (1984). *A invenção das tradições*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Hobsbawm, E. (2000). Notas sobre consciência de classe. Em: *Mundos do Trabalho*. 3ª. ed: Paz e Terra, Rio de Janeiro, pp. 33-53.
- _____. (1998). História nacional construída. Em: *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira.: Companhia das Letras, São Paulo.
- _____. (2008). *A Era Dos Extremos, O Breve Século XX*. Companhia das letras. São Paulo.
- Holanda, S. B de (1984). *Raízes do Brasil*. 17 Ed. J. Olympio. Rio de Janeiro.
- Huberman, L. (1979). *História da riqueza do homem*. 15ª edição, Zahar. Rio de Janeiro.
- Hunt, L. (ed.). (1992). *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. Ed, Martins Fontes. São Paulo.
- Iamamoto, M. V. (2001). *Trabalho e indivíduo social*. Cortez. São Paulo.
- Ianni, O. (2007). *Teorias da Globalização*. 14ª Edição, Civilização Brasileira.
- Instituto Nacional de Estatística, (2002). Atividade Económica: emprego e desemprego. Em: *Mulheres e Homens em Portugal nos anos 1990*. Instituto Nacional de Estatística: I.N.E., Lisboa, p. 53.
- IPAC (coordenação). (2008, Agosto de) *Oficina marco zero. Projeto de requalificação da Feira de São Joaquim*. Em: Panfleto de divulgação do evento a ser realizado em 28 de Agosto de 2008, na Fundação Luís Eduardo Magalhães, Salvador.
- IPAC, Governo da Bahia, e Governo Federal MINC (FNC).(2009, 27 de Abril). *Memorial descritivo projeto de requalificação Feira de São Joaquim*. Especialidade: Arquitetura e Urbanismo. Salvador, p.1.
- IPHAN, MINC, PMC- Fundação de Cultura de Caruaru. *Dossiê Feira de Caruaru*, Inventário Nacional de Referência Cultural. Fundação de Cultura de Caruaru/ PMC/IPHAN/MINC, 2006.
- IPPAR- Instituto Português do Patrimônio Arquitetónico e Modelo. MC- Ministério da Cultura Norte (2007). Festas e Feiras, Feira de Barcelos.. Em: *Guia das maravilhas de Portugal 30 Grandes cidades e seus arredores*. Impressão Heska Portuguesa, SA. Lisboa, p. 17.
- Jorge, M S. (2003). Industrialização Cinematográfica e Cinema Nacional-Popular no Brasil. Dos Anos 70 e 80. Em: *História, Questões & Debates*, n. 38, Editora UFPR. Curitiba, p. 161-182.

- Justino, D. (1989). *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*. Vol. 1. Vega. Lisboa.
- Konstam, A. (2002). *The history of pirates.*, The Globe Pequot Press. Guilford, Connecticut, p. 9.
- Kraychet e Soares, M. A. T. (2008). *Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital*. Edições UESB. Vitória da Conquista- BA.
- Knoke, W. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confronto e contrastes. Em: *Revista de Administração de Empresas*, N. 9. Artigo traduzido por Pólia L. Hambúrguer, p. 95.
- Lains, P. (1995). *A economia portuguesa no século XIX. Crescimento econômico e comércio externo 1851-1913*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa.
- Legoff, J. (1990). *Memória e História*. Ed. Unicamp. Campinas-SP.
- _____. (1994). *O imaginário Medieval*. Estampa. Lisboa
- Leal, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*, Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- _____. (2009). O Patrimônio Imaterial e a Antropologia Portugal: uma perspectiva histórica. Em: *Museus e Patrimônio Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*. Costa, P. F. da (coord.) Instituto dos Museus e da Conservação. SOFTLIMITS. Lisboa, pp. 289-295.
- Lefebvre, H. (1969). *O Direito à cidade*. Documentos. São Paulo.
- Lemos, Carlos. (2008). *O que é Patrimônio Histórico*. 5. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Léon, P. (dir.). (1981). *História Económica e Social do Mundo. O segundo século XX de 1947 aos nossos dias*. Volume VI, Tomo II. Sá da Costa Editora. Lisboa.
- Lima, J. C. e Bezerra, M. J. S. (2002). *Trabalho flexível e o novo informal*. Revista quadrimestral de Ciências Sociais. Ufba, Cadernos CRH (37). Salvador, pp.163- 178.
- Lima, L. M. de. (2006). *Derramando susto: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande*. 1ª edição, EDUEFCG. Campina Grande-PB.
- Lipovetsky, G. (2010). *A Cultura-Mundo resposta a uma sociedade desorientada*. Edições Setenta, Lisboa.
- Loreto, V. M. (2002). A Feira de São Cristóvão como espaço de resistência cultural para os nordestinos. *25º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador. CD-ROM.
- Maciel, D (2004). *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*: Xamã, São Paulo.
- Maré, L. (2008). *A Feira de São Joaquim Patrimônio Cultural da Bahia*. (Cordel). Confraria Luiz de Maré. Salvador.
- Marques, O. (1960). Em: Serrão, J. (dir.). *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, pp. 58-59.
- _____. (1993). *História de Portugal Contemporâneo N° 56 Economia e sociedade*. Editora Universidade aberta. Lisboa.
- _____. (2006). *Breve História de Portugal*. Editorial Presença. Lisboa.
- _____. E Serrão, J. (1991). *Portugal da Monarquia para a República. Nova História de Portugal*. Volume XI. Editorial Presença. Lisboa.

- Marques, V. S. (2004). Reinventar a cidadania na Era da globalização. Esboço de um programa de investigação. Em: Rocha, A. da S. E. (org.). *Europa, cidadania e multiculturalismo*, Coleção poliedro 15, Centro de Estudos Humanísticos; Instituto de Letras e Ciências Humanas; Universidade do Minho, Braga, p. 121.
- Martins, G. d'O. (2007). *Portugal Identidade e Diferença - Aventuras da memória*, Coleção Trajectos, Gradiva, Lisboa.
- Marx, K. (1974). *Introdução à crítica da economia política*. Abril, Col. Os pensadores, vol 35, São Paulo.
- _____. (1996) *O capital*. Livro I. Nova Cultural, São Paulo.
- _____. (2003) *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Tradução de Alex Martins. Editora Martin Claret. São Paulo.
- Mascarenhas, G. (2005). Feiras Livres: informalidade e espaços de sociabilidade. Em: Colóquio Internacional de Comércio, Cultura e Políticas Públicas em tempos de Globalização. *Anais do Colóquio Internacional de Comercio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização*. Porto Alegre.
- _____. (2008/Agosto) "Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea". *Ateliê Geográfico*, v. 2, n. 4 . Goiânia, pp.72-87.
- Mata, E. e Valério, N. (1994). *História Económica de Portugal uma perspectiva global*. Editorial Presença. Lisboa.
- Matterlart, A. (2005). O mercado da televisão sem fronteiras. Em: *Diversidade Cultural e Mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo pp. 116-118.
- _____. (2005). As armadilhas do Relativismo Cultural. Em: *Diversidade Cultural e Mundialização*. Tradução Marcos Marcionilo: Parábola, São Paulo, pp. 105-107.
- Matos, M. I. S. (2000). *Por uma História da mulher*, Ed: EDUSC, Bauru-SP.
- Matos, S. C. (2002, janeiro/junho) "A formação de Portugal na historiografia contemporânea", *Lusotopie*, pp.123-139.
- Mattoso, J. (1995). *História de Portugal - Portugal em Transe - Vol. VIII (1974 - 1985)* Editorial Estampa. Lisboa.
- _____. (2003). *A identidade nacional*, Gradiva – Fundação Mário Soares, Lisboa.
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*, Cosac & Naify, São Paulo.
- Mcluhan, M e Powers, B R. (1989). *The Global Village (Transformation in World Life and Media in the 21st Century)*. Oxford University Press. Nova York, Oxford, pp. 95 e 118.
- Mello, M. A, Moura, J. e Lobo, A. (1992, dezembro) Feira-livre: um mercado persa afro-brasileiro. Em: *Veracidade: Revista do Centro de Planeamento Municipal*, n. 4, Salvador, p.25-28
- Mendes, S. (Org.). (2010). *Cordel nas Gerais: oralidade, mídia e produção de sentido*. Expressão Gráfica, Fortaleza.
- Menezes, R. (2000). *A Feira da Sulanca*, (Cordel). Confraria Menezes. Caruaru-PE.
- Merêa, P. (2006). *Estudos da História de Portugal*. I.N.- C.M. Lisboa.
- Mészáros, I. (1981). *Marx: A Teoria da Alienação*. Editora Zahar. Rio de Janeiro.
- Metz, M. Fotografia, 1978. Em: Le Goff, J. (1998). *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. Fundação Editora da UNESP. São Paulo.

- Ministério da Educação, (1988).. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília-DF, pp. 142-142.
- Miranda, V. C. de. (2006). *Gestão de "Stocks". Feira Nova Hipermercados, S.A.* Relatório de estágio. Licenciatura em Gestão, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.
- Monteiro, H. de M. (1997). *Revolta do Quebra-Quilos*. 2ª edição, Editora Ática paradidáticos. São Paulo.
- Monteiro, M. (2000, Outubro). *Campina dos Meus Amores (fragmentos da feira de Campina Grande)*. Cordel. Gráfica Martins: Campina Grande-PB.
- _____. (2003). Cassino El Dourado. Em: *As Flô de Pixinanã*. Zé da Luz. Cordel. Campina Grande.
- _____. (2006) *Mulher Gosta de Ouvir...: Impróprio para menores de 90 anos*. (cordel). Gráfica Martins: Campina Grande-PB.
- _____. (2006, Setembro). *Exaltação à Cachaça & todo homem tem na vida um passado à recordar* (cordel). CAMPGRAF: Campina Grande-PB.
- _____. (2006). *Peleja de Manoel Camilo com Manoel Monteiro* (cordel). Gráfica Martins: Campina Grande.
- _____. (2008). *A peleja de Luiz Descrente com Chico Progresso na Feira Central* (cordel). Gráfica Martins. Campina Grande.
- Montenegro, A T. (2003) Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. Em: Ferreira, J. (Org.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Civilização Brasileira Rio de Janeiro.
- Moreira, F. A. T. (2006), "Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade", *Revista de Letras (Vila Real), Série II, N. 5*, Dez: 165-172.
- Morin, E. (1977). *Cultura de massas no século XX*. Forense Universitária. Rio de Janeiro.
- Mott, L. (1976). Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História São Paulo*, 53: 89.
- _____. (2000). Feira e mercados: pistas para pesquisa de campo. Em: Sérgio Ferretti (org). *Reeducando o olhar: Estudos Sobre Feiras e Mercados*, Edições UFMA-PROIN-CS. São Luís, p. 21.
- _____. (no prelo). As feiras no Brasil, bibliografia comentada. *Revista de Etnografia*, mimeo:14 p.
- Mumford, L. (1988). *A cidade na história suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução Neil da Silva. 4ª edição, Martins Fontes. São Paulo.
- Muricy, J. A. C. (2009). Apresentação Feiras e mercados que aplicam o programa no Nordeste, Em: *Programa Modernização de Feiras Livres e Mercados – BA*. SEBRAE Bahia, slide. 2. Salvador
- _____. (2009). *D'Olho na Feira / José Alberto Costa Muricy*. SEBRAE. Bahia, Salvador, p. 29.
- _____. (2009). Oficina/visita/contato com os feirantes. Em: *Programa de Modernização de Feiras e Mercados em Campina Grande-PB*, Campina Grande-PB, p.3.
- Negro, S. e Silva, A. L. (orgs). (2001). *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Editora Unicamp, Campinas.
- Neves, J. C. (2003) Imigração e Desenvolvimento. Em: Atas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Lisboa, p. 83

Neves, J. P. (1991). Mercados e feiras francas. Em: *Vila do Conde*, p. 64-70 e (2001, Janeiro) A “Feira dos Vinte”, *Boletim municipal*. Vila do Conde, p. 8.

_____. (1991). *Vila do Conde*. Edição da Secção Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde.

Nogueira, C. (2003). *História, teoria e interpretação: Apenas Livros*, col. À mão de Respigar Lisboa.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10. PUC-SP, São Paulo, p. 13.

Noronha, E.G. (2003). “Informal”, ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo. Vol. 18, nº 53, p. 23.

Nouschi, M. (1997). *Breve atlas histórico o século XX*. Instituto Piaget. Lisboa

Novais, F. (1986). *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. Brasiliense. São Paulo.

Novais, F. A. (1985). O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. Em: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em perspectiva*, Difel. São Paulo.

Oliveira, A. (1997). Braga e o Arcebispado no tempo de D. FR. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582). *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*. Série II , vol. 14: 283.

Oliveira, A. F. B. de. (2002). *Memória, História e Patrimônio Histórico. Políticas Públicas e a preservação do Patrimônio Histórico*. PPGH-UFPE, Recife.

Oliveira, A. U. (2007). *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. LABUR Edições. São Paulo.

Oliveira, B. V. de. (2002). *Breve Monografia do concelho de Mesão Frio (1152-2002)*. Câmara Municipal de Mesão Frio. Mesão Frio, p. 151.

Oliveira, F. (2003). *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. Ed. Perseu Abramo. São Paulo.

Oliveira, L. L. (1987, Dezembro). “Repensando a tradição”. *Ciência Hoje*, v.7, n. 38.

Oliveira, M. F. (2003). *Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros*. Editora UNESP, São Paulo.

Page, M. (2008). *1938-2005 A primeira aldeia global: como Portugal mudou o mundo*. Tradução: Palma G. A. Casa das Letras. Cruz Quebrada. Lisboa.

Parmar, P. (1990). E black Feminism: The politics of articulation. Em: *Identity: Community, Culture, difference*. Rutheford, J. (ed.): Wishart, London.

Passos, E. (2004). Situação da Mulher no Mundo do Trabalho Produtivo. Em: *Ética nas Organizações*. Atlas, São Paulo, pp.141-153.

Pereira, C. (2006). *Que tenhas teu corpo. Uma história Social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Pereira Jr. F. P. (1977). *Feira de Campina Grande, um museu vivo da cultura popular e do folclore nordestino*. Editora universitária UFPB. Campina Grande-PB.

Pinheiro, M. L. B. (2006/2). Origem da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Em: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, EESC-USP.

Pintassilgo, J. e Teixeira, M. A. (1998). (atas &colóquios; 14). Edições Colibri, Lisboa, p. 113, apud:

Ramos, Francisco M.(1992). O turismo, a economia e a felicidade: Marvão e a arqueologia do desejo, Em: IBN MARUAN- *Revista Cultural do conselho de Marvão*, nº 2, pp. 195.

Pintaudi, S.M. (1981) *Os supermercados na grande. São Paulo – Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de géneros alimentícios nas grandes metrópoles*. Dissertação de Mestrado em Geografia, USP. São Paulo.

_____. (1984). *O lugar do Supermercado na cidade Capitalista*. Geografia, vol.9 n. 17-18, pp.37-54.

_____. (2006). *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana*. Scripta Nova Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, V 10.

_____. (2007) *Novos caminhos da Geografia*. Ana Fani A. Carlos (org.). 5. Ed. 1ª Reimpressão. Contexto. São Paulo.

Pinto, A. C. (coord.). (2000). *Portugal Contemporâneo*. Sequitur, Madrid.

Poinsard, L. (1912). *Portugal ignorado*. Tradução portuguesa de Le Portugal Inconnu. Paysanes, Marins et Mineurs. Ed. Magalhães & Moniz. Porto.

Portes, A. (1999), obra: *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Celta Editora. Oeiras.

Porto, C. M. (2010) Os Afazeres Domésticos, Trabalho Doméstico Remunerado e a Proteção do Estado Democrático de Direito. Em: Brasil. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Género*. 1ª Impressão: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, pp.77-88.

Prado Jr, C. (1966). *A revolução brasileira*. Brasiliense. São Paulo.

_____. (1990). *História Económica do Brasil*. 38ª edição, Brasiliense. São Paulo.

Prefeitura Municipal de Salvador. (2006), Guia Turístico. Feira de São Joaquim. Em: *Salvador a cidade e o tempo*. Salvador, p. 46.

_____. (2006). Feira de São Joaquim. Em: *Salvador a cidade e o tempo*. Salvador, p. 46.

_____. (1998). *Feira de São Joaquim. Retratos da cidade. Salvador antes, Salvador agora 450 anos (1549-1999), capital de um novo mundo*. Salvador, pp. 28-29.

_____. Feira de São Joaquim. (1998). Em: *Retratos da cidade. Salvador Antes Salvador 450 anos (1549-1999). Capital de um Novo Mundo*. Copyright, Secretaria de Comunicação Social. Salvador, p. 28.

Priore, M. Del (Org.). (1997). *História das mulheres no Brasil*. Contexto, São Paulo.

Queiroz, E. de. (1980). *Textos do distrito de Évora*. Coleção Obras Completas de Eça de Queiroz. Nº da coleção XI. Editora: Circulo de Leitores, Lisboa, p. 202.

Quirino, E. G. (2003). A feira central: um espaço em ebulição. *IV Encontro de História Oral do Nordeste. Espaço, Memória e Narrativa*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. CD-ROM, pp. 1013-1020.

_____. QUIRINO, E. de G. (2003, 1 a 5 de Setembro). A feira central: um espaço em ebulição. *XI Congresso Brasileiro de Sociologia*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

Rabot, J. M (2009). O que é a pós-modernidade? Em: Coelho, M. Z. (Org.), *Não poupes no semear. Trinta anos de comunicação, Aníbal Alves*. Pé de Página Editores. Coimbra, pp. 79-82.

- Ramalho, A. M. (2002). Feiras, festas e romarias. Em: *Os idosos revisitam a infância.*: Câmara Municipal, Santa Maria da Feira, p. 30.
- Ramalho, M. de L. N (1980). A feira. Em: *Cinco textos para montar ou simplesmente ler.* Teatro Nordeste, Grupo do Centro Cultural Paschoal Carlos Magno. Campina Grande.
- Ramilo, P. I. J. (ANO, Março/Abril)“Respondendo à questão: Ser feirante ainda nos orgulha?”. Em: *O Feirante*. José Manuel Abranja (diretor). AFDL- Associação dos Feirantes do distrito de Lisboa. Ano XVI- N° 78, p.7.
- Ramos, C. S. V. (2004). Convenção de Haia. Em: *Salvaguarda e Defesa do Património Concelhio-Concelho de Nelas*, p. 17.
- Ramos, M. J. (Coord.). (2003). *A matéria do património: memórias e identidades.*, Edições Colibri/DepANT-ISCTE, Lisboa.
- Ramos, Natália e Rubim, A (orgs.). (2008). *Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal.* Coleção Cult: EDUFBA, Salvador.
- Rau, V. (1945). Feiras portuguesas do século XII e exploração de ferro em Rio maior no século XIII. *Revista portuguesa de História*, III: 196.
- _____. (1960). As Feiras. Em: Joel Serrão (dir.). *Dicionário da História de Portugal*. Vol II. Livraria Figueirinhas. Porto, pp. 539-542.
- _____. (1981). *Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo.* Editorial Presença. Lisboa.
- Reis, A. do C. (2000). *História de Vila o Conde*: Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde.
- Reis, A. C. (2007). Anos 1850: Varnhagen o elogio da colonização portuguesa. Em: *As Identidades do Brasil 1 de Varnhagen a FHC*. 9ª Edição ampliada. Editora FGV. Rio de Janeiro.
- Reis, A. M. (2000). *Ponte de Lima no tempo e no espaço*. Ed. Da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- _____. (2009). *Os problemas de Portugal mudar de rumo*. Edições Colibri. Lisboa.
- Relatório municipal. (1943). Prefeitura Municipal de Salvador. Biblioteca do arquivo histórico de Salvador, p. 44.
- Retondar, A. M. (2007). *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. Annablume. Campina Grande: EDUFCEG, São Paulo.
- Ribeiro, G. L. (2007). El sistema mundial no-hegemônico y la globalización popular. *Série Antropologia*, UNB, vol. 410, DF, p. 7.
- Ribeiro, M. (1964). *Notas e comentários sobre feiras e mercados*. Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia da Sociedade, Geografia de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Lisboa.
- Ridente, M. (2000). Cinema: em busca do Brasil. Em: *Em Busca do Povo Brasileiro*. Record. Rio de Janeiro, pp. 92-104.
- _____. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Ed. Record. Rio de Janeiro.

- Risério, A. (2004). A Economia do Lazer. Em: *Uma História da cidade da Bahia*. 2. Ed. VERSAL, Rio de Janeiro, pp. 580-581.
- Rodrigues, A. e Cortes, I. R. (2010). Legislação sobre Trabalho e Gênero: Período 1988-2010 Em: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. 1ª Impressão.: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, p.36-44.
- Rodrigues, N. (Coord.). (2010, 11 de Fevereiro). *Breve consideração estatística sobre o ano turístico*. Câmara Municipal de Barcelos, p. 31.
- Roriz, J. e Vanessa, U. (2006, 30 de Novembro). *O incêndio na feira. Imagem viva do povo brasileiro* Curso de Jornalismo FACOM-UFBA, Prof. Tenaflae Lordelo, Salvador.
- Rugy, A. (2000), *Dimensão econômica e demográfica das migrações na Europa multicultural*. Editora Celta. Oeiras.
- Runa, L. e Rodrigues, M. J. Turismo e fruição cultural. Em: *Turismo: Horizontes Alternativos: atas do Encontro Turismo cit...*, p. 73.
- Sá, I. (2009, 10 a 13 de novembro). Discurso, mídia e resistência: a constituição de uma identidade de esquerda durante a ditadura militar. Em: *IV Seminário de Estudos em análise dos discursos, 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Saliba, E. T. (1998). Experiências e representações sociais: reflexos sobre o uso e o consumo de imagens. Em: *O saber histórico na sala de aula*. 2 ed.: Contexto, São Paulo, pp. 131-132.
- Santos, B. de S. (2005). Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal. Em: *Portugal Contemporâneo*. Pinto, A. C. (coord). Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- _____. (org.). (2005). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª edição. Cortez. São Paulo.
- Santos, I. M. F. dos. (2006). *Memória das vozes: cantoria, romanceiro e cordel*. Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia Salvador.
- Santos, L. P. dos. (2008). "A Feira de São Joaquim". Literatura de cordel.: Confraria Luiz de Maré, Salvador, p, 3.
- Santos, M. (1997). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2ª Ed. Hucitec. São Paulo.
- _____. (2005). Os atuais círculos de cooperação, consequência dos circuitos espaciais de produção. Em: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7ª Ed. Record. Rio de Janeiro, pp. 151 e 152.
- _____. (2007). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record. Rio de Janeiro.
- _____. (2008). O crescimento recente na cidade. Em: *O centro da cidade de Salvador*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.EDUFBA. Salvador, p.51.
- Santos, M. e Silveira, M. L. (2005). Supermercados, feiras. Em *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7ª Ed. Record. Rio de Janeiro.
- Sato, L. (2007). "Processos cotidianos de organização do trabalho na Feira Livre". Em: *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 97. APUD: Thompson, E. P. (1998). Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.

- Schmidt, M. F. (1997). *Nova História Crítica do Brasil – 500 anos de História mal contada*. Editora Nova Geração. São Paulo.
- Severino, F e Santos, E. (2002, julho a dezembro). “A beira do caminho: a jovem guarda prepara a mudança social” *Revista Psicologia Política* 2 (4), 209-232.
- Scott, J., 1990. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade* 16 (2): pp. 1-27.
- SEBRAE (2003, Janeiro de) *Relatório da avaliação das feiras livres e público consumidor: Sulanca, Salgado e Cohab, Caruaru/PE.*, Recife, p. 1.
- Serrão, J. V. (1976). *Pequeno Dicionário da História de Portugal*, Editoriais. Lisboa, pp. 132-133.
- _____. (2000). *História de Portugal*. Vol. XVII. Editorial Verbo. Lisboa.
- Silva, A. B. da.(2007).O trabalho com cordéis em sala de aula: pendurando preconceitos e colhendo frutos. Em: *Congresso de Leitura do Brasil*, Anais do 16º COLE, Campinas.
- Silva, A. S. (1994). *Tempos Cruzados, um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Edições Afrontamento, Porto, p. 119.
- Silva, C. H. C. da.(2003). *As grandes superfícies comerciais: os hipermercados carrefour no Brasil*. Geosp. São Paulo, n. 14, p.89-106.
- Silva, F. C. T. da. (2003). Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. Em: *O Brasil Republicano. V. 4*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro p. 243-282.
- Silva, F T, Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos, em Batalha, C; Silva, F. T e Fortes, A. (org.), (2004) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado.*, Ed. da Unicamp, Campinas, pp. 205- 245.
- Silva, S. G. da. (2000). Masculinidade na História. *A Construção cultural da Diferença entre os sexos*. Psicologia, Ciência e Profissão. (20) 3, pp. 8-15.
- Simão, A. J. da S. V. e Correia, P. J. (1985). *A Feira de Barcelos*. Universidade de Coimbra. Coimbra.
- SINCOV- Sindicato do comércio informal de Campina Grande-PB, Comunicam aos trabalhadores formais e informais dos seus direitos. (Panfleto informativo s/d).
- SINDIFEIRA- Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador. Feirantes e ambulantes: 10 razões para sindicalizar-se. (Panfleto informativo s/d).
- Smith, A. D (1999). *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Ed. Celta, Oeiras, Lisboa.
- Soares, M. A. T. (2004). Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção formal ao capital. Em: *Actas do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia-MG, p. 105- 127.
- _____. (2008). Crise capitalista dos anos de 1970 e a expansão trabalho informal. Em: *Trabalho informal: da funcionalidade à subjunção ao capital*. Edições UESB. Vitória da Conquista-BA.
- Soares, M. A. T. (2008). *Trabalho informal: da funcionalidade à subjunção ao capital*. Edições UESB. Vitória da Conquista- BA.
- Sodré, M. (1983). A televisão. Em: *A Comunicação do Grotesco-um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. Vozes. Petrópolis-RJ.
- Sousa, F. de e Golçalves, S. (1987). Memórias de Vila Real, 1º volume: Arquivo distrital de Vila Real, Câmara Municipal, Vila Real.

- Souza, E. C. (1975). Feira de gado. Em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10ª Edição revista e atualizada, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Rio de Janeiro.
- Souza, M. L. (2002). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*.: BERTRAND BRASIL, Rio de Janeiro, p. 83.
- Souza, P. R. (1981). *Emprego e Renda da Pequena Produção Urbana no Brasil*. Estudos Económicos, nº 11.
- Sóposito, M. E. B e Whitacker A. M. (2001). *Capitalismo e urbanização*. Contexto. São Paulo.
- _____. (orgs.), (2006). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*, Expressão Popular. São Paulo.
- Stefan, N. L. (1994) Raça e gênero: o papel da analogia na ciência, em Hollanda, H. B. de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rocco, Rio de Janeiro, pp. 72-96.
- Stolcke, V. (1991). Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? Em: *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, jun, p.110.
- Taylor, C. (1994). Identidade. Em: *Multiculturalismo examinando a política de reconhecimento*. Charles Taylor (org.). Tradução Marta Machado: Instituto Piaget, Lisboa, PP. 166-168.
- Teixeira, F.M. P. (1993). Crescimento Industrial e Modernização. Em: *História Concisa do Brasil*. Ed. Global: São Paulo.
- Tengarrinha, J. (1984). *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Editorial Caminho. Lisboa.
- Thisse, A. (2000) Identidade Europeia. Em: *A criação das Identidades Nacionais. Europa séculos XVIII-XX*. Tradução Sandra Silva: Temas e debates, Lisboa, pp. 277-280.
- Thompson, E. P. (1967). *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional* (pp. 267-304). Companhia das Letras, São Paulo, SP.
- _____. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. Companhia das Letras. São Paulo.
- _____. (2001). *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Editora da Unicamp, Campinas-SP.
- Turatti, A. de R. (2002). *Turismo, planejamento e marketing*. Ed. MANOLE. São Paulo.
- UNESCO. (2005). *Centro del Patrimonio Mundial de la. Carpeta de información sobre el patrimonio mundial*. Paris, p.2.
- Vênancio, G. M. (2001). Lugar de mulher é na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). Em: *História: Questões & Debates*. Martins, A. P. V. (org.). (2001): Ed. Da UFPR; Curitiba.p. 175-200.
- Vergara, S. C. (2008). Revisitando a teoria da resiliência. Em: *A resiliência de profissionais angolanos*. Rap Revista de Administração Pública –42(4):701-18, jul/ago. Rio de Janeiro pp.706-709.
- Vianna, L. C. R. e Teixeira, João G. L. C. (2008, Julho) Patrimônio imaterial, performance e identidade. Em: *Concinnitas*, ano 9, volume 1, número 12. São Paulo.
- Vieira, A. de S. (2006). *D. Pedro IV e as Feiras Novas-1826*. Ed. Foto LETHES, Ponte de Lima, p. 11.
- Vieira, J. M. F. (1995). *A Feira de Ponte de Lima. Exploração pedagógica/didática de um videograma*. Departamento das Ciências da Educação da Criança, CEFOPE, Universidade do Minho. Braga, p. 7.
- Vieira, J. (coord.). (1999). *Portugal século XX, anos 60 crônica em imagens*. Editora Bertrand, Lisboa.

- Vila Nova, S. (1976) *Literatura de cordel*. IJNPS. Instituto de Pesquisas Sociais, (Folclore 19). Recife.
- Villaça, M. M (2002). América Nuestra- Glauber rocha e o Cinema cubano. *Revista Brasileira de História*. Vol.22. N. 44. São Paulo.
- Vitorino, B. da S. (2007). A Identidade Cultural no dizer e suas margens, em: *Imigração Brasileira em Portugal identidades e perspectivas*. Editora Universitária Leopoldianum, Santos-SP, pp. 80-85.
- Wachtel, N. (1977). *Fazer História*. Vol 1, Livraria Bertrand. Lisboa.
- Waters, M. (1964). *Economía y sociedad - esbozo de sociología comprehensiva*. Vol. II. Fundo de Cultura Económica. México D.C. e Buenos Aires.
- Waters, M. (1999). *Globalização*. Celta Editora. Oeiras.
- Weber, M. (1991). *Economia e Sociedade*. UNB. Brasília.
- Weffort, Francisco. Nordeste em São Paulo: notas para um estudo sobre Cultura Nacional e Cultura Popular. Em: Valle, E. e José J. (orgs.) (1988). *A cultura do Povo*. 4ed. Cortez: Instituto de Estudos Especiais. São Paulo, 13-23.
- Williams, R. (1969). *O campo e a cidade na história e na literatura*. Companhia das Letras. São Paulo.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu (org.): Vozes, Petrópolis, RJ.
- Wolf, E. (1970). *Sociedades camponesas*. Zahar. Rio de Janeiro.

Fontes Multimídia

- Almeida, A. C. de (Secretário de Planejamento). (2008). Em: Muricy, José A. *C.D-olho na Feira*. Muricy Consultoria e Treinamentos LTDA.
- Araújo, G. de A. F. (Direção e criação). (2007). *Campina Grande-PB. Feira Central*. Produção: Ativa vídeo Profissional CRIARE comunicação. Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Campina Grande-PB.
- Barreto, P. (2006, 21 de Abril). *Nos trilhos da Feira- Ação emergencial da Feira de São Joaquim*. Documentário da Fundação Gregório de Matos. Salvador.
- Cândido, J. e Queiroz, M. (2006). *Livre Feira de São Joaquim*. Curta metragem. TV Educativa da Bahia.
- Capinam, J.C; Gil, G. (1967). Água de meninos. Interprete: Gilberto Gil. Em: GILBERTO GIL. *Louvação*. Philips. 1 disco sonoro, 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol. Lado B, faixa 11.
- Hirszman, L. (Direção) e Calil, C. A. (Produção). (1990). *ABC da Greve (1976/1990)*, 75 min. Documentário produzido pelo estúdio Taba Filmes. São Paulo.
- Maracajá, M. A. (2001) (Direção e coordenação geral). Terceiro momento: A Feira. Em: *Companhia de dança do Teatro Municipal Severino Cabral*, DVD de encerramento do ano 2001.
- Penha, D. (produção). (2009, 09 de Março). *Água de Maninos acabou, quem ficou foi a saudade*. TVE-IRDEB. Salvador.
- Pereira, Gustavo *Feira de São Joaquim, que lugar é esse?* SINDIFEIRA
- Serra, A. (2002, 21 e 22 de Janeiro). *A Arte Portuguesa*. Documentário exibido pela RTP.
- Silva, J. A. M. da. (2006). *São Joaquim, a feira- X*. Filmes da Bahia. HI-FI, cor, 40 min. IRDEB-TVE BH.

Tayse, M. (Direção Geral) e Cavalcante, R. (Coordenação). *Programa Arrastapé.net*. (2007, 23 de Junho). Chapéu vídeo. Canal 19, Emissora TV Itararé.

TV Correio. (2009, 19 de Março). *A Prefeitura de Campina Grande quer transformar a feira central em patrimônio cultural*.

Varela, R. (1983) para RTP, na série documental: 'Feiras de Portugal' e no programa 'Festas e Romarias' (1985)" Em: Vieira, J. M. F. (1995). *A Feira de Ponte de Lima. Exploração pedagógica/didática de um videograma*. Departamento das Ciências da Educação da Criança, CEFOPE, Universidade do Minho. Braga, p. 6.

Periódicos on-line

Alves, T. (2010, 27 de Novembro). Por causa das sucessivas apreensões ao longo do ano, Polícia Civil quer expandir Núcleo de Inteligência para a cidade. Objetivo é agilizar investigações. *Jornal de Caruaru*. Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em: <http://jornaldecaruaru.wordpress.com/2010/11/27/comercio-de-importados-de-caruaru-na-mirada-policia/>.

Farias, W. (2007, 15 de Novembro). Feira de Campina Grande pode virar patrimônio cultural do Brasil. Acedido em 11 de Junho de 2011, em <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=17166>.

Gomes, J. (2010, 3 de Maio). A Festa das Cruzes e o regedor modelo. *Correio do Minho*. Acedido em 05 de Junho de 2010, em: <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=1594>.

Ribeiro, A. (2010, 14 de Novembro). Ambulantes: ilegalidade toma conta de calçada em CG. *Primeiro Caderno*, Edição de domingo. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornalonorte.com.br/2010/11/14/diaadia8_0.php

Santana, M. N. (2010, 19 de Outubro). Margareth Menezes lança seu novo DVD 'Naturalmente Acústico' na Concha Acústica. *Correio 24 horas*, Salvador. Acedido em 02 de Junho de 2011, em: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-2/artigo/margareth-menezes-lanca-seu-novo-dvd-naturalmente-acustico-na-concha-acustica/>.

Vieira, L. (2008, 18 de Junho). O primeiro supermercado do Brasil, *Subúrbio Notícias*. Junho de 2008. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://noticiasdosuburbio.blogspot.com/2008/06/o-primeiro-supermercado-do-brasil.html>

Vilaça, A. (2010, 09 de Fevereiro). Certificação do Artesanato, para que te quero. *Correio do Minho - crônica*. Braga. Acedido em 02 de Julho de 2011, em <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=1286>.

Outros periódicos on-line

A Feira de Caruaru, patrimônio de todos nós. *Jornal de caruaru*. Acedido em 14 de abril de 2011 em: «<http://jornaldecaruaru.wordpress.com/2010/05/04/2%C2%BA-concurso-de-literatura-de-cordel-%E2%80%9Ca-feira-de-caruaru-patrimonio-de-todos-nos%E2%80%9D/>».

Iniciativa noticiada em Barcelos debate certificação do artesanato. (2004, 29 de Abril). *Correio do Minho*. Braga. Acedido em 02 de Julho de 2011, em: <http://www.diariodominho.pt/conteudo/9698/Barcelos%20debate%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20artesanato>.

Produtos chineses invadem Portugal. (2005, 09 de Abril). *Correio da Manhã*. Acedido em 25 de Janeiro de 2011, em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/economia/produtos-chineses-invadem-portugal>

Artesanato de Barcelos certificado em 2008. (2007, 01 de Dezembro). *ComUM - Jornal dos alunos de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho*, Braga. Acedido em 01 de Julho de 2011, em http://www.comumonline.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=419

Economia paralela sem redução ao longo de quase três décadas. (2008, 24 de Setembro). *Jornal do dia, Público 20*. Acedido em 22 de Agosto de 2011, em: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=332504

Confirmado: Vitalzinho consegue empenhar R\$ 19 milhões para projeto da Feira Central de CG. (2008, 31 de Dezembro). *IParaíba*. Acedido em 08 de Maio de 2011, em: « <http://iparaiba.com.br/noticias,145127,7,confirmado+vitalzinho+consegue+empenhar+rs+19+milhoes+para+projeto+da+feira+central+de+cg.html> » .

Grupo Wal-Mart pretende investir R\$ 450 mi no NE. (2009, Abril) *Tribuna da Bahia*, Abril de 2009. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: <http://www.digita.com.br/tribunadabahia/news.php?idAtual=3237>

Contrafação Vila do Conde: GNR apreende mercadoria avaliada em 160 mil euros em armazém chinês. (2009, 17 de Outubro). *Portal Informação*. Acedido em 07 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.ionline.pt/conteudo/28379-vila-do-conde-gnr-apreende-mercadoria-avaliada-em-160-mil-euros-em-armazem-chines->,

Festa das Cruzes integrada nas comemorações do 25 de Abril. (2010, 24 de Abril). *Diário do Minho*. Acedido em 04 de Maio de 2010, em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=78610>.

Um recorde de atividade cultural num só lugar!. (2010, Julho). *Jornal da Feira de tradições nordestinas do Campo de São Cristóvão. Informativo oficial da Feira da São Cristóvão*. Ano 07-edição 073, Rio de Janeiro, p.4. Informações sobre a feira Acedido em 11 de Junho de 2011, em: <http://www.feiradesaocristovao.org.br>

Certificação de artesanato. (2010, 06 de Agosto). *Jornal de Notícias*. Braga. Acedido em 01 de Julho de 2011, em: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Braga&Concelho=Vila+Verde&Option=Interior&content_id=1635015&utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+JN-PAIS+%28JN++Pais%29

Feira outlet na Horta. (2010, 07 de Setembro). *Jornal Diário*. Acedido em 06 de Fevereiro de 2011, em: http://www.jornaldiario.com/ver_noticia.php?id=29748.

A capital da pirataria - Polícia apreendeu mais 4 mil pares de sapatos hoje no Parque 18 de Maio e na conhecida 'Rua dos Sapateiros', em Caruaru. (2010, 07 de Outubro). *Notícia / Polícia*. Acedido em 10 de abril de 2011, em: <http://www.maisab.com.br/noticias/nv/14561/A+CAPITAL+DA+PIRATARIA.html>»

Defesa do consumidor. Cartões de crédito: atraentes, mas perigosos. (2010, 17 de Outubro). *O Globo*. Acedido em 23 de abril de 2011, em: « http://www.abecs.org.br/novo_site/associadas.html ».

São Joaquim à espera de melhorias. (2011, 05 de Janeiro). *Consulado social. O tabuleiro de notícias da Bahia*. Em. Acedido em 09 de maio de 2011, em: <http://www.consuladosocial.com.br/?p=59693>

São Paulo faz o maior comício (1984, 17 de Abril). *Folha de São Paulo*, Acedido em 25 de Fevereiro de 2011, Em: «http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm».

Os portugueses estão a comprar mais na internet (2010, 13 de Outubro). *Jornal português Negócios*. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=448089.

Fontes on-line e indicação dos sítios visitados:

AARN. Outras informações. Acedido em 02 de Junho de 2011, em: <http://www.aarn.pt/gca/index.php?id=81>.

ABRACNE - Associação Brasileira de Arte e Cultura do Nordeste. "Ponto de cultura: ideia que financia as bases da tradição no Brasil". *Informativo oficial da Feira da São Cristóvão*. Ano 07- edição 083, Maio de 2011, Rio de Janeiro, p.6. Informações sobre a feira Acedido em 12 de Junho de 2011, em: <http://www.feiradesaocristovao.org.br/>.

Abreu, M. (1997). *Festas, feiras e romarias. Percursos na Costa Azul*. Edição Regional de Turismo de Setúbal. Costa Azul, Setúbal, p. 143 ("Feiras"). Acedido em 08 de Maio de 2011, em: « <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=17166> » .

ABSC- Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. *Chegada e expansão no Brasil*. Acedido em 17 de abril de 2011, em: «http://www.abecs.org.br/novo_site/expansao.html»

Africano, Ana Paula. *As indústrias, têxtil, vestuário e calçado da região Norte nos anos 80*, p.5. Acedido em 18 de Março de 2011, em: « www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look...106961 ».

Almeida, O. *Feira de Caruaru*. (Letra), Interpretada por Luiz Gonzaga, popularmente como "O rei do Baião". Acedido em 01 de Junho de 2011, em <http://letras.terra.com.br/luiz-gonzaga/204732/>.

Araújo, G. de A. F. (2010). Categorias que constituem os distintos Livros do Registro; Apresentação aula aberta, "Projeto em Turismo Cultural: a feira de Campina Grande-PB". Em: *Mestrado em Património e Turismo Cultural, Unidade Curricular de Projeto em Turismo Cultural*. Universidade do Minho, ICS, Sala de Atos, em 24 de Maio de 2010, Braga. pp. 7-8. APUD: IPHAN, Decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Acedido em 05 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>»

_____. (2010). Uma discussão acerca do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e em Portugal, tendo as feiras de Caruaru-PE (Brasil) e Barcelos (Portugal) como objeto de análise. Em: *Encontro CITCEM - Família, Espaço e Património*. (Guimarães, 26 e 27 de Novembro de 2010). Acedido em 01 de Maio de 2011, em: «[http://www.ghp.ics.uminho.pt/1%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20\(14h30-16h00\)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino_TEXTO.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/1%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2027/Patrim%C3%B3nio%20material%20e%20patrim%C3%B3nio%20cultural%20(14h30-16h00)/Giovanna%20Aquino%20Fonseca/Giovanna%20Aquino_TEXTO.pdf)».

Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho. *Calendário das feiras*. Acedido em 25 de Novembro de 2010, em: http://www.afdp.pt/index_ficheiros/Page1387.html

Bastos, S. (2004). Nosso patrimônio cultural: uma metodologia de pesquisa. *Revista de Turismo Y Patrimônio Cultural*. Vol. 2, Nº 2, p. 258. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/2204/PS080204.pdf>.

Brito, F. (2006, maio/agosto) O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Em: *Instituto de Estudos Avançados*, vol.20 no.57 São Paulo . Acedido em 12 de janeiro de 2011, em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>.

Brum, A. (1998). *O desenvolvimento Económico Brasileiro*. 18 Ed. Vozes. Petrópolis-RJ. Acedido em 4 de abril de 2011, em:

«http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul#Assimetrias_de_mercado».

Cabral, C. B. (2009, Novembro). A Convenção da Unesco: inventários e salvaguarda. Em: *Museus e Patrimônio Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*: publicação das Actas do Ciclo de Colóquios. pp. 125-139. Acedido em 14 de Junho de 2011, em:

http://bdjur.almedina.net/sinopse.php?field=node_id&value=1471356.

Cacciamalia, M. C. (2000, Junho). *Globalização e processo de informalidade*. Acedido em 10 de Novembro de 2010, em

<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>.

Câmara Municipal de Barcelos. (2001, 03 de Fevereiro). *Câmara Municipal relança feira de Barcelos*.

Acedido em 03 de Junho de 2011, em: [http://www.cm-](http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2011/fevereiro/cmara-municipal-relana-feira-de-barcelos)

[barcelos.pt/noticias/arquivo/2011/fevereiro/cmara-municipal-relana-feira-de-barcelos](http://www.cm-barcelos.pt/noticias/arquivo/2011/fevereiro/cmara-municipal-relana-feira-de-barcelos)

Câmara Municipal de Barcelos. (2007). Festas, Feiras e Romarias. Em: *Barcelos Roteiro turístico*, Coordenação e Produção Mediana, SA, Porto, p. 86. Apud: Almeida, Carlos A. F. de (1990) *Barcelos: Cidades e Vilas de Portugal*. Editorial Presença, Lisboa pág. 85. Acedido em 16 de Junho de 2011, em: http://www.cm-barcelos.pt/visitar-barcelos/barcelos/Guia_pt.pdf,

Câmara Municipal de Ponte de Lima. (2010, 1º de Fevereiro). *Alteração da data das Feiras Novas - Festas do Concelho de Ponte de Lima*. Acedido em 11 de Maio de 2010, em: <http://www.cm-pontedelima.pt/evento.php?id=263>.

Câmara Municipal de Vila do Conde: Acedido em 10 de Dezembro de 2010, em: http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginalId=30323

Camargo, H. L. (200, Julho). Resenha crítica: Françoise Choay, A Alegoria do Patrimônio. Tradução: Teresa Castro. Edições 70. Lisboa. Em: *Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo*. Mestrado em Administração, da UNISANTOS- Universidade Católica de Santos. Acedido em 10 de Julho de 2011. em <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=27>.

Chinaglia, A (2008, 09 de Outubro de). *A Constituição Cidadã*. Em <http://crfb20anos.net84.net/index.php?news&nid=4>, Acedido em 05 de Março de 2011.

Cardoso, A. e Silva, M C. O Rural-Urbano na Região Minhota. (Des) Continuidades, assimetrias e dependências. Em: *Minho. Traços de Identidade*. Paulo Pereira (Coord.) Braga: Universidade do Minho, 2009. pp. 636-669. Acedido em 21 de Fevereiro de 2011, em; http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_2131/20090327429152283779.pdf.

Carrilho, M. J. e Patrício, L. (2007). A Situação Demográfica Recente em Portugal. Em: *Revista de Estudos Demográficos*, n. 45, Editor Instituto Nacional de Estatística. Acedido em 10 de janeiro de 2011, em: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=Maria+Jos%3a9+Carrilho+e+Lurdes+Patr%3adcio.+A+Situa%3a7%3a3o+Demogr%3a1f+ica+Recente+em+Por+tugal.+Revista+de+Estudos+Demogr%3a1ficos%2c+editor++Ins+tituto+Nacional+de+Estat%3adstica+Ano+de+edi%3a7%3a3o+2007.

Conselho Económico e Social. Mesa redonda. (2002). *A Competitividade da Economia Portuguesa*. Lisboa, pp. 20-22. Acedido em 10 de Outubro de 2010, em: www.ces.pt/file/doc/159

Costa, P. F. da. (2009, Maio). *Os “lenços de namorados”*: frentes e versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação. *Etnográfica*, vol.13, no.1, p.231-232. Acedido em 12 de Junho de 2011, em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65612009000100016&script=sci_arttext,

Decreto-Lei n.º 42/2008 *Diário da República*, Ministério da Económica e da Inovação, 1.ª série – N.º 49 – 10 de Março de 2008, p.1499. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04900/0149901503.PDF>.

Decreto-Lei n.º 252/1986 *Diário da República*, Ministério da Indústria e Comércio, 1.a Série- N.º 194/86- 25-08-1986, pp. 2169 a 2171. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19862294%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

Decreto n.º 3551/2000 *Diário da Oficial da Presidência da República*, Ministério da Cultura, 07 de Agosto de 2000, p. 2. Acedido em 05 de Maio de 2011, em: «<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conInformacaoPatrimonialPoliticaE.jsf>»

Decreto Regulamentar n. 56/2007, *Diário da República*, 1.a série– N.º 82, 27 de Abril de 2007, p. 2682. Acedido em 6 de janeiro de 2011, em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/04/08200/26822684.PDF>

Decreto-Lei n.º 139/2009, *Diário da República*, 1.a série- N.º 113, 15 de Junho de 2009, p. 3647. Acedido em 14 de Junho de 2011, em http://www.portaldacultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/MinisterioCultura/Legislacao%20Cultural/DL139_2009%20Regime%20Juridico%20de%20Salvaguada%20do%20Património%20Cultural%20Imaterial.pdf

Diniz, L. da S, (2007, Julho/dezembro). Pequeno comércio e crescimento urbano: as bodegas e a formação dos bairros populares Campinenses. Em: *Ariús*, Campina Grande, v. 13, n. 2, pp. 218 – 223. Acedido em 20 de Maio de 2011, em: http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n2/13_arius_13_2_pequeno_comercio_e_crescimento_urbano.pdf

Durães, B. J. R. (2008, outubro). Camelô de tecnologia ou um novo “negócio” de sucesso na rua. *Revista Espaço Académico*, n. 89, mensal, ano VIII, ISSN: 1589.6186. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89duraes.htm>

Emerson, José. (2010, 15 de Junho). Os camelódromos de Salvador. O mercado informal está em debate na Câmara. Câmara Municipal de Salvador, Fábio Mota, Téo Senna. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.portalbahia.com.br/falabahia/?p=31962>.

Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. (1931, Outubro). *Carta de Atenas*, p.3. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=232>.

Esteves, J. (2001). *O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª Metade do Século XIX (1896-1947)*. A Mulher na Idade Contemporânea. Em: Santos, M. C. C. (Org.). *A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000)*. Câmara Municipal da Moita Tip. Belgráfica, Lda, pp. 239-260. Em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/355CBD20-CCB9-48BC-964C-E33B6C28C898/5287/mulher.pdf>, Acedido em 05 de Março de 2011.

Extrato do Relatório do Conselho Económico e Social para 1997. (1997, 18 de Setembro) em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/GMS.PDF>, (A/52/3), acedido em 05 de Março de 2011.

FAZENDO A FEIRA: Turismo Alternativo na Feira de São Joaquim. Acedido em 09 de Maio de 2011, em: «<http://www.freewebs.com/camilladiego/>» .

França Jr., L. B. *O Trabalho na grande rede hipermercadista, um estudo sobre o carrefour e a reestruturação na década neoliberal*, p. 5. s/d. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/luzimarbarretofrancajunior.pdf>.

Franco, L. *Morador do meu Sertão - A Odisseia Das Torradeiras Voadoras*. Acedido em 02 de Junho de 2011, em <http://letras.terra.com.br/a-odisseia-das-torradeiras-voadoras/1184783/> .

Freitas, P. S. de. (2007, dezembro). Mercado de Cartões de Crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação. Em: *Consultoria Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos*. Textos para discussão. N° 37. Brasília, p. 4. Acedido em 18 de abril de 2011, em:«

http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/textoParaDiscussao37paulospringer.pdf»

Frick, P. (2009, 13 de Junho) *A imigração no Brasil*. Acedido em 10 de Janeiro de 2011, em: <http://www.webartigos.com/articles/19680/1/A-IMIGRACAO-NO-BRASIL/pagina1.html>,

Funari, Pedro P. Lazer, Patrimônio e Turismo: algumas considerações. *Revista Eletrônica: Patrimônio lazer & Turismo*. UNISANTOS-Universidade Católica de Santos. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: «<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=26>».

Girard, L. L. *A inserção de imigrantes europeus na cidade de Brasília*. Acedido em 10 de janeiro de 2011. Acedido em http://www.urbanidades.unb.br/artigo_1_luana_girard.pdf.

Gleiss, L. e Gastal, S. (2007) Turismo Cultural Sob o Olhar Pós-Moderno: Os Mercados Públicos em Questão. Em: *VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Passo Fundo – RS, p. 2. Acedido em 10 de Maio de 2011, em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0474-1.pdf>

Governo do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Cultura. (2008, de 28 de Outubro). Edital de seleção, n° 01 - seleção para pontos de cultura do Estado do rio de Janeiro. Acedido em 15 de Junho de 2011, em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/edital.pdf>, .

Guerreiro, M. CIES, (2000). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisbon, *Relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho*, p.3. Acedido em 19 de Dezembro de 2010, em: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/120/pt/1/ef00120pt.pdf>

Guimarães, Aluizio. (2008, 15 de Abril). *A Feira dos problemas*. Artigos FAVIP. Caruaru. Acedido em 15 de Maio de 2010, em <http://www.favip.edu.br/v5/artigos.php?id=759>

I.D.E/Observatório do Comércio. (Dezembro de 1999). *Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais – Situação Atual e Prospetiva*. Comércio: hábitos de consumo e formatos comerciais. Observatório do Comércio. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.obscom.min-economia.pt>.

IBGE. (2006). *Síntese de indicadores sociais 2007*. Rio de Janeiro, p. 206, em: <www.ibge.gov.br/noticias>Acedido 03 de Março de 2011.

IBGE/IPEA. (2008, novembro). Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. *Boletim 37*. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em http://www.mte.gov.br/observatorio/bmt_37.pdf.

IBGE (2009). *Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho*, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2009. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro. Em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1567&id_pagina=1», Acedido em 06 de Março de 2011.

ICEP (2006, agosto). *China - Dossier de Mercado*. Unidade Conhecimento de Mercado / Delegação em Xangai. Lisboa, pp. 25-45. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.missaochina.gov.pt/ResourcesUser/ACHinaMais/Dossier%20China%20Institucional%20Ago%202006.pdf>.

ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. (1964, Maio). *Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios*. II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=236>

INE (2008). *Estatísticas Agrícolas 2007*. Instituto Nacional de Estatística. 1, pp. 42-50. Acedido em 29 de Março de 2011, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?PUBLICACOESmodo=2&PUBLICACOESpub_boui=24050066&xpgid=ine_publicacoes&xpid=INE&xlang=pt

INE e Observatório do Comércio. (2000). *Grandes Superfícies Retalhistas Alimentares (GSRA), Região Norte*. Em: *O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal*, p.97. Acedido em 29 de Março de 2011, em: «<http://www.dgcc.pt/166.htm>»

INE (2006). *Homens & Mulheres em Portugal*, pp. 26-27. Em, «http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=109304543&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt», Acedido em 05 de Março de 2011.

INE. (2009). *Análise dos resultados*. Em: *Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante*. Lisboa, p. 21. Acedido em 29 de março de 2011, em: «http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT___PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aqi=&aql=&oq=».

INE. (2009). *Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante*. Lisboa, p. 20. Acedido em 29 de março de 2011, em:«http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT___PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aqi=&aql=&oq=»

INE. (2009). *Análise dos resultados*. Em: *Estabelecimentos Comerciais 2007 - Unidades de Dimensão Relevante*. Lisboa, p. 21. Acedido em 29 de março de 2011, em: «http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT___PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aqi=&aql=&oq=».

INE/OC. (2002, Novembro). *O Perfil das Grandes Unidades Comerciais em Portugal*. Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais referente aos anos de 1999 a 2001. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/166.htm>

INE/UMIC (2003-2007). *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias*. Acedido em 04 de Fevereiro de 2011, em:http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=9944196&att_display=n&att_download=y

IPHAN. (2007, 12 DE Fevereiro). *Feirantes e comunidade recebem título da Feira de Caruaru como patrimônio imaterial do Brasil*. Acedido em 17 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=F228409D4CFE6551550E1A6DFB6A3682?id=13518&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>»

IPHAN. 1ª etapa- Levantamento Preliminar, 2ª etapa- Identificação e 3ª etapa- Documentação. Acedido em 18 de Maio de 2011, em <http://www3.iphan.gov.br:8080/interfacePublicalNrc/paginas/principal/principal.seam>»

IPHAN. *Conferência Geral da UNESCO, 9ª Sessão, Dezembro de 1956. Recomendações de Nova Delhi sobre preservação do Patrimônio Arqueológico, para bens móveis e imóveis*. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=234>

IPHAN. *Conselho Arquitetónico do Património Europeu, por ocasião de comemoração do Ano do Património Europeu. Também conhecida como Carta Europeia do património Arquitetónico*. Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=246>

IPHAN. Decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Acedido em 05 de Maio de 2011, em «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>» e «<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>»

IPHAN. Feira de Gado, Feira do Paraguai, Feira da Sulanca, Feira de Frutas e Verduras. Acedido em 19 de Maio de 2011, em «<http://www3.iphan.gov.br:8080/interfacePublicalNrc/paginas/referenciaCultural/pesquisaReferenciaCultural.seam>»

IPHAN. *Patrimônio Imaterial* Definição atribuída pela Unesco. Acedido em 04 de Maio de 2011, em: «<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=085C03528B7E4B9F921B7BCC7A44EC2?id=10852&retorno=paginalphan>»,

IPHAN/MINC. (2007, 08 de Fevereiro). Certidão do Livro de Registro dos Lugares, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan. Instituído pelo Decreto número três mil quinhentos e cinquenta e um, de quatro de agosto de dois mil, folha 2, *Registro número dois – Bem cultural: Feira de Caruaru, localizada na cidade de Caruaru, estado de Pernambuco*. Brasília, Distrito Federal. Acedido em 17 de Maio de 2011. em «<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/foIProcessoRegistroE.jsf;jsessionid=E3BB9C7B1A7BB83D7CAF3D5EC9AE128E>»

Kinjo, T. e Ikeda A. (2004). Ambiente físico. Em: *Comportamento do Consumidor em Feiras Livres*, p. 11. <http://www.sober.org.br/palestra/2/420.pdf>

Knocke, W. (1959, Julho). O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confronto e contrastes. Em: *Revista de Administração de Empresas*, N. 9. Artigo traduzido por Pólia L. Hambúrguer, p. 95. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: <http://www16.fgv.br/rae/artigos/2455.pdf>.

Lei 8.742/93, § 3º do art. 20. *Diário Oficial da União*, de 07 de Dezembro de 1993. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em http://menta2.dataprev.gov.br/prevfacil/prevdoc/benef/pg_internet/iben_visudoc.asp?id_doc=2

Luis, D. *Onde estão os caras-pintadas?* Em: <http://mnavegante.br.tripod.com/arquivo/arg06.htm>, Acedido em 25 de Fevereiro de 2011.

Malheiros, J. e Baganha, M. I. (2000, Novembro). Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI: *Janus 2001*. Edição Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa. Acedido em 8 de janeiro de 2011, em: <http://www.casado brasil.info/UserFiles/File/pdfs/imigracao-ilegal-pt.pdf>

Medeiros, P. H. “O Nordeste contra o quilo: a revolta de quebra-quilos”. *Aventuras na História*. s/d. Acedido em 10 de Novembro de 2010, Em: <http://historia.abril.com.br/comportamento/nordeste-quilo-revolta-quebra-quilos-433572.shtml>

MEI. *PORTARIA No 11, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009*. Estabelece regras de atendimento e inscrição do Microempreendedor Individual. Acedido em 5 de janeiro de 2011, em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/portaria11.php>.

Ministério da Cultura. Portaria n.º 196/2010 de 9 de Abril. *Diário da República, 1.ª série – N.º 69 – 9 de Abril de 2010* p. 1163-67, Acedido em 14 de Junho de 2011, em: <http://www.drclvt.pt/multimedia/Portaria%20196-2010.pdf>, .

Ministério da Economia e do Emprego. (1999, 10 de Dezembro). Observatório do Comércio vai ao shopping. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgae.min-economia.pt/>

Ministério da Economia e do Emprego. (1999, 30 de Setembro). Observatório do Comércio, Supers e hipers em duelo na distribuição. Acedido em 15 de janeiro de 2011, em: <http://www.dgcc.pt/164.htm#6>.

Ministério da Fazenda/Receita Federal. *O comércio Brasil-China de mercadorias: principais características*, pp. 1-7. Acedido em 4 de abril de 2011, em: «<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm>».

Ministério das Finanças e da Administração Pública. *Apreensões de mercadoria em contrafação do Ministério das Finanças e da Administração Pública*. Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre Consumo. Acedido em 08 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.dgaiec.min-financas.pt/NR/rdonlyres/D1578EFB-2561-47EF-B3DE-92BAF492C40A/0/ApreensoesLeixoes.pdf>

Ministério Público Federal. Procuradoria geral da república. Assessoria de Comunicação Social. *Feirante de Caruaru (PE) não consegue evitar condenação por crime de descaminho*. Acedido em 10 de Fevereiro de 2011, em: http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/feirante-de-caruaru-pe-nao-consegue-evitar-condenacao-por-crime-de-descaminho.

MINTUR- Ministério do Turismo Cultural. *Orientações Básicas*, p. 10. Acedido em 10 de Maio de 2011. em: «<http://pt.scribd.com/doc/55113208/3/Conceituacao-e-caracteristicas-do-Turismo-Cultural>»

Morais, I. e Araújo, M.(2006/Fevereiro) Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN). Em: *Revista on-line Caminhos de Geografia*, n° 23 ,p. 247. Acedido em 15 de Maio de 2011, em: «<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>» .APUD: Brasudel, Fernand. (1998). *Os jogos das trocas*. – Vol. 2 – Martins Fontes, São Paulo, p. 16.

Motomura, M. *Quando surgiram os supermercados?* s/d. Acedido em 21 de Janeiro de 2011, em: http://mundoestranho.abril.com.br/historia/pergunta_287130.shtml,

MPPE recomenda reordenação da Feira de Caruaru. A Prefeitura terá um prazo de 60 dias para apresentar a lista dos sulanqueiros. (2009, 07 de Dezembro). Acedido em 30 de maio de 2011, em <http://www.pinson.com.br/index.php?i=5&c=4&n=1709>

Museu de Etnografia. Acedido em 14 de Junho de 2011, em: <http://www.mnetnologia-ipmuseus.pt/Museu.html>

- Napolitano, M (2011). *A arte engajada e seus públicos (1955/1968)*. Estudos históricos. N. 28. Rio de Janeiro, pp. 9-14. Em «http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/NAPOLITANO_ArteEngajada60_EH.pdf», acessado em 16 de Março de 2009.
- Novais, F. A. e Mello, J. M. C. (1998). Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Em: *História da vida privada no Brasil contrastes da intimidade contemporânea*. Coleção vol. org por Lilia Moritz Schwarcz. Companhia da Letras. São Paulo. Acessado em 21 de Janeiro de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Distribuidora_de_Comest%C3%ADveis_Disco_S.A.
- Observatório do Comércio. (2000, Setembro). *Estudo sobre taxas e outros encargos com cartões de crédito em Portugal*, pp.20-21. Acessado em 11 de abril de 2011, em: « <http://www.dgcc.pt/166.htm>».
- Pereira, S. M. Maria Guardiola e as Organizações Femininas do Estado Novo (1895-1987). Em: Santos, M. C. C. (Org.). *A Mulher na História. Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher (1999-2000)*. Câmara Municipal da Moita Tip. Belgráfica, Lda, pp. 261-286. Em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/355CBD20-CCB9-48BC-964C-E33B6C28C898/5287/mulher.pdf>, Acessado em 05 de Março de 2011.
- Pintaudi, S. M. (2006). *Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana*. Scripta Nova Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, V 10. Acessado em 10 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/58355/68447>.
- Pinto, S. (2011, 14 de Junho). Conheça a história do galo de Barcelos, reportagem televisiva, com imagem de Ricardo Silva, edição de Pedro Cordeiro e grafismo de David Pinto. Por: tv24 / FC | 14-6-2011 Acessado em 18 de Junho de 2011, em <http://www.tv24.iol.pt/aa-videos-sociedade-galo-de-barcelos-tradicao-tv24/1260150-5795.html>.
- Portal do Governo. (2007, 28 de Janeiro). Missão China 2007. A MAIOR ECONOMIA DO MUNDO. Acessado em 08 de Fevereiro de 2010. Em, http://www.missaochina.gov.pt/noticias_noticia_21.asp, Apud, Monteiro, Ayala e Rui Boavida. (2007, 28 de Janeiro). A maior Economia do Mundo. Correio da Manhã. Lisboa.
- Prefeitura Municipal de Campina Grande. (2007, 05 de Maio). *Parque do Povo terá Casa de Sivuca e Feira de Mangaio*. Acessado em 11 de Maio de 2011, em: « <http://www.paraibabrasil.com/noticias/mostra.php?id=63>».
- Prefeitura Municipal de Campina Grande. (2009, 09 de Novembro). *Feira Central de Campina será revitalizada com a participação da sociedade civil*. Acessado em 22 de Dezembro de 2009, em: http://portal.pmcg.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2472&Itemid=3
- Prefeitura Municipal de Salvador. (2009, 13 de Agosto). *Feira de São Joaquim*. Mapa pontos turísticos. Acessado em 11 de Maio de 2011, em «http://www.turismo.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=26»
- Presidência da República Federativa do Brasil. *Casa Civil, sub-chefia para assuntos jurídicos*. Acessado em 5 de janeiro de 2011, em: <http://legislacao.planalto.gov.br>.
- Quirino, F. e Mattedi, M R. (2006). “A Feira de São Joaquim”. *Revista académica da UNIFACS*. Vol.10, N. 1, pp. 1-11. Em: «www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/.../20/15» Acessado em 28 de Fevereiro de 2011.
- Ramos, C. S. V. (2004/2005). *Organismos, Cartas, Convenções sobre Patrimônio Arquitetónico*. Acessado em 10 de Julho de 2011, em <http://pt.scribd.com/doc/20155610/2-cartas-convencoes-organismos>,

Ramos, L. (1991-2001) *A Informalidade das Relações de Trabalho*. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://www.iets.org.br>.

Ramos, L. e Britto, M. (Março de 2004) “O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: Tendências, Fatores Estilizados e Mudanças Estruturais”. In: *Texto para Discussão/1011*. Ed: IPEA-Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, p. 14. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/doc/ipea/td/1011.pdf>.

Renan, E. Tradução Glaydson José da Silva. “Documento - Ernest Renan – O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882”. *Revista Aulas*, pp.18-19. Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>.

Revista de Estudos Demográficos. (2007). n. 45, Editor Instituto Nacional de Estatística. Acedido em 10 de janeiro de 2011, em: http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4ACAW_pt-

[PT_PT412&q=Maria+Jos%3a9+Carrilho+e+Lurdes+Patr%3adicio.+A+Situa%3a7%3a3o+Demogr%3a1f+ica+Recente+em+Por+tugal.+Revista+de+Estudos+Demogr%3a1ficos%2c+editor++Instituto+Nacional+de+Estat%3adstica+Ano+de+edi%3a7%3a3o+2007](http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4ACAW_pt-PT_PT412&q=Maria+Jos%3a9+Carrilho+e+Lurdes+Patr%3adicio.+A+Situa%3a7%3a3o+Demogr%3a1f+ica+Recente+em+Por+tugal.+Revista+de+Estudos+Demogr%3a1ficos%2c+editor++Instituto+Nacional+de+Estat%3adstica+Ano+de+edi%3a7%3a3o+2007)

Ribeiro, R. (2004) “A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo”. *Cadernos do Noroeste. Série sociologia*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 85-96, Acedido em 20 de Fevereiro de 2011, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5646>.

Ribeiro, G. L. (2010). A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. [online], vol.25, n.74, p. 14. Acedido em 12 de abril de 2011, em: « <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a02v2574.pdf>».

Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010. (2006, 01 de Março), em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0092:FIN:PT:PDF>, pp. 1-92, Acedido em 06 de Março de 2011.

RTP. (2010, 06 de Setembro). *Câmara do comércio da Horta promove outlet*. Acedido em 28 de Janeiro de 2011, em: <http://videos.sapo.pt/E4oGqLFvllbh8D29jMpc>

Rua, J. (2006). Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 1: 82-106. Acedido em 05 de Maio de 2010. Disponível em www.campoterritorio.ig.ufu.br

Sabadine, M.S. *Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil*. Disponível em <http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF> acedido em 06 de Dezembro de 2010.

<http://www.ucm.es/info/ec/jec8/Datos/documentos/comunicaciones/Laboral/Souza%20Mauricio.PDF>

SBIS. (2008, 17 de Março). *Relatório e contas 2007*. Aprovado em Assembleia Geral de 17 de março de 2008, p. 33. Acedido em 12 de abril de 2011,

em: http://www.sibs.pt/export/sites/sibs_publico/pt/documentos/relatorioecontas/RC2007_sibssa.pdf

SEBRAE. (2009, 13 DE Setembro). Informais sem medo da formalização chegam a 75% Em: http://sebraemgcomvoce.wordpress.com/2009/04/14/informais-sem-medo-da-formalizacao-chegam-a-75/, Fornecido por CMS! Produzido em São Paulo, 5 de janeiro de 2011.

- SEBRAE. (2010, 31 de Maio). *Trabalhadores da Feira de São Joaquim podem se cadastrar no Empreendedor Individual*. Acedido em 15 de abril de 2011, em: «
<http://www.ba.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=114&cod=10102183&indice=90>»
- Silva, J. S.(2010) Recuperação e revitalização dos fortes costeiros. Que viabilidade? Em: *Apresentação no 2º Encontro do Litoral – Litoral Norte-Galiza*, Polis Litoral Norte (org). 24 e 25 de Novembro de 2010, Viana do Castelo, slides 2. Acedido em 17 de Junho de 2011, em:
www.polislitoralnorte.pt/doc.php?co=135.
- Siqueira, T. L. (2008, Junho). Joan Scott e o papel da história na construção das relações de género. Em: *Revista Értemis*, Vol.8, pp. 113. Em:
http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf, Acedido em 04 de Março de 2011.
- Sorio, W. (2005). *Mudanças na CLT*. Revista virtual P@rtes. Acedido em 17 de Dezembro de 2010, em
<http://www.partes.com.br/emrhede/sorio/clt.asp>
- TV Correio. (2009, 19 de Março). *A Prefeitura de Campina Grande quer transformar a feira central em patrimônio cultural*. Acedido: em 10 de Junho de 2011, em
<http://correio.gt.com.br/correiodebate/matLer.asp?newsId=73826>
- UNESCO. (2006). Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, p. 4. Acedido em 21 de Maio de 2011, em «
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>»
- UNESCO. Convenção do patrimônio Mundial, A. Acedido em 10 de Julho de 2011, em:
<http://whc.unesco.org/en/convention/>
- UNESCO. Texto da Convenção para Salvaguarda do patrimônio Cultural Imaterial Acedido em 10 de Julho de 2011, em <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00006>, e Acedido em 10 de Julho de 2011, em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=271>.
- Uso do multibanco em solo luso. (Dossiê 25 anos do Multibanco)*. (2010, Setembro), pp. 3-5. Acedido em 10 de abril de 2011,
em:«http://www.sibs.pt/export/sites/sibs_publico/pt/documentos/AniversarioMB/2010_DOSSIER_25_ANOS_MULTIBANCO.pdf».
- Vereador Rogério Menezes diz que Caruaru precisa continuar sendo a Capital da Sulanca Em: *Bodega nordestina*. (2011, 05 de Fevereiro). Acedido em 09 de Maio de 2011, em «
<http://www.budeganordestina.com/2011/02/vereador-rogerio-menezes-diz-que.html>» .
- Vojniak, F. (2003, dezembro). Desconstruindo falas do falo. *Revista Estudos Feministas*, vol.11, no.2, p. 664-667. Florianópolis. Em: « http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200026», Acedido em 03 de Março de 2011.
- Zanirato, S. H. e Ribeiro, W. C. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Em: *Revista Brasileira de História*., v. 26, nº 51, São Paulo, p. 255. Apud: Gonzales-Varas, Ignácio. (2003). *Conservación de bienes culturales*. Cátedra, Madrid, p. 458. Acedido em 10 de Julho de 2011, em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext#back6.

Outros sítios visitados:

A Revolta de Quebra-quilos. Acedido em 08 de Junho de 2010, em: <http://www.ceime.com.br/curiosidades.asp>.

Arrastapé.net. Exibido da Feira central de Campina Grande, em 03 de Junho de 2007. Acedido em 11 de Maio de 2011, em: « <http://www.youtube.com/watch?v=xHGMrq99Rgw> » .

Artigos variados. Acedido em 16 de abril de 2011 em: <http://www.feiradecaruaru.com/site/index.html>»

Bruxelas lança consulta sobre resolução de litígios entre empresas e consumidores. (2011, 27 de Janeiro). Acedido em 05 de Fevereiro de 2011, em:

www.comercioelectronico.pt/comissoes_hp.php?menu=1&idComissao=2

Caderno de especificações, figurado de Barcelos. Acedido em 01 de Julho de 2011 em: http://www.adereminho.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=112:figurado-de-barcelos&catid=36&Itemid=65

Cartões de crédito no mundo. Acedido em 18 de abril de 2011, em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cart%C3%A3o_de_cr%C3%A9dito.

Documento Final I Reunião de Avaliação de Planos e Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados 18 a 20 de maio de 2010. São Luís – MA. Acedido em 20 de Maio de 2011, em «<http://www.asseba.com.br/noticias/exibir/55>» .

Feira Central de Campina Grande será revitalizada. (2009, 09 de Novembro). Acedido em 12 de Junho de 2011, em <http://www.paraiba.com.br/112929/cidades/feira-central-de-campina-grande-sera-revitalizada.htm>

Feira Central de Campina será revitalizada com a participação da sociedade. (2009, 09 de Novembro). Acedido em 12 de Junho de 2011, em: <http://www.clickpb.com.br/noticias/cotidiano/feira-central-de-campina-sera-revitalizada-com-a-participacao-da-sociedade-civil/>, .

Festa das Cruzes com maior animação, exibido em Barcelos. (2004, 19 de Abril). Acedido em 08 de Janeiro de 2008, em: <http://viajar.clix.pt/noticias.php?id=1767&lg=pt>

Festa na Feira de São Joaquim. (2009, 02 de Setembro). Acedido em 15 de abril de 2011, em:«http://sambrasilptapoanfm.blogspot.com/2009/09/festa-na-feira-de-sao-joaquim-parte-i_02.html»

Mercado Central: 70 anos, o presente á preservar o passado. (2001, Janeiro). Em: *Informativo realizações vereador Olímpio Oliveira*. Nº 2, ano 2. Acedido em 08 de Maio de 2011, em: http://www.olimpiooliveira.com.br/geral/jornal_marco_2011.pdf

Principais pontos turísticos de Campina Grande: A feira central. Acedido em 11 de maio de 2011, em:«<http://www.ferias.tur.br/informacoes/4904/campina-grande-pb.html>»

Protocolo entre a AFDP e Banco popular. Acedido em 28 de abril de 2011, em: «http://www.afdp.pt/index_ficheiros/Page998.html».

Relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (2000), p.3. Acedido em 19 de Dezembro de 2010, em: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/120/pt/1/ef00120pt.pdf>.

Roteiro turístico de empresa. Acedido em 11 de Maio de 2011, em «http://www.adventureclub.com.br/roteiro_pacote.asp?pac_id=2407&dde_id=34»

Sobre vida e obras de Benjamim Pereira: Acedido em 13 de Junho de 2011 em: http://alexandrepomar.typepad.com/alexandre_pomar/2010/04/benjamim-pereira.html.

Zé Ailton (Vereador). *Biografia*. Acedido em 09 de Maio de 2011, em:
http://www.vereadorzeailton.com.br/2011_04_01_archive.html»

Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos. Textos para discussão. Nº 37. Brasília, p. 4.
 Acedido em 18 de abril de 2011, em: «
http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/textoParaDiscussao37paulospringer.pdf»

Outras fontes on-line

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, Acedido em 02 de Janeiro de 2011.

<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>, Acedido em 05 de Janeiro de 2011.

<http://legislacao.planalto.gov.br>, Acedido em 05 de janeiro de 2011.

<http://www.feiradaladra.net/>, acedido em 05 de Janeiro de 2011.

<http://www.saopaulo24horas.com>, Acedido em 5 de janeiro de 2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADgono_das_secas#.C3.81rea_de_abrang.C3.AAncia, Acedido em 15 de janeiro de 2011

<https://www.continente.pt/UserRegistrationsFirstStep.aspx>, acedido em 15 de Janeiro de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil, Acedido em 21 de Fevereiro de 2011.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Minho_\(prov%C3%ADncia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Minho_(prov%C3%ADncia)). Acedido em 21 de Fevereiro de 2011.

<http://www.bompreco.com.br/servlets-notitia2/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=74&date=currentDate>, Acedido em 22 de Janeiro de 2011.

<http://www.walmartbrasil.com.br/institucional/servicos.aspx>, Acedido em 22 de Janeiro de 2011.

<http://www.walmartbrasil.com.br/Default.aspx>, acedido em 22 de Janeiro de 2011.

<http://www.walmartbrasil.com.br/Default.aspx>, Acedido em 22 de Janeiro de 2011

<http://www.hipercard.com.br>, Acedido em 25 de Janeiro de 2011.

http://www.hipercard.com.br/pf/a_hipercard/nossos_diferenciais.asp, Acedido em 25 de Janeiro de 2011.

<http://www.modelo.pt/institucional/historia>, acedido em 26 de Janeiro de 2011

http://195.23.88.55/pt/empresas_sierra.asp, Acedido em 26 de Janeiro de 2011.

<http://www.peb.pt/evento.php?id=183>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

<http://www.stocklight.pt/index.html>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

<http://www.peb.pt/evento.php?id=183>, acedido em 28 de Janeiro de 2011.

<http://www.freeport.pt/loja.php?uid=226>, Acedido em 28 de Janeiro de 2011.

<http://www.bndes.gov.br>. Acedido em 29 de Janeiro de 2011.

<http://www.dgae.min-economia.pt/>, Acedido em 29 de Janeiro de 2011.

http://www.pousadapeter.com.br/index_caruarufotos.htm, Acedido em 11 de fevereiro, de 2011.

<http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/povobrasileiro/povobrasileiro3.htm>, Acedido em 15 de Fevereiro de 2011.

http://fuleiragem.typepad.com/photos/feira_livre_de_campina_gr/index.html, Acedido em 23 de Fevereiro de 2011.

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm. Acedido em 23 de Fevereiro de 2011.

<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=THESESDI373&ng=p&sc=3&th=45&se=0>, Acedido em 25 de Fevereiro de 2011.

<http://faceaevento.wordpress.com/2010/11/08/650/>, Acedido em 25 de Fevereiro de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Cronologia_do_direito_feminino, Acedido em 04 de Março de 2011.

<http://www.ufrj.br/portal/modulo/home/noticia.php?noticia=2088>, Acedido em 04 de Março de 2011.

http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/equality_between_men_and_women/index_pt.htm, Acedido em 05 de Março de 2011.

http://ec.europa.eu/publications/archives/booklets/move/25/txt_pt.pdf, Acedido em 05 de Março de 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/tabela012000.shtm>, Acedido em 08 de Março de 2011.

http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aql=&aq=&og=», Acedido em 29 de março de 2011.

«http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=%E2%80%9CEstabelecimentos+Comerciais+2007+-+Unidades+de+Dimens%C3%A3o+Relevante%E2%80%9D&aq=f&aql=&aq=&og=». Acedido em 29 de março de 2011.

«http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul#Assimetrias_de_mercado» Acedido em 4 de abril de 2011.

«<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/comercio.htm>». Acedido em 4 de abril de 2011.

http://www.google.pt/images?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=feira+de+s%C3%A3o+joaquim&um=1&ie=UTF-8&source=univ&sa=X&ei=6XaWTbmuPMBJhAfR15HICA&ved=OCDIQsAQ&biw=1345&bih=369, Acedido em 10 de abril de 2011

http://www.google.pt/images?hl=pt-PT&rlz=1T4ACAW_pt-PT__PT412&q=feira+de+s%C3%A3o+joaquim&um=1&ie=UTF-8&source=univ&sa=X&ei=6XaWTbmuPMBJhAfR15HICA&ved=OCDIQsAQ&biw=1345&bih=369;

http://docafundo.blogspot.com/2007_06_01_archive.html, Acedido em 12 de Abril de 2011.

<http://www.olimpiooliveira.com/blog/?p=50>, Acedido em 15 de abril de 2011.

http://www.abecs.org.br/novo_site/expansao.html, acesso em 17 de abril de 2011.

http://www.endividado.com.br/faq_det.php?id=22 Acedido em 18 de abril de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Cart%C3%A3o_de_cr%C3%A9dito, Acedido em 18 de abril de 2011.

http://www.endividado.com.br/faq_det.php?id=22, Acedido em 18 de abril de 2011.

http://www.abecs.org.br/novo_site/CMEP/Mardilson_Queiroz.pdf, Acedido em 18 de abril de 2011.

<http://www.ferias.tur.br/informacoes/5216/caruaru-pe.html>, Acedido em 11 de Maio de 2011.

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm,

<http://www.grupopaodeacucar.com.br>, Acesso em 16 de Junho de 2011.

http://www.grupopaodeacucar.com.br/memoria/default_memo_curiosidade.asp, Acedido em 16 de Junho de 2011.

ANEXOS

GLOSSÁRIO

Abará: Comida típica da culinária baiana feita de feijão fradinho (Mesma massa do Acarajé, sendo que seu preparo é cozido)

Aboio sertanejo: Chamado melódico entoado ou cantado, do homem Sertanejo (do Sertão) para atrair o gado.

Acarajé: comida típica da culinária baiana feita de feijão fradinho (mesma massa do abará, sendo que seu preparo é frito no azeite de Dendê)

Arreio: Peça ou equipamento para animal de montaria ou tração.

Aguadeiros: vendedores, carregadores ou distribuidores de água.

Arte figurativa: artesanato.

Artigos de “segunda mão”: Artigos já usados.

Arrastapé: Puxar atrás de si, fazendo deslizar ou roçar pelo chão os pés; termo muito usado no Nordeste brasileiro;

Bredo: (*Boá*) Erva amarantácea de emprego medicinal e cujas folhas são comestíveis (*Amarantushypocondriacus*).

Banca: Nos mercados e feiras livres, instalação onde se expõe as mercadorias.

Balaeiros: Refere-se a pessoas que utilizam o balaio para o trabalho.

Barraquinhas: Construções, ligeiras, de remoção fácil, comumente feitas de madeira e lona, usadas em feiras.

Barraqueiros: Donos de barraca.

Barbeiro: Profissional que faz barba, cabelo e bigode dos clientes.

Barganha: pechincha, regateio.

Baratear: Baixar o valor, o preço.

Bagunça: Desorganização.

Besteira: Coisa sem importância, asneira.

Boca-a-boca: Técnica de propaganda feita de forma verbal de uma pessoa para outra. As pessoas vão comentando uma para a outra e acabam espalhando a notícia. Pode ser usado também para fofoca, fuxico.

Bocadito: Pouca quantidade de algo, bocadinho.

Bodegas: Pequeno armazém, de secos e molhados, mercearia.

Boiada: Manada de bois.

Bocados de toucinho alto: Iguaria da culinária portuguesa (sobremesa).

Bovina desossada: Carne sem osso, de boi ou de vaca.

Bonecos mamulengo: Fantoche, manipulável.

Bote um chinelo no pé: Calçar sandália

Box: compartimento comercial, geralmente em mercado público.

Bugigangas: Coisa de pouco valor ou sem utilidade.

Buraco: Orifício grande.

Caderneta do fiado: Pequeno caderno de anotações onde se registra fiados (compras sob confiança, a crédito)

Camelôs: Mercador de rua (que vende suas mercadorias nas ruas)

Candomblé: Religião africana introduzida no Brasil pelos nagôs, bantos, etc,

Cangaço: Foi um fenômeno ocorrido no nordeste brasileiro do século XIX e início do século XX. O cangaço tem suas origens em questões sociais e fundiárias do Nordeste brasileiro, caracterizando-se por ações violentas de grupos ou indivíduos isolados;

Caruru: comida típica da culinária baiana, onde quiabos e outros tantos ingredientes no azeite de dendê e se refoga.

Calhar: Vir a tempo, ser oportuno, convir.

Casas de taipa: Edificação com paredes de taipal, pau-a-pique (sistema que combina, barro, cal e ripas de madeira).

Charcutaria: Onde se prepara e vende carne de porco, lingüiça, salames, etc.

Cheques pré-datados: Cheque a que se após data futura, datado de antemão.

Coisificação: Reduzir (o ser humano ou elementos ligados a ele) a valores exclusivamente materiais, tratar como coisa.

Coco ralado fresco: Coco ralado na hora de comer.

Condutores das boiadas: Homens que dirigem, encaminham, conduzem coletivos de animais bovinos.

Cortiços: Habitação coletiva das classes pobres, cabeça-de-porco, casa de cômodos, correr de quartos, etc.

Crochê: Tecido rendado executado à mão, com par de agulhas especiais para este trabalho.

Dança o arrocha: Dançar agarradinho.

Danou-se no mundo: Foi embora, evadiu-se.

Debulhar (debulhá-lo): Extrair o feijão da vagem, ou o milho da espiga, qualquer grão de uma planta ou vegetal.

Difusoras: Emissora de rádio do interior nordestino, ou ainda serviço de alto falante das festas populares de rua.

Diretas já: Tipo de eleições com voto direto.

Dicotômico: Dividido ou subdividido em dois, bifurcado.

Ervas para “limpar a casa, “chama dinheiro”, “mau-olhado”, “melhora tudo:

Estopa: Tecido fabricado com os filamentos de estopa.

Embolada de coco: Cantoria regional nordestina, onde se utiliza o improviso ou repente.

Escusa: Negar-se a fazer algo, através de desculpa, justificativa, escusação.

Fábricas de fundo de quintal: Empreendimentos rústicos, domésticos, “fabriquetas”.

Farinha: Fécula de mandioca, no nordeste brasileiro, genericamente, amido, polvilho.

Franças: Tudo que é gratuito, sem ônus.

Ferrar e selar os cavalos: Colocar ferraduras e sela nos cavalos.

Fescenino mais sem-vergonha: Desavergonhado, obsceno, licencioso.

Fiado: Venda a crédito.

Folha-de-flandres: laminado estanhado composto por ferro e aço de baixo teor de carbono, lata, revestido com estanho ou crómio.

Folares: Grande bolo ou pão cozido, fogaça.

Fumeiros: Carnes defumadas, chouriçada.

Fumo de rolo: tabaco em seu extrato natural.

Gambiarras improvisadas: Instalação elétrica provisória.

Gamela: Vasilha de madeira ou barro, usada para lavagem e/ou alimentar animais.

Ganha fôlego: Respirar profundo, geralmente utilizado após esforço físico.

Ganha-pão: Trabalho, ofício, meio de vida.

Galera: grupo de pessoas jovens.

Gente fina: pessoa de boa índole, solidária, prestativa, amiga.

Granjeiros: dono de granja.

Goma: farinha.

Guloseimas: doces ou iguarias quaisquer, muito apetitosas.

Jugos: importância cobrada por unidade de tempo por empréstimo de dinheiro e expressa em porcentagem sobre a quantia tomada por empréstimo.

Ladra: Feminino de ladrão.

Lapada: Aguardente ou outro aperitivo (dose)

Léguas: Antiga medida itinerária brasileira, correspondente a 6.600m (légua brasileira)

Ligação "umbilical": Aproximação de parentes.

Loci: local.

Lojas âncoras: lojas de grande porte geralmente pertencentes a grandes redes, instaladas em Shopping Centers.

Macumbeira: Praticante de macumba.

Maquinetas: Máquina de pequeno porte.

Marralhar: Que usa de astúcia para convencer ou iludir, espertalhão.

Mangaio: É o nome de uma das composições de Sivuca, considerada uma dos clássicos do forró.

Mal falada: Termo que significa difamar as mulheres.

Mexidos: Qualquer iguaria que se prepara no fogo e fica com aspecto mexido;

Miúdo: criança.

Orixá: Personificação deificação de forças da natureza ou ancestral divinizado, que em vida obteve controle sobre essas forças; guia; encantado.

Olaria: Louça tradicional, figurado e cerâmica decorativa.

Outrora: Termo utilizado para antiguidades.

Pai de santo: Babalorixá

Pagode: Certo gênero de samba.

Pano tecido à mão: artesanato feito manualmente em tecido.

Pastelarias citadinas: Comércio de artigos de panificação localizados nas cidades

Patuás: Objeto de devoção de ritos afros conduzido no pescoço ou junto ao corpo;

Par de rasteiras: par de sandálias

Pedicura ou pedicures: Pessoa especializada em “fazer”, cuidar, pintar, cortar as unhas dos pés de clientes.

Pedra e cal: edificação de alvenaria.

Penico: ou urinol, vaso utilizado para armazenar urina humana;

Pechincha: Coisa barata, de preço baixo.

Pequeno almoço: café-da-manhã.

Perambulações: Ato de perambular, perambulação.

Pirataria: Comercializar obra artística, falsificada, sem pagar direitos autorais.

Pivetes: crianças, miúdos. Geralmente utilizado para identificar os marginalizados.

Pote, panela de barro: Utensílio em cerâmica, barro, utilizado para cozer os alimentos.

Porqueira: Coisa ruim, ou sem importância.

Preparar o tabaco: Enrolar o fumo para consumo.

Querosenes de aviação: Combustível (gasóleo ou gasolina)

Quiabo: legume.

Quitandas: local onde vende frutas e verduras.

Raízes: tubérculos, ex: batata, inhame, macaxeira, mandioca.

Rapariga: moça.

Regatear, marralhar: ato de negociar para baixar o preço.

Repente na Praça: exibição pública de repentista ou artista popular.

Rapa: passagem da fiscalização municipal, apreendendo a mercadoria dos camelôs irregulares.

Rango: comida.

Rituais de descarrego: Rituais para tirar maldições (da cultura afro) do corpo devoto.

Ritmos de Músicas Brasileiras Nordestinas: forró, xote, baião, xaxado, brega, repente, martelo agalopado, coco, embolada, arrasta-pé, ciranda, maracatu.

Regatear: Negociar.

Roda de capoeira: Roda de assistentes em torno da exibição dos capoeiristas.

Rojões: Gastronomia portuguesa, feito a base de carne porco.

Saideira: Referindo-se a última bebida servida ou ingerida.

Saveiros: embarcação de fundo chato, serve para pesca como transporte de passageiros.

Segregação espacial: Separação de áreas para residentes de maior ou menor poder aquisitivo ou prestígio social.

Sistema self servisse: Sistema auto-atendimento para restaurantes, que é cobrado pelo peso da refeição.

Sulanca: sobras de tecidos sintéticos de fábricas paulistas (sul do Brasil).

Sulanqueiros: termo utilizado para pessoas que comercializam a sulanca.

Soteropolitana: pessoa que nasceu na cidade de Salvador (Bahia-Nordeste-Brasil).

Recôncavo: terra extensa e fértil da Bahia, recôncavo baiano.

Retalhistas: vendedores de retalho.

Tabuleiros: bandeja destinada a conter e ou transportar diversos objetos;

Tangedores: Que ou aquele que tange.

Tangerinos: Tangedor a pé, ou às vezes, a cavalo, de gado vacum.

Terreiros de candomblé: local geralmente aberto onde as pessoas se reúnem para prática de rituais do candomblé.

Tigela: objeto redondo de cerâmica, vidro ou barro, geralmente utilizado para culinária.

Tickets alimentação: bilhete ou cupom.

Toco: termo utilizado quando alguém não comparece ao encontro marcado;

Tupinambás e tupiniquins: grupos de indígenas (nativos brasileiros)

Trabalho lisboeta: trabalho em Lisboa.

Tropas: unidade militar (de soldados); de eqüinos (burros de carga).

Tropeiros: condutor de tropa de animais destinado ao comércio (gado, mulas e éguas).

Urbes minhotas: cidades localizadas na região do Minho Noroeste de Portugal.

Usam grife: Utilizam roupas de grife.

Varou a *ninght*: Passou a noite em claro.

Viatura de socorro: ambulância.

Vitrinas folclóricas: Exposição de artigos rústicos.

Violeiro: Tocador de viola.

Visceras: Entranhas, intestinos, âmago.

Xangô: O lugar e o conjunto de cerimônias religiosas afro-brasileira; orixá, manifestos nos raios e trovões.

Zona canavieira ou Zona da Mata: Refere-se ao espaço dantes preenchido pela então exuberante Mata Atlântica.

PARECER COMITÊ DE ÉTICA



SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO DO VALE DO IPOJUCA LTDA.
MANTENEDORA DA FACULDADE DO VALE DO IPOJUCA-FAVIP

FACULDADE DO VALE DO IPOJUCA – FAVIP

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER

De acordo com as normas vigentes e seguindo diretrizes da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade do Vale do Ipojuca – CEP/FAVIP, após avaliação do Projeto: Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007) da pesquisadora: Giovanna de Aquino Fonseca Araújo, em reunião 08/12/2008, emite parecer favorável.

Protocolo: 0046/2008

Caruaru, 08 de dezembro de 2008

Prof. Dr. Josimário João da Silva
Coordenador do CEP/FAVIP

Josimário J. da Silva
Coord. Comitê de Ética em Pesquisa



SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO DO VALE DO IPOJUCA LTDA.
CNPJ: 02.738.361/0001-65
Av. Adjar da Silva Casé | 800 | Indianópolis - Caruaru, PE | CEP: 55024.740
Fone/Fax: (81) 3722.8080 | www.favip.edu.br | favip@favip.edu.br

ROTEIRO DE ENTREVISTA FEIRANTES EM PORTUGAL

Local: _____ Data: ____/____/____

Identificação

Nome ou pseudônimo: _____

Morada: _____

Naturalidade: _____

Características sócio-econômicas:

2.1 - Sexo: _____ (M/F)

2.2 - Estado Civil: _____ 1. casado(a); 2. solteiro(a); 3. viúvo(a); 4. desquitado(a)/divorciado(a), 5. Companheiro (a)

2.3 - Faixa etária: _____ 1. (15-19 anos), 2. (20-29), 3. (30-39), 4. (40-49), 5. (50-59), 6. acima de 60 anos de idade

2.4 - Grau de escolaridade: _____ 1- Primeiro ciclo completo; 2- Primeiro ciclo incompleto; 3- Segundo ciclo completo; 4- Segundo ciclo incompleto, 5- Terceiro ciclo completo; 5- Terceiro ciclo incompleto, 6- Pós-graduação completa; 7- Pós-graduação incompleta.

2.5 - Nível de renda aurífera (em salários mínimos) _____ 1. Até 1 salário 2. entre 2 e 3 salários; 3. entre 3 e 4 salários; 4- acima de 5 salários.

2.6 - Aprendizado do ofício: _____ 1-com os pais; 2- por causalidade; 3- outros (identificar)

2.7 - Tempo de exercício nesse ofício: _____ 1- menos de 5 anos, 2- Entre 6-10 anos; 3- 11-20 anos; 4- 21-30 anos; 5- 31-40 anos; 6- Mais de 50 anos.

2.8 - Qual seu posicionamento neste local: _____ 1- É proprietário; 2- Sócio; 3- Funcionário; 4- Familiar do dono.

2.9 - Possui outras ocupações fora da feira? _____ (S/N) Qual?

2.10 - Já participou de algum curso, palestra ou encontro promovido por alguma entidade pública/privada? _____ (S/N) Qual?

2.11 - É vinculado a alguma associação ou sindicato? _____ (S/N) Qual?

2.12 - Classificação dos produtos comercializados: (Marque com um X ao lado)

_____ Fruta _____ verdura/legumes _____ roupa _____ calçado _____ Cosméticos (perfume e maquiagem)
 _____ laticínios _____ produtos de limpeza _____ cereais _____ Tecidos e malhas _____ Artigos de
 panificação _____ Utensílios domésticos _____ objetos de decoração _____ cd-dvd-cassetes _____ Ervas /
 sementes / tempero _____ Alimentação pronta _____ móveis _____ carne/peixe/ave _____
 Aviamentos _____ Artigos desportivos _____ Brinquedos _____ roupa de cama/mesa _____ plantas/flores
 _____ artesanato _____ Ouro / prata _____ Bijouteria _____ Artigos religiosos _____ Doce caseiro / bolo
 _____ Guloseimas (bomboniere) _____ Enlatados _____ Descartáveis _____ Material escolar _____
 Celular e acessórios _____ outros. (Especificar)

2.13 - Paga alguma taxa por esse espaço? Se sim, qual o órgão que cobra?

2.14 - Quanto paga? Como é calculado esse valor?

2.15 - Existe alguma legislação própria nessa feira?

2.16 - O que assegura essa taxa? Que direitos tem a partir do pagamento dela?

2.17 - Participa de alguma Associação ou Sindicato?

2.18 - Qual o órgão que a administra?

2.19 - Essa feira sempre foi organizada seguindo essa estrutura arquitetônica?

2.20 - Atua em outra feira fora essa? _____(S/N). Qual (is)?

2.21 - Número de pessoas que trabalham na comercialização dos produtos: ____ 1- Uma pessoa; 2- Entre 2-5; 3- 10-15 pessoas.

2.22 - Tem mais alguém da família que sobrevive da feira? _____(S/N)

2.23 - Método preço de venda dos produtos:_____ 1- acrescida ao custo;2- baseia-se nos preços do comcorrente;3-de acordo com a procura pelo produto;4- Outros métodos.

2.24 - Local de origem dos produtos que comercializa:_____ 1- Da localidade (districtos respectivos); 2- Da região (Minho);

3 - De outras regiões do país (Alentejo, Beira, Açores, Algarves e Trás-os-Montes); 4- Exterior

2.25 - Como os clientes pagam a mercadoria: _____ 1- Pronto pagamento (dinheiro); 2- Multibanco,/cartão de débito e cheque para o dia; 3-Cartão de crédito / cheque pré-datado / caderneta (fiado)

Características sócio- culturais:

3.1 - Como se deu a sua chegada a essa feira? O que lhe motivou?

3.2 - Sempre comercializou esse produto? Se não, o que contribuiu para tal mudança?

3.3 - Qual o ramo de trabalho de seus pais? Também foram (ou são) feirantes?

3.4 - Deixando um pouco à parte de negócios, qual outro atrativo que lhe atrai a feira?

3.5 - Faz laços de amizade? Tem fregueses amigos?

3.6 - Faz suas compras na feira?

3.7 - Se compararmos a feira de hoje e a de vinte anos atrás verificamos alguma diferença? E em relação as mercadorias?

3.8 - Acredita que algum acontecimento histórico tenha provocando mudanças na feira?

3.9 - Quais as dificuldades existentes na feira atualmente?

3.10 - O pronto pagamento é uma problemática nas feiras?

3.11 - Tem conhecimento de algum projeto de requalificação que a feira irá passar?

3.12 - Considera a Feira como patrimônio imaterial? (Acha que culturalmente a feira ainda é importante para esta comunidade?)

3.13 - Considera importante a permanência dessa feira? Por que razão?

3.14 - Existe atracção cultural? Se não, já existiu?

3.15- Gostaria que seus filhos fossem feirantes?

3.16- Defina a feira dessa localidade.

ROTEIRO DE ENTREVISTA FEIRANTES NO BRASIL

Local: _____ Data: ____/____/____

Identificação

Nome ou pseudônimo: _____

Cidade que reside: _____

Naturalidade: _____

Características sócio-econômicas:

2.1 - Sexo: _____ (M/F)

2.2 - Estado Civil: ____ 1. casado(a); 2. solteiro(a); 3. viúvo(a); 4. desquitado(a)/divorciado (a), 5. Companheiro(a)

2.3 - Faixa etária: ____ 1. (15-19 anos), 2. (20-29), 3. (30-39), 4. (40-49), 5. (50-59), 6. acima de 50 anos de idade

2.4 - Grau de escolaridade: ____ 1- Fundamental completo; 2- Fundamental incompleto; 3- Ensino médio completo; 4- Ensino Médio incompleto, 5- Graduação completa; 5- Graduação incompleta, 6- Pós-graduação completa; 7- Pós-graduação incompleta.

2.5 - Nível de renda aurífera (em salários mínimos) ____ 1. Até 1 salário; 2. entre 2 e 3 salários; 3. entre 3 e 4 salários; 4- acima de 5 salários.

2.6 - Aprendizado do ofício: ____ 1-com os pais; 2- por causalidade; 3- outros (identificar)

2.7 - Tempo de exercício nesse ofício: ____ 1- menos de 5 anos, 2- Entre 6-10 anos; 3- 11-20 anos; 4- 21-30 anos; 5- 31-40 anos; 6- Mais de 50 anos.

2.8 - Qual seu posicionamento neste local: ____ 1- É proprietário; 2- Sócio; 3- Funcionário; 4- Familiar do dono.

2.9 - Possui outras ocupações fora da feira? ____ (S/N) Qual?

2.10 - Já participou de algum curso, palestra ou encontro promovido por alguma entidade pública/privada? ____ (S/N) Qual?

2.11 - É vinculado a alguma associação ou sindicato? ____ (S/N) Qual?

2.12 - Classificação dos produtos comercializados: (Marque com um X ao lado)

____ Fruta ____ verdura/legumes ____ roupa ____ calçado ____ Cosméticos (perfume e maquiagem)
 ____ laticínios ____ produtos de limpeza ____ cereais ____ Tecidos e malhas ____ Artigos de
 panificação ____ Utensílios domésticos ____ objetos de decoração ____ cd-dvd-cassetes ____ Ervas /
 sementes / tempero ____ Alimentação pronta ____ móveis ____ carne/peixe/ave ____ Aviamentos
 ____ Artigos desportivos ____ Brinquedos ____ roupa de cama/mesa ____ plantas/flores ____
 artesanato ____ Ouro / prata ____ Bijouteria ____ Artigos religiosos ____ Doce caseiro / bolo ____
 Guloseimas (bomboniere) ____ Enlatados ____ Descartáveis ____ Material escolar ____ Celular e
 acessórios ____ outros. (Especificar)

2.13 - Paga alguma taxa por esse espaço? Se sim, qual o órgão que cobra?

2.14 - Quanto paga? Como é calculado esse valor?

2.15 - Existe alguma legislação própria nessa feira?

2.16 - O que assegura essa taxa? Que direitos tem a partir do pagamento dela?

2.17 - Participa de alguma Associação ou Sindicato?

2.18 - Qual o órgão que a administra?

2.19 - Essa feira sempre foi organizada seguindo essa estrutura arquitetônica?

2.20 - Atua em outra feira fora essa? _____(S/N) Qual (is)?

2.21 - Número de pessoas que trabalham na comercialização dos produtos: _____ 1-Uma pessoa; 2- Entre 2-5; 3- 10-15 pessoas.

2.22 - Tem mais alguém da família que sobrevive da feira? _____(S/N)

2.23 - Método preço de venda dos produtos:_____1- acrescida ao custo;2- baseia-se nos preços do comcorrente;3-de acordo com a procura pelo produto;4- Outros métodos.

2.24 - Local de origem dos produtos que comercializa:_____ 1- Da localidade (estados respectivos); 2- Da região (Nordeste;

3 - De outros estados e regiões do país: Norte, Centro oeste, Sul e Sudeste; 4- Exterior

2.25- Como os clientes pagam a mercadoria: _____ 1- Pronto pagamento (dinheiro); 2- Multibanco,/cartão de débito e cheque para o dia; 3-Cartão de crédito / cheque pré-datado / caderneta (fiado)

Características sócio- culturais:

3.1 - Como se deu a sua chegada a essa feira? O que lhe motivou?

3.2 - Sempre comercializou esse produto? Se não, o que contribuiu para tal mudança?

3.3 - Qual o ramo de trabalho de seus pais? Também foram (ou são) feirantes?

3.4 - Deixando um pouco à parte de negócios, qual outro atrativo que lhe atrai a feira?

3.5 - Faz laços de amizade? Tem fregueses amigos?

3.6 - Faz suas compras na feira?

3.7 - Se compararmos a feira de hoje e a de vinte anos atrás verificamos alguma diferença? E em relação as mercadorias?

3.8 - Acredita que algum acontecimento histórico tenha provocando mudanças na feira?

3.9 - Quais as dificuldades existentes na feira atualmente?

3.10 - O pronto pagamento é uma problemática nas feiras?

3.11 - Tem conhecimento de algum projeto de requalificação que a feira irá passar?

3.12 - Considera a Feira como patrimônio imaterial? (Acha que culturalmente a feira ainda é importante para esta comunidade?)

3.13 - Considera importante a permanência dessa feira? Por que razão?

3.14 - Existe atracção cultural? Se não, já existiu?

3.15 - Gostaria que seus filhos fossem feirantes?

3.16 - Defina a feira dessa localidade.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FREGUESES EM PORTUGAL

Local: _____ Data: ____/____/____

Identificação

Nome ou pseudônimo: _____

Morada: _____

Naturalidade: _____

Características sócio-econômicas:

2.1 - Sexo: ____ (M/F)

2.2 - Estado Civil: ____ 1. casado(a); 2. solteiro(a); 3. viúvo(a); 4. desquitado (a)/divorciado(a), 5. companheiro(a)

2.3 - Faixa etária: ____ 1. (15-19 anos); 2. (20-29); 3. (30-39); 4. (40-49); 5. (50-59); 6. acima de 60 anos de idade

2.4 - Grau de escolaridade: ____ 1- Primeiro ciclo completo; 2- Primeiro ciclo incompleto; 3- Segundo ciclo completo; 4- Segundo ciclo incompleto, 5- Terceiro ciclo completo; 5- Terceiro ciclo incompleto, 6- Pós-graduação completa; 7- Pós-graduação incompleta.

2.5 - Nível de renda aurífera (em salários mínimos) ____ 1- Até 1 salário; 2. entre 2 e 3 salários; 3. entre 3 e 4. acima de 5 salários.

2.6 - Profissão: _____

2.7 - Tempo de frequenta esta feira: ____ 1. (menos de 5 anos); 2. entre 6-10 anos, 3. 11-20 anos; 4. 21-30 anos; 5. 31-40 anos; 6. mais de 50 anos.

2.8 - Com qual frequência: ____ 1. Toda semana; 2. Uma vez por mês; 3. Duas vezes por mês. 4. De dois em 2 meses. 5- Uma vez por semestre

2.9 - Também frequenta outra (s) feira (s)? _____ (Sim ou Não). Se Sim, qual?

2.10 - Além da feira também frequenta supermercado, lojas e centros comerciais? _____ (Sim ou Não)

2.11 - Quais os produtos que compra na feira?

____ Fruta ____ verdura/legumes ____ roupa ____ calçado ____ Cosméticos (perfume e maquiagem)
 ____ laticínios ____ produtos de limpeza ____ cereais ____ Tecidos e malhas ____ Artigos de
 panificação ____ Utensílios domésticos ____ objetos de decoração ____ cd-dvd-cassetes ____ Ervas /
 sementes / tempero ____ Alimentação pronta ____ móveis ____ carne/peixe/ave ____ Aviamentos
 ____ Artigos desportivos ____ Brinquedos ____ roupa de cama/mesa ____ plantas/flores
 ____ artesanato ____ Ouro / prata ____ Bijouteria ____ Artigos religiosos ____ Doce caseiro / bolo
 ____ Guloseimas (bomboniere) ____ Enlatados ____ Descartáveis ____ Material escolar ____ Celular e
 acessórios ____ outros.

2.12 - Como costuma pagar as compras: ____ 1- Pronto pagamento (dinheiro); 2- Multibanco,/cartão de débito e cheque para o dia; 3-Cartão de crédito / cheque pré-datado / caderneta (fiado)

Características sócio-culturais:

3.1 - O que mais o atrai na feira?

3.2 - Faz laços de amizade? Tem feirantes amigos?

3.3 - Do seu vínculo de amizade/familiar, alguém faz compras na feira?

3.4 - Se compararmos a feira de hoje e a de vinte anos atrás verificamos alguma diferença? E em relação as mercadorias?

- 3.5 - Acredita que algum acontecimento histórico tenha provocando mudanças na feira?
- 3.6 - Quais as dificuldades existentes na feira deste local?
- 3.7 - O pronto pagamento é uma problemática nas feiras?
- 3.8 - Tem conhecimento de algum projeto de requalificação que a feira irá passar?
- 3.9 - Quais as principais diferenças que percebe entre as feiras e os estabelecimentos comerciais fixos?
- 3.10 - Trás filhos/netos, sobrinhos para visitar a feira? Por que razão? Qual a importância desse hábito?
- 3.11 - Considera a Feira como patrimônio imaterial? (Acha que culturalmente a feira ainda é importante para esta comunidade?)
- 3.12 - Considera importante a permanência dessa feira? Por que razão?
- 3.13 - Na sua opinião qual a importância cultural que essa feira tem para quem a frequenta?
- 3.14 - Existe atracção cultural? Se não, já existiu?
- 3.15 - Defina a feira dessa localidade.

ROTEIRO DE ENTREVISTA FREGUESES NO BRASIL

Local: _____ Data: ____/____/____

Identificação

Nome ou pseudônimo: _____

Morada: _____

Naturalidade: _____

Características sócio-econômicas:

2.1 - Sexo: ____ (M/F)

2.2 - Estado Civil: ____ 1. casado(a); 2. solteiro(a); 3. viúvo(a); 4. desquitado (a)/divorciado(a), 5. companheiro(a)

2.3 - Faixa etária: ____ 1. (15-19 anos); 2. (20-29); 3. (30-39); 4. (40-49); 5. (50-59); 6. acima de 60 anos de idade

2.4 - Grau de escolaridade: ____ 1-Fundamental completo; 2- Fundamental incompleto; 3- Ensino médio completo; 4- Ensino Médio incompleto, 5- Graduação completa; 5- Graduação incompleta, 6- Pós-graduação completa; 7- Pós-graduação incompleta

2.5 - Nível de renda aurífera (em salários mínimos) ____ 1-Até 1 salário; 2. entre 2 e 3 salários; 3. entre 3 e 4. acima de 5 salários.

2.6 - Profissão: _____

2.7 - Tempo de frequenta esta feira: ____ 1. (menos de 5 anos); 2. entre 6-10 anos, 3. 11-20 anos; 4. 21-30 anos; 5. 31-40 anos; 6. mais de 50 anos.

2.8 - Com qual frequência: ____ 1. Toda semana; 2. Uma vez por mês; 3. Duas vezes por mês. 4. De dois em 2 meses. 5- Uma vez por semestre

2.9 - Também frequenta outra (s) feira (s)? _____ (Sim ou Não). Se Sim, qual?

2.10 - Além da feira também frequenta supermercado, lojas e centros comerciais? _____ (Sim ou Não)

2.11 - Quais os produtos que compra na feira?

____ Fruta ____ verdura/legumes ____ roupa ____ calçado ____ Cosméticos (perfume e maquiagem)

____ laticínios ____ produtos de limpeza ____ cereais ____ Tecidos e malhas ____ Artigos de panificação ____ Utensílios domésticos ____ objetos de decoração ____ cd-dvd-cassetes ____ Ervas / sementes / tempero ____ Alimentação pronta ____ móveis ____ carne/peixe/ave ____ Aviamentos ____ Artigos desportivos ____ Brinquedos ____ roupa de cama/mesa ____ plantas/flores ____ artesanato ____ Ouro / prata ____ Bijouteria ____ Artigos religiosos ____ Doce caseiro / bolo ____ Guloseimas (bomboniere) ____ Enlatados ____ Descartáveis ____ Material escolar ____ Celular e acessórios ____ outros.

2.12 - Como costuma pagar as compras: ____ 1- Pronto pagamento (dinheiro); 2- Multibanco,/cartão de débito e cheque para o dia; 3-Cartão de crédito / cheque pré-datado / caderneta (fiado)

Características sócio-culturais:

3.1 - O que mais o atrai na feira?

3.2 - Faz laços de amizade? Tem feirantes amigos?

3.3 - Do seu vínculo de amizade/familiar, alguém faz compras na feira?

- 3.4 - Se compararmos a feira de hoje e a de vinte anos atrás verificamos alguma diferença? E em relação as mercadorias?
- 3.5 - Acredita que algum acontecimento histórico tenha provocando mudanças na feira?
- 3.6 - Quais as dificuldades existentes na feira deste local?
- 3.7 - O pronto pagamento é uma problemática nas feiras?
- 3.8 - Tem conhecimento de algum projeto de requalificação que a feira irá passar?
- 3.9 - Quais as principais diferenças que percebe entre as feiras e os estabelecimentos comerciais fixos?
- 3.10 - Trás filhos/netos, sobrinhos para visitar a feira? Por que razão? Qual a importância desse hábito?
- 3.11 - Considera a Feira como patrimônio imaterial? (Acha que culturalmente a feira ainda é importante para esta comunidade?)
- 3.12 - Considera importante a permanência dessa feira? Por que razão?
- 3.13 - Na sua opinião qual a importância cultural que essa feira tem para quem a frequenta?
- 3.14 - Existe atração cultural? Se não, já existiu?
- 3.15 - Defina a feira dessa localidade.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PODER PÚBLICO
PORTUGAL**

Local: _____ Data: ____/____/____

Identificação:

Nome: _____

Órgão/Função: _____

Questões objetivas:

1 - Qual a periodicidade da Feira nesse lugar? _____ (horário e dias de funcionamento)

2 - A quantos anos precisamente a feira existe aqui? _____ 1- menos de 5 anos; 2- Entre 6-10 anos; 3- 11-20 anos; 4- 21-30 anos; 5- 31-40 anos; 6- Mais de 60 anos.

3 - Quais os produtos que são comercializados na feira?

_____ Fruta _____ verdura/legumes _____ roupa _____ calçado _____ Cosméticos (perfume e maquiagem)
 _____ laticínios _____ produtos de limpeza _____ cereais _____ Tecidos e malhas _____ Artigos de
 panificação _____ Utensílios domésticos _____ objetos de decoração _____ cd-dvd-cassetes _____ Ervas /
 sementes / tempero _____ Alimentação pronta _____ móveis _____ carne/peixe/ave _____ Aviamentos
 _____ Artigos desportivos _____ Brinquedos _____ roupa de cama/ mesa _____ plantas/ flores
 _____ artesanato _____ Ouro / prata _____ Bijouteria _____ Artigos religiosos _____ Doce caseiro / bolo
 _____ Guloseimas (bomboniere) _____ Enlatados _____ Descartáveis _____ Material escolar _____ Celular e
 acessórios _____ outros.

4. Existe alguma legislação para a feira? _____ (S/N)

4.1- De que natureza? _____ 1. Regulamento; 2. Decreto; 3. Portaria. 4. Outros. (especificar)

4.2- É renovada? _____ (S/N) 4.3- Qual a periodicidade? _____ 1- menos de 5 anos; 2- Entre 6-10 anos; 3- 11-20 anos; 4- 21-30 anos

5. A Câmara Municipal cobra algum valor aos feirantes? _____ (S/N) 5.1- De que maneira é calculado?

_____ 5.2- De que maneira comprovam esse pagamento? _____ 1-

Boleto bancário; 2- Recibo junto a Secretaria de Finanças; 3- Algum símbolo exposto no local de trabalho; 5.3-

Existe algum momento do ano que esse valor não é cobrado?

Justifique _____ 5.4- Em que momento é

cobrada a taxa? _____ 1. antes da realização da feira; 2. durante; 3. depois; 4. Não existe regra.

6. O que assegura essa taxa? Que direitos tem a partir do pagamento dela?

7. Essa entidade já promoveu algum curso, palestra ou encontro para os feirantes? _____ (S/N) 7.1- De que natureza e a quanto tempo? _____

8. Essa feira sempre foi organizada seguindo essa estrutura arquitetônica

9. A Câmara Municipal fiscaliza o preço cobrado pelos feirantes aos fregueses? _____ 9.1. Existe algum critério para o preço de venda dos produtos: _____ 1- acrescida ao custo; 2- baseia-se nos preços do comcorrente; 3-

de acordo com a procura pelo produto;4- Outros métodos. 9.2- Existe alguma punição para o comerciante que não cumprir com os critérios?_____ Se sim, de que maneira acontece?

10. Existe alguma fiscalização, quanto a qualidade dos produtos comercializados?

_____10.1- Qual o órgão fiscalizador? _____ 1. Câmara municipal; 2. Delegado de saúde; 3. Vigilância sanitária; 4. Inspeção Municipal de Sanidade Pecuária; 5. Outros.(especifica)

11. Existe algum impedimento para sublocação do espaço, ou é permitido? _____

12. Qual o local de origem dos produtos que comercializados:_____

13. Em termos financeiros, de arrecadamento a feira é importante para a economia local?

Questões subjetivas:

1. Esta feira é uma das mais antigas do Noroeste Português. Qual a sua importância para a cidade e região?

2. Em termos financeiros, de arrecadamento a feira é importante para os cofres públicos?

3. Na época atual sabemos que as feiras tem tido fortes concorrentes no mercado, a exemplos dos novos equipamentos de consumo como os hipermercados e centros comerciais. Quais as iniciativas que o poder público municipal tem tido para salvaguardar a permanência da feira semanal?

4. No período entre 1986-2007 esta feira passou por algum processo de requalificação. Mudança de local? Estrutura? Em caso afirmativo, como se deu esse processo de reordenamento? Os feirantes participaram do processo por meio de alguma comissão?

5. Existe na atualidade algum projeto previsto de requalificação da feira? Em caso afirmativo responder: Quais as diretrizes, o que foi projetado até agora? Qual será o local? Os sindicatos têm sido ouvidos nas reuniões? Já existe algum orçamento para a construção? Qual será a origem da verba, somente recursos municipais, ou já existe alguma captação prevista? Como será a gestão desta nova feira? Continuará sob responsabilidade da Câmara ou será uma gestão partilhada com as entidades privadas? Haverá a formação de um comitê gestor neste processo? E em relação ao projeto arquitetónico seguirá o padrão da feira atual? Organizada por setores (artesanato, frutas, verduras...).

6. Esta feira é conhecida nacionalmente, diante de suas tradições. Gostaríamos de saber se o Poder público local, reconhece esta feira semanal como Patrimônio Cultural Imaterial do Concelho, e de Portugal? Neste sentido, se existe este reconhecimento, o que de fato tem sido feito pela entidade para buscar este reconhecimento legítimo – no Ministério da Cultura- Instituto dos Museus e da Conservação, Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), - na tentativa de vislumbrar a salvaguarda deste bem.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PODER PÚBLICO
BRASIL**

Local: _____ Data: ____/____/____

Identificação:

Nome: _____

Órgão/Função: _____

Questões objetivas:

1. Qual a periodicidade da Feira nesse lugar? _____ (horário e dias de funcionamento)
2. A quantos anos precisamente a feira existe aqui? _____ 1- menos de 5 anos; 2- Entre 6-10 anos; 3- 11-20 anos; 4- 21-30 anos; 5- 31-40 anos; 6- Mais de 60 anos.
- 3 - Quais os produtos que são comercializados na feira?

_____ Fruta _____ verdura/legumes _____ roupa _____ calçado _____ Cosméticos (perfume e maquiagem)
 _____ laticínios _____ produtos de limpeza _____ cereais _____ Tecidos e malhas _____ Artigos de
 panificação _____ Utensílios domésticos _____ objetos de decoração _____ cd-dvd-cassetes _____ Ervas /
 sementes / tempero _____ Alimentação pronta _____ móveis _____ carne/peixe/ave _____ Aviamentos
 _____ Artigos desportivos _____ Brinquedos _____ roupa de cama/ mesa _____ plantas / flores
 _____ artesanato _____ Ouro / prata _____ Bijouteria _____ Artigos religiosos _____ Doce caseiro / bolo
 _____ Guloseimas (bomboniere) _____ Enlatados _____ Descartáveis _____ Material escolar _____ Celular e
 acessórios _____ outros.

4. Existe alguma legislação para a feira? _____ (S/N)

4.1- De que natureza? _____ 1. Regulamento; 2. Decreto; 3. Portaria. 4. Outros. (especificar)

4.2- É renovada? _____ (S/N) 4.3- Qual a periodicidade? _____ 1- menos de 5 anos; 2- Entre 6-10 anos; 3- 11-20 anos; 4- 21-30 anos

5. A Prefeitura Municipal cobra algum valor aos feirantes? _____ (S/N) 5.1- De que maneira é calculado?

_____ 5.2- De que maneira comprovam esse pagamento? _____ 1-
 Boleto bancário; 2- Recibo junto a Secretaria de Finanças; 3- Algum símbolo exposto no local de trabalho; 5.3-
 Existe algum momento do ano que esse valor não é cobrado?
 Justifique _____ 5.4- Em que momento é
 cobrada a taxa? _____ 1. antes da realização da feira; 2. durante; 3. depois; 4. Não existe regra.

6. O que assegura essa taxa? Que direitos tem a partir do pagamento dela?

7. Essa entidade já promoveu algum curso, palestra ou encontro para os feirantes? _____ (S/N) 7.1- De
 que natureza e a quanto tempo? _____

8. Essa feira sempre foi organizada seguindo essa estrutura arquitetônica

9. A Prefeitura fiscaliza o preço cobrado pelos feirantes aos fregueses? _____ 9.1. Existe algum critério para o
 preço de venda dos produtos: _____ 1- acrescida ao custo; 2- baseia-se nos preços do comcorrente; 3- de
 acordo com a procura pelo produto; 4- Outros métodos. 9.2- Existe alguma punição para o comerciante que não
 cumprir com os critérios? _____ Se sim, de que maneira acontece?

10. Existe alguma fiscalização, quanto a qualidade dos produtos comercializados?

_____ 10.1- Qual o órgão fiscalizador? _____ 1. Prefeitura; 2. Secretaria de saúde; 3. Vigilância sanitária; 4. Inspeção Municipal de Sanidade Pecuária; 5. Outros. (específica)

11. Existe algum impedimento para sublocação do espaço, ou é permitido? _____

12. Qual o local de origem dos produtos que comercializados: _____

13. Em termos financeiros, de arrecadamento a feira é importante para a economia local?

Questões subjetivas:

1. Esta feira é uma das mais antigas do Nordeste do Brasil. Qual a sua importância para a cidade e região?

2. Em termos financeiros, de arrecadamento a feira é importante para os cofres públicos?

3. Na época atual sabemos que as feiras tem tido fortes concorrentes no mercado, a exemplos dos novos equipamentos de consumo como os hipermercados e shopping centers. Quais as iniciativas que o poder público municipal tem tido para salvaguardar a permanência da feira livre?

4. No período entre 1986-2007 esta feira passou por algum processo de requalificação. Mudança de local? Estrutura? Em caso afirmativo, como se deu esse processo de reordenamento? Os feirantes participaram do processo por meio de alguma comissão?

5. A respeito do projeto de requalificação da feira, quais as diretrizes, o que foi projetado até agora? Qual será o local? Os sindicatos têm sido ouvidos nas reuniões? Já existe algum orçamento para a construção? Qual será a origem da verba, somente recursos municipais, ou já existe alguma captação prevista? Como será a gestão desta nova feira? Continuará sob responsabilidade da prefeitura ou será uma gestão partilhada com as entidades privadas? Haverá a formação de um comitê gestor neste processo?

Especificamente para a gestão pública da Feira de Caruaru:

1. Sabemos que o IPHAN concedeu a feira de Caruaru o título de patrimônio imaterial do Brasil. Após a concessão deste título o que mudou? A feira sofreu alguma alteração?

2. Quais tem sido as políticas de salvaguarda adotadas pelo governo e comunidade para que a feira permaneça reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil?

Especificamente para as gestões públicas das feiras de Campina Grande e de São Joaquim:

1. Tem sido amplamente divulgado pela imprensa local a iniciativa do governo em parceria com a sociedade civil de registrar esta feira como patrimônio imaterial do Brasil. Neste sentido, gostaríamos de saber como seu deu o processo de encaminhamento do registro? Quais as entidades envolvidas? Quais as ações de salvaguarda que estão a ser planejadas caso o reconhecimento venha a acontecer?